

O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974

José António Bandeirinha



(Página deixada propositadamente em branco.)

José António Bandeirinha

O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974

FICHA TÉCNICA

Coordenação Científica da Coleção Arquitectura
e | d | arq - Editorial do Departamento de Arquitectura da FCTUC
Alexandre Alves Costa, Jorge Figueira, Gonçalo Canto Moniz

Coordenação Editorial da Coleção Arquitectura
Maria João Padez Ferreira de Castro, Gonçalo Canto Moniz

Edição
Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha, 1
3000-214 Coimbra
imprensa@uc.pt; edarq@darq.uc.pt
http://www.uc.pt/imprensa_uc/

Design
António Barros

Foto da capa
Alexandre Alves Costa
[Moradores da Arrábida dirigem-se para uma manifestação no Centro do Porto]

Créditos fotográficos
José António Bandeirinha, p. 49, 57; Alexandre Alves Costa, p. 130, 161; Albano Pereira, p. 150, 239

Impressão e acabamento
Publidisa

ISBN
978-972-8704-76-6

ISBN DIGITAL
978-989-26-1265-2

DOI
<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1265-2>

Depósito legal
257786/07

1.ª Edição 2007
Reimpressão 2011

Agradecimentos	5
Prefácio de Alexandre Alves Costa	9
Preâmbulo	13
CAPÍTULO I – Os sentidos do debate internacional	19
CAPÍTULO II – Antes de Abril. A questão da Habitação	61
CAPÍTULO III – O arranque dos processos: o campo da acção e o campo da administração	107
CAPÍTULO IV – Casas sim!	139
CAPÍTULO V – O desmantelamento de um processo incómodo	175
CAPÍTULO VI – Os projectos dos bairros. Continuidades, evoluções e alternativas	239
Cronologia	261
Bibliografia	305
ANEXO I – PROJECTOS	321
SAAL – Algarve	323
Barlavento	323
Centro	339
Sotavento	342
SAAL – Lisboa e Centro-Sul	346
Distrito de Beja	346
Distrito de Setúbal	349
Distrito de Lisboa	364
Distrito de Santarém	396
Distrito de Coimbra	397
SAAL – Norte	400
Distrito de Aveiro	400
Distrito do Porto	402
ANEXO II – FICHAS DE OUTRAS OPERAÇÕES	439

Entrei para a Escola de Belas-Artes do Porto na ressaca do SAAL. As obras estavam ainda a decorrer, numa actividade sofrida. Dia a dia, conquistava-se a esperança de serem acabadas, mas ninguém sabia muito bem quando, nem como. Desenhámos S. Vítor ilha a ilha, reproduzimos vezes sem conta o bloco da Senhora das Dores, o ritmo de vãos, a concordância de alturas na platibanda. Passávamos de autocarro em Francos e os colegas mais velhos diziam-nos, aquelas também são do SAAL. O primeiro desenho de obra que vi foi um pormenor de caixilharia da Maceda.

Antes, em Coimbra, já tinha tido contactos intensos com o movimento de moradores. Nós, os do teatro universitário, éramos frequentemente chamados aos bairros para produzir espectáculos que revertiam a favor das associações e das obras. Mas nunca, como no Porto, me apercebera que os arquitectos tinham uma parte tão activa no processo.

Mais tarde, bastante mais tarde, seduziu-me também a tentação de estudar, com alguma profundidade, a axiomática trama de relações que, sob os pontos de vista histórico, político e até antropológico, aproximam, de modo tão irrefutável, a prática da Arquitectura e o poder. A vastidão do tema, a imprecisão dos seus limites e os riscos de dispersão levavam-me, contudo, a refrear essa tentação. Pouco atreitos a incursões nos domínios do pensamento abstracto, nós, os arquitectos, preferimos reflectir sempre, e em simultâneo, sobre a materialidade das coisas e sobre a expressão que essa materialidade lhes confere.

Assim, foi com agrado e algum entusiasmo de inferência que aceitei o desafio que me foi proposto pelo orientador desta Dissertação, o Arquitecto Alexandre Alves Costa, de fazer um trabalho sobre o SAAL e sobre a Arquitectura produzida no seu âmbito. A ele devo, portanto, a providencial e inteligente circunscrição do tema, para ele vai o meu primeiro tributo de gratidão. Mas não só por isso, pela forma atenta e empenhada como posteriormente acompanhou o trabalho de pesquisa e de elaboração; pelo empréstimo, abusivamente demorado, de livros, revistas e documentação do seu arquivo pessoal; pela disponibilidade e pelo entusiasmo que eu sempre senti no seu apoio.

Grato estou, também e para sempre, ao Arquitecto Fernando Távora, que co-orientou a Dissertação e que incentivou os seus propósitos e encorajou a sua prossecução. Este livro também é dedicado à sua memória

Aos meus colegas e amigos do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra agradeço as palavras de apoio e incentivo que sempre prodigalizaram. Agradeço a todos, sem excepção. Não posso deixar de evidenciar, porém, aqueles que mais próximo de mim trabalhavam, que colmataram com eficácia as minhas ausências prolongadas e que sempre me dedicaram expressões vivas de apoio e de estímulo: os Arquitectos Jorge Figueira e Gonçalo Canto Moniz.

Aos funcionários do Departamento, agradeço os bens inestimáveis que transparecem quotidianamente no seu calor humano e na sua simpatia. Sem isso, o trabalho fica muito mais difícil. Por me terem aturado, com resmas de fotocópias e outros caprichos, agradeço às Senhoras D. Licínia Salgado, Dra. Paula Almeida, D. Lourdes Figueiredo, D. Graça Tavares, D. Rosa Malhão e aos Senhores António Rodrigues e Carlos Pereira.

O apoio da Biblioteca do Departamento foi precioso. Estou grato à Senhora Dra. Graça Simões, pelo seu empenho na resolução de tantos problemas, e à Senhora D. Lourdes Eufrásio, pela sua permanente disponibilidade para ajudar.

À Fundação Calouste Gulbenkian, estou grato pela participação nas despesas de digitalização dos projectos

Estes escritos, como, de resto, todos os que faço, têm subjacente a presença daquilo que também aprendi com os meus alunos, antigos e actuais. Quero, no entanto, salientar aqui as diversas colaborações que, ao longo do tempo, fui tendo para a digitalização dos desenhos: Arquitecta Manuela Nogueira, Arquitecta Ana Rita Paiva, Arquitecta Sofia Vaz, Arquitecta Lúcia Figueiredo, Arquitecta Clara Lemos, Arquitecto Fernando Pedro, Arquitecta Sandra Pinto e, no fôlego final, Arquitecto Rui Stanzani Rodrigues Lapa.

A Senhora Dra. Natércia Coimbra, quer enquanto responsável pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, quer pessoalmente, empenhou-se, com sincera energia, no incentivo e na ajuda, ao longo de todo este trabalho. Atitudes como essa não se agradecem, nem se pagam, reconhecem-se com emoção.

Pelo apoio que me foram dando na rectaguarda do escritório, estou agradecido aos arquitectos Rui Lobo, Luís Paulo Sousa e Paulo Pedro.

São também devidos agradecimentos a quem pacientemente me acompanhou e guiou em algumas das visitas aos bairros: a Professora Doutora Isabel Guerra, em Setúbal; o Arquitecto Pedro Maurício Borges, em Lisboa, o Arquitecto Jorge Figueira e o Engenheiro José António Ferreira, no Porto.

À Arquitecta Elisabeth Évora Nunes agradeço o apoio inicial e os contactos que me disponibilizou.

Agradeço à Arquitecta Sueli de Azevedo a forma como me recebeu e a informação que me forneceu no Departamento de Planos Locais da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Agradeço ao Dr. João Bicker o apoio na impressão original e ao Alexandre Matos a ajuda e o aconselhamento para a definição de matrizes nas bases de dados.

Ao Rui Damasceno devo o trabalho da primeira encadernação, a amizade de longos anos não me coíbe de reconhecer um dos melhores nas artes do prelo.

Agradeço o empenho da Senhora Dra. Maria João Padez de Castro e do António Barros, os seus contributos foram determinantes para concretizar a presente edição.

Grato estou, também, ao Senhor Dr. António Flores de Andrade por todo o trabalho que teve ao tentar resolver uma das minhas lacunas documentais.

Aos arquitectos Inês Pincho, do G.A.T. de Grândola, Maria José Sardinha, da Câmara Municipal de Setúbal, Rogério Gonçalves, da Câmara Municipal de Loures, Maria Fernandes, Luís Pedro Crisóstomo e Teresa Valsassina também agradeço a atenção.

Ao longo dos últimos anos fui incomodando pessoas ligadas ao SAAL, ora solicitando entrevistas, ora pedindo emprestados documentos, que depois copiava e devolvia. Dado o enquadramento definido para o tema, dirigi-me predominantemente aos arquitectos, mas colhi obviamente muita informação de outros profissionais, de activistas e de moradores. Em cerca de uma centena, e sem uma única excepção, em todos encontrei um entusiasmo fora do comum, uma disponibilidade especial que denotava elos de empenhamento ainda muito fortes. Todos me dirigiram, inclusivamente, palavras de encorajamento e de estímulo. Na impossibilidade prática da referir na especificidade a forma como contribuíram para esta Dissertação, e por isso pedindo que me desculpem, quero agradecer também a:

Engenheiro Albano Pereira, Arquitecto Alcino Soutinho, Arquitecto Adalberto da Rocha Gonçalves Dias, Arquitecto Alfredo Matos Ferreira, Arquitecto Álvaro Siza, Arquitecta Ana Salta, Arquitecto Anton Franz Schneider, Arquitecto António Abel, Arquitecto António Clemente da Silva, Arquitecto António Gamito, Arquitecto António Moura, Arquitecto António Nunes de Almeida, Doutor António Pina, Arquitecto António Reis Cabrita, Arquitecto António da Rocha Gonçalves Dias, Arquitecto Artur Rosa, Engenheiro Baptista Alves, Arquitecto Bartolomeu Costa Cabral, Arquitecta Beatriz Madureira, Arquitecto Bernardo Ferrão, Arquitecto Camilo Cortesão, Arquitecto Carlos Figueiredo, Arquitecto Carlos Pereira Lopes, Arquitecto Carlos Prata, Dra. Clara Costa, Arquitecto Célio Costa, Arquitecta Conceição Redol, Arquitecto Cristiano Moreira, Arquitecto Domingos

Tavares, Arquitecto Duarte Nuno Simões, Arquitecto Eduardo Trigo de Sousa, Arquitecto Emídio Fonseca, Arquitecto Fernando Bagulho, Arquitecto Fernando Laranjeira, Arquitecto Fernando Maia Pinto, Arquitecto Filipe Lopes, Arquitecto Francesco Marconi, Arquitecto Francisco Pires Keil do Amaral, Arquitecto Francisco Silva Dias, Arquitecta Gabriela Baptista Tomé, Doutor Gaspar Martins Pereira, Arquitecto Gonçalo Byrne, Engenheiro Helder Tiago, Dra. Joana Luz, Arquitecto João de Araújo Resende, Dr. João Mário Mascarenhas, Engenheiro João Martins Pereira, Arquitecto João Moitinho, Doutor João Quintela, Arquitecto Joaquim Bento Lousan, Arquitecto Jorge Garcia, Jorge Vilas Fonseca da A. M. do Bairro da Relvinha, Arquitecto José António Paradela, Arquitecto José Carlos Calado, Dr. José Catela, Arquitecto José Cid, Arquitecto José Daniel Santa-Rita Fernandes, Arquitecto José Luís de Carvalho Gomes, Arquitecto José Gigante, José Gonçalves da A. M. Luta do Povo do Bairro dos Pinheirinhos, Arquitecto José Manuel da Cruz Henriques, Arquitecto José Manuel da Nóbrega Gouveia, Arquitecto José Maria Lopes da Costa, Arquitecto José Miguel da Fonseca, Arquitecto José Norberto, Arquitecto José Pulido Valente, Arquitecto José Rafael Botelho, Arquitecto José Silva Carvalho, Arquitecto José Veloso, Arquitecto Júlio Saint-Maurice, Arquitecto Justino de Morais, Arquitecto Leonel Clérigo, Lúcio Abreu da A. M. Mocidade da Arrábida, Arquitecto Luís Bruno Soares, Arquitecto Luís Casal Ribeiro, Arquitecto Luís Gravata Filipe, Arquitecta Luísa Meneses, Arquitecto Manuel Correia Fernandes, Manuel Dias, Arquitecto Manuel Fernandes de Sá, Arquitecto Manuel Mendes, Arquitecto Manuel Nicolau Brandão, Arquitecto Manuel Pardal Monteiro Magalhães, Arquitecto Manuel Vicente, Arquitecto Manuel Tainha, Arquitecta Margarida Coelho, Dra. Margarida Duque Vieira, Arquitecta Margarida Ferrão Vieira, Arquitecta Maria Fernanda Seixas, Doutora Maria Proença, Dr. Mário Brochado Coelho, Arquitecto Mário Trindade, Arquitecta Marta Oliveira, Arquitecto Nuno Portas, Arquitecto Nuno Teotónio Pereira, Paulo Jorge da A. M. 18 de Maio da Portela-Outorela, Arquitecto Pedro Botelho, Arquitecto Pedro Mestre, Arquitecto Pedro Ramalho, Arquitecto Raúl Hestnes Ferreira, Dr. Ricardo Lima, Arquitecto Rodrigo Ollero das Neves, Arquitecto Rolando Torgo, Arquitecto Rui Pimentel, Arquitecto Sergio Fernandez, Arquitecto Vítor Alberto.

Por fim, quero expressar a minha gratidão aos que me são mais próximos, à minha mãe, à Rita, ao José e à Rosa. Este livro também lhes pertence.

Antes de mais não podemos deixar de referir a memória do Arquitecto Fernando Távora que, foi connosco orientador da Dissertação de Doutoramento, que agora temos a honra de apresentar. A ele devemos a consideração de que as ideias e alguns desenhos, nunca concretizados, não foram ilustrações da utopia, constituíram, sim, um nunca realizado *sonho possível*, como ele gostava de lhes chamar.

Foram ideias para a cidade: práticas, económicas, racionais, de bom senso.

Não faremos aqui uma crítica de um trabalho que orientámos. Fomos manifestando ao longo da sua execução as dúvidas que nos foi suscitando, dando as contribuições que fomos capazes para a sua elaboração. Tivemos sempre, da parte do Arquitecto José António Bandeirinha um interlocutor atento e disponível e uma enorme compreensão para tentar responder às pequenas questões que fomos levantando. E dizemos pequenas porque de facto o foram e sem importância, dado o rigor e a exaustão do trabalho de investigação que foi realizado sobre as fontes bibliográficas ou documentais, escritas ou construídas ou no recurso a depoimentos dos protagonistas do processo em análise, bem patente, não só nos Anexos, como, sobretudo, na profundidade da abordagem do próprio texto da Dissertação. E não podemos esquecer que, da espécie de apagamento da história de que o SAAL foi vítima, na *révanche* política do pós 25 de Novembro, resultou a inexistência de documentação nas instituições que a deveriam ter albergado, tendo sido necessário recorrer aos tesouros religiosamente preservados pelos seus intervenientes, nos seus arquivos pessoais ou na sua memória ainda viva porque, felizmente, há coisas que não se esquecem. Sendo este facto maravilhosamente significativo, representou para o autor, um razoável embaraço que, apesar de tudo, nos parece ter sido muito enriquecedor para o seu trabalho, além de bem compensador para todos os que se sentiram de novo ligados, através dele, à rede de compromissos que tão entusiasticamente tinham assumido.

O tema do trabalho tinha todo o sentido, como sequência natural do *Livro Branco do SAAL 1974-1976* que deveria, num segundo volume nunca realizado, registar e analisar criticamente os projectos produzidos pelo SAAL, no curto espaço de tempo da sua duração, entre Agosto de 74 e Outubro de 76.

Todos sabíamos que não tinha sido possível consolidar uma teoria e uma prática em processo de elaboração entre conflitos que, dos gerais aos mais particulares, tiveram um arco de importância que podia ir da guerra civil provável e consequente intervenção militar externa, até ao mais doméstico debate sobre uma tipologia ou material de construção, passando pela crítica urgente aos instrumentos de planeamento ainda em vigor. Se ficasse feito um inventário já não era mau. E, de facto, no Anexo à Dissertação, ele está exaustivamente feito, para além de uma excelente tabela cronológica que cruza um conjunto de factos históricos relevantes, associados ao SAAL e ao movimento de moradores, com outros de ordem mais geral. Esta cronologia permite, por si só, estabelecer o conjunto de relações indispensáveis para a inteligibilidade do *processo*, como lhe chamavam os moradores pobres.

O trabalho revela de forma muito clara a configuração teórica que por todo o mundo fora sendo acumulada ao longo da última década, tão bem conhecida pelo Arquitecto Nuno Portas que, assim, integra a sua proposta de criação do SAAL no contexto da cultura internacional que

com ele se relacionava conceptualmente. Revela, ainda, sistematizando dados muito dispersos, nunca sintetizados, todos os antecedentes teóricos e práticos que, também no nosso país, levaram à formulação do SAAL e onde se ergue a figura de Nuno Teotónio Pereira que, neste texto, ganha a relevância que merece, também neste âmbito.

Depois a história do Serviço de Apoio Ambulatório Local, corpo cada vez mais estranho entre o aparelho de estado de que faz parte e os movimentos sociais urbanos que ele próprio alimenta com expectativas, em relação permanente com o contexto político, social e cultural do país. Esta história fica, na sua generalidade, definitivamente feita. Haverá, ainda, algumas pequenas histórias que a poderão vir a enriquecer, num *zoom* sobre algumas circunstâncias e modos de actuar mais locais.

A análise crítica dos projectos, objecto central, foi realizada com a consciência prévia de que, aqueles não iriam constituir um importante acervo do que poderíamos e até gostaríamos de chamar *arte da revolução*. O trabalho explicita, explica e comprova a hipótese de que, mais importante do que a apreciação contextual da arquitectura produzida, seria a reflexão sobre as potencialidades de surgimento de mecanismos indutores de uma evolução metodológica.

Colocámos, em tempo, algumas reticências sobre o âmbito nacional, como campo da investigação. Tínhamos a percepção de que, além da construção e concretização de uma política de habitação, o SAAL foi terreno para uma reflexão sobre a cidade e o estabelecimento de novas metodologias de intervenção que, tendo como princípio os mecanismos da democracia directa, garantissem o direito à cidade e ao lugar, como travões à sua estratificação classista e à especulação imobiliária, bem como o compromisso com todo o património edificado e com os seus valores históricos e culturais associados. Tendo sido no Porto que se desenvolveram as reflexões e as experiências mais relevantes sobre estes últimos aspectos, o seu estudo implicaria uma abordagem mais aprofundada do processo nesta cidade, o que desequilibraria um trabalho com abrangência nacional. Esta especificidade portuense está bem explícita num texto da Brigada dirigida pelo Arquitecto Álvaro Siza e que não encontra paralelo nas preocupações de outras zonas de intervenção. Cito:

Estudamos, também, um alargamento da metodologia de intervenção que toma em consideração, não só os problemas internos de cada associação e zona, mas aqueles que convergem e são comuns a todas as associações.

A recente formação de uma estrutura operativa que abarca várias zonas não é mais do que um reflexo e uma adequação do precedente passo decisivo que constituiu a organização dos moradores, agora conscientes de que os problemas locais reflectem, sobretudo, as contradições da cidade e do território nos seus aspectos mais gerais.

Este avançar para cidade e para o território e para o estabelecimento de novas metodologias de planear a sua transformação, potenciaria um alargamento da acção do SAAL, ultrapassando claramente os seus objectivos iniciais.

Tínhamos uma consciência difusa de que a opção, digamos, *regional* ultrapassaria mais facilmente o âmbito puramente académico ou historicista do trabalho, para se poder constituir como uma espécie de lição para o futuro que, apesar de tudo, é.

Defeito do orientador que coloca acima da coerência académica o desejo de uma operatividade possível para o trabalho. Desejo de saltar trinta anos e encontrar-lhe alguma aplicabilidade, pelo menos exemplificativa, para sustentar, ainda que parcialmente, o debate sobre os processos de transformação da cidade contemporânea, no contexto português. Debate particularmente importante em Coimbra que tem pressuposto a participação cidadã, como elemento estrutural de qualquer processo de transformação.

O SAAL foi marcado, no plano filosófico, por um certo realismo empírico perante os princípios e a sociedade, sem que no plano político se tivesse colocado numa posição ilustrada, quer dizer, herdeira dos reformadores sociais anteriores à Revolução Francesa, convictos defensores da propriedade privada e da organização democrática da sociedade. Esta espécie de *doença infantil*, como Lenine chamou a algumas formas de *esquerdismo*, foi o que lhe conferiu a sua exemplaridade teórica radical e o afastou do *reformismo* do Movimento Moderno.

A importância do processo SAAL foi imediatamente entendida pela crítica europeia. Álvaro Siza é chamado a Évora, a Berlim e a Haia, evidentemente pelo seu já reconhecido talento, mas, também, pela sua identificação com o SAAL. Os seus projectos para estes lugares, além da intervenção em S.Vítor, no Porto, constituem a mais expressiva concretização de uma reflexão colectiva de que foi protagonista importante e que teve lugar durante estes intensos dois anos.

Na intervenção de S.Vítor, Siza concluiu que aos fragmentos de uma evolução urbana cheia de contradições era possível sobrepor uma malha que, sem as obscurecer, garantiria, não só a unidade desejada ao todo, como a clareza tipológica das novas intervenções pontuais. Essa matriz deveria ser elaborada no diálogo criativo com o contexto *tal como encontrado* e não a partir de soluções universais ou invenções subjectivas.

Em todos os escritos da época aparecem obsessivas referências à procura de uma metodologia adequada que nada tivesse a ver com improvisação ou autoritarismo e à consideração do rigor como não estabelecendo nenhum limite à criatividade. Siza parte para Berlim e todos nós para outras aventuras, talvez desiludidos, mas levando connosco conquistas vitais e um discurso mais denso nos seus fundamentos.

Coimbra, Dezembro de 2006

ALEXANDRE ALVES COSTA

Reunido no início de Novembro de 1976, o 6.º Conselho Nacional do SAAL decide a elaboração de um Livro Branco. A intenção era perceptível, dois anos de actividade estavam sob genérica suspeita de acusações que a própria tutela institucional tinha proferido, o Director Nacional estava demissionário e era urgente divulgar o trabalho desenvolvido, e a decorrer, em prol da beneficiação das condições habitacionais de milhares de moradores mal alojados. Poucos dias depois, alguns arquitectos de Lisboa e do Porto, ligados às brigadas de apoio local ou aos serviços de suporte administrativo, iniciavam uma troca de correspondência para sistematizar a recolha de dados que quantificassem o trabalho produzido e os resultados obtidos. Muito pouco tempo depois, era publicado o *Livro Branco do SAAL 1974-1976*. Esses dados, rigorosamente compilados, dizem respeito, portanto, a um ponto de situação quantitativo, feito no momento, constituem um esforço de levantamento de uma actividade que, para além de muito disseminada por cada uma das áreas de intervenção, estava eivada de pequenos problemas, que se desdobravam em heterogeneidades, e que muito dificultavam a recolha sistemática. O trabalho de projecto, que correspondia a uma das mais objectivas finalidades do SAAL, estava ainda a decorrer, ou mesmo, em muitas das operações, a iniciar. Se já se tornava difícil proceder à sua recolha, era impensável propôr a sua avaliação.

Embora tenha constituído uma das fontes primordiais desta Dissertação, considerou-se redundante reproduzir, ou duplicar, o manancial de informação quantificada que foi compilado no *Livro Branco do SAAL 1974-1976*.

No rescaldo do golpe militar de 25 de Abril, a 16 de Maio de 1974, Nuno Portas foi nomeado Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do 1.º Governo Provisório. Sobressaía, no seu discurso, o profundo conhecimento que tinha da realidade do país: falava na resolução imediata do problema da habitação, falava na criação de “brigadas de urbanismo activo” para descentralizar os serviços e contornar a burocracia, ainda teimosamente “colada” às instituições. Mas sentia-se, também, a configuração teórica da experiência que, por todo o mundo e em contextos de maior ou menor paralelismo, fora sendo acumulada ao longo da última década. Experiências muito vivas e, nalguns casos, servidas ainda a quente, no ardor do deslumbrado quotidiano revolucionário. Dois meses e meio depois, a 31 de Julho de 1974, saía o Despacho conjunto dos Ministérios do Equipamento Social e Ambiente e da Administração Interna, que instituiu o Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL.

Criado com o intuito de dar apoio às populações que se encontravam alojadas em situações precárias, o SAAL surgiu como um serviço descentralizado que, através do suporte projectual e técnico dado pelas brigadas que actuavam nos bairros degradados, foi construindo novas casas e novas infraestruturas, foi oferecendo melhores condições habitacionais às populações mais carentes. A manutenção, tanto quanto possível, das novas habitações nos mesmos locais era uma premissa essencial do Despacho, que assim salvaguardava as tentações de realizar operações dissimuladas de especulação, que tinham como consequência inevitável a compulsiva deslocação dos moradores para áreas mais periféricas. Se, por um lado, dada a situação expectante em que se encontrava o país e a sociedade, se pode considerar a produção que se seguiu como a expressão mais coerente de uma “Arquitectura do 25 de Abril”, por outro lado, a pronta resposta dada pelos arquitectos e pelas equipas de projecto em geral correspondeu, pelos conteúdos metodológicos inusitados e

pela própria qualidade de muitos dos exemplos construídos, a um dos períodos da nossa cultura arquitectónica recente mais debatidos e referenciados em todo o mundo.

Quando, a 27 de Outubro de 1976, saiu o Despacho ministerial que “deslocava” a tutela do SAAL para as Autarquias, estavam em actividade 169 operações em todo o país, que envolviam 41 665 famílias de moradores pobres. Em construção, estavam 2 259 fogos e estava iminente o arranque de mais 5 741. Sintomaticamente, porém, só 13% da totalidade dos solos necessários para essas intervenções estava disponível, cedido ou expropriado. Objectivamente, não houve nenhuma operação que tivesse sido finalizada no período de vigência do SAAL, enquanto serviço da administração central, ou seja, entre Agosto de 1974 e Outubro de 1976. Todas foram, portanto, alvo de métodos de adaptação administrativa e processual que, nalguns casos, chegaram mesmo a inverter, ou a anular, as formulações anteriores. Muitas operações mudaram o local de intervenção, outras mudaram de equipa e de projecto, outras seguiram os mesmos projectos sem o acompanhamento das equipas que os tinham elaborado, outras, pura e simplesmente, acabaram.

Esta Dissertação propõe-se inventariar os projectos que foram elaborados no âmbito do SAAL, entre Agosto de 1974 e o final de 1976, recolhendo ainda componentes, ou partes, desses projectos que, embora produzidas posteriormente, se inscrevem na lógica das intervenções precedentes e seguem os mesmos preceitos metodológicos. Com esse intuito, a pesquisa iniciou-se pelos arquivos e pelos centros de documentação das instituições que sequenciaram aquelas que detinham a tutela do SAAL. Se, pelo que diz respeito a dados de ordem administrativa, muito pouco foi possível colher, pelo que diz respeito a projectos, nada se encontrou. Não existia, por assim dizer, um arquivo centralizado, que pudesse ter consignados os dados referentes à história de um serviço que, apesar de descentralizado, dimanava do aparelho de Estado através de Ministérios, Secretarias de Estado e organismos públicos. Desde o Despacho fundador à sindicância final, não foi possível, a partir dos arquivos oficiais, reconstituir processualmente a actividade do serviço, dada a inexistência de elementos para a documentar.

Bem mais proveitoso foi o recurso aos testemunhos individuais dos agentes envolvidos: técnicos, assistentes sociais, responsáveis de serviço e alguns moradores. Aos poucos e ao longo do tempo foi sendo recolhido um vasto espólio, directamente copiado dos duplicados que, por sua vez, já tinham sido recolhidos por essas pessoas, durante e logo após a actividade do SAAL. Sistemáticamente reagrupado, esse conjunto de cópias foi reconstituindo os meandros processuais e administrativos do serviço e das suas extensões e ramificações. É, portanto, para essa recolha que vai remeter o texto sempre que for necessário referenciar cartas, ofícios, relatórios, ou quaisquer outros documentos de índole oficial ou administrativa.

Tornava-se, igualmente, necessário correlacionar o SAAL, o movimento de moradores e, mais genericamente, a situação política e social que o país vivia. Foi então recolhido, a partir da imprensa da época, de tabelas cronológicas, de comunicados e de documentos de origem variada, um conjunto de factos históricos relevantes, associados ao SAAL e ao movimento de moradores, os quais, cruzados com outros de ordem mais geral, deram corpo à “Cronologia” que acompanha esta Dissertação. Trata-se de uma sistematização cronológica, centrada sobre as lutas pela melhoria das condições habitacionais, que permitiu, posteriormente, o estabelecimento de relações e de deduções diacronicamente alinhadas.

Mas a verdade é que, quer pela sua própria natureza, quer pela área científica em que se inscreve, o objecto desta Dissertação transcende a recolha documental e a reconstituição factual das circunstâncias em que actuou o Serviço de Apoio Ambulatório Local. Propõe-se, também, referenciar a Arquitectura produzida e, sobre ela e sobre os procedimentos metodológicos a ela inerentes, activar uma reflexão crítica que permita o aprofundamento, empírico e científico, das condições de exercício do projecto e, sobretudo, das suas dimensões éticas, sociais, culturais e processuais. A colheita de dados atrás referida erigiu-se, assim, como um complemento necessário à compreensão contextual de um conjunto de projectos, e de obras, concretizados em circunstâncias históricas muito específicas, muito marcadas por uma projecção social que fluidificava, de sobremaneira, algumas das premissas programáticas e metodológicas tradicionalmente consolidadas.

Para este propósito concorreram, então, outras fontes de utilidade mais directa. Por um lado os projectos, recolhidos junto dos arquitectos que coordenaram as brigadas, ou, quando

estes já não os possuíam, junto dos serviços municipais das respectivas autarquias. Por outro lado, as visitas às obras que se concluíram, ou melhor, às fases que se concluíram das obras projectadas.

Foi possível recolher 91 projectos efectuados no âmbito do SAAL, aos quais se acrescentaram mais dois que, embora elaborados no período anterior ao 25 de Abril, seriam depois reconvertidos em operações SAAL. Como já foi referido, quando o serviço se extinguiu, havia 169 operações lançadas, contudo, uma parte considerável delas estava ainda a iniciar as tramitações que antecediam o projecto – organização dos moradores, delimitação da área, expropriação, etc. Os projectos que foram feitos e que, por impedimentos de vária ordem, não foi possível recolher reduzem-se a três ou quatro. Os desenhos essenciais para a compreensão dos fogos e das soluções de inserção urbana foram, então, digitalizados e, tanto quanto possível, representados de um modo que pudesse homogeneizar a leitura das soluções, pelo que diz respeito a contextos territoriais, escalas e opções tipológicas. Essa compilação de projectos está incorporada nesta Dissertação, juntamente com as fichas das operações que, segundo o *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, se encontravam em actividade em finais de 1976.

As visitas efectuadas aos bairros que chegaram a obra veicularam as reflexões mais seguras, firmaram convicções, desfizeram algumas dúvidas e geraram outras, foram, como sempre, imprescindíveis.

Uma outra fonte documental de relevo foi a que se constituiu a partir dos relatos dos responsáveis pelos projectos. Foram inquiridos 66 chefes de brigada em entrevistas que, na sua maioria gravadas, se fixaram em cerca de 20 horas de registo oral. Para além de terem servido como fonte de informação colateral, esses relatos constituem, sobretudo, um acervo de capital importância para a história do processo.

Embora coligidos de um modo funcional, leia-se não muito ortodoxo sob o ponto de vista documental, estes elementos e estes testemunhos, pela sua considerável dimensão, acabariam por sugerir, entretanto, um terceiro objectivo para a Dissertação. Dada a inexistência, ou pelo menos dada a inacessibilidade, de fontes fixas nos arquivos oficiais, pareceu útil o propósito de estabelecer um contributo para o relato, e para a compreensão, do SAAL enquanto serviço de incidência nacional, ou, se quisermos, para a “descrição” dos processos numa perspectiva diacrónica mais tradicional. Este objectivo pressupõe, obviamente, uma perspectiva disciplinar que toma como ponto de partida as condições do exercício da Arquitectura num determinado contexto social e temporal. O seu surgimento tem, ademais, subjacente a inexistência de outros trabalhos que, segundo esta perspectiva mais arquitectónica, pudessem abarcar o tema, num entendimento mais abrangente e inclusivo, pesem embora os inúmeros estudos e ensaios de excelência, que contribuíram de sobremaneira para a fixação de uma visão crítica – histórica, sociológica e arquitectónica – do SAAL e, sobretudo, das suas frentes de acção mais paradigmáticas. Tornou-se, então, imperativo “contar” todo o processo, partindo de uma matriz mais centralizada e desdobrando-a, de seguida, sobre os múltiplos pólos de contacto com o tecido social. A disposição diacrónica que orienta grande parte do conteúdo desta Dissertação deriva daí.

Em suma, e recapitulando, os objectivos deste trabalho inscrevem-se em três ordens orgânicas que, cruzadas entre si, lhe conferem a estrutura expositiva, a forma e o corpo.

Por um lado, a formulação descritiva, opção que advém da necessidade de enquadramento histórico das condições de exercício do projecto e que suporta o decurso temporalmente linear da exposição. A correlação de acções e de práticas entre o tema, a situação política e social do país e, em particular, o movimento de moradores inscreve-se também nesta ordem de objectivos.

Por outro lado, a recolha e o levantamento dos projectos efectuados no âmbito do SAAL, propósito que seria a sequência lógica do *Livro Branco* mas que, por vicissitudes várias, nunca se cumpriu. Com algumas faltas, poucas mas certamente significativas, esta ordem de objectivos concretiza-se no conjunto de desenhos anexo a esta Dissertação.

Por outro lado ainda, os propósitos que dizem respeito a uma reflexão crítica sobre as condições do exercício do projecto e sobre o significado das obras. Por razões que se revelam ao longo do texto, essa reflexão incidirá mais sobre as potencialidades de surgimento de mecanismos indutores de uma evolução metodológica do que, propriamente, sobre a apreciação contextual

da Arquitectura produzida. Esta ordem de objectivos está presente ao longo de todo o trabalho, perpassa-o verticalmente e é alvo de uma exploração final mais intensa.

Assim definidas, estas ordens de objectivos desdobram-se em seis capítulos, uma tabela de suporte cronológico e um conjunto de desenhos, que, para além dos projectos e obras recolhidos, tem também fichas identificativas das operações que se encontravam em actividade nos finais do ano de 1976.

No primeiro capítulo, “Os sentidos do debate internacional”, é feita uma interpretação genérica das tendências que emolduravam as práticas arquitectónicas e das que se abriam para a discussão teórica, na época em estudo. Incide particularmente nas questões inerentes às oscilações da axialidade disciplinar, deduzidas do confronto cognitivo com uma realidade cada vez mais complexa, por um lado, e da contaminação com as ciências cuja proximidade temática acentuava o cruzamento de saberes e métodos, por outro. Como é natural, são alvo de uma reflexão mais aprofundada as contribuições, teóricas ou práticas, que se relacionaram conceptualmente com o SAAL. Num plano secundarizado, é feita uma reflexão sobre os modelos formais que se perfilavam, em especial aqueles que diziam respeito aos programas de habitação.

O segundo capítulo, intitulado “Antes de Abril. A questão da Habitação”, analisa as condicionantes da produção habitacional em Portugal no período que antecedeu o 25 de Abril. Versando sobre alguns acontecimentos que estiveram ligados, de uma forma muito directa, à configuração estratégica daquilo que mais tarde viria a ser o SAAL, este capítulo visa também a compreensão das perspectivas disciplinares e estatutárias da Arquitectura e dos arquitectos na época do Marcelismo. As referências à produção arquitectónica que se afirmava nos programas habitacionais de promoção pública são, neste caso, mais consequentes e mais úteis para o entendimento de alguns procedimentos ulteriores.

Com o terceiro capítulo, “O arranque dos processos: o campo da acção e o campo da administração”, inicia-se a sequência expositiva que relaciona o contexto político, social e cultural do país, o movimento de moradores e o SAAL. Passo a passo, mês a mês, a interacção recíproca destas três dimensões de entendimento vai sendo entrecortada por considerações associadas à reflexão crítica que perpassa todo o trabalho. Neste caso, percorre-se o arco temporal que vai do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975, ou, se quisermos, à exoneração de Nuno Portas, o Secretário de Estado que delineou o serviço. Abrange as predefinições estratégicas e políticas, as consultas de opinião, a orgânica inicial, a contratação das primeiras brigadas, a confrontação com a dinâmica participativa e o arranque dos projectos.

Na mesma rota sequencial está também o quarto capítulo, “Casas sim! “. Percorre o período que vai do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975. Reflecte sobre o tempo de evolução do SAAL, que nesta altura já caminhava mais voltado para as práticas dos moradores do que para os seus débeis vínculos institucionais. O aparelho de Estado, ainda em processo de formação, tomava consciência dos “perigos” do alastramento incontrolado deste sistema de promoção de casas, que funcionava em íntimo relacionamento com as vontades dos interessados e sob o seu controlo autogestionário. Começavam também a emergir as profundas diferenças entre as operações, deixa de ser possível entender o SAAL como um todo orgânico e homogéneo.

O quinto capítulo, “O desmantelamento de um processo incómodo”, relata o fim do SAAL, enquanto serviço dotado de veículos de coordenação vertical. Descreve um processo que, ao longo de 1976, avançou em paralelo com a recuperação da designada “legalidade democrática”, com o fortalecimento da economia de mercado e com a consequente estigmatização dos mecanismos associativos de democracia directa, que tinham vindo a ser estimulados nos últimos dois anos. Esta fase, em que o SAAL começava a assumir expressão material através da entrada em obra das primeiras operações, correspondeu também à altura em que os elos institucionais, mais do que nunca necessários, se quebram pela radicalização dos conflitos com o aparelho de Estado.

Sob o título “Os projectos dos bairros. Continuidades, evoluções e alternativas”, o sexto capítulo desdobra-se em duas partes complementares. A primeira consta de um apanhado crítico dos escritos anteriormente produzidos sobre a matéria arquitectónica específica do SAAL. A segunda encerra uma reflexão sobre os projectos e sobre os bairros construídos, mas centra-se mais nas questões de ordem metodológica que foram por eles levantadas do que, propriamente, sobre a avaliação

dos seus significados enquanto obras acabadas. Um tal posicionamento pressupõe, portanto, que se observe a Arquitectura em toda a sua dinâmica processual e, para além disso, pressupõe que o próprio ponto de vista do observador não seja estático, ou seja, não se vincule demasiado a qualquer um dos esteios socialmente instituídos da crítica arquitectónica para, desde esse ponto, estabelecer coordenadas. Tal como o próprio SAAL, a Arquitectura produzida no seu seio deve também ser compreendida como um processo inclusivo, que contém modelos, concepção, participação, construção, revezes, oposições, ataques, louvores, divulgação internacional, apropriações, transformações, integração urbana e, porque não, o desaparecimento.

C A P Í T U L O I

Os sentidos do debate internacional

Num célebre ensaio de 1969, depois refeito e aprofundado em 1973¹, Manfredo Tafuri brinda-nos com um balanço, tão lúcido quanto sintomático, da situação da teoria arquitectónica da época. Devidamente emoldurado e exemplificado com um arco produtivo que vai desde as mais maduras utopias do Iluminismo até aos circuitos mais contemporâneos, o texto assinala com veemência um certo auto-encarceramento da circunstância metodológica da Arquitectura, enredada que estava na falsa duplicidade de opção entre os imperativos da “arte burguesa” e a inelutável condição de mero produto de mercado. Particularmente inquietantes, as conclusões finais remetem para uma impossibilidade, ou antes, prendem-nos numa espécie de jaula de cobaias, na qual nos agitamos inutilmente sem nunca conseguir sair, para usar uma imagem imortalizada por Alain Resnais, alguns anos mais tarde, em *Mon Oncle d’Amérique*, um filme cuja acção se desdobra precisamente em torno dos labirínticos rumos da ciência².

Para Tafuri, a crise da Arquitectura Moderna tinha começado há algumas décadas atrás, no período que se seguiu ao *crash* de 1929, quando o que ele considera o “destinatário natural” dessa arquitectura – o grande capital industrial – supera a sua ideologia de fundo, pondo de parte as superestruturas³. Desde então, a ideologia arquitectónica sente esvair os seus próprios desígnios, subvertendo-se em realidade e buscando ansiosamente um valor operativo. A obsessão de “ver realizadas as suas hipóteses torna-se, ou numa mola para a superação de realidades retrógradas, ou em incómoda perturbação”⁴.

É uma crise que não resulta de cansaços ou de dissipações. Tornou-se inerente à disciplina, encarnando a própria “crise da [sua] função ideológica”. Por essa razão, todos os recursos disponíveis, de maior ou menor significado formal ou dimensional, para tentar superá-la são “inutilmente angustiantes – pois é inútil debatermo-nos no interior de cápsulas sem saída”⁵.

Quais eram esses recursos, cuja vanidade aqui é sublinhada dum modo tão expressivo?

Basicamente, e pelo que diz respeito ao contexto temporal mais próximo, seriam as novas utopias urbanas supertecnológicas, que se assumiam como tentativas de redimensionar morfológicamente a cidade e o território e que então ilustravam as páginas das revistas especializadas, desde as mais tecnólatras – Archigram, Paul Rudolph, Yona Friedman, o próprio Kenzo Tange, com as suas superestruturas territoriais projectadas com os alunos do MIT – até às mais românticas, pretensamente orgânicas porque formalmente dedutíveis da observação das “estruturas naturais” – Buckminster Fuller, Superstudio, Noriaki Kurokawa e o grupo Metabolism, etc.

Mas seriam também as contribuições da arte pop e da arte op, as experiências de exaltação figurativa das complexidades urbanas que, segundo Tafuri, serviam sobretudo para dissimular as contradições da cidade, “resolvendo-as em *imagens* polivalentes”⁶. Mesmo a assimilação de um dos mais célebres estíbulos de Maio de 68, *l’imagination au pouvoir*, ratifica, em seu entender, um ambíguo compromisso entre a metáfora artística e a realidade do sistema produtivo.

Seriam, por fim, as situações latentes geradas pelos processos reivindicativos urbanos, pelo planeamento marginal, ou paralelo, pelos clamores de humanização do cliente e da encomenda que emergiam nalguns focos de debate, pelo anseio de trabalhar para o povo, ou para os

¹ Cf. Manfredo Tafuri, “Per una critica dell’ideologia architettonica”: *Contropiano*, 1 (Janeiro-Abril 1969); mais tarde reelaborado em Manfredo Tafuri, *Progetto e Utopia*, Bari, Laterza & Figli, 1973, tradução portuguesa, *Projecto e Utopia*, Lisboa, Editorial Presença, 1985.

² Alain Resnais, *Mon Oncle d’Amérique*, (1980).

³ Manfredo Tafuri, *Projecto e Utopia*, p.92.

⁴ *Ib.*, p.92.

⁵ *Ib.*, p.121.

⁶ *Ib.*, p.93.

habitantes, ou para os utentes. O *advocacy planning* americano, os contraplanos italianos, elaborados por técnicos que davam apoio às populações em luta por melhores condições de habitação e de vida. Mas também todos aqueles que anunciavam o manancial de trabalho teórico e prático que emergia nas áreas metropolitanas superpovoadas do chamado terceiro mundo, preconizando assim inovadoras missões metodológicas, as quais estavam, na maior parte das vezes, atracadas às franjas de um objecto disciplinar que se deslocava entusiasticamente em direcção à sociologia, às ciências económicas e à antropologia.

Tafuri, porém, acreditava que, dentro do sistema produtivo vigente, já não era possível encontrar encomendas “boas” que se pudessem contrapor às “más”, não era possível encontrar um desenho mais socializante que se opusesse a um outro mais capitalista. Neste contexto, a arte, e a Arquitectura, estavam entaladas entre a sua irrefutável condição de mercadoria e uma auto-redução positivista a objectivos cada vez mais parcelares, cada vez mais perversos – “Nenhuma ‘salvação’ é já possível encontrar dentro dela: nem vagueando, inquietos, em labirintos de imagens de tal modo polivalentes que resultam mudas, nem fechando-se no árido silêncio de geometrias pagas pela sua própria perfeição”⁷. Por isso mesmo seria um absurdo procurar propostas inovadoras, ou contrapropostas, ou propostas mais progressistas, no sentido, por exemplo, de privilegiar o domínio do público em detrimento do privado, uma vez que isso seria procurar pretensas alternativas, sem sair da lógica global que condiciona metodologicamente o exercício do projecto. Seria, em seu entender, “uma manifesta contradição nos termos”⁸.

Portanto, se a saída não estava à vista, também não fazia sentido a procura obcecada de métodos e, menos ainda, de planos, de projectos, ou de formas, que se pudessem contrapor ao exercício corrente da Arquitectura, enquanto resposta mercantil directa aos desígnios do modo de produção capitalista para a cidade e para o território. De qualquer modo, também não se enfrentava a essência do problema, o que estava em causa não era uma oposição entre trabalhos bons e trabalhos maus, tratava-se, quando muito, “de conseguir discernir que condicionamentos das estruturas do plano são por vezes congruentes com objectivos contingentes do sector operário”⁹.

Estas considerações do ensaio de Tafuri, não menosprezando o seu dramatismo, são aferidas por um ponto de vista centrado no eixo da disciplina da Arquitectura e, por essa razão, não deixam de ser particularmente significativas, sobretudo tendo em conta que alguns dos sentidos do debate na época apontavam precisamente para saídas mais empenhadas na interpenetração, metodológica e experimental, de conteúdos científicos. Com efeito, o crescente reconhecimento das múltiplas necessidades de um “cliente” cada vez mais plural e diferenciado e a consciência das complexidades que caracterizam o seu envolvimento social conduziam o corpo disciplinar da Arquitectura em direcção a um campo de referências mais vocacionado para a compreensão das relações entre o meio ambiente e o comportamento.

Christopher Alexander

Começavam, assim, a ganhar coerência as aproximações científicas que induziriam a teoria da Arquitectura para domínios do conhecimento nunca antes tentados. Um jovem de origem austríaca, matemático e arquitecto de formação, tinha publicado em Harvard, em 1964, um outro ensaio, através do qual formulava uma grelha de possibilidades de adequação entre forma e função, recorrendo a processos matemáticos e a um amplo e sofisticado rol de referências que percorria os saberes específicos da própria Arquitectura, da Arqueologia, da Psicologia, da Sociologia e, em menor escala, da Antropologia¹⁰. O jovem chamava-se Christopher Alexander. O trabalho, intitulado *Notes on the synthesis of form*, mesmo visto à luz da sua contextualização histórica, constituiu um marco inequívoco na forma de encarar o método de projecto e das premissas que lhe são inerentes, mas não deixa, contudo, de suscitar algumas questões relativas a essas suas ricas, mas perturbantes, ambivalências. Numa certa perspectiva, o recurso a um processo matemático¹¹ de

⁷ *Ib.*, p. 121.

⁸ *Ib.*, p. 121.

⁹ *Ib.*, p. 115.

¹⁰ Christopher Alexander, *Notes on the synthesis of form*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1964.

¹¹ Basicamente através da Teoria dos Grafos, uma teoria de natureza combinatoria com aplicações práticas em diversos ramos de actividade. De entre a vastíssima bibliografia citada a este propósito por Christopher Alexander, no seu *Notes on the synthesis of form*, sobressai o estudo de Claude Berge, *Théorie des graphes et ses applications*, Paris, 1958.

avaliar o fenómeno da concepção da forma pressupõe uma ideia clara de sublevação contra o método tradicional dos arquitectos: a tentativa “tacteante” e “intuitiva” do desenho. Usando a lógica, o autor parece querer deduzir um método universal, no qual é introduzido um conjunto notável de variáveis derivadas da circunstância específica. Procurava, assim, um caminho seguro, capaz de assegurar uma eficácia de resposta que pudesse não estar sujeita às vicissitudes de um “momento”, ou às ideossincrasias de um “autor” e da sua “inspiração”, uma fórmula que pudesse ser amplamente aplicada, desde que as múltiplas variáveis fossem correctamente introduzidas. Em suma, uma ideia eminentemente moderna do exercício da Arquitectura, veiculada através da validação generalizada de um método, embora aprofundado e particularizado por um eloquente rol de variáveis específicas.

Mas se, numa primeira análise, Christopher Alexander transmitia esta ideia de procura de um método “científico”, que se pudesse contrapor aos recursos tradicionais dos arquitectos, torna-se também evidente a intenção de superar a distinção sequencial entre forma e função, proposta pela velha via funcionalista, uma vez que a forma física vem caracterizada como a própria materialização da função, acrescida das suas circunstâncias contextuais¹². Tratava-se também, portanto, de uma crítica às redutoras simplicidades dos programas funcionalistas convencionais, e de um avanço propositivo no sentido de uma análise mais complexa e mais abrangente das necessidades dos utentes, em todas as suas possibilidades de interacção.

Ao longo dos anos sessenta vários foram os estudos e reflexões que foram dando consistência teórica a esta ideia de aprofundamento das necessidades reais dos destinatários da Arquitectura, recorrendo sempre a uma espécie de pressuposto crítico em relação à superficialidade técnica dos programas funcionais do Movimento Moderno e, sobretudo, a uma aproximação, efectiva e deslumbrada, aos saberes das ciências sociais. Da psicologia comportamental à antropologia, tornou-se cada vez mais frequente o recurso às disciplinas que pudessem ajudar a sistematizar melhor o papel dos utentes, bem como o sentido das suas aspirações mais específicas.

Amos Rapoport, um professor de Arquitectura do University College de Londres, publica, em 1969, o livro *House form and culture*¹³, outro dos marcos essenciais da cultura arquitectónica da época. Nele são retomados os temas da concepção da forma e das suas condicionantes físicas e socio-culturais, desta feita com uma argumentação de raiz predominantemente antropológica. Através do conceito de *criticality*, ou seja, a escala ou grau de constrangimento que pode existir na construção dos edifícios, Rapoport desenvolve um interessante raciocínio segundo o qual os factores físicos, materiais e socio-culturais que condicionam a edificação são, nos nossos dias e nas sociedades ocidentais, tão frouxos, tão desligados das “necessidades fundamentais”, que a imensa liberdade de escolha outra coisa não pode proporcionar senão a vacuidade e a entrega às vicissitudes da moda. E, no entanto, diz ainda Rapoport, em vez de colhermos das construções vernaculares o sábio jogo dos seus aspectos persistentes e dos seus aspectos cambiantes para encontrar o caminho do futuro, continuamos a agir como se o valor dos constrangimentos fosse ainda forte e como se uma adaptação directa à função fosse ainda essencial.

Amos Rapoport

Sobressai, de novo, a presença de uma leitura que tem como pano de fundo a crítica à superficialidade das relações directas entre forma e função propostas pelos funcionalistas. De novo, também, a tentativa de criação de um outro impulso metodológico, mais consciente, mais rigoroso em relação às especificidades socio-culturais dos destinatários da Arquitectura, sobretudo àquelas que tinham sido abafadas, esquecidas ou ignoradas durante a todo o decurso da saga modernista.

No fundo, todas estas aproximações se inscrevem no círculo das intenções, mais ou menos expressas, de catapultar as aspirações concretas dos utentes para um lugar de primazia, no campo metodológico do exercício do projecto, mas pretendiam ir ainda mais além, quando preconizavam que todas aquelas preocupações de base analítica, emprestadas das ciências sociais, se assumissem como as próprias motivações da criação do objecto arquitectónico, numa espécie de fuga para a frente, numa tentativa, efervescente de esperança, de superar os impasses de formalização de que nos falava Tafuri.

¹² Cf. Peter G. Rowe, *Modernity and Housing*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1995, p. 224.

¹³ Amos Rapoport, *House form and culture*, Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall, 1969.

Ao longo dos anos sessenta vai, assim, ganhando consistência crítica um determinado entendimento de forma arquitectónica consequente com os sistemas comportamentais dos utilizadores – por vezes dos construtores-utilizadores – e veiculada pelas circunstâncias físicas do contexto. Esse entendimento, fortemente ancorado nos trilhos da sistematização estruturalista, tornava-se muito mais enérgico e motivador à medida que, do campo operativo da Arquitectura, se ia particularizando o tema da habitação e, mais ainda, quando o que estava em jogo era a questão da resolução dos problemas da crise habitacional.

O alojamento tinha-se tornado num problema mundial. Por razões socio-económicas diversas, quer as metrópoles consolidadas dos países ricos, quer as metrópoles emergentes dos países pobres, debatiam-se com graves problemas de afluência desmedida de habitantes. Os chamados países desenvolvidos debatiam-se com as suas endémicas dificuldades de compatibilizar a política de habitação e o consequente planeamento com a rédea solta da especulação fundiária liberal. Os chamados países subdesenvolvidos, por sua vez, confrontavam-se com a impossibilidade económica de levar a cabo qualquer objectivo programático ou de planeamento que pudesse enfrentar os contínuos e incontroláveis fluxos populacionais que chegavam às cidades, densificando-as com extensas aglomerações periféricas de habitações precárias. Para além do mais, com a acelerada difusão e aperfeiçoamento técnico dos meios de comunicação, a miséria extrema das condições de vida desses fenómenos de aglomeração urbana e suburbana já não era dissimulável ao olhar das boas consciências dos países ricos e das democracias ocidentais.

A velha argumentação de Engels segundo a qual a crise do alojamento só se tornava um problema real quando, por um lado, afectava não só a classe operária mas também as outras classes, nomeadamente a pequena burguesia, e, por outro lado, ameaçava a própria burguesia pela promiscuidade de uma co-habitação miserável e doentia¹⁴, conhecia agora uma alteração de escala, superando a dimensão de vizinhança da cidade industrial europeia do século XIX, para se assumir como fenómeno mundial. Esta co-habitação interclassista tinha, com efeito, passado para a escala do planeta. A proximidade mediática das metrópoles superpovoadas do chamado terceiro mundo tinha-se tornado tão incómoda quanto a proximidade real dos *slums* das cidades ocidentais e era por demais evidente para que fosse possível fugir-lhe.

Charles Abrams

Charles Abrams, um arquitecto americano que desde há vários anos estudava a questão fundiária nos Estados Unidos foi, a partir de 1952, encarregado pelo Sector de Alojamento, Construção e Planeamento das Nações Unidas de empreender um levantamento da política de habitação e do problema das terras urbanas no mundo. Em 1964, o *Massachusetts Institute of Technology* publicou alguns dos seus escritos, que tinham por base essas incursões pela realidade habitacional dos países mais pobres¹⁵. Aí, o problema dos solos urbanos, mais do que o da habitação vista isoladamente, era tratado como um tema essencial. Abrams tinha um profundo conhecimento de situações muito diversas e tinha uma rigorosa consciência das suas especificidades. Essa incumbência das Nações Unidas tinha-lhe permitido entrar em contacto com o problemas das grandes aglomerações de habitação precária e espontânea, em contextos urbanos e suburbanos muito díspares, que iam desde Singapura à Nigéria, passando pelas Filipinas, Japão, Bolívia, Venezuela, Jamaica, Porto Rico, Barbados, Irlanda, Gana, Turquia, Índia e Paquistão. Embora cada uma dessas situações estivesse imersa em particularidades muito variadas, a raiz do problema era sempre idêntica: a afluência de multidões às cidades e a escassez de oferta de alojamento em condições adequadas à procura, que provocavam incontroláveis acções de ocupação espontânea, frequentemente catastróficas sob o ponto de vista geográfico e ambiental. Esses fenómenos, quase sempre associados a ocupações massivas, compulsivas e incontroláveis de grandes extensões de terras urbanas e suburbanas geravam, por um lado, uma dinâmica económica paralela em face da qual era tentador criar mecanismos de integração e, por outro lado, punha em causa pressupostos adquiridos de utilização e estatuto dos solos urbanos. A propriedade privada, base estruturante

¹⁴ Cf. F. Engels, *Para a questão da habitação*, Lisboa-Moscovo, edições Avante, 1984, pp.47-51; e também F. Engels, *The Condition of the Working Class in England*, Oxford-New York, Oxford University Press, 1993, pp. 106-143.

¹⁵ Charles Abrams, *Men's Struggle for Shelter in a Urbanizing World*, M.I.T., 1964, que aqui será referenciado através da tradução *Habitação, Desenvolvimento e Urbanização*, Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1967.

de tantos sistemas políticos e administrativos, estava assim posta em causa, à escala mundial, por todo o lado onde se gerassem essas situações de urbanização espontânea.

De um determinado ponto de vista, Abrams tinha tido a coragem de encarar frontalmente o problema, ao abordar o estatuto da propriedade do solo urbano e suburbano, onde quer que se produzissem, de uma forma mais crítica, estas situações, ou seja, perante a constatação da ineficácia e, em grande parte dos casos, da hipocrisia, das políticas de repressão ou de inibição das implantações espontâneas, ele preconizava a integração dessas formas de uso das terras num quadro de melhoria sucessiva das condições de vida, mesmo que para isso se tivessem que recorrer a novas formas de posse e de aluguer dos terrenos¹⁶.

Sob outro ponto de vista, porém, o trabalho de Abrams é sintomático de uma progressiva tomada de consciência das sociedades ocidentais perante as ameaças de desestabilização do sistema que representavam todas aquelas situações massivas de extrema miséria.

Embora muito instável, o equilíbrio estratégico assentava, desde o pós-guerra, na bipolarização política dos dois grandes blocos, o mundo capitalista e o mundo socialista. Todas as nações do então chamado terceiro mundo, substancialmente concentradas no hemisfério sul, estavam sob o fogo cruzado do aliciamento: ou se deixavam levar pela magia desenvolvimentista dos valores da “livre iniciativa”, ou começavam a acreditar que a socialização, a partir do fortalecimento do Estado, era uma via possível para fazer frente a uma existência colectiva miserável.

Charles Abrams queixa-se com frequência do alheamento das Nações Unidas pelo que diz respeito às questões da habitação e da urbanização. Desde 1955 que existia uma vontade de reconhecer a importância do problema, tendo sido criado um sector para Habitação, Construções e Planeamento, integrado no Departamento de Assuntos Sociais. Os meios económicos com que esse sector foi sendo dotado não permitiam, porém, a afirmação de resultados sistemáticos ou de qualquer actuação que ultrapassasse a mera elaboração de planos-piloto, a publicação de estudos ou a atribuição de bolsas para pesquisa. Só em 1962 é que as questões associadas à habitação no mundo foram, no seio das Nações Unidas, elevadas à categoria de comissão, em equiparação com o que dizia respeito à saúde, à educação ou ao desenvolvimento económico, mas o único proveito que essa promoção traria, em relação ao anterior estatuto, seria o acréscimo de um ou dois funcionários¹⁷. E, no entanto, Abrams achava que era absolutamente imprescindível uma atenção mais enérgica à forma como se processavam estes novos fenómenos de urbanização galopante e descontrolada.

Mas, se quanto aos processos menos formais de urbanização e de ocupação do solo, os seus argumentos são pertinentes e pioneiros, já quanto à Arquitectura, enquanto disciplina, não se vislumbram grandes considerações de ordem epistemológica, excepção feita, talvez, a um posicionamento crítico subentendido, embora ténue, em relação ao excessivo academismo, tantas vezes culpado do alheamento de todos estes fenómenos, que constituíam já uma notável parcela da realidade edificada no mundo. Aos arquitectos, por sua vez, cabe uma apreciação que oscila entre a descomedida objectividade mercantil¹⁸ e a inaptidão para abraçar outras competências que não as do desenho, as quais são frequentemente indispensáveis para uma resolução satisfatória dos problemas¹⁹.

A crítica ao Movimento Moderno, porém, estava sempre presente de uma forma objectiva e assumida. Era patente a consciência de que a crise da habitação, como, de resto tantas outras, não se resolvia com postulados universais, com manifestos funcionalistas ou com culturalismos herméticos, mas sim com uma actuação específica e contextualizada sobre as virtualidades locais. O conhecimento aprofundado de situações muito diversas levava-o a acreditar mais numa via

¹⁶ Charles Abrams, *Op. Cit.*, pp. 47-56.

¹⁷ *Ib.*, pp. 120-122.

¹⁸ *Ib.*, p. 85.

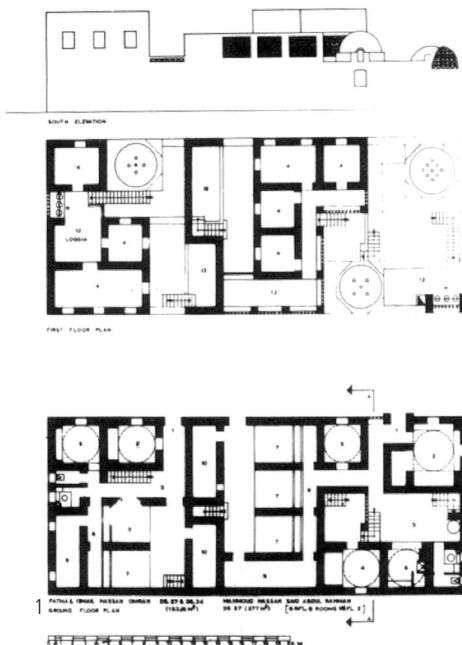
¹⁹ “[...] O arquiteto era capaz de dar uma contribuição acertada para projetar um prédio industrial ou uma casa dispendiosa, mas quando consultado sobre problemas de finanças, economia, legislação, administração, desenvolvimento de técnicas, produção de materiais, grilagem e muitas outras facetas de urbanização, ficava embaraçado. Deixar que seu nome ficasse ligado a uma construção barata (que, na maioria dos casos, era tudo que o país e os moradores se poderiam permitir) poderia causar danos à reputação de um arquiteto – mesmo se soubesse projetar tal construção.” *Ib.*, p. 119.

persistente e realista, que contava com o contributo das potencialidades inerentes a cada caso. A aposta seria, portanto, aproveitar os recursos – económicos, laborais, materiais ou organizativos – já presentes na construção desses aglomerados informais, optimizá-los, administrá-los e canalizá-los no sentido da melhoria das condições de vida e, mais especificamente, de habitação. Para isso contaria mais com o desenvolvimento do artesanato, das técnicas e materiais locais, do que propriamente com as soluções construtivas avançadas, vindas do exterior. Para isso contaria mais com a auto-ajuda e com os sistemas de mutualismo já patentes no terreno, do que propriamente com o apoio externo, tantas vezes desligado das necessidades reais. O auxílio que viesse de fora deveria ser sempre sensível às dinâmicas existentes, potenciando-as e conferindo-lhes *know-how* técnico e administrativo.

Pode, porém, subsistir a dúvida se, no cômputo geral da produção teórica sua contemporânea, este levantamento se assumiu como um contributo inovador. O tema do aproveitamento dos recursos endógenos das populações, quer como solução de subsistência, quer como fenómeno de reacção à desgastada homologação, material e plástica, proposta pelo modernismo e, muito particularmente, pelo Estilo Internacional, tinha já começado a transparecer nalguns trabalhos mais localizados, assumindo-se como um filão privilegiado, nesta exploração de registos metodológicos inovadores.

Hassan Fathy

Hassan Fathy, arquitecto egípcio nascido em 1900, tinha, já desde há muito tempo, trabalhado sobre as possibilidades de renovação dos meios tecnológicos utilizados na construção das casas dos camponeses pobres do Egipto. Ciente que as técnicas e os materiais importados do Ocidente eram inadequados e demasiado dispendiosos para a habitação rural, empenhou-se em demonstrar que os recursos tradicionais deveriam ser usados nas construções modernas e que a adaptação às novas condições de vida se conseguiria através do projecto e não com a alteração dos materiais e dos sistemas construtivos. Neste âmbito, a sua actividade começou a desenvolver-se desde o final dos anos 20, ainda em propriedades da família, mas a decisiva oportunidade prática para testar estas suas convicções deu-se em 1946. Contactado pelo *Department of Antiquities* para elaborar um gigantesco projecto de realojamento de 7000 pessoas que habitavam em Gourná, nas ruínas da antiga Tebas, Fathy elabora a proposta de um novo aglomerado que continha também alguns edifícios públicos, tais como uma mesquita, um mercado coberto, escolas e um teatro. As casas foram construídas em volta de pátios e organizadas segundo unidades de vizinhança com acessos comuns às ruas principais. Embora utilizasse os materiais tradicionais, Fathy recorreu à colaboração de geólogos e de engenheiros mecânicos para optimizar, do ponto de vista técnico, as soluções adoptadas.



Hassan Fathy, Casas para camponeses em New Gourná, 1946.

Fonte: Hassan Fathy, *Architecture for the Poor*, Chicago, The University of Chicago Press, 1973.

Uma parte significativa da obra incorporaria também o trabalho dos futuros habitantes. Por um lado, essa participação seria usada como meio de reduzir substancialmente os custos da operação, mas, por outro lado, erigia-se em penhor da convicção que só desse modo seriam criados os vínculos imprescindíveis ao uso das casas pelos futuros moradores. Não se quebravam os laços de continuidade com o sistema rural de auto-construção e reforçava-se o apego à obra pelo esforço investido na sua concretização²⁰.

O projecto de New Gourna sofreu, no entanto, consideráveis dificuldades quando chegou a hora de ser posto em prática. A oposição dos xeques, detentores do poder local, e a excessiva morosidade burocrática do *Department of Antiquities* egípcio atrasaram todo o processo de realojamento. Para além disso, pairava um ambiente de desconfiança natural para com um projecto que envolvia métodos e materiais tradicionais, numa altura em que o esplendor dos preceitos modernistas se assumia como a única maneira razoável de construir. No final, só uma quinta parte da operação se realizou, mas a experiência ficou como um marco pioneiro da auto-construção assistida.

Em 1957 Hassan Fathy deixou o Egipto para trabalhar em vários projectos para o Médio Oriente, numa firma especializada, sediada em Atenas. Regressou no princípio dos anos sessenta e desenvolveu outros trabalhos, de entre os quais se destacava a cidade de New Bariz, no oásis de Kharga, que não se chegou a concretizar por causa da guerra de 1967.

Não obstante alguns artigos, de limitada divulgação, que escreveu durante os anos sessenta²¹, só na década seguinte começa a descrever e a editar, de modo sistemático, as suas experiências. Nessa altura, em que os recursos do Movimento Moderno surtiam já um efeito claramente repulsivo, a notícia da sua obra foi extremamente bem sucedida.

Mas se, pelo que diz respeito ao aproveitamento dos recursos endógenos dos países pobres, as experiências de Hassan Fathy no Egipto tiveram um efeito dinamizador, foram, sem dúvida, os relatórios de Charles Abrams que deram amplitude internacional à ideia e, sobretudo, que lhe vieram a conferir uma dimensão operativa, permanentemente virada para o terreno das aplicações e dos resultados práticos. Nesse sentido, o trabalho de Adams assume-se como um marco de relevo no modo de encarar o problema da habitação durante a década de sessenta e princípios de setenta.

No amplo quadro de motivações que assistiram o trabalho por ele desenvolvido nos países africanos, asiáticos e latino-americanos subsiste, contudo, a sombra do efeito inibidor das potenciais revoltas, reveladora da necessidade eminente de uma co-habitação mundial menos sujeita aos perigos gerados pelo fosso da profunda desigualdade económica e social – “Não há solo mais fértil para a propaganda revolucionária do que as assediadas cidades das nações subdesenvolvidas”²². Movido também por essa necessidade, descobriu, no essencial, que as grandes extensões suburbanas de ocupação precária, nas cidades do chamado terceiro mundo, não eram controláveis segundo preceitos ditados por uma normativa mimetizada da dos países desenvolvidos. Não fazia sentido num contexto social e cultural tão diferente. Mais produtivo seria deixar que a dinâmica urbana gerada no local – as centralidades espontâneas, os mercados fundiários paralelos, as ocupações – mesmo que não fosse a mais correcta, do ponto de vista dos cânones ocidentais, pudesse vir a ser orientada e assistida no sentido da melhoria progressiva das condições de vida. Abrams vislumbrou, assim, bem no cerne da ideologia liberal, uma chave para a resolução do problema da habitação nos países pobres. Sempre alimentadas por uma forte convicção na evolução gradual dos níveis económicos das populações, as hipóteses que punha gozavam, para além do mais, da aliciante vantagem de não requererem grandes esforços financeiros externos.

Como matéria objectiva, no trabalho de Charles Abrams, destaca-se o levantamento, a uma escala muito abrangente, das questões da habitação precária e da auto-construção, o qual terá, porventura, originado a chamada de atenção mais consequente para o problema, ou, pelo menos, a que foi colocada ao mais alto nível, que era o das Nações Unidas. Pela primeira vez, também,

²⁰ Cf. Hassan Fathy, *Architecture for the Poor*, Chicago, The University of Chicago Press, 1973.

²¹ Como, por exemplo: “Moradia Rural de Ajuda-Própria”: *International Labour Review*, Janeiro de 1962, apud Charles Abrams, *Op. Cit.*, p. 20, nota 11.

²² Charles Abrams, *Op. Cit.*, p. 357.

eram indiciadas soluções que se inscreviam num âmbito de acção mais flexível, cuja tendência era considerar a intervenção como um suporte técnico aberto a todas as circunstâncias contextuais, e não mais como um ciclo metodológico fechado em si, delimitado pela rígida objectivação do projecto e da obra, enquanto finalidades tradicionais da Arquitectura.

Numa realidade cada vez mais complexa, através da qual se começavam a pressentir os efeitos da globalização de mercados, ainda embrionária, o corpo disciplinar abria-se sucessivamente a outros universos científicos e culturais, em busca dos filões de renovação que lhe permitissem reactivar os mecanismos de motivação social e científica, entretendo empedernidos pela monolítica segura dos anos de inabaláveis convicções modernas.

Outro desses filões, importantíssimo no âmbito da introdução de reflexões inovadoras, dizia respeito a um novo olhar sobre a participação dos utentes, ou dos moradores, no caso específico da habitação, na elaboração dos projectos. A tendência para considerar os destinatários da arquitectura na sua especificidade sociológica, quer individual, quer em grupo, tinha vindo a desenvolver-se desde o pós-guerra, como contraposição à ideia moderna de homem novo, padronizado sob o ponto de vista físico e social.

Chombart de Lauwe

Em França, a partir de 1944, altura em que inicia a sua colaboração com o novo *Ministère de la Réconstruction et de l'Urbanisme*, o urbanista Robert Auzelle faz-se rodear de um vasto leque de especialistas, no intuito de conseguir instrumentos de planeamento geradores de sinergias verdadeiramente pluridisciplinares. Entre esses colaboradores – economistas, demógrafos, médicos, antropólogos, pintores e escultores – contava-se o sociólogo Paul-Henry Chombart de Lauwe, que lançou um vasto inquérito sobre as condições de vida na aglomeração metropolitana de Paris. Os objectivos principais desse inquérito estavam marcados pela ambição de uma colaboração mais operativa entre sociólogos e arquitectos e pela constatação de que as consequências sociais do desenvolvimento de uma grande aglomeração urbana eram frequentemente evocadas, mas raramente demonstradas com argumentos que as permitissem julgar de um modo rigoroso. Para isso empreendeu um trabalho sistemático de análise que passava por tentar compreender a influência do meio urbano na composição social e na constituição física e mental dos cidadãos.

Mais tarde viria a dizer que a orientação das pesquisas, no âmbito desse inquérito, fora marcada pela preocupação de entender a situação da classe operária na área metropolitana de Paris²³.

Com esta chamada de atenção para a influência que os planos ou os projectos de arquitectura poderiam ter na conformação social dos espaços, ou mesmo no comportamento dos indivíduos, Paul-Henry Chombart de Lauwe, iniciava, de um modo algo precoce, um percurso de investigação sociológica que, muito embora se detivesse em domínios tão abrangentes como a exclusão, as culturas populares, a universidade, a identidade, as mutações do trabalho, as mulheres, a juventude, etc., teve nas questões da periferia e da participação activa dos cidadãos na construção da cidade uma frente de referências privilegiada.

No final dos anos sessenta já essa investigação se fundamentava em constatações firmes, amadurecidas por um conhecimento profundo dos processos de evolução e de transformação das cidades²⁴. A sua visão do fenómeno urbano, e da crise da habitação em particular, partia do pressuposto que a aceleração do movimento geral de urbanização era causadora de toda uma série de ansiedades que deturpavam a essência eminentemente política da cidade. Os problemas dos habitantes das grandes aglomerações – poluição do ar, falta de luz natural, ruído, tempo excessivo de transportes – afectavam os habitantes, segundo a classe social a que pertenciam, de um modo muito desigual. Do mesmo modo, a crise da habitação persistia perigosamente, mesmo nos países industrialmente desenvolvidos, e afectava sistematicamente as classes mais pobres. Com as grandes migrações urbanas, realizadas em virtude da necessidade de acelerar o ritmo de produção e de prover os postos de trabalho que o operariado especializado recusava, o grande capital dispunha

²³ Cf. Paul-Henry Chombart de Lauwe, "Espace social et urbanisme des grandes cités (1952)": Marcel Roncayolo, Thierry Paquot (sous la direction de), *Villes & Civilisation Urbaine XVIII^e-XX^e Siècle*, Paris, Larousse, 1992, pp. 353-355.

²⁴ Cf. do mesmo autor, entre inumeráveis escritos, relatório e artigos, *Des hommes et des villes*, Paris, Payot, 1963; *Paris, essais de sociologie*, Paris, Editions Ouvrières, 1965; *Pour l'université*, Paris, Payot, 1968; *Pour une sociologie des aspirations*, Paris, Denoël, 1969, e "Le développement anarchique des grandes agglomérations est une cause supplémentaire de tensions et de troubles": *Le Monde Diplomatique*, Février 1970.

de uma massa de mão-de-obra dócil e solícita. A necessidade de manter e de aumentar os lucros trazia subjacente a afirmação de um poder cada vez mais esmagador.

O processo de urbanização, que tinha começado por ser um processo de civilização, tinha-se transformado num processo de dominação. Passando para as experiências vividas nos países em vias de industrialização, esses processos de dominação pressupunham também a aplicação simplista de esquemas urbanos europeus em sociedades e em populações que, segundo ele, ainda não tinham encontrado a sua via própria. Daí também o empenho em provar que, muitas das vezes, a racionalidade da modernização, aplicada às transformações urbanas, se encontrava em contradição com as aspirações de desenvolvimento, disso já havia muitos sinais de correspondência com movimentos internos das populações no sentido de descobrir estruturas novas. As soluções urbanas eram, assim, frequentemente impostas, mais como uma espécie de signo de superioridade, como instrumento de um poder que permitia a um país mais rico impor a sua influência e retirar vantagens económicas, do que como pensamento racional que permitisse obviar a expansão anárquica.

Chombart de Lauwe também achava que a questão da cidade e da habitação se jogava sobretudo na procura do lucro e do poder, que o interesse dos produtores se sobrepunha sempre ao interesse geral das populações. Sustentava que a cidade tinha adquirido uma imagem claramente negativa, imposta pelas pressões subjacentes à manipulação dos habitantes, quer a física, através dos realojamentos forçados, quer a moral, através da publicidade e da propaganda. Essa imagem, como todas as imagens, tendia a tornar-se uma força activa e a projectar-se na vida prática, encobrindo outras ideias mais válidas de urbanização, como as do progresso obtido em todos os campos, da higiene à medicina, das ciências à cultura. Contudo, ela tendia também a demonstrar que a desorganização dos grandes aglomerados correspondia a um mal profundo e que os mecanismos antigos estavam caducos, fazendo com que se puzesse em causa a própria noção de cidade. A necessidade dos homens se associarem para organizar a vida colectiva e para ordenar o espaço em função das estruturas sociais fora sempre uma operação política e era a esse nível que lhe interessava estudá-la.

Mas aí, nesse ponto, residia, em sua opinião, um dos principais equívocos: quem estava encarregado dessa operação eram os especialistas, conhecedores dos problemas, técnicos, económicos, financeiros, que tendiam para uma visão prospectiva, através da qual se conformava um ordenamento funcional, produtivo, eficaz, e graças à qual os homens conseguiriam o melhor rendimento possível. A organização do espaço exprimiria, assim, a sua própria visão do mundo. As decisões seriam tomadas por eles e as chamadas ciências humanas para mais não serviriam senão para estudar a melhor maneira de as impor.

Contrariando o primado tecnocrático, Chombart de Lauwe ousava admitir que o progresso técnico não arrastava fatalmente o progresso social. Então, o principal problema residia no conhecimento dos mecanismos de mudança das estruturas sociais, e de evolução das necessidades e das aspirações, para tentar conceber uma organização do espaço suficientemente flexível, capaz de adaptar-se progressivamente às novas conformações da sociedade.

Mas, no âmbito do ordenamento do espaço, não era possível definir com exactidão as noções de necessidade e de aspiração, uma vez que fazê-las derivar directamente da consulta directa às populações poderia não exprimir nem as verdadeiras necessidades, nem, muito provavelmente, as aspirações futuras. Chombart de Lauwe achava, porém, que negar a existência de necessidades era fazer o jogo daqueles que projectavam as suas próprias aspirações e as da sua classe no terreno de toda a sociedade, concretizando-as com a pretensão de o fazer no interesse geral.

Sob o ponto de vista da sociologia, preconizava, portanto, novos meios de estudo que lhe permitissem analisar, por um lado, as relações entre os comportamentos da vida prática e as aspirações expressas, sabendo que estas não passavam de representações, de meras imagens, e, por outro lado, estudar as transformações económicas, demográficas, socio-institucionais e o modo como se confrontam com as mudanças de sistemas de valores e de visão do mundo, testemunhadas pela análise dos conteúdos da imprensa, da literatura e de outros meios de comunicação.

O verdadeiro problema não residia, porém, na formulação dessas vias de análise, uma vez que era sempre possível estudar os mecanismos de evolução das aspirações e das necessidades

e, a partir desse estudo, conceber planos e projectos que os tivessem em conta. O problema central, segundo ele, residia, isso sim, nos mecanismos de decisão dos planos de urbanismo e dos projectos de arquitectura, em nome de quem era tomada essa decisão.

Era, portanto, necessário substituir o modo de decisão autocrático, exclusivo das cúpulas, por um outro, mais democrático, que permitisse criar canais de comunicação ascendentes, através dos quais se pudessem exprimir as aspirações das bases. As decisões tomadas pelas cúpulas não poderiam correr o risco de responder directamente aos desejos do momento, expressas pelos inquiridos de opinião, o que seria infantil, mas deveriam, em sua opinião, tentar ajustar-se progressivamente aos processos de evolução estudados de um modo infinitamente mais complexo.

Esse seria o caminho para que os seus contemporâneos deixassem de ter uma visão catastrófica dos processos de urbanização e passassem a contemplar a cidade de um modo mais sereno. Fazer com que sentissem que o ordenamento dos espaços, em vez de ser pensado para eles – *pour eux* – fosse pensado com eles – *avec eux* – e por eles – *par eux*²⁵ – era o primeiro passo para construir uma sociedade e um espaço que permitissem aos homens de todas as classes aproveitar verdadeiramente as vantagens materiais e culturais que advinham do desenvolvimento da produção.

A ideia de uma participação mais activa dos destinatários da Arquitectura surgia, pela via das ciências sociais, como uma forma de conferir maior base de credibilidade à disciplina, alargando a sua capacidade de interferência social, tradicionalmente limitada ao papel de resposta às encomendas do poder. Mas, estimulado por esse alargamento de base social, o sentido do debate disciplinar tendia sempre para considerar que, para além dessas constatações, estavam incentivos metodológicos capazes de romper com a inércia de motivos inovadores na produção arquitectónica propriamente dita.

Este tema de um novo compromisso da Arquitectura para com as “verdadeiras” aspirações da população vai sendo desenvolvido, de um modo muito intenso, ao longo dos finais da década de sessenta e do início da de setenta. Ora teorizando em volta das potencialidades geradas por uma anunciada “democratização” da Arquitectura, ora ampliando e divulgando os movimentos sociais que se vão desenvolvendo em torno do direito à cidade e da melhoria das condições de vida, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, várias são as vozes que se erguem por uma participação mais activa das pessoas nos projectos que decidirão os destinos dos seus bairros, das suas cidades.

Do ponto de vista dos rumos que tomava o debate arquitectónico, nunca foi, porém, clara a distinção entre a necessidade de ampliar a função da Arquitectura e da organização do espaço nas diferentes sociedades e a diluição dos saberes disciplinares no genérico *melting pot* das práticas sociais.

Bernard Rudofsky

A 9 de Novembro de 1964 é inaugurada no *Museum of Modern Art* a exposição *Architecture Without Architects*, cujo subtítulo era *A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*. Comissariada por Bernard Rudofsky, a mostra pretendia cobrir um vasto número de exemplos da História da Arquitectura que não era usual referir nos canais tradicionais do conhecimento. Tratava-se de uma perspectiva diversificada da Arquitectura vernacular de várias culturas e latitudes, que partia da assumida necessidade de dar a conhecer os grandes exemplos arquitectónicos construídos pelas comunidades que os edificaram e não pelos arquitectos que comemoravam o poder e a prosperidade. A História da Arquitectura e as suas antologias, segundo Rudofsky, pouco mais faziam do que elaborar listagens do *who's who* dos arquitectos que tinham conseguido ver os seus projectos monumentais construídos, listas de edifícios de e para os privilegiados, das casas dos deuses verdadeiros e dos falsos, dos palácios dos príncipes do mercado e dos príncipes de sangue²⁶. A exposição propunha-se divulgar uma outra faceta da actividade, cujo sentido era menos o da autoria, artística ou financeira, e mais o da razão, funcional e comunitária, das obras em apreciação.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Bernard Rudofsky, *Architecture Without Architects. A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, Londres, Academy Editions, 1981, 5ª. ed. [1ª. edição, 1964].

Para balizar o contexto desta iniciativa deve-se, em boa verdade, entendê-la como uma afirmação convulsiva de identidade por parte dos círculos funcionalistas norte-americanos, numa altura em que o funcionalismo começava a ser posto em causa, como nunca antes o tinha sido²⁷. Essa afirmação expressava-se não só de um modo directo e frontal pela caracterização eminentemente funcional das obras expostas, mas também através da recusa crítica do historicismo clássico, já demasiado estático e anciloso para se poder contrapor ao vigor do funcionalismo, cuja maturidade se consagrava no valor paradigmático da Arquitectura vernacular.

Não são, porém, essas características que importam para o âmbito deste trabalho, mas antes o tom que lhe era subjacente, ou seja, o de um certo despojamento em relação à autoria personalizada do objecto arquitectónico. Citando Belluschi, Rudofsky diz numa passagem em que define “communal architecture”: “a communal art, not produced by a few intellectuals or specialists but by the spontaneous and continuing activity of a whole people with a common heritage, acting under a community of experience”²⁸. A obra arquitectónica, e a organização do espaço, como coisa comum, como pertença da comunidade, em antagonismo com a sobrevalorização da autoria artística ou da promoção mecenática eram conceitos emergentes dos propósitos da exposição, que viriam a contribuir para a caracterização de um certo espírito da época.

Era um sinal importante, que anunciava o declínio da época de ouro dos grandes mestres do modernismo, muito embora alguns deles rejeitassem esse vedetismo, como Gropius, por exemplo, que gostara sempre de diluir a sua aura de autor no elenco dos diversos associados e colaboradores²⁹. Neste sentido, a exposição do MOMA e de Rudofsky, juntamente com a divulgação de um conjunto de obras frequentemente esquecidas pelas usuais referências académicas, viria, sobretudo, a apregoar a Arquitectura como atribuição da comunidade e da organização social. Mais do que uma “Arquitectura sem Arquitectos” traria à ribalta uma Arquitectura sem o *star system* da historiografia tradicional.

Durante a segunda metade da década de sessenta, vários foram os indícios argumentativos que tendiam a considerar a prática arquitectónica como o resultado directo da vontade dos destinatários, fossem eles “moradores” ou “utentes”, sem passar pelo crivo da autoria e da imposição de um “técnico” ou de uma “equipa técnica”. Por um lado, era uma posição suportada pelo crescente reconhecimento da diversidade cultural, pela convicção que a presunção universalista do Movimento Moderno tinha redundado numa das suas maiores fraquezas. A esse propósito, a obra do psicólogo Edward T. Hall, *A Dimensão Oculta*, veio-se a revelar como uma das mais sucedidas tentativas de analisar o papel das diferentes culturas na construção do espaço. Comparando, com o contributo da antropologia e da biologia, as diferentes formas de apreensão do contexto espacial por povos de culturas diversas – a alemã, a americana, a inglesa, a francesa, a japonesa e a árabe – Hall concluiria que à educação em diferentes culturas correspondiam mundos sensoriais diferentes. Mesmo comparando culturas tão próximas como a inglesa e a americana, a diferença das relações entre o homem e o espaço resultava tão divergente que considerar que as mesmas premissas “científicas” pudessem ser universalmente aplicadas na Arquitectura e na organização do território, seria um acto de evidente tirania ideológica³⁰.

Edward T. Hall

Em 1966 o mesmo *Museum of Modern Art*, de Nova Iorque, publicou o ensaio de Robert Venturi, *Complexity and Contradiction in Architecture*³¹ que funcionou como um âncora aglutinador no dispersivo campo eléctrico da reacção ao funcionalismo e ao Movimento Moderno. Fazendo uso de uma categorização de raiz estruturalista, Venturi isolou conceitos vários – complexidade, contradição, simplismo, simplificação, ambiguidade, etc. – e elaborou um ensaio crítico profusamente

Robert Venturi

²⁷ Entre muitas outras personagens e instituições que Rudofsky distingue nos agradecimentos, encontra-se um grupo composto pelos arquitectos Walter Gropius (octogenário); Pietro Belluschi (que trabalhara com Gropius no plano de remodelação do centro de Boston); José Luis Sert; Richard Neutra, Gio Ponti e Kenzo Tange. *Ib.* “Acknowledgements”, s.p.
²⁸ *Ib.*, s.p.

²⁹ Cf. Michel Ragon, *Histoire Mondiale de l'Architecture et de l'Urbanisme Modernes. Tome 2. Pratiques et Méthodes 1911-1976*, Tournai, Casterman, 1977, 2ª. ed., p.244.

³⁰ Edward T. Hall, *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio d'Água, 1986, [1ª. edição, 1966].

³¹ Robert Venturi, *Complexity and Contradiction in Architecture*, Nova Iorque, Museum of Modern Art, 1966, que aqui será referenciado através da tradução *Complejidad y contradicción en la arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili, 1978.

documentado com exemplos retirados dos diferentes tempos da história da Arquitectura. De forma determinada, os seus intentos emergiam por entre a bifida necessidade de enfrentar os modelos arquitectónicos do modernismo, atacando concomitantemente os pedestais teóricos que estavam na base desses modelos.

No modo como isolou alguns atributos do discurso crítico das obras de Arquitectura, validando-os através de uma leitura não diacrónica da história, Venturi indiciava, sem dúvida, alguns elos analíticos com uma abordagem superficialmente estruturalista. O recurso a exemplos históricos era motivador, quanto mais não fosse pelo sinal de oposição aos fundamentos anti-historicistas do modernismo, mas a formulação a partir de um sistema comparativo que privilegiava esses mesmos atributos em detrimento da contextualização, cultural e temporal, das obras, era ainda mais atractiva porque centrava o conteúdo do ensaio bem no âmago da disciplina. Para além do mais, Venturi incluiria um número considerável de obras recentes, inclusive da sua própria produção, fazendo assim reverter a reflexão crítica para um campo de operatividade grato aos arquitectos.

Já Louis Khan se empenhara na procura de um novo centro disciplinar, fora da história consagrada do Movimento Moderno, um novo paradigma, ratificado pela sua firmeza criativa e pelo seu sentido de resgate do velho mister de fazer Arquitectura. O seu discípulo Robert Venturi, embora retomando a sacralidade do ponto de partida, parte para uma aventura bem mais desencantada, em direcção à institucionalização do "real", sem grandes evasões possíveis, como mandavam as bem estudadas lições da *pop art*: "Ove Khan sognava palingenesi terrene, Venturi propone guardinghi abbandoni"³².

Mas, tal como a efemeridade própria dos signos que se propunham instituir, também as reflexões de Venturi não puderam resistir durante muito tempo ao estado de graça que o efeito surpresa provocou. Fragilizadas pela superficialidade, mais do que pela dessacralização, depressa sucumbiriam ao cepticismo de alguns círculos de cunho mais culturalista: "A desilusão foi total. Mesmo mais do que a desilusão, foi a revolta. Tratava-se afinal de uma pura mistificação ideológica perante o fenómeno de consciência crítica introduzido pela corrente estruturalista, fingindo dar-lhe continuidade pela aceitação do valor simbólico das peças urbanas"³³.

E, no entanto, durante algum tempo fora possível encarar aquele documento como uma redentora reserva de motivação e de significado.

Yona Friedman

Predominava no ambiente a obsessiva necessidade de exorcizar o legado dos mestres do Movimento Moderno. Sintomaticamente, Vincent Scully escreveria, no prefácio de *Complexity and Contradiction in Architecture*, exactamente a mesma coisa que Michel Ragon diria de um outro livro, *L'Architecture Mobile*, de Yona Friedman,³⁴ ou seja, que se tratava do texto mais importante depois de *Vers une Architecture*, de Le Corbusier.

Arquitecto francês nascido na Hungria e formado em Israel, Yona Friedman tinha publicado a sua primeira tese sobre *Architecture Mobile* em 1958, fundando então o *Groupe d'étude d'architecture mobile*. Também ele acreditava numa metodologia arquitectónica baseada na matemática, que fosse capaz de se impor ao modo "intuitivo empírico". A síntese dessas pesquisas veio a ser publicada em 1971, no seu livro *Pour l'architecture scientifique*³⁵. Motivado por essa convicção, Friedman aplicou-se a conceber um repertório que pudesse encerrar todas as possibilidades de conceber alojamentos. Desde o final dos anos 50 vinha desenvolvendo uma teoria de estruturas espaciais fixas dentro das quais os utentes pudessem dispor de formas de habitação à *la carte*, elencadas através de uma programação disponibilizada pelos *concepteurs*. Obviamente que essa programação só seria possível com a emergente tecnologia dos computadores, o que fazia com que as suas teses se inscrevessem directamente no campo da informática aplicada à Arquitectura.

No livro *L'Architecture Mobile*, espécie de compilação das teses que foi desenvolvendo nos anos precedentes à publicação, Yona Friedman propunha um sistema de infraestruturas extremamente rígido, a *ville spatiale*, que comportava os alojamentos e os equipamentos, associados a um sistema

³² Manfredo Tafuri, Francesco dal Co, *Architettura Contemporanea/II*, Milão, Electa, 1979, p. 376.

³³ Domingos Tavares, *Da Rua Formosa à Firmeza*, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., 1985, p.55.

³⁴ Yona Friedman, *L'Architecture Mobile*, Tournai, Casterman, 1970.

³⁵ Yona Friedman, *Pour l'architecture scientifique*, Paris, Belfont, 1971.

de propriedade mais flexível. A apropriação e a “decoreção” dos alojamentos individuais era, em contraposição com a rigidez das infraestruturas urbanas, tão etérea que, na maior parte dos casos, nem existia. Ou seja, na *ville spatiale*, os apartamentos eram decorados com o recurso a halogramas e a diapositivos, passíveis de se modificarem a qualquer instante e, desse modo, perfeitamente maleáveis a todas as cambiantes do “gosto”.

Mas o que interessa retirar destas ideias de Friedman são alguns temas essenciais que, embora de um modo descomedido e com excessiva asseveração, servem para ilustrar os tons dominantes do pensamento da época.

Em primeiro lugar, a urgência quase obsessiva de criar alternativas, teóricas e formais, às propostas do Movimento Moderno. Sem os grandes argumentos de ordem física e ambiental da Carta de Atenas – a orientação solar, a libertação do solo, a superação da dicotomia cidade-campo – a *ville spatiale* afirmava-se como uma alternativa quase só formal. As grandes cambiantes verificavam-se no que diz respeito à forma de encarar a função alojamento, ou seja, basicamente, era proposta uma reformulação do estatuto do *habitat*. A habitação, enquanto célula individualizada que fazia parte de um sistema urbano colectivo, segundo a tradição moderna, passava a ser colectiva e de posse efémera, também no seu interior, segundo as conveniências dos seus utilizadores. Os alojamentos estavam associados por uma megaestrutura que dava uma consistência maciça à implantação e que unificava habitação, equipamentos e infraestruturas. Elevada do solo e suportada por grandes pilares, a *ville spatiale* poderia sobrepor-se a qualquer território, inclusivamente às implantações urbanas já existentes, e alastrar-se indefinidamente segundo uma trama mais ou menos modulada. Embora alegadamente compatível com as estruturas urbanas existentes, era uma proposta tão afirmativa, absorvente e unificadora quanto uma ideia moderna. As variantes formais introduzidas não eram suficientes para dissipar a imagem de cidade como estrutura unitária, solidamente agregada em torno de uma forma rígida e polarizadora.

Em *L'Architecture Mobile*, Friedman recorreria então a uma argumentação alternativa para suportar a credibilidade desta sua proposta. A Arquitectura, segundo a tradição metodológica do desenho, seria, em sua opinião, demasiado impositiva para poder responder às necessidades reais da função habitação. A arquitectura móvel, operando na mudança de conceitos, quer pela convertibilidade das formas e dos usos da construção, quer na das superfícies e dos espaços utilizados e sem troca da estrutura portante das construções, poderia responder cabalmente às escolhas mais individualizadas dos habitantes. As pessoas passariam a poder escolher e executar o arranjo e as decorações da sua casa e até mesmo os vizinhos e os co-habitantes³⁶, tudo numa perspectiva quase nómada de grande efemeridade e mobilidade, e sem a intervenção intrometida do arquitecto.

Fundamentando-se na ideia decorrente de um *deficit* de participação dos habitantes na concepção das suas moradias, parte para a previsão de um futuro onde a Arquitectura é desnecessária, ou por outra, só é necessária para a complexa e rígida definição de uma nova ordem urbana, à escala territorial. Pelo que diz respeito aos arquitectos, a sua função deixa praticamente de existir, anulada pela contribuição dos utilizadores – a qual, no fundo, também se limita à projecção de uns halogramas e de uns diapositivos – e, sobretudo, pela contribuição decisiva e redentora da máquina – o computador – que, encerrando em si todas as possibilidades programáticas de intervenção, cumpriria no fundo o papel do projectista, com muito mais “objectividade” e sem o perigo corruptor a que todos os humanos estão sujeitos³⁷.

Interessante e significativa a esse propósito é a proposta que Yona Friedman viria a apresentar em 1970, na Exposição Internacional de Osaca. Consistia o projecto numa espécie de máquina de escrever – *typewriter* – que, em vez de imprimir letras, imprimiria projectos de habitação. O aparelho, apelidado de *flatwriter*, conteria em referência as diferentes configurações possíveis para a associação entre os vários blocos funcionais de uma habitação, incluindo a composição

³⁶ Friedman achava que um dos maiores constrangimentos dos moradores dos blocos de habitação colectiva era o facto de serem obrigados a compartilhar espaços com vizinhos que nem sequer conheciam, que lhes eram impostos: “La plupart des habitants de la ‘Cité radieuse’ à Marseille ne se connaissent pas. Pourquoi habitent-ils ensemble?”, Yona Friedman, *L'Architecture Mobile*, Tournai, Casterman, 1970, p.43.

³⁷ *Ib.*, p. 28.

de elementos previamente definidos em stock, como as cozinhas e os sanitários. Através de um teclado, os utilizadores da *flatwriter* poderiam “compôr” o desenho da sua habitação conforme os preceitos que mais lhes conviessem. As cinquenta e três teclas associariam as “letras” – elementos – até se formar a “palavra” completa – desenho da habitação. Ao todo, as variantes possíveis estavam calculadas na ordem dos dez milhões de possibilidades. Mas as pessoas que experimentavam a *flatwriter* em Osaca não se limitavam a projectar a sua própria habitação, quando as diversas propostas estavam concluídas a sua associação ia gradualmente “desenhando” a cidade, portanto cada utilizador estava também a contribuir para a definição do desenho urbano³⁸.

O mito da substituição do pensamento humano pela sistematização informática estava no auge. Friedman, deixando sobressair as suas convicções assumidamente liberais³⁹, proclamava-o de uma forma crua e inequívoca. Acreditava que, juntamente com a maior parte do trabalho intelectual de programação, não “científico” e não “objectivo”, porque dependente das ideossincrasias socio-culturais dos seus agentes, também a Arquitectura e a actividade do arquitecto se anulariam pela interposição dos novos métodos computadorizados. A informática, como meio privilegiado de ordenar os projectos de habitação, criaria um mundo onde a abundância prosperaria. Os cidadãos, por seu lado, ocupar-se-iam a decorar os seus apartamentos efémeros, com projecções virtuais, de acordo com os seus gostos particularizados. A concepção liberal do sistema social levava a uma crença ilimitada nos gostos dos utilizadores, que acaba por ser um sofisma, uma vez que a capacidade de acção destes era extremamente reduzida.

Embora as ideias de Yona Friedman, nalguns círculos mais empenhados, “não fossem tomadas muito a sério”⁴⁰ e Henri Lefebvre as tivesse mesmo considerado “*dérisoires*”⁴¹, a verdade é que são significativas de uma certa tendência demissionária que inebriava o ambiente do debate arquitectónico. A reacção às figuras tutelares do Movimento Moderno e a constatação de que, na maior parte das vezes, a Arquitectura dos alojamentos e dos espaços urbanos estava muito afastada das aspirações das pessoas que os viveriam, levava a exacerbar as deduções, ao ponto de se chegar a propor deitar fora a criança juntamente com a água suja do banho⁴².

Mas se, à medida que chegava o final da década de sessenta, as reflexões em torno da Arquitectura e da cidade ambicionavam abrir em leque para uma perspetivação social mais abrangente, também as práticas sociais, envolvidas por um ambiente de evidente preponderância ideológica, tendiam a influenciar, de modo directo, os temas e os limites do debate disciplinar mais específico.

Maio de 1968

Quando, em Maio de 1968, as ruas de Paris se encheram de pessoas que pareciam ter perdido a vulgar urgência de um “quotidiano de miséria”, e que pareciam ter reencontrado a eternidade⁴³, já há muito que a relexão sobre as questões da Arquitectura e da cidade prendia a atenção dos meios disciplinares mais *engagés*. Guy Debord, ao redigir em 1957 o *Rapport sur la construction des situations et sur les conditions de l'organisation et de l'action de la tendance situationniste internationale*, tinha já eleito a noção de *situation construite* como instrumento privilegiado do programa. São os momentos construídos em situações, considerados como momentos de ruptura, de aceleração, as revoluções da vida quotidiana individual. O desenvolvimento teórico e político dessa noção vai-se desgastando, contudo, e rompe progressivamente com os elos iniciais que a relacionavam directamente com a Arquitectura e com o urbanismo até se diluir numa crítica da alienação sob todas as formas. Entre os arquitectos e os pintores, porém, as perspectivas iniciais sugeridas pela noção de *situation construite* irromperam à evidência como reacção à produção do pós-guerra e à influência das figuras tutelares do Movimento Moderno,

³⁸ *Ib.*, pp. 95-96.

³⁹ Veja-se, a esse propósito, a carta que dirigiu a um conhecido jornal acerca da revolta da juventude, um mês antes dos acontecimentos de Maio de 1968, na qual deixa transparecer o seu supremo desejo de pacificação no seio da abundância do liberalismo capitalista, *Ib.*, pp. 46-50.

⁴⁰ Entrevista feita a Nuno Portas, gravada a 31 de Agosto de 1999.

⁴¹ Cf. Michel Ragon, *Histoire Mondiale de l'Architecture et de l'Urbanisme Modernes. Tome 2. Pratiques et Méthodes 1911-1976*, Tournai, Casterman, 1977, 2^a. ed., p.390.

⁴² Para usar uma imagem celebrizada por Jean-François Lyotard, a propósito da pós-modernidade.

⁴³ Jean-Paul Dollé, “Paris-Mai”: *Urbanisme*, Mai-Juin 1998, [300], pp.88-89.

muito particularmente da de Le Corbusier. Vários foram os movimentos que se erigiram em oposição às limitações de uma visão disciplinar quase exclusivamente funcionalista. Asger Jorn e Constant tinham fundado em 1948 o *Cobra*, dissolvido depois em 1951; em 1953 forma-se o MIBI, *Mouvement Internationale pour une Bauhaus Imaginiste*, em oposição à *Hochschule für Gestaltung* de Ulm, fundada em 1950 e tida como a nova *Bauhaus*. Não se poderá falar, contudo, de uma Arquitectura situacionista, mas antes talvez do desejo de criar uma prática situacionista da Arquitectura, a qual, como todas as outras práticas artísticas, deveria perder o seu carácter alienado do quotidiano, e o arquitecto deveria, então, adquirir uma individualidade criativa mais liquidificada, banalizada, que limitasse a sua dimensão demiúrgica⁴⁴.

Sem dúvida que, pelo que diz respeito à Arquitectura, a motivação primordial, numa primeira fase, se pode encontrar no ambiente crítico de contestação ao rigor dos primeiros CIAM.

Em Dubrovnik, em 1956, no décimo CIAM, ao mesmo tempo que Yona Friedman, Frei Otto, Otaka, e mais um grupo de jovens desconhecidos batia com a porta, para mais tarde formar o já citado *Groupe d'étude d'architecture mobile*, um outro grupo de hereges viria a enveredar por um caminho diferente. O Team X, dirigido pelo holandês Jacob B. Bakema, e composto pelos britânicos Alison e Peter Smithson, pelos franceses Georges Candilis, Alexis Josic e Sadrach Woods, pelo italiano Giancarlo de Carlo, pelo holandês Aldo Van Eick, e por mais alguns outros, procurará estabelecer as bases da crítica à velha guarda do modernismo, através da condenação do funcionalismo *alienante* e da exploração de métodos capazes de extrair dos novos universos tecnológicos todas as suas potencialidades vitais. Sem demissão, empunhando antes a polémica e o confronto, característicos da tradição vanguardista, viriam a propor a saída por entre a procura de um novo humanismo, mas também por entre os meandros de um posicionamento crítico próximo do pensamento situacionista.

Team X

Mais tarde ou mais cedo, e de uma forma ou de outra, quase todos eles se referenciarão a esse pensamento para celebrar as suas práticas ou as suas reflexões. Bakema, desde logo, pelas suas afinidades com o grupo *Cobra*, mas também pelo empenho constante em transformar o indivíduo social passivo em indivíduo "actor". Van Eick, amigo de Constant e também próximo do *Cobra*, procurou sempre referir-se à complexidade da dimensão individual do homem, sob uma aparência de simplicidade, à imagem dos membros das comunidades primitivas *Dogon*, entretanto emblematisados pela contribuição antropológica. Candilis também se referiria ao acto de construir como algo que se confunde com a própria vida, e que, nessa condição, se define como um acto colectivo, que diz respeito a todos sem excepção⁴⁵. Os Smithson, porventura os detentores da prática mais consequente, viriam a desenvolver experiências em torno de uma linguagem arquitectónica que não só tolerasse a mudança, mas que também a sugerisse. Entre essas experiências, são de salientar as respostas aos programas habitacionais, como o concurso *Golden Lane Housing Competition*, de 1952, e o complexo dos *Robin Hood Gardens*, de 1966-1972, as mais representativas de uma ideia de estrutura elástica e aberta, que pudesse enfatizar os espaços de relação e uma nova ideia de densidade habitacional e urbana. Giancarlo de Carlo empenhar-se-ia num caminho experimental de actualização permanente da ideia de participação dos habitantes na construção do seu quadro de vida, sem nunca abdicar da sua função de arquitecto. Esse caminho, de confronto polémico com a realidade social, culminaria com um bem sucedido complexo residencial em Terni, *Villaggio Matteotti*, de 1970-1975.

Claro que as referências ao Team X, ou aos seus membros individualmente, têm necessariamente de ser contextualizadas no âmbito de uma arquitectura construída, de uma confrontação com o real que pouco ou nada tem a ver com as "arquitecturas de papel", com os projectos utópicos ou mesmo com a negação radical do exercício da Arquitectura dentro do quadro vigente das condições de produção, atitudes tão caras ao pensamento situacionista quanto ineficazes para a evolução

⁴⁴ Cf. "À l'assaut de la ville": Marcel Roncayolo, Thierry Paquot (sous la direction de), *Villes & Civilisation Urbaine XVIII^e-XX^e Siècle*, Paris, Larrousse, 1992, pp.367-420.

⁴⁵ G. Candilis, A. Josic, S. Woods, "À la recherche d'un sens nouveau au sens du mot architecte": *Le Mariage de la casbah et du meccano*, pp.45-53, apud Jean-Louis Violeau, "L'Internationale situationniste et la ville": *Urbanisme*, Mai-Juin 1998, [300], pp.41-44.

Maio de 1968

da prática arquitectónica. Tratava-se afinal, em quase todos os casos, de rever as premissas dessa prática, mais do que questioná-la a fundo, ao ponto de chegar à recusa, ou à impossibilidade.

Durante a crise de Maio de 68, porém, a questão da Arquitectura e da cidade tomou um papel preponderante. Pelo que diz respeito ao meio estudantil, a velha *École Nationale des Beaux-Arts* do *Quai Malaquais* já não conseguia comportar um número cada vez maior de candidatas à profissão de arquitecto. A crítica ao academismo, à prática desligada dos contextos e das preocupações sociais tinha vindo a recrudescer desde meados dos anos sessenta. Alguns mestres, como Antoine Grumbach, começavam, porém, a enquadrar a reflexão e a acção política genérica, que pairava no ambiente circundante, para uma política aplicada ao domínio específico da Arquitectura. Em 1966, um grupo de estudantes de esquerda toma a direcção da revista da escola, intitulada *Melp!*, na qual passam a colaborar Christian de Portzamparc, Hubert Tonka, Bernard Huet, Antoine Grumbach, Roland Castro, e outros. Embora de duração efémera, pois só viriam a sair dois números, a nova direcção da revista foi decisiva na contestação ao academismo dominante e na afirmação de ideias motivadoras sobre a arquitectura e sobre a cidade.

Outras revistas, outros focos de debate, com intensa contribuição de temas urbanos e de Arquitectura, seriam fundadas, ou imaginadas, ou criadas, conforme se queira ser mais ou menos fiel às motivações do seu aparecimento: *Utopie*, dirigida por Hubert Tonka, e na qual colaborariam, entre outros, Jean Baudrillard e Jean-Paul Jungmann; *Tout!*, que teria Sartre como director e que seria mais vocacionada para as formas de luta posteriores a Maio de 1968⁴⁶.

A partir de 1967, Félix Guattari publica, na sua revista *Recherches*, um número sobre a urgência de evitar que o Estado continue a edificar os grandes programas industrializados de hospitais psiquiátricos, o qual foi subtítulo "Architecture, programmation et psychiatrie". Aí se preconizava uma pesquisa alargada acerca dos programas para habitação e para equipamentos colectivos, com uma participação activa e preponderante dos arquitectos.

A crítica aos *grands ensembles*, enquanto conceito habitacional, estava cada vez mais na ordem do dia. Embora muitos deles tenham sido projectados por reconhecidos nomes da Arquitectura, a sua qualidade, sob o estrito ponto de vista objectual, não era suficiente para abafar os fogos que deflagravam em torno do seu significado social e económico. Num contexto socialmente dominado pela classe média, as acções levantadas pelos muitos movimentos de contestação que se formavam aproximavam-se, contudo, mais de motivações consumistas do que da revolta. Era também o tempo da "renovação" dos centros urbanos. Com o pretexto da salubridade, da valorização do património ou da descentralização, os velhos quarteirões do centro da cidade assistiam a um processo de expulsão dos seus moradores e das suas actividades, para serem novamente ocupados com novas populações e com novos serviços, considerados mais dignos para o centro urbano e, sobretudo, mais capazes de rentabilizar o valor fundiário de uso dos solos centrais. Nas áreas mais periféricas degradadas, os *bidonvilles*, a luta por melhores condições de vida também ia recrudescente. Muitos dos habitantes, expulsos do centro e fartos da miséria do alojamento que possuíam, ocupavam os novos bairros vazios. A polícia desocupava e eles regressavam e ocupavam novamente. Aos poucos, a ocupação começa a ganhar foros de denúncia da penhora das habitações pelos promotores privados e pelos bancos que as financiavam. A submissão do alojamento ao lucro privado começa a ficar posta a nu. À semelhança das lutas laborais, as lutas pela habitação tornam-se abertamente anticapitalistas.

Construir *para* o povo ou construir *com* o povo; erguer a bandeira do regresso à cidade contra as propostas dos urbanistas oficiais, *flics du pouvoir*, que, um pouco por todo o lado, iam suprimindo a rua, a praça, a cidade e a vida; lutar contra a redutora sublimação do espaço a um mero produto de mercado; tais eram as grandes prerrogativas que, mais ao jeito de palavra de ordem, se iam colocando aos arquitectos militantes de Maio de 68.

A cidade, como matéria objectiva sobre a qual se colocava o plano da crítica social e política, tinha, entretanto, sido redescoberta como o território possível de um novo quotidiano, liberto dos constrangimentos opressores e do sentido "alienante" do uso produtivo-consumista, que polarizava

⁴⁶ Jean-Louis Violeau, "L'urbain dans la presse contestataire": *Urbanisme*, Mai-Juin 1998, [300], pp.69-74.

a trindade *métro-boulot-dodo*. Durante os acontecimentos de Maio, a cidade tinha ganho uma nova dimensão temporal juntamente com uma outra dimensão de uso, menos alienada pelos ferrolhos da posse, mais pública, mais própria de todos e de cada um.

Depois de Maio de 1968, a consciência do uso da cidade, sobretudo em França, mas também noutras paragens, nunca mais foi a mesma.

Estudantes e arquitectos militantes partiram então para o terreno concreto das lutas urbanas mais intensas e procuraram, no apoio possível aos movimentos contestatários, um novo significado para a sua profissão, uma nova motivação para o exercício da Arquitectura. As operações de renovação urbana, processos activos de rentabilização do valor do solo nos centros das cidades, iam gerando migrações de habitantes para a periferia, expulsos dos pólos de radicação. No final da década de sessenta e durante a de setenta, foram-se sucedendo as lutas com as autoridades municipais, com o objectivo de impedir essas operações e, muitas vezes, propor modificações aos projectos de renovação oficiais, ou mesmo trabalhar com alternativas concebidas no seio dos "*ateliers populaires*". Entre as mais importantes contam-se a do bairro Alma-Gare, em Roubaix, ainda em 1968, a da Croix Rousse, em Lyon e a do Marais, em Paris, todas elas, embora com as suas diferenças, possuíam uma característica comum: eram áreas de habitação operária, no coração da cidade, que era necessário destinar a outros usos, a outros habitantes, a outro nível de mercado.

Mas as questões do alojamento, embora dominantes, não esgotavam o plano do debate militante sobre a cidade e o fenómeno urbano. No princípio dos anos setenta, a anunciada demolição da prisão mais famosa de Paris, um panóptico conhecido como *la Petite Roquette*, ou a destruição dos pavilhões Baltard do mercado *les Halles*, mobilizariam a intelectualidade e trariam à ribalta a um sentido renovado de memória e de património, de índole mais vivencial e culturalista, que se oporia frontalmente aos valores adquiridos da monumentalidade "burguesa", caducos, objectuais e mistificadores.

A demolição do mercado central de Paris, e dos quarteirões que o envolviam, provocou reacções contra a expulsão dos seus habitantes, mas, sobretudo, contra a dos seus utilizadores e contra o fim de toda a animação urbana que lhe estava associada.

Quanto à destruição de *la Petite Roquette*, foi aparentemente decidida na sequência de uma revolta dos presos, cuja ocorrência, por sua vez, originaria o interesse de Michel Foucault na formação do *Groupe d'information sur les prisons, GIP*, e na posterior publicação do seu livro *Surveiller et punir*⁴⁷. A questão da demolição é posta, em primeira mão, não tanto sob o ponto de vista da eliminação de um espaço urbano, mas da eliminação de um espaço da memória. Bernard Huet, enquanto director recém-chegado à *L'Architecture d'Aujourd'hui*, critica severamente a irresponsabilidade das autoridades que se preparam para demolir o primeiro panóptico francês⁴⁸, fala-se na destruição de um símbolo, mas também de um tipo arquitectónico. Cria-se uma associação de salvaguarda de *la Petite Roquette* que agrupa arquitectos e figuras representativas da intelectualidade. Roland Barthes, Georges Candilis, Paul Chemetov, Michel Fleury, Michel Foucault, Lucien Hervé, Anatole Kopp, Henri Lefebvre e Manfredo Tafuri, entre muitos outros, subscrevem a associação. Em 1974, no concurso de ideias para o espaço urbano de *la Roquette*, com Bernard Huet no júri, são distinguidos os projectos de Roland Castro, de Yves Lyon, de Marina Devilliers e de Christian de Portzamparc. Hoje, alguns analistas não resistem à tentação de considerar a polémica em torno da destruição da prisão como um ponto de viragem, como o regresso dos arquitectos militantes aos estiradores, como o fim da batalha da contestação activa ao modo capitalista de fazer cidade e o início de uma produção arquitectónica, que tentará desesperadamente conter o germe da crítica inerente a esses anos, mas que se diluirá inevitavelmente nas malhas da alienante divisão do trabalho. Os militantes activos de ontem eram agora "especialistas de Arquitectura"⁴⁹.

Entretanto, deixando na margem uma produção arquitectónica balbuciante na sua heterogeneidade, o campo da reflexão sociológica sobre a cidade evoluía ao ritmo dos fenómenos de

La Petit Roquette

⁴⁷ Michel Foucault, *Surveiller et punir*, Gallimard, 1975.

⁴⁸ Bernard Huet, *L'Architecture d'Aujourd'hui*, Avril-Mai 1974, [172]

⁴⁹ Cf. Jean-Louis Violeau, *op. cit.*

transformação urbana, tentando acompanhá-los, e, por vezes, prenunciá-los. Da produção teórica desenvolvida ao longo das décadas de sessenta e princípios de setenta, sobressaem as obras e os pensamentos de Henri Lefebvre e de Manuel Castells.

Henri Lefebvre

Lefebvre, filósofo *engagé* e sociólogo do fenómeno urbano, começou, desde o fim dos anos quarenta, a reflectir sobre as questões do espaço e a desenvolver uma interpretação crítica da ideia de plano. Embora os seus primeiros trabalhos se inscrevessem na esfera da sociologia rural⁵⁰, desde cedo avança na crítica à modernidade, balizada pelos novos espaços de sociabilidade que os tecnocratas tentam dirigir à classe operária.

Em 1966, na introdução que precedia um estudo colectivo sobre o habitat pavilhonar, levado a cabo por Henri Raymond e pela sua equipa do *Centre de recherche urbaine* da Faculdade de Nanterre, Lefebvre tentava pôr na mesa, abertamente e sem estigmas, as contradições principais que ainda envolviam a latente dicotomia entre as opções pela habitação colectiva ou pela habitação individual⁵¹. Esta última, apesar de todos os seus inconvenientes – consumir muito espaço; dispêndio de energia e de equipamentos; alargamento excessivo das áreas de expansão das cidades; incentivo ao egoísmo; *deficit* de sociabilidade, etc. – continuava a gozar da preferência da maioria das pessoas inquiridas no referido estudo. Ora, Lefebvre, num aparente e controverso desvio à matriz colectivista do seu pensamento anterior, assume-se como defensor da habitação pavilhonar. Começaria, então, por homenagear os pensadores mais “profundos” que o antecederam na reflexão sobre a casa e sobre o habitar: Gaston Bachelard, a quem são devidas algumas páginas inolvidáveis em *La poétique de l'espace*, e, sobretudo, Martin Heidegger, esse filósofo que colocou a questão radical: “o que é o habitar?” e que, comentando o admirável poema de Hölderlin, “Poétiquement habite l’homme”, concluiu que o habitar, na sua essência, é poético, é um impulso fundamental da condição humana, não é uma forma accidental ou uma função determinada⁵². Constatou também que a habitação pavilhonar estava muito pouco estudada, sobretudo se comparada com os *Ensembles*, os quais tinham vindo a ser o objecto privilegiado de estudo de sociólogos e literatos. As questões que colocava, porém, sugerem a necessidade radical, quase obsessiva, de não se deixar levar pelo *parti pris* circundante, que condenava a habitação pavilhonar.

Lefebvre ensaiaria então a explicação do fenómeno das maioritárias preferências pela habitação unifamiliar, questionando-se sobre o sentido do mito e da ideologia que lhe estavam associados. Um mito tão antigo como a casa patriarcal rural evocada por Bachelard. Uma ideologia de carácter utópico, sublimada pela apropriação do espaço circunscrito à habitação que, como explicou, permite a socialização do espaço individual e, simultaneamente, a individualização do espaço social. Esse desejo de apropriação, que não significaria necessariamente vocação de isolamento ou vontade de eliminar as práticas sociais, resultaria, isso sim, da necessidade de um espaço flexível, tanto à escala da vida privada como da pública, do aglomerado ou da paisagem. O conceito de espaço social, por analogia com o de tempo social, integraria a apropriação e não seria, de modo algum, coincidente com o de espaço geométrico, uma vez que as suas qualidades específicas não adviriam do seu significado objectual, mas antes da apropriação em si. Logo que essa apropriação deixasse de existir, então dar-se-ia a coincidência entre espaço social e espaço geométrico, à semelhança da relação entre o tempo social e o tempo dos relógios.

Lefebvre propunha um novo entendimento do habitar, que respondesse às exigências da técnica e da vastidão dos aglomerados urbanos, sem que isso fosse sacrificar a qualificação, as diferenças e as apropriações espaço-temporais, vaticinava a síntese entre o individual e o colectivo, “le pavillon dans l’ensemble collectif, l’espace appropriable avec les avantages pratiques de la vie sociale organisée...”⁵³

⁵⁰ “Il faut donc saisir que Lefebvre n’est pas venu à l’urbain par ‘l’urbanité’. Si ses premières études sur l’espace relevaient d’une sociologie rurale de la vallée de Campan (Pyrénées), elles s’orientent ensuite plus concrètement vers l’urbain, à partir de deux analyseurs que sont le développement de la pensée planificatrice et ‘l’événement Mourenx’”, Laurent Devisme, “Henri Lefebvre, penseur de l’urbain”: *Urbanisme*, Mai-Juin 1998, [300], p. 45.

⁵¹ Henri Lefebvre, “Introduction à l’étude de l’habitat pavillonnaire (1966)”: Marcel Roncayolo, Thierry Paquot (sous la direction de), *Villes & Civilisation Urbaine XVIII^e-XX^e Siècle*, Paris, Larrousse, 1992, pp. 483-497.

⁵² Cf. Gaston Bachelard, *La poétique de l’espace*, Paris, P.U.F., 1957, e, também, Martin Heidegger, *Essais et conférences*, Gallimard, 1958.

⁵³ Henri Lefebvre, *Op. Cit.*, p.497.

Esta supressão de um entendimento meramente quantificável do objecto espacial, contribuição decisiva da obra de Lefebvre, viria a acompanhar toda a sua produção teórica. Em *Le Manifeste différentialiste*, afirma que o espaço urbano não pode ser euclídeano, mas antes a projecção no território das relações sociais e, por essa razão, qualificado e carregado de valor⁵⁴. O seu conceito de “mode de production étatique” revelar-nos-ia que, embora o espaço seja inevitavelmente um produto de mercado – a dinâmica capitalista não transforma só as coisas em mercadoria mas também o seu continente espacial – o Estado tenta pacificar o campo social, garantindo as relações de produção através da manipulação desse mesmo espaço.

Em 1967, quando se prenunciava o auge das tensões inerentes à segregação social do uso da cidade, escreve *Le droit à la ville*⁵⁵, publicado em 1968, texto que iria inscrever, no campo das práticas urbanas, a renúncia ao entendimento tecnocrático da concepção e da construção dos espaços.

Aí proporia a definição de cidade como projecção da sociedade sobre o território e, como tal, projecção directa do modo de produção capitalista, contrapondo-se, assim, à visão dos funcionalistas, que reduziam a sociedade urbana ao cumprimento de um rol de funções, prescritas e previstas no terreno da Arquitectura. A cidade, enquanto processo global de relações de produção incritas no “texto urbano”, transcritas pela ideologia e interpretadas pelas tendências e pelas estratégias políticas, nunca poderia ser concebida como um sistema significante, determinado e fechado. Para que fosse possível “ler” cabalmente essa “escrita” da cidade era então necessário interpretar rigorosamente as complexidades do contexto, reescrever sobre essa escrita, ou sobre essa linguagem, elaborar uma meta-linguagem da cidade. Ora, nessa decifração criptográfica, não era possível omitir nenhum dado, nem os que se inscreviam “por baixo” – as relações imediatas, a vida quotidiana, a vida sexual e familiar, o inconsciente do “urbano” – nem os que se inscreviam “por cima” – as instituições, as ideologias: “La ville s’écoute comme une musique autant qu’elle se lit comme une écriture discursive”⁵⁶.

Mas estas definições apelavam ainda a complementos imprescindíveis, vindos à luz pela constatação de certas diferenças históricas, ou genéticas, existentes entre as cidades. Os efeitos da divisão do trabalho e das relações de produção eram diferenciados de cidade para cidade⁵⁷ e essas diferenças não poderiam ser escamoteadas, nem pela ausência de uma leitura comparativa, nem pela obsessão de entender o fenómeno metropolitano como homogeneização urbana de toda a extensão do território. Por essa razão, Lefebvre proporia ainda uma outra definição complementar: a cidade como conjunto das diferenças entre as cidades.

Neste contexto, e reconhecendo à cidade o papel aglutinador dos centros de decisão, a função de organizar a exploração da sociedade inteira, não parecia mais possível entendê-la como o lugar passivo da produção e da concentração do capital, mas sim como geradora do fenómeno urbano, um dos mais activos intervenientes nos modos de produção.

A dificuldade em abarcar uma tal vastidão cognitiva levava-o também a concluir que os arquitectos, emblematizados pela ambição de síntese dos mestres modernos, particularmente Le Corbusier, se tinham em conta como arquitectos do mundo, como imagens humanas do Deus criador, jogando com uma visão cosmogónica e metafísica do habitat e fazendo uso de uma perspectiva limitada a horizontes do pensamento já ultrapassados⁵⁸. Acusava-os de confundir a cidade com um sistema de significações, de projecções no papel, de visualizações e, também ele, afirmava que não seria de todo impossível aos analistas da realidade urbana agrupar os dados fragmentários que possuíam e confiá-los à redenção da programação computadorizada⁵⁹. Só a vida social, a *praxis*, na sua capacidade global, possuíam a capacidade de criar formas e relações novas. Nem o arquitecto, nem o sociólogo, nem o filósofo, possuíam essa capacidade taumatúrgica, não

⁵⁴ Henri Lefebvre, *Le Manifeste différentialiste*, Paris, Éditions Anthropos, 1974.

⁵⁵ Henri Lefebvre, *Le Droit à la ville suivi de Espace et politique*, Gallimard, 1974, [1ª. edição, 1968].

⁵⁶ Henri Lefebvre, *Op. Cit.*, p.64.

⁵⁷ E neste ponto, embora sem referência directa no texto, Lefebvre apela com mestria ao reconhecimento da lição weberiana. Cf. Max Weber, *La Ville*, Paris, Aubier Montaigne, 1986 [1ª. edição, 1921].

⁵⁸ Henri Lefebvre, *Op. Cit.*, p.50.

⁵⁹ *Ib.*, p. 73.

poderiam criar relações sociais. Poderiam, separadamente ou em equipa, desbravar o caminho, poderiam propor, testar, preparar as formas, mas, sobretudo, poderiam inventariar a experiência adquirida, ajudar ao parto do possível, através de uma maiêutica alimentada pela ciência⁶⁰.

O desejo de síntese contido nos objectivos da racionalidade moderna mais não eram senão a tentativa de suprimir todos os limites da produção, de elevar o valor de troca dos objectos produzidos. O pior perigo dessa racionalidade, frequentemente mascarada de conhecimento, era a ambição de se declarar sintética, quer fosse a partir da filosofia, quer da ciência, quer das pesquisas interdisciplinares. Essa era, no entender de Lefebvre, a grande ilusão ideológica. A síntese tinha ganho foros de ordem do dia, de ordem do século, mas aos olhos do intelecto analítico, ela não poderia aparecer senão como combinação de elementos separados, e a combinação não poderia nunca ser sintética. O direito à síntese não poderia ser nunca atribuído aos “funcionários da síntese”, que cumpririam a sua função de um modo garantido pelas instruções. Só a capacidade prática de realização teria o direito de agrupar os elementos teóricos da síntese, concretizando-a. A quem caberia então esse papel, ao poder político? Lefebvre respondia que só a análise crítica das estratégias permitiria responder a esta interrogação, mas seguramente que não era um direito do Estado, enquanto instituição ou enquanto cimeira de instituições, e, seguramente, não o era também do homem de Estado, enquanto tal⁶¹.

Quanto às questões da forma resultante da Arquitectura e dos planos urbanos, Lefebvre isola-as, remetendo-as para o sentido histórico paradoxal, que, em parte, teria escapado a Marx, da incapacidade criadora que a burguesia “progressista” revelara durante a fase ascendente da tomada do poder⁶². Ao transformar a “obra” em “produto”, a burguesia substituiu também a opressão pela exploração, e perdia-se nos caminhos da intenção criadora. Endurecendo a lição de Michel Foucault, referia as tentativas de purificar a forma, separando-a dos contextos, como um meio de a eliminar, uma vez que, separada dos conteúdos, ela deixaria de ser real. As formas purificadas passariam a ser a chave do real, a génese da acção que o transforma, o ponto da sua penetração pelo conhecimento, mas, como tal, passariam também a situar-se fora dele.

Questionando a ideia de purificação da forma, Lefebvre poria também em causa a ideia de globalidade presente no ideário metodológico do Movimento Moderno. Teria, no entanto, a preocupação de precisar que o que punha em questão não era a globalidade de um modo indefinido, mas sim enquanto ideologia, enquanto estratégia de classe que utiliza e suporta essa ideologia. Proporia uma interessante brecha, cavada entre o global, que paira sobre o vazio, e o parcial, manipulado, reprimido, abafado sob o peso das instituições. Por essa razão, argumentava que a segregação deveria vir à luz, reflectindo os seus três aspectos, simultâneos e sucessivos: espontaneidade, dada pelos lucros e pelas ideologias; voluntarismo, que estabeleceria espaços separados; e programação, sob a toada dos planos e dos projectos.

Proporia enfim uma ciência analítica da cidade, que tivesse a cidade como objecto e que avançasse a par e passo com as práticas sociais. Essa ciência receberia os seus métodos e conceitos das ciências “parcelares”. Nela não haveria lugar para sínteses, uma vez que a síntese necessitaria de ser total e, partindo do analítico, mais não poderia ser senão uma sistematização e uma programação estratégica. E também porque o seu objecto, a cidade, enquanto realidade, se decompõe permanentemente.

Os projectos urbanos seriam, em seu entender, suportados por modelos extraídos das formas do espaço e do tempo da cidade. Não deveriam ter a preocupação apriorística de ser realizáveis, nem utópicos. Deveriam, isso sim, resultar duma simples combinação de elementos e, sobretudo, essas formas de tempo e de espaço deveriam ser propostas pela *praxis*. Que o imaginário dos arquitectos e urbanistas, veículo das ideologias, permitindo a fuga e a evasão, pudesse dar lugar a um novo imaginário, investido na apropriação desse tempo, desse espaço, do desejo e da vida fisiológica. A arquitectura, no entender de Lefebvre, seria, por si só, incapaz quer de restringir as

⁶⁰ *Ib.*, pp. 111-112.

⁶¹ *Ib.*, p. 90.

⁶² Corroborando assim as teses dos historiógrafos modernos, sendo tentador estabelecer relações com o que, por exemplo, Emil Kaufmann diz do Neoclassicismo.

possibilidades, quer de as abrir. Como arte e como técnica teria necessidade de uma orientação, sem a qual seria impossível ao arquitecto fixar os seus objectivos e determinar a sua estratégia.

Essa orientação, para não ser dada pelos poderes dominantes que corroborariam a sublimação dos objectivos ao valor de mercado, teria de passar a ser veiculada pelos interessados, não de uma forma externa, desligada, mas sim de modo a que esses interessados se vinculassem profundamente à obra, e esse vínculo só seria conseguido através da apropriação.

Por essas razões, ao propor o direito à cidade como forma superior de direito, Lefebvre entendia que estava a propor o direito à liberdade, o direito à individualização na socialização, o direito ao habitar e ao habitat. Os valores mais directamente envolvidos nessa regalia fundamental seriam, porém, o direito à obra – actividade participante – e o direito à apropriação – que faria questão de distinguir claramente do direito à propriedade. No entanto, Henri Lefebvre seria obrigado a demarcar-se de alguns meios, mais obsessivos, os quais, juntamente com a ideia de integração, propunham uma certa ideia de participação, integrada na lógica e nas ideologias do modo de produção vigente. Essa ideologia da participação, que, na prática, se destinava a comprar mais barato o assentimento dos interessados, falseava os valores, criando a ilusão de uma discussão activa, motivada por um simulacro mais ou menos rico de informação. Sem a apropriação, não existiria nunca a participação e, na realidade, essa conjugação de conceitos já existia: chamava-se autogestão.

Nas suas teses sobre a cidade, o urbano e o urbanismo, começaria por achar que a cidade estava morfologicamente desfigurada devido a duas ordens de urgência que, a níveis diferentes, agravavam as contradições não resolvidas da sociedade: a um nível inferior estava a questão do alojamento e do habitat, relacionada com a política de habitação e com as técnicas arquitectónicas; a um nível superior, actuavam a organização industrial e o planeamento global. No essencial, esboçaria argumentação crítica contra o desfasamento entre o crescimento económico e o desenvolvimento social; contra a instituição do fetichismo da mudança, que apelidaria de ideologia da modernidade, e que existiria para encobrir a estagnação das relações sociais fundamentais; contra a submissão da vida urbana ao crescimento industrial. Apelaria à urgente necessidade de conceber a sociedade urbana como finalidade, sob pena de perda total de sentido do duplice processo de urbanização e de industrialização. Afirmaria veementemente que nem o Estado, nem as empresas, nem os seus técnicos, estavam munidos dos modelos de racionalidade e de realidade indispensáveis para recomeçar a nova sociedade urbana, construída sobre as ruínas das cidades antigas, entretanto destruídas por um processo de urbanização negativamente submetido ao processo de industrialização. Condenaria as novas formas de segregação do proletariado urbano, expulso dos centros para as periferias, desaposados das cidades, expropriados do melhor resultado da sua produção, não sem alertar para as possibilidades de instrumentalização ideológica da revolta daí resultante, por parte da classe dominante, no sentido da legitimação do poder tecnocrático.

Mas a ideia que prevaleceria, entre as teses que Lefebvre propunha, era a do despontar de um novo humanismo, capaz de renovar o sentido da actividade criadora e produtora, aniquilando as ideologias do consumo. Só o proletariado poderia empenhar a sua actividade social e política no investimento dessa nova sociedade, eminentemente urbana. A sociedade assim investida, base comunitária do “homem urbano”, converteria a cidade e, nela, a vida quotidiana, em “obra”, quer através da apropriação, quer através do valor de uso, por contraponto ao valor de troca. Para essa transformação, só possível pela afirmação de uma nova *praxis*, o “homem urbano” disporia de todos os meios da ciência, da arte, da dominação sobre a natureza material.

Sem a confirmação do novo sentido das práticas urbanas, capazes de inverter a diferença conceptual entre o “produto” e a “obra”, a Arquitectura, enquanto expressão das aspirações, como lhes chamara Chombart de Lauwe, não teria qualquer expressão libertadora, antes se assumiria inevitavelmente como instrumento da dominação tecnocrática, ao serviço da produção, completamente desfasada das necessidades da “urbanização”.

Com a consagração de uma nova prática, fundamentada pelo valor de “apropriação” que é apanágio da “obra”, a Arquitectura perderia o paradigma de excepção, tributário da especialização e da divisão do trabalho, e diluir-se-ia de modo transparente na própria essência do campo social. As concepções arquitectónicas vigentes, sobretudo até as mais específicas do sector habitacional,

ao segregar os sentidos de valências espaciais que sempre coexistiram, como o espaço do jogo e da festa, transformavam o “espaço social” num espaço quantificado, revelando uma esquizofrenia, frequentemente encapotada pelos valores do rigor, da cientificidade, da racionalidade. Nenhuma remissão seria concebível, no quadro do modo de produção vigente, uma vez que a própria disciplina, alienada do paradigma da “obra”, em detrimento do de “produto”, se tinha deixado arrastar pela torrente das relações de produção capitalistas.

Assim, pela via do pensamento socio-filosófico, eis que a disciplina se encontrava perante uma outra formulação do impasse de Tafuri, mais exterior e mais cingida ao problemático contexto temporal e às latentes crises da habitação e dos usos do solo urbano.

Manuel Castells

Manuel Castells, por seu lado, estabelece, sobretudo a partir de 1972, a as bases de uma revisão crítica das posições “anarquistas” de Henri Lefebvre⁶³. Em seu entender, ao partir de uma base de inspiração fenomenológica, que privilegiava as situações, os homens e o seu quotidiano, e não de uma análise estrutural das relações sociais, Lefebvre tenderia mais para uma perspetivação urbanística da problemática marxista do que para o enquadramento das questões urbanas à luz da teoria marxista.

Por outro lado, Castells questionava a convicção com que Lefebvre afirmava a inscrição das práticas sociais nos domínios espaciais, ou seja, a determinação do conteúdo pela forma. Era já demasiado perturbante, sob o ponto de vista do rigor estrutural-materialista, a possibilidade de se vir a considerar o “urbano” como uma nova fase histórica. Considerar então que essa fase poderia ser alcançada por uma outra via, que não implicasse primordialmente a evolução da luta de classes, era excessiva heterodoxia. Para Castells, o espaço e as suas componentes não são senão superestruturas, superfícies de projecção das relações de produção estabelecidas noutras instâncias. O perigo do empirismo, não apenas como obstáculo epistemológico, mas, sobretudo, como arma ideológica das classes dominantes, residiria no cumprimento da sua função teórica: a defesa e a legitimação das ciências sociais tal como são e a consequente manutenção dos interesses teóricos e práticos do grande capital.

Quanto à cidade, e ao espaço urbano, Castells classificá-los-ia como “o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa, que corresponde a uma sociedade em que as técnicas e as condições materiais (meio ambiente, população) tornaram possível a diferenciação do produto entre reprodução simples e alargada da força de trabalho, e, por conseguinte, deram origem a um sistema de distribuição que supõe: 1) Existência de classes sociais; 2) Sistema político que assegura simultaneamente o funcionamento da estrutura social e o domínio da classe proprietária e dos seus colaboradores administrativos; 3) Sistema institucional de investimento da sociedade, em especial na ciência e na arte; 4) Sistema externo, especialmente centrado sobre o intercâmbio de produtos com outras comunidades sociais”⁶⁴.

Lefebvre falara de práticas sociais renovadas, geradoras de transformações qualitativas nos espaços sociais e indutoras de uma nova urbanidade. Num assomo crítico rigorosamente balizado pelos preceitos do materialismo científico, Castells remeteria essas hipóteses para o campo das tramitações fenomenológicas, incapazes, por si só, de contribuir para o avanço social qualitativo, que só a luta de classes poderia pressupor.

Os movimentos sociais urbanos, por consequência, só poderiam ser entendidos como um sinal da aceleração dos meios de consumo, ou, doutro modo, como significativos da papel estratégico que os equipamentos colectivos desempenham na estrutura e nos ritmos da vida quotidiana⁶⁵. A cidade, ou antes, o “conjunto urbano”, uma vez que o termo dificilmente cobriria realidades sociais e ecológicas tão distintas⁶⁶, não era definível enquanto meio estável, mas sim enquanto prática social constantemente renovada, convertendo-se, assim, em fonte de contradições e de conflitos. Estabelecer-se-iam, então, complexas relações entre o campo conflitivo, directamente ligado a essas contradições, e a conjuntura dos movimentos sociais, os quais, na maior parte das

⁶³ Manuel Castells, *La question urbaine*, Paris, François Maspero, 1972.

⁶⁴ Id., *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Editorial Presença, 1975, p. 93.

⁶⁵ Id., “Planificación Urbana y Movimientos Sociales: El Caso de la Renovación Urbana en París”: Christian Beringuier, Manuel Castells, Christian Mingasson, Jean Remy, *Urbanismo y práctica política*, Barcelona, Los Libros De La Frontera, 1974, pp. 127-160.

⁶⁶ Id., *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Editorial Presença, 1975, pp. 141-142.

vezes, colidiam com a ordem dominante. Para que essas práticas pudessem ser realmente consequentes, era necessário conceber formas de oposição que ultrapassassem o âmbito restrito da “reação dos utentes”, articulando-as com o conjunto das contradições sociais, e pondo em questão, simultaneamente, as condições que determinam a fixação de objectivos nos movimentos sociais urbanos. A improcedência das reivindicações urbanas não significaria, porém, o seu fracasso, na maior parte das vezes o que aconteceria a esse tipo de lutas, era deslocar-se num outro sentido, visar outro tipo de objectivos circunstanciais. Por exemplo, nas operações de renovação urbana de Paris, quando os moradores dos bairros centrais foram definitivamente expulsos para os conjuntos habitacionais periféricos, passado o tempo de reacção contra a expulsão, iniciou-se uma outra luta por melhores condições de transportes públicos, e assim sucessivamente.

Quanto às questões da participação, tão prolificamente debatidas na época, elas não poderiam ser consideradas relevantes, uma vez que o planeamento, segundo Castells, não era “uma ciência normativa das boas formas urbanas”, mas antes, “um meio de controlo social da ordem urbana”, conseguido através de “intervenções dependentes de instituições administrativas e políticas, [...] de instituições investidas de autoridade”⁶⁷. Nesse sentido, o planeamento corroborava a intervenção do sistema político sobre o sistema económico, sobre um campo de actuação social e espacial específico, servia para regular o processo de reprodução da força de trabalho e o da reprodução dos meios de produção, intervindo nas contradições que fariam perigar a subsistência das formações sociais vigentes. As consequências sociais e espaciais de um tal processo regulador não seriam seguramente optimizadas devido a uma maior ou menor participação dos “interessados”, ou dos “habitantes”, ou dos “utentes”.

A participação, no sentido “apropriador” que lhe dava Lefebvre, servia-lhe, isso sim, para ajudar a sistematizar alguns conceitos na perspectiva da sociologia urbana, como o conceito de centro. Na probabilidade da existência de uma comunidade urbana, as relações de interacção que se estabelecem entre sociedade e espaço seriam expressas pela organização social através da centralização de símbolos e da constituição de um sistema de comunicação, ao qual não seriam alheios os valores, também centralizados, da participação. Eram esses atributos que o levavam a definir o “centro simbólico”, como “a organização espacial dos pontos de interacção entre os eixos do campo semântico da cidade”.

Mas as referências urbanas de Castells suplantavam o universo das cidades europeias, os conflitos latentes que, de Eindhoven a Nápoles, passando por Roma, Lyon ou Paris, as assolavam criando pólos de descontentamento entre os seus habitantes mais pobres⁶⁸. Alargavam-se necessariamente ao crescimento dos aglomerados urbanos nos países “subdesenvolvidos” o qual, em seu entender, transcendia a análise concreta, ou política, da teoria sociológica⁶⁹. Para analisar essa situação era necessário, em bom rigor, entender que o chamado “subdesenvolvimento” era, antes de mais, o resultado da dialéctica entre dependência e desenvolvimento, era, basicamente a consequência da penetração de uma estrutura social por outra. Essa análise teria necessariamente de levar em conta:

- “1º. a consideração da estrutura preexistente na formação social dominada
- 2º. qual é o tipo de formação social dominante
- 3º. qual é a relação entre ambas, isto é, o tipo de dominação exercido.”⁷⁰

Castells achava que, na América Latina, por exemplo, a urbanização não reflectia um processo de modernização, mas antes expressava, por meio das relações socio-espaciais, a agudização das contradições do processo de crescimento económico, neste caso determinadas pelas condições de uma particular dependência do sistema capitalista mundial. A própria história do desenvolvimento económico, social e urbano da América Latina traduziria claramente os diversos tipos e formas de

⁶⁷ *Ib.*, p.213, citando também Raymond Ledrut, *Sociologie Urbaine*, Paris, P.U.F., 1968.

⁶⁸ Embora uma parte significativa dos seus ensaios de sociologia urbana tenha emergido a partir da análise das lutas urbanas subsequentes às operações de “renovação urbana” do centro de Paris, nos finais de sessenta e inícios de setenta. Cf. *Id.*, “Planificación Urbana y Movimientos Sociales: El Caso de la Renovación Urbana en París”: Christian Beringuier, Manuel Castells, Christian Mingasson, Jean Remy, *Urbanismo y práctica política*, Barcelona, Los Libros De La Frontera, 1974, pp. 127-160.

⁶⁹ *Id.*, *Problemas de Investigación em Sociologia Urbana*, Lisboa, Editorial Presença, 1975, p. 103.

⁷⁰ *Ib.*, p. 109.

dependência segundo os quais, em diferentes momentos e circunstâncias, as suas sociedades se foram organizando.

De resto, os aglomerados suburbanos não formais, que proliferavam a uma velocidade alucinante na América Latina, começavam, também pela via da sociologia urbana, a perder o estatuto de “clandestinidade” escondida, que a ideologia urbana dominante lhes fora conferindo, e a adquirir um valor laboratorial, de ponto de partida para análises mais objectivas a propósito do problema do habitat e, mais tarde, como solução possível e inevitável para o próprio crescimento urbano dessas cidades.

Já foi referida a forma como, a partir dos relatórios de Charles Abrams, se deslocam algumas atenções e motivações para o fenómeno e para a sua possível, e ingenuamente desejada, “resolução”: bastava não condenar nem virar as costas e enfrentá-los como uma via possível e realista, desde que “tecnicamente” acompanhada.

Em 1972, também Paul-Henry Chombart de Lauwe entra em contacto com a realidade latino-americana, ao visitar as periferias auto-construídas de Caracas, os *barrios de ranchos*, e inicia uma colaboração com as pessoas que já trabalhavam no terreno, conferindo-lhes suporte metodológico e estatutário⁷¹.

John F. C. Turner

Mas a personagem mais consequente, sob o ponto de vista da exaltação teórica das diversas práticas habitacionais de raiz informal, que proliferavam um pouco por todo o mundo onde a afluência aos centros urbanos se fazia sentir, foi, sem dúvida, John F. Charlewood Turner. Formado pela Architectural Association School, de Londres, no princípio da década de cinquenta, Turner desde cedo se deixou fascinar pela influência dos ensinamentos de Patrick Geddes. A sublimação das relações entre o homem e o ambiente que revelava nos seus escritos, sobretudo em *Cities in Evolution*, superavam as redutoras compartimentações estabelecidas pelo ensino académico e motivavam-no para um modo mais socializante de encarar as disciplinas da Arquitectura e do planeamento urbano.

Ainda estudante, as suas empatias ideológicas tornaram-no leitor assíduo do jornal anarquista *Freedom*, que tinha sido fundado por Peter Kropotkin. Em 1948, Giancarlo De Carlo publicara num outro jornal anarquista italiano, *Volontà*, um artigo que ensaiava uma abordagem ao problema da habitação, sob o ponto de vista do ideal libertário. Colin Ward, que, décadas mais tarde, relataria estes acontecimentos no prefácio do livro de John Turner, *Housing by People*⁷², traduziu esse artigo de De Carlo e publicou-o no *Freedom*. Algum tempo depois, em 1952, Giancarlo De Carlo, Colin Ward, Pat Crooke e o próprio John Turner juntar-se-iam em Veneza para debater aspectos fundamentais dos temas do alojamento e do planeamento urbano, ou seja, “quem fornece e quem decide”.

A partir de então, Turner não abandonaria mais esse seu envolvimento com o problema da habitação, privilegiando sempre a evolução dos conceitos em função das práticas analisadas e não abdicando nunca da raiz libertária de pensamento. De resto, esse *background* anarquista foi certamente determinante para a consignação dos aspectos essenciais da sua obra: a evolução permanente com as lições que se iam retirando das práticas sociais e o inconformismo para com os cânones pré-estabelecidos, que começaria logo na revolucionária formulação dos problemas a resolver.

Quando Eduardo Neira, um arquitecto peruano que estudara planeamento regional e urbano em Liverpool, o convida para trabalhar num projecto piloto de assistência técnica às implantações habitacionais suburbanas de Arequipa, a segunda cidade do Peru, Turner não hesita e parte para a missão com uma vontade imensa de se soltar das teias das inovações tecnológicas e das formulações intelectuais e encarar o fenómeno das *barriadas* numa perspectiva inovadora, encontrando o seu caminho por entre a simplicidade da descoberta das potencialidades positivas⁷³.

⁷¹ Teolinda Bolívar, “Une recherche sur les *barrios* de Caracas”: *Urbanisme*, Juillet-Août 1999, [307], pp.22-24; e Yves Pedrazzini, “Les avatars de ‘l’hypothèse’ dans la métropole latino-américaine”: *Urbanisme*, Juillet-Août 1999, [307], pp. 24-26;

⁷² Cf. John F. C. Turner, *Housing by People*, Londres, Marion Boyars, 1976, e, também, Franco Buncuga, *Conversazioni con Giancarlo De Carlo Architettura e Libertà*, Milão, Elèuthera, 2000.

⁷³ Cf. John F. C. Turner, “The Reeducation of a Professional”: John F. C. Turner & Robert Fichter (edited by), *Freedom to Build*, Londres, Nova Iorque, The Macmillan Company, 1972, p. 124.

Essa foi a base da sua actividade no Peru desde meados dos anos cinquenta até 1963. Colaborando em diversos projectos piloto, que iam desde a construção de escolas básicas nos meios rurais até à assistência técnica à auto-construção nas *barriadas*, ou *pueblos jóvenes*, como gostava de lhes chamar para subtrair conotações negativas⁷⁴, passando ainda pela definição de programas de realojamento de emergência, como as que se desenvolveram na sequência do terramoto de 15 de Janeiro de 1958. Desse envolvimento, mais do que resultados “técnicos”, na redutora asserção do termo, quis extrair as lições que lhe eram oferecidas, sintetizadas na descoberta de que as implantações habitacionais ilegais, longe de traduzirem os “preocupantes” sintomas de uma ameaça social, simbolizavam, isso sim, a triunfante revelação da auto-ajuda e das capacidades da realização popular, sem o estorvo e o incómodo das tutelas governamentais ou institucionais. Para além do mais, ao assumir esta posição, Turner estava também a inverter o paternalismo⁷⁵ da atitude dos países ditos desenvolvidos, tradicionalmente fornecedores de *know how* “técnico” aos países pobres, assumindo definitivamente que a lição era ao contrário, ou seja, que todo o mundo, e não só as sociedades mais ricas ou as mais pobres, tinha a aprender com as lições de entrelajada e de compreensão da racionalidade construtiva e organizativa dos *squatter settlements* peruanos.

Partindo dessa premissa radical, aprofundada e ratificada por um quotidiano de permanente contacto com a realidade, Turner procuraria nunca ceder ao uso da supremacia que a sua qualificação técnica e profissional lhe sugeria. A sua descoberta residia não nas potencialidades do apoio técnico que os arquitectos e os urbanistas podiam conferir às implantações existentes, mas sim na capacidade que as populações revelavam para resolver os seus graves problemas habitacionais, sem o recurso a subvenções do Estado que, na maior parte das vezes, mais não eram senão enormes *bluffs* financeiros e administrativos.

Vista aérea de
Barriada em Lima.
Fonte: Rafael López
Rangel; Roberto
Segre, *Tendencias
Arquitectónicas y Caos
Urbano em America
Latina*, Gustavo Gili,
1986.



⁷⁴ De facto, embora sob o ponto de vista das condições habitacionais e ambientais a diferença não fosse significativa, John Turner distinguia claramente os loteamentos clandestinos de especulação no mercado paralelo, que proliferavam nas bolsas periféricas de cidades como Lima, das áreas de ocupação espontânea dos cidadãos que afluíam às cidades, às quais gostava de chamar *pueblos jóvenes* ou *urbanizaciones populares*. Cf. John F. C. Turner, “Housing as a Verb”: John F. C. Turner & Robert Fichter (edited by), *Op. cit.*, Londres, Nova Iorque, The Macmillan Company, 1972, p. 149.

⁷⁵ Assumido também como estratégia da guerra fria: “Aid became a cold-war weapon and a vehicle of economic and ideological imperialism”, escreve Colin Ward no prefácio de John F. C. Turner, *Housing by People*, Londres, Marion Boyars, 1976, p.4.

Admirava-o, inclusivamente, a posição dos técnicos mais activistas, cuja excessiva auto-recriminação fazia paralisar as capacidades de actuação. Na melhor das hipóteses, em seu entender, os remorsos desses técnicos socialmente empenhados levavam-nos a abandonar o campo de batalha que bem conheciam e dominavam, no intuito de primeiro “mudar o sistema”, como se o sistema fosse algo que se pudesse separar do processo de construção⁷⁶.

Turner achava que a veleidade de prover alojamento por parte de qualquer instituição administrativamente centralizada era, em si, uma ingerência inaceitável. Por isso era profundamente crítico em relação aos falsos empenhamentos dos diversos Estados, socialistas ou capitalistas, na resolução do problema da habitação. Por um lado, esta sua atitude consciencializava-o da impossibilidade do arquitecto actuar como se a Arquitectura fosse uma variável independente, sem responsabilidades sociais e políticas, mas, por outro lado, também o punha em desacordo com a antítese marxista da improdutividade de uma prática coerente no quadro das relações de produção capitalistas.

Eis os contornos sempre renovados de uma velha questão que, já há cerca de um século atrás, envolvera Engels e Proudhon em polémica: era possível, desejável, ou minimamente produtivo o empenho na resolução do problema do alojamento sem a grande transformação social que poria fim a todo o domínio de classe?⁷⁷ John Turner achava que sim. Mais! Achava que a própria dinâmica, entreajuda e racionalidade dos *squatters* latino-americanos poderia constituir uma lição e um ponto de partida para outras libertações, para outras emancipações não directamente envolvidas com a habitação. Essa era uma das suas deslumbrantes deduções, revelada pelo envolvimento prático com populações que, recém-chegadas à cidade, ocupavam os espaços vitais com a argúcia e a espontaneidade que lhes eram dadas pelo sentido comunitário e tribal que ainda traziam dos espaços de origem. E era precisamente por esse motivo que Turner gostava de distinguir esse tipo de implantações ilegais das de outro tipo que, embora igualmente ilegais do ponto de vista das instituições de tutela e de licenciamento, já se inseriam em negócios organizados de loteamentos para venda e aluguer, altamente rentáveis nos sistemas de mercado paralelo correntes na América Latina. Por outro lado, argumentava que só estes tipos de aglomerado de geração espontânea tinham a flexibilidade suficiente para se moldarem à previsível evolução socio-económica dos habitantes, e condenava sempre a rigidez “arquitectónica” dos conjuntos habitacionais de promoção pública, ou centralizada, que remetiam os moradores para uma extrema dificuldade de metamorfosear os espaços, encerrados enquanto obra concluída, alheando-os dos sentidos mais íntimos de transformação e pertença. Acreditava assim que era possível repor as comunidades de origem, ou abrigá-las no contexto urbano sem provocar grandes mossas na sua estrutura social e cultural. À medida que as habitações “evoluiam”, porém, eram também os modelos de relacionamento social e cultural das comunidades que “evoluiam”, e a aculturação progressiva aos modelos dominantes ia penetrando nos saberes tradicionais, ia moldando as racionalidades e ia, sobretudo, enquadrando os novos cidadãos nos sistemas de mercado e de consumo vigentes.

Para Turner, quanto mais próxima do indivíduo e da comunidade fosse a orgânica administrativa da promoção de habitações, tanto mais qualificado, sob o ponto de vista das expectativas da procura, e tanto mais sucedido, sob o ponto de vista da produção, seria o empreendimento. O que o atraía nessas implantações espontâneas era o carácter radicalmente autónomo da esfera decisória, que sugeria a potencialidade de existência de comunidades não tuteladas sob o ponto de vista administrativo, económico e cultural, aproximando-as dos modelos preconizados pelo ideal libertário.

Em 1963, Turner encontrar-se-ia com Charles Abrams, no MIT. Pouco tempo depois, em 1965, deixaria a actividade regular no Peru e começaria uma carreira de investigador no *Joint Center for Urban Studies*, do MIT e da Universidade de Harvard. A partir de então iniciou um périplo por diversas instituições, quer académicas, quer centros internacionais dedicados às questões dos aglomerados habitacionais não controlados. Redigiu, conjuntamente com Rolf Goetze, um documento apresentado ao *Seminar on Urbanization* das Nações Unidas, em 1966, intitulado

⁷⁶ Cf. *Ibidem*, p.26.

⁷⁷ Cf. F. Engels, *Para a questão da habitação*, Lisboa, Moscovo, Edições Avante, 1983.

*Uncontrolled Urban Settlements Problems and Policies*⁷⁸. Colaborou com o Instituto de Ivan Illich, em Cuernavaca, no México. Dirigiu uma avaliação das potencialidades da auto-construção nos Estados Unidos, para o *U.S. Department of Urban Studies and Planning*. Leccionou no MIT, em Harvard, na *Architectural Association School* e na *Development Planning Unit of the School of Environmental Studies* do *University College*, de Londres.

Mas a publicação que verdadeiramente difundiu a sua experiência, e as ilacções que dela tirava, foi uma edição especial da revista britânica *Architectural Design*, em Agosto de 1963, dedicada ao tema *Dwelling Resources in Latin America*⁷⁹. Foi, de resto, essa publicação que o encorajou a prosseguir o trabalho teórico em torno das práticas que ele tão bem conhecia e dominava.

O que é realmente revelador no trabalho de John. F. C. Turner é a descoberta, ou a convicção, que a auto-ajuda e a promoção directa na produção de habitação, no Peru e mais genericamente nos países latino-americanos, assumidas pelo *establishment* como um problema grave, podiam e deviam ser antes consideradas como uma lição a seguir. Posteriormente viria ainda a descobrir que os exemplos de racionalidade construtiva, administrativa e operativa dados pelos ocupantes construtores eram válidos não só para os contextos dos países de economia pobre, revelavam potencialidades que os tornavam universais, mesmo no âmbito da resolução dos problemas habitacionais dos países mais ricos.

Em síntese, eis as três conclusões que Turner propunha: primeiro, a conclusão de que o que interessa na questão do alojamento não é aquilo que *é*, mas aquilo que *faz* pelas pessoas, o que leva ao princípio da auto-governança da produção habitacional; em segundo lugar, a conclusão de que a economia da habitação é um assunto que diz respeito aos recursos pessoais e locais, que leva ao princípio das tecnologias adequadas ao contexto; finalmente, a conclusão de que a autoridade sobre a questão pertence aos próprios interessados, que conduz ao princípio da separação das escalas de projecto, entre *planning* e *design*, baseado na constatação de que só os moradores, no contexto do seu bairro, da sua localidade, têm a última palavra acerca dos seus próprios recursos e investimentos, qualquer tentativa de projectar o espaço mais íntimo da habitação deve ser considerado como um acto de ingerência no exercício de uma autoridade que lhes é própria⁸⁰.

Turner inferia dos aglomerados habitacionais não controlados as potencialidades de uma auto-governança que, na realidade, não existia, ou só existia na medida em que era visível do exterior, na perspectiva externa de quem só conhecia os mecanismos de regulação vigentes nas sociedades ditas desenvolvidas. O que essa suposta auto-governança traduzia, na realidade, era a resposta possível das populações à necessidade de sobrevivência numa sociedade económica e culturalmente dominada por uma outra potência, traduzia a adaptação forçada a um mercado de trabalho balizado por relações de produção que lhes eram violentamente impostas.

Se, por um lado e com bastante clarividência, Turner achava que o que era importante era o processo, mesmo o trabalho do arquitecto só era útil na medida em que ajudava à evolução desse processo, condenando assim as posições mais demissionárias⁸¹, por outro lado deixava-se seduzir pela convicção de que esses processos, só pelo facto de não serem controlados de uma forma directa pelo Estado, ou pelas agências do capital, fixavam uma autonomia capaz de lhes conferir um valor de exemplaridade.

Por outro lado ainda, a compreensiva necessidade de assumir a sua frontal oposição para com o paternalismo tecnocrático, sobretudo para com aquele que tinha inundado os países do chamado Terceiro Mundo com tantas e tão hipócritas "soluções", levava-o a considerar que não existia uma Arquitectura que estivesse para aquém ou para além do processo de construção em si. Significativo a esse propósito é o jogo de analogias que estabelece com a dupla valência do termo inglês *housing*, enquanto verbo e enquanto substantivo. Como verbo, o termo implica um

⁷⁸ "Uncontrolled Urban Settlements: Problems and Policies", documento de trabalho apresentado ao *United Nations Seminar on Urbanization Problems and Policies*, Pittsburgh, University of Pennsylvania, Outubro de 1966; apud, John F. C. Turner, *Housing by People*, Londres, Marion Boyars, 1976, p.5.

⁷⁹ John F. C. Turner, *Housing by People*, Londres, Marion Boyars, 1976, p. 1.

⁸⁰ *Ib.*, pp.102-103.

⁸¹ "Excessive self-recrimination can paralyze the power to act." *Ib.*, p. 26.

sentido dinâmico, que remete para um processo em permanente evolução, como substantivo, porém, sugere uma dimensão estática e acomodada, fechada às progressivas transformações⁸².

Portanto, e embora numa outra perspectiva, John F. C. Turner, como Lefebvre, prescindia de considerar a existência de um corpo disciplinar que não fosse directamente ditado pelas práticas sociais que lhe eram inerentes. Como em muitas das áreas tendenciais do debate arquitectónico da época, a referência crítica dificilmente teria lugar senão em função da validação objectiva dessas mesmas práticas. Na avassaladora maioria dos casos, a Arquitectura que respondia à encomenda institucional, do Estado ou do capital, incorporaria potencialmente a representação do poder, da opressão e da exploração. Ao salientar o valor paradigmático das implantações não controladas, Turner escolheu a que julgava ser a outra, essa que, pelo menos numa primeira fase, tinha ainda a virtude de responder a objectivos ditados pela satisfação de necessidades elementares e imediatas.

Entretanto, um pouco por todo o mundo, mas sobretudo na América Latina, onde a afluência das populações rurais aos centros urbanos durante os anos cinquenta e sessenta se fizera sentir com grande intensidade, as propostas em torno de uma remissiva potenciação dos aglomerados habitacionais não controlados iam aliciando e deslumbrando um número cada vez maior de personalidades ligadas à Arquitectura e às ciências sociais.

Pela importância da sua obra e pela sua proximidade pontual com a situação portuguesa destaca-se a de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Arquitecto pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1966, Carlos Nelson dos Santos começara a trabalhar em operações de reabilitação de favelas, logo desde 1965. As limitações sucessivas dos “mecanismos de pensar” inerentes a um tal trabalho levá-lo-iam, porém, no ano de 1974, a uma sucessão de “becos sem saída”. Para os superar, e embora estrangido dada a sua desconfiança na objectivação das ciências sociais, decidiu investir na legitimação teórica das práticas que bem conhecia e, em 1979, defende com êxito a dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro⁸³. Frequentou igualmente o MIT, na qualidade de cientista social visitante. Esteve por diversas vezes em Portugal e, em Janeiro de 1972, veio ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil apresentar algumas das suas experiências enquanto arquitecto consultor da Federação das Associações de Favelados do Estado de Guanabara, FAFEG, e enquanto “executor” de planos de infraestruturação de favelas para a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, Codesco.

O primeiro contacto de Carlos Nelson com a realidade das favelas cariocas dar-se-á, porém, em 1964, quando, integrado num grupo de estudantes de esquerda, vem a dar apoio e consultoria à FAFEG, trabalhando em conjunto com colegas de medicina no Catumbi e em S. Carlos⁸⁴.

A favela de Brás de Pina ficava situada numa área pantanosa adjacente à costa ocidental da baía de Guanabara. Como em grande parte das outras favelas da zona norte do Rio de Janeiro, e em contraste com as de “morro” na zona sul, o terreno plano agudizava ainda mais as situações de insalubridade provocadas pela ausência de infraestruturas de drenagem e de escoamento. Em Brás de Pina essa circunstância era ainda mais evidenciada pela existência de um grande charco, na parte central da favela, topograficamente situado abaixo da cota da maré alta.

Vários acontecimentos se conjugaram para que esta favela começasse a ser falada nos meios de comunicação social. O autoritário governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, decidira, num rasgo de intempestuosa afirmação política, “acabar” com cinco favelas do Rio de Janeiro. Os seus ocupantes seriam enviados para 12 mil fogos edificadas com o apoio financeiro dos Estados Unidos, em áreas ainda mais periféricas.

Situada numa zona com grandes potencialidades de valorização fundiária, quer industrial, quer habitacional, Brás de Pina foi, também por essas razões, uma das escolhidas.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos

⁸² John F. C. Turner, “Housing as a Verb”: John F. C. Turner & Robert Fichter (edited by), *Freedom to Build*, Londres, Nova Iorque, The Macmillan Company, 1972, p. 151.

⁸³ Cf. Carlos Nelson Ferreira dos Santos, *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, pp. 13-14.

⁸⁴ *Ib.*, p. 43.

Assim, alguns meses após o pronunciamento militar de Minas Gerais, que iria mergulhar o Brasil num regime opressor e autoritário, os favelados de Brás de Pina, habituados à entreajuda para vencer as dificuldades do pântano, resolveram unir-se em torno da Associação de Moradores e dos padres para resistir à mudança compulsiva.

O Natal de 1964 seria marcante para a opinião pública carioca, que acompanharia pela imprensa o drama das populações, abrilhantado pela presença *in loco* do governador e do cardeal, acolitados, por sua vez, pelas equipas técnicas e por um fortíssimo aparato policial. A tentativa de levar a cabo a operação foi, porém, parcialmente falhada. Os moradores, apoiados pela Associação e pelos padres, enfrentaram o poder e só cerca de um terço deles cedeu às pressões do governador e deixou a favela⁸⁵.

Na sequência destes acontecimentos, e perante as grandes incertezas que pairavam no seio dos moradores resistentes, a FAFEG decidiu chamar os seus consultores, entre os quais se encontrava o arquitecto Carlos Nelson. Ansiosos por fertilizar, no terreno das práticas sociais, todo o campo teórico e ideológico que tinham avidamente adquirido na faculdade, os arquitectos começaram por investir no trabalho de análise, ao qual chamaram “diagnóstico”. Os moradores, porém, queriam um plano com o qual pudessem esgrimir contra os argumentos tecnocráticos do governo “estadual”. De seguida, partiram para a elaboração de um plano de infraestruturação viária, de saneamento e de abastecimento. Os trabalhos de aterro do pântano prosseguiram paralelamente, coordenados por eles e pela associação, contando com a colaboração de todos, reeditando com alguma formalidade um processo de entreajuda que já existia na prática da favela.

Passado algum tempo, novo governador, novas premissas políticas e novas entidades entram na liça. Vários levantamentos, de índole socio-económica, jurídica, urbanística, habitacional, produtiva, etc., seriam encomendados a um grupo de trabalho governamental que, já em 1968, se transforma em empresa pública de capitais mistos, a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, Codesco, a qual viria a ter funções executivas, de coordenação e de enquadramento jurídico-financeiro dos empréstimos à construção, na urbanização da favela de Brás de Pina.

Favela do Vidigal, na zona sul do Rio de Janeiro



⁸⁵ *ib.*, pp. 32-34.

A propósito desses levantamentos, Carlos Nelson dos Santos diria que eram “úteis para a definição de alternativas de projecto” e para “dar uma ideia mais precisa das condições de vida na favela”, mas sublinharia que o “seu verdadeiro objectivo [...] era referido a outra instância: eles faziam parte de um ritual de legitimação em que a pesquisa era fetichizada como amuleto capaz de neutralizar uma decisão que era, na sua essência, política, dando-lhe *status* de seriedade incontestável”⁸⁶.

O grupo de arquitectos, que, entretanto, estava reduzido a três, o próprio Carlos Nelson, Sueli de Azevedo⁸⁷ e Sylvia Wanderley, fica assim com o trabalho enredado numa complicada teia de relações entre moradores, associação, Codesco e padre. O antigo inimigo, que potenciara a unidade dos outros agentes, vinha agora propor-se como aliado executivo. A correlação de forças já existente e, entretanto, sedimentada, conseguiu, porém, garantir a continuidade dos arquitectos na prossecução do projecto. Formaram então uma outra entidade empresarial independente⁸⁸, a qual viria a actuar como assessora, consultora e executora dos planos para a Codesco.

Começaram então a auscultar a vontade dos moradores através de inquéritos promovidos pela sua associação. A primeira decisão estruturante foi a de optar por habitação unifamiliar em extensão, apesar da exiguidade do lote. Se se optasse pela habitação em sobreposição horizontal, mesmo não aumentando muito a densidade, a dimensão do fogo poderia beneficiar substancialmente. Os moradores não quiseram. Os arquitectos, porém, ainda insistem junto da Codesco porque acreditavam que era a “melhor saída”. Os moradores não transigiram, preferiram o pequeno terreno de 120 m², desde que a propriedade fosse atribuída à família que o ocupasse. Em reflexão posterior, Carlos Nelson dos Santos confessou a sua frustração, diria mesmo que se perdera “a oportunidade de fazer de Brás de Pina a primeira tentativa de urbanização socializante do Rio de Janeiro”⁸⁹.

Definidos que estavam os quarteirões, já de si pequenos, foram então divididos em minúsculos lotes de 6.5 metros de frente. A implantação das infraestruturas começara pelas áreas deixadas livres pelos ocupantes que não aderiram à luta. De cada vez que a implantação de uma via colidida com um “barraco” existente, efectuava-se a sua trasladação para um lote infraestruturado. Era transportado, inteiro ou por painéis, em carros de tracção animal, numa operação rápida que durava poucas horas⁹⁰. Por fim, resultaria um pequeno tecido de base reticulada, limitado a norte pelos grandes eixos viários de ligação ao centro do Rio e bem articulado com os bairros consolidados que o envolviam a sul e a nascente.

Por sugestão dos arquitectos, todos os moradores foram, então, convidados a desenhar as “plantas” das suas novas casas, de acordo com os seus desejos e com as suas necessidades. No prazo de um mês seriam recebidas cerca de trezentas “plantas”, das mais artesanais às mais trabalhadas. Muitas tinham mesmo sido encomendadas a profissionais, engenheiros ou arquitectos. Depois de sistematizados, sob o ponto de vista tipológico, os diversos modelos foram enquadrados, por incidência de soluções, em áreas distintas. Foram também testados e rectificados, com base num conjunto de regras muito simples, que garantiam a adequação entre o “plano urbanístico e o habitacional”⁹¹. O escritório que funcionava no local foi transformado numa espécie de *stand* imobiliário onde os moradores escolhiam os seus tipos preferidos.

Depois dos “barracos” serem reimplantados nos lotes infraestruturados, havia toda a conveniência de começar com a fase de construção das novas habitações. Entre as funções da Codesco estava também a de coordenar e canalizar as possibilidades de endividamento dos moradores, para que fossem activadas as linhas de empréstimo do Banco Nacional de Habitação. Embora não fosse imposta nenhuma espécie de norma nesse sentido, as primeiras construções de alvenaria começariam a surgir. A Codesco preconizava a auto-construção, mas a maioria dos interessados preferiria contratar mão de obra, que trabalhava sob sua orientação⁹².

⁸⁶ *Ib.*, p. 53.

⁸⁷ Que tive o gosto de conhecer e de entrevistar, a 9 de Dezembro de 1996, no Departamento de Planos Locais da Prefeitura do Rio de Janeiro.

⁸⁸ A Quadra Arquitectos Associados Ltda., cf. *Ib.*, p. 57.

⁸⁹ *Ib.*, p. 64.

⁹⁰ Entrevista feita a Sueli de Azevedo, a 9 de Dezembro de 1996.

⁹¹ Carlos Nelson Ferreira dos Santos, *Op. cit.*, p. 67.

⁹² *Ib.*, p. 70.

Não havia restrições à construção das habitações propriamente ditas. Sempre que eram solicitados, os arquitectos aconselhavam, mas o tom era, evidentemente, deixar que a intervenção ao nível das opções para a casa própria fosse completamente liberalizada. Carlos Nelson dos Santos partilhava da turneriana opinião que, nestes casos, a normativa para a construção da habitação deveria ser eminentemente prescritiva e nunca proscritiva⁹³, ou seja, o acompanhamento técnico deveria assistir e aconselhar a obra, nunca criar inibições ou proibições.

Por isso, mesmo quando algumas opções lhes pareciam um absurdo, como o insistente desejo de dotar o módulo do fogo com uma varanda minúscula, os arquitectos davam o seu conselho, a sua opinião “técnica”, mas deixavam os moradores livres para actuar e para construir, dentro dos limites da compatibilidade com o “plano urbanístico”.

Turner advogava a inteira liberdade de opções na construção da moradia própria, princípio ao qual correspondia também uma certa demissão da função do arquitecto, incapaz de introduzir mais-valias técnicas ou arquitectónicas no desenrolar do processo construtivo. Achava que, por contrário, eram os saberes instituídos da construção e do planeamento que tinham a ganhar com o conhecimento das soluções dos moradores. Carlos Nelson, por seu lado, e talvez pelas especificidades sociológicas que identificava nos “seus” moradores, reconhecia ao seu trabalho e ao dos seus colegas a possibilidade de se assumir como um processo de acompanhamento e de introdução de benefícios racionais que não pressupunha, de forma alguma, a imposição de soluções ou a rigidez normativa, nem por razões de ordem funcional e, sobretudo, jamais por razões de ordem estética. A infraestruturação urbana foi, em Brás de Pina, a razão primeira e última do intervencionismo técnico, mas a possibilidade de intervir ao nível das opções de conformação e de construção dos fogos nunca foi imposta nem renegada. Era uma assistência a que os moradores tinham direito e à qual recorreriam de livre arbítrio.

Em 1971, 75% das construções já eram em alvenaria⁹⁴. Hoje, para quem desconheça a história, Brás de Pina integra-se na cidade sem quase se distinguir dos bairros de classe média-baixa que a envolvem, mas o processo de urbanização foi atribulado. O estatuto do solo nunca foi resolvido, a Codesco foi sempre tentando adiar a passagem da propriedade para os moradores. Muitos dos moradores, por seu lado, quando se viram integrados nos circuitos formais de utilização dos espaço – pagamento de impostos, pagamento das taxas de consumo básico, água, energia, saneamento, burocracia inerente, etc. – desistiram da ideia, venderam os seus direitos a outros, geralmente oriundos de casas sobrelotadas dos bairros vizinhos, e partiram em busca de outra favela. O número de moradores que o fizeram foi tão significativo que se começou-se a questionar a legitimidade da operação, uma vez que os destinatários originais já não eram atendidos e se estava a construir para “gente de fora”⁹⁵.

A Codesco, que entretendo se auto-instituiu como entidade oficial do bairro, ao jeito burocrático-controlador das instituições do Estado, tentaria, então, impor a proibição de construir com fins especulativos em Brás de Pina. Foi inútil, foram construídas lojas, garagens e quartos para alugar, os edifícios começaram a subir em altura e, em cada novo piso, aumentavam ligeiramente em extensão, um deles chegava mesmo a parecer um “zigurate invertido”⁹⁶.

Com os novos usos e as novas relações vieram também os novos modelos decorativos: muretes, grades em ferro forjado e azulejos constituíram o passo seguinte do processo construtivo, as casas deixariam de ser estigmatizadas pela diferença e passariam a incluir-se num cânone genericamente identificável com a habitação pequeno-burguesa do subúrbio carioca.

A experiência de Brás de Pina valeria a Carlos Nelson Ferreira dos Santos, e a alguns dos seus colegas, a prossecução de trabalhos em circunstância que se julgavam análogas. Veio também a trabalhar na favela do Morro União; no Catumbi, um bairro tradicional do centro do Rio ameaçado de demolição para a aplicação de um plano de renovação urbana de autoria de Constantinos

⁹³ Carlos Nelson Ferreira dos Santos, gravação de conferência no L.N.E.C., em Janeiro de 1972.

⁹⁴ Carlos Nelson Ferreira dos Santos, *Op. cit.*, p. 92.

⁹⁵ *Ib.*, p. 74.

⁹⁶ *Ib.*, p. 75.

Doxiadis⁹⁷; e nas favelas do Morro Azul, bem no centro da cidade, onde um padre voluntarioso queria assegurar e coordenar processos de realojamento. Praticamente em todos estes empenhos, mas mais no Catumbi, por exemplo, onde não teve nenhuma espécie de contactos com agências estatais ou governamentais, Carlos Nelson posicionou-se como “advogado dos moradores” para as questões da arquitectura e do urbanismo, na senda das acções do “advocacy planning” norte-americano, nas quais os moradores ou utentes interessados recorriam ao serviço de técnicos empenhados para elaborar planos alternativos àqueles que os lesavam.

A partir do final da década de sessenta, Carlos Nelson sentiu que os seus objectivos enquanto arquitecto e urbanista estavam a entrar num beco sem saída. Aos poucos, começou a desviar a sua atenção das casas, das infraestruturas, dos sistemas viários, e a interessar-se cada vez mais pelas especificidades sociais e individuais dos habitantes dos espaços que, genericamente, se designavam por favelas, ou seja, a alteridade urbana do Rio de Janeiro, — “Fui descobrindo que havia muitos mundos dentro do que, simplisticamente, eu designava por um só nome”⁹⁸. Em 1968 conhece Machado da Silva e torna-se amigo de Anthony Leeds⁹⁹. Os antropólogos incitam-no a aprofundar os conhecimentos à luz das experiências vividas e, em 1969, chega mesmo a frequentar o curso de antropologia urbana ministrado pelo mesmo Leeds no Museu Nacional. Durante algum tempo foi resistindo à ideia de se tornar um antropólogo, desconfiava das “teorias” dos cientistas sociais e optava pelas práticas que tinham “alta potencialidade de provocar transformações directas no mundo real”¹⁰⁰. Finalmente, porém, em 1974, apercebeu-se que era impossível continuar como arquitecto, que para superar todos os impasses não encontrava, dentro da disciplina, os meios necessários, faltavam-lhe os “mecanismos de pensar adequados”, os “métodos” e a “sistemática de crítica e de análise”¹⁰¹. Entrou então em conflito consigo mesmo e com a sua prática de arquitecto e de urbanista e, em 1979, apresentou uma dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assumiu o seu carácter de antropólogo sem, no entanto, abdicar das “ideossincrasias de técnico especializado em pensar e actuar sobre o espaço e, em particular, sobre o espaço urbano”¹⁰². Não só não abdicou delas como também as usou como matéria para a sua nova condição disciplinar.

A sua dissertação em Antropologia está alinhada segundo uma reflexão acerca de três das suas práticas enquanto arquitecto — Brás de Pina, Morro Azul e Catumbi — que é transversalmente percorrida por um método crítico retirado de Manuel Castells¹⁰³ e de Jordi Borja¹⁰⁴. A Castells iria buscar essencialmente o rigor estrutural do método e a consciência de que o planeamento controlado pelo Estado suportava directamente a regulação dos sistemas urbanos segundo a lógica da dominação de classe. De Borja interessar-lhe-ia a desmontagem da alegada neutralidade e da racionalidade “técnicas”, enquanto armas ideológicas que o capital, e os governos, manipulam. Mas denunciaria também a sua demasiada convicção na importância da radicalização dos sectores técnicos, quando se apercebem do fracasso da farsa do planeamento urbano no capitalismo.

⁹⁷ Um importante urbanista grego convidado em 1965 pelo governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, para elaborar um plano metropolitano para o Rio de Janeiro do ano 2000. Curiosamente, C. A. Doxiadis foi conhecido, quer pelas suas teorias de superação da Carta de Atenas, consubstanciadas no grito de alarme da Declaração de Delos: o que faz falta não são as teorias sobre urbanismo mas os meios para as aplicar; quer pela criação da disciplina da “ekística”, a sistematização dos conhecimentos adquiridos tendente ao estudo das relações entre o homem e a cidade; quer também pelos seus trabalhos práticos de intervenção à escala metropolitana: *Dynapolis*, a cidade linear que se estende numa só direcção, o plano de reconstrução de Skopje, na sequência do terramoto de 1963 e ainda a coordenação das cidades novas de Bagdá, no Iraque. No seu círculo de afinidades intelectuais inscreviam-se personalidades como Barbara Ward, Siegfried Giedion ou R. Buckminster Fuller. C. A. Doxiadis and a symposium with Rene Dubos et alii, *Anthropopolis. City for Human Development*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company, 1974.

⁹⁸ Carlos Nelson Ferreira dos Santos, *Op. cit.*, p. 13.

⁹⁹ Antropólogo norte-americano que também foi professor de Antropologia Social na universidade de Austin, no Texas. Juntamente com Elisabeth Leeds, dedicou extensos estudos à questão das favelas, no Brasil, e às nefastas consequências das políticas habitacionais públicas. Após o período do SAAL esteve também em Portugal a trabalhar no Casal Ventoso e no Alto dos Moinhos, em Lisboa. Entrevista feita a Maria Proença, gravada a 22 de Julho de 1997.

¹⁰⁰ *Ib.*, p. 14.

¹⁰¹ *Ib.*, p. 14.

¹⁰² *Ib.*, p. 14.

¹⁰³ Sobretudo de: Manuel Castells, *Movimientos sociales urbanos*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1974.

¹⁰⁴ Jordi Borja, *Movimientos sociales urbanos*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1975.

Nesta sua incursão pelas ciências sociais, Carlos Nelson concluiria, porém, que os Movimentos Sociais Urbanos, pela sua natureza de satisfação de demandas de consumo colectivo, não poderiam adiantar muito em relação às grandes questões que se põem à sociedade. Talvez até possam, no início, revelar alguma energia na consciencialização dessas questões, mas cedo se esfumam e se diluem na medida em que as necessidades imediatas são satisfeitas. A crise não era urbana, mas sim inerente ao próprio sistema capitalista, portanto de nada adiantava andar a resolver problemas específicos neste ou naquele bairro, nesta ou naquela cidade. Os problemas não residiam na cidade em si mas sim nas formas de apropriá-la. Daí a sua recusa em prosseguir o mister de arquitecto e de urbanista, ao longo do qual mais não fizera senão estimular uns “piparotes que levantam a poeira daqui e dali”¹⁰⁵, e perante o qual se debatia com contradições aparentemente irresolúveis. Apesar do seu trabalho de intervenção nas favelas ter sido premiado pelo Instituto de Arquitectos do Brasil, desde que começou a ser conotado com a intervenção nas favelas, Carlos Nelson dos Santos deixou de ter solicitações para trabalhos dentro do âmbito disciplinar da Arquitectura. Começou a ser insistentemente solicitado para conferências e debates, no Brasil e no estrangeiro, foi convidado para um estágio no MIT mas, sintomaticamente, começou também a ter menos trabalho profissional¹⁰⁶.

Mas a questão essencial, que esteve na primeira linha da sua desistência¹⁰⁷ e que se assumiria como o principal foco de dúvida acerca da actividade de arquitecto, foi a de colocar os temas da habitação e da cidade radicalmente fora do objecto-casa e do objecto-cidade. Seguir, portanto, a pista do concreto, do trabalho em torno dessas matérias, seria, para si, uma abstracção que, cada vez mais, se desviaria dos problemas reais dos moradores e das sociedades urbanas¹⁰⁸. Através das ciências sociais, tentou perceber a utilidade da sua actividade anterior, crivando-a de objectivos pré-definidos por essas mesmas ciências sociais. A conclusão a que chegou, consubstanciada também por alguns dos resultados concretos do seu trabalho anterior, como, por exemplo, Brás de Pina, levou-o a acreditar que aqueles objectivos estavam muito para além desses resultados. Por isso, as “melhorias” introduzidas nos espaços urbanos e privados pareciam-lhe muito pouco, ou talvez nada, se se limitassem aos objectos em si e não aos sistemas de interacção desses objectos com as pessoas e com as comunidades. Exigiu demais da Arquitectura? Talvez. Mas talvez seja legítimo perguntar se, ao exigir tais demandas do trabalho de organização do espaço, Carlos Nelson não estivesse, especular e inconscientemente, a procurar também uma ideia de Arquitectura nas formas de organização social.

Estes ímpetos demissionários, que começavam a ser comuns na época, eram, na maior parte das vezes, provocados pela ampliação das expectativas em torno dos objectos concretos da disciplina, quer sob o ponto de vista social, quer mesmo sob o ponto de vista metodológico. Visto sob outra perspectiva, mais distanciada, prefigurar-se-ia um corpo disciplinar a tal ponto hesitante e enfraquecido que os profissionais mais empenhados só conseguiam justificar a sua actividade na medida da contribuição, directa e imediata, para o alcance de objectivos sociais muito mais abrangentes e complexos do que aqueles que a Arquitectura sempre se propusera atingir.

Oriol Bohigas, num texto de inegável lucidez, chegaria mesmo a classificar esse tipo de atitudes como “equivocos progressistas”¹⁰⁹. O arquitecto catalão reagia à simplista imissão dos objectivos políticos e sociais nos conteúdos metodológicos e disciplinares. Perante um crescente

Oriol Bohigas

¹⁰⁵ Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Op. cit., , p. 238.

¹⁰⁶ *Ib.*, p. 82.

¹⁰⁷ Carlos Nelson Ferreira dos Santos não abandonaria, contudo, a sua actividade como arquitecto e como urbanista. Durante os anos oitenta trabalharia como consultor no Instituto Brasileiro de Administração Municipal, I.B.A.M., ao qual prestaria também apoio na implantação de cidades novas no território de Roraima. Viria também a leccionar na Escola de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Para uma análise mais profunda do trabalho de Carlos Nelson Ferreira dos Santos vejam-se ainda os seguintes textos: Carlos Nelson F. dos Santos et alii, *Quando A Rua Vira Casa. A Apropriação de Espaços de Uso Colectivo em um Centro de Bairro*, Rio de Janeiro, I.B.A.M., 1981; Carlos Nelson F. dos Santos, “Habitação – O que é Mesmo que Pode Fazer quem Sabe”: *Repensando a Habitação no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983; Carlos Nelson F. dos Santos, *O Uso do Solo e o Município*, Rio de Janeiro, I.B.A.M., 1987, 3ª. ed.; e Carlos Nelson F. dos Santos, *A cidade como um jogo de cartas*, São Paulo, Projeto Editores Associados, 1988;

¹⁰⁸ Cf. Carlos Nelson F. dos Santos, “Habitação – O que é Mesmo que Pode Fazer quem Sabe”: *Repensando a Habitação no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983, p. 93.

¹⁰⁹ Oriol Bohigas, *Contra una Arquitectura Adjetivada*, Barcelona, Editorial Seix Barral, 1969.

número de arquitectos que balizavam a sua obra em função das potenciais mudanças nas estruturas sociais de nível superior, empunhava a substância do corpo disciplinar, e a rigorosa consciência dos seus limites, clarificando que essas atitudes relegavam a Arquitectura para uma posição de paralelismo enfático que esvaziava a sua matéria central.

Com esse propósito, chegaria mesmo a comparar duas situações, aparentemente distintas, mas com resultados muito próximos. A primeira reflectia as preocupações de um grupo de estudantes e de arquitectos politicamente empenhados, que reagiam contra a alegada incoerência entre ideologia e prática doutros profissionais de Arquitectura. Diziam que o que era necessário era trabalhar para o subúrbio, para o proletariado, que se deviam abandonar as experiências vanguardistas e começar a fazer uma Arquitectura que resolvesse os problemas quantitativos da habitação popular.

A segunda, por sua vez, traduzia outro tipo de preocupações, as dos promotores imobiliários. Estavam estes interessados em perceber quais eram os requisitos necessários para que a habitação alcançasse melhores *performances* de mercado. Depois de alguns estudos, chegariam à conclusão que, para se vender melhor, a casa deveria ter louças sanitárias aerodinâmicas, porta da sala de jantar com duas folhas e envidraçada, cozinha com azulejo colorido e armários metálicos, fachada com terraço falso e com varanda¹¹⁰.

Embora os primeiros lutassem pela emergência de uma sociedade pautada por valores mais justos e mais igualitários, e os segundos, pelo contrário, se movessem nas condições de estabilidade da sociedade existente, ampliando as suas potencialidades consumistas, ambos relegavam a Arquitectura para posições de grande subalternidade em relação aos assuntos do seu interesse. Ambos negavam a possibilidade da Arquitectura actuar, por si mesma, no seu campo disciplinar específico. Desaparecia a substância e a Arquitectura passava a depender em exclusivo de algumas das suas condicionantes mais imediatas.

Por outro lado, Bohigas achava que a contribuição metodológica das ciências sociais se estabelecia, na maior parte dos casos, de um modo muito primário, através da mera avaliação analítica das apetências dos utentes para justificar esta ou aquela opção de desenho e, por essa razão, era sempre predadora das possibilidades de uma evolução da Arquitectura nos limites estritos do seu próprio terreno. Perguntava: “¿No ha llegado el momento de establecer una colaboración de las ciencias sociales a un nivel más allá de la radiografía inmediata?”¹¹¹.

Esse momento era, realmente, necessário. O que Bohigas, no fundo, sentia, e tentava lucidamente estancar, era a progressão da brecha que separava dois campos antagónicos, nos quais a actividade da organização do espaço era avidamente solicitada. Num deles predominava uma Arquitectura autista, comodamente instalada nas premissas metodológicas e programáticas tradicionais, substituindo, quando muito, as convicções sociais modernas pelas necessidades de mercado e de conveniência política. Era contra esse que, desde o pós-guerra, se vinham erigindo as críticas das ciências sociais. No outro campo, por oposição, a Arquitectura mostrava-se tão ávida de contaminação directa com outros universos epistemológicos que acabava por se diluir completamente neles, deixando de fora qualquer possibilidade de remissão ou de afirmação autonómica.

E qual era afinal a Arquitectura que, para aquém ou para além de todos estes enredos metodológicos, saía das pranchetas para se afirmar no território, que modelos surgiam, como eram superados os existentes?

Pelo que diz respeito à Arquitectura da produção habitacional, a que mais interessa para este trabalho, há que voltar um pouco atrás para destacar um filão que, superando as premissas tecnocráticas e quantitativas que dominavam um pouco por todo o lado e que são emblematizadas pelos *grands ensembles* franceses, se impôs pela via da agilidade legislativa e, frequentemente, da inovação tipológica – o do plano nacional italiano para habitações destinadas aos trabalhadores, conhecido por INA-Casa.

¹¹⁰ *Ib.*, pp. 87-88.

¹¹¹ *Ib.*, p. 19.

Instituído logo quatro anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Plano INA-Casa, também conhecido por Plano Fanfani, em homenagem ao seu ideólogo, desenvolve-se por dois períodos de sete anos e gera uma extensa produção arquitectónica e urbanística que veio a conformar a cinta periférica das cidades italianas e a pôr em prática muitos modelos de disposição arquitectónica da habitação.

Mais de um terço dos arquitectos italianos, escolhidos através de concurso, trabalharam em desempenho liberal neste programa habitacional cujos objectivos eram, para além de solucionar a carência de alojamentos, incentivar a construção civil e criar postos de trabalho que pudessem minorar a forte taxa de desemprego que se fazia sentir em Itália, logo após a Guerra¹¹². A tradição cultural italiana, fortemente enraizada no significado histórico dos aglomerados e dos tecidos urbanos, fez com que um conjunto de preocupações relativas à inserção nos tecidos históricos, à manutenção da especificidade cultural das comunidades a realojar, e à própria identidade cultural da imagem arquitectónica, estivessem presentes na normativa que enquadrava o programa.

Uma nova geração de arquitectos, ansiosos por ensaiar uma linguagem de renovada comunicação com as classes populares, tidas como protagonistas do programa e de toda a reconstrução do pós-guerra, foi chamada a elaborar os projectos que, no curto espaço de catorze anos, orientaram a construção de mais de 300 000 habitações distribuídas por centenas de intervenções urbanas.

Num programa como este em que se privilegiava também o cunho de autoria do projecto e em que, por isso mesmo, as mais variadas tipologias foram ensaiadas, é difícil definir invariantes conjunturais. Na maioria dos projectos, a linguagem procurava uma ressonância no imaginário popular, através não só das planimetrias informais, homenageando as formações urbanas “espontâneas”, mas também através do recurso a técnicas construtivas artesanais, ferro forjado, abobadilhas à romana, etc. Nesta linha, a mais famosa das intervenções, aquela que talvez tenha sido mais divulgada nas revistas da especialidade e que mais conhecida ficou internacionalmente, foi o complexo residencial “Tiburtino”, em Roma, de Ludovico Quaroni, Mario Ridolfi, Carlo Aymonino, Mario Fiorentino e outros.

Mas também surgiram algumas propostas que experimentavam implantações e linguagens sem renegar obsessivamente a influência do Estilo Internacional, como o complexo residencial “Forte Quezzi” de Luigi Carlo Daneri e outros, em Génova, que Tafuri consideraria como uma das melhores experiências arquitectónico-urbanísticas da Itália do pós-guerra¹¹³. E até houve algumas mais *siedlunguianas*, como a banda de habitações unifamiliares do complexo residencial “S. Rosa”, em Lecce, de P. Rossi De Paoli, B. Barletti e outros.

Contudo, a predisposição normativa para a integração local, não só urbana e topográfica, mas também de ordem cultural, adequando o tipo de fogo aos hábitos e às especificidades dos moradores, levou à sistematização de uma série de espaços ensaiados em projecto. Desses, o mais famoso foi o *lavoro*, espaço não convencional destinado às tarefas domésticas, que frequentemente se impunha como o cerne organizativo do fogo¹¹⁴.

Numa visão muito genérica, vagueando pelas diversas arquitecturas presentes nas intervenções do plano INA-Casa, prevalecem as ideias de oposição à normalização espacial proposta pelo Estilo Internacional e à inflexível *secura* da linguagem funcionalista. Os cantos e recantos das implantações caprichosamente não ortogonais, a fenestração pontual e verticalmente alongada, a incessante procura de “fluidez” e de “heterogeneidade” espacial, sugerem uma espécie de desejo regressivo e nostálgico, que parece entrar em contradição com a robustez do papel que é atribuído à construção civil na recuperação económica da Itália do pós-guerra.

Talvez pelos mais próximos desejos de contaminação cultural, como o cinema ou a literatura, frequentemente se apelidam estas intervenções como a expressão do neo-realismo arquitectónico. Mas não nos podemos esquecer que elas representam também o ensejo populista de, finalmente, lograr a penetração da arquitectura erudita no seio do gosto das populações a servir, de consignar

¹¹² Luigi Beretta Anguissola (a cura di), *I 14 Anni del Piano Inacasa*, Roma, Staderini Editori, 1963, pp. XVI, XVIII.

¹¹³ Manfredo Tafuri, Francesco dal Co, *Architettura Contemporanea/II*, Milão, Electa Editrice, 1979, p. 389.

¹¹⁴ Luigi Beretta Anguissola (a cura di), *Op. cit.*, p. 60.

Ludovico Quaroni,
Mario Ridolfi e
colaboradores, Bairro
Tiburtino, Roma, INA-
Casa, 1950.

Fonte: Mafredo Tafuri;
Francesco Dal Co,
*Architettura
Contemporanea*, Milão,
Electa, 1992.



a velha ideia gramsciana da linguagem *nazional-popolare*, saída do *spirito popolare creativo*¹¹⁵. Na ânsia de cumprir um papel histórico e, ao mesmo tempo, útil e empenhado, frequentemente se sucumbiu à sedução do inimitável e se optou pelo jogo demasiado seguro.

Os projectos e as obras do programa INA-Casa representam, apesar de tudo, uma das mais consequentes reacções à normalização do Estilo Internacional. Concebido, sob o ponto de vista legislativo, segundo uma visão do fenómeno habitacional que procurava integrar a recuperação económica com preocupações de índole mais culturalista, foi recebido de braços abertos por uma comunidade de profissionais de Arquitectura e de planeamento que logo se prontificaram a sequenciar, no terreno concreto dos espaços edificados, essas premissas mais teóricas. E se tivermos presente que, ao longo dos catorze anos de vigência do plano, divididos por dois períodos distintos de sete anos cada, muitas daquelas obras foram contemporâneas da produção massificada que dominou o sentido das expansões habitacionais peri-urbanas francesas, ou mesmo, no outro extremo do espectro social e geográfico, das potentes superquadras de Brasília, tanto mais se evidencia a intensidade dessa reacção.

Alguns anos mais tarde, nos finais da década de sessenta e princípios de setenta, já era muito claro que as soluções tardo-modernas, mesmo as da via mais expressionista proposta pelos brasileiros, sobretudo por Niemeyer, sucumbiam perante a vitalidade desse outro filão, que seduzia pelo apelo à “fluidez” dos espaços, internos e externos, pelas sucessivas remissões para a Arquitectura espontânea, pela unanimidade estratégica consubstanciada na crítica do funcionalismo.

Em Itália, o percurso consolidado pela INA-Casa deixara uma herança difícil de recusar. As ingénuas citações populistas tinham começado a ceder o lugar a novas tentativas de síntese, mais maduras, às quais não eram alheias as descomplexadas referências ao Movimento Moderno, quer pela via da escala da intervenção, quer pela das imagens corbusianas, particularmente as mais tardias: Carlo Aymonino e Aldo Rossi dão corpo às suas unidades residenciais no *Quartiere Gallaratese*, em Milão, de 1967-73; Vittorio Gregotti, Franco Purini e outros, projectam o *Quartiere Zen*, em Palermo, em 1969; e Giancarlo De Carlo propõe o bairro *Villaggio Matteotti*, em Terni, de 1970-75, na sequência de um processo de actualização da ideologia participacionista e

Gallaratese, Zen,
Matteotti

¹¹⁵ Cf. Mafredo Tafuri, Francesco dal Co, *Op. cit.*, p. 326, e, também, Antonio Gramsci, *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*, Roma, Editori Riuniti, 1975.

ratificando, desse modo, uma coerente e pouco retórica trajectória que sempre privilegiara o confronto directo com a realidade social.

Do norte, entretanto, chegavam ainda outros exemplos, coroados pelas experiências britânicas mais divulgadas: as *New Towns* ou os *Smithson*, com o seu *Robin Hood Garden*, de 1966-72; mas também os idílios campestres escandinavos, como as cidades satélites de Estocolmo, particularmente Vällingby, implantadas a partir de 1952.

Num ensaio de sistematização da Arquitectura habitacional dessa época, Peter G. Rowe identifica uma crise geral, que corresponde a um momento específico, em que os grandes programas habitacionais, centralizados e tecnocráticos, se auto-destroem ou são voluntariamente descontinuados¹¹⁶. O processo para a recuperação dessa crise, em seu entender, é percorrido ao longo de duas vias que apontam na mesma direcção: a via da descentralização dos programas, que pressupõe determinação e capacidade de iniciativa local para a resolução do problema habitacional, e a da recuperação dos significados arquitectónicos do habitar, que depende também do envolvimento em torno de uma questão quente: a apropriação dos espaços.

As diversas expressões que deram forma à recuperação da crise fundamentaram-se a partir de um centro que pressupunha, acima de tudo, o reconhecimento dos erros anteriores, que trazia implícita a crítica à hegemonia do modernismo mais ortodoxo, colocando-o desde logo numa posição inequivocamente demissionária¹¹⁷.

Numa delas, enfatizava-se o processo pelo qual a habitação se definia, se desenvolvia e se estabelecia. A participação e a adequação aos recursos locais, mais do que meras condicionantes, eram dados efectivos e motivações acrescidas. Inscrever-se-iam aqui as pesquisas teóricas de Alexander, as pesquisas práticas de Fathy ou as experiências participacionistas de De Carlo. Rowe, porém, exemplifica com um bairro de Ralph Erskine, de 1969-82: o *Biker Redevelopment Project*, em Newcastle upon Tyne, na Grã-Bretanha.

Numa outra, enfatizava-se a tradição arquitectónica e os contextos históricos da disciplina. A tentativa de superar o paradigma modernista da ruptura entre espaços, reforçando a tradição e as suas expressivas continuidades com as práticas tradicionais. Nesta forma de expressão, Rowe situa algumas das experiências que viriam à luz com os projectos do IBA de Berlim, que começariam em 1978 sob a direcção de Joseph Paul Kleihues, particularmente a obra de Rob Krier, mas também inclui alguns dos tipos habitacionais presentes na extensão habitacional de Roosevelt Island, em Nova Iorque, de Sert, Jackson e Associados, em 1969-76. São as obras que buscam a

Peter G. Rowe

Carlo Aymonino,
Maurizio Aymonino,
Alessandro de Rossi e
Sachin Messaré
(edifício da direita),
Aldo Rossi (edifício da
esquerda), Complexo
residencial Monte
Amiata al Gallaratese,
Milão, 1967-1973.



¹¹⁶ Cf. Peter G. Rowe, *Modernity and Housing*, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1995, p. 227.

¹¹⁷ *Ib.*, p. 229.

sua expressividade semântica nas imagens do passado, frequentemente inebriadas de significados neoclássicos e nas quais a vontade de romper com os modelos do Movimento Moderno acaba por desabrochar em surtos de expressividade iconográfica.

Finalmente, Peter Rowe identifica uma terceira expressão da crise, talvez a mais prolífica. Trata-se da expressão que, em seu entender, usa o racionalismo para evidenciar a autonomia da Arquitectura, para a proteger contra outras influências, e restabelecer, assim, a questão da habitação num contexto histórico muito mais amplo que o da mera satisfação de pretensões imediatas. Seria esse o percurso de Louis Kahn, se ampliássemos a perspectiva temática, uma vez que ele, mais do que um arquitecto de espaços habitacionais, era o arquitecto das grandes ocasiões, das instituições, das igrejas, das sinagogas, dos museus, das universidades, das capitais¹¹⁸. Mas podia ser também, por exemplo, a expressão do britânico James Stirling, no complexo residencial de *Runcorn New Town*, entre Liverpool e Manchester, que projectou com Michael Wilford, em 1967. Rowe, por sua vez, define como pólos óbvios desta expressão as prestações essenciais, embora um pouco mais tardias, de Aldo Rossi, particularmente o complexo Gallaratese, em Milão, e de Álvaro Siza, em especial o Bairro da Malagueira, em Évora¹¹⁹.

Independentemente das categorizações de Peter G. Rowe, parece claro que a Arquitectura da produção habitacional atravessava, durante os anos sessenta e princípios de setenta, um período de ebulição, caracterizado por uma incessante procura de modelos, de métodos e de resultados. A superação do moderno dava o mote, o envolvimento crítico abrangia, por um lado, os aspectos disciplinares – os simplismos programáticos, particularmente os do funcionalismo; a necessidade de individualização dos destinatários; o sentido impositivo da organização dos espaços – e, por outro lado, atacava a submissão passiva da actividade arquitectónica às determinantes da sociedade capitalista, pondo a nu uma dicotomia consequente, aparentemente irreversível: a que opunha obra arquitectónica e produto de mercado.

Entre a crise produtiva e a demissão formal, entre a insegura recusa da aventura moderna e a procura de um centro disciplinar que pudesse ser resgatado na definição de objectivos sociais mais ousados, a Arquitectura dos espaços habitacionais trilhava, assim, um percurso difícil que, por vezes e paradoxalmente, parecia pender exactamente para o descentramento do objecto disciplinar, pondo em causa o próprio sentido da actividade arquitectónica. Um dos mais comuns desses descentramentos era o que desafiava a Arquitectura para o cumprimento de objectivos sociais que ela, no âmbito restrito da sua actuação, nunca poderia alcançar, provocando assim impasses e frustrações que, frequentemente, levavam à perda de sentido e à demissão.

Mas se, por um lado, o corpo disciplinar da Arquitectura se voltava para o campo das ciências sociais e humanas no intuito de aprofundar as complexidades da sociedade destinatária, por outro lado a investigação pendia seriamente para a simplificação de processos tendente à democratização da capacidade construtiva. Sobretudo se, desta análise disciplinar, isolarmos o terreno específico da habitação e do alojamento. Muitas das tentativas de conseguir uma acção mais eficaz nas áreas onde predominava exclusivamente a autoconstrução e o alojamento “de subsistência” devem também ser vistas à luz da vontade de alcançar esses objectivos.

Em suma, os sentidos para que tendia o debate arquitectónico durante os anos sessenta e princípios de setenta, sublimados por premissas de raiz antropológica ou sociológica, remetiam muitas vezes o corpo central da disciplina para algo que estava aquém e além dela – a imensidão das relações psicológicas e sociais dos indivíduos e das suas comunidades – sobrepondo os contextos aos objectivos, remetiam-nos também para a afirmação conceptual de uma actividade que se revia mais nas margens humanas e ideossincráticas que a conformam do que no seu objecto real, propunham-nos a existência de uma meta-arquitectura, mais do que uma Arquitectura propriamente dita, no complexo e fluido entendimento da história e da tradição epistemológica.

Em 1977, o historiador e crítico de Arquitectura Michel Ragon publicou o livro-panfleto *l'Architecte, le Prince et la Démocratie*¹²⁰, no qual prenuncia o fim do arquitecto ao estilo

Michel Ragon

¹¹⁸ Cf. Manfredo Tafuri, Francesco dal Co, *Op. cit.*, p. 370.

¹¹⁹ Cf. Peter G. Rowe, *Op. cit.*, p. 230.

¹²⁰ Michel Ragon, *l'Architecte, le Prince et la Démocratie*, Paris, Albin Michel, 1977.

“miguelangeliano”, o autor demiurgo que trabalha para o Príncipe, e o advento de um novo profissional, que trabalha para os habitantes dos bairros pobres, que renuncia ao uso de uma linguagem técnica hermética, que não utiliza argumentos paternalistas, que se submete sempre às decisões últimas da população organizada. Michel Ragon acusava os mestres do Movimento Moderno de terem fornecido aos poderes armas de coerção terríveis, que lhes permitiriam fazer uso de nada menos do que uma ideologia – “idéologie de la contrainte urbaine et de l’habitat carcéral”¹²¹. Achava que, embora de uma forma involuntária, simultaneamente ingénua e assoberbada, ao fazerem uso de ideias “aparentemente” progressistas, estavam na realidade a dar ao poder político os instrumentos arquitectónicos e urbanísticos necessários a uma política repressiva, segregacionista e reaccionária. Acreditava também que a tradição utópica, e aquilo a que chamava “socialismo autoritário”, estavam na origem dos contrangimentos urbanos e de todas as maleitas de que enfermava o espaço “concentracionario” e agradecia aos sociólogos e aos filósofos por terem feito ver aos arquitectos os “erros” e as noções “aberrantes” que infestavam o caminho por onde tinham enveredado¹²².

A despeito do seu carácter de reflexão “a quente” sobre os *grands ensembles* e toda a produção massiva de habitação que a França desenvolveu a seguir à Segunda Guerra Mundial, estas considerações de Michel Ragon são susceptíveis de reverter para uma perspectiva cíclica, no sentido temporal, que as devolve à procedência, ou seja, podemos também nós hoje responsabilizar uma visão mais populista do exercício da Arquitectura pelos “erros” e pelos conceitos “aberrantes” que deram forma à cidade neoliberal dos anos oitenta e noventa?

Numa certa perspectiva, é inegável que muitos desses postulados críticos vieram, pelo menos, a conformar os sentidos do debate e acabaram por ser recuperados para uma atitude mais conformista e demissionária que a dos arquitectos modernos. Ao pôr em causa a continuidade da tradição metodológica da Arquitectura, confundindo tantas vezes a mudança do cliente com a mudança do método, ao subestimar a consistência do corpo disciplinar, deixando-o à mercê de todos os desvios, ao abdicar das decisões e das responsabilidades inerentes ao exercício da profissão, confiando-as ao impossível consenso de uma entidade mítica, supostamente “auto-gestionária” e julgando assim estar a renegar ao exercício do poder e da opressão, estes arquitectos, e estes críticos, estavam a mover-se num plano que era mais legível através das chagas deixadas em aberto pelos seus antecessores do que propriamente através da afirmação de modelos edificantes.

De qualquer modo, quer fosse linear ou inserido num sistema cíclico, o impasse de que nos falava Manfredo Tafuri, mais do que evidente, começava a ser traumático. No dealbar dos anos setenta, o quadro de modelos e de motivações que, de um modo necessariamente genérico, se insinuava perante os profissionais de Arquitectura, assemelhava-se a um negativo fotográfico gigante, do tamanho de um mundo em convulsão, tão grande que se tornava fisicamente impossível arranjar a maneira de o revelar na totalidade.

¹²¹ *Ib.*, p. 35.

¹²² *Ib.*, pp. 36-39.

C A P Í T U L O I I

Antes de Abril. A questão da Habitação

Em Portugal, as experiências mais consequentes na área da participação dos utentes datavam já de meados dos anos cinquenta. Uma delas tinha sido conseguida no âmbito de um trabalho feito no atelier de Nuno Teotónio Pereira para a Associação dos Inquilinos Lisbonenses – AIL, uma agremiação fundada em 1924 por anarquistas para defesa dos interesses dos arrendatários de casas. Nessa altura, em 1956-1957, a AIL funcionava com base numa plataforma de entendimento que os seus dirigentes anarquistas¹ tinham entendido por bem estabelecer com o Partido Comunista, e assumia-se como interessada na promoção daquilo a que chamava o “inquilinato cooperador”, para assim se colmatar uma grande lacuna que existia no cooperativismo habitacional². Segundo este conceito, compromisso entre o inquilinato simples e o acesso directo à propriedade, os cooperantes não viriam a ser proprietários das habitações, mas sim inquilinos da entidade cooperativa que as promovia e as construía. Através da Câmara Municipal de Lisboa, foi-lhes prometido um terreno na Ajuda e o projecto de um conjunto de blocos de habitação colectiva, com 100 fogos no total, foi entregue a Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral.

Foi, então, desenvolvida uma proposta que continha quatro módulos em “T”, com vinte e cinco fogos cada. Cada módulo era composto por dois blocos, a haste do “T” com quatro pisos e a base com dois. A distribuição fazia-se por galeria, completa nos blocos de quatro pisos e parcial nos de dois. Nos blocos de maior dimensão, um embasamento de pedra aparente encerrava as áreas de utilização comum e a habitação do porteiro, e conferia aos edifícios mais um dos muitos sinais de uma procura quase obsessiva de alternativas aos preceitos do Estilo Internacional³. Os fogos eram de vários tipos, T1, T2, T3, T4 e T5, e organizavam-se segundo um conceito de espaço central – sala comum – para o qual convergiam todos os outros. A sala era, assim, aberta para a cozinha e servia de espaço de circulação para os quartos. As funções associadas aos trabalhos domésticos eram racionalizadas segundo concepções espaciais ainda pouco comuns em Portugal – a separação entre a cozinha e a sala “de estar” era a própria mesa de refeições e o acesso a um dos quartos, no T3, processava-se através de um pequeno espaço de lavandaria, costura e tratamento de roupa, com algum equipamento embutido em armário, que ligava, por sua vez, a uma varanda-estendal exterior.

Paralelamente a esta iniciativa, e com o objectivo de poder ampliar o seu alcance e a sua divulgação, a AIL organizou uma exposição na Sociedade Nacional de Belas-Artes cujo tema era “O Cooperativismo Habitacional no Mundo”. A exposição, que decorreu entre 30 de Março e 7 de Abril de 1957, e que foi profusamente difundida pelos os meios de comunicação da época, pretendia dar a conhecer o êxito da solução cooperativa na habitação em diversos países do mundo, com especial incidência para os do norte da Europa⁴. A sua montagem foi entregue a um

¹ Entre os quais se distinguiu o anarco-sindicalista Emídio Santana, que tinha sofrido a sua terceira detenção entre 1939 e 1953, finda a qual se dedicou mais intensamente à direcção da A.I.L.. Cf. João Freire, “SANTANA, Emídio”: Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, (direcção de), *Dicionário de História do Estado Novo*, V. II, s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 877-878; e Nuno Teotónio Pereira, *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP Publicações, 1996, p. 160.

² Na maior parte dos casos, o cooperativismo habitacional em Portugal estava dirigido para as classes médias, para a construção das suas moradias, sem qualquer perspectiva de abertura para as áreas da chamada habitação social. António Sérgio, que dirigia o *Boletim Cooperativista*, estava também muito ligado à A.I.L., e crê-se que incentivou esta associação a assumir-se também como entidade cooperativa (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969) e Entrevista feita a Nuno Teotónio Pereira, gravada a 23 de Junho de 1998.

³ Este projecto foi, de resto, o culminar de uma já longa série de pesquisas em torno destas tipologias habitacionais, que se tinha consolidado com os desenhos para uma outra cooperativa de habitação, da qual Teotónio Pereira e Costa Cabral faziam parte, e que reunia também personalidades conhecidas dos meios intelectuais portugueses, como António Ferreira da Costa, Francisco Lino Neto, Elísio Summavielle, Francisco Keil do Amaral e muitos outros – a Cooperativa de Construção e Habitação. Os primeiros desenhos desse projecto, cujas semelhanças com o da A.I.L. são muito evidentes, datam de 1954 (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969)

⁴ Estavam representadas soluções de construção cooperativa da Dinamarca, Suécia, Finlândia, Noruega, Itália, França, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Suíça, Bélgica, Malásia, Argentina, Israel, Polónia, Holanda, Alemanha, para além de Portugal e



Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral, Bloco habitacional cooperativo para a AIL, 1957. Summavielle, Francisco Keil do Amaral e muitos outros – a Cooperativa de Construção e Habitação. Os primeiros desenhos desse projecto, cujas semelhanças com o da A.I.L. são muito evidentes, datam de 1954 (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

Fonte: Arquivo do Arquitecto Nuno Teotónio Pereira.

arquitecto, Frederico George, coadjuvado por Nuno Teotónio Pereira, Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas⁵. O convite a arquitectos para promover conferências e outras iniciativas de índole cultural era, de resto, uma das tradições da AIL que, nesta circunstância, não deixou de se cumprir e, a acompanhar a exposição, teve também lugar um ciclo de conferências, aberto por uma prelecção proferida por Fernando Távora e subordinada ao tema “O que é uma casa”.

A exposição e as conferências foram muito concorridas, para além de variadíssimas entidades, entre as quais o Ministro das Corporações, falava-se em mais de dez mil pessoas⁶, mas os seus principais atractivos estavam no referido projecto de Teotónio Pereira e Costa Cabral. A mostra dos desenhos e das maquetes do conjunto habitacional, foi complementada com a exposição de um fogo tipo em tamanho natural. Construído por uma conhecida empresa de construção civil⁷ e com o apoio de muitas outras, que o equiparam e o acabaram detalhadamente, o espaço da habitação erigia-se na dimensão real da sua percepção e as pessoas percorriam-no por dentro, criticando-o e testando as potencialidades do seu uso.

Depois da visita à habitação modelo, era distribuído um pequeno inquérito⁸, pelo qual se solicitava aos visitantes a sua opinião acerca de opções específicas do projecto – materiais, relações espaciais, localização de compartimentos, etc. –, bem como as suas impressões mais gerais da casa. Exceptuando uma ou outra resposta apologetica divulgada na imprensa⁹, os resultados dessa consulta não foram devidamente registados, no entanto, e segundo um dos autores do projecto, as mais significativas reacções dos inquiridos diziam respeito à sala central aberta, talvez porque “estavam habituadas a uma casa muito compartimentada, na qual havia um espaço, que era a sala de visitas, que estava fechado às crianças, que não se podia sujar, não se podia desarrumar, só servia para receber visitas”, e a introdução “de um novo conceito – a sala de estar –, onde a família reunia”, criou oposição, porque as pessoas achavam que “as crianças desarrumavam tudo,

de uma área reservada às organizações internacionais com influência nos problemas da habitação, como a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho e a Aliança Cooperativa Internacional. Cf. *O Cooperativismo Habitacional do Mundo Exposição promovida pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses* (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969). Acerca da divulgação e do êxito da iniciativa ver, entre outros, apontamentos noticiosos de *Diário Ilustrado*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *República*, bem assim como do próprio boletim da A. I. L., *Associação dos Inquilinos Lisbonenses*.

⁵ Recém entrado para o atelier de Nuno Teotónio Pereira, em 1956.

⁶ Cf. imprensa da época, em particular, *Associação dos Inquilinos Lisbonenses*, Ano VIII, 25, Setembro de 1957.

⁷ A Sociedade de Construções Amadeu Gaudêncio, Lda.

⁸ *Respondendo às perguntas que se seguem poderá contribuir para uma habitação melhor* (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

⁹ A mais significativa será a duma senhora, transcrita pelo jornal *República*, de 5-4-1957: “[a casa], dentro do seu nível, é ideal e posso assegurar-lhe que 90 por cento das mulheres portuguesas a desejariam”.

sujeavam, etc.”¹⁰, e protestavam também pelo facto da sala ser um espaço de atravessamento, sem hipóteses de se fechar.

Da exposição “O Cooperativismo Habitacional no Mundo”, de 1957, ficou a memória de uma das mais pertinentes tentativas de mediatizar a questão da habitação através da divulgação das riquíssimas experiências que o período do pós guerra foi gerando, na Europa e um pouco por todo o lado, chegando mesmo a aproximar a discussão a matérias bem concretas como a do uso da habitação, embora a nível oficial os resultados fossem praticamente nulos¹¹. Mas vale também, e sobretudo, registar uma das primeiras experiências no campo da chamada participação dos utentes, com o inquérito a funcionar *à posteriori*, ou seja, a consulta não tinha um sentido analítico vago, fundamentava-se na observação directa das impressões, no local e perante uma Arquitectura dada de bandeja, quase como facto consumado.

De registar, também, será a constatação de que os usos anteriores e os hábitos consolidados em torno de ancestrais códigos, semânticos e culturais, de fruição e de utilização condicionam de sobremaneira a resposta e põem os inquiridos em guarda contra qualquer tentativa de alteração, por muito racional e eficaz que seja. As mudanças de uso da habitação, como as mudanças de uso da cidade, têm um carácter de longa duração, não podem ser testadas, medidas ou constatadas a frio, de um modo imediato. É realmente sobre o facto consumado da alteração que se vão processando, ao longo dos anos, as mudanças de uso e de hábito. A resposta dos utentes a esse processo raramente é formal ou discursiva, mas antes diluída num processo lento e imperceptível de aquisição de novos hábitos, de novas vivências.

No atelier de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas continuar-se-ia, porém, a articular a prática do projecto com outras frentes de trabalho, as quais cada vez mais se abriam às possibilidades de contaminação com outras áreas, fossem elas do foro científico, sociológico, ou meramente político.

Sob a égide do Sindicato Nacional dos Arquitectos realizou-se, no Palácio Galveias entre 11 e 14 de Fevereiro de 1960, um Colóquio dedicado ao problema da habitação. Debateram-se os “Aspectos sociais na construção do habitat” e da comissão organizadora, para além de Nuno Portas, faziam parte Peres Fernandes, presidente do Sindicato, Rui Mendes Paula, Raúl Ramalho, Bartolomeu Costa Cabral, Octávio Filgueiras e Coutinho Raposo. Como convidados estiveram dois franceses, o arquitecto urbanista Robert Auzelle e o sociólogo Chombard de Lauwe. O primeiro falou da sua experiência urbanística no Porto, onde era consultor do município, e o segundo dissertou sobre as implicações sociológicas do uso da habitação, remetendo-se para casos específicos da construção massiva em França. Divulgou resultados de inquéritos realizados nos grandes bairros sociais franceses, nos quais se dava conta de graves consequências provocadas por desadequação dos moradores aos espaços que usavam, para depois se deter sobre a necessidade de projectar os ambientes em função das especificidades sociais e psicológicas de cada estrato a servir. Nuno Portas apresentou uma comunicação subordinada ao tema “Problemas da célula familiar”, que foi posteriormente elogiada por Teotónio Pereira por se tratar de um trabalho que problematizava “simultaneamente no campo da sociologia e da crítica espacial”¹². Das conclusões deste colóquio salientam-se, por um lado, a necessidade de constituição de uma “Secção de Problemas Psico-sociológicos do ‘Habitat’” e de um “Instituto de Habitação e Urbanismo”; por outro lado, a necessidade de encarar a habitação como um problema social, para evitar que, “no que respeita às classes mais desfavorecidas, [...] razões de ordem financeira possam justificar uma programação abaixo dos ‘limites críticos’ da habitabilidade”; por outro lado ainda e, finalmente, a recomendação

Nuno Teotónio Pereira
e Nuno Portas

¹⁰ Entrevista feita a Nuno Teotónio Pereira, gravada a 23 de Junho de 1998.

¹¹ O Ministro das Corporações, Veiga de Macedo, embora tendo visitado a exposição durante cerca de duas horas, não foi muito conclusivo quanto às possibilidades de empenho do Estado no apoio ao cooperativismo habitacional. Foi tecendo comparações, registando com agrado “a semelhança urbanística e arquitectónica de algumas soluções apresentadas pelos vários países com o que se está a fazer em Alvalade e Cascais” e reprovando “alguns caminhos de solução” como os apresentados pela França, com as suas “‘células’ erguidas em Marselha, com ruas interiores, nos próprios prédios [...], as grandes moles de cimento armado, desleigantes, aparentemente porosas e sombrias”. À saída, o ministro “felicitou os organizadores da exposição e manifestou o desejo de um encontro em que sejam postos alguns dos aspectos comuns ligados às Casas Económicas e ao Cooperativismo. — Estamos, afinal, a trabalhar na mesma seara! — concluiu [...], fazendo assim pressupor que aspectos de ética não deverão sobrepor-se aos do próprio fundo do problema.” *Diário de Lisboa*, 6-4-1957.

¹² Nuno Teotónio Pereira, *Op. Cit.*, p. 36.

de que os equipamentos, quer do fogo em si, quer dos conjuntos habitacionais, fossem programados em função das exigências particularizadas de cada um dos “grupos humanos” a que se destinam¹³.

Em 1965, num texto de expectativa dedicado à desejada inserção das questões habitacionais no Plano Intercalar de Fomento, no qual os indícios de esperança são temperados por fortes recomendações críticas, Nuno Teotónio Pereira insistia na necessidade absoluta de “obter a colaboração de representantes dos utentes de todos os sectores”¹⁴, sem o que todas as melhores intenções de desenvolver uma política de habitação eficaz se esvaneceriam.

Nuno Teotónio Pereira

Ainda durante os anos sessenta, e na sequência da construção da ponte sobre o Tejo, iria ser necessário desobstruir todo o Vale de Alcântara que, entretanto, estava densamente edificado com áreas habitacionais do tipo espontâneo. Numa primeira fase, no início da década, demoliram-se as barracas que impediam a construção dos acessos à ponte. Posteriormente, quando se começa a aproximar a data da inauguração, as operações de “saneamento” ganham um carácter mais sistemático e assumem a finalidade confessa de “limpar” paisagisticamente a envolvente da ponte¹⁵. Os realojamentos resultantes dessas operações, apressadamente executados e mal planeados, geraram situações dramáticas, emolduradas por uma prepotência absoluta, pelo silêncio imposto aos meios de comunicação social e pela fatalidade de uma reacção quase passiva das populações vitimadas. Os realojamentos foram de três tipos: prefabricados em chapa de ferro construídos por uma empresa que produzia material circulante ferroviário, no chamado Bairro do Relógio; edificação de módulos habitacionais em tosco, com paredes de alvenaria de tijolo, para hipotético acabamento posterior; e a reconstrução das próprias barracas, com o material reaproveitado das que se tinham demolido. Estas duas últimas modalidades aplicar-se-iam num terreno camarário, a Quinta da Musgueira. Qualquer dos locais ficava extremamente longe de Alcântara, no outro extremo da cidade. A Câmara Municipal de Lisboa, entidade responsável pelos realojamentos, para além de garantir algumas infraestruturas, tentava também assegurar o transporte de bens e de materiais de construção para reaproveitamento.

Nuno Teotónio Pereira decidiu, então, denunciar com detalhado rigor as condições desumanas da operação, quer as do facto consumado da transferência, quer as dos antecedentes. Escreveu um folheto clandestino, no qual exprime a sua indignação perante as circunstâncias de todo o processo. Eis algumas das mais significativas: por um lado, a razão de ser destas demolições mais tardias, já não se tratava de desobstruir os acessos mas, tão só, de libertar as vistas de imagens comprometedoras; por outro lado, a violenta mudança de um local mais central, onde os moradores tinham já a sua vida e as suas raízes, para uma zona mais periférica, mais complicada do ponto de vista das acessibilidades e, a agravar este problema, a falta de coordenação, de informação e de assistência aos desalojados, que eram literalmente metidos nas viaturas municipais, desconhecendo completamente o que os aguardava no destino; por outro lado ainda, a aberta discriminação relativa ao tipo de realojamento, com critérios baseados na raça, no número de filhos e até na situação legal do aglomerado; finalmente, a “cumplicidade” das organizações religiosas envolvidas que, ao apoiarem caritativamente a operação, estavam implicitamente em concordância com ela¹⁶.

A escrita de Teotónio Pereira é uma escrita de denúncia, que revela um conhecimento profundo do problema e um empenhamento que vai muito para além da mera avaliação técnica das evidências. As questões urbanas são, antes de mais, as questões das pessoas que habitam a cidade.

Desse seu empenho, e até ao fim da década de sessenta, ainda serão de registar o envolvimento, como co-organizador ou simplesmente como participante, em mais dois colóquios: o Colóquio Sobre o Problema Habitacional, realizado em Junho de 1967, no âmbito da AIL, que ajuda a organizar juntamente com Margarida Sousa Lobo, Nuno Portas, Carlos Duarte, Bruto da Costa, Sérvulo Correia, Emídio Santana, Raúl da Silva Pereira, Nelson Montes e muitos outros; e o “Colóquio de Urbanismo”, realizado no Funchal em Janeiro de 1969, no qual participa com um texto de importância fulcral intitulado “Habitações para o maior número”.

¹³ *Ib.*, e *Associação dos Inquilinos Lisbonenses*, Ano XI, 36, Setembro de 1957.

¹⁴ Nuno Teotónio Pereira, *Op. Cit.*, p. 54.

¹⁵ Tanto assim foi que a parte que “sobrou” das demolições – o Casal Ventoso – foi todo caído de branco pelas brigadas da Câmara Municipal, para se poder apresentar na data da inauguração da ponte.

¹⁶ Cf. *Ib.* pp. 56-67; e entrevista feita a Nuno Teotónio Pereira, gravada a 23 de Junho de 1998.

Do primeiro há a assinalar também a presença de um francês, o vice-presidente da Federação das Cooperativas de Habitação – HLM – Guy Houist, que proferiu duas conferências, uma sobre o direito à habitação, e outra sobre a experiência cooperativa das HLM desde a sua criação¹⁷.

Do segundo ficou-nos o teor da comunicação por ele próprio proferida sob o título “Habitações para o maior número”¹⁸ e na qual, apoiado numa análise profunda da situação da habitação em Portugal, reportando-se quer a estudos de autor já efectuados¹⁹, quer aos trabalhos preparatórios do III Plano de Fomento, disserta sobre as inaproveitadas possibilidades de resolução do problema da habitação. Consubstanciando as sucessivas experiências nacionais no âmbito da promoção pública de habitação em grande escala – Alvalade e Olivais em Lisboa e Plano de Melhoramentos no Porto – conclui que os programas habitacionais integrados e eficazes só serão possíveis desde que coordenados e coligidos por uma instituição centralizadora – o Instituto Nacional de Habitação. Clarifica quem é o “maior número” para quem é necessário construir: a crescente mole dos “mal alojados, mantidos à margem do meio urbano que os atraiu; sem recursos para obter uma habitação adequada dentro dos esquemas convencionais”²⁰. Alerta que não se trata só de uma questão quantitativa, de escala, trata-se, antes de mais, de atender a todas as condicionantes específicas, e “construir, não somatórios exaustivos de habitações, mas conjuntos urbanos equilibradamente organizados e equipados”²¹. Conclui que a questão da habitação não é um problema parcelar, resolúvel com a construção de alguns bairros ou de algumas casas, mas sim um sintoma social, com uma dimensão dinâmica e abrangente, que urge enfrentar numa perspectiva mais vasta, mais estruturante, reivindicando, em suma, uma actuação política concertada que permita “forjar os instrumentos necessários à resolução dos problemas que o concernem”²².

Particularmente significativo é, também, um passo do texto em que o autor faz incidir a sua atenção naquilo a que chama os “recursos não aproveitados”. Aí afirma que a auto-construção das implantações ditas clandestinas, erigida como processo marginal aos sistemas convencionais de mercado, não está devidamente potenciada como possibilidade alternativa de resolução do problema do défice habitacional. Admitindo várias razões para esse desperdício de recursos, destaca, no entanto, a preferência, por parte do poder, de resoluções do tipo paternalista ou autoritário, em detrimento do incentivo ao empenhamento “popular”. Embora de um modo genérico, exemplifica também com experiências que vêm do Norte de África, do Médio Oriente e da América Latina²³, e com outras de concludente proximidade, embora nunca oficialmente reconhecidas, como o Bairro da Liberdade, nas encostas de Monsanto, que já fora um aglomerado de barracas e que evoluiu para uma área habitacional “quase” normal. Reconhece que as grandes extensões suburbanas de edificação marginal padecem dos mesmos mecanismos de funcionamento especulativo de mercado que as dos circuitos legais, mas argumenta que esses processos poderiam ser convenientemente assistidos, do ponto de vista técnico, quer no que diz respeito à escala do planeamento urbano de infraestruturas e equipamento, quer mesmo no que concerne à escala do edifício isolado, sugerindo, desse modo, que a dinâmica própria desses mercados paralelos viesse a ser enquadrada por uma actuação correcta de programação, planeamento e projecto, a montante da dinâmica “natural” da construção de fogos. Para além disso, e incorporando sempre o previsível dado da prosperidade económica dos moradores, a solução técnica deveria controlar também o crescimento e o melhoramento do fogo.

¹⁷ *Boletim Cooperativista*, 170, Janeiro de 1968; *Associação dos Inquilinos Lisbonenses*, Ano XIX, 67, Março de 1968; e (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

¹⁸ Nuno Teotónio Pereira, *Op. Cit.*, pp. 78-97, parcialmente transcrita na revista *Arquitectura*, 110, pp. 181-183.

¹⁹ Nomeadamente os de Raúl da Silva Pereira, *Habitação e Urbanismo em Portugal*, Lisboa, edição do autor, 1966.

²⁰ Nuno Teotónio Pereira, *Op. Cit.*, p. 84.

²¹ *Ib.*, p. 80.

²² *Ib.*, p. 83.

²³ Nuno Teotónio Pereira chegaria a receber em Lisboa, provavelmente em Janeiro de 1972 quando proferiu uma conferência no LNEC, o arquitecto brasileiro Carlos Nelson dos Santos, cujo trabalho de reconversão de favelas no Rio de Janeiro era já razoavelmente conhecido. Levou-o então a visitar os arredores de Lisboa – a Brandoa – na altura verdadeira Meca da promoção habitacional clandestina. A reacção do brasileiro, maravilhado com o que via, surpreendeu-o um pouco: “[Dizia-me o Carlos Nelson] – Que maravilha! [...] Parece Nova Iorque, com aquelas torres, pequenos arranha céus, que coisa tão bonita! Os moradores foram capazes de construir tudo isto? [Eu respondia] – Há no meio alguns especuladores, não é? Não são só os próprios moradores. Algumas são dos moradores, mas essas mais altas de andares já são dos especuladores, que depois as arrendam.” Entrevista feita a Nuno Teotónio Pereira, gravada a 23 de Junho de 1998.

Crise habitacional

Nuno Teotónio Pereira enunciava, assim e desde logo, as inovadoras propostas da auto-construção assistida, as quais, alguns meses mais tarde, viriam a assumir foros de proposição institucional no Colóquio sobre Política da Habitação, do Ministério das Obras Públicas, de que falaremos adiante.

Mesmo analisada sob um ponto de vista meramente técnico, a situação da habitação em Portugal, quando se dá o Golpe Militar de 25 de Abril de 1974, era preocupante. A carência cifrava-se em 600 000 fogos, com tendência para um vertiginoso agravamento. Cerca de 25% da população do território continental estava alojada em habitações sem qualquer espécie de indicadores de segurança, conforto, salubridade e privacidade, ou seja, em edifícios degradados, em espaços sobrelotados, em “ilhas”, em barracas, enfim, em casas sem qualquer tipo de condições de habitabilidade. Nas áreas rurais era muito evidente a carência de infraestruturas básicas. Nas urbanas, por sua vez, a degradação do parque habitacional existente crescia a par e passo com a avolumar incessante e extensivo das implantações precárias e clandestinas: bairros de lata, de barracas, e de construções abarracadas. De um total calculado em dois milhões e meio de fogos, cerca de 52% não possuía abastecimento de água, 53% não possuía energia eléctrica, 60% não possuía rede de esgotos e 67% não dispunha sequer de instalações sanitárias²⁴.

No início da década de setenta, os dados oficiais indicavam um total de 31 110 habitações precárias – “barracas e outros” –, só para o território continental. Para um total de 2 164 965 alojamentos, a percentagem que possuía energia eléctrica era de 64,3%, 47,1% possuía abastecimento de água, e 30% era servido por rede de esgotos. Dos 2 224 020 de famílias recenseadas, no mesmo âmbito territorial, 62,6% habitava um espaço abastecido com energia eléctrica, 45,8% dispunha de abastecimento domiciliário de água, e apenas 29,2% ocupava alojamentos equipados com instalações sanitárias.²⁵

Para chegar a essa situação muito contribuiu uma conjuntura política que, embora tivesse vindo a permitir facetas evolutivas na forma de encarar o problema da habitação, sobretudo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, nunca se empenhou numa verdadeira e assumida coordenação de esforços para a sua resolução.

Já no princípio dos anos sessenta se estimava a falta de alojamentos no território do Continente e Ilhas em 484 487 fogos, de entre os quais 150 000 diziam respeito às áreas urbanas e suburbanas de Lisboa e do Porto. Estava ainda especificado que, daquele número, cerca de 66% se destinava a suprir as carências de pessoas a ocupar espaços sobrelotados, cerca de 27% se destinava a pessoas que se alojavam em partes de fogos, e e cerca de 7% se destinava a pessoas a viver em barracas e construções abarracadas. Na mesma estimativa é dito que, relativamente a 1950, a situação caracteriza-se por um “agravamento substancial”, comprovado por mais de 20 000 famílias a habitar em barracas e construções precárias e por um acréscimo muito aproximado das que vivem em regime de sublocação²⁶. No ano de 1960, na área limitada do Concelho de Lisboa, os serviços municipais tinham inventariado 10 900 barracas, excluindo, portanto, as da área suburbana, quiçá em número superior. Dez anos depois falava-se já em 14 000, dentro da mesma área restrita da cidade²⁷.

A progressiva evidência da realidade caracterizada por estes dados foi, durante toda a década de sessenta, levando à também progressiva constatação, por parte do poder, da impossibilidade de a escamotear.

Passados estavam os tempos em que todo o empenho do Estado se enovelava em torno do significado político das opções tipológicas, ou de linguagem. Anteriormente decidido a sublimar o problema da habitação às “virtudes” estilísticas recomendadas ou às tipologias ideologicamente impostas, o regime sentia agora a necessidade de evitar ser confrontado com aquelas “nódoas”²⁸ urbanas e peri-urbanas. As extensas implantações de barracas ou de casas abarracadas, os bairros

²⁴ Cf. António Fonseca Ferreira, *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto, Edições Afrontamento, 1987, p. 66.

²⁵ Fonte: INE, Estatísticas da Habitação (X Recenseamento Geral da População) 1970

²⁶ Raúl da Silva Pereira, “Habitação e Urbanismo em Portugal – Alguns aspectos actuais”, separata da revista *Análise Social*, n.º.14, Lisboa, 1966, apud Fernando Gonçalves, *Urbanizar e construir para quem?*, Porto, Afrontamento, 1972, pp.99-100.

²⁷ Nuno Teotónio Pereira, “A nódoa de Lisboa”: *Seara Nova*, Junho de 1970, depois ed. em *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP Publicações, 1996, p.119.

²⁸ *Ib.*, pp. 119-121.

clandestinos, as construções degradadas e sobrelotadas dos cascos urbanos, para além de gerarem perigosas contestações internas e externas, comprometiam a possibilidade de uma imagem do território mais consentânea com a “evolução na continuidade” do discurso oficial marcelista²⁹.

Já desde o Plano Intercalar de Fomento, cuja vigência abrangia o período entre 1965 e 1967, se tinha, pela primeira vez na história dos processos de planeamento económico no âmbito do Estado Novo, encetado a tentativa de integrar uma visão de conjunto da economia e da sociedade³⁰. Instituído como solução de recurso, o Plano Intercalar de Fomento procura dar uma resposta conjuntural ao novelo de contradições e hesitações internas que o poder acolhia. Neste período, em que se via confrontado com a guerra colonial, com a emigração crescente e com a inevitável abertura dos mercados, o regime carecia de um instrumento que veiculasse estratégias, que agregasse deliberações e que reequilibrasse as várias tendências no seu seio. Paralelamente, este plano começa também a traduzir a necessidade de acompanhar a aceleração do ritmo de crescimento da economia com outras preocupações de natureza social, entre as quais se incluía a questão da promoção de habitação. São tecidas críticas ao papel da iniciativa privada neste âmbito e são apontadas razões para a sua ineficácia: a especulação com o valor do solo; a produção preferencial de habitações de alto custo; e a descoordenação produtiva e urbanística, que prolonga o atraso da indústria da construção e agrava a carência de equipamentos. Tal análise crítica leva à constatação da necessidade de uma intervenção mais concreta do Estado no sector: além de prever a construção directa de 21 000 fogos, o plano propõe várias iniciativas tendentes a facilitar operações de expropriação de terrenos para execução de programas habitacionais integrados nos respectivos planos de urbanização, e também outras que, pelo seu procedimento modelar, pudessem servir para regular a acção da iniciativa privada³¹. É ainda recomendada a criação de uma entidade que se responsabilize pela conseqüente incentivação e aplicação destas medidas.

No que diz respeito ao problema habitacional, o III Plano de Fomento, de 1968 a 1973, virá, porém, a concluir que as metas propostas pelo seu antecedente não foram cumpridas. Tenta justificar esse facto com impedimentos de origem fundiária e, por essa razão, pressupõe também um modo mais operativo de os superar. Propõe mais facilidades na constituição de reservas de terreno, mais eficácia processual e a promoção da estabilização do valor do solo. Mas vai mais longe, salvaguardando a eventual necessidade de serem tomadas medidas especiais, que passariam pela revisão dos procedimentos legais de avaliação de terrenos e de inibição da especulação. Tal desígnio, que mais não era, nunca poderia, mesmo assim, passar incólume à atenção dos meios mais retrógrados do regime. A Comissão Relatora do parecer subsidiário da Câmara Corporativa tece duras considerações acerca daquela aventada possibilidade, acautelando-a contra o radicalismo e prevenindo hipotéticos atentados aos “princípios básicos da organização social e política” vigente³².

Ao prever a construção de 49 430 fogos pelas entidades públicas e semi-públicas, o III Plano de Fomento arrisca obviamente mais na ambição intervencionista, deixando antever que, para a obtenção de resultados, é necessária uma actuação mais frontal e voluntariosa, menos embrulhada nos meandros da habitual retórica política. Contudo, se outras conseqüências não foi tendo – assiste-se logo em 1968 a uma redução de quase 50% dos programas previstos³³ – teve, pelo menos, a vantagem de conferir alguma frontalidade ao modo de encarar o problema, deixando claro que, também neste sector³⁴, se iam consolidando algumas posições mais modernizantes do aparelho de Estado.

²⁹ Cf. Fernando Rosas, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, *Sétimo Volume. O Estado Novo (1926-1974)*, s. I., Círculo de Leitores, 1994, p. 548; ou ainda com António Reis, “Marcelismo”: Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, (direcção de), *Dicionário de História do Estado Novo*, V. II, s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 546.

³⁰ Carlos Farinha Rodrigues, “Planos de Fomento”: Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, (direcção de), *Dicionário de História do Estado Novo*, V. II, s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 740.

³¹ António Fonseca Ferreira, *op. cit.*, p. 63.

³² Apud Fernando Gonçalves, *Urbanizar e construir para quem?*, Porto, Afrontamento, 1972, p. 120.

³³ Marielle Christine Gros, *O Alojamento Social Sob o Fascismo*, Porto, Afrontamento, 1982, p. 147.

³⁴ A dualidade de posições entre a linha política mais conservadora e uma outra, de maior aproximação ao desenvolvimento dos países da Europa ocidental, foi muito evidente, sobretudo desde o pós-guerra, nos sectores da indústria, pela sua modernização, e da economia, pela abertura dos mercados. As conflitualidades que gerava, na maior parte das vezes pessoalmente arbitradas pelo próprio Salazar, animavam os congressos do partido único, determinavam composições de governos e distribuíam lugares na Câmara Corporativa. Veja-se a este propósito Fernando Rosas, *História de Portugal*, direcção de José

O confronto entre as várias alas do poder começava, de resto, a tornar-se evidente. Por um lado, os representantes da velha ordem e dos velhos privilégios, ruralistas, ultramontanos, inconformados com a decadência política do regime personificada na decadência física do seu chefe. Por outro, os arautos de uma tecnocracia ascendente que, embora com resultados esparsos e inconsequentes, vinha tentando impor os seus modelos de modernização e de industrialização, sempre atenta à substituição de Salazar como uma oportunidade ímpar. A história de toda a segunda metade do tempo de vigência do Estado Novo é também a história das aberrantes vicissitudes deste equilíbrio, sempre possível no plano palaciano dos cargos no Governo e na Câmara Corporativa, mas completamente ineficaz no plano da prática política e das suas consequências sociais e territoriais.

Quando Marcelo Caetano ascende finalmente ao poder a 23 de Setembro de 1968, a manutenção das principais contradições do sistema político não é, porém, impeditiva do reforço da influência, no seio do próprio governo, de uma geração de tecnocratas recrutados nas fileiras dos grandes grupos económicos e nas universidades. É com eles que o novo chefe do governo conta para, por um lado, contrabalançar o peso das facções mais retrógradas, impossível de anular devido ao próprio consenso necessário à sua nomeação. Mas é também com eles que conta para serem a máscara visível do ambicionado desenvolvimentismo económico e social, tão emergente na esperança de largos sectores da população quanto impossível de conciliar com o esforço da guerra colonial e com o conseqüente isolamento no contexto internacional.

Por outro lado, e a um nível mais específico, os diversos organismos de Estado, que, de algum modo, têm a seu cargo jurisdição sobre questões relacionadas com a habitação – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral de Urbanização, Federação das Caixas de Previdência, as próprias Câmaras Municipais, sobretudo a de Lisboa – vão-se munindo de técnicos jovens e sensíveis à urgência duma solução mais sistemática para o problema. São esses técnicos – engenheiros, arquitectos, assistentes sociais, economistas – que, desde o início dos anos sessenta e nos respectivos serviços, vão desenvolvendo vários trabalhos de âmbito analítico, de sistematização metodológica, ou, mesmo, de projecto, e que vão, paralelamente, dinamizando alguns núcleos informais de formação e de especialização menos académicos e mais operativos que as Universidades.

É à luz desta conjuntura que se pode entender a iniciativa do Ministério das Obras Públicas de promover, entre 30 de Junho e 5 de Julho de 1969 o Colóquio sobre Política da Habitação.

O Colóquio, cujos trabalhos decorreram no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pretende reafirmar de um modo frontal a constatação, já patente nos Planos de Fomento que o antecederam, sobretudo no Plano Intercalar de Fomento e no III Plano de Fomento, da necessidade imperiosa de estabelecer um conjunto de medidas que se possam erigir como uma estratégia integrada para a resolução dos problemas que giram em torno da habitação, da construção civil e da promoção imobiliária.

Pela importância que este Colóquio veio a ter na evolução das atitudes face ao problema da habitação em Portugal e pela sua incidência muito específica no âmbito directo deste trabalho, vale a pena determo-nos um pouco na análise da documentação que aí foi produzida.

A sua Comissão Relatora, presidida pelo Arquitecto Ignácio Peres Fernandes e composta pelos Engenheiros Ferreira da Cunha, Celestino da Costa e Ruy J. Gomes, pelo Arquitecto Alves de Sousa e ainda pelo Arquitecto Nuno Portas, como relator, começa por evocar, no *Texto de Base* que antecedeu os trabalhos³⁵, a necessidade de estimular a discussão de especialistas com âmbitos de trabalho

Mattoso, *Sétimo Volume. O Estado Novo (1926-1974)*, s. 1., Círculo de Leitores, 1994, em particular o capítulo "Portugal depois da guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974)", pp. 416-563.

³⁵ Existem duas impressões deste *Texto de Base*, uma datada de Junho de 1969, que se crê que tenha acompanhado os trabalhos do Colóquio, e uma outra, datada de Setembro de 1969, com algumas "alterações [...] efectuadas nos seguintes números do presente texto de base: N.ºs. – 1.4, 1.5, 1.6, 2.3, 3.5, 3.7, 4.1, 4.5, 5.9.". Nesta análise usaremos uma e outra impressão, em consonância com os temas que pretendemos pôr em evidência. As duas impressões serão assim referenciadas: Ignácio Peres Fernandes, A. Celestino da Costa, J. M. Ferreira da Cunha, Ruy José Gomes, Nuno Portas (relator) e J. M. Alves de Sousa, *Colóquio sobre Política de Habitação. Texto de Base*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969 [Junho]; e Ignácio Peres Fernandes, A. Cel.estino da Costa, J. M. Ferreira da Cunha, Ruy José Gomes, Nuno Portas (relator) e J. M. Alves de Sousa, *Colóquio sobre Política de Habitação. Texto de Base*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969 [Setembro].

sectoriais. Define depois as várias funções e atribuições que deverão convergir para que se possa estabelecer uma “política de habitação”, que vão desde o desenvolvimento económico genérico ao equilíbrio na distribuição dos benefícios desse mesmo desenvolvimento, passando pela intervenção do Estado na regulação dos mercados e não unicamente como promotor de habitação em casos excepcionais. É caracterizada a situação do sector e estabelecida a relação entre as carências habitacionais, que oscilam entre os 350 000 e os 500 000 fogos, e os rendimentos dos diversos estratos de agregados familiares carenciados.

Quanto à avaliação das acções dos sectores público e semi-público, conclui-se que, embora obtendo limites de renda mínima perfeitamente aceitáveis, não têm conseguido influenciar o mercado devido à fraquíssima incidência que têm no contexto geral, entre 5 e 10% da construção total. À produção privada de habitação, por sua vez, que compreende os restantes 90 a 95% do total, e às oscilações livres de mercado que lhe estão associadas, são atribuídas responsabilidades pela situação: os custos do terreno e da construção inflacionam de tal modo o valor do fogo que as rendas se tornam inacessíveis à maior parte da população carenciada, gerando situações de grave distorção da procura, como a sublocação, a construção clandestina ou o alojamento em barracas. São estas as razões fundamentais apontadas para que o crescimento absoluto do número de fogos não se traduza numa redução das carências habitacionais³⁶.

Passando às propostas, o texto de apresentação do Colóquio preconiza medidas de protecção para uma maior percentagem dos fogos construídos, retirando-os do mercado livre e adequando-os às condições da procura. Refere as condições de desenvolvimento da política de habitação: condições de empréstimo e amortização, nas quais são consideradas as possibilidades de “fundo perdido” e são citados, a título de exemplo, o esquema de aumento progressivo de rendas praticado pelo Banco Nacional de Habitação do Brasil; o controle da especulação fundiária; e, por fim, a possibilidade de se fasearem os investimentos, para a progressiva e não definitiva obtenção de melhores resultados em áreas, acabamentos e equipamentos, numa arrojada e premonitória abertura às possibilidades da habitação evolutiva³⁷.

Propõe-se, então, mais concretamente, a redução do volume de construção de habitação em padrões mais elevados através de mecanismos inibidores do investimento. Crê-se que, desse modo, poderá ser possível a inversão da situação em que “o encarecimento da produção deriva de lucros comerciais dos empresários e intermediários de venda de terrenos e da construção”³⁸, podendo esses capitais ser reconduzidos para um sector de habitação condicionada às necessidades sociais, no qual esses encargos sejam corrigidos ou extintos.

Reduzir os custos por fogo é igualmente possível se forem consideradas alternativas à oferta de construção acabada, a que o texto chama “programas tipo convencional”, que passam por “soluções do tipo evolutivo — isto é, que pela sua concepção técnica possam partir de núcleos elementares para receberem sucessivas ampliações e beneficiações à medida da melhoria das condições globais das famílias”³⁹. Começa aqui a desenhar-se, de um modo sério e empenhado, a consignação oficial da chamada auto-construção assistida. Este tipo de alternativa é considerado mais adequado às áreas de expansão, sem desprimor, no entanto, de soluções paralelas para a renovação das áreas antigas degradadas, procurando dotá-las de níveis competitivos de conforto e de salubridade.

Mais adiante considera-se como objectivo genérico a atingir com a definição de uma política para o sector a melhoria das condições de vida numa dada área, sendo que esta melhoria não

³⁶ Ignácio Peres Fernandes, A. Celestino da Costa, J. M. Ferreira da Cunha, Ruy José Gomes, Nuno Portas (relator) e J. M. Alves de Sousa, *Colóquio sobre Política de Habitação. Texto de Base*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969 [Setembro], pp. 1-3. Algumas destas constatações foram, porém, desenvolvidas, num relatório anterior: Manuel Rocha, J. Ferry Borges, Francisco Silva Dias, Nuno Portas, Ruy José Gomes, *Informação sobre a Situação Actual dos Empreendimentos e Necessidades da Habitação Social*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Serviço de Edifícios e Pontes, Divisão de Construção e Habitação, Proc. 34/0/3483, 1969 [Fevereiro]. Este mesmo relatório veio, posteriormente, a acompanhar também os trabalhos do Colóquio, sob a forma de: Manuel Rocha, J. Ferry Borges, Francisco Silva Dias, Nuno Portas, Ruy José Gomes, *Colóquio sobre Política da Habitação. Texto Complementar II*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas.

³⁷ Ignácio Peres Fernandes, A. Celestino da Costa, J. M. Ferreira da Cunha, Ruy José Gomes, Nuno Portas (relator) e J. M. Alves de Sousa, *Colóquio sobre Política de Habitação. Texto de Base*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969 [Junho], pp.8-9.

³⁸ *Ib.*, p. 10.

³⁹ *Ib.*, p. 17.

⁴⁰ Ignácio Peres Fernandes, A. Celestino da Costa, J. M. Ferreira da Cunha, Ruy José Gomes, Nuno Portas (relator) e J. M.

deve ser avaliada exclusivamente pela aquisição da habitação mas por todo um conjunto de bens que lhe deveriam estar associados. Cita John F. C. Turner e Charles Abrams para referenciar esse “conjunto de condições que constituem um valor complexo que tem sido designado como ‘segurança na vida urbana’”⁴⁰. Caracteriza depois essas condições de “segurança urbana”: proximidade e estabilidade do trabalho; possibilidade de adquirir ou construir habitação implantada em situação de estabilidade, sob os pontos de vista físico e legal; acesso fácil e eficaz aos empregos, escolas, e restante equipamento, quer em tempo real, quer em proximidade e eficiência dos sistemas de transportes; despesas com a habitação compatíveis com os orçamentos familiares, sem prejudicar outros consumos básicos; e, ainda, a possibilidade de melhorar as condições da habitação de acordo com a prosperidade económica, com a mudança de hábitos sócio-culturais ou com as alterações quantitativas do agregado, estes benefícios poderão ser alcançados quer pela transformação da casa, quer pela aquisição de nova casa na zona. Diz, depois, que este conceito de “segurança urbana” tem de ser testado através de um inquérito, por forma a adequá-lo à circunstância portuguesa.

A simultaneidade de acções entre a administração central e local é dada como condição necessária para que se possam garantir: terrenos disponíveis, em quantidade e qualidade; programação dos equipamentos urbanos a instalar; e programação da habitação, consoante as possibilidades da população que a irá ocupar.

Para efeitos de sistematização, o documento classifica de seguida a população em “3 grandes estratos”, segundo o rendimento: os que conseguem alugar ou adquirir habitação, com ou sem recurso ao crédito; os que não o conseguem sem o apoio directo do Estado; e “aqueles que não dispõem de rendimentos regulares ou que os possuem apenas a um nível de subsistência, que não permite desviar para o alojamento o pagamento de um aluguer mínimo. (Possuem, contudo, capacidade inaproveitada de trabalho)”⁴¹.

No que se refere ao último destes estratos vale a pena transcrever o texto, pela evidente proximidade estratégica que revela, quer a situações anteriormente definidas e testadas, nomeadamente as experiências congêneres da América Latina, quer mesmo àquelas que o futuro viria a consagrar e que constituem o objecto deste trabalho:

“Em relação ao terceiro estrato, que se pode fazer corresponder à população que chega do sector primário e habita em barracas, bairros clandestinos, casas em zonas degradadas e ‘partes de casa’ em piores condições, a intervenção imediata do Estado, dada a brutal extensão do estrato, pode dar-se através de condicionamento e bonificações ainda maiores a empreendimentos de tipo corrente ou a fórmulas, de tipo *evolutivo* de habitação pelo próprio.

Estas últimas assentam nos princípios e acções seguintes:

1. Garantia da possibilidade de permanência dos habitantes no local por um período definido de tempo de forma a promover a evolução do bairro e a integração dos habitantes na cidade (direito de superfície a prazo médio – 30 a 50 anos).
2. Garantia de ocupação dos habitantes através de localização dos bairros junto dos locais de trabalho e do desenvolvimento das suas qualificações profissionais.
3. Melhoria progressiva das condições de habitabilidade do bairro, baseada directamente na mão de obra dos habitantes com ajuda técnica e material fornecida pelo Estado ou, pelo menos, na sua iniciativa e capacidade de associação.
4. Melhoria das condições de saúde, educação e transportes por acção do Estado ou do Município.

Esta fórmula pressupõe ainda, pelo seu carácter não convencional, o estudo das possibilidades técnicas de habitat evolutivo que permita o ajustamento constante da casa e, sobretudo, satisfatória integração na cidade, ou seja, a pesquisa de soluções que assegurem a necessária qualidade urbanística.[...]

Alves de Sousa, *Colóquio sobre Política de Habitação. Texto de Base*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969 [Setembro], p.23.

⁴¹ *Ib.*, p. 28.

Note-se que está em jogo a satisfação urgente de necessidades de populações muito vastas e que quaisquer soluções que se escolham não devem comprometer o futuro em matéria de 'standards'. Rejeita-se deste modo o recurso à miniaturização de casas de tipo corrente. Estas, que asseguram inicialmente, por certo, muito melhores condições justificam-se tanto mais quanto maior fôr o investimento inicial disponível e a margem de segurança em áreas habitáveis.

Importa portanto — é tarefa prioritária para a investigação aplicada — rever as tipologias urbanas e habitacionais para encontrar alternativas aos bairros convencionais, cuja aplicação em extensão parece condicionada pelas reduzidas disponibilidades para investimentos a 'fundo perdido' e pela existência de uma larga faixa de população sem capacidade de amortização de uma construção corrente."⁴²

Depois de aventar algumas estratégias possíveis para a abordagem do problema da habitação, o texto encara frontalmente e sem rodeios ou paternalismos o fenómeno dos "bairros de lata" e das construções clandestinas, preconizando uma "política clara em relação a estas formas típicas de instalação seja ela de prevenção, controle, delimitação, orientação ou mesmo assistência deliberada à sua manutenção com vista a uma evolução"⁴³. Condena veementemente todo e qualquer tipo de operação de renovação urbana que obrigue ao desalojamento compulsivo dos habitantes para áreas mais periféricas, na medida em que esse procedimento viola direitos de "bem estar", traduzidos pela proximidade dos locais de trabalho e de oferta de equipamento, e apoiados em valores de arrendamento acessíveis.

É também preconizado, embora com menor incidência, o nivelamento das condições de vida nos meios rurais pelos padrões de conforto e de oferta cultural das áreas urbanas.

A questão fundiária, eterna pedra de toque do problema do alojamento, é encarada com decisão e pragmatismo, embora com avisado comedimento linguístico, num capítulo específico intitulado "Condições de disponibilidade e custo do solo". Ai se dá conta da existência de legislação anti-especulativa em países próximos como a Espanha, a França e a Itália⁴⁴, e se constata a urgente necessidade de medidas afins como condição de controle, por parte da "comunidade", da disponibilidade e da utilização do solo, salientando desde logo que esse objectivo "não é do interesse exclusivo do sector habitacional"⁴⁵.

São propostos três objectivos, correlacionados entre si, como resultado das medidas concertadas em torno de uma "política do solo": refrear a tendência especulativa de aumento do valor dos terrenos nas áreas previsíveis de expansão urbana, quer nos terrenos livres, quer nas áreas já edificadas, onde se verifique a tendência de substituição dos edifícios antigos; orientar e equilibrar as actividades e os equipamentos no espaço urbano, de modo a "minorar os efeitos da desordem urbana sobre o custo de vida e bem-estar colectivo"; e, por fim, ter solo urbano disponível para "proceder à criação de operações de 'habitação de massa', remodelação de infra-estruturas, renovação do 'habitat', etc."⁴⁶.

O "controle do solo" é, com efeito, assumido como a questão central da resolução de quase todos os problemas urbanos, entre os quais se inclui necessariamente aquele que mais diz respeito ao tema do Colóquio — a habitação. Há, no entanto, a percepção clara de que este tipo de decisões não são fáceis nem pacíficas num possível confronto com a realidade política, jurídica e administrativa do país. Por isso, este capítulo do *Texto de Base* do Colóquio sobre Política da Habitação não propõe medidas radicalizadas ou de aplicação genérica e indiferenciada, mas antes tenta estabelecer os "critérios de aplicação da política de solo adequados à escala e prioridades de intervenção e à finalidade social das operações"⁴⁷. São também prevenidas e alertadas as

⁴² *Ib.*, pp. 29-30.

⁴³ *Ib.*, p. 34.

⁴⁴ Cujas políticas específicas, no âmbito da habitação, foram, de resto, alvo de um relatório distribuído durante o decorrer dos trabalhos: Nelson Montes, *Colóquio sobre Política da Habitação. Texto Complementar II. Habitação Social. Programação-Financiamento. Administração - Realização. Bélgica - Holanda - Espanha - França*, Ministério das Obras Públicas

⁴⁵ Ignácio Peres Fernandes, A. Cel. Estino da Costa, J. M. Ferreira da Cunha, Ruy José Gomes, Nuno Portas (relator) e J. M. Alves de Sousa, *Colóquio sobre Política da Habitação. Texto de Base*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969 [Setembro], p.40.

⁴⁶ *Ib.*, p. 40.

⁴⁷ *Ib.*, p. 43.

eventuais situações de injustiça provocados pelo acréscimo de valor do solo em terrenos vizinhos daqueles que tenham sido alvo de processos de expropriação ou de medidas de inibição fiscal.

Quanto à proposta de actuação são apontados como possíveis três caminhos alternativos: a passagem da propriedade fundiária privada para o domínio público através do recurso a processos de expropriação, esta fórmula só deverá ser usada no caso de se poder generalizar à "totalidade do território", para que sejam evitados graves desequilíbrios e "benefícios diferenciados" entre os proprietários de bens confinantes; a rectificação das práticas especulativas através da sua penalização com a automática "reversão de propriedade para a administração pública"; ou a obrigatoriedade de cumprimento de programas urbanísticos, que contemplem distribuição regrada de equipamentos, e garantindo o direito de preferência na compra pelo valor máximo tabelado, este tipo de medida pesseria também o emparcelamento compulsivo com indemnização equitativa.

Para que cada um destes caminhos seja concretizável são, porém, dadas como condições absolutamente necessárias a instituição de uma tabela dos solos, que defina com rigor valores máximos e mínimos a praticar, e a garantia de não utilização posterior das propriedades expropriadas com fins especulativos, mas, tão só e em exclusivo, como usufruto do direito de superfície⁴⁸.

É ainda constatada a obsolescência da administração municipal e a necessidade da sua adequação, quer no que diz respeito às estruturas internas, quer no que diz respeito às possibilidades de interacção entre autarquias, a novas fórmulas que possam absorver e otimizar estas medidas.

Finalmente, e num capítulo intitulado "Responsabilidade e Estrutura do Sector Público", são definidas, de um modo muito claro e elucidativo, as atribuições e competências dos vários níveis da administração pública. Diz-se que os papéis da administração pública são: a definição de programas e de objectivos sócio-económicos; a prática de uma política de solos que elimine "radicalmente as acções especulativas"; a coordenação dos vários promotores e a execução de planos que tornem as acções possíveis; a integração das acções dos diversos organismos que intervêm no território a ocupar, designadamente infraestruturas e transportes; a definição das tipologias e dos níveis de qualidade e áreas adequados a cada caso específico; e o fomento de "investigação inter-disciplinar" cujos resultados revertam para uma maior produtividade dos programas. O papel do sector público como regulador das oscilações e dos desequilíbrios do mercado da habitação⁴⁹.

Aponta-se claramente para a montagem de uma estrutura, cujo esquema de funcionamento financeiro e administrativo "deve assegurar o maneio, em termos de planeamento e legislação, de toda a espécie de recursos e modalidades de crédito não se reduzindo à gestão de fundos consignados ao sector público"⁵⁰.

Na definição dos promotores e dos tipos de programas, para além do sector privado, dito "não condicionado", prevê-se o incentivo ao sector cooperativo, considerado "desviado das camadas mais necessitadas", o sector privado condicionado às qualificações e níveis de renda pré-estabelecidos, e, muito importante, o "sector social integral", no qual, para além das modalidades de construção directa pelo Estado se considera a possibilidade da construção pelos próprios utentes "sobre terreno equipado fornecido", ou ainda estas mesmas fórmulas promovidas através da organização em "cooperativas ou associações de usuários"⁵¹. Era, assim e pela primeira vez, proposta, de um modo oficial, a integração dos esquemas de auto-construção nos mecanismos legais, administrativos e financeiros, da promoção habitacional.

Num organigrama final, o *Texto de Base* do Colóquio sobre Política de Habitação, para além de correlacionar os programas de habitação com todas as outras actividades que lhe estão associadas, equipamento, trabalho e transportes, e de definir competências, a nível inter-ministerial, ministerial e municipal, caracteriza verticalmente uma "Entidade Financiadora da Habitação" que coordena e canaliza esquemas de financiamento, e um "Fundo Intermunicipal de Desenvolvimento Urbano", que gere operações de programação e de planeamento, a um nível mais local⁵².

⁴⁸ *Ib.*, pp. 43-44.

⁴⁹ *Ib.*, pp. 52-53.

⁵⁰ *Ib.*, p. 54.

⁵¹ *Ib.*, p. 55.

⁵² *Ib.*, p. 63.

Não será difícil perceber como estas considerações são de uma acuidade fundamental como ponto de partida para o Colóquio⁵³. As linhas de força do conjunto de intenções integradas que poderiam vir a constituir a ambicionada “Política da Habitação” que dava o nome ao acontecimento estavam, assim, delineadas à partida, por forma a que os trabalhos pudessem partir de bases muito concretas.

Às conclusões finais, de resto, cabe-lhes acrescentar considerações de ordem mais política, por assim dizer, quer sobre o ponto de vista do reconhecimento dos direitos de cidadania associados à questão da habitação, quer sobre a reformulação da orgânica administrativa que uma maior eficácia no sector teria, necessariamente, de pressupor. O texto final do Colóquio sobre a Política da Habitação⁵⁴ está dividido por seis capítulos: “Enquadramento da Habitação no Desenvolvimento Económico e Social”; “Integração da Habitação no Planeamento Urbanístico”; “Política de Solos”; “Financiamento da Habitação”; “Execução da Habitação” e “Estrutura Orgânica do Sector Público do Domínio da Habitação”. Começa, no primeiro destes capítulos, por perspectivar a evidência do direito à habitação num contexto de eficácia social e económica. Afirma arrojadamente, dadas as circunstâncias políticas e apesar do clima de abertura controlada, que a habitação é um direito que “tem de ser *asegurado* a todos pela colectividade, sob a responsabilidade do *Estado*”, para, de seguida, reconhecer que aquele, como alguns outros “*direitos absolutos*” não se exercem em pleno “por carência dos recursos legais e materiais votados para a sua satisfação”⁵⁵.

Depois de se deter sobre o conceito de “*habitação integrada*”, que pressupõe um conjunto de bens e de equipamentos que ultrapassa bastante a mera função de abrigo, o documento enumera todas as vantagens daquilo a que chama “rendabilidade social” da satisfação do direito à habitação, as quais reverterão em favor da comunidade e, por conseguinte, do próprio Estado. Da resolução da questão do alojamento está dependente a melhoria das condições de saúde física das populações, da qual resultam as consequentes melhorias, quer na eficácia dos cuidados de saúde pública, quer no rendimento laboral dos moradores abrangidos. Está também dependente a beneficiação da “saúde moral” e da “saúde mental da família e do indivíduo”, da qual resultam benefícios no rendimento laboral e escolar, na “dignificação humana dos indivíduos”, e uma redução directa da marginalidade e da delinquência.

Para além dos efeitos económicos da “rendabilidade social”, é referida a importância da construção de habitações no contexto da economia geral do país: a construção civil e as suas actividades subsidiárias empregam cerca de 1 200 000 pessoas, ou seja, mais de 10% da população; e o sector da construção de habitações contribui com cerca de 29% na “formação bruta de capital fixo”⁵⁶.

De seguida, dá-se conta da necessidade de distribuição territorial da habitação e da importância relativa do sector no conjunto genérico das acções de planeamento, económico, social e político, onde se diz que “uma política de *planeamento* tem, simultaneamente, que considerar como objectivos o *incremento do produto nacional* e a *distribuição equitativa dos benefícios*, visando uma justa distribuição da riqueza”⁵⁷. Diz-se ainda que, no que concerne aos recursos disponíveis para o fomento da habitação, a projecção dos investimentos correntes tendo por base os dados de 1968, desde que devidamente canalizados e orientados para os objectivos a atingir, daria a possibilidade teórica de resolver o problema social a médio prazo. Aqui se refere, mais uma vez, o excessivo peso da aquisição de terreno no conjunto dos custos, bem como o relevo que tem, no custo final do produto construído, o lucro descontrolado e o ónus provocado pelos atrasos no processo administrativo.

⁵³ Mesmo que algumas dessas mesmas considerações tenham sido acrescentadas na segunda impressão do referido *Texto de Base*, já posterior à realização do Colóquio, parece evidente que, quando se partiu para a discussão, mais do que a definição difusa de um modelo, existia um claro e rigoroso conjunto de medidas e de intenções a propor, as quais se perfilavam desde o âmbito estratégico mais genérico às especificações mais particularizadas.

⁵⁴ Ignácio Peres Fernandes, A. Celestino da Costa, J. M. Ferreira da Cunha, Ruy José Gomes, Nuno Portas e J. M. Alves de Sousa, *Colóquio sobre Política de Habitação. Relato Final*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969.

⁵⁵ *Ib.*, p.1.

⁵⁶ *Ib.*, pp. 3-4.

⁵⁷ *Ib.*, p.5.

Preconiza-se a intervenção dos organismos oficiais para que “o preço original do solo não seja *distorcido* por negócios sucessivos de especulação”⁵⁸ e uma programação objectivada e dirigida à partida para que o custo do produto final se possa estabelecer dentro de limites pré-definidos. O papel do Estado na resolução do problema da habitação e a necessidade da intensificação desse mesmo papel é, de resto, uma prerrogativa constante, à qual se recorre prolificamente ao longo do texto.

Sem desprimor das grandes linhas de planeamento a estudar e a aplicar num futuro próximo propõem-se, contudo, algumas acções imediatas, aplicáveis “aos meios urbanos em expansão e como tal objecto de acções especulativas”, a saber: a abolição das oportunidades legais ainda vigentes de demolir edifícios válidos ou passíveis de serem recuperados, desalojando os seus habitantes, para nos mesmos locais se construírem outros, “em regime de mercado livre”; e a eliminação da “possibilidade de manter *desocupadas* habitações úteis, para além dum prazo razoável, quer isso resulte do desinteresse dos proprietários pelo seu aluguer, quer derive da expectativa por um aumento de procura e, portanto, de valor potencial”⁵⁹.

Particularmente significativa é, também, a definição dos princípios pelos quais se deve reger a estratégia que regulará as intervenções do sector público: acorrer às necessidades segundo critérios de quantidade de utentes a alojar, de gravidade das situações a resolver, e de maior repercussão e rapidez na apresentação de resultados.

É a partir desta definição que se estabelecem, de um modo muito pragmático, um conjunto de prioridades imediatas que passam pela aquisição e o equipamento de terrenos, previamente definidos pela programação económica. Esses terrenos serão depois destinados às implantações que estiverem mais de acordo com as finalidades a atingir: habitação evolutiva para os estratos mais carenciados e “realizada em conjuntos socialmente assistidos”; habitação promovida por estruturas cooperativas ou por sociedades mistas não lucrativas; habitação de promoção privada, mas com os custos controlados; e, por fim, quando nenhuma destas modalidades existir, a habitação de promoção pública e semi-pública. A acção terá forçosamente de se iniciar de imediato, respondendo às prioridades mais evidentes e “mesmo que se não disponha ainda de fórmulas acabadas de planeamento global”. A terminar este primeiro capítulo do *Relato Final* do Colóquio, uma declaração muito importante – a da necessidade imperiosa de que os processos sejam participados pelas populações, por se considerar a sua “colaboração indispensável à definição e à execução dos planos imediatos e a prazo”. Para que isso seja possível “devem instituir-se fórmulas de informação, audiência e discussão, através das quais as populações possam contribuir com a experiência das suas necessidades e vivência para uma formulação ajustada dos objectivos do planeamento”. Deverá igualmente ser facultada a “participação dos próprios interessados no decorrer do processo de concretização das realizações planeadas”⁶⁰.

O segundo capítulo fala-nos da impossibilidade de se obterem os desejados níveis de “*rendabilidade social*” no caso dos programas de habitação em questão não se conjugarem com acções e directivas de planeamento urbano e territorial. Fala-nos da prioridade que o “*planeamento físico* ou *urbanístico*” deve ter no conjunto das acções a empreender, quer pela racionalidade na definição dos espaços a ocupar, quer pela possibilidade de dotar esses espaços com as infraestruturas e os equipamentos necessários. Refere também que esse tipo de planos, aos quais chama “*planeamento físico*”, devem ser sempre conjugados com o “*planeamento económico*”, bem assim como com todos os planos existentes para outros sectores – indústria, transportes, turismo, educação, saúde, etc. Como medidas a tomar neste âmbito, é dado como recomendação o estabelecimento de “canais eficientes para *audição das populações* abrangidas e o seu recíproco esclarecimento, facultando-lhes uma participação activa em todo o processo de planeamento”⁶¹.

O conceito de habitação evolutiva, presente em diversos trechos destes trabalhos é curiosamente transposto para o de “urbanização evolutiva”, como modelo de construir cidade com os “*recursos*

⁵⁸ *Ib.*, p.10.

⁵⁹ *Ib.*, pp.13-14.

⁶⁰ *Ib.*, pp.14-15.

⁶¹ *Ib.*, p.18.

que as circunstâncias de momento permitam, sem prejuízo do completamento e aperfeiçoamento futuros”⁶², ou seja, planos que já concebiam a sua própria superação e assimilem, em si mesmos, a capacidade de a integrar.

Volta a ser referida a reforma da realidade institucional e administrativa, como condição necessária à aplicação destas medidas. A esse propósito são, também, atribuídas ao Estado todas as competências no que diz respeito à execução das acções de planeamento urbanístico e à orientação dada à sua aplicação. Só o sector público está em condições de prever as dinâmicas urbanas e de criar critérios racionais e isentos na escolha e definição das áreas de expansão. À iniciativa privada reserva-se uma participação “admissível, necessária e desejável”, desde que “claramente integrada em planos formulados pelos poderes públicos e condicionada por forma a não poder afectar dispositivos urbanísticos de interesse geral”⁶³.

Quanto ao terceiro capítulo deste *Relato Final*, intitulado “Política de Solos”, a toada incide novamente nas atribuições dos poderes públicos. Depois do planeamento urbanístico concluído, o Estado deve garantir que os terrenos considerados indispensáveis às operações possam estar disponíveis, sem que o seu valor seja empolado por estratégias especulativas. São aventadas algumas possibilidades de objectivação do “conceito de *valor do terreno*”, considerando que, para que os solos previstos para operações urbanas integradas possam ser sempre adquiridos pelo seu valor real, deve ser abolida a possibilidade de os vender por valores especulativos. Para que estas medidas se concretizem é, então, proposta a alteração ou a criação de “*dispositivos jurídicos*”, os quais, independentemente duma revisão mais coerente e sistemática do sistema legal, deverão ser postos imediatamente em prática. Para além dos meios legais que permitam aos poderes públicos o exercício “dos direitos de *expropriação, preempção* ou *opção* e o da ocupação temporária de terrenos sob o regime de direito de superfície”⁶⁴, é também preconizada a instituição de um fundo de carácter público, que se destinaria ao investimento em terrenos e às próprias “operações urbanísticas integradas”.

Mas esta questão da criação de um fundo de investimento encontra-se desenvolvida e particularizada no capítulo seguinte, “Financiamento da Habitação”, no qual é, uma vez mais, “reconhecido que o volume global dos *investimentos* actualmente aplicados no *regime corrente* de construção de alojamentos, corresponderia quantitativamente às necessidades imediatas e iniciais do financiamento da construção da habitação social, mas que a sua aplicação não conduz, ou até é contrária, aos objectivos de *rendabilidade social* deste tipo de construção”⁶⁵. É, então, fundamental canalizar e orientar tais investimentos, aliciando-os para objectivos estrategicamente mais veiculados. Nesse sentido o papel dos fundos públicos será muito mais um papel dinamizador, modelo que se revelará mais proveitoso do que a aplicação directa na execução.

Constata-se igualmente que a eficácia de actuação dos fundos públicos que têm vindo a ser investidos no sector não tem sido a melhor por falta de coordenação, quer entre si, quer entre outras fontes de financiamento sem fins lucrativos e, por essa razão, é proposta a criação de um “*Fundo Nacional*”, instituído de modo a “*conceder empréstimos* a taxas de juros reduzidos – para a realização de habitações sociais sem fins lucrativos – e *bonificar*, tendo em conta as condições do mercado de capitais, os *investimentos* que se destinam à promoção da habitação social”⁶⁶. As últimas referências deste capítulo são para diversos incentivos e providências cautelares de ordem fiscal, que visam complementar as acções atrás referidas. É de salientar o facto de, neste *Relato Final* do Colóquio, não ser referida, com tanta veemência e frontalidade quanto no *Texto de Base* inicial, a hipótese de concessão de verbas a fundo perdido para a resolução dos problemas habitacionais dos estratos mais carenciados da população a servir. Há, no entanto, uma cláusula deste capítulo – “Financiamento da Habitação” – na qual “é recomendada a ponderação do interesse da instituição de *subsídios* que, tendo em conta a capacidade económica e a constituição dos agregados familiares, *complementem* a participação no *encargo* do respectivo alojamento, desde que este satisfaça

⁶² *Ib.*, p.18.

⁶³ *Ib.*, p.19.

⁶⁴ *Ib.*, p.22.

⁶⁵ *Ib.*, p.25.

⁶⁶ *Ib.*, p.26.

as condições de rendabilidade social visadas pela política da habitação". Recomendação cautelosa, acrescida de outras que preconizam rigorosos critérios de atribuição, para que se evitem os "riscos de ser desvirtuado o real interesse social desta modalidade de subsídios"⁶⁷.

No capítulo "Execução da Habitação" procura-se a objectivação do "*conceito de promotor de habitação social*", esclarecendo que tem de ser uma entidade que, por um lado, se submeta à tutela pública no que diz respeito a todos os condicionamentos deste tipo específico de habitação e, por outro lado, possa ser alvo de medidas de incentivo e de protecção fiscal. Classifica, depois, os promotores segundo quatro categorias: promotores privados, sociedades imobiliárias e todas as empresas com fins lucrativos que queiram investir no sector; promotores mistos, que englobam as entidades privadas que se venham a constituir para o efeito, complementadas com a participação de capitais públicos; promotores semi-públicos, que serão todas as instituições criadas ou a criar para essa função, da previdência social, das caixas de poupança ou das associações profissionais; e promotores públicos, quer sejam do Estado ou dos Municípios. A encerrar este capítulo, um ponto sobre a necessidade de, também neste caso, serem revistos e ajustados os mecanismos legais de actuação, e um outro, sobre a racionalização da indústria da construção civil, empenho que, embora considerado co-lateral às finalidades do Colóquio, muito influente seria no desejado êxito duma Política da Habitação⁶⁸.

A finalizar este *Relato Final* do Colóquio sobre Política da Habitação, ainda um capítulo que nos fala da "Estrutura Orgânica do Sector Público no Domínio da Habitação", no qual é particularizada e dissecada a fórmula do organigrama previsto no texto anterior, o *Texto de Base*.

Depois de uma análise da situação actual, onde se insiste na já mencionada descoordenação crónica entre os serviços e organismos dispersos que abordam o problema, tomam-se como propostas estruturantes a reorganização de todos os serviços e a "sucessão das medidas necessárias para a sua *reforma coordenada* e para a *adaptação* do sector à *estratégia da acção* a empreender"⁶⁹. É feita uma referência aos trabalhos preparatórios do Plano Intercalar de Fomento e do III Plano de Fomento para salientar que muitos dos estudos necessários àquela reestruturação já aí se encontram desenvolvidos. Há, porém, o cuidado de dizer que essa necessária reorganização administrativa deve ser feita sem prejuízo de se encetarem acções paralelas com alguma brevidade, através de um "*núcleo de planeamento*, sectorial e interdisciplinar, que mesmo com carácter *transitório*, possa dispor do poder de decisão necessário para definir as medidas a estatuir para que se *inicie*, sob responsabilidade pública, uma efectiva e inadiável *acção* de política de habitação"⁷⁰.

São igualmente definidas as atribuições de um departamento central desta instituição, cuja tutela governamental deve ser criteriosamente definida, bem como o seu campo de acção, de decisão e de responsabilização. Refere-se como essencial o funcionamento dos canais de comunicação entre o "*planeamento global*" e os organismos que executam o "*planeamento da habitação*", bem como entre a "*política da habitação*" e o "*planeamento do território*".

Como medida de coordenação dos financiamentos e da execução dos variados programas, é preconizada a criação do já referido "*Fundo Nacional*", para a caracterização do qual são lançadas duas hipóteses alternativas: a sua integração no tal departamento governamental a criar, temendo-se de antemão que essa opção venha a reduzir o seu nível de acção; ou a instauração de uma entidade autónoma, livre para captar e canalizar poupanças e fundos, atribuindo-os às finalidades tecnicamente mais ajustadas.

Por fim são definidas as responsabilidades e competências executivas dos poderes, municipal e central. Para que seja possível uma coordenação mais operativa entre estes dois níveis, e para a necessária descentralização da acção, propõe-se a criação de órgãos regionais intermédios, actuando com a "colaboração activa dos municípios isolados ou agrupados para se adaptarem ao fenómeno contemporâneo da concentração e nova escala urbana"⁷¹. Mas, para que o nível municipal de

⁶⁷ *Ib.*, p.28.

⁶⁸ *Ib.*, pp.29-31.

⁶⁹ *Ib.*, p.33.

⁷⁰ *Ib.*, p.35.

⁷¹ *Ib.*, p.37.

actuação possa ser mais eficaz e coordenado, importa fazer uma reforma que reequacione os níveis de atribuições e de responsabilização que lhes são conferidos. É necessário dotar as Câmaras Municipais com “a possibilidade financeira de disporem de serviços técnicos eficientes e de obterem os fundos indispensáveis para a aquisição e urbanização de terrenos e para a promoção da construção de habitações integradas no desenvolvimento local”⁷². É, portanto, claramente reconhecida a incapacidade do poder local, tal como se encontra, de levar avante a empresa. Daí a proposta de um nível regional intermédio; daí a constatação da urgência da sua reforma administrativa. Na administração central, por sua vez, será essencial a revisão da estrutura orgânica tendente à necessária descentralização de decisões. Competir-lhe-á definir “*directivas orientadoras do planeamento*”, nas quais se integrem os vários níveis de actuação. É também a ela que compete accionar os mecanismos necessários à coordenação dos planos e das acções.

Quer analisado em si mesmo, quer em função das repercussões que veio a ter no âmbito do sector da habitação social em Portugal, resulta evidente que o Colóquio sobre Política da Habitação foi um acontecimento marcante, que corresponde, sem dúvida, a uma atitude charneira no modo institucional de encarar os problemas do alojamento em Portugal.

Já recomendada pelo Plano Intercalar de Fomento, a criação do Fundo de Fomento da Habitação é, finalmente, instituída através do Decreto-Lei n.º. 49033, publicado a 28 de Maio desse mesmo ano de 1969. A promulgação deste diploma era já representativa daquela tentativa de mudança. Grande parte das discussões e das comunicações do Colóquio visam, de resto, contribuir para uma caracterização orgânica que possa vir a moldar a actuação e a estrutura técnico-administrativa do Fundo. As readaptações e as reformas legais deste organismo vieram mesmo a tornar-se inevitáveis no confronto com a realidade. Tanto assim foi que até 1974 se sucederam os diplomas que introduzem alterações pontuais ao Decreto-Lei n.º. 49033, a saber: os Decretos-Lei n.º. 473/71 e 474/71, de 6 de Novembro, que alteram a natureza, atribuições e competência, meios financeiros, órgãos directivos, quadro de pessoal, distribuição de casas e regime de utilização; o Decreto-Lei n.º. 583/72, de 30 de Dezembro, que reorganiza o Fundo, extingue o Fundo das Casas Económicas, canaliza capitais afectos à aquisição e construção de habitações para funcionários do Estado para o Fundo de Fomento da Habitação, institui isenções fiscais várias para o Fundo; o Decreto-Lei n.º. 214/73, de 9 de Maio, que reorganiza o Fundo; o Decreto-Lei n.º. 222/73, de 11 de Maio, que altera a competência do Ministro das Corporações e Previdência Social para o Secretário de estado da Habitação e Urbanismo nos diplomas que definem o regime jurídico das casas económicas, altera também algumas competências notariais para os serviços do Fundo; e, ainda, o Decreto-Lei n.º. 608/73, de 14 de Novembro, que define o regime aplicável às casas de renda limitada.

Estas reformas, entre outras adaptações orgânicas, revelam a premência da desejada concentração das competências e atribuições no sector da habitação social, que o Colóquio tão frontalmente expusera.

Mas, para além da estruturação orgânica do Fundo de Fomento da Habitação, o Colóquio trás também outras consequências que, quer no âmbito jurídico-administrativo, quer no âmbito da adopção e maturação de conceitos, reforçam a convicção de que se poderia estar a caminho de uma política social mais adaptada à ideia de reprodução da força de trabalho.

Quanto ao primeiro tipo de consequências, cabe aqui destacar a chamada Lei dos Solos, aprovada pelo Decreto-Lei n.º. 576/70, de 24 de Novembro, que define uma política tendente a diminuir o custo dos terrenos para a construção, garantindo a possibilidade de expropriação sistemática como meio de os disponibilizar e de incentivar o investimento privado neste domínio. Podem, contudo, ser ainda referidos, entre outros: o Decreto-Lei n.º. 166/70, sobre licenciamento das intervenções urbanas; o Decreto-Lei n.º. 278/71, sobre controle da construção não licenciada, impondo a sua expropriação quando a demolição se revelar inviável; o Decreto-Lei n.º. 561/71, sobre a execução de planos de urbanização; o Despacho de 15 de Janeiro de 1972, que impõe regras à aplicação dos capitais das instituições de previdência social, canalizando-os para a habitação económica; ou a Portaria n.º. 398/72, de 21 de Julho, que define as condições mínimas de habitabilidade dos edifícios.

⁷² *ib.*, p.38.

No que respeita ao segundo tipo de consequências, há que realçar todo um conjunto de ideias, expressas directamente ou subjacentes aos textos, que proclamam, de um modo muito claro, a intenção de reclamar um novo modo institucional de encarar o problema da habitação. E, se, por um lado, algumas dessas ideias traduzem quase literalmente as perspectivas mais avançadas do debate teórico internacional, por outro lado, na coerência integradora da sua lógica comum, são também sintomáticas da convicção que chegara, finalmente, o momento das grandes reformas institucionais e administrativas.

A primeira das que importa aqui registar é a de que a condição de cidadania implica directamente o acesso a uma habitação condigna. À visão estadonovista da casa como consagração moral da célula familiar, o Colóquio contrapõe a habitação como um direito individual de cidadania, que o Estado tem o dever de prevenir. Faz-lhe ainda crescer o acesso a um conjunto de bens e equipamentos associados, extrapolando, desse modo, a mera satisfação da necessidade de abrigo para o direito ao pleno usufruto da cidade e da totalidade do seu leque de ofertas públicas. O direito à cidade fica, assim, automaticamente consagrado através do exercício do direito à habitação. Só o simples reconhecimento destes princípios por parte do Estado, admitindo que o pudesse fazer com probidade e com a responsabilidade do paralelo reconhecimento das respectivas implicações públicas, não tanto as económicas como, principalmente, as sociais, mais do que o contributo para uma reforma da administração e das instituições, era, em si mesmo, a reforma que se tornava visível e que, mais do que nunca, dava a ilusão de ser possível. Pelo seu pendor fortemente socializante, o reconhecimento do direito à cidade já prenuncia a ultrapassagem de um enquadramento meramente estatístico, massificado e tecnocrático que a resolução da questão da habitação, vista isoladamente, poderia pressupor.

Essa sugestão socializante, contudo, já parece desvirtuar-se quando chegamos à justificação, patente nos textos, da consagração destes direitos. O funcionamento mais eficaz da actividade económica através da reprodução da força de trabalho, directa ou indirectamente induzida a partir da qualificação do alojamento, bem como o consequente aumento dos níveis de consumo, são motes apresentados como garantia do êxito da "política da habitação", que transpõem o quadro político-económico mais genérico para soluções de raiz keynesiana⁷³.

Outra ilação muito evidente é a da perfeita consciencialização de que, qualquer que seja a solução para o problema da habitação, a questão fundiária é fulcral. Essa consciência é deduzida da forma frontal como se afirma a necessidade de controlar o solo e o seu valor, deixando perceber que é essa a condição essencial e basilar para a prática de uma política de habitação. A coragem com que se insiste nesta circunstância, complicada sob o ponto de vista político, e o modo inteligente como se usa o centralismo administrativo vigente para criar condições conjunturais favoráveis à aplicação de medidas de superação do problema, fazem com que se possa considerar esta ideia como a mais estruturante de todo o Colóquio.

As diversas modalidades de planeamento são também perspectivadas segundo alguns preceitos que importa registar. Primeiro, o seu faseamento por níveis de especificidade disciplinar e por escalas de aplicação no terreno, começando pelos mais genéricos e avançando gradualmente para os mais particularizados. Segundo, a viva recomendação que este faseamento se processe sem nunca se perder a coordenação global e a integração equilibrada das diferentes especializações. Parece óbvio que, para além da desejada projecção futura, estas considerações contêm críticas implícitas às práticas vigentes e, neste sentido, torna-se particularmente significativa a ideia que, face à gravidade da situação, é forçoso avançar paralelamente para acções imediatas, sem nunca permitir que esse imediatismo venha a comprometer as ambicionadas operações de planeamento sócio-económico, territorial, urbanístico e arquitectónico.

Outra ideia importante do Colóquio é a da constatação da necessidade de refrear os *standards* habitacionais mais elevados. Há, com efeito, uma insistência na afirmação dos desvios de investimento na produção de habitações, ou seja, são excessivos na qualificação e são deficitários na quantificação. Esta estratégia de mercado, intencionalmente regulada para manter os níveis de procura sempre elevados, parece, às conclusões do Colóquio, passível de ser corrigida se se

⁷³ Cf. Nuno Serra, *Estado Território e Estratégias de Habitação*, Coimbra, Quarteto Editora, 2002, p. 207.

construirmos mais habitações, de padrão de qualidade inferior. O nível de qualidade, porém, nunca desceria a níveis degradantes por acção da optimização do projecto e do respectivo acompanhamento técnico.

A garantia da possibilidade de permanência no mesmo local dos habitantes envolvidos em operações de realojamento é outra das ideias a reter. Com efeito, para além das projectadas consequências directas no âmbito meramente social, este princípio contém também em si a questão da lenta consolidação dos tecidos urbanos, sob o ponto de vista físico e sociológico, bem como a consequente integração e enraizamento dos habitantes nesse tecido. Ou seja, para além de intervir na resolução do problema habitacional de um modo quantitativo, ensaiam-se também as possibilidades de, paralelamente, promover e consolidar a identificação sociológica dos habitantes com os espaços que ocupam. Esta ideia não pode deixar de andar associada ao reconhecimento da gravidade de algumas situações geradas por grandes operações de realojamento, experimentadas noutras latitudes ou até no país, se bem que numa escala mais reduzida. A informação sobre essas experiências e o estudo interdisciplinar sobre as suas consequências foi, evidentemente, fundamental para a formulação do problema.

Aliás, associada a esta ideia anda ainda uma outra, também ela seguramente insinuada pelos rumores do debate internacional, que é a ideia de participação das populações. Uma intenção que se pretende operativa não só a um nível de formalização do habitat, mas em praticamente todos os níveis de decisão. Por isso se reclama a necessidade dos utentes interessados colaborarem na definição e na execução dos planos imediatos, nos planos a prazo, e até no processo de execução das operações. Por isso se recomenda a criação de mecanismos de diálogo e de comunicação que viabilizem essa participação. Por isso, também, a recomendação expressa de que todas as operações, mesmo as mais urgentes, possuam interlocutores organizados e representativos.

Por fim, será de registar o facto de se diversificarem ao limite os tipos de programa de promoção da habitação. Nessa diversificação, serão de salientar, em particular, as modalidades pensadas para o chamado terceiro estrato de moradores carenciados de habitação, ou seja, o estrato que incorpora "aqueles que não dispõem de rendimentos regulares ou que os possuem apenas a um nível de subsistência, que não permite desviar para o alojamento o pagamento de um aluguer mínimo. (Possuem, contudo, capacidade inaproveitada de trabalho)"⁷⁴. Perante as anunciadas probabilidades de insucesso dos programas do "tipo convencional", que pressupõem a produção directa pelo Estado, com o recurso a soluções de "fundo perdido", sem garantia de qualquer eficácia na realização do capital investido, é preconizada uma nova forma de conceber o fogo a partir de um "núcleo elementar" que possa vir a ser aumentado, à medida das necessidades do agregado e do aumento da sua capacidade económica, integrando simultaneamente quer a força de trabalho, quer o investimento das poupanças, por pouco significativo que seja, dos próprios interessados. Condição essencial para se atingirem resultados satisfatórios nesta modalidade seria o apoio técnico ao projecto e à obra, que daria igualmente a garantia de implantações coerentes e ordenadas, sob o ponto de vista urbano, uma vez que a "qualidade urbanística" é um ponto de princípio deste tipo de soluções. Significativa desse preceito é, de resto, a extrapolação da noção de habitação evolutiva para a de "urbanização evolutiva", ou seja, não serão só os fogos que vão crescendo em área e qualidade, em consonância com as novas disponibilidades económicas, mas é o próprio bairro que, à medida que se vai consolidando, vai também evoluindo na qualificação das infraestruturas urbanas e dos equipamentos associados. Do conceito de produção de habitação em auto-construção evolutiva e tecnicamente assistida passa-se, assim, para o de cidade evolutiva, facto que, como atrás se faz referência, deveria fazer crescer a responsabilidade dos técnicos que planeiam os espaços urbanos e que projectam os fogos, portanto, da esperança posta numa evolução real dos espaços físicos construídos passa-se para a esperança numa evolução metodológica das próprias disciplinas do projecto e do planeamento.

Mas, apesar de todo o empenho da organização deste Colóquio sobre Política da Habitação, apesar da articulada argumentação de ordem social, económica, técnica, cultural e jurídica, apesar

⁷⁴ Ignácio Peres Fernandes, A. Cel. Estino da Costa, J. M. Ferreira da Cunha, Ruy José Gomes, Nuno Portas e J. M. Alves de Sousa, *Colóquio sobre Política de Habitação. Relato Final*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969, p. 28.

da análise, feita com base num trabalho rigoroso que já vinha de algum tempo atrás, ter sido devidamente complementada com propostas realistas que, sem elevar ao impossível os quantitativos do investimento, apenas alteravam o alvo e planeavam a produção, continuava a ser muito difícil estabelecer o compromisso com uma actuação coordenada e integradora dos diversos organismos do Estado, tendente à resolução cabal do problema do alojamento.

Daí que, pelo que diz respeito ao modo institucional como o problema foi encarado, parece ser consensual a vários autores a inexistência de qualquer conjunto concertado de medidas que pudesse fazer jus ao nome de “política de habitação”⁷⁵.

As maleitas do sector da produção habitacional, já diagnosticadas pelos textos preparatórios do Colóquio, estavam de tal modo dependentes do sistema político e económico que geria a sociedade portuguesa da época, que, sem a alteração deste, não desapareceram nem se esvaneceram.

A produção imobiliária privada, que rondava 90% da produção total⁷⁶, continuaria a espelhar a situação mais genérica da economia portuguesa: fraco rendimento das forças produtivas, baixo poder de compra, acentuada concentração monopolista e uma acumulação de capital na produção demasiado débil. No caso da indústria da construção civil, apesar da pulverização do sector por uma multiplicidade de micro-empresas, a produção real estava fortemente concentrada nas grandes e nas médias empresas. Estas últimas eram, na maior parte das vezes, pontas de lança do investimento do capital monopolista, cujo campo de actuação privilegiava as obras públicas, o turismo e a imobiliária de nível médio e alto⁷⁷. Por outro lado, no sector privado, as empresas de construção, caracterizavam-se pela acumulação das funções de construção e de promoção imobiliária, ou seja, obtinham o rendimento, quer pela própria produção, quer pela exploração da renda fundiária, o que fazia com que, exceptuando as obras públicas sem expressivo significado no cômputo geral, se investisse quase exclusivamente em turismo e habitações de luxo, com incidência nas concentrações demográficas que ofereciam seguras garantias de procura. A intervenção do capital dos grandes grupos económicos e do capital estrangeiro, que aproveitava a mão de obra barata, fazia-se sentir quase exclusivamente nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, e numa ou noutra intervenção turística de grande escala, nomeadamente no litoral sul, ao passo que os restantes centros urbanos “declinavam em virtude das suas funções administrativas quase monolíticas”⁷⁸.

O custo final das habitações produzidas, por sua vez, assentava numa estrutura de preços duplamente elevada pelo peso do lucro fundiário. A realização desse lucro desdobrava-se em dois momentos: pelo loteador no acto da venda do terreno e pelo promotor no acto da venda das habitações⁷⁹.

A lógica especulativa jogava, assim, um papel de relevo, na actividade do sector. As grandes e estruturantes prerrogativas postas na mesa durante o Colóquio sobre Política da Habitação, nomeadamente a questão dos solos, não tiveram impacto real significativo, à excepção dos pólos industriais a criar de raiz, como foi o caso de Sines. Pelo contrário, os investimentos fundados na

⁷⁵ Cf., entre outros, António Fonseca Ferreira, *op. cit.*, p. 31: “Nunca existiu entre nós [...] uma política de habitação definida de forma explícita e coerente”; ou Marielle Christine Gros, *op. cit.*, p.p. 147-148: “[...] as classes trabalhadoras foram, durante todo o período fascista, submetidas não a uma estratégia repressiva e integracionista directa através da habitação, mas [...] a uma repressão constante provocada pela ausência de uma política habitacional”; ou, ainda, Fernando Gonçalves, *op. cit.*, p. 109, “[...] diplomas legais e organismos públicos não são suficientes para a existência de uma política habitacional”.

⁷⁶ Cf. António Fonseca Ferreira, *op. cit.*, p. 239, Quadro 1.

⁷⁷ Cf. Christian Topalov, “La politique du logement dans le processus révolutionnaire portugais (25 avril 1974-11 mars 1975)”: *Espaces et Sociétés*, (17-18) Mars/Juin 1976. Entre os principais grupos financeiros, o grupo C. U. F. possuía, em 1973, uma rede de 10 filiais imobiliárias, de construção e de turismo, o grupo Champalimaud possuiu uma grande sociedade de construções, que é filial das outras sociedades controladas pelo grupo, a banca, o cimento e os seguros. Todos os outros grupos financeiros têm, também, forte participação no sector: 4 sociedades imobiliárias e turísticas ligadas ao Banco Nacional Ultramarino; 2 sociedades imobiliárias ligadas ao Banco Espírito Santo; 2 filiais imobiliárias e turísticas ligadas ao Banco Português do Atlântico. O Banco Fonsecas e Burnay, o Banco Intercontinental Português, e outros grupos tinham, também, os seus interesses imobiliários. As multinacionais, por sua vez, também possuíam participações significativas no sector, embora em menor escala e quase sempre em associação com os grupos nacionais.

⁷⁸ Maria Clara Mendes, “A habitação em Portugal: Caracterização e Políticas”: *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*, Lisboa, Associação 25 de Abril, 1984, p. 189.

⁷⁹ Cf. Christian Topalov, *op. cit.*, pp. 114-115.

prática da especulação fundiária tiveram, então, o seu “período de ouro”⁸⁰, provocado pelo aumento de poder de compra de uma classe média ascendente e pelo capital de investimento proveniente das remessas dos emigrantes. A sanha especulativa chegou mesmo à administração municipal, foi também por essa altura que a Câmara de Lisboa revendeu ao sector privado, a preços lucrativos, importantes áreas de reserva conseguidas durante o tempo de Duarte Pacheco⁸¹.

Das circunstâncias em que se processava a actividade do sector habitacional – empolamento de preços provocado pelos mecanismos de especulação e âmbito negocial confinado quase exclusivamente às grandes empresas loteadoras e promotoras – advêm consequências muito difusas e complexas, cuja enumeração, numa perspectiva de análise exaustiva, dificilmente caberia no âmbito deste trabalho. Importa, no entanto, salientar aquelas que, pelo seu significado particular, estão mais directamente associadas aos pólos de uma ambivalência que viria a moldar o contexto da evolução histórica no sector.

Uma das consequências mais óbvias era a de que, no mercado habitacional, a amplitude da procura estava fortemente concentrada numa camada muito limitada da população, 2 a 3% segundo estimativas feitas pelos próprios promotores⁸². A essa extrema limitação corresponderiam dois fenómenos primordiais de resposta.

Por um lado, a inevitável tentação de maximizar as condições de reprodução da força de trabalho, elevando paralelamente os níveis de consumo e de procura. Esta tentação era oriunda, como já foi referido, das vanguardas eminentemente tecnocráticas do regime e iniciativas como o Colóquio sobre Política da Habitação inscreviam-se no círculo mais alargado dos seus empenhamentos.

Por outro lado, o também inevitável florescimento de fenómenos paralelos de mercado, capazes de enquadrar a restante população, que não conseguia atingir os níveis praticados pela oferta convencional. Nas áreas suburbanas, particularmente em Lisboa e concelhos limítrofes, os pequenos e médios construtores, marginalizados pelo mercado legal de solos, bem assim como outros especuladores, alguns mesmo de considerável dimensão económica, procediam à aquisição de extensas parcelas não urbanizáveis, dotavam-nas de equipamento sumário, e revendiam ou construam para alugar. A actividade destes promotores não legais é determinante na construção da periferia das cidades, sobretudo nas áreas onde a construção é interdita, os terrenos, depois de divididos em lotes, eram vendidos sem o mínimo equipamento urbano e sem qualquer garantia de possibilidade de construção. Num curto espaço de tempo, esses lotes, depois de construídos pelos próprios interessados ou por pequenos construtores organizados, transformavam-se em áreas degradadas, ou mesmo em bairros de lata. Este mercado tinha, em si mesmo, os seus próprios níveis operacionais, que albergavam desde o bairro de lata puro até conjuntos edificados cuja densidade e finalização tinham já um valor considerável.

Nos centros urbanos, por sua vez, os imóveis expectantes, cujo destino era, na maior parte das vezes, a demolição, estavam degradados e sobreocupados, dando origem, em especial no Porto, a imbricados negócios de sublocação. Nesse mercado, cujos principais operadores eram as conhecidas “subalugas”, a total ausência de instrumentos reguladores e a incessante vitalidade da procura determinavam condições miseráveis de alojamento, suportadas por uma relação de subserviência dos inquilinos completamente anómala e inumana.

Foi precisamente no rescaldo do Colóquio sobre Política da Habitação, em Setembro de 1969, que Nuno Teotónio Pereira elaborou um outro texto clandestino, no qual tecia críticas firmes e um comentário céptico e estruturado a tudo quanto aí se passou⁸³. A partir desse artigo somos levados a crer que toda a esperança na “Primavera marcelista” que uma certa vanguarda tecnocrática, compelidamente ou não, tomou como bandeira, tinha o seu reverso, um reverso cru e descrente, que considerava todo o empenho posto no colóquio como uma “nova forma, menos brutal e mais insidiosa, de manter a opinião pública passiva, delegando a solução dos seus

Nuno Teotónio Pereira

⁸⁰ António Fonseca Ferreira, *op. cit.*, p. 65.

⁸¹ Cf. Christian Topalov, *op. cit.*, p. 115.

⁸² *Ib.*, p. 115 e p. 117.

⁸³ Nuno Teotónio Pereira, “O Colóquio da Habitação”: *Cadernos Necessários*, Setembro de 1969, depois reed., *Cadernos Necessários: 1969-1970*, Porto, Ed. Afrontamento, 1975, pp. 179-184, e inserto em *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP Publicações, 1996, pp. 98-105.

problemas, não já numa clique de políticos herméticos, mas sim num escol de técnicos sabedores e arejados”⁸⁴. Para além de uma tentativa demagógica de iludir a opinião pública, Teotónio Pereira considera que o poder instituído teve, também, como objectivo usar o colóquio para convencer os técnicos que estavam criadas as condições para se sair do immobilismo, que iam, enfim, poder ter o “direito a uma imagem prospectiva da sociedade portuguesa, em direcção à qual se poderá caminhar”⁸⁵, para, finalmente, cumprir o intuito final de os dominar, de “os ter na mão”⁸⁶. Mas nem só de desânimo se alimenta o texto, embora deixando aberto o espaço de uma imensidão de dúvidas, o autor induz contribuições para que algumas coisas pudessem vir a ser mudadas, trilha os caminhos possíveis que um “neocapitalismo balbuciante” pode romper através das “estruturas socioeconómicas arcaizantes”⁸⁷ e aponta, apesar de tudo, a questão habitacional como terreno privilegiado para a dinâmica capitalista se “afirmar com um certo brilho e eficácia, embora deixando sempre de fora as extensas massas de um proletariado marginalizado”⁸⁸. Essa é a única réstea de esperança para os resultados do Colóquio do Ministério das Obras Públicas produzissem alguns efeitos. Resultados que ele considera parcelares, sempre inscritos no círculo “da reforma do sistema capitalista” e jamais no da construção da sociedade socialista, uma vez que a resolução da questão da habitação só seria cabalmente possível “mediante a participação no poder económico e no poder político das grandes massas de trabalhadores” e depois de definitivamente conquistadas as alterações estruturantes que têm como condição inevitável a “socialização do solo, dos recursos financeiros e dos meios de produção”⁸⁹.

As posições defendidas no seu texto anterior, “Habitações para o maior número”, podem, sem embargo, considerar-se muito próximas de algumas das recomendações saídas das actas do Colóquio sobre Política da Habitação e, no entanto, Nuno Teotónio Pereira distancia-se com corajosa frontalidade e com agudo sentido crítico dos resultados reais do colóquio. Por um lado, empenhava-se na elevação gradual das mentalidades e dos centros decisores tendente à reforma possível das instituições, mas, por outro lado, imperava a consciência de que só com alterações radicais, que mudassem estruturalmente a própria sociedade, seria possível caminhar para a resolução do problema.

Entre os domínios estritamente disciplinares da profissão e as aspirações, a cada momento renovadas, de uma alvorada socialista que pudesse pôr termo às caducas estruturas do poder, Teotónio Pereira vai, assim, continuando a trilhar o seu percurso, ao longo do qual a Arquitectura também se abre em múltiplas valências, que vão desde a reforma possível na transformação do real até ao contributo, redentor e estruturante, para a construção de um futuro socialmente mais evoluído.

Reagir a esta situação habitacional do país, de tão graves e ameaçadoras conseqüências sociais, não era, porém, uma atitude exclusiva do âmbito para-governamental, nem se esgotava em iniciativas como o Colóquio sobre o Problema da Habitação. Embora ainda fosse patente, no seio das correntes dominantes da oposição, a convicção de que a maior parte das anomalias, de ordem económico-social, só seriam alteradas com a queda do Regime, trabalhava-se activamente na discussão de alternativas possíveis e reformadoras⁹⁰.

II Congresso Republicano de Aveiro 1969

O II Congresso Republicano de Aveiro, realizado em Maio de 1969, portanto, no plano temporal, ligeiramente anterior ao Colóquio sobre a Política da Habitação, já tinha incluído, no

⁸⁴ *Ib.*, p.101.

⁸⁵ *Ib.*, p.100.

⁸⁶ *Ib.*, p.100.

⁸⁷ *Ib.*, p.103.

⁸⁸ *Ib.*, p.103.

⁸⁹ *Ib.*, p.104.

⁹⁰ Cf. Fernando Rosas, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, *Sétimo Volume. O Estado Novo (1926-1974)*, s.l., Círculo de Leitores, 1994, pp. 550-551: “A fúria com que das bandas do Partido Comunista Português se recebe a afirmação de autonomia política e táctica da Acção Socialista Portuguesa relativamente ao frentismo antifascista nada tinha a ver com o facto de os comunistas não acreditarem na ‘primavera marcelista’. Pelo contrário, porque acreditavam, porque se preparavam para jogar tudo, novamente, na transição pacífica e legal, é que temiam ficar ‘fora da carroça’ do seu processo de negociação com a oposição. [...] No processo de preparação das eleições de 1969, a unidade ainda mantida [...] no II Congresso Republicano de Aveiro, ou na ‘plataforma de São Pedro de Muel’ em torno de princípios programáticos basicamente consensuais [...], vai esbarrear-se na fase de constituição das listas [...]. Uma ainda difusa corrente radical, de base estudantil [...], mas a iniciar os primeiros contactos [...] com a juventude operária, declara-se, já então, contra a participação eleitoral.”

contexto do debate político mais amplo que o distinguiu, algumas teses sobre o problema habitacional. Destacam-se, pela especificidade, as comunicações de Virgínia de Moura e de Lobão Vital, intitulada “As casas dos trabalhadores nos centros urbanos”, e a de Eduardo Ribeiro, sob o tema “Habitação – problema social”.

Ambas se referiram, usando fontes de natureza estatística e com igual agudeza crítica, ao estado deplorável a que chegou a situação da habitação.

Na primeira, os autores, depois de um preâmbulo de índole mais teórica, no qual citam Chombart de Lauwe, François Alquier, Claude Chnaidt e Michel Ragon, passam à análise da situação no país para alcançar a dramática constatação das miseráveis condições do alojamento, algumas já conhecidas, outras inéditas. Particularmente interessante é o resultado de um inquérito à população residente num bairro do centro urbano do Porto, o Barredo. A densidade populacional é sintomática, mil habitantes por hectare, só superada por uma outra zona da cidade, a Rua da Banharia, com mil e novecentos habitantes por hectare⁹¹. Também são criticadas as habitações dos bairros camarários periféricos, construídas para realojar os habitantes das “ilhas” do centro, ao abrigo do Plano de Melhoramentos, que havia sido instituído pelo Decreto Lei n.º 40 616 de 28 de Maio de 1956, que patenteava agora os seus primeiros resultados práticos. O texto, que insiste na toada de que qualquer tipo de resolução dos problemas habitacionais tem forçosamente de passar pela qualificação técnica dos projectos e das implantações, é também bastante claro no que diz respeito à necessidade de programar “a solução do Problema habitacional dos trabalhadores portugueses que vivem nos centros urbanos” de acordo com os seus próprios interesses, ou seja, qualquer possibilidade de solução teria de passar por ouvir primeiro as populações carenciadas “através de amplos debates públicos”, uma vez que “só através da intervenção do Povo nos problemas fundamentais da Nação, poderão ser programados os princípios básicos de uma solução eficaz, que corresponda às necessidades do País”⁹². A modernização da indústria da construção civil, cuja obsolescência e atraso é constatada, é outro dos pontos fortes da comunicação, ou não fora um dos seus autores, o arquitecto Lobão Vital, o responsável por uma das mais contundentes teses que, vinte e um anos antes, tinha ilustrado um outro congresso, o 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, durante o qual esta aspiração já tinha sido intensivamente reiterada⁹³. Apesar de incluir um conjunto de medidas passíveis de introduzir melhorias parcelares no problema mais genérico, a comunicação deixa bem claro que uma das suas conclusões, porventura a mais importante, é a de que a eficácia das soluções está totalmente dependente da “transformação das estruturas sociais existentes”⁹⁴. A ambiguidade encontra-se, então, na amplitude dessa transformação, deixando, num extremo, o sucumbir do regime como condição, e, no outro extremo, a porta aberta à esperança que a “Primavera marcelista” possa vir a dar mais proveitosos frutos.

Quanto à segunda das teses presentes neste II Congresso Republicano de Aveiro, dedicada ao tema da habitação, o recurso a uma toada mais operativa, o aceno a propostas que possam vir a ser precursoras de uma lei-programa e a crítica meramente conjuntural às políticas até aí seguidas, dão-lhe um cunho mais técnico, mais enquadrado pelo contexto real do país e, nesse sentido, também mais reformista. Começa por definir a família como unidade de consumo e a habitação como um bem, o qual contudo, pelo seu “*carácter social*”, não pode ser encarado “apenas como um negócio”⁹⁵. Dando-se conta da tragédia social que a dimensão do problema representa, elabora diagnósticos para soluções possíveis e condena veementemente a dispersão, a descoordenação e a quantidade de organismos estatais que, de algum modo, tutelam ou participam no planeamento, na construção e no financiamento da habitação. Define as intervenções do Estado e da iniciativa privada como complementares e a resolução da questão do solo como essencial.

⁹¹ Virgínia de Moura, Lobão Vital, “As casas dos trabalhadores nos centros urbanos”: 2.º Congresso Republicano de Aveiro. *Teses e Documentos*, Volume I, Lisboa, Seara Nova, 1969, p.225.

⁹² *Ib.*, pp. 227-228.

⁹³ Cf. José António Oliveira Bandeirinha, *Quinas Vivas. Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40*, Porto, FAUP Publicações, 1996, pp. 129-132.

⁹⁴ Virgínia de Moura, Lobão Vital, *id.*, p. 228.

⁹⁵ Eduardo Ribeiro, “Habitação – problema social”: 2.º Congresso Republicano de Aveiro. *Teses e Documentos*, Volume I, Lisboa, Seara Nova, 1969, p.320.

Detalhadamente, preconiza a qualificação do corpo técnico e da mão de obra, bem como a modernização e a racionalização do sector da construção civil, como condições básicas para a desejada evolução. Especifica princípios de racionalização e standardização de projectos, de submissão a regras urbanísticas, de optimização de condições financeiras, de reforma legislativa, de políticas de solos e de arrendamentos, sempre balizados pelo contraponto da ineficácia governativa que tem tutelado a questão, mas também sempre “dentro do quadro das instituições técnicas vigentes e de realização perfeitamente possível, dos pontos de vista técnico e económico”⁹⁶.

Mas, se no tom geral deste II Congresso Republicano de Aveiro se foi notando o ambiente “de uma certa euforia da abertura marcelista – que pretendia demonstrar que alguma coisa havia mudado”⁹⁷, começou também a recrudescer, no seio da esquerda, a afirmação contestatária mais radical, que não se poupou nas críticas e na afirmação das divergências. Em particular, e pelo que diz respeito à questão do alojamento, essas posições críticas fundavam-se na clássica asserção de Engels, segundo a qual as condições da habitação só são referidas porque a sua gravidade já ultrapassou as fronteiras da classe operária, seja por já afectar directamente a pequena burguesia, seja pela proximidade promíscua e “moralmente” inaceitável com a cidade burguesa. Demarcar-se-iam também, frontalmente, sob o ponto de vista estratégico: o modo como a habitação entra nos circuitos do lucro faz com que, na sociedade capitalista, a crise seja inerente e, por essa razão, só com a tomada do poder pela classe operária se conseguiria resolver definitivamente o problema⁹⁸.

Esta foi, apenas, uma das frentes da já irreversível fragmentação da esquerda, intensificada, no âmbito internacional, pelo avanço do cisma sino-soviético, pela contestação generalizada à Guerra do Vietname, pelos acontecimentos de Maio de 1968 e, também, pela invasão da Checoslováquia pela URSS. Essa fragmentação começava a espalhar já as suas repercussões em todas as circunstâncias onde se manifestava a actuação da intelectualidade portuguesa.

Todo este clima de possível abertura que a ascensão de Marcelo Caetano ao poder parecia querer propiciar, e que a campanha eleitoral para a Assembleia Nacional parecia ter potenciado, teve, também as suas consequências no âmbito mais restrito da intervenção disciplinar dos arquitectos. No rescaldo das eleições, logo no princípio de Dezembro de 1969, realizou-se em Lisboa, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, o Encontro Nacional de Arquitectos – ENA Convocado por um grupo de profissionais desvinculados institucionalmente da direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, o ENA tinha como propósitos iniciais aproveitar o ambiente geral de “debate de alguns dos grandes problemas nacionais muito para além dos círculos limitados em que tais problemas ficam geralmente circunscritos”, transpô-lo para a “análise e debate das estruturas sócio-económicas-políticas que condicionam a actividade profissional”, a fim de promover “uma tomada de consciência do papel do arquitecto na sociedade portuguesa actual” e de “estudar as formas de intervenção no processo de esclarecimento e discussão pública”⁹⁹ que tinha sido despoletado. Pretendia-se que esta discussão fosse o mais possível alargada a todos os arquitectos, sugerindo-se inclusivamente a formação, totalmente livre, de grupos de discussão prévia, associados por afinidades ideológicas, por identidade relacional dos temas a abordar, ou pura e simplesmente pela proximidade dos respectivos postos de trabalho¹⁰⁰.

A direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, argumentando com o espartilho corporativo que lhe era imposto, desvinculou-se da participação e da organização do ENA, deixando, no entanto, todas as portas abertas para a colaboração logística que estivesse ao seu alcance e fez questão de que todo o material informativo e todas as iniciativas no âmbito do encontro tivessem o timbre do Sindicato¹⁰¹.

⁹⁶ *Ib.*, p. 344.

⁹⁷ César Oliveira, “Congressos da Oposição Democrática/Congressos Republicanos”: Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, (direcção de), *Dicionário de História do Estado Novo*, V. I, s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 186

⁹⁸ Cf. *Crítica au [sic] Congresso de Aveiro*, Champigny, Supplément au *Métallo Rouge*, 1969.

⁹⁹ Carta circular da Comissão Preparatória do Encontro, Lisboa, 6 de Novembro de 1969 (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

¹⁰⁰ *Ib.*

¹⁰¹ Carta circular do grupo de Trabalho Um, Fernando Torres, José Pacheco, Manuel Amado, V. Leal da Costa, Lisboa 19 de Novembro de 1969, e Carta circular número 22/36 da Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 20 de Novembro de 1969 (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

Recorrendo, então, ao espírito de iniciativa de alguns arquitectos mais voluntariosos, agregados em diversos grupos de trabalho, o ENA foi sendo preparado em torno das diversas propostas a apresentar, as quais se iam subordinando a temas como: “O SNA ou uma Associação Livre de Arquitectos”, por proposta de um grupo formado pelos arquitectos Artur Pires Martins, Carlos Roxo, Leopoldo de Almeida e Manuel Moreira; “A repercussão na actividade do arquitecto das actuais estruturas da sociedade portuguesa e a sua intervenção nessas estruturas”, proposto pelo arquitecto Luís Vassalo Rosa; “Política de solos e actividades do arquitecto”, por proposta de um grupo formado pelo arquitecto Francisco Silva Dias e pelo estagiário Júlio Saint Maurice; “Participação Popular e Trabalho do Arquitecto no Desenvolvimento Urbano”, por proposta de um grupo cuja composição inicial incluía os arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Pedro Vieira de Almeida, o estagiário Miguel Osório de Aragão, o estudante de arquitectura Arnaldo Grilo, o bancário Manuel Felizardo e a assistente social Maria Augusta Negreiros; ou, ainda, “O Arquitecto e a Burocracia”, por proposta de um grupo de arquitectos de Coimbra composto por Alves Martins, António Portugal, Carlos de Almeida, Plácido Santos, Rogério Alvarez e Vasco Cunha. Havia ainda grupos de trabalho que se propunham apresentar os seus temas sob uma forma menos convencional, mais performativa, como era o caso do grupo “Comunicação como Contestação”, formado por Alberto Oliveira e Manuel Vicente¹⁰².

Da análise dos diversos temas propostos à discussão, ressalta, por um lado, a tentativa de enquadrar a actividade arquitectónica numa perspectiva crítica da estrutura social vigente, daí a vontade de ampliar o conhecimento das condições de exercício da profissão, daí também os insistentes apelos à “denúncia” de situações anómalas. Por outro lado, a esperança na possibilidade de associação numa frente de grandes objectivos comuns, que possibilitasse a oposição aos grandes entraves de ordem socio-política e económica, impeditivos de uma relação saudável entre o exercício da Arquitectura e a sociedade que a irá acolher. Por outro lado ainda, a apresentação dos grandes temas candentes do debate internacional, de entre os quais se destacam a racionalização e a sociabilização do uso do solo e a participação directa das populações nos processos de planeamento.

Nuno Portas, por se encontrar ausente, não participou directamente no ENA. Enviou, porém, uma mensagem de contundente significado crítico, não tanto ao contexto social que envolve o exercício da profissão, mas essencialmente ao imobilismo que impede a Arquitectura de se afirmar na sociedade. Criticou “o facto de se usar com frequência o alibi simpaticamente radical de que ‘primeiro há que mudar as estruturas’ para nem fazer nada ou pouco, no plano da eficácia, por mudar as estruturas, nem buscar no atelier ou na repartição quais as melhores soluções e os processos mais eficazes de as impor, senão à realização, pelo menos à demonstração da viabilidade”¹⁰³.

Revelou, também, nesse mesmo texto, a sua visão do quadro social da profissão do arquitecto, submetido a um difícil equilíbrio entre a “ausência de relações orgânicas com a base social” e a marginalidade do trabalho para as administrações, que faz com que o seu trabalho nem sequer chegue a propor, “na maior parte dos casos, níveis superiores de racionalidade”¹⁰⁴.

A incidência crítica desta mensagem pode ser sintetizada no passo seguinte, cujo significado é, além do mais, revelador de algumas das premissas da cruzada epistemológica que Nuno Portas vinha, por essa época, empreendendo:

“[...] O campo decisivo onde se decide o destino social da arquitectura é o da definição de prioridades socio-económicas e logo a seguir o das decisões sobre os programas. É aqui que terá de começar o nosso plano de abordagem; ora, mesmo que a definição de prioridades entre os diversos sectores exceda muito a nossa competência disciplinar (não a de cidadãos, naturalmente), a verdade é que a partir do momento em que se põe o problema da concretização dos problemas – estratégia das operações, aglutinação das actividades no espaço, etc. – o arquitecto competente pode dar contribuições decisivas a melhores rendimentos sociais e culturais dos investimentos.

¹⁰² Programa e textos-base, Encontro – uma etapa de um percurso – momento de reflexão e crítica. Tomada de Consciência numa Óptica Colectiva (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

¹⁰³ Arquitectura e Sociedade Portuguesa, mensagem de Nuno Portas ao Encontro Nacional de Arquitectos, Dez 69 (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

¹⁰⁴ *Ib.*

Exemplos: a alternativa de operações de habitat evolutivo aos bairros acabados convencionais é uma típica proposta cuja viabilidade compete ao arquitecto demonstrar, tomando sobre si os riscos da proposta; mostrar um conceito de centro direcional pode conduzir à unificação dos transportes regionais e nós privilegiados e indicar pontos prioritários para a instalação de edifícios até agora dispersos, pondo-os mais à mão da população do subúrbio com o mesmo ou menor investimento; e mais profundamente saber que ideia temos do território urbanizado e quais os processos ou táticas para chegar a soluções melhores que as que conhecemos, é uma responsabilidade indeclinável que nos encontra demasiado desprevenidos. Adivinho as objecções a este desafio que me ponho a mim próprio: são problemas complexos, precisamos de equipas interdisciplinares e de proceder a extensos inquéritos antes de tomar decisões. Não nos iludamos no entanto: o Le Corbusier não teve oportunidade de proceder a amplos inquéritos por extensas equipas antes de arriscar os modelos de que nos servimos ainda; o que hoje temos sobre a ideia de cidade foi reunido por dez homens em 2 ou 3 congressos (esse Team X), que sacaram da sua experiência profissional quotidiana e alienada, mas também de uma imaginação desinibida, alguns conceitos que estamos longe de ter esgotado ou provado a inoperância. (E pelos inquéritos não chegariam lá) Ou melhor, depois dessas ideias os inquéritos são mais possíveis, o campo é menos indeterminado. Os limites do desenho são obviamente enormes, mas sem alguns conceitos essenciais da estrutura das coisas, que exigem estudo, pesquisa e desenho, não é possível dialogarmos com as equipas que planeiam e programam – se não continuarmos assim não nos resta então mais do que esperar que decidam e chegue a chance de fazer um projecto, desintegrado. A tendência actual na formação de equipas é de juntar quem tem certas ideias e não certos canudos.”¹⁰⁵

Nuno Portas propôs ao ENA uma investida metodológica que se sobreponha destemidamente à estéril continuação da discussão teórica em torno dos impasses sociais da profissão. Sem as sínteses desenhadas, amadurecidas pelo método de projecto e motivadas pela influência do “imaginário”, não era mais possível a eficácia do debate. Tratava-se, quase, de uma invectiva directa – não discutam só, façam, proponham! Mas atenção aos limites do desenho, que teriam de ser rigorosamente balizados “segundo conceitos essenciais da estrutura das coisas”, e moderados pela intervenção apriorística segundo o “destino social da arquitectura”, ou seja a “definição das prioridades socio-económicas” e a intervenção crítica na decisão programática.

Os exemplos de que faz uso são, também, bastante elucidativos de como seria possível romper com as inércias sociais e metodológicas de que enfermava a Arquitectura. Um deles, a pesquisa projectual em torno do habitat evolutivo, foi usado como meio duplamente eficaz de ultrapassar a concepção demasiado estática da obra acabada e intocável. Duplamente, uma vez que os efeitos se desdobrariam entre o nível social de recepção da Arquitectura, com a consequente motivação dos seus destinatários, e o nível da evolução metodológica e da inovação conceptual, construídas em torno da adequação dos programas às novas realidades. O outro exemplo, o da utilização metodológica das periferias como campo privilegiado para criar novas centralidades, tentava demonstrar que o subúrbio contém em si potencialidades inauditas de trabalho e de pesquisa, desde que os arquitectos se recusem a encerrar-se nas redomas da escala do edifício e do mito da obra prima.

Para o cumprimento prático destas propostas, Portas avança com duas vias possíveis, a primeira é a da ampliação do debate em torno da arquitectura “que se faz ou se devia fazer”. Para esse efeito seria, por um lado, necessário accionar os mecanismos de divulgação nos meios de comunicação social disponíveis, a televisão ou as publicações especializadas como a revista *Arquitectura*, cuja prestação considera “asséptica e consumística”, pugnando pela sua transformação “num órgão de combate onde não haja medo de falar das coisas com os seus nomes, de arriscar propostas, etc.” Por outro lado, e dentro do exercício liberal da profissão, dedicar parte do tempo dos ateliers “à discussão e difusão de ideias alternativas muitas vezes nadas-mortas na prancheta ou na gaveta do cliente”, como, de resto, o fizeram os CIAM, o Team X, e tantos outros. Esta seria a condição essencial para empurrar “a arquitectura, que parecia perdida, para novos horizontes de intervenção”¹⁰⁶.

¹⁰⁵ *Ib.*

¹⁰⁶ *Ib.*

A “segunda via”, complementar da primeira, seria a da ocupação, progressiva e sistemática, dos lugares nos principais centros de decisão, sobretudo os do Estado, por quadros competentes, interessados em integrar estratégias e em concertar táticas de actuação. Nuno Portas acreditava que era o momento ideal para que técnicos esclarecidos tomassem as rédeas das velhas e caducas administrações, e esperava confiantemente que essa substituição viesse a dar frutos: “é um momento de remodelação, não interessa se boa ou má agora, de serviços no nosso campo de intervenção. E essa mexida irá prosseguir”. Era patente a esperança na evolução tecnocrática do aparelho de Estado, não tanto sob o ponto de vista da tomada progressiva do poder, mas mais sob o da possibilidade única e privilegiada, mesmo no campo das experiências interdisciplinares, de propor e de testar alternativas que doutro modo se perderão para sempre. Portas considera a ocupação de lugares nos quadros institucionais como uma “responsabilidade indeclinável”, chegando a classificar a possível recusa como deserção e suicídio. Tratava-se, obviamente, de um expressivo apelo aos profissionais presentes no encontro, vindo da parte de alguém que, de há algum tempo, vinha já assumindo essa responsabilidade e sentia como prementes todos os riscos que o eventual isolamento podia provocar.

Mas o ENA propriamente dito, que decorreu entre 6 e 8 de Dezembro desse ano de 1969, não surtiu o efeito inicialmente ambicionado por muitos dos seus promotores. Já era demasiado tarde para consensos, a unidade não foi possível. Embora alguns dos grupos de trabalho tenham prosseguido o debate nas semanas que se seguiram, dando sequência à insistente recomendação de que o “estado de encontro” deveria passar a ser permanente e produzindo até alguns documentos interessantes, sabe-se que o Encontro “aplaudiu, no final, a ausência de conclusões”¹⁰⁷. Logo no primeiro plenário surge um documento, subscrito por 45 participantes, que se desvincula de qualquer possibilidade de intervenção no seio do Sindicato, dentro duma perspectiva unitária. A razão era simples, consideravam que, numa classe profissional onde os interesses e as motivações dos estudantes e dos trabalhadores assalariados se revelavam, nalguns casos, antagónicos dos dos grandes ateliers, qualquer tentativa de os englobar podia dar azo a interpretações “oportunistas, mistificadoras e demagógicas”¹⁰⁸. “Não se podem associar numa ‘classe’ patrões e escravos”, afirmava-se então em Manifesto, acrescentando que “trabalhar para eles é ser o seu ar condicionado”¹⁰⁹. Havia, portanto, razões que tinham a ver com as diferenças de enquadramento socio-profissional dentro da classe dos arquitectos, diferenças essas que nunca poderiam permitir a perspectivação consensual, ou unitária, dos problemas da Arquitectura. Mas havia também diferenças de âmbito mais geracional, que se prendiam com as clivagens patentes no quadro genérico da actividade política portuguesa. Para as gerações mais jovens já não faria muito sentido a manutenção incondicional da unidade alargada que, nas alturas mais críticas da ditadura, se foi construindo sob o grande toldo antifascista. Na perspectiva mais anticapitalista, começavam agora a insurgir-se contra o “sistema”, nele englobando também as oposições formais ao governo e ao regime.

Numa performance inserida nos trabalhos do ENA, encenou-se uma violenta reacção contra alguns objectos-fetichê da actividade profissional do arquitecto. Talvez todos tivessem percebido que se tratava de uma encenação, talvez o som de fundo não fosse o da *Internacional*, mas o certo é que houve pranchetas e estiradores destruídos, tal como os automóveis e as calçadas no Quartier Latin, cerca de vinte meses antes¹¹⁰.

¹⁰⁷ Cf. Alexandre Alves Costa, *Dissertação Expressamente Elaborada para o Concurso de Habilitação para Obtenção do Título de Professor Agregado e Constituinte Trabalho Original sobre Assunto Respeitante às Cadeiras do 1.º Grupo do Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto por Alexandre Vieira Pinto Alves Costa em Dezembro de 1979 a que também se poderia chamar Desastres de Sofia ou Memórias de um Burro*, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da E. S. B. A. P., 1982, p. 81; e, também, Raul Hestnes Ferreira, depoimento incluído em “Encontro Nacional de Arquitectos Dezembro 1969”: *Arquitectura*, 110, Julho-Agosto 1969, p. 203.

¹⁰⁸ *O Encontro Nacional de Arquitectos Dezembro de 1969*, folheto de divulgação impresso (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

¹⁰⁹ Manifesto apresentado ao Encontro Nacional de Arquitectos, assinado por Miguel, Lisboa, 8 de Dezembro de 1969 (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

¹¹⁰ Cf. Alexandre Alves Costa, *Op. Cit.*, p. 81.

No rescaldo do encontro, e chegados a este ponto de impasse na procura de uma unidade para a saída da crise disciplinar, importa registar dois tipos de reacções. A dos arquitectos do Porto, cuja intervenção foi “lacónica, tímida, excepção feita para a participação dos estudantes, envolvidos mais que os profissionais presentes num processo concreto de recuperação da autonomia disciplinar e de compreensão do seu âmbito”¹¹¹. Era natural. Por um lado, as clivagens entre o pequeno atelier e a estrutura empresarial de resposta à avalanche tecnocrática eram, no Porto, ainda embrionárias e, por isso, muito claras e demarcadas¹¹². Só a Escola de Belas-Artes catalizava as atenções e congregava a discussão possível, quase uma tertúlia, sem nenhuma concessão diletante, mas onde as ansiedades mais avançadas do discurso arquitectónico procuravam, e obtinham, abrigo institucional. Era quase inconcebível a comparação entre o atelier – tempero da resistência que se caldeava no debate político e disciplinar mais vasto da Escola – e uma qualquer sociedade anónima e anódina, que procurasse no primarismo da resposta aos programas da inconsistente iniciativa capitalista, a vaga razão da sua existência¹¹³. Por outro lado, essa mesma Escola, ainda lugar de todos os compromissos e rupturas, estava prestes a entrar num período de refundação pedagógica, que culminava o processo de luta contra a Reforma de 57, e que iria dar peso definitivo a uma ideia radicalmente estruturada em torno do reforço científico e pedagógico da centralidade disciplinar da Arquitectura. Por todas essas razões, se, para os arquitectos do Porto presentes no ENA, alguma coisa fez sentido, não foi certamente a mensagem de Nuno Portas, que preconizava as vias possíveis para a abertura da Arquitectura a outros campos experimentais, todas fora do seio da *sua* Escola, todas em coligação com frentes de trabalho e com compromissos sociais e institucionais que lhes eram alheios.

A segunda reacção que importa registar é a de alguns arquitectos mais velhos, sobretudo a daqueles que mantinham bem viva a memória de outras frentes reivindicativas e que nunca tinham pactuado com o anunciado advento da tecnocracia. Em 1948, no 1.º Congresso Nacional de Arquitectura, as divergências presentes estiveram longe de ser meramente dicotómicas. Dentro do grupo de comunicações que se ergueram contra o *status*, havia princípios discordantes, interpretações de tendência, de grupo de opinião, individuais até. As soluções e as medidas a tomar também não se podem considerar inteiramente consensuais: do radicalismo ao compromisso, passando pela alternativa informada e inovadora, muitas e diversas foram as posições. O que havia de consensual era, isso sim, a identificação dos entraves, o reconhecimento dos impedimentos, ou, por assim dizer, a definição de um “inimigo” e de uma “batalha”, em torno da qual se congregava a frente de todas as esperanças redentoras da Arquitectura. Por isso era um pouco ingrato para esses profissionais constatar que, vinte anos depois, no ENA, essa frente se pudera pulverizar pela acção das suas próprias contradições internas.

Keil do Amaral criticou o desperdício da possibilidade de uma grande contestação ideológica, anulada que foi pela proliferação de pequenas contestações de circunstância, e gracejou ao seu estilo, afirmando que a única saída para o encontro era pela porta¹¹⁴. Mas a ideia de que o encontro não se tinha esgotado nos dias da sua realização, e deveria passar a ser permanente, vingou nalgumas células de trabalho dedicadas a temas específicos como “O Arquitecto e a Sociedade Portuguesa”, “Política de Solo”, “Sindicalismo”, “Comunicação” e “A Cidade e participação popular”¹¹⁵.

¹¹¹ *Ib.*, p. 83.

¹¹² “[...] os conceiçãosilvas do norte, não frequentam encontros. O seu compromisso vai da obra ao discurso, do fato ao corte de cabelo. A sua coerência não dá origem a nenhuma confusão. Não há diálogo no intervalo da matiné clássica porque cultivam a incultura como condição da sua liberdade e nos Gambrius seu terreno exclusivo não se discute Maio de 68.” *Ib.*, p. 83.

¹¹³ Cf. Jorge Figueira, *Escola do Porto. Um Mapa Crítico*, Coimbra, e|d|jarq, 2002, p. 57.

¹¹⁴ Cf. Alexandre Alves Costa, *Op. Cit.*, p. 83 e Sérgio Fernandez, *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988, p. 176.

¹¹⁵ Cf. Encontro Nacional de Arquitectos. Comunicado número 6, Lisboa, 12 de Dezembro de 1969, assinado por N. Teotónio Pereira, J. Pacheco e G. Câncio; Encontro Nacional de Arquitectos. Comunicado número 7, Lisboa, 30 de Dezembro de 1969, assinado por António Carvalho, Carlos Roxo e Nuno Teotónio Pereira; Encontro Nacional de Arquitectos. Comunicado número 8, Lisboa, 8 de Janeiro de 1970, assinado por L. Vassalo Rosa e Raúl Hestnes Ferreira; Encontro Nacional de Arquitectos. Comunicado número 9, Lisboa, 15 de Janeiro de 1970, assinado por Alberto Oliveira e Luis Filipe Madeira, e Encontro Nacional de Arquitectos. Comunicado número 10, Lisboa, 30/1/1970, assinado por Manuel Moreira e N. Teotónio Pereira (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

Assiste-se, no trimestre que se seguiu à realização do ENA, à tenaz intenção de prolongar as suas inconclusivas verdades até ao limite do “estado de encontro permanente”, esperando que as franjas sociológicas da disciplina florescessem e frutificassem.

Entretanto, no início da década de setenta, a actividade do atelier da Rua da Alegria, de Nuno Teotónio Pereira, desdobrava-se já em local de reunião de diversos grupos de agitação e de reflexão, que ansiavam pelo despoletar dos movimentos urbanos, à semelhança daqueles que se iam erguendo nas principais cidades da Europa e cujos ecos, muito através do Nuno Portas¹¹⁶, vinham ressoando.

O próprio Nuno Teotónio, que tinha trabalhado intensamente na organização e na preparação do ENA, prosseguiu depois o seu empenho, particularmente nas iniciativas do grupo “Participação popular e actividade do arquitecto”. Este grupo, que continuará a reunir durante os primeiros meses de 1970, começa por discutir os textos presentes ao encontro e dedicados a este tema. Elaborados por Pedro Vieira de Almeida, Romeu Pinto da Silva, Elias Cachado Rodrigues, Júlio Zamith Carrilho, Eduardo Alves Martins e pelo próprio Nuno Teotónio Pereira, esses textos, com excepção do de Vieira de Almeida que interroga o sentido da participação numa perspectiva de diferenciação micro-cultural dos vários “sub-grupos” sociais, constatam a genérica ausência de fórmulas capazes de veicular a participação dos utentes nas operações de planeamento, abrindo pistas possíveis para colmatar esta brecha. As propostas concretas de actuação partem da consciência da necessidade de alterar as “estruturas vigentes da sociedade”, mas insistem na urgência de uma prática imediata, que possa ir minando essas estruturas e aumentando as possibilidades de esclarecimento e de participação das populações. Para isso o único meio é o recurso ao trabalho militante, dividido e enquadrado por estruturas orgânicas, de bairro ou de zona, que possa identificar áreas problema e assim partir para missões de esclarecimento e de sensibilização das populações. Depois da discussão desses textos, o grupo de trabalho saído do encontro enceta algumas tentativas de trabalho local, começando a receber solicitações para trabalho em colaboração com “animadores locais”. Numa primeira fase é referenciado um contacto do Barreiro, posteriormente, são colocadas as hipóteses de Vila Franca de Xira, Olivais – Lisboa, Casal Ventoso, Moscavide e Alcântara. Havia já algumas “acções em curso”, particularmente as de Casal Ventoso e Moscavide, quanto às outras tratava-se de apelos “de iniciativa oficial ou oficiosa”, ou, pura e simplesmente, de “núcleos espontâneos da população”¹¹⁷.

Nesta fase, em meados de Fevereiro de 1970, tinham já aderido ao grupo Maria João Borges, Elias Rodrigues, Júlio Carrilho, António Marques Miguel, Hugo Hugon, Miguel Aragão, Nuno Teotónio Pereira, Pedro Vieira de Almeida, Margarida Lobo, Romeu Pinto da Silva, Arnaldo Grilo, Nuno Portas e Pedro Vilas-Boas. Viriam também a colaborar Manuel Salgado, Maria Augusta Negreiros, Joaquim de Brito Antunes e Fernando Torres. A maioria era composta por arquitectos e estudantes de arquitectura, havia somente um engenheiro, um finalista de engenharia e uma assistente social¹¹⁸.

O grupo propunha-se desbravar uma área de incidência social ainda pouco explorada no país, quer sob o ponto de vista da perspetivação teórica do contexto real, quer sob o da conjugação de modelos de acção. As hipóteses de divulgação e de mediatização operativa do trabalho a desenvolver também eram extremamente limitadas ou, mesmo, inatingíveis. Não será de estranhar, por isso, que, no campo de aplicação prática e num âmbito mais extensivo, as propostas tenham sido, de certo modo, inconsequentes.

¹¹⁶ Cf. Entrevista feita a Nuno Teotónio Pereira, gravada a 23 de Junho de 1998. Em Itália, sobretudo com os movimentos dos *baraccati* e dos *borgatari* em Roma e os de *Rione Traiano* em Nápoles, mas também em França, na Grã Bretanha, e mesmo em Espanha, multiplicavam-se os movimentos urbanos pela reivindicação de melhores condições de vida, quer nas áreas degradadas dos centros, quer nas barracas das periferias, quer nos novos bairros sociais de realojamento (pasta Nuno Teotónio Pereira, 1970-1973).

¹¹⁷ Cf. (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969), particularmente E.N.A. Grupo “PARTICIPAÇÃO POPULAR” Reunião de 16 de Fevereiro de 1970 – Anexo 2

¹¹⁸ E.N.A. Grupo “PARTICIPAÇÃO POPULAR” Reunião de 16 de Fevereiro de 1970 – Anexo 2 (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

Sobre o ENA, Nuno Teotónio Pereira diz que “houve muita contestação, muita discussão, porque já foi em pleno período em que o Maoísmo tinha uma grande importância”. A sua posição era muito mais a de que “as mudanças graduais podiam conduzir a uma situação revolucionária”, e via com perplexidade as posições mais radicais, que afirmavam que “as reformas eram traições, eram maneiras de adiar os problemas, o que era preciso era um momento completo de Revolução para dar a volta completa à situação”. Ele achava que esses “radicalismos” eram “irrealistas, punham a ideologia acima de tudo e desprezavam o terreno das realidades concretas, as pessoas, os movimentos sociais, etc.”¹¹⁹. Como proponente desta frente de trabalho, centrada no tema “Participação popular”, seguramente que ansiava pela passagem da sistematização organizativa ao campo das acções concretas, até porque a sua actividade de arquitecto jamais se limitara à resposta acrítica e mecanicista às encomendas. No seu atelier, o debate em torno das condições do exercício da arquitectura e das potencialidades do seu alcance social, ou seja, a “primeira via” proposta por Nuno Portas na sua mensagem ao ENA, já há muito se praticava.

Ainda na sequência da mobilização dos já referidos grupos de trabalho saídos do Encontro Nacional de Arquitectos – ENA – de 1969, mais particularmente do designado grupo “Participação popular e actividade do arquitecto”, forma-se o Grupo de Intervenção no Meio Urbano – GRIMU, inicialmente chamado Grupo de Intervenção para o Desenvolvimento Urbano – GIDU, cujos objectivos, embora se dividissem por frentes variadas de actuação, estavam consignados a uma ideia de agitação e propaganda, a levar a cabo por técnicos mais empenhados na acção social junto dos subúrbios e dos bairros com problemas de condições de habitabilidade ou de carências de equipamentos. Esse trabalho sequencia não só o ENA, mas também algumas movimentações iniciadas durante a campanha eleitoral de 1969 por activistas das Comissões Democráticas Eleitorais – CDE – e algumas acções sociais isoladas que foram tendo lugar nas áreas suburbanas mais degradadas. O GRIMU era composto por cerca de trinta pessoas, em grande maioria – cerca de vinte e quatro – arquitectos, arquitectos estagiários e estudantes de arquitectura, as restantes eram engenheiros e assistentes sociais¹²⁰. Privilegiando a área suburbana de Lisboa, e, dentro desta, a margem sul do Tejo, por serem aí mais evidentes os efeitos da especulação em estado “selvagem”, os propósitos do grupo estavam inicialmente muito voltados para a descoberta de focos de descontentamento social que pudessem gerar formas de apoio técnico alternativo aos existentes. Desse modo, dois objectivos se perfilavam: acções de agitação e propaganda junto das populações afectadas, com denúncia e esclarecimento das causas dos seus problemas habitacionais e urbanos, por um lado; e a elaboração de “contra-propostas tecnicamente fundamentadas” que, em oposição às tendências vigentes, planeadas ou não, corporizassem as aspirações locais, por outro lado¹²¹. Estas propostas, “necessariamente inter-disciplinares”¹²², erigir-se-iam em soluções alternativas, a erguer como bandeira para as acções reivindicativas dos moradores, revelando, assim, uma incontornável analogia com os *contropiani* italianos que, contemporaneamente, faziam o seu caminho na eclósiva efervescência das lutas *di quartiere*¹²³.

Após algumas tentativas para estabelecer os primeiros contactos com a população dos arredores de Lisboa, nomeadamente com reuniões em Alcântara, Barreiro, Cova da Piedade e Vila Franca de Xira, o GRIMU editou um *texto-base*, no qual foram enunciados alguns princípios condutores da actividade do grupo. Esse texto, datado de 23 de Março de 1970, colige, revê e aumenta toda uma série de documentos que foram sendo produzidos no âmbito das acções do GIDU, do grupo “Participação popular e actividade do arquitecto”, saído do ENA, e, posteriormente, do GRIMU. A impossibilidade da participação das populações na rede decisória das operações de planeamento urbano, o seu alheamento perante a estrutura macro-económica que determina o crescimento da

¹¹⁹ Entrevista feita a Nuno Teotónio Pereira, gravada a 23 de Junho de 1998.

¹²⁰ Grupo de Intervenção para o Desenvolvimento Urbano. Questionário. (pasta Nuno Teotónio Pereira, 1970-1973).

¹²¹ GIDU. Grupo de Intervenção para o Desenvolvimento Urbano. Programa & Proposta, (pasta Nuno Teotónio Pereira 1970-1973); mais tarde refundido em Grupo de Intervenção no Meio Urbano – GRIMU texto base, Lisboa, 23 de Março de 1970, (pasta Nuno Teotónio Pereira 1970-1973); depois ed. em *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP Publicações, 1996, pp. 106-111.

¹²² (Ib.)

¹²³ As referências aos contraplanos são, de resto, directamente estabelecidas por Nuno Teotónio Pereira em vários manuscritos, apontamentos de registo ou de preparação de reuniões (pasta Nuno Teotónio Pereira 1970-1973).

cidade, o âmbito de actuação limitado que os arquitectos e urbanistas têm no todo processual, são algumas das constatações patentes numa primeira parte do texto. Quanto às propostas, a ideia repete-se, “preparar as populações para o exercício dos seus direitos e preparar os quadros técnicos para o serviço dessas populações”¹²⁴. Os objectivos eram sempre os mesmos, desta feita renovados pela agregação num grupo não institucional, com afinidades de ordem ideológica, que permitiam encarar com alguma esperança a possibilidade de transformação do contexto socio-profissional do exercício da Arquitectura.

Mas, para além da contundência do diagnóstico e das expectativas sempre renovadas de uma intervenção profissional mais crítica, aquilo que é historicamente marcante neste texto do GRIMU é a referência, em primeira mão, a “*equipas de apoio local*”, num trecho final que alude a uma disposição orgânica que viabilizasse as acções propostas. Tratava-se de uma disposição muito simples, composta também por um secretariado e por “*equipas de estudo*”, que coordenariam iniciativas de âmbito mais genérico, ou menos localizado¹²⁵.

Essa referência é tanto mais marcante quanto estávamos, pela primeira vez, em presença da hipótese de formação de equipas multidisciplinares de projecto, compostas por técnicos cuja opção seria trabalhar ombro a ombro com as populações, em diálogo permanente e em prol da defesa dos seus direitos. Tentava-se, assim, a abertura de frentes de trabalho que estavam para além da encomenda tradicional, as quais, pelo seu pendor socializante e pelo seu carácter experimental, certamente potenciariam também o desenvolvimento de novas metodologias e de novas fórmulas de intervenção. Esgotadas que estavam as possibilidades de evoluir metodologicamente no âmbito restrito da resposta convencional, a possibilidade de um pacto profissional alternativo era, de sobremaneira, motivador. Representava a abertura a uma nova circunstância projectual, fundamentada agora por empatias ideológicas e por necessidades reais, e não mais pelo envolvimento acríptico e quase mecânico do mercado de trabalho habitual, destinado a cevar os inconstantes apetites políticos ou económicos do cliente, público ou privado.

Noutra perspectiva, sobressai a mesma ideia de promover a erupção espontânea das reformas que as instituições teimosamente recusavam, através da disseminação dos “técnicos”, pelo menos daqueles mais conscientes sob o ponto de vista social, num espaço alargado de postos de trabalho e de áreas de influência metodológica. Revelava-se, assim, uma outra asserção possível do sentido da mensagem de Nuno Portas ao ENA, mais especificamente da parte que dizia respeito à chamada “segunda via” para a ampliação das perspectivas de evolução disciplinar¹²⁶. Em lugar de ocupar, sistemática e progressivamente, os lugares dos principais centros administrativos e de decisão, estes profissionais iriam ocupar territorialmente as áreas mais carenciadas, cobrindo as lacunas do planeamento institucional e denunciando tenazmente as enormes contradições de todo o sistema.

Porém, e apesar de todos estes propósitos, as repercussões da actividade do GRIMU, quer no território, quer no terreno concreto da prática social, não foram muito consequentes¹²⁷.

Paralelamente, e ainda no atelier de Nuno Teotónio Pereira, insistia-se na procura de uma base experimental que permitisse pôr em prática os pressupostos teóricos adquiridos ao longo destes anos de debate e de sistematização de ideias. Essa oportunidade aparece em finais de Abril de 1970, e nasce de uma proposta feita ao Gabinete Técnico de Habitação – GTH – da Câmara Municipal de Lisboa. Nessa proposta, elaborada por Nuno Portas e por Margarida Sousa Lobo, são evocadas as conclusões do Colóquio sobre Política da Habitação para se dar sequência a uma “experiência-piloto de ‘reabilitação urbanística e saneamento das condições habitacionais’ em

Quinta do Pombal

¹²⁴ Grupo de Intervenção no Meio Urbano – GRIMU texto base, Lisboa, 23 de Março de 1970, (pasta Nuno Teotónio Pereira 1970-1973); depois ed. em *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP Publicações, 1996, p. 110.

¹²⁵ *Ib.*, p.111.

¹²⁶ *Arquitectura e Sociedade Portuguesa*, mensagem de Nuno Portas ao Encontro Nacional de Arquitectos, Dez 69 (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

¹²⁷ Regista-se a preocupação com a situação da península de Setúbal, por serem aí particularmente nefastos os ferozes efeitos da especulação, quer a legal, quer a marginal. Para isso, e ainda dentro do contexto do ENA, realizou-se, a 8 de Junho de 1970, um debate na Sociedade Nacional de Belas-Artes sobre o Plano Director do Parque Nacional da Península de Setúbal, elaborado pelo Arquitecto José Rafael Botelho, que originou várias acções de apoio ao estabelecimento de áreas de reserva natural e ao cumprimento desse mesmo plano (pasta Nuno Teotónio Pereira 1970-1973).

Do projecto da Quinta do Pombal, nenhum edifício se chegou a construir, ficou, tão só, uma proposta de regulamentação processual e de uso para toda a operação. Essa proposta definia, de um modo exaustivo e rigoroso, as condições do acompanhamento técnico de construção, bem assim como as de utilização futura das casas, recorrendo ao “direito de superfície” previsto no Decreto-Lei nº. 2030 de 22 de Abril de 1948. Estava articulada com uma outra proposta de lei que chegou a circular pelos gabinetes do Ministério das Obras Públicas, já depois da criação do FFH, como documento reservado, a qual enquadrava juridicamente todas as possibilidades de promoção habitacional por iniciativa construtiva dos próprios beneficiários, e segundo a qual o Estado, através dos seus organismos competentes, deveria contribuir, não só com o apoio financeiro, o projecto e o acompanhamento técnico, mas também se preconizava que, “o organismo nacional a que está cometida a política habitacional deverá definir os critérios urbanísticos e técnicos adequados para apoio dos municípios e ensaiar a produção de elementos, directamente ou sob a avença a particulares, de mais exigente qualidade técnica – como sejam as unidades sanitárias e as caixilharias exteriores”¹³¹. Tão detalhada era, e também tão avançada, que chegou a ser repescada e revista, já depois do 25 de Abril, para enquadrar juridicamente o SAAL. Nessa proposta de lei, exaustiva e criteriosa nos seus trinta e dois artigos, afirma-se, a certo ponto, que o “Fundo de Fomento da Habitação publicará o ‘Regulamento Técnico da Habitação Evolutiva’, no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente diploma”¹³². Estava-se a um passo de atingir os objectivos determinados.

Entretanto, a convicção cooperativista de Nuno Teotónio Pereira, que tinha sido alimentada com a sua participação, activa e dirigente, na cooperativa cultural Pragma, prosseguira mesmo depois do encerramento desta em 1967. Desde meados dos anos sessenta que as cooperativas culturais constituíam “um recurso hábil por parte de algumas correntes políticas oposicionistas para contornarem as dificuldades jurídicas que o regime levantava ao livre exercício do direito de associação”¹³³. Contudo, a Cooperativa Pragma foi fechada por decisão do Ministro do Interior, na sequência da sua actividade de intervenção cívica e associativa¹³⁴, e os seus dirigentes foram detidos pela polícia política. Uma outra cooperativa cultural, sediada no Porto, a Confronto, que entretanto tinha conseguido manter a actividade, promove um colóquio subordinado ao tema “Reivindicação Urbana e Contexto Socio-político”. Para esse efeito decide convidar um grupo de Lisboa composto por Nuno Teotónio Pereira, Margarida Sousa Lobo e Pedro Vilas-Boas, aos quais se juntam depois Alberto Oliveira, Cristina Leiria, Francisco Silva Alves e João Paciência. As intenções da direcção da Confronto para o colóquio, que teve lugar na sede da cooperativa a 20 de Março de 1971, são as de remeter o discurso para o âmbito das potencialidades da luta política saída dos movimentos de reivindicação urbana, para o que se propõem promover uma troca de experiências concretas, as quais, no caso do Porto, serão apresentadas pelos grupos que já estavam a trabalhar no terreno. Desde a Obra Diocesana¹³⁵, que desdobrava actividades pela zona da Ribeira, pelos Bairros Camarários e pelos subúrbios, até ao Centro de Cultura Operária, passando pelas assistentes sociais, pelos sacerdotes progressistas, pelos arquitectos e pelos sociólogos, já começava a existir um corpo de experiências isoladas que era necessário confrontar em conjunto. Do grupo de Lisboa, juntamente com a frágil experiência de campo e de acompanhamento de algumas acções, viria a matéria mais específica do colóquio: informação sobre lutas urbanas à luz do contexto internacional e, sobretudo, as perspectivas de saída política para os movimentos de reivindicação urbana. E foi precisamente com esse intuito que foi distribuído, pela direcção da cooperativa, um conjunto de documentos informativos que divulgavam acções

Cooperativa Pragma

Cooperativa Confronto

¹³¹ Texto Provisório. Reservado. as Obras Públicas. Fundo de Fomento da Habitação (pasta Nuno Teotónio Pereira 1970-1973).

¹³² *Ib.*, Artº. 16.º, nº. 3.

¹³³ António Reis, “Cooperativas Culturais”: Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, (direcção de), *Dicionário de História do Estado Novo*, V. II, s.l., Círculo de Leitores, 1996, pp. 211-212.

¹³⁴ Em particular devido à organização de “uma exposição itinerante sobre o Plano Intercalar de Fomento que percorreu diversas colectividades do país e acabou por ser apreendida pela PIDE no Porto”. *Cf. Ib.* p. 212.

¹³⁵ Criada por D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, antes do seu “exílio” em 1959, a Obra Diocesana de Promoção Social dos Bairros da Cidade do Porto permaneceu durante a administração apostólica que o substituiu e desempenhou um papel de extrema importância, quer no apoio social aos habitantes dos bairros pobres, quer na denúncia da miséria em que vivia uma parte substancial da população da cidade.

várias na Europa e mesmo em Portugal, em especial os produzidos pelo grupo italiano de *Il Manifesto*, bem assim como o próprio texto que Teotónio Pereira apresentara ao ENA sobre “Participação Popular e Trabalho do Arquitecto”¹³⁶.

No texto que preparou para a sua intervenção no colóquio promovido pela Cooperativa Confronto, Nuno Teotónio Pereira começa por dizer que as qualidades das lutas urbanas, muito localizadas nos objectivos e no espaço, residem precisamente na possibilidade de “fazer uma ponte para uma dimensão mais ampla”¹³⁷, ou seja, afirma que este tipo de acção reivindicativa, embora tenha a vantagem de clarificar ao extremo as finalidades a alcançar, não se esgota quando o acesso a esses objectivos é facultado, total ou parcialmente, pelos poderes mais reformistas. É, de resto, essa particularidade de lidar com objectivos imediatos, facilmente compreensíveis e, por essa razão, mais motivadores, que faz com estas novas lutas urbanas se distingam dos movimentos políticos mais clássicos, fundamentados por destinos demasiado abstractos, na opinião do autor, para poderem originar uma mobilização de massas tão ampla e abrangente. Exemplifica, depois, com algumas práticas mais consequentes, desde a luta pela igualdade de direitos cívicos nos Estados Unidos, às movimentações da América Latina, passando pelas reivindicações de melhores transportes públicos na região de Paris e por algumas práticas sociais em Espanha, para culminar com o inevitável caso de *Rione Traiano*, em Nápoles, onde a luta levou a resultados nunca previstos. A conclusão que, entretanto, vai tirando desta primeira parte do discurso é, então, a de que todas estas movimentações sociais, geradas, em primeira análise, em torno de objectivos de luta muito específicos, “apresentam enormes possibilidades de se traduzir rapidamente em termos de contestação global do sistema”¹³⁸, e que não tinham grande razão de ser as acusações ou as suspeitas de ligação a concessões reformistas.

Depois de se deter com alguns indícios da potencial eclosão de movimentos deste tipo em Portugal, Teotónio Pereira afirma que as razões do seu aparecimento são “diametralmente opostas” às dos outros países do ocidente europeu, ou seja, a fragilização da luta política, que em França ou em Itália, por exemplo, estava relacionada com um certo esgotamento do discurso e do seu conteúdo, por cá devia-se exclusivamente à repressão. Apesar disso, refere potenciais focos de descontentamento, que já estiveram próximos da luta consequente: as condições de vida nos subúrbios de Lisboa, particularmente os da margem sul, que despoletaram alguma mobilização durante a campanha eleitoral da CDE, em 1969; a obsolescência do sistema de transportes da Linha de Sintra; a demolição de bairros de barracas para expansão urbana; ou, ainda, o aumento das rendas de casa nas áreas suburbanas e a ameaça de aumento nas cidades de Lisboa e Porto, onde estavam congeladas. Encarando então a possibilidade de reagir a estas situações de uma forma organizada, cita alguns exemplos que são muito significativos da vontade de incluir os saberes da Arquitectura e do urbanismo na actividade política de contestação. Preconizava a criação de “cooperativas de serviços, serviços que seriam, neste caso, não de consumo nem propriamente culturais mas que se traduziriam muito concretamente em técnicas de planeamento, quer dizer, cooperativas por exemplo de moradores de uma determinada zona que criavam um serviço técnico de planeamento com técnicos remunerados, um gabinete de estudo, um gabinete de planeamento que pudesse concorrer em condições de igualdade, ou pelo menos sem estar

¹³⁶ Os textos divulgados eram os seguintes: “Groupes Spontanés et Contre-pouvoir”, IDOC internacional, nº. 35, 1º. de Dezembro de 1970, Editions du Seuil; “Uma Declaração de Michel Rocard, Secretário Geral do PSU francês”; “Tre Momenti di Lotta – Napoli, Roma e Torino”, nota da Ferderação do PSIUP italiano, segundo o periódico *Il Manifesto*; “Dalla fabbrica alla Società”, por Lucio Magri em *Il Manifesto*; “Riformismo e Linea di Classe”, por Aldo Natoli em *Il Manifesto*; “Teatro Politico Didattico: Il Geometro ovvero lo Scandalo della casa e della città”, por C. G. em *Il Manifesto*; “Squatters: gli abusivi Hippies”, por C. G. em *Il Manifesto*; “Urbanismo y Lucha de Classes”, por Alfonso Iglesias García, Eduardo Leira Sánchez, Damián Quero Castans, Augustín Rodríguez-Bachiller e Ignacio Solana Madariaga; “Habitação, Urbanismo e Desenvolvimento Regional”, programa político da CDE de Lisboa; “O Caso das 48 Famílias que Ocupava em Odivelas o Bairro do Bom Sucesso”, informação; “Hacia un Sindicalismo Urbanístico”, texto inédito dos *Cadernos para el Diálogo*; “Participação Popular e Trabalho do Arquitecto”, comunicação de Nuno Teotónio Pereira no Encontro Nacional de Arquitectos em Dezembro de 1969. Cf. Confronto Cooperativa de Promoção Cultural, S. C. R. L., Circular I e Circular II, Porto, 14 de Março de 1971, (pasta Nuno Teotónio Pereira 1970-1973).

¹³⁷ Nuno Teotónio Pereira, “O alvorecer das lutas urbanas. Palestra na Cooperativa Confronto, Porto, 20 de Março de 1971”: *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP Publicações, 1996, p. 123.

¹³⁸ *Ib.*, p. 129.

demasiado inferiorizado, com os gabinetes privados ou do Estado ou das câmaras e que estivesse em condições de apresentar contrapropostas de alternativa, de elaborar contraplanos, de criticar planos mas com uma crítica tecnicamente fundamentada”¹³⁹. Neste excerto reside, porventura, a ideia mais motivadora de toda a palestra. Para o autor, um dos efeitos mais tentadores da mobilização em torno das contestações ou das reivindicações urbanas era o de poder dar voz a um conjunto de técnicos que, voluntariamente, escolheriam o cliente no lado contestatário da barricada conflitiva, ou seja, com a hipótese dos contraplanos, resolviam-se, à uma, duas possíveis pechas deste tipo de envolvimento social: dava-se aos profissionais de planeamento mais *engagés* a possibilidade de uma prática coerente, ou, pelo menos, não contraditória com a sua consciência política, e, ao mesmo tempo, conferia-se *know-how* técnico e científico aos agentes directos da acção e a todos aqueles que, alegadamente, não o tinham, e estariam, por isso, em condições de desigualdade perante a luta. Considera inclusivamente que alguns dos movimentos que foram despontando fracassaram exactamente porque lhes faltou o apoio técnico de rectaguarda.

Quanto à ideia de participação da população nas operações de planeamento urbano, Nuno Teotónio Pereira alerta, nesta sua prelecção, para o risco eminente de integração nas malhas do poder, ou seja, quando os objectivos a atingir são sectoriais, não se pode ceder à tentação de considerar a sua satisfação pontual como o objectivo de luta. A participação das populações no processo de decisão também só deveria ser experimentada enquanto potenciadora de uma estratégia conducente à “participação global”, porque, de outro modo “torna-se num fenómeno pernicioso, de cariz paternalista ou colaboracionista, servindo exactamente os interesses opostos àqueles que estariam de acordo com os objectivos da luta, servindo os interesses dos grupos que estão no Poder e precisam, também eles, mas de uma maneira radicalmente diferente, que haja uma certa movimentação, que as pessoas se empenhem em pequenas lutas, em pequenas reivindicações, etc.”¹⁴⁰

Para finalizar a sua intervenção, Nuno Teotónio Pereira especifica algumas condicionantes deste tipo de movimentos sociais, no contexto nacional e nos últimos anos do regime. Por um lado, o desgaste provocado pela repressão à comunicação social e pela “rarefacção das camadas jovens” – guerra colonial, emigração, etc. –, por outro lado, um outro tipo de desgaste, menos directo, que é provocado por uma atitude progressivamente consumista. Dadas estas características, admite ser mais fácil, em Portugal, mobilizar para objectivos de luta “na linha da resistência, da recusa, da greve, do boicote, etc.” do que “na linha [...] da construção de equipamentos, da conquista de uma gestão operária, coisas desse tipo que impliquem já algum avanço”¹⁴¹. Não acredita que seja possível prolongar as acções para além da recusa e da resistência, mas mesmo quando isso for possível, quando se vierem a atingir, pela pressão contestatária, determinados objectivos parcelares, será fundamental assumi-los como verdadeiras conquistas populares e nunca como *benesses* do Ministério das Obras Públicas ou de uma qualquer Câmara Municipal. Essa seria a condição incontornável para não se cair nas teias do reformismo.

Estávamos em 1971 e as ilusões da “Primavera marcelista” esvaneciam-se nas garras de uma repressão ascendente. Dois anos mais tarde, com o aproximar de outras eleições para a Assembleia Nacional, renovar-se-iam as esperanças de mudança, que eram cada vez mais esperanças de ruptura. A 4 e 5 de Maio de 1973 realizou-se em Aveiro mais um Congresso da Oposição Democrática, o último. A extrema esquerda e a esquerda revolucionária não participaram mas, em contrapartida, a unidade entre o PCP e os socialistas estava reforçada em relação a 1969¹⁴².

As teses apresentadas ao Congresso, na área da habitação e do urbanismo são diversificadas mas reflectem, em certa medida, a toada de descontentamento que levava a oposição a radicalizar as posições de confronto em relação ao regime. Para além daquelas que revelavam, ou denunciavam,

Congresso da Oposição Democrática 1973

¹³⁹ *Ib.*, p. 137.

¹⁴⁰ *Ib.*, p. 140.

¹⁴¹ *Ib.*, p. 141.

¹⁴² Cf. César Oliveira, “Congressos da Oposição Democrática/Congressos Republicanos”: Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, (direcção de), *Dicionário de História do Estado Novo*, V. I, s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 186; e, também, Fernando Rosas, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, *Sétimo Volume. O Estado Novo (1926-1974)*, s. l., Círculo de Leitores, 1994, p. 555.

situações de âmbito regional, como as de Moscavide, do Barreiro, ou as dos distritos de Braga e de Santarém, há a referir uma introdução de Keil do Amaral; uma apresentação de Ezequiel de Castro e Silva sobre a democratização da habitação, mais voltada para a resolução prática do problema; um conjunto abrangente de reflexões teóricas apresentado por um grupo de trabalho de estudantes de Arquitectura do Porto; uma prelecção sobre o tema sempre activo da industrialização da construção civil, feita por Eduardo Ribeiro; uma outra intervenção sobre o papel das questões urbanas no processo de democratização da vida portuguesa, por Carlos Barbeitos, Helena Salema Roseta e Luís Jorge Bruno Soares; e, finalmente, a questão dos espaços verdes urbanos, posta ao congresso por Gonçalo Ribeiro Telles. De todos estes trabalhos, raros são aqueles dos quais não sobressai uma ideia de queda do sistema político e económico vigente como condição necessária para a resolução de todos os problemas que se prendem com a qualidade de vida urbana e com a habitação: “[...] só um regime de feição democrática e descentralizadora – que promova uma educação cívica-urbanística e procure interessar todo o País numa obra nacional de casas para o maior número –, integrada em vastos planos de fomento descentralizado de toda a nação, será capaz de dar a esta causa a amplitude, a diversificação e o dinamismo de que carece”, afirmava então Keil do Amaral¹⁴³.

Divididas em dois tipos, reivindicativas e políticas, as conclusões do congresso também são muito expressivas a esse propósito. Nas do primeiro tipo tenta-se justificar, embora de um modo titubeante, a utilidade das lutas urbanas na procura de objectivos políticos mais vastos através da “despolitização a que foi levada a população”, que obriga a que “as bases de entendimento para uma identificação colectiva assentem em problemas de fácil identificação”¹⁴⁴. Nas do segundo tipo, porém, são inequívocas as referências ao derrube do regime como condição indispensável para a que se pudessem equacionar caminhos e soluções. São dados finais e conclusivos que:

“A resolução do problema da habitação e do urbanismo passa, necessária e previamente, pela alteração da estrutura social, de forma a que os meios de produção fiquem nas mãos da esmagadora maioria da população.

Tal solução nunca poderá ser levada à prática pelo Regime actual já que iria contra os interesses das classes que representa e defende.

Logo, a resolução do problema da habitação e do urbanismo, exige a instauração de um Estado verdadeiramente democrático.”¹⁴⁵

As conclusões do III Congresso da Oposição Democrática mais não faziam senão corroborar o sentimento geral dos areópagos progressistas portugueses, mesmo o dos mais reformistas: a descrença absoluta nas possibilidades de evolução gradual das instituições e a aposta radical na queda do sistema político.

Mas os movimentos urbanos, embora ténues e sistematicamente abafados pela repressão, subsistiam no quotidiano dos bairros pobres, na indignação provocada pela realidade habitacional portuguesa, na revolta daqueles que eram rejeitados do centro da cidade pelas operações mais ou menos institucionais de renovação do valor do solo urbano.

No Porto, os bairros de realojamento que se vinham construindo desde a entrada em vigor do chamado Plano de Melhoramentos, instituído pelo Decreto-Lei 40616, de 28 de Maio de 1956, começavam a assumir-se como focos de uma crescente insatisfação. Este decreto visava sobretudo a resolução do problema das condições habitacionais no centro da cidade e previa a execução de um programa, co-financiado pelo Estado e pela Câmara Municipal, de construção de cerca de seis mil fogos.

Algum tempo depois da publicação daquele decreto, o Presidente da Câmara Municipal do Porto escreveu uma carta ao Director Geral do Urbanismo, da Habitação e da Construção de Paris a solicitar-lhe a indicação de “um urbanista de categoria indiscutível” para actualizar o plano regulador

Porto. Plano
de Melhoramentos

¹⁴³ Francisco Keil do Amaral, “O Problema da Habitação em Portugal – Generalidades”: 3º. *Congresso da Oposição Democrática. Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973. Teses. Segurança Social e Saúde. Urbanismo e Habitação*, Lisboa, Seara Nova, 1973, p. 141.

¹⁴⁴ *III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro. Conclusões*, Lisboa, Seara Nova, 1973, p. 78.

¹⁴⁵ *Ib.*, p. 82.

vigente e, “ao mesmo tempo passar à realização dos planos parciais para criar verdadeiramente as zonas de expansão”¹⁴⁶. Na sequência dessa solicitação foi contratado o urbanista francês Robert Auzelle que elaborou um plano de distribuição das inserções habitacionais periféricas para os bairros de realojamento. Assim, em 1960, estavam concluídos 1357 fogos distribuídos por cinco bairros – Bom Sucesso, Pio XII, Carvalhido, Pasteleira e Outeiro – e estavam 702 em construção, distribuídos por quatro outros bairros – Agra do Amial, Carriçal, Fernão de Magalhães e S. Roque da Lameira¹⁴⁷. Em 1970, poucos mais fogos tinham sido construídos.

O baixo padrão construtivo e espacial imposto na concretização destas habitações – desprovidas de água quente e revestidas com paredes simples de tijolo – ajudou a provocar a sua precoce degradação. No princípio dos anos setenta as condições habitacionais dos edifícios dos bairros do Plano de Melhoramentos já estavam muito longe de ser perfeitas.

Por outro lado, os seus moradores eram, maioritariamente, oriundos das “ilhas” que ocupavam o interior dos quarteirões da cidade burguesa do século dezanove. Quando a Câmara Municipal decidiu pôr cobro a esse tipo de ocupação, fê-lo com o objectivo de acabar com a insalubridade, ciente de que esses verdadeiros “focos de imundície e de doença” nunca permitiriam que “socialmente os seus habitantes adquiram os hábitos que a civilização actual impõe para todas as classes”¹⁴⁸. Mas também o fez com a consciência da necessidade de proceder à “remodelação urbanística das respectivas áreas e beneficiação dos prédios que possam subsistir”¹⁴⁹, e, conseqüentemente, da “criteriosa” escolha dos terrenos para implantação dos bairros camarários de realojamento, cujas condicionantes se podem condensar nos seguintes parágrafos:

“Os terrenos necessários à implantação dos edifícios de rendas módicas tinham de determinar a escolha de zonas de expansão que se adaptassem ao traçado da rede geral viária do plano regulador de urbanização da cidade e às características das zonas no mesmo definidas.

A estas duas importantes condições uma outra tinha de juntar-se: a da sua aquisição ou expropriação ser a preços favoráveis para permitirem a fixação duma renda acessível ao salário do agregado familiar dos ocupantes das futuras casas”¹⁵⁰.

À partida, portanto, o plano excluía a possibilidade de que os habitantes das “ilhas” a salubriar, mesmo que só parcialmente, as viessem a reocupar depois das operações de renovação. Pela segunda razão invocada os bairros não poderiam deixar de ser construídos na periferia, por vezes remota, em zonas desfavorecidas em equipamento, transportes e centralidade. Os realojados, profundamente urbanos sob o ponto de vista cultural e social, viram-se, assim, privados da intensidade da vida quotidiana que fruíam no centro e dos laços de vizinhança e de solidariedade adquiridos ao longo de décadas.

Como se estas razões não bastassem para despoletar os já referidos sinais de insatisfação, o uso das habitações e dos bairros de realojamento estava ainda sujeito a um conjunto de regras – o regulamento – cuja observância era estritamente fiscalizada e policiada pela Câmara Municipal, apoiada numa rede de vigilantes, normalmente moradores do bairro, que se prestavam a esse papel a troco de algumas regalias. O regulamento dos bairros camarários continha regras que violavam sumariamente as liberdades individuais e os mais elementares direitos à privacidade. Desde a proibição de possuir qualquer tipo de animais domésticos, de pôr roupa a secar fora dos estendais, ou de poder albergar visitas ou familiares, até às medidas de maior incisão ideológica, como as de favorecer as famílias legalmente constituídas, castigar comportamentos presumidamente imorais, ou a obrigatoriedade de facultar a entrada do fiscal nas casas a qualquer hora e em quaisquer circunstâncias, as posturas do regulamento condicionavam a vida dos moradores de um modo perfeitamente atroz e kafkiano. No Artigo 10º. ratificava-se a precaridade do uso da casa,

¹⁴⁶ Cf. Luta Urbana e Política de Habitação, 1 – A Luta nos Bairros Camarários do Porto. 1.1. – Anexo 2 – Extractos da carta dirigida a André Prothin, Director Geral do Urbanismo, da Habitação e da Construção em Paris pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto José Albino Machado Vaz a 31 de Outubro de 1956, p. 4, (pasta Encontro SAAL Norte 25-26-27 Julho 1975).

¹⁴⁷ *O Problema da Extinção das “Ilhas” do Porto*, Câmara Municipal do Porto. Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos, 1960, p. 23.

¹⁴⁸ *Ib.*, p. 2.

¹⁴⁹ *Ib.*, p. 6.

¹⁵⁰ *Ib.*, p. 8.

condicionando-a ao despejo liminar, sempre que “os ocupantes [...] se tornem indignos do direito concedido”¹⁵¹. Algumas destas proibições previstas no regulamento pressupunham também a preservação do “ambiente estético” das habitações e do bairro, tais como a impossibilidade de alterar elementos compositivos – grades, candeeiros, armários – ou a necessidade de autorização do arquitecto da Câmara para pintar as paredes interiores. Cada agregado utente de habitação tinha uma ficha na qual eram inscritas as denúncias e os relatórios dos vigilantes. Aí se podem observar desde as anotações mais absurdas como as posses de cães, gatos, galinhas; as aquisições de bens, motorizadas, etc.; as coabitações inconstituidas e as autorizadas; a vida sentimental de casados e de solteiros; a identificação das visitas que recebiam; até um pequeno “dossier de imprensa” referente ao respectivo agregado, contendo acidentes, conflitos, furtos, participações, actividades desportivas, etc.¹⁵²

A penalização para quem não cumpria este regulamento era o despejo compulsivo, muitas vezes antecedido pela “deportação” para alguns blocos proscritos, conhecidos de todos os realojados, dos quais o mais célebre era um edifício a que chamavam “Bloco dos Condenados”, no “Tarrafal”, nome por que era conhecido o Bairro de S. João de Deus¹⁵³.

Nos princípios da década de setenta, já esta situação dos bairros camarários do Porto provocava inequívocos sinais de revolta. Nalguns deles, particularmente no de S. João de Deus, havia Centros Sociais ligados à Obra Diocesana que desenvolviam acções de apoio aos moradores. Aí trabalhavam grupos de jovens, sobretudo assistentes sociais, mas também outros quadros universitários, juristas, arquitectos, etc., que, um pouco à maneira dos *volontari* dos bairros pobres napolitanos, se iam inteirando dos principais problemas, reforçando simultaneamente alguns laços de solidariedade, na tentativa de, por um lado, sensibilizar os moradores para motivações políticas mais vastas e, por outro, ampliar a divulgação social desses mesmos problemas¹⁵⁴.

Antes de 74, as acções mais significativas dessa revolta dão-se no Bairro da Pasteleira, em Setembro de 1973, com a união dos moradores para tentar impedir um despejo compulsivo; e em Novembro desse mesmo ano, no Bairro de S. João de Deus, quando a acção dos vizinhos solidários consegue mesmo ser impeditiva de um despejo¹⁵⁵.

Mas os conflitos urbanos no Porto não se esgotavam nos bairros camarários. Já anteriormente referido, o fenómeno da sobreocupação das zonas centrais, geralmente associado ao obscuro negócio da sublocação, era fonte de crescente preocupação. Nas “albergarias” e nas casas de “subaluga”, as condições de habitabilidade não só eram degradantes como subiam a índices inauditos de ocupação por metro quadrado. A insegurança, a subserviência em relação à “subaluga” e o medo de ser posto na rua eram, porém, razões mais que suficientes para impedir que se gerassem focos consequentes de contestação ou qualquer tipo de movimento, espontâneo ou organizado. No entanto, o problema era já indisfarçável, os escândalos e os conflitos associados a estas formas de aglomeração eram constantes, os jornais falavam quase quotidianamente da questão e a cidade “moralmente responsável” sentia-se permanentemente incomodada com a presença daquelas

¹⁵¹ Cf. Alexandre Alves Costa et alii, “SAAL/Norte Balanço de uma experiência”: *Cidade Campo*, 2, 1979, p. 29.

¹⁵² Cf. Luta Urbana e Política de Habitação. 1 – A Luta nos Bairros Camarários do Porto. 1.2. Anexo 6 – Elementos recolhidos em “observações” pelos vigilantes em fichas de moradores, pp. 9-12, (pasta Encontro SAAL Norte 25-26-27 Julho 1975). Este documento não é assinado, embora tivesse sido redigido por Alexandre Alves Costa, com base nas pesquisas que elaborou nos arquivos da Câmara Municipal do Porto. Mais tarde, foi editada uma versão revista e reelaborada desse trabalho, sob título “SAAL/NORTE Balanço de uma experiência”, em *Cidade Campo*, 2, 1979, assinada por Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza, Carlos Guimarães, Eduardo Souto Moura e Manuel Correia Fernandes.

¹⁵³ *Ib.*, 1.4, s. p.

¹⁵⁴ “[...] lembro-me de, nos Bairros Camarários, antes do 25 de Abril, ter andado a fazer sessões de consciencialização contra a Guerra Colonial [...] Havia um gregarismo natural e havia um conjunto de pessoas que, por razões ideológicas, queriam ajudar na consciencialização das coisas, sem meter Partidos. Era tudo através dessa organização diocesana, que tinha os chamados Centros Sociais de cada bairro, onde havia uma assistente social que, normalmente, era uma pessoa interessada e que chamava gente para animar aquilo[...]”, Entrevista feita a Mário Brochado Coelho, gravada a 16 de Dezembro de 1998. Acerca dos *volontari* napolitanos ver ainda: Andreina Daolio (a cura di), *Le Lotte per la Casa in Italia. Milano, Torino, Roma, Napoli*, Milão, Feltrinelli, 1974, pp. 125 – 206 e pp. 270-274.

¹⁵⁵ Cf. Luta Urbana e Política de Habitação. 1 – A Luta nos Bairros Camarários do Porto. 1.4, s. p. (pasta Encontro SAAL Norte 25-26-27 Julho 1975)

situações, bem no seu centro¹⁵⁶. A sublocação nestas circunstâncias, como fenómeno específico da cidade do Porto, tinha também originado alguns inquéritos e mobilizado alguns grupos, que faziam trabalho social junto da população afectada, embora neste caso nunca se tenha chegado à acção. Essa actividade, em parte promovida pelos já referidos centros sociais ligados à Obra Diocesana, teve, no fim dos anos sessenta e início de setenta e pelo que diz respeito à área da Ribeira e Barredo, um impulso dado pela própria Câmara Municipal quando se realizaram os inquéritos necessários aos Estudos de Renovação Urbana do Barredo. Os trabalhos, quer os de nível mais analítico, quer mesmo as propostas de reconversão urbana, foram decorrendo¹⁵⁷, a intervenção e a acção social efectiva é que tardavam, provocando nos habitantes um descrédito inapelável.

Estes dois problemas, o dos bairros camarários, por um lado, e o da sublocação e sobrelotação nas áreas centrais da cidade, por outro, aqui colocados autonomamente segundo uma perspectiva analítica, foram gerando também duas frentes distintas de insatisfação, e de consequente consciencialização, dos moradores. A contaminação dialéctica entre estas duas frentes, consubstanciada por um forte sentido gregário, enquanto habitantes da mesma cidade, viria, posteriormente, a revelar-se decisiva na afirmação de uma especificidade própria dos movimentos urbanos no Porto¹⁵⁸.

Ao longo destes últimos anos do regime, anos de conturbados contextos políticos e sociais, importa, entretanto, salientar qual a Arquitectura que, na prática continuada dos ateliers, se ia produzindo para dar resposta aos programas habitacionais de promoção pública.

Em Lisboa, com a constituição do Gabinete Técnico de Habitação – GTH – e com a operação dos Olivais vinham-se ensaiando fórmulas de integração e de coordenação de fontes de financiamento e de entidades promotoras em terrenos que, desde os tempos de Duarte Pacheco, já eram, em grande parte, património municipal.

Lisboa. Olivais

Os Olivais-Norte, com os seus 40 hectares, foram uma espécie de rampa de lançamento da intervenção seguinte, os Olivais-Sul, com cerca de 180 hectares. O plano da primeira, embora de partitura vulgar, como referiu Nuno Portas¹⁵⁹, e, de certa forma, ainda radicado nos modelos modernos, deixava já um vasto campo à significação objectual das unidades edificadas. Ai foram ensaiadas soluções que vão desde a distribuição em átrio central, com caixa de circulação vertical e disposição estelar dos fogos, como os edifícios de Nuno Teotónio Pereira, com António Freitas e Nuno Portas, até às bandas de dois duplex sobrepostos, com galerias distributivas, de Pedro Cid, passando pelos volumes mais laminares, ainda ao jeito de *unité d'habitation*, como os de Pires Martins, com Palma de Melo, ou os de Abel Manta.

Mas foi nos Olivais-Sul, e depois em Chelas, que a questão da cidade se pôs com maior incidência, quer pela escala da operação, quer pela necessidade de integrar uma área periférica próxima, que já vinha sendo definida como habitacional, quer no plano De Gröer, quer no plano director do G.E.U.¹⁶⁰ Porém, secundarizando a integração efectiva na estrutura e no tecido da cidade que se lhe estendia a sudoeste, o plano de Olivais-Sul, de autoria de Carlos Duarte e de José Rafael Botelho, deixando transparecer uma preocupação moderada de integrar socialmente os habitantes que ocupariam as diversas tipologias¹⁶¹, preferiu apoiar-se na definição caprichosa dos traçados

¹⁵⁶ “[...] E quem são as subalugas? Normalmente mulheres, por vezes habitam numa das suas ‘casas-colmeias’. O capital acumulado com o ‘negócio’ não se reflete com qualquer subida de nível de vida ou de consumo. Ou é usado na usura desenfreada ou aplicado noutro negócio rendoso: a prostituição. A sabedoria da maldade e dos anos ajudou-as a criar soluções juridicamente mais defensáveis e aptas. É assim que muitos destes casos são deliberadamente confundidos com os vulgares contratos de hospedagem ou albergaria, passando para o efeito o Governo Civil os respectivos alvarás... [...]”. Luta Urbana e Política de Habitação. 2 – A luta nos contra as subalugas 2.2., s. p., (pasta Encontro SAAL Norte 25-26-27 Julho 1975).

¹⁵⁷ Desde a proposta de demolição total e “saneamento” da zona, nos anos 50, passando pelas propostas de demolição parcial e de valorização monumental contidas no Plano Regulador de 1962, até ao Estudo de Renovação Urbana do Barredo, de Fernando Távora, em 1969. Enquanto instrumento de planeamento, seria este estudo o primeiro a colocar a questão sob o ponto de vista dos interesses sociais dos moradores – permanência no local –, e da manutenção radical da estrutura dos tecidos urbanos. O seu carácter inovador e progressista não se enquadrava no âmbito dos interesses municipais de valorização directa do uso do solo. Essa foi, porventura, a razão pela qual o plano não teve sequência senão em alguns dos seus aspectos mais marginais.

¹⁵⁸ Cf. Alexandre Alves Costa, “2.3. O movimento de moradores no Porto e o saal/norte”: *Cadernos Intervenção Social*, 2, 1979 (Edição da Associação de Estudantes Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa), pp. 171 - 178; e também, Alexandre Alves Costa et aalli, “SAAL/Norte. Balanço de uma Experiência”: *Cidade Campo*, 2, 1979, pp. 42 – 60.

¹⁵⁹ Nuno Portas, *A Cidade como Arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969, p. 129.

¹⁶⁰ *Olivais-Sul*, Lisboa, Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, s.d., p. 1.

¹⁶¹ *Ib.*, pp. 8-9.

viários, mecânicos e pedonais, que assim se assumiam como suporte de um conjunto de edifícios soltos, envolvidos por espaços intersticiais não reconhecíveis no elenco tipológico urbano tradicional. Essa característica levaria, de resto, Nuno Portas a produzir uma eloquente, mas enérgica, leitura crítica da intervenção, a qual incide tanto sobre a ausência de estruturação urbana quanto sobre o ensejo que essa ausência ofereceu aos edifícios de se assumirem como “um amontoado de objectos ‘semeados em dia de vendaval’”¹⁶².

Esses edifícios, excessivamente preocupados em comunicar uma imagem individual, indiferente ao significado do conjunto, numa atitude que Portas também criticaria, podem, com algumas ambiguidades, ser genericamente reconhecíveis nos modelos habitacionais que conformaram, na Europa, a chamada revisão do Moderno, particularmente nos do INA-Casa. Em grande parte, insinuam-se, de facto, através de alguns gestos de oposição à linguagem modernista, uns mais formais, como os coroamentos superiores, outros mais obsessivos, como a substituição sistemática dos ângulos rectos por obtusos. Assim é com os projectos das torres de 14 pisos, da dupla Fernando da Silva, Octávio Rego Costa; com os dos blocos de Bartolomeu Costa Cabral e do próprio Nuno Portas; ou com os das bandas articuladas de Vasco Croft, Justino Morais e Joaquim Cadima. Os edifícios da equipa Costa Martins, Hernâni Gandra, Coutinho Raposo e Neves Galhoz, e os da dupla Vítor Figueiredo e Vasco Lobo, prefeririam, por sua vez, não desafinar na mesma toada semântica e procuravam na via da racionalização, espacial e construtiva, o sentido da intervenção.

Vítor Figueiredo

Com essa intervenção do início da década de sessenta, Vítor Figueiredo iniciava, aliás, um percurso muito peculiar no contexto da produção habitacional de iniciativa pública. Quer em projectos desenvolvidos através do GTH, para Lisboa, como esse dos Olivais-Sul, quer através da Federação das Caixas de Previdência – Habitações Económicas, quer mesmo, mais tarde, através do FFH, foi, ao longo das décadas de sessenta e setenta, construindo, e consolidando, uma trajectória baseada em enunciados que privilegiavam sempre a racionalidade construtiva, mas também a atenção às especificidades dos moradores, numa poética própria de relação com o lugar, com a inserção urbana e com as implantações tradicionais. Com intervenções em contextos muito diversificados, as suas obras revelam uma Arquitectura feita de experiências sucessivas, na qual a depuração cumpre um papel de relevo, e na qual não existe qualquer espécie de submissão a jogos de modelos gratuitos ou a formalismos de ocasião.

Vítor Figueiredo viria, assim, a projectar habitação em circunstâncias de maior ruralidade, como em Benavente, em 1962, ou em Santo Estêvão, no Alentejo, em 1963, mas também nas extensões periféricas de aglomerados de média dimensão, como no Barreiro, em 1962, em Torres Novas, em 1964, e em Peniche, em 1968, naquela que é, desta época, a sua obra mais referenciada, seja pela inventiva relação de escala que revela, criando falsos edifícios-quarteirão, seja pelo contraponto da fluidez que os acessos verticais, articulando os blocos entre si, conferem ao conjunto.

Em Chelas, em 1973, Vítor Figueiredo projecta os também célebres “cinco dedos”, intervenção composta por “lâminas” de grande dimensão, com distribuição por galeria. Na organização dos fogos motiva-o a criação de um espaço central, aberto à luz transversal e à distribuição interna, uma ideia que ele já perseguia desde o projecto dos edifícios de 4 pisos, nos Olivais-Sul, mas que retomaria agora com outra consistência e maturidade. A implantação é magestosa, pela localização, e dinâmica, pela opção de abrir em leque. São faculdades que lhe são concedidas pelo próprio carácter do plano, um zonamento suportado pelas vias estruturantes que deixava campo aberto às implantações mais particularizadas.

Lisboa. Chelas

Elaborado também no âmbito do GTH, por Francisco Siva Dias, Reis Machado e Vassalo Rosa, e cobrindo uma área muito vasta, ainda mais vasta que os Olivais, o plano propunha-se estruturá-la segundo traçados lineares e contínuos que articulavam os caprichosos volumes edificados. Os modelos estavam à vista nas áreas de expansão remota por toda a Europa ocidental, particularmente em Toulouse-Le Mirail¹⁶³, o que levou um célebre ensaio crítico a classificá-lo como uma espécie de “new town in town”¹⁶⁴.

¹⁶² Nuno Portas, *Op. Cit.*, p. 129.

¹⁶³ Carlos Duarte, “1961/1974 l’Ouverture Néo-capitaliste”: *L’Architecture d’Aujourd’hui*, Mai-Juin 1976, [185], p.23.

¹⁶⁴ Nuno Portas, Manuel Mendes, *Portogallo Architettura, gli ultimi vent’anni*, Milão, Electa, 1991, p.53.

Ainda em Chelas, e em 1972, Gonçalo Byrne e Reis Cabrita projectavam, no atelier de Nuno Teotónio Pereira, um complexo de 382 fogos, que viria a ficar conhecido como a “pantera cor-de-rosa”. Um pouco ao inverso do que fizera Vítor Figueiredo, algumas centenas de metros a sul, esta intervenção visava a “reinvenção” das referências urbanas, numa circunstância em que o plano lhes era indiferente. Numa área em que os edifícios são legíveis objectualmente nos espaços que sobram do traçado viário, este complexo habitacional funda-se sobre o desejo de interiorização de uma ordem urbana mais estável e auto-integradora, no seio da qual possam ser reconhecíveis os apelos às estruturas urbanas tradicionais. Os edifícios, embora pautados por um ritmo de acontecimentos na fachada, que lhes conferem uma certa transparência das suas funções internas, são prolificamente acidentados por momentos espaciais variados, galerias, passadiços, escadas, colunas de acesso vertical. Não perdem nunca, contudo, o sentido geométrico de massa, uma espécie de essência volumétrica que lhes é dada, seguramente, pelas lições do brutalismo. Tentador é, sem dúvida, estabelecer em primeira análise o paralelismo entre esta obra e uma outra, que lhe é contemporânea e que veio a constituir uma referência obrigatória da Arquitectura habitacional do início da década de setenta, o complexo Gallartese de Carlo Aymonino e, posteriormente, de Aldo Rossi¹⁶⁵.

Este sentido de retoma crítica de um ambiente urbano mais identitário – altas densidades, baixa altura e espaços públicos mais controlados – vinha já a ser perseguido, de resto, desde o Plano do Restelo, saído igualmente do atelier de Nuno Teotónio Pereira, com Nuno Portas, Pedro Botelho e João Paciência, em 1971-1972. Se bem que num contexto programático de destino diverso – os standards habitacionais eram, genericamente, mais elevados – o plano e os primeiros edifícios do Restelo desempenharam um papel significativo no âmbito das propostas habitacionais, no dealbar da década de setenta. Desde logo, pela tentativa de conformação de uma imagem de cidade na qual a diversidade tipológica se pudesse sublimar na ordem e na unidade do conjunto, mas, por outro lado, também pelo recurso a uma linguagem que, desprezando qualquer espécie de compromisso latente, de amor ou de ódio, para com o estilo internacional, se radicava numa descomplexada homenagem ao primeiro modernismo e às siedlunguianas projecções de uma civilização urbana mais equilibrada.

Lisboa. Restelo

Porém, tal como o próprio Portas escrevera nesses mesmos anos, “a ênfase posta nas possibilidades do urbano como conceito integrador não significa que os problemas fiquem magicamente resolvidos; apenas permitirá não esquecer os complexos sistemas de relações entre as escalas de intervenção e, sobretudo, não intervir sem uma clara estratégia referida a um conceito forte e a um projecto de imagem global que possa exprimir a dinâmica da sociedade e cultura urbanas”¹⁶⁶.

No Porto, entretanto, e embora o já referido Plano de Melhoramentos prosseguisse, não se pode, em boa verdade, falar de uma escala de intervenção da mesma ordem de grandeza. Sucediavam-se os bairros de blocos colectivos isolados, dominados por uma imagem eminentemente fragmentária e pavilhonar.

Fernando Távora tinha projectado no Gabinete Técnico da Câmara Municipal do Porto, durante os anos cinquenta, a Unidade Residencial de Ramalde, polarizando algumas motivações que, sem sair dos círculos do racionalismo, abriam caminhos por entre uma poética do habitar que se começava a distanciar do Estilo Internacional. Contudo, a ausência de programas numa escala mais extensiva e a própria especificidade do projecto – Ramalde destinava-se a standards habitacionais de nível médio – não ofereceram muitas oportunidades a essas motivações.

Porto. Ramalde

Em 1969, também no âmbito dos serviços técnicos da Câmara Municipal, Manuel Teles, com o Grupo de Moradias Populares do Aleixo, inscreve a densidade concentrada em altura no contexto das opções para habitação económica no Porto. Com a sua presença maciça e austera, as torres do Aleixo, como vieram a ficar conhecidas, assinalam os últimos anos do regime. No período pós 25 de Abril viriam a ser o palco de importantes acontecimentos no âmbito do movimento de moradores do Porto.

Porto. Aleixo

¹⁶⁵ Cf. Paulo Varela Gomes, “Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos”: *História da Arte Portuguesa Terceiro Volume Do Barroco à Contemporaneidade*, direcção de Paulo Pereira, s.l., Círculo dos Leitores, 1995, p. 557.

¹⁶⁶ Nuno Portas, *A Cidade como Arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969, p. 195.

Porto. Contumil

Alexandre Alves Costa, que trabalhara com Nuno Portas no LNEC na elaboração de um estudo de racionalização e de sistematização de projectos habitacionais¹⁶⁷, iria, ainda dentro do mesmo gabinete técnico da Câmara Municipal, onde esteve junto com Manuel Teles, desenvolver o projecto de organização de um modelo de fogo, que viria a ser usado num bloco do Grupo de Moradias Populares de Contumil.

No LNEC desenvolvera uma experiência de seriação de modelos habitacionais, escolhidos no âmbito nacional e internacional, com o intuito de produzir uma série tipológica que optimizasse as relações espaciais de utilização. Nesse estudo, que apelava a métodos de sistematização matemática e computadorizada, são reconhecíveis os sinais de aproximação às premissas analíticas propostas por Christopher Alexander.

Alves Costa ensaiava agora a aplicação, na objectividade de uma prática muito cerceada por condicionalismos vários, dos conteúdos teóricos que tinha vindo a desenvolver. Projectou, então, um modelo de fogo que continha espaços que transcendiam as funções convencionais. Os átrios colectivos de distribuição, que depois se desdobravam em saguãos, ou o *lavoro*, espécie de espaço central aberto a funções indiferenciadas, davam o tom da bem estudada lição italiana, particularmente a do INA-Casa, e desbravavam, no círculo limitado das inovações possíveis, o caminho para a flexibilização do uso dos espaços habitacionais.

Bouça e Alto do Moínho

Da perspectiva nacional é, contudo, necessário, realçar dois projectos que, embora elaborados, ou iniciados, neste âmbito temporal, só vieram a ser concretizados depois do 25 de Abril: a Bouça, de Álvaro Siza, no Porto, e o Alto do Moínho, em Algés, de Francisco Silva Dias. Ambos foram elaborados no âmbito do FFH. O segundo era, aliás, parte de um plano integrado – o do Alto Zambujal –, operação de grande escala que, à semelhança de outras, Almada, Setúbal e Aveiro, procurava integrar grandes conjuntos habitacionais numa ideia de planeamento que transcendia a mera implantação dos fogos e incluía as infraestruturas urbanas e os equipamentos.

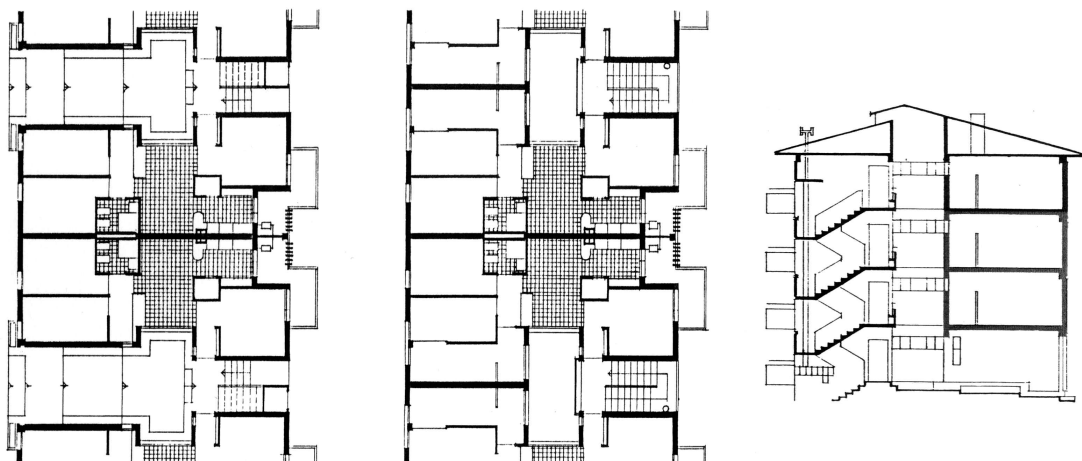
Ambos vieram a ser concluídos no âmbito do SAAL, ambos optavam por soluções de alta densidade, embora de cêrcea reduzida, privilegiando claramente a relação de complementaridade entre o espaço edificado e o espaço livre intersticial e assegurando, desse modo, a escala e a clareza semântica das áreas de utilização pública.

Alexandre Alves Costa, Grupo de Moradias Populares de Contumil, organização do fogo, 1969/76.

Divergem, contudo e para além do mais, numa condição essencial, a que lhes é dada pela envolvente. A operação da Bouça ocupava um terreno entre uma rua central, a da Boavista, e a via férrea que atravessa o centro da cidade; a do Alto do Moínho, por sua vez, situava-se numa área de periferia em lenta transformação, sem qualquer espécie de referência urbana próxima, para além da que lhe era dada pelo próprio plano em que estava integrada.

Fonte: Arquivo do Arquitecto Alexandre Alves Costa.

Na operação lisboeta, toda a implantação se organiza em anéis sucessivos, centrados num velho moínho que ocupa o cimo de uma colina. As radiais são percursos de pendente, em escadaria



¹⁶⁷ Manuel Rocha, Júlio Ferry Borges, Rui José Gomes, Alexandre Alves Costa e Nuno Portas, *Racionalização de Soluções da Habitação*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966.

pontuada por patamares e pequenos largos arborizados para os quais confrontam os pátios das casas. As associações orgânicas de fogos evolutivos, em torno de um pátio, proporcionam uma primeira ilusão de espontaneidade que é, depois, contrariada pela analogia volumétrica e pela cor unitária.

A Bouça, por seu lado, implanta-se segundo a vontade de gerar uma nova ordem, aposta à trama urbana circundante. Respeitando a escala envolvente, Siza joga com a disposição dos blocos e com a sua linguagem para cumprir aqueles desígnios. Nunca abdicando do fiel compromisso para com a cidade, é, porém, criado um novo ambiente que não se alheia dos modelos mais motivadores da vida comunitária urbana, refrescando e revisitando, sem obsessão mas com criteriosa nostalgia, as longas fiadas de habitações operárias, alemãs e holandesas, do período entre as duas guerras. O recurso a esses modelos, aqui por ele homenageados em primeira mão¹⁶⁸, veio a ser, de resto, uma saída comum sempre que os programas requeriam módulos habitacionais unifamiliares, ou de cada vez que a envolvente sugeria uma escala mais contida.

Entre o apelo aos modelos emergentes do contexto internacional e a reivenção de outros, conscientemente rebuscados numa nostalgia das vanguardas, entre a deficitária intervenção à escala da cidade e a directa sujeição às transcrições formais da análise, entre a tentadora revisão das premissas modernas e o obsessivo registo da diferença relativa a essas mesmas premissas, a resposta dos arquitectos portugueses aos programas habitacionais de promoção pública, penhorada pela sua condição de subalternidade em relação ao todo da produção edificada no país ia, contudo, sancionando uma via de experimentação formal, por impossibilidade de afirmação urbana ou metodológica, que suportaria, em parte, a prática desenvolvida no período subsequente.

Nos anos que antecederam o golpe militar de 1974, a questão da habitação foi-se agravando na proporção directa do aumento do descrédito em soluções técnicas, inscritas na prática do regime, que pudessem pressionar, de algum modo, uma tomada de posição política. Alguns daqueles que, durante os anos da chamada “Primavera marcelista”, alimentaram e potenciaram essa esperança estavam, agora mais que nunca, descrentes. O trabalho e o empenho das vanguardas tecnocráticas não se tinha, contudo, perdido. Estava na gaveta, à espera da improvável oportunidade política. Os técnicos que tinham, inicialmente, desenvolvido um trabalho de raiz mais institucional estavam, desta feita, envolvidos numa prática junto das populações, cada vez mais oprimidas, cada vez mais insatisfeitas. Muitas vezes acumulavam o papel de vanguarda técnica do regime com o de vanguarda mobilizadora dos movimentos urbanos, cujos embriões brotavam já no seio da miséria habitacional das cidades, quer na que se ia acumulando nas áreas centrais, quer na que se ia dispersando pelas periferias.

Foram também estes os anos em que se desenvolveram vários trabalhos, de ensaio e de análise, tendentes à compreensão e ao conhecimento dos fenómenos de “acomodação” dos mercados marginais da habitação ao sistema liberal que os dominava. Estes fenómenos, que já davam forma a consideráveis “fatias” de cidade, quer em extensão, quer em densidade, erigiam-se, para uma vastíssimo número de pessoas, como a única possibilidade de aceder a um alojamento.

Os arquitectos, por sua vez, tinham começado a diluir a sua actividade por entre as tramas de um tecido socio-cultural que já pouco ou nada tinha a ver com o contexto do Congresso de 1948. Não que alguns dos sintomas então constatados não tivessem sido premonitórios. Com efeito, a sociedade portuguesa tinha encetado um processo irreversível de urbanização, no sentido estritamente físico, sem que a sua estrutura social, cultural e, sobretudo, institucional, para tal estivesse preparada. Contudo, e talvez por causa disso mesmo, a dualidade de posições, quase dicotómica, que se tinha verificado em 48, propícia ao estabelecimento de consensos fortes e de cumplicidades alargadas, dava agora lugar a uma prática dispersa, por vezes aberta aos novos desafios que se punham à cidade e à sociedade, mas, na maior parte dos casos, redutora, porque subsidiária informe e acrítica dos fenómenos reguladores do mercado. O frentismo suportado pela

¹⁶⁸ O Conjunto Habitacional de Caxinas, em Vila do Conde, de 1970-1972, não pode, em bom rigor, incluir-se nesta apreciação, quer por se destinar a outro tipo de habitantes, quer, sobretudo, por se tratar de uma operação imobiliária com intuídos comerciais, na qual o sentido unitário inicial se ia sucessivamente moldando à satisfação individual de cada um dos compradores.

afirmação de uma cultura arquitectónica livre e internacionalizada já não era mais possível, ou já não fazia mais sentido. O que se passou durante e depois do ENA de 1969 veio provar isso mesmo.

Por outro lado, e pelo que diz respeito às questões de ordem metodológica, quer pelo enfraquecimento dos modelos modernos na prática do desenho, quer pelo assomo dos tais novos desafios, de que falava Nuno Portas na sua mensagem ao ENA, já não estávamos em tempo de uma afirmação disciplinar inequívoca, ou do que quer que se pudesse parecer com uma posição da “classe” dos arquitectos. As classes eram outras, a que habitava as barracas e as casas clandestinas das metrópoles e a que promovia e consumia o empreendimento turístico de luxo, logo ao lado. Social e profissionalmente, os arquitectos começavam a procurar meter-se em cunha no primeiro desses processos, uma vez que para o segundo tinham, desde há muito e por definição, lugar marcado na tribuna de honra. Mas, face às eternas limitações económicas e culturais do próprio mercado de trabalho, as opções não eram, sequer, exclusivas. A alternativa institucional permitiria mediar as diferenças, atenuar os desequilíbrios, aproximar os pólos da contradição. Nuno Portas achou, pelo menos em determinado momento de esperança que correspondeu à “Primavera marcelista”, que isso era possível e estaria perfeitamente ao alcance. Para tal, apenas seria necessário trabalhar no maior número de frentes possível. O Colóquio sobre a Política da Habitação, e algumas decisões que lhe andaram associadas como a criação do FFH, deram alma e forma a essa ideia, a esse momento em que se esteve mais próximo da base experimental de actuação no terreno. Por razões de ordem política, porém, essa forma e essa ideia, nunca chegariam a ter corpo, viriam a tropeçar no imenso e caduco emaranhado do sistema decisório do regime, em grande parte por via do seu mais arrojado propósito, que foi também a sua maior fragilidade: a resolução da questão fundiária.

Gorada que foi a possibilidade de “contaminar” as instituições com a prática, desejadamente interdisciplinar, dos técnicos mais novos, mais informados, sob o ponto de vista científico, e mais conscientes, sob o ponto de vista social, a actividade de resistência crítica e de discussão de alternativas metodológicas ao exercício “ordinário” da Arquitectura confinou-se a alguns ateliers, em Lisboa, e à Escola de Belas-Artes, no Porto. No caso desta última, foi sobretudo importante o esforço de compreensão dos fenómenos urbanos através do contacto real com os problemas. Quer fosse pela acção quase militante de crítica à cidade contemporânea e ao planeamento vigente, quer pela presença de modelos operativos motivadores, como os estudos feitos para o Barredo, quer mesmo pela denúncia dos problemas mais graves, como no caso dos bairros camarários ou da sublocação, a Escola congregava práticas e reflexões que, sem esse vínculo, corriam o risco de se dispersar.

Em Lisboa, por sua vez, a discussão saía das portas de alguns ateliers mais activos e preocupados de cada vez que se promoviam encontros, debates, colóquios, etc., sempre avidamente participados, mas também sempre condicionados ao espartilho opressor do regime. Para emblematizar esses círculos restritos, onde o exercício quotidiano da Arquitectura se fundia com a ponderação crítica e com o debate avançado, é legítimo recorrer ao percurso do escritório da Rua da Alegria, de Nuno Teotónio Pereira. Um percurso que consubstancia a história da evolução das formas de encarar o problema habitacional em Portugal. Não foi por acaso que por lá foram passando algumas personagens centrais do debate arquitectónico da época. Não foi, certamente, por acaso que nele foram brotando e germinando algumas das iniciativas fulcrais referidas neste capítulo.

C A P Í T U L O I I I

**O arranque dos processos:
o campo da acção e o campo da administração**

Quinta feira, 25 de Abril de 1974, o golpe militar que irrompeu com uma determinação inabalável põe termo a quarenta e oito anos de regime autoritário e ditatorial. Da disputa pelo poder que se lhe seguiu não são dissociáveis duas ordens de circunstâncias paralelas.

Por um lado, o jogo das instâncias e das influências, das facções políticas, da maior ou menor capacidade para aproveitar a súbita dádiva libertadora e forjar objectivos programáticos abrangentes. No próprio dia 25 de Abril, assim que o comando que assegurava a coordenação das operações, sediado no Quartel da Pontinha, constatou o êxito das linhas essenciais do plano proposto, começaram de pronto a delinear-se os contornos e a aflorar os primeiros meandros desse frenesim político-ideológico. Numa primeira fase, garantido o consenso em torno das libertações mais elementares – censura, polícia política – a pedra de toque da discórdia foi, desde logo, a questão colonial. Essa dissonância manifestou-se em primeira mão entre Spínola, a quem Marcello Caetano insistira em confiar o poder antes de partir para o exílio, e os operacionais do golpe militar, que se assumiram também como dirigentes do Movimento. O direito à autodeterminação dos povos das colónias não foi um ponto inequívoco no comunicado da Junta de Salvação Nacional, que saiu a 26 de Abril, pois o general insistia na solução federalista que preconizara algum tempo antes no seu livro *Portugal e o Futuro*.¹

Ao longo do conturbado processo político que se seguiu, porém, muitas outras questões de carácter ideológico ou programático se viriam assumir como dissídios mais ou menos profundos entre os vários grémios partidários que disputavam o poder.

Por outro lado, e simultaneamente, foi crescendo nas ruas, nas praças, nos cafés, nos locais de trabalho, uma forma de estar social nova, foi-se consolidando a súbita consciencialização de mais liberdades, de mais direitos, da urgência de ter expressão, de ter voz, foi-se forjando a capacidade de reivindicar a igualdade, de clamar pela dignificação do trabalho, por melhores condições de vida, foi-se abrindo a possibilidade de estabelecer sínteses entre campos de acção sociais, económicos e culturais até aí completamente estanques. Desde os primeiros momentos, também, a população saiu à rua e deu o sinal dessa deteminação. No próprio dia 25 de Abril, foi a multidão que enchia as ruas de Lisboa que impediu as forças governamentais de enfrentar os homens de Salgueiro Maia, quando estes já sitiavam o Quartel do Carmo². No dia 26 de Abril, as manifestações estrondosamente participadas que tiveram lugar nas principais cidades afirmaram categoricamente o início desse processo. Depois, a euforia do primeiro 1.º de Maio afastou as dúvidas dos mais cépticos e deu a entender, desde cedo, que tudo o que se viesse a passar em seguida teria forçosamente de contar com a explosão colectiva de um desejo recalcado de participação e de mudança. Glosando os peçonhentos temores de Marcello Caetano antes de se retirar, não foi o poder que caiu na rua, foi a argumentação e o debate, a actividade cultural e artística, o grito de revolta, os sentimentos mais variados, a alegria e a tristeza, foi a própria vida que conquistou o direito à rua e se transmitiu de praça em praça, de bairro em bairro, até à exorcização dos medos e à instalação de uma aura de liberdade generalizada que, enquanto perdurou, não teve paralelo no mundo seu contemporâneo.

Perceber os processos de evolução social e política despoletados pelo 25 de Abril é, também, perceber o sentido da contaminação dialéctica que estas duas ordens de circunstâncias estabeleceram entre si, as suas contradições e os seus pontos de consonância, os momentos em que cada uma delas estimulou, ou reprimiu, as acções da outra, o modo como, em determinados momentos, se pareciam interpenetrar e dissolver, gerando expectativas e consensos e, noutros períodos, se opunham, gerando antagonismos e confrontos.

¹ Cf. António Reis, "A Revolução de 25 de Abril": António Reis (coordenação), *Portugal 20 Anos de Democracia*, s. l., Círculo de Leitores, 1994, p. 18.

² *Ib.*, p.17.

O primeiro governo provisório ficaria formado a 15 de Maio de 1974. A sua composição fora já negociada em função das divergências primordiais que existiam no seio do Junta de Salvação Nacional. O primeiro ministro, Adelino da Palma Carlos, era um homem de confiança do General Spínola. O elenco ministerial, por sua vez, distribuía-se pelas principais forças que estavam já a iniciar a sua actividade no novo terreno político mas deixava, também, lugar à representação de algumas sensibilidades mais tecnocráticas, que tanta dificuldade tinham tido para definir campos de acção no seio do poder deposto.

Para Ministro do Equipamento Social e do Ambiente foi nomeado Manuel Rocha, um engenheiro civil de grande prestígio, catedático do Instituto Superior Técnico e director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. A escolha de Nuno Portas para Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo foi uma opção natural, que decorreu de um conhecimento mútuo e do trabalho em comum desenvolvido ao longo dos últimos anos no Laboratório. Nomeação de cariz mais político foi a do Ministro da Administração Interna. Joaquim Magalhães Mota fora membro da chamada “ala liberal” da extinta Acção Nacional Popular e pertencera também à Associação para o Desenvolvimento Económico e Social – SEDES. Naquela altura, era co-fundador de um partido recém criado, que se auto-definia como sendo de “centro-esquerda” – o Partido Popular Democrático³.

Entretanto, e um pouco à semelhança do que se passava em todos os sectores da sociedade portuguesa, também a imensa massa populacional de habitantes mal alojados começava de imediato a perceber a liberdade de acção que ganhara e partia para formas mais ou menos espontâneas de sublevação. Numa primeira fase, o objectivo foi a ocupação dos fogos recentemente acabados nos bairros sociais de promoção pública e semi-pública. Era compreensível. Por um lado, para quem vivia nas mais miseráveis condições, a vizinhança de dezenas de habitações vazias e acabadas de construir era uma tentação demasiado difícil de resistir. Por outro lado, era, de certo modo, proverbial a iniquidade de critérios na atribuição desses fogos e os inúmeros testemunhos de quem passara anos nas listas de espera a ver passar as oportunidades iam também legitimando essa suspeita.

Maio de 1974

Assim, em Lisboa, entre 26 de Abril e 9 de Maio de 1974, foram ocupados cerca de 2000 fogos, na sua maioria habitações municipais em construção. No dia 29 de Abril, registam-se ocupações no Bairro Camarário de Monsanto e no Bairro da Boavista. No dia seguinte, continuariam essas ocupações e eram referenciadas outras, no Bairro Valfundão, em Marvila. A 2 de Maio, os habitantes do Casalinho da Ajuda ocupavam massivamente o Bairro da Fundação Salazar, que se passaria a denominar Bairro 2 de Maio. O surto de ocupações alastrar-se-ia à área da então chamada cintura industrial de Lisboa, a Associação dos Inquilinos Lisbonenses emitia um comunicado a pedir o congelamento das rendas. A 5 de Maio, cerca de 1000 moradores ocupavam 23 blocos em Chelas. Os ocupantes do Bairro da Boavista, entretanto, manifestavam-se em Belém, a 8 do mesmo mês, para afirmar o seu apoio à Junta de Salvação Nacional e, nesse mesmo dia, eram registadas mais ocupações nas casas de renda económica do Bairro Marcello Caetano, hoje denominado Humberto Delgado. O presidente da Associação dos Inquilinos Lisbonense, Roque Laia, afirmava nos jornais que é imoral a existência de casas vazias com tanta gente a viver em barracas e que, portanto, achava justo que fossem ocupadas. A 10 de Maio eram noticiadas mais ocupações em Chelas, bem como 84 fogos, em Madorna, destinados a funcionários das Caixas de Previdência e da Câmara Municipal de Cascais.

No Porto, por sua vez, se bem que, nesta primeiríssima fase, este movimento lisboeta de *squatterização* quase generalizada não tivesse equivalente, o primeiro sinal dos movimentos urbanos foi dado por uma manifestação dos moradores dos bairros camarários contra o indesejado regulamento, a 1 de Maio. Ao mesmo tempo, os habitantes do Bairro Camarário de S. João de Deus elaboravam um Caderno Reivindicativo. No dia seguinte, há notícia de um primeiro plenário,

³ Cf. Guilherme d’Oliveira Martins, “Os Partidos Políticos”: António Reis (coordenação), *Op. cit.*, p. 136; e, também, Guilherme d’Oliveira Martins, “SEDES, Associação para o Desenvolvimento Económico e social” Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, (directão de), *Dicionário de História do Estado Novo*, V. II, s.l., Círculo de Leitores, 1996, p. 896

o qual, significativamente, já será realizado na Escola de Belas-Artes. A 5 de Maio, era entregue no Quartel General do Norte uma moção a pedir a demissão imediata do presidente da Câmara Municipal do Porto, que seria destituído a 13 de Maio, no mesmo dia em que os moradores das zonas degradadas do centro histórico se manifestavam em frente aos Paços do Concelho.

Tamanhas e tão súbitas movimentações não podiam passar despercebidas a quem detinha o poder, a Junta de Salvação Nacional emitia um comunicado, divulgado entre 11 e 14 de Maio, no qual expressava uma veemente preocupação pelos acontecimentos. Cientes da gravidade da situação habitacional, os militares propunham a legalização das ocupações de facto, mas tentavam criar regras: a organização dos ocupantes por bairro para que fossem iniciadas negociações com a administração; um limite para as rendas a pagar às instituições promotoras, que não deveriam ultrapassar 25% do salário; e a desocupação dos edifícios ainda em construção, para que as obras pudessem terminar⁴.

Este era o modo como a situação tinha evoluído quando tomou posse o primeiro governo provisório, a 15 de Maio de 1974. O novo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, tinha nas mãos um problema delicado, a enfrentar com firmeza política, mas também, e sobretudo, com o profundo conhecimento que tinha da realidade da situação.

Por motivação própria, ou por iniciativa mais ou menos institucional, a comunidade de profissionais ligados às questões da habitação e do ordenamento do território, densamente concentrados em Lisboa, começava também a fomentar a discussão em torno do tema, à luz das novas condições políticas e sociais. A 23 de Maio realizou-se uma reunião no Teatro S. Luís sobre a questão da habitação, na qual se fizeram ouvir as vozes de técnicos, políticos e dos próprios moradores. Essa reunião tinha como objectivos “contribuir para a definição de um programa de actuação no sector da habitação” e “pressionar as estruturas fechadas, burocráticas e tecnicistas em que funcionam as estruturas do Estado, de modo a [...] proporcionar uma participação efectiva por parte da população, órgãos e entidades locais[...]”⁵. Registou-se a presença de técnicos e de cidadãos ligados às mais variadas instituições, desde órgãos locais, como o Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, até gabinetes ligados ao poder central, como o Fundo de Fomento da Habitação ou o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, desde o embrionário movimento associativo de moradores, como a Associação de Moradores do Bairro das Furnas, até organismos de representação sindical, como o Sindicato Nacional dos Construtores Civis. A Associação dos Inquilinos Lisbonenses, cuja actividade foi preponderante neste dealbar democrático, também esteve representada. Foram debatidos e acordados os pontos que balizariam a discussão futura, que foi agendada para o dia 18 de Junho, no Instituto Superior Técnico. Eram os seguintes esses pontos: “1) O que é habitação social? 2) A quem se dirige a habitação social? 3) O que são categorias de ‘habitação social’? 4) Como é possível apressar a oferta de habitação – aproveitamento dos movimentos actualmente em balanço (partidos políticos, associações de moradores, etc.) para uma participação efectiva; técnicas de construção utilizáveis e a mobilizar; intervenção e participação da iniciativa privada na habitação. 5) Localização no território das realizações de habitação. Recuperação de habitações clandestinas e deficientes existentes”⁶. Era, sem dúvida, uma agenda ambiciosa, que demonstrava grande vontade de mudança, de iniciar caminhos novos, trilhados a partir da recusa das experiências frustradas e das constatações de inoperância.

A actividade de Nuno Portas, entretanto, desdobrava-se entre a definição das linhas orientadoras da actuação da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo e a auscultação do pulsar das movimentações populares e das tendências sociais e políticas que as sequenciavam.

⁴ As fontes que dizem respeito a esta sequência de acções são, maioritariamente, jornalísticas. Não lhes será aqui feita uma referência detalhada porquanto se encontram sistematicamente explicitadas na base cronológica anexa. O mesmo se passará sempre que o texto remeta para acontecimentos no âmbito dos movimentos urbanos, dos movimentos de moradores e das medidas políticas a eles associadas. Exceptuar-se-ão, por razões óbvias, as citações textuais directas.

⁵ “O problema da habitação vai ser analisado numa reunião do Instituto Superior Técnico”: *República*, 18/6/1974.

⁶ “Análise pública do problema da habitação”: *Diário de Lisboa*, 17/6/1974.

Junho de 1974

Numa entrevista a um jornal diário⁷, publicada a 12 de Junho, o Secretário de Estado divulgava as suas perspectivas de acção, sintetizadas através de um criterioso equilíbrio entre a necessidade de soluções inventivas, que dessem resposta às várias especificidades geradas por uma situação totalmente nova, e as mesmas premissas teóricas de sempre, agora estimuladas por um contagiante ambiente de liberdade e de “refundação” social. Começava por dizer que o que o levou a aceitar o mandato sem grandes objecções foi ter depreendido, do programa definido pelo Movimento das Forças Armadas, a criação de novas condições, que podiam “permitir lançar um certo número de reformas de fundo, quer no campo da política da habitação, quer no campo do ‘contrôle’ do desenvolvimento urbano”, embora reconhecesse que essas medidas só poderiam ter resultados práticos na vigência do “futuro Governo saído da Assembleia Constituinte”⁸.

Essas reformas prendiam-se, no essencial, com as linhas de actuação que ele vinha preconizando e estudando ao longo do seu percurso de investigador. Partindo de uma definição mais abrangente do direito à habitação, que não se confina ao direito ao abrigo, e constatando a impossibilidade real que o Estado, pobre e enfraquecido, tinha de resolver o acesso a esse direito através do fornecimento, a curto ou a médio prazo, de muitas dezenas de milhar de habitações acabadas, Portas dava muito mais relevo à necessidade do Estado regular e apoiar, técnica e economicamente, a dinâmica das populações e o seu esforço para resolver o problema do alojamento. Preocupado com o surto repentino de ocupações, citava-as como exemplo daquela impossibilidade – “As famílias com real necessidade de habitação na área de Lisboa são, pelo menos, da ordem das cento e trinta mil e as casas que foram ocupadas andam pela ordem das duas mil. A fila de espera é enorme e, a continuar-se a seguir este regime de ocupação formada, começaríamos a ter populações necessitadas em luta violenta umas contra as outras, na medida em que a sua sorte dependia do simples jogo de antecipação”⁹. Apelava ao aproveitamento da dinâmica reivindicativa das populações que, “sem perda dessa força reivindicativa”, poderia evoluir e reverter energias para a resolução das carências. Aí, nesse ponto, Nuno Portas afirmava que então sim, o Estado pode, deve e tem condições para apoiar, “com dinheiro e técnica”, todas as acções que partam das “bases”. Mas estas medidas não partiam de uma avaliação meramente pragmática da situação e das formas de a ultrapassar, eram dadas como opções políticas, pois só desse modo se podia contar com a participação dos interessados na resolução dos seus próprios problemas, só assim também se podiam obter resultados processuais a muito curto prazo, sem os desmotivadores compassos de espera que as soluções “tradicionais”, acrescidas das morosas revisões do planeamento físico e económico, inevitavelmente acarretariam.

Nuno Portas referia, de resto, uma acção concreta de reconversão de um bairro de lata que já estaria a decorrer na Curraleira, em Lisboa, que depois viria a tornar-se numa operação SAAL, e à qual seria dado “apoio directo, através de alguns organismos que possam depender, directa ou indirectamente, da Secretaria de Estado”¹⁰. Era notória a vontade de iniciar frentes processuais deste tipo. No caso, uma situação *clássica*, quase paradigmática, dos habitantes do bairro de barracas que se organizam e reivindicam apoio para iniciar um processo de infraestruturização urbana.

Pelo tom do discurso, é óbvio também que este incentivo à incorporação dos recursos endógenos das populações carenciadas era uma das tónicas mais significativas para a definição da política a seguir.

Em paralelo, e em estreito e recíproco relacionamento, estava a tão almejada desburocratização e descentralização dos serviços. Para o Secretário de Estado, a responsabilidade da inexistência, ou da total inoperância, de uma política capaz de uma acção real no âmbito do ordenamento do território, devia-se também à excessiva centralização das decisões – “A ampliação de uma pequena fábrica ou a construção de uma moradia num concelho do Minho ter que vir aqui, à assinatura

⁷ Eduardo Guerra Carneiro (entrevista por), “O arquitecto Nuno Portas e o direito à habitação ‘Apoio às iniciativas democráticas de base e descentralização da administração urbanística’ – duas das medidas a tomar, a curto prazo, pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo”: *O Século*, 12/6/1974.

⁸ *Ib.*

⁹ *Ib.*

¹⁰ *Ib.*

do ministro, é completamente absurdo”¹¹. A descentralização dos serviços podia, no entanto, enfermar de alguns perigos: a politização “no país real”, ao contrário dos grandes centros urbanos, era “quase nula”, e, portanto, era “de temer que esses organismos, eleitos ou não, venham não a defender activamente os justos interesses das classes mais desfavorecidas, mas a criar uma burocracia à maneira antiga, ao sabor dos interesses dos *caciques* locais”¹². Para que essa situação não se verificasse, a Secretaria de Estado iria tomar algumas iniciativas, alguns técnicos partiriam “para a província em missão, em brigadas de urbanismo activo, para trabalharem *directamente*, junto dos municípios e das populações”. Esses técnicos deveriam desempenhar, “simultaneamente, o papel de militantes ou de educadores, no bom sentido, não paternalista, do termo”¹³. Portas previa, portanto, uma descentralização de cariz mais técnico que superasse, por operatividade, competência e pelo contacto directo, o aparelho burocrático herdado e as suas inúmeras desmultiplicações provincianas, ao jeito daquilo que já vinha preconizando desde há alguns anos, concretamente na sua mensagem ao ENA, em 1969¹⁴.

Nuno Portas divulgava assim, na essência e em primeira mão, as principais linhas de força da política a seguir, expressas e assumidas com o fervor e a motivação de quem tinha pela frente a possibilidade única de aplicar as experiências correspondentes às mais inovadoras teorias do *Housing* – a linha de rumo processual que se contrapunha ao tradicional fornecimento massivo de habitações acabadas que o Movimento Moderno e, de uma certa maneira, as visões progressistas da esquerda mais convencional, tinham eleito como cânone. O seu campo de actuação era, de resto, um país com uma situação habitacional caótica, que se aproximava dos índices de carência do então chamado terceiro mundo.

Outras questões, inscritas na esfera de decisão da Secretaria de Estado, como a crise da construção civil, que começava a dar os seus primeiros sinais, o conseqüente aumento de desemprego no sector, ou ainda o ordenamento do território rural, foram também colocadas ao Secretário de Estado e, se não é correcto afirmar que foram subalternizadas no seu discurso, é, pelo menos, perceptível a intenção de submeter as medidas para a sua resolução a um processo que decorresse em paralelo com a imprevisível evolução da situação social e política da sociedade portuguesa: – “[...] vamos todos cometer muitos erros, neste período de Governo Provisório, [...] mas a diferença é que, em vez de fazermos estudos para depois se actuar, penso que agora a nossa função, a nossa *obrigação* é actuar, sem que, ao mesmo tempo, se deixem de fazer estudos, agora sob uma perspectiva crítica e de ‘contrôle’ do que se está a passar”¹⁵.

A 19 de Junho, numa sessão pública no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, promovida pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses em colaboração com a Associação dos Inquilinos do Norte de Portugal e com a Associação de Defesa dos Consumidores, na qual estiveram presentes cerca de seiscentas pessoas, o Secretário de Estado falou, “numa atitude que não seria de algum modo possível durante a vigência do anterior regime, [...] identificado no meio da assistência, [...] ainda que o não fizesse em nome do governo”¹⁶. Referiu a importância e a justeza das reivindicações em torno da questão da habitação, mas não deixou de salientar a necessidade do governo trabalhar sem pressões obsessivas. Relativamente às expectativas dos presentes, viria a anunciar para breve, também, a saída de legislação sobre inquilinato e habitação. Esta intervenção de Nuno Portas, depois de divulgada na imprensa, daria azo a alguma confusão, pois suscitava a dúvida se a legislação anunciada pelo Secretário de Estado correspondia ao projecto de lei apresentado nessa mesma sessão pela Associação de Inquilinos Lisbonenses. De imediato, os senhorios, sentindo-se ameaçados pelo radicalismo das medidas propostas, solicitaram através do seu órgão representativo – a Associação Lisbonense de Proprietários, uma audiência com o primeiro ministro

¹¹ *Ib.*

¹² *Ib.*

¹³ *Ib.*

¹⁴ *Arquitectura e Sociedade Portuguesa*, mensagem de Nuno Portas ao Encontro Nacional de Arquitectos, Dez 69 (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

¹⁵ Eduardo Guerra Carneiro, *Ib.*

¹⁶ “Para breve nova legislação acerca do inquilinato – revelou Nuno Portas no Comício promovido pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses”: *República*, 20/6/1974.

Palma Carlos durante a qual manifestaram a sua visão do problema: basicamente o aumento da oferta e a compatibilização das rendas com os encargos de conservação. Em comunicado distribuído aos órgãos de comunicação, a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo ver-se-ia, então, na necessidade de esclarecer o equívoco, salientando que a legislação a sair, “sem deixar de visar os objectivos sociais que a Associação [de Inquilinos Lisbonenses] vem defendendo há muito — prevê formas de actuação substancialmente diferentes das propostas no projecto da AIL”¹⁷. Este incidente, meramente circunstancial é, contudo, revelador do confuso sistema de pressões, súbitas, espontâneas, antagónicas e, por vezes, ingénuas, a que estava sujeita a actuação da Secretaria de Estado e, de um modo mais generalizado, todo o governo provisório¹⁸.

A comunicação social e, em particular, os jornais, que começavam a dar os primeiros passos na sua nova missão de informar em liberdade, sem censura nem pressões, divulgavam com frequência a miséria da situação habitacional, em bairros escolhidos para reportagem. A Quinta da Calçada, o Casal Ventoso e o Alto dos Moínhos, em Lisboa, ou o Barredo, no Porto, são apenas alguns casos, divulgados na imprensa com reveladora crueza, com números e dimensões que inebriavam as consciências mais esquecidas e que deitavam por terra toda e qualquer possibilidade de os continuar a esquecer. Os habitantes de muitos desses bairros começavam também a sentir que a sua força estava na capacidade de organização e reuniam em movimentadas assembleias para determinar a melhor forma de resolver a situação e para escolher os seus representantes.

Portanto, e pese embora a determinação que lhe advinha do conhecimento da situação da habitação e do alojamento, e talvez também para compensar esse permanente ruído de fundo de uma sociedade em rápida transformação, Portas sentiu a compreensível necessidade de ponderar, rigorosa e distanciadamente, as linhas gerais da política a seguir.

No fim de semana de 22 e 23 de Junho, reuniu em Lisboa um conjunto de personalidades ligadas às questões da habitação e da cidade, composto, entre outros, por Manuel Castells, Bernardo Secchi, Manuel de Solà-Morales, Jordi Borja, Martín Echenique e Paolo Ceccarelli. A reunião, fechada, que só contou com a presença dos técnicos mais próximos do gabinete do Secretário de Estado, centrar-se-ia na estratégia a seguir perante uma realidade tão complexa, que incluía, como pólos mais visíveis, a já indistigável crise imobiliária e a anunciada avalanche de acções populares que reivindicavam melhores condições habitacionais¹⁹. Mas, no essencial, o que era importante distinguir era a opção entre uma política diversificada, que abarcasse os vários segmentos do problema e que estabelecesse medidas específicas, embora articuladas, para cada um deles, ou uma política unificada, que contivesse uma estratégia sistemática, a ponto de incluir todas as frentes e de as fazer evoluir numa direcção mais definida²⁰. Obviamente que à primeira opção corresponderia uma incerteza a respeito da evolução política do país, ao passo que a segunda tenderia para a aposta segura num sentido mais socializante e progressista dessa mesma evolução.

Como conclusão, registou-se “um grande consenso sobre a necessidade de diversificar as soluções”²¹, de manter várias frentes abertas porque os problemas também tinham condições específicas muito diversificadas, muito dependentes de factores que, por vezes, não estariam directamente relacionados. Por outro lado, e naquela altura, talvez ninguém acreditasse com tanta segurança que um país da Europa Ocidental pudesse, assim de repente, encetar um processo revolucionário a ponto de garantir práticas políticas mais unificadas, ideologicamente dirigidas.

¹⁷ “Em face da crise imobiliária Vai favorecer-se o crédito para habitações acessíveis. Esclarecimento oficial sobre a política a seguir”: *O Século*, 25/6/1974, ou, ainda, “O problema da habitação e as classes trabalhadoras”: *República*, 26/6/1974.

¹⁸ “[...] Cada vez que se realizavam debates públicos (TV, etc.) que havia uma reunião de ministros, que havia uma reunião do M.F.A. ou do Conselho da Revolução, o que se perguntava era — e a habitação? Como se a habitação pudesse ter uma resposta imediata nos 15 dias seguintes. A pergunta que muitas vezes me fazia o primeiro ministro ou o próprio ministro era — mas quantas casas é que já temos? [...]” Nuno Portas, “O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 18/19/20, Coimbra, 1986, p. 636.

¹⁹ “Em face da crise imobiliária Vai favorecer-se o crédito para habitações acessíveis. Esclarecimento oficial sobre a política a seguir”.

²⁰ Entrevista feita a Nuno Portas, gravada a 31 de Agosto de 1999.

²¹ *Ib.*

Foi, contudo, uma questão interessante, essa que foi posta sobre a mesa, um tema que viria a dominar as tendências de debate da ciência política nos anos que se seguiram e que aqui foi tratado segundo o auspicioso pretexto da cidade e da habitação em Portugal. Portas saíu reconfortado, pois essa era já a sua ideia inicial, criar diversas frentes de acção, que pudessem, a um tempo, constituir o laboratório processual destes primeiros governos da democracia e apresentar alguns resultados práticos motivadores²². Pelo que diz respeito ao cumprimento do segundo destes objectivos, é de crer, porém, que ele apostasse mais nas soluções que pressupunham o aproveitamento de recursos próprios, como a auto-construção, uma vez que não estavam tão dependentes da inércia institucional, não se submetiam a grandes premissas ideológicas. Em teoria, estabeleciam o “curto-circuito” – necessidade, apoio técnico, obra – sem mais derivações de ordem administrativa ou jurídico-institucional. Tentador, em qualquer circunstância, mas mais ainda num contexto social como o deste período, em que toda e qualquer decisão era esmiuçada e discutida em função das suas tendências estratégicas.

Mas havia ainda o argumento da participação dos interessados, esse mais consolidado sob o ponto de vista da experiência e da repercussão crítica. Enquanto conceito, a participação na definição dos espaços, próprios ou comuns, podia ter muitas configurações, muitos níveis formais, e também diversíssimas asserções sociológicas.

Desde logo, e de um modo mais elementar, os critérios de intensidade segundo as diferentes fases do processo de construção: do controlo económico e administrativo à definição programática, da concepção do projecto à execução da obra. Em que fases e com que intensidade se verificaria a eficácia da participação? Em todas? Só em algumas? Ou seria o próprio conceito, potenciado e radicalizado, a determinar a sublimação-subversão dessas convenções processuais?

Depois, a integração, e a síntese, dos vários contributos para balizar as complexas implicações sociais e psicológicas da participação: a clarificação dos conceitos de *necessidade* e de *aspiração*, por exemplo, aportada desde muito cedo por Chombart de Lauwe²³, que se ligava directamente com a estrutura orgânica e com a fundamentação democrática da acção participativa; ou ainda o alargamento a outros conceitos complementares, como o de *apropriação*, estabelecido, em primeira análise, por Henri Lefebvre²⁴, que levaria à irreversível transformação, social e económica, dos processos de produção habitacional.

Ciente destas, e de tantas outras implicações, Nuno Portas nutria uma predilecção muito especial pelos processos de auto-construção tecnicamente assistida. Acreditava na necessidade de adequar uma fórmula de participação total aos limites da realidade objectiva. As condições fundamentais dessa adequação eram a existência de uma estrutura organizativa, que partisse realmente das bases, e a possibilidade de acção em todos os momentos do processo. Em seu entender, era, sobretudo, imprescindível que os destinatários das habitações “mexessem” na obra, esse era o meio mais directo para promover a *apropriação* e, também, para evitar que os membros das associações de base se tornassem meros funcionários administrativos, como tinha acontecido já com alguns dirigentes de cooperativas²⁵.

Entretanto, a expectativa genérica em relação à eficácia das medidas a tomar por este primeiro governo em liberdade, alargava-se cada vez mais às questões da cidade e da habitação. Com alguma frequência e ansiedade, a comunicação social anunciava para breve a saída de “legislação” sobre a “habitação”. Algumas medidas, um pouco circunstanciais, tinham já vindo a ser tomadas: o Decreto-Lei 217/74, de 27 de Maio, decidiria o congelamento das rendas de casa pelos valores de 24 de Abril de 1974, como meio drástico de conter a sua subida descontrolada; seria publicado o regulamento que determinava os critérios de atribuição de habitações de promoção pública, a 29 de Maio; ainda no fim de Maio, o Ministro da Administração Interna, Magalhães Mota, pressionado numa deslocação ao Porto por um grupo de assistentes sociais,

²² Ib.

²³ Cf. Paul-Henry Chombart de Lauwe, *Pour une sociologie des aspirations*, Paris, Denoël, 1969.

²⁴ Cf. Henri Lefebvre, “Introduction à l’étude de l’habitat pavillonnaire (1966)”: Marcel Roncayolo, Thierry Paquot (sous la direction de), *Villes & Civilisation Urbaine XVIII^e-XX^e Siècle*, Paris, Larrousse, 1992, e, também, *Le Droit à la ville suivi de Espace et politique*, Gallimard, 1974, [1^a. edição, 1968].

²⁵ Entrevista feita a Nuno Portas, gravada a 31 de Agosto de 1999.

elaborava um diploma que viria a possibilitar aos moradores do Barredo o acesso às casas dos bairros camarários, até aí destinadas exclusivamente aos moradores das “ilhas”, a Câmara Municipal do Porto ficava assim autorizada a atribuir os fogos mediante um simples inquérito habitacional.

Julho de 1974

No princípio de Julho foi posto a circular nos serviços dependentes da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, nomeadamente no Fundo de Fomento da Habitação, FFH, um despacho assinado pelo Secretário de Estado que se intitulava *Programa de Acções Prioritárias a considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento da Habitação*.

Como antecedentes próximos, esse despacho tinha o envolvimento social que se tem vindo a descrever e a reestruturação da estrutura orgânica dos serviços do FFH, submetida, como em tantos outros casos da administração pública, a um processo de renovação e de democratização. Nalguns sectores do Fundo, havia mesmo funcionários que, por iniciativa própria, já tinham partido para acções isoladas de apoio aos moradores dos bairros de barracas, como foi o caso de um grupo que já estava a tentar dar resposta às aspirações dos moradores do renomeado Bairro da Liberdade, ex-Cova do Canastro, em Setúbal.

Como antecedentes mais remotos, tinha seguramente todo o trabalho que já vinha sendo feito e analiticamente maturado desde o final da década de sessenta, particularmente o das preparações e das conclusões do Colóquio sobre Política da Habitação, mas também o de muitos outros relatórios, estudos e análises que tinham sido filtrados pelas malhas inertes da anterior administração, “toda uma série de material que estava [...] pronto a ser posto em marcha, desde que as condições fossem propícias”²⁶.

Tinha como preocupação primordial a organização e a sistematização das carências, da oferta e da procura de habitação perante as novas condicionantes sociais e políticas, mas acentuava também a necessidade premente de não se inviabilizarem anteriores programas e projectos, sob pena de se gerar uma inércia incontrolável, que iria agudizar ainda mais a grave crise que já vitimava o sector da construção civil. Era um documento abrangente, que procurava abarcar um conjunto muito diversificado de situações e de acções, sistematizando-as e, de certo modo, sintetizando-as, numa estratégia de coerência operativa.

Pelo que diz respeito à “organização da oferta”, o despacho diferenciava as várias “fórmulas de intervenção”, fazendo corresponder a cada uma delas “estratos” populacionais, definidos segundo o rendimento e a consequente capacidade de aquisição. No essencial, dividia-os segundo os mesmos critérios que já tinham sido estipulados no âmbito do Colóquio sobre Política da Habitação²⁷. Introduz-lhes, porém, uma variante, especificada segundo a definição dos estratos “já solventes com acesso a fogos de ‘renda limitada’ fornecidos pela promoção privada sob solo privado ou cedido por entidades públicas mediante contratos”. Ou seja, o tipo de produção que viria a corresponder aos contratos de desenvolvimento da habitação – CDH – e aos programas de construção a custos controlados²⁸.

Contudo, e como avanço em relação ao que se vinha a passar nos últimos anos no âmbito da actuação do FFH, o Despacho não propunha só a sistematização da oferta, mas avançava na necessidade de intervir também na organização social da procura. Investia, para isso, o FFH nas funções de negociador e de angariador de fontes de financiamento, que pudessem antecipar a produção já programada e abrir ao máximo a frente de oferta, mas alertava para que a concessão de crédito à aquisição de habitações de mercado fosse um recurso transitório, que permitiria retirar estratos populacionais solventes dos programas sociais mas que não permitiria controlar “o interesse urbanístico e a qualidade dos fogos cuja aquisição se vai assegurar”²⁹.

²⁶ Nuno Portas, *Op. Cit.*, p. 636.

²⁷ Ignácio Peres Fernandes, A. Celestino da Costa, J. M. Ferreira da Cunha, Ruy José Gomes, Nuno Portas (relator) e J. M. Alves de Sousa, *Colóquio sobre Política de Habitação. Texto de Base*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969 [Setembro], p. 23.

²⁸ Nuno Portas, *Despacho Programa de Acções Prioritárias a considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento da Habitação*, Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, Gabinete do Secretário de Estado, s.d.

²⁹ *Ib.*

O despacho *Programa de Acções Prioritárias a considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento da Habitação* propunha, portanto, quatro grandes grupos de soluções para a oferta de habitação: um para a população com capacidade de aquisição no mercado convencional, apoiada apenas por facilidades de crédito e de captação de aforro; outro para a população com acesso ao mercado de renda limitada; outro ainda para a população que apenas teria acesso a fogos de “rendas mínimas” em bairros de promoção directa do Estado, preferencialmente aqueles com planos anteriores “mais avançados”; e, por fim, para a população sem qualquer espécie de possibilidades de aquisição, mas que possuísse capacidade de “organização interna”, ser-lhe-ia dado apoio estatal imediato, em terreno, técnica, infraestruturas e financiamento, e seria fomentado o seu envolvimento em “auto-soluções”. Portanto, um programa que não só traduzia a necessidade urgente de sequenciar as intervenções anteriores, paralizadas devido a impasses administrativos, a conflitos laborais ou à própria indefinição política, mas introduzia as fórmulas que tinham vindo a ser preconizadas ao longo dos últimos anos. Dessas, a que mais expectativa gerava era, sem dúvida, a que previa a assistência e o apoio às soluções marginais que já vigoravam. O destaque dado a esse tipo de soluções era, de resto, bem explícito no teor do próprio despacho, que reconhecia a “necessidade de dar a máxima prioridade às operações de reabilitação de bairros degradados”, que decorria “dos movimentos populares desencadeados nesses bairros depois do 25 de Abril”³⁰. Na sua explicitação reconheciam-se já alguns dos princípios básicos que deveriam orientar as acções. As Câmaras avaliariam as localizações apropriadas, tanto quanto possível as já existentes, para evitar as operações de renovação do valor fundiário. Os serviços do FFH montariam os esquemas de crédito e de financiamento. Era também necessário iniciar um processo de formação de pessoal que pudesse vir a enquadrar a mão de obra local de construção. Sobre projectos nada estava, nesta fase, ainda definido, mas o texto do Despacho tinha subjacente uma intenção muito clara de avançar para o apuramento de “tipos”, espaciais e construtivos, que se pudessem vir a assumir como soluções *standard* de expedita repetição.

Neste primeiro Despacho, Nuno Portas apostava num avanço das soluções a muito curto prazo e pretendia pôr em marcha a máquina produtiva e administrativa do FFH, sem mais impasses e delongas. Esta componente do Programa de Acções, desde logo denominada “serviço de apoio ambulatorio local”, oferecia-lhe também essa possibilidade ao mesmo tempo que estimulava uma dinâmica, nova e mais motivadora sob o ponto de vista social, nalguns sectores do pessoal. Assim, o despacho determinava que este serviço fosse dotado com pessoal próprio, “sem prejuízo do recurso imediato a personalidade ou equipa a avençar”³¹.

Quanto aos prazos, a constituição do Serviço de Apoio Ambulatorio Local tinha a prioridade máxima, a par com a pesquisa de fontes financeiras e com a programação da continuidade e do desenvolvimento dos Planos Integrados, devendo ficar concluída até finais do mês de Julho.

Ao longo desse mesmo mês de Julho de 1974, o Secretário de Estado foi manifestando alguma preocupação pela necessidade de empreender medidas de eficácia, que pudessem começar a ter os primeiros resultados práticos. Comprovam-no os vários documentos em que manifesta o seu empenho pessoal e a sua presença nas reuniões para arranque dos processos bloqueados, nos serviços da tutela da SEHU, particularmente no FFH. Era uma preocupação que se justificava. O primeiro governo provisório estava prestes a sucumbir à pressão das suas próprias contradições internas e à intensidade das convulsões externas.

Spínola e Palma Carlos, que receavam o avanço das forças de esquerda e viam afundar-se cada vez mais as suas propostas federalistas, dada a força das posições anticolonialistas no seio do Movimento das Forças Armadas e da própria sociedade, elaboraram um plano que previa a eleição directa do Presidente da República em Outubro, em simultâneo com um referendo constitucional, e o conseqüente adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte, previstas no Programa do MFA³². Ao ver o plano reprovado pelo Conselho de Estado, o primeiro ministro demite-se e vem a ser exonerado a 11 de Julho de 1974. O novo governo provisório tomava posse

³⁰ *Ib.*

³¹ *Ib.*

³² António Reis, “O Processo de Democratização”: António Reis (coordenação), *Op. Cit.*, p. 22.

a 18 de Julho, Vasco Gonçalves, da Comissão Coordenadora do MFA, era o novo primeiro ministro. Magalhães Mota passou a ministro sem pasta e foi substituído pelo tenente-coronel Manuel da Costa Brás, Manuel Rocha foi substituído na pasta do Equipamento Social e Ambiente por um outro engenheiro, José Augusto Fernandes. Mas Nuno Portas manter-se-ia como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, mantendo consequentemente intactas as linhas de acção que tinha programadas.

Assim, a 24 de Julho, Nuno Teotónio Pereira entregava no FFH um primeiro documento que definia, de um modo claro e sucinto, os objectivos, o âmbito de acção e a orgânica operativa do Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL³³. E se, quanto aos objectivos, este novo documento se limitava a repetir os que já tinham sido estipulados pelo despacho que o antecedeu, já quanto ao campo de acção e à estrutura organizativa avançava com propostas que começavam a definir os primeiros contornos práticos do serviço. Esclarecedoras, embora necessariamente abertas e flexíveis, essas propostas diziam respeito, essencialmente, ao âmbito territorial, aos critérios de resposta, à composição das brigadas, ao carácter do trabalho a desenvolver, às estratégias contratuais e à criação de um “embrião do Serviço” no seio do FFH.

Teotónio Pereira definia, assim, uma esfera geográfica de acção do SAAL extensível a “todo o país com exclusão do concelho de Lisboa, e dos Planos Integrados a cargo do FFH”³⁴, que eram, à data, Monte da Caparica, Zambujal, Setúbal, Aveiro, Matosinhos e Guimarães. Eram excepções que traduziam a intenção de não perturbar as poucas operações de planeamento concertadas e abrangentes que era possível repescar do regime anterior: os Planos Integrados que o FFH tinha conseguido pôr em marcha naquelas áreas-piloto, e, no caso de Lisboa, as Unidades de Ordenamento e os novos bairros, Olivais e, sobretudo, Chelas que, por acção da Câmara Municipal e do GTH, vinham tentando comprovar, entre impasses e compromissos, a sua capacidade de estruturar a cidade.

Por outro lado, e ainda dentro da definição do âmbito territorial, este documento de Nuno Teotónio Pereira esclarecia que, embora da previsão imediata se deduzisse a tendência para acções “que digam respeito sobretudo a aglomerados de habitação improvisada tipo bairros de lata”, seriam igualmente de considerar “outros tipos de habitat degradado como zonas *vetustas* no interior de aglomerados urbanos ou em zonas rurais ou suburbanas, bairros ditos provisórios de construção oficial, etc.” Deixava, assim, campo aberto à intervenção em áreas que transcendiam o conceito estereotipado de “bairro de lata” e abarcavam outras situações de degradação habitacional, que ele tão bem conhecia, desde as partes de casa nos centros históricos arruinados aos loteamentos ditos clandestinos, passando pelos realojamentos provisórios, herdados do anterior regime, que entretanto se eternizavam. Esta abertura, ou esclarecimento, do âmbito de acção do novo serviço estava ainda, segundo o documento, dependente de uma outra prerrogativa, tão importante que estabelecia critérios directos de prioridade para as intervenções. Estipulava que estas deviam partir sempre das populações interessadas, e o seu “grau de organização interna [...], o seu dinamismo e a sua posição reivindicativa” eram factores determinantes para o apoio a conceder.

Para clarificar os tipos de operações que poderiam ser consideradas pelo SAAL, Nuno Teotónio Pereira deixava em aberto uma série de possibilidades, consciente que estava de que seria a própria evolução experimental a determinar as metodologias, as estratégias e, porventura, a avaliar os resultados. Num processo como este, que se pretendia tão correlacionado com as práticas sociais, era necessário não encerrar à partida a desejada possibilidade de serem essas mesmas práticas a conformar os campos de acção. No entanto, avançava já para algumas fórmulas concretas, que previam desde a melhoria das condições de acessibilidade e transportes, até à reconstrução integral da unidade de intervenção, passando pela mera beneficiação de infraestruturas e de habitações ou pela correcção do traçado viário dos loteamentos existentes. Porém, no caso de reconstrução integral, era bem frisada a necessidade desta se processar “no mesmo local ou nas proximidades”³⁵,

³³ Nuno Teotónio Pereira, S.A.A.L. – *Serviço de Apoio Ambulatório Local*, Lisboa, 24 de Julho de 1974 (pasta Hélder Tiago 1974-1975).

³⁴ *Ib.*, p. 2.

³⁵ *Ib.*

uma prerrogativa sempre presente que viria a ter consequências diversas à medida que o processo se foi desenrolando.

A actividade das brigadas, por sua vez, estava também aberta a um amplo leque de frentes de trabalho. A “elaboração ou obtenção de projectos” era apenas uma delas, em paridade com a realização de inquéritos, de levantamentos, o acompanhamento técnico junto das instituições, a organização do estaleiro e da obra, a fiscalização e a assessoria. Significativamente, neste documento, as equipas eram apelidadas de “Brigadas de Construção”, título que remetia a sua actividade para um terreno mais directamente relacionado com a realização física da obra, do que, propriamente, com a definição da estratégia ou com a concepção do projecto. Acreditava-se num contexto novo, que, de algum modo, face à vontade popular e à frontalidade das carências expostas, pudesse veicular a síntese do processo construtivo, tradicionalmente composto por uma cadência de momentos separados entre si. Por um lado, era tentador explorar a possibilidade de obter obra, resultados práticos, a muito curto prazo e com competência técnica, por outro lado, o fulgor do período revolucionário levava também à sugestão, um pouco ingénua, de se estar a abrir uma frente de luta contra a divisão do trabalho.

No entanto, parece óbvio que a principal razão daquela abertura de possibilidades de trabalho estava relacionada com a ideia de um processo aberto às práticas sociais, às vontades das populações interessadas e organizadas: “[...] claro que esta posição dependerá muito de factores ligados ao próprio processo e das atitudes que ao longo deste cada brigada for assumindo. Considera-se fundamental que as Brigadas, embora procurando solidarizar-se com as populações, não se substituam a estas e às respectivas estruturas organizativas, limitando a sua intervenção a aspectos técnicos”³⁶.

Estava subjacente ao documento, também por estes mesmos argumentos, a impossibilidade das brigadas se assumirem “como ramificações ou prolongamentos do FFH”³⁷, esse seria o penhor da sua autonomia em relação às instituições, da consignação da sua actividade à vontade das populações, seria a razão de ser do seu carácter “ambulatório” e “local”. Mas correspondia também ao descrédito na hipótese das instituições se transformarem “por dentro”, tal como Portas a tinha colocado cinco anos antes³⁸. As instituições, e a obsolescência dos seus aparelhos burocráticos e administrativos, deveriam ser agora pressionados pela força do movimento popular, pela dinâmica essencial e fundadora de uma democracia de base, que inevitavelmente arrastaria à passagem todas essas forças imobilizadoras de dominação e de perpetuação de privilégios. Para isso, era fundamental distanciar as brigadas, mantê-las fora da possível contaminação com o imobilismo burocrático que tantas iniciativas já tinha asfiziado.

Quanto à função do FFH, que, *malgré tout*, era o organismo mais conveniente e mais óbvio, na seio do qual o novo serviço já estava criado, Nuno Teotónio Pereira achava que era necessário destacar uma equipa para accionar as intervenções e para estipular um organigrama de funcionamento.

Tomando como base este documento, iniciar-se-ia no FFH o trabalho de estruturação orgânica do SAAL.

Entretanto, a 31 de Julho, era elaborado um despacho conjunto do Ministro da Administração Interna, Manuel da Costa Brás, e do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, que instituiria oficialmente a organização “de um corpo técnico especializado, designado por ‘Serviço de Apoio Ambulatório Local’ (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários”³⁹. Esse despacho, promulgado a 6 de Agosto, ratificava, no essencial, os princípios básicos do documento anterior mas, na necessidade de lhes conferir coerência orgânica e credibilidade legal, especificava e

³⁶ *Ib.*, p. 3.

³⁷ *Ib.*

³⁸ *Arquitectura e Sociedade Portuguesa*, mensagem de Nuno Portas ao Encontro Nacional de Arquitectos.

³⁹ Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, Despacho: *Diário do Governo*, nº.182, 1ª. série, 6-8-1974.

delimitava campos, prioridades e competências que tinham sido deixados em aberto. Desde logo ao considerar que a base essencial das operações eram os trabalhos de infraestruturação viária e sanitária, os quais, juntamente com a cedência de superfícies para a urbanização, deveriam ser encargos das autarquias locais. Mas o papel das câmaras não se limitaria à disponibilização de terrenos, teria também de incluir o controlo urbanístico e o de interlocutores com as populações interessadas, “designadamente na arbitragem das prioridades face aos recursos disponíveis [...] e na garantia dos empréstimos previstos na legislação”⁴⁰. Reconhecia, no entanto, a incapacidade da generalidade dos serviços técnicos municipais para levar por diante estas competências, e propunha que o FFH estabelecesse, através do SAAL, acordos com as câmaras para o “fornecimento dos projectistas, monitores e fiscais técnicos exigidos pelas operações”⁴¹.

Abria excepções a esta prestação de apoio técnico por parte do FFH aos municípios, no caso da Câmara Municipal de Lisboa seria dado pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, EPUL, e pelo GTH, na área de intervenção de Chelas. O financiamento, contudo, manter-se-ia, mesmo nestas situações de excepção, a cargo do FFH. Ficava, assim, vincada mais uma vez a preocupação de não colidir com as acções de planeamento e com as intervenções que vinham sendo cumpridas segundo determinadas linhas de coerência, bem assim como com os organismos que vinham demonstrando qualidade e eficácia no trabalho desenvolvido. Nessas acções, ou, pelo menos, naquelas que melhor conhecia, o Secretário de Estado não queria cair no erro de desperdiçar as tão esparsas energias que se tinham conseguido aforrar.

Outra das especificações dizia respeito à reconhecida insuficiência das verbas disponíveis, pelo menos durante o ano de 1974, que obrigava a uma prudente escolha das iniciativas a apoiar. A viabilidade da consolidação ou da reconversão dos bairros, avaliada segundo critérios urbanísticos, deveria constituir factor de avaliação e de consequente selecção.

O despacho reafirmava como “principal justificação” a “apropriação de locais valiosos pelas camadas populares nele[s] radicadas sob forma marginal”⁴², ratificando, portanto, a questão do solo e do valor fundiário como condição axial para uma política concertada de habitação, de cidade e de melhoria da qualidade de vida. Mas salvaguardava as possíveis situações em que os solos utilizados não fossem assim tão privilegiados, circunstâncias em que “a reconstrução no próprio local” fosse “desaconselhável pelas características do terreno, acessos ou outras razões”⁴³. Nesses casos, as autarquias deveriam então arranjar terrenos alternativos, convenientemente localizados, e preparar as intervenções com base em disponibilidades financeiras inscritas já para 1975.

Dadas as circunstâncias, era necessário agir com rapidez, o despacho marcava o prazo de 15 de Setembro para o estabelecimento dos contactos tripartidos entre o SAAL, as câmaras e os representantes das populações interessadas, sendo a partir daí possível trabalhar na definição de prioridades, no “calendário de investimentos” e na celebração dos contratos de apoio.

Mas, tal como nos documentos que o antecederam, também no teor deste despacho era muito evidente o carácter experimental de processo em evolução. Um processo que deveria, pelo menos numa primeira fase, ser permanentemente avaliado pelos responsáveis do SAAL, no sentido da optimização de recursos e da sistematização das soluções. A eficácia “política, técnica e económica” das operações a iniciar seria determinante para a definição das linhas de actuação futuras. Nestas circunstâncias, em que o leque de possibilidades de apoio era extremamente aberto, — da aquisição de solo à actividade construtiva, do projecto ao fornecimento de materiais e componentes, da dinamização cultural à formalização jurídica das organizações de base — era necessário aquilatar permanentemente as acções, testá-las e equilibrá-las sob o ponto de vista dos objectivos a alcançar.

Um pouco também devido a esta expectativa processual, todo o enquadramento jurídico e financeiro das operações era relegado para dois decretos “em curso de promulgação”. Um deles legislaria sobre a constituição de cooperativas habitacionais sem fins lucrativos, o outro daria a

⁴⁰ *Ib.*

⁴¹ *Ib.*

⁴² *Ib.*

⁴³ *Ib.*

base legal das modalidades de apoio técnico e de financiamento às iniciativas organizadas dos moradores. O despacho fazia, portanto, depender a base legal das operações a iniciar de dois diplomas ainda em preparação, não obstante, “o arranque das primeiras operações”⁴⁴ estava já garantido através de dotação em orçamento extraordinário. Mas a questão da fixação da base legal das intervenções era uma preocupação secundária, que estrategicamente se fazia depender do decorrer do processo, o segundo dos anunciados decretos nunca chegaria a sair, e viriam a ser os princípios que, de um modo mais ou menos explícito, estavam subjacentes ao despacho a regular todo o caudal de acções que se lhe seguiram.

E quais eram esses princípios? Eram essencialmente seis, com graus diferentes de adaptação às condicionantes mais específicas, mas com igual valor de determinação perante a realidade objectiva e, sobretudo, perante o reconhecimento teórico de anteriores experiências e de anteriores políticas no âmbito da promoção habitacional para populações sem capacidade de acesso ao mercado convencional.

Em primeiro lugar, o princípio da organização social da procura. Era fundamental que a iniciativa partisse dos próprios moradores, da sua vontade de transformar as condições habitacionais. Para isso era também necessário incentivar a sua capacidade de auto-organização. Este princípio, ancorado nas frentes críticas das soluções impostas de cima, sobretudo das intervenções de grande escala frequentemente associadas ao Movimento Moderno, estava também submetido a duas ordens de ideias. Por um lado, representava a motivação da iniciativa própria, que consignava a lefebvriana hipótese da necessidade de apropriação, mais do que de propriedade, dos espaços a edificar e a utilizar. Por outro lado, acreditava-se que a auto-organização, como condição fundamental para o empreendimento, facultava uma dinâmica de gestão democrática que se orientasse para a melhoria progressiva, não só das condições habitacionais casa a casa, mas sobretudo das condições urbanísticas do próprio bairro e da sua inserção integral na cidade. A auto-gestão seria também o caminho para dinamizar as capacidades de evolução física e social de espaços frequentemente ghetizados, ocupados, em grande parte dos casos, por grupos populacionais marginalizados.

Depois, o princípio da preferência pela manutenção das localizações. Também consignado pela crítica às experiências anteriores, este princípio inviabilizava, de uma forma óbvia e, simultaneamente, radical, as tentações de realizar operações de especulação fundiária, com o pretexto dos realojamentos em locais mais “convenientemente”. Consequentemente, anulava as possibilidades de expulsão dos moradores, permitindo-lhes continuar a habitar espaços cujas referências urbanas e de vizinhança já tinham sido adquiridas. O Estado deixava, pelo menos, de ser conivente com os agentes do mercado de solos nessas operações de especulação, eufemisticamente apelidadas de “renovação urbana”, e a conquista do direito à cidade, necessariamente progressiva dadas as condições sociais e económicas de grande parte das populações visadas, tinha agora o seu caminho mais livre de confrontos e de impedimentos institucionais. No entanto, em função do conhecimento de algumas localizações mais desfavoráveis, nomeadamente na periferia próxima de Lisboa, salvaguardava-se a hipótese deste princípio não se aplicar, sempre que a manutenção não fosse aconselhável, do ponto de vista técnico.

O princípio da autonomia na gestão do projecto e da obra, que garantia vínculos mais fortes entre os moradores e a obra desde o início do processo, traduzia também, no essencial, uma nova forma de encarar, sob o ponto de vista institucional, a promoção habitacional com participação pública. A ampla autonomia concedida às populações organizadas, desde a engenharia financeira às premissas do programa e do projecto, desde as opções tipológicas à condução da obra, estava talhada para eliminar as prováveis ingerências tecnocráticas a que este tipo de acções esteve, desde sempre, sujeito. Portanto, este princípio não se instituiu só em função de uma certa euforia libertadora e reivindicativa que vigorava no país, mas sim, e essencialmente, em função de uma das questões mais quentes da época, que o debate arquitectónico também acolhera em lugar de honra, ou seja, a correlação de forças e as estratégias das batalhas que, um pouco por todo o lado, opunham o *povo* à *tecnocracia*. E era nessas estratégias, cujos instrumentos mais visíveis eram, até aí, o caos urbanístico, por um lado, ou os contraplanos militantes, por outro, que este

⁴⁴ *Ib.*

princípio também procurava os seus frutos, a sua capacidade de gerar qualquer coisa nova, difícil ainda de definir porquanto não tinha sido posta à prova.

Depois, ainda, o princípio da incorporação de recursos próprios. Porventura aquele que se veio a revelar mais controverso, este princípio tinha também subjacente a ideia de que quantos mais recursos próprios fossem investidos na construção das casas tanto mais forte seria também o sentimento de apropriação em relação ao fogo e ao bairro. Nuno Portas faz questão de afirmar que “nada obrigava” a que esse investimento fosse realizado em mão-de-obra na auto-construção⁴⁵, podia sê-lo, por exemplo, em aforro monetário que complementasse os fundos públicos, mas não abdica da convicção que era necessário “mexer na obra”⁴⁶, com todas as implicações físicas e psicológicas da acção, para que essa apropriação fosse mais intensa. Por outro lado, a ser cumprido, este princípio garantiria taxas de execução mais realistas, dada o enorme *deficit* habitacional do país. Na realidade, era impossível ao Estado *fornecer* todas as habitações necessárias para alojar as populações carenciadas. Sabendo que “a chamada solvência não tem uma linha separadora clara e indiscutível”⁴⁷, que era sempre um indicador relativo, e não havendo nenhuma hipótese de partir para uma política da habitação completamente gratuita, era sempre proveitoso incorporar todo o tipo de investimentos possíveis, sobretudo aqueles que, na prática, já eram utilizados nas soluções marginais de alojamento.

O princípio da descentralização da promoção habitacional traduzia uma outra aspiração que já vinha de trás. Nuno Portas estava ciente que um dos sinais mais evidentes do atraso técnico e cultural do país era a exagerada e macrocéfala concentração dos saberes na capital. Se, por um lado, era necessário accionar políticas que incentivassem uma distribuição mais equitativa dos técnicos pelo território, por outro lado estavam criadas as condições para suprimir as peias burocráticas mais caducas e centralistas herdadas do regime anterior. Tal como ele próprio, por diversas vezes durante a ilusória abertura marcelista, já tinha preconizado⁴⁸, surgira agora a ocasião ideal para o arranque de um processo efectivo de descentralização administrativa e de disseminação dos saberes técnicos, arquitectónicos e urbanísticos pela totalidade do território.

Por último, mas nem por isso menos importante, subjacente ao despacho que instituiu o SAAL estava também o princípio da iniciativa experimental. Mais do que fixar uma política, o despacho pretendia abrir caminhos, os quais teriam necessariamente de ser avaliados ao longo do tempo; mais do que iniciar uma prática *ex-novo*, no sentido moderno, abstraindo-se do significado das experiências anteriores, o despacho apelava à reforma sistemática das práticas correntes, mesmo que essas reformas pudessem inverter radicalmente os sentidos e os resultados. Tratava-se de um projecto-piloto, que pretendia reformar e regular as práticas já existentes e abrir novas perspectivas, que pudessem vir à luz através da avaliação do caminho percorrido e não através da ruptura total. É, contudo, importante referir que estas aberturas e avaliações se reportavam, em primeira análise, aos domínios programáticos, estratégicos e de recursos, o que não significa que, no fundo, não estivesse também subjacente alguma esperança nas possibilidades de renovação no âmbito do projecto e das suas metodologias. Tudo iria depender da eficácia processual. Este princípio conferiria, assim, ao novo serviço um carácter de processo auto-evolutivo, fundamentado pela convicção crítica em relação ao paradigma moderno da síntese integradora.

Estipulados estes princípios e definido o campo de acção, havia que pôr o serviço a funcionar. A iniciativa e a responsabilidade desse arranque caberia, por inerência óbvia, ao FFH. No interior deste organismo, havia já grupos de trabalho interessados neste tipo de acções, que estavam a

⁴⁵ Entrevista feita a Nuno Portas, gravada a 31 de Agosto de 1999. Foi, de resto, também a partir desta entrevista que estes princípios foram sendo sistematizados.

⁴⁶ *Ib.*

⁴⁷ Nuno Portas, “O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”, p. 641.

⁴⁸ Em especial nos textos que acompanharam o Colóquio sobre Política de Habitação e o Encontro Nacional de Arquitectos, ENA. Cf. Ignácio Peres Fernandes, A. Celestino da Costa, J. M. Ferreira da Cunha, Ruy José Gomes, Nuno Portas (relator) e J. M. Alves de Sousa, *Colóquio sobre Política de Habitação. Texto de Base*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969 [Setembro]; e, também, *Arquitectura e Sociedade Portuguesa*, mensagem de Nuno Portas ao Encontro Nacional de Arquitectos, Dez 69 (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969).

desenvolver, desde Maio, um trabalho paralelo, com base no qual tinham também sido efectuadas as já referidas reuniões do Teatro S. Luís e do LNEC. Desses grupos fazia parte a assistente social Maria Proença, que elaborou, a 2 de Agosto, uma proposta de estruturação do serviço dentro do FFH na qual definia objectivos a curto prazo e condições de funcionamento. A criação de “Brigadas de construção locais” e a identificação das operações a desenvolver eram as tarefas mais imediatas. Quanto ao funcionamento, propunha a nomeação de um grupo de trabalho, sob coordenação do vice-presidente do FFH, composto por técnicos que cobrissem áreas disciplinares muito diversificadas. Para esse efeito, avançava já com alguns nomes, entre os quais estavam o de Hélder Tiago, um engenheiro, o de Margarida Duque Vieira, uma assistente social, o seu próprio e o de Margarida Coelho, que era arquitecta da Direcção de Habitação do Norte – DHN. Deixava, no entanto, em aberto a cobertura de algumas áreas disciplinares, como o apoio jurídico ou a arquitectura paisagística. Para melhor enquadramento e integração da fase de arranque propunha um corpo de consultores composto por Nuno Teotónio Pereira, Bruno Soares e Bárbara Lopes.

Para o trabalho de campo, o “contacto directo com as populações”, a proposta de Maria Proença estipulava que, através da DHN, a Arq^a. Margarida Coelho viesse a criar uma delegação do SAAL no Norte. Quanto ao resto do país, seria distribuído por dois grupos de trabalho: um para a região de Lisboa, excluindo o concelho, que estava entregue à EPUL, composto por Nuno Teotónio Pereira, Pedro Botelho e Margarida Duque Vieira; e outro para as restantes áreas, composto por Hernâni Dias, Abel Corte-Real, Manuel Sotto Mayor Faria e Maria Proença. Era desejável que qualquer destes grupos pudesse vira a ser completado quer em número de membros, quer em diversidade disciplinar.

Esta primeira proposta de funcionamento deixava ainda por definir alguns critérios de remuneração, nomeadamente o tipo de contratos a celebrar com as brigadas.

O Secretário de Estado Nuno Portas despacharia favoravelmente esta proposta, esclarecendo que os contactos a encetar serão com as populações e com as autarquias, sob a coordenação de Maria Proença. O empenho que punha no processo estava bem patente quando propunha a sua colaboração pessoal, “se não houver sugestões entretanto, na busca da pessoa para o cargo de coordenador”⁴⁹.

Esclarecidas estas primeiras premissas formais, seguiram-se, durante o mês de Agosto, várias acções de auscultação da realidade tendentes ao avanço do processo. Era notória a intenção de superar formalidades inúteis e de iniciar uma prática de contacto directo com as populações. Os diversos grupos começariam a apresentar relatórios e documentos que reforçavam essa vontade.

Em meados do mês, numa reunião da Comissão de Coordenação e Reforma do FFH, o SAAL era já o tema exclusivo. Maria Proença, na qualidade de coordenadora da Equipa Central, dava conta de contactos com as administrações municipais de Caldas da Rainha, Leiria, Condeixa, Coimbra, Águeda, Ovar, Figueira da Foz, Alcacer do Sal, Beja e Évora, locais onde também tinham sido referenciadas áreas passíveis de intervenção do serviço. Nuno Teotónio Pereira, por sua vez, referiria detalhadamente as zonas com maiores problemas habitacionais nos concelhos da envolvente norte de Lisboa, nomeadamente Sintra, Oeiras, Cascais, Loures e Vila Franca de Xira. Em representação da EPUL, Filipe Lopes especificaria já as carências em algumas zonas do concelho de Lisboa: 800 fogos para o Alto dos Moinhos; 500 fogos para a Quinta das FONSECAS; 1500 fogos para a Quinta da Bela Flor, Tarujo e Vale de Alcântara; e, ainda, a libertação de terrenos afectos à Cidade Universitária para a operação da Quinta da Calçada. Margarida Coelho, por sua vez, apresenta prioridades para o Porto e periferia próxima, a questão das “ilhas”, da sublocação e detecção de áreas de degradação habitacional – barracas e “clandestinos” – em Matosinhos e Gondomar, S. Pedro da Cova.

Estavam então iniciados os primeiros contactos de campo. Era agora forçoso perceber como se podia partir para as acções, vários eram os pontos de vista, diversas eram as prioridades sugeridas. Começava a ser urgente perceber como se procederia a formação de brigadas, que tipo de contratos, que tipo de vínculo para com a população, para com a administração central e para com a administração local.

Agosto de 1974

⁴⁹ Maria Proença, “Estruturação do SAAL”, M.E.S.A. Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo. Fundo de Fomento da Habitação. Proposta n.º. 10/GE/74. Proc.º. 490/GE, 2-8-1974.

O Secretário de Estado Nuno Portas daria, então, à equipa coordenadora do SAAL, a incumbência urgente de organizar as brigadas e as fórmulas para a sua contratação, para além de reforçar os contactos já iniciados com as Câmaras e com as populações. Mas não deixaria também de concluir com uma sistematização de acções e prioridades que reflectiam uma certa concentração pragmática em torno das experiências que ele tão bem conhecia, particularmente as sul-americanas e as do norte de África, quiçá para refrear algumas tendências mais dispersivas que já se adivinhavam, quer no sentido da excessiva objectualização projectual, quer no sentido da acção social. Assim, e em primeira aproximação, propunha como critérios de intervenção o equipamento sanitário, abastecimento de águas e esgotos; a avaliação dos solos sob o ponto de vista urbanístico; o estatuto dos solos em causa, que tipo de propriedade; a capacidade organizativa dos moradores e a disponibilidade de recursos e de mão de obra. Propunha, também, uma metodologia de intervenção mais alargada, que teria os seguintes passos: organização da população; delimitação e clarificação da propriedade do terreno; traçado, projecto e construção das infraestruturas; mudanças das casas para os lotes infraestruturados; esquemas de apoio técnico e apoio com materiais à reconstrução das casas; financiamento, projecto, construção e gestão dos equipamentos; e, por fim, condições de cedência de casas e de infraestruturas⁵⁰. Perante a avalanche de intervenções que já se pressentia, Nuno Portas via a necessidade de assentar ideias e de não dispersar energias. Por isso tentava fazê-las convergir em direcção ao que ele acreditava ser uma prática mais sistemática e mais eficaz, que já tinha sido testada noutras circunstâncias e que, em teoria, estava bem no âmbito das expectativas que ele pusera na criação do serviço.

Assim, Agosto de 74 viria a ser um mês fulcral para o arranque do processo. Os primeiros contactos locais, o ritmo a que se sucediam as propostas de estruturação orgânica e de funcionamento – Maria Proença, Margarida Coelho, Bruno Soares, EPUL, entre outras – e a intensidade da discussão interna contrastavam com uma perceptível indefinição sobre os contornos precisos das acções a desenvolver. Sentia-se que era urgente arrancar com algo de concreto, daí a necessidade de acelerar a constituição de brigadas.

Numa nova reunião em finais do mês, dia 27, na qual participou um representante da Organização das Nações Unidas, para anunciar a Conferência sobre o Habitat a realizar em Vancouver em 1976, começaram já a aparecer algumas operações possíveis. Nalguns casos, ainda não havia população organizada, mas já havia equipas e contactos com a Câmara, como em Ovar, Poço de Baixo, noutros casos havia moradores interessados e organizados, mas não havia equipa, como em Coimbra. Nessa mesma reunião, Nuno Teotónio Pereira proporia também uma fórmula de contratação relativamente simples, com remunerações equiparadas aos escalões correspondentes para a Função Pública, baseadas num valor-hora para o tempo de trabalho, e acrescidas das despesas de instalação e das deslocações. Desde logo acautelaria também a probabilidade das equipas serem muito flexíveis e de precisarem de reajustamentos permanentes.

Nuno Portas, secundado pelo representante da ONU, poria mais uma vez a tónica na característica “não convencional” do processo, chegando mesmo a definir a função específica do SAAL como “exclusivamente de ‘loteamento eficiente’”⁵¹.

É ainda durante o mês de Agosto que circula pelos serviços uma proposta de diploma legal que regulamentaria a cedência em direito de superfície de lotes para a habitação, infraestruturados pelas Câmaras Municipais, pelo FFH ou pelas empresas públicas de urbanização. Tratava-se da revisão de uma outra proposta, elaborada em 1970, quando se iniciava a sistematização institucional do Fundo, a qual tinha também sido usada por Nuno Portas e por Margarida Sousa Lobo para tentar enquadrar a experiência piloto da Quinta do Pombal⁵². Mas era ainda demasiado cedo para legislar sobre um processo que mal tinha arrancado.

⁵⁰ Ministério das Obras Públicas. Fundo de Fomento da Habitação, *Comissão de Coordenação e Reforma do FFH, Reunião de 16 de Agosto de 1974*, 19-8-1974.

⁵¹ MOP Secretaria de Estado de Urbanismo e Habitação. *Grupo de Trabalho do SAAL. Reunião de 27 de Agosto de 1974*, 30-8-1974.

⁵² Texto Provisório. Reservado. as Obras Públicas. Fundo de Fomento da Habitação (pasta Nuno Teotónio Pereira 1970-1973), cf. também com o Capítulo “Antes de Abril. A Questão da Habitação”.

A imprensa, entretanto, noticiava o aparecimento do SAAL como as “bases de uma campanha para extinção dos bairros da lata”⁵³. As utópicas esperanças em torno da resolução imediata do problema habitacional iam ganhando algum alento e, sob o ponto de vista político, a solução parecia encaminhada. O grande surto de ocupações dos meses anteriores parecia, também, ter abrandado. Geravam-se expectativas em torno de uma política integrada para as questões da habitação. A promulgação, a 12 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 445/74, que visava conter o aumento descontrolado das rendas de casa, penalizar imóveis devolutos e expectantes e controlar as demolições para efeitos especulativos, dava mais um sinal da determinação do governo nesse sentido. Mas, mais importante do que tudo isso, um pouco por todo o lado onde a miséria dominasse as condições urbanas e habitacionais levantavam-se vozes, pedidos, cartas para o poder local e para o poder central a reivindicar arranjos, esgotos, água, electricidade, erradicação de lixeiras, ruas, etc. Alertados para estas situações, militantes e organizações políticas de esquerda e extrema esquerda, mas com clara predominância do Movimento Democrático Português, MDP, dado o seu *background* de implantação no terreno, apoiavam e dinamizavam essas reivindicações, promoviam reuniões e criavam as bases da organização por bairro, por freguesia ou por aglomerado.

Depois de todo o esforço em torno do arranque da estruturação orgânica do SAAL, e apesar de todas as indefinições e divergências que naturalmente subsistiam, começava a tornar-se muito clara a noção de que se tinha que partir para o trabalho concreto e particularizado dos bairros. A formação das brigadas era, contudo, uma tarefa difícil de pôr em prática, dada a delicadeza da situação e dada a especificidade do trabalho a realizar. Não havia tempo, nem experiência anterior, para rigorosas operações de selecção, ou para aturadas determinações da aptidão, genérica ou específica, das equipas a escolher.

Os arquitectos e, de um modo geral, os técnicos mais novos estavam ansiosos por fazer convergir energias numa experiência profissional inteiramente nova, que tinha, para além do mais, a oportuna e aliciante faculdade de estar do lado dos mais pobres e dos mais oprimidos, servindo-os com os seus saberes técnicos, os quais, antes desta circunstância, estavam predestinados a emoldurar, quase em exclusivo, os interesses e o desejo de ostentação do Estado repressor, da burguesia arrivista ou do capitalismo liberal.

Quanto aos mais velhos, se muitos de entre eles sentiam ainda com mais profundidade esta última motivação, a verdade é que, de um modo geral, tinham também as suas encomendas congeladas, dada a situação de instabilidade social e económica e ansiavam por uma frente de trabalho que pudesse superar o impasse.

E se, em teoria, aos primeiros cabia a vantagem de maior disponibilidade e abertura para o novo “cliente”, bem como a garantia de uma certa frescura inovadora no trabalho, fazendo assim jus ao seu carácter experimental e processual, o certo é que, também teoricamente, aos segundos assistia o peso da experiência e da maturidade profissional, condição essencial para que o processo não se perdesse nos meandros de uma acção social pouco frutífera, do ponto de vista da obra concreta e da melhoria das condições habitacionais.

Mas esta dicotomia geracional, aqui apresentada por facilidade de sistematização dos factores em jogo, na realidade não existiu, nem foi sequer expressa ou tida como factor de arbitragem, *a priori*, em qualquer dos focos de debate que antecederam a formação das brigadas. A verdade é que, mais uma vez, foi no próprio decurso do processo que, paulatinamente, se foram encontrando as soluções para cada um dos casos. As primeiras reuniões em que o assunto foi abordado foram discutidos em primeira mão, e naturalmente, os casos que diziam respeito a Lisboa e arredores. O critério essencial era a existência de iniciativa local nos bairros e, só depois, partir para a constituição das respectivas equipas. No caso das áreas sob jurisdição de planeamento da EPUL foi também tido em conta o facto de, em muitas das operações, existirem já experiências que vinham de trás, nomeadamente as grandes áreas-plano que, desde o início dos anos setenta, tinham sido definidas

⁵³ “Bairros de lata acabam. Em organização o Serviço de Apoio Ambulatório Local. Criadas as bases de uma campanha para extinção dos bairros de lata”: *O Século*, 2/8/1974.

pela Câmara Municipal de Lisboa, as Unidades de Ordenamento – UNOR. Para essas unidades, lançadas durante a presidência de Santos e Castro, na altura em que o Arquitecto Filipe Mário Lopes estava encarregado da revisão do plano director, tinham sido chamados arquitectos jovens, que começavam a ter obra e notoriedade. Iniciara-se, assim, no âmbito da Câmara, uma experiência que proporcionaria trabalhos de rara coesão e abertura interdisciplinar. De qualquer modo, tinham sido já vencidas demasiadas dificuldades nessa experiência para que se pudesse perder a oportunidade de a continuar, na medida das circunstâncias vigentes.

Ora, nesta altura em que o mesmo Filipe Lopes estava a coordenar o trabalho da EPUL, foi, de certo modo, decorrente a decisão de chamar alguns dos arquitectos que tinham trabalhado nas UNOR para a formação de brigadas nas respectivas áreas. Foi assim com Raúl Hestnes Ferreira, que tivera a seu cargo a UNOR 40 – entre o Campo Grande e Sete Rios –, foi assim também com Manuel Vicente – que trabalhara numa outra UNOR – o prolongamento da Avenida João XXI, entre Chelas e o Alto de S. João.

A dificuldade, porém, estava em encontrar critérios claros e objectivos para todas as operações que se começavam a perfilar. Com base nesse propósito, e também com o de alargar e divulgar o programa, possibilitando assim a adesão de mais técnicos interessados, organizar-se-ia o 1.º Seminário SAAL, que decorreria a 5 e 6 de Outubro. De qualquer modo, a partir da divulgação do serviço e do início dos trabalhos, geraram-se algumas movimentações nos ambientes profissionais mais atentos. Arquitectos, engenheiros, técnicos de serviço social queriam saber como podiam entrar para o SAAL, como formar uma brigada, como trabalhar nos bairros de lata. Em Lisboa, Nuno Teotónio Pereira polarizava, nesta primeiríssima fase, essa informação, tentando coordená-la com os serviços do Fundo. No Porto, Margarida Coelho tinha proposto a integração de mais um arquitecto, Alexandre Alves Costa, e de um jurista, Mário Brochado Coelho, para o grupo que viria a coordenar o serviço no Norte. Este grupo começava também a desenvolver um trabalho de seriação das intervenções e de distribuição pelas respectivas brigadas.

A situação política complicava-se. A direita reorganizava-se em torno de Spínola e tentava juntar forças para preparar uma ofensiva que lhe permitisse recuperar o poder, ou, pelos menos, que lhe garantisse uma correlação de forças mais favorável no seio do governo. Mas a direita militar era claramente minoritária e estava enfraquecida desde que, em 12 de Julho, Otelo Saraiva de Carvalho assumira a liderança do Comando Operacional do Continente, COPCON. A direita civil, por sua vez, ou se refugiava no conluio tácito com as posições do General ou insistia em propostas demasiado próximas das do regime deposto para que pudessem ter alguma expressão mediática. A 28 de Setembro, a extrema direita tenta convocar uma manifestação para Lisboa com o objectivo de permitir a Spínola decretar o estado de sítio e assumir plenos poderes. Frustrada pela falta de apoio popular e pela própria correlação de forças no aparelho militar, essa tentativa viria a contribuir para o reforço político das posições da esquerda. António de Spínola viria a renunciar a 30 de Setembro e a Coordenadora do MFA demitia três dos generais da sua confiança, Jaime Silvério Marques, Galvão de Melo e Diogo Neto. Do Governo Provisório saído desta situação, o 3.º, ao qual o novo Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes, daria posse no mesmo dia 30 de Setembro, nada se alteraria, porém, em relação às pastas que tutelavam o SAAL: Vasco Gonçalves continuaria como primeiro ministro, Costa Brás na Administração Interna, José Augusto Fernandes no Equipamento Social e Ambiente. Nuno Portas continuaria também como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo.

Outubro de 1974

Para reafirmar o sentido da dignificação do trabalho e a adesão popular ao processo de construção da democracia, o primeiro ministro convocava os trabalhadores portugueses para uma jornada de trabalho a realizar no domingo, dia 6 de Outubro, cujos proveitos reverteriam para o país. E foi precisamente nesse dia que um grupo de trabalhadores do FFF se juntou para elaborar um inquérito crítico acerca da actuação daquele organismo. As conclusões a que chegaram centrar-se-iam na constatada inoperância de uma estrutura já muito burocratizada para dar uma resposta eficaz às carências do sector. Foram contabilizados e relacionados encargos e produção, desde a formação do Fundo, e verificou-se que a balança pendia demasiado para os custos de manutenção de um organismo já muito centralizado. De salientar o facto de ser muito criticada a opção de “dar os projectos a fazer fora”, quando, na opinião do grupo que efectuou o inquérito,

havia condições para os realizar nos serviços, sobretudo os que diziam respeito aos “empreendimentos mais repetitivos”⁵⁴.

Foi também ao longo desse dia que se completou o 1º Seminário SAAL, iniciado na véspera. Tinha como função alargada debater, de um modo mais consistente, as perspectivas de trabalho que já tinham vindo a ser discutidas separadamente, nos diversos grupos formados para o efeito. As primeiras dúvidas, que ressaltavam “o carácter ambíguo do SAAL”, tiveram aí expressão significativa. Questionava-se se o serviço não teria sido criado para desmobilizar os movimentos populares de ocupação iniciados logo após o 25 de Abril; afirmava-se que, se o processo pudesse vir a estar realmente ao serviço dos moradores pobres, não teria passado “na malha do governo da altura”⁵⁵. Mas também se lhe reconheciam paralelas capacidades de, enquanto processo, poder vir a gerar dinâmicas positivas para os movimentos urbanos, nomeadamente na “tentativa de criar um novo modo de produção ao nível do Alojamento”⁵⁶.

Como função mais concreta, este 1º. Seminário propunha-se divulgar o SAAL a um conjunto mais alargado de técnicos e de profissionais, de modo a poder mobilizá-los para a constituição das brigadas. Para esse efeito, debateu-se também qual o papel, ou os papéis, a desempenhar por esses grupos. Concluiu-se que deveriam ter uma margem de acção que lhes permitisse solidarizar-se “com as lutas concretas [...] não se substituindo nunca aos próprios moradores”⁵⁷. Assim, deveriam ter um estatuto pouco burocratizado, livre do controlo directo do Estado, para que pudessem jogar “no campo aberto das contradições do próprio sistema”⁵⁸. Mas a questão mais emergente dizia respeito ao âmbito da acção concreta a desenvolver pelas brigadas. As opiniões dividiram-se, polarizadas em torno de dois grupos de opções: as pequenas obras de beneficiação imediata das infraestruturas dos bairros degradados – acessibilidades, abastecimento de águas, esgotos, recolha de lixo, etc.; ou começar desde já a planear uma resolução definitiva dos problemas habitacionais, deixando as carências mais imediatas para o contacto directo entre os moradores e as câmaras.

Esta nova investida do SAAL em direcção às reacções exteriores, para além de reforçar a ideia de abertura processual, foi importante porque é a partir dela que se pode referenciar o ponto de partida para um novo ciclo, é a partir dela que começaria a germinar a ideia de uma iniciativa que muito facilmente se poderia multiplicar. Um SAAL que gera muitos outros SAAL, tantas quantas as experiências de intervenção e de contacto directo com a realidade.

Assim, logo a partir de Outubro, surgiram em Lisboa as primeiras tentativas de cartografar a situação dos bairros de lata. Algumas brigadas, já ratificadas pela actuação coordenadora da EPUL, inventariam carências e desenham propostas para beneficiação e alargamento de acessos, remoção de lixeiras, colocação de contentores de lixo e construção de pequenos postos de trabalho no local, seguindo assim de perto o modelo brasileiro de recuperação de favelas. Alguns destes trabalhos tinham também a colaboração dos sectores militares mais progressistas, sequiosos que estavam de consolidar o apoio popular já conquistado.

Mas começava também a perceber-se que era fundamental definir o estatuto do solo como primeiro e decisivo passo para as operações. A premissa que determinava a manutenção das intervenções no local determinava a necessidade de, quanto antes, expropriar terrenos, racionalizar cadastros, inventariar solos públicos e privados, iniciar processos jurídicos. Essa seria, sem dúvida, a tarefa mais premente das brigadas a criar.

Em Lisboa, na área de intervenção da EPUL, foram solicitadas intervenções para mais de três dezenas de bairros. Um despacho da Câmara Municipal, datado de 27 de Outubro, anunciava a formação de brigadas, encaminhava a população interessada para essas mesmas brigadas e estipulava que todos os serviços camarários deveriam dar prioridade às actuações relativas aos bairros

⁵⁴ *Inquérito e Análise Relâmpago sobre o Fundo de Fomento da Habitação, realizado por um Grupo de Trabalhadores no Domingo – 6 de Outubro de 74*, Lisboa, edição policopiada, 1974.

⁵⁵ Hélder Tiago, Margarida Duque Vieira, *O SAAL*, s.l., edição policopiada, s.d., p.12.

⁵⁶ *Ib.*

⁵⁷ *Ib.*

⁵⁸ *Ib.*

Novembro de 1974

degradados⁵⁹. A 9 de Novembro, tinham já sido criadas equipas para: Quinta do Bacalhau – Monte Coxo, sob a coordenação de Manuel Vicente; Alto dos Moinhos, coordenada por Bruno Soares; Quinta das Fonecas – Azinhaga da Torrinha – Quinta das Covas e Quinta da Calçada, coordenada por Raul Hestnes Ferreira; Quinta da Bela Flor – Calçada do Baltazar – Cascalheira, coordenada por Artur Rosa; Quinta do Alto – Calvanas – Picadeiro – Malpique – Pátio do Galego, coordenada por Manuela Bruxelas; Quinta do Leal – Casal dos Machados – Estrada da Circunvalação, coordenada por Nunes de Almeida; Tarujo – Casal do Sola, coordenada por Vítor Sousa Figueiredo⁶⁰; Bairro da Liberdade, coordenada também por Raul Hestnes Ferreira; Casal Ventoso, coordenada por José Daniel Santa-Rita; e Vale Escuro, coordenada por Gabriela Vieira de Almeida⁶¹.

Na zona envolvente de Lisboa havia, no fim do ano de 1974, treze operações iniciadas, com equipas a trabalhar no Catujal, em Almada, em Camarate, duas em Setúbal, em Moscavide, na Estrada da Circunvalação, na Falagueira, em Vila Franca de Xira, em Carnaxide, em Linda-a-Velha, no Seixal e em Sintra, mas as coordenações ainda não estavam completamente definidas.

Quanto ao norte, arrancaram também em 1974 treze operações: oito no Porto, Maceda, Antas, Chaves de Oliveira, S. Vítor, Bela Vista- D. João IV, Leal, Lapa e Sé; duas em Matosinhos, Cruz de Pau A e Cruz de Pau B; uma em Gondomar, S. Pedro da Cova; e duas em Ovar, poço de Baixo e Cortegaça⁶². As coordenações das equipas estavam ainda em fase de definição, mas havia, desde logo, uma intenção muito clara por parte do grupo coordenador do SAAL-Norte, já a funcionar, de envolver a Escola de Belas-Artes, aproveitando a experiência de campo que alguns grupos de estudantes já tinham adquirido, mas também, e sobretudo, enriquecendo e reforçando dialeticamente o seu processo de transformação e de abertura. Fora com esse intuito que Alexandre Alves Costa

SAAL-EPUL,
Cartografia dos
bairros de lata de
Lisboa, 1974.

Fonte: Arquivo do
Arquitecto Fernando
Bagulho



⁵⁹ Presidência da Câmara. Despacho n.º. 31/74: *Diário Municipal*, Lisboa, Ano XL, n.º. 11921, 31-10-1974.

⁶⁰ A não confundir com Vítor Figueiredo, arquitecto referenciado no Capítulo anterior.

⁶¹ Acta da reunião de 10-11-1974 entre as equipas coordenadoras do SAAL, do SAAL Norte e da EPUL, na presença do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo.

⁶² *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, pp. I-IV.

tinha integrado esse grupo coordenador. Por outro lado, houve no Porto, e desde muito cedo, a intuição de que o projecto poderia desempenhar um papel central e aglutinador, dentro do âmbito mais vasto do processo. Mais do que ser uma, entre outras, etapas, esperava-se, quase instintivamente, que o projecto pudesse incorporar a síntese das novas condições sociais, de uma nova ordem urbana e, segundo esse ponto de vista, ter uma função que podia também ser decisiva. Foi assim que, para a composição destas brigadas, começaram, num primeiro momento, a surgir os nomes de Alcino Soutinho, Pedro Ramalho, Manuel Lessa, Domingos Tavares, Mário Trindade, Sérgio Fernandez, Alfredo Matos Ferreira, Carlos Guimarães, Fernanda Seixas, Manuel Correia Fernandes, Francisco Melo e António Moura. Outros estariam certamente ciosos de colaborar no processo e fá-lo-iam, ora integrando estas equipas, ora esperando pelo aparecimento de novas operações.

Como resultado, quer de envolvimento locais, quer das viagens de prospecção realizadas em Agosto, começavam, também, a surgir solicitações de outros pontos do país, como Coimbra, Lagos, Beja ou Alcácer do Sal. De entre estas, destacavam-se, porém, as de Lagos, ampliadas pela voz e pela determinação de um arquitecto local, José Veloso, que foi incentivando a organização dos moradores, quer os da praia quer os da cidade, e viria a ter um papel importante no lançamento das três operações de Lagos, que desencadeariam depois toda a actividade do SAAL no Algarve.

Mas este final de ano de 1974 seria, também, marcado pelo recrudescimento gradual dos movimentos sociais em torno da melhoria das condições habitacionais. Passada a fase da espontaneidade, começavam agora os moradores dos bairros pobres a perceber que a auto-organização poderia ampliar a sua capacidade reivindicativa.

Uma dramática circunstância voltaria de novo as atenções do país para as condições de sobrevivência nos bairros pobres. No final do mês de Outubro deflagrou um violento incêndio na Falagueira, um aglomerado de barracas às portas de Lisboa que depois viria a ser objecto de uma intervenção do SAAL. Cerca de setenta casas precárias foram destruídas e mais de trezentas pessoas ficaram sem abrigo. As autoridades locais, com o apoio e coordenação das Forças Armadas montaram um acampamento de emergência e iniciaram de imediato planos de realojamento, mas a notícia e as reportagens subsequentes, divulgadas na comunicação social, voltariam a inebriar as consciências com a frieza de uma realidade bem próxima, que era cada vez mais impossível de ocultar.

O mês de Novembro começava com nova vaga de ocupações. Em Lisboa, na Ajuda, várias dezenas de famílias ocupavam as restantes casas vazias do mesmo Bairro da Fundação Salazar que já tinha sido alvo de ocupações massivas em Maio. Moradores vindos dos muitos bairros de lata que circundavam a cidade ocuparam casas que estavam a iniciar a construção, algumas ainda só tinham a estrutura.

Mas, em Lisboa, a onda de ocupações de prédios devolutos dava-se um pouco por toda a parte, surgiam notícias da zona da Avenida Almirante Reis, do Alto do Pina e da Penha de França.

A 21 de Novembro, cerca de três mil moradores pobres ocupam, em Chelas, casas promovidas pelo FFH, pelas Caixas de Pensões e pelos Serviços Sociais das Forças Armadas. Estas últimas viriam mais tarde a ser desocupadas.

Alguma expectativa gerada em torno da política habitacional vai sendo devastada pela urgência das soluções e pelo vertiginoso aumento da consciência reivindicativa dos moradores. A Associação dos Inquilinos Lisbonenses emite um comunicado a queixar-se da ineficácia do Decreto-Lei nº. 445/74, que definia um prazo de 120 dias para se resolver o problema das casas devolutas expectantes, nomeadamente acusando os senhorios de omitirem a declaração dos prédios nessas condições.

No Porto, tinha lugar, a 30 de Novembro, uma manifestação de moradores contra a sublocação, a Câmara Municipal foi invadida e foi forçado o diálogo com a Comissão Administrativa, que teve de interromper a sua reunião ordinária. Ainda de um modo muito espontâneo, sem qualquer espécie de estrutura organizativa, os moradores exigiam casas decentes, equipamento e o fim da sublocação.

Poucos dias depois decorreria, no auditório da Escola de Belas-Artes do Porto, o primeiro plenário das Comissões de Moradores que tinham aderido ao SAAL.

SAAL-Norte

A 13 de Dezembro, também os moradores dos bairros camarários reuniram cerca de uma dúzia de comissões, num plenário realizado no Bairro do Lagarteiro. Decidiram então criar uma comissão central.

Para as brigadas, que começavam agora a envolver-se no processo SAAL, era difícil ficar indiferente a este turbilhão de reivindicações. Começavam a sentir que, também da sua parte, era necessária uma força organizada que pudesse representar o corpo social que estava em criação. Assim, apareceriam de igual modo as primeiras iniciativas convocadas, organizadas ou simplesmente subscritas pela designação de “trabalhadores do SAAL”.

Aproveitando a presença em Portugal de John F. C. Turner, realizar-se-ia, sob a égide dessa mesma designação, um plenário a 16 de Novembro, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, no qual também estiveram o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas e o Ministro do Equipamento Social e Ambiente, José Augusto Fernandes. Aí foram debatidos todos os temas emergentes da altura: a resolução da questão do estatuto do solo, a clarificação e a delimitação do objecto das intervenções, as formas de auto-organização dos moradores e as modalidades de financiamento à construção.

Nesse plenário, para além das naturais perplexidades em relação a um trabalho novo, muito diferente dos procedimentos técnicos mais convencionais, transpareceram também as primeiras exigências laborais por parte das brigadas. As de Lisboa, as BAL, que operavam sob a administração da EPUL, reclamariam melhores condições de trabalho, quer sob o ponto de vista do estatuto contratual, quer sob o ponto de vista do estabelecimento de parâmetros económicos e programáticos, quer mesmo sob o ponto de vista da iniciativa política a montante das intervenções. Apresentariam igualmente uma proposta de honorários para as diversas categorias dos membros das brigadas, que tinha como base os vencimentos em vigor para a função pública. De resto, todas as diversas propostas que, ao longo destes primeiros meses, foram sendo apresentadas com o propósito de fixar o valor do trabalho das brigadas, tomavam as tabelas da função pública como base e só divergiam em questões de pormenor: a contabilização do valor da assistência social, a isenção ou não isenção de impostos, a divisão pelo valor-hora, etc. Foi, de qualquer modo, a partir dessas exigências e da tomada de posição das brigadas da EPUL, aquelas que estavam mais adiantadas, que se gerou este primeiro momento de consciencialização das equipas como um corpo autónomo, e a partir dessa autonomia surgiram depois as questões da equidistância, ou do compromisso, no papel de mediação entre os organismos do Estado e as populações.

Plenário com John F. C. Turner

Porto, primeira manifestação de moradores contra a sublocação, entrada na Câmara Municipal, 30 de Novembro de 1974.

Fonte Arquivo do Arquitecto Alexandre Alves Costa.



Em face de todas estas movimentações sociais que, de algum modo, o arranque da acção das brigadas começava também a potenciar, a hierarquia do governo tentava pressionar a urgência da construção de “muita habitação social”, deixando frequentemente transparecer a mais completa incompreensão da complexidade processual e política da produção habitacional⁶³. O Secretário de Estado Nuno Portas, por sua vez, ia acompanhando de perto o surgimento destas novas frentes orgânicas com renovada expectativa. A 14 de Outubro reunia, no Porto, com a Câmara Municipal e com elementos do SAAL-Norte. Anunciava a disponibilidade de verbas a ceder às autarquias para infraestruturas e para aquisição de terrenos. Referir-se-ia ao SAAL e às suas funções específicas de apoio técnico à renovação das “ilhas” “aproveitáveis” e da Ribeira-Barredo, mas não deixaria de referir a prossecução de planos em marcha, como a ampliação de alguns Bairros Camarários e a dinamização de outros.

As relações entre os técnicos do SAAL-Norte e a Câmara Municipal do Porto, entretanto, tinham vindo a ser preparadas desde o início do SAAL, em Agosto. Em Setembro, e depois de diversas reuniões, a Câmara nomeou um arquitecto, Manuel Teles, para se encarregar dessas relações. A presença do Secretário de Estado, em Outubro, pretendia dar um sinal inequívoco da determinação para o arranque das operações, mas a inércia burocrática não se quebrava de repente e a natural desconfiança perante uma estratégia toda definida a partir do exterior fazia com que os canais de relacionamento não fossem totalmente fluidos. Mas o grupo coordenador do SAAL-Norte não queria perder tempo e, em Outubro, saía com a publicação de uma minuta que clarificava a relação de trabalho com as brigadas a contratar⁶⁴. Definia, por um lado, as obrigações contratuais mútuas e, por outro, a autonomia do serviço no Porto que assim assumia, desde o princípio, a coordenação de todos os trabalhos que se viessem a desenvolver.

Entretanto, a 24 de Outubro, o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente apresentava um texto programático de política urbana, que intitulou genericamente Plano de Actividades e que viria a ser aprovado em Conselho de Ministros, no dia seguinte. Aí se dava conta de algumas intenções básicas no âmbito da distribuição dos equipamentos, das redes de transportes e de infraestruturas e da descentralização técnica e administrativa. Mas a tónica principal dizia respeito, sem dúvida, ao aumento da produção habitacional, que era apresentada segundo duas motivações primordiais: a resolução das enormes carências de que enfermava o sector e a criação de emprego e de riqueza na indústria da construção civil, que continuava a dar sinais de preocupante inactividade. Na sistematização dos vários segmentos de oferta, basicamente os mesmos que Nuno Portas definira, em primeira mão, logo em Julho, no *Programa de Acções Prioritárias*, a medida mais saliente era a consignação dos Contratos de Desenvolvimento da Habitação – CDH. A referência ao SAAL era explicitamente marcada pelo seu carácter de emergência, ou seja, esperava-se que começasse a dar frutos o mais depressa possível. Dizia-se que as operações compreendidas pelo SAAL deveriam, sobretudo, incidir no desenvolvimento das redes viárias e sanitárias, mas que, sob a forma de auxílio financeiro e técnico, poderiam também promover a construção, desde que fosse de iniciativa dos moradores organizados em cooperativas. Esses trabalhos serviriam para melhorar as condições urbanas dos bairros mais degradados ou podiam, simplesmente, destinar-se ao realojamento das populações. Para estas operações, que também poderiam contar com trabalho voluntário apoiado pelas Forças Armadas, estava desde já disponível uma verba de 50 000 contos. Mas, para além desta disponibilidade financeira, o apoio do sector público poderia, e deveria, ter também expressão activa na optimização das condições de aquisição de solos e, nesse sentido, previa-se o arranque das expropriações sistemáticas já planeadas que totalizavam uma área de cerca de mil hectares. Esta tomada de posição pública, ratificada pela aprovação no Conselho de Ministros, traduzia a preocupação crescente de um governo que, se por um lado tinha a consciência

Programa de Acções
Prioritárias

⁶³ A uma reunião na Câmara Municipal de Lisboa, com o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente e com o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, para apreciar os Planos de Urbanização de Martim Moniz, Telheiras-Sul e Lumiar, a 10 de Outubro, seguir-se-ia uma outra, a 22, em S. Bento, sobre política de habitação. Nesta última, interministerial, para além dos Secretários de Estado da Habitação e Urbanismo e das Obras Públicas, estiveram os ministros do Equipamento Social e do Ambiente, do Trabalho, todos os ministros sem pasta e o primeiro ministro.

⁶⁴ *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 85-86.

de ser demasiado provisório para tomar medidas de fundo, por outro lado sentia a absoluta necessidade de agir face à extrema gravidade da situação habitacional no país.

Talvez também por isso, alguns dias mais tarde, Maria de Lourdes Pintasilgo, ministra dos Assuntos Sociais, anunciava também na televisão um programa de acção que incluía, entre outras medidas, uma prestação familiar para habitação a conceder aos agregados com rendimento inferior a 6 000 escudos mensais.

No FFH aprovava-se um modelo de protocolo a celebrar com as autarquias para a resolução do problema do solo e para articular os canais de relacionamento com o SAAL.

No princípio de Novembro o governo nomeava para seu comissário no Gabinete de Planeamento do Algarve, um arquitecto, Rui Mendes Paula, que viria a ter um papel activo no arranque e na prossecução do processo SAAL naquela região.

Vários projectos de Decreto-Lei para regulamentar e agilizar as expropriações de terreno iam sendo divulgados, assim como os consequentes comentários críticos que, minuciosamente, surgiam a partir dos serviços do SAAL-Norte e da sua assessoria jurídica, mas o diploma que, na esfera de interesses do SAAL, acabou por sair primeiro, ainda no princípio de Novembro, foi o Decreto-Lei nº. 594/74 que estabelecia um regime legal para o estatuto associativo dos moradores. Previa que, no caso dos habitantes de um bairro não estivessem interessados em constituir uma cooperativa de habitação podiam, mediante o exercício do direito de associação, ter acesso ao mesmo tipo de apoio e às mesmas condições de uso nos bairros a beneficiar. Esta lei, que instituía a figura jurídica da Associação de Moradores, viria a gerar uma polémica terminológica, sintomática da dualidade classista do debate na época. Ou seja, no essencial, o aparecimento da figura legal da Associação de Moradores terminava com uma outra figura, menos institucional mas mais verdadeira sob o ponto de vista da espontaneidade revolucionária, que era a da Comissão de Moradores e essa institucionalização era vista por alguns sectores mais radicais como um primeiro passo na recuperação ideológica da pureza de classe dos movimentos urbanos.

Mas na Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo a determinação no andamento do processo não abrandava e, a 9 de Novembro, saía novo despacho a clarificar competências nos encargos com honorários de equipas técnicas e com obras de emergência nas intervenções a cargo da EPUL⁶⁵.

De seguida, o Secretário de Estado reuniria com as coordenações de serviço para discussão de uma agenda que incluía a orçamentação futura e a política de financiamento, para além de um assunto que já começava a ser inevitável, sempre que o SAAL era debatido: o enquadramento jurídico e a consequente fixação institucional do processo.

Em meados do mês celebrava as primeiras participações com as Câmaras Municipais para aquisições de terrenos e construção de infraestruturas nas operações mais avançadas. A 16 de Novembro, Nuno Portas corroborava, em entrevista, a ideia de uma política da habitação fundamentada pela desmultiplicação em várias frentes de acção. Falava no investimento público de um milhão de contos na aquisição de casas, para regular o mercado através do aumento da oferta, e não perdia a oportunidade de divulgar, mais uma vez, a “única operação de efeito imediato que não foi preparada pelo regime anterior”, o SAAL. Utilizava referências congêneres desenvolvidas no Perú e na Tanzânia para credibilizar a experiência e voltava a reforçar a auto-construção como meio de potenciar o apoio e a disponibilidade concedidos pelo Estado⁶⁶. Em consonância com estas declarações estava o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, Engenheiro José Augusto Fernandes, que, logo no dia seguinte, reforçava estas intenções através dos ecrãs da televisão sem, contudo, pôr tanto ênfase na especificidade do programa SAAL.

2.º Seminário SAAL

Paralelamente, decorria nova reunião de coordenações, em 15 e 16 de Novembro, a qual se chegou a intitular o 2.º Seminário SAAL. O debate insistiria no conceito de habitação evolutiva como meio de minimização dos encargos iniciais e como formalização de um processo já vigente nos meios rurais e suburbanos. Portas voltava a referir as experiências antecedentes e as doutrinas

⁶⁵ *Ib.*, p. 90.

⁶⁶ “Nuno Portas ao Expresso: Um milhão de contos vão ser investidos pelo Estado em habitação. Casas devolutas provocam especulação”: *Expresso*, 16/11/1974.

que foram construindo, citava novamente Turner e Castells, e alertava para a necessidade de dar muita atenção às novas inserções urbanas, para evitar a geração de novos *ghettos* e consumir, na realidade e não só na palavra, o ambicionado direito à cidade. Mas não deixaria de reconhecer que o SAAL estava a atingir uma dimensão e uma abrangência muito superior ao que tinha sido previsto inicialmente. Sob o ponto de vista legislativo, discutir-se-ia genericamente a opção entre cooperativas de habitação económica e associações de moradores, sendo a primeira figura defendida pela EPUL e a segunda defendida pelo FFH. No essencial tratava-se de maior ou menor flexibilidade perante a lei geral. Se as associações eram regidas pelo direito de associação, as cooperativas passavam já a ser regulamentadas pelo Código Comercial, mais rígido se se levar em conta que a maior parte dos moradores estava no limiar da pobreza⁶⁷.

Com este mesmo pretexto de esclarecimento da opção mais legítima entre cooperativas e associações, viria à luz um texto do SAAL-Norte, o qual, constatando a “insolvência da quase totalidade dos moradores interessados” afirmava que, pelo que dizia respeito aos moradores do Porto, esse nível económico tornava impossível a aplicação de “uma política própria de escalões sociais pequeno-burgueses possuidores de solvência e de aforros utilizáveis”. Mas, nas razões que assistiam à preferência pela figura das associações estava também a condição de “um processo não completamente definido”, que levava os moradores a temerem uma situação mais arriscada, sob o ponto de vista do investimento próprio, como o eram as cooperativas⁶⁸.

Os serviços centrais, por sua vez, cresciam e necessitavam de ampliar a sua capacidade de coordenação, as reestruturações orgânicas eram propostas em função das necessidades, pois “dada a inexperiência de trabalhos semelhantes no nosso país” a política era “ir assegurando as condições de trabalho à medida que os problemas vão surgindo”⁶⁹. A 20 de Novembro, o Secretário de Estado despachava favoravelmente a reformulação orgânica e administrativa proposta pela responsável pelos serviços centrais, Maria Proença. Os serviços cresciam porque se tornava necessário recentrar os trabalhos que as brigadas já estavam a iniciar. Perante as diversas situações que se iam encontrando no terreno, começava a ser forçoso que se encontrassem directivas comuns até porque, especialmente nas operações à volta de Lisboa, algumas equipas começavam a mostrar a tendência para se envolver mais profundamente com as lutas dos moradores do que em prestar-lhes o apoio técnico convencionado para a recuperação dos bairros. A partir desta reestruturação, entraria para os serviços centrais um número considerável de técnicos e de funcionários, muitos dos quais saídos doutros sectores do FFH, em regime de transferência voluntária. Pouco tempo volvido, no início de Dezembro, seria a vez do SAAL-Norte propor a sua própria reestruturação. Um número de pedidos de intervenção em progressão crescente e o receio de colapso por incapacidade de resposta ditavam a necessidade de aumentar as pessoas envolvidas nas tarefas de coordenação. Mas havia também que clarificar a posição do SAAL-Norte perante o FFH e perante a DHN. Significativa era a constatação que, face à experiência de arranque do trabalho das equipas, “cada unidade tem os seus problemas específicos”, e que, por consequência, a forma de lançar, de trabalhar e de encarar cada uma das operações é muito diversificada, ou seja, é impossível de repetir e de rotinar. Um pouco também por essa razão, começavam já a surgir as primeiras dificuldades na contratação das brigadas. Passado o impacto inicial, em que os chefes e as respectivas equipas foram envolvidos de um modo quase “natural”, em volta dos grupos mais alargados de debate que já funcionavam no seio da Escola de Belas-Artes, tornava-se agora necessário responder com eficácia a um número já considerável de pedidos e nem sempre era possível encontrar dentro desses grupos os meios técnicos e humanos para uma resposta cabal.

O Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, Arquitecto Artur Andrade, anunciava entretanto a nomeação de dois vice-presidentes a fim de trabalhar em permanente ligação com o SAAL-Norte, e preconizava a construção de duas mil casas em terrenos municipais, desde que houvesse ajuda do governo.

⁶⁷ Hélder Tiago, Margarida Duque Vieira, *O SAAL*, pp.19-20.

⁶⁸ *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 100-101.

⁶⁹ Maria Proença, “Funções do SAAL e pessoal necessário”, Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, Fundo de Fomento da Habitação, Infº. n.º. 20/SAAL/74, Proc.º. n.º. 2152, 20-11-1974.

Mas os problemas do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo não se esgotavam com a explosão das intervenções do SAAL. Terminado o prazo estipulado no Decreto-Lei n.º. 475/74 para arrendamento ou declaração das casas devolutas para arrendamento, constatava-se, ainda em Dezembro, que, só na área do concelho de Lisboa, cerca de mil senhorios incorriam em infracção e podiam ser levados a tribunal. O Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Lisboa pressionava o Secretário de Estado para fazer cumprir a lei, uma vez que a situação habitacional na cidade se estava a tornar “explosiva”⁷⁰.

No FFH, entretanto, tomava posse um novo presidente, Baltasar António Morais Barroco, um engenheiro militar que vinha da vice-presidência da Comissão Administrativa da Câmara de Lisboa. Com o aproximar do final deste ano de 1974, eram também noticiadas as rubricas mais importantes do Orçamento Geral do Estado. O chamado Plano Económico e Social do Ministro Melo Antunes preconizava uma injeção de cerca de cinco milhões de contos de verbas públicas no sector da chamada habitação social.

Janeiro de 1975

O ano de 1975 iniciava-se, assim, com o SAAL a multiplicar-se pelo trabalho de cada uma das brigadas e a evidenciar uma inevitável crise de crescimento. E se, na totalidade do país, se contavam cerca de 45 operações a trabalhar com a situação definida e clarificada⁷¹, perspectivava-se a hipótese de, a todo o momento, esse número aumentar significativamente, a julgar pela constante progressão dos pedidos de apoio e pelas operações que esperavam a formação das equipas. A escala de todo o processo modificava-se, a sua dimensão e a sua amplitude já muito dificilmente cabiam no círculo de limitadas potencialidades que a ideia inicial de uma “experiência piloto” poderia fazer prever. Transcendendo essa experiência, o SAAL estava agora a transformar-se na ponte institucional que uma imensa multidão de mal alojados usava para veicular as suas esperanças de futuro e as suas reivindicações urbanas.

O arranque do trabalho das equipas estava, também, balizado por essa circunstância. Se, por um lado, os técnicos em geral e os arquitectos em particular sentiam a necessidade, ética ou ideológica, de partilhar esses anseios com as populações, por outro lado começavam a perceber, sobretudo os mais experientes, que toda e qualquer possibilidade de êxito estava penhorada na eficácia do processo. E essa eficácia pressupunha, antes de mais, um projecto. Um projecto feito em moldes mais convencionais, ou em moldes mais inovadores, mas que teria de ter, necessariamente, a capacidade de confrontação com o real que caracteriza o trabalho de Arquitectura.

O arranque dos processos de disponibilização dos solos estimulou, em primeira mão, essa necessidade de eficácia e de concretização. Juridicamente enquadrado pelo Decreto-Lei n.º. 56/75⁷², que entretanto saíra a 13 de Fevereiro, começou então o trabalho de elaboração dos processos de expropriação. A cada equipa com área de intervenção atribuída competia instruir os documentos escritos e desenhados de uma complexa sequência de trâmites. Primeiro a Definição de Unidade Operacional, DUO, que formalizava e delimitava as áreas de intervenção. Depois, a Declaração de Utilidade Pública, DUP, que permitia a aquisição prioritária dos solos por parte das autarquias ou de quaisquer outras entidades públicas. Seguidamente a Declaração de Zona Degradada, DZD, que definia o estatuto de prioridade para a intervenção nos terrenos em questão.

A racionalização de solos disponíveis, a rigorosa demarcação do cadastro e a predefinição de uma estrutura de ocupação foram, então, as tarefas com as quais as equipas mais avançadas se foram envolvendo. Contudo, e em paralelo, não descuroavam o ensejo de avançar para a definição tipológica da organização dos fogos e promoviam as primeiras reuniões com os moradores, para indagar e discutir os seus modelos, as suas opções e as suas aspirações. Era a altura dos inquéritos socio-económicos e da perspectivação analítica dos tipos sociais que compunham os agregados em questão. Os membros das equipas cuja formação se enquadrava na área da intervenção social – assistentes sociais, sociólogos, economistas – desdobravam-se em actividades de inquérito e de consequente interpretação dos dados, à luz das necessidades dos utentes e

⁷⁰ “Mil Senhorios no Tribunal por Infracções ao Arrendamento”: *O Comércio do Porto*, 18/12/1974.

⁷¹ *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. A.

⁷² Embora se deva notar que este diploma gorou algumas das expectativas mais emergentes das equipas de coordenação do SAAL, cf. *ib.* p. 16.

da avaliação das potencialidades de êxito das operações. Os moradores e os seus agregados foram inquiridos um a um, foram produzidas torrentes de informações posteriormente vertidas em sistematização estatística, com maior ou menor rigor, com maior ou menor perspicácia interpretativa. De qualquer modo, pelo menos sob o ponto de vista da análise económica, foram recolhidos dados de extrema importância e utilidade, os quais, na perspectiva do arquitecto, foram permitindo, pelo menos, dimensionar com rigor a escala da intervenção, e, na melhor das hipóteses, enquadrar as aspirações dos moradores numa perspectiva social mais elucidativa – as tendências urbanas e rurais, os antecedentes gregários dos bairros, os modelos habitacionais que ambicionavam, etc.

Começava o ano de 1975 e o Movimento de Moradores ampliava a sua capacidade de acção e de organização. Logo no início de Janeiro tinha lugar a primeira reunião da estrutura que se viria a denominar Intercomissões de Moradores de Lisboa, que contou com a presença de representantes de 18 bairros. No final do mês realizava-se nova reunião para avaliar estratégias de luta comuns e para elaborar um caderno reivindicativo unificado. No mês seguinte, esse caderno reivindicativo ficava pronto e seria apresentado ao Governo. A 23 de Fevereiro, essa mesma assembleia que reunia as Comissões de Moradores propunha, no Teatro de S. Luís, o controlo popular de todas as casas devolutas como meio de responder às infracções dos senhorios e à incapacidades das autarquias para fazer cumprir a lei, tinha terminado o prazo para declarar ou arrendar as casas desocupadas e os proprietários continuavam sem o fazer.

No Porto, onde a estrutura organizativa das diversas comissões já tinha arrancado mais cedo, realizava-se, a 25 de Janeiro, uma manifestação de moradores ligados ao SAAL-Norte que culminaria com um plenário na Escola de Belas-Artes, no qual esteve presente o Secretário de Estado Nuno Portas. A 23 de Fevereiro, perante a eminência de uma outra manifestação, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal aceita as reivindicações dos moradores e anula o Regulamento dos Bairros Camarários, que ainda vigorava.

SAAL-Norte

Mas começavam também as movimentações de estruturação e de unificação noutras cidades. Em Setúbal, com o início da formação das Associações de Moradores para os bairros do SAAL, realizar-se-ia, no início de Março, a primeira Assembleia Geral do Concelho de Setúbal, na qual se discutiria um plano de ocupações controladas e se condenariam as ocupações não organizadas. O movimento de moradores, nesta cidade, convivía, também, com um intenso conflito laboral que opunha os trabalhadores da Câmara Municipal à Comissão Administrativa. A cidade estava em ebulição e, na primeira quinzena de Março, cerca de um milhar de fogos viriam a ser ocupados.

Setúbal

As ocupações não abrandavam, menos espontâneas, mais organizadas e racionalizadas em função das infracções em que também incorriam os proprietários, prosseguiam um pouco por todo o lado. Os agrupamentos políticos de esquerda, necessitados de sede, viam na ocupação uma forma de resolver o problema e foi nesta altura que muitos edifícios devolutos foram ocupados por partidos como a FEC, o PRP-BR, o MES, o MRPP e o próprio PCP.

Neste mesmo início de ano assistia-se, entretanto, à agudização das contradições dentro de um sistema de poder demasiado dividido para se deter com reformas estruturais, demasiado obcecado com a determinação ideológica dos rumos a seguir para poder perceber o que quer que fosse daquilo que se estava a passar no sector da habitação. Vasco Gonçalves reunia, no governo e no MFA, o apoio da esquerda mais directamente ligada ao Partido Comunista; os sectores da chamada esquerda revolucionária, que preconizavam uma via colectivista de base, com maior autonomia ideológica e partidária, congregavam-se no apoio a Otelo Saraiva de Carvalho e ao COPCON; ao passo que o governo era a expressão de um permanente jogo de influências e de medição de forças. As primeiras grandes questões em torno das opções políticas e ideológicas para o futuro do país vinham à luz através dos mais variados pretextos, da unicidade sindical às tentativas de sabotagem financeira do grande capital.

Havia ainda uma linha dentro do MFA, dita dos não alinhados, que reunia, em torno de Melo Antunes, uma ideia de desenvolvimento autónomo, distanciado dos partidos e das suas emulações internacionais, quer do PS e das social-democracias europeias, quer do PC e do socialismo de Estado do Bloco de Leste, quer mesmo da direita e do capitalismo liberal. No governo, forma-se um grupo de trabalho com o intuito de elaborar um documento programático, o Programa de Política

Económica e Social, que preconizava um modelo de economia diversificada, com participação de Estado e da iniciativa privada, e uma proposta de independência e de autonomia em relação às superpotências. Desse grupo faziam parte os ministros Rui Vilar, Silva Lopes e Maria de Lourdes Pintasilgo e o Secretário de Estado Vítor Constâncio. As contradições ideológicas no seio do poder eram, porém, latentes, e evidenciavam-se de cada vez que se discutiam opções estratégicas. O programa viria a ser aprovado no princípio de Fevereiro, mas o ambiente era já de sabotagem económica e de fuga sistemática de capitais para o estrangeiro.

Era o tempo de necessidade de afirmação pública do PS e do PPD, que pressentiam a crescente e cada vez mais incontrolável ascensão da influência comunista no governo e na sociedade. A extrema direita, por sua vez, organizava-se em núcleos semi-clandestinos, a partir do norte do país e de Espanha, e contava espingardas na mira de novas oportunidades para a tomada do poder.

11 de Março de 1975

Finalmente, a 11 de Março, algumas forças militares afectas ao General Spínola atacam o Regimento de Artilharia Ligeira nº. 1, provocando um morto e uma dúzia de feridos. Mas, mais uma vez, a fragilidade estratégica, o divisionismo interno da direita e a determinação do apoio popular ao MFA, seriam preponderantes para o fracasso do golpe. Do 11 de Março sairiam reforçadas as teses de coesão em torno do MFA, a Junta de Salvação Nacional extinguiu-se e o Conselho da Revolução e a Assembleia do MFA surgiram como os órgãos mais visíveis de uma institucionalização militar que garantia a preservação das conquistas de Abril.

O reforço do poder em torno destes novos órgãos institucionais pressuporia mais uma mudança de governo. A 26 de Março de 1975, Nuno Portas era exonerado do cargo de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. Pela primeira vez desde que os lançara, os seus programas e estratégias de política habitacional iam ser confrontados com outras direcções, técnicas e políticas, com outras visões, objectivas e estruturais.

Até que ponto o SAAL, a tal experiência piloto que se estava agora a ampliar quase indefinidamente por tudo quanto era bairro pobre e habitação degradada, iria conseguir vingar o trabalho já começado? Por quanto tempo o SAAL, o tal programa ambicioso que tinha por missão erradicar os bairros de lata, iria conseguir aguentar-se sobre as frágeis e efémeras bases normativas de um mero despacho? Quais os elos capazes de ligar esta fragmentação por dezenas de experiências e de operações, todas elas demasiado diferentes entre si para generalizações, cada uma delas tão única quanto um projecto de Arquitectura?

Se, por um lado, o processo já ganhara o reconhecimento de tantas associações, representativas de tantos moradores, é lícito pensar que esse apoio popular podia significar alguma garantia de segurança política, sobretudo num sistema de poder hegemonicamente progressista. Por outro lado, porém, sabe-se que o programa SAAL estava, nesta altura, a deixar de ser uma mera ideia de participação de base e de melhoria das condições habitacionais, para começar a ganhar foros de heróica intervenção pública nos territórios urbanos.

No final do ano de 1974, os processos de expropriação dos solos necessários às operações ainda estavam só no início, mas, no entanto, já indiciavam somas que facilmente atingiriam muitos milhares de metros quadrados de terreno urbanizável, os quais, noutras circunstâncias, estariam inequivocamente predestinados a alimentar um outrora insaciável mercado de solos. O SAAL começava, assim, a ameaçar provocar um violento curto-circuito na actividade dos agentes desse mercado e nas complexas redes de interesses que geravam à sua volta. E, também sob o ponto de vista político, a súbita perda de tão importantes posições nesse negócio era um risco que o capital imobiliário não podia correr. Era, portanto, previsível, que tentasse reagir, bloqueando o processo de aquisição pública dos terrenos em todas as instâncias possíveis. Na impossibilidade de, e à semelhança do que se passava com o capital industrial, sabotar, alienar, ou exportar o modo de produção, o capital imobiliário e as suas ramificações bancárias e financeiras iriam tentar reter ao máximo a utilização pública dos solos negociáveis.

As câmaras municipais, por sua vez, debatiam-se com as contradições internas do seu próprio funcionamento. As recém empossadas comissões administrativas, na grande maioria dos casos constituídas por personalidades locais ligadas ao MDP e à antiga oposição democrática, enfrentavam, de chofre, os mesmos mecanismos de funcionamento técnico e administrativo de sempre,

enquistados por anos de burocratização excessiva, de viciação processual e de inépcia operativa sobre o ordenamento dos territórios municipais. De resto, os primeiros embates do SAAL com esses serviços já começavam a ser notados, ora no Porto, como já antes foi referido, ora um pouco por todo o lado, onde o SAAL aparecia como algo que, vindo de fora, se esgueirava inteligentemente das peias normativas e burocráticas que perpetuavam ancestrais relações de poder. Os conflitos de competências começaram a tornar-se frequentes, sobretudo a partir do momento em que se constatou a necessidade de efectuar algumas infraestruturas básicas nos bairros degradados. E, no entanto, a inevitável interacção com as câmaras municipais estava só a começar, quanto mais os processos avançassem, mais ela seria testada.

Tratava-se, portanto, de ver como é que o SAAL, um processo tão empírico, tão flexível, mas simultaneamente tão ancorado nos mais lídimos pressupostos da cultura arquitectónica emergente, poderia resistir sem a tutela e o acompanhamento daquele que fora o seu mentor, daquele que lhe tinha aberto as possibilidades de emancipação e autonomia, mas que também o tinha protegido nos momentos cruciais e o tinha corrigido dos seus desvios mais fatídicos.

Tratava-se de saber, para usar uma ideomática, com que linhas se iria coser. Dum lado as do poder, autárquico e central, que do SAAL tinha uma alternada e antagónica visão, ora de simpatia e de esperança para a resolução expedita de gravíssimos problemas, ora de distância e de suspeição pelo risco de movimentos incontrolados, de subversão excessiva da ordem fundiária ou de gastos inoportáveis. Do outro lado as dos moradores pobres que, através da sua crescente esperança na conquista de casas dignas, pressionavam cada vez mais o SAAL e erguiam-no já como a bandeira que unificava dezenas de bairros e as respectivas reivindicações urbanas. No meio, as das brigadas que, maioritariamente, sentiam a sua responsabilidade ética e profissional um pouco *entalada* entre aqueles dois pólos, procurando equilibrar-se entre a prestação do serviço, os permanentes conflitos em torno do pagamento atrasado de honorários e um mercado de trabalho que não permitia pensar em grandes alternativas exteriores ao SAAL.

Em suma, o SAAL estava entregue a si próprio. O futuro iria balizar a sua emancipação ou a sua orfandade, a sua rigidez ou a sua flexibilidade, a sua especificidade vanguardista e revolucionária ou a sua capacidade de adaptação social.

C A P Í T U L O I V

Casas sim!

O 11 de Março de 1975 e a exoneração de Nuno Portas coincidem com um período de grande efervescência dos movimentos de moradores e de alguma indefinição processual no seio dos serviços que tentavam centralizar as actividades do SAAL.

Passada a fase de erupção daqueles movimentos, dominada pela espontaneidade e por alguma ingenuidade, cada vez mais os moradores pobres tomavam consciência das suas capacidades reivindicativas. Começavam a perceber que, se conseguissem coordenar objectivos e acções, conseguiam também evitar a natural dispersão das aspirações mais particularizadas. Começavam a sentir que, quando juntavam vozes e gritos de revolta, ampliavam exponencialmente as possibilidades de serem ouvidos e, sobretudo, conferiam um sentido comunitário à resolução dos graves problemas que os atormentavam.

Nascidas de reuniões de coordenação e de intercâmbio entre os vários bairros, começavam então a nascer as estruturas centralizadoras que tentavam promover a coesão e o fortalecimento das lutas reivindicativas.

No Porto, como já foi referido, a coordenação das comissões de moradores estava polarizada, logo desde o início, em torno do SAAL-Norte¹. Também a luta dos bairros camarários era já coordenada por uma Comissão Central².

Em Lisboa, depois da criação da Intercomissões de Moradores³, discutir-se-iam intensamente⁴ as plataformas de entendimento que culminariam com a elaboração, a 15 de Fevereiro de 1975, de um caderno reivindicativo comum a apresentar ao Governo. Nesse primeiro documento era já bem patente a recusa das sugestões de auto-construção⁵.

Em Setúbal, a primeira Assembleia Geral do Concelho realizou-se a 5 de Março de 1975. Aí se discutiram estratégias de ocupação de casas vagas e se condenou o oportunismo dos casos isolados. Gradualmente, o movimento ampliava as possibilidades de coordenação e começava também a transcender os limites da cidade. A 9 de Março realizou-se-ia a primeira reunião conjunta de Comissões de Moradores de Setúbal e dos arredores de Lisboa.

Mas se, por um lado, se assistia ao fortalecimento da coesão e do intercâmbio de experiências entre os vários bairros e as várias cidades, por outro lado sentia-se também uma crescente aproximação a outros blocos reivindicativos apresentados pelas camadas mais carentes da sociedade portuguesa. A progressiva consciencialização política dos moradores ia gerando vínculos e afinidades para com os outros focos de luta que, das fábricas às escolas, das pequenas oficinas aos estaleiros, emolduravam o ambiente social, laboral e cultural deste período.

Inicialmente desconfiada da eficácia política e da coerência de classe dos movimentos de moradores, a esquerda mais ortodoxa começava agora a perceber que não podia subestimar o potencial significado da revolta destas multidões de mal-alojados.⁶ A sua dimensão, a sua

¹ Desde o primeiro plenário, realizado na ESBAP a 2 de Dezembro de 1974.

² Criada em 13 de Dezembro de 1974, num plenário de moradores realizado no Bairro do Lagarteiro.

³ Numa reunião a 4 de Janeiro de 1975, com a presença de 18 Comissões de Moradores.

⁴ Em reuniões da Comissão Coordenadora da Intercomissões de Lisboa, particularmente a realizada a 31 de Janeiro de 1974.

⁵ Cf. "3. Documento de Apoio e Fundamento do Caderno Reivindicativo Comum ao Governo", 15/2/1975: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, p. 119, – "A autoconstrução, que significa ser os próprios moradores a construírem as novas casas, não passa de uma forma de dupla exploração. Depois de um dia inteiro de trabalho a encher os bolsos aos capitalistas, tínhamos de ficar até às tantas a trabalhar na construção das casas.

Se existem mais de 400 000 desempregados. postos na rua pelos capitalistas e na miséria, há que dar emprego a esses camaradas. Por que não empregá-los na construção social?"

⁶ Cf., entre outros, "Lutemos pelas Casas Lutemos Contra o Capital": *Voz do Povo*, 22/4/1975, – "[...] Este

actividade, a sua organização e, sobretudo, a sua já inequívoca representatividade aconselhavam prudência crítica e moderação nas tentativas de controlo político.

No seio do movimento, por sua vez, ganhava consistência uma ideia de distância, ou de equilíbrio, em relação aos predomínios partidários. Ora na composição dos secretariados executivos, ora nas direcções das comissões, ora no decurso de tantos plenários e na discussão de plataformas de entendimento, sentia-se a necessidade de evitar a partidarização, ou melhor, gradualmente, ia-se tomando consciência dos perigos e das fragilizações que a redução da luta às posições de um ou mais partidos podiam acarretar⁷.

O entendimento das organizações populares de base como suporte preferencial do processo democrático representava, de resto, uma tendência muito significativa no MFA, agora institucionalizado. Os sectores militares da esquerda revolucionária, polarizados em torno de Otelo Saraiva de Carvalho e do COPCON, mas com apoios dispersos por quase todas as unidades, iam prefigurando uma via política de consolidação da democracia directa a partir das comissões de base – operários, trabalhadores rurais, moradores, trabalhadores, soldados e marinheiros – que a evolução do processo de abertura política tinha feito brotar espontaneamente, um pouco por todo lado, mas predominantemente nas áreas urbanas, suburbanas e no Alentejo. Nessa via, que pressupunha também uma certa contextualização de algumas premissas doutrinárias que a esquerda mais ortodoxa se habituara a cristalizar, confluía um conjunto cada vez mais alargado de tendências ideológicas, desde os grupos marxistas-leninistas menos sectários até ao arco trotskista-gramsciano, passava por algumas sensibilidades mais anarquistas e englobava mesmo sectores muito significativos das bases do Partido Comunista⁸. A proliferação de comissões de trabalhadores, de moradores, de soldados, estimulava a convicção numa organização política fundamentada pela representatividade daqueles órgãos e ratificada pelo exercício directo da democracia em grandes assembleias de quartel, de fábrica, de bairro. A actividade política desta tendência no seio do poder culminaria com a aprovação na Assembleia do MFA, a 8 de Julho de 1975, do *Documento-Guia do Projecto Aliança Povo-MFA*, no qual se definem objectivos de prossecução do processo revolucionário e uma estrutura de ligação do MFA às populações, que pressupunha três eixos primordiais: o do MFA propriamente dito, o popular e o governamental. O Conselho da Revolução seria o órgão de soberania mais destacado. As assembleias populares de base – bairro, aldeia, fábrica, freguesia ou unidade a definir – forneceriam delegações que municiarium assembleias municipais, as quais, por sua vez, elegeriam delegados para as assembleias regionais e assim por diante até à Assembleia Popular Nacional. Paralelamente, a estrutura do MFA, com as suas subdivisões orgânicas – Assembleias de Unidade, de Regimento, etc. – estaria também sucessivamente representada naqueles plenários, culminando com uma participação delegada da Assembleia do MFA na Assembleia Popular Nacional.

Uma tal prefiguração alimentava de sobremaneira as ambições de representividade política do movimento de moradores, no contexto de uma sociedade em convulsão. As fórmulas para a sua legitimação pareciam cada vez mais próximas, parecia também iniciado um processo de reconhecimento do seu significado social e vislumbravam-se, finalmente, os canais orgânicos que permitiriam um diálogo menos atribulado, e mais construtivo, com as diversas entidades administrativas.

é um terreno fértil para a propagação de ideias falsas (quantas vezes acenadas por técnicos de 'esquerda'), ideias tendentes a desligar a luta do bairro da luta contra a exploração capitalista, que levam a uma confiança cega nessa mezinha dos burgueses que é o SAAL[...]”.

⁷ Cf. Charles Downs, *Revolution at the Grassroots. Community Organizations in the Portuguese Revolution*, Albany, State University of New York Press, 1989, pp. 123-127. Vejam-se, também, a título de exemplo, “Projecto para a Intervenção da Intercomissões”, apresentado pelos representantes do Bairro das Fonecas”, 25/1/1975: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, p. 115, – “Será evitada a presença na Intercomissões de indivíduos ou grupos que pretendam representar a população de um bairro sem aí desenvolverem qualquer actividade apoiada de forma significativa pelos moradores”; ou, ainda, “Comissões de Moradores Autonomia e Apartidarismo”: *Vida Mundial*, nº. 1870, 17/7/1975, pp. 25-29.

⁸ Em determinada altura do processo, embora de uma forma efémera, o PCP chega mesmo a ensaiar uma aproximação a essa via, que se traduz na criação da Frente de Unidade Revolucionária, FUR, coligação política constituída por PC, FSP, LCI, LUAR, MES, MDP-CDE, PRP-BR e pelo grupo 1º. de Maio.

O embrionário sistema de aparelhos de poder era, porém, disputado por forças e por sensibilidades políticas cuja composição era bem mais complexa.

Desde logo, e ainda no âmbito do MFA, outras tendências disputavam a hegemonia. Ao nível mais institucional havia a linha gonçalvista, próxima das posições do Partido Comunista, e a chamada linha moderada, congregada em torno do plano de Melo Antunes e do Documento dos Nove. Mas a direita militar, mais tradicional ou mais liberal, embora sucessivamente rechaçada pelos acontecimentos de 28 de Setembro e de 11 de Março, também não estava totalmente neutralizada e continuava à espera de uma oportunidade para se reafirmar.

Pelo que diz respeito à sociedade civil, ao momento inicial de tomada de consciência, começava a sobrepôr-se, com avidez, um tempo dominado pela necessidade de afirmação dos partidos políticos mais significativos⁹. As eleições para a Assembleia Constituinte, a 25 de Abril de 1975, revelariam o Partido Socialista como vencedor, com 116 deputados, logo seguido do Partido Popular Democrático, com 81 deputados, e do Partido Comunista, com 30 deputados. O CDS conseguiria eleger 16 deputados ao passo que o MDP só elegeria 5¹⁰. Da chamada esquerda revolucionária, muito fragmentada por inúmeros partidos, coligações e dissidências, a única força capaz de eleger um deputado viria a ser a União Democrática Popular, UDP.

Os resultados das urnas viriam, no entanto, a conferir força legitimadora aos partidos que contestavam a orientação política das chefias militares, o PS e o PPD, que, dessa forma, se sentiram compelidos a reivindicar maior representatividade nos órgãos de soberania e mais influência governamental. As legislaturas do 4.º, do 5.º. e do 6.º. governos provisórios seriam, assim, intensamente marcadas por árduas disputas políticas, quer nos terrenos palacianos da conquista de posições no poder, quer nos terrenos da influência e, por vezes, da manipulação, dos movimentos sociais.

A direita, ultramontana e radical, desesperada pela incapacidade de retomar o poder, procurava o apoio dos sectores mais retrógrados da hierarquia eclesiástica e, acantonada nalguns meios rurais e suburbanos do norte, fomentava os receios de uma ditadura comunista e alarmava as populações, apelando sistematicamente à sabotagem activa de tudo o que pudesse integrar, representar ou simbolizar o processo de democratização. Gerou-se, então, uma onda de terror e violência por todo o norte e centro-norte do país. Atentados à bomba vitimaram algumas personalidades da esquerda, com influência local, e, por vezes, os seus familiares mais próximos. Muitas sedes de partidos e de associações conotadas com áreas de influência progressista ou, de algum modo, com a institucionalização da vida política preconizada pelo MFA, foram também alvo de atentados bombistas, de assaltos e, com frequência, de ataques incendiários. Foi a face mais visível do apoio paramilitar clandestino que esses sectores da extrema direita conseguiam das antigas lideranças militares, na maior parte das vezes refugiadas em Espanha.

Este clima de tensão, entre a eminência do confronto e o alcance das reivindicações, entre o deslumbramento social e cultural e a possibilidade de tudo regredir, entre a instabilidade institucional e a liberdade real, foi o período mais marcante do processo de abertura democrática do país e culminou na vigência do 5.º. governo provisório, durante os meses estivais, naquela estação que mereceu o epíteto de “verão quente”.

O decurso do processo SAAL foi também profundamente delimitado e influenciado por esta conjuntura política e social. Durante o período que se seguiu ao 11 de Março de 1975 a sua evolução foi, antes de mais, permitindo verificar a autonomia de cada uma das trajectórias definidas pela acção dos seus três agentes primordiais – serviços centrais, brigadas, moradores – ou, se quisermos, – Estado, mediadores, destinatários¹¹. Estes agentes, se numa determinada perspectiva estavam

⁹ Alguns autores elaboram mesmo periodizações muito claras a este propósito. Cf. José Medeiros Ferreira, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, *Oitavo Volume. Portugal em Transe (1974-1985)*, s. l., Círculo de Leitores, 1993, pp. 108-109.

¹⁰ António Reis, “O Processo de Democratização”: António Reis (coordenação), *Portugal 20 Anos de Democracia*, s. l., Círculo de Leitores, 1994, p. 36.

¹¹ Tal como foram definidos, em certa medida e em primeira mão, por Vítor Matias Ferreira. A complexidade e a sobreposição de funções naquilo que aqui se considera genericamente a esfera do Estado, levariam, porém, este autor a considerar “a estrutura híbrida e ambígua do SAAL”, Vítor Matias Ferreira, *Movimentos Sociais*

vocacionados para o cumprimento de uma estratégia de produção habitacional, noutra perspectiva, e enquanto grupo social, estavam também sujeitos a todo o tipo de solicitações e de vulnerabilidades emocionais e políticas a que o período revolucionário se prestava.

Pelo que diz respeito à esfera mais institucional, na composição do IV governo provisório, empossado a 26 de Março, mantém-se o coronel de engenharia José Augusto Fernandes como Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, mas são substituídos o Ministro da Administração Interna, que passa a ser o major de engenharia António Carlos Arnão Metelo, e o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, cargo que passa a ser ocupado pelo engenheiro Eduardo Ribeiro Pereira.

A situação que o novo Secretário de Estado iria encontrar no FFH, organismo de tutela dos serviços centrais do SAAL, era deveras convulsiva. Com efeito, a Comissão de Coordenação e Reforma e a direcção do FFH foram-se sempre debatendo com problemas internos, quer os de índole laboral mais genérica, quer os relativos ao SAAL e à sua especificidade no âmbito dos outros serviços do Fundo. Os trabalhadores que se tinham predisposto a trabalhar no SAAL, desde os primeiros momentos, eram simultaneamente os que mais pressão interna faziam para que o Fundo se assumisse como um organismo “de classe”, inequivocamente ao serviço “das populações”¹². Sucediã-se as contestações às chefias e os inquéritos às actividades e aos objectivos do FFH. Depois do já referido inquérito dos trabalhadores, efectuado no domingo de trabalho voluntário em Outubro de 1974, em Janeiro do ano seguinte fora a vez da própria Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, ainda dirigida por Nuno Portas, determinar a realização de um outro para detectar irregularidades contabilísticas ocorridas entre 1970 e 1974, para além de verificar os critérios de atribuição de casas durante esse mesmo período, sobre os quais recaiam “fortes suspeitas”. Pretendia-se também “averiguar da eventual apropriação ilícita ou utilização abusiva de bens pertencentes ao Estado por parte dos servidores do FFH [...]”¹³.

Era, pois, neste clima de saneamento e de suspeição das hierarquias anteriores, e de contestação das mais recentes, que se processava a actividade dos vários serviços do FFH. A luta por um estatuto mais forte e mais autónomo do SAAL, no âmbito mais alargado daquele organismo, foi também determinante. Inconformados com a possibilidade de dependência de um chefe de divisão, os trabalhadores dos serviços centrais reivindicaram e obtiveram, entre Outubro e Novembro de 1974, a tutela directa da Vice-presidência do FFH. Em Fevereiro de 1975, porém, a nova direcção resolveria reestruturar internamente as dependências, sem que a situação se tivesse, no entanto, clarificado. Assim, a orgânica que o novo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo veio a encontrar era a seguinte: no seio do FFH, o SAAL dependia do Vice-presidente para a Gestão para todos as questões de ordem administrativa, e do Presidente para as questões de ordem técnica; para além disso, o Director de SAAL era um dos nove elementos que compunham o Conselho Directivo.

No Porto, um paralelo anseio de autonomia emoldurava o périplo reivindicativo dos trabalhadores do SAAL-Norte. Em Dezembro de 1974 fora formalmente pedida uma clarificação da “forma de dependência em relação à DHN”, Direcção de Habitação do Norte, e sugerida uma orgânica que pressupunha maior distância em relação às tutelas instituídas¹⁴. Em Março de 1975, contudo, o SAAL-Norte continuava a depender daquela Direcção e, conseqüentemente, da Vice-presidência do FFH para a Produção, nos assuntos de ordem administrativa, e do SAAL Central, conseqüentemente da Vice-presidência para a Gestão, no que respeitava a assuntos de ordem processual e técnica.

Dentro do FFH, o SAAL e os seus serviços centrais começavam a transformar-se num quebra-cabeças, não só pela dinâmica inusitada que impunham à rotina funcional mas também pela

Urbanos e Intervenção Política. A Intervenção do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) em Lisboa, Porto, Afrontamento, 1975, p. 53. Veja-se também, a este propósito, Luís Leitão, António Dias, Jorge Manuel, Laurent Dianoux, “Mouvements Urbains et Commissions de Moradores au Portugal (1974-1976)”: *Les Temps Modernes*, n.º. 388, Novembre 1978, pp. 655-660.

¹² Hélder Tiago, Margarida Duque Vieira, *O SAAL*, s.l., edição policopiada, s.d.

¹³ Despacho do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, de 4 de Janeiro de 1975, citado em *O Século* e no *Diário de Notícias* de 7/1/1975.

¹⁴ *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, p. 104.

imprevisível elasticidade orgânica que, a qualquer momento, lhes conferia diferentes contornos e novas asserções. Na sequência da actuação de uma nova direcção, que viria a revelar uma particular curiosidade em relação ao modo de funcionamento do SAAL, os trabalhadores do FFH decidiram, em 3 de Março de 1975, o saneamento do Presidente. Embora sem resultados, esta atitude punha em guarda a gestão do organismo, e punha em questão toda e qualquer possibilidade de ingerência nos serviços mais descentralizados que acolhia.

Os contratos com as brigadas técnicas, cuja assinatura estava aprazada e prometida para Janeiro de 1975, viriam também a ser protelados, porque a nova direcção resolveu pôr em causa a minuta existente, já anteriormente discutida. Todo o processo de celebração dos contratos ficou, assim, atrasado, provocando algum nervosismo nas brigadas. Grande parte dos contratos viriam a ser assinados em Março, embora com data anterior, ou seja, meio ano depois do início do trabalho das primeiras equipas.

A dispersão do trabalho fazia, entretanto, emergir a necessidade de coordenação técnica e a permuta de experiências. Uma reunião realizada no LNEC, a 6 de Fevereiro de 1975, na qual estiveram presentes equipas cujo trabalho já estava mais avançado, pretendia dar mais um sinal dessas pereocupações de transversalidade. Tratava-se de identificar dificuldades comuns e discutilas em conjunto. Os temas propostos iam desde as questões de inserção urbana até à maior ou menor sistematização construtiva. As equipas do norte, porém, não se fizeram representar, pelo contrário a EPUL enviaria todas as brigadas que trabalhavam sob sua cordenação. Mas as preocupações de ordem processual – entraves, falta de pagamento, indefinições no ambicionado decreto de financiamento e nas expropriações¹⁵, etc. – viriam a monopolizar toda a discussão. Não foi, efectivamente, possível, debater qualquer tipo de sistematização técnica que pudesse vir a ser veiculada pelos seviços centrais¹⁶.

As questões levantadas pela maior ou menor agilidade jurídica e processual eram, na verdade, dominantes. A saída da legislação sobre expropriações, o Decreto-lei nº. 56/75, de 13 de Fevereiro, não viera, ademais, apaziguar a situação¹⁷. Considerava-se que, mesmo com o novo instrumento legal, o processo se mantinha moroso, excessivamente burocrático e dependente de demasiadas formalidades oriundas dos sempiternos aparelhos administrativos autárquicos, mais concretamente, o pedido de declaração de utilidade pública e a autorização para tomar posse administrativa dos terrenos expropriados, que tinham obrigatoriamente de ser instruídos pelas Câmaras Municipais.

Mas, não obstante esses constatados impedimentos de ordem burocrática, a nível local, alguns processos avançavam a bom ritmo. De formas muito distintas, é certo, o trabalho das brigadas estava prestes a começar a ter uma expressão significativa.

No final de Abril de 1975, já tinham formalmente iniciado o trabalho cerca de sete dezenas de brigadas. De cerca de 30 que pertenciam ao SAAL-Norte, 21 localizavam-se no Porto. Em Lisboa, na área sob jurisdição da EPUL, trabalhavam 15, ao passo que nos concelhos limítrofes – Loures, Sintra, Oeiras, Seixal e Vila Franca de Xira – trabalhavam outras 15. Setúbal tinha 3 operações e Coimbra, Beja e Alcácer do Sal tinham 2 cada. No Algarve tinham também tido o seu início formal 2 operações.

O avanço mais radical verificar-se-ia precisamente em Lagos. Desde o início, ou seja, desde que o SAAL começara a ser divulgado, que um activista local, o arquitecto José Veloso, conduzira acções de propaganda e de dinamização junto das populações mal alojadas com o intuito de vir a desencadear processos nos diversos bairros. Os primeiros contactos, estabelecera-os na Meia Praia, a leste da cidade, junto de um conjunto de choupanas que serviam de abrigo a outras tantas famílias de pescadores. Depois de alguma desconfiança inicial por parte dos moradores, lá conseguira iniciar duas operações¹⁸ – Duna e Apeadeiro – mas a vontade de obter resultados palpáveis era tão intensa que, num espaço de tempo muito curto, se desenvolveram os projectos

Abril de 1975

¹⁵ O Decreto-lei nº. 56/75, de 13 de Fevereiro, que viria a regular o regime de expropriações, ainda não tinha saído.

¹⁶ Hélder Tiago, Margarida Duque Vieira, *Op. cit.*

¹⁷ *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, p. 16.

¹⁸ Entrevista feita a José Veloso, a 6 de Maio de 1997. Cf., também, "Em Lagos A reacção convence populares a recusar casas": *Sempre Fixe*, 9/8/1975.

dos fogos¹⁹. Em poucos meses o desenho dos fogos foi discutido com os moradores com o auxílio de modelos e de simulações à escala real, no próprio local de construção e de tal modo o processo se acelerou que, logo no início do ano de 1975, mesmo antes da formalização das operações, já os moradores, unidos em torno das suas associações, se mobilizavam para dar início à abertura de valas para as fundações e para saciar a sede de obra.

Estavam, assim, iniciadas as primeiras obras realizadas no âmbito do SAAL²⁰. Estava, também, definitivamente iniciado o processo no Algarve, uma vez que outras tantas operações se perfilavam em Lagos e um pouco por todo o Barlavento. Mas outros pedidos começavam a surgir no Centro e no Sotavento, o que levava a ponderar seriamente a hipótese de criar um serviço descentralizado para o Algarve. Foi também com esse intuito que se realizou, a 23 de Fevereiro de 1975, um Seminário SAAL na Casa da Cultura de Lagos. As presenças registadas indiciavam, aliás, um cunho muito regional para o debate²¹ e a reunião acabou por vir a asseverar a necessidade de uma maior e mais intensa actividade do SAAL no Algarve.

Nuno Portas, naquela que fora uma das suas últimas actividades enquanto Secretário de Estado, dera também sinais de uma absoluta necessidade de discutir o caminho percorrido a cada momento, de sujeitar a prática ao debate crítico interno e externo. A 5 de Março de 1975, poucos dias antes da sua exoneração, reuniria com alguns elementos mais activos do SAAL e com o sociólogo urbano Christian Topalov. Algum tempo volvido sobre a saída da legislação que regulava as expropriações, era preciso discutir as relações de causa-efeito da economia de mercado sobre os terrenos e reflectir acerca do tipo de acções que se poderiam vir a constituir numa política de solos. Mais uma vez se debateu e se insistiu na necessidade de medidas exclusivas para as operações SAAL, sobretudo no que respeitava à libertação de terrenos para construir.

Mas voltando ao ponto de situação em final de Abril, já no mandato do novo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, engenheiro Eduardo Pereira: se a situação dos processos no norte era, sob o ponto de vista administrativo, de grave e preocupante estagnação, já sob o ponto de vista político e conjuntural permitia o despontar de alguns focos de esperança. No início de Abril, dando sequência à estratégia de conquista de posições-chave para a esquerda no aparelho militar, o Brigadeiro Eurico Corvacho²² era nomeado Comandante da Região Militar do Norte, facto que fez renascer algumas expectativas de apoio ao SAAL e ao movimento de moradores em geral, por parte do poder. Numa conferência de imprensa realizada a 7 de Abril, a Comissão Coordenadora do SAAL-Norte, em conjunto com representantes das Comissões de Moradores dos Bairros da cidade, vinha ratificar as decisões expressas nos dois últimos grandes plenários de moradores, realizados a 3 de Abril, na ESBAP, e a 5 de Abril, no Palácio de Cristal. No essencial, tratava-se de pedir maior celeridade em todos os processos dependentes dos vários serviços, denunciando também entraves por parte desses mesmos serviços que tinham já provocado pequenas guerrilhas de desconfiança mútua, no caso da Direcção de Habitação do Norte, DHN, e a exigência de saneamentos nas chefias, no caso da Câmara Municipal. Pelo que diz respeito a esta última exigência, era expressamente pedido o saneamento do Presidente da Comissão Administrativa, o arquitecto Artur Andrade. Outras exigências de ordem processual, como a maior autonomia do SAAL-Norte, o desbloqueio da contratação e do pagamento às brigadas ou a prioridade administrativa a todos

¹⁹ Essa actividade seria, de resto, intensamente retratada e documentada na longa-metragem *Continuar a Viver ou os Índios da Meia-Praia*, de António da Cunha Telles, concluída em 1976.

²⁰ Obras que diziam respeito à construção de fogos projectados, entenda-se. Provavelmente já se tinham realizado mais obras no âmbito das acções de melhoramento das condições infraestruturais, nalguns bairros SAAL de Lisboa.

Cf. capítulo anterior.

²¹ Estiveram presentes: o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, os serviços centrais do SAAL e as Câmaras Municipais da região. Cf. *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, p. 16.

²² O Capitão, e posteriormente Major, Corvacho fora uma figura proeminente do Movimento das Forças Armadas no Norte, tendo sido, juntamente com alguns outros, co-autor de um "Plano de Operações inicial", para a "preparação das operações militares do Movimento das Forças Armadas a desencadear na Região Militar do Porto". Cf. Dinis de Almeida, *Origens e Evolução do Movimento de Capitães (Subsídios para uma melhor compreensão)*, Lisboa, Edições Sociais, 1977.

os assuntos referentes às operações²³, davam o tom dominante das contrariedades que mais perturbavam o processo no Porto.

Talvez não por mera coincidência, a 10 do mesmo mês eram despachadas na SEHU as primeiras Declarações de Utilidade Pública para terrenos afectos às operações SAAL-Norte. Nessa madrugada, o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Eduardo Pereira, e o Ministro do Equipamento Social e Ambiente, José Augusto Fernandes, participaram num plenário de emergência, mais uma vez na ESBAP, onde foram directamente confrontados com as queixas dos moradores pobres. Visitaram também as áreas degradadas e superpovoadas do centro histórico, a Ribeira e o Barredo, prometendo maior autonomia e menos entraves burocráticos ao comissário para a operação, o arquitecto Jorge Gigante.

Quanto ao SAAL, amplas e abrangentes foram as expectativas deixadas pelos membros do 4.º governo provisório: a maior autonomia ficava, em princípio, aceite e só dependente de nova reunião, em Lisboa; as expropriações estavam em curso e haveria um subsídio de 90 contos por fogo. Visitaram ainda o atelier da brigada coordenada pelo arquitecto Pedro Ramalho, uma das mais adiantadas, sob o ponto de vista do trabalho desenvolvido, tendo o ministro manifestado “entusiasmo por aquilo que viu”²⁴.

A Coordenadora do SAAL-Norte não perderia tempo, a 17 de Abril propunha nova reestruturação dos serviços, começando logo por afirmar a autonomia do serviço com base na “especificidade da metodologia utilizada”, para mais adiante esclarecer que esse método consistia em “acompanhar a prática”, o que pressupunha necessariamente “uma exigência de autonomia de métodos” e “uma autonomia orgânica”²⁵. Pedia uma política específica para o SAAL, medidas próprias que, inclusivamente, lhes permitissem avançar para outros tipos de intervenção mais adequados à prática, porque todo o serviço deveria ser encarado como um “processo” e não como uma “forma”²⁶.

Independentemente de terem conseguido alcançar os objectivos de autonomia em relação à DHN²⁷, o que importa salientar neste documento, e noutro que se lhe seguiu, é a progressiva maturação de uma noção de impossibilidade e, ao mesmo tempo, a motivação sistemática para partir para práticas inovadoras, das quais ainda muito pouco ou nada se sabia. A impossibilidade advinha da tomada de consciência da inexistência de premissas que pudessem permitir a instituição de métodos únicos, ou, pelo menos, com um grau de estabilidade habitual nestas actividades de projecto e de planeamento. Quer num registo mais disciplinar, quer mesmo num registo mais de ordem político-administrativa, os factores dependiam de uma conjuntura em evolução permanente, cujos contornos começavam na pequena luta de bairro por melhores condições de vida e poderiam acabar, em última análise, no estabelecimento de condições revolucionárias avançadas, ou, como se dizia na época, na construção da Sociedade Socialista.

Perante tal amplitude contextual, como se poderia então prefigurar a acção de um serviço público do Estado que, para além do mais, tinha a sua capacidade de acção limitada e dependente de mesquinhos e bafientos labirintos burocráticos directamente herdados da ditadura? Pura e simplesmente não se podia! Acresce que, sendo um serviço cuja actividade se inscrevia, precisamente, na esfera do projecto, da previsão das necessidades e das vivências futuras, a análise do contexto físico e social envolvente revestia-se de uma importância metodológica fundamental.

Os responsáveis pelo SAAL-Norte perceberam então que tudo o que se viesse a desenvolver dali para a frente teria necessariamente de ser suportado pela prática, por uma prática que estava

²³ “Grupo do SAAL contesta trabalhadores da D.H.N. Pedido o Saneamento Urgente da C.A. da Câmara do Porto”: *Jornal de Notícias*, 8/4/1975, e, também, “Conferência de Imprensa sobre Habitação. Situação agravada na Operação SAAL”: *O Comércio do Porto*, 8/4/1975..

²⁴ “Ministro Ouviu do Povo Verdades Duras e Medonhas. 97 Mil Contos Vão Permitir a Reconversão do Barredo. 90 000\$00 Dará o Governo por Casa a Beneficiar”: *Jornal de Notícias*, 13/4/1975.

²⁵ Ministério das Obras Públicas. Secretaria de Estado do Urbanismo e Habitação. Fundo de Fomento da Habitação. Inf. nº. 81/DHN/75. Prop. 1/SAAL-N/75, 17/4/1975, p. 2.

²⁶ *ib.*

²⁷ Posteriormente, a 22/4/1975, existe uma *Proposta de Estruturação para o SAAL-Norte Elaborada com base numa Minuta de Proposta Estabelecida com o Sr. S.E.H.U. em 22/4/75*, Ministério do Equipamento Social e do Ambiente. Fundo de Fomento da Habitação. Direcção de Habitação do Norte, mas sobre a qual não se detectou qualquer espécie de despacho, negativo ou positivo.

muito próxima dos movimentos urbanos e da vontade das massas. Tal como Lefebvre o tinha preconizado²⁸. Mas, ao contrário deste, não renegariam a função da actividade do projecto. Antes decidiram inscrevê-la como um instrumento possível para a construção da *praxis*, decidiram fazer com que essa actividade, ao ser aceite e compreendida pelos seus destinatários, se erigisse como um primeiro momento da nova forma de viver, e de construir, a cidade. O projecto ganhava, deste modo, um significado crucial no âmbito do processo e a maioria das brigadas ia tomando consciência disso, por isso esta foi uma época de grande intensidade de trabalho e de discussão, durante a qual se foram definindo os propósitos construtivos e as premissas conceptuais de uma grande parte dos projectos do SAAL.

As práticas de luta urbana iam-se também intensificando, uma nova vaga de ocupações, desta feita mais objectivada, sob o ponto de vista político e estratégico, ou, se quisermos, menos espontânea, alastrava pelos principais centros. No Porto, essa vaga era, de certa forma, emblemática pela dramática ocupação de uma das torres do Bairro Camarário do Aleixo²⁹. Somente algumas horas após a visita do Ministro e do Secretário de Estado ao Barredo, um grupo de moradores, fazendo fé num boato posto a circular, decidiu ocupar desordenadamente a torre do Bairro do Aleixo que estava em fase mais adiantada de construção, mas que, apesar disso, não tinha grande parte dos acabamentos concluídos nem as redes de infraestruturas ligadas. Após o facto consumado, instalar-se-ia a confusão generalizada envolvendo os ocupantes, os moradores pobres a quem se destinavam os fogos, a Polícia Militar, a Câmara Municipal e, no meio de tudo isto, o Comissariado para a Reconversão Urbana da Área da Ribeira – Barredo, que tentava, em vão, fazer os ocupantes recuar e retomar o curso normal do processo, tanto mais que aquelas torres se destinavam realmente aos habitantes do Barredo. 64 famílias instalaram-se no edifício em acabamentos, em regime de quem chega primeiro. Depois, uma semana depois, foi a Polícia Militar a estabelecer no local os critérios de desocupação, tentando assim manter a calma e apaziguar os beneficiários *de jure* das casas, os chamados “inquilinos de chave”³⁰, que se sentiam usurpados.

As ocupações, enquanto fenómeno generalizado ou enquanto ocorrência pontual, continuavam a preencher um espaço considerável no conjunto de acontecimentos que compunha o conturbado quotidiano deste período. O governo tentava reagir conforme podia, legislando sobre o problema³¹, sem querer manter os privilégios dos proprietários de casas devolutas, mas também sem querer penalizar demasiado os ocupantes, dando razão aos últimos e tentando criar regras que pudessem vir a reprimir ocupações futuras, mas acabando, por fim, por não conseguir agradar nem a uns nem aos outros.

De volta ao trabalho das brigadas, mas desta vez em Lisboa. Diversos eram os problemas, diversos eram os métodos, diversas eram as contrariedades. Enquanto no Porto, e noutras cidades, as brigadas se debatiam com os bloqueios originados pela desconfiança dos serviços camarários, em Lisboa era a própria Câmara que, do palco de um teatro, anunciava à população o arranque das expropriações dos terrenos definidos no trabalho das brigadas. A 17 de Abril de 1975, no Teatro de S. Luís, no decorrer da reunião pública mensal da Câmara, com a presença das Juntas de Freguesia e das Comissões de Moradores dos bairros de lata e dos bairros pobres, foram decididas as expropriações, por utilidade pública, dos terrenos necessários às operações SAAL de Casal Ventoso, Tarujo, S. Cornélio, Bairro da Liberdade, Quinta Grande, Quinta das Fonecas e Alvalade. Na reunião, dirigida pelo Vice-Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, arquitecto Filipe Lopes, foi dada a palavra aos representantes das Juntas de Freguesia, mas os representantes das Comissões de Moradores, que não tiveram esse privilégio, viriam a contestar a atitude: – “As comissões escolhidas ad hoc para as Juntas de Freguesia é que se encontravam nomeadas para

²⁸ Henri Lefebvre, *Le Droit à la ville suivi de Espace et politique*, Gallimard, 1974, [1ª. edição, 1968].

²⁹ Cujo projecto era de autoria do arquitecto Manuel Teles. Cf. capítulo anterior.

³⁰ “Ocupações ilegais no Bairro do Aleixo. Casas Devem ser Abandonadas até às 18 Horas de Hoje – intimação da Polícia Militar”: *Jornal de Notícias*, 18/4/1975, “Bairro do Aleixo: nem todas as ocupações foram infrutíferas. Mais de Metade das 64 Famílias Conquistaram um ‘Lugar ao Sol’. Não são Desalojadas as que Moravam no Barredo”: *Jornal de Notícias*, 19/4/1975, ou, ainda, “Ocupação das Torres da Pasteleira. ‘Inquilinos de Chave’ pedem que se Faça Cumprir a Lei”: *Jornal de Notícias*, 24/4/1975.

³¹ O Decreto-Lei nº. 198-A/75, de 14 de Abril.

falar, sem que tivessem sido eleitas pelo povo [...]. E as comissões eleitas e reconhecidas pelos moradores, essas, não tiveram direito à palavra”³². De qualquer modo, com ou sem o uso da palavra por parte dos interessados, a verdade é que fora dado o tiro de partida para algumas das operações SAAL que trabalhavam no âmbito da EPUL. Em grande parte, estas e outras brigadas já tinham, também, o trabalho de projecto bastante adiantado.

Na falta do sobejamente solicitado “decreto de financiamento”, para todas estas operações que se perfilavam na “grelha de partida” Eduardo Pereira iria exarar um outro despacho, a 22 de Abril, que autorizava o FFH a conceder os subsídios necessários ao arranque das operações³³. Ai se clarificavam subsídios não reembolsáveis “na base de quarenta por cento do custo estimado dos trabalhos da operação [...] até um máximo por fogo de sessenta milhares de escudos”, mas que, excepcionalmente e em casos “devidamente fundamentados poderá [...] atingir noventa milhares de escudos”³⁴. Uma vez mais através de um mero e expedito despacho, estavam a começar a ser definidos os moldes do financiamento à obra. Mas pairava ainda uma certa indefinição em relação à verdadeira dimensão que o SAAL começava a ter, ao número impressionante de pedidos de intervenção que todos os meses, todas as semanas, chegavam aos serviços competentes.

Do lado das brigadas, por sua vez, havia, sobretudo entre os profissionais mais experimentados, a intuição de que os primeiros a avançar seriam beneficiados³⁵. A manutenção por muito tempo de um serviço com estas características, ou a sua extensão ilimitada, eram impossíveis de sustentar por muito tempo, a não ser que as condições políticas mudassem radicalmente e, nesse caso, talvez mudassem também as estratégias supraestruturais para a habitação. Portanto, muito do trabalho de projecto, por vários tipos de razões e de pressões, era feito com esta intenção de partir o mais depressa possível para a obra.

É, portanto, também por esta altura que se fazem sentir algumas preocupações das brigadas, rapidamente transmitidas aos respectivos serviços centrais, relativas às questões da construção. Ao longo do processo foram, com alguma frequência, genericamente referenciadas soluções de carácter construtivo, falava-se em sistematização de elementos para a auto-construção; em modulação; em racionalidade e optimização estrutural; em standardização; mas a verdade é que nenhum destes conceitos tinha sido realmente aprofundado e, muito menos, concretizado. Nesta altura em que muitos dos projectos começavam a evoluir no sentido da materialização e do detalhe, as equipas, por mais experientes que fossem, sentiam que este era um ponto no qual não se devia falhar, por isso, dado o pioneirismo da situação, era necessário trocar impressões, debater pontos de vista, concordâncias e discordâncias.

A maior parte das equipas achava que era possível controlar a construção através do rigor do projecto, independentemente do tipo de adjudicação, ou seja, exceptuando talvez a auto-construção, que requeria acompanhamento especial, qualquer tipo de adjudicatário – pequena empresa, pequena cooperativa, associações de operários desempregados – poderia dar conta do recado, desde que o projecto fosse suficientemente preciso e rigoroso.

Algumas outras acreditavam que só com empresas experimentadas, e com elevado grau de sistematização construtiva, se conseguiriam resultados positivos em prazos razoáveis³⁶. Concorria para estas posições a situação quase desesperada de grande parte das empresas de construção

³² “Expropriados Para Construção de Casas Terrenos em Zonas Pobres da Capital – determinou-se na reunião pública mensal da Câmara Municipal”: *República*, 18/4/1975, e, também, “Vão ser Expropriados Terrenos em Zonas Pobres da Capital para construção de habitações”: *Jornal do Comércio*, 19/4/1975.

³³ *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, pp. 140-141.

³⁴ *Ib.*

³⁵ Vários foram os arquitectos entrevistados que me confessaram essa intuição: Raúl Hestnes Ferreira, Pedro Ramalho, Manuel Vicente, Manuel Magalhães, Artur Rosa e Álvaro Siza, entre outros.

³⁶ De entre estas, o caso mais emblemático será, sem dúvida, o das brigadas coordenadas pelo arquitecto Manuel Pardal Monteiro Magalhães, na Quinta D. Leonor e, posteriormente, na Quinta do Alto. O projecto foi concebido tendo, desde logo, em vista que a construção iria ser feita por uma grande empresa de construção. Com efeito, quem veio a ganhar o concurso foi a Amadeu Gaudêncio. A eficácia processual destas operações beneficiou, assim, de todo um conjunto de “automatismos” e de preceitos derivados da experiência anterior do projectista em trabalhos para este tipo de empresas.

que, sem trabalho, aceitavam qualquer tipo de empreitada, independentemente da escala da intervenção.

Outras brigadas, por sua vez, convictas do carácter de emergência das operações, achavam que a solução teria forçosamente de passar por sistemas construtivos próximos da prefabricação total, e recorriam à reduzida e depauperada indústria nacional, à procura das soluções minimamente satisfatórias. Mais facilmente enveredavam por esta posição as equipas que tinham para resolver situações de grande urgência, resultante de incêndios ou de outro tipo de acidentes³⁷.

Por fim, devem ser referenciadas as equipas que, em matéria de construção, se inseriam, pura e convictamente, no espírito inicial do despacho do SAAL e procuravam desenvolver trabalho mais orientado para as auto-soluções³⁸. Foram as operações onde, porventura as obras começaram mais cedo, mas também foram aquelas que nem sempre acabaram mais cedo. Foram aquelas onde o significado vinculativo do projecto foi mais frequentemente posto em causa, nunca chegando, porém, ao ponto de ser renegado ou mesmo de ser considerado meramente indicativo. E essa foi, talvez, uma das características do processo SAAL que mais o faz divergir de outras experiências conhecidas que, a nível internacional, o antecederam, nomeadamente no Norte de África e na América Latina. Mas mais adiante, tencionamos voltar ao assunto.

A esta primeira ordem de divergências, perfeitamente lícitas, de resto, dadas as profundas diferenças dos respectivos contextos físicos e sociais, outras divergências se seguiam entre equipas muito próximas ou, por vezes, até no seio de uma mesma equipa.

Os serviços centrais do FFH, em Lisboa, decidiram então começar a compilar e a sistematizar material didático, que fosse fornecendo informação sobre estes temas às brigadas: calendarizações e sistematizações várias; organigramas detalhados de programação de obras e de estaleiros; pormenores tipo de diversos elementos, passíveis de serem reproduzidos, de degraus, de patamares, etc.; esquemas de montagem de redes de águas e de saneamento; recomendações para as redes de iluminação exteriores e interiores; enfim, todo um manancial de informação que começara a ser distribuído entre os meses de Março e Abril de 1975.

No SAAL-Norte, por sua vez, estes problemas começavam a ser abordados com base na experiência e no trabalho já desenvolvido. À medida que os projectos iam avançando, ia-se

SAAL/Algarve, Lagos, obras na operação da Meia Praia, 1975.

Fonte: Arquivo do Engenheiro Albano Pereira.



³⁷ Nomeadamente a equipa de Alfornelos, Oeiras, que foi iniciada com o realojamento das vítimas do incêndio da Falagueira. Coordenada pelos arquitectos José Manuel Cruz Henriques e Eduardo Osório Gonçalves, nesta operação foram usados exclusivamente elementos pré-fabricados "Novobra"; ou ainda as chamadas casas "volantes", usadas por algumas equipas do SAAL-Norte para os moradores em trânsito para habitações definitivas.

³⁸ Como era o caso de algumas equipas de Oeiras e do Algarve. Mas o exemplo mais significativo será, sem dúvida, o das muitas operações coordenadas pelo arquitecto José Veloso, no barlavento algarvio. Foi aí que se deu, porventura, o tipo de experiências mais próximo da concepção de um projecto de organização do fogo em permanente modelização pela intervenção material dos interessados.

formatando a ideia de uma “fase de construção”, durante a qual se consolidariam mais ensinamentos processuais, e perante a qual era necessário saber extrair, do rigor da prática, toda a racionalização possível como, de resto, já atrás se referiu. Em Maio de 1975, foram postas à discussão as principais questões que o arranque das construções envolveria, como fazer as obras, a quem adjudicar, como adjudicar, como fiscalizar, como garantir qualidade, etc. Dois textos foram então debatidos³⁹. Ambos apontavam várias hipóteses, vários caminhos possíveis, mas algumas premissas eram consensuais: o controlo do processo na fase de construção deveria sempre pertencer aos moradores; era necessário criar uma nova estrutura no âmbito do Grupo Coordenador do SAAL-Norte para apoiar a actividade decorrente do arranque simultâneo das várias obras. Por outro lado, embora todas as hipóteses fossem de considerar, desde a administração directa à adjudicação externa, os dois textos pendiam para a formação de equipas de construção específicas do SAAL – um deles chega mesmo a falar de “brigadas de construção” – que pudessem acolher trabalhadores desempregados, empresas nacionalizadas ou cooperativas operárias, e que trabalhassem em consonância com o Grupo Coordenador, directamente fiscalizados pelos moradores interessados e indirectamente acompanhados pela brigada técnica responsável pelo projecto.

Estavam lançadas as bases de uma discussão que se viria a revelar bastante profícua doravante.

Entretanto, numa reunião nacional de brigadas que tivera lugar em Lisboa, no final de Abril, ficara decidida e agendada uma discussão mais ampla, um seminário aberto a todas as brigadas SAAL do FFH, o que excluía as da EPUL, a realizar em Maio no Porto.

Maio de 1975

As brigadas da EPUL, por seu lado, no primeiro plenário que realizaram, em Maio, constatando as contrariedades que a dupla dependência – EPUL e Câmara – provocavam ao andamento do processo, viriam também a clamar por maior autonomia. Propunham então a criação de uma estrutura autónoma para as operações do concelho de Lisboa, que pudesse ter uma maior capacidade de actuação e que fomentasse mais a coordenação horizontal entre as brigadas⁴⁰. Cada vez mais as brigadas da EPUL se sentiam separadas do processo, tinham vindo sempre a desenvolver um trabalho paralelo de pequenos melhoramentos nos bairros degradados, que incluía remoção de lixeiras, desratização, localização de contentores, infraestruturas eléctricas e de iluminação pública, etc., mas imperava a vontade de partir para o projecto dos novos bairros⁴¹. Várias razões contribuíam para que se sentisse a necessidade de um reenquadramento das operações e no plenário foi proposto à SEHU que se estudassem as possibilidades de “reformular e relançar” todo o processo na área do concelho de Lisboa.

O Porto, lugar de acolhimento do III Seminário do SAAL, era nesta altura uma cidade em polvorosa. A 16 de Maio, o poder legislativo dava um sinal de que estava preocupado com a situação nesta cidade e promulgava um decreto aplicável só na sua área metropolitana. O Decreto-Lei n.º 232/75, que punia a sublocação através da denúncia da sobreocupação, era um instrumento jurídico feito à medida das colmeias humanas do centro da cidade, e das suas protagonistas “subalugas”, e tinha aplicação apenas “no concelho do Porto e freguesias dos concelhos de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Maia e Matosinhos”⁴².

Para além de toda a dinâmica, mobilização e participação inerentes ao movimento de moradores, uma sucessão de outros acontecimentos, de certo modo correlacionados, vieram contribuir para essa circunstância. A 4 de Maio tinha início uma greve de trabalhadores da Câmara, uma greve com contornos imprecisos que fez com que, em apenas alguns dias, se

³⁹ Diomar Santos, Manuel Teixeira, “Proposta para Discussão”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, pp. 141-145; e Rui Oliveira “Fase de Construção – Orgânica a Elaborar”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, pp. 145-148.

⁴⁰ “Conclusões do Plenário das BAL do Concelho de Lisboa”, documento policopiado, 26/5/1075.

⁴¹ Algumas equipas, ao pressentir a “concorrência” demasiado forte de outros organismos, como o GTH, chegaram mesmo a demitir-se. A brigada de Casal dos Machados, Quinta do Leal e Estrada da Circunvalação interrompe as suas actividades a 13 de Maio de 1975 devido ao “aparecimento de uma urbanização do GTH para realojamento, nas proximidades dos bairros em causa [...] e a promessa da Câmara na sua concessão”: “Informação às BAL de Lisboa da BAL - Casal dos Machados, Quinta do Leal, Estrada da Circunvalação”, documento policopiado, s.d.

⁴² Decreto-Lei n.º 232/75, de 16 de Maio, Art. 8.º § 1.

começassem a sentir os seus indesejados efeitos. Carências em alguns serviços e o lixo a acumular-se nas ruas contribuíram para que a greve, por impopular, não pudesse passar despercebida aos olhos dos habitantes. A confusão aumentaria com a realização de um plenário de trabalhadores camarários, a 14 de Maio, durante o qual foi decidido e votado o saneamento da Comissão Administrativa em bloco, bem assim como de todos os elementos que estabeleciam a ligação entre os serviços da Câmara e o SAAL – o arquitecto Manuel Teles, entre outros. Um pouco paradoxalmente, era também aprovada a suspensão da greve. Muito se discutiu acerca da legitimidade destas decisões plenárias⁴³, a verdade é que, de um modo próximo, ditaram o fim da Comissão Administrativa da Câmara. Constituída com base num equilíbrio muito instável entre membros dos principais partidos – PPD, PS, PC e MDP – esta estrutura institucional nunca conseguiu reunir os consensos e as vontades para levar a cabo a necessária reforma administrativa dos serviços camarários.

Entretanto, agastados pela afronta do saneamento dos únicos elementos da Câmara que, já com muita dificuldade, iam garantindo a coordenação com o SAAL, os moradores e as suas comissões aproveitariam a gigantesca manifestação que teve lugar em frente aos Paços do Concelho, a 17 de Maio, para exigir, ainda com maior veemência, o saneamento de todos os reaccionários. Esta manifestação, aliás paralela a uma outra em Lisboa⁴⁴, pretendia, antes de mais, dar sinal do descontentamento dos moradores em relação às medidas de penalização dos ocupantes previstas na legislação recentemente saída⁴⁵. A situação específica do Porto levou, porém, a que, por um lado fosse massivamente participada e, por outro, os manifestantes concentrassem as energias no saneamento da Comissão Administrativa da Câmara Municipal e de todos os funcionários que emperravam o funcionamento do SAAL. A manifestação acabaria no Quartel General do Porto, com a entrega das reivindicações ao Brigadeiro Corvacho. Seis pontos constituíam essas reivindicações, todos eles, obviamente, continham matéria directa ou indirectamente ligada ao SAAL, mas dois referenciavam expressamente o processo⁴⁶, nomeadamente o ponto que exigia a participação das Associações de Moradores, dos funcionários municipais e do SAAL na gestão da Câmara Municipal e o que clamava, uma vez mais, pela autonomia do SAAL em relação ao FFH. No Porto⁴⁷, o SAAL continuava a situar-se bem no centro do movimento de moradores, quer no terreno da programação estratégica dos objectivos, quer no terreno das acções de agitação e propaganda, quer mesmo na identidade das lutas em torno de uma causa comum.

A reafirmar essa centralidade esteve a série de acontecimentos que se sucedeu ao levantamento mineiro de S. Pedro da Cova, em Gondomar, a 22 de Maio. Fechadas desde 1969, as instalações das minas de carvão de S. Pedro da Cova – edifício central e escritórios – foram ocupadas por um grupo de populares⁴⁸, numa operação prontamente apoiada pelas comissões de moradores do

⁴³ Nessa mesma madrugada, representantes “de todas as comissões de moradores” do Porto dirigiram-se ao Quartel General para protestar contra a instrumentalização do Plenário por funcionários de direita que “enganaram” os trabalhadores do município levando-os a votar o saneamento dos “únicos elementos progressistas em quem habitantes dos bairros camarários e os moradores da Zona Norte confiam na Câmara do Porto”. Mais adiantavam que, se aqueles saneamentos não fossem anulados prontamente, seria “impossível segurar os moradores” que estiveram à beira de invadir as instalações da Câmara. Cf. “Delegados de 40 000 Moradores Indignados com os Saneamentos”: *Jornal de Notícias*, 15/5/1975.

⁴⁴ Que teve lugar na Praça Marquês de Pombal, passou pela Câmara Municipal e acabou em frente a S. Bento. Foi convocada pela Inter-comissões de Bairros de Lata e Bairros Pobres de Lisboa e pelas Comissões de Ocupantes e de Moradores de Lisboa e Arredores. Estas duas manifestações, em Lisboa e no Porto, foram coordenadas, e cada uma delas teve representações das comissões da outra cidade.

⁴⁵ O Decreto-Lei n.º. 198-A/75, de 14 de Abril.

⁴⁶ As Comissões de Moradores, “Ao Povo em luta pela Habitação”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, p. 153, e As Comissões de Moradores Integradas no Processo SAAL-Norte, “Caderno Reivindicativo das C.M.”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, pp. 153-154.

⁴⁷ No comunicado que convocava a manifestação de Lisboa há uma única referência ao SAAL, que é bastante mais circunstancial do que as dos comunicados do Porto. Cf. “Comunicado ao Povo Trabalhador de Lisboa”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, pp. 152-153.

⁴⁸ Que incluía “um grupo de Professores e alunos da Escola Preparatória de D. Afonso V” e o “Grupo de Teatro ‘Círculo’”. Cf. O Comité de Ocupação, “À Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Gondomar”, folheto policopiado, 26/5/1975.

Passal e da Bela Vista, que eram as que, na zona, já estavam organizadas e a iniciar operações SAAL. Grande parte dos moradores eram antigos mineiros que, finda a laboração da mina, tinham ficado desempregados, a pagar uma renda à companhia pelo uso das casas onde moravam. Na sequência da ocupação das instalações das minas, realizou-se um plenário no qual, perante a arrebatadora participação de quase três milhares de pessoas, se decidiu que o doravante apelidado “Centro Revolucionário Mineiro” passaria a albergar equipamentos de carácter social, cultural e um centro de documentação da epopeia das lutas operárias locais. Decidiu-se ainda não mais pagar as rendas das casas à Companhia das Minas de S. Pedro da Cova e aforrá-las por intermédio das comissões de moradores, para futuros melhoramentos dos edifícios e dos bairros. Mais uma vez, portanto, e pese embora uma envolvimento histórica de fortíssima, quase canónica, base operária, a questão da melhoria das condições habitacionais ganhava um lugar na linha da frente das reivindicações da luta. E tanto assim foi que estes acontecimentos, e a proliferação nas redondezas de novas comissões de moradores, vieram a dar origem a uma das mais peculiares operações realizadas no âmbito do SAAL⁴⁹.

Esse “espírito catalizador” do SAAL sobre tudo, ou quase tudo, o que transpirasse reivindicações de ordem habitacional ou urbana no Porto e arredores não podia deixar de pairar no ambiente em que se realizou o III Seminário do SAAL, cujas sessões decorreram nos dias 24, 25 e 26 de Maio de 1975, no Auditório da ESBAF. Inicialmente motivado pela necessidade de permutar experiências, num momento crucial do processo em que era imperioso iniciar a construção em muitos dos bairros, sob pena de algum descrédito das populações, o Seminário acabou por redundar na repetida constatação das precárias condições de trabalho das equipas, entrecortada pela apresentação de algumas operações, maioritariamente dos arredores de Lisboa. A ordem de trabalhos inicial, proposta pela equipa central do SAAL, incluía um ponto de análise do processo, um ponto de discussão do apoio técnico a prestar pelos serviços de coordenação e um outro ponto, a que chamariam “estruturação do SAAL” e que, por sua vez, se subdividia em três itens: contratos de trabalho, relações entre as equipas de apoio local e os serviços de coordenação e relação entre esses mesmos serviços de coordenação e o FFH. O SAAL-Norte viria a introduzir um outro ponto, cujo título – “metodologia de trabalho com as populações” – indiciava uma vontade de encontrar novos suportes metodológicos para a actividade disciplinar. Podemos dizer, *grosso modo*, que, se da ordem de trabalhos proposta pela equipa central de Lisboa se desprende uma preocupação de procurar soluções para a resolução dos vários problemas na perspectiva dos serviços centrais, o SAAL-Norte, por sua vez, procurava um tom de discussão centrado na perspectiva das brigadas.

No entanto, as equipas locais que mais activamente contribuíram para a fase preliminar da discussão foram as que estavam ligadas ao chamado SAAL-Centro-Sul, mais precisamente as dos arredores de Lisboa, de Setúbal e algumas do Alentejo. Assim, entregaram relatórios prévios, para servir como base da discussão, as equipas de Catujal e Moscavide, em Loures; Falagueira, Linda-a-Pastora, Estrada da Circunvalação, Linda-a-Velha e Portela, em Oeiras; Pinheirinhos e Bairro da Liberdade, em Setúbal; Pedra Furada, Avieiros e Alverca, em Vila Franca de Xira; Pelame e Esperança, em Beja. Nesses relatórios verificava-se uma insatisfação quase generalizada face às instituições que tutelavam o processo – câmaras, FFH –, consideradas como as grandes responsáveis por atrasos, indefinições e desmotivação dos moradores. De pendor predominantemente analítico, os levantamentos da situação insistem nas questões sociais, numa boa parte dos casos giram em torno da origem de classe das populações a realojar, tida como condição essencial do êxito da operação.

Embora a maioria dos relatórios refira o trabalho de projecto como estando a decorrer, apenas um – o da equipa do Bairro da Liberdade em Setúbal – apresenta esquematicamente opções de organização espacial, juntamente com premissas de composição e de organização dos fogos e do bairro, incluindo também alguns apontamentos perspéticos da associação de módulos⁵⁰.

⁴⁹ Genericamente referida como S. Pedro da Cova, deu, na realidade, origem a um trabalho de apoio técnico às comissões de moradores de: Bela Vista, Vale do Souto e Aldeia, Vila Verde, Casa da Malta, Cabine, Ervedosa, Silveirinhos, Mó, Farrobo, Passal – que era a das minas –, Cimo da Serra e Bairro Norte. A brigada técnica, comum a estas 12 operações, foi coordenada pelo arquitecto Manuel Correia Fernandes.

⁵⁰ *Introdução Bairro da Liberdade – Setúbal, s.l.*, documento policopiado, s.d.

Do projecto, das opções urbanas e arquitectónicas, muito pouco se escreve, das metodologias de discussão programática com os moradores, embora as referências sejam mais frequentes, também pouco se conclui. A este propósito, uma das equipas – a dos Pinheirinhos, também em Setúbal – chega mesmo a reportar que os interessados exigem uma “solução imediata sem querer participar a nível de escolha de soluções”⁵¹.

Longe de uma troca de experiências realmente aberta, eficaz e construtiva, o seminário decorreria sob a influência de uma certa tensão entre as equipas do norte e do sul. Posteriormente, alguns elementos da equipa central chegariam mesmo a comentar a atitude dos seus colegas do SAAL-Norte, imputando-lhes “uma certa demissão” do trabalho de preparação do seminário⁵². A ordem de trabalhos não viria a ser totalmente cumprida e as divergências manifestar-se-iam ainda mais na hierarquização de cada um dos pontos, segundo a sua ordem de importância. Os do Porto estavam interessados em debater a ambicionada autonomia do SAAL-Norte, os de Lisboa estavam mais empenhados em repensar a questão do contrato de trabalho das brigadas⁵³. Os três dias do seminário não seriam, assim, muito proveitosos. A ausência de conclusões, mesmo que meramente formais, é significativa desta sequência de discordâncias.

O Porto, entretanto, continuava em franca efervescência, a 28 de Maio era a tomada de posse da Comissão Administrativa Militar da Câmara⁵⁴, que viria substituir a anterior comissão representativa dos principais partidos. Logo desde o início do mandato ficaram expressas as intenções de ter as comissões de moradores como interlocutores preferenciais⁵⁵, por um lado, e de combater as inércias e os entraves dos serviços, por outro. Estava aberto o caminho para uma maior representatividade institucional das organizações de moradores ligadas ao SAAL e estavam também criadas as condições para a tão cobiçada fluidificação das relações entre o SAAL e a Câmara do Porto.

Ainda no decorrer do III Seminário do SAAL, o Ministro do Equipamento Social e Ambiente, coronel José Augusto Fernandes, anunciava, na televisão, o Programa de Política Habitacional do Governo. Quatro vias para suprir as graves carências habitacionais do país: o primeiro grupo, composto pelos fogos a construir pelo FFH comparticipados pelas autarquias locais; o segundo grupo, que dizia respeito aos Contratos de Desenvolvimento da Habitação, a celebrar com a iniciativa privada para a construção de fogos de renda limitada; o terceiro grupo, que previa os “fogos de auto-construção, de reconstrução, de melhoria de equipamento a construir sob a orientação do Serviço de Apoio Ambulatório Local”, destinados às populações de “bairros degradados, ‘ilhas’, ‘bairros de lata’ e outros similares”⁵⁶, devidamente organizadas em cooperativas ou associações; por fim, o quarto grupo, que incluía os fogos a construir pelas cooperativas de habitação. Quanto às condições de financiamento, o grupo do SAAL seria inscrito no Orçamento Geral do Estado, e no das respectivas autarquias na parte que lhes dissesse respeito, ao passo que os outros grupos seriam co-financiados pela banca nacionalizada – Caixa Geral de Depósitos e Crédito Predial Português. O referido Programa Habitacional, com efeito, que já tinha sido apresentado pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo no FFH, logo no princípio do mês, previa, para 1975 e 1976, a construção de 50 000 fogos nos diversos planos de FFH, entre 20 000 a 30 000 por intermédio dos Contratos de Desenvolvimento, 8 500 a construir pelo SAAL, 6 000 pelas cooperativas e entre

⁵¹ *Visão Geral do Trabalho Equipa de Pinheirinhos (Setúbal)*, s.l., documento policopiado, s.d., p. 4.

⁵² Hélder Tiago, Margarida Duque Vieira, *O SAAL*, s.l., edição policopiada, s.d.

⁵³ *Ib.*

⁵⁴ Que tinha como presidente o capitão Boaventura Ferreira, como vice-presidentes o capitão Manuel Pereira e o aspirante Afonso, e como vogais, os aspirantes Jorge Gonçalves, Joaquim Santos Silva e Bernardo Ferrão, este último arquitecto. Cf. A. Botelho, M. Pinheiro, *O Conselho Municipal do Porto Balanço de uma Experiência*, Porto, Copsa, 1977, p. 26.

⁵⁵ A ordem de serviço nº. 125/75, datada de 31 de Maio, dizia o seguinte: “1º. – A partir de hoje as comissões de moradores dos bairros camarários e comissões de moradores são reconhecidas como órgãos de efectiva colaboração e participação nas decisões da competência do presidente da Câmara e da Câmara Municipal do Porto [...]”. Cf. *Ib.*, p.27.

⁵⁶ “Ministro do Equipamento na Televisão. Casas sem Pagamento de Renda para Agregados com Menos de 2500\$00”: *A Capital*, 26/5/1975.

5 500 a 15 500 pela iniciativa privada, num total de cerca de 100 000 fogos, ou seja, pouco menos de um quinto das carências do país, que se estimavam em 531 000, segundo as contas do gabinete daquele mesmo ministro⁵⁷. Quanto a encargos, de entre todas estas modalidades, era o SAAL a que menos despenderia – um milhão de contos – todas as outras estavam estimadas em verbas que rondavam os dez a vinte milhões, com excepção das cooperativas, que se cifravam nos três milhões de contos. O SAAL iria, portanto, gozar de uma disponibilidade financeira na ordem de dez vezes menos que os outros programas de promoção habitacional⁵⁸.

Não era de estranhar, o SAAL tornara-se um programa que, na perspectiva dos políticos responsáveis e do governo em geral, perdia gradualmente peso estratégico e começava até a grangear um certo cepticismo. Embora o número de moradores envolvidos fosse bastante significativo, trazia excessivos problemas para tão poucos dividendos, sobretudo nesta altura, em que os projectos se arrastavam e as obras tardavam a arrancar. Por outro lado, a questão do alojamento de emergência ganhava outros contornos com o regresso dos habitantes das antigas colónias⁵⁹, gerando novas e, por vezes, dramáticas situações que não cabiam no quadro vigente das modalidades de produção de habitação. No seio do governo havia plena consciência das limitações económicas do país para levar a cabo estratégias demasiado ambiciosas. A 19 de Maio, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, em visita oficial a Bona, recebera da parte do seu homólogo, Hans Dietrich-Gensher, a confirmação de um apoio muito significativo da República Federal Alemã para o programa habitacional do governo. O crédito de 70 milhões de marcos já antes prometido era então ampliado para 100 milhões de marcos, que na época correspondiam a cerca de um milhão de contos⁶⁰.

O Verão e o Outono de 1975 seriam duas estações decisivas para história do processo SAAL, como, de resto, para a do país em geral. Enquanto os arquitectos das brigadas se debatiam com a execução dos projectos, e alguns dos mais adiantados já se confrontavam com as questões do início da obra, uma intensa luta política decorria em quase todas as instâncias da sociedade portuguesa. Tão intensa era essa luta que muitas vezes durante este curto período se cruzou com a possibilidade de um confronto bélico mais grave⁶¹. Foi o culminar da “crise revolucionária”⁶², durante a qual se consolidou aquele fenómeno que Boaventura de Sousa Santos chama a “dualidade de impotências”, que era ratificada, neste caso, a partir da última dimensão do sistema de relações entre o MFA e o movimento popular, ou seja, “a tentativa de desenvolver uma nova forma política de Estado capaz de articular e institucionalizar de modo coerente a Relação entre o povo e o MFA”⁶³. Caberia, com efeito, a essa dualidade um evidente protagonismo em toda a série de factos políticos que caracterizaram o citado período.

⁵⁷ “O ministro Augusto Fernandes na TV. Só a longo prazo será possível resolver o problema da habitação. Para os agregados de rendimento inferior a 2500\$00 serão construídas casas sem pagamento de renda”: *O Século*, 26/5/1975.

⁵⁸ FFH(vários) – 11 250 000 contos; FFH(cd) – 8 000 000 a 12 500 000 contos; SAAL – 1 000 000 contos; Cooperativas – 3 000 000 contos; iniciativa privada – 6 500 000 a 19 350 000 contos: “Programa Habitacional do MESA Quadro de Pormenor” apresentado no FFH pelo SEH em 9-5-1975.

⁵⁹ Em Janeiro de 1975, só de Angola já tinham regressado cerca de 50 000 colonos, mas o movimento de regresso intensificar-se-ia no começo do Verão desse mesmo ano. O IARN, Instituto de Apoio ao Regresso de Nacionais, criado pelo decreto-Lei nº. 169/75, de 31 de Março, ocupava-se inicialmente do aluguer de aviões para o transporte gratuito dos retornados, no entanto, em Janeiro de 1975, o mesmo instituto declarava ter recebido já cerca de 9 milhões de contos de ajudas nacionais e internacionais. Cf. José Medeiros Ferreira, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, *Oitavo Volume. Portugal em Transe (1974-1985)*, s. I., Círculo de Leitores, 1993, pp. 85-89.

⁶⁰ “Melo Antunes juntou com Gensher Oferta de Auxílio de Bona a Lisboa Mais de um milhão de contos para o programa habitacional?”: *Jornal de Notícias*, 20/5/1975.

⁶¹ Como era, de resto, bastas vezes sugerido por certa imprensa estrangeira. Cf. Mário Mesquita, José Rebelo, *O 25 de Abril nos media internacionais*, Porto, Afrontamento, 1994.

⁶² Cf. Boaventura de Sousa Santos, “Etat, Rapports Salariaux et protection Sociale à la Semi-périphérie – Cas du Portugal”: *Peuples Méditerranéens Portugal 1974-1994*, nº.66, janvier – mars 1994, p.34, e, também, Boaventura de Sousa Santos, “A crise do Estado e a Aliança Povo/MFA em 1974-1975”: *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois Associação 25 de Abril*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p.45.

⁶³ Boaventura de Sousa Santos, “A crise do Estado e a Aliança Povo/MFA em 1974-1975”: *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois Associação 25 de Abril*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p.47.

Junho de 1975

Assim, em Junho, menos de duas semanas após a sessão de abertura da Assembleia Constituinte, que corporizava o modelo social-democrata europeu ocidental, oficiais oriundos de sectores da esquerda militar desviavam um número considerável de armas do quartel de Santa Margarida. No final do mês, porém, 88 membros da antiga polícia política conseguem, com cumplicidades várias, libertar-se da prisão de Alcoentre. Entretanto, o Conselho da Revolução aprovara, dia 19, o *Programa de Acção Política*, que defendia a construção de uma sociedade sem classes, mas que repudiava toda e qualquer possibilidade de conquistar o socialismo por vias ditatoriais ou violentas.

Julho de 1975

Em Julho, a Assembleia do MFA aprovava, a 8, o já referido *Documento-Guia do Projecto Aliança Povo-MFA*, no qual se definem objectivos de prossecução do processo revolucionário, com base num modelo que tendia para o exercício da democracia directa. Os membros do Partido Socialista abandonariam o governo, dia 10, os do PPD seguiriam o exemplo seis dias depois. Perto do fim do mês, iniciava-se o processo de formação de mais um governo provisório, o 5.º, e o MFA instituía a liderança em directório tripartido, composto por Costa Gomes, Otelio Saraiva de Carvalho e Vasco Gonçalves. Durante todo o mês, e por todas as cidades, suceder-se-iam as manifestações de apoio ao chamado poder popular, sobretudo após a divulgação do *Documento-Guia do Projecto Aliança Povo-MFA*. Mas a oposição, muitas vezes polarizada no apoio ao Partido Socialista, também se fez sentir: as sedes dos partidos da esquerda começavam a ser assaltadas e destruídas; duas grandes manifestações do PS, previstas para o Porto, a 18, e para Lisboa, a 19, geravam barricadas de intimidação um pouco por todo o lado.

Agosto de 1975

O 5.º Governo Provisório tomara posse a 8 de Agosto. Vasco Gonçalves mantinha a liderança, Arnão Metelo saía da Administração Interna e era nomeado Vice-Primeiro Ministro. O major Cândido de Moura era o novo Ministro da Administração Interna. No Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, José Augusto Fernandes seria substituído pelo engenheiro Henrique Oliveira e Sá e para Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo era nomeado um outro engenheiro, Fernando Esteves Vicente. Mas a evolução da situação política do país estava longe de se jogar só nas mudanças governamentais. Alguns membros do Conselho da Revolução, Vasco Lourenço, Canto e Castro, Vítor Crespo, Costa Neves, Melo Antunes, Vítor Alves, Franco Charais, Pezarat Correia e Sousa e Castro, apresentavam, também no princípio de Agosto, um manifesto ao Presidente da República, que viria a ficar conhecido pelo *Documento dos Nove*, no qual defendiam aquilo a que chamavam um modelo de socialismo alternativo, diferente do dos países de leste e do das social-democracias ocidentais. Vindo de dentro do MFA, e de um sector muito significativo⁶⁴, esse documento podia também ser lido como um sinal da necessidade de reforçar as débeis plataformas de entendimento que constituíam os órgãos do poder. Enquanto tal, porém, não foi muito bem sucedido, o directório decidiria suspender os seus subscritores e o COPCON emitiria um outro documento – “autocrítica revolucionária do COPCON e proposta de trabalho para um programa político” – através do qual saíam reforçadas as posições expressas no *Documento-Guia*, em conjunto com contundentes críticas aos partidos políticos e, em especial, ao Partido Comunista. As posições começavam a extremar-se, por um lado entre a esquerda e a direita, nesta fase acantonada em torno do Partido Socialista. As manifestações sucediam-se, ora para apoiar o *Documento dos Nove* e protestar contra o COPCON, como no dia 15, em Belém, Lisboa, ora para apoiar o *Documento do COPCON* e o Poder Popular, como no dia 20, também em Lisboa. Por outro lado, extremavam-se entre o Partido Comunista e as forças à sua esquerda. O PCP saía da FUR, a 28, ruindo assim a frágil aliança construída em torno daquela efémera frente. No final de Agosto o Presidente da República Costa Gomes anunciava o próximo governo, o 6.º, e a reestruturação do Conselho da Revolução.

Setembro de 1975

Setembro começava com a demissão do 5.º governo, que viria a ser substituído só no dia 19. A composição do 6.º governo provisório indicia uma mudança à direita. O Primeiro Ministro

⁶⁴ Vários foram os oficiais que subscreveram o documento: Ramalho Eanes, Garcia dos Santos, Loureiro dos Santos, Costa Braz, Salgueiro Maia, Rocha Vieira, Fisher Lopes Pires, entre outros. Cf. José Medeiros Ferreira, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, *Oitavo Volume. Portugal em Transe (1974-1985)*, s. I., Círculo de Leitores, 1993, p. 216.

passava a ser o Vice-Almirante Pinheiro de Azevedo, o Ministro da Administração Interna passava a ser o capitão Almeida e Costa, a pasta do Ambiente saía do antigo MESA e o novo ministro do Equipamento Social seria o engenheiro Álvaro Veiga de Oliveira. Eduardo Pereira regressaria à Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo. Continuavam, entretanto, a agudizar-se as clivagens políticas e sociais. Nascia um movimento revolucionário no seio das Forças Armadas, os SUV, Soldados Unidos Vencerão, que realizaria várias manifestações no país. As chefias militares seriam também mudadas, no Porto, por exemplo, Eurico Corvacho seria substituído por Pires Veloso, a 12 de Setembro. Mas a 22, no decorrer de mais uma manifestação em Belém, o primeiro ministro acusava os manifestantes de o sequestrarem. No final do mês, PS e PPD convocariam uma manifestação de apoio ao 6.º governo provisório.

Esta sequência de confrontos sociais e políticos continuaria, em *crescendo*, durante o mês de Outubro. As manifestações de apoio e de protesto sucediam-se a um ritmo estonteante. Os conflitos nos meios de comunicação social entre a administração e os trabalhadores também se intensificariam. O da Rádio Renascença, por exemplo, só seria resolvido com a intervenção militar⁶⁵. O encerramento de um quartel no Porto, ordenado pelo novo comandante da Região Militar do Norte, Pires Veloso, iniciaria também uma sequência de tensões e de confrontos que viriam a ficar conhecidos como o caso CICAP-RASP. Em 25 de Outubro sairia, contudo, a legislação que viria a regulamentar os órgãos de Poder Local.

Outubro de 1975

Novembro seria então o mês decisivo para o estancamento dos fluxos sociais que inebriavam o processo revolucionário. No dia 9, durante mais uma manifestação de apoio ao 6.º governo, registar-se-iam vários incidentes com a Polícia Militar. Na sequência de uma greve dos operários da construção civil, os grevistas cercavam o palácio de S. Bento e sequestravam o governo e os deputados da Assembleia Constituinte, isto no dia 12. Em resposta, a Confederação dos Agricultores, CAP, órgão de classe dos proprietários rurais, apoiada pelo PS e pelo PPD, montava barricadas em Rio Maior. Entretanto, o cerco a S. Bento era reforçado pelo apoio popular, de tal forma que, a 14, o governo cedia e satisfazia as reivindicações dos sitiantes. Nesse mesmo dia, no Porto, durante uma manifestação do PS, do PPD e do CDS, falou-se da transferência do governo e do poder para o norte e foram atacadas as sedes da Intersindical, da União dos Estudantes Comunistas e do Rádio Clube Português. Nova manifestação em Lisboa, a 16, esta pelo avanço do Poder Popular. Dois dias depois, o Conselho de Ministros decidia auto-suspender as actividades do 6.º governo, decisão que se viria a confirmar a 20 de Novembro. Consideravam os ministros que não tinham garantias de pleno exercício do poder e exigiam-nas ao Chefe de Estado Maior das Forças Armadas e Presidente da República, general Costa Gomes. No dia 19, incidentes vários levaram à interrupção duma sessão da Assembleia Constituinte e à evacuação da sala, antes porém, o deputado do PS, Sottomayor Cardia proferiria, a propósito da greve da construção civil, um discurso de ataque ao SAAL e às anteriores Secretarias de Estado da Habitação e Urbanismo.

Novembro de 1975

Entre 20 e 23 de Novembro suceder-se-iam novas manifestações e comícios, contra o 6.º governo, em Lisboa e Setúbal; de apoio ao 6.º governo em Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Lisboa, Portalegre, Porto, Vila Real e Viseu. No dia 21, os soldados de uma unidade de Lisboa, o RALIS, profeririam um juramento de bandeira diferente, no qual prestavam fidelidade ao "poder para o povo" e à "vitória da revolução socialista"⁶⁶ e Otelo Saraiva de Carvalho consolidava a liderança da esquerda político-militar, assumindo, por nomeação do Conselho da Revolução, a direcção do Projecto Povo MFA. Mas, a 24, o mesmo Conselho da Revolução nomeava para Comandante da Região Militar de Lisboa o "moderado" Vasco Lourenço, desafiando assim as ambições de Otelo. Lourenço ameaçava desde logo "pôr na ordem" as unidades rebeldes, substituindo os seus comandantes.

Subitamente, a 25 de Novembro, todos os rastilhos se acenderam e, perante a eminência de um confronto grave, sobrepôs-se a frieza das unidades ligadas ao grupo dos "moderados", que

25 de Novembro de 1975

⁶⁵ Os Comandos fechavam a Rádio Renascença, a 30 de Setembro de 1975. Esta estação seria ocupada por populares, a 21 de Outubro. A 7 de Novembro, o Conselho da Revolução ordenava a destruição do emissor daquela rádio, situado na Buraca.

⁶⁶ Juramento do RALIS, posteriormente divulgado em diversos folhetos e auto-colantes.

há muito vinham preparando a operação, ante a falta de coordenação, de comando, de determinação e de suporte popular das forças militares revolucionárias, no essencial compostas pelos Pára-quedistas, pelo COPCON, pelo RALIS e pela Polícia Militar.

A 25 de Novembro fechava-se drasticamente um Verão denso de acontecimentos políticos que viriam, de um ou de outro modo, a marcar o futuro do país. Durante esta mesma estação, tudo o que se passou no âmbito do movimento de moradores, e do próprio processo SAAL, foi vincadamente delimitado pelos acontecimentos acima descritos.

Com efeito, foi durante este Verão de 1975 que o movimento de moradores, ao ganhar coesão e consciência comum, como no início deste capítulo se referiu, foi conformando, nalguns casos, sistemas próprios, específicos e inerentes às cidades que o acolhiam. No Porto e em Setúbal, embora de modos diferentes, as lutas urbanas ganharam um tal significado sistemático, que chega a ser tentador relacioná-lo com as coerências territoriais próprias dessas cidades. Em Lisboa, talvez pela dimensão metropolitana, seguramente pela dispersão de meios e de capacidades mobilizadoras, o fenómeno não foi tão evidente.

Setúbal

Em Setúbal, foi durante este período que as lutas urbanas já existentes, as ocupações e os bairros do processo SAAL, mais se desenvolveram. Paralelamente, o movimento ganhava uma outra frente: a luta pela redução das rendas de casa⁶⁷. No final do mês de Maio, em plenário de inquilinos, foi decidido instituir um limite máximo para o valor dos arrendamentos, dando assim início a um movimento urbano muito participado, que viria a ficar conhecido como a “Luta dos 500\$00 por assoalhada”. Em Junho era formado o Conselho de Moradores, que incluía as comissões de moradores do movimento dos bairros degradados, algumas delas integradas no processo SAAL, e as comissões que participavam no movimento de redução das rendas de casa, tentando, assim, dar coerência e consistência recíproca a cada uma destas lutas, unificando-as em torno do problema comum da habitação. No entanto, o Conselho nunca chegaria a conseguir alcançar esses objectivos unitários, as reivindicações e as expectativas dos bairros divergiam muito. A clivagem foi particularmente significativa, num primeiro momento, entre os bairros de barracas e os inquilinos que, já tendo habitação, pretendiam reduzir as rendas⁶⁸. A 4 de Julho, porém, uma nota oficiosa do Ministério do Equipamento Social e Ambiente, condenando a luta dos 500\$00 por assoalhada, fez a unidade de mobilização e, a 9 do mesmo mês, cerca de três mil pessoas manifestavam-se em frente ao tribunal contra as acções de despejo. Entretanto, o Conselho de Moradores, cujo secretariado era composto por representantes de oito comissões das quais três eram bairros de barracas, continuava a funcionar como uma estrutura aglutinadora das várias lutas, dexando campo aberto à autonomia de cada um dos bairros para as suas especificidades. No caso das comissões dos bairros de barracas, o processo SAAL era uma dessas especificidades. O Conselho de Moradores funcionava como uma estrutura que tinha a dupla função de coordenar as lutas urbanas e de as integrar no contexto mais genérico da evolução política do país. Todas as manifestações de repulsa, ou de solidariedade, para com as outras actividades e acontecimentos políticos nasciam do Conselho, por exemplo o apoio à luta do jornal *República*, da Rádio Renascença, ou do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, ou então a condenação do fascismo, do imperialismo, ou do *Documento dos Nove*⁶⁹. No final de Setembro, quando a situação

⁶⁷ Cf. Charles Downs, *Revolution at the Grassroots Community Organizations in the Portuguese Revolution*, Albany, State University of New York Press, 1989, p. 41. A propósito das lutas urbanas em Setúbal, e da sua coesão local, consultar ainda, entre outros ensaios: Charles Downs, *Comissões de Moradores and Urban Struggles in Revolutionary Portugal*, s.l., edição policopiada, s.d.; Charles Downs, *Community Organization, Political Change and Urban Policy Urban Social Movements in The Portuguese Revolution*, s.l., edição policopiada, 1983; J. Callado, “SAAL-Setúbal Introdução”: *Cidade Campo*, 2, 1979; Jaime Manuel de Almeida Pinho, *Os Bairros S.A.A.L. O caso do Castelo Velho Lutas Urbanas em Setúbal (1974/76)*, Tese de Mestrado em História dos séculos XIX e XX (Secção do séc. XX) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998; Chip Dows, Fernando Nunes da Silva, Helena Gonçalves, Isabel Seabra, *Os Moradores à Conquista da Cidade Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Lisboa, O Armazém das Letras, 1978.

⁶⁸ Charles Downs, *Revolution at the Grassroots Community Organizations in the Portuguese Revolution*, Albany, State University of New York Press, 1989, pp. 49-50.

⁶⁹ *Ib.* p. 57.

política mais genérica se agudizava, as comissões de trabalhadores, de moradores, o Conselho de Moradores e todas as outras organizações de base da cidade formaram o Comité de Luta, com o intuito de coordenar as diversas lutas e, sobretudo, garantir uma organização forte e unitária na eventualidade de uma viragem política à direita. No início de Novembro, o Comité de Luta, a Câmara Municipal, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e o Gabinete de Planeamento de Setúbal reuniram e acordaram numa estratégia para resolver o problema da habitação, que passava por: apoiar a concretização de todos os projectos SAAL em curso, mas não iniciar mais processos; ocupação de todas as casas vagas, novas e velhas, e sua distribuição de acordo com as necessidades; as rendas deixariam de ser pagas aos senhores e passariam a ser entregues ao Comité de Luta; ocupação da terra necessária à prossecução do Plano Integrado de Setúbal e construção das infraestruturas de acordo com esse mesmo plano; a orientação política deste programa seria controlada pelo Comité de Luta, a orientação económica pelo Sindicato e a orientação técnica pelo Gabinete de Planeamento de Setúbal.

Com o 25 de Novembro vitorioso em todo o país, a resistência local de nada serviu. *O Setubalense*, jornal da cidade que apoiava as lutas, foi fechado pelo novo poder militar, foi dada voz de prisão a alguns membros do Comité de Luta e foram desmobilizados, ou presos, os soldados dos quartéis da cidade que mais tinham apoiado os movimentos populares. Em Setúbal, o movimento de moradores teve várias particularidades, a mais importante das quais terá sido a permanente contaminação com as restantes organizações de base. Se a essa qualidade juntarmos a estrutura populacional urbana, dimensão e hegemonia operária, é possível e tentador pensar que se esteve próximo da conquista da cidade⁷⁰. Mas o que mais interessa, no contexto deste trabalho, é que essas lutas não foram nunca polarizadas em torno do SAAL. Mais, em determinada altura do movimento, o SAAL era entendido pelas estruturas de coordenação como um processo que não deveria crescer. No movimento de moradores de Setúbal, ou se quisermos no conjunto mais vasto de lutas que inebriu a cidade, o processo SAAL era mais tolerado do que integrado. Algumas razões contribuíram para essa circunstância. Em primeiro lugar a divisão, que só foi patente no início mas que perdurou em ferida, entre os moradores dos bairros de barracas, que queriam casas do SAAL, e os restantes movimentos pela melhoria das condições de vida, nos quais se integrava a *Luta dos 500\$00 por Assoalhada*, divisão que tem vindo a ser atribuída à divergência de classe das populações envolvidas, ou seja, às divergências entre as classes mais baixas, populações marginais e *lumpen*, que vivia nos bairros de barracas, e a aristocracia operária e a pequena burguesia mal alojada, que pretendia “subir a parada” das reivindicações nas lutas dos bairros. Em segundo lugar, a demanda de um objectivo de contornos muito precisos – casa – colidiu, de início, com o discurso ideológico da esquerda e da esquerda revolucionária, que pretendia uma evolução superestrutural em direcção ao Estado e à sociedade socialistas. Por último, para algumas sensibilidades mais tecnocráticas, embora progressistas, o SAAL, por particularizado à escala do bairro e da organização local, era tido como um mero paliativo, que “estorvava” o cumprimento de objectivos mais ambiciosos, como, por exemplo, a prossecução do Plano Integrado. A não colisão do SAAL com os Planos Integrados que transitavam do anterior regime tinha sido, de resto, salvaguardada em primeira mão num documento prévio que Nuno Teotónio Pereira elaborara, e que entregara no FFH a 24 de Julho de 1974⁷¹.

O processo SAAL teve, contudo e apesar destas contingências, um papel altamente dinamizador dos movimentos de moradores de Setúbal. Quando confrontado com a escala da cidade, veio mesmo a ganhar uma dimensão muito significativa.

No Porto, e como já atrás foi referido, uma das características do movimento de moradores foi, pelo contrário, a convergência e a polarização em torno da defesa do processo SAAL. Durante o período estival de 1975 foi preponderante a passagem pela Câmara Municipal da Comissão

SAAL-Norte

⁷⁰ Chip Dows, Fernando Nunes da Silva, Helena Gonçalves, Isabel Seabra, *Os Moradores à Conquista da Cidade Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Lisboa, O Armazém das Letras, 1978.

⁷¹ No qual as áreas correspondentes aos Planos Integrados eram subtraídas à incidência geográfica do SAAL. Cf. capítulo anterior: Nuno Teotónio Pereira, *S.A.A.L. – Serviço de Apoio Ambulatório Local*, Lisboa, 24 de Julho de 1974 (pasta Hélder Tiago 1974-1975).

Administrativa Militar. Assim, logo em Julho, dia 4, era criado o Conselho Municipal do Porto, constituído por seis representantes das comissões de moradores, três das juntas de freguesia e três dos trabalhadores municipais, para além dos próprios militares. A intenção era criar uma pequena assembleia consultiva que pudesse apoiar as decisões camarárias em tempo de grandes convulsões políticas⁷², mas, pela primeira vez, as comissões de moradores adquiriam uma posição institucional, partilhando as decisões que lhes diziam respeito, no seio de um órgão de poder.

Entretanto, temendo precisamente a excessiva burocratização que o contacto com a Câmara poderia provocar nas estruturas representativas dos moradores, a Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores do SAAL-Norte já tinha proposto algumas medidas tendentes a evitar esse efeito, num documento datado de 26 de Junho, que vinha activar a criação do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, como órgão coordenador de todo o movimento, mas também com funções de observação e fiscalização da actividade do município. Aí se afirmava explicitamente que os representantes ao nível da veração deveriam poder ser substituídos “por mera vontade do CRM”, e que jamais poderiam ser “funcionalizados, apenas lhes podendo ser atribuído um subsidio igual aos dias justificadamente perdidos no seu trabalho, bem como a correspondente justificação automática das faltas”⁷³.

A 8 de Julho, a Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores do SAAL-Norte propusera já a reorganização do movimento de moradores, definindo muito claramente a coexistência de um plenário de todas as comissões do norte do país, quer pertencessem ou não ao SAAL-Norte, com o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, composto por representantes das comissões do concelho do Porto. A primeira destas estruturas funcionaria na ESBAP, ao passo que a segunda reuniria nas instalações do SAAL-Norte.

E assim, com o Conselho Revolucionário de Moradores a coordenar as lutas e com o Conselho Municipal a fiscalizar e a influir na acção da Câmara, parecia que a situação estava a avançar de um modo eficaz. As manifestações sucediam-se, ora a apoiar o Poder Popular e o *Documento-Guia da Aliança Povo-MFA*, ora a consolidar as posições próprias do movimento. A 19 de Julho, numa manifestação em Matosinhos, para entregar o caderno reivindicativo da Intercomissões de Moradores e Trabalhadores daquele concelho, registaram-se violentos confrontos. O Conselho Municipal, por sua vez, ia debatendo e decidindo sobre os problemas que se colocavam, desde os mais prementes – a situação dos vendedores ambulantes – aos mais estratégicos – a criação de um mercado de habitação, ou o aumento da representatividade política.

Em Agosto, porém, a situação agudizar-se-ia em inevitável paralelismo com a do país. Com as chefias militares de esquerda postas em causa um pouco por todo o lado começa-se a falar cada vez com mais insistência na demissão de Eurico Corvacho da Região Militar do Norte e, consequentemente, na saída dos membros da Comissão Administrativa Militar da Câmara do Porto. Com efeito, Corvacho vem a ser substituído interinamente no comando, a 19 de Agosto, e a saída dos militares da Câmara começava a dominar os temas de debate, no Conselho Municipal e nas comissões de moradores. A divisão política também se agudizaria, no dia 25, duas manifestações convocadas com o mesmo intuito – apoio ao *Documento do Copcon* – uma convocada por uma assembleia conjunta de comissões de moradores e de trabalhadores, realizada a 23, e outra convocada por um grupo crítico, saído dessa assembleia, e apoiada pelo PCP e pela União de Sindicatos do Porto. Divergências nas palavras de ordem estavam na origem da quezília. A primeira destas manifestações acabaria por ser inquestionavelmente mais participada, no entanto, a divisão estava lançada e não deixaria de ferir a integridade do movimento, dando origem a uma intensa guerra de comunicados, num dos quais, assinado pela Direcção da Organização Regional do Norte do PCP, o SAAL-Norte era explicitamente acusado e posto em causa. O apelo a todos os militantes progressistas para “superar o espírito de capelinha, divisionista e pessoalista, de alguns grupos

⁷² Cf. A. Botelho, M. Pinheiro, *O Conselho Municipal do Porto Balanço de uma Experiência*, Porto, Copsa, 1977, pp. 29-30.

⁷³ “1ª. Proposta das Comissões e Associações de Moradores ligadas ao SAAL-Norte e Comissariado Ribeira-Barredo que fundamentou a apresentada à C.M.P. em 20 de Junho de 1975”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, p. 171.

e dirigentes, designadamente do SAAL do Porto⁷⁴ era claro no ataque e no alvo, deixando perceber a forma intensa como o SAAL realmente polarizava. Na primeira das manifestações do dia 25, a mais participada, seria aprovada uma moção de grande importância, que assinalava a progressiva politização, que não partidária, do movimento. Aí se explicitava que a questão da habitação não podia ser encarada de forma “neutra”, mas antes como “uma questão política de fundo” que não se resolveria com a mera atribuição de casas aos trabalhadores. Mais, afirmava que, se o sentido da evolução da sociedade portuguesa fosse revolucionário, então a questão da habitação seria consequentemente resolvida e integrada “na questão mais geral da luta pela Independência Nacional e pela resolução da contradição cidade-campo, condições básicas para a construção de uma Sociedade Socialista”⁷⁵. O movimento de moradores do Porto evoluía com plena consciência da situação política mais genérica do país, adequando-se a ela e, reciprocamente, pressionando o seu avanço em direcção aos propósitos mais revolucionários.

O Comandante da Região Militar do Norte seria reintegrado também a 25 de Agosto, precisamente no dia da manifestação. O PS, entretanto, convocava uma outra manifestação, desta feita contra Corvacho, a 27, manobra que foi prontamente condenada pelo Conselho Revolucionário de Moradores do Porto.

Logo no início de Setembro, dava-se a já esperada demissão dos militares da Comissão Administrativa da Câmara. Entre as razões invocadas saliente-se a que alegava que a “crise politico-militar” da Região Militar do Norte impedia quaisquer garantias de “prosecução de uma actividade definida na sua tomada de posse e concretizada na prática durante mais de três meses de exercício”⁷⁶. Seguir-se-ia uma reunião alargada do Conselho Municipal, a 5 de Setembro. Seria a última em legalidade. Pese embora a recusa do Conselho Revolucionário de Moradores a aceitar a demissão dos militares e pesem embora as muitas moções de um grande plenário de moradores realizado no Palácio de Cristal, a 13 do mesmo mês, o Conselho Municipal era ilegalizado pelo Governador Civil, a 15, e substituído por uma Comissão de Gestão. Regressava tudo à “normalidade”, as comissões de moradores deixavam de ter representantes no poder municipal e ficavam mesmo impedidas de entrar no edifício da Câmara. Durante o final de Setembro e o início de Outubro,

Porto, plenário de moradores no Palácio de Cristal, 13 de Setembro de 1975.

Fonte: Arquivo do Arquitecto Alexandre Alves Costa



⁷⁴ “Comunicado do P.C.P.” datado de 24 de Agosto de 1975: *ib.*, p. 203.

⁷⁵ “Moção sobre a Habitação”: *ib.*, p. 206.

⁷⁶ Cf. A. Botelho, M. Pinheiro, *Op. cit.*, p. 39.

sucedem-se iam as tentativas de voltar a reunir o Conselho Municipal no interior dos Paços do Concelho, algumas delas violentamente reprimidas pela polícia.

Apoiado pela correlação de forças inerente ao 6.º Governo Provisório, o Governador Civil do Porto e também deputado do PS à Assembleia Constituinte, Dr. Cal Brandão, proferiria nessa mesma Assembleia, a 24 de Setembro, um frontal ataque ao modo de funcionamento e à ausência de democraticidade interna das comissões de moradores ligadas ao SAAL-Norte, acusando-as de usarem métodos “anarco-populistas”⁷⁷.

Em Outubro, o movimento de moradores entrava definitivamente no apoio frontal à luta política de contornos mais vastos que assolava a cidade e o país. Logo no início do mês, o conflito de contestação das novas chefias militares em dois quartéis do Porto, que viria a ficar conhecido como o caso CICAP-RASP, dominaria os acontecimentos. Quer o Conselho Municipal, em extinção, quer o Conselho Revolucionário de Moradores, viriam a apoiar frontalmente a luta dos soldados contra os “saneamentos à esquerda”. Uma manifestação dos SUV, Soldados Unidos Vencerão, que teve lugar no Porto, dia 6, contou também com o apoio expresso do Conselho Revolucionário de Moradores. Dia 10, uma concentração convocada pelo Conselho Municipal do Porto seria obrigada a mudar de sítio, à última hora, para tentar evitar a confrontação com uma manifestação do PS, convocada para a mesma hora. Durante esta última, registar-se-iam, com efeito, graves confrontos, que culminariam com o ataque às sedes de partidos da extrema-esquerda, incendiando uma delas e provocando vários feridos. No final do mês, dia 29, o Conselho Revolucionário de Moradores convocaria, em conjunto com os soldados revoltosos, um plenário no quartel do RASP.

Durante o mês de Novembro, ainda se chegaria a formar uma Frente Autónoma de Moradores e Ocupantes, FRAMO, no Porto, que trabalharia em consonância com o Conselho Revolucionário de Moradores. Estas organizações, compostas por vários comités, os CRAMO, estavam já muito difundidas em Lisboa e eram tidas como próximas do Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias, PRP-BR, e das suas posições de intransigente manutenção dos avanços revolucionários da sociedade portuguesa.

Mas os acontecimentos de 25 de Novembro fariam remeter, inapelavelmente, o movimento de moradores do Porto para uma nova posição de marginalidade em relação ao poder. Era previsível que o SAAL-Norte, posicionado que estava num dos eixos centrais de motivação e mobilização desse movimento, também sofresse os efeitos dessa marginalização. O Verão Quente de 1975 tinha, entretanto, consolidado e estreitado a relação entre o processo de conquista das casas e as acções de protesto social e político. Alguns autores chegam mesmo a distinguir duas fases do discurso do SAAL-Norte, muito claramente demarcadas pela “passagem de um discurso eminentemente técnico, até aos primeiros meses de 1975, para um discurso eminentemente político, em consonância com as reivindicações fundamentais dos moradores”⁷⁸. A coesão que o movimento tinha sabido conquistar, que juntava os mal-alojados de todas as origens – “ilhas”, albergarias sobrelotadas do centro histórico, bairros camarários, habitações espontâneas da periferia, etc. – , era, sem dúvida, tributária da defesa radical da autonomia, muito dificilmente “impermeabilizada” dos sectarismos partidários, mas também o era dessa centralidade do SAAL-Norte, enquanto processo pelo qual valia a pena lutar e, tantas vezes, enquanto bandeira aglutinadora de expectativas e de sensibilidades muito dispersas.

Mas vejamos o que se passou com o processo SAAL propriamente dito, nas suas diversas frentes, durante este conturbado período estival.

SAAL. Junho de 1975

Durante o mês de Junho, teve início formal o trabalho de três brigadas – Carcavelos, S. Mamede e Senhora da Hora – todas do SAAL-Norte, todas em Matosinhos. Entretanto, foram, no mesmo mês, iniciadas obras por administração directa em dois bairros: Relvinha, em Coimbra, e Bairro da Liberdade, em Setúbal, edificado num lugar que era conhecido como a Cova do Canastro.

⁷⁷ “Declarações do Deputado do PS Cal Brandão na Sessão nº. 51 da Assembleia Constituinte, em 24 de Setembro de 1975”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 213.

⁷⁸ Gaspar Martins Pereira, *SAAL – Um Processo de Intervenção Urbana no Processo Revolucionário*, Porto, ed. policopiada, 1989, pp. 18-19.

No FFH, a Comissão Directiva Militar, que viera substituir a direcção contestada pelos trabalhadores, começava a ponderar a hipótese de integrar as operações SAAL que estavam atribuídas à EPUL. As brigadas de Lisboa estavam nesta altura em fases muito diferentes. Numa reunião, realizada a 5 de Junho de 1975, em que se fez o balanço do trabalho produzido, a situação era a seguinte: a da Quinta das FONSECAS, coordenada por Raúl Hestnes Ferreira, tinha já o anteprojecto das edificações e comprometia-se a entregar o projecto de infraestruturas até ao fim do mês; a de Tarujo e Casal do Sola, coordenada por Vítor Figueiredo, tinha decidido que a população seria realojada nos novos edifícios da Quinta das FONSECAS; a de D. Leonor, coordenada por Manuel Pardal Monteiro Magalhães, já tinha o projecto acabado e entregue e só estavam a estudar a forma de arrancar com a obra; a de S. Cornélio, coordenada por Rodrigo Ollero, estava a iniciar os projectos de infraestruturas; a do Alto dos Moinhos, coordenada na altura por Luís Bruno Soares, estava a discutir com a população o anteprojecto das habitações; as de Bela-Flor, coordenada por Artur Rosa, Curraleira, José Paradela, Calvanas, Leonildo Aguilar, Bacalhau-Monte Coxo, Manuel Vicente e Vale Escuro, Sérgio Melo, comprometiam-se a apresentar no final do mês um estudo de traçado de infraestruturas; a de Casal Ventoso, representada por Fernando Seixas, estava dependente da desocupação de alguns armazéns por parte da Câmara Municipal; finalmente a da Quinta Grande, representada por Luís Nagy, não estava ainda em fase de se comprometer com quaisquer datas⁷⁹.

Foi igualmente durante o mês de Junho que se efectuou o segundo plenário das brigadas de Lisboa, no qual se discutiu a relação entre estas e a coordenação do SAAL, foi criado um órgão designado por Assembleia de Delegados e foram definidas as suas competências.

O SAAL-Norte, por sua vez, evoluía em dois campos distintos. Por um lado, as brigadas que continuavam o seu trabalho. Logo a 3 de Junho eram despachadas as tomadas de posse administrativa de terrenos nos bairros da Lapa, de S. Vítor, das Antas, do Leal, do Acácio, de Chaves de Oliveira, da Cruz de Pau, em Matosinhos, e do Poço de Baixo, em Ovar⁸⁰. As obras aproximavam-se, os textos para debater o problema da construção continuavam a suceder-se⁸¹, bem assim como os ensaios de sistematização técnica do processo⁸². A execução das primeiras infraestruturas também teria início no final do mês de Junho, no bairro de S. Vítor.

Por outro lado, os serviços de coordenação, que, nesta fase do processo, estreitavam os laços e aprofundavam definitivamente as relações com os moradores e com as suas organizações representativas. Essa contagiante aproximação era biunívoca, porque se o SAAL sentia que a sua força residia na capacidade mobilizadora dos moradores, estes, por sua vez, sentiam garantias de utilidade institucional na perseguição dos objectivos da luta. Em conjunto com a evolução da situação geral no país, era, porém, inevitável que a proximidade recíproca provocasse a já referida intensificação progressiva dos conteúdos políticos do discurso, ou melhor, fizesse com que os responsáveis pela coordenação do SAAL-Norte acreditassem numa alteração das condições sociais paralela ao processo de construção das casas. O processo SAAL no Porto foi de tal maneira aglutinador de grande parte das reivindicações urbanas e políticas da cidade que era compreensível a tentação de o assumir como base institucional do movimento, uma base na qual os moradores depositavam plena confiança, que, inclusivamente, lhes conferia mais segurança nas suas contestatórias capacidades para mudar o *status quo*.

Assim, no início do mês de Junho, começavam as conversações entre a Comissão Coordenadora do SAAL-Norte e a Comissão Administrativa Militar da Câmara Municipal, inaugurando o período de maior consonância entre o processo e a autarquia. A 19 desse mesmo mês, na primeira reunião ordinária da Comissão Administrativa era dada ordem de suspensão por sessenta dias a cinco funcionários com posição de chefia, entre os quais o director dos Serviços de Urbanização e Obras e o chefe de repartição de Construções de Casas da Direcção dos Serviços de Habitação⁸³.

⁷⁹ SAAL Lisboa BAL'S Reunião em 5/6/75 (pasta SAAL Normas de Serviço/Recomendações às equipas Pontos da Situação/Relatórios de Actividades Situação das Operações em 30-4-76).

⁸⁰ As quais seriam publicadas em Diário do Governo, ao longo do mês, entre 12 e 27.

⁸¹ Manuel Teixeira, "Nova Fase: Construção": *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 161-162.

⁸² "Matriz das fases do processo técnico do SAAL/Norte": *Id.*, pp. 158-160.

⁸³ "Cinco Chefes Suspensos por 60 Dias": *Jornal de Notícias*, 20/6/1975.

Tentava-se assim, de um modo radical, a fluidificação do sistema de relações entre a Câmara e o SAAL. Logo no dia seguinte, nova reunião, desta feita contando com a presença de representantes das Juntas de Freguesia, da Comissão Central dos Bairros Camarários e da Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores do SAAL-Norte. Seriam precisamente estes últimos a propor a criação do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, como interlocutor privilegiado entre a Câmara e as comissões de moradores.

Os serviços do SAAL-Norte viam agora a possibilidade dos eternos entraves administrativos e burocráticos se esvanecerem, podendo ser dado um arranque definitivo nos diversos processos. A sua assessoria jurídica propunha um plano de actuação a curto prazo, no qual se destacava a elaboração de um “Regulamento de Uso e Habitação – RUH”, fundamentado pelo acompanhamento atento das operações em estado mais avançado⁸⁴. A Comissão Coordenadora do SAAL-Norte, em virtude de, mais uma vez, ter de readequar o serviço a estas novas condições, receberia, no final do mês, a Comissão Directiva Militar do FFH para debater uma série de pontos “quentes”, entre os quais a organização do I Encontro SAAL-Norte, previsto para o mês seguinte.

A saída do Decreto-Lei 273-C/75, a 3 de Junho, que regularia de um modo mais claro as expropriações em zonas consideradas como “degradadas”, apesar de alguma moderação em relação às propostas anteriores do SAAL, viria também a desencadear novas motivações para uma resolução mais eficaz da eterna pedra de toque, a questão fundiária. A 30 de Junho, a Comissão Coordenadora do SAAL-Norte, em conjunto com o Comissário para a renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo, apresentou ao Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Eduardo Pereira, aquando da sua visita ao Porto, uma proposta que enquadrava juridicamente todas as áreas de intervenção no âmbito de processos de expropriação mais expeditos, porquanto abrangidos por aquele decreto. Na mesma oportunidade foram, mais uma vez, reforçadas todas as expectativas em relação ao que ao governo competia fazer: legislar sobre os financiamentos; apoiar financeiramente os encargos de formação das associações de moradores; autorizar a contratação de mais pessoal; apoiar a fase de construção através da compra sistematizada de diversos materiais e, por fim, clarificar a possibilidade de construção de equipamentos sociais ou culturais complementares da habitação nos bairros.

SAAL. Julho de 1975

Durante o mês de Julho de 1975, mais dezasseis brigadas formalizariam o início da sua actividade. No norte arrancavam as de Presa Velha – Formiga – China, Serralves e Miragaia, no Porto; Ilhas de Leça, Seixo e S. Roque – Alto Mearim, em Matosinhos; e Cândido Reis, em Vila Nova de Gaia. Na região de Lisboa foram as de Fim do Mundo, em Cascais; Falagueira e Carnaxide, em Oeiras; Alverca e Alhandra, em Vila Franca de Xira. As restantes foram Terroa de Baixo e Casal de Figueiras, em Setúbal, e Boa Hora, em Portimão.

Foi também durante este mês de Julho que teve início o processo de transferência das operações que estavam sob a tutela da EPUL para o âmbito do FFH. A publicação em Diário de Governo das primeiras expropriações em Lisboa gerou conflitos entre alguns sectores da Câmara e as Brigadas. No entanto, os sectores técnicos do município viriam, também durante este mês, a aprovar os planos das operações previstas para a área do concelho de Lisboa. Os moradores, entretanto, queixavam-se da inoperância de algumas brigadas, atribuindo a responsabilidade dessas situações à edilidade: “a Câmara Municipal entregou essa função” – as brigadas – “ao GTH e à EPUL que criou as BAL. As comissões de moradores nas reuniões com as BAL foram verificando que não resolviam nem os mais simples e urgentes problemas – esgotos, lixos, água, etc. – quanto mais os mais importantes”⁸⁵. A Assembleia de Delegados do SAAL, reunida a 14 de Julho, viria a clamar por mais coordenação, controlo sobre o trabalho e uma maior ligação aos órgãos

⁸⁴ “Plano de Actuação da Assessoria Jurídica SAAL/Norte Porto 24/6/75”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp.172-173. Este regulamento, RUH, já havia sido alvo de um inquérito feito aos moradores, com vista a que “as associações em fase de construção preparem e desenvolvam a discussão por todos os moradores de todas as questões relativas ao uso e habitação das casas a distribuir”: SAAL/NORTE Comunicado nº. 10 Regulamento de Uso e Habitação (R. U. H.) Porto, 26.5.75 (pasta SAAL Norte Circulares Expediente Geral Constituição de Brigadas Recomendações Técnicas CRUARB CEEC/Cult. Popular/Lutas U.).

⁸⁵ “As Massas Populares e a Habitação Intercomissões de Bairros de Lata e Pobres de Lisboa Apartidarismo, Autonomia e Independência Embrião do Poder Popular”: *A Capital*, 3/7/1975.

representativos dos moradores e aos respectivos processos de reivindicação. Nessa mesma reunião seriam discutidas e votadas as várias hipóteses de enquadramento das operações de Lisboa: EPUL, Câmara – Direcção dos Serviços de Habitação ou Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo – FFH. Embora por uma diferença ligeira, a maioria decidiria a favor da SEHU-FFH, em condições semelhantes àquelas que o SAAL-Norte já tinha, de resto, proposto, ou seja, a gestão directamente dependente do FFH e as decisões e conteúdos dependentes da SEHU⁸⁶. Apesar de tentar enquadrar as operações SAAL, sob o ponto de vista do planeamento, a EPUL não tinha sobre elas, nem capacidade de financiamento nem controlo efectivo, sobretudo tratando-se de um conjunto imprevisível e insubmisso de brigadas cujas propostas, em grande parte, se vinculavam ao sentido das grandes tensões sociais, dos bairros e do país. O FFH, por sua vez, passava a ter hipótese de ter um controlo efectivo sobre todo o processo, aumentando assim a responsabilidade da Comissão Directiva perante um serviço que já ocupava uma parte muito significativa da actividade do organismo. Mas a mudança não seria fácil, com um número considerável de operações em funcionamento, seriam necessários vários meses e alguns protestos para que se consumasse totalmente a transferência.

A mesma Assembleia de Delegados criticaria também frontalmente os critérios que estiveram na base do sistema de rendas proposto pelo Programa de Política Habitacional da SEHU, nomeadamente a insignificância percentual do investimento no SAAL – 3,13% – quando comparado com outras formas de promoção, contratos de desenvolvimento – 31,5 % – e fomento da iniciativa privada – 26,25 %⁸⁷.

Foi precisamente nesta altura, em que as brigadas, de um modo geral, se debatiam com os problemas inerentes ao exercício do projecto e em que a imprensa começava a anunciar a atribuição de subsídios não reembolsáveis às organizações de moradores⁸⁸, que o SAAL-Norte se empenhou na organização do seu I Encontro. Para todos, coordenadora, brigadas e associações de moradores, era um momento de grande intensidade de trabalho e de dispersão da actividade.

Para a coordenadora, tratava-se de gerir as relações entre os moradores, as brigadas, os projectos e as obras, por um lado, e entre essa actividade e os serviços centrais e o governo, por outro, tudo isto num ambiente de permanente mudança das expectativas políticas. A experiência de trabalho adquirida pelas brigadas mais adiantadas permitia mesmo pensar nas possibilidades de formação especializada. Nos meses anteriores tinha já sido feita a experiência de um curso base para brigadas SAAL, ministrado por Jacinto Rodrigues⁸⁹.

Para as brigadas, tratava-se então de rever criticamente o trabalho já feito e de sistematizar uma série de experiências no sentido do aperfeiçoamento e da aprendizagem. A aproximação de um número cada vez maior de situações de obra levava à necessidade de debater a optimização dos recursos, num contexto económico complicado. Quem vai construir? Que materiais usar? Como e a quem os adquirir? Qual o papel de cada grupo – moradores, brigadas e SAAL, – na construção das casas? Todas estas questões se punham a debate, embora sem muitas certezas de lhes poder dar respostas cabais e redentoras.

Por último, os moradores, empenhados que estavam mais do que nunca no processo, ansiavam pelo aperfeiçoamento das capacidades da sua rectaguarda “técnica” e desejavam cruzar as suas próprias dúvidas – maior ou menor mobilização, como lidar com os inimigos confessos, como consolidar a unidade entre os bairros. Era, em suma, o momento ideal para o balanço crítico de toda a actividade.

I Encontro SAAL
Norte

⁸⁶ A Assembleia de Delegados Reestruturação do SAAL-Lisboa, 14 de Julho de 1975: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 177-179.

⁸⁷ “Assuntos Sociais Delegados das brigadas do SAAL apreciam critérios de renda de casa”: *O Século*, 22/7/1975; “Brigadas SAAL criticam programa de política habitacional”: *A Capital*, 22/7/1975; e, também, “Delegados da S.A.A.L. põem em causa o Programa da Política Habitacional”: *Diário de Notícias*, 23/7/1975.

⁸⁸ “Mais de 18 mil contos para Associações de Moradores”: *A Capital*, 25/7/1975.

⁸⁹ A. Jacinto Rodrigues, Curso de Formação Base Brigadas SAAL, edição policopiada, datada de Abril de 1975 (pasta SAAL Comunicados Vários Formação de Brigadas J. Rodrigues Seminário Maio de 75 reforma Adm. Urbanística Ago. 74). Neste documento já era apontada a necessidade de “promover contactos inter-brigadas, criando-se seminários críticos e troca de experiências”.

Para além destas circunstâncias, o Encontro decorreu também sob uma forte tensão emocional. O movimento de moradores do Porto estava a entrar numa fase de confrontação com a violência. Logo no início de Julho, em S. Vítor, no arranque das obras, um morador, opositor do processo SAAL, atacou a golpes de formão e de serrote dois membros da Comissão de Moradores, que tiveram de receber tratamento hospitalar. Nessa mesma noite, um plenário marcado para a Escola de Belas-Artes foi interrompido quando se soube que o agressor, depois de ouvido pela Polícia Judiciária, fora posto em liberdade. Os participantes viriam, então, a exigir justiça popular numa manifestação espontânea saída do plenário⁹⁰. No dia 19, em Matosinhos, uma manifestação convocada pela Intercomissões de Moradores e Trabalhadores do Concelho de Matosinhos foi, também violentamente, confrontada com uma contramanifestação, resultando assim muitas agressões e ferimentos de gravidade variável em 14 pessoas. Daí que, logo a abrir o Encontro, a organização o tenha dedicado “às massas populares revolucionárias, aos feridos de S. Vítor e Matosinhos e à unidade das Comissões populares”⁹¹.

Realizado no Centro de Formação Profissional Acelerada, entre 25 e 27 de Julho de 1975, o I Encontro SAAL-Norte teve uma participação muito significativa de moradores e de brigadas. Foram produzidos mais de três dezenas de textos para discussão, entre descrições sucintas das áreas de intervenção, descrições do trabalho das respectivas comissão e brigada, reflexões ideológicas, descrições da actividade do movimento de moradores, críticas ao planeamento existente e propostas de intervenção nas áreas da saúde, da cultura, da educação e das trocas de bens. Uma circular da Coordenadora do SAAL-Norte, datada de 4 de Julho, pedia elementos para a discussão. Quase todas as entidades responderam, umas antes do Encontro, outras durante ou mesmo depois. Mas, para além das associações de moradores, das brigadas e da Comissão Coordenadora, vários grupos de trabalho temático funcionaram durante o Encontro propriamente dito, a saber: luta urbana e política de habitação, com 29 inscrições; financiamento, expropriação e política de solos, com 18 inscrições; construção, com 36 inscrições; organização de moradores e de trabalhadores, com 42 inscrições; planeamento urbano e regional, com 25 inscrições; imprensa de zona, com 14 inscrições; saúde, assistência infantil e terceira idade, com 13 inscrições; educação, com 2 inscrições e cultura popular, com 6 inscrições. Mais alguns temas foram propostos, tais como reestruturação, brigadas, ou a mulher na revolução, os quais, contudo e por razões de ordem diversa, não funcionaram.

Na diversidade temática do debate, uma toada, porém, prevaleceria, a da subida do grau de consciencialização política do serviço, enquanto processo representativo, mobilizador e agregador de muitos milhares de moradores em luta por uma vida melhor. Assim, em genérica consonância, embora com ligeiras divergências de forma, moradores, brigadas, coordenadora e grupos de trabalho, afirmariam o estatuto do SAAL-Norte não como um mero serviço de promoção de habitação, mas antes como o esteio central de um movimento urbano de massas, o qual, por sua vez, seria tributário de um processo mais vasto de construção da sociedade sem classes. Por conseguinte, e nos casos específicos das brigadas, ou dos grupos de trabalho, tornava-se muito complicado debater questões objectivas – como o tipo de empreitada, opções de plano perante a cidade existente, sistematização construtiva ou critérios para escolha de materiais de construção – sem afrontar permanentemente o abismo da conquista dos meios de produção, da pureza da origem de classe das posições tomadas, ou da superação das contradições entre a cidade e o campo. No entanto, uma parte significativa das reflexões concebia o movimento, e, por consequência, o SAAL como algo que só poderia ser definido em função da prática das “massas populares”, aportando desta forma, e uma vez mais, o conceito de processo, de um percurso objectivado pela construção da sociedade sem classes, mas em lenta e segura progressão, a todo o momento ratificada pela prática do quotidiano revolucionário. De entre os textos apresentados pela coordenação do SAAL-Norte,

⁹⁰ M. Teixeira, “Plenário de Moradores convertido (inesperadamente) em Tribunal Popular Contra a Reacção Vigilância Popular Luta por Habitações Paga Preço de Sangue”, *O Comércio de Porto*, 2/7/1975; “Operação SAAL começa com Sangue”, *Jornal de Notícias*, 2/7/1975; “De Serrote e Formão contra a Habitação”, *Voz do Povo*, 15/7/1975.

⁹¹ “I Encontro SAAL-Norte realizado no Centro de Formação Profissional Acelerada, Porto, em 25, 26 e 27 de Julho de 1975”, documento policopiado.

vários são os que remetem para esta asserção. Em particular um deles, de conteúdo fortemente político e programático, intitulado “As massas populares venceram uma importante batalha”, no qual se apela à importância das “realidades e experiências já adquiridas” e à necessidade de “despir o paternalismo e assumir a humildade de aprender com o povo”, bem como à negação das “solicitações abstractas e utilitaristas dos teóricos e dos jogos políticos de topo”. Este documento – que, de resto, viria a ser, pelo grupo de trabalho “Organização de Moradores”, criticado, considerado eclético e contendo “ideias erradas”⁹² – para além do regozijo político pela aprovação do *Documento-Guia do Projecto Aliança Povo-MFA*, continha condensadas todas as questões programáticas fundamentais que se punham ao SAAL-Norte e ao movimento de moradores em geral: a evolução das reivindicações específicas para objectivos revolucionários mais abrangentes; a defesa intransigente da independência em relação a outras formas de poder, particularmente aos partidos; a necessidade de “hegemonia de classe” dentro das diversas comissões e associações; as sucessivas vitórias sobre os órgãos de poder administrativo mais próximos e antagónicos, em especial as autarquias locais e, ainda, a submissão radical a formas de decisão suportadas pelo exercício da democracia directa de base.

Mas estas não eram as únicas questões levantadas pela coordenação, outras de ordem mais objectiva seriam, também, sistematicamente elencadas e analisadas. Uma delas incidia sobre a eterna fragilidade do enquadramento legal do SAAL, a chamada lei do financiamento. Sobressaía também o aconselhamento aos moradores no sentido de optarem por associações, e não por cooperativas, como meio de evitar o aburguesamento dos protagonistas do processo e o seu consequente abastardamento. A esse propósito, um dos documentos chegava mesmo a afirmar que “o projecto SAAL foi concebido tomando em consideração uma realidade socio-económica mais aproximada das potencialidades de uma população solvente e por isso mais adaptável à solução jurídica cooperativista”⁹³, contrariando assim uma das principais premissas subjacentes à criação e à esquematização do processo. Mas havia ainda outras questões de princípio, como a consciencialização dos moradores para o pagamento das rendas às associações após a expropriação, a criação de brigadas de construção, paralelas às de projecto, ou a definição de uma estratégia política e económica para a escolha das fórmulas, das empresas e dos materiais na concretização das obras.

Estritamente sob o ponto de vista disciplinar da Arquitectura, mais esparsas seriam as contribuições trazidas a este I Encontro SAAL-Norte. Da parte das associações de moradores, ressaltam, tão só, um vínculo de solidariedade quase unânime para com as brigadas⁹⁴ e a ténue sensação de que a confiança no processo era tal que a discussão tipológica ou arquitectónica sobre as casas era secundarizada. Instado pelo coordenador da Brigada das Antas, Arq^o. Pedro Ramalho, a responder porque é que aceitavam as propostas da brigada sem “uma crítica muito aberta”, um morador responderia: – “[...] eu olho para a maquete, analiso-a e concluo que tomara eu ter uma casa assim. Não faço críticas nem sugestões porque concordo com aquele modelo e porque não foi apresentado um outro tipo de casa para eu avaliar qual a melhor”. Um outro afirmaria ainda: – “[...] a malta não é capaz de conceber mais nada pois até aceita [...] As pessoas não viram outra coisa e aquela casa comparada à que vive, é um palácio”⁹⁵.

No entanto, quer por parte da coordenação, quer por das brigadas, algumas reflexões importantes foram produzidas. A coordenação, desde logo, empenhar-se-ia, através do sector de

⁹² “Grupo de Trabalho ‘Organização de Moradores’ Relatório ao plenário do I Encontro SAAL/NORTE”, documento policopiado datado de 27 de Julho de 1975, p. 1.

⁹³ Mário Brochado Coelho, “I Encontro SAAL/Norte Organização dos Moradores”, documento policopiado, 24/7/75.

⁹⁴ Simbolizado, por exemplo, pela comunicação da Associação de moradores da Lapa no elogio ao Arq^o. Alfredo Matos Ferreira: “À Coordenadora do S.A.A.L. Norte”, documento policopiado, s.d.

⁹⁵ “Zona das Antas”, documento policopiado, Julho de 1975. Mas a Brigada da Maceda, Acácio, também refere a pouca participação dos moradores: “[...] os moradores praticamente não fizeram críticas à organização das casas, tendo-nos nós apercebido ao longo das conversas como era fácil enganar as pessoas, porque a discussão era feita sobre um modelo de casa – uma ‘miniatura’ [...] Partiam do princípio que qualquer casa que viesse era melhor do que a que tinham”: “Bairro da Maceda (Acácio) – S. Roque – Porto Brigada Técnica”, documento policopiado datado de Julho de 1975.

construção, na definição de opções de ocupação urbana alternativas às práticas habituais do poder autárquico, e concretizava: “[...] A conservação das construções recuperáveis, a dimensão dos talhões, o ponto de partida inicial – *recursos latentes* – levam a que se ponha de parte a ideia, ainda enraizada, de bloco [...]. A solução ‘bloco’ torna mais difícil a alteração do fogo, a sua individualização, a sua conservação e a manutenção das relações existentes através da rua e do contacto directo com o terreno, portanto com todos os moradores”. Neste sentido, os projectos do SAAL deveriam “manter os aspectos considerados positivos” nos bairros a recuperar e até “fomentá-los”⁹⁶. Dava então como exemplo a “riqueza das relações existentes nas ilhas” e aconselhava a optar por soluções “em que os serviços, tal como os terrenos, atinjam um elevado grau de colectivização”⁹⁷. A participação colectiva dos moradores na elaboração da proposta era também uma condição essencial. Propunham-se, assim, metodologias que, embora directamente dedutíveis da prática, se aproximavam muito das intervenções de consolidação dos tecidos urbanos, e particularmente da experiência italiana, que era a mais rica e a mais internacionalmente divulgada. Ora, quer os instrumentos, quer os agentes, quer mesmo as metodologias do planeamento vigente não reconheciam⁹⁸ essas experiências, as suas práticas disciplinares nem sequer se aproximavam do grau de complexidade, de subtilidade e de eloquência de escala que estes princípios transportavam para a prática do projecto. Também por estas razões, embora essencialmente por outras de ordem social, política e económica, as propostas do SAAL estavam predestinadas para entrar em rota de colisão com o *establishment* técnico e ideológico.

As brigadas, por seu lado, trouxeram igualmente ao I Encontro SAAL-Norte algumas reflexões de ordem disciplinar. O modo como as tipologias propostas poderiam ou não interagir com a organização dos moradores na luta e, em consonância com a coordenação, a revalorização e a renovação dos “aspectos positivos da vida em comum”⁹⁹ foram alguns temas lançados pela brigada da Maceda – Acácio. A justificação da sistematização espacial e construtiva como meio de contenção orçamental foi um dos contributos do texto conjunto da brigada e da Associação das Antas¹⁰⁰. As brigadas do Leal e da Sé faziam contundentes críticas ao planeamento em vigor para as respectivas zonas, no caso do Leal, a oposição à proposta da Câmara para construção de um parque de estacionamento numa área de “ilhas” demolidas e, no caso da Sé, a crítica ao primarismo da dualidade entre a “destruição quase completa dos edifícios para construção de outros destinados a escritórios e a serviços em geral” e a transformação “em zona turística com restaurantes típicos, boutiques, estalagens, etc., exagerando mediocremente o ‘aspecto antigo’”¹⁰¹. A brigada da Sé também se autocriticaria por um início de trabalho demasiado voluntarioso em que, muito pressionada pelos moradores, deu resposta imediata ao projecto de determinados equipamentos verificando, mais tarde e com o desenvolvimento do trabalho, que essas opções imediatistas enfermavam de alguns problemas de inserção e de adequação¹⁰². Particularmente interessantes foram as reflexões aportadas pela brigada da Bela Vista, S. Pedro da Cova, um registo de fortes influências turnerianas que descreve e sistematiza modelos e tipologias de implantações habitacionais espontâneas na sua área de intervenção – “Assim, ‘defender’ a auto-construção como forma correcta de dar corpo ao direito [...] à habitação [...] é para nós o mesmo que defender a auto-suficiência ao nível da educação, da saúde, do trabalho, etc.”¹⁰³. Todo o processo de construção dos bairros de encosta, perto de S. Pedro da Cova, estava sintetizado e explicado através de desenhos elucidativos das diversas tipologias.

De resto, havia problemas que preocupavam em simultâneo uma boa parte das brigadas, como, por exemplo, a questão da fraca participação dos moradores no processo de elaboração do

⁹⁶ “Construção”, documento policopiado, s.d.

⁹⁷ Id.

⁹⁸ E doravante, durante muitos anos, não reconheceriam.

⁹⁹ “Bairro da Maceda (Acácio) – S. Roque – Porto Brigada Técnica”.

¹⁰⁰ “Zona das Antas”, este texto transcreve, com rigor coloquial, uma mesa redonda com os membros da brigada e com os membros da Associação de Moradores, para debater o processo nas Antas.

¹⁰¹ “Brigada Técnica da Zona da Sé Relatório ao 1º Encontro SAAL-Norte”, documento policopiado, 24/7/75.

¹⁰² Id. pp. 11-12.

¹⁰³ “I Encontro SAAL/Norte A Auto-construção nos Bairros ‘Clandestinos’ brigada saal, bela-vista, gondomar”, documento policopiado, s.d.

projecto. Muitas referiam a necessidade de um controlo mais intenso, exercido pelos moradores sobre o seu trabalho. A de Chaves de Oliveira chegava mesmo a afirmar que, face à importância desse controlo, o trabalho de projecto poderia ser classificado de “secundário”¹⁰⁴.

Em jeito de balanço deste encontro, Mário Brochado Coelho, da coordenadora do SAAL-Norte, diria que “teve por objectivo a inventariação de uma experiência, a sua avaliação crítica em termos colectivos e a definição de novos e rectificadros rumos”, e que à sua realização esteve subjacente a actividade de “12 meses de intenso trabalho junto das massas populares, uma já longa viagem desde o nada administrativo e do vazio das incertezas utilitárias até às certezas construídas quotidianamente e às lutas sucessivamente vitoriosas dos moradores”. Embora reconhecesse que a crítica e a autocritica do SAAL-Norte estava apenas começada, e não terminada, era importante clarificar que o “essencial da experiência” residia “na sua possível exemplaridade metodológica”, explicando que se tratava de um “serviço público criado ao sabor da mobilização popular urbana, conduzido pelos próprios interessados e fruto humilde dos ensinamentos retirados da prática das massas populares”. Tais atributos conseguir-se-iam “partindo do do local para o regional, do concreto para o abstracto, do particular para o geral”, criando-se, desse modo, “um organismo de estado distinto do usual”. Apelava também à transposição desta metodologia para outros sectores da vida pública, bastando, para tal, “confiar no povo e trabalhar, aprendendo da prática”¹⁰⁵.

O I Encontro SAAL-Norte foi, com efeito, um momento em que algumas práticas dispersas se congregaram, em que se parou para reflectir e logo regressar em força ao quotidiano do processo. Momentos como este – em que se debateu e se criticou, sem bloquear, em que se deu voz e expressão a intenções diferenciadas, sem perder coordenação e sentido de confluência, em que se pensou sobre uma prática em evolução e não sobre teorias distantes – podem, sem dúvida, ser considerados como o terreno em que se fundaram muitas das especificidades nortenhas do SAAL.

Durante o mês de Agosto, iniciar-se-iam formalmente os trabalhos das brigadas do Campo 24 de Agosto e Fontainhas, no Porto, Fonte do Bispo e Quinta da Nora, em Coimbra, Monarquina e Dias, em Setúbal, Bairro Angola, em Loures, Pego Longo, em Sintra, e Estrada Militar Alto da Damaia, em Oeiras. Em S. Pedro da Cova, Gondomar, iniciar-se-iam também três operações – Vale Souto Aldeia, Cabine e Farrobo – nucleadas pelo processo de luta subsequente à ocupação das minas.

SAAL. Agosto de 1975

A Direcção Nacional do SAAL, coordenada pelos militares da Comissão Directiva do FFH, tentava, na mesma altura, dar um novo fôlego à necessidade de ordenar administrativamente a centrífuga actividade das brigadas e dos serviços regionais e instituiu as “Normas de Serviço Internas”. A primeira dessas normas exigia às equipas o cumprimento de um preceito contratual, a entrega do relatório mensal, como condição de pagamento dos respectivos honorários. Entretanto, a imprensa noticiava algumas circunstâncias que rodeavam a “apropriação” dos terrenos por parte dos moradores e os conflitos que, inevitavelmente, lhe estavam associados. Para além dos acontecimentos de S. Vítor, no Porto, também em Linda-a-Velha, Oeiras, um proprietário expropriado enfrentou os membros da Associação de Moradores, ameaçando-os com uma arma¹⁰⁶. Na Meia Praia, em Lagos, as obras prosseguiram com uma significativa participação da população, mas a equipa do Arquitecto José Veloso queixava-se das calúnias que certos sectores da sociedade algarvia lançavam contra o SAAL, levando, nalguns bairros, a uma considerável desmotivação dos interessados¹⁰⁷.

Ainda em Agosto, o Arquitecto Luís Jorge Bruno Soares, então a coordenar a brigada do Alto dos Moinhos, em Lisboa, enviava à EPUL um documento de reflexão no qual, embora reforçando sempre o sentido dinâmico do SAAL, enquanto processo, manifestava profundas e justificadas dúvidas acerca das suas potencialidades futuras. Duas alternativas lhe pareciam então possíveis como cenários para a evolução futura do serviço: “ou a sua progressiva degradação com a

¹⁰⁴ “I Encontro SAAL/Norte 7/75 Brigada de Chaves de Oliveira”, documento policopiado, Julho de 1975, p. 5.

¹⁰⁵ Mário Brochado Coelho, “Poder popular I Encontro SAAL-Norte: o início de uma autocritica”, *O Jornal*, 1/8/1975.

¹⁰⁶ “Associação 25 de Abril: lutar pela habitação é lutar contra o fascismo”, *Voz do Povo*, 30/9/1975.

¹⁰⁷ “Em Lagos A reacção convence populares a recusar casas”: *Sempre Fixe*, 9/8/1975.

agudização das contradições existentes; ou a obtenção de um novo avanço no sentido de uma política habitacional que interesse às classes trabalhadoras, eliminando-se a via marginal que o SAAL constitui [...]”. No essencial, Bruno Soares achava que o arbítrio que o Estado conferia às brigadas, na definição de projectos e estratégias, era falso, uma vez que “tal processo apenas procurava responsabilizar Brigadas e Comissões pela incapacidade de resolução das contradições existentes [...], isto é, [...] ou [...] conseguiram propor aquilo que o poder político pretendia como ‘solução possível’; ou propunham ‘soluções irrealistas’ e teriam de assumir perante as populações as responsabilidades dos impasses que daí resultassem”. E, não podendo ser mais explícito, rematava: – “O SAAL esgotou-se [...] na sua função dinamizadora da organização inicial dos moradores. Deixou de ter sentido [...] tem de desaparecer como 3ª. ou 4ª. via da política habitacional para se integrar numa via única de satisfação das necessidades habitacionais das classes trabalhadoras”¹⁰⁸. Perante um momento político que sugeria avanços revolucionários irrecuperáveis, Bruno Soares contradizia uma das opções fundacionais de Portas, quando lançara o processo, que era assumido enquanto programa inclusivo e não exclusivo¹⁰⁹. Toda a intensa actividade da brigada do Alto dos Moinhos tinha sido construída sobre as chamadas “obras de emergência”, via que as brigadas da EPUL tinham explorado nos primeiros tempos do processo. Melhorar infraestruturas, acessibilidades, serviços e equipamentos já não era mais viável. Não se podia “melhorar” mais o que quer que fosse sem “atacar” as habitações. Perante a emergente necessidade de um projecto para o novo bairro, Bruno Soares denunciava o impasse – o SAAL não era o instrumento adequado, dada a sua “marginalidade [...] em relação à política global de habitação” – e secundarizava a questão, achando que se tratava apenas de “definir qual o projecto a adoptar, dos tantos já existentes”¹¹⁰.

As brigadas técnicas da Lomba, no Porto, do Bairro 14 de Junho, em Lisboa, do Caminho do Mocho, em Oeiras, do Bairro Castelo, em Ferreira do Alentejo, de Tavira e de Monte Gordo iniciariam formalmente a sua actividade em Setembro. Em Camarate, a Associação de Moradores Força do Povo daria, também neste mês, início à obra de construção do bairro.

Entretanto, a Direcção Nacional do SAAL elaborava uma proposta de concessão de empréstimo à Associação de Moradores 11 de Março de Alfovelos, Oeiras. O Secretário de Estado Esteves Vicente, já demissionário como todo o 5º. Governo, despachá-lo-ia favoravelmente a 6 de Setembro. Todos os financiamentos anteriores correspondiam a subsídios a fundo perdido, este seria, por conseguinte, o primeiro empréstimo concedido no âmbito do programa SAAL. A mesma direcção elaborava então um projecto de financiamento para o serviço, reestruturando, uma vez mais, a sua orgânica administrativa e executiva. Considerava-se, então, que “a um organismo de Estado” cabia a responsabilidade de se “estruturar de forma a garantir a maximização dos recursos disponíveis ao serviço das classes mais desfavorecidas”¹¹¹. Este projecto instituiu o Conselho Nacional do SAAL, órgão com atribuições consultivas genéricas e deliberativas sobre definições estratégicas. Tinha uma composição muito flexível, ao ponto de se poder adequar à agenda de trabalhos, e reunia em sessões abertas aos órgãos representativos dos moradores. O SAAL-Norte, porém, viria a propor correcções a este projecto no sentido de garantir inequivocamente a sua autonomia¹¹² e, sobretudo, para introduzir um ponto inexplicavelmente esquecido – o do controlo popular dos órgãos regionais.

As “Normas de Serviço Internas” continuavam a sair, o seu objectivo era, muito claramente, regular e tornar mais eficaz a actuação das equipas mais dispersas. Este sentido de “normalização” estava também latente no SAAL-Norte que, a 16 de Setembro, se propunha, com base na experiência adquirida, regulamentar a dimensão das operações, considerando que deveriam, no mínimo, englobar 100 a 150 fogos.

¹⁰⁸ Luís Jorge Bruno Soares, “Extracto do Documento enviado pela BAL – Alto Moinhos – à EPUL”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 200-202.

¹⁰⁹ Cf. capítulo anterior: “O arranque dos processos: o campo da acção e o campo da administração”.

¹¹⁰ Luís Jorge Bruno Soares, *op. cit.*

¹¹¹ “Projecto de Funcionamento do SAAL”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 206-209.

¹¹² Mesmo a designação EAL, Equipas de Apoio Local, muito comum nos serviços centrais em Lisboa, deveria, no norte, continuar com a designação BT, Brigadas Técnicas. Cf. “Projecto de Funcionamento do SAAL Alterações propostas pelo SAAL/Norte”: *id.*, pp. 209-210.

Em Outubro, formalizar-se-ia o arranque do trabalho de mais oito brigadas, a saber, Cândido Reis, em Gaia, Vila Verde e Casa da Malta, em S. Pedro da Cova, S. Pedro, em Espinho, Matarraque, em Cascais, Casal do Cochicho e Silvado, em Loures, e Alvor, no Algarve. As obras nos edifícios começavam em S. Vítor, no Porto. Burgau, no Algarve, e Antas começavam também a construir os novos bairros.

SAAL. Outubro
de 1975

Instituído a partir da proposta da Direcção, o primeiro Conselho Nacional do SAAL reuniria também logo no início de Outubro. Um dos seus objectivos foi, precisamente, aprovar e ratificar, com algumas alterações de forma, a nova orgânica de funcionamento. Estipulava-se que este novo órgão teria reuniões ordinárias trimestrais, ou extraordinárias por convocação de qualquer director. Os representantes das organizações de moradores teriam as portas abertas sempre que quisessem assistir.

Contudo, alguns dias mais tarde, em plenário de trabalhadores do SAAL central, a referida proposta de funcionamento seria recusada, uma vez que os membros das equipas não tinham sido ouvidos na sua elaboração. A assembleia declarar-se-ia “frontalmente em desacordo com os termos do citado documento”¹¹³. Os trabalhadores estavam preocupados com a sua situação, com as alterações substanciais que a transferência das brigadas da EPUL para o FFH iriam provocar e com o contexto político mais genérico, bem demonstrado pelas opções direitistas do 6º. Governo. Precisavam, assim, de uma estrutura forte e unitária que pudesse zelar pelos seus interesses e pela manutenção dos seus direitos laborais. Criaram a Assembleia de Delegados e exigiram o seu reconhecimento como “único e legítimo representante para todos os efeitos”¹¹⁴.

Não era para menos, com o arranque das expropriações e perante a realidade das primeiras obras, o próprio SAAL começava a tornar-se um alvo muito apetecível, com “costas largas” para as munições de reserva das retaguardas tecnocráticas – “Paralelamente à anulação das actividades construtivas nos meios urbanos, surge na cena da organização da intervenção na ‘urbe’, a mais fantástica que se pode imaginar; as denominadas Brigadas SAAL[...]. Esta intervenção previa a substituição das actividades de construção normal, por uma actividade de autoconstrução e a substituição das actividades técnicas de planeamento e projecto, por ‘equipas’ que actuariam directamente, ‘in loco’, com as diferentes populações. Era o gesto mágico, que vinha a substituir os ‘bairros de lata’ e as carências gerais de infraestruturas. Até hoje nada se realizou mas já se gastaram mais de uma centena de milhar de contos (?) em honorários, e com pessoas cuja qualificação técnica é muitas vezes nula.[...] O SAAL é, pois, entendido desta forma, como uma maneira eficiente de hipotecar todo o futuro do Planeamento, substituindo com uma acção imediata e local (atomista), uma visão global do país; substituindo-se de forma inequívoca e grave, a uma tentativa da conquista de um modelo de País[...]”¹¹⁵.

Os entraves políticos e administrativos do processo eram denunciados de um modo cada vez mais intenso. Um grupo de trabalhadores do SAAL-Norte elencava alguns deles: inexistência de legislação para cedência de direito de superfície, indemnizações, empréstimos às associações; inexistência de quadro orgânico que permitisse desbloquear contratos com as brigadas; demoras na publicação dos estatutos das associações em *Diário do Governo*; a Câmara do Porto, perante a expropriação de nove zonas, ainda não tinha tomado posse de nenhuma¹¹⁶. Esta tomada de posição seria debatida em Plenário de Moradores do Norte, já no início do mês seguinte.

Durante o mês de Novembro, mês da viragem política definitiva, iniciaram formalmente o trabalho as brigadas de Santo Ovídio e Gervide, em Gaia, Pátio Vila Fernandes, em Lisboa, e Marim, em Olhão. Arrancavam também as obras nos bairros da Maceda-Acácio, Porto, Chão das Donas, Portimão, Marim, Olhão, e Cabanas, Tavira.

SAAL. Novembro
de 1975

A coordenadora do SAAL-Norte, ao mesmo tempo que emitia um comunicado de imprensa alertando para o perigo que ameaçava o processo¹¹⁷, elaborava um Plano de Actividades para

¹¹³ “Propostas da Assembleia de Delegados ao Plenário dos Trabalhadores do SAAL”: *id.*, p. 216.

¹¹⁴ *Ib.*

¹¹⁵ Tomás Taveira, “A comunicação de Pinheiro de Azevedo Uma política irrealista devastou o sector da habitação e equipamento social”: *Jornal Novo*, 22/10/1975.

¹¹⁶ “Proposta de um Grupo de Trabalhadores dos Serviços SAAL/Norte”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 219-222.

¹¹⁷ “O Processo SAAL-Norte em perigo?": *Diário de Notícias*, 4/11/1975.

1976, o qual, comparado com o do ano anterior, era propositadamente mais realista, embora previsse o início da construção de um número de fogos compreendido entre 3300 e 4130. As razões desse propósito deduziam-se da inevitável redução da área de influência do serviço e da necessidade baixar o nível das expectativas, em face de “um ano em que as dificuldades de avanço do processo SAAL foram enormes”. As “lições da prática” tinham, obviamente, dado alguns frutos e o prognóstico considerava, pela primeira vez de modo explícito e amadurecido, que as intervenções exigiam “soluções mais globais discutidas em conjunto”, que os problemas com que se debatiam as brigadas técnicas estavam “intimamente ligados a questões de planeamento urbano e até de planeamento regional” e que as áreas abrangidas pelo processo começavam a ter uma expressão muito significativa na cidade¹¹⁸.

O constante avolumar das tensões políticas reflectia-se cada vez mais directamente nos ataques ao processo. Foi exactamente nesta altura, quando a greve dos trabalhadores da construção civil se erigiu em braço de ferro com o governo e com a Assembleia Constituinte, que o deputado do PS Mário Sottomayor Cardia proferiu o já referido discurso de responsabilização da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo por, através do SAAL, ter promovido a “anarquia urbanística”¹¹⁹.

Mas a opinião pública não estava propriamente bipolarizada acerca deste assunto. Os ataques partiam de blocos localizados e especializados, integrados nos partidos do espectro liberal e social-democrata. Os jornais mais afectos a essas linhas alternavam entre o elogio ao trabalho desenvolvido e o artigo de opinião que condenava a inoperância. Dois dias antes do golpe militar que poria fim ao processo revolucionário, um semanário de grande divulgação fazia um balanço altamente positivo do SAAL-Norte, salientando todas as suas especificidades e considerando mesmo que a sua prática e a sua dinâmica se destacavam notoriamente das do resto do país, em eminente “risco de estagnação”¹²⁰.

Entretanto, o número de operações a arrancar no Algarve começava também a justificar um serviço descentralizado. Foi nomeada para o efeito uma Comissão Instaladora da Regional do Algarve, da qual fazia parte o Arquitecto Bernardino Ramalheite. A decisão justificava-se com o elevado número de operações em curso na região, com a necessidade de reestruturar as equipas, dada a carência de técnicos e de proceder, periodicamente, a uma avaliação de resultados. Mas era igualmente reconhecida a necessidade de fornecer mais apoio e informação às brigadas e às associações¹²¹.

No FFH, na véspera do 25 de Novembro, tiveram lugar as últimas mudanças directivas. O Capitão Baptista Alves ficava a despachar directamente com o SAAL. As questões mais quentes que tinha em mãos eram, na especificidade, a transferência das equipas da EPUL e, na generalidade, a normalização de um serviço cada vez mais difuso e disperso por mil e uma realidades muito distintas.

A 25 de Novembro, o SAAL atravessava, assim, um momento crítico de pulverização física, cultural, política e até ideológica.

O norte, frentista e unitário, catalizava as lutas urbanas, erigia-se em expectativa institucional e em fonte de esperança para muitos milhares de mal alojados decididos a lutar arduamente por ele. Era admirado, odiado e invejado. Estava tão indissolvelmente ligado aos movimentos de moradores que com eles partilhava objectivos, cumplicidades, avanços e recuos. Por isso estava exposto às mesmas ameaças. E só assim fazia sentido.

Em Lisboa e em Setúbal, essa fusão entre SAAL e movimentos de moradores já não era tão marcante. Quer um quer os outros coexistiam autonomamente, muito embora amiúde cruzassem percursos, objectivos e adversidades. Em Lisboa, a instabilidade no plano institucional, entre a EPUL, a Câmara e o FFH, prejudicava de sobremaneira a progressão coerente das actividades. O trabalho das brigadas era dificultado por um complicado enredo de desvios funcionais. Só os mais experientes, e aqueles que tinham consciência da necessidade de obra, resistiam. Muitas

¹¹⁸ “Plano de Actividades do SAAL/Norte para 1976”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 222-226.

¹¹⁹ *Id.*, p. 26.

¹²⁰ Nunes Pereira, “Luta popular pela habitação SAAL: balanço provisório de uma experiência”: *Expresso*, 23/11/1975.

¹²¹ Comissão Instaladora da Regional do Algarve Relatório de 1975, documento policopiado, p. 5 (pasta Hélder Tiago Julho 1976).

das operações começavam a vacilar nos entraves e nos bloqueios, e então, ou se desfaziam ou eram pura e simplesmente integradas naquelas que estavam mais adiantadas, cuja concretização era já irreversível.

O SAAL começava, assim, a desdobrar-se em muitos SAAL. Os indícios de fragmentação referidos no capítulo anterior eram já bem visíveis, quer pela objectividade dos diferentes contextos, quer pela desmultiplicação contínua que a cadeia de decisões acarretava, desde a estratégia da direcção nacional até ao contacto com o morador carente de casa, passando pelas estratégias urbanas ou regionais e pelas ideossincrasias ético-disciplinares das brigadas e dos seus técnicos.

Contudo, nesta vaga de dispersão, fortíssimos elos de agregação se erguiam. Bloco a bloco, tijolo a tijolo, com os primeiros pilares e lintéis ao alto se ia consumando o pacto inicial. As primeiras construções, e a divulgação que delas era possível fazer, erguiam-se como um poderoso tónico para a dinâmica de todo o processo. Por mais “entraves”, “bloqueios” e barreiras que houvesse, os moradores acreditavam assim que nada era insuperável. Apesar de, com o 25 de Novembro, se adivinharem sérias adversidades inerentes à viragem da conjuntura política, com o aprecimento das primeiras obras nos bairros, mesmo se ingénuas, sob o ponto de vista da produção, e precárias, sob o ponto de vista técnico e construtivo, surgia simultaneamente um renovado alento para todos os organismos e para todas as pessoas envolvidas no processo.

C A P Í T U L O V

O dismantelamento de um processo incómodo

De Dezembro de 1975 a Dezembro de 1976, as mudanças processadas na sociedade portuguesa, e no Estado em particular, contribuíram decisivamente para a alteração do quadro político e institucional em que se situava o SAAL.

Com o 25 de Novembro e com a reformulação das chefias político-militares ficou claro desde logo que as expectativas estratégicas se invertiam sem contemplações. Da construção do Estado socialista e da sociedade sem classes passava-se abruptamente para a perspectivação de um Estado social-democrata à europeia e para a reposição da legitimação capitalista¹. Logo no dia 27 Otelo demitia-se do COPCON e Carlos Fabião do Estado Maior do Exército. Vasco Lourenço e Ramalho Eanes tomavam posse como comandante da Região Militar de Lisboa e como Chefe do Estado Maior do Exército, respectivamente. O 6.º governo provisório considerava estarem criadas as condições para retomar a actividade. Otelo era detido dois meses depois do golpe contra-revolucionário.

Embora num clima social de permanente contestação popular, e talvez por isso mesmo, o novo poder político-militar estava empenhado na criação de uma imagem de estabilidade, de intransigência e de autoridade. Depois da paragem forçada, o 6.º governo aproveitaria também a *rentrée* e o anunciado clima de segurança para delinear algumas medidas. No âmbito da construção civil ou, mais especificamente, das questões do alojamento, havia a intenção de criar um ministério que se dedicasse exclusivamente ao assunto, um Ministério da Habitação, mas o antigo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, opunha-se veementemente a esse desígnio. Na sua opinião, os avanços no sector eram tantos e tão complexos que só a visão dos “tecnocratas da capital e das grandes empresas” poderia conceber a resolução dos problemas através do “voluntarismo realizador de um ministério central”². Portas considerava que, por um lado, a chamada crise do sector dava inequívocos sinais de reconversão e só a ausência de dados precisos e actualizados contribuía para a imagem de catástrofe que se criara. Por outro lado, as soluções para os inúmeros problemas que subsistiam eram complexas e diferenciadas. A criação do novo ministério só iria servir para as confundir e escamotear ainda mais, seria uma espécie de fuga em frente que em nada contribuiria para a resolução da crise. Esta só se resolveria “concertando políticas concretas de vários ministérios e não criando mais um”³. Como sempre o fizera, Nuno Portas apelava uma vez mais à necessidade de reforçar a função dos municípios, desmultiplicando atribuições, dinamizando novas competências e aproximando as políticas das populações – “o problema crítico do Ministério do Equipamento Social não está em o amputar verticalmente mas sim em o desmultiplicar, na horizontal, pelas autarquias regionais e locais, junto das organizações populares”⁴. Para além do mais, achava que era perigosamente redutora a denominação do proposto ministério. A indústria da construção civil não se compunha somente de habitação, as carências reais do país, em muitos casos, situavam-se ao nível das infraestruturas básicas e do equipamento, mais do que no alojamento propriamente dito e esta divisão ministerial corria o risco de fomentar “os exemplos famosos dos bairros novos sem água ou sem esgoto, sem escola ou sem parque...”⁵ A dinamização da encomenda pública, a dinamização do crédito e a aptidão de solos, libertos de pressões especulativas, em seu entender os três principais motores para a resolução dos problemas, nada beneficiariam com a criação do novo ministério.

Com efeito, na ressaca do 25 de Novembro, uma parte considerável das forças políticas, com o PS à cabeça, avançaram decididamente para o esconjuro total e absoluto das experiências de

¹ Cf. Boaventura de Sousa Santos, “Etat, Rapports salariaux et Protection Sociale à la Semi-périphérie – Cas du Portugal”: *Peuples Méditerranéens*, Janvier-Mars 1994, [66], p. 38.

² Nuno Portas, “Porquê um Ministério da Habitação?": *O Jornal*, 23-12-1975.

³ *Ib.*

⁴ *Ib.*

⁵ *Ib.*

democracia de base que tinham preenchido a vida das comunidades ao longo de quase um ano e meio. Nuno Portas, porém, não partilhava essa sanha obsessiva. Juntamente com Jorge Sampaio, Trigo de Abreu, Nunes de Almeida e outros intelectuais “não alinhados” tinham formado o Grupo de Intervenção Socialista, GIS, que se definia como uma plataforma da esquerda, em certa medida transpartidária, fundamentada na convicção que ainda era possível assegurar a transição para o socialismo. Seduzidos, de certo modo, pela democracia de base, dada a sua autonomia em relação às organizações partidárias, achavam que era tempo de “começar a substituir a iniciativa do aparelho de Estado pela iniciativa das próprias populações”⁶. Definiam com clareza o fascismo como inimigo principal e o capitalismo como inimigo estratégico, mas Portas, muito particularmente, continuava, como sempre, a centrar os problemas no velho, retrógrado e não renovado aparelho de Estado, o qual “não só por um sentido de classe que ainda nele persiste”, mas também pela “tentativa de reproduzir permanentemente a sua hegemonia na tomada de decisões, etc., sempre funcionou mal em Portugal”⁷. Mas também atacava aqueles partidos que, em vez de se preocuparem em mudar-lhe o carácter e a natureza, se preocupavam muito mais “com o problema da ocupação de certos lugares-chave” dentro desse mesmo aparelho de Estado⁸. Estas posições do GIS apontavam para uma fase transitória da construção do socialismo durante a qual se inter-relacionariam e conviveriam “três sistemas de legitimidade – o das vanguardas, o da democracia representativa e o da democracia de base – garantindo que nenhum deles anulará os outros”⁹. Inscreviam na cena política portuguesa do pós 25 de Novembro a maturação teórica, cívica e civil das posições que tinham servido de base à chamada terceira via, ou via melo-antunista, no seio do MFA.

Mas, para a generalidade das forças políticas empenhadas na recuperação da designada “legitimidade democrática”, tamanhas subtilidades não tinham qualquer significado. O objectivo era abater os movimentos populares, incluindo todas as suas conotações sociais e culturais, com um ímpeto e uma determinação, que podiam ser simbolizados pela figura de Ramalho Eanes, mãos nas ancas, de pé sobre o blindado em movimento.

Os movimentos de moradores tinham, genericamente, encetado uma via que “colava” demasiado aos restantes movimentos populares para poderem agora ser poupados, ou segregados, nessa purga.

Uma das primeiras estruturas organizadas de moradores a responder ao 25 de Novembro foi o Conselho Revolucionário de Moradores de Porto. A 2 de Dezembro, o secretariado propôs alterações orgânicas ao seu funcionamento, tendentes a uma nova “prática política” e a uma maior eficácia na defesa dos interesses dos “operários, camponeses e demais trabalhadores explorados”¹⁰. No dia 21 do mesmo mês o Conselho convocava uma manifestação para a prisão de Custóias, exigindo a libertação dos militantes detidos a 25 de Novembro. A 29, em consonância com as comissões de moradores de Matosinhos, de Gondomar, de Vila Nova de Gaia e de Espinho apresentaram ao governo o seu caderno reivindicativo. Exigiam equipamento social nos bairros, legalização das ocupações para esse efeito, revogação do decreto das ocupações – o famoso 198-A/75, cancelamento das acções movidas pelos senhorios, mais força jurídica para as comissões de moradores, nacionalização dos solos urbanos e urbanizáveis, e um conjunto de reivindicações de carácter local que foram apresentadas aos órgãos da administração competentes. Quanto ao SAAL, os moradores exigiam legislação de cedência de direito de superfície, aprovação dos planos de expropriação bloqueados, indemnização dos pequenos proprietários expropriados e financiamentos mais regulares¹¹.

⁶ Id., “A transição para o Socialismo continua a ser viável. Não se pode escamotear mais o debate sobre a transição para o socialismo”: *Jornal Novo*, 11-12-1975.

⁷ *Ib.*

⁸ *Ib.*

⁹ Nunes de Almeida, *id.*

¹⁰ “Porto. O conselho revolucionário dos moradores procura uma nova prática política”: *República*, 9-12-1975, e, também, “Proposta do Secretariado do CRMP para a Reestruturação do CRMP”, 2/12/1975: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976, pp. 227-228.

¹¹ “Caderno reivindicativo do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto”, 29/12/1975: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 232-235.

Mas o ano de 1976 iria começar de forma dramática. Na manifestação de Custóias, que o Conselho também convocara, as forças da ordem dispararam sobre os manifestantes provocando 4 mortos e vários feridos. Durante toda a primeira semana do ano decorreram os funerais das vítimas. O Conselho Revolucionário de Moradores participaria na organização das exéquias. Mais do que um gesto repressor de consequências dramáticas, a acção policial era entendida como um sinal inequívoco da já referida intransigência para com as formas de expressão pública do então designado poder popular.

Poucos dias volvidos, a 5 de Janeiro, em entrevista à RTP, o Governador Civil de Lisboa deixava muito claro que, contra as expectativas da esquerda, as organizações de moradores não iriam ter lugar na orgânica da gestão municipal, adiantando que, embora as hipóteses de ilegalização não passassem de um boato, para que as associações tivessem um papel reconhecido na vida administrativa local era necessário que cumprissem rigorosamente determinadas condições. Essas condições – eleição por voto secreto e universal, área geográfica administrativamente delimitada, respeito pelo regime jurídico de associação – significavam, na prática, a sobreposição das organizações de moradores com as freguesias, transformando-as em mais uma instituição administrativa local. As associações de moradores começavam a ser um alvo fácil para as acusações de falta de democraticidade e de falta de representatividade. Na mesma entrevista, aludindo às intenções dos constitucionalistas em consigná-las na lei fundamental, o governador afirmava que não seriam necessárias tais referências, uma vez que a sua existência era regulada apenas pela legislação referente ao direito de associação¹².

Radicalizando posições, em algumas frentes o surto de ocupações, despejos e contra-despejos, pequenas manifestações de repúdio ou de solidariedade continuava com alguma intensidade. Em Lisboa, em Beja, em Setúbal ou no Algarve sucediam-se as pequenas acções, normalmente como reacção às iniciativas judiciais de despejo. Nesta fase, as ocupações eram maioritariamente ou para equipamento – creches, clínicas populares, etc. – ou para realojamento de moradores anteriormente despejados.

No Porto, apenas duas semanas depois dos acontecimentos de Custóias, as instalações do SAAL-Norte ficavam parcialmente destruídas na sequência da explosão de um engenho de considerável potência. A direita radical, apoiada numa rede arregimentada de delinquentes, intensificava os ataques e os atentados contra alvos da esquerda, com o intuito de aterrorizar as bases de apoio popular e desmobilizar as frentes mais activas.

O atentado provocou uma vaga de revolta e de solidariedade entre as mais diversas entidades, directa ou indirectamente ligadas ao movimento. De Espinho ao Algarve, passando por Lisboa e áreas limítrofes, entre associações, comissões de moradores, trabalhadores dos serviços centrais e regionais, membros das brigadas, câmaras municipais, sindicatos e organizações políticas da esquerda, através de cartas, comunicados ou telegramas, manifestavam-se, ora repudiando o acto, ora oferecendo o seu apoio activo para a minimização dos prejuízos sofridos.

Nesse mesmo dia, 14 de Janeiro de 1976, realizar-se-ia um plenário de emergência na Escola de Belas-Artes. O tema dominante foi, da mesma feita, o atentado bombista. Em justificada exaltação, os moradores aprovaram, por aclamação, uma moção que pedia ao governo solução imediata para “todos os processos do SAAL-Norte”, destacando os que estavam a ser “boicotados nas autarquias locais”¹³. Mais, se estas reivindicações não fossem atendidas, o plenário atribuía unanimemente “aos governantes a responsabilidade directa ou indirecta do atentado de que foram vítimas”¹⁴.

Mais uma vez, e desta feita de um modo dramaticamente objectivo, se comprovava a centralidade do processo SAAL no contexto do movimento de moradores do Porto. Quando a extrema direita mais aguerrida, aproveitando o ensejo ditado pelas condições políticas pós 25 de Novembro, resolveu atacar com violência as persistências mais significativas do período revolucionário anterior, apontou inequivocamente o movimento de moradores como uma delas e, no seio desse

Janeiro de 1976

¹² António Ribeiro, “Que futuro para as comissões de moradores”: *Jornal Novo*, 5-1-1976.

¹³ “Moção Aprovada por Aclamação”, 14/1/1976: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 239-240.

¹⁴ *Ib.*

Porto, bomba nas instalações do SAAL/Norte, 14 de Janeiro de 1976.

Fonte: Arquivo do Arquitecto Alexandre Alves Costa.



movimento, elegeu precisamente os serviços administrativos do SAAL-Norte como alvo vital. Que melhor prova pode haver para corroborar essa já constatada centralidade?

Por um lado, o SAAL-Norte afirmava-se como um bastião de eficácia, quando confrontado com os outros serviços regionais. Os de Lisboa e Centro-Sul coordenavam operações demasiado dispersas, de um modo demasiado próximo das estruturas administrativas centrais, mais perras, menos permeáveis à renovação. As hesitações na tutela das operações lisboetas, oscilando entre a EPUL, a Câmara e o FFH, também não tinham sido muito vantajosas. Os serviços regionais do Algarve estavam apenas agora, e um pouco tardiamente, a começar.

Mas, por outro lado, o SAAL-Norte era também o serviço delegado regional que maior envolvimento tinha criado com os moradores, com as suas organizações e com as suas formas de expressão social, por isso era também o que estava mais directamente exposto à sanha antirevolucionária e revanchista que, sob os auspícios da reinstauração do Estado de Direito, se reproduzia em muitas das instâncias da sociedade portuguesa.

Durante este primeiro mês do ano de 1976, mais algumas brigadas técnicas iniciaram formalmente a sua actividade: Justino Teixeira, no Porto, Manjoeira, em Loures, Burgau, Mexilhoeira da Carregação, Chão das Donas e Cabanas, no Algarve. Francos, no Porto, Pedra Furada, em Vila Franca de Xira, e o Bairro Castelo, em Ferreira do Alentejo, teriam, também durante este mês, o arranque das obras dos edifícios. Na Portela – Outorela, em Oeiras, tinham início as primeiras obras de infraestruturas.

Em todas as obras iniciadas punham-se os inevitáveis, mas sempre complicados, problemas dos realojamentos provisórios. Nas operações do SAAL-Norte, onde a proporção de reconstruções e de fogos a beneficiar era muito elevada, esses problemas apareciam com maior acuidade. Num plenário realizado a 9 de Janeiro, os trabalhadores do SAAL-Norte propuseram a utilização de verbas não reembolsáveis, atribuídas pelo Estado, para aquisição daquilo a que chamavam “volantes”, ou seja, casas pré-fabricadas a instalar nas operações para albergar moradores temporariamente desalojados¹⁵.

Aos trabalhadores do SAAL-Norte preocupava-os, porém, os fortes sinais de impasse processual. A 21 de Janeiro elaboraram um documento, no qual elencavam mais de uma dezena de motivos que objectivavam essa preocupação. Entre os mais importantes contavam-se: “o ataque desagregador e desmobilizador às organizações de moradores, levado a cabo por alguns partidos políticos e organismos públicos”; “o adiamento sucessivo [...] da publicação do chamado ‘decreto de financiamento’”; demoras várias e injustificadas, cujas responsabilidades eram directamente atribuídas ao SEHU, ao MESA, ao Primeiro Ministro e às autarquias locais; “inexistência [...] de

¹⁵ “Acta do Plenário Realizado na ESBAP no dia 9-1-76”, *Id.*, pp. 235-237.

legislação reguladora das expropriações integradas no processo SAAL”; e ainda outra razão, sintomática da forma como alguns processos, depois de instruídos pelos serviços do SAAL, eram bloqueados: “renascimento nas autarquias locais [...] de critérios sobrevalorizadores dos planos directores e outros esquemas urbanísticos de elaboração anterior ao 25 de Abril e manifestamente contrários aos interesses das populações”¹⁶...

Em Lisboa, os problemas de funcionamento estavam maioritariamente relacionados com a coordenação do trabalho simultâneo das brigadas, em fases muito distintas. Sucediam-se as reuniões com o intuito de estudar formas de aprofundamento orgânico dessa coordenação. Frequentemente, representantes das equipas eram convocados aos serviços centrais para resolver questões inerentes às operações em que estavam envolvidos¹⁷. Por esta altura, início de 1976, perante o crescente número de operações que entrava em fase de construção, o empenho dos serviços centrais dirigia-se primordialmente para a resolução de duas ordens de problemas: expropriações e eficiência técnica dos projectos.

Tal como no norte, a sucessão de trâmites necessária aos processos de expropriação, já de si morosa, sofria ainda bloqueios vários nalgumas instâncias por onde tinha de passar. Formaram-se grupos de trabalho e de coordenação cuja incumbência específica era acelerar as ambicionadas tomadas de posse dos terrenos¹⁸.

Na área de influência dos serviços de Lisboa e Centro-Sul, com o Algarve ainda incluído, o número de operações que não tinham projectos completos, ou suficientemente informados, ou capazes, sob o ponto de vista da competência técnica, tinha também alguma expressão. Em fins de Janeiro, um levantamento sumário inventariava vinte e nove pedidos de apoio técnico complementar ao das brigadas: duas operações pediam apoio técnico geral; uma pedia projectos de estruturas; oito, projectos de infraestruturas; três, levantamentos topográficos; duas, projectos de electricidade e gás; treze, pediam medições e orçamentos. Destas operações, duas estavam apenas a arrancar, dezasséis estavam em fase de projecto e onze estavam já em obra¹⁹.

Esta situação geral levaria os serviços a convocar reuniões com as brigadas cuja temática incidia nas questões da “metodologia do projecto”. Nesses encontros a abordagem das questões disciplinares era mediada pelos tópicos já habituais: o SAAL como processo, a participação das populações, o uso das habitações, a necessidade de tipologias evolutivas, etc. O significativo número de operações em obra levava, contudo, a que fossem introduzidos outros que, na maior parte das vezes, eram directamente deduzidos das experiências em curso. Discutia-se o controlo de custos, a programação da obra, os critérios de adjudicação das empreitadas, a escolha de materiais adequados, quer do ponto de vista técnico, quer socio-económico, a utilização de mobiliário standardizado e, num sentido mais lato, a qualidade construtiva das novas edificações²⁰. Na maioria das vezes, porém, raros eram os consensos conclusivos que se podiam adequar às profundas diversidades que as operações mantinham entre si.

Mas não era só em Lisboa que a demora dos despachos de expropriações, quer da parte do Ministro, quer da do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, era notada. No Porto e no Algarve os problemas causados pelo atraso já tinham, também, chegado à comunicação social. A divulgação dos planos de actividades proporcionava números muito atraentes, sob o ponto de vista jornalístico. O SAAL-Norte propunha-se construir 30 000 casas, empreendimento para o qual disporia de três milhões de contos. 36 brigadas técnicas já tinham sido contratadas para elaborar projectos para albergar cerca de 40 000 pessoas, ou seja, 11 200 famílias. A atender à totalidade dos pedidos de intervenção existentes, cerca de 60, seria necessário contratar mais 15 a 30 brigadas,

¹⁶ “Moção”, 21/1/1976: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 245-246.

¹⁷ Cf. OCR/1/76 (pasta Hélder Tiago Junho 1975 [I Encontro SAAL Norte] Junho 1976).

¹⁸ Cf. Problema das Expropriações Reunião de 2-2-76 – 10h (pasta Hélder Tiago Junho 1975 [I Encontro SAAL Norte] Junho 1976).

¹⁹ Cf. Resp. Geral SEP/JAN.76 pedidos de Apoio (pasta Hélder Tiago Junho 1975 [I Encontro SAAL Norte] Junho 1976).

²⁰ Reuniões de Trabalho Conjunto Metodologia de Projecto Notícia da 1ª. reunião (11 Fev. 9,30 h. – Sala 6 – 7º. Piso) (pasta Hélder Tiago Junho 1975 [I Encontro SAAL Norte] Junho 1976), e, também, Circular nº. 2/76 “Trabalho Conjunto” (pasta Hélder Tiago Junho 1975 [I Encontro SAAL Norte] Junho 1976).

para então se conseguir chegar às 100 000 pessoas abrangidas pelos novos alojamentos²¹. No Algarve, a lista de obras, que já ultrapassava as duas dezenas, era também considerada “impressionante”²².

Mas, mesmo excluindo os órgãos partidários, alguns deles com simpatias declaradas, e já consolidadas, para com o SAAL, a atenção jornalística voltava-se para o processo, de um modo renovado, nesta fase pós 25 de Novembro. Despido das fáceis e reaccionárias conotações com os movimentos embrionários da “rebelião”, o SAAL corria o risco de aparecer agora como um bom programa de realojamento, o único a assumir-se como “política integrada”, acerca do qual era, afinal, possível ter uma opinião “isenta”, “técnica”, “racional”, e completamente desapaixonada. Para esta renovada imagem potencial muito contribuiu a posição do PC que, dos ataques violentos e frontais perpetrados no Porto, durante o Verão Quente, passava agora para o lado das forças que pressionavam os vários desbloqueios processuais²³. No Algarve, as associações de moradores e o próprio movimento, também eram tidos como mais próximas do PC e a aproximação tinha também a ver com a expansão que o SAAL estava a ter naquela região, por esta altura.

Fevereiro de 1976

Em Fevereiro, iniciariam formalmente o trabalho as brigadas de Combatentes, no Porto, Angeiras, em Matosinhos, e Tavira. Como já ia sendo hábito no Algarve, o trabalho formal da brigada e a obra começariam quase simultaneamente em Espiche, no barlavento. No dia 5, teria também início a obra na operação de Cabanas, perto de Tavira.

A criação de um serviço regional específico para o Algarve, bem assim como a intensidade com que os processos se começavam a desenvolver naquela região, foram circunstâncias preponderantes para a decisão de realizar o III Conselho Nacional do SAAL em Faro, entre 12 e 14 de Fevereiro.

Distribuídas por 6 pontos, as conclusões não podiam ser muito animadoras. Logo no primeiro desses pontos constatava-se a necessidade de fazer ajustes ao plano de actividades previsto para 1976 devido a uma redução orçamental de mais de 200 mil contos.

A interminável batalha pela promulgação de um “decreto de financiamento” deu o mote para o ponto 2 das conclusões. A esse propósito foi reafirmada a redacção proposta no último Conselho para o diploma e enviada para a SEHU, pedindo a sua promulgação.

O ponto 3 tratava dos diversos bloqueios e incompreensões a que os processos ficavam sujeitos quando instruídos pelos serviços exteriores ao SAAL. Propunha-se a elaboração de uma minuta que protocolasse o desenvolvimento e a celeridade dos processos nos serviços municipais. Esse protocolo deveria ser de tal modo genérico que permitisse as diversas adaptações locais, em consonância com as organizações de moradores. Quanto às restantes entidades envolvidas, Direcção Geral de Urbanização e respectivas delegações regionais, e o Gabinete de Planeamento do Algarve – GaPA – que tutelaria as intervenções da região, ficou decidido que seriam desenvolvidos “os contactos necessários para o objectivo de simplificar os circuitos de aprovação e classificar os níveis de competência”²⁴.

O quarto ponto, dedicado à “política de solos”, reafirmava as fragilidades da legislação vigente quando confrontada com as particularidades das intervenções do SAAL, nomeadamente em relação à defesa dos interesses dos pequenos proprietários e à definição de prazos para as tomadas de posse. Propunha-se então criar, no seio das comissões regionais do SAAL, sectores específicos vocacionados para o estudo e avaliação dos casos mais problemáticos e “contribuir”, através da experiência acumulada nos vários serviços, para a elaboração de legislação geral mais adequada. Também se propunham intervenções, a este propósito, das brigadas junto das Câmaras Municipais, e da Direcção do SAAL, junto do Ministério da Administração Interna.

²¹ Rodrigues Alves, “À procura de terrenos para 30 mil casas (no Porto)”: *O Jornal*, 25-1-1976.

²² “O SAAL no Algarve Impressionante Lista de Obras”: *O Diário*, 22-1-1976.

²³ É por esta altura que *O Diário*, quotidiano tido como muito próximo do PC, publica uma série de artigos sobre o desenrolar do processo SAAL, como, por exemplo, Jorge Figueiredo, “Habitação Nunca se Construiu Tanto em Portugal Habitação O Novo Caminho”: *O Diário*, 30-1-1976 (pp. centrais).

²⁴ “Relação Provisória das Conclusões da Reunião do Conselho Nacional do SAAL realizada em Faro no Mês de Fevereiro de 1976”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 261-266.

O ponto 5 dizia respeito à metodologia a seguir para a elaboração do Relatório de Actividades do ano de 1975. Chegou-se à conclusão que era necessário desdobrá-lo em dois: um mais sinóptico, para integrar no plano geral do FFH, e um outro mais pormenorizado, que pudesse servir como “instrumento de informação” e cujo conteúdo facultasse “uma visão global e uma avaliação crítica do desenvolvimento do processo”²⁵.

Por fim, o sexto ponto tratava de uma tema que, a tempos esparsos, era trazido à tona da discussão, ou seja a institucionalização do SAAL e a conseqüente criação de um quadro integrador de todos os elementos. Considerou-se, no entanto, que o SAAL não deveria vincular-se a orgânicas que, de qualquer modo, pudessem ser “impeditivas da dinâmica específica da intervenção” e que, em vez disso, deveria garantir um sistema interno de tal modo “aberto e flexível” que permitisse “salvaguardar a coerência da sua actuação e uma adaptação permanente à evolução do processo”²⁶.

Em suma, através das conclusões deste III Conselho Nacional, é possível inferir um certo abrandamento do discurso anterior. Mais “técnicos”, mais calculistas, os conteúdos despojavam-se dos objectivos políticos mais ambiciosos e dirigiam-se para a resolução paulatina dos problemas emergentes. De salientar, porém, que, pelo que diz respeito ao último ponto, se tenha uma vez mais optado pela distância em relação à institucionalização. Para alguns dos trabalhadores envolvidos, sobretudo para aqueles que viam a possibilidade de aceder ao primeiro emprego, a hipótese de transformar o SAAL num serviço estatal era acolhida com expectativa e aumentava as probabilidades da ambicionada estabilidade. Mas os conselheiros tinham consciência que a fixação institucional do serviço aniquilaria todo o seu sentido. Em grande parte, a essência de todas as suas capacidades residia na flexibilidade e na capacidade de adaptação a situações de trabalho extremamente diferenciadas. A transformação num serviço oficial seria o primeiro passo para a aniquilação dessas capacidades. Aliás, talvez não por acaso, estas possibilidades estavam também em discussão no âmbito do SAAL-Norte. Quer a brigada do Vilar, no Porto, quer a brigada da Cruz de Pau, em Matosinhos, tinham elaborado propostas que, embora diferenciadas, tocavam no assunto.

Com efeito, a brigada do Vilar poria à discussão, no início de Fevereiro, um texto no qual, a partir da sua própria experiência de trabalho, se teciam duras críticas ao modo como o serviço se organizava e se fazia representar perante as populações. Embora a motivação principal do texto fosse aportada pela sua situação específica – a necessidade do projecto do novo bairro se impor contra o planeamento vigente – as conclusões são reveladoras: para os trabalhadores da brigada do Vilar o SAAL era um serviço estatal e como tal se deveria inequivocamente assumir. Apesar de ser “um projecto burguês” tinha “o mérito de ser o único organismo de Estado montado para ‘responder’ às zonas degradadas” e, por essa razão, era tão acarinhado pelo povo. Mas, para que esse agrado não se transformasse em ilusão era necessário institucionalizar o serviço, conferir-lhe uma orgânica “profissionalizada” e tomar medidas para exigir a integração de todos os trabalhadores nos quadros do funcionalismo público, dando-lhes as regalias sociais que, por direito, lhes assistiam²⁷.

A brigada da Cruz de Pau, por seu lado, responderia apelidando de “simplistas e reducionistas as teses que defendem uma integração clara e inequívoca do SAAL como cerne do aparelho de Estado, com vista a transformá-lo num Serviço Técnico de índole tradicional, ainda que o fim em vista seja a desmistificação do carácter burguês desse mesmo Estado”. Louva o SAAL pelas “aberturas que permitiu” decorrentes da “sua elasticidade quanto ao enquadramento no aparelho de Estado”. Essas “aberturas” manifestavam-se através da grande autonomia do serviço, que lhe facultava a possibilidade de avançar com “propostas não tradicionais no aspecto da construção”; manifestava-se no espectro largo da actuação das brigadas, “arquitectura e engenharia, saúde e higiene, dinamização cultural, etc.”; mas, antes de mais, manifestava-se na capacidade de dinamizar a “intervenção organizada das populações na resolução dos seus problemas”²⁸. No

²⁵ *Ib.*

²⁶ *Ib.*

²⁷ “Texto Apresentado pela Brigada do Vilar e lido em Plenário de Brigadas no Dia 3 de Fevereiro de 1976 na ESBAP”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 254-257.

essencial, este texto apresentado à discussão pela brigada da Cruz de Pau pretendia cerrar fileiras em torno de um objectivo inequivocamente motivador que era a construção das casas. Funcionava como uma resposta determinada perante as hesitações de percurso e as dúvidas metodológicas e processuais do texto da brigada do Vilar. As propostas que continha estavam polarizadas pela necessidade de garantir eficácia nas obras a decorrer e a iniciar e organizavam-se segundo quatro ordens de preocupações: a luta contra o tempo, com vista à rapidez na construção das casas; o controlo das obras pela população organizada; a defesa da economia nacional e a preferência por empresas sob controlo dos trabalhadores; e, por fim mas não menos importante, a manutenção de um processo tendente ao “controle operário e popular da cidade”²⁹.

Mais próximo do pensamento dominante no SAAL-Norte, este texto da brigada da Cruz de Pau traduzia a convicção recente de que os projectos em curso para a cidade, em conjunto com aqueles que se perfilavam através dos muitos pedidos por atender, se poderiam erigir, de um modo quase “natural”, como uma alternativa credível e viável para as grandes opções de planeamento herdadas das gestões municipais do tempo da ditadura. Não se tratava de uma convicção programada, ou de qualquer modo premeditada, era quase uma evidência, uma ideia que, embora tivesse vindo a ganhar forma com a prática, era já inegável para quem quer que olhasse para uma carta do Porto onde estivessem assinaladas as operações SAAL. Por outro lado, era extremamente motivadora esta ideia de planeamento que parte do particular para o geral, que contém em si mesmo projectos de habitação operária, ou popular, e que se expande com o próprio movimento de moradores até ao controlo e à asfixia da cidade dos negócios e da especulação fundiária. Uma cidade planeada a partir da habitação operária e não mais a partir das rentabilizações e dos lucros imobiliários, ou das imposições monumentalistas do poder. Esta ideia, estimulante e tentadora para uns, perigosa e intolerável para outros, foi, de certo modo, dominando a discussão interna do SAAL-Norte nesta altura em que, cada vez mais, se consolidavam e se multiplicavam as medidas de uma violenta e musculada recuperação capitalista. Era o começo do “tudo ou nada”, para quem, por um lado e através da conjuntura política, percebia que estavam ameaçadas as etapas conquistadas no “processo” mas, por outro lado, conhecia bem o peso do movimento popular e sentia-o como condição inabalável para a prossecução dos objectivos.

Independentemente das opiniões contrárias manifestadas e prossequindo os seus intentos, o governo tinha, entretanto, criado um Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção. O Decreto-Lei n.º. 117-E/76, de 10 de Fevereiro, instituí-lo-ia, criando também duas Subsecretarias de Estado sob sua dependência. O Engenheiro Eduardo Ribeiro Pereira seria o novo Ministro, para Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro seria nomeado outro engenheiro, Carlos Eduardo Ferro Gomes, e para Subsecretário de Estado da Construção Civil seria indigitado Armando Jorge Esteves Pereira. Um outro diploma, incluído no mesmo pacote legislativo, o Decreto-Lei n.º. 117-D/76, criaria o Ministério das Obras Públicas em substituição do Ministério do Equipamento Social. Nesta substituição manter-se-ia o ministro, o Engenheiro Álvaro Augusto Veiga de Oliveira, mas o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, que renderia Eduardo Pereira, seria o Engenheiro Manuel Taveira Pinheiro Guimarães Serôdio.

Numa das primeiras entrevistas enquanto Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, o ex-Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Engenheiro Eduardo Pereira, inquirido sobre as medidas a tomar para incentivar a auto-construção, fazia algumas referências ao SAAL. Embora incluindo as operações no mesmo pacote doutros programas, designadamente as cooperativas de habitação económica, Eduardo Pereira diria que “segundo informação [...] prestada pelo Fundo de Fomento de Habitação, no decurso do ano 1976 estarão a decorrer diversas operações SAAL que envolverão cerca 30 mil fogos”³⁰, explicando depois que o FFH fornecia terreno, projecto, infraestruturas e um subsídio que variava entre 60 e 90 contos por fogo, mas que se esperava uma determinada incorporação de auto-investimento da parte dos associados, os quais, para esse

²⁸ “Fase de Construção – Memória”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 257-261.

²⁹ *Ib.*

³⁰ “Entrevista com o Ministro da Habitação (Conclusão) Fim do Recurso à Habitação Clandestina com Incentivo à Autoconstrução – objectivos prioritários do Governo definidos por Eduardo Pereira”: *A Luta*, 18-2-1976.

efeito, beneficiavam de um crédito a juro bonificado da Caixa Geral de Depósitos. O ministro foi, também, instado a pronunciar-se sobre a proposta de revitalização do sector apresentada pela Comissão Negociadora do Contrato da Construção Civil, durante a célebre manifestação de Novembro, que sequestrou Governo e deputados, a qual pugnava, entre outras medidas, pela nacionalização dos solos, particularmente os dos bairros de lata, fazendo reverter para o Estado, e para as suas políticas de habitação, os cerca de seis milhões de contos anuais que se calculava serem as rendas dos moradores desses bairros. Responderia que o Estado não pode ter o “papel odioso desse tipo de senhorio” e argumentaria que “o que se deve fazer, e se está a fazer, é a expropriação pura e simples de terrenos e imóveis com base em legislação específica publicada pelo IV Governo, sempre que solicitada por uma operação SAAL”³¹. Quanto à criação de um Banco da Habitação, Eduardo Pereira manifestou-se contra, considerando-o o “esquema mais maquiavélico que imaginar se possa, para terminar com o investimento privado na habitação”³², achava que, naquele contexto político e económico, a criação de bancos especializados não se podia considerar uma medida indiscutível e remetia a questão para um grupo de trabalho do Ministério das Finanças, que preparava a reestruturação do sector bancário. Já pelo que dizia respeito às comissões de moradores, o novo ministro afinaria pelo tom político dominante. Começaria por afirmar que, “como se sabe, não se encontram reconhecidas”, para depois insistir no facto de muitas delas terem sido instituídas “de forma não muito correcta”, reconhecendo embora o meritório trabalho que muitas outras tinham vindo a desempenhar “como auxiliares dos órgãos autárquicos na solução de inúmeros problemas habitacionais”. A sua resposta nunca poderia “envolver uma aprovação generalizada das suas actuações”, mas, tão só, “um juízo de valor sobre o trabalho de algumas”³³. As organizações de moradores estavam, como já antes se constatou, debaixo de fogo cerrado do 6.º Governo e das forças sociais e políticas que o sustentavam.

Alguns dias mais tarde, em nova entrevista, o Ministro anunciava um conjunto de medidas das quais se destacavam: a criação de um fundo para a reparação de casas; a reformulação do Decreto-Lei nº. 445/74, conhecido como a lei das rendas; um novo decreto sobre política de solos e o desenvolvimento de estudos tendentes à normalização das habitações a construir³⁴. Dizia também que as “verdadeiras” comissões de moradores deveriam trabalhar, no futuro, com as Juntas de Freguesia democraticamente eleitas. Não referia o SAAL, anunciando antes que iriam ser lançados 30 mil fogos pelo sistema dos contratos de desenvolvimento e que estava em preparação um programa habitacional cooperativo, cujo apoio técnico e financeiro seria prestado pela Suécia³⁵.

No entanto, e para além das considerações pontuais que o Ministro da Habitação foi tecendo nas entrevistas, não se lhe pode reconhecer no discurso uma estratégia mais abrangente, uma visão de síntese tendente à resolução dos graves problemas do sector, ou, pelo menos, uma conduta política transversal que pudesse justificar a criação do Ministério. daquelas primeiras intervenções públicas do Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção trasparece a ideia que as perplexidades de Nuno Portas, aquando do anúncio da criação do novo Ministério, eram realmente fundamentadas.

As medidas a tomar cada vez se afastavam mais da ideia inicial do SAAL. Ainda em Fevereiro de 1976, o Gabinete de Estudos e Planeamento do FFH comentava uma Proposta de Resolução do Conselho de Ministros sobre Política de Crédito à Habitação, da seguinte forma: “[...] embora o presente esquema não venha directamente ao encontro das classes mais desfavorecidas da sociedade portuguesa [...], é de salientar que, de um ponto de vista estritamente financeiro, o mesmo é contraditório com o programa SAAL, na medida em que o escalão mais favorável para o crédito a conceder é menos oneroso do que o que se encontra a praticar no apoio às intervenções do tipo SAAL”³⁶. A Direcção Nacional do SAAL reagiria, também prontamente, a essa Proposta de Resolução do

³¹ *Ib.*

³² *Ib.*

³³ *Ib.*

³⁴ “Ministro da Habitação Afirma Têm as Comissões de Moradores Toda a Razão Deveríamos Terminar com o Aluguer Feito Segundo a Cor dos Olhos dos Inquilinos”: *A Capital*, 21-2-1976.

³⁵ *Ib.*

³⁶ Joaquim Manuel da Silva Neves, “Política de Crédito à Habitação” Gabinete de Estudos e Planeamento, 24 de Fevereiro de 1976: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 269-272.

Conselho de Ministros: um parecer do Arquitecto José Rafael Botelho e um conjunto de notas elaboradas pela Dra. Maria Proença, ambos unânimes no alerta que as decisões do Governo se estavam a distanciar, ou a alhear, do SAAL³⁷. Em resposta, a mesma Direcção Nacional elaboraria mais uma proposta para a redacção do Decreto de Financiamento, outra tentativa, sem resposta, para a fixação legislativa das operações.

Março de 1976

Durante o mês de Março, teria início formal o trabalho das brigadas técnicas de Carvalhido e Cedofeita, no Porto, de Poço dos Negros, em Almeirim, de Prior Velho, em Loures, de Estômbar, de Vila Real de Santo António e de Silves – Progresso –, no Algarve. Iniciar-se-iam as obras na Cruz de Pau, em Matosinhos, e em Cortegaça, bem como a primeira fase das habitações na Portela – Outorela, em Oeiras.

Os bairros que se começavam a adivinhar por entre as primeiras fiadas de blocos iam ganhando um renovado interesse por parte da comunicação social e, como consequência, por parte de alguma opinião pública³⁸. Independentemente de todas as considerações de ordem política, o aparecimento das casas e a alegria dos moradores beneficiários, a esperança espelhada nos seus olhares, davam sempre conteúdos seguros em reportagens de sucesso.

Também durante o mês de Março, o Ministério da Habitação, MHUC, editaria uma publicação sob o título *O Problema da Habitação*. Nos excertos referentes ao SAAL, para além de uma resenha sucinta do historial e dos objectivos do programa, seria elaborado um balanço da situação na altura: 35 operações lançadas durante o ano de 1974; mais 73 operações lançadas em 1975; em Dezembro de 1975 estavam a decorrer 123 operações que envolviam um total de 27 918 fogos; 38 operações, que englobavam 3 370 fogos, em fase de construção; 47 operações em fase de projecto, num total de 16 294 fogos; 38 operações nas quais decorriam as fases de elaboração de inquérito e programa-base; 51 associações de moradores ou cooperativas de habitação económica, das quais 13 com escritura notarial regularizada; 258 500 contos previstos para o ano de 1975, dos quais 212 000 foram atribuídos como subsídio a fundo perdido às organizações de moradores e 26 000 como honorários às brigadas e restantes despesas de projecto; para o ano de 1976 estava prevista, em Plano de Actividades, uma verba de um milhão de contos³⁹.

A estes dados, o referido documento juntava ainda algumas caracterizações programáticas que pressupunham “uma efectiva capacidade de resposta por parte das autarquias e do FFH”, mas deixava bem claro que o SAAL não constituía “um processo autónomo, mantendo estreitas ligações de dependência com outros organismos estatais”, concluindo, no entanto, que, dessas ligações decorriam os apoios que recebia e as adversidades que enfrentava⁴⁰.

Pressupõe-se portanto que, sob o ponto de vista institucional, o ministério da tutela estava determinado em prosseguir a acção governativa segundo algumas linhas que incluíam também o SAAL, mas não se vislumbrava nenhum empenho específico para com este programa, muito pelo contrário, algumas das medidas preconizadas para com outras linhas de promoção habitacional começavam já a ser mais vantajosas⁴¹.

Mas o mês de Março de 1976 traria também novos e dramáticos incidentes. Logo no dia 4, a explosão de uma bomba destruía o automóvel de um dos membros da Coordenadora do SAAL-Norte, o Arquitecto Alexandre Alves Costa. Este atentado daria origem a uma vaga de expressões de solidariedade⁴², à qual não era também alheio o pressentimento de que o SAAL-Norte, tal como

³⁷ José Rafael Botelho, “Parecer sobre o Financiamento das Operações SAAL”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 272-273; Maria Proença, “Notas sobre a Proposta de Política de Crédito à Habitação”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 273-275.

³⁸ Cf., a título de exemplo, Manuel Gonçalves da Silva, “Habitação: um Direito Construído na Luta”: *Flama*, 26-3-1976.

³⁹ “Extracto Referente ao SAAL de ‘O Problema da Habitação’, Edição do M.H.U.C.”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 303-304.

⁴⁰ *Ib.*

⁴¹ Na Proposta de Resolução do Conselho de Ministros sobre Política de Crédito à Habitação previam-se financiamentos a instituições cooperativas resolúveis em 25 anos, a 4%, enquanto que os empréstimos no âmbito do programa SAAL seriam resolúveis em 20 anos, a 3%.

⁴² Professores da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, Ministério da Educação e Cultura, Direcção-Geral do Ensino Superior, Escola Superior de Belas-Artes do Porto, Of.º. Nº. 143, Liv.º. 28, Proc.º. 7, de 5 de Março de

o identificáramos, intimamente ligado ao movimento de moradores, tinha os dias contados⁴³. No entanto, nem o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, nem o Ministério da Administração Interna se pronunciariam sobre os atentados. Trabalhadores do SAAL do Porto e de Lisboa reuniram na Quinta da Curraleira para, juntamente com alguns moradores, darem uma conferência de imprensa presidida pelo Arquitecto José Rafael Botelho. Nessa circunstância afirmariam: “não distinguimos os entraves feitos a nível do aparelho de Estado dos ataques bombistas, porque o objectivo é o mesmo: desmobilizar os moradores pobres, destruir a sua organização, minar a sua capacidade de luta”⁴⁴.

Entretanto, por estes mesmos dias, a 9 de Março, o ministro Eduardo Pereira, interpelado pela imprensa, garantia que se estavam a construir 30 000 fogos para substituir as barracas; divulgava um programa para esse efeito, que iria até meados de 1977; adiantava que estava prevista actuação em Lisboa, Porto, Setúbal e outros centros industriais mais importantes do País e Algarve; referiu o Casal Ventoso, o Bairro da Liberdade, a baixa de Alcântara, em Lisboa, e a Ribeira-Barredo, no Porto; e disse, finalmente, que o programa, “em toda a área do Porto, andar-á aí por quatro ou cinco mil fogos, em várias ‘ilhas’”. Mas não se referiu a esse programa, ou a esses programas, como SAAL, e foi afirmando também que: “[...]nos vamos dando conta de que, à medida que destruímos barracas, mais barracas aparecem”⁴⁵.

Os moradores, por sua vez, tentavam nova ofensiva, demonstrando ainda uma grande capacidade de mobilização a nível nacional. No dia 16 de Março, duas associações – Casal das Figueiras, de Setúbal, e 1.º De Maio, do Seixal – em conjunto com o Secretariado das Inter-Associações dos Arredores de Lisboa e com o Secretariado das Associações do Algarve, foram ouvidas, em audiência, pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo e entregaram um caderno reivindicativo que continha, para além das exigências habituais – saída do “decreto de financiamento”, concessão de verbas para infraestruturas e terrenos – especificações muito concretas acerca de prazos máximos para aprovação dos processos de expropriação nas Câmaras Municipais⁴⁶. Como o Secretário de Estado tivesse manifestado incapacidade para decidir acerca daquelas propostas, os moradores convocaram nova reunião, para 18 de Março, desta feita com maior representatividade. Estiveram presentes, para além dos já citados, o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, associações de Beja, Coimbra, e uma delegação das Inter-Associações de Lisboa. Aí se decidiu a entrega do caderno reivindicativo ao Primeiro Ministro e a mobilização nacional para uma manifestação⁴⁷.

A imputação das responsabilidades do “aparelho de Estado” e das câmaras municipais pelos atrasos que os processos iam sofrendo espalhava-se e desdobrava-se em comunicados de brigadas

1976; OCMLP Alerta Contra o Terrorismo Bombista! O fascismo não passará! Povo de Lordelo, s.d.; União Democrática e Popular (UDP) Núcleo da Zona da Pasteleira, Que querem os fascistas com as suas bombas? Povo da Zona da Pasteleira, s.d.; Simpatizantes do Grito do Povo de Lordelo do Ouro, Morte ao Terrorismo Fascista, 5 de Março de 1976; Trabalhadores do SAAL, Serviços Centrais, 5 de Março de 1976; Trabalhadores do SAAL Algarve; Trabalhadores do SAAL-Norte, Fundo de Fomento da Habitação, Direcção de Habitação do Norte, ref.º 0192 SAAL/76, 8 de Março de 1976; e, também, de inúmeras associações de moradores e dos trabalhadores de muitas brigadas técnicas.

⁴³ A Moção aprovada pelos Trabalhadores do SAAL-Norte reivindicava ao MHUC o pagamento dos danos ao Arquitecto Alexandre Alves Costa, porque o atentado fora “em razão directa da actual política governamental de abertura de facilidades ao fascismo e de paralização do aparelho de Estado”, cf. Trabalhadores do SAAL-Norte, Fundo de Fomento da Habitação, Direcção de Habitação do Norte, ref.º 0192 SAAL/76, 8 de Março de 1976.

⁴⁴ Manuel Gonçalves da Silva, “Habitação: um Direito Destuído à Bomba”: *Flama*, 17-03-1976. Cf., também, a este propósito, “SAAL: A Luta nos Bairros Pobres tem de Prosseguir”: *Jornal do Comércio*, 13-3-1976; “Técnicos do SAAL Enumeram Dificuldades”: *O Diário*, 13-3-1976 “Trabalhadores do S.A.A.L. denunciam entraves à sua acção e ao ‘direito à habitação’”: *Diário de Notícias*, 13-3-1976; e “Construção de casas dificultada pelo aparelho estatal”: *O Século*, 15-3-1976 .

⁴⁵ “Ministro da Habitação Cerca de 30 mil fogos substituirão barracas até meados de 1977”: *Jornal do Comércio*, 10-3-1976.

⁴⁶ “Caderno Reivindicativo a Apresentar ao Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo pela Intercomissões dos Arredores de Lisboa”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, 16 de Março de 1976, pp. 292-293.

⁴⁷ “Às Associações de Moradores de Todo o País” *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 294-295.

e de associações de moradores, mas também nos diversos boletins partidários da chamada esquerda revolucionária e na imprensa genérica, ora na mais envolvida com os movimentos populares, ora pela mão de jornalistas empenhados no tema.

Nos serviços centrais sucediam-se as “reuniões de trabalho conjunto”. As questões da extrema disparidade dos contextos projectuais e a gradual constatação da impossibilidade de coordenar, de um modo sistemático, todas as diferenças entre as operações agudizavam-se à medida que as obras avançavam. Para Lisboa preparava-se a constituição de um “Órgão Coordenador Regional”, cujos objectivos visavam precisamente “coordenar as várias intervenções e [...] dar parecer sobre as grandes linhas de acção para resolução dos principais problemas que o SAAL deve tratar”⁴⁸. Aí teriam assento o secretariado directivo da Regional de Lisboa, delegados das equipas de apoio local e representantes das cooperativas e das comissões de moradores envolvidas no processo.

Também por esta altura, o Sector de Estudos e Planeamento – SEP – do SAAL emitia um extenso relatório de análise das soluções construtivas, adoptadas ou a adoptar. Lamentando a falta de divulgação das várias experiências, a ausência de recolha de dados e o conseqüente isolamento do trabalho de algumas equipas, o relatório viria a concluir que a autoconstrução e a utilização de sistemas artesanais se tinham revelado como uma forma de “auto-exploração” dos moradores envolvidos, uma vez que se revelaram processos de economia ilusória⁴⁹. Os acréscimos de tempo e de mão-de-obra em soluções de tipo menos profissionalizado penalizavam de sobremaneira os custos construtivos e aquilo que se incorporava como lucro não era suficientemente vantajoso para compensar as perdas. Apelava também o relatório para que o chamado “apoio às obras”, criado “sem quaisquer bases ou regras de funcionamento previstos”, deixasse de fiscalizar e passasse a uma acção de orientação “das equipas e dos meios de produção”⁵⁰. Quanto à prefabricação, concluíam que, tal como era praticada em Portugal, não compensava. Apenas uma experiência tinha sido feita, e mesmo essa por pressão exterior, sendo avaliada como “infeliz”⁵¹. A prefabricação, no entender do relatório do SEP, deveria obedecer a condicionantes de qualidade, quantidade e continuidade de produção que não eram compatíveis com a débil estrutura económico-industrial do país. Entretanto, por esta altura, o envolvimento das cooperativas de construção civil nas operações SAAL era o seguinte: Cooperativa Sol-Operário, empreitada de Alfovelos – 10 mil contos – e Torre-Camarate – 40 mil contos; Cooperativa Uniurba, empreitada de Pedra Furada – 34 mil contos; Cooperativa Coprefa, várias empreitadas no SAAL-Norte – 33 mil contos. A Sol-Operário preparava-se também para as empreitadas de Santo António-Camarate – 36 mil contos – e da Falagueira – 50 mil contos. Em Tavira estava também em preparação a Cooperativa Faz Habita. No total, porém, havia 42 cooperativas de construção, sendo que muitas delas produziam apenas trabalhos especializados⁵².

Em jeito de balanço da política habitacional mais recente, um diário de tiragem nacional publicava, também no final de Março, um artigo de opinião no qual se afirmava: “o Conselho de Ministros acaba de anunciar condições de empréstimo à iniciativa privada produzindo habitações especulativas a 4 por cento e para as cooperativas ‘de 6 a 8 por cento’. Que ‘socialismo’ é este?”⁵³.

Durante o mês de Abril mais três brigadas iniciariam formalmente as suas operações: Progresso, de Portimão, Marianas, de Cascais, e Fazendas de Almeirim. Nos bairros do Leal e da Lapa – Porto, do Poço de Baixo – Ovar, da Terroa de Baixo – Setúbal, e de Vila Real de Santo António, teriam

Abril de 1976

⁴⁸ SAAL-Regional Lisboa, *Circular às Associações de Moradores e Cooperativas de Habitação Económica da Cidade de Lisboa e seus Arredores*, Lisboa, 22-3-1976.

⁴⁹ “SAAL – Problemas Ligados à Construção – Análise das Experiências mais Significativas, em Curso ou Previsíveis”, *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, 28-3-1976, pp. 296-303.

⁵⁰ *Ib.*

⁵¹ *Ib.*

⁵² “Envolvimento das Cooperativas de Construção nas Operações SAAL em Fevereiro de 1976”, “Lista das Cooperativas de Construção”, e “Cooperativas de Produção na Construção Civil”, (pasta SAAL Projectos e Financiamento dos Serviços/ Cooperativas de Construção/...).

⁵³ Costa Miranda, “Para quando o apoio do Estado às cooperativas de habitação?": *Diário de Lisboa*, 27-3-1976.

início as obras. No dia 11 de Abril seria adjudicada a empreitada geral das obras do bairro da Portela – Outorela, em Oeiras.

No primeiro dia do mês, o Ministro da Habitação, Engenheiro Eduardo Ribeiro Pereira, dava uma extensa entrevista cujos objectivos eram desfazer algumas dúvidas que tinham surgido na interpretação do novo regime de crédito para aquisição de habitação, na sequência da resolução do Conselho de Ministros de 19 de Março. Logo a iniciar, o ministro referia que o que estava em questão era “um sistema de crédito à habitação própria, portanto à sua compra” e que, por essa razão, pressupunha “a existência de capacidade financeira por parte das pessoas que recorram a esse crédito”, mas que outros programas existiam “exactamente para resolver os problemas dessas camadas, que não têm acesso ao actual programa”⁵⁴. Mais adiante, instigado a falar acerca das verbas inscritas no orçamento de Estado para a habitação, o Ministro referiria a existência de um conjunto de 24 milhões de contos que se destinava “ao cumprimento de um conjunto de programas que vão desde a recuperação dos bairros de lata até à construção de habitação social, encarada esta sobre três pontos de vista: habitação social de renda normal; habitação social de renda resolúvel e habitação social cujo fogo pode ser adquirido para casa própria”⁵⁵. Sobre os bairros de lata, Eduardo Pereira diria apenas que havia a possibilidade da recuperação e melhoramento das condições no local ou a alternativa de serem removidos, com o conseqüente realojamento dos moradores, mas nem uma só referência ao SAAL, equanto programa vocacionado para esse tipo de situações.

As discussões técnicas acerca de metodologias e de possibilidades de coordenação continuavam a centralizar as atenções dos serviços em Lisboa. Em meados do mês, recebe o SAAL directivas do FFH para fornecer elementos acerca de operações passíveis de virem a ser financiadas, não pelos circuitos habituais, mas pela “Agency for International Development, AID”. Os funcionários pedem orientação superior com o receio da “citada agência vir a cobrar dividendos políticos através desse auxílio financeiro, se individualizado por operação”⁵⁶.

Os velhos problemas de sempre acumulavam-se à medida que o número de operações ia crescendo, os entraves burocráticos nas instituições do Estado, particularmente nas Câmaras Municipais, atrasavam os processos e levavam os moradores à descrença. Numa tentativa para resolver esta situação de forma mais sistemática, os serviços centrais elaboraram uma minuta de protocolo a celebrar com as autarquias, o qual visava a “definição de competência e formas de actuação das entidades intervenientes nas operações de reconversão urbana” ao abrigo do SAAL⁵⁷. Pelo seu conteúdo é possível deduzir o tipo de bloqueios que sofriam as operações: conflitos de competências, quais as entidades que fazem o quê; conflitos de comunicação, como e quando é que a entidade A é informada do processo que decorre na entidade B; conflitos de colaboração, as autarquias nem sempre forneciam os elementos necessários ao trabalho; conflitos de coordenação, Câmaras e SAAL a trabalharem separadamente sobre os mesmos locais; e algumas outras clarificações mais pontuais e específicas. No entanto, um extenso trecho do protocolo dizia respeito à expropriação de terrenos. Percebe-se que algumas autarquias estavam renitentes à possibilidade de utilização das áreas escolhidas para finalidades com as quais discordavam.

As Equipas de Apoio Local, EAL, de Lisboa, por sua vez, reuniam em plenário, a 8 de Abril, para, uma vez mais, lutar pela “integração de todos os trabalhadores do SAAL na função pública”⁵⁸.

⁵⁴ “Entrevista com o ministro de Habitação. O novo regime de crédito para a habitação”: *Jornal Novo*, 1-4-1976.

⁵⁵ *Ib.*

⁵⁶ Fundo de Fomento da Habitação, Serviço de Apoio Ambulatório Local, Inf. 38 SAAL 76, Proc.º. Nº.1/SAAL, 14-4-1976.

⁵⁷ “Protocolo para Definição de Competência e Formas de Actuação das Entidades Intervenientes nas Operações de Reconversão Urbana Executadas pelo Fundo de Fomento da Habitação ao Abrigo do Despacho Conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente de 31 de Julho de 1974 (Publicado na 1.ª Série do Diário do Governo nº. 182 de 6-8-1974)”, *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 304-306.

⁵⁸ Um Grupo de Trabalhadores do SAAL, “– Pela Integração na Função Pública de Todos os Trabalhadores do SAAL (EAL)! – Pelo Direito ao Trabalho! – Pelos Direitos dos Trabalhadores! – Pela Democracia no Trabalho! Plenário Regional dos Trabalhadores EAL (SAAL) no dia 8 de Abril de 1976 na Sala de Alunos da Escola de

Um de entre os vários dados da argumentação utilizada dizia o seguinte: “[...] no final do SAAL, se verificará inevitavelmente uma situação de dispersão dos trabalhadores [...]”⁵⁹. O processo era já dado, portanto, como uma actividade de prazo limitado, de termo certo, na ideia de grande parte dos intervenientes já tinha desaparecido aquela possibilidade de o SAAL se vir a assumir como o grande motor institucional, quer da promoção habitacional democraticamente participada, quer do próprio ordenamento sistemático das periferias. Pela parte deste “Grupo de Trabalhadores”, era já dado como fatal o seu desaparecimento e a sua consequente desagregação pelas diversas compartimentações técnicas do aparelho de Estado.

Diferentes eram os problemas no SAAL-Norte. A 9 de Abril, realizava-se o Plenário do Grupo de Coordenação Popular da Fase de Construção. O objectivo era debater critérios, convergências e eventuais sistematizações relativos à construção dos fogos e dos bairros; as diversas experiências deveriam ser trocadas e revertidas em ensinamentos para o futuro das suas convicções – a continuação do ritmo construtivo e a impossibilidade de parar o movimento popular que o sustinha. Da discussão nasceriam quatro propostas distintas, uma dos moradores, que representavam as associações; outra dos “trabalhadores produtivos”, que representavam sindicatos, cooperativas e comissões de trabalhadores; outra ainda dos técnicos das brigadas; e, por fim, uma dos estudantes, que representavam as escolas envolvidas no processo, a ESBAF, a Faculdade de Engenharia e a Faculdade de Economia. Embora separadas, estas propostas não eram, de modo algum, contraditórias. Três delas, as dos moradores, dos “trabalhadores produtivos” e das brigadas, coincidiam mesmo numa condição essencial, que era a utilização de tecnologias, de materiais e de mão-de-obra de origem nacional, por um lado, e desligadas dos *trusts* internacionais, com tendências monopolistas, por outro. A preferência iria para materiais e mão-de-obra oriundos de cooperativas ou de empresas em auto-gestão, admitia-se, no entanto, que, embora não houvesse um inventário rigoroso desse tipo de oferta, seria difícil conseguir que toda a construção, em curso ou prevista, pudesse vir a ser entregue a unidades produtivas com essas características. Era reconhecido que a “actual fase de organização dos Trabalhadores, nomeadamente em Cooperativas de Produção e Empresas em Autogestão, [era] ainda frágil em relação às necessidades”, uma vez que se previa que, num prazo de dois meses, pudessem estar envolvidas, nas obras em curso, verbas que ascendiam aos 200 mil contos. Então, a selecção deveria recair também sobre pequenas e médias empresas “com problemas de iminência de paralização” e, de entre estas, sobre aquelas que tivessem “Comissão de Trabalhadores organizada (não ‘fantoche’) ou [...] grupos de delegados sindicais organizados”⁶⁰.

Mas, para além disso, os técnicos das brigadas propunham que muitas das opções estratégicas da obra fossem tomadas ainda na fase de concepção do projecto, nomeadamente os materiais e a mão-de-obra a utilizar; mas também o ensaio de “novas formas de modelar o espaço [...] em ordem a viabilizar um quotidiano novo”; a rejeição do improvisado, o rigor do projecto de execução e a utilização de escalas, que permitissem a “clara definição da obra a realizar”; e, ainda, a instrução dos cadernos de encargos e dos programas de concursos tendo em vista a necessidade quase imperiosa de se realizarem empreitadas parciais. Igualmente significativa era a proposta que incitava a contestar tecnicamente e a propor alternativas, também durante a elaboração do projecto, a “certos aspectos da legislação em vigor relativamente à habitação, nomeadamente certos aspectos do RGEU e do Regulamento de Saneamento da CMP, pelo que contém de lesa-economia e de, em particular no segundo caso, fragilidade de premissas técnicas”⁶¹.

À medida que o processo avançava, os técnicos que integravam as brigadas do SAAL-Norte iam também construindo um corpo crítico em volta da experiência adquirida, que lhes permitia amadurecer posições que, no princípio, eram muito mais intuitivas. Assim, ao improvisado sugerido pelas ideias da participação democrática, libertadora da rigidez impositiva do projecto, respondiam

Belas Artes no Largo da Biblioteca Pública (ao Chiado) em Lisboa pelas 15,30 h”, 25-4-1976, *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 307-311.

⁵⁹ *Ib.*

⁶⁰ “Propostas de Grupo de Coordenação Popular da Fase de Construção Aprovadas no Plenário de 9 de Abril de 1976”, *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 311-314.

⁶¹ *Ib.*

com o rigor de comunicação entre projecto e obra, com a necessidade de aquele se impor como documento síntese, regulador de todo o processo, desde a participação à obra feita. Assim, às caducas e desadequadas instituições regulamentares da actividade técnica, respondiam não com actuações marginais esporádicas, mas com a crítica aberta e com a convicção de que já eram suficientemente fortes e representativos para as transformar.

Mas as relações entre o SAAL-Norte e o *status* institucional da cidade do Porto, em processo de rápida recuperação direitista, agudizavam-se inapelavelmente. A 12 de Abril, as instalações do serviço eram alvo de uma busca ordenada pelo Comandante da Polícia de Segurança Pública do Porto, Major Mota Freitas. O objectivo dessa drástica forma de investigação policial era “proceder à detecção de possíveis estrangeiros em situação irregular, para averiguação das suas actividades e apreensão de qualquer armamento clandestino ou qualquer outro material suspeito”. Tal procedimento tinha sido levado a cabo “em virtude de uma denúncia feita a esta Polícia”⁶². Indignados pelo sucedido, os responsáveis do serviço prontamente ripostaram, exigindo do Comandante informações sobre: “a) identificação do denunciante;/ b) cópia do teor da denúncia;/ c) base jurídica invocada para essa polícia para a realização da busca em causa e passagem do respectivo mandado;/ d) declaração formal dos resultados obtidos na diligência da busca, dado que não foi elaborado nenhum auto[...]”⁶³. A 23 de Abril, o Comandante da polícia portuense enviaria um ofício à Direcção de Habitação do Norte, DHN, recusando-se a prestar qualquer tipo de informação⁶⁴. Cerca de quatro meses mais tarde, em Agosto, o Major Mota Freitas era detido por suspeito envolvimento com a rede bombista que actuava no norte do país.

No movimento de moradores, entretanto, soavam as primeiras constatações de falta de mobilização e de organização⁶⁵. Os despejos massivos de ocupantes processavam-se a um ritmo tal que se tornava bastante difícil continuar com as acções de mobilização que, poucos meses atrás, os iam impedindo um a um. Anunciava-se, também, que três advogados de Lisboa, Saúl Nunes, Amadeu Lopes Sabino e Luís Filipe Sabino, conhecidos por terem defendido muitas causas de moradores e ocupantes, corriam o risco de sofrer um processo disciplinar movido pela Ordem dos Advogados⁶⁶. No dia 10 de Abril realizava-se mais uma manifestação nacional de moradores que, saindo do Parque Eduardo VII, em Lisboa, se dirigiu a S. Bento, passando pela Ordem dos Advogados, para protestar contra a penalização anunciada para os referidos causídicos. Era, no entanto, notório que, em algumas das suas retaguardas mais afastadas, o movimento começava a soçobrar perante as suas próprias contradições internas e perante a investida institucional da “reposição da ordem”⁶⁷.

No final do mês de Abril, o Ministro da Habitação fazia, na televisão, outro balanço da actividade dos seu Ministério. Cifrava as carências habitacionais “em cerca de 650 000 fogos”, dando justificações várias para o agravamento da situação: “durante o primeiro ano da Revolução, a falta de programas oficiais no domínio da habitação e a incapacidade demonstrada pelo crédito bancário em modificar os esquemas que vinha praticando”, depois, “o regresso de centenas de milhares de refugiados das nossas ex-colónias”⁶⁸. Alertava para que uma tal carência só poderia ser resolvida a longo prazo e não se poupava em críticas às políticas habitacionais dos governos

⁶² “Mandado de Busca” dimanado pela Polícia de Segurança Pública do Porto – Secção Técnica – a 10 de Abril de 1976 e assinado pelo Major de Infantaria e Comandante da Polícia de Segurança Pública do Porto, Artur da Fonseca da Mota Freitas.

⁶³ “SAAL – Busca nas Instalações do SAAL-Norte”, Ministério do do Equipamento Social e do Ambiente. Fundo de Fomento da Habitação. Direcção de Habitação do Norte, Proc.º. Nº. 418/SAAL/76, de 13-4-1976, assinado pela responsável pelo SAAL-Norte Arquitecta Maria Margarida Santos Coelho.

⁶⁴ Fundo de Fomento da Habitação Direcção de Habitação do Norte, ofício nº. 215/SAAL/76, documento dactilografado, datado de 14-9-1976 e assinado por A responsável pelo SAAL-Norte.

⁶⁵ A. Mendes Nunes, “Porto as duas legalidades”: *Gazeta da Semana*, 1-4-1976.

⁶⁶ “Ocupantes sem direito a advogado”: *Gazeta da Semana*, 1-4-1976. Ver, também, a este propósito, Amadeu Lopes Sabino, Saúl Nunes, Luís Filipe Sabino, *As Lutas dos Moradores e a Constituição de 1976*, Coimbra, Centelha, 1977.

⁶⁷ “Bairros camarários do Porto: Quem vai para as novas casas”: *Gazeta da Semana*, 22-4-1976.

⁶⁸ “O ministro da Habitação na TV: ‘O Ministério agradece toda a colaboração e necessita que lhe sejam formuladas críticas oportunas’”, *O Século*, 20-4-1976.

que o antecederam: “até agora, esta situação [o afluxo de populações rurais às cidades], tem sido contrariada por forma errada [...]”. Quanto ao SAAL, o Ministro não podia ser mais lacónico:

– “Este programa arrancou, efectivamente, no segundo semestre de 1975 e com ele se despendeu, até ao fim desse ano, cerca de 74 mil contos. No Plano de Actividades de 1976, está prevista uma verba de de um milhão de contos para fazer face aos gastos de 9500 fogos dos 30000 previstos, assim distribuídos (por distritos): Lisboa, 5052; Coimbra, 118; Évora, 44; Beja, 326; Setúbal, 889; Faro, 589; Porto, 2219; e Aveiro, 188”⁶⁹.

Nos serviços centrais do SAAL, era também tempo de balanço. Num levantamento terminado no final do mês de Abril de 1976, a situação das operações era, genericamente, preocupante. Mesmo as que tinham sido iniciadas mais cedo, estavam bloqueadas por falta de verbas, por falta de autorização camarária para tomar posse administrativa dos terrenos, por atrasos na Declaração de Utilidade Pública dos solos ou por quaisquer outros entraves de ordem administrativa ou financeira.

No Algarve, em 22 operações, estavam projectados 1201 fogos para outros tantos aglomerados familiares. Em lista de espera estavam os pedidos de intervenção de mais 8 associações. A maior operação era a da Associação de Moradores da Quarteira, no Concelho de Loulé, na qual estavam previstos 150 fogos. Ainda não tinha sido processada a Declaração de Utilidade Pública do terreno em virtude de “terem surgido problemas relacionados com compromissos anteriores assumidos pela Câmara com promessas de aprovação de determinados investimentos de interesse turístico”⁷⁰. A de menor dimensão era a da Associação de Moradores Unidade Burgau, no Concelho de Vila do Bispo, com apenas 16 fogos. Em construção já estavam 12 operações. As obras mais adiantadas eram as da Associação de Moradores 1.º de Maio – Duna – Meia Praia e da Associação de Moradores 11 de Março – Praia da Luz, ambas no Concelho de Lagos; e da Associação de Moradores Boa-Hora – Coca Maravilhas, no Concelho de Portimão. Mas mesmo as mais adiantadas registavam, no que respeitava aos acabamentos, níveis de execução muito baixos⁷¹.

Quanto à situação financeira na Regional do Algarve, tinham sido despendidos, com as equipas técnicas 2 227 contos, em honorários, e 1 067 contos, em despesas diversas. Nas operações, propriamente ditas, estavam previstos gastos de 76 085 contos, com empréstimos a fundo perdido, e de 17 941 contos com empréstimos reembolsáveis. Já tinha sido despendida uma verba de 29 322 contos, na construção dos fogos e das infraestruturas. Estava solicitada para o mesmo efeito, a soma de 6 440 contos, e estava previsto gastar-se, até ao final do ano de 1976, 94 027 contos.

No SAAL-Norte contavam-se 25 associações já totalmente legalizadas. De entre as operações mais adiantadas, eram dadas, a título de exemplo, a da Maceda – Acácio, a das Antas, a de Chaves de Oliveira, a de S. Vítor, a do Leal e a da Lapa, todas no Concelho do Porto. Os problemas que tinham estavam divididos em três ordens: construção, terrenos e financiamento. Quanto à construção, quatro destas operações estavam paradas, ou quase paradas, devido ao abandono das entidades construtoras, cooperativas de construção civil que não tinham capacidade de realizar o volume de obra previsto⁷². Os problemas com os terrenos eram, na totalidade dos casos apontados, da responsabilidade da Câmara Municipal do Porto. Nos mais adiantados, como a Maceda – Acácio, tardava a execução de infraestruturas várias e nos outros tardava mesmo a Tomada de Posse Administrativa de parcelas ou da totalidade dos solos envolvidos. As tomadas de posse eram mesmo consideradas como paralizadas desde Janeiro de 1976 e eram apontadas duas razões: a recusa da pessoa nomeada pelo tribunal, quando os proprietários não compareciam, e a renitência

⁶⁹ *Ib.* Cf, também, “Participação das populações na futura política habitacional”, *Diário de Notícias*, 20-4-1976; e “As carências de habitação são tais que só poderão ser resolvidas a longo prazo’ Eduardo Pereira na TV”, *A Capital*, 20-4-1976.

⁷⁰ Fundo de Fomento da Habitação, Ponto da Situação das Operações SAAL no Algarve em 30-4-1976 (pasta SAAL Normas de Serviço/Recomendações às equipas. Pontos de Situação/Relatórios de Actividades. Situação das Operações em 30-4-76).

⁷¹ *Ib.*

⁷² *Ib.*

dos funcionários da autarquia em convocarem os proprietários. Pelo que dizia respeito aos financiamentos, a responsabilidade era imputada ao FFH que, nas várias fases do processo, atrasava o envio dos cheques⁷³.

No SAAL-Norte decorriam, por esta altura, 49 operações: 4 em Matosinhos; 1 em Ovar; 1 em Gondomar, que englobava Bela Vista — S. Pedro da Cova, Vale Souto e Aldeia, Cabine e Passal; 1 em Espinho; 1 em Vila Nova de Gaia; e as restantes no Porto. Pedidos de intervenção, havia cerca de sete dezenas. Só no Concelho do Porto eram 23, 11 em Matosinhos, 1 em Espinho, 4 em Gaia, 5 em Gondomar e 24 em zonas fora da área de intervenção adstrita ao SAAL-Norte, abrangendo todo o norte do país, desde Bragança ao Furdouro, passando por Caminha, Santo Tirso ou Arouca. As operações que já estavam em obra eram as de Maceda — Acácio, Antas, Chaves de Oliveira, S. Vítor, Leal e Lapa, no Concelho do Porto; a de Cruz de Pau, no Concelho de Matosinhos; a de Cortegaça e a de Poço de Baixo, no Concelho de Ovar. As restantes estavam em fase de projecto, ou ainda apenas em fase de arranque.

Quanto aos aspectos financeiros, no SAAL-Norte, e no Concelho do Porto tinham sido despendidos em autos de medição 19 036 contos; estavam autorizados, por Portaria, subsídios no valor de 35 contos e estava calculado um total de subsídios a atribuir no montante de 273 610 contos. No Concelho de Matosinhos tinham sido despendidos em autos de medição 3 600 contos; estavam autorizados, por Portaria, subsídios no valor de 7 500 contos e estava calculado um total de subsídios a atribuir no montante de 5 850 contos. No Concelho de Gondomar, estavam já autorizados subsídios no valor de 10 800 contos e estava calculado um total de subsídios a atribuir no mesmo montante. No Concelho de Ovar tinham sido despendidos em autos de medição 540 contos; estavam autorizados, por Portaria, subsídios no valor de 2 000 contos e estava calculado um total de subsídios a atribuir no montante de 5 220 contos.

Em jeito de síntese, o documento referente ao levantamento do SAAL-Norte responsabilizava as diferentes entidades envolvidas no processo por:

“— Paralisação de muitas iniciativas de populações organizadas por falta de apoio técnico/ Paralisação de muitas operações SAAL, porque desde Setembro de 1975, não foi dado andamento a processos de DUP e de declaração de zona degradada, o que impossibilitou obter terrenos para pôr a concurso obras que já se encontram com projecto concluído/ Paralisação possível a muito curto prazo das operações em obra, por incompleta definição de financiamento e criação dos canais competentes para o mesmo/ Indefinição das relações com as autarquias locais/ Inexistência de relações articuladas com outros organismos complementares”⁷⁴.

Neste mesmo balanço de finais de Abril de 1976, os serviços do SAAL - Centro/Sul inventariavam também sete dezenas de operações: 20 em Lisboa, 3 em Cascais, 4 em Vila Franca de Xira, 11 em Loures, 10 em Oeiras, 2 em Sintra, 2 em Alcácer do Sal, 6 em Setúbal, 2 no Seixal, 2 em Beja, 1 em Ferreira do Alentejo, 1 em Évora, 2 em Almeirim e 4 em Coimbra. Destas operações, estavam em obra 16: 5 em Lisboa; 3 em Setúbal; 2 em Beja; 2 em Alcácer do Sal; cada um dos concelhos de Coimbra, Oeiras, Loures e Vila Franca de Xira tinha em obra uma operação.

No que respeita aos aspectos financeiros, em Lisboa estavam já autorizados, por Portaria, subsídios no montante de 31 200 contos, para um total a atribuir no valor de 104 580 contos. Em Vila Franca de Xira estavam já autorizados, por Portaria, subsídios no montante de 5 400 contos, para um total a atribuir no valor de 19 230 contos. Em Oeiras estavam já autorizados, por Portaria, subsídios no montante de 14 840 contos, para um total a atribuir no valor de 71 840 contos. Em Sintra estavam já autorizados, por Portaria, subsídios no montante de 6 000 contos, para um total a atribuir no valor de 31 560 contos. Em Loures estavam já autorizados, por Portaria, subsídios no montante de 19 800 contos, para um total a atribuir no valor de 67 860 contos. Em Beja estavam já autorizados, por Portaria, subsídios no montante de 10 050 contos, para um total a atribuir no valor exactamente igual, o que significa que já se tinham fechado as hipóteses de financiamento, no entanto ainda só tinham sido atribuídos, com efeito, em autos de medição, 5 016 contos. Em Setúbal estavam já autorizados, por Portaria, subsídios no montante de 10 350 contos, para um

⁷³ *ib.*

⁷⁴ *ib.*

total a atribuir no valor de 50 310 contos. Em Alcácer do Sal estavam já autorizados, por Portaria, subsídios no montante de 4 000 contos, para um total a atribuir no valor de 8 520 contos. Em Coimbra estavam já autorizados, por Portaria, subsídios no montante de 2 040 contos, para um total a atribuir no valor de 8 340 contos. Em Cascais, ainda não tinha havido dispêndio de verbas, apenas se pressupunha o montante de subsídios a atribuir: 15 000 contos. O mesmo se passava no Seixal, onde a verba era de 16 350 contos.

Em síntese, no dia 30 de Abril de 1976, estavam em curso em todo o país cerca de 141 operações SAAL. Destas, 37 estavam já em fases diversas de construção, as restantes, ou estavam em projecto ou estavam ainda em fase de arranque e de escolha de brigada. Os pedidos de subsídio imediato, quer os que já tinham autorização da SEHU, quer os que ainda não tinham autorização, quer os que só aguardavam publicação oficial, ascendiam a 285 306 contos.

Foi precisamente no final do mês de Abril, nesta altura de contagens e balanços, que entrou também em vigor a Constituição da República Portuguesa. O Artigo 65º, garantia o direito à habitação, de acordo com os seguintes postulados:

- “1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.
2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:
 - a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de reordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;
 - b) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e fomentar a autoconstrução e a criação de cooperativas de habitação;
 - c) Estimular a construção privada, com subordinação aos interesses gerais.
3. O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.
4. O Estado e as autarquias locais exercerão efectivo controlo do parque imobiliário, procederão à necessária nacionalização ou municipalização dos solos urbanos e definirão o respectivo direito de utilização.”⁷⁵

Maio de 1976

Durante o mês de Maio de 1976, começou formalmente o seu trabalho a brigada de Aljezur, no Algarve. As obras da Mexilhoeira da Carregação, do Bairro Vermelho de Enxerim, em Silves, e da Cruz de Pau, em Matosinhos, também foram iniciadas.

No SAAL-Norte, a fase de construção continuava a dominar as atenções. Sucediavam-se as propostas tendentes a facilitar a boa sequência dos diversos processos construtivos, em curso e em previsão. Propunha-se a supressão do Imposto de Transacção, IT, nos materiais a utilizar nas obras como forma de viabilizar o concurso de cooperativas e de empresas pequenas às empreitadas do SAAL⁷⁶. Propunha-se também a formação de uma “federação de cooperativas”⁷⁷ de construção civil que pudesse dar resposta cabal ao problema, uma vez que a dimensão e a capacidade técnica das pequenas cooperativas já formadas não se vinha a mostrar compatível com o volume de obra.

Com efeito, era já passado o tempo da afirmação unicamente marcada pela luta, pelas manifestações, pelo protesto. Os jornais noticiavam agora, cada vez mais, reivindicações de ordem concreta, que permitissem levar a execução das casas a bom termo.

A Associação de Moradores de Chaves de Oliveira recebeu, a 8 de Maio, a visita do Governador Civil. Bom sinal para os seus associados embora se ouvissem queixas de que “não deixou nenhum cheque e só pediu orçamentos”⁷⁸. Também a Associação de Miragaia apresentou ao Governador

⁷⁵ “Constituição da República Portuguesa”: *Diário da Assembleia Constituinte*, nº. 132, 3-4-1976, data da sessão 2-4-1976, p. 4392.

⁷⁶ Grupo de Coordenação Popular da Fase de Construção do SAAL-Norte, *Memória sobre a tentativa de eliminação do IT das obras do SAAL*, documento dactilografado, s.d. (pasta SAAL Norte Circulares/Expediente Geral).

⁷⁷ *Acta da Reunião do Grupo de Trabalho de Construção 11-5-1976 21 h*, documento policopiado, assinado por O Grupo de Trabalho, a 12 de Maio de 1976 (pasta SAAL Norte Circulares/Expediente Geral).

⁷⁸ J.G., “Chaves de Oliveira (Porto) a papelada, o cheque e as pernas cortadas”: *Gazeta da Semana*, 13-5-1976.

Civil um caderno reivindicativo de acções de emergência que visavam a salubridade do bairro e a consolidação de edifícios que ameaçavam ruir⁷⁹. Em Miragaia, de resto, tornava-se extremamente difícil o compromisso entre a resolução dos problemas de salubridade mais prementes e a intervenção em edifícios e conjuntos com um valor histórico muito significativo⁸⁰. A Associação de Moradores de Contumil empenhava-se na construção de um pavilhão polivalente, em paralelo com a obra das habitações⁸¹. Contudo, todos, invariavelmente, se queixavam da descrença e da desmotivação que dissipava a forte mobilização dos meses anteriores.

Apesar disso, o plenário do CRMP, relizado mais uma vez na ESBAP, a 15 de Maio, contaria com a presença de representantes de 41 associações. A oportunidade foi aproveitada para divulgar as obras mais avançadas a todos os presentes, foram também divulgadas na altura novas declarações de utilidade pública para terrenos no Souto e na Bela Vista, em S. Pedro da Cova, e também na Sé, em Massarelos, na Arrábida, no Vilar e em Chaves de Oliveira⁸².

A “estabilidade de emprego” e os sistemas de contratação começavam também a preocupar alguns dos técnicos que integravam as equipas do SAAL-Norte. Numa reunião geral de brigadas, realizada a 13 de Maio, foi discutida a possibilidade de novos sistemas de contratação. Um grupo de trabalho saído dessa reunião viria a propor um regime em que os trabalhadores do SAAL escolheriam livremente a sua integração no FFH, e, conseqüentemente, na função pública, ou um novo tipo de contratos com as brigadas, cuja principal diferença seria o estabelecimento de um valor global por operação em substituição do valor de trabalho por hora ainda praticado⁸³. As brigadas de Massarelos e da Cruz de Pau apresentariam, por sua vez, em 17 de Maio, um parecer sobre o mesmo assunto no qual, embora distinguindo os trabalhadores em regime de exclusividade dos que acumulavam outras funções, achavam que era “conveniente apontar, para aqueles que nisso estejam interessados, uma integração nos quadros do funcionalismo público com deveres e direitos correspondentes”. Achavam igualmente que se tornava “absolutamente indispensável assegurar desde já [...] direito a assistência na doença (e subsídio correspondente), direito a férias pagas, etc.”⁸⁴.

Num relatório apresentado no final do mês, por ocasião do II Encontro dos Moradores Organizados em Comissões e Associações com os Trabalhadores da Construção Civil Organizados em Formas Próprias, o Grupo de Trabalho da Construção do SAAL-Norte dava conta dos seus esforços no sentido de aproximar os moradores do SAAL aos operários da construção civil, através de formas alternativas de organização das empreitadas. Desses esforços constavam um inventário das potencialidades das cooperativas da construção civil, bem como de algumas pequenas empresas, e uma tentativa de sistematização das obras que estavam previstas⁸⁵.

Em Lisboa, os serviços prosseguiam as suas tentativas de coordenação. As “reuniões de trabalho conjunto” serviam agora para divulgar projectos de algumas brigadas, devidamente comentados pelos seus autores. A série de apresentações começou, logo no início de Maio, com o projecto das FONSECAS – CALÇADA e com o da CURRALEIRA -EMBRÉCHADOS⁸⁶. Anunciavam-se, também, novos pedidos de intervenção para: Palma de Baixo, cerca de 350 famílias; Calhariz de Benfica, núcleos

⁷⁹ Cf. Nuno Teixeira Neves, “Dinamização Sócio-cultural Processo SAAL em Miragaia: acelerar para responder à descrença de um povo demasiadas vezes iludido”: *Jornal de Notícias*, 10-5-1976.

⁸⁰ Cf., a este propósito, “Em Miragaia: Moradores Declaram Guerra aos ‘Subalugas’”: *O Diário*, 28-5-1976.

⁸¹ “Pavilhão Nasce a Pulso Contumil: Muito Poucos a Trabalhar para Muitos”: *Jornal de Notícias*, 10-5-1976.

⁸² “Plenário de moradores na ESBAP Centro Revolucionário Mineiro Considerado de Utilidade Pública”: *Jornal de Notícias*, 16-5-1976.

⁸³ *Proposta*, documento policopiado datado de 13 de Maio de 1976 e assinado O grupo de trabalho (pasta SAAL Norte Circulares/Expediente Geral).

⁸⁴ As Brigadas Técnicas de Massarelos e Cruz de Pau, “Parecer das Brigadas Técnicas da Cruz de Pau e de Massarelos sobre a Proposta de Contrato das B.T.”, 14-5-1976: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 327-328.

⁸⁵ “Relatório das Actividades do Grupo de Trabalho da Construção entre 9-4-1976 e 28-5-1976”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 329-331.

⁸⁶ Ministério do Equipamento Social e do Ambiente secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo Fundo de Fomento da Habitação Reuniões de Trabalho Conjunto TC/14 Apresentação de Projectos, documento dactilografado, datado de 3 de Maio de 1976 e assinado por A Comissão Regional de Lisboa do SAAL (pasta Hélder Tiago Julho 1975/(I Encontro SAAL-Norte)/Julho 1976).

dispersos de barracas; Bairro do Calhau, cerca de 100 famílias; Bairro das Furnas, cerca de 250 famílias; Casal do Pinto; Bom Sucesso e Pedrouços, cerca de 240 moradores já organizados; Calvanas, cerca de 100 famílias; Bairro do Relógio e Bairro Chinês, estes últimos na área de Chelas⁸⁷.

Sucediam-se as circulares, recomendações várias sobre organização de processos, complementos disciplinares, informação às obras, sistematizações e cadernos de encargos. Como meio de organizar as “reuniões de trabalho conjunto” eram propostos três grupos de temas, a partir dos quais, e dependendo da participação, se poderia constituir o “embrião de uma acção formativa: [...] 1º. Grupo – aspectos burocráticos: legislação; procedimento burocrático das intervenções. 2º. Grupo – aspectos técnicos e económicos: plano/projectos: metodologia, técnicas e materiais de construção; construções: planeamento de obras, cadernos de encargos, concurso/adjudicação, fiscalização e acompanhamento técnico. 3º. Grupo – aspectos políticos: metodologia de trabalho com os moradores nas diversas fases, organização; plano/projecto; construção; distribuição e uso das habitações; critérios de programação das intervenções; equipamentos complementares; integração urbana”⁸⁸

As “reuniões de trabalho conjunto” prolongar-se-iam, assim, durante todo o mês. Nelas se decidiriam mais apresentações de projectos e a preparação de diversos estudos sobre os temas já referidos. Esses trabalhos teriam a participação de técnicos das brigadas, dos serviços, do FFH e de outros organismos. Nomes como Abel Reina, Fernando Bagulho, José Miguel da Fonseca, Cruz Henriques, João Gomes Horta, Teresa Sá e Luz Valente Pereira seriam indigitados para o efeito⁸⁹.

Os esporádicos anúncios de auxílio externo ao sector da habitação conheceriam, durante este mês de Maio, novo episódio. A Noruega anunciava a oferta de 300 fogos prefabricados para alojar os retornados das ex-colónias⁹⁰.

Pela parte do governo, o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Engenheiro Guimarães Seródio, exararia, a 17 de Maio, um despacho que regulava o financiamento das operações. O despacho corroborava o que já estava estipulado na prática, as operações do SAAL beneficiariam de um subsídio a fundo perdido no valor de 60 contos por fogo, o excedente seria pagável em 25 anos, com uma taxa de juro de 3%. Quando devidamente justificado, o subsídio por fogo poderia ser aumentado até ao limite de 90 contos por fogo e as taxas de juro poderiam ser inferiores. As cooperativas de habitação não integradas no SAAL, essas continuariam a beneficiar das condições de empréstimo definidas pela Resolução de Conselho de Ministros de 24 de Fevereiro, ou seja, o regime de crédito estipulado para aquisição de habitação própria⁹¹.

O mês acabaria, contudo, com uma notícia bombástica, a da demissão da Comissão Directiva Militar do FFH e, conseqüentemente, do Director Nacional do SAAL, o Major José Manuel da Costa Baptista Alves, que estava naquela função desde Novembro do ano transacto. Os restantes membros da comissão eram o Tenente Coronel António José Águas Rodrigues Varela, o Tenente Coronel José Augusto Gonçalves Ramos e o Major José Dias Campos. As razões directas do pedido de exoneração prendiam-se com a não aprovação, por parte do Ministério da Habitação, do Plano de Actividades do FFH para 1976. Numa reunião alargada, realizada a 22 de Maio, o Ministro da Habitação viria a imputar responsabilidades à Comissão Directiva Militar do FFH “por aquilo que considerou impossibilidade de cumprimento do Plano de Actividades”⁹². No entanto, na extensa

⁸⁷ *Ib.*

⁸⁸ Ministério do Equipamento Social e do Ambiente secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo Fundo de Fomento da Habitação Reuniões de Trabalho Conjunto TC/16 Preparação e organização de Reuniões de Informação/Formação, documento dactilografado, datado de 18-5-1976 e assinado por A Comissão Regional de Lisboa do SAAL (pasta Hélder Tiago Julho 1975/(I Encontro SAAL-Norte)/Julho 1976).

⁸⁹ Ministério do Equipamento Social e do Ambiente. Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo. Fundo de Fomento da Habitação TC/17 Reunião de Trabalho Conjunto do dia 26-5-1976 Notícia da Reunião Circular n.º.11 27-5-1976, documento dactilografado assinado por A Comissão Regional de Lisboa do SAAL (pasta Hélder Tiago Julho 1975/(I Encontro SAAL-Norte)/Julho 1976).

⁹⁰ Cf. João Morais, Luís Violante, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p.284.

⁹¹ “Despacho”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 328-329.

⁹² Fundo de Fomento da Habitação Gabinete do Presidente, A Sua Excelência o Ministro da Habitação Urbanismo e Construção, documento dactilografado datado de 24 de Maio de 1976 e assinado por todos os

carta de demissão, a comissão queixava-se de não haver orientação ministerial que a esclarecesse acerca de diversos assuntos relacionados com o Fundo. Contudo, e apesar dessa falta, a comissão referia que tinham sido feitas “as modificações possíveis, de entre as quais se podem destacar pelos resultados obtidos a estruturação do Serviço de Apoio Ambulatório Local[...]”⁹³. Igualmente argumentava que “por muitas vezes faltaram ou foram conhecidas com grande demora as decisões e orientações solicitadas superiormente e que se consideravam imprescindíveis para a resolução de problemas, por vezes prementes”. E especificavam: – “Condições de crédito para Cooperativas de Habitação Económica e Cooperativas e Associações SAAL. Orientação para se elaborar um estudo sobre rendas. Orientação para a negociação de um empréstimo com os E. U. A. Orientação para a cooperação técnica com os E. U. A. Orientação para a cooperação com a OCDE. Orientação sobre a candidatura de Portugal ao Comité de Habitação, Construção e Planeamento da ONU [...]”⁹⁴.

O Ministro Eduardo Pereira, por sua vez, argumentaria mais tarde que a Comissão Directiva do FFH tinha entregue, a 14 de Maio, “um conjunto de elementos relativos a programas a cargo daquele organismo, acompanhados de um pequeno relatório manuscrito”. Constatou então o ministro que “os elementos apresentados não cobriam a totalidade dos programas do FFH, revelando estes certas deficiências na sua preparação, lançamento e preparação. [...] Nomeadamente, no que respeitava ao programa de maior efeito no sector empresarial da construção civil, o dos contratos de desenvolvimento para a habitação, apurou-se que, até 30-4-1976, se encontravam em situação de obra empreendimentos que correspondiam apenas a 8797 fogos, quando a meta a atingir era de 30 000 fogos a lançar no biénio 75-76, para os quais a banca especializada abria um crédito de 12 milhões de contos”. Também no que dizia respeito “aos programas de índole social, designadamente as cooperativas de habitação económica e SAAL, o panorama era igualmente preocupante, depreendendo-se que das noventa e três cooperativas apenas 26 tinham estatutos aprovados e, destas, duas tinham projectos de edifícios aprovados, encontrando-se uma na situação de obra. Para o SAAL existiam 38 empreendimentos em fase de obra, dos quais 19 bloqueados por causas diversas e 85 na fase de projecto com 45 igualmente bloqueados”. O Ministro da Habitação constatava então que havia “falta de dinamismo por parte do FFH para desbloquear os problemas surgidos”⁹⁵

Os motivos formais denunciavam, porém, uma rota de colisão já impossível de corrigir, a qual, ao seu modo, reproduzia a forma genérica como o novo poder civil, saído de 25 de Novembro, se ia expeditamente libertando das incómodas chefias militares que subsistiam no aparelho de Estado. Por outro lado, os tais “programas de índole social”, nos quais o SAAL se inseria, deixavam de fazer parte das prioridades do Governo e tornavam-se pesadas e incómodas heranças de uma visão intervencionista do Estado, num sector que se pretendia altamente liberalizado.

Numa assembleia de trabalhadores do FFH, a 28 de Maio, eram apresentadas as seguintes razões para a demissão da Comissão Directiva Militar do FFH:

- “1 – criação do Ministério da Habitação e divisão do FFH sem consulta ou conhecimento prévio do FFH;
- 2 – ausência de decisões e orientações solicitadas pelo FFH para resolução de questões pendentes;
- 3 – não aprovação do plano de actividades para 1976 e desbloqueamento dos duodécimos de Janeiro e Fevereiro para permitir os pagamentos em curso; [...]”⁹⁶

elementos da Comissão Directiva Militar do FFH, a saber: António José Águas Rodrigues Varela, Tenente Coronel de Engenharia; José Augusto Gonçalves Ramos, Tenente Coronel de Engenharia; José Dias Campos, Major de Administração; e José Manuel da Costa Baptista Alves, Major Engenheiro Electrotécnico da Força Aérea. O teor do documento é um pedido colectivo de exoneração, com as respectivas fundamentações (pasta SAAL Projectos Funcionamento dos Serviços/ Coops. De Construção/ Financiamentos externos/ Extinção do serviço/ [...]).

⁹³ *ib.*

⁹⁴ *ib.*

⁹⁵ “Ministério da Habitação Desmente Afirmações Insertas em ‘O Diário’”: *A Capital*, 1-7-1976. Veja-se, também, “Nota Oficiosa Ministério da Habitação responde ao ‘Diário’”: *Diário de Lisboa*, 30-6-1976.

⁹⁶ Fundo de Fomento da Habitação 2-6-1976 síntese da Informação Colhida ao Longo do Processo de Demissão da Comissão Directiva no SAAL e SCDC, documento dactilografado e assinado OQ/CM (pasta SAAL Projectos Funcionamento dos Serviços/ Coops. De Construção/ Financiamentos externos/ Extinção do serviço/ [...]).

De resto, não era só em relação ao FFH e ao SAAL que o Ministro da Habitação pretendia alterar a cadeia decisória. Em despacho seu, datado de 31 de Maio, Nuno Portas era substituído por Tomás Taveira na presidência da Subcomissão do Planeamento Urbano, entidade sob sua tutela que havia sido constituída em Janeiro no âmbito do antigo Ministério do Equipamento Social e Ambiente⁹⁷.

A 31 de Maio, teria também lugar uma reunião de emergência do Conselho Nacional do SAAL. Convocada pela Comissão Regional de Lisboa, o objectivo desta reunião era debater a situação gerada pela demissão do Major Baptista Alves. Constatou-se “o carácter de saneamento ‘mascarado’ de que se revestem as condições que levaram ao pedido de exoneração” e a “transferência do apoio dado à habitação promovida pelo Estado para apoios preferenciais à iniciativa privada”⁹⁸. Foi aprovada uma proposta, que revelava grandes perplexidades em relação ao momento, através da qual se pretendia garantir o direito do Conselho Nacional do SAAL ser ouvido em qualquer reestruturação futura do serviço, o reconhecimento da experiência metodológica com os moradores pobres, a manutenção dos postos de trabalho e a urgente satisfação das reivindicações antes apresentadas, nas mais diversas circunstâncias.

Junho de 1976

Durante o mês de Junho, iniciariam formalmente a actividade as brigadas de Vale de Figueira, em Santarém, e Canal Caveira, Concelho de Grândola. No dia 14 de Junho teria início a operação de Vale Pereiro, também em Grândola. As operações de Mexilhoeira da Carregação, Burgau e Progresso de Silves teriam autorização para tomada de posse administrativa dos terrenos. A 6 de Junho eram inauguradas as primeiras seis casas no Bairro da Relvinha, em Coimbra⁹⁹.

Mas o mês de Junho de 1976 começaria com um acontecimento de relevo, a Conferência das Nações Unidas Sobre Estabelecimentos Humanos –Habitat–, que decorreu em Vancouver, de 31 de Maio a 11 de Junho.

Nos documentos oficiais da participação portuguesa, caracterizados por uma forte componente analítica e geográfica, reconhecia-se o país como subdesenvolvido¹⁰⁰ e divulgavam-se as mais recentes acções no âmbito das políticas de ambiente e de habitação. Relativamente a estas últimas era, obviamente, reservado um papel de relevo para o SAAL. No entanto, referiam-se também os outros programas em vigência, designadamente a promoção directa, os contratos de desenvolvimento, as cooperativas e a iniciativa privada. Igualmente significativo era o relato dos mais recentes esforços no âmbito da cooperação técnica e científica internacionais, que incluía o estabelecimento de acordos com a Suécia, Estados Unidos da América, República Federal da Alemanha e Hungria¹⁰¹. Reconhecia-se que os meios de mobilização mais adequados para as questões da habitação e do ambiente eram as “autarquias locais livremente eleitas”, acrescentando, contudo, que estas deveriam ser apoiadas, nos centros urbanos, “por comissões de moradores dispostas de efectiva representatividade”¹⁰².

Ainda enquanto Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas tinha afirmado que a contribuição portuguesa para este Habitat 76 outra coisa não poderia ser senão o “testemunho do lançamento de uma nova política urbana”¹⁰³ e que a experiência portuguesa de apenas alguns meses tinha como resultado mais significativo “a pressão sobre o aparelho burocrático da administração”¹⁰⁴.

⁹⁷ “Ministro da Habitação saneia MOP e LNEC”: *O Diário*, 2-7-1976.

⁹⁸ Conselho Nacional do SAAL Reunião de 31-5-1976 Acta, documento dactilografado, datado de 31 de Maio de 1976 e assinado por A Comissão Regional de Lisboa (pasta SAAL Projectos Funcionamento dos Serviços/ Coops. De Construção/ Financiamentos externos/ Extinção do serviço/ [...]).

⁹⁹ “Relvinha (Coimbra) Um exemplo de unidade e auto-organização”: *Gazeta da Semana*, 9-6-1976.

¹⁰⁰ *Habitat 76 Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos Relatório Nacional Dezembro 75*, Relatório preparado pela Comissão Nacional do Ambiente e pelo Fundo de Fomento da Habitação, sob a orientação do coordenador nacional para o Habitat 76, Eng^o. José Correia da Cunha, documento policopiado, p. 7.

¹⁰¹ *Ib.*, p. 23.

¹⁰² *Ib.*, p. 25.

¹⁰³ Nuno Portas, *Uma Nova Política Urbana*, Comunicação à 1^a. Reunião preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre os estabelecimentos humanos (Habitat), documento policopiado.

¹⁰⁴ *Ib.*

Entre os objectivos principais da conferência destacavam-se a sensibilização dos países para a qualidade das implantações humanas, a troca de experiências e o reforço da cooperação entre a comunidade internacional para as matérias da habitação e do ambiente.

Três dos membros da delegação portuguesa estavam ligados ao FFH, Maria Graça Saraiva, Alexandre Alves Costa e Ana Salta, os dois últimos pertenciam mesmo ao SAAL. No fórum não governamental, que decorreu paralelamente à conferência oficial, Alexandre Alves Costa interveio com uma comunicação que divulgava o SAAL e a experiência portuguesa da auto-organização dos moradores. O périplo da publicitação internacional do SAAL acentuava-se no preciso momento em que o aparelho político-administrativo português o punha seriamente em causa.

Em processo de amadurecimento gradual, sobretudo a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em Estocolmo em 1972, a contaminação entre as questões de ambiente e os problemas de alojamento teve, em Vancouver, mais uma etapa decisiva para o seu inevitável reconhecimento. Não obstante esse escopo mais genérico, uma das recomendações mais insistentes do Plano de Acção da Conferência dizia respeito à necessidade de incentivar e reforçar a participação popular nos processos de programação, de planificação, de execução e de gestão dos estabelecimentos humanos¹⁰⁵. O fórum não governamental, por sua vez, reforçava a pressão sobre as administrações dos diversos países no sentido de dedicarem mais e melhores investimentos ao meio ambiente e ao habitat humano. Numa das recomendações chegava mesmo a propor-se a criação de um fundo, conseguido através de uma redução de 10% nos orçamentos destinados a fins militares, que seria destinado a beneficiar os estabelecimentos humanos e a qualidade de vida dos habitantes mais pobres.

Em Portugal, face ao momento político e à realidade nacional não era possível, contudo, tanta clarividência.

Quer nos serviços centrais, quer nos regionais, a insegurança no prosseguimento do processo continuava a ombrear com as preocupações de coordenação e de garantias qualitativas genéricas do processo construtivo.

Em relatório apresentado a propósito da avaliação dos prédios a expropriar, os responsáveis do SAAL-Norte reafirmavam a gravidade de uma situação cuja resolução se inscrevia exclusivamente na esfera da vontade política, considerando, uma vez mais, a institucionalização jurídica do processo como única forma de travar uma paralização total que se adivinhava¹⁰⁶. Ainda a propósito das questões inerentes à expropriação dos terrenos, o SAAL-Norte envolvia-se numa tentativa de clarificação de conceitos. Estava-se perante a eminência de um duplo impasse. Por um lado, era posta em causa a intervenção urbana que complementava os projectos, cuja execução estava a cargo das Câmaras Municipais, deixando assim para o SAAL a absurda possibilidade de intervir só nas habitações. Por outro lado, os serviços municipais argumentavam que não era linear, nem automática, a passagem de DUP – a Declaração de Utilidade Pública já conquistada para muitas operações – a DZD – Declaração de Zona Degradada, na altura em processamento. Os serviços do SAAL-Norte vinham então, mais uma vez, clamar pela necessidade de um corpo legislativo específico, que consagrasse e regulamentasse a evidente necessidade de recuperar em paralelo os espaços envolventes dos fogos agora em construção e que considerasse, para todos os efeitos, as áreas abrangidas pelos planos de declaração de utilidade pública como zonas degradadas¹⁰⁷.

Paradoxalmente, a visibilidade, como hoje se diz, do SAAL-Norte começava a galgar fronteiras. Numa circular, os responsáveis das operações das Antas, Gondomar, Lapa, Leal, Maceda, Massarelos, Miragaia, Prelada e S. Vítor declaravam ter sido convidados a expor os seus trabalhos em “diversas Faculdades de Arquitectura italianas” e convidavam as restantes brigadas a apresentar os seus trabalhos até ao dia 15 de Setembro¹⁰⁸.

¹⁰⁵ “O Plano de Acção de Vancouver Recomendações para uma Acção Nacional”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 333-337.

¹⁰⁶ “Avaliação das Parcelas Expropriadas em Zonas de Intervenção SAAL”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 339-344.

¹⁰⁷ “Conceito da Zona Degradada”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 345-346; e, também, “Conceito de Zona Degradada nas Áreas de Intervenção do SAAL/Norte”: *Id.*, p. 354.

¹⁰⁸ Pedro Ramalho Arquitecto, À Comissão Coordenadora do SAAL-Norte Porto, documento dactilografado, datado de 11-6-1976, com assinatura ilegível (pasta SAAL Norte Circulares/Expediente Geral).

Em Lisboa, era grande a instabilidade gerada pela demissão da Comissão Directiva do FFH e pelo Director Nacional do SAAL. Na manhã de 3 de Junho, numa reunião alargada com representantes de todos os sectores do FFH, incluindo o SAAL, decidiu-se exigir ao Ministro um conjunto de garantias que incluíam o desbloqueamento do Plano de Actividades, a gestão do Fundo com o pessoal existente e a manutenção do sistema orgânico vigente¹⁰⁹. À tarde, uma assembleia com cerca de 400 trabalhadores contava com a presença do próprio Ministro para além do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo e da Comissão Directiva demissionária. Embora sem adiantar muito em relação ao elenco da futura Comissão Directiva, o Ministro, instado a falar sobre o SAAL, afirmou que sempre apoiou o programa, o qual dispunha de todos os meios legais necessários ao seu funcionamento, e que nunca houve bloqueios governamentais. Já em relação ao FFH e às perplexidades dos trabalhadores, tementes pela garantia dos seus postos de trabalho, afirmaria que, independentemente da garantia de emprego, a melhor maneira de resolver os problemas decorrentes da acumulação do património habitacional do Estado eram, em sua opinião, os Institutos Imobiliários¹¹⁰.

Nos dias que se seguiram gerou-se uma sequência de reuniões e de encontros, com os trabalhadores do FFH a quererem impor uma lista de nomes ao Ministro e este a escusar-se a qualquer compromisso. A proposta dos trabalhadores para o pelouro do SAAL era novamente a Dra. Maria Proença.

Finalmente, por despacho de 7 de Junho, o Ministro nomeava a nova Comissão Directiva do FFH, nenhum dos nomes escolhidos coincidia com a lista dos trabalhadores. No entanto, o executivo do Conselho Nacional do SAAL, reunido no dia 12, considerava que o SAAL estava “impossibilitado de dar seguimento aos assuntos pendentes e de expediente por falta de quem possa assumir as funções de Direcção” e admitia que a nova Comissão poderia ainda não ter resolvido esse problema. Propunha-se, então, esse executivo assegurar as funções de gestão e de expediente do SAAL até que a Comissão Directiva decidisse nomear responsáveis¹¹¹. A 17, por fim, ficaram decididos os pelouros sectoriais: o Engenheiro Acúcio Tendinha de Sampaio Nunes, da nova Comissão, despacharia os assuntos relativos ao SAAL com José da Paz Branco, funcionário do FFH e membro do Conselho Nacional.

No contexto do problema habitacional em Portugal, o SAAL transformava-se gradualmente num programa sectorial e essa condição prenunciava também uma cada vez mais ambígua e dual imagem perante a opinião pública.

A 4 de Junho, em conferência de imprensa, era anunciado, como uma das conclusões da primeira reunião da Comissão Mista Luso-Alemã para as Questões Económicas, que a Alemanha Federal iria pôr à disposição do governo português os meios necessários para apoiar a construção de cerca de 700 mil fogos. O representante germânico adiantaria ainda que as oportunidades de apoio do seu país a Portugal se tinham intensificado após o 25 de Novembro¹¹².

O Partido Comunista de Portugal marxista-leninista, pequeno agrupamento político testa de ferro no ataque ao Partido Comunista e à chamada esquerda revolucionária, publicava, entretanto, um ferocíssimo comunicado contra o SAAL no qual, entre diversas acusações de incompetência e peculato, denunciava “estrangeiros” com funções inconfessáveis e chegava mesmo a pedir o julgamento de reconhecidos membros dos serviços¹¹³.

Por outro lado, um matutino de Lisboa relatava em pormenor os acontecimentos relacionados com a demissão da Comissão Directiva do FFH e acusava o Ministro da Habitação de promover

¹⁰⁹ Fundo de Fomento da Habitação 2-6-1976 síntese da Informação Colhida ao Longo do Processo de Demissão da Comissão Directiva no SAAL e SCDC, documento dactilografado e assinado OQ/CM (pasta SAAL Projectos Funcionamento dos Serviços/ Coops. De Construção/ Financiamentos externos/ Extinção do serviço/ [...]).

¹¹⁰ “Acta da Assembleia Geral de Trabalhadores do FFH”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 346-351.

¹¹¹ Fundo de Fomento da Habitação Informação nº.65 À Consideração Superior, documento dactilografado, datado de 14 de Junho de 1976 e assinado por O Conselho Nacional (pasta SAAL Projectos Funcionamento dos Serviços/ Coops. De Construção/ Financiamentos externos/ Extinção do serviço/ [...]).

¹¹² “Portugal precisa de 700 mil fogos Bona Promete Dar uma Ajuda”: *Jornal de Notícias*, 5-6-1976.

¹¹³ “O escândalo SAAL Crimes Sociais-Fascistas Contra o Justo Direito à Habitação”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 351-353.

a “especulação fundiária”¹¹⁴. A resposta viria sob a forma de Nota Oficiosa do Ministério argumentando, entre outras coisas, que o panorama no SAAL era preocupante, dados os inúmeros bloqueios e os projectos e obras que se encontravam parados¹¹⁵.

Pelo meio de tanta indefinição, tornava-se claro, apesar de tudo, que, para o Governo, o SAAL era um programa bastante incómodo, demasiado comprometido com formas já bastante avançadas de organização popular, mas também bastante comprometedor, uma vez que dizia respeito a um direito constitucional de grande significado social e com algum impacto na opinião pública. Os moradores pobres, por seu lado, habituados a ter um suporte institucional sempre ao lado das suas lutas, começavam a vacilar, reconhecendo, melhor que ninguém, a guerrilha surda que opunha o SAAL às instâncias de poder que o tutelavam.

As eleições presidenciais foram a 27 de Junho. Dos candidatos perfilados, o que mais inequivocamente se afirmara como defensor dos “órgãos populares de base”, entre os quais se contavam as organizações de moradores, foi Otelo Saraiva de Carvalho. A vitória de Ramalho Eanes, candidato da “reposição da ordem democrática”, veio também contribuir para o agravamento do efeito de guetização política do movimento de moradores. Embora Otelo tivesse ficado em segundo lugar, com 16,8 % dos votos, a verdade é que, daqui para a frente, aumentarariam as oportunidades de conotar o movimento de moradores com uma linha de actuação política cada vez mais estigmatizada e confinada aos significados da sua “representatividade eleitoral”.

Em Julho, iniciariam formalmente o trabalho as brigadas de Palma de Baixo e de Pedrouços-Bom Sucesso, ambas em Lisboa. Na Portela- Outorela, em Oeiras, tinha início mais uma empreitada e em Estômbar, no Algarve, começavam as obras nas habitações.

Enquanto no movimento popular se assistia a uma escalada de despejos e de reposição da propriedade num número considerável de casas antes ocupadas, sobretudo em Lisboa, Porto e Setúbal, nas várias instâncias do SAAL lutava-se contra a calúnia e tentava-se prosseguir um trabalho posto em causa por ausência de serenidade.

A 4 de Julho, num matutino portuense, sai um artigo que, a propósito de uma visita do Governador Civil do Porto ao Bairro do Leal, aviltava o SAAL-Norte e todas as acções desencadeadas pelo processo. As acusações eram sempre as mesmas: demasiado dinheiro gasto com projectos, projectistas corruptos e incompetentes; não se “vê” o trabalho dispendido com os projectos; poderiam ter sido os moradores “sozinhos” a construir as casas¹¹⁶.

Em Plenário de Associações de Moradores e de trabalhadores ligados ao SAAL-Norte, realizado a 16 de Julho, novo apelo ao Governo, as exigências que traduziam grande insegurança, fundamentadas pelos números: “120 000 moradores [...], 35 Associações e 61 Comissões de Moradores[...] 200 técnicos componentes das 44 brigadas [...] 51 operações em curso (das quais 11 em fase de construção e 20 já com área de intervenção em expropriação); [...] 37 trabalhadores do SAAL-Norte”¹¹⁷. Considerava o Plenário como condições mínimas para definição de uma política justa e eficiente a consagração do SAAL como medida política “expressa, formal e autónoma”; o reconhecimento da especificidade do SAAL-Norte e um regime de prioridade administrativa e financeira; e um conjunto de medidas legislativas pormenorizadamente elencadas e enumeradas. Desta feita, porém, as exigências eram dirigidas ao “1º. Governo Definitivo – tenha ele que composição tiver”, revelando absoluta consciência de que para as futuras composições governativas o SAAL tinha de ser encarado de uma forma diversa.

Embora bastante participada, esta reunião alargada não foi, contudo, suficiente para iludir a crescente desmobilização do movimento. No dia 27 de Julho, num plenário quinzenal do CRMP,

Julho de 1976

¹¹⁴ “Ministro da Habitação Promove Especulação Fundiária”: *O Diário*, 23-6-1976.

¹¹⁵ “Ministério da Habitação Desmente Afirmações Insertas em ‘O Diário’”: *A Capital*, 1-7-1976. Veja-se, também, “Nota Oficiosa Ministério da Habitação responde ao ‘Diário’”: *Diário de Lisboa*, 30-6-1976.

¹¹⁶ “Urgente e indispensável reconstruir o Bairro Leal”: *O Comércio do Porto*, 4-7-1976.

¹¹⁷ “Caderno Reivindicativas Associações e Comissões de Moradores e dos Trabalhadores do Serviço, Ligados ao SAAL-Norte”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 370-373.

realizado nas instalações do SAAL-Norte, os lamentos pela ausência dos representantes das associações já eram sintomáticos¹¹⁸.

Em Lisboa, as reuniões no SAAL, com a presença das equipas, prosseguiram, mas os assuntos discutidos deslocavam-se agora do terreno técnico e metodológico para o das medidas a tomar face ao agravamento da situação políca e administrativa¹¹⁹.

Entre Junho e Julho de 1976, os serviços centrais empenharam-se seriamente na sedimentação, tanto quanto possível rigorosa, de um ficheiro das operações em curso. A instabilidade das organizações de moradores e das brigadas e a própria dinâmica dos processos em evolução dificultavam de sobremaneira esta tarefa. Datam, no entanto, desta altura, os dados que viriam a permitir mais tarde a inventariação possível do trabalho efectuado no terreno das operações.

No Algarve, as Associações ligadas ao SAAL reuniram em Loulé, a 7 de Julho de 1976. As conclusões dessa reunião, para além das inevitáveis constatações de bloqueio e de entraves políticos e administrativos, diziam respeito, sobretudo, à manutenção da indecisão relativa à Coordenadora Regional do Algarve. Com efeito esta estrutura ainda não estava formalmente investida de funções, nem tinha ainda sido desbloqueado o processo de aquisição de uma sede, iniciado em finais de 1975¹²⁰. Estas conclusões viriam, uns dias mais tarde, a integrar a documentação presente ao V Conselho Nacional.

Em Lisboa, a 9 e 10 de Junho, reuniu, em sessão ordinária, aquele que era normalmente referenciado como o órgão máximo do SAAL. Aí foram deliberadas várias medidas tendentes a uma maior clarificação de funções e competências dentro do serviço. Agendou-se, também, a nova reunião do Conselho Nacional cuja ordem de trabalhos era composta exclusivamente por quatro medidas legislativas: “Decreto base do SAAL / Decreto SAAL de política de solos / Decreto base das relações com as autarquias / Decreto base da orgânica SAAL”¹²¹. Neste mesmo Conselho assumiu o lugar de Director Nacional Interino José da Paz Branco, o qual seria directamente apoiado pelos sectores administrativos da Direcção Nacional do SAAL. Foram ratificadas as funções dos conselheiros: Arquitecta Margarida Coelho, pelo SAAL-Norte; Arquitecto Bernardino Ramalhete, pelo Algarve; Engenheiro Hélder Tiago, pela Regional de Lisboa. Este V Conselho Nacional do SAAL daria ainda o seu aval às reivindicações apresentadas pelos moradores do Algarve, no sentido da constituição e da entrada em funções efectivas da sua Regional.

Estas deliberações viriam a ser ratificadas num Plenário Regional realizado em Lisboa nos dias 23 e 24 de Julho. Nesse mesmo Plenário foi aprovada uma orgânica de funcionamento das equipas de apoio local, com a seguinte distribuição por zonas: Concelho de Oeiras, uma zona; Concelho de Loures, uma zona; Concelhos de Cascais, Sintra e Vila Franca, uma zona; Concelho de Lisboa, duas zonas; Concelho de Setúbal, uma zona, Região Centro, uma zona; Região Alentejo, uma zona¹²². Das decisões deste Plenário podem ser inferidas as mesmas perplexidades, isto é, uma grande insegurança em relação ao futuro do processo. O pacote legislativo que se exigia ao Governo traduzia a necessidade de consagrar e de fixar as práticas do SAAL, num momento de grande incerteza acerca da sua continuação¹²³.

O Governo tinha, entretanto, criado um Grupo de Trabalho sobre Financiamento ao SAAL e C.H.E. O seu objectivo era debater com os potenciais financiadores imobiliários – a Caixa Geral

¹¹⁸ “Correspondência Moradores do Porto decidem intensificar a luta contra os despejos”: *25 de Abril do Povo*, 7-8-1976.

¹¹⁹ Reunião Equipas SAAL – Regional Lisboa – 5-7-1976, documento dactilografado e assinado por Equipas SAAL Regional Lisboa; e, também, Circular 1 grupo de Recolha e Centralização de Informação, documento policopiado, datado de 8-7-1976 e assinado por G.R.C.I. (pasta Hélder Tiago Julho 1975/(I Encontro SAAL-Norte)/Julho 1976).

¹²⁰ Encontro Nacional 9 Julho 1976, documento manuscrito; e, também, Fundo de Fomento da Habitação Regional do Algarve para o Conselho Nacional do SAAL, em 9-7-1976, documento dactilografado (pasta Hélder Tiago Julho 1976).

¹²¹ “Redacção Provisória das Conclusões da Reunião do Conselho Nacional do SAAL Realizado em Lisboa”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 368-370.

¹²² “Conclusões do Plenário Regional do SAAL Realizado em Lisboa nos dias 23 e 24 de Julho de 1976”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 374-379.

¹²³ *Ib.*

de Depósitos e o Montepio Geral – condições de empréstimo às Associações de Moradores e às Cooperativas de Habitação Económica empenhadas em operações SAAL. As reuniões havidas no âmbito deste grupo de trabalho não iriam, contudo, muito além da fixação dos seus membros, em especial na tentativa que as instituições de crédito nomeassem representantes fixos e com capacidade de decisão¹²⁴.

A 23 de Julho tomava posse o primeiro Governo Constitucional. Mário Soares seria o Primeiro Ministro; na Administração Interna entrava Manuel da Costa Brás; no Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção mantinha as funções o Engenheiro Eduardo Ribeiro Pereira, que passava a ter como SEHU o Engenheiro Álvaro João Duarte Pinto Correia; o titular das Obras Públicas passaria a ser o Engenheiro João de Almeida Pina, que teria como Secretário de Estado, o Engenheiro Mário de Azevedo. Uma das primeiras medidas legislativas do novo Governo seria o Decreto-Lei nº. 638/76, que regulamentava os Contratos de Desenvolvimento da Habitação.

No contexto da opinião pública portuguesa, o SAAL começava a dividir as águas. À medida que apareciam os artigos a denegrir a sua actividade e os seus resultados, eram também mais frequentes os apelos à sua continuidade e os elogios à metodologia seguida¹²⁵. Alguns títulos da esquerda militante, que entretanto tinham surgido nas bancas, chegavam a ter páginas, ou secções, dedicadas às questões dos moradores e da habitação¹²⁶.

Um desses periódicos promoveria mesmo uma mesa redonda sobre habitação, para a qual convidaria Manuel Vicente, Charters Monteiro, Nuno Portas e Fonseca Ferreira. Opiniões muito díspares, muito focalizadas nas questões essenciais do momento, um tema comum: como otimizar a produção de fogos. Nuno Portas, defendendo-se, de certo modo, das acusações de inexistência de medidas estratégicas visando uma actuação sistemática viria a dizer que estava “contra a definição global e completa de uma política de habitação”, considerando também que “isso dava armas à direita”. No entanto achava que uma tal política devia “ser implícita e não explícita”¹²⁷. Mais à frente reafirmaria, como sempre o tinha feito, que, no contexto da sua passagem pelos Governos Provisórios, não era possível estabelecer uma política única, que contemplasse apenas os estratos insolventes da procura. Do SAAL muito pouco, quase nada, se falou. Fonseca Ferreira afirmaria, com alguma indignação: – “[...] enquanto se fala muito do escândalo dos salários pagos aos funcionários do SAAL, ‘para fazerem política’, – e eu também critico certos aspectos da prática do SAAL – nunca ninguém fala dos salários que continuam a ser pagos aos administradores das promotoras imobiliárias, imobilizados, desde o 25 de Abril e são da ordem dos 30, 40 contos mensais”¹²⁸.

Em Agosto, iniciariam formalmente o trabalho as brigadas de Couço, em Coruche, da Quinta das Penicheiras, em Loures, de Alte, em Loulé, do Cemitério, em Olhão, e de Bensafrim, também no Algarve. A dinâmica do SAAL começava, aliás, a ser muito notória nesta região. Ainda durante o mês de Agosto, registar-se-iam as tomadas de posse dos terrenos da Cerca do Cemitério, em Lagos, e do Alvor, bem como os pedidos das primeiras verbas a fundo perdido, e a proposta de Declaração de Utilidade Pública, DUP, para a operação de Aljezur.

A 12 de Agosto, a imprensa registava, também, o bom andamento da obra da operação de Francos, no Porto, na qual já começava a ser visível a elevação das paredes dos primeiros 44 fogos¹²⁹.

O movimento de moradores conhecia, por esta altura e em todas as suas frentes geográficas, uma nova motivação que lhe era dada pela indignação generalizada face ao surto de despejos

Agosto de 1976

¹²⁴ “Acta da Reunião em 19/7, do Grupo de Trabalho sobre Financiamento ao SAAL e C.H.E.”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 373-374.

¹²⁵ Cf., a título de exemplo, “Das mudanças dos contratos de desenvolvimento à liquidação do SAALA construção civil devolvida aos especuladores”: *25 de Abril do Povo*, 10-7-1976; “SAAL Responsabilidade por 35 mil famílias”: *Gazeta da Semana*, 15-7-1976; “SAAL em questão A luta dos moradores”: *25 de Abril do Povo*, 17-7-1976; “O Ministro da Habitação apoia especuladores”: *25 de Abril do Povo*, 24-7-1976;

¹²⁶ Como, por exemplo, *25 de Abril do Povo*, *Gazeta da Semana*, *Página Um*, ou mesmo órgãos partidários, como *Revolução*, ou *Voz do Povo*.

¹²⁷ “As casas continuarão a faltar as rendas continuarão a subir”, *Gazeta da Semana*, 29-7-1976.

¹²⁸ *Ib.*

¹²⁹ J. G., “Francos (Porto) Tudo depende dos moradores”: *Gazeta da Semana*, 12-8-1976.

compulsivos. Praticamente todas as acções ocorridas durante o mês – plenários, pequenas manifestações, posições públicas das diversas organizações – diziam respeito a esse assunto. Com efeito, suportada pela chamada “legalidade democrática”, a estratégia governamental em relação ao problema das ocupações de casas era agora de uma inflexibilidade inequívoca e de uma rigidez draconiana. Só as mobilizações locais e instantâneas impediam frequentemente o despejo de famílias de ocupantes. De cada vez que isso acontecia, os oficiais de tribunal voltavam poucos dias depois, e assim sucessivamente até ao inevitável desgaste.

Em relação ao SAAL, a posição do Governo e, em particular, do Ministro da Habitação, ia, também gradualmente, perdendo alguma subtilidade crítica que inicialmente revelava. Numa longa entrevista concedida a um jornal diário, logo no início do mês, o Ministro diria frontalmente que os resultados do SAAL não eram brilhantes, acrescentando que o afirmava por comparação, uma vez que estava na posse de resultados de programas paralelos que já tinham dado muito mais frutos. Quais eram esses programas? Um processo de realojamento de retornados das ex-colónias levado a cabo pelo seu Ministério em colaboração com a Secretaria de Estado dos Retornados. Tinham-se conseguido “apoios e dádivas” para a “montagem de mais de 10 mil fogos por todo o país”, num trabalho lançado apenas em Abril¹³⁰. Na mesma entrevista, o Ministro estimava que a resolução dos problemas habitacionais dificilmente se resolveria em menos de vinte anos e refutava que essa resolução pudesse ser uma incumbência exclusiva do Ministério da Habitação. O Orçamento de Estado destinado ao sector – à volta dos cinco milhões de contos – cobria cerca de um quarto, com optimismo um terço, do necessário para suprir as carências, portanto seria necessário estabelecer prioridades que, em seu entender, deviam atender as populações mais necessitadas. Foram, para esse efeito, dedicados cerca de um milhão de contos às operações do SAAL enquanto que os restantes quatro milhões seriam para construir “habitação social” para o mesmo tipo de populações, embora em programas diferentes. Especificava, “– Enquanto nas operações do SAAL nós procuramos recuperar parte do parque habitacional existente nos bairros degradados e fazer à volta dele novas construções, os outros quatro milhões são investidos em habitação social, mas em bairros programados, ou em planos integrados, etc., a que terão acesso as mesmas pessoas possivelmente, mas através de outro tipo de actuação. Trata-se de construções novas, situadas por vezes em pontos até diferentes daqueles em que se encontram esses bairros degradados”¹³¹. Portanto, implicitamente, Eduardo Pereira acusava as operações SAAL de não serem programadas nem integradas nos planos, mas muito importante era, também, a sua localização, que, por vezes, não era adequada a este tipo de “habitação social”. Quanto a esta última questão, o seu discurso referia, frequentemente, entraves que eram devidos a incompreensões, sobretudo da parte das autarquias, relativas às expropriações e à “escolha” dos terrenos a disponibilizar, não referindo, no entanto, que o critério era o mais simples possível: a manutenção dos moradores nos seus locais de residência.

Reconheceria ainda o Ministro que as Câmaras Municipais, na generalidade, não eram muito expeditas na entrega dos terrenos e na construção das infraestruturas necessárias e que, no caso do SAAL, esses impedimentos eram difíceis de ultrapassar¹³².

Quanto ao FFH, que o Ministro faria questão em distinguir do SAAL, era necessário, em sua opinião, reestruturá-lo e redimensioná-lo para fazer face a exigências de produção muito maiores do que as que tinha tido até aqui, sabendo que contava com muitas resistências e oposições internas a essas medidas¹³³.

No discurso específico sobre o SAAL, a toada geral não abonava muito em favor do processo. Afirmava que a actuação das brigadas se situava mais ao nível de “uma tentativa de debate, conhecimento (politização) da população”. Acusava as brigadas de se localizarem nos grandes

¹³⁰ “Entrevista com Eduardo Pereira Fundo de Fomento da Habitação não vai monopolizar o sector”: *Jornal do Comércio*, 3-8-1976.

¹³¹ “Ministro da Habitação ao ‘J.C.’ Todos juntos resolveremos os problemas”, “Entrevista com o Ministro da Habitação Carências Habitacionais Aumentam Cerca de 30 Mil Fogos por Ano”: *Jornal do Comércio*, 2-8-1976.

¹³² *Ib.*

¹³³ “Entrevista com Eduardo Pereira Fundo de Fomento da Habitação não vai monopolizar o sector”: *Jornal do Comércio*, 3-8-1976.

centros urbanos, “onde era mais fácil a actuação”, e considerava que a prática demonstrava que não se tinha superado uma fase que ele considerava “artesanal”, lamentando que não se tivesse conseguido que o SAAL fosse, “de qualquer forma, ‘industrializado’”¹³⁴. Em suma, achava que os resultados obtidos revelavam a existência de “uma certa distância entre uma certa euforia e entusiasmo político das brigadas e a verdadeira resolução dos problemas habitacionais”¹³⁵.

Eis que se tornava cada vez mais explícita a incomodidade do programa. Conhecendo o contexto político do país, o Ministro sabia bem que a melhor forma de encarar o problema era localizar a actuação das brigadas no âmbito das práticas sociais do período revolucionário anterior, minimizando, sempre do ponto de vista quantitativo, os seus difíceis e conturbados “resultados práticos”.

Na iniciática Assembleia da República, a 3 de Agosto de 1976, o Deputado da UDP, Acácio Barreiros, interrogaria o Governo acerca dos cortes orçamentais na habitação e, em particular, no SAAL. O Primeiro Ministro Mário Soares responder-lhe-ia que, em relação à habitação, não havia quaisquer cortes, uma vez que estavam previstos cerca de quinze milhões de contos a disponibilizar pelas instituições de crédito; já quanto ao SAAL, dir-lhe-ia que “despendeu cerca de 120 000 contos em 1975 e que, no presente, estão-lhe atribuídos, para 1976, 1 milhão de contos e deste milhão 600 000 contos já estão visados e autorizados”¹³⁶.

Não obstante as suas posições públicas, o Ministro confirmaria, a 18 de Agosto, a apresentação, por parte dos serviços centrais de um relatório com os custos de projectos e funcionamento das brigadas e visitaria, a 21 do mesmo mês, as operações do SAAL no Porto.

A 27 de Agosto, o Ministro da Habitação recebia uma delegação de Comissões de Moradores e do Comité de Luta dos Ocupantes e Moradores Pobres, CLOMP, com o intuito de suspender as acções de despejo em curso. A apoiar o encontro, concentraram-se manifestantes à porta do Ministério. Comparecendo perante os moradores, Eduardo Perreira declarou que não iria suspender os despejos, em nome da “ordem e legalidade democrática”. À saída do Ministério, já na madrugada de 28, o Ministro teria de ser protegido pela polícia, que não evitaria, contudo, que o seu carro tivesse sido apedrejado¹³⁷.

Precisamente no mesmo dia, em Braga, o Governador Civil local, Engenheiro Eurico de Melo, anunciava a montagem de 1600 casas prefabricadas destinadas a retornados, “oferta dos países nórdicos”. Em reunião, as 13 Câmaras do Distrito analisaram a disponibilização de terrenos para a sua implantação, distribuíram o “bolo” e decidiram que algumas dessas habitações poderiam ser atribuídas a “famílias necessitadas, mesmo não retornadas”¹³⁸.

No Algarve, em reuniões parcelares de Associações de Moradores que cobriram todo o território regional, foi aprovado um documento de apoio ao Caderno Reivindicativo que as estruturas ligadas ao SAAL-Norte tinham apresentado aquando da tomada de posse do primeiro Governo Constitucional¹³⁹. Na sequência dessa tomada de posição, foram elaborados dois memorandos distintos, um do SAAL-Algarve e outro do SAAL-Norte, que viriam a ser apresentados ao MHUC, numa reunião conjunta, a 25 de Agosto, na qual estiveram presentes cerca de 50 pessoas, entre representantes das Associações de Moradores, dos técnicos das brigadas e dos trabalhadores dos serviços regionais. Segundo a acta dessa audiência, elaborada por elementos do SAAL-Norte, depois de ter respondido a várias questões pontuais respeitantes aos entraves das operações no Algarve, o Ministro da Habitação seria, pelos moradores do norte, confrontado com a necessidade de uma declaração pública sobre a validade do processo. Debateram-se, também,

¹³⁴ *Ib.*

¹³⁵ *Ib.*

¹³⁶ “Intervenções com Referências ao SAAL do Deputado da U.D.P. e do Primeiro Ministro, na Sessão da Assembleia da República de 3 de Agosto de 1976”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 383-384.

¹³⁷ Cf. “Manifestantes turbulentos no Ministério da Habitação O carro do ministro apedrejado e um subchefe da Polícia ferido”: *Diário de Notícias*, 28-8-1976; e, também, “Ministro esteve sequestrado por GDUP’s que pretendem suspensão dos despejos”: *O Dia*, 28-8-1976.

¹³⁸ “Desemprego na Construção Civil Debatido em Viana por Esteves Pereira”: *A Capital*, 28-8-1976.

¹³⁹ “Documento de Apoio ao Caderno Reivindicativo das Associações e Comissões dos Moradores, dos Técnicos e dos Trabalhadores dos Serviços, Ligados ao SAAL-Norte”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 384.

as suas mais recentes declarações, particularmente a que dizia respeito a uma intervenção exclusiva nos grandes centros urbanos, argumentando os responsáveis do SAAL-Norte que se não se actuou fora desses locais foi porque nunca tinham sido criadas as condições necessárias, particularmente as que eram reivindicadas. Também seria argumentado que as lutas dos moradores eram autónomas, já existiam antes do processo, e que, exactamente ao contrário do que se queria fazer crer, a dinâmica do SAAL é que era uma consequência dessas lutas.

O Ministro argumentaria, uma vez mais, com a pequena quantidade de fogos produzidos pelo SAAL, em comparação com outros programas possíveis, ao que os seus interlocutores nortenhos contraporiam a especificidade do processo – trabalho com a participação das populações, recuperação de zonas degradadas, garantia da manutenção do local de residência –, por um lado, e, por outro, os entraves burocrático-administrativos na disponibilização de terrenos e a falta de legislação adequada ao processo. Ainda segundo a mesma acta, o Ministro Eduardo Pereira assumiria um conjunto de compromissos, que iam desde o empenho na aceleração dos processos bloqueados até à reapreciação das condições que estabeleciam o direito de superfície, salientando que já se encontrava consignada, na futura lei dos solos, a duração de 70 anos prorrogáveis por mais 35. Por fim, os representantes do SAAL-Norte refeririam a necessidade do Ministério tomar posição face aos ultrajes que certa imprensa desferia contra o processo, com gravidade acrescida quando se tratava de imprensa estatizada, fazendo notar que, face a esses ataques caluniosos, nem o Ministério da tutela nem o Governo tinham dado qualquer resposta ou tomado qualquer atitude¹⁴⁰.

No final de Agosto, acumulavam-se os pedidos de intervenção para novas operações SAAL. No Sector de Gestão Social, foi elaborada uma lista só para Lisboa e Centro-Sul, que incluía 33 pedidos para o Distrito de Lisboa, 4 para Setúbal, 10 para Beja, 9 para Évora, 3 para Portalegre, 2 para Coimbra, 2 para Leiria e 8 para Santarém¹⁴¹.

Em Setembro de 1976, começariam as obras dos edifícios na operação de Fonecas-Calçada, em Lisboa. No Algarve, iniciavam-se as de Bensafrim, Lagos, Progresso de Silves e Progresso de Portimão.

Setembro de 1976

Durante o mês de Setembro, no movimento de moradores, continuariam também as acções de luta contra a onda de despejos. A mais significativa dessas acções teve lugar em Lisboa, logo no dia 2. Uma manifestação de moradores, convocada pelo CLOMP, dirigiu-se a S. Bento, para ser recebida pelo Governo e exigir o fim dos despejos. O Governo não recebeu os representantes e a manifestação foi violentamente dispersada pela polícia¹⁴².

Por solicitação de alguns membros do Governo, os serviços centrais elaborariam um extenso relatório, no qual incluíam as propostas legislativas que foram sendo elaboradas, as quais poderiam ultrapassar grande parte das dificuldades com que o SAAL se debatia. Nesse relatório incluía-se, com destaque, o texto proposto para o já célebre “decreto de financiamento”¹⁴³.

Na Regional de Lisboa, elaboravam-se novas propostas de reestruturação orgânica. Constatava-se que o Sector de Apoio ao projecto e Construção era, de facto, um sector de apoio à construção, sem qualquer relação com o projecto, e propunha-se a subdivisão dos Serviços Regionais de Lisboa e Centro-Sul, em Área Metropolitana de Lisboa, mais Centro-Sul, ou mesmo Área Metropolitana de Lisboa, mais Centro, mais Alentejo¹⁴⁴.

¹⁴⁰ “Reunião do Ministro da Habitação Urbanismo e Construção com as Associações e Comissões de Moradores Ligadas ao Processo SAAL”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 386-389.

¹⁴¹ Pedidos de Intervenção Existentes no Sector de Gestão Social em 31-8-1976, documento dactilografado sem assinatura (pasta Hélder Tiago Julho 1976/ Novembro 1976).

¹⁴² “Moradores contra despejos Governo não recebe delegados Polícia de choque ataca manifestantes Moradores contra despejos”: *Página Um*, 3-9-1976; “Violência gratuita contra moradores pobres”: *Página Um*, 4-9-1976; e, ainda, José M. Fernandes, “Prossegue a luta contra os despejos Repressão sobre os Moradores é a Resposta do Governo”: *25 de Abril do Povo*, 4-9-1976.

¹⁴³ “Alguns Aspectos Legais Conexos com a Intervenção do SAAL”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 395-403.

¹⁴⁴ Margarida D. Vieira, Hélder Tiago, “Proposta sobre a Estrutura Central da Regional SAAL de Lisboa”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 403-404.

Quanto ao Ministro da Habitação, continuava a sua série de entrevistas à comunicação social, reafirmando as suas convicções que a resolução do problema habitacional residia no equilíbrio do binómio “habitação social” – fogo especulativo da iniciativa privada¹⁴⁵.

O Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Engenheiro Pina Correia, visitaria o Porto a 16 de Setembro para falar sobre o descongelamento e a actualização das rendas, mas seria acusado de se “esquecer” do SAAL-Norte. Com efeito, os trabalhadores do serviço não perdoariam tal afronta e apressar-se-iam a considerar “inaceitável” e “dificilmente compreensível” a atitude do membro do Governo. Segundo constava, o SEHU tinha-se deslocado ao Porto para tratar de problemas da habitação, indo inclusivamente apresentar o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados, PRID, que os reponsáveis do SAAL-Norte consideravam como sendo “o oposto do SAAL” e, nessa condição, gozava “de todas as facilidades, ao mesmo tempo que os inumeráveis obstáculos levantados ao SAAL se avolumam”¹⁴⁶.

Ainda no âmbito do SAAL-Norte, e conforme tinha ficado acordado na audiência com o Ministro a 25 de Agosto, foram apresentadas propostas de avenças para advogados que se encarregassem das causas dos moradores nas acções que alguns proprietários tinham movido. Essas avenças eram provocadas, no entender dos responsáveis pelo SAAL-Norte, “pela descoordenação dos apoios inter-ministeriais ao processo SAAL” e pela “falta de cobertura jurídica atempada para as operações”¹⁴⁷.

Mas eis que, a 22 de Setembro, outra demissão “de peso” assolava a debilitada máquina admistrativa dos serviços centrais. José da Paz Branco, que assumira interinamente as funções de Director Nacional do SAAL no V Conselho Nacional, realizado em Lisboa, a 9 e 10 do passado mês de Junho, pedia a sua substituição porque, em seu entender, depois de se ter recusado “a aceitar o desvio de verbas do SAAL para ‘outros programas’”, sentia que a sua “acção servia para dar cobertura a uma manobra” que, “a seu tempo e no devido lugar [...] com o conveniente pormenor e as necessárias provas”, se propunha descrever¹⁴⁸. Poucos dias depois, em entrevista a um jornal, Paz Branco falaria em “desvio de fundos” das operações SAAL para “casas prefabricadas, fundamentalmente destinadas aos retornados”, acrescentando que o Ministro da Habitação não gostava do SAAL e já o tinha declarado várias vezes¹⁴⁹.

A notícia da demissão do Director Nacional viria a acelerar o motor da descrença na continuidade do processo, quer nos vários serviços, quer mesmo em todos os meios relacionados com o SAAL.

A Intercomissões dos Bairros de Lata e Pobres de Lisboa, Secretariado dos Arredores e Secretariado de Setúbal emitiria um comunicado a repudiar as manobras referidas e a exigir uma audiência ao Ministro¹⁵⁰.

Os Serviços Centrais também tomariam posição pública, afirmando que, contrariamente aos compromissos assumidos pelo Ministro, na audiência de 26 de Agosto, nenhuma medida tinha sido tomada, nenhum caso fora resolvido. Consideravam-se mesmo impedidos de prosseguir os trabalhos e repudiavam qualquer responsabilização imputada ao SAAL por essa impossibilidade¹⁵¹.

O SAAL-Norte enviaria um telegrama ao director demissionário a solicitar um relato urgente dos acontecimentos e a reiterar a confiança na sua actividade. No entanto, referiam que, sendo o SAAL uma tarefa colectiva, as atitudes deveriam ser também colectivas e, como tal,

¹⁴⁵ “Projecto em apreciação pelo Governo Criação em todos os municípios de serviços de habitação social”: *República*, 13-9-1976.

¹⁴⁶ “Tomada de Posição dos Trabalhadores do SAAL-Norte Face à Deslocação ao Porto do S.E.H.U. em 16 e 17 de Setembro”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 406; e, também, “Na Visita ao Porto Secretário da Habitação ‘esqueceu’ o SAAL-Norte”: *O Diário*, 24-9-1976.

¹⁴⁷ “Pedido de Avença para Advogados”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 406-407.

¹⁴⁸ À Comissão Directiva do Fundo de Fomento da Habitação, documento dactilografado, datado de 22-9-1976 e assinado por José da Paz Branco (pasta SAAL Projectos de Financiamento dos Serviços/ Coops. De Construção/ Financiamentos Externos/ Extinção do Serviço/ [...]).

¹⁴⁹ “José da Paz Branco ao ‘P.U.’ Ministro da Habitação não gosta do SAAL”: *Página Um*, 27-9-1976.

¹⁵⁰ “Comunicado a Toda a População”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 394-395.

¹⁵¹ “Comunicado”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 407-408.

não concordavam com o pedido de demissão sem antes ser ouvido o Conselho Nacional do SAAL¹⁵².

A 27 de Setembro, realizar-se-ia, no LNEC, uma Reunião Geral de Trabalhadores do SAAL. Aí seriam aprovadas várias moções tendentes, por um lado, a assegurar e a intensificar a continuidade dos trabalhos e, por outro, a manifestar, por diversas formas, o apoio à posição assumida pelo Director demissionário. Exigia-se ao Ministro uma imediata clarificação do SAAL, que as verbas do programa não fossem desviadas e “uma posição clara quanto à luta dos moradores pobres”. Ficava também decidida a publicação de uma “folha informativa”, a cargo do executivo nacional, destinada a fomentar a circulação da informação entre os vários serviços e os moradores¹⁵³.

Um jornal diário conotado com o Partido Comunista adiantava, entretanto, que o desvio em causa se referia ao pedido de empréstimo de 90 000 contos, acrescido de 30 000 contos a fundo perdido, destinado às Associações de Moradores do Algarve, que tinha ficado retido na Comissão Directiva do FFH desde Julho. Proferia ainda graves acusações contra a Comissão Directiva do FFH, particularmente contra o Engenheiro Sampaio Nunes, e contra alguns funcionários do Ministério da Habitação, afirmando, em consonância, que o referido “desvio” se destinava ao tal programa das casas prefabricadas para os retornados. Acusava ainda “certos senhores” que, “trabalhando dentro do Ministério, [...] apresentaram recentemente a sua demissão para passar a exercer funções directivas em ... empresas de prefabricados!”¹⁵⁴.

No meio desta chuva de incertezas e de acusações, o Conselho Administrativo do FFH comunicava, a 29 de Setembro, que alguns atrasos se deviam à ausência de “escalonamento”, por parte do SAAL, das verbas atribuídas. Decidiria igualmente enviar para publicação oficial verbas já autorizadas no montante de 10 260 contos e dar seguimento a empréstimos já aprovados no valor de 23 150 contos. No entanto, deliberaria também informar o SAAL que necessitavam de obter um “escalonamento” para pedidos no montante de 227 021 contos, concluindo que ficavam disponíveis, e dependentes dos processos a informar pelo SAAL, 167 564 contos. Esta resolução do Conselho Administrativo do FFH era acompanhada de uma lista pormenorizada das portarias em diferentes fases de processamento. As que seguiam de imediato para publicação eram, na quase totalidade, de operações algarvias; as que aguardavam informação do SAAL para “escalonamento” eram todas de Lisboa e Centro-Sul; aquelas cujo processamento estava em curso diziam respeito a operações em todo o país¹⁵⁵.

Outubro de 1976

Em Outubro, tinham início as obras do Bairro da Liberdade, em Lisboa. No dia 20, e face ao adiantamento da operação, a Associação de Moradores da Lapa, no Porto, apresentaria o Regulamento de Uso e Habitação.

Outubro, mês fatídico para o processo SAAL, começaria, contudo, na mesma toada hesitante, embora também dialéctica, entre o agravamento do conflito institucional e o prosseguimento incondicional dos trabalhos em curso. A situação gerada pela demissão do Director Nacional, no final do mês de Setembro, dominava as atenções e polarizava o debate interno.

Os serviços centrais elaboravam mais um relatório, no qual incluíam novamente a proposta de reestruturação orgânica, e enviavam-no ao SEHU. A Comissão Directiva do FFH, por sua vez, também fazia ajustes à circunstância de não ter nenhum dos seus membros directamente ligado ao SAAL. A 2 de Outubro despachava novas condições de contratação para as brigadas. Argumentando a frequência com que estas alteravam a sua composição, o despacho informava que futuras mudanças nas equipas de apoio local só seriam consideradas depois de proposta, devidamente justificada, dos serviços do SAAL e alertava para a necessidade de serem aprovadas pelo Secretário de Estado, nos casos em que estivessem implicados acréscimos de verbas contratuais¹⁵⁶.

¹⁵² “Telegrama”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 408.

¹⁵³ “Moções e Propostas Aprovadas na Reunião Geral de Trabalhadores do SAAL, Realizada no LNEC”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 408-410.

¹⁵⁴ “Com o Apoio do Ministério da Habitação FFH prepara-se para entregar o SAAL aos grandes empreiteiros”: *O Diário*, 28-9-1976.

¹⁵⁵ “Resolução do Conselho Administrativo”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 410-414.

¹⁵⁶ “Despacho da Comissão Directiva do FFH”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 414-415.

Dia 4, o executivo do Conselho Nacional informava a Comissão Directiva do FFH da demissão do seu director interino e das razões dessa atitude. Em resposta à resolução do Conselho Consultivo, afirmava que tinha o compromisso de estabelecer o referido “escalonamento” até 15 de Outubro, mas estranhava e pedia esclarecimentos acerca dos critérios que levavam à divisão entre “Portarias e Empréstimos que vão ter seguimento” e os que “aguardam informação de esclarecimento”, uma vez que todas as listagens e os esclarecimentos já tinham sido enviados. Incluíam na informação um rol de referências a documentos anteriormente processados, que satisfaziam as dúvidas e estabeleciam os necessários critérios¹⁵⁷.

Também o Director Nacional demissionário responderia à resolução do Conselho Administrativo do FFH, lamentando, e esclarecendo, uma série de equívocos e confusões contidos naquele documento. Afirmava que o tal “escalonamento” não tinha ainda sido possível porque se tratava de “fundo perdido”, concedido a título de “adiantamento” às associações, para pagamento da primeira prestação e como “garantia de estabilidade do preço dos materiais”, uma vez que o valor do empréstimo só poderia ser conhecido depois de abertas as propostas das empreitadas¹⁵⁸.

Os Serviços Centrais, conforme lhes tinha sido incumbido em Reunião Geral de Trabalhadores, publicavam, a 7, a *Folha Informativa n.º 1* e, na semana seguinte, publicavam a *Folha Informativa n.º 2*. Eram documentos policopiados com informação genérica sobre questões administrativas divulgados por todos os serviços, brigadas e organizações de moradores envolvidas no SAAL.

A 9 e a 10 de Outubro, no Porto, reuniria o Executivo do Conselho Nacional. Nessa reunião seriam aprovadas as bases do relatório a entregar ao Ministro.

A 12, na sessão da Assembleia da República, o deputado do PS, Arquitecto Gomes Fernandes, falando também na sua nova qualidade de Comissário para a Ribeira-Barredo, desferia um demolidor ataque ao SAAL, em termos genéricos, e à estratégia para o centro histórico do Porto, em particular. As acusações eram as habituais, muito dinheiro despendido em honorários de brigadas, poucos “resultados práticos”, envolvimento político dos técnicos, “oportunismo e incompetência profissional”. Apoiado por alguns deputados do PPD, nomeadamente a Arquitecta Helena Roseta e o Dr. Pedro Roseta, Gomes Fernandes continuaria, pedindo que os gastos e os resultados do SAAL fossem avaliados pelo Governo e apelando à salvaguarda dos interesses das populações “que se entregaram ao processo e acreditaram nele, que exigem um conhecimento total da situação, sob pena de considerarem perdido todo o esforço das suas comissões e associações de moradores, cuja vitalidade e espírito democrático de trabalho e acção é fundamental conservar e incentivar”¹⁵⁹. Estávamos, portanto, em presença de um mesmo objectivo – o desmantelamento do SAAL – mas com uma estratégia diferenciada. Em lugar de acusar os órgãos dos moradores de politização excessiva, como o vinham fazendo alguns dos seus colegas de partido, o Deputado Gomes Fernandes transformava-os em vítimas da incompetência e da soberba política dos técnicos das brigadas, tentando assim isolá-las do movimento, com o argumento acrescido que eram “bem pagos, na maioria dos casos muito bem pagos!”¹⁶⁰.

Logo de imediato, as acusações de Gomes Fernandes eram corroboradas por alguma imprensa. Uma coluna de um diário do Porto vinha a lume com comentários e declarações de um morador, antigo dirigente associativo e trabalhador da construção civil, segundo as quais a construção do SAAL não era económica, se estava a gastar ferro a mais nas “placas de tecto” e as opções construtivas não seriam, na opinião do “perito”, as melhores, nem nunca tinham sido verificadas por nenhum “engenheiro”. Inevitavelmente, eram também referidos os honorários de arquitectos, estudantes e desenhadores para justificar o tal dinheiro mal gasto a que o Senhor Deputado tinha

¹⁵⁷ “Decisão do Executivo do Conselho Nacional do SAAL”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 415.

¹⁵⁸ “Resposta à Resolução da C. Administrativa pelo D. N. SAAL Demissionário”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 416.

¹⁵⁹ “Intervenção na Assembleia da República do Deputado Gomes Fernandes”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 418-420.

¹⁶⁰ *Ib.*

aludido na sua tribuna. Não eram, contudo, identificados, nem a operação, nem os técnicos, nem os moradores em causa¹⁶¹.

Todas estas posições hostis, fortemente institucionalizadas, iam gerando, um pouco por todo o lado, desconfianças em relação ao processo e renovavam as forças dos antigos proprietários, que agora apareciam a dizer que tinham sido espoliados em virtude das anteriores condições políticas¹⁶².

José Paz Branco enviaria, entretanto, à Comissão Directiva do FFH mais um extenso documento composto por uma parte analítica, na qual se estudam custos, relações entre planeamento social e territorial, filosofia geral do SAAL, etc; uma completa e rigorosa relação das Portarias de subsídio a fundo perdido, subdivididas por SAAL-Centro Sul, SAAL-Norte e SAAL-Algarve; e um antepiano de reestruturação do serviço¹⁶³.

Convocado pelo Secretariado Executivo, reuniria, novamente no LNEC, a 25 de Outubro, a primeira sessão do VI Conselho Nacional. Seriam aprovadas as “Bases para a definição do Programa SAAL”, a estratégia e a tática para o financiamento e a revisão do Plano de Actividades para 1976. Discutiui-se, também, o “Ante-plano de Reestruturação” no qual, a propósito da necessidade de rever a constituição das equipas e da necessidade de potenciar as “experiências acumuladas”, se referia “a necessidade de haver sempre operações nas diferentes fases de evolução, o que implica a constante entrada de novas operações em ritmo sincronizado com a capacidade de resposta dos conjuntos”. E, mais adiante: “poderá e deverá entender-se (com as brigadas e equipas nas condições referidas) que estas são auto-suficientes para responderem às necessidades das operações nas diversas fases”¹⁶⁴. Portanto, enquanto a Comissão Directiva do FFH tentava, por todos os meios, cercear a proliferação de brigadas, o Conselho Nacional do SAAL debatia documentos nos quais se reafirmava a constante renovação das mesmas como condição para a evolução metodológica do processo.

O Conselho marcaria a sua segunda sessão para o início do mês seguinte. Durante esta primeira sessão seria, ainda, debatido um outro documento, elaborado pelo “Sector de Estudos Base” cujo título era esclarecedor: “Projectação SAAL e Regulamento das Edificações Urbanas”. As bases para a sua elaboração tinham sido as “Reuniões de Trabalho Conjunto” levadas a cabo no âmbito da Regional de Lisboa, entre Janeiro e Julho. A orientação do texto era devida ao Arquitecto José Rafael Botelho, a coordenação a Conceição Santa-Rita. Consideravam-se como “elementos de suporte directo”, Francisco Keil do Amaral, José Cruz Henriques, Luís Gravata Filipe, Manuel Taíña, Maria da Luz Valente Pereira, J. Cadima, Teresa Sá e José Miguel da Fonseca. Propunham a elaboração de um novo corpo regulamentar para a actividade projectual que pudesse “resultar do confronto entre a acção SAAL e a acção de outros intervenientes urbanos (e ser correctiva em relação a estes)”. Consideravam o RGEU “desactualizado e completamente inadequado” e achavam que as operações SAAL se deviam processar “fora de qualquer regulamentação prévia específica e exterior ao processo”¹⁶⁵.

No Porto, também o Sector de Apoio à Construção emitia um segundo boletim acerca do “Estado das Operações do SAAL-Norte em Fase de Construção”. No balanço geral enumeravam dez operações em fase de construção, que representavam um volume de obra total na ordem dos

¹⁶¹ M. Gomes de Almeida, “A propósito do SAAL Dá-me Licença Sr. Deputado?”: *O Comércio do Porto*, 14-10-1976.

¹⁶² Entre outros casos, veja-se a forma como interesses fundiários em S. Pedro da Cova geraram conflitos no executivo da Câmara Municipal de Gondomar e a notícia de uma antiga proprietária que viria reclamar novamente o terreno, com os fogos em construção, na Portela Outorela. Cf., entre outros, “Elementos do PS de Gondomar justificam a política adoptada”: *O Comércio do Porto*, 14-10-1976; e, também, “Luta no SAAL O ministro, caixeiro viajante das casas pré-fabricadas”: *Voz do Povo*, 12-10-1976.

¹⁶³ “Ante-plano de Reestruturação do SAAL”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 422-432.

¹⁶⁴ “Ante Plano de Reestruturação do SAAL Considerações sobre o Processo SAAL”, documento dactilografado, s/ data e s/ assinatura distribuído junto com a convocatória para o VI Conselho Nacional do SAAL.

¹⁶⁵ “Projectação SAAL e Regulamento das Edificações Urbanas”, documento dactilografado, datado de 23-10-1976 e assinado por Sector de Estudos Base (pasta SAAL Projectos Funcionamento dos Serviços/ Coops. De Construção/ Financiamentos externos/ Extinção do serviço/ [...]).

100 000 contos. Contavam “mais de 300 fogos já iniciados” e previam o arranque de mais 500 nos próximos dois ou três meses. As dez operações eram: Maceda-Acácio, Antas, Chaves de Oliveira, S. Vítor, Leal, Lapa, Francos, Cruz de Pau, Poço de Baixo e Cortegaça, sendo as primeiras sete no concelho do Porto, a seguinte no de Matosinhos e as duas últimas no de Ovar. Para cada uma destas operações foi elaborada uma lista com algumas informações sucintas sobre o estado dos trabalhos¹⁶⁶.

Perante a situação geral do SAAL, as perplexidades eram grandes, também no Porto. Logo no dia 8 de Outubro, realizava-se novo Plenário do SAAL-Norte na ESBAP no qual se decidia, para além das exigências habituais do enquadramento legal, a realização de uma manifestação no dia 23. Para tal, e para que a jornada resultasse como “uma demonstração de força e não de fraqueza”, seriam também convidados a participar “os moradores pobres do Algarve e de Lisboa que estão igualmente em luta”¹⁶⁷.

Reagindo às declarações do Deputado Gomes Fernandes na Assembleia da República, os trabalhadores do SAAL-Norte produziram um documento no qual denunciavam que “a tática agora é dividir os técnicos e trabalhadores do SAAL-Norte dos moradores e suas organizações”, afirmando também que o Plenário do dia 8 apoiou “um projecto SAAL ‘que seja aquilo que as Comissões e Associações de Moradores querem e não o SAAL que o 2º. Governo Provisório criou”. Finalizavam o comunicado dizendo que não aceitavam ser “responsabilizados pelas culpas que cabem em exclusivo à política dos sucessivos governos”¹⁶⁸. O Secretariado do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto também tomara posição face às declarações do deputado do PS, repudiando-a e exigindo a manutenção do SAAL¹⁶⁹.

No dia 23 de Outubro realizar-se-ia a manifestação no Porto, pela continuação do processo, com a presença de milhares de moradores¹⁷⁰. As palavras de ordem foram as seguintes: “Definição imediata do processo SAAL”; “Decreto de Financiamento cá para fora”; “Direito ao local”; Expropriações sim, boicotes não”; “Fim aos boicotes ao SAAL” e “Câmaras ao serviço do Povo”, entre outras já habituais¹⁷¹. No entanto, um semanário afecto à esquerda não alinhada, embora apoiando, faria “um reparo” à manifestação: “as palavras de ordem pareciam ignorar a situação política que se vive e que não é, de forma nenhuma, alheia aos ataques ao processo SAAL”. Achava o dito jornal que eram necessárias referências “à recuperação capitalista, aos despedimentos, aos bombistas, aos ataques à Reforma Agrária, etc.”, concluindo que “o processo SAAL não é uma ilha. Irá para a frente ou recuará conforme a luta de todo o povo, nas várias frentes, avance ou recue”¹⁷².

Subitamente, porém, eis que no fim do mês de Novembro surge a notícia que, de um modo implícito, era já dada como inevitável. Um despacho conjunto do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, datado de 27 de Outubro de 1976, considerava que “após dois anos de experiência, [...] algumas das brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do FFH e das próprias autarquias, que deviam ser os principais veículos da condução do processo”. Considerava também que “não têm as populações mal alojadas sido acompanhadas como se tornava

¹⁶⁶ “Construção SAAL-Norte Boletim nº. 2”, documento policopiado s/ data e assinado por O Sector de Apoio à Construção (pasta SAAL Norte Circulares/ Expediente Geral).

¹⁶⁷ “Mesa do Plenário das Comissões e Associações de Moradores Realizado no Dia 8-10-1976”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 417-418.

¹⁶⁸ “Tomada de Posição dos Trabalhadores dos Serviços do SAAL-Norte face às Declarações do Arq. Gomes Fernandes, Deputado do PS, na Sessão de Ontem da Assembleia da República”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 420-421.

¹⁶⁹ “Tomada de Posição do Secretariado do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto face à Intervenção do Sr. Arq. Gomes Fernandes na Assembleia da República”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 422.

¹⁷⁰ Cf., entre outros, “Moradores Milhares de Pessoas defenderam na Rua o Processo SAAL”: *Diário Popular*, 26-10-1976; “No Porto Moradores reivindicam continuação do SAAL”: *O Diário*, 25-10-1976; “Manifestação no Porto em defesa do SAAL”: *Diário de Notícias*, 25-10-1976.

¹⁷¹ “Porto Em frente com o SAAL – exigiram moradores pobres”: *Página Um*, 25-10-1976.

¹⁷² “Porto: Apoio popular ao Processo SAAL”: *Gazeta da Semana*, 28-10-1976.

imperioso que o fossem” e que “o número de fogos construídos até esta data [não] tem qualquer significado”¹⁷³. Como tal, o Despacho remetia todo o desenvolvimento do processo para as Câmaras Municipais, que em breve iriam ser eleitas, quando estas entidades assim o achassem conveniente. No caso das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como na região do Algarve, dadas as condicionantes particulares e a relevância das “zonas degradadas e clandestinas”, considerava o Despacho que havia necessidade de maior articulação com o poder central e de maior coordenação entre serviços. Para tal, eram desde logo nomeados três comissários do Governo, cujas incumbências seriam: instalar o respectivo gabinete de apoio; apoiar as autarquias no desenvolvimento futuro do processo; concertar e coordenar as acções com os instrumentos de planeamento previstos para as áreas; informar o MAI e o MHUC e tomar medidas sempre que haja atrasos nas operações de planeamento previstas; e apresentar relatórios mensais do trabalho desenvolvido¹⁷⁴.

Embora tudo fizesse prever um desenlace eminente, a verdade é que ninguém sabia bem como, nem quando, iria acontecer. Talvez nunca se suspeitasse mesmo de uma medida tão drástica e, sobretudo, tão unilateral, sem o mínimo contacto prévio com qualquer das entidades envolvidas. Por isso, a notícia caiu como uma explosão nos mais diversos meios relacionados com o processo – o SAAL fora extinto. Essa era a dura expressão da verdade porque, embora eufemisticamente o despacho ministerial empenhasse todo o desenvolvimento do processo ao livre arbítrio das futuras autarquias, o Ministro sabia melhor que ninguém que das Câmaras tinham partido as principais contrariedades ao SAAL. Mais próximas da realidade local, sem dúvida, mas também mais próximas dos interesses fundiários locais, dos caciquismos políticos, dos clientelismos reinstalados, da incompetência travestida de burocracia, enfim, de tudo aquilo que o SAAL, nos seus fundamentos iniciais, tinha tentado superar.

De imediato, no dia 29, enquanto que, em Lisboa, o MAI, Tenente Coronel Costa Brás, empossava o Comissário Engenheiro Mário José da Costa Gomes Páscoa, o MHUC, no Porto, dava posse ao Comissário Dr. Licínio José Rodrigues de Sousa. Para o Algarve, era nomeado outro engenheiro, Humberto Rebelo Almeida Carrapato, com posse dada pelo SEHU. No discurso proferido na altura, o Engenheiro Eduardo Pereira referiria o “esbanjamento de dinheiros públicos” e confrontaria, uma vez mais, as verbas pagas em honorários com o número de fogos construídos “até à data”¹⁷⁵.

A notícia teve um impacto fortíssimo em toda a imprensa. As posições de repúdio pelo despacho também não se fizeram esperar. No próprio dia 29, à noite, Plenário do SAAL-Norte: os trabalhadores do serviço punham à disposição dos moradores, para consulta, todos os documentos, em especial os referentes aos pagamentos das brigadas, “a fim de serem desfeitas todas as calúnias contidas nas afirmações do MHUC e outros”¹⁷⁶. O executivo do Conselho Nacional do SAAL, por seu lado, referia ironicamente a “coerência” da política ministerial e remetia para as populações afectas ao processo a necessária resposta ao Ministério¹⁷⁷. Também os trabalhadores do SAAL, a nível nacional, repudiavam o Despacho, denunciavam as “calúnias” e convocavam uma reunião geral para o dia 30¹⁷⁸. As Associações de Moradores do Concelho de Setúbal, em reunião plenária, exigiam a manutenção do SAAL e repudiavam “as manobras tendenciosas que o despacho conjunto [...] claramente revela”¹⁷⁹. A Inter-Associações de Moradores dos Bairros de Lata dos Arredores de Lisboa, Lisboa, Setúbal e Porto aprovaria uma moção de repúdio e os Secretariados

¹⁷³ “Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção Despacho Ministerial”: *Diário da República*, I série nº. 253, 28-10-1976, pp. 2460(1)-2460(3).

¹⁷⁴ *Ib.*

¹⁷⁵ “Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção Gabinete do Ministro Sr. Vice governador Civil, Srs. Presidentes das Comissões Administrativas das Câmaras Municipais da Região do Porto”, documento manuscrito datado de 29-10-1976 (pasta Hélder Tiago Julho 1976/ Novembro 1976).

¹⁷⁶ “Plenário das Comissões e Associações de Moradores, dos Técnicos das Brigadas e dos Trabalhadores do SAAL-Norte”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp.456-A-457.

¹⁷⁷ “Comunicado”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 457.

¹⁷⁸ “Comunicado”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 457-458.

¹⁷⁹ “Comunicado”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 458.

das Intercomissões de Bairros de Lata e Pobres de Lisboa Interassociações de Moradores dos Arredores emitiriam também um comunicado. Muitas associações, por formas diversas, viriam a divulgar a sua indignação.

Em declarações a um jornal, com destaque de primeira página, José Paz Branco, ex-director do SAAL, acusaria o Ministro da Habitação de estar “a provocar movimentações de massas para contestar o Governo do Partido Socialista”, afirmando de seguida que se tinha acabado de demitir do PS¹⁸⁰.

No mesmo dia, os jornais acusavam a recepção de uma Nota Oficial do Comissariado para os Desalojados que anunciava o desenvolvimento de “um programa de construção de 6 950 fogos”, correspondente a “um investimento de 2 500 contos” e que, “paralelamente”, estava também assegurada “a coordenação e o controlo da construção de casas com ajuda estrangeira”¹⁸¹.

Ainda na imprensa, um diário do Porto, o mesmo que sempre criticara o SAAL, trazia, no mesmo dia, a fotografia da obra de uma operação, acompanhada do seguinte comentário:

“Este um dos blocos-modelo (para um dos bairros) que as ‘abnegadas’ equipas técnicas do SAAL, ‘desinteressadamente’ e por amor a uma ‘causa’ se propuseram ajudar a erguer em benefício de famílias humildes, de gentes marginalizadas que vivem em barracos. Mas entre um barraco que humilha e um bloco que pouco areja, não nos parece que vá diferença que escamoteie sequer o ferrete de ‘gente marginalizada’... que continua a ser explorada”¹⁸².

Como se não bastassem as acusações de peculato e de esbanjamento de dinheiros públicos, era já a própria Arquitectura, que se começava a mostrar, que assim se expunha aos ataques dos detractores políticos do SAAL.

O mês de Novembro começava, assim, com grande instabilidade no terreno da acção e com o “alívio” do poder institucional por tão drástica “clarificação” de um processo cuja continuação se tornava já incomportavelmente incómoda.

Novembro de 1976

Ainda durante Outubro, tinham sido completadas, pelos Serviços Centrais, as fichas de cerca de uma centena de operações, embora em fases processuais muito divesas. De entre as que estavam já em obra, a grande maioria tinha a conclusão dos fogos prevista para o ano de 1977. A extinção do SAAL, numa altura crucial para o desenvolvimento das construções, correspondia, pois, a um golpe irreversível nos objectivos últimos do processo.

Obras iniciadas logo no início de Novembro, foram as do Catujal, em Loures, de Linda-a-Velha, em Oeiras e de Monte Gordo, no Algarve. No Bairro de Santo António, também em Loures, foram entregues, dia 7, os primeiros dezessete fogos. A 22, o MHUC divulgava algumas empreitadas, bem como as atribuições de subsídios às operações SAAL de Contumil e Lapa, no Porto, Falagueira, em Oeiras, Curraleira, em Lisboa, e 28 de Setembro, em Lagos.

Também logo no início do mês, surgiram, das mais diversas entidades ligadas ao processo, veementes tomadas de posição face ao despacho de extinção. As Intercomissões de Lisboa e as Associações de Setúbal, unidas, davam uma conferência de imprensa na Quinta das FONSECAS e convocavam uma manifestação para dia 13¹⁸³. Vinte e três associações do Algarve, reunidas em plenário no dia 6, também denunciariam as “vergonhosas mentiras” e exigiam que os “senhores Ministros” se deslocassem às operações¹⁸⁴. Também os moradores de Oeiras, Setúbal, Coimbra, através das suas organizações se manifestariam contra a posição do Governo. Em Setúbal, uma manifestação no dia 11, convocada pela Interassociações de Moradores de Bairros de Lata de Setúbal e apoiada pela Comissão Dinamizadora do Abaixamento das Rendas de Casa, juntaria

¹⁸⁰ “Porquê? Governo Líquida Processo SAAL”: *O Diário*, 30-10-1976.

¹⁸¹ “Em Construção 6 950 Fogos para Desalojados”: *Jornal de Notícias*, 30-10-1976; e, também, “O problema habitacional dos retornados Cerca de sete mil casas concluídas no próximo ano”: *O Comércio do Porto*, 30-10-1976.

¹⁸² *O Comércio do Porto*, 30-10-1976.

¹⁸³ “Conferência de Imprensa (Texto Base)”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 468-469.

¹⁸⁴ “Posição dos Moradores SAAL/Algarve, Referente ao Despacho Conjunto do MHUC/MAL, de 27-10-1976, sobre a Extinção do SAAL”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 477.

centenas de moradores em repúdio pela decisão do Governo de eliminar o SAAL. Embora debaixo de chuva intensa, foram ouvidas palavras de ordem como: “não ao despacho reaccionário, não ao controlo camarário!”¹⁸⁵.

Os trabalhadores da Regional Centro Sul, no seu documento de repúdio pelo Despacho, publicaram também um conjunto de propostas, das quais se destacava a elaboração de “um ‘livro branco’ sobre o SAAL a entregar ao PR, CR, AR; Conselho de Ministros, órgãos de informação, Câmaras Municipais, Organizações Populares e Organismos Internacionais”¹⁸⁶.

Quanto aos trabalhadores do SAAL-Norte, divulgariam, em conferência de imprensa, um comunicado datado de 2 de Novembro, no qual, entre vários desmentidos e desmistificações, publicavam os números respeitantes aos honorários pagos às brigadas. Enumeravam também as operações em curso no SAAL-Norte – 65 –, o “número de fogos abrangidos” – 16 407 –, o “número de habitantes” – 58 004 – e o “número de pedidos de intervenção à espera de resposta” – 47. Seguidamente, davam a conhecer o estado das operações: “[...] com estudo geral de implantação ou urbanização” – 5 678 fogos em 32 operações –; “com estudo prévio” – 1 075 fogos em 11 operações –; “com anteprojecto” – 1 295 fogos em 23 operações –; “com projectos concluídos” – 1 234 fogos em 21 operações –; e “em obra” – 380 fogos em 11 operações¹⁸⁷. Nessa mesma conferência de imprensa, as brigadas do SAAL-Norte classificavam o ataque ao SAAL como “terrorista [...], traiçoeiro [...], mentiroso [...] e descricionário”¹⁸⁸. Era também divulgada uma bibliografia sobre o SAAL, eram enumeradas as conferências e as teses académicas, as exposições, os filmes, os convites internacionais. O SAAL, pela sua especificidade, começava a ser conhecido e referenciado em todo o mundo, do Japão à Dinamarca, da Itália à Tailândia, da Holanda ao Canadá¹⁸⁹.

No dia 3 de Novembro, realizava-se a 2ª. Sessão do VI Conselho Nacional do SAAL. De entre as suas conclusões, podem destacar-se a decisão de dar sequência à proposta de elaboração de um “livro branco”; o apelo à continuação do acompanhamento da luta dos moradores; a organização de várias exposições sobre o trabalho das brigadas; a aprovação do Plano de Actividades para 1977; e mais uma minuta de alteração ao despacho de financiamento¹⁹⁰. A alteração dizia respeito a uma verba a atribuir de 165 contos por fogo, em lugar dos 90 contos praticados até à altura. No Plano de Actividades para 1977, estavam previstos cerca de 73 000 contos para despesas correntes, nas quais se incluíam os honorários a pagar às brigadas, e cerca de um milhão e meio de contos para despesas de capital, nas quais se incluíam os empréstimos às associações¹⁹¹.

Os trabalhadores das brigadas de Lisboa, reunidos em Plenário a 4 de Novembro, mostravam-se agastados com as declarações ministeriais e decidiam enviar uma carta aberta ao Primeiro Ministro, na qual denunciavam “mentiras”, corrigiam afirmações e declaravam que as facturas dos honorários estavam à disposição de quem as quisesse consultar, para provar que as acusações de esbanjamento eram falsas. Corrigindo também o número de fogos concluídos, referido pelo Ministro no seu discurso de 29 de Outubro, afirmavam que se encontravam 136 fogos novos concluídos, e não os 31 relatados pelo MHUC, e que, para além disso, ainda havia a considerar 24 fogos recuperados, 2 127 fogos novos em construção, 9 fogos em recuperação. Acrescentavam também que, no final do ano, estariam em construção 3 786 fogos novos; e que, durante o primeiro trimestre de 1977, se iniciariam mais 5 061 fogos novos e 545 recuperações¹⁹².

Em Assembleia Geral, realizada a 4 de Novembro, os trabalhadores dos Serviços Centrais do SAAL protestavam contra a falta de informação prévia do Despacho e aprovavam um conjunto

¹⁸⁵ “Setúbal-Lisboa Moradores na Rua por Melhor Vida e Casa Digna”: *Voz do Povo*, 18-11-1976; e, também, “Setúbal Moradores de bairro de lata repudiam extinção do SAAL”: *Página Um*, 13-11-1976.

¹⁸⁶ “Proposta Aprovada no Plenário de Trabalhadores SAAL (Regional Centro-Sul) de 1-11-1976”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 462-464.

¹⁸⁷ “Comunicado à Imprensa”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 464-466.

¹⁸⁸ “Extinção do SAAL ‘O ministro da Habitação fez como Salazar’”: *Página Um*, 5-11-1976.

¹⁸⁹ *Ib.*

¹⁹⁰ “Conclusões do Conselho Nacional do SAAL em 3-11-1976”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 469-470.

¹⁹¹ “Plano de Actividades para 1977”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 470-471.

¹⁹² “Carta Aberta ao Primeiro Ministro”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 473-475.

de medidas tendentes a garantir a unidade de posições face a qualquer eventual conflito laboral com a Comissão Directiva do FFH¹⁹³.

Mas o Presidente da Comissão Directiva do FFH, em Despacho de 5 de Novembro, clarificava desde logo a situação, sublinhando que os contratos com as brigadas terminariam no limite do seu período de vigência, e aconselhava os técnicos a contactar as respectivas Câmaras Municipais¹⁹⁴.

O Ministro da Habitação, por seu lado, defendia-se, em entrevista a um semanário, da onda de protestos que assolava a sua decisão. Classificava o seu próprio Despacho como “correctivo”, na tentativa de “repor as coisas de forma a a que as autarquias e o Ministério da Habitação [pudessem] intervir activamente na resolução das carências habitacionais das populações”. Considerava também que as brigadas se tinham constituído numa “estrutura paralela às estruturas das autarquias, do FFH e do próprio Ministério”, que estavam “mais interessadas numa acção política [...] e menos na resolução dos graves problemas que afectavam as próprias populações”¹⁹⁵. Alguns dias mais tarde, um outro Despacho seu ordenava uma sindicância para averiguar “as possíveis irregularidades e seus responsáveis”. Tal decisão partia do pressuposto que não tinha existido “actividade regular e responsável, quer da parte dos elementos competentes das brigadas do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), quer de funcionários ou agentes do Fundo de Fomento da Habitação (FFH)”. Para o efeito, nomeava o licenciado José Cândido de Oliveira Lopes, o Dr. Manuel Rosendo Rito e o Dr. José Fernandes Tão¹⁹⁶.

Este Despacho geraria nova vaga de indignação. Das posições então tomadas destacava-se, porém, a dos trabalhadores dos serviços e do Secretariado das Brigadas Técnicas do SAAL-Norte, que exigia que o inquérito fosse global, ou seja, que incluísse “os principais responsáveis pela paragem do processo: os governos, as Câmaras, o FFH e o próprio Ministério da Habitação”¹⁹⁷.

Alguns partidos políticos também se pronunciariam sobre a extinção do SAAL. O Movimento de Esquerda Socialista apelava à continuação das obras e à “ofensiva popular” contra as tentativas governamentais de acabar com o processo¹⁹⁸. A Célula do Partido Comunista Português do FFH acusava o Ministro de “inoperância (no sentido de esquerda, mas eficácia no sentido da recuperação capitalista)” e alertava para as graves ameaças ao direito ao trabalho dos “colegas do SAAL”¹⁹⁹.

Foi neste ambiente de indignação e protesto que se realizou, em Lisboa, no dia 13, mais uma manifestação de repúdio pela extinção do serviço. Organizados por bairros, os manifestantes representavam as organizações de moradores de Lisboa, arredores, Setúbal e Coimbra. Deslocaram-se desde o Terreiro do Paço até ao MHUC. Aí chegados, foi uma delegação tentar, em vão, que alguém os recebesse. Nesse intervalo alguns oradores, representando as diversas estruturas sociais e territoriais, discursaram. Usando então da palavra, um trabalhador do SAAL Centro Sul anunciava aos moradores presentes a saída, em breve, de um livro que seria entregue a todas as Associações com quem o SAAL trabalhou²⁰⁰.

Nos Serviços Centrais, entretanto, gerara-se a mais completa das indefinições em relação ao seguimento dos processos. Um Plenário de Trabalhadores, efectuado no dia 19 de Novembro, foi marcado por notícias de redistribuição dos funcionários, da sua dispersão pelos vários serviços e de ordens superiores que impediam as brigadas volantes – topógrafos, fiscais, etc. – de apoiar as equipas técnicas de apoio local²⁰¹.

¹⁹³ “Moção”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, p. 472.

¹⁹⁴ “Despacho da Comissão Directiva do FFH”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 476-477.

¹⁹⁵ “Extinção do SAAL gera polémica”: *Expresso*, 5-11-1976.

¹⁹⁶ “Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção Gabinete do Ministro Despacho ministerial”: *Diário da República*, II série n.º. 264, 11-11-1976, p. 7421.

¹⁹⁷ “Reacções à Sindicância aos Funcionários do SAAL”: *Diário Popular*, 16-11-1976.

¹⁹⁸ “Pelo Direito à Habitação”: *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, pp. 460-462.

¹⁹⁹ “P.C.P. Comunicado”, documento policopiado, s/ data, assinado por A Célula do Partido Comunista Português do FFH (pasta Hélder Tiago Julho 1976/ Novembro 1976).

²⁰⁰ “SAAL Moradores pobres exigem casas de ‘pedra e cal’”: *Página Um*, 15-11-1976.

²⁰¹ “Comunicado”, documento policopiado, s/ data, assinado por Os Trabalhadores do SAAL (Serviços Centrais) (pasta Hélder Tiago Julho 1976/ Novembro 1976); cf., também, “SAAL as obras vão parar”: *Voz do Povo*, 25-11-1976.

Dezembro de 1976

Parecia evidente a derrocada do processo. Aquela que tinha sido uma das suas grandes vantagens – a flexibilidade derivada do “desprendimento” institucional – tinha sido, sintomaticamente, o principal argumento para o seu desmantelamento e constituía, agora, a fragilidade impeditiva de qualquer possibilidade de ressurgimento.

Durante o mês de Dezembro, porém, e sequenciando anteriores compromissos, ainda tiveram início os trabalhos da brigada técnica da Quarteira, no Algarve, bem como as obras nas operações de Bela Flor e Embrechados, ambas em Lisboa, e de Batateiro e Pinhal das Areias, no Seixal.

O Ministro da Habitação divulgava, numa extensa entrevista, a atribuição de um milhão e meio de contos às autarquias para utilizarem num programa de “habitação social”. Acerca do SAAL, desmentiria a intenção de pôr termo ao programa, preferindo antes falar em correcção “dos desvios verificados” que consistiam, basicamente, em: “discriminação na escolha das populações”; “a quase exclusividade das acções nos maiores centros ou nas regiões mais desenvolvidas”; o conseqüente “abandono das populações rurais”; e o suspeito “espírito de sacerdócio de alguns agentes, por vezes sem a adequada preparação e quase sempre demasiadamente auto-bem remunerados para o serviço prestado, acumulando com outras ocupações, em profissão liberal”. Acrescentava ainda que, as “brigadas cujo trabalho seja reconhecido [...] continuarão a funcionar sob a orientação dos órgãos autárquicos próprios”²⁰².

A 12 de Dezembro, realizaram-se as eleições para as autarquias. O partido mais votado seria o PS, com 33,47%, seguido do PPD, com 24,71%, da FEPU, com 17,97%, e do CDS, com 15,93%²⁰³. Também ao nível territorial se começava a completar o ciclo da normalização e da institucionalização democráticas, mas nada nem ninguém, nestes novos centros de veiculação local do poder, estava minimamente preparado para acolher os complexos compromissos inerentes à especificidade processual do SAAL. Em primeiro lugar, porque eles tinham, em grande parte, nascido de uma relação rica, mas necessariamente falível e hesitante, com a prática e com o trabalho directo com as populações. Em segundo lugar porque o SAAL, precisamente em função da sua alteridade programática face ao poder instituído, quase não tinha, salvo raras e efémeras excepções, penetrado fundo nas máquinas tecnico-administrativas das Câmaras, pelo menos o suficiente para as “contaminar”, como constava, de resto, do lote de intenções iniciais.

Restava então esperar e ver o que era possível resgatar daquelas obras e daqueles projectos abruptamente interrompidos. As brigadas técnicas movimentavam-se no sentido de conseguir garantias de prossecução dos trabalhos. Alguns temiam que a dispersão viesse a beneficiar determinados processos em prejuízo de outros²⁰⁴.

As Câmaras, por seu lado, ou ignoravam as operações, ou nomeavam técnicos para instruir relatórios acerca do que estava feito.

No caso do Porto, esses relatórios foram particularmente acintosos na apreciação “arquitectónica” das operações. De um modo geral, as novas construções foram consideradas deficientes, não gozavam das condições de habitabilidade desejáveis e eram avaliadas como “frias, monótonas e deprimentes”. Sob os pontos de vista estrutural e construtivo, a análise também não era muito favorável. Considerava-se que havia contradição entre sistemas construtivos e sistemas estruturais e condenava-se veementemente a opção da utilização de platibandas e rufos, que duravam, no máximo, dez anos, ao passo que “o telhado tradicional realizado em boa telha ou fibrocimento, sem platibandas

²⁰² “O ministro Eduardo Pereira revela ao ‘DN’ Autarquias vão dispor de um milhão e meio de contos para utilizarem num programa de habitação social”: *Diário de Notícias*, 17-12-1976.

²⁰³ Cf. Henrique Barrilaro Ruas, “O Poder Local”: António Reis (coordenação), *Portugal 20 Anos de Democracia*, s. l., Círculo de Leitores, 1994, p. 90.

²⁰⁴ Num comunicado do Secretariado das Brigadas Técnicas do SAAL-Norte, podia ler-se, no final: “Nota Importante: dado que o plenário de B.T. decidiu actuar colectivamente e prevenendo-se a publicação de directivas provenientes quer do FFH quer do MHUC e MAI, etc., relativas à situação contratual ou outra das B.Ts., este Secretariado considera não poder ser tomada nenhuma atitude individual por parte das B.Ts., sem prévio contacto com este Secretariado, que convocará o Plenário das B.Ts., caso seja necessário. Cf. “Secretariado das Brigadas Técnicas do SAAL-Norte Comunicado n.º.1”, documento policopiado, datado de 6-11-1976 e assinado por O Secretariado das Brigadas Técnicas (pasta SAAL-Norte Circulares/ Expediente Geral).

e com cornijas, poderá durar os cinquenta anos sem grandes reparações[...]”²⁰⁵. No extenso relatório, as apreciações mais expressivas diziam, porém, respeito às opções de localização e de implantação. A opção de recuperar a estrutura espacial das ilhas e dos interiores dos quarteirões, para além de ser avaliada como “institucionalização em 1977 das ilhas do século passado” correspondia, no entender do relator, “à supressão das áreas verdes da cidade e das reservas de terrenos necessários à criação de instalações de interesse colectivo”²⁰⁶. Sintomática e esclarecedora, a este propósito, era a seguinte passagem: “ a rede ferroviária existente, quando melhorada e conjugada com o Plano Director da Região, poderá impulsionar a criação de novos locais de trabalho ao longo do seu traçado , com as zonas residenciais correspondentes e permitir a descentralização urbana que se impõe”²⁰⁷. A Câmara, e sobretudo o seu aparelho técnico e administrativo, nunca tinham perdoado a insubmissão dos técnicos do SAAL em relação ao planeamento vigente, mas a principal razão das discordâncias era a questão do potencial valor fundiário dos solos. As populações deveriam ser deslocadas para a periferia e os terrenos deviam cumprir a sua função de “aquecer” e dinamizar o mercado especulativo. Com o SAAL, esse ciclo começava a ser ameaçado. Ainda no mesmo relatório, era preconizada “uma política realista de solos que garanta a propriedade privada, desde que ela não se sobreponha aos interesses da colectividade, e não se baseie na expropriação violenta e injusta praticada através da aplicação dos decretos que institucionalizaram as intervenções SAAL”²⁰⁸.

No final de Janeiro de 1977, foi apresentado ao Presidente da Câmara do Porto um abaixo-assinado, subscrito pelo Secretariado das Brigadas Técnicas do SAAL-Norte e por mais vinte e dois chefes de brigada, no qual exprimiam a sua indignação pelas “graves ofensas de que foi vítima o Arqº. Álvaro Siza Vieira, na sua qualidade de responsável pela Brigada Técnica de S. Vitor” por parte de um técnico da edilidade. Pediam também a rápida resolução para o assunto da fórmula sequencial das operações²⁰⁹. Poucos dias mais tarde, os mesmos subscritores apercebiam-se, porém, que a solução estava dependente das apreciações que os técnicos camarários pudessem fazer. Em nova carta ao Presidente da Câmara, viriam a exigir reconhecimento técnico e profissional do seu trabalho, afirmavam-no como “directamente avalizado pelas Associações de Moradores” e achavam “intolerável” que “um grupo de [...] Técnicos-Funcionários dessa Câmara ultrapasse as suas funções [...] invadindo as obras sem o mínimo cuidado em consultar os interessados –fazendo comentários aos projectos e à execução das obras, em linguagem grosseira e ignorando o Código de Deontologia Profissional”²¹⁰. Estava instalado um conflito irresolúvel, que havia de marcar para sempre a prossecução positiva de dezenas de projectos e que afastava, quase genericamente, os técnicos das brigadas das operações que tinham acompanhado.

Em contrapartida, além-fronteiras, crescia o interesse pelo processo a agudizava-se o apetite pela sua divulgação. Em Abril de 1977, Alexandre Alves Costa e Sergio Fernandez orientavam um Seminário sobre “Experiências de intervenção urbana e no campo da habitação, em Portugal, depois do 25 de Abril”, no Colégio de Arquitectos de Bilbao.

Também em Abril de 1977, um grupo de arquitectos italianos – Pierluigi Nicolini, Roberto Collovà, Emilio Battisti, Francesco Marconi, entre outros – convidava Nuno Portas, Álvaro Siza e Alexandre Alves Costa para um ciclo de conferências sobre o SAAL, a proferir em diversas escolas de Arquitectura. Começaram em Turim, percorreram Milão, Veneza, Pescara, Roma, Cosenza, Reggio

Janeiro de 1977

Início da internacionalização do SAAL

²⁰⁵ “Análise Global dos Empreendimentos Programados pelo SAAL-Norte sob o Ponto de Vista Construtivo”, documento dactilografado, datado de 13-2-1977 e assinado por António José Marques, Engenheiro Civil (pasta SAAL-Norte Circulares/ Expediente Geral).

²⁰⁶ “An

²⁰⁷ *Ib.*

²⁰⁸ *Ib.*

²⁰⁹ Exº. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, documento dactilografado datado de 27-1-1977 e assinado por 4 membros do Secretariado das Brigadas Técnicas do SAAL-Norte e por 22 responsáveis de Brigadas Técnicas (pasta SAAL-Norte Circulares/ Expediente Geral).

²¹⁰ Exº. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, documento dactilografado datado de 4-2-1977 e assinado por 3 membros do Secretariado das Brigadas Técnicas do SAAL-Norte e por 18 responsáveis de Brigadas Técnicas (pasta SAAL-Norte Circulares/ Expediente Geral).

Calabria e acabaram em Palermo, a 28 de Abril. Levavam consigo uma mostra, constituída por grandes painéis em cópia heliográfica, que divulgava as operações e os principais projectos. Em cada faculdade por onde passavam, deixavam uma exposição montada e as conferências atraíam multidões de estudantes e interessados.

Ainda em 1977, mas em Outubro, o 30st. International Course on Housing, Planning and Building, do Bouwcentrum de Roterdão, incluía um Seminário sobre o processo SAAL, administrado também por Sergio Fernandez e por Alexandre Alves Costa. Dado o seu interesse, esse Seminário repetir-se-ia sucessivamente, integrado nos cursos dos anos subsequentes, até 1983.

Na Semana de Arquitectura de Vitória, organizada, em Junho de 1978, pela Delegação em Alava do Colégio de Arquitectos Vasco-Navarro, Fernando Távora e Alexandre Alves Costa participaram numa série de debates públicos em que o assunto dominante foi o SAAL.

Em 22 de Março de 1979, Christine e Ephem Smyrski-Schluger levavam o tema até ao M.I.T., do outro lado do Atlântico, numa conferência intitulada "Worker Housing. Portugal 74-79".

Em Portugal, também tiveram lugar algumas acções de divulgação: uma exposição na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa, no mês de Junho de 1977; uma outra dos projectos do SAAL-Norte, na ESBAP, com o título "Intrevenção Participada na cidade", em Julho do mesmo ano; e, novamente na Sociedade Nacional de Belas-Artes, um ano mais tarde, uma instalação de Artur Rosa que enquadrava os projectos do SAAL no seu ambiente de produção – o atelier.

Mas a verdade é que, no terreno concreto da acção, o SAAL tinha já a observância dos seus objectivos definitivamente comprometida por decisão política. Restava, em muitos dos casos, o entusiasmo das populações, a elas cabia fazer pressão para acabar o que tinha sido iniciado.

Em contraste com a situação institucional do processo, a sua realidade física indiciava outras esperanças. Nos diversos bairros, as paredes, lentamente, lá apareciam erguidas. O grande objectivo do SAAL começava a ficar explícito no território. Os lintéis, os tijolos, os blocos aparelhados, em melhores ou piores condições técnicas, traduziam a inegável força de vontade e as barreiras que fora necessário demolir.

Começaram a aparecer casas, umas mais semelhantes a prédios, outras razoavelmente individualizadas, outras demasiado parecidas com o que lá estava antes, mas mais confortáveis, outras quase acabadas, todas elas substancialmente diferentes daquilo que os moradores estavam à espera, muito diferentes de tudo o que o mercado tinha para lhes vender como produto, muito diferentes do que eles teriam feito se fossem eles a usar o terreno para construir, como sugeria o despacho fundador.

C A P Í T U L O V I

**Os projectos dos bairros.
Continuidades, evoluções e alternativas**

"Era stato un rivoluzionario, a quei tempi, Enrico: aspettava che il proletariato prendesse il potere e gli affidasse la costruzione della Città. Ma il proletariato tardava a vincere, e poi pareva che non condividesse l'esclusiva passione d'Enrico per le muraglie nude e i tetti piatti.[...]

Passando in motoscooter quel giorno per i quartieri della periferia, Enrico non ripigliava arie per le sue antiche riflessioni sullo squallore dei casamenti operai, ma fiutava nel vento, come un cerbiatto in cerca d'erba tenera, l'odore delle aree fabbricabili."¹

Para além de, no âmbito genérico das "ciências sociais", se ter tornado um tema de interesse obrigatório², o processo SAAL, desde muito cedo, chamou também a atenção dos mais atentos fóruns de crítica arquitectónica. Contribuíram para isso o seu carácter inovador, enquanto suporte institucional de formulações teóricas adquiridas, o crescente interesse pelas arquitecturas periféricas do sistema mundial e a concentração das atenções internacionais na situação política portuguesa. Revistas como a catalã *CAU*³ e a italiana *Città Classe*⁴, publicavam dossiers ou artigos dedicados ao SAAL ou à Arquitectura portuguesa contemporânea. Autores como Luís Bruno Soares ou Vítor Matias Ferreira começavam a reflectir, a quente, sobre as experiências que estavam ainda a decorrer. Mesmo revistas mais generalistas, como a italiana *Panorama*, incluíam artigos sobre o SAAL no contexto político português⁵.

Logo em 1976, outra revista italiana, *Lotus International*, publicava um artigo sobre a operação de S. Vítor⁶ e a francesa *L'Architecture d'Aujourd'hui* inseria um dossier sobre Portugal no seu número de Maio e Junho. Embora divulgando a generalidade da produção arquitectónica nacional, devidamente emoldurada pelos contextos sociais e políticos, o tema de destaque era, sem dúvida, o SAAL. Para além da divulgação dos projectos das operações de Bacalhau – Monte Coxo, Pinhal das Areias, FONSECAS – Calçada, Antas, S. Vítor, 11 de Março de Olhão e Meia Praia, incluía um conjunto de artigos e debates sobre a prática arquitectónica que, de forma directa ou indirecta, se relacionavam com o SAAL.

Oriol Bohigas, por exemplo, questionava-se se a participação no SAAL não seria a via de integração da obra de Siza na produção massiva e nas transformações urbanas significativas, que pudesse, inclusivamente, conduzi-lo a novas atitudes metodológicas mediante o confronto com outra realidade⁷. Gonçalo Byrne, pelo contrário, afirmava que as hipóteses de emergência de uma prática inovadora eram muito remotas. Dois anos também não tinham sido suficientes para gerar essa prática, sobretudo quando, como aconteceu, foram monopolizados pelas prioridades da luta política. A inércia de um exercício profissional rotineiro e acrítico, herdado do período anterior, era demasiado forte para ter sido quebrada com o aparecimento dos novos programas habitacionais

¹ Italo Calvino, "La collana della regina": *Romanzi e Racconti*, Milão, Arnoldo Mondadori, 2001, [Volume terzo], pp. 1144-1145.

² Meramente a título de exemplo, tomem-se, como significativos: Vítor Ferreira, "Un intervento di politica urbanistica: il SAAL": *Città Classe*, 4, 1975, pp. 10-20; "La question du logement au Portugal démocratique. Entretien exclusif avec Nuno Portas Secrétaire d'Etat au Logement du gouvernement provisoire portugais" [Entretien réalisé à Lisbonne le 23 juin 1974 par Manuel Castells]: *Espaces et Sociétés*, 13-14, 1974-1975, pp. 199-207; Christian Topalov, "La politique du logement dans le processus révolutionnaire portugais (25 avril 1974 – 11 mars 1975)": *Espaces et Sociétés*, 17-18, 1976, pp. 109-136; Luís Leitão, António Dias, Jorge Manuel, Laurent Dianoux, "Mouvements urbains et commissions de Moradores au Portugal (1974-1976)": *Les Temps Modernes*, 388, 1978, pp. 652-686; "A Operação SAAL": *Binário*, 205-206, 1976.

³ *CAU Construcción Arquitectura Urbanismo*, 30, 1975.

⁴ *Città Classe*, 4, 1975.

⁵ Lorenzo Berni, "Architettura Portogallo: operazione SAAL": *Panorama*, [anno XVI], 620, 1978.

⁶ "L'isola proletaria come elemento base del tessuto urbano": *Lotus International*, 13, 1976, pp. 80-93.

⁷ "La Passion d'Alvaro Siza", "Selon Oriol Bohigas": *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 185, 1976, p. 43.

e corria, portanto, o sério risco de se prolongar no futuro próximo. Byrne chegava mesmo a referir, com alguma insistência, que a relação dos arquitectos com as comissões de moradores, nas operações SAAL, em nada tinha variado do tipo de relacionamento tradicional arquitecto – cliente. Na sua opinião era, assim, pouco credível que se pudesse falar na emergência de uma nova prática crítica, gerada a partir do SAAL⁸.

Acerca das consequências do SAAL para o exercício futuro da profissão em Portugal, Raúl Hestnes Ferreira também não se mostrava nada optimista. Consciente que o processo tinha oferecido amplas possibilidades de trabalho a um grande grupo de arquitectos, que, momentaneamente embora, tinham ficado penalizados pela ausência de encomenda, distinguia claramente os tecnocratas, nostálgicos dos privilégios do marcelismo, daqueles que tentavam encontrar uma certa coerência entre a prática profissional e o sentido político e social da revolução. Para Hestnes, a visão oficial do estatuto do arquitecto em Portugal era tradicionalmente associada à do artista irresponsável, o que provocava o seu afastamento da administração precedente. Com o 25 de Abril, porém, algumas coisas tinham mudado pois já era possível assistir a uma tomada de posição política da classe perofissional, referindo-se, também, aos cargos governativos que tinham vindo a ser assumidos, nomeadamente por Nuno Portas. Ao contrário de Gonçalo Byrne, considerava que tinha havido, com o SAAL, uma aproximação entre o arquitecto e o utente, muito por intermédio dos estudantes que tinham estado no terreno, e que a população, de um modo geral, tinha aceiteado facilmente o papel dos projectistas na sua especificidade técnica. O futuro da profissão, na opinião de Raúl Hestnes Ferreira, dependia directamente da evolução social e política do país, no entanto, os arquitectos, quer os que tinham ocasionalmente ocupado o poder, quer aqueles que tinham experimentado o projecto em interacção com a ideologia, deviam também tomar em mãos a avaliação operativa dessas experiências. Concluía, contudo, e daqui o pouco optimismo da sua posição, que, face à situação, era previsível o regresso a uma prática profissional próxima da que existia antes do 25 de Abril. Toda a acutilância do potencial crítico demonstrado não se tinha, no seu entender, traduzido em acções coerentes, lúcidas e eficazes, daí a previsão de uma nova permeabilidade ao grande capital europeu da indústria da construção que já anunciava a sua entrada no país⁹.

Usando como título uma frase de Nuno Portas que caracterizava o SAAL – “*l’exception irrationnelle du système*” –, Brigitte David fazia o balanço do processo. Na sua avaliação, o SAAL, embora limitado do ponto de vista orçamental, fora uma medida política original que, partindo ao aparelho de Estado, podia ser considerada como das mais revolucionárias no domínio do alojamento. De acordo com este artigo, um dos traços mais significativos da originalidade do processo residia no modo de encarar a habitação, não como um assunto individual, mas sim como uma acção comum em prol da defesa do interesse de todos. A vantagem do SAAL estava, segundo Brigitte David, nas aberturas políticas que proporcionava, na consciencialização efectiva de um grupo em torno de proveitos comuns. Considerava a experiência como tendo sido extremamente rica para os arquitectos envolvidos. Citava Alexandre Alves Costa para reafirmar que o SAAL, quando confrontava os técnicos com os problemas dos moradores em luta pela habitação e pelo direito à cidade, punha em causa a “superioridade cultural” e a visão “neutral” dos tecnocratas. Na sua opinião, os arquitectos intervenientes tinham realmente mudado a metodologia de trabalho, as principais razões dessa mudança estavam, porém, meramente associadas à necessidade de comunicar o projecto com os moradores interessados. Apesar de achar que o SAAL tinha mexido ligeiramente com o modo de conceber o projecto, Brigitte David concluía, contudo, que não tinha conseguido interferir no modo de produção das habitações nem na divisão social do trabalho¹⁰.

A terminar o dossier, a transcrição de uma mesa redonda moderada pelo chefe de redacção da revista, Bernard Huet, a qual contava com a participação de Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Filipe Lopes, Manuel Vicente, Gonçalo Byrne e Raúl Hestnes Ferreira. A encetar o debate, Portas

⁸ Gonçalo Byrne, “Quelques Prémices pour une Architecture Nouvelle”: *ib.*, pp. 32-33; ver, também, “SAAL Architectes, quel Avenir?": *ib.*, p. 80.

⁹ Raúl Hestnes Ferreira, “Le 25 Avril 1974 ... et les Architectes”: *ib.*, pp. 58-59.

¹⁰ Brigitte David, “Le SAAL ou l’Exception Irrationnelle du Système”: *ib.*, pp. 60-61.

afirmava que, pela primeira vez, o trabalho dos arquitectos se desdobrara em trabalho político, facto que, entre outras coisas, os obrigara a reflectir com mais profundidade sobre o papel das instituições. Para que as potencialidades do trabalho não se esvanecessem, ele próprio, enquanto Secretário de Estado, tinha solicitado a supressão de todos os planos de urbanismo até que a situação política estabilizasse. Essas potencialidades, aliás, estavam bem expressas no número de profissionais que aderiu: um terço dos arquitectos portugueses. Reconhecendo que, no plano municipal, os obstáculos se deveram, essencialmente, à fragilidade burocrática e institucional do processo, achava que, nas zonas onde a sua implantação era forte, as operações subsistiam como a *excepção irracional do sistema*. Apelando às suas convicções de sempre, achava que a especificidade socio-política do contexto tinha levado os moradores a recusar a autoconstrução, mas que, com o tempo, eles passariam, gradual e espontaneamente, a reconsiderar à ideia. Quanto às ofertas de auxílio estrangeiro, que tão directamente se tinham confrontado com o SAAL, Portas achava que, embora não tivesse tido conhecimento de qualquer tipo de pressão para utilizar tecnologias derivadas dos respectivos sectores nacionais de investimento, não deixava de ser muito difícil aceitar o apoio externo sem qualquer espécie de contrapartida técnica. No horizonte próximo estava, em seu entender, a recuperação capitalista da indústria da construção civil, por isso, o Estado devia acompanhar, regular e incentivar a actividade do sector.

Nuno Teotónio Pereira, por seu lado, explicava as diferenças políticas e geográficas entre Lisboa e o Porto para concluir que a tradição progressista dos arquitectos nortenhos vinha vindo a ser construída desde os anos cinquenta, ao passo que, na capital, muitos profissionais estavam já envolvidos nos projectos do neocapitalismo. Na sua opinião, o processo SAAL traduzia perfeitamente essa situação.

Os argumentos de Gonçalo Byrne eram mais extremados. O SAAL tinha nascido como instrumento de controlo dos movimentos de massas; os arquitectos envolvidos agiram meramente como técnicos; não foi, de modo nenhum, superada a tradicional relação arquitecto-cliente e, em muitos casos, as brigadas cederam facilmente às tentações de um apoio paternalista, interferindo na forma como os moradores conduziam a luta. Lançava o alerta, a especulação fundiária não morrera, estava apenas em hibernação e, com ela, também o exercício da profissão liberal hibernava enquanto esperava pelo contingente de arquitectos militantes que tinham estado ao serviço do SAAL.

Quem não concordava com estas posições de Byrne era Filipe Lopes. Em seu entender, o SAAL não tinha surgido como resposta mas sim o contrário, ou seja, tinha provocado todas as solicitações inerentes à luta dos moradores. A raiz fascizante da administração pública tinha emperrado todo o processo, tudo o que se tinha vindo a fazer no âmbito do SAAL podia, a justo título, ser considerado anti-urbanismo, ou antiplanos, mas era exactamente isso que as populações, por oposição, queriam.

Pela parte de Manuel Vicente seriam reafirmadas algumas preocupações: estava-se numa fase muito perigosa, em sua opinião, a maior parte da infra-estruturação dos bairros estava a acabar e podia vir a ser recuperada para a especulação. Da sua própria experiência retirava o empenho no estabelecimento de relações directas entre o desenho e as formas de produção, condicionando, desse modo, a adjudicação às pequenas e médias empresas. Privilegiava a questão da construção da cidade em detrimento da da construção do objecto e deixava transparecer a lição kahniiana, ao referir a procura constante das qualidades “universais” do espaço.

Para Raúl Hestnes Ferreira, o problema da escolha das tipologias não passara, não podia ter passado, pelos arquitectos. A escolha de habitações colectivas na sua operação tinha partido inteiramente dos moradores e estava associada à consciente rejeição dos modelos ruralistas individuais. As vantagens do SAAL, em seu entender, estavam no carácter inovador e imprevisível do trabalho. Sem serem premeditadas, as consequências do processo no plano da descentralização das decisões e no da participação das populações foram realmente marcantes. Já quanto à produção propriamente dita, punha dúvidas pertinentes: era possível garantir bons níveis de qualidade num sistema de produção do tipo autogestionário? Haveria alternativas entre a produção artesanal e as grandes empresas industrializadas? A sua opinião era que, no contexto urbano, as opções não podiam ser unificadas e era necessário encontrar processos que diversificassem os sistemas

produtivos. Quanto à relação arquitecto – morador, Raúl Hestnes divergia também da opinião de Byrne e achava que se estabelecera um outro tipo de elo, do tipo cliente, sem dúvida, mas que tinha em conta os contextos da luta, da divisão do trabalho e da produção económica¹¹.

Ainda em 1976, também a revista italiana *Casabella* inseria, no seu número de Novembro, um extenso artigo sobre o SAAL, da responsabilidade de Francesco Marconi, ao longo do qual eram divulgadas as operações de Massarelos, Miragaia, Leal, Lapa, Antas e S. Vitor, no Porto, de Santo António e Torre, em Loures, das Fonsecaas – Calçada e do Bacalhau – Monte Coxo, em Lisboa, e da Conchada, em Coimbra. Também aí se afirmava que, através do SAAL, a questão da habitação tinha conhecido soluções e desenvolvimentos nunca antes experimentados. A originalidade do processo, segundo Marconi, estava na circunstância de não se conferir tanta importância ao “produto final” – a casa – mas sim aos meios para a alcançar, promovendo, simultaneamente, nas populações um avanço das formas de maturação política. As primeiras respostas dos moradores, quando incentivados a colaborar ao nível do projecto, expressavam-se através dos modelos de habitação pequeno-burgueses, conotados com pressupostos ideológicos individualistas. Em sua opinião, portanto, o trabalho com a população excluía naturalmente os técnicos que não tivessem uma posição de classe definida, uma vez que o seu papel era o de incentivar a discussão sobre a função da casa, sobre as relações orgânicas entre as suas partes, sobre o significado dos espaços colectivos, sobre os equipamentos e sobre a influência da distribuição espacial na vida familiar e comunitária. Os técnicos deviam apoiar não só o projecto, mas também a concepção dos jornais de bairro, promover iniciativas culturais e, sobretudo, ter uma participação inventiva na própria construção das casas. Acreditava que, do ponto de vista urbano, o SAAL se podia assumir como uma alternativa de escala aos modelos de crescimento industrial mas, no essencial, achava que as suas maiores vantagens se reproduziam no plano político, ou seja, na forma como o SAAL abria e preparava o terreno para lutas cada vez mais avançadas¹².

Poucos meses volvidos, uma editora italiana publicava um livro, assinado por Francesco Marconi e Paula de Oliveira, cujo tema era o processo SAAL¹³. Prefaciado por Nuno Portas, o livro aprofunda as convicções expressas no artigo anterior e individualiza, descrevendo algumas das suas características, as operações de S. Vitor, Antas, Miragaia, Massarelos, Lapa e Leal, no Porto; Fonsecaas–Calçada e Bacalhau–Monte Coxo, em Lisboa; Santo António e Torre, em Loures; Conchada, em Coimbra; e Meia Praia, no Algarve. Francesco Marconi e Paula de Oliveira punham em destaque algumas perguntas inerentes ao que consideravam ser as contradições do próprio programa SAAL. Da dúvida primordial, entre considerar o SAAL como um serviço de emergência, criado para controlar a revolta dos moradores pobres, ou como uma medida progressista, que incentivou a mobilização da luta por melhores condições de vida, prevalecia a ideia que se tinham afirmado as duas condições em simultâneo¹⁴. Embora de génese estatal, o SAAL criava, e desenvolvia, espaços de progressão da iniciativa popular e essa era a sua mais genuína característica¹⁵. Relativamente às questões metodológicas, os autores reconheciam como condição essencial o estabelecimento de uma plataforma ideológica no âmbito da brigada uma vez que era absolutamente necessário clarificar a opção de classe dos técnicos nela envolvidos¹⁶. Nesse sentido, o seu estatuto exterior ao funcionalismo público já podia ser considerado como uma condição mais favorável a uma atitude desse tipo, contudo, referiam os autores, quando o trabalho era desenvolvido por técnicos oportunistas, sem ser por opção de classe, rapidamente era abandonado por incompatibilidade metodológica¹⁷. Pelo que diz respeito à interlocução com os moradores, Oliveira e Marconi alertavam para a necessidade de combater alguns conceitos deturpadores, culturalmente enraizados – tais como o individualismo e o conceito de família, nas suas asserções

¹¹ “SAAL Architectes, quel Avenir?”: *ib.*, pp. 78-81.

¹² Francesco Marconi, “Portogallo: Operação SAAL”: *Casabella*, 419, 1976, pp. 2-6.

¹³ Paula de Oliveira, Francesco Marconi, *Politica e Progetto Un’esperienza di base in Portogallo*, Milão, Feltrinelli, 1977.

¹⁴ *ib.*, p. 44.

¹⁵ *ib.*, p. 46.

¹⁶ *ib.*, p. 56.

¹⁷ *ib.*, p. 60.

mais repressivas e reaccionárias – e introduzir novos apelos ao comunitarismo e à orgânica do Poder Popular¹⁸.

Mas, neste mesmo livro, eram também inseridas contribuições de outros autores: o já referido prefácio de Nuno Portas e uma introdução à actividade do SAAL-Norte, a cargo de Alexandre Alves Costa. Portas não punha dúvidas: o lançamento do SAAL contribuiu decisivamente para o reforço do movimento popular nas zonas urbanas¹⁹. Atribuía responsabilidades aos dois maiores partidos da esquerda, o PS e o PC, pela subvalorização do papel das organizações de base e por, em contrapartida, se dedicarem em exclusivo à mera substituição dos lugares mais influentes no aparelho de Estado, velho, centralista e ultraburocrático²⁰. Referia o processo no Porto como tendo sido mais unitário, característica que, em seu entender, se devia à profundidade do debate interno nas associações de base, mas também à necessidade de enfrentar em bloco a administração local, mais direita que as do sul, da esquerda reformista, as quais foram sempre minando e destroçando a unidade transpartidária dos moradores²¹. Nuno Portas enumerava, pela primeira vez de modo distanciado, os pressupostos do projecto político que o tinha levado, enquanto Secretário de Estado, a propor o SAAL. Em primeiro lugar, lançar o programa sem estar à espera de condições institucionais de uma renovação política e económica a nível global, apoiar-se num processo já em andamento para ir escalando, com a prática, as sucessivas barreiras e assim conseguir gerar novas acções, novas legislações, novas cooperações institucionais. Em segundo lugar, aliar pragmaticamente a procura de casas económicas aos mecanismos de oferta, dada a desconfiança na capacidade de programar a curto prazo medidas político administrativas a nível nacional, ou mesmo regional. A procura passaria, assim, a ter um carácter colectivo concreto, e não individual ou abstracto, dada a ausência de dados rigorosos sobre o nível de carências. Em terceiro lugar, assegurar prioritariamente, no terreno político, a sistematização dos programas habitacionais de standard mais baixo, na impossibilidade de definir, a nível local e imediato, uma estratégia para a renovação dos centros urbanos e para as novas extensões. Assim, em seu entender, a apropriação das áreas centrais pelas populações pobres não era uma regra absoluta do SAAL, mas antes uma consequência directa do número de operações nas quais os moradores, embora deficientemente alojados, ocupavam essas mesmas áreas. Em quarto lugar, conjugar as movimentações pós 25 de Abril, autónomas e espontâneas, pela conquista de melhores condições de alojamento com a intensa actividade de autoconstrução que se verificou ainda durante o período fascista, em particular nas áreas suburbanas, e deduzir daí as sinergias mútuas que lhe pareciam evidentes. Sob esta perspectiva, Portas esclarece, este pressuposto subentendia uma dimensão de autonomia e de auto-ajuda, muito mais do que de autoconstrução no sentido físico puro, que, mal esclarecida de início, foi sempre muito mal entendida pelas forças da esquerda revolucionária. Tal pressuposto entroncaria num outro objectivo político que, logo desde o início, visava alargar ao máximo o SAAL de forma a torná-lo o programa dominante para os anos próximos, aliando-o, para isso, a outras organizações de base – comissões de trabalhadores, cooperativas – e disseminando-o por todo o país²². Esta sua posição era também deduzida da dificuldade de cativar investimentos para o sector habitacional, numa situação de transição, em que a burguesia tinha perdido momentaneamente o controlo político absoluto. Mas só reduzindo ao máximo o custo por fogo se conseguiria alargar o programa, por um lado, e reduzir ao mínimo as rendas futuras a pagar ao Estado, por outro. Por essas razões Portas era fortemente crítico em relação ao papel dos intelectuais de esquerda que, segundo ele, se opuseram às decisões autónomas dos moradores, informando-os mal sobre as vantagens e desvantagens deste tipo de cooperação²³. Em quinto lugar, e para além dos objectivos específicos do SAAL enquanto programa habitacional, Nuno Portas referia a abertura de um espaço que potenciava a experimentação de novos modos de colaboração entre projectistas e populações, que sugeria a emergência de metodologias alternativas de projecto, as quais, por sua vez, se deveriam

¹⁸ *Ib.*, p. 100.

¹⁹ Nuno Portas, *Ib.*, p. 9.

²⁰ *Ib.*, p. 8.

²¹ *Ib.*, pp. 12-13.

²² *Ib.*, pp. 14-19.

²³ *Ib.*, p. 21.

reflectir em novas tipologias residenciais e urbanas. Estavam ao dispor as hipóteses de alteração dos modelos culturais da disciplina, que Portas considerava particularmente alienada pelo capital monopolista durante o regime anterior. Achava, porém, que a alternativa qualitativa do contributo dos arquitectos poderia ser consequência da alteração do processo em que estão envolvidos, isto é, uma mudança na correlação de forças do triângulo composto pelas instituições financiadoras, pelos moradores e por eles próprios. Do mesmo modo, e em relação a essas hipóteses prorrogativas, Portas referia como pólos desviantes, num extremo, o seu habitual modo de dominação semiótica, no outro, a anulação e a renúncia ao seu papel de técnico.

Reforçando embora a toada crítica em relação a algumas atitudes metodológicas concordava que, desde a concepção do programa, estava também implícito o trabalho político, enquanto incumbência profissional dos técnicos das brigadas. Clarificava, contudo, que esse projectado trabalho político consistia, antes de mais, em submeter à crítica os métodos de projecto arquitectónico, não só na fase de definição dos programas mas também nas de apropriação colectiva dos terrenos, de estabelecimento de prioridades, de escolha de tecnologias apropriadas, de definições tipológicas adequadas ao património cultural das populações e de estudo das condições materiais de produção de habitação. A tentação de confundir estas atribuições políticas com trabalho de direcção militante dos movimentos populares era, assim, fácil, tanto mais fácil quanto mais débil e superficial fosse a competência disciplinar dos técnicos. Destas e doutras confusões nasceria, em seu entender, uma imagem de incompetência generalizada, de desvio objectual, ou de simples demagogia política, que era muito injusta para o processo e que muito convinha aos opositores do SAAL. Quem eram esses opositores? Os profissionais não integrados no processo, os burocratas que sempre discordaram e os líderes partidários que entravavam a autonomia das bases populares. Mas estes opositores, que lamentavam sistematicamente o dispêndio de verbas no pagamento das brigadas, “esqueciam-se” de contrapor o escândalo dos sucessivos honorários que, durante o regime anterior, eram pagos pelos projectos convencionais, propostos e várias vezes repropostos segundo as mesmas fórmulas arquitectónicas, do tempo despendido pelos serviços oficiais para projectar e controlar os bairros de promoção estatal, dos custos de manutenção dos grandes complexos habitacionais construídos para utentes desconhecidos. Eram, portanto, críticas injustas e tendenciosas, aquelas a que os ditos desvios metodológicos davam, frequentemente, azo²⁴.

Para Nuno Portas, em suma, muitas das questões repetidamente levantadas pelas brigadas em torno dos impedimentos e das impossibilidades de prossecução do SAAL surgiram amiúde enquanto desculpas, ou justificações, perante a incapacidade dos arquitectos em manter uma posição crítica face ao seu próprio trabalho, quer trocando experiências e práticas, quer tornando-o público e expondo-o à discussão²⁵. A emergência de novas tipologias dependia, em seu entender, das diferentes combinações de quatro variantes: condições de programa e sua relação com o valor de uso do espaço; condições de financiamento segundo a elasticidade da estratégia inicial; condições da expropriação, da produção técnica e da organização de obras e de estaleiros; condições de controlo da significação, ou representação, dos valores das comunidades envolvidas, no campo das linguagens arquitectónicas e das formas urbanas resultantes. Mas a complexidade inerente a cada uma destas variantes não permitia uma explicitação pacífica das consequências no seio do processo projectual, cuja chave continuava a ser, em seu entender, interiorizada através do talento e da prepotência do mito do autor. Era ainda muito cedo e havia ainda pouca distância para que o peso daquelas variantes pudesse fazer emergir uma dialética de autoria entre arquitectos e população, que potenciasse a mudança tipológica e formal. Restava, assim, uma Arquitectura que acusava tantas significações quantos os contextos e as personalidades envolvidas²⁶.

Por fim, Nuno Portas posicionava a sua visão crítica no interior do processo, incluindo-se conjuntamente no seio das contradições que ele próprio avaliava. O seu papel, enquanto actor bastante influente, fora balizado pela necessidade de escolher entre situações de conflito, que desencadeassem opções e abrissem contrastes, correndo embora riscos de reprodução das relações

²⁴ *Ib.*, pp. 22-25.

²⁵ *Ib.*, p. 25.

²⁶ *Ib.*, p. 27.

anteriores. Só lhe restava, portanto, valorizar o SAAL como campo de redenção do arquitecto. Não enquanto expressão pura de contrapoder, mas tão só como o terreno no qual as tensões de classe, que constituem apenas o reflexo de contradições estruturais, podem enveredar para a afirmação de formas organizativas que potenciem a transformação das relações sociais. Nesse sentido, a experiência não estava, de modo algum, fechada e o seu balanço era necessariamente provisório. Quanto à reflexão que até então tinha sido produzida, acusava-a de, ao contrário deste seu escrito, ser pouco crítica, demasiado laudatória e auto-indulgente²⁷.

Ainda no mesmo livro de Paula de Oliveira e Francesco Marconi, Alexandre Alves Costa, na parte que estava ao seu cargo, tomava como ponto de referência o SAAL-Norte para reflectir sobre as condições específicas do processo e, em particular, sobre o papel do movimento de moradores do Porto na fundamentação dessas especificidades. Alves Costa repegava, embora sob uma outra perspectiva, no jogo de contradições atrás referido por Portas e defendia a inevitabilidade do confronto que opunha o SAAL-Norte ao planeamento existente. Ao defender, por definição, os interesses dos moradores, o SAAL-Norte era incompatível com os planos anteriores, que defendiam os interesses da burguesia. Essa oposição não se afirmava ainda através de uma estrutura de plano alternativa, que abarcasse a cidade e o território, mas sim enquanto contributo que, na prática coordenada das operações, iria construindo essa alternativa até que a sua concretização cabal fosse possível, numa nova estrutura de poder, sob a direcção da classe operária. Estas tinham sido as reflexões feitas em Julho de 1975, durante o Encontro do SAAL-Norte, esta era ainda a sua opinião. Neste contexto, cada operação concretizada era uma vitória e a prática inerente ao processo correspondia, em seu entender, a uma forma de resistência contra a reorganização do capitalismo. A aparente descoordenação das intervenções, que os deputados do PS brandiam nos seus ataques, correspondia, na realidade, à prossecução de um objectivo que tendia a propagar a intervenção por todo o território, organizando-o na defesa dos interesses dos trabalhadores, em frontal oposição à descoordenação do planeamento vigente, que pretendia preparar o território para a defesa dos interesses da burguesia. Esta era, em sua opinião, uma das mais relevantes particularidades do SAAL-Norte, contribuir para fixar, no concreto da organização territorial, os efeitos urbanos e os efeitos políticos do movimento de moradores, transformando assim as lutas em vitórias. Por todas essas razões, a necessidade mais urgente era, naquele momento específico, confrontar os projectos com o real, era urgente construir²⁸.

Sáida poucos meses após o despacho que dissolvia o SAAL, esta edição italiana corroborava o crescente interesse que os veículos internacionais da cultura arquitectónica depositavam no processo e na consequente evolução da disciplina em Portugal. Escrito numa perspectiva de acção e continuidade – abundam as referências às linhas de actuação futura –, o livro ensaia os primeiros passos de uma descentralização em relação às ciências sociais, que, justificadamente, detinham o maior fluxo de reflexão analítica sobre o processo, para começar a incidir sobre uma problemática mais ligada às questões do projecto e da sistematização metodológica.

Em 1978, era a vez da revista italiana *Lotus* incluir, num número temático dedicado à Arquitectura nas cidades históricas, uma secção sobre o SAAL no Porto. Era composta por uma introdução, a cargo de Vittorio Gregotti; por um artigo que explanava o processo no contexto espacial e temporal da cidade, assinado por Alexandre Alves Costa; por um conjunto de fichas e desenhos, que divulgavam as operações de S. Vítor, Bouça, Lapa, Leal, Antas, Miragaia, bem como os projectos de reabilitação urbana da Ribeira-Barredo e do Largo da Lada.

Gregotti utilizava a candente oposição entre conservadores e transformadores para reflectir sobre as intervenções no Porto, em particular sobre as de Álvaro Siza. Desconfiava da falta de autenticidade do mundo contemporâneo, atemorizava-o o medo do pior nas intervenções em centros históricos, mas isso não era suficiente para dar razão aos conservadores. As operações SAAL do Porto, ali divulgadas, provavam que essa sua esperança numa alternativa era fundamentada. Gregotti falava numa outra via, que não seguia o *pastiche*, o compromisso turístico ou os equívocos da renovação, mas que também não se incluía no rol das operações tecnicistas grosseiras, na estilística

²⁷ *Ib.*, p. 28.

²⁸ *Ib.*, pp. 134-135.

exibicionista do falso moderno, no economicismo burocrático ou na especulação pura e simples. Uma via que se apoiava no diálogo entre as partes, que privilegiava a atenção às pequenas coisas, às mais delicadas diferenças, que colhia as tensões inerentes ao lugar, não como ilustração do existente mas como matéria do existente. Uma via na qual nada se colhia isoladamente, mas sim por adição, por associação, por sucessão, por trabalho, uma via na qual cada signo do projecto corresponde a um gesto preciso. Mas Vittorio Gregotti achava também que aquelas intervenções só foram possíveis dada a situação portuguesa dos últimos anos, e essa era irrepetível e intransferível. O que restava, portanto, era o resultado arquitectónico, a rigorosa economia de meios, a paciente paixão pela Arquitectura, no sentido da qual era necessário reconduzir a questão urbana²⁹.

Mais adiante, Alves Costa reforçava e consolidava a sua opinião de sempre: se os técnicos do SAAL-Norte evoluíram para soluções de crítica e compreensão da estrutura urbana, isso deveu-se às alianças que o movimento de moradores conseguiu estabelecer, jogando com sectores periféricos do aparelho de Estado. As propostas ganhavam peso objectivo na intenção de colmatar os vazios gerados pela contradição entre a esperança de uma nova lógica e a precedente interpretação de planeamento. Era um jogo de avanços e recuos na apertada malha das contradições urbanas. Não se tinha nunca pretendido prefigurar a cidade ou as formas de vida socialistas, não se tinha pretendido um contraplano exterior à própria consciência de luta dos moradores. Tratava-se, isso sim, propor uma alternativa gerada por esse mesmo processo de luta e de organização, que se constituísse, ela mesma, em processo, que criasse as suas imagens provisórias, que construísse a sua própria teoria. Em sua opinião, nunca tinham sido revelados os argumentos da crítica ao SAAL, embora disfarçados de técnicos, ou neutros, eram, na verdade, argumentos políticos, que confundiam propositadamente o provisório com o definitivo, que consideravam a prática como terrorista, ou mais indulgentemente como empírica, caótica, contingente, quando, na realidade, ela tinha sido metódica, paciente, racional, dialéctica³⁰. Em seguida, Alexandre Alves Costa enquadra a acção do SAAL no contexto histórico e político da cidade, na forma como as diversas contradições se foram inscrevendo no solo urbano. Como em escritos anteriores, realça o papel das lutas de moradores que antecederam o processo, o seu contributo fora decisivo para os avanços organizativos do movimento. Afirma que, de início, o programa não tinha uma definição muito clara, foram as lutas e as reflexões dos moradores que fizeram com que, gradualmente, se fosse tornando cada vez mais preciso. Fora a prática, fora a necessidade permanente de discussão política em torno das dificuldades e dos obstáculos que conferiram ao movimento o seu carácter antireformista e anticapitalista. Depois veio a generalização das intervenções, o alargamento do bairro até à zona, da zona até à cidade, os interesses dos moradores e o planeamento existente entram em evidente confronto. Com a multiplicação dos pedidos de intervenção, com a extensão do processo a todo o território urbano, emerge naturalmente a ideia de novas alternativas que visem um projecto global, um projecto apto a resolver a cidade com uma outra lógica, apto a dignificar as condições habitacionais dos trabalhadores, apto a conceder espaços a novas culturas, sem, contudo deixar de se apropriar dos sinais do passado histórico ou, pelo menos, sem o destruir por motivos lucrativos. Simples e directo foi, na opinião de Alves Costa, este método. Serviu para projectar, serviu para construir, começou a elaborar a sua própria teoria, criou as suas próprias técnicas, seguiu a lógica elementar e indiscutível que subjaz à urgência das necessidades primárias. Os seus resultados concretos serão úteis no futuro³¹. As suas perspectivas de prossecução não eram, contudo, muito positivas. Depois de 25 de Novembro, a reorganização da burguesia revelara todas as contradições e debilidades do aparelho de Estado provisório que lançara o SAAL. O processo assim concebido tornara-se então num corpo estranho a expelir ou a integrar numa perspectiva de classe. Assiste-se ao ressurgimento dos planos anteriores e o SAAL perde o seu carácter global, enquanto sistema de relações entre o movimento de moradores, a sua orgânica e a coordenação técnica e jurídica. Dispersou-se pelas autarquias e viu desaparecer o serviço público que lhe dava cobertura e lhe conferia operatividade³².

²⁹ Vittorio Gregotti, "Porto": *Lotus International*, 18, 1978, p. 65.

³⁰ Alves Costa, "L'esperienza di Oporto": *ib.*, p. 66.

³¹ *ib.*, p. 68.

³² *ib.*, p. 69.

Para Alves Costa, a Arquitectura do SAAL, os seus modelos, intrinsecamente elaborados a partir da colaboração entre técnicos e moradores, eram modelos de respeito e de recuperação dos valores culturais da cidade, conformaram-se em construções simples, alheias às tecnologias complicadas, eram exequíveis por pequenas empresas ou por cooperativas de desempregados, sob o controlo permanente dos moradores que iriam também garantir a sua manutenção futura. Esses modelos iriam agora ser substituídos por outros modelos, herdados das social-democracias europeias, que conformariam os novos bairros periféricos e que, ao contrário dos do SAAL, resolveriam de forma massiva e brutal, as situações habitacionais mais desesperantes³³. No seu entender, contudo, não iria ser fácil eliminar, ou transformar em mera recordação, a experiência histórica de moradores e brigadas, não era de ânimo leve que se demonstrava a impossibilidade de pôr em prática um programa tão intensamente discutido e aprofundado. Os arquitectos, por seu lado, viam cada vez mais distante a concretização das suas propostas, ou mesmo a conclusão das obras iniciadas. Dramaticamente, não poderiam mais utilizar os novos instrumentos, adquiridos no preciso momento em que a sua crise parecia definitivamente superada e a Arquitectura, por não se ter rendido, encontrava a sua dimensão histórica³⁴.

Nuno Portas ensaiaria, sobretudo a partir de 1979, uma visão reflexiva dos contornos da avaliação crítica das obras do SAAL. Mais distante e exteriorizada, essa visão balizava-se segundo duas frentes distintas, que ele tentava insistentemente tornar complementares: a da conformação estatutária e disciplinar dos arquitectos e a da expressão real da Arquitectura produzida, dos seus modelos, do seu significado urbano e territorial, da sua rigidez e da sua flexibilidade³⁵.

A primeira dessas frentes inscrevia-se no discurso que vinha já construindo desde os anos sessenta, num périplo sempre renovado contra o formalismo gratuito das modas, contra o valor objectual das obras de Arquitectura em detrimento do seu significado social e urbano, contra a prepotência do estatuto de autoria, fechado e intocável, e, por fim, contra a escassez e a rarefacção da capacidade interventiva dos arquitectos e dos técnicos de planeamento, ainda fatalmente circunscrita a um número muito pouco significativo de acções. Dentro dessa reflexão, proporia mesmo formação para um outro tipo de técnicos – “construtores com sentido de forma”³⁶ – os quais, cruzando saberes construtivos e preocupações artístico-culturais, pudessem superar a dualidade engenheiro – arquitecto, recuperando o estatuto anterior à especialização oitocentista. Preconizava uma nova era de intervenções urbanas, padronizada por pequenas operações de reabilitação urbana e apadrinhadas pela evolução dos novos modelos de gestão autárquica³⁷. Nesse âmbito, os arquitectos teriam um papel muito importante a desempenhar, reestruturando e requalificando o tecido urbano em acelerada desagregação, numa acção que, em seu entender, se deveria situar “na área das equipas sem vedetas”, comparando-a ao desempenho dos médios, no futebol – “é o meio campo que é extremamente importante, nesta altura, ter bem povoado”³⁸.

Quanto à segunda frente de referência do seu discurso, Portas reconhecia, igualmente, a necessidade de valorizar a Arquitectura, para contrariar a insistência “no equívoco ‘arquitectocrático’” que dominava algumas franjas do debate³⁹. Para isso era necessário, em seu entender, saber adequá-la aos condicionalismos locais, à escala e ao alcance potencial das políticas urbanas. Sob esse ponto de vista, a experiência de algumas operações SAAL, particularmente no Porto, podiam bem ser consideradas exemplares. Especificava, S. Vítor, Leal, Antas e Lapa eram, na sua opinião, “tipos de intervenção qualificada de arquitectura, na trama existente”. A essa apreciação acrescentava, contudo, a exemplaridade de algumas outras operações fora do Porto: Seixal, Olhão, ou ainda a Curraleira⁴⁰.

³³ *Ib.*, pp. 69-70.

³⁴ *Ib.*, p. 70.

³⁵ “Entrevista Nuno Portas” [conduzida por José M. Fernandes e José Lamas]: *Arquitectura*, 135 [4^a. Série], 1979.

³⁶ *Ib.*, p. 64.

³⁷ *Ib.*, p. 65.

³⁸ *Ib.*, p. 63.

³⁹ *Ib.*, p. 59.

⁴⁰ *Ib.*, pp. 65-66. A Curraleira fora, de resto, a operação que ele escolhera para representar o SAAL num livro que iria ser editado nos Estados Unidos. Cf. C. Richard Hatch [editado por], *The Scope of Social Architecture*, Nova Iorque, Van Nostrand Reinhold Co., 1985.

Tal apontamento crítico estava, porém, longe de incidir sobre a “pele revivalista” que ele reconhecia em obras como S. Vítor, valorizando, isso sim, o “esquema de intervenção urbana e a atitude em relação ao quarteirão tradicional; que não é uma atitude mimética de reproduzir o quarteirão, nem é uma atitude de ruptura, de o desconhecer”⁴¹. Entendia mesmo que, no caso de S. Vítor, o recurso a uma imagem exterior repescada dos anos 30 talvez já não existisse daí a uns três ou quatro anos, aludindo directamente às preconizadas formas de apropriação da obra, por parte dos moradores. Considerava a utilização do modelo como uma colagem, muito mais importante que isso era encontrar a nova tipologia “adequada às diferentes situações urbanas recusando gestualismos megalómanos” e, também nesse sentido, as pesquisas que se tinham iniciado no SAAL-Norte tinham sido, em seu entender, muito mais conscientes do que no Sul⁴².

No seio de um processo que já deixara os alibis da experimentação para se afirmar, embora de modo interrompido e parcial, no terreno concreto da obra produzida, com expressão arquitectónica e espessura urbana, Nuno Portas e Alexandre Alves Costa personificariam, assim, a entrada em cena de uma referência crítica que se orientava pelo sistema de relações entre o significado social e o significado arquitectónico dos projectos. Distinguem-se pelos pontos de partida, pela interpretação histórica e pela avaliação do valor sequencial, comungam a mesma proximidade, a mesma perspectiva interior que, moldada por ressentimentos ainda frescos, não iria cercear de sobremaneira os parâmetros da avaliação, mas podia, isso sim, empolar o significado de alguns fenómenos mais marcantes. Enquanto que, no primeiro, o ponto de partida estava na abertura de uma brecha no sistema, que permitia o alastramento e a difusão social da actividade arquitectónica, já para o segundo essa actividade, começando exactamente nesse ponto, só tinha significado se acompanhasse, a par e passo, a evolução das relações sociais em presença.

Enquanto que, para o primeiro, o carácter de processo era permanente e indissociável das potencialidades heurísticas do programa – ao longo do tempo, Portas não se cansara de as mencionar –, para o segundo, o carácter de processo era provisório, era um estádio de transição que, tendencialmente, vertia no sentido de uma outra realização, muito mais importante que o SAAL e que os projectos, no seio da qual a Arquitectura poderia finalmente cumprir a sua função histórica.

Logicamente, então, o primeiro subentendia também a sequência do processo com mais desprendimento, com uma dinâmica permanente, em que os fluxos evolutivos se jogavam na dialéctica entre inovação e cristalização, entre progresso e retrocesso, entre experimentalismo e ancilose. Não fazia muito sentido afirmar que o processo tinha parado, ou que se tinha extinguido, mas antes que o jogo de contradições estava descalibrado, esperando novos momentos para se recompensar. Para o segundo, pelo contrário, o processo, enquanto etapa, tinha-se afirmado com tanta força e convicção que não resistira às forças de contenção do sistema capitalista, que o elegeram como um dos alvos primordiais. Essa tinha sido, em seu entender, a melhor prova da sua eficácia. Tinha também sido, contudo, a causa primeira do seu aniquilamento e, chegados a este ponto, as divergências evidenciavam-se de forma radical. Se, para Nuno Portas, a Arquitectura do SAAL, embora balbuciente e vítima das suas mais íntimas euforias, estava ainda em curso e, por consequência, valia por aquilo que *iria continuar a ser*, para Alves Costa tinha entrado em ruptura total com as próprias condições da sua existência e teria de valer por aquilo que *foi*, num determinado momento do processo histórico.

Assim, o primeiro avaliava as operações como se fossem membranas orgânicas, intercaladas entre o passado, que as conquistou, e o devir que as integrará, que as transformará, que as ampliará ou que as destruirá, ao passo que o segundo as avaliava como momentos cruciais de uma etapa da luta de classes que elas próprias protagonizaram, já tinham sido atacadas e estavam indefesas, fragilizadas pela sua própria cristalização, não faziam nenhum sentido enquanto peças suspensas no tempo e, muito menos, enquanto factos consumados.

No final da década de setenta, com as obras praticamente todas inacabadas, o SAAL continuava a suscitar a curiosidade dos meios académicos e disciplinares um pouco por toda a

⁴¹ “Entrevista Nuno Portas”, p. 66.

⁴² *Ib.*, p. 66.

parte. No dealbar dos anos oitenta, com a divulgação internacional da produção arquitectónica portuguesa, a partir sobretudo da obra de Álvaro Siza, essa curiosidade passaria do campo das condições sociais da acção do arquitecto para o da compreensão do significado das obras e dos projectos no contexto da cultura e do espaço portugueses. Os contributos anteriormente referidos de Nuno Portas e, em especial, de Alexandre Alves Costa, já tinham aberto a leitura para esses domínios de especificidade, para essa ampliação cognitiva que, apesar de tudo, transcendia a limitação temporal do 25 de Abril e fazia reverter a crítica para um sentido identitário mais vasto, dentro do qual se incluía o próprio período revolucionário.

Por essa altura, Keneth Frampton compilaria para a sua *Modern Architecture: A Critical History*⁴³ uma série de artigos e vozes de enciclopédia que ensaiavam uma esquematização de raiz taxonómica da arquitectura mais recente. As referências à Bouça que aí se faziam inseriam-se na apreciação mais genérica da obra de Siza e, sintomaticamente, ajudavam a posicioná-la segundo as coordenadas de identidade e de civilização universal que, alguns anos antes, Paul Ricoeur tinha, lucidamente, relacionado entre si⁴⁴. Nessa perspectiva, Frampton via o trabalho do mestre português como uma reinterpretação da obra de Alvar Aalto através de cruzamentos com as normativas tipológicas da *Tendenza* italiana. Uma primeira e clara distinção era, então, estabelecida entre este tipo de Regionalismo, como Frampton lhe chamava, e as vulgares evocações vernaculares, mais directas e acrícticas⁴⁵. Ao caracterizar a obra de Siza como o resultado de uma hipersensibilidade que incidia sobre a fluida, mas específica, natureza do real, o crítico britânico considerava-a, também, mais enraizada do que a Arquitectura que, nas décadas anteriores, tinha ficado conhecida como a Escola de Barcelona. Essa profundidade contextual era, em seu entender, devida ao facto de Siza ter tomado Aalto como ponto de partida referencial e, assim, fundar os seus projectos nas topografias locais e nas especificidades mais subtis dos contextos urbanos⁴⁶.

Poucos anos depois, nos Estados Unidos, C. Richard Hatch editava uma compilação de contribuições e *case studies* num livro que procurava responder a questões tais como: – como poderá a Arquitectura contribuir para a libertação? Como poderão os arquitectos prever a conformação espacial de uma sociedade que ainda não existe?⁴⁷. No prefácio, um ensaio metafórico recheado de ironia e de contundentes críticas às tendências arquitectónicas contemporâneas, Giancarlo de Carlo lamentava a excessiva fragmentação conceptual a que tinha chegado a disciplina: a teoria separada do método, o método dos instrumentos, a análise do projecto, o projecto da concretização, a compreensão da acção, e assim por diante. Até a própria Arquitectura fora dividida em excepcional e ordinária⁴⁸.

Inserido numa secção intitulada “The Neighborhood and the City”, o SAAL estava representado por dois artigos, um mais genérico, de Nuno Portas, e, como ele próprio já tinha anunciado⁴⁹, um outro, assinado pela Brigada da Curraleira, que reflectia sobre as particularidades do seu *case study*⁵⁰. Mantinham-se firmes as expectativas do ex-Secretário de Estado: as condições específicas do programa, em particular a proximidade com os moradores, favoreciam potenciais hipóteses de evolução metodológica. A prática dos últimos anos tinha-se fechado demasiado, tinha-se transformado numa espécie de caixa negra, constantemente justificada em nome da autonomia da Arquitectura. Essa clausura tinha gerado projectos monótonos e invariavelmente repetidos, porque

⁴³ Inicialmente editado em Nova Iorque, Thames and Hudson, 1980; e em Oxford, Oxford University Press, 1980. Posteriormente saíram numerosas edições e traduções, nas quais o conteúdo seria sucessivamente revisto e atualizado. O texto aqui referido diz respeito a uma publicação parcial, sob a forma de artigo: Keneth Frampton, “The Isms of Contemporary Architecture”: *Architectural Design*, 52, 1982.

⁴⁴ *Ib.*, p. 77. Para a relação que Ricoeur estabeleceu entre as identidades locais e a universalização cultural cf. Paul Ricoeur, *Histoire et Verité*, Paris, Éditions du Seuil, 1955.

⁴⁵ Robert Frampton, *Op. Cit.*, p. 77.

⁴⁶ *Ib.*, pp. 78-81.

⁴⁷ Richard C. Hatch, “Introduction”: *The Scope of Social Architecture*, p.3.

⁴⁸ Giancarlo de Carlo, “Preface”: *Ib.*, pp. vi-viii.

⁴⁹ “Entrevista Nuno Portas” [conduzida por José M. Fernandes e José Lamas], p. 66.

⁵⁰ SAAL Curraleira Team, “Designing Curraleira”: *The Scope of Social Architecture*, pp. 265-269.

não havia nada a mudar ou a inventar, tendia depois para gerar historicismos estéreis, afastados de qualquer tentativa de articulação entre a Arquitectura e o seu contexto. O SAAL tinha oferecido a possibilidade dessa tendência se alterar, e tinha-o feito sobretudo a partir de duas das suas características programáticas: a organização social da procura e o controlo do processo pelos próprios moradores⁵¹. Depois de esquematizar, como sempre gostara de fazer, os pressupostos e os objectivos do programa, Portas partia então para a avaliação metodológica das obras, constatando, logo à partida, que a diversidade dos contextos urbanos das várias dezenas de operações não permitia uma classificação tipológica sintética. No entanto, as suas conclusões, mesmo correndo o risco de serem prematuras dado o número de operações em curso, não podiam ser mais claras: o papel dos moradores no SAAL, embora os levasse a um útil diálogo acerca dos projectos, não fora, ainda assim, suficiente para gerar resultados arquitectónicos substancialmente diferentes dos dos processos convencionais. Para que essa diferença se afirmasse, ou seja, para que os projectos gerassem soluções menos antiquadas, teria sido necessária uma maior predisposição, por parte dos arquitectos, para aprender com os seus parceiros não especialistas e estes, por sua vez, deveriam ter um interesse verdadeiro em participar nas discussões sobre os aspectos qualitativos do meio ambiente, em afirmar o que verdadeiramente queriam. Malgradamente, em muitos casos, o diálogo fora, em seu entender, primordialmente de natureza política e ideológica, sem dar lugar ao debate sobre conceitos de vida urbana e de envolvente ambiental⁵².

Quanto aos resultados dos projectos, às soluções arquitectónicas propriamente ditas, Portas achava que, apesar de tudo, muitos dos trabalhos revelavam resultados positivos conseguidos através do diálogo com os moradores. Esses resultados manifestavam-se, sobretudo, nas opções de funcionamento interno dos fogos. Curiosamente, porém, fora na expressão exterior dos edifícios que a opinião dos arquitectos prevalecera, gerando as inevitáveis referências à Arquitectura dos conjuntos habitacionais da Europa Central, nos anos 20 e 30, que os moradores desconheciam e que não se incluíam no campo das suas preferências primordiais⁵³. Como características positivas genéricas, destacava a opção maioritária pelas soluções de grande e média densidades, com baixos custos; o recurso aos arquétipos urbanos da rua, do largo e do pátio, por oposição à torre e ao bloco solto; a pesquisa em torno dos duplex e das casas em banda com frente reduzida, como meio de economizar a infraestruturação urbana; a predominância de casas de dois pisos, ou casas-pátio, que permitem margens de adaptabilidade futura; o respeito pelas pre-existências urbanas, pelos tecidos históricos e pelas tipologias tradicionais, sempre que o contexto o pedia. Neste último caso, Portas destacava as operações portuguesas das Antas e de S. Vítor⁵⁴.

Por fim, Nuno Portas punha em evidência a operação da Curraleira como uma tentativa bem sucedida de resolver os problemas existentes, num local de topografia muito irregular, repleto de habitações precárias e quase inacessível. O trabalho da brigada tinha sido conduzido de forma muito pragmática, recorrendo a dois ou três tipos de edificação: os duplex, com distribuição por galeria, seriam usados para preencher os limites confinantes com a cidade burguesa e para aproveitar a densificação dos solos mais favoráveis; os restantes – pequenas habitações, casas em banda e casas-pátio – foram adoptados segundo o seu grau de adequação às pregas do terreno. Portas achava que os edifícios estavam correctamente resolvidos, embora menos fotogénicos e menos brilhantes que nalgumas operações mais divulgadas, mas toda a operação tinha resultado de um processo cuidadoso de participação e de discussão. O SAAL, como programa público que era, deveria, em seu entender, ser avaliado pela qualidade média das suas intervenções e não só pelos sucessos arquitectónicos ocasionais.

A equipa da Curraleira, por sua vez, na descrição dos termos da sua operação, punha em evidência os passos mais importantes do processo: o efeito mobilizador das intervenções iniciais, que dotariam o bairro das redes básicas de infraestruturas, água, saneamento e electricidade; o

⁵¹ Nuno Portas, "SAAL and the Urban Revolution in Portugal": *Ib.*, p. 263.

⁵² *Ib.*

⁵³ *Ib.*

⁵⁴ *Ib.*, p. 264.

rigor do inquérito sociológico, que permitiu dados indispensáveis sobre as preferências habitacionais e sobre prioridades no realojamento; e, como corolário, o projecto propriamente dito. Era também referido, como um uma atitude significativa por parte dos moradores, a rejeição quer dos sistemas de prefabricação, quer da construção em altura, segundo as tipologias convencionais⁵⁵.

Não obstante a perspectiva global que Portas dava neste seu texto, e exceptuando uma visão crítica bastante mais distanciada, nada se alterava em relação às suas posições anteriores. Há, no entanto, uma sua pequena consideração que é importante salientar. Em determinado passo, Portas afirmava que as condições de alojamento desesperadas e miseráveis produziam efeitos negativos nas possibilidades de participação⁵⁶. As suas deduções vão num sentido muito claro, quanto mais urgência, menos discussão, mais possibilidades terá o arquitecto de convencer através do discurso codificado e da chantagem técnica. Mas não deixa de ser intrigante que, ao deduzir também do grau de precaridade e pobreza dos alojamentos uma condição social mais marginal, por parte dos moradores, se possa entrar em contradição com a noção de grau de legitimidade das suas aspirações, referida por autores como Turner, ou mesmo Chombart de Lauwe. Ou seja, quanto mais marginal fosse a condição social dos moradores, tanto mais distantes estariam as suas aspirações de se enclausurarem nos arquétipos dominantes do sistema de mercado, seriam, passe a expressão, mais “puras” ou, pelo menos, mais abertas às tais possibilidades de inovação metodológica e tipológica, que Nuno Portas preconizava.

À medida que o tempo passava, a avaliação da Arquitectura do SAAL foi, de um modo genérico, ganhando distância crítica mas, simultaneamente, foi também perdendo profundidade, cristalizando conceitos não verificáveis, ora subestimando o todo, ora empolando as partes reconhecíveis. O valor exemplar do programa em si e a difícil aventura de construir obras de referência, num contexto recheado de *inputs* políticos, sociais e participativos, ditavam os motes da análise e acentuavam a curiosidade teórica. As operações mais apelativas do ponto de vista arquitectónico, com Siza na linha da frente, instituíam-se como signo, como emblema de uma prática da qual eram, gradualmente, limadas ou sublimadas todas as imperfeições, todo o imenso universo de equívocos e acidentes que lhe estava subjacente.

Por outro lado, surgiam também as primeiras dúvidas em relação à participação dos moradores, como valor operativo absoluto para os projectos desenvolvidos no âmbito do SAAL. Embora de modo ambíguo e cauteloso, Portas, como vimos acima, fora o primeiro a pôr em causa a excessiva dogmatização desse conceito. Fizera-o, como lhe competia, do exterior para o interior, criticando os arquitectos por o usarem sem o honrarem, ou por outras palavras, por, muitas das vezes, se servirem mais dele como pretexto do que como motivação. Mas começava também a manifestar-se a dúvida no sentido contrário. Daniele Vitale, num texto de 1984, questionava-se sobre a falsidade e a ambiguidade dos mitos de participação que percorriam a Europa, mas afirmava também que a relação entre os arquitectos e o movimento popular no SAAL, embora plena de contradições, fora capaz de pôr em discussão comportamentos e ideias. Muitas vezes essa relação gerara projectos medíocres, muitas outras caíra nos excessos sociológicos e populistas, mas a sua grande virtude fora a tenacidade da prática em condições adversas, fora a capacidade de se moldar ao trabalho de ocasião, colhendo daí os aspectos positivos⁵⁷. Também Álvaro Siza, em entrevista, referiria a confrontação directa com os moradores como um conflito inevitável⁵⁸, aliás, as cedências populistas estavam, logo à partida, excluídas do léxico metodológico, no trabalho das brigadas que coordenou⁵⁹. A participação dos moradores, ardentemente desejada, inseria-se contudo num

⁵⁵ SAAL Curraleira Team, “Designing Curraleira”: *Ib.*, p. 267.

⁵⁶ Nuno Portas, “SAAL and the Urban Revolution in Portugal”: *Ib.*, p. 263.

⁵⁷ Daniele Vitale, “Potugal, Events and Echoes”: *Domus*, 655, 1984, p. 3.

⁵⁸ Alejandro Zaera, “Salvando las turbulencias: entrevista con Álvaro Siza”, *El Croquis*, Madrid, 68/69, 1994, p. 23, e, também, “Interview d’Álvaro Siza”: *L’Architecture d’Aujourd’hui*, 211, 1980, p.1...

⁵⁹ Logo de início, ainda com os projectos em pleno desenvolvimento, lia-se num texto da responsabilidade da Brigada: “Superate le procedure burocratiche e tecnocratiche, il concetto della progettazione è diverso, e non deve avere niente a che fare con l’improvvisazione o il manganello [...]”. Cf. “L’Isola proletaria come elemento base del tessuto urbano”: *Lotus International*, 13, 1976, p. 87. Cf. também *Ib.* apud Alexandre Alves

sistema racionalizado de programação e, tal como o contexto urbano ou as opções construtivas, trespassava as sínteses desenhadas e pousava no projecto, mas não o absorvia⁶⁰.

À margem das suas contradições internas e da extrema diversidade de contextos operacionais, o SAAL tornara-se, entretanto, uma menção obrigatória em todas as resenhas históricas da Arquitectura portuguesa do século XX. Denotava-se a sua especificidade social e política, generalizava-se em torno dos contextos urbanos de Lisboa e do Porto e referiam-se algumas operações. As mais citadas eram a Quinta das Fonseca-Calçada, de Raul Hestnes Ferreira, e a Quinta do Bacalhau-Monte Coxo, de Manuel Vicente, em Lisboa, São Vítor e a Bouça, de Álvaro Siza, as Antas, de Pedro Ramalho, o Leal, de Sérgio Fernandez, e a Maceda, de Alcino Soutinho, no Porto. Mais tarde, correspondendo também à sua tardia construção, começa a ser referido o Casal das Figueiras, de Gonçalo Byrne, em Setúbal.

Já no início dos anos noventa, Paulo Varela Gomes referir-se-ia ao SAAL como uma tentativa de impor um estilo de Arquitectura com a participação dos moradores⁶¹. Diria também que, sob o ponto de vista urbano, as intervenções do Norte possuíam um carácter menos afirmativo que as de Lisboa, mas manifestavam as preocupações próprias do Porto, no que diz respeito às pré-existências, às culturas e aos modos de vida dos habitantes⁶². Mais tarde, afirmaria ainda que que a Escola do Porto, dada a circunstância “de classe” da encomenda, demonstrara, através do SAAL-Norte, que não estava preparada para enfrentar problemas que carecessem de resoluções não estereotipadas, embora reconhecendo que tão pouco o estavam todos os arquitectos, portugueses ou não, que, desde o dealbar do Movimento Moderno, continuavam a desconfiar da habitação individual⁶³. Mas Varela Gomes pôs, pela primeira vez, a questão do significado do SAAL enquanto motivação, ou lição, para as práticas subsequentes. No seu entender, a actualidade do processo manifestava-se ainda em meados de noventa, sob a forma de fantasma ignorado ou recalçado, no panorama do debate sobre a cidade consolidada. Dada a sua capacidade de adaptação, o seu sentido arquitectónico mais prático, mais próximo da realidade, as operações portuenses encarnavam, na opinião de Varela Gomes, os tipos de figura de planeamento urbano mais recentes, aos quais os italianos chamavam terceira geração de planos, feitos mais para estabilizar as cidades do que para as acrescentar⁶⁴. Achava que o SAAL, dada a sua especificidade social e política, tinha catapultado as obras construídas sob os seus auspícios para um lugar de primazia, no âmbito da crítica mundial, e esse ascendente tinha também contribuído de sobremameira para a “internacionalização” de Siza, quer sob o ponto de vista da divulgação quer sob o da encomenda – “Aplicaram a Siza o qualificativo de ‘arquitecto da participação’ e foi nessa qualidade que as autoridades de Berlim o convidaram em 1980 para participar no concurso para a reconstrução do bairro de Kreuzberg”. A crítica internacional, na sua opinião, admirava a obra de Siza, e não somente a Bouça ou S. Vítor, mas aproveitava para louvar, à uma e em simultâneo, o seu talento e o processo SAAL⁶⁵.

Por fim, mas não menos importante, saliente-se que Paulo Varela Gomes inculcava o SAAL-Norte, dada a atitude crítica em relação à cidade e ao planeamento vigentes e dado o vanguardismo pragmático e operativo, como co-responsável pela identidade cultural da Revolução portuguesa,

Costa, “Operações SAAL Norte Operação SAAL – Brigada São Vítor Porto 1974-1977 Álvaro Siza”: *Arquitectura do Século XX Portugal*, Munique, Prestel, 1997, p. 267.

⁶⁰ No meio dos arquivos de S. Vítor, encontrou-se um fragmento da *História Universal da Infância*, de Jorge Luís Borges, intitulado “Do rigor da ciência”. Aí são referidas as “ruínas” que perduravam do mapa que teve a dimensão do próprio Império e que coincidia pontualmente com ele. Uma nota manuscrita refere que se trata da “verdadeira história de S. Vítor”.

⁶¹ Paulo Varela Gomes, “Introduction”: AA.VV., *Points de Repere Architectures du Portugal*, Bruxelas, Europalia, 1991.

⁶² Paulo Varela Gomes, “Quatre Batailles en Faveur d’une Architecture Portugaise”: p. 49.

⁶³ Id., “Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos”: *História da Arte Portuguesa Terceiro Volume Do Barroco à Contemporaneidade*, direcção de Paulo Pereira, s.l., Círculo dos Leitores, 1995, p. 563.

⁶⁴ *Ib.*, p. 565.

⁶⁵ *Ib.*

“que demonstrou ter jogado, também no terreno do urbanismo e da Arquitectura, simultaneamente com o passado e o futuro, com a condição moderna e pós-moderna”⁶⁶.

Se bem que quase exclusivamente balizado pela prática do SAAL-Norte, Varela Gomes encarava o SAAL não tanto pelo seu significado social, ou pelos resultados arquitectónicos, mas sobretudo enquanto referência de continuidade entre o passado e o futuro da Arquitectura portuguesa. Muito para além da questão da projecção de Siza através do SAAL, ou vice-versa, estava a de perceber o processo enquanto resposta dos arquitectos portugueses a um apelo disciplinar de grande intensidade social. Quando tudo parecia talhado para a vertigem da ruptura, prevaleceu a atenção à cidade e às tipologias tradicionais, quando tudo parecia condenar as linguagens modernas, prevaleceu a releitura dos modelos primordiais do moderno, prevaleceu, no essencial e como diria Alves Costa, não tanto a coerência como a eficácia, e daí a cumplicidade com o carácter imediato das técnicas de produção⁶⁷.

Nuno Portas e Manuel Mendes, em co-autoria, também recuariam até um pouco antes da viragem da sociedade portuguesa para referir “alguns indícios de uma polémica sobre a forma urbana” que se traduzia no “tema da alta densidade/baixa altura” presente no Restelo, de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, e na Bouça, de Álvaro Siza⁶⁸. Reconheceriam, porém, que, ao assumir conscientemente os riscos de confrontação com os instrumentos de plano existentes, o SAAL, sobretudo no Porto, elaborara credíveis alternativas, “pontuais e fragmentadas”, que, em simultâneo, corporizavam alternativas metodológicas de projecto e viabilizavam uma alternativa de cidade. Reconheceriam igualmente a opção de “rejeitar a ‘receita dos blocos isolados em espaços amarelos’”, para propor escalas e tipologias mais adequadas aos contextos, em oportuna consonância com as preferências dos moradores⁶⁹. Apresentavam o SAAL como uma proposta de instaurar “um processo de ‘cooperação conflitual’ entre Estado e os habitantes”, cujas premissas primordiais eram a não demissão, por parte do primeiro, e a organização social da procura, por parte dos segundos⁷⁰.

Já quanto a uma das apostas fundamentais do programa – a possibilidade de assumir a vontade dos moradores como matéria real do projecto e assim ultrapassar metodologicamente os “preconceitos de demiurgia formal” – os autores achavam que não se tinha ido muito longe. Num extremo estava o uso da participação como alibi para “avalizar ou mascarar a imposição da concepção ideológica do arquitecto sobre o modo de vida das populações. No outro, o excessivo populismo, a “consagração de soluções banais” a caricatura ingénua e medíocre. De permeio, pouco mais restava senão uma experiência iniciática de discussão com as populações e de aprendizagem nos estaleiros das obras que lograram arrancar⁷¹.

Portas e Mendes consideravam assim que o processo SAAL tinha fomentado um número considerável de projectos inovadores – se confrontados com o que era usual no campo da habitação social em Portugal – retratando, também desse modo, um duplo compromisso: “do projecto social e da Arquitectura no projecto social”⁷². Porém, o carácter inovador do processo não teve, em seu entender, a correspondência em inovação do produto final. Alguns técnicos viriam a utilizar as prerrogativas de poder que detinham para, através de preconceitos de objectividade técnica, frustrarem as expectativas de inovação e de ultrapassagem dos processos convencionais⁷³.

⁶⁶ *Ib.*

⁶⁷ Alexandre Alves Costa, “Architecture Portugaise Essai de description de son processus”: *Ib.*, p. 96.

⁶⁸ Cf. Nuno Portas, Manuel Mendes, *Portogallo Architettura, gli ultimi vent'anni*, Milão, Electa, 1991, p. 19. Seria também editada, com algumas adaptações, uma versão portuguesa deste texto: *Arquitectura Portuguesa Contemporânea Anos Sessenta/ Anos Oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991, p. 27. Como a parte que interessa a este trabalho permanece, no essencial, muito semelhante em ambas as edições, será adoptada a versão portuguesa.

⁶⁹ *Ib.*, p. 46.

⁷⁰ *Ib.*, p. 47.

⁷¹ *Ib.*

⁷² *Ib.*

⁷³ *Ib.*, p. 47.

Embora de uma forma não muito convicta – mais adiante afirmariam que as operações de Lisboa não se distanciavam significativamente dos modelos de bairros de promoção pública dos anos sessenta⁷⁴ – Nuno Portas e Manuel Mendes reconheciam no tal “duplo compromisso” um importante avanço metodológico, talvez não tão profundo quanto as confessadas expectativas do primeiro, mas seguramente digno de um lugar cativo na tribuna das referências históricas da produção arquitectónica da segunda metade do século XX.

O SAAL, de forma mais inclusiva, ou complementar, viria a ser igualmente terreno de reflexão, descrição e alusão em inúmeras publicações, assumindo-se como uma menção incontornável, sempre que se discorria em torno de temas como a participação social dos utilizadores ou a produção arquitectónica portuguesa. Autores como António Fonseca Ferreira, Raúl Hestnes Ferreira, Manuel Teixeira, Manuel Correia Fernandes, José Manuel Fernandes, Margarida Coelho, José Silva Carvalho, Michel Toussaint e Rogério Vieira de Almeida, entre muitos outros, escreveriam sobre o SAAL, ou sobre as suas operações.

Ainda na década de noventa, Peter G. Rowe, também muito balizado pelas operações do Porto, consideraria o processo um bom exemplo do equilíbrio entre autodeterminação e recursos técnicos, na concepção do futuro⁷⁵.

Mais recentemente, Alexandre Alves Costa, retomando embora a toada crítica em relação à avaliação “neutral” das obras do SAAL, diria que, inevitavelmente, as “tipologias ou linguagens são, no seu conjunto, um reflexo continuado do debate em curso que propõe um alargamento das referências historicamente relacionadas com o chamado movimento neo-realista de origem italiana e uma maior abertura às experiências que [...] tinham sido desenvolvidas em momentos anteriores pelos arquitectos modernos, desde Johannes Pieter Oud a Bruno Taut”⁷⁶. As obras foram, no seu entender e a corroborar aquilo que, já em tempos, sugerira, construções provisórias, pontos de partida para o debate, símbolos de início de processo, mas foram também as marcas perenes do movimento de moradores, impressas na cidade através dos projectos⁷⁷. Alves Costa desvalorizava os modelos, não se tratava, em sua opinião, “de prefigurar a cidade, a vida quotidiana, nem as formas de vida socialistas”, nem sequer de elaborar contraplanos, mas antes de “propor, praticando, uma alternativa metodológica que entende o planeamento, projecto e construção como síntese de uma actividade multidisciplinar resultante dos sucessivos consensos entre técnicos e moradores”⁷⁸. Mais distanciado, remetia agora a urgência específica dos projectos SAAL para um filão de continuidade metodológica com o carácter intemporal das especificidades da Arquitectura portuguesa – “Empirismo e bom senso, a teoria e o modelo brotando da prática sempre mais urgente, como sempre em Portugal. Hoje leio, fora do calor das circunstâncias, a presença do passado no presente que o excede e reivindica e, nesta conciliação, a essência do processo de onde decorreriam as imagens que nunca chegaram a concretizar-se”⁷⁹. Avaliando os projectos, reafirmaria a diferença entre os de Lisboa e os do Porto, mais suburbanos e mais decorrentes de “partidos tipológicos anteriores à Revolução”, os primeiros, mais centrais e mais tendentes a “um modelo radical de cidade”, os segundos. O sentido de ruptura era eliminado. Em seu entender, no Porto, “sugere-se [...] a renovação de uma ordem espacial e social preexistente, na qual se deposita um valor positivo”, aventando mesmo paralelismos com a situação que se veio a verificar posteriormente em Berlim. Exemplificando com S. Vítor, considerava que fora estabelecido um diálogo criativo com o contexto, “tal como encontrado” e não a partir de soluções tipificadas⁸⁰.

Também no mesmo texto, e a pretexto do SAAL, Alves Costa fala da sequência imediata da obra de Siza como fluir de continuidades, como uma via evolutiva profundamente referenciada

⁷⁴ *Ib.*

⁷⁵ Peter G. Rowe, *Modernity and Housing*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1995, p. 294.

⁷⁶ Alexandre Alves Costa, “1974-1975 o SAAL e os Anos da Revolução”: *Arquitectura do Século XX Portugal*, Munique, Prestel, 1997, p. 65.

⁷⁷ *Ib.*

⁷⁸ *Ib.*, p. 68.

⁷⁹ *Ib.*

⁸⁰ *Ib.*

pelo trabalho desenvolvido nesse período. Não tanto como sugeria Paulo Varela Gomes – Siza voou para Berlim “nas asas de um equívoco”⁸¹ – mas mais no sentido da consolidação metodológica de uma prática difícil, dialogante e, simultaneamente, intransigente perante todas as tentações de simplismo ou de abdicação da função disciplinar. Na sua opinião, Kreuzberg, Haia e a Malagueira, na extrema diversidade dos respectivos contextos, surgem como corolário de uma prática que teve o seu início no SAAL⁸², refazendo a cidade sobre a cidade, construindo cidade com a habitação. Cumpridas estas intervenções posteriores, com casas que envolvem a heterogeneidade cultural dos seus moradores e, ao mesmo tempo, homenageiam as perenidades mais específicas da estrutura urbana que as acolhe, restou S. Vítor, ou melhor, o bloco da Senhora das Dores, qual objecto incompreensível, órfão rebelde e decadente da intenção urbana que o gerou. Alexandre Alves Costa defenderia a sua demolição⁸³.

Crítica

Assim, ao longo do tempo, a crítica foi-se subtilmente acomodando ao que de mais insuspeito havia, sob o ponto de vista da legibilidade das intenções puramente disciplinares, para além dos modelos dos moradores, para além das imperfeições e das adaptações, nascidas da urgência e do avanço irreflectido. Portas ainda tentou, procurando celebrar também algumas obras que, cumprindo na íntegra a sua função social, não abdicavam de uma resposta profissional digna, embora mediana e menos motivadora de um discurso crítico eminentemente culturalista. Mas a verdade é que o SAAL ficaria indelevelmente associado a um conjunto limitado de operações e à coerência estratégica que, sob o ponto de vista urbano e metodológico, se estava prestes a conseguir no Porto.

Os restantes projectos, a grande maioria, enredados nas suas circunstâncias próprias e suspensos da grande circunstância conjuntural, não são passíveis de leituras homogeneizantes ou de sínteses abrangentes. Contêm cada um a sua história que se multiplica na história de cada uma das instituições envolvidas, as quais, por sua vez, se multiplicam na história de cada um dos intervenientes do processo, moradores, técnicos, estudantes, funcionários, militantes, assistentes sociais, e por aí fora. Essa sequência de multiplicações, que dificulta a síntese, existia por definição, existia, em primeira análise, como justificação ou, pelo menos, como uma das justificações primordiais do programa que promovia os projectos. Não se torna, por consequência, muito legítimo ensaiar compartimentações, taxonómicas ou outras, que possam fornecer uma leitura mais sistemática dos projectos e das arquitecturas resultantes.

É, contudo, possível desdobrar elos de relacionamento, factores de conjuntura ou sintomas de contaminação que determinaram partidos tipológicos, ou mesmo afinidades de linguagem, nas diversas soluções encontradas.

Desde logo, os ditados pela proximidade, pela possibilidade de uma confrontação mais directa entre equipas que actuavam no mesmo âmbito local, ou regional.

Depois, os que se podem deduzir da natureza do contexto em que actuaram, das relações que os projectos estabeleceram com o carácter da envolvente, estando aí também compreendidos os vínculos cognitivos e de identidade dos moradores, tão mitificados que foram pelas contribuições de raiz mais sociológica.

Já pelo que diz respeito aos modelos, difícil se torna, numa visão mais abrangente, agrupar tendências ou estabelecer parâmetros de compatibilização. Por um lado, e como já foi referido, porque se vivia uma época de dispersão, uma época na qual as motivações se regulavam muito mais pela negação dos modelos modernos, em particular os do Estilo Internacional, do que propriamente pela emergência de novas fontes de interesse, de solicitações claras, que pudessem pagar a despesa da afirmação hegemónica de matrizes alternativas⁸⁴. Por outro lado, como também já foi referido, na maior parte dos casos era difícil ceder à pressão do momento e ao afã

⁸¹ Paulo Varela Gomes, “Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos”, p. 565.

⁸² Alexandre Alves Costa, “1974-1975 o SAAL e os Anos da Revolução”, p. 70.

⁸³ Id., “Operações SAAL Norte Operação SAAL – Brigada São Vítor Porto 1974-1975”: *Arquitectura do Século XX Portugal*, p. 267.

⁸⁴ Cf. capítulo “Os sentidos do debate internacional”.

de construir. Pouco tempo havia para dedicar à pesquisa, poucas eram as predisposições mais reflexivas. Os meios disponíveis, quer os financeiros, por disposição normativa, quer os tecnológicos, pelo atraso do país, eram também por demais escassos para que se pudesse ter avançado pela via do *rapport* racional entre a sistematização construtiva e a sua resultante formal. Restava então, como Nuno Portas tanto advogara, a possibilidade de que todas estas limitações, agrupadas em sistema ou dispersas entre si, se assumissem elas mesmas como motor da afirmação de um novo relacionamento entre os arquitectos, as condições sociais da encomenda e a Arquitectura produzida. Tal possibilidade não veio, contudo, a concretizar-se, ou, pelo menos, não veio a concretizar-se com a intensidade heurística e a dimensão generalizadora que é possível deduzir das expectativas por ele expressas, quer inicialmente, quer ao longo do processo, quer mesmo na fase posterior de avaliação crítica. Aconteceu pontualmente, em determinadas operações, ou melhor, em determinados momentos de algumas operações. Teve um significado empírico particular, foi, sem dúvida, marcante para a prática e para o posicionamento ético e disciplinar dos arquitectos que a viveram e protagonizaram, mas nunca teve, talvez não pudesse ter, a expressão generalizada e aberta de uma tendência, de uma linha modelar, ou até, como subentendiam os anseios mais optimistas, de uma nova perspectiva metodológica.

A contaminação directa e descomplexada com as novas fontes de encomenda aconteceu a prazo certo. Fendilhou-se e soçobrou quando a própria Revolução soçobrou. Como muitas outras vivências e contaminações sociais da crise revolucionária, não teve *entourage* suficiente para se entranhar a fundo no ainda obscurecido tecido cultural da sociedade portuguesa. Por isso, também não dispôs do tempo necessário para dar resultados assinaláveis, para além das interpretações particularizadas.

Os projectos do SAAL, maioritariamente concebidos segundo um arco de preocupações que se fundava na resolução rápida dos problemas dos moradores, manifestavam contudo intenções mais ou menos veladas, mais ou menos insistentes, mais ou menos conseguidas, de afirmação dos seus significados arquitectónicos e urbanos. Mas a sua extrema diversidade, se, por um lado, se revela difícil de sistematizar enquanto expressão de uma intenção colectiva, por outro lado aparece como a transcrição indirecta das diversas aspirações, como comprovação de que a participação dos moradores organizados, o seu grau de convicção no processo e a pluralidade ideossincrática dos seus desejos foram, afinal, determinantes para uma parte significativa dos resultados obtidos.

Assim, nada de excepcional sobressairia ou era descoberto a partir do arranque ou da forma de encarar a encomenda. Depois, cada uma das operações evoluiria para práticas bem diversas que revelariam resultados muito diversos entre si, mas alguns deles particularmente significativos. Cada caso é um caso muito específico e seria muito difícil analisar as vicissitudes próprias de todos e de cada um. Mais legítimo, por isso, será agrupá-los segundo critérios de posicionamento face aos problemas do projecto.

Projectos

No âmbito deste trabalho foram recolhidos 93 projectos, 73 dos quais parcialmente construídos. Cerca de uma dezena – Fazendas de Almeirim, em Almeirim; Montevil e Quintinha da Liberdade, em Alcácer do Sal; Canal Caveira e Vale Pereiro, em Grândola; Castelo, em Ferreira do Alentejo; Aljezur; Bensafrim e Espiche, em Lagos; e Enxerim, em Silves – implantam-se em meios predominantemente rurais, embora quatro deles – Vale Pereiro, Castelo, Aljezur e Enxerim – se situem nas franjas confinantes de pequenas centralidades. Com as questões inerentes ao valor do solo mais atenuadas, as opções vão, nestes casos, no sentido da habitação unifamiliar. Em banda, em pátio, mistas ou geminadas, revelam sistemas espaciais de resolução simples. Quase todos são projectos para a chamada construção evolutiva, porquanto deixavam previstas as possibilidades de aumento de espaço interior, normalmente para acrescentar mais um ou dois quartos. Todos no Sul, são hoje bairros perfeitamente integrados e consolidados, mais do que isso, são uma excepção, são, sob o ponto de vista do ordenamento do território, um exemplo de racionalidade se atendermos às implantações caóticas e inconsequentes que os envolvem, e que, na maior parte dos casos, correspondem às edificações construídas nas décadas seguintes.

Para além destes, há a considerar os projectos executados para comunidades piscatórias, em pequenos aglomerados marítimos, ou mesmo nas praias. São eles Angeiras, em Matosinhos,

Cortegaça, em Ovar, Cabanas, em Tavira, Alvor, em Portimão, Apeadeiro e Duna, na Meia Praia, em Lagos, Burgau e Praia da Luz, também em Lagos. Foram, de resto, as operações da Meia Praia que encetaram o processo no Algarve. Um arquitecto local, José Veloso, ao tomar conhecimento do programa SAAL, dirigiu-se às populações que viviam em choupanas precárias, na praia, propondo-se trabalhar com eles em prol da melhoria das suas condições habitacionais. Quer o arranque destas operações, quer a persistência, de certo modo carismática, do arquitecto foram aspectos determinantes para o alastramento do SAAL no Algarve, que, em poucos meses, já englobava cerca de duas dezenas e meia de operações e reivindicava um serviço regional próprio. As operações da Meia Praia deram também o tema a um dos mais conhecidos filmes sobre o SAAL, *Continuar a Viver ou os Índios da Meia-Praia*, rodado sob a direcção de António da Cunha Telles.

No Algarve, as operações, embora relativamente tardias, cedo começaram a ganhar forma de obra construída. Os tempos de arranque do processo e de início da obra coincidem de um modo surpreendente. As prerrogativas de participação dos moradores não foram, de um modo geral, entendidas com a mesma distância crítica com que o foram noutras paragens. Algumas das discussões acerca de partidos tipológicos, nomeadamente com os moradores da Meia Praia, foram desenvolvidas, não sobre maquetas ou desenhos de projecto, mas já no arranque das construções, quando as paredes começavam a ser erguidas⁸⁵. As edificações traduzem, assim, relações de formalização muito directamente vinculadas aos desejos do momento e à necessidade imperiosa de começar a construir. São quase organigramas em tijolo e cimento, que se vão consolidando na exacta medida do uso quotidiano. Intenções mais subtis são, porém, reconhecíveis em Marim, Olhão, de José Maria Lopes da Costa, onde as sucessões de pátios dos volumes em banda são enriquecidas com a interposição de outros volumes, com cobertura inclinada, gerando uma imagem de conjunto que se vai ancorar na reinterpretação das referências vernaculares, um filão que, na altura, ainda era muito marcante para um determinado arco geracional de arquitectos.

Exceptuando a Cerca do Cemitério, em Lagos, de José Veloso, Vila Real de Santo António, de João Moitinho, e Cemitério, em Olhão, já muito tardia, em todas as operações algarvias se optou pela casa unifamiliar. O recurso a soluções de articulação volumétrica em torno de pátios verificou-se num número considerável de operações, jogando, assim, com a sugestão de uma vivência alternativa exterior, muito própria do clima algarvio.

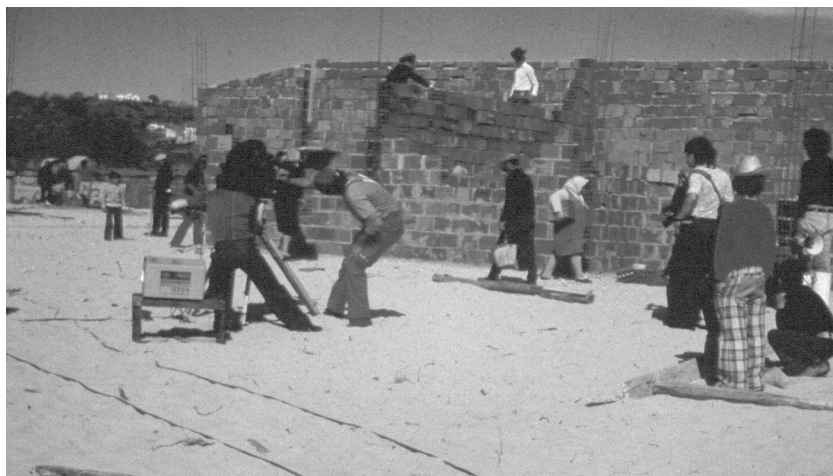
Em Lagos, na Cerca do Cemitério, aos secos volumes dos blocos colectivos é sobreposta uma rede de rampas de acesso vertical, formulando uma curiosa leitura a duas escalas e gerando uma bizarra movimentação nas fachadas e nos espaços intersticiais.

No Algarve, a pressão especulativa de raiz turística tentou, em diversas operações, criar obstáculos à concretização das obras. Criteriosamente implantados em áreas muito apetecíveis, os bairros da Meia Praia, do Alvor, da Quarteira e de Monte Gordo, pelo menos, ao colidirem com

Algarve

SAAL/Algarve, Lagos, operação da Meia Praia, rodagem do filme *Continuar a Viver ou os Índios da Meia Praia*, de António da Cunha Telles.

Fonte: Arquivo do Engenheiro Albano Pereira



⁸⁵ Entrevista feita a José Veloso, a 6 de Maio de 1997. Cf., também, capítulo "Casas sim!".

Alentejo

propostas de campos de golfe, hotéis ou aldeamentos, tiveram sérios problemas para conseguir regularizar a posse dos respectivos terrenos e para impor o desejo dos moradores.

Mais a Norte, em Beja, registaram-se duas operações na cinta periférica da cidade, ambas coordenadas por Ana Salta. Embora próximas, foram encaradas de um modo estrategicamente diferente. No Bairro do Pelame, um pequeno aglomerado de habitações espontâneas, a opção circunscreveu-se em torno da tentativa de beneficiação dos espaços públicos e da reconversão das habitações existentes, complementada pela construção pontual, em vazios, de edifícios de raiz. No Bairro da Esperança, por sua vez, optou-se pela construção de longas bandas de casas duplex, ocasionalmente interrompidas por passagens inferiores públicas.

Em Ferreira do Alentejo, Jorge Garcia, um jovem arquitecto, proporia também uma sucessão de casas térreas e pátios, que só se distinguem das implantações tradicionais pela disposição relativa, pela repetição e pela criação de longos corredores de acesso pedonal. A atracção pelas formas da arquitectura alentejana e o empenho posto no diálogo com uma população eminentemente rural não evitaram o registo reprodutivo segundo uma outra ordem urbana. O bairro viria a ser construído muito mais tarde, num local diferente embora próximo daquele para o qual tinha sido projectado.

Em Grândola, no Bairro de Vale Pereiro, de Manuel Tainha, igualmente tardio, é procurado um outro tipo de relações, menos literal, com as implantações tradicionais e com o modo de vida das populações. É sublinhada a ambiguidade entre o espaço exterior e o interior, protagonizada pela memória da passagem carral e pela contenção das aberturas que dão para a rua. O jogo volumétrico do conjunto é enriquecido pela dinâmica das coberturas com diferentes inclinações, que subentendia também entradas de luz zenital e possibilidades de aumento do fogo. Em Canal Caveira, ainda no Concelho de Grândola, repetindo-se o projecto das habitações, o bairro implanta-se segundo um processo muito claro de inserção no aglomerado, ao qual não são alheias as opções tipológicas da banda edificada que se interpõe entre o espaço exterior público e o privado.

No Concelho de Alcácer do Sal foram registadas duas operações, Montevil e Quintinha da Liberdade, ambas com projectos de Carlos Pereira Lopes e António Martins. A segunda mesmo em frente a Alcácer, na outra margem do Sado, e a primeira mais isolada, numa clareira envolvida pelos pinhais da estrada que liga à Comporta. São soluções de associação simétrica de fogos, dois a dois, com opções tipológicas de raiz mais convencional, embora no projecto de Montevil esteja também prevista, e, nalguns casos, concretizada, a evolução e o aumento de compartimentos das habitações.

Setúbal

Em Setúbal, na cidade, o número de operações registadas, cinco, traduz a dinâmica e a dimensão local das lutas urbanas, mais do que a sua ligação orgânica, ou identificação exclusiva, com o processo SAAL⁸⁶. Três dessas operações, Terroa de Baixo, Bairro da Liberdade e Pinheirinhos, situam-se nas zonas de expansão a Leste e a Nordeste do centro, precisamente na área de influência do Plano Integrado, com o qual as intervenções SAAL chegaram a entrar em rota de colisão⁸⁷. A Terroa de Baixo, de Rui Pimentel, conforma mesmo dois pequenos quarteirões contíguos, a Leste, aos grandes blocos do Plano. O Bairro da Liberdade, de Luís Casal Ribeiro, fica situado numa encosta marcada por densa construção precária e espontânea, anteriormente conhecida como Cova do Canastro. A estratégia passava, como em muitas das intervenções do SAAL, por uma atitude dupla de reconversão de algumas habitações existentes complementada por blocos construídos de raiz. Estes últimos implantam-se segundo uma regra de irradiação semicircular em torno de uma pequena elevação, gerando uma imagem de organicidade à qual não é alheia a caprichosa articulação de volumes das habitações. No decorrer da obra verificaram-se alguns problemas construtivos com as fundações, talvez seja essa a razão de ter ficado inacabada. Nos Pinheirinhos, de Helena Krieger, uma extensa operação a Nordeste do centro da cidade, volumes simples, de duas águas, jogam entre si e entre as suas próprias possibilidades de crescimento, num conjunto onde a intencionalidade urbana não constituiu a preocupação fundamental. O contraste da escala

⁸⁶ Cf. *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 185, 1976, p. 43.

⁸⁷ Cf. capítulo "Casas sim!".

das edificações próximas e a intensidade das obras de apropriação, no espaço envolvente das casas, são demasiado insinuados na definição dos espaços públicos. A maleabilidade da organização dos fogos, no interior dos respectivos terrenos, é, por seu lado, o que de mais motivador tem a solução.

Numa zona mais periférica, a oeste da cidade, onde as pendentes topográficas se começam a acentuar dada a proximidade da Serra da Arrábida, situam-se as outras duas operações registadas: Forte Velho e Casal das Figueiras. Na primeira, depois de um início processualmente conturbado, o projecto acabaria por ser feito por Conceição Redol. Trata-se de uma banda de habitações duplex que, mesmo virando o alçado posterior ao velho baluarte que lhe dá o nome⁸⁸, reproduz-se numa ritmada e expressiva “muralha” que vence a dicotomia entre a frente urbana, aberta e movimentada, e o tardo, fechado e seco.

O Casal das Figueiras, de Gonçalo Byrne, distingue-se como a intervenção mais marcante, sob o ponto de vista da significação de uma ideia fortemente insinuada no território. Na encosta voltada a Sul, muito ditada por uma mancha de densa ocupação orgânica e espontânea, o projecto de Byrne propõe a sobreposição de longas bandas de habitação – umas coroam e contornam a cumeeira, outras deslizam perpendicularmente à pendente, pelo meio das edificações existentes. Em oposição, na encosta Norte, menos construída, os dois edifícios da cumeeira absorvem, isolados, toda a paisagem. A sua implantação estava rigorosamente determinada pelos elementos pré-existentes: os moinhos e um extenso muro, entretanto desaparecido. Os fogos organizam-se segundo uma trama de 4,80 metros que regula quer as bandas mais simples, quer aquelas que, em quatro pisos, associam diferentes tipos. A operação do Casal das Figueiras traduz-se na inequívoca afirmação de uma ordem territorial, conquistada pelo desenho dos edifícios, nas caóticas aglomerações suburbanas de Setúbal. Jogando com o relevo, as bandas edificadas impõem-se como sinal do desejo de um novo pacto de regulação urbana, de uma nova escala de intervenção, sugerindo também que nenhum facto consumado no território se pode considerar irreversível, ou definitivo, perante tais intenções transformadoras. Traduz um contraste literal, uma contradição aberta entre a escala individual do alojamento privado, em estado bruto, e o apelo aos grandes consensos territoriais da coisa pública, uma contradição tanto mais desconcertante quanto proposta no âmbito participacionista e anticentralizador do processo SAAL.

No Norte do distrito de Setúbal, já bem dentro da área de influência de Lisboa, situam-se as duas operações referenciadas no Concelho do Seixal: O Batateiro, de Fernando Bagulho, e o Pinhal das Areias, de Júlio Saint-Maurice. Ambas são compostas por habitações unifamiliares, em bandas de dois pisos. Mais seca, próxima dos modelos de racionalização espacial siedlungianos, a do Pinhal das Areias enredou-se na teia decisória entre as intenções autorais, a atribulada selecção dos terrenos, a influência camarária e a autoprodução. Hoje, o arquitecto não se reconhece no que lá está construído⁸⁹. Mais expressiva, fruto de uma ideia que explora o diálogo entre a firmeza do bloco e o ritmo volumétrico dos fogos, a do Batateiro mantém-se como um bairro coeso, no qual ainda se pressentem sóbrios vínculos de uso e de estima.

Em Lisboa, os projectos registados no Concelho são substancialmente divergentes no contexto, na escala, nas opções tipológicas e no próprio entendimento das especificidades processuais. Quase todos se localizam no arco periférico que circunscrevia o centro consolidado, delimitado, *grosso modo*, pelo Vale de Alcântara, pela segunda Circular e por Chelas. A excepção é o Pátio Vila Fernandes, uma operação tardia, na qual Manuel Tainha proporia um conjunto compacto de fogos no interior de um quarteirão denso e definido. Esta localização das operações, determinada pela própria situação dos bairros degradados – em solos de reserva a prazo, camarários, não edificados por normativa ou pura e simplesmente esquecidos por dificuldade de acesso, exposição, etc. –, tem vindo,

Seixal

Lisboa

⁸⁸ No interior do qual se situavam as barracas que os moradores ocupavam. Cf. Jaime Manuel Almeida Pinto, *Os Bairros S.A.A.L. O caso do Castelo Velho Lutas Urbanas em Setúbal (1974/1976)*, dissertação de mestrado em História dos séc. XIX e XX apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Setúbal, trabalho policopiado, 1998.

⁸⁹ Entrevista feita a Júlio Saint-Maurice, gravada a 24 de Março de 1998.

também, a ser frequentemente referida como uma das principais justificações para a especificidade das opções tipológicas que, genericamente, os arquitectos e os moradores, tomaram. Com efeito, salvaguardando algumas excepções, e mesmo essas parciais, optou-se, nestes projectos SAAL de Lisboa, por blocos de habitação colectiva. Os arquitectos, por um lado, referem a vontade dos moradores, justificações de índole sociológica se têm, depois, associado a esse desígnio, ou seja, os moradores dos bairros de barracas ambicionavam os modelos dos quarteirões ricos da cidade pavimentada, os prédios de rendimento. Por outro lado, nalguns casos, os arquitectos reconheciam que estavam a contribuir para a consolidação, pontual embora, da periferia da cidade e sabiam que as tipologias volumetricamente mais compactas cumpriam esse papel com maior eficácia. A estas razões, devemos associar, porventura, outras, de ordem orgânica e administrativa, que se deduzem também das indefinições iniciais em relação à tutela do SAAL em Lisboa. Iniciadas no seio da EPUL, uma empresa que, pelo que diz respeito à produção habitacional, já possuía a experiência decorrente de práticas anteriores, é natural que as primeiras operações, também pela urgência, se remetessem pragmaticamente para soluções mais rodadas, no que diz respeito às grandes linhas de definição tipológica.

No entanto, as relações de analogia entre os projectos quedam-se pela opção da habitação colectiva, em bloco, e pela consequente formulação de uma escala de intervenção mais corpulenta, mais próxima de uma ideia de progressão territorial do centro consolidado. Com efeito, e dentro desse tipo de soluções, diversas alternativas seriam testadas, também elas determinadas pelas vontades dos moradores e, sobretudo, pelo também diverso posicionamento dos arquitectos perante os problemas do projecto.

Manuel Vicente procuraria, na Quinta do Bacalhau – Monte Coxo, a afirmação veemente de temas arquitectónicos cuja limpidez pudesse transcender toda a sobrecarga social, política e económica da matriz processual⁹⁰. Através da composição das fachadas⁹¹ e da própria organização dos fogos, os edifícios propõem uma leitura dúplice, velada para as frentes urbanas e aberta para os grandes pátios comunitários. Numa e noutra, porém, sobressaem os elementos verticais – caixas de escadas, pilares das galerias ou compartimentos salientes – e, através deles, sobressai a intenção de criar uma ordem sobreposta, uma ordem que ultrapasse a escala da repetição dos fogos e conquiste a imagem dos blocos e de todo o conjunto. Os espaços de distribuição são também profundamente marcados por estas intenções.

Já foi referido que Raúl Hestnes Ferreira e Manuel Vicente vieram a coordenar as operações porque já se encontravam a fazer planos para as respectivas áreas de intervenção, as UNOR⁹², mas no caso da Quinta das FONSECAS – Quinta da Calçada, a lógica sequencial traduz-se muito claramente nas opções de implantação, que vincam o apelo à ordem dos quarteirões quadrangulares, desta feita enriquecidos e problematizados pela franqueza das aberturas de acesso aos pátios centrais. Os fogos articulam-se e movimentam-se no interior dessa ordem urbana, submetidos a um sistema distributivo que conjuga a tradicional caixa de escadas com pequenas galerias. Junto ao solo, a distribuição ganha complexidade, jogando com a suave pendente do terreno e desdobrando-se em rampas, desníveis e acessos directos. Extrovertidas, as fachadas seguem a movimentada organização interna dos fogos, soltando e reencontrando ritmos, consolas, dimensões de vãos e coroamentos, numa composição atribulada que, tal como todo o espaço tratado, nunca perde o rumo da grande escala do conjunto. A diversidade compositiva é tributária de uma ordem dimensional mais abrangente, que procura perenidade através da fusão dos mais firmes modelos da história.

⁹⁰ Entrevista feita a Manuel Vicente, gravada a 14 de Maio de 1998.

⁹¹ Seria o próprio Manuel Vicente a afirmar: “– Moins les logements seront chargés avec les fantômes de la mauvaise conscience bourgeoise de l’architecte, plus l’espace sera ‘beau’ et plus il sera appropriable par l’habitant comme une expérience enrichissante de son quotidien. C’est un risque qu’en tant qu’architecte je suis disposé à assumer, sans aucune ambiguïté. Ce qui m’amène à lancer un slogan, un peu provocateur, *la façade d’abord*”. Cf. “SAAL Architectes, quel Avenir?": *L’Architecture d’Aujourd’hui*, 185, 1976, p. 81.

⁹² Cf. capítulo “O arranque dos processos: o campo da acção e o campo da administração”.

Na Quinta da Bela Flor, Artur Rosa recorreria também a blocos de quatro e cinco pisos, com quatro fogos por piso articulados entre si por uma única caixa de escadas e por pequenas galerias. São edifícios com um recorte plástico simples, sóbrio, mas intencional, não distante da primeira geração de reacções críticas ao Movimento Moderno. Cada grupo de edifícios, porém, constitui um objecto, os espaços intersticiais ficam, assim, menos domáveis, situação que é agravada pela pendente de encosta.

Numa grande operação, na encosta Norte do Cemitério do Alto de S. João, José António Paradela e Luís Gravata Filipe dão corpo a um conjunto edificado composto por blocos que alternam entre a banda de fogos duplex com entrada directa e os blocos, igualmente de fogos duplex, mas com distribuição por galeria. A Curraleira – Embrechados conjugou práticas de diálogo com recursos técnico-construtivos, daí ter merecido a referência exemplificativa de Nuno Portas⁹³.

No Bairro D. Leonor e na Quinta do Alto, Manuel Pardal Monteiro Magalhães usou, pragmaticamente, alguns automatismos processuais que lhe vinham de práticas anteriores para obter resultados a muito curto prazo. Optou por um projecto sistematizado para tecnologias próximas da construção industrializada, para conseguir prazos motivadores e preços controlados, jogando também com as favoráveis condições de proposta das empresas que viam a sua actividade muito reduzida.

Em grandes operações, como o Bairro da Liberdade, de José Norberto e José Luís Zúquete, o Casal Ventoso, de José Daniel Santa-Rita e Maria Rosário Venade, a Quinta Grande, de António Gamito, e o Alto dos Moínhos, de Justino de Morais, as opções circunscrever-se-iam também aos blocos de habitação colectiva. No caso da Quinta Grande chegariam mesmo a ser propostas torres de nove pisos complementadas por bandas de quatro pisos em duplex. Por vicissitudes de vária ordem, nenhum destes projectos chegaria a ser edificado. No caso do Bairro da Liberdade viria a ser construído um bloco, mas fora da implantação inicialmente prevista. Trata-se de um edifício contínuo, que delimita a mancha verde de Monsanto, com uma interessante organização interior que conjuga distribuição por caixa de escadas com fogos duplex, jogando também com a pendente do terreno. Na sua frente de rua, as entradas são marcadas por um embasamento em pedra que apazigua a relação com o terreno.

Nos Concelhos limítrofes, a Norte e a Oeste de Lisboa, concentrou-se um grande número de operações, correspondente à grande cinta de implantações precárias e clandestinas que se tinham vindo a acumular nos últimos anos do regime. De um modo genérico, as opções retomariam a baixa densidade, agrupando, de diversas formas, habitações unifamiliares.

Oeiras, onde funcionou uma entidade coordenadora intermédia – o Conselho de Zona – , ocupava grande parte do território que hoje pertence ao Concelho da Amadora. Na área que então correspondia ao Município, foram registados seis projectos. A extensão de solos que, na altura e a pretexto do SAAL, foram municipalizados foi notável, gerando uma bolsa de terrenos cuja utilidade pública, ou habitacional, ainda se faz sentir na actualidade. Na Portela-Outurela, de António de Carvalho, pequenas bandas de habitações geminadas são a face visível de um processo muito intenso de participação, que chegou a avançar para formas de autoconstrução assistida. O espírito gregário dos moradores também perdurou e, hoje em dia, ainda é frequente assistir a obras de ampliação dos fogos cujo projecto é fornecido pelo Departamento Municipal de Habitação.

Em Linda-a-Velha, José Silva Carvalho propôs uma curiosa associação de fogos duplex “costas com costas”, criando habitações com frente única e um espaço de transição com a rua flexível e apropriável, à italiana.

Carnaxide, de Manuel Madruga, estrutura-se, também, segundo uma interessante associação de fogos, em torno de um pátio quadripartido. À medida que o terreno vai descendo, essa associação ganha complexidade pela interposição de um piso superior. Galerias e caixas de escadas formam então o elemento agregador dos vários grupos de casas-pátio.

O Alto do Moinho, de Francisco Silva Dias, situado na área do Plano Integrado do Zambujal, resulta de um projecto do início dos anos setenta, construído na época para alojar os moradores

Oeiras

⁹³ Nuno Portas, “SAAL and the Urban Revolution in Portugal”: Richard Hatch [editado por], *The Scope of Social Architecture*, Nova Iorque, Van Nostrand Reinhold Co., 1985, p. 264.

do Bairro das Santas Martas, que constituíram uma associação integrada no processo SAAL. Os grupos de casas, associadas em pendente contínua, decalcam, orgânicos e compactos, as curvas de nível de uma colina coroada pela ruína de um moinho. Organizam-se através de um esquema simples, que articula pequenos pátios internos, escadarias radiais e ruas concêntricas. Os espaços que gera são, contudo, de uma estranha dualidade vivencial – as escadarias são estáveis e convidativas, as ruas agrestes e sombrias. Marcante é, também, a imagem de conjunto, com uma ambiguidade significativa e perplexa, situada no ponto onde os rebuscados modelos vernaculares se cruzam com propósitos mais racionalistas⁹⁴.

Em Alfofornos, José Manuel da Cruz Henriques e Eduardo Osório Gonçalves recorriam a elementos construtivos prefabricados para a construção dos fogos. Na Falagueira, um bairro marcado pela emergência de alojar as vítimas de um incêndio⁹⁵, os mesmos arquitectos propunham blocos com distribuição por galeria, que nunca chegaram a ser edificados, sendo os desalojados distribuídos por outros bairros.

Sintra Em Sintra que, tal como Oeiras, ocupava na altura território que é actualmente Concelho da Amadora, dois projectos foram registados, aliás bem próximos um do outro: Estrada Militar, de Duarte Nuno Simões, e Pego Longo, de Bartolomeu Costa Cabral. Correspondiam, também, a duas operações de considerável dimensão. No primeiro, que não se chegou a construir, é proposto um bairro com blocos de três pisos, no qual as diversas tipologias se encaixam, com predominância de fogos em duplex. O segundo, edificado em parte, é composto por bandas de fogos unifamiliares de um só piso, que ganham uma cave semi-enterrada nas situações de encosta.

Loures Em Loures, um Concelho onde se iniciou um grande número de operações, foram recolhidos sete projectos: três de Francisco Pires Keil do Amaral, Catujal, Manjoeira e Quinta das Penicheiras; três da dupla Vítor Alberto e Reis da Costa, Fetais, Santo António e Torre; e um de Eduardo Trigo de Sousa, Casal do Cochicho.

Perante três situações diferentes, Francisco Pires Keil do Amaral – Pítum – recorreria também a soluções muito diferentes. No Catujal, alternando entre a banda simples, de fogos duplex, e a composição a partir de um módulo flexível, que cresce sucessivamente e que se adapta às modelações do terreno. Na Manjoeira, adapta e renova um bairro de realojamento antigo, subverte o ritmo e o alinhamento dos blocos precários existentes e transforma-os nos módulos da sua proposta. Na Quinta das Penicheiras, optaria igualmente por bandas de fogos em duplex.

Para os seus projectos, Reis da Costa e Vítor Alberto propunham um módulo, em piso térreo, que pudesse vir a ser acrescentado para o piso superior, o qual se agregava em bandas simples, escadeadas ou em quateirões abertos.

Eduardo Trigo de Sousa, no Casal do Cochicho, também trabalharia o tema do módulo no piso inferior, que se vai ampliando para os pisos superiores.

Vila Franca de Xira Ainda no Distrito de Lisboa, em Vila Franca de Xira, foram recolhidos dois projectos, Alverca, de Anton Franz Schneider, e Pedra Furada, de Margarida Vieira Niedercorn. Ambos correspondem a bandas de habitação unifamiliar em duplex. Em Alverca, Franz Schneider usa um módulo dimensionalmente mais contido e um tratamento mais austero. O Bairro da Pedra Furada mantém-se, contudo, muito bem cuidado.

Almeirim No Distrito de Santarém, o único projecto que se recolheu foi o da operação de Fazendas de Almeirim, de Manuel Augusto Lameira, Carlos Almeida Ribeiro e Artur Sampaio Costa. Trata-se de um outro exemplo de bairro em meio predominantemente rural, composto por longas bandas térreas de habitações unifamiliares, cuja leitura exterior, quando individualizada, se deduz das formas tradicionais.

⁹⁴ A propósito do Alto do Moinho, Paulo Varela Gomes escreveria: “É provavelmente ao Alto do Moinho que se referem Portas e Mendes quando acusam alguns projectos SAAL de caírem no populismo [...] Mas a verdade é que o Alto do Moinho, que não é arquitectura e urbanismo de vanguarda, tem sobrevivido galhardamente ao tempo e ao uso”. Cf. “Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos”: *História da Arte Portuguesa Terceiro Volume Do Barroco à Contemporaneidade*, direcção de Paulo Pereira, s.l., Circulo dos Leitores, 1995, p. 562.

⁹⁵ Que deflagrara em Outubro de 1974. Cf. capítulo “O arranque dos processos: o campo da acção e o campo da administração”.

Em Coimbra, foram recolhidos os projectos de duas operações: Conchada, de Francesco Marconi, e Relvinha que, embora inicialmente coordenada pelo mesmo arquitecto, veio a ter projecto de Carlos de Almeida, nas habitações unifamiliares, e de Rogério Alvarez, nos blocos de habitação colectiva. Na Conchada, que não se chegou a construir, Marconi utilizaria blocos de dois ou três pisos, com caixa de escada aberta para o exterior, embora contida no volume do edifício.

Coimbra

No Concelho de Ovar, já no SAAL-Norte, foram recolhidos dois projectos: Cortegaça, de António Moura, e Poço de Baixo, de Domingos Tavares e Francisco Melo. No primeiro, situado junto à praia, foram ensaiadas associações de fogos individuais de dois pisos. Alguns deles são vazados no piso inferior por uma passagem que atravessa o lote. No superior, a colocação de um terraço vem transformar a composição volumétrica num movimentado jogo de cheios e vazios. Inacabado, embora ocupado, encontra-se em acentuado estado de degradação.

Ovar

No segundo, as opções centram-se numa composição de bandas simples de fogos duplex que vêm conformar o interior de um pequeno quarteirão da periferia da cidade. Foi também trabalhada a sistematização construtiva tendente à optimização dos recursos disponíveis e à adaptação às tecnologias dominantes.

Quanto aos concelhos limítrofes do Porto, foram registados quatro projectos em Matosinhos: Angeiras, de Adalberto Gonçalves Dias e António Dias; Carcavelos, de Joaquim Bento Lousan; Cruz de Pau, de Maria Fernanda Seixas, e Ilhas de Leça, de António Dias.

Matosinhos

Em Angeiras, uma operação tardia mas extensa, os fogos são também em banda de um só piso, com duas águas que convergem para o interior do lote. O ritmo é enriquecido pela posição lateral das entradas, principal e de serviço. Os agrupamentos simétricos destas últimas geram uma interessante e controlada relação de permeabilidade para com o interior dos lotes.

Igualmente tardia, Carcavelos é uma das raras operações do SAAL-Norte a optar pelo bloco de habitação colectiva. Longos, quebrados a meia esquadria, os edifícios de cinco pisos jogam com o tema, candente na época, da afirmação vertical dos pesados cilindros das caixas de escada, em contraponto com as vincadas marcações horizontais das galerias de acesso aos fogos.

Na Cruz de Pau, uma operação desdobrada em três devido a conturbados conflitos étnicos e sociais entre os moradores, também seriam propostos blocos de habitação, com cave para arrumos e equipamento colectivo. Para outro grupo de moradores, porém, já seriam propostas bandas de fogos unifamiliares.

Os edifícios do projecto de Ilhas de Leça, também de António Dias, não chegaram a ser construídos. Era um conjunto de habitações em banda que se propunha rematar, a Oeste, a malha reticulada de Leça da Palmeira.

A actuar no Concelho de Gondomar, esteve a Brigada de S. Pedro da Cova, coordenada por Manuel Correia Fernandes. Era uma operação que cobria áreas muito vastas e que, por essa razão, acabaria por se subdividir em cerca de uma dezena de outras. Relativamente às restantes operações do Porto, as questões que se punham eram, aqui, muito diversas. Uma velha estrada oitocentista de cumeeira servia de suporte a duas encostas peçadas de precárias habitações de implantação espontânea. Havia que infraestruturar toda a zona e dotar as casas de condições habitacionais. Quer pela dimensão, quer pelo tipo de ocupação, quer mesmo pelas premissas de trabalho que se colocavam à brigada, talvez fosse esta a operação mais próxima dos modelos sul-americanos de apoio à autoconstrução. Assim, para além dos projectos de infraestruturas – vias, iluminação pública, abastecimento de água e de electricidade, drenagens pluviais e domésticas – a brigada elaboraria dezenas de desenhos para pequenos melhoramentos nas casas existentes, dotando-as de melhores condições espaciais e, por vezes, refinando o seu traçado orgânico e artesanal.

S. Pedro da Cova

Mas o trabalho não se ficaria por aí, na intervenção da Bela Vista, a primeira das sub-operações, chegaria mesmo a ser proposto um bairro construído de raiz. Era composto por bandas de um ou dois pisos, contendo também um módulo inicial, ao qual seriam acrescentados mais compartimentos. Mas a operação de S. Pedro da Cova, associada que estava à luta e às reivindicações dos mineiros⁹⁶, representou muito mais que a estratégia de intervenção para a zona.

⁹⁶ Cf. capítulo "Casas sim!".

No contexto do SAAL-Norte, a contribuição dos seus moradores foi fundamental para a coesão e para a mobilização que o movimento adquiriu num determinado momento.

Gaia Em Vila Nova de Gaia, foi registado um projecto: Cândido Reis, de José Pulido Valente. Tratava-se de uma pequena operação composta por um edifício de quatro pisos, em “L”, que colmatava um quarteirão de encosta.

Porto Na cidade do Porto, ou na área do Concelho, foram recolhidos dezassete projectos. Mas aqui, talvez mais do que em qualquer outro local, torna-se também necessário um entendimento dos processos enquanto parte de um sistema de coordenadas que incluía três ordens de especificidades, já anteriormente referidas.

Por um lado, a situação específica dos moradores pobres, a dúplice consciencialização provocada pelas grandes densidades centrais e pela insatisfação dos realojados nos Bairros Camarários. O cruzamento dessas tomadas de consciência, logo desde o início do processo, foi um dos principais esteios da coesão do movimento de moradores e permitiu reforçar a unidade em torno do papel catalizador do SAAL.

Por outro lado, a estrutura urbana das áreas de onde brotaram muitas das operações, ou seja, a da expansão periférica e industrial do século XIX, entretanto consolidada por funções habitacionais e terciárias, mas ainda muito marcada pela dicotómica versatilidade do quarteirão: a frente de rua, representativa e burguesa; e o interior, preenchido em pente com longas fiadas de habitação operária, pobre, degradada e carente das mais elementares condições de habitabilidade – as “ilhas”. Apesar das operações de “renovação urbana” que se vinham fazendo desde os anos cinquenta, este factor foi determinante para a persistência de grandes concentrações de população pobre no centro da cidade.

Por fim, a terceira ordem de especificidades, que contribui para o entendimento do processo SAAL no Porto, diz respeito ao contexto específico que envolveu a resposta dada pelos arquitectos. A Escola Superior de Belas Artes, no Jardim de S. Lázaro, tinha, nos últimos anos do regime, encetado um período de refundação pedagógica, que culminava o processo de luta contra a Reforma de 1957, e que iria dar peso definitivo a uma ideia radicalmente estruturada em torno do reforço científico e pedagógico da centralidade disciplinar da Arquitectura. Foram os tempos em que a actividade profissional do pequeno atelier era usada também como tempero da resistência que se caldeava no debate político e disciplinar mais vasto da Escola, num esforço de compreensão dos fenómenos urbanos através do contacto real com os problemas. Quer fosse pela acção quase militante de crítica à cidade contemporânea e ao planeamento vigente, quer pela presença de modelos operativos motivadores, como os estudos feitos para o Barredo, quer mesmo pela denúncia dos problemas mais graves, como no caso dos bairros camarários ou da sublocação, a Escola congregava práticas e reflexões que, sem esse vínculo, corriam o risco de se dispersar. Num meio social e cultural fechado e redutor, só a Escola de Belas Artes catalizava as atenções e congregava a discussão possível, quase uma tertúlia, sem nenhuma concessão dileitante, mas onde as ansiedades mais avançadas do discurso arquitectónico procuravam, e obtinham, abrigo institucional. Com a abertura revolucionária, e com a oportunidade processual proposta pelo SAAL, se os arquitectos pressentiram a hipótese de saltar do sonho analítico, e tantas vezes académico, para o território do real, para o encontro com a cidade e com os seus habitantes, foi também porque ainda fervilhava esse fórum de debate arquitectónico que prezava a prática continuada como fórmula vital para a subsistência teórica – e que, mais tarde, se viria a chamar Escola do Porto⁹⁷.

Falar da arquitectura produzida pelo SAAL, nesta cidade, é, então, falar também de uma prática de projecto envolvida por todas as circunstâncias físicas e emocionais que lhe serviram de fundo. No âmbito de acção do SAAL/Norte havia, em 1976, 65 operações iniciadas, para 115 pedidos de intervenção. No concelho do Porto havia, na mesma data, 33 operações em curso⁹⁸. Entre as

⁹⁷ Cf. Jorge Figueira, *A Forma de um Dedo. Um Mapa Crítico da Escola do Porto*, Trabalho de síntese realizado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1997.

⁹⁸ Cf. *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976.

mais significativas, pela evolução processual do projecto ou da obra arquitectónica, contavam-se as da Maceda, de Alcino Soutinho; Antas de Pedro Ramalho; Chaves de Oliveira, de Manuel Lessa, S. Vítor, de Álvaro Siza, Bela Vista-D. João IV de Mário Trindade; Leal, de Sérgio Fernandez; Lapa, de Alfredo Matos Ferreira e Beatriz Madureira; e Sé, de Carlos Guimaraes, numa equipa composta só por estudantes de Arquitectura, da qual faziam parte Carlos Prata e José Gigante, entre outros; estas iniciadas logo em 1974. Mas também as da Prelada, de Fernando Távora; Parceria-Antunes, de Henrique Vanez; Massarelos, de Manuel Fernandes de Sá; Arrábida, de Camilo Cortesão, José Luís Carvalho Gomes e José Manuel Soares; Vilar, de José Oliveira e Mário Moura; Contumil, de Célio Costa; Francos, de Rolando Torgo; Heroísmo, de Cristiano Moreira; Bouça, de Álvaro Siza; Boavista, de João Resende e João Godinho; Miragaia, de Fernando Távora; Fontainhas, de Manuel Mendes; e Serralves, de Alcino Soutinho; iniciadas a partir 1975. Os arquitectos aqui referidos coordenavam equipas de projecto muito alargadas que, por vezes, chegavam a ser compostas por mais de 10 pessoas, entre arquitectos mais jovens, estudantes de arquitectura, engenheiros, desenhadores, assistentes sociais, funcionários administrativos e activistas sociais com as mais variadas profissões. Mas, pelo que diz respeito especificamente aos arquitectos, o seu envolvimento social e profissional foi de tal forma intenso que não será exagerado dizer que se afirmou a presença de toda uma geração, que desse modo também estreitou os laços de relacionamento e de diálogo, ora consolidando mútuas cumplicidades, ora agudizando contradições ideológicas, sociais e profissionais.

O projecto do Bairro do Acácio, de Alcino Soutinho, foi iniciado logo em Outubro de 1974 e a obra só foi concluída depois de 1977. Envolvia cerca de 33 fogos, numa primeira fase, e 14, na segunda. Actualmente, é dos bairros onde se sente mais a apropriação e a transformação das habitações, por parte dos moradores.

Igualmente iniciado em Outubro de 1974, no das Antas, de Pedro Ramalho, foi construída uma primeira fase com cerca de 30 fogos, para a segunda estavam projectados 50. A obra começou em Outubro de 1975.

O projecto de S. Vítor, de Álvaro Siza, que seria iniciado a partir de Novembro de 1974, envolvia a construção de 32 fogos, numa primeira fase, e 20 na segunda. A obra de infraestruturas foi das primeiras a começar, em Junho de 1975, embora a dos fogos só tenha arrancado em Outubro do mesmo ano. Só foi construída a pequena banda de habitações da Senhora das Dores, de difícil percepção porque alienada do restante contexto de intervenções e de arranjos urbanos previstos no projecto.

Também com projecto iniciado em Outubro de 1974, o Bairro do Leal, de Sérgio Fernandez, distribuía-se por várias zonas de interior de quarteirão. Previa a construção inicial de 16 fogos e, posteriormente, de mais 33, mas uma parte significativa do projecto dizia respeito à reabilitação de edifícios existentes. A obra começaria em Abril de 1976.

A Lapa, de Alfredo Matos Ferreira e Beatriz Madureira, era uma das maiores intervenções com 68 fogos na primeira fase e 170 na segunda. O projecto teve início em Novembro de 1974 e a obra em Abril de 1976.

Francos, de Rolando Torgo, previa a construção de 44 fogos e, numa fase posterior, mais de 200. O projecto iniciou-se em Fevereiro de 1975 e a obra em Janeiro de 1976. Foi construída a primeira fase.

Na Arrábida, de José Luís Carvalho Gomes, Camilo Cortesão e José Manuel Soares, tratava-se também, no essencial, de um processo de reconversão urbana de uma área densamente ocupada, que, devido aos acessos Norte da Ponte da Arrábida, tinha sido remetida para uma condição residual, ficando mutilada nas suas relações urbanas e de escala.

Na Bela-Vista-D. João IV, Mário Trindade propôs uma ocupação bastante densa no interior de um quarteirão, retomou as implantações das "ilhas" existentes mas acrescentou alguns pisos, aproveitando, assim, a pendente do terreno. Não se chegou a construir.

Na Boavista, João Araújo Resende e João Godinho, alternavam, numa primeira fase, a reconversão de algumas edificações degradadas com a construção de fogos em banda. Tratava-se de uma operação que ocupava uma área muito extensa e, numa fase posterior ao SAAL, a Câmara Municipal viria a edificar blocos colectivos com projecto dos mesmos arquitectos.

Chaves de Oliveira, de Manuel Lessa, também associava, se bem que em muito menor escala, a edificação de raiz com a recuperação de alguns fogos. A parte construída remata um pequeno quarteirão de encosta, gerando, através de uma sucessão de galerias e acessos exteriores, espaços de convívio e de circulação que se aproximam, em escala e ambiente, dos das implantações que a envolvem.

Contumil, de Célio Costa, consta de casas unifamiliares em banda, a pendente do terreno é aproveitada para desfazer também os níveis dos pisos, no interior do fogo.

Também numa situação de encosta, Manuel Fernandes de Sá, em Massarelos, propunha blocos de três ou quatro pisos, em patamares sucessivos, paralelos às curvas de nível. As caixas de escada perpassam os edifícios, servindo, também, como acesso a outros patamares.

Parceria Antunes, de Carlos Santos Ferreira, é um projecto que retoma o módulo e a implantação da “ilha” para propor bandas de fogos em duplex, com aproveitamento dos sótãos.

A Prelada, de Fernando Távora, foi uma pequena operação no interior de um pátio que propunha a construção de nove habitações, de uma só frente, e a recuperação de uma casa existente para aí albergar mais duas.

Em Miragaia, um bairro de altíssima densidade que ocupava a frente de rio junto à Alfândega, o mesmo Fernando Távora elaboraria uma estratégia de intervenção que pressupunha não só a recuperação rigorosa das estruturas existentes, como também o preenchimento daquelas que tinham sido demolidas pelos planos de “salubridade”, em particular o de Robert Auzelle. O modo como a dimensão do lote, o sistema construtivo e a estrutura espacial são respeitados e revalorizados pressupunha o entendimento da articulação entre aqueles dados como motivação primordial do projecto e remetia para um conhecimento aprofundado de algumas experiências italianas, em especial a bolonhesa, de intervenção nos chamados centros históricos.

A Sé, de Carlos Guimarães, José Gigante, Carlos Prata e Henrique de Carvalho, foi igualmente uma operação que incidiu sobre os velhos e densamente ocupados edifícios do centro da cidade. Para desdensificar essas casas o projecto previa também a construção de raiz de um grande edifício-pátio, num local – Rua Augusto Rosa – fora da área de intervenção. Não se construíram habitações, só vieram a ser construídos alguns dos equipamentos comuns propostos, balneários e lavadouros. Os desenhos de levantamento, ao definirem com rigor o tipo de ocupação no interior dos compartimentos, constituem também um documento de grande interesse para o entendimento da dimensão do problema habitacional no centro da cidade.

Em conclusão, e pelo que diz respeito ao Porto, falar da Arquitectura produzida pelo SAAL é, também, falar de propostas inacabadas, de intervenções urbanas abruptamente interrompidas. Raras foram as que puderam ter uma sequência de apoio institucional. Um dos papéis que se esperava que o SAAL pudesse desempenhar, ou seja, a acção periférica junto das instituições com poder de intervenção na organização do território urbano, no intuito de as movimentar e transformar, não se cumpriu de um modo satisfatório⁹⁹. Pelo contrário, agudizaram-se as contradições entre uma visão progressista, que pressupunha a ruptura com o *establishment*, e as tentativas desesperadas de manter o poder, de sedimentar ancestrais conluios de domínio e de submissão, de perpetuar os privilégios no mercado de solos e de rendas urbanas, em condições sociais adversas.

Partindo de uma incumbência muito objectiva – projectar habitação para as populações mal alojadas, o SAAL, no Porto, cedo chegou à cobertura projectual de uma área que sugeria outros sonhos; que levava a acreditar na substituição dos interesses fundiários pelo diálogo particularizado com os moradores como ponto de partida para a intervenção; que propunha, pela primeira vez, a reforma da cidade a partir da habitação e não mais a partir das parcas infraestruturas do poder político ou das feéricas megalomanias do poder económico; que levava, por fim, a que um pequeno grupo de arquitectos, condenados à encomenda esclarecida de uma reduzida elite

⁹⁹ Cf. Alexandre Alves Costa, “1974-1975, o SAAL e os Anos da Revolução”: Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang (organização), *Arquitectura do Século XX Portugal*, Francoforte, Prestel-Deutsches Architektur-Museum, 1997, p. 67.

intelectual da burguesia, pudesse concretizar, à uma e num período de poucos meses, as míticas aspirações que tinham vindo a inebriar todo o debate arquitectónico do século XX: construir *para o povo*, mas, também, e como se vinha fazendo sentir cada vez com mais intensidade desde os anos sessenta, construir *com o povo*.

Parecendo excessivas ao nosso olhar contemporâneo, distanciado, tamanhas ousadias e convicções levaram, porém, a que alguns destes arquitectos, atentos ao valor do significado histórico, recorressem a modelos sugeridos pelas gestões urbanas mais progressistas da Europa de entre as duas guerras. Através dos *siedlungen*, J. J. P. Oud, Ernst May e Bruno Taut, entre outros, tinham já dado corpo a uma forma de pensar a cidade e a habitação operária enquanto expressão de uma regra, enquanto manifesto de uma incómoda contradição polarizada pela realidade em decomposição e pelo alcance palpável, embora fragmentário, de focos de racionalidade “infiltrados” no modo de produção capitalista¹⁰⁰. Como núcleos mais fiéis a uma ideia de evolução em torno destes modelos podem ser referenciados os bairros da Maceda, de Alcino Soutinho, de Francos, de Rolando Torgo, e, em parte, de S. Vítor, de Álvaro Siza.

Mas é demasiado esquemático, e injusto, reduzir o enquadramento crítico das operações SAAL do Porto à utilização, por muito criteriosa que fosse, desses modelos codificados. Implantando-se, na sua maioria, na primeira “coroa” de expansão industrial da cidade, essas operações revelam, acima de tudo, um profundo empenhamento na compreensão do significado histórico, social e cultural dos tecidos urbanos que as continham. Perseguiam objectivos que transcendiam o mero fornecimento de um alojamento condigno e procuravam alicerçar as novas habitações num processo de identidade adquirido ao longo do tempo. A compatibilização das relações de escala e de vizinhança, a consignação da pesquisa tipológica a uma ideia de evolução, mais do que de ruptura, e a sagrada manutenção dos modelos vivenciais urbanos eram dados quase programáticos, insinuados no projecto em mal disfarçada têmpera com os desejos dos participativos moradores e traçados no território casa após casa, até ao limite temporal do fim anunciado. Estes elos de fidelização para com a cidade histórica, ameaçada pela indiferença da rotina especulativa, irrompem como uma inequívoca afirmação da vontade de intervir, como o sinal da passagem da crítica à acção, uma acção extremamente sensível, implacável na negação dos patéticos mimetismos e que não consegue dissimular alguma ufania pela encomenda “de classe”. Como atitude, estão presentes em muitos dos projectos, mas ganham uma evidência muito concreta, por motivos diversos entre si, nos bairros do Leal, de Sérgio Fernandez, da Lapa, de Alfredo Matos Ferreira e das Antas, de Pedro Ramalho. No Leal, pelo rigor, lógico e irrefutável, das soluções de implantação e pela racionalidade da organização do fogo, que sublinha, com clareza e com uma naturalidade quase subversiva, a violenta negação de todo e qualquer desperdício de meios. Na Lapa, pela dinâmica relação dos volumes propostos que, embora só parcialmente construídos, dão corpo à dúplice preocupação de se articularem entre si e entre o espaço mais próximo. Nas Antas, pela expressiva materialização de uma ideia, que simula subtilmente o carácter aberto da apropriação nas estruturas auto-construídas, mas que, simultaneamente, se agrega numa lógica unitária de bairro.

É ainda necessário realçar mais um projecto que, embora elaborado, ou iniciado, antes do 25 de Abril, só viria a ser concretizado no âmbito do processo SAAL — o bairro da Bouça. Foi uma operação coordenada por Anni Günther Nonell, com projecto de Álvaro Siza. A Bouça ocupava um terreno entre uma rua central, a da Boavista, e a via férrea que atravessa o centro da cidade. Também incompleta, implanta-se segundo um tecido de complexa geometrização da ordem urbana. A escala é seguida e respeitada, mas a disposição dos blocos, paralelos entre si, resguardados da via férrea e anunciados a partir da cidade, gera uma espécie de ordem habitacional interna, tributária da lógica específica da intervenção. Sem renunciar a este firme, mas difícil, compromisso para com a cidade, Siza cria um ambiente que também não se alheia de alguns modelos mais motivadores da vida comunitária urbana.

¹⁰⁰ Cf. Francesco Dal Co, “Introducción: Hannes Meyer y la ‘venerable escuela de Dessau’”: Hannes Meyer, *El Arquitecto en la Lucha de Clases y otros escritos*, Barcelona, Gustavo Gili, 1972, p. 20.

Mas a verdade é que, mesmo que fosse imperiosa a obsessiva referência a todas as operações SAAL do Porto, seria difícil ordená-las segundo um sentido taxonómico. Por um lado porque, e para usar as palavras de Alexandre Alves Costa, corria o risco de considerar as obras existentes, “parcela tomada pelo todo, como representando uma proposta acabada”¹⁰¹, por outro lado, porque elas merecem ser referenciadas caso a caso e, se possível, casa a casa, morador a morador, experiência a experiência, no particular da emoção e na generalidade da razão. Mais do que simples operações de realojamento, os bairros SAAL do Porto expressam também a satisfação, ainda que efémera, de mais um direito, conquistado em pleno ardor do quotidiano de luta dos moradores pobres e inscrito no território e na história das práticas urbanas como renúncia ao entendimento exclusivamente mercantil da concepção e da construção dos espaços: o direito à Arquitectura.

As circunstâncias que envolveram a elaboração dos projectos do SAAL pesaram de um modo muito desigual em cada uma das operações, variando segundo factores também muito diversos como a composição das brigadas, a experiência anterior dos coordenadores, o tipo de relação com os moradores, o entusiasmo social das populações, a constante oscilação das expectativas políticas, o contexto físico dos lugares, as motivações dos arquitectos e mesmo o seu grau de envolvimento e de militância perante as frentes de luta que emergiam. Em qualquer dos casos, porém, não se pode deixar de considerar o significado da fortíssima e densa ebulição social no período pós 25 de Abril, quanto mais não seja, enquanto toda vivencial omnipresente, marcante para o exercício da Arquitectura como também para todas as outras actividades. Foi uma época pautada por um ritmo de quotidiano em permanente alteração, durante a qual se renovavam expectativas e compromissos, valores sociais e culturais, desejos e pontos de vista. Com uma intensidade invulgar, conviviam toda a espécie de impulsos e sentimentos, dos mais puros aos mais perversos, dos mais comunitários aos mais individualizados, dos mais organizados aos mais caóticos, dos mais corajosos aos mais cobardes. Independentemente da graduação ideológica, aflorava, nas mentes mais abertas, um sentido projectivo em todos os gestos, que fazia com que o futuro pudesse estar ali, ao alcance do desejo, que criava tensões, superava carências, fortalecia aspirações e inviabilizava a rotina.

Um tal envolvimento não podia deixar de introduzir significados comuns mais genéricos a toda a actividade arquitectónica desenvolvida durante este período.

Por outro lado, e em relação aos sistemas tácticos de poder logo após o 25 de Abril, o SAAL fora criado para responder aos graves e acumulados problemas da crise de alojamento que explodiram súbita e espontaneamente. Foi, explicitamente, uma das tais “instituições paralelas” criadas no seio do aparelho de Estado, “menos burocráticas e sobretudo, preenchidas com funcionários activamente identificados com a revolução”, cujos objectivos eram os de “articularem a adaptação do Estado às novas condições e, portanto, de encontrarem respostas institucionais e administrativas para a explosão social já em movimento”¹⁰². Pressupunha, assim, da parte dos seus agentes, uma cumplicidade activa com a resolução dos problemas das populações e, mais genericamente, com a própria evolução do processo revolucionário, muito embora a crise do mercado de trabalho no sector tenha atraído alguns profissionais mais cépticos, mais dispostos a um papel de “neutralidade técnica”.

Esta condição de cumplicidade reproduzia necessariamente novas motivações, as quais, associadas aos sistemas metodológicos já antes utilizados, despertavam, *a priori*, uma inevitável e irrequieta tentação de alteração, de transformação, ou mesmo de ruptura com a produção anterior. O 25 de Abril delimitou, com uma precisão cronológica irrefutável, a consciência de um *antes* e de um *depois*, nos contextos social, cultural e económico de toda a sociedade portuguesa. Mas, naqueles primeiros momentos, havia um *antes*, não havia ainda um *depois*. O depois era o presente, era a densidade da história, tomada nas mãos de todos e construída minuto a minuto, acção a acção, decisão a decisão.

¹⁰¹ Cf. Alexandre Alves Costa, *Ib.*, p.66.

¹⁰² Boaventura de Sousa Santos, “A crise do Estado e a Aliança Povo/MFA em 1974-1975”: *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois Associação 25 de Abril*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p.46.

Perante tais circunstâncias, como se poderia posicionar o projecto, entendido como mediação, ou negociação, entre o destino disciplinar da Arquitectura e a sua “historicidade”, ou como instrumento dos valores conservados no tempo actuando sobre o decurso ininterrupto das práticas contemporâneas?¹⁰³ Como enquadrar esse papel, polar e simultâneo, do projecto arquitectónico, que se equilibra entre o desfiar irregular, mas incessante, do contributo metodológico da tradição e o fluxo das práticas sociais que, neste momento de particular intensidade, inebriava todos os recantos da actividade humana?

Já foi referido como, a um nível supra-estrutural, esse papel foi entendido por Nuno Portas, quando lançou o processo SAAL. Por um lado, apoiando-se nos modelos teóricos e experimentais que, embora inconsequentemente, tinham vindo a ser propostos nos últimos anos do regime, uma opção fundamentada por razões de eficácia, de economia de tempo e de meios. Por outro lado, apostando nas potencialidades de uma prática ainda desconhecida, mantendo o caminho aberto aos acertos e aos desvios que se adivinhavam sem, contudo, deixar de atender às condicionantes latentes, sobretudo àquelas derivadas da sua leitura do momento político, nacional e internacional¹⁰⁴.

No caso dos projectos que integraram as operações, porém, a questão foi bem diversa. Cada uma das equipas, cada um dos arquitectos coordenadores, foi entendendo e construindo, ao seu modo e com os dados específicos que tinha em mãos, métodos e formas de relacionamento diversas. Até este ponto, nada de invulgar, essa é a formulação que se considera habitual, que confere o carácter de obra e de unicidade a quase todos os trabalhos de Arquitectura. São, por assim dizer, as “variantes” tradicionais, formuladas pelas ideossincrasias de personalidade, de geração e de formação do autor do projecto, por um lado; pela especificidade dos contextos físicos dos lugares, por outro; e pelo carácter e dimensão da encomenda, ainda por outro. O ponto é que, no SAAL, para além destas variantes “habituais”, interpunham-se, em cunha e, por vezes, em catadupa, todas as outras, derivadas da activa participação dos interessados, e essas eram, por sua vez, substancialmente potenciadas quer pela efervescente situação geral do país, quer pela interferência *agit-prop* dos muitos militantes que, a partir de um determinado momento político, adoptaram as lutas dos moradores pobres como campo de acção. Uma tal participação, mesmo enquanto conceito metodológico já anteriormente amadurecido¹⁰⁵, não se quedava pelas predifinições tipológicas mais ambicionadas, nem pelas prefigurações de uma compartimentação habitacional mais ou menos “burguesa”, nem pela utilização comum ou individualizada dos serviços, mas tinha necessariamente de “aspirar” ir mais além, sempre um pouco mais além. Pelo menos durante os primeiros tempos, até ao Verão de 1975, a abarcar a “aspiração” da casa, do equipamento, do bairro, estava sempre mais alguma coisa, estava sempre ao alcance a possibilidade de uma transformação social que ultrapassasse o sentido evolutivo desses objectivos. Foi, também, esta perspectiva transformadora, potenciada pelas condições sociais e políticas do país, que conferiu à actividade realizada no âmbito do SAAL o carácter de *processo* e que constituiu um dos seus atributos mais específicos.

O projecto estava, então, sujeito a uma “negociação” dialéctica de pólos imprecisos, os quais podiam, a todo o momento, entrar em erupção, total ou parcial. Pelo que diz respeito aos sistemas de racionalização, de pensamento e de desenho, deduzidos da tradição metodológica, assomava a ideia, frequentemente reproduzida em escritos e reflexões, da possibilidade de mudança, ou mesmo de ruptura. O próprio Nuno Portas já falava dela antes do 25 de Abril, chegando mesmo a propô-la como condição para a saída da crise disciplinar¹⁰⁶. Por um período de tempo relativamente

¹⁰³ Cf. Francesco Dal Co, *Dilucidaciones Modernidad y arquitectura*, Barcelona, Ediciones Paidós, 1990, trad. De *Abitare nel moderno*.

¹⁰⁴ Dessas, a mais significativa seria a de considerar o SAAL não como a política de habitação a seguir, mas antes como *uma das* políticas possíveis no contexto das incertezas do processo revolucionário. Cf. capítulo “O arranque dos processos. O campo da acção e o campo da administração”.

¹⁰⁵ Cf. capítulo “Os sentidos do debate internacional”.

¹⁰⁶ *Arquitectura e Sociedade Portuguesa*, mensagem de Nuno Portas ao Encontro Nacional de Arquitectos, Dez 69 (pasta Nuno Teotónio Pereira 1954-1969), Cf. capítulo “Antes de Abril. A questão da Habitação”.

curto, a prática era alimentada por um motor de sonegação crítica do *antes*, abrindo o campo a outras possibilidades de formulação dos dados e a outras atitudes disciplinares. Já Tafuri reafirmara as noções de criticismo arquitectónico e de criticismo histórico como sendo uma e a mesma coisa. Mas alertara também para a existência de um hiato entre o criticismo arquitectónico e a prática profissional, ou seja, não se pode esperar que a história forneça soluções *à la carte* para os problemas concretos surgidos no exercício da profissão, a história pode, quando muito, ajudar a clarificar o contexto da produção arquitectónica num determinado momento¹⁰⁷. Seria, portanto, difícil, que, num período de cerca de um ano, se pudesse ter avançado para uma renovação das formulações metodológicas.

Quanto à acção sobre a realidade, sobre as práticas contemporâneas, o seu campo estava, mesmo sob o ponto de vista “oficial”, comprometido com o trabalho directo com os moradores. Nesse período inicial, muitas das equipas e dos trabalhadores do SAAL tornaram, em parte também pela renúncia “ética” do *antes*, esse compromisso extensivo aos rumos políticos e sociais que o país parecia querer tomar. Mas quer um quer outro destes vínculos estava, neste momento particular, sujeito a uma permanente instabilidade, as estratégias, as táticas, as direcções políticas, as opções orgânicas, evoluíam e retrocediam semana após semana, dia após dia, segundo motivações que, longe de se jogarem exclusivamente nos corredores do poder, brotavam dos bairros, das fábricas, das oficinas, dos quartéis, dos jornais, e alastravam por todos os espaços antes desprezados da sociedade portuguesa. A própria intervenção dos moradores, nas organizações mais empenhadas que, por dedução, foram as primeiras, estava envolta por esta aura de transformação, muito mais abrangente que a mera beneficiação das condições habitacionais. Esse foi o principal motivo que levou, por exemplo, ao relativo insucesso de uma estratégia inicial, praticada principalmente nas operações de Lisboa que estavam na tutela da EPUL, quando se tentou encetar o trabalho pela salubridade das condições infraestruturais nos bairros de lata, perseguindo o pragmatismo de algumas experiências anteriores, em particular as latino-americanas.

Perante a urgência do projecto, e perante circunstâncias de contornos tão instáveis, as opções metodológicas que se submetiam à perspicácia empírica dos arquitectos não eram muitas: ou seguiam a via analítica, na esperança que o seu aprofundamento fornecesse as pistas para uma optimização das condições de confrontação do projecto com a realidade, e aqui, a prontidão e a eficácia dos trabalhos de inquérito levados a cabo por economistas, sociólogos, assistentes sociais, etc., na maioria das operações, sugeria essa possibilidade; ou então o avanço rápido para um projecto que, embora “alimentado” por esses mesmos inquéritos e pelo contacto directo com os moradores, pudesse, em tempo útil, dar resultados mais concretos e objectivos. De um modo geral, os arquitectos sentiram a necessidade de não se deter demasiado com questões prévias de “formulação” do problema de projecto. Quanto mais não fosse porque a tramitação legal e processual da organização dos moradores e da disponibilização dos terrenos já era tão morosa que não podia haver lugar a mais atrasos. Nalgumas operações em que, por inexperiência, ou mesmo por ausência, dos arquitectos, se enveredou genericamente pela primeira destas opções, o resultado foi a desmotivação dos moradores que levou à inevitável descredibilização da brigada e ao insucesso, quer do ponto de vista analítico, quer do ponto de vista objectivo.

Cedo, portanto, se percebeu, ou pelo menos alguns arquitectos mais experientes perceberam, que o êxito das operações tinha como condição absoluta e necessária a existência de um projecto, que o tempo de procura excessiva de novas, e “revolucionárias” formulações, ou, mais ingenuamente, o do mergulho no abismo da entropia total com os moradores, corria o risco de aniquilar o próprio sentido essencial das operações.

Outras opções seriam possíveis? Talvez. Uma das mais óbvias era, sem dúvida, a que pressupunha o compromisso material dos moradores com a construção das suas habitações e a consequente lateralização do papel do projecto. Esta era, para além do mais, aquela que gozava dos privilégios “genéticos” mais evidentes. Não é difícil perceber que eram os modelos de

¹⁰⁷ Cf. Manfredo Tafuri, *Teorias e História da Arquitectura*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, edição original, *Teorie e storia dell'architettura*, Bari, Laterza, 1968.

autoconstrução assistida que Nuno Portas tinha em mente, aquando da concepção do SAAL. De resto, na sua opinião, era fundamental que os moradores “mexessem” na obra para que o ciclo da “apropriação” se iniciasse em pleno¹⁰⁸. Mas, nesse caso, era fundamental um entendimento prévio das diversas tipologias precárias, as dos bairros de lata, por exemplo, para o aprofundamento analítico do acompanhamento, técnico e cultural, das novas implantações. Algumas experiências foram levadas a cabo nesse sentido, uma das mais substanciais, a da equipa do Caminho do Mocho, em Oeiras, chegaria mesmo a afirmar, num interessante relatório, que o projecto não deveria existir, porque ainda não tinham conseguido que fosse “integralmente deles”, dos moradores¹⁰⁹. Na maioria dos casos, no entanto, não se avançou por essa via, em grande parte, também, pela posição dos próprios moradores, que, de um modo geral, desconfiavam de tudo aquilo que sugerisse a “recuperação” das suas condições miseráveis de alojamento¹¹⁰. Depois surgiria, também, por via da consciencialização política e ideológica, a recusa assumida e declarada de colaborar na construção das casas. Com os argumentos: “– queremos as habitações feitas, não aceitamos ser duplamente explorados, no local de trabalho e na obra da nossa própria casa”, muitas associações recusariam liminarmente a autoconstrução. Há autores que reconhecem nessa recusa um sentido ideológico mais profundo, ou seja, os moradores recusavam também a humilhação de ter de continuar a construir as casas num contexto social que parecia querer aproximá-los da igualdade em relação àqueles que as compravam, os burgueses¹¹¹. Nuno Portas sempre achou que era uma posição artificial, derivada das inúmeras tentativas de instrumentalização política do movimento de moradores¹¹². Contudo, mesmo esta possibilidade de motivação para uma viragem, ou uma ruptura, metodológica, requeria, da parte dos arquitectos, um aprofundamento das condições do exercício disciplinar que a urgência de circunstância e a mobilidade do contexto social não favoreciam.

Restava a participação, as enormes potencialidades que eram oferecidas pela virtude de se trabalhar “com o povo” na concepção das casas “para o povo”. Obviamente que as equipas encararam este pressuposto programático também de modos muito diversificados – desde o respeito quase religioso pelas intenções expressas até ao extremo cepticismo crítico em relação aos alegados “desvios pequeno-burgueses”, passando pela observância do aconselhamento “técnico”, distante e “neutral” – mas nenhuma o fez sem o mais profundo entusiasmo. Afinal de contas, estava-se perante uma possibilidade única de concretizar a ambição que, para além povoar o ideário dos arquitectos socialmente mais empenhados, tinha também vindo a iluminar as mais contemporâneas reflexões sobre a cidade e sobre a Arquitectura¹¹³. A intensidade com que os arquitectos do SAAL encararam a possibilidade de, pela primeira vez, trabalhar um programa de acordo com as intenções expressas directamente pelas populações pobres, repercutiu-se, de forma genérica, no entusiasmo com que foram efectuadas as reuniões com os moradores, quer numa fase inicial, de definição dos princípios orientadores das grandes opções tipológicas e

Moradores

¹⁰⁸ Cf. capítulo “O arranque dos processos: o campo da acção e o campo da administração”.

¹⁰⁹ Equipa do Caminho do Mocho, “SAAL textos 1”, texto policopiado, s.l., s.d. (pasta SAAL Apetechamento dos Serviços/ Conselho Nacional do SAAL- Out.76/ Actas várias/...).

¹¹⁰ Cf., por exemplo, “Bairro da Estrada Militar de Queluz A Associação de moradores ‘Poder Popular’ e a luta por uma habitação digna”: *Página Um*, 14-4-1977. neste artigo, o presidente da Associação de Moradores chegava mesmo a afirmar: “A Associação de Moradores[...] tem alertado a população do bairro para que não ponham água em casa uma vez que as barracas são para demolir. Qualquer enriquecimento apenas contribui para que as pessoas se agarrem mais à sua barraquita [...] Em relação à electrificação do bairro, dá-se um processo idêntico [...] É com estas e com outras que se mina o processo”.

¹¹¹ Cf. Sérgio Gaspar Madeira de Freitas Lopes, *État et “Moradores” – Le SAAL et les commissions de quartier à Porto – (25 Avril 1974 – 30 Août 1976)*, s.l., s.d., tese policopiada, p. 148.

¹¹² Conta, com apurada ironia, a história de uma visita a um bairro de lata de Lisboa. Uma senhora idosa construía um muro de alvenaria em volta da barraca. Indagada acerca das razões porque o fazia sozinha, e naquelas condições, responderia que o seu filho, que habitualmente a auxiliava nesses trabalhos, não estava naquele momento, tinha ido para o Terreiro do Paço, manifestar-se contra a autoconstrução. Entrevista feita a Nuno Portas, gravada a 31 de Agosto de 1999.

¹¹³ Cf. capítulo “Os sentidos do debate internacional”.

programáticas, quer nas fases subsequentes, de discussão e confronto acerca dos projectos entretanto avançados. De qualquer modo, os processos de participação foram, logo desde início, conduzidos de formas diferentes e com graus de intensidade também muito diferentes. Consoante as suas características sociais e culturais, os próprios moradores, individualmente ou através das suas organizações, também assumiam o seu papel participativo com maior ou menor entusiasmo, com maior ou menor consciência crítica, com maior ou menor eficácia. Desde a extrema dificuldade em conceber, discutir ou prefigurar, por inexistência de modelos, a compartimentação duma habitação convencional¹¹⁴, até à confiança “táctica” na equipa técnica e o subsequente “baixar de braços” na discussão dos novos fogos¹¹⁵, passando, obviamente, pelo confronto dialéctico entre as suas posições e as dos arquitectos, que se revelaria, na maioria dos casos, muito proveitoso para ambas. Consequentemente, nas diversas fases, as aspirações dos futuros habitantes e a sua leitura por parte dos arquitectos tiveram expressões e resultados também muito distintos. Nalguns casos reproduziram-se quase literalmente no projecto, noutros eram “filtradas” pelos projectistas e inseridas em valores programáticos de matriz arquitectónica, cultural, ou até antropológica. A implantação de pequenos logradouros agrícolas, os espaços indiferenciados para oficina, as estreitas relações entre vizinhos, estes e outros temas lá foram surgindo nos projectos como expressão dedutiva da vontade dos moradores, devidamente interpretada e sintetizada pelos arquitectos. Noutros casos ainda, as opções construíam-se a partir da auscultação dos moradores, acrescida das relações de continuidade com a envolvente existente. Assim, era “levada à letra” a manutenção das relações de identidade com o local e a reafirmação do direito à cidade. De forma quase programática, essa foi uma premissa metodológica muito evidente, por exemplo, nas operações do SAAL-Norte.

Numa das mais lúcidas interpretações dos contornos da participação, enquanto dado metodológico concorrente do projecto, Siza estabeleceria o paralelismo com a noção brechtiana de distanciamento – *verfremdung* – na representação teatral, ou seja, o compromisso com os moradores não significava assumir directamente as suas aspirações, mas antes a consciência, rigorosa e permanente, de estar representando os seus interesses através da “representação”, que, neste caso, era a Arquitectura¹¹⁶. E, contudo, se há obra individual, ou percurso de carreira, para a qual a experiência do SAAL tenha sido inequivocamente consequente, essa foi, sem dúvida, a de Álvaro Siza. Desde logo em Kreuzberg, mas também em Haia e na Malagueira. O que transbordou dessa experiência, porém, não foi nenhuma espécie de lição deduzida exclusivamente do contacto directo com os interessados, mas antes a projecção desse contacto, sob a forma de Arquitectura, nas mais subtis e ameaçadas memórias de um território urbano todo feito de práticas sociais. O que transbordou foi a utilização de instrumentos de projecto que potenciasses outros significados e outras sensibilidades, que não a mera “recuperação” e o “aperaltamento” dos espaços antigos, que conseguissem petrificar momentos esquecidos, condenados a ser arrasados juntamente com os escombros das operações de renovação urbana ou das obras especulativas. A *angoisse* do *Bonjour Tristesse*, o lânguido “transformismo” da periférica Malagueira e a atenta dedução tipológica de Schilderswijk, brotando dos próprios sítios, estavam já, desde logo, condensados em S. Vítor¹¹⁷. Esta necessidade de fixação, e de reinvenção, de alguns dos mais subtis momentos que caracterizam

¹¹⁴ Na Meia Praia, em Lagos, os habitantes das choupanas da praia tinham dificuldade em entender o que era e quais as funções duma cozinha, por exemplo. Entrevista feita a José Veloso, a 6 de Maio de 1997.

¹¹⁵ Esta atitude tinha, normalmente, a ver com a urgência de partir para a construção e também com as dificuldades em prefigurar as habitações, a partir dos sistemas de representação habituais dos arquitectos, desenhos, maquetas, etc. Dela se queixavam algumas brigadas do SAAL-Norte, a das Antas, por exemplo. Na operação do Bacalhau-Monte Coxo, em Lisboa, um dos líderes da cooperativa, numa reunião inicial para “discutir os fogos”, argumentou da seguinte forma: “— os burgueses, quando querem uma casa, olham para o jornal, vêem os anúncios e vão ver se gostam, nós temos de dizer como queremos as casas... Sei lá como é que quero, quero como toda a gente!”. Entrevista feita a Manuel Vicente, gravada a 14 de Maio de 1998.

¹¹⁶ Alejandro Zaera, “Salvando las turbulencias: entrevista con Álvaro Siza”, *El Croquis*, Madrid, 68/69, 1994, p. 11.

¹¹⁷ Cf., a este propósito, o que diz Alexandre Alves Costa, “1974-1975, o SAAL e os Anos da Revolução”: Annette Becker, Ana Tostões e Wilfried Wang (organização), *Arquitectura do Século XX Portugal*, Francoforte, Prestel-Deutsches Architektur-Museum, 1997, p. 70.

o ambiente urbano é, em parte, tributária da intensidade dialéctica que caracterizou o trabalho de projecto no SAAL. Siza nunca o negou. O respeito pela vontade comunitária dos moradores radicava-se no respeito pelos pólos de materialidade que albergavam esses sentimentos comuns, fossem eles ruínas, texturas, intensidades de luz. Foi assim primeiro em S. Vítor, depois em Berlim, em Évora e em Haia.

De qualquer modo, se exceptuarmos a questão da participação e tomando como universo a totalidade das operações do SAAL, o investimento na formulação de pressupostos metodológicos que pudessem veicular relações de mudança ou de ruptura com a tradição foi, dada a pressão social e política que envolvia as intervenções, pouco significativo.

À partida, portanto, as condições de exercício da Arquitectura nas operações do processo SAAL foram reguladas por uma relação “tradicional” com o projecto. Nem outra coisa seria de esperar, vivia-se uma época de emergência crítica e de antinomia dialéctica, é certo, uma época na qual os critérios se definiam essencialmente por oposição ao desgaste dos grandes postulados universais, herdados da modernidade. Mas essa situação, proficuamente comentada sob os pontos de vista filosófico e sociológico, muito dificilmente se poderia transpor, de um modo linear, para a actividade projectual dos arquitectos. Sendo assim, como entendê-la, então, quando transposta para a realidade prática e produtiva do quotidiano dos ateliers? Gianni Vattimo diria, mais tarde, que, em analogia com a filosofia, a única via para encontrar os critérios necessários consiste no apelo à memória, à tradição que é transmitida do passado¹¹⁸.

Mas, por outro lado, vivia-se uma época de acelerada acentuação do desequilíbrio entre a capacidade de prever e a capacidade de agir. Não só a capacidade de prever as consequências nocivas da ciência moderna, tal como é descrita por Boaventura de Sousa Santos¹¹⁹, mas também a “capacidade de prever” que pode ser reconhecida, sob um ponto de vista transversal, como directa e etimologicamente associada à ideia de projecto. A debilidade desta última “capacidade de prever” provinha da crise da arquitectura moderna, da recusa das consequências da sua diluição nos sistemas de mercado, da efervescente crítica ao funcionalismo e da obsessiva e ansiosa procura de uma alteridade formal¹²⁰. A “capacidade de agir”, por sua vez, estava fortalecida pela circunstância social e política, que sugeria urgências e pressões no tempo de acção, que apontava a todo o momento para as práticas, como meio de acelerar a consciência ideológica, apanhada de surpresa pela intensidade do quotidiano revolucionário. A própria noção de processo evolutivo, aberto à incerteza das circunstâncias e “puxado” pelo dinamismo orgânico dos moradores, tal como o concebera Portas, tinha, desde logo, subjacente a “capacidade de agir” como uma determinante essencial das intervenções, isto é, nenhuma “capacidade de prever” – projecto – sobreviveria por muito tempo à retracção da “capacidade de agir” – práticas sociais consequentes e continuadas. A “capacidade de agir”, por sua vez, não podia esperar pela “capacidade de prever”, essa era uma das suas condições de sobrevivência no conturbado quotidiano revolucionário. Ou o projecto era expedito e acompanhava a evolução das práticas, ou era superado, ostracizado e, por vezes, aniquilado por elas.

Assim conformadas, as condições do exercício do projecto estavam suportadas por um esteio muito instável. A chave da sua libertação residia exactamente nessa instabilidade, mas qualquer derrocada significava o seu aniquilamento, ou, por outras palavras, estavam sujeitas a um processo de “icarização”, condicionadas pela sua própria aspiração libertadora. Qualquer aproximação excessiva às fontes de calor derretia a cera das asas, qualquer desequilíbrio em relação às práticas sociais liquidava a essência do projecto. Esse desequilíbrio era predominantemente causado pelas assimetrias de um eixo que tinha o seguidismo numa ponta e a arrogância técnica na outra.

¹¹⁸ “In philosophy as in architecture, we have nothing by which to orient ourselves but indications that we have inherited from the past”. Gianni Vattimo, “The End of Modernity, the End of the Project?”: Neil Leach (edited by), *Rethinking Architecture a reader in cultural theory*, Londres, Routledge, 1997, p. 149.

¹¹⁹ Cf. Boaventura de Sousa Santos, *A crítica da razão indolente Contra o desperdício da experiência*, Porto, Afrontamento, 2000, pp. 55-58 e p. 337.

¹²⁰ Cf. capítulo “Os sentidos do debate internacional”.

Já por si, o exercício do projecto estava condicionado por balizas temporais e metodológicas motivadoras, é certo, mas que careciam de experiência, distância e maturidade para serem convenientemente alvejadas. E a Arquitectura resultante? Quais eram os seus limites? Que factores poderiam cercear ou potenciar os seus objectivos primordiais, mesmo que estes últimos pudessem ser absorvidos segundo graus de aprofundamento muito diversos, de brigada para brigada?

Longe de uma leitura confinada ao ponto ómega da finalização do estaleiro¹²¹, a Arquitectura resultante dos projectos do SAAL deve ser entendida segundo uma perspectiva de transversalidade que transcende todos e cada um dos momentos de concepção e de concretização. A pesar sobre essa transversalidade estão dois factores primordiais: o ambiente de excepcional movimentação social que emoldurou toda a actividade do SAAL, por um lado, e toda a trama de ambiguidades que o sistema subjacente ao tipo de encomenda proporcionava, por outro. O primeiro destes factores já, por diversas vezes, foi abordado. Quanto ao segundo, há que diferenciar também as dimensões de aproximação mais “internas” – posicionamento dos arquitectos e das brigadas perante um serviço inteiramente emanado do aparelho de Estado e submetido aos interesses dos moradores pobres – das mais “externas” – coordenadas do SAAL enquanto serviço *new-comer*, criado também para abalar as inércias da caduca administração pública portuguesa.

Aparentemente, à partida, tudo parecia relativamente linear para a maioria dos arquitectos que avançava para as operações: fase de inquérito e preparação de terrenos, projecto participado pelos moradores, critérios de escolha do carácter da empreitada e, por fim, obra. Contudo, à medida que os processos avançaram, eram inevitavelmente bloqueados por inúmeros problemas. A duplicidade de objectivos com que se confrontavam as brigadas – cumprimento do papel para que tinham sido criadas pelo aparelho estatal e apoio efectivo aos designios das organizações de moradores – que chegaria mesmo a ser caracterizada como *ambiguidade* por alguns autores¹²², traduziu-se num complexo novelo de hierarquização de critérios que, a despeito da dramatização sociológica em torno da opção de classe dos técnicos, trouxe mais problemas práticos do que impasses teóricos. Não raro, os arquitectos das brigadas ficavam “entalados” pelo aperto dos pólos da mediação que corporizavam. As principais contradições não se jogavam entre o território do projecto e o da vontade dos moradores, mas sim entre estes dois campos e o da “permeabilidade” ou “impermeabilidade” da acção relativamente às restantes instituições do Estado necessariamente envolvidas no processo, com as autarquias à cabeça. E se, numa primeira etapa, tudo parecia correr sobre rodas, à medida que as relações de poder no Estado capitalista se iam “normalizando”, o SAAL ia-se expondo, gradualmente, à contaminação, invertendo, desse modo, um dos papéis para que estava investido. Só que essa contaminação já era muito difícil, senão impossível, já havia muita imunidade que lhe fora conferida precisamente pelo contacto directo com os movimentos de moradores e pela consequente dimensão quantitativa do trabalho efectuado. Daí a necessidade de extermínio.

Nos primeiros tempos, *grosso modo* até ao 11 de Março de 1975 ou, se quisermos, até à exoneração de Nuno Portas, o aparelho de Estado estava enfraquecido, os sistemas de poder profundamente abalados, as instituições que vinham do *antes* estavam acoitadas e receosas, ou em desagregação. O SAAL, pelo menos enquanto serviço, não vinha do *antes*, era, isso sim, uma das mais relevantes, senão a mais relevante, medida de caracterização do “Estado paralelo”, criado para superar o vazio provocado por essa retracção dos núcleos centrais da administração pública¹²³. Como tal, conseguia grangear a confiança dos moradores, por um lado, e afirmar a sua legitimação perante as diversas instituições, por outro. Neste período, em que se lançaram as primeiras

¹²¹ “L’architecture n’existe pas qu’au point ómega de l’achèvement du chantier, elle existe bien avant et subsiste bien après”. Paul Virilio, *L’insécurité du territoire*, Paris, Galilée, 1993, p. 196, primeira edição, 1976.

¹²² Cf. Vítor Matias Ferreira, *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*, Porto, Afrontamento, 1975, pp. 48-51.

¹²³ Cf. Boaventura de Sousa Santos, “Etat, rapports salariaux et protection sociale à la semi-périphérie – cas du Portugal”: *Peuples Méditerranéens*, 66, 1994, número temático intitulado *Portugal 1974 – 1994*, pp. 23-66, e, também, “A crise do Estado e a Aliança Povo/MFA em 1974-1975”: *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois Associação 25 de Abril*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

operações, principalmente em Lisboa e no Porto, havia ainda uma certa capacidade de pressionar a administração pública, em particular as Câmaras, no intuito de acelerar o despacho dos processos pendentes. Mas foi também nesta altura que o aparelho burocrático-administrativo que subsistia se foi inteirando gradualmente do alcance real dos objectivos do SAAL. Pouco mais de uma dezena de processos de expropriação não tinha ainda muito significado, mas a sua multiplicação por todos aqueles que já estavam na calha iria certamente gerar a derrocada de uma das mais atractivas actividades económicas da cidade: a especulação fundiária.

A partir das eleições para a Assembleia Constituinte, quando se agudizou o conflito, o SAAL, numa determinada perspectiva, só podia continuar a apoiar as organizações de moradores. Para além de estar, por definição, intrinsecamente relacionado com elas, o trabalho desenvolvido dependia cada vez mais desse compromisso.

Por outro lado, e esta circunstância não será de descurar, o SAAL tinha já perdido o principal esteio do seu vínculo institucional, personalizado na figura política do seu mentor, o Secretário de Estado Nuno Portas. Num determinado nível de decisão, já não tinha ninguém que o apoiasse tão abertamente. Embora os governantes que se seguiram, ministros ou secretários de Estado, não hostilizassem frontalmente o processo, também por precaução política, a verdade é que as bases empíricas da sua formulação inicial já não gozavam de qualquer espécie de “protecção” superior para as vacilações próprias do experimentalismo, estavam “órfãs”. Num nível superior de governação, Primeiro Ministro, Conselho de Ministros, o SAAL era olhado com alguma desconfiança, duvidava-se que uma medida experimental, de contornos tão imprecisos e tão dependente da actuação militante das brigadas e dos arquitectos, tivesse alguma vez a capacidade de enfrentar a resolução rápida e eficaz do problema da habitação¹²⁴.

Foi nesta altura que o SAAL, principalmente através do trabalho das brigadas, aprofundou e estreitou o relacionamento com as organizações de moradores. Há autores que chegam mesmo a notar nestes meses, entre Abril e Novembro de 1975, a demarcação da “passagem de um discurso eminentemente técnico [...] para um discurso eminentemente político”, derivada dessa aproximação¹²⁵. Parece claro, porém, que, também neste âmbito de análise, a generalização excessiva pode enevoar a visão de conjunto. Já foi referido como, no Porto, as alterações do poder municipal aproximaram o SAAL e as organizações de moradores da Câmara, levando a que, num período limitado, se “institucionalizasse” a estratégia, ou seja, almejou-se a possibilidade de opor ao planeamento que vinha do *antes* as intenções projectuais latentes, as quais pressupunham a municipalização de uma quantidade muito “assustadora” de solo urbano. Em Lisboa nunca se chegou a esta “vertigem de proximidade” com o poder. A escala da cidade não permitia uma articulação tão inteligível das áreas envolvidas nas operações. Grande parte dos terrenos em causa, esquecidos nas pregas topográficas e afastados das infraestruturas, também não se expunham, de um modo tão óbvio, aos apetites da especulação. O próprio aparelho camarário não era um alvo tão monolítico, era grande, disperso, e tinha já uma certa tradição de renovação técnica e administrativa. No Algarve, por seu turno, foi este o tempo de mobilização e de organização dos moradores, durante o qual se desencadearam grande parte dos processos. Perante o número crescente de operações houve também a necessidade de propor a adequação orgânica e criar um serviço regional próprio, que nunca chegaria a funcionar em pleno.

Dado o envolvimento aprofundado neste período, quando chegou o 25 de Novembro o SAAL já estava inevitavelmente conotado com o sistema de organização popular que se reproduzia por todo o país e ao qual se opunham vivamente as forças políticas empenhadas na implantação de um modelo democrático mais formal, apoiado unicamente nos partidos e literalmente traduzido da social-democracia europeia e ocidental. Directa ou indirectamente, a estigmatização, e posterior condenação, desses módulos de democracia orgânica, que tinham sido consagrados pelo

¹²⁴ Entrevista feita a Nuno Portas, gravada a 31 de Agosto de 1999 e, também, Nuno Portas, “O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 18/19/20, Coimbra, 1986, p. 636.

¹²⁵ Gaspar Martins Pereira, “SAAL – Um Processo de Intervenção Urbana no Processo Revolucionário”, Seminário realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1989, texto policopiado.

Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, significava também a marginalização do SAAL. Numa primeira fase, até ao início de 1976, sem ser propriamente atacado, o SAAL era remetido à insignificância política de uma medida herdada dos governos anteriores, raramente era referido e, quando o era, notava-se a preocupação de o indicar em alternativa com outras medidas possíveis para o mesmo fim. Numa fase posterior, perante a persistência reivindicativa dos moradores que viam as suas operações suspensas e bloqueadas pela oposição burocrático-administrativa, o Governo decide passar à ofensiva e questionar o processo pela via da “operatividade” e dos “resultados conseguidos”. Se, ao SAAL, lhe fosse reconhecida a sua especificidade metodológica e o seu experimentalismo orgânico, o mínimo que se pode dizer daquela atitude é que era perversa, mas a questão não era essa. Toda a política económica era então reconduzida para a via da abertura aos mercados internacionais e para a reconquista das posições-chave da esfera privada. Numa economia de débil incidência produtiva, o mercado de solos urbanos, enquanto actividade fácil, segura e altamente lucrativa, constituía, amiúde, a base de sustentação dos grupos económicos e não podia ficar de fora. A continuar a iniciar operações ao ritmo que o vinha fazendo, o SAAL tornava-se uma séria ameaça para esse mercado e, sobretudo, para o sistema especulativo fundado nas relações de centralidade urbana. Fonseca Ferreira alertava, na altura: – “[...] nunca ninguém fala dos salários que continuam a ser pagos aos administradores das promotoras imobiliárias, imobilizados, desde o 25 de Abril”¹²⁶, ou seja, os grandes agentes do negócio imobiliário não tinham desaparecido, estavam só em *stand by*, perscrutando melhores oportunidades.

Mas a esterilização da actividade do SAAL, mesmo com os sucessivos bloqueios administrativos, não era tarefa simples, exigia uma acção concertada das várias instâncias do poder. São desta altura os ataques parlamentares perpetrados por alguns deputados do PS e do PPD. São também desta altura os sucessivos artigos de jornal a denegrir o processo, sobretudo no Porto. Nesses, para além das críticas à linguagem arquitectónica e aos sistemas construtivos, transparece, curiosa e sintomaticamente, um violento desprezo pela importância da função do projecto, tal como é entendida pelos arquitectos¹²⁷. Se, na perspectiva política e económica, o alvo mais desprotegido era a ausência de “resultados práticos”, sob o ponto de vista cultural era ao próprio projecto que se assacavam culpas pela sua “inutilidade”.

Por fim e, apesar de tudo, um pouco abruptamente, o despacho que “sacudia” o SAAL da administração central para cada uma das autarquias envolvidas. Um desfecho que se poderia considerar de asséptica perspicácia táctica, não fosse o rol de acusações várias aos serviços e às brigadas, promovendo o clima de suspeição em relação ao trabalho feito, que culminaria com a instauração de uma sindicância.

Eis, portanto, em toada abrangente, a explicitação dos factores que levam a propor um entendimento mais dinâmico da Arquitectura produzida pelo processo SAAL. A encomenda era dúplice, Estado e moradores; os encomendadores interagem, num confronto dialéctico altamente instável, embora rico e motivador. O devir do quadro socio-político e, por consequência, cultural e urbano, dos projectos também estava longe de ser estático, variava segundo as oscilações do processo revolucionário e segundo o fervor ideológico de cada um dos autores. De início, e por definição, as operações tinham um cunho assumidamente experimental, todavia, no confronto com a realidade o experimentalismo deu lugar à objectividade. Em determinado ponto do processo, um dos agentes da encomenda, o Estado, descartou-se das responsabilidades na sua prossecução, deixando a maioria das operações numa fase de obra, ainda pouco consolidadas.

Mas há ainda a considerar um factor, que se cruzava em diagonal com todos os outros e que incidia de forma desigual, consoante a formação cultural e profissional dos autores de projecto. Esse factor estava relacionado, numa perspectiva mais vasta, com o quadro de modelos que preenchia a dimensão mimética do exercício da Arquitectura¹²⁸. Difuso e deficitário, suspenso pela obsessiva

Modelos

¹²⁶ “As casas continuarão a faltar as rendas continuarão a subir”, *Gazeta da Semana*, 29-7-1976.

¹²⁷ Cf., entre outros, M. Gomes de Almeida, “A propósito do SAAL Dá-me Licença Sr. Deputado?”: *O Comércio do Porto*, 14-10-1976.

¹²⁸ Para uma aproximação crítica ao carácter variado, e lato, da “mimesis” em Arquitectura cf. Hilde Heinen, *Architecture and Modernity A Critique*, Cambridge Massachusetts, MIT Press, 1999, pp. 192-197.

procura de alternativas ao formulário moderno, era um quadro que se insinuava mais no plano da recusa do que, propriamente, no da operatividade, era, por assim dizer, um quadro de negativos à espera de serem revelados¹²⁹.

Muito para além do recurso a modelos, e sem contudo abdicar deles, os arquitectos das brigadas percorreram caminhos que permanentemente se bifurcavam entre o rigor pragmático da discussão do programa, com a participação do “povo”, e a dimensão empírica do objecto arquitectónico. Para se entender a Arquitectura resultante é necessário entender as margens desses caminhos a cada momento, e não só no princípio, no fim e nos momentos de excepção. Um tal entendimento pressupõe, no essencial, tomar a Arquitectura não do modo socialmente instituído pela crítica arquitectónica, nas suas asserções mais convencionais, mas sim como uma espécie de guia para as permanentes aspirações e necessidades dos humanos, não só como o corpo edificado dessas necessidades, mas como a oferta de um contexto para a vida quotidiana. É inegável que, subjacente a tal entendimento, está também a intensa subjectividade cultural dos programas habitacionais, ponto de partida de todas as reflexões em torno da participação dos utilizadores nos processos de concepção de espaço. No caso do SAAL, porém, a especificidade da habitação não foi um atributo estanque, em muitos dos casos a integração urbana entrou como uma preocupação eminente e a discussão partia frequentemente de reflexões sobre os espaços de relacionamento comum. A dualidade público – privado era quase sempre superada pela idealização de relações sociais outras, para as quais também seriam idealizados outros tipos de espaços. Mais do que conceber alojamentos, o que estava em causa era a estruturação da habitação num quadro de vida futuro. Tratava-se, portanto, de um problema de Arquitectura, mais do que de um problema habitacional específico.

Submeter a leitura e a crítica da Arquitectura produzida no âmbito do SAAL a estes princípios significa, por fim, valorizar a construção dialéctica de uma síntese projectual que transcende, em muito, a sublimação “maquinal” dos programas, tal como foi entendida em determinadas fases do período moderno. O quotidiano futuro era um dado mais incerto, não era um produto acabado. A sociedade sem classes já não era mais a meta final, estática, do devir histórico mas um objectivo que, embora ao alcance, estava arduamente dependente dos avanços e recuos da prática revolucionária. A prática arquitectónica, por sua vez, quando competentemente encarada, perseguia esses avanços e recuos tentando, tal como o projecto, conquistar sucessivos pontos de equilíbrio que a pudessem viabilizar a cada momento e não só no momento “final” do processo.

Tal como John F. C. Turner propunha para a promoção habitacional, no célebre aforismo “*Housing as a Verb*”¹³⁰, também deste entendimento arquitectónico se terá que induzir a dinâmica verbal, mas numa perspectiva de verbo transitivo. A prática disciplinar, que Turner excluía por inutilidade e por cumplicidade com a divisão social do trabalho, esteve sempre presente ao longo do processo SAAL. Mas, para entendê-la, é necessário enquadrar permanentemente o duplo sentido de transformação que encerrava em si: o da transformação inerente a qualquer proposta arquitectónica, por um lado, e o da transformação social e política que a emoldurava, por outro. Este último sentido corporizava todos os complementos directos possíveis para o verbo transitivo, tal como aqui é proposto.

Um deles será, sem dúvida, o que suscita a questão urbana, mesmo que numa forma irreflectida, ou ingénua, a verdade é que o SAAL tentou meter um pé na porta que abria a “língua morta” dos modelos convencionais de planeamento¹³¹ a outras línguas, com propostas urbanas que, se bem que desequilibradas entre si, não eram correntes, nem usuais, e que assustaram a instável sociedade que as iria acolher. No entanto, em muitos dos microsistemas em que actuou, serviu inequivocamente para alicerçar e cruzar conceitos de vida urbana, nos arquitectos e nos

¹²⁹ Cf. capítulo “Os sentidos do debate internacional”.

¹³⁰ Cf. John F. C. Turner, “Housing as a Verb”: John F. C. Turner & Robert Fichter (edited by), *Freedom to Build*, Londres, Nova Iorque, The Macmillan Company, 1972, pp. 148-175, e também o capítulo “Os sentidos do debate internacional”.

¹³¹ Cf. Françoise Choay, *L’urbanisme, utopies et réalités Une anthologie*, Paris, Éditions du Seuil, 1979, pp. 78-79 [1ª. Ed. 1965].

moradores, conceitos que hoje em dia, com quase três décadas volvidas sobre a mais ocidental das democracias europeias, não são tidos em conta, ou sequer questionados. Os bairros do SAAL que se construíram, mesmo pobres, mesmo inacabados, mesmo degradados, resultaram, na generalidade e enquanto estruturas urbanas, frentes de expansão e unidades de ordenamento muito mais consequentes, e incomparavelmente mais consolidadas e coerentes, do que a grande maioria das áreas residenciais de extensão urbana que se lhes seguiram, fossem elas de iniciativa pública, privada, ou mista.

Na sua perspectiva acerca da incidência da limitação do significado do SAAL nos instrumentos metodológicos dos arquitectos, Alexandre Alves Costa sugere uma imagem de superação de crise, interrompida no preciso momento em que podia começar a dar frutos¹³². Mas a verdade é que esse momento histórico corresponderia também ao início de um ciclo em que as obras começam a ser divulgadas, em que os ateliers deixam a escala de casulo, de vão de escada, e se abrem às perspectivas empresariais ditadas pelas novas regras do jogo. Nesse périplo, alguns deles iriam esquecer, ou mesmo renegar, a experiência do SAAL, outros diriam que a integraram permanentemente nos complexos meandros da memória, enquanto instrumento de projecto, outros ainda, guardá-la-iam, para rever com agrado e complacência, na velha caixa de recordações, como referência primordial daqueles anos vivos e inquietos. O fim das brigadas SAAL, em 1977, não significava, como no concurso de ideias para *la Petite Roquette*, em 1974, o regresso dos arquitectos militantes aos estiradores¹³³, corresponderia, isso sim, ao ponto de partida de um processo de disseminação dos ateliers pelas novas estruturas de encomenda, de rápida adaptação à orgânica de mercado, de subordinação dos instrumentos de síntese e reflexão às estratégias emergentes do *marketing* e, nalguns casos mais renitentes, de reconversão culturalista das inabaláveis convicções sociais.

A questão de saber se o SAAL foi ou não importante para as práticas arquitectónicas subsequentes não se põe, portanto, na medida dos modelos que teria gerado ou das tendências conceptuais e construtivas que teria consignado, mas sim na medida do seu significado enquanto experiência de adaptação dos instrumentos disciplinares a um momento histórico muito intenso. Funcionou e resultou enquanto colheita empírica, inesperada e emergente, de um pacote compacto de dados programáticos, em amálgama, mais ou menos distanciada, com uma situação social que permanentemente alterava, ou subvertia, as condicionantes tradicionalmente estáticas do projecto.

Foi uma colheita produtiva na medida em que não se quedou pela prefiguração de alternativas reluzentes, provavelmente utópicas, mas inertes, e avançou para o confronto com a realidade, avançou para o projecto, avançou para a construção, avançou para o compromisso de vizinhança com as implantações da cidade e do território capitalistas. Ao contrário de Enrico, a personagem de Calvino, os arquitectos do SAAL não fizeram planos para a cidade do proletariado, antes encetaram um processo de construção de fragmentos dessa cidade em conjunto com os moradores, um processo tão credível e tão assustador que teve de ser interrompido.

¹³² Alves Costa, "L'esperienza di Oporto": *Lotus International*, 18, 1978, p. 70.

¹³³ Jean-Louis Violeau, "L'urbain dans la presse contestataire": *Urbanisme*, Mai-Juin 1998, [300], pp. 69-74.

C R O N O L O G I A

A tabela cronológica que se segue diz respeito aos acontecimentos relacionados com o SAAL e com o movimento de moradores, entre 25 de Abril de 1974 e Dezembro de 1976. Os factos mais especificamente ligados ao tema estão impressos em redondo, em itálico estão os que dizem respeito à situação política mais genérica que o país vivia.

Nas entradas que se referem a acontecimentos de ordem local insere-se uma barra (/), que é seguida pela referência topológica, abreviada nos casos de Lisboa (Lx.), Porto (Prt.) e Setúbal (Setúb.).

Para a elaboração desta tabela, foram utilizados dois tipos distintos de fontes. Por um lado, a imprensa da época, por outro lado, cronologias de origem diversa. Essas fontes estão referenciadas entre parêntesis segundo a seguinte relação de abreviaturas:

Tábua de abreviaturas de fontes

Cronologias:

CFES – João Morais; Luís Violante

Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais, Portugal 1926-1985

Lisboa, Livros Horizonte, 1986

CMUP – A. Botelho, M. Pinheiro

O Conselho Municipal do Porto. Balanço de uma experiência

Porto, Copsa, 1977

DRA – Teresa Almada

Diário da Reforma Agrária 4º. Volume de A Reforma Agrária. Série dirigida por António Barreto

Mem Martins, Publicações Europa-América, lda., s. d.

FEA – Francisco Martins Rodrigues (coordenador)

O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril

Lisboa, Ed. Dinossauro, 1994.

LB – *Livro Branco do SAAL 1974-1976*

Conselho Nacional do SAAL, 1976.

MCC – Chip Dows; Fernando Nunes da Silva; Helena Gonçalves; Isabel Seabra

Os Moradores à Conquista da Cidade. Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal 1974-1976

Lisboa, Sociedade Editora O Armazém das Letras, lda., 1978.

Publicações periódicas:

AV – *Avante*

CAP – *A Capital*

CBT – *Combate*

CPRT – *O Comércio do Porto*

D – *O Diário*

DIA – *O Dia*

Cronologia

DLIS	– <i>Diário de Lisboa</i>
DM	– <i>Diário Municipal</i>
DNOT	– <i>Diário de Notícias</i>
DPOP	– <i>Diário Popular</i>
ES	– <i>Esquerda Socialista</i>
EXP	– <i>Expresso</i>
FL	– <i>Flama</i>
FCOM	– <i>Folha Comunista</i>
GS	– <i>Gazeta da Semana</i>
JCOM	– <i>Jornal do Comércio</i>
JN	– <i>Jornal de Notícias</i>
JNOV	– <i>Jornal Novo</i>
JOR	– <i>O Jornal</i>
L	– <i>A Luta</i>
LIB	– <i>Liberdade</i>
PJ	– <i>O Primeiro de Janeiro</i>
PPOP	– <i>Poder Popular</i>
PU	– <i>Página Um</i>
RCP	– <i>Rádio Clube Português</i>
REP	– <i>República</i>
REV	– <i>Revolução</i>
SÉC	– <i>O Século</i>
SFX	– <i>Sempre Fixe</i>
SI	– <i>O Século Ilustrado</i>
VER	– <i>A Verdade</i>
25AP	– <i>25 de Abril do Povo</i>
VM	– <i>Vida Mundial</i>
VPOV	– <i>Voz do Povo</i>

Tábua de outras abreviaturas

AIL	– Associação dos Inquilinos Lisbonenses
Ass. Mors.	– Associação(ões) de Moradores
BAL	– Brigadas de Apoio Local
BASE-FUT	– Base Frente Unitária de Trabalhadores
C.A.	– Comissão Administrativa
CAP	– Confederação dos Agricultores de Portugal
CDS	– Partido do Centro Democrático Social
CEME	– Chefe de Estado Maior do Exército
CEMGFA	– Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
C.H.E.	– Cooperativa(s) de Habitação Económica
CICAP	– Centro de Instrução de Condução-Auto do Porto
CLOMP	– Comité de Luta de Ocupantes e Moradores Pobres
C.M.	– Câmara(s) Municipal(is)
C. Mors.	– Comissão(ões) de Moradores
COPCON	– Comando Operacional do Continente
CR	– Conselho da Revolução
CRAMO	– Comissão Revolucionária Autónoma de Moradores e Ocupantes
DUP	– Declaração de Utilidade Pública
EME	– Estado Maior do Exército
EMGFA	– Estado Maior General das Forças Armadas
ESBAP	– Escola Superior de Belas-Artes do Porto

EPUL	– Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
F.A.	– Forças Armadas
FEC (m-l)	– Frente Eleitoral de Comunistas – Marxista Leninista
FEPU	– Frente Eleitoral Povo Unido
FFH	– Fundo de Fomento da Habitação
DHN-FFH	– Direcção de Habitação do Norte do FFH
GEP-FFH	– Gabinete de Estudos e Projectos do FFH
FSP	– Frente Socialista Popular
FUR	– Frente de Unidade Revolucionária
GDUP	– Grupos Dinamizadores de Unidade Popular
JSN	– Junta de Salvação Nacional
LNEC	– Laboratório Nacional de Engenharia Civil
LUAR	– Liga de Unidade e Acção Revolucionária
MAI	– Ministério (Ministro) da Administração Interna
MDM	– Movimento Democrático das Mulheres
MDP	– Movimento Democrático Português
MDP-CDE	– Movimento Democrático Português – Comissões Democráticas Eleitorais
MES	– Movimento da Esquerda Socialista
MESA	– Ministério (Ministro) do Equipamento Social e do Ambiente
MFA	– Movimento das Forças Armadas
MHUC	– Ministério (Ministro) da Habitação, Urbanismo e Construção
MJT	– Movimento de Jovens Trabalhadores
MOP	– Ministério (Ministro) das Obras Públicas
Mors.	– Moradores
MRPP	– Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
ONU	– Organização das Nações Unidas
PC de P (ml)	– Partido Comunista de Portugal Marxista Leninista
PCP	– Partido Comunista Português
DORN do PCP	– Direcção da Organização Regional do Norte do PCP
PCP-R	– Partido Comunista Português – Reconstruído
Pides	– Agentes da antiga polícia política: PIDE-DGS
PM	– Polícia Militar
PPD	– Partido Popular Democrático
PPM	– Partido Popular Monárquico
PRP-BR	– Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias
PRT	– Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS	– Partido Socialista
PSP	– Polícia de Segurança Pública
PUP	– Partido de Unidade Popular
RALIS	– Regimento de Artilharia de Lisboa
RASP	– Regimento de Artilharia da Serra do Pilar
RC6	– Regimento de Cavalaria nº.6 ou Regimento de Cavalaria do Porto
RTP	– Radiotelevisão Portuguesa
SAAL	– Serviço de Apoio Ambulatório Local
SAAL-N	– SAAL – Norte
SEHU	– Secretaria (Secretário) de Estado da Habitação e Urbanismo
SEOP	– Secretaria (Secretário) de Estado das Obras Públicas
SUV	– Soldados Unidos Vencerão
UDP	– União Democrática Popular
UEC	– União dos Estudantes Comunistas

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
74/04/25 a 74/05/09	– Ocupação de cerca de 2000 casas, na sua maioria habitações municipais em construção /Lx. (MCC)		
74/04/26	– <i>Manifs. nas principais cidades do país.</i>		
74/04/29	– Ocupações no B°. Camarário de Monsanto e no B°. da Boavista /Lx. (LB)		
74/04/30	– Ocupações no B°. da Boavista e no B°. Valfundão – Marvila /Lx. (DRA, EXP)		
74/05/01	– <i>Grandes Manifs. em todo o país.</i> – Manif. contra o Regulamento dos Bairros Camarários. Elaboração do caderno reivindicativo do B°. Camarário de S. João de Deus /Prt. (LB, MCC)		
74/05/02	– Ocupação massiva pelos habitantes do Bairro do Casalinho da Ajuda, do B°. da Fundação Salazar, que passa a chamar-se B°. 2 de Maio /Lx. (CAP, DLIS, EXP, FEA, LB) – Notícia do Plenário da ESBAP/Prt. (DLIS)		
74/05/03	– AAIL, de acordo com a Associação dos Inquilinos do Norte de Portugal, pede congelamento de rendas. (CAP, DPOP, LB, REP, SFX) – Generalizam-se as ocupações na área da cintura industrial /Lx. (FEA)	– A Presidência da C. M. de Lisboa encontra-se demissionária/ Lx. (DPOP) – Toma posse o novo Presidente da C. A. da C. M. de Coimbra/ Coimbra. (CAP)	
74/05/04	– Ocupação do Mercado Abastecedor de Frutas da Ribeira Nova /Lx. (DRA) – <i>Manif. no Porto. Ruy Luís Gomes recebido em apoteose. Os manifestantes pedem a demissão do Presidente da C. M./Prt. (DPOP)</i>	– O GTH não quer entregar chaves aos ocupantes das casas do B°. da Boavista/ Lx. (CAP)	
74/05/05	– Ocupação de 23 Blocos por cerca de 1000 mors. no B°. da Boavista /Chelas /Lx. (CAP, CFES, DLIS) – Foi entregue no Quartel General uma moção a pedir a demissão imediata do Presidente da C. M. do Porto. É igualmente entregue uma lista de democratas para formar uma comissão que possa gerir o Município /Prt. (DNOT)		
74/05/08	– Manif. de mors. do B°.Boavista. Apoio à JSN. Belém /Lx. (CFES, FEA) – Ocupação de casas de renda económica no B°. Marcelo Caetano, hoje Humberto Delgado; B°. N.S°. Conceição; e B°. da Fundação Salazar, hoje 25 de Abril, com posterior desocupação pelas F.A./ Setúbal. (DNOT, MCC) – Roque Laia, da AIL, afirma: "Acho justo e certo que o povo ocupe as casas que estão vagas, dado que é imoral haver pessoas a viver em barracas quando há casas vagas" /Lx. (DNOT) – Os funcionários da C. M. do Porto pedem a demissão do Presidente /Prt. (CAP)		
74/05/09	– Ocupantes dos 23 blocos de Chelas vão a Belém /Lx. (DNOT)		
74/05/10	– Ocupações em Chelas e Madorna. Em Madorna foram ocupados 84 fogos destinados a beneficiários das Caixas de Previdência e da Câmara de Cascais — Parede /Lx. (DLIS, DPOP, LB, VPOV)		
74/05/11 a 74/05/14		– Comunicado da JSN sobre as ocupações de casas. (DLIS, DNOT, DRA, LB, MCC, PJ, REP) – Dissolvida a C. M. de Matosinhos, que passa a ser gerida por uma C. A. /Prt. (DLIS)	
74/05/13	– Manif. de mors.dos Bairros Pobres da zona da Ribeira. Dirigem-se aos Paços do Concelho, onde são recebidos pelo delegado da JSN, coronel Rebelo da Silva e pelo director dos Serviços de Habitação, Arq. Fernando Távora. Reivindicam a ocupação de casas vagas nos bairros camarários /Prt. (CPRT, DNOT, DPOP, FEA, PJ) – Habitantes da Quinta das Fonsecaas exigem água e luz para todos /Lx. (CAP)	– O Presidente da C. M. do Porto demite-se /Prt. (DNOT)	
74/05/14	– A C. Mors da Musgueira pede a demissão do Presidente do Centro Social da Musgueira Norte /Lx. (DNOT) – Em Portimão, um grupo de mulheres vai à C. M. comunicar a formação de um grupo de trabalho destinado a distribuir equitativamente os fogos do Bairro da Previdência /Algarve. (CAP)	– Demissão da Comissão Administrativa da C. M. de Setúbal /Setúb. (MCC)	
74/05/15	– Reunião de mors. no Centro Social do Bairro do Cerco do Porto /Prt. (CPRT) – Comissão de 5018 subscritores pede à JSN o congelamento das rendas para todo o país, à semelhança de Lisboa e Porto. (DLIS)	– JSN nomeia Spínola Presidente da República.	
74/05/16	– Delegação de mors. da Musgueira conferencia com o Almirante Rosa Coutinho /Lx. (CAP)	– 1º Governo Provisório <i>Palma Carlos-1º Min./ Magalhães Mota-MAI Manuel Rocha-MESA/ Nuno Portas-SEHU</i> – Posse da nova Comissão Administrativa da C. M. de Setúbal /Setúb. (MCC)	
74/05/18	– Reunião de mors. do Bairro Camarário da Pasteleira. Decidido formar uma comissão conjunta com o Bairro de S. João de Deus/Prt. (CPRT) – Reunião de mors. do Bairro da Curreleira /Lx. (DLIS) – Os mors. da Musgueira entregam à Junta de Salvação Nacional um documento com 600 assinaturas contra a Liga Eucarística que dirige o Centro Social /Lx. (DPOP, SÉC) – Os técnicos de desenho do atelier Conceição Silva disponibilizam o sábado para grupos de trabalho voluntário e gratuito para execução de habitações condignas /Lx. (DNOT)	– PS exige eleições municipais para Outubro – resposta ao controlo das Comissões Administrativas das C. M.s pelo MDP. (MCC)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
74/05/19	– Reunião de cerca de 500 mors. dos bairros camarários de S. Roque e de Machado Vaz /Prt. (PJ)		
74/05/20	– Alastra movimento de ocupação de casas. (FEA) – Imprensa regista movimento de mors. na Qtª. da Curreleira pelo direito à habitação /Lx. (CFES, DLIS) – 500 famílias de mors. dos Bairros de Lata de Santa Marta e Pereiro, em Algés, aguardam há 15 anos a construção do bairro prometido /Lx. (CAP) – Mors. do Bairro das Caixas, Alto da Barra, Oeiras, pedem regime de propriedade resolúvel /Lx. (DLIS)		
74/05/22	– Reunião de mors. dos bairros camarários do Carrical e Agra do Amial. Presentes cerca de 700 mors. /Prt. (CPRT, PJ)		
74/05/23	– Mors. do Casal Ventoso revoltam-se contra a direcção do Centro Social e pedem a "urgente urbanização" do bairro /Lx. (DLIS, REP, SÉC) – Comício do MDP no Terreiro da Sé para discussão de problemas de mors. /Prt. (CPRT) – Reunião no Teatro de S. Luís sobre o problema da habitação com a presença de técnicos, políticos e mors. /Lx. (REP)		
74/05/24	– Demissão da direcção da AIL /Lx. (CAP) – Arquitectos pedem medidas urgentes contra a especulação do solo e degradação do ambiente. /Lx. (CAP)		
74/05/26	– Manif. contra o Regulamento dos Bairros Camarários em frente à C. M. /Prt. (LB)		
74/05/27	– Assembleia Geral de Arquitectos denuncia especulação de terrenos, degradação do meio ambiente e corrupção no sector da construção civil e de obras públicas. Pede o saneamento de estruturas, de quadros técnicos e administrativos e das entidades colectivas e privadas responsáveis /Lx. (REP)	– DL 217/74- Congelamento das rendas a 24/ 4 /74. – Designação de João Cabral para presidente da gestão da Câmara Municipal do Porto, sob protesto dos principais partidos. Compromete-se, no entanto, a "estudar alterações" para o regulamento dos bairros camarários /Prt. (CPRT, PJ)	
74/05/28	– Ocupação de casas no B°. S. João de Deus /Prt. (CFES, CPRT, DRA, LB) – Ocupação de 25 casas do Bairro da Vilarinha, da Caixa Nacional de Pensões, em Matosinhos /Prt. (SÉC) – Comício no B°. da Liberdade promovido pelo Comité de B°. Estrela Vermelha. Reivindicação de "casas dignas" e de um "mercado" /Lx. (DLIS, MCC)		
74/05/29		– <i>Spínola no Porto.</i> – É publicado no <i>Diário do Governo</i> o regulamento para atribuição de habitações sociais, que se aplica às construções do FFH, ou a quaisquer outras de promoção pública.	
74/05/30	– MDP convoca reunião em Algés para discussão dos problemas de habitação /Lx. (JCOM)		
74/05/31	– Comício de mors. da Curreleira na Voz do Operário. Presentes cerca de 1000 pessoas, também da Quinta do Pinheiro, Corte Larga, Cova e Chico Argolinha /Lx. (DLIS, SÉC)	– <i>Spínola em Coimbra.</i> – <i>Posse do Conselho de Estado. Formação– JSN + Comissão Política do MFA: V. Gonçalves, Vitor Alves, Melo Antunes, Pereira Pinto, Almada Contreiras, Vitor Crespo, Costa Martins, Isabel Colaço, Rui Luís Gomes, Freitas Amaral, H. Barros, Azeredo Perdigão, Rafael Durão, Almeida Bruno.</i> – O MAI, Magalhães Mota, pressionado por assistentes sociais, elabora um diploma no sentido dos mors. das "colmeias humanas" do Barredo poderem vir a ocupar as casas dos bairros camarários, em princípio destinadas aos mors. das ilhas /Prt. (DPOP, PJ, REP)	
74/06/01	– MDP convoca reunião no B°. do Alto dos Moinhos em S. Domingos de Benfca para discussão dos problemas de habitação /Lx. (DNOT)		
74/06/03	– MDP convoca reunião na Freguesia de S. Sebastião para formação e eleição de C. Mors. /Setúb. (MCC) – Novo pedido da comissão de 5018 subscritores, para alargamento do regime de imutabilidade das rendas às zonas fora de Lisboa e do Porto, desta vez dirigido ao chefe do Governo Provisório. (DLIS)	– <i>Spínola em Tomar.</i>	
74/06/06	– Reunião do curso de arquitectura da ESBAP. Proposta a entrada de professores, entre os quais Jacinto Rodrigues e Álvaro Siza /Prt. (SÉC)	– <i>Spínola em Évora.</i>	
74/06/07		– O Presidente da República assina para publicação o DL, elaborado pelo MAI, que autoriza a C. M. do Porto a atribuir os fogos dos bairros camarários mediante simples inquérito habitacional /Prt. (SÉC)	
74/06/12	– Saneamento de Comissão Administrativa do Clube e formação de Centro Social, no B° do Troino /Setúb. (MCC) – Reivindicações dos cerca de 1100 habitantes do B°. da Quinta da Calçada /Lx. (DPOP) – A imprensa regista "debandada" do Barredo para os bairros camarários, nomeadamente o do Aleixo /Prt. (CAP) – B° do Alto dos Moinhos, em S. Domingos de Benfca, tem mais de 600 barracas e cerca de 3000 mors. /Lx. (CAP)	– O SEHU, Nuno Portas, em entrevista, fala na criação de "brigadas de urbanismo activo" para descentralizar os serviços e para resolução imediata dos problemas de habitação. (SÉC)	
74/06/14	– Apresentação do caderno reivindicativo de 1200 mors. do B°. da Quinta da Calçada /Lx. (REP) – Nova reunião de mors. do B°. do Alto dos Moinhos, em S. Domingos de Benfca /Lx. (CAP)	– C. M. denuncia manif. de construtores civis e de alguns trabalhadores /Setúb. (MCC)	
74/06/16	– Reunião no Teatro S. Luís. Técnicos ligados ao problema da habitação discutem desburocratização e participação das populações /Lx. (DLIS, LB)		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
74/06/18	– Continuação das reuniões do Teatro S. Luís sobre habitação, no Instituto Superior Técnico/Lx. (DLIS, LB)		
74/06/19	– Comício da AIL, da Associação de Inquilinos do Norte de Portugal e de Defesa do Consumidor, no Pavilhão dos Desportos, com a presença do SEHU /Lx. (LB, REP)		
74/06/20	– Reunião da Comissão do Bº. do Relógio. Registada a necessidade de obras urgentes nas casas, 1245, ao todo /Lx. (DLIS)		
74/06/21	– Registo da publicação do 2º. número do jornal dos mors. do Bº. do Relógio, intitulado "O Prefabricado" /Lx. (DLIS)		
74/06/22 a 74/06/23	– Manif. de centenas de trabalhadores da construção civil a apoiar a C. M./ Setúb. (MCC)	– Reunião do SEHU e dos "técnicos mais próximos do gabinete" com "um grupo de notórios especialistas, de entre os quais se destacam os nomes de Castells, Secchi, Sola-Morales, Borja, Echenique, Ceccarelli". (SÉC)	
74/06/25		– Comunicado oficial da SEHU sobre a política habitacional a seguir. (SÉC)	
74/06/27	– Comunicado dos mors. da Currealeira e do Pinheiro para acabar com as barracas. O SEHU esteve presente para se inteirar da situação /Lx. (REP)		
74/07/02	– Reunião de mors. das freguesias da Madalena, Santa Justa, S. Nicolau, S. Cristóvão e S. Lourenço, na sede do MDP/CDE /Lx. (DLIS)		
74/07/04	– Ocupação de casas na Pedra Furada, em Vila Franca de Xira/Lx. (CAP) – Os mors. da Quinta das FONSECAS emitem um comunicado/Lx. (CAP)		
74/07/05		– A SEHU lança nota oficial com Programa de Acções Prioritárias a considerar pelos Serviços do FFH: criação do SAAL. (LB, MCC) – Criação do COPCON.	
74/07/06	– Reivindicações dos mors. da Quinta das FONSECAS apresentadas à JSN /Lx. (DPOP)	– Comunicado da Junta de Freguesia de Sta. Mª. da Graça anuncia a execução do saneamento/ Setúb. (MCC) – DL 306/74-Prorroga o congelamento das rendas até 31/ 7 /74.	
74/07/09		– <i>Palma Carlos apresenta a demissão ao Presidente da República.</i>	
74/07/11		– <i>Exoneração do Primeiro Ministro Palma Carlos.</i>	
74/07/13		– <i>Posse de Otelo como Brigadeiro e como Comandante Adjunto do COPCON.</i> – A imprensa informa que Nuno Portas anunciou, num encontro com as comissões administrativas das Juntas de Freguesia de Lisboa, a saída para breve de um decreto-lei que regulamente o arrendamento de habitações. (EXP)	
74/07/15	– Aprovação em Plenário dos Princípios Fundamentais Reguladores dos Bairros Camarários da Cidade do Porto. Presentes C. Mors. de 13 bairros /Prt. (EXP, LB)		
74/07/18		– 2º Governo Provisório <i>V. Gonçalves- 1º Min./ Costa Brás- MAI</i> <i>José Augusto Fernandes- MESA/ Nuno Portas-SEHU</i>	
74/07/19	– Comunicado da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor sobre a questão da habitação /Lx. (DPOP)		
74/07/22	– Comício para eleição da C. Mors. do Bº. da Azeda de Baixo /Setúb. (MCC)		
74/07/24	– Os mors. do Bº. da Sé apresentam petição sobre despejos e rendas de sublocação/Prt. (PJ, JN) – Reportagem sobre as condições de vida no Bº. da Relvinha/Coimbra. (CAP)	– Nuno Teotónio Pereira apresenta estudo dos objectivos e modo de arranjo do SAAL. (LB)	
74/07/31		– Despacho conjunto MAI-MESA.Criação oficial do SAAL.	
74/08/00 durante o mês		– Organização do sector na EPUL, na sequência dum Despacho do SEHU. (LB) – Constituição de equipas para operações mais urgentes do SAAL. (LB) – A SEHU prepara legislação que regulamente o SAAL. (LB) – Norma e caracterização inicial das primeiras operações SAAL/N. (LB)	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Pelame e Bairro Esperança/Beja.
74/08/02		– Comissão Organizadora do SAAL propõe ao SEHU estruturação de serviço – despacho favorável. (LB)	
74/08/05		– A reunião da C.A. da C. M. de Coimbra toma medidas para "reparações" e "arranjo dos terrenos" no Bº. da Relvinha /Coimbra. (JCOM)	
74/08/06		– Publicação em <i>Diário do Governo</i> (1ª S.) do despacho de criação do SAAL.	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
74/08/08		– A responsável pelo SAAL/N propõe primeira estruturação daquele Serviço. (LB)	
74/08/16	– Os mors. da Curreleira pensam já no SAAL como processo de realojamento/Lx. (CAP)	– Reunião dos Delegados do SAAL com o FFH e com a SEHU – Organização e actividades do SAAL. (LB)	
74/08/18		– <i>V. Gonçalves na Rádio e RTP.</i>	
74/08/19	– Os mors. do Bº. da Sé organizam-se para limpar as ruas e os espaços públicos/Prt. (DLIS)		
74/08/20		– DL 375/74– Penaliza terrenos expectantes.	
74/08/27		– Reunião de trabalho do SAAL – Presentes: SEHU e representante da ONU – Prof. Turin – que anunciou a Conferência de Vancouver em 76. Nuno Teotónio Pereira apresentou projecto de contrato para as Brigadas. (LB)	
74/08/28		– Posse do Governador Civil de Faro – Luís Nascimento Madeira. (DRA)	
74/09/00 durante o mês			– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Quinta da Bela Flor, Alto dos Moinhos e Quinta do Bacalhau-Monte Coxo/Lx.
74/09/03		– Início do processo SAAL em diversos Bairros /Lx. (MCC)	
74/09/04		– Posse da primeira Comissão Administrativa da C. M. de Lisboa /Lx. (LB)	
74/09/06		– Posse do Governador Civil de Lisboa, Arq. Mário Bruxelles. (DRA)	
74/09/07		– Arqª. Margarida Coelho dá entrevista sobre o SAAL /Norte/Prt. (PJ)	
74/09/12		– DL 445/74– Define prazo de 120 dias para alugar casas novas vazias e regula o mercado de habitação.	
74/09/13	– <i>Marcha de 7000 operários da Lisnave pela greve e contra o Lock-out/ Lx.</i> (CFES, DRA, MCC) – Impedimento de despejos na Rua de Costa Cabral, nº. 152, luta contra a subaluga /Prt. (PJ, VPOV)	– Serviços centrais do SAAL propõem conjugação com os restantes serviços do FFH. (LB) – Posse da Comissão Coordenadora da Apreciação da Prática Urbanística dos Corpos Administrativos Locais e Centrais, cujo presidente é o Arq. Inácio Peres Fernandes. O SEHU apela à necessidade de a administração urbanística ser urgentemente prestigiada. (DPOP)	
74/09/18	– Denúncia de casas insalubres alugadas pela C. M. do Porto /Prt. (DLIS)	– O Dr. Almeida e Silva do FFH esclarece que " todos os casos de ocupação de habitações sociais deverão estar solucionados dentro de um mês". (REP)	
74/09/19		– Posse do Governador Civil de Setúbal, Cap.Fuzeta da Ponte. (DRA) – Nota do MESA anunciando um " importante programa de empreitadas de habitação social", promovido pelo FFH e pelo GTH de Lisboa. (CPRT, JN, SÉC)	
74/09/26	– Ocupação de casas da Previdência/ Évora. (DRA)		
74/09/27		– <i>Otelo detido algumas horas em Belém.</i>	
74/09/28	– <i>Tentativa de Golpe Contra-Revolucionário.</i>	– <i>Tentativa de Golpe Contra-Revolucionário.</i>	
74/09/29		– <i>V. Gonçalves na RTP.</i>	
74/09/30		– <i>Spínola demite-se de Presidente da República.</i> – <i>Posse de Costa Gomes como Presidente da República.</i> – <i>3º Governo Provisório</i> <i>V. Gonçalves- 1º Min./ Costa Brás-MAI</i> <i>J. Augusto Fernandes-MESA/ Nuno Portas-SEHU</i>	
74/10/00 durante o mês		– Dois Projectos-Lei elaborados pelos Serviços Jurídicos do SAAL para regular as expropriações e o financiamento das operações. (LB)	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Maceda, Antas, Sé e Leal/Prt.; Quinta das Fonsecas, Quinta do Alto, Tarujo, Casal Ventoso, Sete Moinhos e Bairro da Liberdade/Lx.; Catujal/Loures; Estrada Militar Que-luz/Sintra; Bairro da Liberdade/Setúbal.
74/10/02	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da C.H.E. Portugal Novo, Quinta do Bacalhau e Monte Coxo/Lx. (LB)	– Comunicado da SEHU acerca das primeiras reacções ao DL 445/74. (DPOP)	
74/10/05		– 1º.Seminário SAAL/ Lx. (LB)	
74/10/06		– Inquérito ao FFH realizado por um grupo de trabalhadores. (LB) – <i>Dia de Trabalho Voluntário-V.Gonçalves.</i>	
74/10/10		– Reunião na C. M. de Lisboa com o MESA e o SEHU para apreciar planos de urbanização. O MESA diz ser necessário construir muitas habitações sociais /Lx. (DLIS)	
74/10/14		– Reunião na C. M. do Porto com o SEHU e elementos do SAAL/N– financiamento das operações /Prt. (LB, SÉC)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
74/10/15	Reunião de mors. em S. Vitor/Prt. (JN)	– <i>Posse de Teixeira Ribeiro no Conselho de Estado.</i> – <i>Costa Gomes na União Indiana.</i> – <i>Pinheiro de Azevedo nomeado Presidente da República Interino.</i>	
74/10/22	– Luta contra a subaluga na R. D. João IV/Prt. (CPRT)	– Reunião interministerial em S. Bento sobre política de habitação. Presentes o Primeiro Ministro, os Ministros sem pasta, o Ministro do Trabalho, o MESA, o SEOP e o SEHU. (DPOP)	
74/10/24		– O MESA apresenta Plano de Actividades de política urbana, com destaque para a habitação. (DPOP, DLIS)	
74/10/25		– <i>Criação da 5ª.Divisão do EMGFA.</i> (DRA) – Conselho de Ministros aprecia e aprova o Plano de Actividades do MESA, no qual, entre outras medidas, se instituem os contratos de desenvolvimento. (DPOP, REP, SÉC)	
74/10/30	– Incêndio devasta cerca de 70 barracas do Bº. da Falagueira, perto da Amadora. Mais de 300 pessoas ficam sem casa /Lx. (EXP) – Família ameaçada de despejo na Rua de Camões. Comunicado apela à participação popular contra a acção de despejo/Prt.	– Grupo Coordenador do SAAL/N aprova minuta de resposta às propostas de apoio técnico e formação de brigadas técnicas. (LB) – A Ministra dos Assuntos Sociais, Maria de Lourdes Pintasilgo, anuncia na RTP subsídio de habitação para as famílias de baixo rendimento. (DNOT, REP)	
74/10/31	– Luta contra a subaluga na R. de Camões. Despejo impedido/Prt. (CPRT)	– FFH aprova protocolo a estabelecer com as C. Ms. (LB) – Despacho Nº. 311/74 da C. M. de Lisboa– articulação dos serviços da C. M. com os do SAAL-EPUL /Lx. (DM, LB)	
74/11/00 durante o mês			– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Lapa, Chaves de Oliveira e S. Vitor, Cruz de Pau-Matos., Bela Vista – S. Pedro da Cova/Prt.; Poço de Baixo/Ovar; Quinta da Calçada, Curraleira e Embrechados/Lx.; Sº. António e Torre – Camarate/Loures; Alfornelos e Linda -a-Pastora/Oeiras; Pedra Furada/V. F. de Xira; Pinhal das Areias e Batateiro/Seixal; Forte Velho/Setúbal.
74/11/01	– Novas ocupações no Bº. da Fundação Salazar, na Ajuda. Várias dezenas de famílias ocupam novas casas em construção /Lx. (REP, SÉC) – Luta contra a subaluga na R. de Sousa Viterbo. Recusa de pagamento de rendas/Prt. (JN)	– Nomeação do Arq. Mendes Paula como comissário do Governo para o Gabinete de Planeamento Urbanístico e de Ambiente do Algarve /Algarve. (EXP)	
74/11/02	– Vai começar a auto-construção no Bº. de Prior Velho /Lx. (CAP, DL)		
74/11/04		– SAAL/N analisa Projectos-Lei /Prt. (LB)	
74/11/07	– Ocupação de casas vazias no Bº. da Fundação Salazar/ Lx. (CAP, MCC)	– DL 594/74– Estatuto legal das Ass.Mors.	
74/11/09		– Despacho da SEHU: financiamento das operações SAAL a desenvolver pela EPUL /Lx. (LB) – Operação de desratização no Bº. do Narigão/Lx. (CAP)	
74/11/10		– Reunião geral das Coordenações do SAAL com o SEHU, no FFH: enquadramento legal e financiamento/ Lx. (LB)	
74/11/11	– Comunicado dos mors. do Bairro da Fundação Salazar, agora 2 de Maio/Lx. (CAP) – Reunião de mors. no Bº. da Parceria Antunes/Prt. (PJ)	– Reunião geral das Coordenações do SAAL com o SEHU, no FFH: enquadramento legal e financiamento/ Lx. (LB)	
74/11/12	– Onda de ocupação de prédios devolutos "um pouco por toda a parte", na zona de Almirante Reis, Alto do Pina e Penha de França. Muitos dos ocupantes foram compelidos por forças do COPCON e da PSP a regressar aos bairros de lata de onde tinham vindo /Lx. (DPOP, EXP)		
74/11/14	– Reunião de mors. no Bº. do Leal/Prt. (CPRT)		
74/11/15 a 74/11/16		– Despacho da SEHU: primeiras comparticipações às C.Ms.– aquisição de terrenos e infraestruturas. (LB)	
74/11/16	– Plenário dos trabalhadores do SAAL no LNEC, com a presença do SEHU e de John Turner/ Lx. (LB)	– Nuno Portas, em entrevista, fala de financiamentos, do investimento de um milhão de contos e de auto-construção. (EXP) – <i>Nomeação do Embaixador dos EUA – Frank Carlucci.</i> (CFES, DRA, MCC)	
74/11/17		– MESA na RTP anuncia investimento de um milhão e duzentos mil contos em habitação. (REP)	
74/11/18	– Mors. do Bº. de Nº. Sº. da Graça em Tires forçam audiência com o Presidente da C. A. da C. M. de Cascais, por causa das condições de habitabilidade /Cascais. (VPOV)		
74/11/20	– Colóquio no LNEC com Henri Lefebvre /Lx. (VM)	– Despacho favorável da SEHU à nova estruturação dos serviços centrais do SAAL. (LB)	
74/11/21	– Comunicado da AIL contra os logros a que se presta o DL 445/74, nomeadamente a declaração de fogos devolutos. (DPOP) – Ocupação de casas das caixas de Pensões, FFH e serviços sociais das Forças Armadas, em Chelas, por cerca de 3000 habitantes dos bairros das redondezas. Os das Forças Armadas, mais tarde e a pedido, vêm a ser desocupados /Lx. (REV)	– Segundo Projecto-Lei dos serviços jurídicos centrais do SAAL: expropriações e financiamento das operações. (LB) – Portarias para pagamento de honorários às brigadas técnicas e comparticipação às C. Ms. para infraestruturas. (LB) – A C. M. de Lisboa aprova obras de saneamento e de infraestruturas em áreas de Bairros de Lata, bem como a sua integração no âmbito de intervenção da EPUL /Lx. (DNOT)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
74/11/25	– Em Odivelas a população incendeia as cofragens de um edifício de 12 pisos/Lx. (CAP) – Luta contra a subaluga na R. D. João IV. Ordem de despejo/Prt. (CPRT)	– <i>Diário de Notícias</i> entrevista SEHU: Financiamentos. (DNOT, LB)	
74/11/26		– DL 663/74– Lei dos Contratos de Desenvolvimento da Habitação.	
74/11/30	– Manif. de mors. pelo direito à habitação, contra as subalugas. Concentração no Terreiro da Sé e invasão da C.M. Forçado o diálogo com a Comissão Administrativa: "casas decentes para o povo, creches para os filhos do povo e a abolição de todas as leis fascistas que protegem a exploração desenfreada das subalugas" Prt. (CPRT, FCOM, JN, LB, P, J, VPOV)		
74/12/00 durante o mês	– Comunicado à imprensa da Comissão Coordenadora do SAAL/N, no qual se pede enquadramento legal e financiamento /Prt. (LB)	– Texto do SAAL/N intitulado "Um problema de organização de moradores: cooperativas ou associações?". (LB)	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Bela Vista-D. João IV/Prt.; Cortegaça/Ovar; Portela – Ourela e Linda-a-Velha/Oeiras; Montevil e Quintinha da Liberdade – Alcaçer do Sal/Setúbal.
74/12/02	Primeiro Plenário das C. Mors. ligadas ao SAAL/N na ESBAP /Prt. (LB)		
74/12/05	– SAAL/N considera "impasse total" e pede autonomia face à DHN e ao FFH /Prt. (LB)		
74/12/07	– 3000 ocupantes de Chelas, Olivais-Sul, recusam-se, em plenário, a abandonar as casas sem garantias de alojamento condigno /Lx. (EXP) – Reunião de mors. no Bº. da Sé/Prt. (JN)		
74/12/09	– Luta dos mors. da Travessa de General Torres, n.º 530, Sta. Marinha, Gaia, contra a subaluga /Prt. (VER)		
74/12/10	– Reunião de mors. nos Bairros da Sé e da Lapa/Prt. (CPRT)		
74/12/13	– Plenário de mors. no Bº. do Lagarteiro. Presentes as C. mors. de S. Roque, Lagarteiro, D. Leonor, Fernão de Magalhães, S. João de Deus, Ameal, Pasteleira, Machado Vaz, Carriçal, Pinheiro Torres, Fonte da Moura e Cerco do Porto. Criação da Comissão Central /Prt. (VER)		
74/12/16	– Greve de trabalhadores de duas empresas de construção civil – Ansecal e Concital/ Setúbal. (MCC)	– Reunião da C. M. de Lisboa com a presença do SEHU, onde se afirma que 1000 senhorios poderão ser enviados a tribunal por desrespeito ao DL 475/74 /Lx. (CAP, CPRT, EXP)	
74/12/17		– Presidente da C. A. da Junta de Freguesia de Carnaxide diz existirem na freguesia entre seis a sete mil barracas distribuídas por 22 bairros de lata /Lx. (DNOT) – Posse do novo presidente do FFH, Tenente-coronel Eng. Baltasar António Morais Barroco. (SÉC) – O Secretário de Estado do Tesouro, Alves Conde, afirma que se inscreverão 5 milhões de contos para habitação social no Orçamento Geral do Estado, em conjugação com o Plano Económico-Social de Melo Antunes. (DNOT)	
74/12/18 a 74/12/22		– SAAL/N apresenta a primeira proposta de estatutos para Ass. Mors. /Prt. (LB)	
74/12/20	– Comunicado dos ocupantes do Bº. de Chelas /Lx. (CBT)	– DL 730/74– Cooperação Habitacional. – Reunião privada da C.A. da C.M. do Porto, na qual se decide a construção de 2 mil casas e se nomeiam os dois vice-presidentes da C.A. para trabalhar em ligação com o SAAL /Prt. (DLIS) – Reunião das Juntas de Freguesia de Lisboa. É exigida a redução para 30 dias do prazo de aluguer de casas devolutas, estipulado pelo DL 445/75 /Lx. (DNOT)	
74/12/21	– As equipas do SAAL tomam posição e pedem o fim dos entraves burocráticos à atribuição de verbas. (SFX)		
74/12/23		– DL 737-A/74– Cooperativas de Habitação Económica. – Portaria 759/74– Investimentos na Habitação de Renda Limitada.	
74/12/28		– Presidente da C.A. da C. M. do Porto anuncia inquérito aos rendimentos dos locatários do Bº. do Bom Pastor /Prt. (CAP)	
74/12/29		– Programa na RTP sobre o problema da habitação. (CPRT, LIB)	
74/12/31		– <i>Diário do Governo</i> publica Orçamento Geral do Estado: 5.3 milhões de contos para habitação e urbanismo. (LB) – Reunião de Brigadas de Lisboa e Grande Lisboa com a participação do FFH-SAAL. Normalização de elementos construtivos /Lx. (LB)	
75/01/00 durante o mês			– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Prelada, Parceria-Antunes, Massarelos, Póvoa, Vilar, Marinha-Espinho e Passal, S. Pedro da Cova/Prt.; Relvinha/Coimbra; Quinta Grande, S. Cornélio e D. Leonor/Lx; Casal dos Marcos e Fetais/Loures; Avieiros/V.F.de Xira; – Início da obra da Ass. Mors. 25 de Abril, Apeadeiro, Meia Praia /Algarve.

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/01/03	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. do Bairro Pelame e da Ass. Mors. do Bairro Esperança/Beja. (LB)		
75/01/04	– Primeira reunião da Inter-comissões de Mors. de Lisboa com a presença de 18 c. mors. /Lx. (FEA, MCC) – A situação piora na construção civil. Os operários da empresa Soares da Costa estão em greve. (SFX)	– Despacho do SEHU que determina a realização imediata de um inquérito ao FFH. Em causa a dotação de 2 700 000 contos de verbas orçamentais entre 1970 e 1974. (DNOT, REP, SÉC)	
75/01/07		– DL 6/75– Despejos e sublocação–Concelho do Porto e limitrofes. – Sessão de esclarecimento do MDP-CDE de Campo de Ourique. Nuno Portas está presente e sugere a criação de uma associação de sublocatários /Lx. (CAP)	
75/01/11	– Comunicado da C. Mors. de Cedofeita e da Sé do MDP-CDE, regozijando-se com as medidas previstas no DL 6/75 /Prt. (DLIS)	– Reunião das coordenações regionais do SAAL, no FFH: expropriações e financiamento /Lx. (LB)	
75/01/12		– <i>PS ameaça sair do Governo por discordância com a unidade sindical.</i> (MCC)	
75/01/13	– 200 Pedreiros ocupam o Grémio como medida de pressão para as suas reivindicações /Prt. (FEA, JN)	– Brigada de S.Vitor propõe princípios de funcionamento e de formação das Brigadas /Prt. (LB)	
75/01/17	– Conferência de imprensa da C. Mors. dos B. ^{os} camarários. Apresentadas reivindicações/Prt. (CPRT, JN)		
75/01/18		– Comunicado dos trabalhadores do FFH a apoiar a sindicância e a apontar irregularidades. (DPOP, REP)	
75/01/19	– Comunicado a convocar uma sessão de esclarecimento da "luta contra as subalugas, pelo direito à habitação", no Salão Paroquial de Massarelos, organizada pela C. Mors. de Massarelos e pelos mors. das casas subalugadas da R. D. João IV e da R. Alexandre Herculano/Prt.		
75/01/20		– O SEHU regressa de Nova Iorque, onde participou numa reunião preparatória da Conferência da ONU, em Vancouver, sobre estabelecimentos humanos. (CAP, DNOT, REP, SÉC)	
75/01/22	– <i>Boicote ao Congresso do CDS /Prt. (CFES)</i>	– Protocolo entre a C. M. do Porto e o FFH para aquisição de terrenos e infraestruturas /Prt. (LB)	
75/01/22 a 75/01/31		– Protocolo entre as C. Ms. de Gondomar, Matosinhos e Ovar; e o FFH para aquisição de terrenos e infraestruturas /Prt. (LB)	
75/01/24		– Reunião na C. M. do Porto com o SEHU, o Secretário de Estado da Administração Regional e Local, a DHN e o SAAL/N: financiamento e expropriações /Prt. (LB) – Posse do comissário para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo, Arq. Jorge Gigante /Prt. (CAP, CPRT) – Reunião do SEHU na C. M. de Matosinhos /Prt. (CPRT) – C. A. da C. M. do Porto aprova reivindicações dos mors. dos Bairros Camarários /Prt. (CAP)	
75/01/25	– Manif. de Mors. ligados ao SAAL/N, aproveitando a presença do SEHU no Porto /Prt. (LB) – Plenário geral de Mors. com a presença do SEHU, na ESBAF /Prt. (LB) – A C. Mors. do B. ^o das FONSECAS elabora projecto de intervenção da Inter-comissões /Lx. (LB) – Vai começar a auto-construção no B. ^o da Cruz de Pau/Prt. (CAP, CPRT)	– Em Oeiras o "combate" aos bairros de lata aguarda as expropriações/Lx. (CAP)	
75/01/27	– Reunião no B. ^o do Vilar. 118 famílias decididas a lutar por melhores condições de vida. Os mors. querem reconstruir em vez de demolir/Prt. (JN, REP)		
75/01/31	– Reunião da Comissão Coordenadora da Inter-comissões de Lisboa: definição do processo de luta e do caderno reivindicativo /Lx. (MCC, REV)		– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de Francos/Prt.; Apeadeiro – Meia Praia/Algarve.
75/02/00 durante o mês		– Início da coordenação entre as Brigadas do SAAL e a C. M. de Lisboa para a execução de obras provisórias nos bairros /Lx. (LB) – Colóquios sobre o tema: "Habitação e Urbanismo" no Instituto Superior Técnico /Lx.	
75/02/03	– Ocupação de 140 fogos em construção no B. ^o camarário da Cruz Vermelha, no Lumiar /Lx. (CPRT, ES, SFX)	– Primeira proposta de quadro orgânico para os serviços do SAAL/N: Proposta n.º.24-DHN/75. (LB) – Os fiscais dos Bairros Camarários solicitam audiência ao Presidente da C. A. da C. M. do Porto/Prt. (CPRT, JN)	
75/02/06		– No LNEC, realizou-se uma reunião técnica com a presença do SEHU e do SAAL/Centro e Sul/Lx. (LB)	
75/02/07	– Escritura de constituição das Ass. Mors. 25 de Abril e 1. ^o de Maio, da Meia Praia; e 28 de Setembro, de Lagos /Algarve.	– O Programa de Política Económica e Social, de Melo Antunes, omite o processo SAAL. (LB) – A Comissão Coordenadora do SAAL/N – Arq. Jorge Gigante, Arq. ^a Margarida Coelho e Arq. Manuel Teles – torna público que "o SAAL vai expropriar, por utilidade pública, os seguintes bairros: da Travessa das Antas, do Acácio, do Leal, de S. Vítor, da Rua Chaves de Oliveira e a ilha da Bela Vista, na Rua de D. João IV"; refere também a existência de entraves ao processo por parte de "determinados sectores da C. M. do Porto" /Prt. (CPRT, DPOP)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/02/08 a 75/02/09	– Ocupação organizada de 4 prédios – 32 fogos ao todo – do Ministério da Justiça, na Rua do Melo, pelos mors. da Rua da Bouça, Burgães, Peneda e Marques Marinho /Prt. (CAP, REV)		
75/02/08	– Assembleia de Mors. da Bouça. É abordado o problema da ocupação de casas devolutas há mais de 10 anos /Prt. (REV)		
75/02/13		– DL 56/75– Expropriações. Não corresponde às expectativas.	
75/02/15	– Reunião da Inter-comissões de Lisboa no Casal Ventoso. Bairros de Lata e Pobres de Lisboa elaboram caderno reivindicativo a apresentar ao Governo /Lx. (ES, LB)		
75/02/16	– Reunião de mors. na Fonte da Moura/Prt. (JN)		
75/02/17	– Reunião com as C. A. das Juntas de Freguesia no Teatro S. Luís. O Presidente da C. A. da C. M. de Lisboa propõe medidas contra os senhorios que não cumpriram o DL 445/75 /Lx. (CAP, CPRT) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 25 de Abril, Apeadeiro, Lagos/Algarve. (LB)	– Reunião com o SEHU no Governo Civil do Porto. Presentes os representantes dos municípios do distrito e os governadores civis do Porto e de Braga /Prt. (CAP)	
75/02/18	– Constituição de duas Ass. Mors.: B°. da Liberdade e B°. do Castelo Velho/ Setúb. (MCC) – Conflitos entre os trabalhadores e a Comissão Administrativa da C. M./ Setúb. (MCC) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. B.° da Liberdade/Setúb. (LB)	– Fim do prazo para declarar e arrendar as casas devolutas: DL 445/75. (LB, MCC) – A AIL critica a ineficácia da legislação sobre habitação/Lx. (CAP)	
75/02/19	– Manif. de apoio aos trabalhadores da C. M. /Setúb. (MCC) – Manif. de apoio à Comissão Administrativa da C. M./Setúb. (MCC) – Notícia do colóquio realizado no I.S.T. O Arq. Bruno Soares diz que o projecto SAAL corre o risco de ser ultrapassado, porque às brigadas foi dado um "falso poder" /Lx. (DLIS)	– Terceiro Projecto-Lei de financiamento SAAL, elaborado pelos serviços centrais. (LB)	
75/02/20		– V. Gonçalves discursa no Sabugo-RTP. – Entrevista com o SEHU: enquadramento institucional do SAAL e ataque ao oportunismo político e económico das ocupações. (CAP) – Apresentação pública do Plano de Actividades da C. M. de Lisboa para 1975/76 – 2 800 000 contos para habitação social /Lx. (DNOT, REP)	
75/02/21		– V. Gonçalves critica as ocupações. Originam desemprego na construção civil. (MCC) – Divulgação do Plano Melo Antunes: Programa de Política Económica e Social, que inclui política de habitação. (CFES, DRA, MCC)	
75/02/22	– Sessão de Esclarecimento sobre o SAAL, promovida pela 5ª. Divisão do EMGFA, no B°. Curreleira /Lx. (ES, LB) – Reunião de "emergência" da Comissão Provisória de Mors. da Zona Centro da Freguesia de Sto. Condestável, para tomar posição perante a destruição de prédios levada a cabo pelos seus proprietários /Lx. (REV)	– Reunião na SEHU com os responsáveis nacionais e regionais do SAAL, estando também presente a Comissão Dinamizadora da Habitação do MFA /Lx. (LB)	
75/02/23	– Reunião de c. mors. dos bairros de Lisboa no Teatro S. Luís Proposto o controlo popular das casas devolutas /Lx. (CAP, DLIS, DNOT) – A C. A. da C. M. do Porto satisfaz as reivindicações dos bairros camarários. Fim do regulamento ainda em vigor. Manif. de 1 de Março desconvocada /Prt. (CAP, DLIS, DNOT) – Ocupação de cerca de 20 casas na Rua Fonte da Luz, Rua Luís Cabral, Beco Central, Passeio Alegre, Monte da Luz, Monte Belo e S. Bartolomeu /Prt. (CAP, DLIS)	– Seminário SAAL na Casa da Cultura de Lagos. Presentes: SEHU, Serviços Centrais do SAAL e C. Ms. da região. Arranque do processo SAAL na cidade /Lagos. (DLIS, DPOP, LB)	
75/02/24	– Continuação da reunião de mors. do Teatro S. Luís /Lx. (CAP, DLIS, DNOT)	– Júlio Santos pede demissão do cargo de Presidente da Comissão Administrativa da C. M. /Setúb. (MCC) – A convite do SEHU, desloca-se a Lisboa o tunisino Abdel Kahfi, técnico da ONU e membro da comissão organizadora da Conferência de Vancouver, que intervém em sessão pública no Palácio Foz /Lx. (CAP, CPRT, SÉC, VM)	
75/02/25	– Reunião com os ocupantes da zona da Foz, promovida pela FEC (m-l), na sede da Junta de Freguesia /Prt. (CAP) – Comunicado dos ocupantes das casas do B°. da Cruz Vermelha /Lx. (CAP)	– Reunião sobre habitação social no Gabinete de Planeamento da Região Norte com as C. Mors. de Matosinhos, Maia, Gondomar e Gaia e com os directores da Circunscrição de Urbanização /Prt. (CPRT, JCOM)	
75/02/26		– Comunicado e tomada de posição das BAL acerca do processo SAAL e do plano de investimentos da C. M. de Lisboa /Lx. (DLIS)	
75/02/28	– LUAR ocupa Palacete para Clínica Popular /Cova da Piedade. (CAP, MCC) – 43 famílias constroem já as suas casas no processo SAAL da Meia-Praia /Lagos. (JCOM) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. do B.° da Liberdade/Setúb. (LB)		
75/03/00 durante o mês	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 11 de Março, Praia da Luz/Algarve. (LB)	– Sessões Públicas da C. M. de Lisboa para aprovação das áreas de intervenção /Lx. (LB)	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Boavista/Prt.; Conchada/Coimbra; Azinhagas/Loures. – Início da obra da Ass. Mors. 1º. de Maio, Duna – Meia Praia /Algarve.

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/03/01	– Reunião de mors. em Campo/Valongo. (JN) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Grito do Povo, Forte Velho/Setúb. (LB)		
75/03/03	– Ocupação de moradia para Centro Popular /Barreiro. (CAP, MCC)		
75/03/04	– Comunicado da Comissão de Trabalhadores do FFH, a exigir saneamentos e suspensões nas chefias. Referências ao SAAL. (DPOP, SÉC)		
75/03/05	– Primeira Assembleia Geral do Concelho de Setúbal. Plano de uso de casas vagas e condenação das ocupações desorganizadas /Setúb. (MCC)	– Encontro de trabalho na SEHU sobre política de solos, entre elementos do SAAL e o sociólogo francês Christian Topalov /Lx. (LB)	
75/03/07 a 75/03/14	– <i>Comício do PPD e contra-manif. Polícia mata um contra-manifestante /Setúb.</i> (MCC) – Ocupação do Hotel Muxito por elementos de diversos partidos e pela C. Mors. /Seixal (MCC) – Vários partidos ocupam prédios para sede: PRP-BR, PCP, MDM, FEC, e Centro Cultural /Setúb. (MCC) – Palacete na Graça ocupado por 9 famílias/Lx. (CAP)		
75/03/07	– Ocupação de centenas de casas em Setúbal /Setúb. (REV)		
75/03/09	– Primeira reunião conjunta das c. mors. dos arredores de Lisboa e de Setúbal. (LB, MCC) – Ocupação de casa para Comuna Popular /Aveiras de Cima. (MCC)		
75/03/11	– <i>Golpe Contra-Revolucionário.</i>	– SAAL/N faz o levantamento de impasses e apresenta memorando de actividades desenvolvidas. (LB) – O Boletim Informativo das F. A. divulga em editorial um texto com o título "Resolver a contradição cidade-campo". (DRA)	
75/03/13	– Escritura de constituição da Ass. Mors. Boa Hora, de Portimão /Algarve.		
75/03/14	– Comunicado dos trabalhadores do FFH à população. (LB)	– <i>Institucionalização do MFA. Criação do Conselho da Revolução e da Assembleia do MFA.</i> (CFES, DRA, MCC) – DL 5/75– <i>Extinção da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado. Criação do Conselho da Revolução.</i>	
75/03/15	– <i>Manif. de apoio ao MFA em Belém /Lx.</i> (DRA)		
75/03/17	– A Assembleia de Mors. de Massarelos decide a ocupação do edifício dos armazéns frigoríficos, de autoria de Janeiro Godinho, pertencente ao grupo Champalimaud /Prt. (JN)	– <i>Posse do Conselho da Revolução.</i> (CFES)	
75/03/18	– Plenário do SAAL/N na ESBAP com 29 c. mors., com 23 brigadas técnicas, e com a Comissão Coordenadora do SAAL/N. Situação de impasse/Prt. (JN, LB)		
75/03/20		– Sessão pública da C. M. de Lisboa, para definir limites de intervenção e aprovar classificações de utilidade pública de oito zonas de intervenção SAAL: Casal dos Machados e Quinta do Roxo; Quinta das Fonsecas, Covas e Azinhaga da Torrinhã; Curraleira; Quinta do Alto, Picadeiro, Cabanas e Pátio do Galego; Quinta D. Leonor; Alto da Eira e Vale Escuro; Quinta do Bacalhau e Monte Coxo; e Alto dos Moinhos/Lx. (CAP, DNOT, JCOM, SÉC, VM)	
75/03/21	– Reunião nos Paços do Concelho, promovida pela 5ª Divisão, sobre a vaga de ocupações dos últimos dias /Setúb. (FEA, MCC)		
75/03/23	– Ocupação de casa para instalação de uma Cooperativa Operária para ex-reclusos em Fernão Ferro /Sesimbra. (DRA) – Ocupação de um edifício pertencente à ex-Legião Portuguesa, em Coimbrões/Gaia. (CPRT, JN)		
75/03/24		– <i>Conselho da Revolução expulsa das F.A. Spínola e outros militares implicados no 11 de Março.</i> (DRA)	
75/03/25	– Ocupação das torres da Caixa Nacional de Pensões, na Pasteleira, Porto. Os ocupantes vieram das ilhas e da periferia. As casas já estavam atribuídas a beneficiários /Prt. (CPRT, DLIS, JN)	– DL 155/75 – Suspende algumas acções de despejo.	
75/03/26	– Comunicado do SAAL/N, aprovado no Plenário de 18 de Março /Prt. (DPOP) – Um contingente da Polícia Militar desocupa pacificamente as casas recém-ocupadas das torres da Pasteleira /Prt. (JN)	– <i>4º Governo Provisório</i> <i>V. Gonçalves-1º Min./Arnão Metelo-MAI</i> <i>J. Aug. Fernandes-MESA/Eduardo Pereira-SEHU</i> – Exoneração de Nuno Portas.	
75/03/28	– Os mors. de Massarelos ocupam o edifício dos armazéns frigoríficos, de autoria de Janeiro Godinho, que, entretanto, estava em processo de degradação por ter vindo a servir como armazém de cimento da Empresa de Cimentos de Leiria /Prt. (JN) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. do Bairro da Relvinha/Coimbra. (LB)		
75/03/29	– Grupo de jovens ocupa residência paroquial desabitada em Fânzeres, Gondomar /Prt. (JN) – O Partido de Unidade Popular, PUP, ocupa uma casa em Gaia para aí instalar a sua sede /Prt. (JN) – O nº. 601 da Rua de Cedofeita, no Porto, é ocupado pela Comissão de Freguesia da FEC (m-l) /Prt. (JN) – O nº. 222 da Av. de Camilo, no Porto, é ocupado pela BASE-FUT /Prt. (JN)		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/03/31	<p>– Incêndio destrói dezenas de barracas no Bº. da Quinta da Curraleira e da Quinta da Argolinha. 300 pessoas desalojadas /Lx. (CAP, DLIS, JN, SI, VM)</p> <p>– Elementos do MRPP incitam mors. da Curraleira a ocupar casas no Bº. do Alto do Pina, sobrepondo-se "violentamente" à C. Mors. local /Lx. (AV)</p> <p>– Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Francos/Prt. (LB)</p>		
75/04/00 durante o mês	– Ocupações durante todo o mês /Setúb. (MCC)	– Presidente da Comissão Administrativa da C. M. de Lisboa aprova proposta de regulamento de direito de superfície, nos terrenos a intervir /Lx. (LB)	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Arrábida, Bouça, Contumil e S. Roque/Prt.; Pinheirinhos/Setúb.; Duna, Meia Praia-Lagos/Algarve.
75/04/01		<p>– O Brigadeiro Corvacho é nomeado Comandante da Região Militar Norte /Prt. (DRA)</p> <p>– Segunda reunião nos Paços do Concelho sobre o problema da habitação. Presente o Arq. Manuel Salgado que apresentou o resultado das diligências junto da SEHU, da Comissão Coordenadora do SAAL e do FFH /Setúb. (DNOT)</p> <p>– C. M. de Oeiras define critérios para ocupações/Lx. (CAP)</p>	– Início das obras nos bairros de: Ass. Mors. Grito do Povo, Forte Velho /Setúb.; Gancho/Évora; Ass. Mors. 28 de Setembro, em Lagos; 11 de Março, na Praia da Luz; e Boa Hora, em Portimão /Algarve.
75/04/02	– População ocupa prédio em Taveiro para equipamento social/Coimbra. (JN)		
75/04/03	– Reunião na ESBAP, entre os trabalhadores do SAAL/N, as brigadas técnicas e as c. mors. Um dos pontos fundamentais diz respeito à intransigência da C. M. do Porto em aceitar as propostas do SAAL que, nalguns casos, se sobrepõem aos planos já existentes — rede viária, estacionamento e ampliação dos Bairros Camarários /Prt. (JN)		
75/04/04	<p>– Nova vaga de ocupações: Palacete no Campo de Santana, para o Infantário Ribeiro Santos; o nº. 7 da Av. Da República, para o PRT; o nº. 32 da R. Conde Redondo, para a Liga para a Reconstrução do Partido Revolucionário; e o nº 337 da Rua de S. Bento para o Sindicato do Serviço Doméstico. (CAP, REP)</p> <p>– Ocupação das quintas das Conchas e dos Lilazes, pelos mors. da Musgueira, para zona verde de lazer — Parque Popular 25 de Abril /Lx. (VM)</p>		
75/04/05	<p>– Plenário do SAAL/N no Palácio de Cristal com 32 c. mors., trabalhadores e brigadas técnicas, seguido de manif. até ao Quartel General. Entre outras coisas exige-se a nacionalização e gestão popular dos solos urbanos, o saneamento da C. A. da C.M. e a autonomia do SAAL/Prt. (CAP, JN, LB, REP)</p> <p>– FEC-ML ocupa edifício para sede em Vila Real/V.Real (JN)</p>		
75/04/06	<p>– Cerca de 30 famílias da Curraleira, vítimas do incêndio, ocupam casas na Rua de Entrecampos /Lx. (ES)</p> <p>– No Cacém é ocupada uma garagem para sede da Ass. Mors./Lx. (ES)</p>		
75/04/07	<p>– A Inter-comissões de Lisboa entrega ao Governo um caderno reivindicativo, dando um prazo de 20 dias para resposta. Recusa liminar da auto-construção no SAAL/Lx. (DLIS, DNOT, FEA, MCC)</p> <p>– Conferência de Imprensa das c. de mors. dos Bairros da Cidade e da Comissão Coordenadora do SAAL/N. Referências a conflitos com a DHN e com o FFH, e a uma possível ocupação das instalações do FFH /Prt. (CPRT, JN)</p> <p>– Os trabalhadores da DHN-FFH, em comunicado, repudiam firmemente as atitudes assumidas pela Coordenadora do SAAL/N e afirmam a defesa das suas instalações. Referem ainda que "sempre apoiaram intransigentemente toda e qualquer via que vise solucionar o problema da habitação" /Prt. (JN)</p>		
75/04/08	<p>– Mors. e trabalhadores do SAAL/N vão a Lisboa entregar o seu caderno reivindicativo ao Conselho da Revolução, ao SEHU, ao FFH, à Coordenação Central do SAAL e à Comissão de Trabalhadores do FFH /Lx. (CAP, LB)</p> <p>– Ocupação de oito casas na R. António José d'Almeida, por mors. do Bº. da Conchada /Coimbra. (DNOT)</p> <p>– Ocupação de um prédio na Pça. das Flores para sede de Ass. Mors. das Antas /Prt. (DNOT, JN)</p> <p>– População da Buraca ocupa prédio para posto médico/Lx. (JN)</p> <p>– Trabalhadores do Comércio ocupam hotel no Rossio/Lx. (CAP)</p>		
75/04/09	<p>– Ocupação da Quinta da Viscondessa de Lobão, na Av. da Boavista, por trabalhadores do Ministério dos Assuntos Sociais e do MESA /Prt. (DLIS)</p> <p>– Escritura de constituição da Ass. Mors. 11 de Março, da Praia da Luz /Algarve.</p> <p>– Reacção dos trabalhadores da delegação do norte da Empresa de Cimentos de Leiria à ocupação do Armazém de Massarelos e das suas instalações desportivas pela C. Mors. de Massarelos, considerando-a ilegal e injustificada. A C. Mors. responde apelando à união dos trabalhadores /Prt. (JN)</p>	– Conselho de Ministros restrito analisa penalização das ocupações de casas. (DNOT, JN)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/04/10		<ul style="list-style-type: none"> – Despachos da SEHU para DUP as primeiras operações do SAAL/N. Nos dias posteriores foram publicadas em <i>Diário do Governo</i> 2ª.Série /Prt. (LB) – A C. A. da C. M. do Porto decide, em sessão extraordinária, investir 130 000 contos na construção de fogos nos Bairros Camarários de S. João de Deus, 32, Contumil, 64, Lordelo do Ouro, 168, e Lagarteiro, 192 /Prt. (JN) – C. M. de Lisboa requisita casas devolutas para sinistrados da Curraleira /Lx. (CAP, DLIS) 	
75/04/11	<ul style="list-style-type: none"> – Plenário de emergência na ESBAP com a presença do SEHU e do MESA, que posteriormente se prolonga em reunião de trabalho nas instalações do SAAL/N. O MESA manifesta-se entusiasmado com o SAAL/N, "pelo trabalho 'sui generis' que se está a desenvolver" e assegura 90 contos por fogo, 97 mil contos para o Barredo e maior autonomia para o seu comissário /Prt. (DNOT, JN, LB[?]) 	<ul style="list-style-type: none"> – <i>É assinado o Primeiro Pacto MFA-Partidos. Subscvem o CDS, FSP, MDP, PCP, PPD, PS.</i> (CFES, DRA, MCC) – Visita de trabalho do MESA e do SEHU ao Porto. O Ministro fala em "nacionalização" dos solos urbanos /Prt. (CPRT, DNOT, SÉC) – Reunião do Conselho da Revolução para apreciação do novo diploma relativo à ocupação de casas. (DNOT) 	<ul style="list-style-type: none"> – Início da obra da Ass. Mors. 11 de Março de Alfovelos/Oeiras.
75/04/12	<ul style="list-style-type: none"> – Tentativa de ocupação de um palacete junto ao Bº. da Boavista em Pina Manique, prontamente controlada pelo COPCON, uma vez que o edifício não se encontrava desocupado. /Lx. (JN) – Ocupação dos 16 fogos do Bº. Municipal da Cova do Ouro, em Aveiro, por mors. de casas degradadas/Aveiro. (JN, REP) – Ocupação de uma das torres do Bº. do Aleixo por 64 famílias de mors. da área degradada do Barredo /Prt. (JN) 		
75/04/14	<ul style="list-style-type: none"> – A LUAR ocupa uma quinta no Parque de Monsanto/Lx. (JN) 	<ul style="list-style-type: none"> – DL 198-A/75 – Legalização das ocupações de casas. 	
75/04/15	<ul style="list-style-type: none"> – A Inter-comissões dos concelhos de Loures, Oeiras, Sintra e V. F. de Xira entrega ao representante do Primeiro Ministro um caderno reivindicativo /Lx. (CAP, DNOT, DPOP, FEA, JCOM, LB, MCC) – A Assembleia da população do 2º. Bairro de Lisboa – freguesias de Santos, Lapa, Stª. Isabel, Stº. Condestável, Prazeres, Alcântara, Ajuda, Belém, S. Francisco Xavier, as C. de trabalhadores e de mors. da área, além do PCP, MDP/CDE, FSP, MJT, UEC e de dezenas de colectividades – pede a confiscação das casas destruídas pelos senhorios /Lx. (JN) – Mors. da Quinta da Corvina, na Trafaria, ocuparam uma vacaria e várias instalações pecuárias, para habitação /Lx. (JN) 		
75/04/16	<ul style="list-style-type: none"> – A LUAR ocupa um edifício para infantário comunal em Vila Viçosa/V. Viçosa. (JN) 		
75/04/17		<ul style="list-style-type: none"> – O SAAL/N apresenta a terceira proposta de reestruturação de serviços, tendente a uma maior autonomia /Prt. (LB) – Reunião da C. M. de Lisboa no Teatro S. Luís para aprovação dos planos das BAL e de seis propostas de expropriação, por utilidade pública: Vale de Alcântara, Casal Ventoso, Tarujo, Bº. da Liberdade, Quinta Grande, Quinta das Fonseca e S. José-Alvalade /Lx. (DPOP, JCOM, JNOV, SÉC) 	
75/04/18	<ul style="list-style-type: none"> – O Capitão Alfredo Assunção, do RC 6, em conjunto com o Comissariado para a Ribeira-Barredo, decide o direito à permanência, na torre do Bº. do Aleixo, de 38 das 64 famílias que a tinham ocupado uma semana atrás /Prt. (JN) – Os mors. de Vila Verde, Valbom, em Gondomar, efectuam, em auto-construção, o abastecimento domiciliário de água, acabando com a utilização de água em más condições de salubridade /Prt. (JN) – A ALL reafirma o seu apoio às ocupações/Lx. (CAP) 		
75/04/19	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Realiza-se o Congresso dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, com representantes de 165 Empresas e de 26 Unidades Militares</i> /Lx. (CFES, FEA) – Plenário de mors. na Escola Preparatória Manuel da Maia, convocado pela ALL, e pelas C. Mors. de Sto. Condestável e Alto de Sto. Amaro. Repúdio do DL 198-A/75. É mobilizada uma manif. de mors. /Lx. (CAP, DPOP, JN, SÉC) – Ocupação de casa – Vivenda Oliveira – para escola e creche, em Cabeço de Montachique /Lx. (DPOP) 		
75/04/22	<ul style="list-style-type: none"> – Manif. de mors. contra o DL 198-A/75, que regulamenta a legitimidade das ocupações /Lx. (DLIS, DPOP, FEA, LB[?], JN, MCC, REP) – Artigo que considera o SAAL uma "mezinha dos burgueses" /Prt. (VPOV) – Comunicado do PRP-BR de repúdio ao decreto da habitação. (DPOP) 	<ul style="list-style-type: none"> – Reunião de trabalho entre o SEHU e o SAAL/N, que se concretizou na reformulação das ligações institucionais do SAAL/N, nomeadamente com o FFH e com a DHN /Lx. (LB) – Despacho da SEHU para regulamentação do financiamento das operações SAAL. (LB) 	
75/04/23	<ul style="list-style-type: none"> – Ocupação da Herdade da Torre Bela, na Azambuja para instalação de uma Cooperativa. (DRA, FEA, MCC) 		
75/04/24	<ul style="list-style-type: none"> – Os inquilinos a quem tinham sido atribuídas as casas das torres da Caixa Nacional de Pensões, na Pasteleira, exigem que os ocupantes ilegais saiam, antes que termine o prazo – 14 de Maio – para a legitimação das ocupações "de facto" previstas no DL 198-A/75 /Prt. (JN) 	<ul style="list-style-type: none"> – A SEHU informa o SAAL/N que está em preparação um Diploma sobre expropriações. (LB) 	
75/04/25		<ul style="list-style-type: none"> – <i>Eleições para a Assembleia Constituinte.</i> – A C. M. de Portimão assina contratos de construção de blocos de habitação social. Cita-se ainda o exemplo do "Bairro SAAL em início na zona de 'Coca Maravilhas' e os blocos [...] junto do Pontal" /Portimão. (DNOT) – Artigo sobre o SAAL/N onde se afirma que "até ao fim do ano deverão estar concluídas 1400 habitações" e onde se fala dos ensinamentos do processo /Prt. (EXP) 	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/04/26	– Ocupação da "Casa dos Ingleses" pelos mors. da freguesia da Vitória, para a Comuna Popular 25 de Abril de 1975 /Prt. (REP)		
75/04/29	– Reunião nacional de Brigadas do SAAL. Proposta de realização de um Seminário /Lx. (LB) – Ocupação de um prédio no Dafundo para instalação de uma creche/Lx. (JN)	– Portaria da SEHU que concede os primeiros subsídios a fundo perdido para operações do SAAL/N. (LB) – Conselho restrito de Ministros reúne para apreciar projecto de DL sobre regime especial de expropriações a aplicar a zonas degradadas. (SÉC)	
75/04/30		– Despacho do MESA que cria uma "comissão central de carácter político para elaboração de legislação sobre o problema da habitação". – O SAAL/N emite a Circular n.º.7 sobre Organização de Mors. /Prt. (LB) – Na reunião intercâmaras do distrito o presidente da C. M. de Coimbra diz ser necessário construir um milhar de fogos para os "municípios mais carecidos" /Coimbra. (SÉC)	
75/05/00 durante o mês	– Primeiro plenário de brigadas SAAL de Lisboa /Lx. (LB) – Greve dos trabalhadores da C. M. do Porto /Prt. (LB, MCC, CMUP)	– MESA na RTP, no fim do mês, anuncia o Programa de Política Habitacional da SEHU-MESA.	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: S. Roque da Lameira e Heroísmo/Prt., Cerca do Cemitério, Duna – Meia Praia e Praia da Luz – Lagos/Algarve. – Início das obras de: Ass. Mors. do B.º do Pelame e Ass. Mors. do B.º Esperança/Beja.
75/05/01		– Artigo de Nuno Portas sobre política de solo urbano e sobre a necessidade de planeamento. (VM)	
75/05/03		– 4º Governo provisório elabora Programa de Política Habitacional. (MCC) – Publicação de Portaria que concede subsídios não reembolsáveis no <i>Diário do Governo</i> – 2ª. Série.	
75/05/04	– Tem início a greve dos trabalhadores da C. M. do Porto/Prt.(CMUP)		
75/05/05	– Os mors. da Intercomissões de Lisboa voltam a S. Bento para saber da resposta ao seu caderno reivindicativo, não sendo bem sucedidos /Lx. (VM)		
75/05/07	– O lixo começa a amontoar-se nas ruas do Porto/Prt. (CMUP) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Zona da Lapa/Prt. (LB)		
75/05/08	– Na Marinha Grande forma-se o Secretariado dos Conselhos Revolucionários dos Trabalhadores. (CMUP)		
75/05/10	– A Inter-comissões de Mors. dos B.ºs de Barracas dos Arredores de Lisboa elabora uma Proposta de Objectivos e Organização /Lx. (LB) – A Escola Preparatória D. Afonso V organiza "Fim de Semana Cultural" para os mors. de S. Pedro da Cova /Prt. (JN)		
75/05/11	– Fundação da Ass. Mors. 25 de Abril, que representa os mors. de nove bairros pobres de Linda-a-Velha /Lx. (PPOP)		
75/05/12	– Convocação da manif. de mors. para o dia 17. Reafirmação da agenda reivindicativa: nacionalização dos solos urbanos; saída de legislação sobre as subalugas; saneamento da C. A. da C. M. do Porto; controlo da C. M. do Porto pelas Ass. e C. Mors.; autonomia do SAAL em relação ao FFH /Prt. (JN)	– Discussão no SAAL/N de textos sobre problemas de construção no processo SAAL /Prt. (LB)	
75/05/13	– Manif. contra subalugas /Prt.		
75/05/14	– Plenário de trabalhadores da C.M. do Porto, realizado nas Oficinas Gerais do Carvalhido, decide por maioria a suspensão da greve /Prt. (CMUP, JN) – Delegados das C. Mors. do Norte apresentaram-se no Quartel General para protestar contra o saneamento de oito trabalhadores progressistas da C. M. do Porto, decidido no Plenário. Dois desses trabalhadores pertenciam à Comissão de Coordenação Câmara-SAAL – o A Manuel Teles e o Eng.º Augusto Quintela /Prt. (JN) – Comunicado do MDP sobre a greve dos trabalhadores da C. M. do Porto, com referências ao SAAL /Prt. (LB) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de S. Vitor/Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Boa Esperança, Conchada/Coimbra. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 1.º de Maio, Duna, Lagos/Algarve. (LB)		
75/05/15	– Comunicado da LCI com referências ao SAAL /Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 28 de Setembro, Cerca do Cemitério, Lagos/Algarve. (LB)	– Conhecimento, por parte do SAAL/N, do Despacho do MESA de 30/4.	
75/05/16		– DL 232/75– Subalugas. Aplicável na Área Metropolitana do Porto.	
75/05/16 a 75/05/24	– Plenário de brigadas de Lisboa. Discussão da transferência de competências da EPUL para a C. M. de Lisboa /Lx. (LB)		
75/05/17	– Manif. de mors. ligados ao SAAL/N, que contou com a presença de dezenas de milhares de pessoas: revogação do DL 198-A/75 e autonomia do SAAL em relação ao FFH/Prt. (CAP, CFES, CMUP, ES, FEA, JN, LB, MCC, VPOV) – Manif. de mors. pelo direito à habitação e pela revogação	– Comunicado do MRPP sobre a manif. com referências ao SAAL /Prt. (LB, JN)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
	do DL 198-A/75 /Lx. (CAP, CFES, FEA, JNOV, LB, MCC, REV) – Reunião de c. mors. convocada por 9 Bairros /Setúb. (MCC)		
75/05/18	– Primeira reunião da Inter-comissões de Mors. de Matosinhos. Elaboração de um caderno reivindicativo /Prt. (LB)		
75/05/19		– <i>Caso República. Os ministros do PS abandonam o Governo.</i> (CFES, DRA, FEA, MCC)	
75/05/20		– O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, em visita à República Federal Alemã, garante um apoio significativo para o programa habitacional, por parte do seu homólogo Hans Dietrich-Gensher. (JN) – Reunião Inter-Câmaras do Distrito de Lisboa. É pedida a nacionalização do solo urbano /Lx. (CMUP, MCC)	
75/05/22	– Ocupação das instalações das Minas de S. Pedro da Cova por mors. da freguesia e por antigos mineiros, que formam o Centro Revolucionário Mineiro /Prt. (CAP, CPRT, FEA[?], LB, JN, MCC, REV[?]) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. do Bairro da Maceda/Prt. (LB)		
75/05/24 a 75/05/26	– Seminário do SAAL. Organizado pelos Serviços Centrais e realizado na ESBAP /Prt. (JN, LB)		
75/05/24	– Movimento popular de ocupações de casas, principalmente em Lisboa e no Porto. (VPOV)	– O MESA na RTP anuncia o Programa de Política Habitacional da SEHU-MESA: "o SAAL tem condições de facto de muito interesse".	
75/05/25		– Depois de uma reunião conjunta da C. A. da C. M. de Lisboa com a Comissão de Habitação do Secretariado das Juntas de Freguesia, com a 5ª. Divisão do EMGFA, com a PSP e com a Polícia Municipal, foi decidido requisitar todos os fogos vagos, para posterior redistribuição, numa tentativa de conter o surto de ocupações de casas /Lx. (JN)	
75/05/26		– O SAAL/N propõe um Projecto Lei de regulamentação das Ass. Mors. /Prt. (LB) – Debate sobre construção civil, no LNEC, dirigido pelo SEHU e pelo SEOP, Tenente Coronel de Engenharia Amadeu Garcia dos Santos /Lx. (DNOT)	
75/05/27	– Aprovação pela Comissão Central dos Bairros Camarários dos estatutos do gabinete de ligação entre os mors. e a C.M./Prt.	– Reunião da C. M. de Setúbal para balanço do problema da habitação. Referências ao SAAL /Setúb. (MCC)	
75/05/28	– Escritura de constituição da Ass. Mors. Povo Unido, de Monte Gordo /Algarve. – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. das Antas/Prt. (LB)	– Posse da Comissão Administrativa Militar da C. M. do Porto /Prt. (CMUP, LB, MCC)	
75/05/30	– Reunião de inquilinos dos Bairros da Azeda, S. Gabriel e Amoreiras. Início da Luta dos 500\$/assoalhada /Setúb. (MCC) – Em Silves, as populações organizam-se em c. mors. e anseiam pelo início do processo SAAL /Silves. (SÉC)	– <i>Os ministros do PS retomam a actividade no Governo depois de negociações com o Conselho da Revolução.</i> (DRA)	
75/05/31	– A C. M. do Porto, através da ordem de serviço nº. 125/75, reconhece as c. mors. como órgãos de colaboração e de participação nas decisões /Prt. (CMUP, MCC)		
75/06/00 durante o mês	– Segundo Plenário das brigadas SAAL de Lisboa para aprovação dos estatutos de funcionamento /Lx. (LB)	– Matriz das fases do processo técnico do SAAL/N /Prt. (LB) – SAAL/N elabora memorando dos problemas do processo SAAL e entrega ao SEHU /Prt. (LB)	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: 5ª. da Hora, Carcavelos e S. Mamede-Matosinhos/Prt. – Início das obras de: Ass. Mors. do Bairro da Relvinha/Coimbra; Ass. Mors. do Bairro da Liberdade/Setúb.
75/06/01	– Plenário com cerca de 3000 pessoas em S. Pedro da Cova decide acabar com o pagamento de rendas à mina e utilizar essas rendas para benefícios dos bairros. Ratificação da criação do Centro Revolucionário Mineiro e do Centro de Cultura Popular /Prt. (CPRT, JN)	– Ofício de SEHU para o SAAL/N com várias autorizações, desratizações, fundo de maneo, etc. /Prt. (LB)	
75/06/02		– <i>Sessão de abertura da Assembleia Constituinte.</i>	
75/06/03	– Discussão no SAAL/N de um texto intitulado "Nova fase: construção" /Prt. (LB) – Denúncia da criação de c. mors. "fantoques". (VPOV)	– DL 273-C/75 – Expropriação de terrenos em zonas degradadas. – Data do despacho de tomada de posse de vários Bairros, que irão ser publicadas em <i>Diário do Governo</i> entre 12 e 27/6/75: Lapa, S. Vitor, Chaves de Oliveira, Poço de Baixo, Antas, Cruz de Pau, Leal e Acácio /Prt.	
75/06/04		– <i>Costa Gomes em França.</i> – <i>Pinheiro de Azevedo é Presidente da República interino.</i>	
75/06/05	– Reunião de mors. do SAAL/N na ESBAP. Regulamentação das ass. mors. e balanço da reunião da Comissão Coordenadora do SAAL com a nova C. A. Militar da C. M. do Porto /Prt. (DPOP)		
75/06/06	– Sobrelotação de pessoas na Caixa Geral de Depósitos de Setúbal para depositar as rendas decididas em plenário de inquilinos /Setúb. (CAP) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Póvoa/Prt. (LB)		
75/06/08	– Plenário da Inter-comissões de Mors. e de Trabalhadores de Matosinhos. Propõe-se o saneamento da C. M. /Prt. (LB)		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
	<p>– Notícia de uma reunião entre a C. A. da C. M. de Matosinhos e as c. mors., anterior ao Plenário da Inter /Prt. (JN)</p> <p>– A Junta de Freguesia de Cedofeita e os técnicos do SAAL unem esforços para inventariar e solucionar o problema da sublocação na freguesia /Prt. (JN)</p>		
75/06/09	– Nova afluência de inquilinos depositantes na Caixa Geral de Depósitos de Setúbal /Setúb. (CAP)	– O SAAL/N apresenta a segunda proposta de estatutos para ass. mors. /Prt. (LB)	
75/06/13	– Escritura de constituição da Ass. Mors. 1º. de Maio, de Tavira /Algarve.		
75/06/14	<p>– <i>Desvio de armas em Santa Margarida provoca operações STOP em todo o país.</i> (CFES, FEA)</p> <p>– Reunião das C. Mors. dos Bairros de renda económica da Caixa Nacional de Pensões: Barreiro, Moita, Laranjeiro, Alcochete, Montijo e Setúbal /Setúb. (MCC)</p>		
75/06/17	<p>– <i>Manif. dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores.</i> (CFES, FEA)</p> <p>– Comissão Coordenadora das Associações de Mors. ligadas ao SAAL/N apresenta duas propostas de coordenação com a C. M., que serão as bases da criação do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto /Prt. (LB)</p>	– SAAL/N emite Comunicado nº. 14, acerca de facturas de honorários das brigadas /Prt. (LB)	
75/06/18	– Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. do Bairro do Vilar/Prt. (LB)	– A C. A. Militar da C. M. do Porto propõe a realização de reuniões semanais com as ass. mors., as ass. mors. dos Bairros Camarários, Juntas de Freguesia e trabalhadores da C. M./Prt. (CMUP)	
75/06/19	<p>– Formação da C. Mors. da Quinta do Anjo /Setúb. (MCC)</p> <p>– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Força do Povo, 5ª. António, e da Ass. Mors. Democrática 25 de Abril, Torre, Loures/Lx. (LB)</p>	<p>– <i>O Conselho da Revolução aprova o Plano de Acção Política do MFA, de tendência meloantunista, mas que deixa algum campo aberto às organizações de base.</i> (CFES, FEA, MCC)</p> <p>– Realiza-se a primeira sessão pública da C. A. Militar da C. M. do Porto. Cinco chefes de serviço são suspensos durante 60 dias/Prt. (CMUP, JN)</p>	
75/06/20	<p>– Reunião do Conselho de Mors. /Setúb. (MCC)</p> <p>– Comunicado do secretariado das Comissões Revolucionárias Autónomas de Mors. e Ocupantes – CRAMO – de Lisboa e Arredores, no qual se acentua o carácter de autonomia e apertidarismo do movimento /Lx. (REV)</p> <p>– Reunião da C. A. Militar da C. M. do Porto, com a presença de representantes das c. mors., dos bairros camarários e das Juntas de Freguesia, que aprova moção de repúdio ao congresso das autarquias locais. Na mesma reunião, a comissão coordenadora das c. e ass. de mors. do SAAL/N propõe a criação de um Conselho Revolucionário de Mors. do Porto /Prt. (CAP, CMUP)</p> <p>– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Pescadores Avieiros de V. F. de Xira/Lx. (LB)</p>		
75/06/23	<p>– A empresa Xavier de Lima entra em auto-gestão /Setúb. (MCC)</p> <p>– Reunião da C. Mors. da Zona do Regimento de Engenharia I. Eleição do secretariado provisório para a primeira Assembleia Popular /Lx. (MCC)</p> <p>– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 11 de Março de Alfornelos, Oeiras/Lx. (LB)</p>	– <i>Otelo é nomeado Comandante do COPCON.</i> (DRA)	
75/06/24		<p>– <i>Ramiro Correia toma posse como chefe da 5ª. Divisão do EMGFA.</i> (DRA)</p> <p>– A Assessoria Jurídica do SAAL/N elabora proposta de plano de actividades /Prt. (LB)</p>	
75/06/25	– Comissão Coordenadora do SAAL/N propõe estrutura de articulação entre a C.M. do Porto e o Conselho Revolucionário de Mors. do Porto/Prt.		
75/06/26	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Bairro da Pedra Furada, V.F. de Xira/Lx. (LB)		
75/06/27	– Decide-se a constituição de uma comissão consultiva, que enquadre a participação das populações nas decisões municipais/Prt. (CMUP)		
75/06/28	<p>– Primeiro Plenário Distrital da limitação das rendas de casa – 500\$/assalhada /Setúb. (MCC, REV)</p> <p>– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 1 de Maio, Monchique/Algarve. (LB)</p> <p>– Definição do carácter apertidário e da autonomia da Inter-comissões de Lisboa /Lx. (FEA, LB, MCC)</p>		
75/06/29	– Realização da primeira Assembleia Popular na Pontinha /Lx. (FEA, MCC)	– <i>88 Pides fogem de Alcoentre.</i> (DRA)	
75/06/30	– Escritura de constituição da Ass. Mors. Unidade, de Burgau /Algarve.	<p>– Reunião no Porto para contratação de pessoal e financiamentos vários. Presentes, SEHU, SAAL/N e Comissão Directiva Militar do FFH. /Prt. (LB)</p> <p>– Proposta conjunta SAAL/N, Comissário para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo, e Comissão Administrativa Militar da C. M. do Porto, apresentada ao SEHU: expropriações das áreas de operações SAAL e municipalização do solo urbano /Prt. (LB)</p>	– Efectuadas pela C. M. do Porto, começam as obras de infraestruturas em S. Vitor /Prt. (JN)
75/07/00		<p>– Início dos processos de expropriações em Lisboa, que são sistematicamente entravados e que originam conflitos entre as brigadas e a C. M. /Lx (LB)</p> <p>– A C. M. de Lisboa aprova os planos de operações SAAL /Lx. (LB)</p>	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Presa Velha-Formiga-China, Serralves e Miragaia, e de Ilhas de Leça; S. Roque Alto Mearim e Seixo – Matosinhos e Cândido Reis
durante o mês			

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
		<ul style="list-style-type: none"> – A Assembleia de Delegados propõe Grupo Técnico de Apoio aos Projectos e Grupo de Estudos para um contrato de trabalho dos funcionários do SAAL /Lx. (LB) – Negociações entre a C. M. de Lisboa, a EPUL e o FFFH para a transferência das brigadas SAAL /Lx. (LB) – Plano de emergência para o SAAL/N /Prt. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – V. N. de Gaia/Prt.; Fim do Mundo – Cascais/Lx; Falagueira e Carnaxide/Oeiras; Alverca e Alhandra/V. F. de Xira; Casal das Figueiras e Terroa de Baixo/Setúb.; Boa Hora-Portimão/Algarve.
75/07/01	<ul style="list-style-type: none"> – Conflitos violentos em S. Vitor no arranque das obras. Um proprietário agride dois elementos da C. Mors. que têm de ser hospitalizados. /Prt. (JN, VPOV) – Plenário de Mors. marcado para a noite é interrompido e adiado para que os participantes possam exigir justiça junto à casa do agressor de S. Vitor, que, entretanto, tinha sido libertado sob fiança /Prt. (CPRT, JN) 		
75/07/02	<ul style="list-style-type: none"> – Reunião do Conselho de Mors. com a presença de mais de 20 c. mors. /Setúb. (MCC) – Comunicado da Comissão Dinamizadora do Processo de Luta dos mors. de Setúb. /Setúb. (CAP, DPOP) 	<ul style="list-style-type: none"> – Nota oficiosa do MESA. Repúdio da fixação das rendas pelos mors. de Setúb. (CAP, DLIS, DNOT, MCC [?], SÉC) 	
75/07/03	<ul style="list-style-type: none"> – Entrevista com membros da Intercomissões de Bairros da Lata e Pobres de Lisboa, onde se diz que "algumas" BAL estão com os mors. mas também que, "na maioria dos bairros, o trabalho com a EPUL é um fracasso" /Lx. (CAP) – Plenário de mors. na ESBAP. Eleição dos seis representantes das c. mors. que irão estar presentes nas reuniões da C. M. do Porto /Prt. (CAP, CMUP) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Chaves de Oliveira/Prt. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – DL 343/75– Disciplina de utilização de solos e paisagem. 	
75/07/04	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. de apoio ao Poder Popular e contra a onda de boatos de mais um golpe militar</i> /Lx. (CFES, FEA) – Criação do Conselho Municipal do Porto, que reúne a Comissão Administrativa da C. M. com as organizações de base de mors. e de trabalhadores /Prt. (CMUP, FEA, MCC) – Reunião do Conselho de Mors. de Setúb. /Setúb. (MCC) – A C. Mors. do Bº. de Angola, Camarate, propõe aos mors. das Quintas do Algueirinho, Courelas e Serrado, que não paguem as rendas aos senhorios e as entreguem à comissão — "as importâncias que se forem juntando serão destinadas ao SAAL para ajudar a construir casas novas e decentes" /Lx. (CAP) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Bouça/Prt. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – A SEHU concede, no âmbito do SAAL, subsídios não reembolsáveis à C. M. do Porto — 6 200 000\$; de Matosinhos — 500 000\$; e de Ovar — 1 000 000\$. (CAP) 	
75/07/05	<ul style="list-style-type: none"> – Escritura de constituição das Ass. Mors. Boa Vontade, da Mexilhoeira da Carregação; e 11 de Março, de Olhão /Algarve. 		
75/07/06	<ul style="list-style-type: none"> – Plenário de resposta à nota oficiosa do MESA sobre a luta dos 500\$/assoalhada e convocação de uma manif. em Lisboa no dia 9 /Setúb. (CAP, MCC) – Comunicado dos mors. dos bairros de renda económica da Caixa Nacional de Pensões do Distrito de Setúb. /Setúb. (DNOT) – Plenário de mors. das Galinheiras. Ocupação de casa para lactário e posto de primeiros socorros /Lx. (DLIS, DNOT) 		
75/07/07	<ul style="list-style-type: none"> – Ocupação do Asilo Dr. Paulo Borba e tribunal popular de saneamento /Setúb. (MCC) – Comunicado dos mors. da freguesia de S. Jorge de Arroios /Lx. (DNOT) – Comunicado da C. Mors. da Madorna, Parede /Lx. (DNOT) – Comunicado do Executivo das C. Mors. da Amadora /Lx. (DLIS) 		
75/07/08	<ul style="list-style-type: none"> – Ocupação da Quinta de Miraventos para instalação de uma cooperativa de ensino popular /Setúb. (MCC) 	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Aprovação na generalidade e publicação do Documento-Guia da Aliança Povo-MFA</i>. (CFES, DRA, FEA, LB[?], MCC[?]) – Proposta de reorganização do movimento de mors. apresentada pela Comissão Coordenadora das Comissões e Ass. Mors. ligados ao SAAL/N /Prt. (LB) 	
75/07/09	<ul style="list-style-type: none"> – Manif. de mors. de Setúb. em Lisboa pela continuação da luta dos 500\$/assoalhada /Lx. (FEA, LB, MCC) 		
75/07/10	<ul style="list-style-type: none"> – Manif. de organizações de base de apoio ao Documento-Guia da Aliança Povo-MFA /Lx (CFES, CMUP, DRA, MCC) – A equipa SAAL de Loulé promove constituição de Ass. Mors. e declara-se disponível e aberta às populações interessadas no serviço /Loulé. (DPOP) 	<ul style="list-style-type: none"> – <i>PS sai do Governo</i>. (CFES, DRA, FEA, MCC) 	
75/07/11	<ul style="list-style-type: none"> – Reunião do Conselho de Mors. de Setúb. com a presença de mais de uma dezena de c. mors. /Setúb. (MCC) – Reunião da C. M. de Setúb. com participação de Mors. entre as Ruas das Andorinhas e das Gavotas que exigem legalização de edifícios e de infraestruturas /Setúb. (MCC) 		
75/07/12		<ul style="list-style-type: none"> – SAAL/N discute a estruturação nacional do SAAL /Prt. (LB) – A SEHU atribui à C. M. do Porto 380 000 contos para construção de 1800 fogos para "famílias de modestos recursos" /Prt. (CAP) – <i>O Conselho da Revolução demite os membros do PS que tinham abandonado o Governo</i>. (CFES, DRA) 	
75/07/13 a 75/07/14	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Incidentes em Rio Maior. Destruição de jornais e de sedes de partidos de esquerda</i> /Rio Maior. (CFES, DRA) 		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/07/13	– Aprovação do Regulamento da Assembleia Popular da zona do Regimento de Engenharia I – Pontinha – com 55 c. mors. e 26 c. de trabalhadores /Lx. (MCC)		
75/07/14	– Manif. no tribunal pela anulação do processo a um participante na luta dos 500\$/assoalhada /Setúb. (MCC) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 25 de Abril, Linda-a-Velha, Oeiras/Lx. (LB)	– Proposta de reestruturação do SAAL– Lisboa é entregue na SEHU, FFH e C. M. de Lisboa /Lx. (LB)	
75/07/15	– COPCON ocupa a Quinta de Miraventos /Setúb. (MCC) – O Plenário das Associações e C. Mors. do Norte exige ao governo a defesa dos proprietários pobres expropriados pelas operações SAAL, convocação de uma manif. para o dia 18 /Prt. (CAP, CMUP, EXP, LB)	– <i>Comunicado do COPCON acusando a reacção de ter provocado os incidentes de Rio Maior.</i> (DRA)	
75/07/16	– <i>Manif. pelo Poder Popular e pela Dissolução da Constituinte com a participação do RALIS /Lx.</i> (CFES, DRA, FEA, MCC) – <i>Manif. pelo Poder Popular. Corvacho discursa /Prt.</i> (CFES, FEA)	– <i>PPD sai do Governo.</i> (DRA)	
75/07/16 a 75/07/20		– Reunião da coordenação FFH, C. M. de Lisboa e EPUL sobre a intervenção do SAAL em Lisboa. Saída do SAAL da EPUL /Lx. (LB)	
75/07/17	– <i>Manif. dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros. Os blindados do RALIS participam /Lx.</i> (CFES, FEA) – As Comissões de Bairro de Vila Chã-Vale do Trabuco, Torrão Marcos da Costa, Telha, Quinta da Lomba-Telha Nova e 25 de Abril, repudiam, em comunicado, o Primeiro Plenário da população do Concelho do Barreiro, realizado na Quinta da Lomba /Barreiro. (DNOT) – Formação da C. Mors. do Calhau /Lx. (DNOT)	– <i>O Conselho da Revolução demite os membros do PPD que tinham abandonado o Governo.</i> (CFES, DRA, FEA, MCC)	
75/07/18	– <i>Manif. de apoio ao Documento-Guia, pelo Poder Popular /Prt.</i> (DRA, LB, MCC) – <i>Comício do PS no Estádio das Antas /Prt.</i> (CFES, FEA) – <i>Barricadas em todo o país contra a Manifestação do PS prevista para a Fonte Luminosa em Lisboa.</i> (CFES, MCC) – <i>Comunicado da DORN do PCP a apoiar a manif. pelo Poder Popular no Porto, embora não estando inteiramente de acordo com as palavras de ordem /Prt.</i> – <i>Actos de violência contra reuniões de c. mors. /Batalha.</i> (DRA)		
75/07/19	– <i>Manif. do PS na Fonte Luminosa /Lx.</i> (CFES, DRA, FEA, MCC[?]) – <i>Manif. da Inter-comissões de Mors. e de Trabalhadores de Matosinhos. Registam-se violentos confrontos /Prt.</i> (DRA[?], LB)	– <i>O COPCON ordena a remoção das barricadas.</i> (CFES)	
75/07/20	– <i>Por todo o norte do país são assaltadas sedes do PCP, do MDP-CDE, do MES e da FEC.</i> (CMUP)	– <i>O Presidente da República dá início ao processo de formação do 5º Governo.</i> (CFES, DRA, MCC) – A Comissão Coordenadora do Congresso Nacional de Saúde divulga um estudo sobre a participação das organizações de base de Mors. e de trabalhadores na definição e gestão dos serviços de saúde. (LB)	
75/07/21	– O Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares, CUODP convoca reunião de c. mors. e de trabalhadores /Setúb. (MCC)		
75/07/22	– Comunicado da assembleia de delegados das brigadas SAAL põe em causa o programa de política habitacional do governo. (DNOT, SÉC) – Plenário da CRAMO dos Prazeres /Lx. (DLIS) – Assembleia popular dos mors. da Sé aprova moção que exige a formação de um governo revolucionário /Prt. (CAP)		
75/07/23	– Esboço de estatuto com carácter provisório, aprovado em plenário das BAL, onde se pedem ligações orgânicas "em condições idênticas às que são propostas pelo SAAL/N" /Lx. (DNOT) – Eleição do secretariado do Conselho de Mors. /Setúb. (MCC) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Santa Marinha, Gaia/Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Bairro do Céu Paraíso Aberto, Linda-a-Velha, Estrada de Circunvalação, Oeiras, que veio a ser incluído no Plano Integrado do Zambujal/Lx. (LB)	– Reunião no Porto tendente a criar uma estrutura orgânica nacional para o SAAL /Prt. (LB)	
75/07/25	– Realização da 3ª Assembleia de Mors. de Almada, na Incrível Almadense /Almada. (CAP) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 18 de Maio, Portela-Outurela, Oeiras/Lx. (LB)	– <i>A Assembleia do MFA institui o Directório, composto por: Otelo, V. Gonçalves e Costa Gomes.</i> (CFES, DRA, FEA, MCC[?]) – Nova estrutura de relações entre os serviços centrais do SAAL/N e as brigadas técnicas: "coordenação de subzona" /Prt. (LB) – SAAL/N aprova a Matriz do Processo de Definição de Unidade Operacional, D.U.O. /Prt. (LB) – Mais de 18 000 contos para ass. mors. de Loures, Camarate, Portimão, Monchique, Alfovelos e V.F. de Xira, todas integradas no processo SAAL. (CAP) – O Conselho Municipal do Porto discute, em reunião, o mercado da habitação/Prt. (CMUP)	
75/07/25 a 75/07/27	– I Encontro do SAAL/N, realizado nas instalações do Centro de Formação Profissional Acelerada /Prt. (DNOT, JN, LB, SÉC)		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/07/26	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. da Boa Hora, Portimão/Algarve. (LB)		
75/07/27	– Último dia do I Encontro do SAAL/N, realizado nas instalações do Centro de Formação Profissional Acelerada. Nuno Portas está presente /Prt. (DNOT, JN, LB, SÉC) – Comunicado do Conselho de Mors. de Algueirão a convocar manif. de apoio à C. A. da C. M. de Sintra, contra as "forças reaccionárias ligadas ao sector da construção civil" /Sintra. (RCP)		
75/07/28	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 1.º de Maio, Monchique/Algarve. (LB)	– Reunião no Porto tendente a criar uma estrutura orgânica nacional para o SAAL (LB)	
75/07/29	– A Brigada de Apoio aos Trabalhadores – BAT, em conjunto com a Comissão de ocupação da freguesia de S. Mamede, ocupa um palacete na R. do Salitre para sede e escola de adultos /Lx. (REP) – Escritura de constituição da Ass. Mors. 1 de Junho, de Portimão /Algarve. – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Casal dos Marcos, Loures/Lx. (LB)	– Despacho do Governador Civil do Porto sobre o direito às rendas na zona da Lapa em expropriação /Prt. (LB) – Reunião com técnicos do FFH – Arq. Semide[?] – e da DHN, no Governo Civil do Porto, onde se refere que as prioridades de atribuição de casas irão ser definidas por computador /Prt. (CAP)	
75/07/30	– Onze c. mors. da freguesia de Unhos exigem, em comunicado, à C. M. de Loures uma solução para as zonas "que continua a considerar clandestinas" /Loures. (CAP) – C. Mors. da Vitória ocupa 5 moradias para outras tantas famílias /Prt. (REP)	– <i>O Conselho da Revolução ratifica o Directório.</i> (CFES[?], DRA) – Contabilização dos trabalhos no âmbito do SAAL/N: operações em marcha e operações pedidas mas ainda sem brigada; ao todo 57 962 pessoas que irão beneficiar do processo /Prt. (DNOT)	
75/08/00 durante o mês		– A brigada do Alto dos Moinhos envia à EPUL um documento sobre a estrutura e actividade do processo SAAL /Lx. (LB) – Reestruturação interna do SAAL/N. Nova relação entre os serviços e as brigadas /Prt. (LB)	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Campo 24 de Agosto e Fontainhas, e de Vale Souto-Aldeia, Cabine e Farrobo, S. Pedro da Cova/ /Prt.; Fonte do Bispo e Quinta da Nora/Coimbra; Bairro Angola/Loures; Estrada Militar Alto da Damaia/Oeiras; Pego Longo/Sintra; Monarquina e Dias/Setúb.
75/08/01	– Primeira reunião do CUODP, Comité de Unidade dos Organismos Democráticos e Populares, depois COPS /Setúb. (MCC)	– Demissão do Governador Civil, Capitão de Fragata Fuzeta da Ponte /Setúb. (MCC)	
75/08/02	– Reunião da C. Mors. e da Organização Revolucionária de Cimo da Serra – Gondomar. Convocatória de manif. popular para 6 de Agosto /Prt. (PJ)		
75/08/05	– Algumas c. mors. – Gondomar – e sindicatos convocam manif. de "unidade popular" /Prt. (CAP) – Escritura de constituição da Ass. Mors. Bairro Popular, no Alvor /Algarve.	– A Direcção Nacional do SAAL publica a Norma de Serviço Interna nº. 1 sobre "Planeamento e Controlo de Operações". (LB)	
75/08/06	– Manif. convocada também por algumas c. mors., que começa junto ao Quartel General, na Praça da República. As c. mors. do SAAL/N não aderem /Prt. (JN) – O COPCON desaloja os ocupantes da Quinta de Miraventos /Setúb. (MCC) – Nova reunião do COPS. Presentes cerca de 50 c. de trabalhadores e 30 c. mors. /Setúb. (MCC) – A C. Mors. da Cruz dos Morouços ocupa moradia para creche, posto médico e biblioteca /Coimbra. (DNOT) – Comunicação da C. de Ocupantes da Freguesia de S. Mamede, contra os senhorios e contra a C. Mors. /Lx. (SÉC) – Manif. da Ass. 25 de Abril dos bairros de barracas de Linda-a-Velha. Confrontos com proprietários expropriados para operações SAAL /Lx. (VPOV)	– O SAAL/N apresenta proposta de estruturação geral do SAAL /Prt. (LB)	
75/08/07	– <i>Otelo visita o Porto</i> /Prt. (FEA) – Nova reunião do Comité dos Organismos Populares de Setúbal, COPS para dinamização das organizações de Poder Popular /Setúb. (MCC) – Construção de estrada, com a ajuda do MFA, e marginalização de lutas partidárias em Ervedosa – S. Pedro da Cova /Prt. (JN) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Poder Popular, Estrada Militar, Sintra/Lx. (LB)	– <i>Publicação do Documento dos Nove.</i> (CFES, CMUP, DRA, FEA[?], MCC)	
75/08/08		– <i>5º Governo Provisório V. Gonçalves-1º Min./Cândido de Moura-MAI Oliveira e Sá-MESA/Esteves Vicente-SEHU.</i>	– Início formal do trabalho da brigada técnica de Laveiras – Caxias/Oeiras.
75/08/09	– Técnicos do SAAL de Lagos denunciam sabotagem e campanha anti-SAAL, que "atingiu o auge em período eleitoral". Anuncia-se a construção dos primeiros edifícios na Meia Praia /Lagos. (SFX) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Bairro dos Trabalhadores, Catujal, Loures/Lx. (LB)		
75/08/11		– <i>O Directório suspende os subscritores do Documento dos 9 do Conselho da Revolução.</i> (CFES, DRA)	
75/08/13	– Reunião do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto, nas instalações do SAAL/N. Questões de dupla ocupação por desalojados de Angola e convocação de novas manif. /Prt. (JN)	– <i>Publicação do Documento do COPCON, como resposta ao Documento dos 9.</i> (CFES, DRA, FEA, LB[?], MCC[?])	
75/08/15	– <i>Manif. do PS em Belém de apoio ao Documento dos 9, contra o 5º Governo</i> /Lx. (CFES, CMUP, DRA[?], FEA, MCC) – Comunicado do SAAL/N de apoio ao Documento do COPCON/Prt.		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/08/18	<ul style="list-style-type: none"> – Comunicado do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto a alertar para os perigos da projectada manif. de apoio ao episcopado /Prt. (REP) – O Secretariado das C. Mors. do Porto faz balanço positivo da actuação da C. A. militar da C. M. do Porto e manifesta preocupações de retrocesso pelo facto de eles irem "regressar aos quartéis" /Prt. (CMUP, REP) – Os militares da C. A. Militar da C. M. do Porto alertam a população para a sua saída da C. M./Prt. (CMUP) – Conferência de imprensa da C. Mors. da R. Justino Teixeira. Criação de Comunas de produção de construção civil, articuladas com o SAAL e com as suas brigadas /Prt. (REP) – Circular nº.24 do SAAL/N a apoiar o documento do COPCON/Prt. 	<ul style="list-style-type: none"> – V. Gonçalves <i>discursa exaltadamente</i> /Almada. (CFES, DRA) – FFH anuncia a construção de 2600 fogos no norte, dos quais 654, no Porto, 248, em Matosinhos e 122 na Maia /Prt. (DNOT) 	
75/08/19		<ul style="list-style-type: none"> – <i>Eurico Corvacho é substituído interinamente no comando da Região Militar Norte.</i> /Prt. (CFES, DRA, MCC(?)) 	
75/08/20	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. de apoio ao Documento do COPCON, pela sua aplicação imediata</i> /Lx. (CFES, DRA, LB, MCC) – Ocupação de casas para Creche e Centro Cultural no Bº. Salgado /Setúb. (FEA, MCC) – Entrevista com elementos do SAAL/N: expropriações, pagamento a técnicos, opções de classe /Prt. (REP) 		
75/08/22	<ul style="list-style-type: none"> – Ocupação da Quinta da Marquesa /Lx [?]. (FEA, MCC) – O Conselho de Mors. analisa e critica a luta dos 500\$ /assoalhada /Setúb. (MCC) – Plenário de c. mors. na ESBAP, onde não se aprova qualquer proposta para o plenário de 23/8 com as c. de trabalhadores, por se considerar que o número de comissões presente não era suficiente /Prt. (VPOV) – Reunião do Conselho Municipal do Porto. Discute-se o alargamento e a substituição da C. A. Militar da C. M./Prt. (CMUP) – A Comissão Central dos Bairros Camarários divulga voto de confiança na C. A. Militar da C. M. do Porto/Prt. (CMUP) – É criada a Assembleia Popular do Grande Porto/Prt. (CMUP) 		
75/08/23	<ul style="list-style-type: none"> – Plenário de organizações populares no Centro de Formação Acelerada, convocado pela Comissão Executiva das C. Mors. Foi comentada a manif. do passado dia 6 e a "não aderência das c. mors. do SAAL e alguns dos problemas surgidos entre estas e as que não estão articuladas à sua organização" /Prt. (CPRT) – Novo plenário de c. mors. e de trabalhadores na ESBAP, no qual estiveram presentes cerca de 60 comissões. São denunciadas manobras de controlo partidário do movimento de mors. e é convocada, para o dia 25, uma manif. unitária de apoio a Corvacho e ao documento do COPCON/Prt. 		
75/08/24		<ul style="list-style-type: none"> – Comunicado do PCP emitido pela Rádio. Referências ao SAAL/N /Prt. (LB) 	
75/08/25	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. convocada pela Inter-comissões de trabalhadores e de mors. exigindo a aplicação do Documento do COPCON</i> /Prt. (CMUP, FEA, LB, MCC, VPOV) – A C. Revolucionária dos Ocupantes da Freguesia de S. Mamede denuncia "ocupações injustas" de casas de trabalhadores em férias organizadas por "oportunistas" e "provocadores" /Lx. (VPOV) – Mors. das Fontainhas realizaram uma Assembleia Popular nas Oficinas de S. José, animada pelo G.A.C. "Vozes na Luta". Foram decididas algumas ocupações com o apoio do SAAL/N /Prt. (CPRT) – C. Mors. da zona de Passos entrega plano para construção de habitações ao SAAL/N /Prt. (CPRT) – Comunicado da Coordenadora do SAAL/N a denunciar os ataques da DORN do PCP àquele serviço/Prt. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Eurico Corvacho é reintegrado na Região Militar Norte</i> /Prt. (DRA, MCC) – <i>As actividades da 5ª. Divisão do EMGFA são suspensas.</i> (CMUP) 	
75/08/26	<ul style="list-style-type: none"> – Reunião de emergência do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto a apoiar Corvacho e a alertar para o "carácter divisionista" da manif. do PS, convocada para o dia 27 /Prt. (CPRT) 		
75/08/27	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. da FUR em Belém de apoio a V. Gonçalves</i> /Lx. (CFES, DRA, MCC) – <i>Manif. do PS contra Corvacho</i> /Prt. (CFES) – Conferência de imprensa dada pelo executivo da Manif. do dia 25. Moção sobre habitação /Prt. (LB) 		
75/08/28		<ul style="list-style-type: none"> – <i>PCP sai da FUR.</i> (DRA, MCC) 	
75/08/29		<ul style="list-style-type: none"> – <i>Comunicado de Costa Gomes anuncia o 6º. Governo.</i> (CFES, CMUP, DRA) – V. Gonçalves é nomeado <i>Chefe do EMGFA</i> (CMUP) – Reestruturação do Conselho da Revolução. (CMUP, MCC) 	
75/09/00	durante o mês	<ul style="list-style-type: none"> – Primeira proposta aprovada de empréstimo a uma ass. mors. integrada no SAAL. Aprovação por despacho da SEHU de 6/9/75 /Alfornelos/Lx. (LB) – A Direcção do SAAL elabora Projecto de Funcionamento dos serviços; a Comissão Coordenadora do SAAL/N apresenta algumas propostas de alteração a esse projecto. (LB) – Projecto de despacho conjunto das SEHU e SRF dando garantias aos pequenos proprietários expropriados. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Lomba/Prt.; Bairro 14 de Junho/Lx.; Caminho do Mocho/Oeiras; Bairro Castelo/Ferreira do Alentejo; Tavira e Monte Gordo/Algarve. – Início da obra de: Ass. Mors. Força do Povo – 5ª. António – Camarate/Loures.

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/09/01	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. da Bela-Vista D. João IV/Prt. (LB)		
75/09/02		– Os militares da C. M. do Porto pedem a demissão/Prt. (CMUP)	
75/09/03	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Povo Unido de Monte Gordo e da Ass. Mors. 1.º de Maio, Tavira/Algarve. (LB)		
75/09/04	– Ocupação de casas por retornados no B.º de S. Tomé/Prt. (CMUP) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. da Fonte do Bispo/Coimbra. (LB)		
75/09/05	– A C. Mors. do B.º de Sta. Isabel substitui o senhorio no arrendamento de fogos /Lx. (MCC) – Plenário de mors. onde é proposta a nacionalização dos solos e a abolição de licenças para construções de luxo /Setúb. (MCC) – Reunião alargada do Conselho Municipal do Porto/Prt. (CMUP) – As comissões sindicais de trabalhadores ligados à Câmara discutem a saída dos militares da C. M. do Porto/Prt. (CMUP)	– <i>Assembleia de Tancos do MFA. Reforço de poder aos 9.</i> (CFES, DRA, MCC) – <i>V. Gonçalves renuncia ao cargo de CEMGFA</i> (CMUP)	
75/09/06	– Plenário do Secretariado Provisório da Assembleia Popular do Grande Porto. Moção de apoio à C. A. Militar da C. M./Prt. (CMUP) – Reunião do Conselho Revolucionário de Mors. para discutir a demissão da C. A. Militar da C. M./Prt. (CMUP)	– <i>Os membros do 5.º. Governo pedem a demissão.</i> (CMUP, DRA)	
75/09/08	– <i>Manif. pelo Poder Popular, convocada pela FUR</i> /Setúb. (MCC) – Reunião do Conselho Municipal do Porto. Aprovadas as ocupações do Bairro de S. Tomé. É marcada a sessão de 11 de Setembro/Prt. (CMUP)	– A Direcção Nacional do SAAL emite Norma Interna n.º. 2 sobre financiamento. (LB) – <i>Costa Gomes aceita a demissão do 5.º. Governo.</i> (DRA) – <i>Os SUV emitem o primeiro comunicado.</i> (CMUP, DRA)	
75/09/09	– Comunicado da C. Mors. da Rua de Olivença (Barracas) – Algés /Lx. (VPOV) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Democrática 1.º. de Maio, Fetais, Loures/Lx. (LB)	– Boletim das brigadas de Lisboa intitulado <i>A Questão da Habitação</i> /Lx. (LB)	
75/09/10	– <i>Manif. dos SUV</i> /Prt. (CMUP, MCC, REV)		
75/09/11	– Sessão pública do Conselho Municipal do Porto para tentar impedir a demissão da C. A. Militar da C. M./Prt. (CMUP) – Reunião do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto para exigir a manutenção da C. A. Militar da C. M./Prt. (CMUP)		
75/09/12	– 3500 desalojados ocupam um B.º do FFH em acabamentos /Baixa da Banheira. (FEA, MCC) – A C. Mors. do Fogueteiro ocupa 48 fogos do FFH em acabamentos /Seixal. (FEA, MCC) – Continuação do Plenário de Mors. de 5/9 /Setúb. (MCC)	– <i>Exoneração do 5.º. Governo Provisório.</i> (CFES, FEA) – <i>Pires Veloso substitui Corvalho na Região Militar Norte.</i> (DRA)	
75/09/13	– Plenário de Mors. no Palácio de Cristal contra a saída dos militares da C. M. /Prt. (LB) – A Assembleia Distrital de Juntas de Freguesia, de c. de trabalhadores e de mors. de Lisboa exige a promulgação de leis já aprovadas que apoiam o Poder Popular /Lx. (DRA)	– Demissão da Comissão Administrativa Militar da C. M. do Porto /Prt. (MCC) – Intervenção, na Assembleia Constituinte, de um deputado do PPD, Coelho dos Santos, a propósito do Conselho Municipal do Porto/Prt. (CMUP)	
75/09/15		– Posse da nova Comissão de Gestão da C. M. do Porto, nomeada pelo Governo Civil e composta por funcionários municipais /Prt. (CMUP, LB) – A Direcção Nacional do SAAL emite a Norma de Serviço Interna n.º. 3 sobre expropriações. (LB)	
75/09/16	– Impedido de reunir na C. M., o Conselho Municipal do Porto reúne na Pça. General Humberto Delgado. Pede-se a demissão da Comissão de Gestão/Prt. (CMUP)	– Proposta do SAAL/N para regulamentação da dimensão das operações e do pagamento de honorários às brigadas /Prt. (LB)	
75/09/16 a 75/09/23	– O Governador Civil do Porto decide que o Conselho Municipal deixa de ser órgão administrativo e os representantes das c. mors. deixam de poder entrar na C. M. /Prt. (PPOP, VPOV)		
75/09/17	– Reunião das c. mors. da freguesia de S. Sebastião para eleição da Assembleia de Mors. /Setúb. (MCC) – Ocupação do Campo de Ténis do B.º. do Liceu para creche /Setúb. (MCC)		
75/09/18	– Plenário de c. mors. da zona norte na ESBAF. Decide-se apoiar a luta do <i>República</i> e da Rádio Renascença. Presentes cerca de 30 Ass. Mors. /Prt. (LB) – <i>Manif. pelo Poder Popular</i> /Lx. (DRA) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. da Zona de Francos/Prt.		
75/09/19	– Plenário da C. Mors. do B.º. do Liceu para redução das rendas e casa e sua compatibilização com o salário /Setúb. (LB) – Conselho Municipal do Porto reúne em sessão não autorizada. Mors. ocupam a C. M. e sofrem carga policial /Prt. (CMUP, FEA, LB, MCC) – Ocupação de fábrica pela C. Mors. do B.º. Alves da Silva para centro cultural /Setúb. (FEA, MCC) – Os representantes das c. mors. no Conselho Municipal do Porto reúnem-se à noite, nas escadas de acesso à Câmara, por lhes ser vedada a entrada, e são agredidos pela PSP /Prt. (PPOP, VPOV)	– <i>6.º Governo Provisório</i> <i>P. Azevedo-1.º Min./Almeida Costa-MAI</i> <i>Veiga de Oliveira-MES/Eduardo Pereira-SEHU</i>	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 1º de Maio, Pinhal das Areias, Seixal/Lx. (LB)		
75/09/20	– Formação da segunda C. Mors. do Bº. de S. Gabriel /Setúb. (MCC) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Novo Rumo, Oeiras/Lx. (LB)		
75/09/21	– <i>Manif. dos SUV</i> /Prt. (CFES, FEA) – Reunião do Conselho Municipal do Porto. Preparação de uma ida a Lisboa/Prt. (CMUP)		
75/09/22	– O Primeiro Ministro diz-se sequestrado em Belém pelos membros das "Jornadas de Luta" da Associação de Deficientes das Forças Armadas. Os Comandos intervêm /Lx. (CFES, FEA) – C. mors. forçam o encerramento de boîtes /Setúb. (FEA, MCC) – Reunião de mais de 10 c. mors. no Bº. Liceu /Setúb. (MCC) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. do Bairro da Maceda/Prt.	– As brigadas da Zona 2 do SAAL/N tomam posição sobre a reestruturação do SAAL /Prt. (LB)	
75/09/23	– <i>O Capitão Fernandes passa à clandestinidade.</i> (DRA)		
75/09/24	– Reunião de mais de 20 c. mors. no Campo de Ténis /Setúb. (MCC) – Abertura da Creche no Bº. Salgado /Setúb. (MCC) – O Conselho Municipal do Porto desloca-se a Lisboa para protestar contra a nova Comissão de Gestão da C. M./Prt. (CMUP) – O Governo Civil do Porto presta esclarecimentos acerca da carga policial do dia 19/Prt. (CMUP)		
75/09/25	– <i>Manif. dos SUV em Lisboa e na Trafaria</i> /Lx. (CFES, DRA, FEA, MCC, REV) – Comunicado do secretariado da FUR sobre os acontecimentos na C. M. do Porto /Prt. (PPOP) – Comunicado-denúncia do Conselho Municipal do Porto, saída de sessão realizada em praça pública /Prt. (PPOP)	– A Comissão Coordenadora do SAAL/N dá resposta a declarações do Governador Civil do Porto /Prt. (LB) – Iniciam-se as negociações para a constituição da futura C. A. da C. M. do Porto/Prt. (CMUP)	
75/09/26	– Plenário da Pró-C. Mors. do Bº. da Pçª. do Brasil /Setúb. (MCC) – O Conselho Municipal do Porto reúne no Largo da Trindade, seguindo-se uma manif. de solidariedade para com os militantes anti-fascistas espanhóis condenados à morte/Prt. (CMUP) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. do Bairro do Leal/Prt. (LB)		
75/09/27		– <i>Costa Gomes na Polónia e URSS.</i> (CFES) – <i>O Conselho da Revolução nomeia Pinheiro de Azevedo Presidente da República interino.</i> (FEA)	
75/09/29	– Reunião das c. mors., dos grupos de trabalho da habitação e das cooperativas de consumo /Setúb. (MCC) – Plenário de Mors. do Bº. do Liceu /Setúb. (MCC)	– O SAAL/N divulga o comunicado nº. 30, denunciando calúnias sobre os seus trabalhadores /Prt. (CMUP, LB) – O Governador Civil do Porto inicia os contactos para a formação da nova C. A. da C. M. P./Prt. (CMUP)	
75/09/30	– <i>Otelo considera que as armas do Capitão Fernandes estão "bem entregues".</i> (CFES, FEA) – <i>Manif. convocada pelo PS, apoiada pelo PPD e PCP (m-I), de apoio a Pinheiro de Azevedo</i> /Lx. (DRA, FEA) – Reunião de mors. com propostas concretas de pagamento de rendas/Setúb. (MCC) – Formação do Comité de Luta e criação de grupos de trabalho no Conselho de Mors. /Setúb. (MCC) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da C.H.E. 25 de Abril, Quinta das Fonecas/Lx. (LB)	– <i>Por ordem do Governo os Comandos fecham a Rádio Renascença.</i> (CFES, CMUP, MCC)	
75/10/00		– Último dos industriais da construção civil ao governo propondo "medidas mínimas para o exercício da indústria", que passam pela evacuação das casas ocupadas e pelo pagamento compulsivo das rendas, "sem dependência de recurso aos tribunais". (VPOV)	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Cândido dos Reis-Gaia, Vila Verde e Casa de Malta – S. Pedro da Cova e S. Pedro – Espinho/Prt.; Matarrague – Cascais/Lx.; Casal do Cochicho e Silvado/Loures; Alvor/Algarve. – Início das obras de: Ass. Mors. das Antas e dos edifícios da Ass. Mors. de S. Vítor/Prt.; Burgau/Algarve.
durante o mês			
75/10/01	– 1º. Conselho Nacional do SAAL. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da C.H.E. Bairro D. Leonor/Lx. (LB)	– Aprovação em Conselho Nacional do Projecto de Funcionamento SAAL. (LB) – Reunião da Comissão Administrativa da C. M. de Setúbal com mais de 30 c. mors. /Setúb. (MCC)	
75/10/02	– <i>Manif. contra a transferência de 40 aviadores da Base de Beja. Contou com a presença do RALIS</i> /Beja. (DRA, FEA)		
75/10/03	– <i>Manif. do PS de apoio a Jaime Neves</i> /Lx. (DRA) – Início do conflito no CICAP-RASP /Prt. (CFES) – As c. mors. de Benfca subscrevem moção de abolição das rendas de casa aos desempregados /Lx. (MCC) – O Conselho Municipal do Porto reúne às portas da C. M. P. e convoca uma manif. para o dia 10/Prt. (CMUP) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Unidade do Burgau/Algarve.		
75/10/04		– <i>Por ordem de Pires Veloso dá-se o encerramento CICAP</i> /Prt. (CMUP, DRA, MCC)	
75/10/05		– Proposta de formação de um Conselho Municipal /Lx. (LB)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/10/06	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. de apoio ao RALIS</i> /Lx. (DRA) – <i>Manif. dos SUV, com o apoio de muitos mors. e do Conselho Municipal do Porto, contra o encerramento do CICAP</i> /Prt. (CMUP, DRA, LB, MCC, REV) – <i>Ocupação do RASP contra o encerramento do CICAP</i> /Prt. (DRA, LB, MCC) – <i>Bomba explode numa boíte e é reivindicada pelo Grupo de Intervenção Revolucionária</i> /Setúb. (MCC) – O Secretariado Provisório da Assembleia Popular do Porto divulga o seu apoio à manif. convocada para o dia 10/Prt. (CMUP) 	<ul style="list-style-type: none"> – O Governo torna público que assinou um contrato de empréstimo com os EUA para a construção de habitações económicas. (CFES) 	
75/10/07	<ul style="list-style-type: none"> – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Alverquense, V. F. de Xira/Lx. (LB) 		
75/10/08	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. do PPD contra o RASP provoca confrontos</i> /Prt. (CMUP, DRA, MCC) – <i>Manif. do PS de apoio a Franco Charais</i> /Coimbra. (MCC) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Pescadores Avieiros de Alhandra, V. F. de Xira/Lx. (LB) 		
75/10/09	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. dos SUV</i> /Coimbra. (FEA, MCC, REV) 		
75/10/10	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. do PS. Registam-se confrontos graves, é atacada e incendiada a sede da FEC (m-l)</i> /Prt. (CFES, DRA, JNOV, LB, MCC) – <i>Comício do PPD no Campo Pequeno</i> /Lx. (JNOV) – Manif. convocada pelo Conselho Municipal do Porto. O local de concentração foi mudado para tentar evitar confrontos com a manif. do PS. A manif. vai até ao RASP /Prt. (CMUP, DRA, LB, MCC) – Manif. organizada por c. mors. de apoio às forças revolucionárias da Marinha /Cova da Piedade. (DRA) 		
75/10/12	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. organizada por c. mors., comissões de bairro e por várias organizações sindicais, pelo avanço do processo revolucionário, com cerca de 30 mil pessoas</i> /Barreiro. (DRA) 		
75/10/13	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Fabão desmobiliza a luta do CICAP – RASP e os soldados terminam a ocupação, Pires Veloso recusa-se-á a respeitar a decisão</i> /Prt. (CFES[?], CMUP[?], MCC) – <i>Manif. pelo Poder Popular em Viana do Castelo convocada pelos SUV e pela FUR</i> /V. Cast. (REV) – Reunião do Comité de Luta: ocupações no B°. do Liceu e convocação de manif. dia 16, de apoio aos militares progressistas /Setúb. (MCC) 	<ul style="list-style-type: none"> – Plenário de trabalhadores do SAAL com proposta da Assembleia de Delegados /Lx. (LB) – Pinheiro de Azevedo faz o balanço do sector da habitação e diz que "finda [...] a ocupação de todas as casas devolutas, haverá seguramente mais desalojados do que dantes". (JNOV) 	
75/10/14	<ul style="list-style-type: none"> – Escritura de constituição da Ass. Mors. Amigos Unidos de Cabanas /Algarve. 		
75/10/15	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. dos SUV</i> /Évora. (DRA, FEA, MCC[?], REV) – C. Mors. do Campo 24 de Agosto ocupa duas casas na R. Fernandes Tomás /Prt. (REP) 		
75/10/16	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. pelo Poder Popular, de apoio aos militares progressistas</i> /Setúb. (DRA, MCC) 		
75/10/17	<ul style="list-style-type: none"> – Conflitos na C. Mors. do B°. Afonso Costa /Setúb. (MCC) 	<ul style="list-style-type: none"> – Debate sobre habitação com a C. M., o FFH e o GPS /Setúb. (MCC) 	
75/10/18	<ul style="list-style-type: none"> – Plenário de mors. sobre ocup. de casas vagas /Setúb. (MCC) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da C.H.E. Unidade do Povo, Quinta da Calçada/Lx. (LB) 		
75/10/18 a 75/10/24	<ul style="list-style-type: none"> – Proprietário de uma vila operária na Graça – Vila Cândida – oferece todos os fogos aos seus 150 inquilinos /Lx. (SI) 		
75/10/20	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. pelo avanço do Poder Popular no Rossio</i> /Lx. (CMUP [?], MCC) – Reunião do Comité de Luta com a presença de uma Comissão de Soldados /Setúb. (MCC) 	<ul style="list-style-type: none"> – Comunicado nº.1 do secretariado da Assembleia de Delegados a todos os trabalhadores das brigadas SAAL /Lx. (LB) 	
75/10/21	<ul style="list-style-type: none"> – <i>A Rádio Renascença é reocupada com o apoio de uma manif. popular</i> /Lx. (CFES, DRA, MCC[?]) – Criação da Inter-comissões da Cintura Industrial de Lisboa /Lx. (CMUP, MCC) 		
75/10/22		<ul style="list-style-type: none"> – <i>Costa Gomes inicia viagem a Itália, ao Vaticano e à Jugoslávia</i>. (CFES) – Tomás Taveira faz apreciação negativa do processo SAAL. (JNOV) – O Governador Civil do Porto emite comunicado no qual nega o apoio popular do Conselho Municipal/Prt. (CMUP) 	
75/10/23	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. de apoio ao Poder Popular</i> /Lx. (CFES, DRA, FEA, JNOV) – <i>As Brigadas Revolucionárias, B. R., passam à clandestinidade</i>. (CFES) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. B.º Popular do Alvor/Algarve. (LB) 		
75/10/24	<ul style="list-style-type: none"> – Cooperação entre a C. Mors. do B°. Humberto Delgado e empresas do sector da construção civil, AC e Secil /Setúb. (MCC) – Manif. convocada pela Comissão Central dos Bairros Camarários e pelo Conselho Revolucionário de Mors. do Porto, cujo objectivo era apoiar um plenário de soldados do RASP que não se chegou a realizar/Prt. (CMUP) 		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/10/25	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. promovida por c. mors., comissões de aldeia, cooperativas e organizações sindicais, de apoio ao Poder Popular /Grândola.</i> (DRA) – Plenário no Pavilhão do Académico convocado pela Pró-Frente Revolucionária Autónoma de Mors. e Ocupantes do Porto, FRAMO/Prt. – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Travessa da Prelada/Prt. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Legislação dos órgãos de Poder Local.</i> 	
75/10/27	<ul style="list-style-type: none"> – Reunião do Comité de Luta para apoiar uma ocupação de casa em Alcácer do Sal /Setúb. (MCC) – Circular do SAAL/N a propor a discussão das formas de luta contra os entraves políticos e administrativos ao processo/Prt. 	<ul style="list-style-type: none"> – Convocação de Plenário de c. mors. do SAAL/N /Prt. (LB) 	
75/10/27 a 75/10/30		<ul style="list-style-type: none"> – Proposta de um grupo de trabalhadores do SAAL/N para discussão de mors. e brigadas /Prt. (LB) 	
75/10/29	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. dos SUV/Entroncamento.</i> (DRA, REV) – Plenário no RASP, também convocado pelo Conselho Revolucionário de Mors. do Porto /Prt. (LB, REV) – A. C. M. do Barreiro é encerrada devido a saneamentos efectuados pelo MAI /Barreiro. (MCC) – Ocupação de casa no B°. Praça do Brasil /Setúb. (MCC) 		
75/10/30	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Manif. pela reabertura do CICAP com o apoio dos SUV /Prt.</i> (DRA, REV?) 	<ul style="list-style-type: none"> – Trabalhadores do SAAL/N denunciam: C.M. do Porto ainda não tomou posse das zonas expropriadas das Antas, S. Vítor, Leal, Bela Vista-D. João IV, Chaves de Oliveira, Bouça, Póvoa e Prelada; paralisou os processos de D.U.P. de Arrábida, Vilar, Massarelos, Parceria-Antunes, Chaves de Oliveira-2ª fase e Sé e não existe legislação para a cedência de direito de superfície às Ass. Mors./Prt. 	
75/10/31	<ul style="list-style-type: none"> – Reunião das c. mors. de Almada /Almada. (MCC) – Grupo de Trabalho do Comité de Luta aprova ocupação imediata de um terreno existente, para habitação social /Setúb. (REV) – Vários comunicados de C. Mors. denunciam tentativa de despejo de ocupantes na R. Pedro Ivo com carga policial/Prt. – Escritura de constituição da Ass. Mors. da Quarteira /Algarve. 		
75/11/00 durante o mês			<p>Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: 5°. Ovidio e Gervide – V. N. de Gaia/Prt.; Pátio Vila Fernandes/Lx.; Marim– Olhão/Algarve.</p> <p>– Início das obras de: Ass. Mors. do Bairro da Maceda/Prt.; Ass. Mors. 1 de Junho – Chão das Donas – Portimão, 11 de Março de Marim – Olhão e Cabanas/Algarve.</p>
75/11/02	<ul style="list-style-type: none"> – Conflitos entre ocupantes da mesma casa no B°. da Reboreda dá origem a um plenário /Setúb. (MCC) – Reunião na C. M. de Setúbal entre c. mors., comissões de trabalhadores, sindicatos, GPS e FFH. Referências ao SAAL /Setúb. (MCC) 		
75/11/03	<ul style="list-style-type: none"> – Reunião entre a C.M. e o Comité de Luta. Referências ao SAAL /Setúb. (MCC) – Reunião da C. Mors. da Quinta Alves da Silva. Ocupação de armazém abandonado para creche /Setúb. (MCC) – Escritura de constituição da Ass. Mors. Bairro Vermelho, de Enxerim, Silves /Algarve. – <i>Manif. promovida pela FUR de apoio ao MFA /Lx.</i> (DRA) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Bairro Lisboa Nova, Embrechados, e da C.H.E. Os 3 Unidos, Quinta Grande/Lx. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 11 de Março, Olhão/Algarve. (LB) 		
75/11/04	<ul style="list-style-type: none"> – Plenário das C. Mors. do Norte para discussão de proposta apresentada por um grupo de trabalhadores do SAAL/N /Prt. (CMUP, LB) – Comunicado da Comissão Coordenadora do SAAL/N. O SAAL/N está em perigo /Prt. (DNOT) – Julgamento de despejo adiado no tribunal da Boa-Hora dá origem a um tribunal popular, que se realiza no pátio /Lx. (VPOV) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. da Fonte do Bispo/Coimbra. (LB) 		
75/11/05		<ul style="list-style-type: none"> – Posse do Governador Civil de Setúbal, Hélder Silva Nobre Madeira. (DRA) – Despacho que estabelece a classificação das pequenas e médias empresas de construção civil. (CFES) 	
75/11/06	<ul style="list-style-type: none"> – Escritura de constituição da Ass. Mors. Liberdade, de Espiche /Algarve. 		
75/11/07	<ul style="list-style-type: none"> – <i>O Conselho da Revolução ordena a destruição das instalações da Buraca da Rádio Renascença /Lx.</i> (CFES, DRA, FEA, MCC) – Formou-se a Frente Revolucionária Autónoma de Mors. e Ocupantes – FRAMO, no Porto, que trabalhará a par do Conselho Revolucionário de Mors. e que equivale ao Secretariado de Mors. de Lisboa /Prt. (REV) – Escritura de constituição da Ass. Mors. Progresso, de Silves /Algarve. – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da C.H.E. 25 Bairro da Liberdade/Lx. (LB) 		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/11/09	– <i>Manif. promovida pelo PS, PPD e PPM, de apoio ao 6.º Governo. No final registam-se incidentes com a PM. Pinheiro de Azevedo declara: "É só fumaça! O povo é sereno" /Lx. (CFES, DRA, MCC)</i>		
75/11/10	– Início da greve no sector da construção civil. (DRA)		
75/11/11		– Comunicado nº.2 do secretariado da Assembleia de Delegados do SAAL /Lx. (LB)	
75/11/12	– <i>Operários da construção civil em greve cercam S. Bento e sequestram Governo e deputados /Lx. (CFES, CMUP, DRA, FEA, MCC)</i> – <i>Barricadas do PS, do PPD e da CAP em Rio Maior como resposta à greve da construção civil /Rio Maior (DRA, MCC)</i> – Em Palmela reúnem-se 30 c. mors. contra a nomeação de três elementos para a C. M. /Palmela. (MCC) – Comité de Luta convoca nova assembleia e reconhece falta de representatividade /Setúb. (MCC)	– Normas para atribuição de casas e eleição de delegados /Barreiro. (MCC)	
75/11/13	– <i>Reforço popular ao cerco dos operários da construção civil a S.Bento /Lx (CFES, CMUP, DRA)</i> – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 11 de Março, Olhão/Algarve. (LB)	– SAAL/N entrega proposta de plano de actividades para 76 /Prt. (LB)	
75/11/14	– <i>Os operários da construção civil conseguem novo contrato e a satisfação das suas reivindicações. (DRA, MCC)</i> – <i>Manif.do PS, PPD e CDS. Fala-se da transferência do Governo para o Porto e atacam-se as sedes da Intersindical, da UEC e do Rádio Clube Português /Prt. (CFES, DRA, MCC)</i> – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. do Poço de Baixo/Ovar. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da C.H.E. Bairro Horizonte, Curraleira/Lx. (LB)		
75/11/16	– <i>Manif. no Terreiro do Paço contra o 6.º Governo e pelo avanço do Poder Popular /Lx. (CFES, DRA, MCC)</i>		
75/11/17	– Reunião do Comité de Luta /Setúb. (MCC) – Relato da experiência da C. Mors. da Penha de França, onde se fala em levar à prática um projecto com a ajuda do SAAL /Lx. (PPOP) – Populares e c. mors. da Zona da Sé enfrentam a PSP na execução de uma acção de despejo na R. Pedro Ivo, nº.45 /Prt. (PPOP) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Amigos Unidos de Cabanas/Algarve. (LB)		
75/11/18	– Reunião do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto, na qual transparecem algumas divergências com elementos do Conselho Municipal/Prt. (CMUP) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. A Familiar, Oeiras/Lx. (LB)	– <i>O Conselho de Ministros decide auto-suspensão das actividades do 6.º Governo. (CFES, FEA)</i>	
75/11/19	– <i>Devido a incidentes vários, a sessão da Assembleia Constituinte é interrompida e a sala é evacuada pela polícia. (CFES, FEA)</i> – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Terroa de Baixo/Setúb. (LB)	– A propósito da greve da construção civil, Sottomayor Cardia ataca o SAAL na Assembleia Constituinte. (LB) – Demissão da Comissão Administrativa da C. M. de Lisboa /Lx. (LB) – Comunicado do Sindicato da Construção Civil a defender a sua luta. (MCC)	
75/11/20	– <i>Manif. em Belém contra o 6.º Governo. Costa Gomes alerta para o perigo de guerra civil /Lx. (CFES, DRA, FEA, MCC)</i> – <i>Manif. contra o 6.º Governo pelo Poder Popular /Setúb. (MCC)</i>	– <i>Auto-suspensão — Lock-out — do 6.º Governo que exige ao CEMFA, Costa Gomes, garantias de pleno exercício do poder. (MCC)</i> – Artigo no <i>Avantel</i> pelo controlo popular da C. M. de Lisboa /Lx. (DRA)	
75/11/21 a 75/11/22	– Comícios do PS em Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Vila Real e Viseu, de apoio ao 6.º Governo. (CFES, MCC)		
75/11/21	– <i>Juramento de Bandeira revolucionário no RALIS. (CFES, DRA, FEA)</i>	– <i>O Conselho da Revolução nomeia Otelo para a direcção do Projecto Povo-MFA. (DRA)</i>	
75/11/23	– <i>Comício do PS-de apoio ao 6.º Governo, na Alameda de D. Afonso Henriques /Lx. (DRA)</i> – Artigo de Nunes Pereira sobre o SAAL/N, onde se fala na observação atenta de técnicos de outros países: "O SAAL/N trabalha, actualmente com cerca de 70 c. mors." /Prt. (EXP)	– <i>Otelo discursa na RTP. (CFES, DRA)</i>	
75/11/24	– <i>Os Comandos cercam o Quartel da PM na Ajuda e retiram pouco depois. (DRA, MCC)</i> – <i>Em Rio Maior erguem-se novas barricadas /Rio Maior. (CFES, DRA, MCC)</i> – Reunião do Comité de Luta onde se fala da ligação Cidade-Campo /Setúb. (MCC)	– Comunicado da Comissão Directiva do FFH que indica o Cap. Baptista Alves para despachar directamente com o SAAL. (LB)	
75/11/25	– <i>Golpe Contra-Revolucionário.</i>	– <i>Golpe Contra-Revolucionário.</i>	
75/11/26		– Moção de apoio ao novo Governador Civil de Setúbal proposta pela C. M. do Barreiro e pela Inter-bairros do Lavradio /Setúb. (MCC)	
75/11/27		– <i>São aceites os pedidos de demissão de Otelo, do COPCON, e de Carlos Fabião, do EME. (CFES, DRA)</i> – <i>Ramalho Eanes é nomeado CEME Interino. (CFES, DRA)</i>	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
75/11/28		– <i>O Primeiro Ministro diz na RTP estarem reunidas as condições para o 6.º Governo retomar a actividade.</i> (CFES, DRA)	
75/12/00 durante o mês	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 1 de Junho, Portimão/Algarve. (LB)	– Aprovada pelas brigadas e entregue no FFH a proposta de contrato. (LB) – Saneamento e substituição dos elementos que garantiam as ligações entre a C. M. de Lisboa e o SAAL. (LB)	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Santo Ovídio e Gervide-Gaia, Miragaia e Pego Negro-Tirares/Prt.; Marim-Olhão e Enxerim-Silves/Algarve. – Início das obras de: Ass. Mors. Luta do Povo, Pinheirinhos/Setúb.; Ass. Mors. Bairro Popular, no Alvor /Algarve.
75/12/02		– Proposta de reestruturação do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto apresentada pelo seu secretariado /Prt. (LB) – Estudos sobre obras de emergência e habitações clandestinas em apreciação no SAAL/N /Prt. (LB)	
75/12/03	– Apresentação do caderno reivindicativo dos mors. de S.Mamede de Infesta /Prt. (LB) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Bela Vista, Gondomar/Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Boa Vontade da Mexilhoeira da Carregação/Algarve. (LB)		
75/12/04	– O Centro Social e Cultural da Sé fala dos seus problemas, relata o apoio do SAAL e queixa-se da inoperância da C. M. /Prt. (PJ)	– Decorre em Lisboa, nas instalações do FFH, um curso ministrado por especialistas suecos subordinado ao tema "Cooperativas de habitação" /Lx. (JNOV)	
75/12/05		– <i>Posse de Ramalho Eanes como CEME.</i> (CFES) – <i>Posse de Vasco Lourenço como comandante da Região Militar de Lisboa.</i> (CFES)	
75/12/06	– Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Boavista/Prt. (LB)		
75/12/09	– O Conselho Revolucionário de Mors. do Porto propõe documento de trabalho para uma nova prática política e a sua subdivisão em grupos de trabalho: dinamização, subalugas, Conselho Municipal, controlo do SAAL, auto-defesa e vigilância, inquérito, ocupações e secretariado /Prt. (REP)		
75/12/11 a 75/12/12	– 2.º. Conselho Nacional do SAAL reúne no Porto. O Major Baptista Alves, director nacional do SAAL, afirma que "a nossa previsão é termos durante o próximo ano 30 mil fogos em execução." (JN, LB)		
75/12/11	– Escritura de constituição da Ass. Mors. O Povo Vencerá, de Aljezur /Algarve.	– Entrevista do GIS – Grupo de Acção Socialista – Jorge Sampaio, Nuno Portas, Trigo de Abreu e Nunes de Almeida. Nuno Portas afirma: "os defeitos do passado não invalidam a teoria; levam é a correcções, tanto da parte das organizações de base, provocando exactamente uma discussão de certas palavras de ordem, levando a superá-las." (JNOV)	
75/12/16	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Casal das Figueiras/Setúb. (LB)		
75/12/21	– Manif. convocada para Custóias pelo Conselho Revolucionário de Mors. do Porto, exigindo a libertação dos presos de 25 de Novembro /Prt. (DRA, LB, MCC)		
75/12/22	– Artigo sobre o processo SAAL nas Antas. Refere-se o "aburguesamento cultural" como um entrave ao trabalho da Ass. Mors. /Prt (JN) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. da Quarteira/Algarve. (LB)	– <i>Fecho da República e entrega à antiga direcção.</i> (MCC) – Relatório sobre a prática actual do SAAL elaborado pelo grupo de trabalho da Comissão Regional Centro-Sul. (LB)	
75/12/23		– Artigo de Nuno Portas propondo alterações profundas ao "sistema da urbanização" contra a criação de um novo ministério da habitação. (JOR)	
75/12/28		– <i>A Rádio Renascença é entregue à Igreja.</i> (DRA, MCC)	
75/12/29	– Apresentação do caderno reivindicativo do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto e das c. mors. de Matosinhos, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Espinho. Pedese o fim dos entraves ao processo SAAL/Prt. (LB)		
75/12/30	– Entrevista com a C. Mors. do B.º. 2 de Maio, na Ajuda, descrição do processo de funcionamento e de pagamento de rendas /Lx. (VPOV) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Bairro Vermelho, Silves/Algarve. (LB)	– A Direcção Nacional do SAAL divulga as Normas de Serviço Internas n.ºs. 5, 6 e 7: legalização de cooperativas, de ass. mors., e suas principais diferenças. (LB)	
76/01/00 durante o mês			– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Justino Teixeira/Prt.; Manjoeira/Loures; Burgau, Praia da Luz, Mexilhoeira da Carregação, Chão das Donas – Portimão e Cabanas/Algarve. – Início das obras de: Ass. Mors. de Francos/Prt.; Ass. Mors. do Bairro da Pedra Furada/V. F. de Xira; Ass. Mors do Bairro Castelo/Ferreira do Alentejo.
76/01/01	– <i>Manif. em Caxias pela libertação dos presos em 25 de Novembro. Confrontos entre os manifestantes e forças militares</i> /Lx. (CFES, DRA, MCC)		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
	– <i>Manif. em Custóias pela libertação dos presos em 25 de Novembro. Os confrontos provocam 4 mortos e 7 feridos entre os manifestantes /Prt.</i> (CFES, DRA, MCC)		
76/01/04 a 76/01/08	– O Conselho Revolucionário de Mors. do Porto participa na organização dos funerais dos 4 manifestantes de Custóias, que decorrem a 4, 5 e 8 de Janeiro /Prt. (LB)		
76/01/05		– Citações de entrevista do Dr. José Manuel Duarte, Governador Civil de Lisboa, à RTP, onde tece críticas às organizações populares de base. (JNOV)	
76/01/06	– Ocupação de um "velho chalé", na Rua Maria Pia, para Posto Médico pelas C. Mors. do Casal Ventoso e Sete Moinhos. Já tinha sido anteriormente ocupado pela Pró-comissão de Santo Condestável /Lx. (VPOV) – Concentração em Beja para evitar uma acção de despejo que foi, entretanto, anulada pelo tribunal. Realização "in loco" de tribunal popular que condena a queixosa e o juiz /Beja. (VPOV) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Bairro da Liberdade, Cascais/Lx. (LB)		
76/01/07	– Plenário de Mors. do B°. do Liceu /Setúb. (MCC)		
76/01/08	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Luta do Povo/Setúb. (LB)		– Início das obras de infraestruturas da Ass. Mors. 18 de Maio, Portela-Outurela, Oeiras/Lx.
76/01/09	– Plenário do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto na ESBAF. Discussão de obras de emergência /Prt. (LB)		
76/01/10	– Venda de produtos agrícolas em vários bairros e fábricas. Passagem à prática da ligação cidade-campo /Setúb. (MCC)		
76/01/12	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Portugal Novo, Oeiras/Lx. (LB)		
76/01/13	– Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Zona da Arada/Prt. (LB)		
76/01/14	– Atentado à Bomba. Destruição das instalações do SAAL/N /Prt. (JNOV, LB, MCC, PPOP, VPOV) – Comunicados sobre o atentado dos trabalhadores do SAAL/N, do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto, da Ass. Mors. do B°. do Leal e da UDP /Prt. (LB) – Grande plenário do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto na ESBAF /Prt. (LB)	– Artigo de J. Gomes Fernandes sobre o papel das c. mors. (JN)	
76/01/15	– Assembleia de Mors. para debate da ligação cidade-campo. Presentes 13 c. mors. /Setúb. (MCC) – Escritura de constituição da Ass. Mors. Progresso, de Portimão /Algarve.		
76/01/16 a 76/01/17	– Comunicados do MES, Organização 1°. de Maio e PCP (R) de apoio ao movimento de mors. e à manif. marcada para dia 17 /Prt. (LB) – Reuniões plenárias das Ass. Mors. do Algarve integradas no processo SAAL, em Olhão e Alvor. Decidido um conjunto de exigências contra a burocracia a entregar ao governo /Algarve. (CAP, D)		
76/01/16	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 1 de Junho, Portimão/Algarve. (LB)		
76/01/17	– Manif. de mors. pelo fim da paralização processo SAAL /Prt. (LB, REV) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Praia da Cortegaça/Ovar. (LB)		
76/01/18	– <i>Manif. contra a carestia de vida e o congelamento dos salários /Lx.</i> (DRA)		
76/01/19		– DL 39/76 – Define o estatuto dos baldios e promove a sua entrega às comunidades. – DL 40/76 – Anula os negócios de apropriação de baldios por particulares.	
76/01/20	– 30 Associações de Mors. do Algarve convocam manif. para Lisboa /Algarve. (LB)		
76/01/21	– Delegação das Ass. Mors. do Algarve integradas no processo SAAL encontra-se com o SEHU em Lisboa, a fim de obter a assinatura das portarias de DUP dos terrenos. (D) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Unidade de Burgau, da Ass. Mors. Boa Vontade, Lagoa, e da Ass. Mors. 11 de Março, Lagos/Algarve. (LB)	– Plenário de Trabalhadores do SAAL/N. Apresentação de documento sobre a paralização do processo SAAL /Prt. (LB)	
76/01/22	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Bairro de Montevil/Alc.Sal. (LB)	– SAAL/N apresenta proposta de estruturação à Direcção Nacional do SAAL /Prt. (LB)	
76/01/23	– O Comité de Luta de Mors. eleito no plenário do dia 14 divulga caderno reivindicativo para desbloquear o processo SAAL /Prt. (LB)		
76/01/24	– Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. do Bairro Parceria-Antunes/Prt. (LB)		
76/01/25		– <i>Otelo é preso.</i> (DRA) – O SAAL-N corre o risco de perder a possibilidade de vir a construir 30 mil casas por causa do entrave ministerial aos processos de expropriação. Artigo de Rodrigues Alves /Prt. (JOR)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
76/01/25 a 76/01/27	– O Comité de Luta, composto por Ass. e C. Mors., trabalhadores do SAAL/N e brigadas, vai a Lisboa /Prt. (LB) – Conferência de Imprensa que não se chega a realizar por ausência de jornalistas. Leitura de um texto de um mineiro de S.Pedro da Cova /Prt. (LB)		
76/01/26	– Eleição do Secretariado das C. Mors. dos Bairros do Troino, Santa Maria Sul, do Liceu, Alves da Silva, Salgado e Estrada dos Ciprestes /Setúb. (MCC) – Sessão de esclarecimento convocada por um grupo de 43 elementos representantes de c. mors. e de comissões de trabalhadores do Porto [?] para estabelecer possíveis ligações tendentes à unidade dos órgãos de vontade popular à escala nacional. A Sessão decorre no Centro Infantil do Bairro do Relógio, à Rotunda da Encarnação /Lx. (DPOP)		
76/01/27		– DL 71/76, nova regulamentação para o processo de expropriação, no sentido de adaptar a legislação "à realidade histórica que vivemos".	
76/01/30		– 23 300 projectos SAAL em apreciação ou em concurso. Artigo de Jorge Figueiredo, onde se faz uma curiosa utilização da estatística de consumo de ferro e cimento para concluir que não há crise na construção civil. (D)	
76/02/00 durante o mês	– O Grupo Dinamizador dos Órgãos de Vontade Popular de Lisboa saúde o Comité de Luta do Porto /Prt. (LB)	– A brigada do Vilar divulga texto sobre o processo SAAL /Prt. (LB) – A brigada da Cruz de Pau divulga texto técnico sobre a fase de construção /Prt. (LB) – DUP dos terrenos das Ass. Mors. Bairro Popular, no Alvor; Bairro Vermelho, em Enxerim; e Boa Vontade, na Mexilhoeira da Carregação /Algarve.	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Combatentes e Angélicas – Matosinhos/Prt.; Espiche e Tavira/Algarve. – Início da obra no Bº. da Ass. Mors. Liberdade, em Espiche /Algarve.
76/02/01	– 1ª. Assembleia Popular do Concelho do Seixal pelo Poder Popular, com a presença de c. mors. /Seixal. (DRA)		
76/02/03	– <i>Comício de apoio a Otelu no Pavilhão dos Desportos /Lx.</i> (DRA)		
76/02/04	– Reunião da C. Mors. de S. Mª. Sul sobre ocupações e venda de produtos agrícolas /Setúb. (MCC) – Reactivação do Comité Dinamizador da Luta dos 500\$/Assoalhada, integrado no Comité de Luta /Setúb. (MCC) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Bairro da Independência, Oeiras/Lx. (LB)		
76/02/05			– Início da obra da Ass. Mors. Amigos Unidos de Cabanas /Algarve.
76/02/06	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. A Luta Pela Casa, Oeiras/Lx. (LB)	– Francisco Lobo, presidente da C.A. da C. M. de Setúbal, diz que estão em curso 1060 casas através das operações SAAL /Setúb. (JOR)	
76/02/07		– Atribuição de subsídios não reembolsáveis no âmbito do programa SAAL a ass. mors. de Lisboa, Gondomar, Setúbal, Portimão e Monte Gordo. (DIA) – O Governador Civil do Porto visita bairros e contacta com os arquitectos das brigadas: Heroísmo – Arq. Cristiano Moreira; Maceda – Arq. Soutinho; e Contumil – Arq. Célio Costa /Prt. (JN)	
76/02/08	– A C. Mors. do Barreiro ajuda com jornada de trabalho a Cooperativa Sol Nascente /Pavia. (DRA)		
76/02/09	– Reunião em que participam c. mors. sobre a ligação cidade-campo /Setúb. (MCC)		
76/02/10		– DL 117-D/76– Criação do Ministério das Obras Públicas– MOP em substituição do Ministério do Equipamento Social. – DL 117-E/76 – Criação do Ministério da Habitação Urbanismo e Construção – MHUC. – <i>Veiga de Oliveira-MOP /Ed. Pereira-MHUC/ Guimarães Seródio-SEHU</i>	
76/02/11	– Escritura de constituição da Ass. Mors. Boa Esperança, de Estômbar /Algarve.		
76/02/12 a 76/02/14	– 3º. Conselho Nacional do SAAL /Faro. (LB)		
76/02/14	– Confraternização entre mors., trabalhadores do SAAL e brigadas do Porto e do Algarve /Alvor. (LB)		
76/02/16	– Reunião entre o Comité de Luta, o grupo de trabalho de habitação e o Ministério da Justiça sobre os despejos e as lutas urbanas /Setúb. (MCC) – Relatório do grupo de trabalho de habitação da Setenave /Setúb. (MCC)		
76/02/17	– Reunião no Bº. Alves da Silva sobre creches e ligação cidade-campo /Setúb. (MCC)	– Entrevista com o novo Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção Civil, Eng. Eduardo Pereira: "estão a decorrer diversas operações SAAL que envolverão cerca de 30 mil fogos" (L)	
76/02/18	– Conflitos em volta da extinção do Conselho Coordenador da Previdência. (MCC) – Despejo com intervenção policial na Rua do Alto, à Foz do Douro /Prt. (REV, VPOV)	– Relatório do SAAL/N sobre o estado das expropriações /Prt. (LB)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
76/02/19	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. da Liberdade, Lagos/Algarve. (LB)		
76/02/20	– <i>Manif. em S.Bento pela libertação dos anti-fascistas presos</i> /Lx. (DRA) – Despejo com intervenção policial na R. Miguel Bombarda, nº 15 /Prt. (CPRT, REV, VPOV) – Plenário de c. mors. na ESBAF. Acção de apoio aos despejados da R. Miguel Bombarda e consequente protesto no domicílio do Governador Civil /Prt. (REV)		
76/02/21	– Conflitos no Bº. das Mós e Fetais – Camarate. O proprietário recuou sede da Ass. Mors., que também funcionava como creche, e que tinha sido atribuída à Associação em Julho de 75, numa reunião com a presença da brigada SAAL e das F.A. /Lx. (DLIS)	– Entrevista com o novo Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção Civil, Eng. Eduardo Pereira: "as Juntas de Freguesia com a colaboração de todas as 'verdadeiras' Comissões de Moradores têm, neste momento, um papel muito importante". Não há referências ao SAAL e fala-se no início de um "programa habitacional cooperativo" cujo apoio técnico e financeiro será prestado pela Suécia. (CAP)	
76/02/24		– O GEP do FFH elabora parecer sobre política de crédito à habitação. (LB) – O Arq. Rafael Botelho elabora parecer sobre financiamento das operações SAAL. (LB) – A Dra. Maria Proença apresenta notas sobre a proposta de política de crédito à habitação. (LB) – A Direcção Nacional do SAAL elabora um novo projecto de decreto de financiamento. (LB)	
76/02/25	– Plenário sobre a Luta dos 500\$/Assoalhada /Setúb. (MCC) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Zona da Sé/Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. A Força da Razão, Loures/Lx. (LB)		
76/02/26	– Plenário contra os despejos com a presença de cerca de 30 c. mors., formação do Comité de Luta dos Ocupantes e Mors. Pobres – CLOMP /Lx. (VPOV)	– É assinado o 2º. Pacto MFA-Partidos. Subscrevem-no o PS, o PPD, o CDS e o PCP. (CFES, DRA)	
76/02/27	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Os Progressistas, Loures/Lx. (LB)		
76/02/28	– Plenário da Inter-comissões de Bairros de Lata e Bairros Pobres de Lisboa propõe novos objectivos de luta, entre os quais a integração no processo SAAL dos bairros que dele ainda não fazem parte /Lx. (LB, PPOP) – A Comissão Concelhia do PCP do Barreiro promove encontro concelhio de actividades da organização popular de mors. /Barreiro. (DRA)		
76/03/00		– O MHUC publica o "Problema da Habitação", sobre a política de habitação do governo. O Documento, que contém referências ao SAAL, serviu de base a uma intervenção do ministro na RTP. (LB) – É constituído um órgão coordenador regional de Lisboa do SAAL /Lx. (LB) – DUP do terreno da Ass. Mors. Progresso, de Silves /Algarve.	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Carvalhido e de Cedofeita-Carvalhosa/Prt.; Paço dos Negros/Almeirim; Prior Velho/Loures; Estômbar, Progresso de Silves e Vila Real de Spº. António/Algarve. – Início das obras de: Ass. Mors. da Cruz de Pau – Matosinhos/Prt.; Ass. Mors. da Praia de Cortegaça/Ovar.
durante o mês			
76/03/01		– O SAAL/N apresenta protesto à SEHU sobre a paralização das expropriações /Prt. (LB)	
76/03/02	– Comunicado das Comissões Revolucionárias Autónomas de Mors. e Ocupantes, CRAMO, de Arroios, Rego – Sul, Lapa, S. José, Relógio, Pena e Santo Condestável. Contra a vaga de despejos /Lx. (VPOV) – Comunicado da C. Mors. da Quinta dos Embrechados, a apelar para as expropriações que a C. M. não executou /Lx. (VPOV) – As C. Mors. do Vale Escuro, Peixinhos, Alto da Eira e quintas agregadas vão à C. M. de Lisboa exigir a resolução dos seus problemas /Lx. (VPOV)		
76/03/03	– Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de S. Roque, Conde, Alto Mearim, Matosinhos/Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da C.H.E. 25 de Abril de 1974, Seixal/Lx. (LB)	– <i>Otelo é libertado embora mantido sob o regime de residência fixa.</i> (CFES, DRA)	
76/03/04	– Explosivo destrói o automóvel de um trabalhador do SAAL/N /Prt. (DNOT, FL, LB) – Reunião na AIL com várias c. mors. para discussão do problema de especulação de rendas /Lx. (VPOV) – Escritura de constituição da Ass. Mors. 28 de Junho, de Vila Real de Sto. António /Algarve.		
76/03/05	– Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Progresso, Silves/Algarve. (LB)	– A C.M. de Setúbal retira-se da organização da Jornada de apoio à Reforma Agrária, dias 6 e 7 de Março, e do Dia Internacional da Mulher, dia 8 de Março /Setúb. (MCC)	
76/03/06	– <i>Manif. de mors. contra os despejos, pelo direito à habitação</i> /Prt. (LB, VPOV)	– Comunicado do PCP sobre a <i>Manif. pelo direito à habitação</i> /Prt. (LB)	
76/03/07	– 1º. Aniversário dos incidentes ocorridos durante o comício do PPD, que integra Jornada de apoio à Reforma Agrária, ligação cidade-campo e canto livre /Setúb. (MCC)		
76/03/08	– Moções dos trabalhadores dos serviços centrais do SAAL e dos trabalhadores do SAAL/N sobre os atentados bombistas. (LB)		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
76/03/09	— Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da C.H.E. Boa Esperança/Lx. (LB)	— O ministro da Habitação, Eng. Eduardo Pereira, afirma, à entrada do plenário de ministros, que estará terminada em meados de 1977 "uma acção sobre cerca de 30 mil fogos" para substituir as áreas ocupadas por barracas. (JCOM)	
76/03/11		— Projecto definitivo do decreto de financiamento enviado ao FFH pelo Director Nacional do SAAL. (LB) — A brigada da Cruz de Pau divulga texto sobre controlo operário do sector da construção civil e sobre controlo popular da cidade /Prt. (LB)	
76/03/12	— Conferência de imprensa do secretariado das Ass. Mors. do SAAL/Algarve sobre o boicote burocrático e a paralização do processo SAAL /Algarve. (LB) — Conferência de imprensa dos trabalhadores SAAL de todo o país no Bº. da Curreleira e comunicado aos mors. em luta pelo direito à habitação /Lx. (D, DNOT, FL, JCOM, LB, SÉC) — Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Boa Esperança, Lagoa/Algarve. (LB)		
76/03/13	— Plenário do Comité de Luta dos Ocupantes e Mors. Pobres, CLOMP. Presentes cerca de 60 c. mors. Aprovação do caderno reivindicativo a apresentar ao Ministério da Habitação /Lx. (VPOV)		
76/03/14			— Início da obra da 1ª. fase das casas da Ass. Mors. 18 de Maio, Portela-Outurela, Oeiras/Lx.
76/03/16	— Inter-comissões dos Arredores de Lisboa apresenta caderno reivindicativo /Lx. (LB) — Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da C.H.E. Bela Flor/Lx. (LB)	— Posição do SAAL acerca da resolução do Conselho de Ministros sobre a criação de institutos imobiliários. (LB) — Resposta do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto ao comunicado do PCP de Março /Prt. (LB)	
76/03/17	— Caderno reivindicativo a apresentar ao 1º. Ministro pelos mors. ligados ao processo SAAL de todo o país. (LB) — Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. 28 de Junho, V. R. 5º. António/Algarve. (LB)		
76/03/19	— Comunicado das Ass. Mors. do Algarve, da Inter-associações dos Arredores de Lisboa, da Ass. Mors. do Casal das Figueiras, em Setúbal e da Associação 1º. de Maio, do Seixal, dirigido às ass. mors. de todo o país /Lx. (LB) — Plenário Nacional de Limitação das Rendas de Casa /Setúb.(?) (MCC) — Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Cruz de Pau, Matosinhos/Prt. (LB)	— <i>Melo Antunes, na RTP, alerta para a possibilidade de golpe de extrema direita.</i> (MCC) — A SEHU aprova o Plano de Actividades para 1976 do FFH. (LB) — A C. M. de Setúbal queixa-se ao governo pelos atrasos nas expropriações e no PIS /Setúb. (MCC) — O Conselho de Ministros estabelece o regime de crédito à habitação. (CFES)	— Início da obra da Ass. Mors. 1º. de Maio, de Tavira /Algarve.
76/03/20	— A Inter-comissões de Lisboa recusa integrar a estrutura orgânica do SAAL. /Lx. (LB) — O Núcleo Dinamizador organiza em Almada um Assembleia Popular /Almada. (DRA) — Plenário contra a especulação de rendas, no Liceu de Setúbal, organizado pelo Comité de Luta pelo Abaixamento de Rendas de Casa — CLARC. Aprovada uma moção que propõe a candidatura de Otelo para presidente /Setúb. (PPOP, REV)		
76/03/22	— Reunião da C. Mors. do Bº. dos Pescadores para atribuição de casas novas /Setúb. (MCC)		
76/03/25	— Escritura notarial dos estatutos da Ass. Revolucionária de Mors. do Carvalhido/Prt. (LB)		
76/03/26	— Reportagem sobre a construção de 170 fogos para a Ass. Mors. Luta do Povo, nos bairros de Pinheirinhos, Quatro Caminhos e Maltalhados /Setúb. (FL)	— Ofício da Região Militar do Norte sobre expropriações em áreas degradadas /Prt. (LB) — O Ministério das Finanças faz saber que autorizou a construção de 2302 fogos em Lisboa, Setúbal, Aveiro, Caldas da Rainha, Moita, Alfragide, Portimão, Algueirão, Loures e Oeiras. (JNOV)	
76/03/27	— Plenário de Mors. convocado pelo Grupo Dinamizador da Inter-comissões de Bairros da Lata e Bairros Pobres. Presentes 17 c. mors., para além de representações de vários comités de luta de Lisboa e de Setúbal. É convocada uma manif. para o dia 10 de Março /Lx. (VPOV)	— 15 000 associados em mais de 100 cooperativas de habitação espalhadas pelo país, mais 30 000 moradores de bairros urbanos degradados, organizados em torno de cerca de 120 ass. mors. que lutam através do processo SAAL. O Conselho de Ministros anuncia, contudo, "condições de empréstimo, à iniciativa privada [...] a 4 por cento, e para as cooperativas 'de 6 a 8 por cento' ". (DLIS)	
76/03/28	— Despejos na Av. de Roma, nº.22 /Lx. (VPOV)	— Estudo Técnico sobre problemas de Construção no processo SAAL publicado pelo Sector de Estudos e Planeamento do SAAL. (LB)	
76/03/29	— Plenário de c. mors. e de comissões de trabalhadores. Abandona-se a designação Comité de Luta e passa a chamar-se Secretariado das Comissões de Trabalhadores e Secretariado das C. Mors. /Setúb. (MCC) — A construção de 350 fogos do SAAL na Cruz de Pau iniciou-se há dias. Descrição dos problemas sociais entre os grupos étnicos envolvidos no processo /Prt. (JN)		
76/03/30	— Concentração na R. Frei Silvestre, em Almada, para evitar que um sublocatário fosse despejado /Almada. (VPOV) — Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Mira-gaia/Prt. (LB)		
76/04/00 durante o mês	— Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. do Bairro Castelo/Ferreira do Alentejo. (LB)	— Reunião das brigadas da Área Metropolitana de Lisboa no FFH e discussão da possibilidade de divisão em duas Sub-Regionais /Lx. (LB)	— Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Fazendas de Almeirim/Almeirim; Marianas — Cascais/Lx.;

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
		<ul style="list-style-type: none"> – Os serviços centrais do SAAL propõem protocolo regulador das relações com as C. M. (LB) – O SEP do SAAL divulga estudos técnicos de análise sócio-económica e de metodologia de projecto. (LB) 	<p>Progresso – Portimão/Algarve.</p> <ul style="list-style-type: none"> – Início das obras de: Ass. Mors. do Bairro do Leal e da Zona da Lapa/Prt.; Ass. Mors. do Poço de Baixo/Ovar; Ass. Mors. de Terroa de Baixo/Setúb.; Ass. Mors. 28 de Junho – Vila Real de S^o. António/Algarve.
76/04/01	<ul style="list-style-type: none"> – Artigo de Mendes Nunes. Crítica à desmobilização da organização popular de mors. /Lx. (GS) – Seiscentos casos de despejo pendentes no Porto. Críticas à capacidade organizativa: "As respostas aos despejos têm sido manifestações pontuais" /Prt. (GS) – Juizes do Tribunal de Deiras solicitam à Ordem dos Advogados a instauração de processo disciplinar a três advogados – Saúl Nunes, Amadeu Lopes Sabino e Luís Filipe Sabino – que habitualmente defendiam mors. e ocupantes /Lx. (GS) 	<ul style="list-style-type: none"> – Entrevista com o ministro da Habitação, eng. Eduardo Pereira sobre o novo regime de crédito à habitação: "pressupõe [...] a existência de capacidade financeira por parte das pessoas que recorram a esse crédito. Isto significa que existem outras camadas da população com capacidade económica inferior a estas, que na verdade não terão acesso à aquisição da habitação". Não são feitas quaisquer referências ao SAAL. (JNOV) 	
76/04/02	<ul style="list-style-type: none"> – Reportagem com a brigada SAAL no B^o. dos Embrechados, na qual se criticam os entraves por parte da C. M. de Lisboa, à posse administrativa dos terrenos já declarados de utilidade pública: "A Câmara ainda não conseguiu, num bairro que fosse, abrir passagem à iniciativa dos moradores". /Lx. (FL) 	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Promulgação da Constituição da República Portuguesa.</i> – DL 233/76 – Extingue a enfitese de prédios urbanos. 	
76/04/03	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Assassínio do Padre Max.</i> (CFES, DRA, MCC) 		
76/04/05	<ul style="list-style-type: none"> – Julgamento de 5 mors. envolvidos na luta dos 500\$/As-soalhada /Setúb. (MCC) 	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Início da campanha eleitoral para a Assembleia da República.</i> 	
76/04/07	<ul style="list-style-type: none"> – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Alto dos Moinhos e da C.H.E. Vila Fernandes/Lx. (LB) 		
76/04/08	<ul style="list-style-type: none"> – Plenário Regional de Equipas SAAL de Lisboa no FFH /Lx. (LB) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Serralves/Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. Bairro Novo Alto da Damaia, Oeiras/Lx. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – Proposta de integração dos trabalhadores do SAAL na Função Pública. (LB) – A Direcção Nacional do SAAL divulga a Norma Interna n^o. 8 sobre honorários das equipas. (LB) 	
76/04/09	<ul style="list-style-type: none"> – 1^o. Plenário do Grupo de Coordenação Popular da Fase de Construção do SAAL/N /Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário do Governo</i> dos estatutos da Ass. Mors. de S. Sebastião/Évora. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – Proposta de funcionamento orgânico do SAAL, feita pelas equipas de Vila Franca de Xira, Cascais e Sintra /Lx. (LB) 	
76/04/10	<ul style="list-style-type: none"> – Manif. nacional de mors. no Parque Eduardo VII /Lx. (LB) 		
76/04/11			<ul style="list-style-type: none"> – Adjudicação da empreitada geral do Bairro da Ass. Mors. 18 de Maio, Portela-Outeira, Oeiras/Lx.
76/04/12	<ul style="list-style-type: none"> – Comunicado da UDP com referências ao SAAL /Prt. (LB) – Mandato de busca às instalações do SAAL/N, ordenado por Mota Freitas. (LB) 		
76/04/13	<ul style="list-style-type: none"> – Manif. pela legalização das casas ocupadas, contra a carestia, convocada pela Comissão Coordenadora das C. Mors. de Vila Real de Sto. António e Castro Marim, na Pça. Marquês de Pombal, daquela vila /V. R. de Sto. António. (VPOV) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Carcavelos, Matosinhos/Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. Quintinha da Liberdade/Alc.Sal. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – DL 275/76 – Medidas repressivas da construção clandestina. 	
76/04/14	<ul style="list-style-type: none"> – Reunião de c. mors.sobre a distribuição de casas no B^o. da Caixa Nacional de Pensões /Setúb. (MCC) 		
76/04/19		<ul style="list-style-type: none"> – A C. M. de Lisboa aprova regras para a contratação e execução dos projectos de infraestruturas nas unidades operacionais do SAAL /Lx. (LB) – O Tribunal manda embargar as obras no B^o. da Liberdade /Setúb. (MCC) – O ministro da Habitação na RTP: "Este programa [SAAL] arrancou efectivamente no segundo semestre de 1975 e com ele se despendeu, até ao fim desse ano, cerca de 74 mil contos"; um milhão de contos para 9500 fogos em 1976 assim distribuídos, por distrito – Lisboa, 5052, Coimbra, 118, Évora, 44, Beja, 326, Setúbal, 889, Faro, 589, Porto, 2219, e Aveiro, 188. (CAP, DNOT, SÉC) 	
76/04/20	<ul style="list-style-type: none"> – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Massarelos/Prt. (LB) 		
76/04/21	<ul style="list-style-type: none"> – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Popular de Mors. do Seixo, Matosinhos/Prt. (LB) 		
76/04/22	<ul style="list-style-type: none"> – Notícia do fim da C. Mors. do B^o. da Caixa Têxtil, em S. Mamede de Infesta, e de "contradições" várias no seio do movimento de mors. do B^o. camarário de S. João de Deus, a propósito da entrega de 16 novos fogos /Prt. (GS) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. Operária 26 de Janeiro, S^o. da Hora, Matosinhos/Prt. (LB) 		
76/04/23	<ul style="list-style-type: none"> – Plenário no B^o. Santos Nicolau para eleição da C. Mors. /Setúb. (MCC) 		
76/04/25		<ul style="list-style-type: none"> – <i>Eleições para a Assembleia da República.</i> 	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
76/04/26		– A Comissão Instaladora da Regional do SAAL/Algarve divulga texto crítico dos adiamentos sucessivos na tomada de posse dos terrenos /Algarve. (LB)	
76/04/27	– Reunião de c. mors. para definição de um programa /Setúb. (MCC)		
76/04/28	– Reunião sobre habitação, desporto e problemas de mors., em Pontes /Setúb. (MCC)		
76/04/29	– Reunião na Estrada dos Ciprestes, com as C. Mors. de Troino, Santa Maria Sul e Monte Belo /Setúb. (MCC)		
76/04/30	– Plenário das rendas de casa para fazer o ponto de situação da luta /Setúb. (MCC) – Várias reuniões de c. mors. /Setúb. (MCC) – Criação em plenário da C. Mors. de Santos Nicolau /Setúb.(MCC) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. Popular Quinta da Serra, Loures/Lx. (LB) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. Progresso, Portimão/Algarve. (LB)	– Elaboração do ponto de situação de todas as operações SAAL. (LB)	
76/05/00		– Apresentação do Relatório de Actividades do FFH em 1975. (LB) – O Sector da Construção do SAAL/N divulga a Circular nº. 59 sobre o Estado das Operações SAAL/N em fase de construção /Prt. (LB)	– Início formal do trabalho da brigada técnica de: Aljezur/Algarve. – Início das obras de: Ass. Mors. de Chaves de Oliveira e de Cruz de Pau – Matosinhos /Prt.; Ass. Mors. Boa Vontade, da Mexilhoeira da Carregação e Bairro Vermelho, de Enxerim – Silves /Algarve.
durante o mês			
76/05/04	– Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Zona das Fontainhas/Prt. (LB)		
76/05/06	– Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. dos Ciganos da Cruz de Pau e da Ass. Mors. da Cruz de Pau, Matosinhos/Prt. (LB)		
76/05/07	– Várias reuniões de c. mors. /Setúb. (MCC)		
76/05/08	– Governador Civil do Porto visita a Ass. Mors. de Chaves de Oliveira. Os mors. queixam-se da morosidade da publicação em <i>Diário da República</i> da expropriação dos terrenos /Prt. (GS) – Acção de despejo impedida por concentração popular na R. de S. Pedro, em Matosinhos /Prt. (REV) – Acção de troca directa entre uma Cooperativa da Azambuja e os mors. do B.º de Angola em Camarate. Os mors. falam do SAAL, dizem que tenta resolver os casos mais prementes, mas que é alvo de entraves burocráticos /Lx. (GS) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Arrábida– Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida/Prt. (LB)		
76/05/10	– A C. Mors. de Miragaia, com o apoio da brigada SAAL, apresenta caderno reivindicativo ao Governador Civil do Porto /Prt. (JN) – Brigada de Contumil entrega o processo de expropriações globais para todas as intervenções SAAL. Notícias do avanço da construção do pavilhão polivalente e de infraestruturas de saneamento /Prt. (JN) – Incêndio em 14 barracas no B.º dos Húngaros, em Algés de Cima. A maioria das vítimas era de nacionalidade cabo-verdiana /Lx. (VPOV) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de S. Pedro/Espinho. (LB)	– <i>Pinheiro de Azevedo anuncia candidatura à Presidência da República.</i> (DRA)	
76/05/12		– Ofício do SAAL/N para a C. M. do Porto sobre expropriação e cedência do direito de superfície /Prt. (LB)	
76/05/14		– As brigadas da Cruz de Pau e de Massarelos apresentam documento sobre contratação de brigadas /Prt. (LB) – <i>Ramalho Eanes anuncia candidatura à Presidência da República.</i> (CFES, DRA)	
76/05/15	– Plenário do Conselho Revolucionário de Mors. na ESBAP. Presentes representantes de 41 c. mors. O Centro Revolucionário Mineiro foi declarado de utilidade pública. Falase de expropriações em S. Pedro da Cova, e em Massarelos, Sé, Arrábida, Vilar e Chaves de Oliveira. Denúncia de irregularidades por parte de um proprietário da Arrábida /Prt. (JN[?]) – Ocupação dos novos blocos do B.º. S. João de Deus. Conflitos entre os novos ocupantes e os mors., a polícia de choque desaloja sem incidentes /Prt. (GS)		
76/05/16		– <i>Formação dos GDUP.</i> (DRA)	
76/05/17	– Estudantes de medicina desenvolvem trabalho de dinamização socio-cultural em Miragaia: "o seu êxito depende do êxito da operação SAAL" /Prt. (JN)	– A SEHU apresenta o segundo despacho de financiamento das operações SAAL. (LB)	
76/05/18	– Reocupação de uma casa, cujos ocupantes já tinham sido desalojados, na R. de Entrecampos. Concentração e mobilização de mors. feita pela CRAMO de Arroios. A polícia carrega e desaloja novamente /Lx. (REV, VPOV)	– <i>Octávio Pato anuncia candidatura à Presidência da República.</i> (CFES, DRA)	
76/05/19	– Reunião de mors. em Pontes /Setúb. (MCC) – Reunião de c. mors. para formação de cooperativa de consumo no B.º. Alves da Silva apoiada na ligação cidade-campo /Setúb. (MCC)		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
76/05/20	<ul style="list-style-type: none"> – Reuniões de mors. em vários bairros /Setúb. (MCC) – Comunicado da C. Mors. de Nevogilde a denunciar que a C. A. da Caixa de Previdência pretende desalojar 6 famílias de ocupantes de um prédio /Prt. (REV) – Representantes das c. mors. de bairros pobres e algumas dezenas de mors. vão ao Ministério da Habitação indagar da ausência de resposta às reivindicações apresentadas a 10 de Abril e apresentar novo conjunto de exigências /Lx. (VPOV) 		
76/05/21	<ul style="list-style-type: none"> – Escritura de constituição da Ass. Mors. Zona Verde, de Bensafrim /Algarve. 	<ul style="list-style-type: none"> – Reunião do SAAL/N com a Comissão de Gestão da C. M. do Porto /Prt. (LB) – A Noruega anuncia que oferece a Portugal 300 Pré-fabricados para alojamento de retornados. (CFES) 	
76/05/22	<ul style="list-style-type: none"> – Governador Civil do Porto visita Miragaia e é recebido pela brigada SAAL. Os mors. entregam memorial e discutem o plano para a zona /Prt. (JN) – 132 famílias do Alto da Eira, Quinta dos Peixinhos e Vale Escuro ocupam uma das torres a eles destinadas, pressionados pela possível ocupação da torre por retornados /Lx. (VPOV) – Inauguração da sede da Ass. Mors. da Travessa da Póvoa, Av. Fernão de Magalhães /Prt. (GS) – C. A. da C. M. do Porto visita o Bº. da Lapa e as obras do SAAL /Prt. (GS) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Zona de Tiraes/Prt. (LB) 		
76/05/24	<ul style="list-style-type: none"> – Reuniões de mors. em vários bairros /Setúb. (MCC) 		
76/05/25	<ul style="list-style-type: none"> – Reunião sobre a infância no IFAS /Setúb. (MCC) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Contumil/Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. O Povo Vencerá, Aljezur/Algarve. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – Demissão da Comissão Directiva Militar do FFH, na carta de demissão é destacada a estruturação do SAAL. (D, LB) – Demissão do Director Nacional do SAAL, membro da Comissão Directiva do FFH, Major Baptista Alves. (LB) 	
76/05/26	<ul style="list-style-type: none"> – Plenário para eleição da C. Mors. de Montalvão /Setúb. (MCC) – Manif. da luta dos 500\$/Assoalhada em frente ao Governo Civil /Setúb. (MCC) 		
76/05/27		<ul style="list-style-type: none"> – <i>Otelo anuncia a candidatura à Presidência da República.</i> (DRA) 	
76/05/28	<ul style="list-style-type: none"> – Os arquitectos da brigada SAAL de Miragaia falam dos problemas de recuperação de imóveis, das questões sociais e das perspectivas futuras de alojamento /Prt. (D) 	<ul style="list-style-type: none"> – Relatório de actividades do Grupo de Trabalho da Construção do SAAL/N /Prt. (LB) 	
76/05/29	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Comboio eleitoral de Otelo.</i> (MCC) – Reunião nacional dos secretariados das Inter-comissões convoca plenário para 19 de Junho. (LB) 		
76/05/31	<ul style="list-style-type: none"> – 4º. Conselho Nacional do SAAL em reunião extraordinária para análise da situação provocada pela demissão do Director Nacional do SAAL. (LB) – Mobilização popular no Casal da Serra, Porto da Paiã, para realojar um deficiente das F.A. entretanto despejado /Lx. (VPOV) 	<ul style="list-style-type: none"> – Despacho do MHUC, publicado no <i>Diário da República</i>, substituindo o Arq. Nuno Portas pelo Arq. Tomás Taveira na presidência da Subcomissão de Regulamentação do Planeamento Urbano. (D) 	
76/05/31 a 76/06/11		<ul style="list-style-type: none"> – Conferência da ONU sobre Estabelecimentos Humanos-Habitat em Vancouver. (LB) 	
76/06/00 durante o mês	<ul style="list-style-type: none"> – Pedido de DUP do terreno da Ass. Mors. Boa Esperança, de Estômbar /Algarve. – Autorização para tomada de posse dos terrenos das Ass. Mors. Boa Vontade, da Mexilhoeira da Carregação; Unidade, de Burgau; e Progresso, de Silves /Algarve. 	<ul style="list-style-type: none"> – SAAL/N divulga nova Matriz do Processo Técnico e um Regulamento das relações entre o Sector de Apoio à Construção e as brigadas /Prt. (LB) – DUP do terreno para a Ass. Mors. 28 de Setembro, de Lagos /Algarve. 	<ul style="list-style-type: none"> – Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Vale de Figueira/Santarém; Canal Caveira/Grândola.
76/06/01	<ul style="list-style-type: none"> – Declaração de princípios da Conferência de Vancouver sobre Estabelecimentos Humanos. (LB) 		
76/06/02		<ul style="list-style-type: none"> – SAAL/N apresenta relatório sobre avaliação de parcelas expropriadas em zonas de intervenção SAAL /Prt. (LB) – SAAL/N apresenta relatório sobre conceito de zona degradada /Prt. (LB) 	
76/06/03	<ul style="list-style-type: none"> – Assembleia Geral de Trabalhadores do FFH, com a presença do MHUC e do SEHU, para avaliar a situação criada pela demissão da Comissão Directiva. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – <i>A Assembleia Legislativa inicia os trabalhos.</i> (CFES, DRA, MCC) 	
76/06/04		<ul style="list-style-type: none"> – Conferência de imprensa que anuncia os resultados da primeira reunião da Comissão Mista Luso-Alemã para as Questões Económicas – "o governo alemão vai pôr à disposição do Governo português os meios indispensáveis para a solução do problema habitacional que afflige Portugal". (JN) 	
76/06/05	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Festa Popular de apoio à candidatura de Otelo no Parque Eduardo VII</i> /Lx. (DRA) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Pego Negro/Prt. (LB) 		
76/06/06	<ul style="list-style-type: none"> – Organização de venda directa de produtos das cooperativas agrícolas em Porto da Paiã. As cooperativas não aparecem. Decepção das C. Mors. de Porto da Paiã, Serra da Luz, Presa e Pontinha, que organizaram a jornada /Lx. (GS) 		<ul style="list-style-type: none"> – Inauguração das primeiras seis casas do Bº. da Relvinha /Coimbra. (GS)
76/06/07		<ul style="list-style-type: none"> – Nomeação provisória pelo MHUC de uma nova Comissão Directiva para o FFH. (LB) 	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
76/06/08	– Convocatória do Conselho Revolucionário de Mors. para um Encontro Regional das C. e Ass. Mors. do Norte, a realizar no dia 2 de Julho /Prt. (PU)	– <i>Queda de helicóptero provoca 3 mortos. Pires Veloso fica ferido no mesmo acidente.</i> (CFES[?], DRA)	
76/06/09	– Comunicado conjunto da Escola Popular de Educadores de Infância do Porto, C. Mors. do B°. do Aleixo, dos professores das Escolas do B°. do Aleixo e da Ass. Mors. da Fonte Taurina. Morte de uma criança, no dia 3, provocada por um explosivo abandonado /Prt. (GS) – Manifestação de protesto pela morte da criança /Prt. (GS)	– Ofício do SAAL/N ao Conselho Revolucionário de Mors. do Porto sobre o grupo de controlo do SAAL /Prt. (LB) – <i>Mesa Redonda na RTP com a presença dos quatro candidatos à Presidência da República.</i> (CFES, DRA)	
76/06/11	– Plenário das C. Mors. da Freguesia de S. Sebastião para formação do Conselho de Mors./Setúb. (MCC)		
76/06/12		– Comunicado do PC de P (ML) de ataque ao SAAL /Lx. (LB)	
76/06/14	– Festa dos Santos Populares para mors. na Reboreda. Queima de lixo pelas c. mors. /Setúb. (MCC)	– Executivo do SAAL apresenta ao FFH documento proposto pelo 4°. Conselho Nacional. (LB)	– Início formal do trabalho da brigada técnica de: Vale Pereira/Grândola.
76/06/15	– Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Aldeia e Vale do Souto, Gondomar/Prt. (LB)	– O SAAL/N divulga a sua posição-tipo sobre o conceito de zona degradada /Prt. (LB)	
76/06/16	– Polícia de choque recusa-se a efectuar o despejo de 24 crianças e de 28 adultos, retornados, que ocupam um palácio na R. das Janelas Verdes /Lx. (PU)		
76/06/17	– Mobilização popular num prédio da Av. Casal Ribeiro impede o despejo de um ocupante /Lx. (VPOV)		
76/06/18	– Reunião no B°. Pça. do Brasil para reorganização da C. Mors. /Setúb. (MCC)		
76/06/19	– Plenário de mors. de bairros pobres, convocado numa reunião do secretariado da Inter-comissões. Da ordem de trabalhos faz parte uma discussão sobre o processo SAAL /Lx. (PU)		
76/06/21	– Plenário com cerca de vinte c. mors. na AIL. Discutem-se possibilidades de pressionar o poder e de organizar o apoio jurídico de mors. pobres e ocupantes /Lx. (PU)	– Estimativa das verbas envolvidas em operações SAAL a apresentar ao FFH para informar um pedido de empréstimo aos EUA. (LB)	
76/06/22	– Reunião das C. Mors. da Freguesia de S. Sebastião /Setúb. (MCC) – Polícia executa acção de despejo de uma idosa na R. Gomes Freire /Lx. (VPOV) – Juiz do Tribunal da Boa Hora absolve ocupantes, por se provar que o senhorio tinha tentado especular com as quantias pedidas antes de alugar /Lx. (VPOV)	– <i>Pinheiro de Azevedo tem um ataque cardíaco durante uma visita ao Porto, na campanha eleitoral /Prt.</i> (CFES[?], DRA) – <i>Almeida e Costa é nomeado Primeiro Ministro interino.</i> (DRA)	
76/06/23	– Um proprietário destrói casas ocupadas no B°. da Liberdade /Setúb. (MCC)	– Publicação da carta de demissão da C. A. do FFH. (D) – Acusações ao ministro da Habitação: "promove especulação imobiliária". (D)	
76/06/24	– Entrevista com a Ass. Mors. de Miragaia: "Nós vamos tentar recuperar o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, que não está a trabalhar para o interesse geral de todos os moradores" /Prt. (GS)		
76/06/25	– <i>Manif. de apoio à candidatura de Otelo</i> /Lx. (DRA) – Plenário das rendas de casa /Setúb. (MCC) – Plenário do Conselho de Mors. de S. Sebastião para eleição do Secretariado das C. Mors. do concelho de Setúbal /Setúb. (MCC) – Debate directo entre a C. de Ocupantes de Entrecampos, as C. Mors. de S. Sebastião e a AIL /Lx. (PU)		
76/06/27		– <i>Eleições Presidenciais.</i>	
76/06/30		– Relatório sobre financiamento das operações SAAL apresentado pelo SAAL/N /Prt. (LB) – Nota oficiosa do MHUC. Rebate acusações de "especulação imobiliária" e de "pressões" para a demissão da C. A. do FFH, entre outras, em resposta ao jornal <i>O Diário</i> de 14 e de 23/6/76. (CAP, DLIS, LB)	
76/07/00 durante o mês		– DUP dos terrenos das Ass. Mors. 11 de Março, da Praia da Luz, e 25 de Abril, do Apeadeiro, Meia Praia /Algarve.	– Início formal do trabalho das brigadas técnicas de: Palma de Baixo e Pedrouços– Bom Sucesso/Lx. – Início das obras de: Ass. Mors, 18 de Maio, Portela – Outorela/Oeiras.; Ass. Mors. Boa Esperança – Estômbar/Algarve.
76/07/01	– Entrevista com a Ass. Mors. da Zona da Boavista: fala-se da inauguração do parque infantil e da biblioteca; "acontece que o processo SAAL é moroso e as entidades tratam ainda de o atrasar"; "connosco acontece que nos querem emperrar a construção". /Prt. (GS)		
76/07/02	– A Comissão Dinamizadora das Rendas de Casa, de Setúbal, encontra-se com o Provedor de Justiça, Ten. Coronel Costa Brás, para reclamar os despejos e solicitar que ele actue "junto do Governo para que este cumpra a Constituição" /Setúb. (PU) – Despejo de uma família de ocupantes no B°. da Pena /Lx. (REV)	– O Ministro da Habitação pretende afastar o LNEC e o Ministério das Obras Públicas da Subcomissão de Regulamentação do Planeamento Urbano. (D) – Em conferência de imprensa, a Comissão de Inventariação, Análise e Estudo das Ocupações refere oportunismo nas ocupações de casas. (CAP, L, VPOV)	
76/07/03		– Programa na Radiodifusão – Programa 1 – sobre o SAAL e Cooperativas. (HT)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
76/07/04		– Artigo do <i>Comércio do Porto</i> com referências ao SAAL /Prt. (LB)	
76/07/05	– Eleições do Secretariado do Conselho de Mors. /Setúb. (MCC) – GDUP de Belém reocupa casa e entrega à família despejada /Lx. (REV)		
76/07/06		– Programa Confronto na RTP, sobre Cooperativas em geral, incluindo as Associações e Cooperativas ligadas ao SAAL. (HT)	
76/07/07		– Ofício do SAAL/N à Direcção Nacional do SAAL sobre a notícia do <i>Comércio do Porto</i> de 4/7/76 /Prt. (LB)	
76/07/08	– A Ass. Mors. do Bº. da Conchada luta pelo direito à habitação: "seja o que for, seja o SAAL, seja a Câmara, seja a Santa Casa, a gente vai lá as vezes que forem precisas até conseguir aquilo a que afinal temos mais do que direito" /Coimbra. (GS)		
76/07/09	– Debate sobre legalização das c. mors. /Setúb. (MCC) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. Operários e Camponeses/Almeirim. (LB)		
76/07/09 a 76/07/10	– 5º. Conselho Nacional do SAAL /Lx. (LB)		
76/07/10	– Continuação da reunião ordinária do Conselho Nacional do SAAL /Lx. (GS) – Críticas à passividade da C. Mors. de Alcolena perante a mobilização popular em diversos casos de despejo /Lx. (25AP) – Ocupação de uma casa que estava "arrendada a uma família de retornados que nunca a chegou a habitar", no Laranjeiro. Teve o apoio dos GDUP do Laranjeiro, do Feijó e de Miratejo /Lx. (VPOV) – O Governo Civil do Porto requisita uma casa na R. Barros Lima e são realojadas as 13 famílias anteriormente despejadas /Prt. (REV)	– Artigo "Das mudanças dos contratos de desenvolvimento à liquidação do SAAL": "A verba para o programa SAAL passa de 1 000 000 para 100 000 contos"; "Para substituir estes planos governamentais está em estudo a concessão de empréstimos americanos e alemães, que depois serão canalizados pelo Estado para a iniciativa privada". (25AP)	
76/07/12	– Reocupação de um andar que o senhorio tentara destruir, na R. dos Jerónimos, pelos mors. com o apoio da prog-DUP de Belém. Críticas ao imobilismo da c. mors. da zona /Lx. (VPOV) – Escritura de constituição da Ass. Mors. 1º. de Maio, de Alte /Algarve.		
76/07/13	– Reunião no Bº. da Liberdade para formação do secretariado dos Bairros de Barracas /Setúb. (MCC) – GDUP ocupa casa no Laranjeiro para um ex-soldado do RALIS /Lx. (REV)		
76/07/14	– Senhorio armado desocupa sede da C. Mors. da Presa Velha, Formiga, Campanhã. A C. Mors. realiza plenário para estudar reocupação /Prt. (REV, VPOV)	– <i>A Assembleia da República investe Ramalho Eanes como Presidente da República.</i> (CFES, DRA)	
76/07/15	– Artigo, a propósito do último Conselho Nacional, de repúdio pelas calúnias de que o SAAL é alvo por parte de alguma comunicação social. (GS) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. Unidos Venceremos e da Ass. Mors. Paz e Progresso/Grândola. (LB)		
76/07/16	– Plenário com a presença de mais de 50 c. mors. elabora caderno reivindicativo conjunto, dos mors. do Norte, das brigadas e dos trabalhadores do SAAL/N /Prt. (LB, 25AP) – Nova reunião do secretariado dos Bairros de Barracas /Setúb. (MCC) – Entrevista com um membro da direcção da AIL: "[...] a outra iniciativa é um abaixo-assinado que tem junto uma exposição em que se mostra a inconstitucionalidade de todas as leis sobre habitação" /Lx. (JNOV, REV) – Escritura de constituição da Ass. Mors. 18 de Maio, de Olhão /Algarve. – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Justino Teixeira/Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. da Quinta da Nora/Coimbra. (LB) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. 25 de Junho, Cascais/Lx. (LB)		
76/07/17	– Festa popular no Bº. da Curraleira, organizada pelo GDUP local. Oteló está presente mas não fala. /Lx. (PU)	– Artigo de apelo ao "1º. Governo definitivo": "a situação de ilegalidade do SAAL em relação ao governo e à administração não pode continuar a manter-se"; "[...] o Estado concede, para subsidiar uma empresa privada estrangeira [...] mais do que a verba total que pretende destinar aos habitantes de todas as zonas degradadas do país". (25AP)	
76/07/19	– Mors. impedem a entrada de novo inquilino depois do despejo do anterior, por falta de pagamento, no Casal da Serra, Pontinha /Lx. (REV) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. da Praia de Angeiras, Matosinhos/Prt. (LB)	– Reunião de grupo de trabalho composto pelo SAAL, por elementos do MHUC e do FFFH, por responsáveis de instituições de crédito e pelas Cooperativas, para tratar de problemas de financiamento às C.H.E. e ao SAAL. (LB)	
76/07/21	– Conflitos na sede do MRPP do Alto do Pina, com mors. do Bº. da Curraleira, na sequência de um comentário do Luta Popular à visita de Oteló àquele bairro /Lx. (25AP)		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
	– Ocupantes são compelidos a sair pela acção de "mercenários pagos pelo senhorio" no Monte Estoril /Lx. (REV)		
76/07/22	– Debate sobre os erros cometidos pelo Conselho Revolucionário de Mors. do Porto. Intervêm membros das Ass. Mors. das Antas, Miragaia, Arrábida, Bouça e Francos: "[...] ninguém cometeria a asneira de tentar acabar com o SAAL porque então a força do movimento de mors. apareceria à luz do dia" /Prt. (GS) – A Ass. Mors. das Antas está a comemorar o seu 2º aniversário: "Infantário que já funciona. Pavilhão Gimno-desportivo quase pronto, 8 casas em fase adiantada e integradas no processo SAAL-Norte"; faltam "esgotos, arruamentos" e "Mais casas que ainda há para construir" /Prt. (GS) – O Comité de Dinamização do Bº. de S. Sebastião convoca plenário para discutir os despejos /Lx. (GS)		
76/07/23	– 13 famílias sublocatárias da R. Barros Lima são despejadas /Prt. (REV)	– 1º Governo Constitucional Mário Soares- 1º Min./Costa Brás-MAI Eduardo Pereira-MHUC/Álvaro Pinto Correia-SEHU Almeida Pina-MOP/Mário de Azevedo-SEOP.	
76/07/23 a 76/07/24	– Encontro do SAAL Regional de Lisboa /Lx. (LB)	– Equipa SAAL de Lisboa elabora texto sobre o SAAL: descrição do processo /Lx. (LB)	
76/07/24	– A Comissão de Luta dos Ocupantes da Zona Ocidental de Lisboa convoca plenário de mors. para o dia 27, para determinar formas de luta contra os despejos /Lx. (PU) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. de Maceda-Cartes-Pº. Grande e da Ass. Mors. de Leça da Palmeira, Matosinhos/Prt. (LB)	– "Dentro do PS, a tensão agudizou-se recentemente entre os que defendem a continuação do SAAL e os que o pretendem liquidar, [...] ao ponto de ter sido pedida a arbitragem do próprio Mário Soares, que se inclinou no sentido de apoiar o sector que pretende [...] devolver a construção civil à iniciativa privada". (25AP)	
76/07/25	– Plenário dos GDUP em Cascais pede a "legalização imediata de todas as ocupações" /Cascais. (REV)		
76/07/26	– Em Faro, R. Reitor Teixeira Guedes, uma execução de despejo com auxílio policial é interrompida, "por via legal" /Faro. (25AP)		
76/07/27	– Plenário das Comissões de Mors. e Ocupantes da Zona Ocidental de Lisboa, na junta de freguesia da Penha de França /Lx. (VPOV) – Plenário do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto no SAAL, R. Álvares Cabral: "é cada vez menor o número de comissões e associações de moradores que participam no Plenário". O secretariado fica composto por Miragaia, Ramalde do Meio, Francos, Bouça, Foz e Maceda-Cartes /Prt. (25AP)		
76/07/29	– Entrevista com membros da C. Mors. de Justino Teixeira: "Quando o SAAL erra ou luta contra as burocracias do aparelho de Estado somos todos nós que sofremos"; "o Conselho Revolucionário [de Mors. do Porto] tem geralmente funcionado mal" /Prt. (GS) – O Conselho Revolucionário de Mors. do Porto denuncia em comunicado a "onda de despejos" /Prt. (REV) – A Comissão Revolucionária Autónoma de Mors. e Ocupantes, CRAMO, da Madalena, decide em plenário organizar turnos permanentes na sede e responder com novas ocupações às ordens de despejo /Lx. (REV) – Texto do abaixo-assinado da AIL, declarando a inconstitucionalidade dos despejos /Lx. (REV)	– DL 638/76 – Regulamenta os contratos de desenvolvimento para a habitação. – Entrevista sobre problemas de habitação com Fonseca Ferreira, Nuno Portas, Manuel Vicente e Charters Monteiro: Nuno Portas diz — "os efeitos de qualquer medida de habitação, tirando as ocupações de casas que são imediatas, são diferidas no tempo". (GS)	
76/08/00 durante o mês	– Pedida a DUP do terreno da Ass. Mors. O Povo Vencerá, de Aljezur. Pedidas, também, as primeiras verbas a fundo perdido. /Algarve. – Tomada de posse dos terrenos para as Ass. Mors. 28 de Setembro, de Lagos; e Bairro Popular, do Alvor /Algarve.		– Início formal do trabalho da brigada técnica de: Couço/Coruche; Quinta das Pencheiras/Loures; Bensafrim – Lagos, Alte-Loulé e Cemitério – Olhão/Algarve.
76/08/02		– Entrevista com o Ministro da Habitação e Urbanismo, Eng. Eduardo Pereira: "dedicámos, por exemplo, cerca de um milhão de contos, exactamente a operações do tipo SAAL [...]. Enquanto nas operações do SAAL nós procuramos recuperar parte do parque habitacional existente nos bairros degradados e fazer à volta dele novas construções, os outros quatro milhões são investidos em habitação social, mas em bairros programados, ou em planos integrados, etc." (JCOM)	
76/08/03		– Debate parlamentar na Assembleia da República com referências ao SAAL. (LB) – Continuação da entrevista com o ministro da Habitação e Urbanismo: "não conseguimos que o SAAL pudesse ser de qualquer forma 'industrializado'"; "se tivermos em conta a construção de fogos, os resultados das brigadas do SAAL, salvo raras excepções não são brilhantes". (JCOM)	
76/08/04	– SAAL/Algarve apresenta documento de apoio ao caderno reivindicativo do SAAL/N /Algarve. (LB)		
76/08/05	– Despejo de um prédio com sete famílias de ocupantes em Odivelas, com a participação da polícia de choque. Os ocupantes permanecem na rua durante os dias seguintes /Lx. (VPOV) – Escritura de constituição da Ass. Mors. 17 de Junho, de Ferreiras /Algarve.		
76/08/06	– Plenário extraordinário de mors. na ESBAP para lançamento de um abaixo-assinado e para tratar o problema dos despejos /Prt. (LB)		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
76/08/09	– Movimento popular para impedir a desocupação de uma casa pela polícia de choque no Monte Estoril /Lx. (25AP, VPOV)		
76/08/10	– Reunião dos ocupantes dos bairros de Santo Condestável, Arroios, Penha de França, Madalena, S. José, S. Mamede, Rego Sul, Prazeres e Santos-o-Velho, na sede da ALL. É exigido um decreto que suspenda os despejos /Lx. (25AP)		
76/08/11	– Os 60 despejados de um prédio em Odivelas, Bº. das Patameiras, depois de terem ficado com os haveres à porta do prédio durante seis dias, conseguem ser realojados no mesmo edifício, devido à intervenção do Governador Civil /Lx. (VPOV)		
76/08/12	– Em Francos, estão em construção as primeiras 44 casas: "Para nós, é muito importante o processo SAAL, porque a construção de casas é uma das coisas que de facto mobiliza as pessoas" /Prt. (GS)		
76/08/14	– Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. Pedrocesso/Lx. (LB)		
76/08/17	– Aprovação dos estatutos da Ass. Mors. de Santo Ovidio, Gaia/Prt. (LB)		
76/08/18	– A ALL enviou ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República, Primeiro Ministro e Ministros da Habitação e da Justiça, uma exposição sobre o problema da habitação, alegando a inconstitucionalidade dos despejos /Lx. (JNOV)	– MHUC acusa recepção do relatório do SAAL. (LB)	
76/08/20	– Entrevista com o advogado Baptista de Carvalho sobre a vaga de despejos e as questões jurídicas a eles inerentes. (FL)		
76/08/21		– MHUC visita as obras do SAAL/N /Prt. (LB)	
76/08/23	– O SAAL/Algarve elabora memorando de reivindicações /Algarve. (LB)		
76/08/24	– O SAAL/N elabora também memorando de reivindicações /Prt. (LB)		
76/08/25	– Conferência de imprensa do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto acerca do problema dos despejos /Prt. (LB) – Delegação de ocupantes de um prédio, na R. Artilharia Um, alvo de uma acção de despejo, consegue uma audiência com o ministro da Habitação. Concentração de ocupantes à porta do Ministério /Lx. (25AP)	– Reunião no MHUC com o ministro, mors. do SAAL/N e do SAAL/Algarve, elementos do SAAL e das brigadas, ao todo cerca de 50 pessoas. Apresentação das reivindicações. (LB)	
76/08/27	– Manif. em frente ao MHUC para protestar contra os despejos. A delegação do Comité de Luta dos Ocupantes e Mors. Pobres – CLOMP – é recebida às 18.30 h mas o ministro só consegue sair depois da meia noite /Lx. (DIA, DNOT, LB) – Reunião de mors. na ESBAP, convocada pelo Conselho Revolucionário de Mors. do Porto, para estudar formas de luta pelo direito à habitação, contra os despejos /Prt. (CAP) – Reunião no Governo Civil de Braga. O Governador Civil, Eurico de Melo, anuncia a implantação de 1600 casas prefabricadas no distrito, das quais 500 em Braga, oferta dos "países nórdicos". Os fogos destinam-se preferencialmente a retornados /Braga. (CAP)		
76/08/28	– Bairro dos pescadores da Quarteira, as ameaças de demolição agitam os habitantes. Um membro da Ass. Mors. do SAAL morre electrocutado ao tentar ligar a electricidade clandestinamente /Algarve. (VPOV)		
76/08/31	– O Comité de Luta de Ocupantes e Mors. Pobres, CLOMP, Convoca manif. para 2 de Setembro /Lx. (VPOV)		
76/09/00 durante o mês	– O Conselho Revolucionário de Mors. do Porto divulga a sua posição sobre as ocupações de casas por mors. pobres /Prt. (LB) – É apresentado no Governo Civil o caderno reivindicativo do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto relativo à C. M. do Porto /Prt. (LB) – Tomada de posse do terreno da Ass. Mors. 11 de Março, da Praia da Luz /Algarve.	– É divulgado o comunicado nº.71 do SAAL/N sobre organização de mors. /Prt. (LB) – Comunicado da Inter-comissões dos Bairros da Lata e Pobres de Lisboa sobre a demissão do Director Nacional do SAAL /Lx. (LB) – Os Serviços Jurídicos Centrais do SAAL elaboram documento sobre legislação pedido pelo Governo. (LB) – Estudo apresentado à Direcção Nacional do SAAL sobre a estruturação da Regional de Lisboa /Lx. (LB) – DUP do terreno da Ass. Mors. Unidade, de Burgau /Algarve.	– Início das obras de: CHE Bairro Horizonte – Curraleira e edifícios das CHE da Quinta da Calçada e da Quinta das Fonseca/Lx; Ass. Mors. Zona Verde de Bensafirim – Lagos, Progresso – Silves e Progresso– Portimão /Algarve.
76/09/01	– Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. Unidos Venceremos/Setúb. (LB)		
76/09/02	– Manif. de mors. contra os despejos em Lisboa, com carga policial já depois da desmobilização em S. Bento /Lx. (LB, PU)		
76/09/03	– Tribunal impõe ordem de despejo a um participante na luta dos 500S/ assoalhada /Setúb. (PU) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. 1º. de Maio de Alte e da Ass. Mors. 18 de Maio de Olhão/Algarve. (LB)		
76/09/10	– Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. 1º. de Maio, Bairro das Marianas, Cascais/Lx. (LB) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. da Paz/Setúb. (LB)		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
76/09/12	– Plenário de c. mors. em Sacavém, onde o delegado de Arroios acusa a respectiva Comissão Revolucionária de Mors. e Ocupantes, CRAMO, de divisionismo /Lx. (VPOV)		
76/09/13		– Entrevista ao ministro da Habitação: "o aumento da produção da habitação privada e da habitação estatal não-de, então, encontrar o equilíbrio que permita acabar com a especulação". (L)	
76/09/14		– O SAAL/N oficia a Direcção Nacional do SAAL acerca do mandato de busca policial ordenado pelo Major Mota Freitas, no dia 12 de Abril /Prt. (LB)	
76/09/15	– Entrevista com ocupantes de uma casa na R. António Enes /Prt. (VPOV) – Escritura notarial dos estatutos da Ass. Mors. do Campo 24 de Agosto e Eirinhas/Prt. (LB)		
76/09/16		– O SEHU desloca-se ao Porto, onde anuncia o descongelamento e a actualização das rendas /Prt. (D, LB, VPOV)	
76/09/20		– Os Trabalhadores do SAAL/N tomam posição acerca da visita do SEHU ao Porto, e do seu alheamento em relação ao SAAL/N /Prt. (D, LB)	
76/09/21	– Comunicado da Comissão de Luta dos Mors. do B.º Jacob, de construção clandestina. Exigência de execução de infraestruturas básicas /Sintra. (VPOV)	– O SAAL/N pede assistência jurídica para os mors. vítimas dos impasses do processo SAAL /Prt. (LB)	
76/09/22		– Paz Branco, Director Nacional do SAAL pede a demissão. (D, LB, PU)	
76/09/23		– <i>Posse dos 18 Governadores Cívicos do Continente.</i> (CFES) – Comunicado dos Serviços Centrais do SAAL acerca da demissão do Director Nacional. (LB) – Trabalhadores do SAAL/N enviam telegrama ao Director Nacional demissionário /Prt. (LB)	
76/09/24	– A Comissão Central dos Bairros Camarários do Porto exige o cumprimento da Constituição, no que diz respeito à "política que vem sendo seguida no campo dos despejos" /Prt. (D, PU)		
76/09/27	– Entrevista com José Paz Branco, director nacional demissionário do SAAL: refere o "desvio de fundos, inicialmente destinados à concretização de operações SAAL" para "casas prefabricadas, fundamentalmente destinadas aos retornados". (PU)		
76/09/28	– Reunião geral de trabalhadores, equipas e brigadas do SAAL, no LNEC, para análise da situação criada pela demissão do Director Nacional /Lx. (LB) – Denúncia de "negociatas" com prefabricados, que envolvem funcionários do Ministério da Habitação e da C. D. do FFH, interessados, por isso, no aniquilamento do SAAL. (D)		
76/09/29		– Revisão do Plano de Actividades de 76 para o SAAL, divulgado pelo Conselho Administrativo do FFH. (LB)	
76/10/00 durante o mês		– Relatório entregue na SEHU, elaborado pelo SAAL, com propostas de remodelação de serviços e ponto da situação da actividade. (LB) – O Sector de Apoio à Construção do SAAL/N publica o <i>Boletim</i> n.º. 2, sobre o estado construtivo de algumas operações /Prt. (LB)	– Início das obras da CHE Bairro da Liberdade/Lx.
76/10/01		– O Secretariado do SAAL/N envia telegrama ao Executivo do Conselho Nacional do SAAL /Prt. (LB)	
76/10/02	– Reunião plenária de cooperativas e ass. mors. do projecto SAAL, na Quinta das FONSECAS, para debater a situação de impasse e as posições a tomar /Lx. (D)	– A Comissão Directiva do FFH cria alterações no processo de contratação das brigadas SAAL. (LB)	
76/10/04		– Posição do Executivo do Conselho Nacional sobre a resolução do Conselho Administrativo do FFH. (LB) – O Director Nacional demissionário do SAAL toma posição pessoal face à resolução do Conselho Administrativo do FFH. (LB)	
76/10/07		– Os Serviços Centrais do SAAL publicam a <i>Folha Informativa</i> n.º. 1 /Lx. (LB)	
76/10/08	– Plenário na ESBAP, das ass. e c. mors. do Norte, promovido pelo SAAL/N /Prt. (LB, JN, VPOV)	– Trabalhadores do SAAL/N divulgam documento sobre o processo e sobre a experiência adquirida /Prt. (LB)	
76/10/09 a 76/10/10		– Reunião no Porto do Executivo do Conselho Nacional do SAAL para elaboração do relatório a entregar no MHUC. (LB)	
76/10/09	– Escritura de constituição da Ass. Mors. 26 de Junho, em Loulé /Algarve.		
76/10/11		– Mário Brochado Coelho, deputado municipal, denuncia esbanjamento dos dinheiros públicos com a cumplicidade camarária, no caso das expropriações de terrenos para o B.º do Vilar /Prt. (JN)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
76/10/12	– Artigo sobre a "Luta no SAAL": "compram casas prefabricadas à Noruega, pagas 50% a pronto, pondo-se assim a ajudar o desenvolvimento da mão de obra nórdica, enquanto cá muitos camaradas da construção civil continuam no desemprego". (VPOV)	– O deputado Gomes Fernandes ataca o SAAL na Assembleia da República. (LB) – Artigo de Gomes Fernandes a criticar "as operações de recuperação urbana das zonas de habitação classificada de degradada, como as que se estão a processar no Porto (...) sob a orientação do Comissariado do Barredo" /Prt. (JN)	
76/10/13	– O Secretariado do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto responde às declarações do deputado Gomes Fernandes /Prt. (LB) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. O Caminho é em Frente, Loures/Lx. (LB)	– Os trabalhadores do SAAL/N reagem às declarações do deputado Gomes Fernandes /Prt. (LB)	
76/10/14	– "As múltiplas Comissões e Associações de Moradores ligadas ao processo SAAL/Norte estão a efectuar plenários extraordinários com os moradores pobres, até ao dia 19 do corrente [...]" /Prt. (PU)	– "A propósito do S.A.A.L. Dá-me licença Sr. deputado?": acusações proferidas por M. Gomes de Almeida contra os técnicos de uma brigada SAAL, corroborando as posições assumidas por Gomes Fernandes na Assembleia da República/Prt. (CPRT) – Conflitos entre o presidente e um vereador da C.A. da C.M. de Gondomar, ambos do PS, devidos ao processo SAAL da Boavista, S. Pedro da Cova. Ao ver que a DUP prejudicava alguns interesses particulares por si representados o vereador ataca o Presidente, que defendia o processo /Prt. (CPRT, JB)	
76/10/15		– Os Serviços Centrais do SAAL divulgam a <i>Folha Informativa</i> n.º. 2. (LB) – O Conselho de Ministros, por proposta do Ministro da Habitação, decidiu criar os Serviços Municipais de Habitação Social. "No entanto, e segundo uma resolução do Conselho de Ministros de 15 de Abril último, [...] foram criados os Institutos Públicos Imobiliários [...] cujas funções eram praticamente idênticas às dos serviços recentemente criados". (EXP)	
76/10/18	– Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. A Lutadora Penicheirense, Loures/Lx. (LB)	– O Director Nacional demissionário do SAAL, Paz Branco, entrega ao FFH o Antepiano de Reestruturação do SAAL. (LB)	
76/10/19	– Notícia de uma Assembleia popular de mors., promovida pela Ass. Mors. de Miragaia, com a presença dos membros da brigada, arquitectos Fernando Távora, Bernardo Ferrão e Jorge Barros: mobilização para uma possível manif. a realizar em Lisboa; "24 das 68 novas casas [da Lapa] estão quase prontas [...] mas [...] se mudarem para as novas casas, 68 locatários irão ocupar as casas velhas – e o problema repetir-se-á, então com estes novos mors. de casas velhas!" /Prt. (CPRT)		
76/10/20	– O Conselho Revolucionário de Mors. do Porto e a Associação de S. Pedro da Cova, numa reunião alargada, convocam manif. para o dia 23 de Outubro, no seguimento de 29 plenários de mors. /Prt. (GS, LB) – A Ass. Mors. da Lapa apresenta o primeiro Regulamento do Uso e Habitação /Prt. (LB)		
76/10/23	– Manif. de mors. do norte em defesa do SAAL /Prt. (D, DNOT, DPOP, GS, LB, PU, REV) – A propósito da manif. do Porto, comentários à ausência de referências à "recuperação capitalista, aos despedimentos, aos bombistas, aos ataques à reforma agrária, etc. O processo SAAL não é uma ilha. Irá para a frente ou recuará conforme a luta de todo o povo, nas várias frentes, avance ou recue" /Prt. (GS)		
76/10/25	– 6.º Conselho Nacional do SAAL que aprova as Bases para a definição do Programa SAAL /Lx. (LB) – Notícia de demoras no alojamento de 66 famílias na segunda torre do Alto da Eira /Lx. (PU)	– Técnicos de Lisboa do SAAL divulgam documento sobre a projectação SAAL e o RGEU /Lx. (LB) – Notícia da recepção de <i>Boletim Informativo</i> das Ass. Mors. e das Equipas SAAL do Algarve, reunidas em Silves: entrevista com José Paz Branco; entrevista gorada com o ministro, que a está a "adiar sucessivamente"; e entrevista com o Governador Civil do distrito que "manifestou a sua surpresa [...] sublinhando a necessidade de se publicarem imediatamente os diplomas legais sobre o financiamento do SAAL" /Algarve. (PU)	
76/10/26	– Comunicado da Comissão Revolucionária de Mors. e Ocupantes, CRAMO, de Arroios, acusando a C. Mors. "da Junta" de divisionismo /Lx. (VPOV) – B.º. de barracas da Estrada Militar, em Queluz, queixas de inoperância da C. Mors. na construção do novo B.º. do SAAL: "A Comissão não faz força nenhuma [...] eles fazem muito mas é para eles" /Lx. (VPOV)		
76/10/27		– Sai o despacho conjunto MAI– MHUC que extingue o SAAL enquanto serviço do FFH: "Após dois anos de experiência, conclui-se que algumas das brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do FFH e das próprias autarquias locais [...] São nomeados 3 Comissários do Governo para coordenar acções da Administração central nas zonas "clandestinas e degradadas" de Lisboa, Porto e Algarve. (CPRT, DPOP, LB, SÉC)	
76/10/28	– Devido à ausência de testemunhas foi adiado o julgamento do litígio que opõe a Ass. Mors. do B.º. da Liberdade, em construção, ao proprietário dos terrenos /Setúb. (PU)	– Posse dos 3 Comissários Governamentais para as áreas metropolitanas de Lisboa, do Porto, e para o Algarve. Declarações do MHUC, no Porto, do MAI, em Lisboa, e do SEHU, em Faro. Graves acusações às brigadas do SAAL. (CPRT, DLIS, EXP, JN, LB, PJ)	

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
		<ul style="list-style-type: none"> – O ministro da Habitação afirma no Porto: "Não é o processo SAAL que está em jogo. São certos elementos do projecto SAAL" /Prt. (JN) – Despacho do Governo que determina normas para conter o desenvolvimento de áreas de construção clandestina. (CFES) 	
76/10/29	<ul style="list-style-type: none"> – Plenário na ESBAP das Ass. e C. Mors., brigadas e trabalhadores do SAAL/N /Prt. (JN, LB, PU) – Reunião das Ass. Mors. do concelho de Setúbal, para tomar posição sobre a situação do processo SAAL /Setúb. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – O Executivo do Conselho Nacional do SAAL pronuncia-se sobre as declarações dos membros do Governo. (LB, PU) – Tomada de posição dos trabalhadores do SAAL de todo o país face às declarações do Governo. (LB, PU) 	
76/10/30	<ul style="list-style-type: none"> – Reunião de Inter-comissões dos Bairros de Lata dos Arredores de Lisboa, de Lisboa, do Porto e de Setúbal. Moção de repúdio do despacho. (LB, PU) – A Ass. Mors. 18 de Maio, Portela-Outurela divulga comunicado /Lx. (D, LB) – Os secretariados das Inter-comissões de Bairros de Lata e Pobres de Lisboa e Inter-comissões de Mors. dos Arredores de Lisboa divulgam comunicado /Lx. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – Artigo de crítica contundente à arquitectura do SAAL/N: "[...] entre um barraco que humilha e um bloco que pouco areja não nos parece que vá diferença [...]" (CPRT) – Nota oficiosa do Comissariado para os Desalojados anuncia programa de construção de 6950 fogos "com ajuda estrangeira". (JN) – Declarações de Paz Branco: "... O ministro faz esses estragos e vai 'cavar' a seguir. E o partido consente nisso". (D) 	
76/10/31		– <i>Otelo é preso de novo.</i> (CFES)	
76/11/00		– Comunicado do MES sobre a extinção do SAAL /Prt. (CPRT, JN, LB, PU)	– Início das obras de: Ass. Mors. Bairro dos Trabalhadores – Catujal/Loures; Ass. Mors. 25 de Abril – Linda-a-Velha/Oeiras.
76/11/01		– Trabalhadores SAAL da Regional Centro/Sul divulgam a sua posição face à extinção do serviço. (LB)	
76/11/02	<ul style="list-style-type: none"> – O SAAL/N dá uma conferência de imprensa sobre a situação: o SAAL teve sempre de viver em "regime de autêntica clandestinidade legal" /Prt. (DLIS, GS, LB, PJ, PU, SÉC) – Organizações de mors. de Lisboa ligadas ao SAAL dão uma conferência de imprensa na Quinta das Fonseca e convocam manif. para o dia 13 /Lx. (D, DLIS, GS, LB, SÉC) 		– Início da obra da Ass. Mors. Povo Unido, de Monte Gordo /Algarve.
76/11/03	– 6º Conselho Nacional do SAAL. 2ª Sessão /Lx. (LB)	<ul style="list-style-type: none"> – Decisão da elaboração do Livro Branco do SAAL. (LB) – Decisão de elaboração de um número especial da <i>Folha Informativa</i> sobre o SAAL. (LB) – Decisão da organização de exposições simultâneas sobre o SAAL. (LB) 	
76/11/04	<ul style="list-style-type: none"> – Carta aberta ao Primeiro Ministro aprovada em Plenário dos trabalhadores SAAL de Lisboa /Lx. (LB) – Entrevista com membros da Comissão de Ocupantes de S. Mamede de Infesta: "Em S. Mamede há 16 casas ocupadas, em que habitam mais de 34 famílias" /Prt. (GS) 	<ul style="list-style-type: none"> – O Plano de Actividades para 1977, aprovado no 6º Conselho Nacional do SAAL, é entregue no GEP do FFH. (LB) – Trabalhadores dos Serviços Centrais do SAAL reivindicam direito ao trabalho /Lx. (LB) – Comunicado da Célula do PCP do FFH sobre a extinção do SAAL /Lx. (LB) – Despacho do MHUC que determina uma sindicância ao SAAL. Foi nomeada uma comissão constituída pelos drs. José de Oliveira Lopes, Manuel Rosendo Rito e José Fernandes Táo. (DPOP) 	
76/11/05	<ul style="list-style-type: none"> – Descrição detalhada da conferência de imprensa do SAAL/N do passado dia 3, que inclui uma nota com a bibliografia então existente sobre o SAAL /Prt. (PU) – Diz um membro da Inter-associações dos Arredores de Lisboa, acerca da passagem do processo SAAL para as Câmaras: "Ninguém nos diz quem vai mandar nas Câmaras e temos, infelizmente, muitos exemplos de como elas actuam" /Lx. (JOR) 	<ul style="list-style-type: none"> – Despacho da Comissão Directiva do FFH sobre a contratação de equipas e brigadas. (LB) – Entrevista do MHUC: "as brigadas constituíram-se numa estrutura paralela [...], mais interessadas numa acção política – que, na minha óptica, não era a que mais interessaria às populações". (EXP) – DL 794/76 – Aprova política de solos. 	
76/11/06	<ul style="list-style-type: none"> – Entrevista com Paz Branco: "Desde 26 de Outubro que não há despacho ou quaisquer notícias da Comissão Directiva do FFH ou dos restantes serviços de que estamos dependentes"; "Verificaram que a arma do 'custo exagerado de funcionamento' não existia, e entraram em pânico". (D) – Posição dos mors. do Algarve face ao Despacho de extinção /Algarve. (LB) 	<ul style="list-style-type: none"> – DL 797/76 – Cria os Serviços Municipais de Habitação Social. – Começa a elaboração do Livro Branco do SAAL. (LB) 	
76/11/07	<ul style="list-style-type: none"> – No Bº. de Sto. António, Camarate, são entregues 17 fogos, construídos no âmbito do SAAL, aos mors. das barracas /Lx. (PU, VPOV) – Plenário de mors. dos bairros de Barrinhos, Alto do Moinho, S. Marçal, Salregos, Portela e Outorela – freguesia de Carnaxide: apoio ao processo SAAL e repúdio do despacho de extinção /Lx. (PU) 		
76/11/08	<ul style="list-style-type: none"> – As brigadas de Lisboa do SAAL entregam ao primeiro ministro um documento elaborado em plenário, que relata a actividade desenvolvida /Lx. (GS, PU) – Movimentação popular impede a demolição de um edifício ocupado na R. Passos Manuel /Prt. (VPOV) – Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da Ass. Mors. Progresso/Santarem. (LB) 		– 14 casas do Bairro SAAL de Santo António, em Camarate, Loures, foram entregues a moradores sorteados/Lx. (DLIS, SÉC)
76/11/09	<ul style="list-style-type: none"> – Comunicado das Ass. Mors. da Conchada, S. José, Fonte do Bispo, Quinta da Nora e Relvinha, apelando à realização de plenários de bairro e repudiando a extinção do SAAL /Coimbra. (GS, PU) – Uma delegação conjunta do Conselho Revolucionário de Mors. do Porto e da AIL vai à Assembleia da República. É recebida por Acácio Barreiros, da UDP; Aquilino Ribeiro, do PS; e por Veiga de Oliveira, do PC. (PU) 		

DATA	ACÇÕES SOCIAIS E URBANAS	ACÇÕES NO(S) APARELHO(S) DE PODER	PROJECTOS E OBRAS
76/11/11	– Manif. convocada pela Inter-associações de Mors. de Bairros de Lata de Setúbal de repúdio à "decisão do governo de eliminar o SAAL /Setúb. (PU, VPOV)	– Notícia do despacho do MHUC que determina uma sindicância ao SAAL: "O despacho baseia-se no pressuposto de que elementos das brigadas do SAAL e funcionários do FFH, não tenham tido actividade regular e responsável". Para a sindicância "nomeou uma comissão constituída pelos drs. José de Oliveira Lopes, Manuel Rosendo Rito e José Fernandes Tão". (DPOP)	
76/11/12	– Publicação em <i>Diário da República</i> dos estatutos da CHE S. Cornélio/Lx. (LB)		
76/11/13	– Manif. nacional em Lisboa de repúdio pela extinção do SAAL /Lx. (GS, PPOP, PU, REV, VPOV)		
76/11/16		– Comunicado dos trabalhadores e do secretariado das brigadas do SAAL/N, de reacção à sindicância do ministro /Prt. (DPOP)	
76/11/19	– Plenário das equipas SAAL de Lisboa e arredores, nos Serviços Centrais do SAAL /Lx. (VPOV)		
76/11/22		– MHUC divulga a adjudicação de empreitadas. No âmbito do SAAL divulga as seguintes atribuições de subsídios: C. M. de Oeiras, Falagueira, 279 fogos; C. M. do Porto, Contumil, 331 fogos e Lapa, 62 fogos; Curraleira, Lisboa, 252 fogos; e 28 de Setembro, Lagos, 103 fogos. (DNOT, SÉC)	
76/12/00			– Início formal do trabalho da brigada técnica de: Quarteira/Algarve.
durante o mês			– Início das obras de: CHE Bela Flor e CHE Bairro Lisboa Nova – Embrechados/Lx.; Ass. Mors. 1º de Maio – Pinhal das Areias e C.H.E. 25 de Abril de 1974 – Batateiro/Seixal.
76/12/12		– <i>Primeiras eleições para as Autarquias Locais. Resultados por concelhos: PS, 33,47%; PSD, 24,71%; FEPU, 17,97%; CDS, 15,93%. Por freguesias: PS, 33,22%; PSD, 24,29%; FEPU, 17,71%; CDS, 16,61%.</i>	
76/12/17		– Entrevista com o MHUC, que, interrogado sobre o SAAL, afirma: "as populações só poderão vir a beneficiar com a maior eficiência com que se irá actuar"; "[...]vigiar pelas diversas intervenções no território, relançar a actividade do sector, concertando as diversas acções necessárias e impedindo que sob a bandeira do combate à degradação se esteja deteriorando ainda mais uma situação já de si difícil de resolver". E sobre a indústria da habitação: "As empresas privadas do sector conhecem as regras do jogo. Sim à industrialização, não ao artesanato". (DNOT)	

B I B L I O G R A F I A

Artigos, livros e relatórios:

- AA.VV., *Arquitectura Historia y teoria de los Signos. El Symposium de Castelldefels*, Barcelona, Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares, 1973.
- AA.VV., *Estudo Socioeconómico da Habitação Social*, Porto, C.M. do Porto Pelouro de Habitação e Acção Social, 2001.
- AA.VV., *Guia de Arquitectura Lisboa 94*, Lisboa, AAP, 1994.
- AA.VV., *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*, Lisboa, AAP, 1987.
- AA.VV., *Madrid/ Barrios 1975*, Madrid, Ediciones de la Torre, 1976.
- AA.VV., *Movimiento de Barrios y Partidos Politicos*, Madrid, Mañana, 1977.
- AA.VV., *Points de Repère Architectures du Portugal*, Bruxelas, Europàlia, 1991.
- ABBOTT, John, *Sharing the City Community Participation in Urban Management*, Londres, Earthscan, 1996.
- ABRAMS, Charles, *Men's Struggle for Shelter in a Urbanizing World*, M.I.T., 1964, edição utilizada: *Habitação, Desenvolvimento e Urbanização*, Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1967.
- A.D. *Architectural Design*, 8, 1963.
- A.D. *Architectural Design*, 38, 1968.
- ANDRIEUX, Jean-Yves; SEITZ, Frédéric, *Pratiques architecturales et enjeux politiques France 1945-1995*, Paris, Picard, 1998.
- ANGELILLO, Antonio [a cura di], *Gonçalo Byrne. Opere e progetti*, Milão, Electa, 1998.
- ALEXANDER, Christopher, *Notes on the synthesis of form*, Cambridge Mass., Harvard University Press, 1964, edição utilizada: *De la Synthèse de la Forme, essai*, Paris, Dunod, 1979.
- ALEXANDER, Christopher, *The Production of Houses*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1985.
- ALMADA, Teresa, *Diário da Reforma Agrária*, Lisboa, Europa-América, s.d.
- ALMEIDA, Carlos de, *Portugal arquitectura e sociedade*, Lisboa, Terra Livre, 1978.
- ALMEIDA, Dinis de, *Origens e Evolução do Movimento de Capitães (Subsídios para uma melhor compreensão)*, Lisboa, Edições Sociais, 1977.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel, *História da Arte em Portugal A arquitectura moderna*, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.
- ALMEIDA, Rogério Vieira de, "Operações SAAL 1974-1976": Becker, Annette; Tostões, Ana; Wang, Wilfried [organização], *Arquitectura do Século XX Portugal*, Munique, Prestel, 1997.
- Algumas notas relativas à Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos – Habitat – (Vancouver, 31 de Maio a 11 de Junho de 1976)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado do Ambiente, Comissão Nacional do Ambiente, 1976.
- AMARAL, Francisco Keil do, "O Problema da Habitação em Portugal – Generalidades": 3º. *Congresso da Oposição Democrática. Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973. Teses. Segurança Social e Saúde. Urbanismo e Habitação*, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- ANDRADE, Marília, "O Estado, a Sociedade e a Questão da Habitação em Portugal – 1960/1976": *Intervenção Social*, 11/12, 1995.
- ANGUISSOLA, Luigi Beretta [a cura di], *I 14 Anni del Piano Inacasa*, Roma, Staderini Editori, 1963.
- "A Operação SAAL": *Binário*, 205-206, 1976.
- Arquitectura*, 110, 1969.
- Arquitectura*, 114, 1970.
- BACHELARD, Gaston, *La poétique de l'espace*, Paris, P.U.F., 1957, edição utilizada, *La poétique de l'espace*, Paris, P.U.F., 1994.
- Balanço de uma Experiência de Administração Directa*, Oeiras, C.M. de Oeiras – Serviços Municipais de Habitação – Equipa SAAL da Portela-Outorela, 1980.
- Balanço de uma Experiência de Administração Directa*, Oeiras, C.M. de Oeiras – Serviços Municipais de Habitação, 1985.
- BANDEIRA, Pedro Jorge Monteiro, *Apenas o mundo, hoje, onde as revoluções são impossíveis*, Dissertação de Mestrado pelo Departament de Composició Arquitectònica da Universitat Politècnica de Catalunya, 2000.

- BANDEIRINHA, José António, "Processo SAAL. Projectos SAAL/Norte": Figueira, Jorge; Providência, Paulo; Grande, Nuno, *Porto 1901/2001 Guia de arquitectura moderna*, Porto, Ordem dos Arquitectos – Civilização, 2001.
- BANDEIRINHA, José António Oliveira, *Quinas Vivas. Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40*, Porto, FAUP publicações, 1996.
- BARBEITOS, Carlos; ROSETA, Helena Salema; SOARES, Luís Bruno, "Urbanismo e Habitação: 3º. Congresso da Oposição Democrática. Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973. Teses. Segurança Social e Saúde. Urbanismo e Habitação, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- BAROSS, Paul; MARTINEZ, Edgardo, *Organización Social y Toma de Decisiones en el Acondicionamiento de Asentamientos de Vivienda*, documento policopiado, 1977.
- BAROSS, Paul; MARTINEZ, Edgardo, *Upgrading Low-income Residential Areas in Developing Countries: the Social Organization of Decision-making*, documento policopiado preparado para a "International Conference on Low-income Housing – Technology and Policy" em Bangcoque, 1977.
- Bases Gerais. Regime de estudos 79-80*, Porto, Escola Superior de Belas Artes do Porto, documento policopiado, s.d.
- BERNI, Lorenzo, "Architettura Portogallo: operazione SAAL": *Panorama*, [anno XVI], 620, 1978.
- BESSA, João Paulo, "Prática O SAAL Valeu a Pena. Operação Forte Velho/Setúbal": *Cidade Campo*, 1, 1978.
- BIOLAT, Guy, *Marxisme et environnement*, Paris, Éditions Sociales, 1973.
- BITO, António, *Para a revolta no Poço Verde*, Lisboa, Contra a Corrente, 1978.
- BRANCO, Francisco, *Notas sobre a Experiência de Trabalho Social no SAAL*, Lisboa, Instituto Superior de Serviço Social, 1979.
- BRANCO, J. Paz, *Auto-construção. Alguns Conselhos e Indicações*, s.l., ed. do autor, s.d.
- BREDBERG, Ulf; ENGSTRÖM, Paul; LINDÉN, Anders, "Blocks of flats with balcony access": *National Swedish Building Research Summaries*, 1971.
- BOASSON, Dorien; CASTANHEIRA, Carlos, "Porto. Momenten uit de geschiedenis van een stad": *Wonen Tabk*, 22-23, 1983.
- BOHIGAS, Oriol, "Álvaro Siza Vieira": Álvaro Siza, *Profissão poética*, Barcelona, Gustavo Gili, 1988.
- BOHIGAS, Oriol, *Contra una Arquitectura Adjetivada*, Barcelona, Editorial Seix Barral, 1969.
- BOHIGAS, Oriol, "La Passion d'Álvaro Siza Selon Oriol Bohigas": *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 185, 1976.
- BOLIVAR, Teolinda, "Une recherche sur les barrios de Caracas": *Urbanisme*, 307, 1999.
- BOOKCHIN, Murray, *I Limiti della Città*, Milão, Feltrinelli, 1975.
- BORJA, Jordi, *Movimientos sociales urbanos*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1975.
- BORJA, Jordi, "Movimientos Urbanos y Estructura Urbana": *Documents d'Anàlisi Urbana*, 1, 1974.
- BOTELHO, A.; PINHEIRO, M., *O Conselho Municipal do Porto. Balanço de uma Experiência*, Porto, Copsa, 1977.
- BOUDON, Philippe [sous la direction de], *De l'architecture à l'épistémologie La question de l'échelle*, Paris, PUF, 1991.
- BOUDON, Philippe, *Sur l'espace architectural*, Paris, Dunod, 1985.
- BRITO, J. M. Brandão de [direção de], *Do Marcelismo ao Fim do Império*, s.l., Círculo de leitores, 1999.
- BUNCUGA, Franco, *Conversazioni con Giancarlo De Carlo. Architettura e Libertá*, Milão, Elèuthera, 2000.
- BYRNE, Gonçalo de Sousa, "Método de Arquitectura": *Arquitectura*, 109, 1969.
- BYRNE, Gonçalo, "Quelques Prémices pour une Architecture Nouvelle": *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 185, 1976.
- CABRAL, Bartolomeu Costa et alii, *Classificação e nomenclatura das Habitações de Carácter Social-Proposta de Norma*, s. l., Grupo de Coordenação de Estudos da Habitação, 1966.
- Cadernos Intervenção Social*, 2, 1979.
- Cadernos Necessários: 1969-1970*, Porto, Ed. Afrontamento, 1975.
- CALLADO, J., "SAAL-Setúbal Introdução": *Cidade Campo*, 2, 1979.
- CALVINO, Italo, "La collana della regina": *Romanzi e Racconti*, Milão, Arnoldo Mondadori, 2001 [Volume terzo]. *Casabella*, 419, 1976.
- CASTELLS, Manuel, "Da tomada da cidade à tomada do poder: luta urbana e luta revolucionária no movimento dos 'pobladores' do Chile": *Caderno*, documento policopiado, 1974.
- CASTELLS, Manuel, [entretien réalisé par] "La question du logement au Portugal démocratique. Entretien exclusif avec Nuno Portas Secrétaire d'État au Logement du gouvernement provisoire portugais": *Espaces et Sociétés*, 13-14, 1974-1975.
- CASTELLS, Manuel, *La question urbaine*, Paris, François Maspero, 1972.
- CASTELLS, Manuel, *Movimientos sociales urbanos*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1974.
- CASTELLS, Manuel, "Planificación Urbana y Movimientos Sociales: El Caso de la Renovación Urbana en París": Christian Beringuier, Manuel Castells, Christian Mingasson, Jean Remy, *Urbanismo y práctica política*, Barcelona, Los Libros De La Frontera, 1974.

- CASTELLS, Manuel, *Problemas de Investigación em Sociologia Urbana*, Lisboa, Editorial Presença, 1975.
- CASTELLS, Manuel; IPOLA, Emílio, *Prática Epistemológica e Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1982.
- CAU *Construcción Arquitectura Urbanismo*, 30, 1975.
- CECCARELLI, Paolo, *Poder y Planificación Urbanística: Ideología y Técnica de la Ordenación Racional del Territorio*, Barcelona, Oikos-Tau, 1980.
- Cidade Campo*, 2, 1979.
- CHILCOTE, Ronald H., *A Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974*, Coimbra, C.D. 25 de Abril da U.C., 1987.
- CHOAY, Françoise, *L'urbanisme, utopies et réalités Une anthologie*, Paris, Éditions du Seuil, 1979.
- Città Classe*, 4, 1975.
- COELHO, Mário Brochado, "Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/Norte – 1974/76)": *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 1986.
- COELHO, Margarida, "Uma Experiência de Transformação no Sector Habitacional do Estado: SAAL – 1974-1976": *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 1986.
- Comissão de estudo para a reforma dos objectivos e da orgânica da administração urbanística. Relatório. Excertos*, SEHU, 1974.
- COMITATO DI QUARTIERE [a cura del], *La Magliana. Vita e Lotte di un Quartiere Proletario*, Milão, Feltrinelli, 1977.
- COSTA, Alexandre Alves, "Architecture Portugaise. Essai de description de son processus": AA.VV., *Points de Repère. Architectures du Portugal*, Bruxelas, Europália, 1991.
- COSTA, Alexandre Alves, "Beelden van een bevrijdte stad": *Wonen Tabk*, 22-23, 1983.
- COSTA, Alexandre Alves, *Dissertação Expressamente Elaborada [...]*, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da E. S. B. A. P., 1982.
- COSTA, Alexandre Alves, "2.3. O movimento de moradores no Porto e o saal/norte": *Cadernos Intervenção Social*, 2, 1979.
- COSTA, Alexandre Alves, "Intervenção participada na cidade: o SAAL. A experiência do Porto": Siza, Álvaro, *Profissão poética*, Barcelona, Gustavo Gili, 1988.
- COSTA, Alexandre Alves, "1974-1975 o SAAL e os Anos da Revolução": Becker, Annette; Tostões, Ana; Wang, Wilfried [organização], *Arquitectura do Século XX Portugal*, Munique, Prestel, 1997.
- COSTA, Alexandre Alves, "Operações SAAL Norte Operação SAAL – Brigada São Vítor Porto 1974-1977. Álvaro Siza": Becker, Annette; Tostões, Ana; Wang, Wilfried [organização], *Arquitectura do Século XX Portugal*, Munique, Prestel, 1997.
- COSTA, Alexandre Alves; FERNANDES, Manuel Correia, "Património, renovação e desenvolvimento": *Sociedade e Território*, 2, 1985.
- COSTA, Alexandre Alves; SIZA, Álvaro; GUIMARÃES, Carlos; MOURA, Eduardo Souto; FERNANDES, Manuel Correia, "SAAL/NORTE Balanço de uma experiência": *Cidade Campo*, 2, 1979.
- COSTA, Alves, "L'esperienza di Oporto": *Lotus International*, 18, 1978.
- Crítica au [sic] Congresso de Aveiro*, Champigny, Supplément au *Métallo Rouge*, 1969.
- CUNHA, José Correia da, [sob a orientação de], *Habitat 76. Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos Portugal Relatório Nacional Dezembro 75*, Relatório preparado pela Comissão Nacional do Ambiente e pelo Fundo de Fomento da Habitação.
- DAL CO, Francesco, *Dilucidaciones Modernidad y arquitectura*, Barcelona, Ediciones Paidós, 1990.
- DAL CO, Francesco, "Introducción: Hannes Meyer y la 'venerable escuela de Dessau'": Meyer, Hannes, *El Arquitecto en la Lucha de Clases y otros escritos*, Barcelona, Gustavo Gili, 1972.
- DAOLIO, Andreina [a cura di], *Le Lotte per la Casa in Italia. Milano, Torino, Roma, Napoli*, Milão, Feltrinelli, 1974.
- d'ARTHUYS, Beatrice; GROS, Marielle Christine, "Les Comissions de 'Moradores': Organisation ou Pouvoir Populaire": *Autogestion et Socialisme*, 33/34, 1976.
- DAVID, Brigitte, "Le SAAL ou l'Exception Irrationnelle du Système": *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 185, 1976.
- DE CARLO, Giancarlo, "Preface": C. Richard Hatch, [editado por], *The Scope of Social Architecture*, Nova Iorque, Van Nostrand Reinhold Co., 1985.
- DELLA PERGOLA, Giuliano, *Diritto alla Città e Lotte Urbane Saggi di sociologia critica*, Milão, Feltrinelli, 1976.
- DEVISME, Laurent, "Henri Lefebvre, penseur de l'urbain": *Urbanisme*, 300, 1998.
- DIJK, Hans van, "Kritisch regionalisme en de School van Porto": *Wonen Tabk*, 22-23, 1983.
- DIONÍSIO, Eduarda, *Artes Públicas e Privadas, modos de Aprender e Usar*, Lisboa, Abril em Maio, 1997.
- DOLLÉ, Jean-Paul, "Paris-Mai": *Urbanisme*, 300, 1998.
- DOXIADIS, C. A., and a symposium with Rene Dubos et alii, *Anthropopolis. City for Human Development*, Nova Iorque, W. W. Norton & Company, 1974.

- DOWNS, Charles, *Comissões de Moradores and Urban Struggles in Revolutionary Portugal*, s.l., edição policopiada, s.d.
- DOWNS, Charles, *Community Organization, Political Change and Urban Policy Urban Social Movements in The Portuguese Revolution*, s.l., edição policopiada, 1983.
- DOWNS, Charles, *Revolution at the Grassroots. Community Organizations in the Portuguese Revolution*, Albany, State University of New York Press, 1989.
- DOWS, Chip; SILVA, Fernando Nunes da; GONÇALVES, Helena; SEABRA, Isabel, *Os Moradores à Conquista da Cidade. Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*, Lisboa, O Armazém das Letras, 1978.
- DUARTE, Carlos, "1961/1974 l'Ouverture Néo-capitaliste": *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 185, 1976.
- DUBUS, Bertrand; LAMARZELLE, Gaetane de; OSMONT, Annik, *Urbanisme de Transition. Les Luttes Urbaines au Portugal. Avril 1974. Janvier 1976*, s.l., documento policopiado, s.d.
- EFTEKHARI, Pirouz, "Le Discours du Bidonville": *Peuples Méditerranéens*, 66, 1994.
- "Encontro Nacional de Arquitectos. Dezembro 1969": *Arquitectura*, 110, 1969.
- ENGELS, Friedrich, *Para a questão da habitação*, Lisboa-Moscovo, Edições Avante, 1984.
- ENGELS, Friedrich, *The Condition of the Working Class in England*, Oxford-New York, Oxford University Press, 1993.
- FATHY, Hassan, *Architecture for the Poor*, Chicago, The University of Chicago Press, 1973.
- FERNANDES, Ignácio Peres; COSTA, A. Celestino da; CUNHA, J. M. Ferreira da; GOMES, Ruy J.; PORTAS, Nuno; SOUSA, J. M. Alves de, *Colóquio sobre Política da Habitação. Relato Final*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1969.
- FERNANDES, Ignácio Peres; COSTA, A. Celestino da; CUNHA, J. M. Ferreira da; GOMES, Ruy J.; PORTAS, Nuno; SOUSA, J. M. Alves de, *Colóquio sobre Política da Habitação, Texto de Base*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas; 1969.
- FERNANDES, José Manuel, "A Diversificação da Prática Arquitectónica": Reis, António [direcção de], *Portugal Contemporâneo Volume 6 (1974-1992)*, Lisboa, Alfa, 1993.
- FERNANDES, José M.; LAMAS, José, [conduzida por], "Entrevista Nuno Portas": *Arquitectura*, 135 [4ª. Série], 1979.
- FERNANDEZ, Sérgio, *Percursos. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988.
- FERREIRA, António Fonseca, "Crise do alojamento e construção clandestina em Portugal": *Sociedade e Território*, 1, 1984.
- FERREIRA, António Fonseca, *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto, Afrontamento, 1987.
- FERREIRA, José Medeiros, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, *Oitavo Volume. Portugal em Transe (1974-1985)*, s. l., Círculo de Leitores, 1993.
- FERREIRA, Raúl Hestnes, "Bloco C do Novo Bairro FONSECAS-CALÇADA": *Arquitectura*, 152, 1984.
- FERREIRA, Raúl Hestnes, "Le 25 Avril 1974 ... et les Architectes": *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 185, 1976.
- FERREIRA, Vítor, "Un intervento di politica urbanistica: il SAAL": *Città Classe*, 4, 1975.
- FERREIRA, Vítor Matias, "A Cidade e o Campo. Uma Leitura Comparada do Movimento Social": *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 1986.
- FERREIRA, Vítor Matias, *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política. A Intervenção do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) em Lisboa*, Porto, Afrontamento, 1975.
- FERREIRA, Vítor Matias, "Os movimentos urbanos e o SAAL: a ambiguidade e os equívocos": *A Ideia*, 24-25, 1982.
- FIGUEIRA, Jorge, *Escola do Porto. Um Mapa Crítico*, Coimbra, e|d|arq. 2002.
- FOUCAULT, Michel, *Surveiller et punir*, Gallimard, 1975.
- FRAMPTON, Keneth, *Álvaro Siza, tutte le opere*, Milão, Electa, 1999.
- FRAMPTON, Keneth, "The Isms of Contemporary Architecture": *A.D. Architectural Design*, 52, 1982.
- FREIRE, João, "SANTANA, Emídio": Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, [direcção de], *Dicionário de História do Estado Novo*, V. II, s.l., Círculo de Leitores, 1996.
- FRIEDMAN, Yona, *L'Architecture Mobile*, Tournai, Casterman, 1970.
- FRIEDMAN, Yona, *Pour l'architecture scientifique*, Paris, Belfont, 1971.
- GAMA, António, "Anarquismo e geografia: as cidades no pensamento de Elisée Réclus": *A Ideia*, 24-25, 1982.
- GANDRA, Hernâni, "Contribuição para o estudo do problema das áreas da habitação social – Análise comparativa": *GTH Boletim*, 26, 1974.
- GILBERT, Alan; WARD, Peter M., *Asentamientos populares versus poder del Estado. Tres Casos Latinoamericanos: Ciudad de México, Bogotá y Valencia*, México, Gustavo Gili, 1987.
- GOETZE, Rolf, "Squatters at MIT": *A.D. Architectural Design*, 38, 1968.
- GOETZE, Rolf, "Recreating responsive environment": *A.D. Architectural Design*, 38, 1968.

- GOMES, Paulo Varela, "Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos": *História da Arte Portuguesa. Terceiro Volume. Do Barroco à Contemporaneidade*, direcção de Paulo Pereira, s.l., Círculo dos Leitores, 1995.
- GOMES, Paulo Varela, "Do 'Inquerito' ao Chiado Nostalgia e Modernidade na cultura arquitectónica portuguesa", edição policopiada, 1991.
- GOMES, Paulo Varela, "Introduction": AA.VV., *Points de Repère Architectures du Portugal*, Bruxelas, Europália, 1991.
- GOMES, Paulo Varela, "Quatre Batailles en Faveur d'une Architecture Portugaise": AA.VV., *Points de Repère Architectures du Portugal*, Bruxelas, Europália, 1991.
- GONÇALVES, Fernando, *Urbanizar e construir para quem?*, Porto, Afrontamento, 1972.
- GONÇALVES, José Pedro [organização, selecção e introdução], *Dossier 2º. República: leis constitucionais, legislação ordinária, discursos oficiais, acordos, notas oficiosas, comunicados, proclamações, decisões 1º*, Lisboa, Fernando Ribeiro de Mello e Edições Afrodite, 1976.
- GONÇALVES, José Pedro [organização, selecção e introdução], *Dossier 2º. República: leis constitucionais, legislação ordinária, discursos oficiais, acordos, notas oficiosas, comunicados, proclamações, decisões 2º*, Lisboa, Fernando Ribeiro de Mello e Edições Afrodite, 1976.
- GOODMAN, Robert, *Después de los urbanistas Que?*, Madrid, H. Blume, 1977.
- GOODMAN, Robert, "Making architectural education make it": *A.D. Architectural Design*, 38, 1968.
- GRAÇA, A. Silva; DIAS, F. Silva; CORDEIRO, Jorge, *Lisboa Cidade-Abril*, Lisboa, Caminho, 1979.
- GRAMSCI, Antonio, *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*, Roma, Editori Riuniti, 1975.
- GRAMSCI, Antonio, *Le Opere*, Roma, Editori Riuniti, 1997.
- GREGOTTI, Vittorio, "Architetture recenti di Álvaro Siza": *Controspazio*, 9, 1972.
- GREGOTTI, Vittorio, "La Passion d'Alvaro Siza Selon Vittorio Gregotti": *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 185, 1976.
- GREGOTTI, Vittorio, "Porto": *Lotus International*, 18, 1978.
- GRENNELL, Peter, "Mobile Homes": *A.D. Architectural Design*, 38, 1968.
- GROS, Marielle Christine, *O Alojamento Social Sob o Fascismo*, Porto, Afrontamento, 1982.
- GUATTARI, Félix, *Chaosmose*, Paris, Galilée, 1992.
- GUERRA, Isabel, "Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida": *Sociedade e Território*, 25-26, 1998.
- GTH Boletim-realojamento*, 39/40, 1980.
- HALL, Edward T., *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio d'Água, 1986.
- HARDOY, Jorge E.; SATTERTHWAIT, David, *Squatter Citizen Life in the Urban Third World*, Londres, Eatrscan, 1989.
- HARRIES, Karsten, *The Ethical Function of Architecture*, Cambridge Mass., The MIT Press, 1998.
- HARVEY, David, *Urbanismo y Desigualdad Social*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1977.
- HATCH, C. Richard [edited by], *The Scope of Social Architecture*, Nova Iorque, Van Nostrand Reinhold Co., 1985.
- HAYS, K. Michael [edited by], *Architectural Theory Since 1968*, Cambridge Mass., The MIT Press, 1998.
- HE. *Habitaciones Económicas. Federação das Caixas de Previdência*, 16, 1964:
- Tradução HE de um artigo de H. J. Howenstine, extraído da *Revue Internationale du Travail*, 75,
 - Tradução HE da parte final de um número especial da revista *Architectural Design* dedicado ao problema habitacional na América do Sul, da autoria de John C. Turner, Catherine Turner, Patrick Crook: *A. D.*, 8, 1963,
 - Tradução HE de um artigo de autoria de J. C. Turner extraído da revista *Architectural Design*, 8, 1963.
- HE. *Habitaciones Económicas. Federação das Caixas de Previdência*, 17, 1965:
- Itália. INA-Casa- Normas,
 - O lugar da habitação no desenvolvimento económico,
 - Evolução de um organismo governamental de habitação. Instituto de Crédito Territorial na Colômbia,
 - Recursos habitacionais na América do Sul. Conclusões.
- HEIDEGGER, Martin, *Essays et conférences*, Gallimard, 1958.
- HEINEN, Hilde, *Architecture and Modernity. A Critique*, Cambridge Massachusetts, The MIT Press, 1999.
- HUET, Bernard, "Álvaro Siza, arquitecto 1954-1979": Siza, Álvaro, *Profissão poética*, Barcelona, Gustavo Gili, 1988.
- Instruções para projectos de habitação promovida pelo Estado*, Lisboa, MOP FFF, 1978.
- "Interview d'Álvaro Siza": *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 211, 1980.
- JACOBS, Jane, *The Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque, Random House, 1961, edição utilizada, *Déclin et survie des grandes villes américains*, Liège, Pierre Mardaga, 1991.
- JAMESON, Fredric, "Is Space Political?": Leach, Neil, (edited by), *Rethinking Architecture a reader in cultural theory*, Londres, Routledge, 1997.

- JENCKS, Charles; KROPF, Karl [edited by], *Theories and Manifestoes of Contemporary Architecture*, Cheichester, Academy Editions, 1997.
- JENCKS, Christopher; PETERSON, Paul E. [edited by], *The Urban Underclass*, Washington D.C., The Brookings Institution, 1991.
- KOSTOF, Spiro [coordinator], *El Arquitecto historia de una profesión*, Madrid, Catedra, 1984.
- LANG, Peter; MILLER, Tam [editors], *Suburban Discipline*, Nova Iorque, Princeton Architectural Press, 1997.
- L'Architecture d'Aujourd'hui*, 185, 1976.
- LARROUY, Dominique, *Urbanisme-Pouvoir Projet-Idéologie Contribution à partir de l'Experiance du Processus SAAL à Porto*, edição policopiada, s.d.
- LAUWE, Paul-Henri Chombart de, *Des hommes et des villes*, Paris, Payot, 1963.
- LAUWE, Paul-Henri Chombart de, "Le développement anarchique des grandes agglomérations est une cause supplémentaire de tensions et de troubles": *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro 1970.
- LAUWE, Paul-Henri Chombart de, *Paris, essais de sociologie*, Paris, Editions Ouvrières, 1965.
- LAUWE, Paul-Henri Chombart de, *Pour l'université*, Paris, Payot, 1968.
- LAUWE, Paul-Henri Chombart de, *Pour une sociologie des aspirations*, Paris, Denoël, 1969.
- LEACH, Neil [edited by], *Rethinking Architecture. A reader in cultural theory*, Londres, Routledge, 1997.
- LEACH, Neil, *The Anaesthetics of Architecture*, Cambridge Massachusetts, The MIT Press, 1999.
- LEFEBVRE, Henri, *Le Droit à la ville suivi de Espace et politique*, Paris, Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, Henri, *Le Manifeste différentialiste*, Paris, Éditions Anthopos, 1974.
- LEFEBVRE, Henri, *Production de l'espace*, Paris, Éditions Anthopos, 1984.
- Legislação da habitação 1971-1973*, M.O.P.-S.E.H.U.-F.F.H. Centro de Documentação e Informação, s.d.
- Lei Orgânica do Planeamento Urbanístico. Estudos Preliminares 1972*, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1972.
- LEITÃO, Luís; DIAS, António; MANUEL, Jorge; DIANOUX, Laurent, "Mouvements Urbains et Commissions de Moradores au Portugal (1974-1976)": *Les Temps Modernes*, 388, Novembre 1978.
- LEITE, Ruy de Almeida; VIEIRA, Esmeralda Severo, "O Problema da sobreocupação das habitações": *GTH Boletim*, 17, 1969.
- "Le Mouvement des Habitants au Portugal": *Cahiers Portugal*, 1, 1978.
- LE PESQ, H., *Politique du Logement et Luttes Urbaines à Porto*, Travail de fin d'études, École d'Architecture de Rennes, edição policopiada, 1975.
- LILLEMOR, Andersson; ENGSTRÖM, Paul; LINDÉN, Anders, "Attitudes to blocks of flats with balcony access": *National Swedish Building Research Summaries*, 1971.
- LINN, Karl, "Neighbourhood Commons": *A.D. Architectural Design*, 38, 1968.
- "L'isola proletaria come elemento base del tessuto urbano": *Lotus International*, 13, 1976.
- Livro Branco do SAAL 1974-1976*, Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL, 1976.
- LOBO, Margarida Sousa, "Uma Solução a Encarar: o Habitat Evolutivo": *Arquitectura*, 112, 1969.
- LOBO, Vasco, "Política de Habitação": *Arquitectura*, 109, 1969.
- LOPES, Sérgio Gaspar Madeira de Freitas, *État et "Moradores" – Le SAAL et les commissions de quartier à Porto – (25 Avril 1974 – 30 Août 1976)*, s.l., s.d., tese policopiada.
- Lotus International*, 18, 1978.
- LOURENÇO, Eduardo, "L'Europe dans l'Imaginaire Portugais": *Peuples Méditerranéens*, 66, 1994.
- LOURO, José João [coord. e ed.], *Ocupação do Bairro do Bom Sucesso em Odivelas, por 48 famílias de barracas*, Porto, Afrontamento, 1972.
- LUKACS, Georg; SCHAFF, Adam, *Sobre o Conceito de Consciência de Classe*, Porto, Publicações Escorpião, 1973.
- MACHADO, J. Reis; CATALÃO, L. F. Ramito [inquérito elaborado por], "O Plano de Chelas. V- Elementos Relativos à População que habita em barracas": *GTH Boletim*, 9, 1965.
- MAMOLI, M.; TREBBI, G., *Storia dell'urbanistica, L'Europa del secondo dopoguerra*, Bari, Laterza, 1988.
- MARCONI, Francesco, "Portogallo: Operação SAAL": *Casabella*, 419, 1976.
- MARTIN, L.; MARCH, L.; ECHENIQUE, M., *La Estructura del Espacio Urbano*, Barcelona, Gustavo Gili, 1975.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira, "Os Partidos Políticos": António Reis (coordenação), *Portugal 20 Anos de Democracia*, s. l., Círculo de Leitores, 1994.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira, "SEDES, Associação para o Desenvolvimento Económico e Social" Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, [direcção de], *Dicionário de História do Estado Novo*, V. II, s.l., Círculo de Leitores, 1996.
- MENDES, Manuel, "Arquitectura Portuguesa, anos 50-anos 80": *Cadernos Política*, 2, 1990.

- MENDES, Manuel, "De School van Porto": *Wonen Tabk*, 22-23, 1983.
- MENDES, Maria Clara, "A habitação em Portugal: Caracterização e Políticas": *Seminário 25 de Abril 10 Anos depois*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- MESQUITA, Mário; REBELO, José, *O 25 de Abril nos media internacionais*, Porto, Afrontamento, 1994.
- MEIRELES, Miguel; ROCHA, Cristina; TEIXEIRA, Isabel; SOUSA, Virginia, "Ribeira-Barredo, operação de 'renovação urbana'": *Sociedade e Território*, 2, 1985.
- MEYER, Hannes, *El Arquitecto en la Lucha de Clases y otros escritos*, Barcelona, Gustavo Gili, 1972.
- MOLTENI, Enrico, *Álvaro Siza Barrio de la Malagueira, Évora*, Barcelona, Edicions UPC, 1997.
- MONTES, Nelson, *Colóquio sobre Política da Habitação. Texto Complementar II. Habitação Social. Programação-Financiamento. Administração – Realização. Bélgica – Holanda – Espanha – França*, Ministério das Obras Públicas, s.d.
- MORAIS, João; VIOLANTE Luis, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- MOURA, Virgínia de; VITAL, Lobão, "As casas dos trabalhadores nos centros urbanos": 2º. *Congresso Republicano de Aveiro. Teses e Documentos*, Volume I, Lisboa, Seara Nova, 1969.
- MOZZICAFREDDO, Juan, "A Questão do Estado no Processo Político Português: 1974-76": *Cadernos de Ciências Sociais*, 2, 1984.
- MURO, Carles [ed.], *Álvaro Siza. Escrits*, Barcelona, Edicions UPC, 1995.
- NICOLIN, Pierluigi, "A experiência de Berlim": Álvaro Siza, *Profissão poética*, Barcelona, Gustavo Gili, 1988.
- NICOLIN, Pierluigi, "Quinta da Malagueira, Évora": Álvaro Siza, *Profissão poética*, Barcelona, Gustavo Gili, 1988.
- NOEVER, Peter [edited by], *The End of Architecture?*, Munique, Prestel, 1993.
- O MES e a Problemática Urbana. Textos para uma Discussão*, Porto, Grupo Coordenador de Acção Local, documento policopiado, s.d.
- O Problema da Extinção das "Ilhas" do Porto*, Câmara Municipal do Porto, Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos, 1960.
- O problema da habitação. Análise sectorial. Programas de acção em 74/75. Princípios de orientação futura*, 1976.
- Olivais-Norte*, Lisboa, Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, s.d.
- Olivais-Sul*, Lisboa, Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, s.d.
- OLIVEIRA, César, "Congressos da Oposição Democrática/Congressos Republicanos": Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, [direcção de], *Dicionário de História do Estado Novo*, V. I, s.l., Círculo de Leitores, 1996.
- OLIVEIRA, Paula de; MARCONI, Francesco, *Politica e Progetto. Un'esperienza di base in Portogallo*, Milão, Feltrinelli, 1977.
- "Operação Saal e nova Bairro FONSECAS/Calçada na cidade de Lisboa": *Artopinião*, 10, s.d.
- PAIVA, Ana Rita Guedes, *S.A.A.L. Reflexão sobre Cinco Bairros. Casal das Figueiras, Leal, Quinta das FONSECAS, Castelo, Relvinha*, Coimbra, Prova final do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001.
- PASTRANA, Ernesto; THREFFALL, Monica, *Pão, Tecto e Poder*, Lisboa, Livraria Ler, 1975.
- PEATTIE, Lisa, "The Dilemma": *A.D. Architectural Design*, 38, 1968.
- PEDRAZZINI, Yves, "Les avatars de 'l'hypothèse' dans la métropole latino-américaine": *Urbanisme*, 307, 1999.
- PEREIRA, Albano; MENESES, Fernando; PEREIRA, José Carlos, "Urbanismo e Habitação Processo SAAL — o Exemplo de Oeiras": *Poder Local*, 12, 1979.
- PEREIRA, Gaspar Martins, *SAAL – Um Processo de Intervenção Urbana no Processo Revolucionário*, Porto, ed. policopiada, 1989.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP Publicações, 1996.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, "Habitação. Finalmente uma Política?": *Arquitectura*, 108, 1969.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, "Habitações para o maior número": *Arquitectura*, 110, 1969.
- PEREIRA, Raúl da Silva, *Habitação e Urbanismo em Portugal*, Lisboa, edição do autor, 1966.
- PEREIRA, Raúl da Silva, "O Problema da Habitação em Portugal: Necessidades e Sua Evolução": *Arquitectura*, 101, 1968.
- PEHRSSON, Kajsa, "Om bostadsfrågan i Portugal": *Att. Bo*, 1975.
- PINHO, Jaime Manuel de Almeida, *Os Bairros S.A.A.L. O caso do Castelo Velho. Lutas Urbanas em Setúbal (1974/76)*, Tese de Mestrado em História dos séculos XIX e XX (Secção do séc. XX) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.
- PIRES, João Granjo, "À Lisbonne: 'Casas sim, barracas não!':": *Autrement*, 1976.
- PORTAS, Nuno, "À procura de uma linguagem": Álvaro Siza, *Profissão poética*, Barcelona, Gustavo Gili, 1988.
- PORTAS, Nuno, *A Cidade como Arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969.

- PORTAS, Nuno, *Arquitectura: forma de conocimiento forma de comunicación*, Barcelona, ETSAB, 1971.
- PORTAS, Nuno, "Desenho. A Apropriação do Espaço da Habitação": *Arquitectura*, 106, 1968.
- PORTAS, Nuno, *Funções e Exigências de Áreas de Habitação*, Lisboa, MOP LNEC, 1969.
- PORTAS, Nuno, "O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local": *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 1986.
- PORTAS, Nuno, "SAAL and the Urban Revolution in Portugal": C. Richard Hatch, [edited by], *The Scope of Social Architecture*, Nova Iorque, Van Nostrand Reinhold Co., 1985.
- PORTAS, Nuno, "The S.A.A.L. Program": *Cadernos do Noroeste*, 1 [9], 1996.
- PORTAS, Nuno, "Tradição, Progresso e Reacção no Urbanismo Regional": *O Tempo e o Modo*, 4, 1963.
- PORTAS, Nuno, *Uma Nova Política Urbana*, Comunicação à 1ª. Reunião preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre os estabelecimentos humanos (Habitat), documento plicopiado, 1976.
- PORTAS Nuno; MENDES, Manuel, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea Anos Sessenta/Anos Oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991.
- PORTAS Nuno; MENDES, Manuel, *Portogallo Architetture, gli ultimi vent'anni*, Milão, Electa, 1991.
- Principais Características da Habitação Económica – Anos de 1970/71*, Lisboa, Fundo de Fomento da Habitação GEP Secção de Tecnologia, 1972.
- RAGON, Michel, *Histoire Mondiale de l'Architecture et de l'Urbanisme Modernes. Tome 2. Pratiques et Méthodes 1911-1976*, Tournai, Casterman, 1977.
- RAGON, Michel, *L'Architecte, le Prince et la Démocratie*, Paris, Albin Michel, 1977.
- RAMON, Fernando, *Habitação. Cidade. Capitalismo. Teoria e Ideologia Urbanística*, Porto, Publicações Escorpião, 1977.
- RAPOPORT, Amos, *House form and culture*, Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall, 1969, edição utilizada: *Pour une Anthropologie de la Maison*, Paris, Dunod, 1972.
- REBOLLO; RODRIGUEZ; SOTOS, *El Movimiento Ciudadano ante la Democracia*, Madrid, editorial Cenit, 1977.
- REIS, António, "A Revolução de 25 de Abril": António Reis [coordenação], *Portugal 20 Anos de Democracia*, s. l., Círculo de Leitores, 1994.
- REIS, António, "Cooperativas Culturais": Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, [direcção de], *Dicionário de História do Estado Novo*, V. II, s.l., Círculo de Leitores, 1996.
- REIS, António, "Marcelismo": Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, [direcção de], *Dicionário de História do Estado Novo*, V. II, s.l., Círculo de Leitores, 1996.
- REIS, António, "O Processo de Democratização": António Reis [coordenação], *Portugal 20 Anos de Democracia*, s. l., Círculo de Leitores, 1994.
- Rendimento Familiar/ Composição Familiar. Tratamento de Dados Fornecidos pelas Equipas. Documento Provisório*, Lisboa, FFH, 1976.
- RIBEIRO, Eduardo, "Construção Civil – Estrutura Actual – Industrialização": 3º. *Congresso da Oposição Democrática. Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973. Teses. Segurança Social e Saúde. Urbanismo e Habitação*, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- RIBEIRO, Eduardo, "Habitação – problema social": 2º. *Congresso Republicano de Aveiro. Teses e Documentos*, Volume I, Lisboa, Seara Nova, 1969.
- RICOEUR, Paul, *Histoire et Verité*, Paris, Éditions du Seuil, 1955.
- ROCHA, Manuel; BORGES, J. Ferry; DIAS, Francisco Silva; GOMES, Ruy José; PORTAS, Nuno, *Colóquio sobre Política da Habitação. Texto Complementar II*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas.
- ROCHA, Manuel; BORGES, J. Ferry; PORTAS, Nuno; GOMES, Ruy José, *Estudo das Funções e da Exigência de Áreas de Habitação*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966.
- ROCHA, Manuel; BORGES, J. Ferry; DIAS, Francisco Silva; GOMES, Ruy José; PORTAS, Nuno, *Informação sobre a Situação Actual dos Empreendimentos e Necessidades da Habitação Social. Relatório*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas Laboratório Nacional de Engenharia Civil Serviço de Edifícios e Pontes. Divisão de Construção e Habitação, 1969.
- ROCHA, Manuel; BORGES, Júlio Ferry; GOMES, Rui José; COSTA, Alexandre Alves; PORTAS, Nuno, *Racionalização de Soluções da Habitação*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966, parcialmente traduzido para castelhano em *La Racionalización de las Soluciones en los Proyectos de Viviendas. Análisis y selección de esquemas*, Madrid, Ministerio de la Vivienda, 1969.
- RODRIGUES, Carlos Farinha, "Planos de Fomento": Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, [direcção de], *Dicionário de História do Estado Novo*, V. II, s.l., Círculo de Leitores, 1996.
- RODRIGUES, A. Jacinto, "Curso de Formação Base Brigadas SAAL", edição policopiada, 1975.
- RODRIGUES, A. Jacinto, *Urbanismo e Revolução*, Porto, Afrontamento, 1975.
- RODRIGUES, A. Jacinto, *Urbanismo: uma Prática Social e Política*, Porto, Limiar, 1976.

- RODRIGUES, Francisco Martins [coordenador], *O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril*, Lisboa, Ed. Dinossauro, 1994.
- RODRIGUES, Maria, *Pelo Direito à Cidade. O Movimento de Moradores no Porto (1974/1976)*, Porto, Campo das Letras, 1999.
- RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry [sous la direction de], *Villes & Civilisation Urbaine XVIII^e-XX^e Siècle*, Paris, Larrousse, 1992.
- ROSAS, Fernando, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, *Sétimo Volume. O Estado Novo (1926-1974)*, s. l., Círculo de Leitores, 1994.
- ROWE, Peter G., *Modernity and Housing*, Cambridge, Mass., The MIT Press, 1995.
- RUAS, Henrique Barrilaro, "O Poder Local": António Reis [coordenação], *Portugal 20 Anos de Democracia*, s. l., Círculo de Leitores, 1994.
- RUDOFISKY, Bernard, *Architecture Without Architects. A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, Londres, Academy Editions, 1981.
- RUPRECHT, Guenter Vollmer, *Cooperativas de construção e habitação: um meio de entreajuda*, Lisboa, Perspectivas e Realidade, 1975.
- SÁ, Henrique Oliveira, *Política de Habitação*, Lisboa, Diabril Editora, 1975.
- "SAAL Architectes, quel Avenir?": *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 185, 1976.
- SAAL Curraleira Team, "Designing Curraleira": Hatch, C. Richard, [edited by], *The Scope of Social Architecture*, Nova Iorque, Van Nostrand Reinhold Co., 1985.
- "SAAL: Sector do Aparelho de Estado Burguês ou 'Conquista Revolucionária' do '25 de Abril do Povo'?" [1^a. Parte]: *O Tempo e o Modo*, 124, 1977.
- "SAAL: Sector do Aparelho de Estado Burguês ou 'Conquista Revolucionária' do '25 de Abril do Povo'?" [2^a. Parte]: *O Tempo e o Modo*, 125, 1977.
- SABINO, Amadeu Lopes; NUNES, Saúl; SABINO, Luís Filipe, *As Lutas dos Moradores e a Constituição de 1976*, Coimbra, Centelha, 1977.
- SADLER, Simon, *The Situationist City*, Cambridge Mass., The MIT Press, 1999.
- SALGUEIRO, Teresa Barata, "A Promoção Habitacional e o 25 de Abril": *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 1986.
- SALGUEIRO, Teresa Barata, *Bairros Clandestinos na periferia de Lisboa*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos [parcialmente publicado em *Finisterra*, Lisboa, 12(23) e *CAU Construcción Arquitectura Urbanismo*, 30, 1975].
- SALTA, Ana; MENA, Josefina, *Metodologia do Projecto Social e Territorial*, SAAL S.E.P. FFH, 1976
- SANTA RITA, Maria da Conceição, *As Áreas na Habitação*, Ministério das Obras Públicas Fundo de Fomento da Habitação Gabinete de Estudos e Planeamento, 1970.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, "A crise do Estado e a Aliança Povo/MFA em 1974-1975": *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois. Associação 25 de Abril*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*, Porto, Afrontamento, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, "O Estado, o Direito e a Questão Urbana": *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9, 1982.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, "Etat, Rapports Salariaux et protection Sociale à la Semi-périphérie – Cas du Portugal": *Peuples Méditerranéens Portugal 1974-1994*, 66, 1994.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos, *A Cidade como um Jogo de Cartas*, S. Paulo, Projeto Editores Associados, 1988.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos, "Habitação – O que é Mesmo que Pode Fazer quem Sabe": *Repensando a Habitação no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos, *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos, *O Uso do Solo e o Município*, Rio de Janeiro, IBAM, 1990.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno [coord. de], *Quando a Rua Vira Casa. A Apropriação de Espaços de Uso Colectivo em um Centro de Bairro*, Rio de Janeiro, IBAM FINEP, 1981.
- SCHOONBRODT, René, *Sociologie de l'Habitat Social Comportement des Habitants et Architecture des Cités*, Bruxelas, éditions des Archives d'Architecture Moderne, 1979.
- SELVAFOLTA, Ornella [a cura di], *Costruire in Lombardia 1880-1980. Edilizia residenziale*, Milão, Electa, 1985.
- SERRA, Nuno, *Estado, Território e Estratégias de Habitação*, Coimbra, Quarteto Editora, 2002.
- SILVA, Abel Augusto Fonseca da, *Alguns Traços Sobre as Ilhas do Porto. Três Operações SAAL/Norte – Antas, Leal e S. Victor*, Coimbra, Prova final do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1999.

- SILVA, Ezequiel de Castro e, "Subsídios para uma Democratização da Habitação": 3º. Congresso da Oposição Democrática. Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973. Teses. Segurança Social e Saúde. Urbanismo e Habitação, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- SILVA, Maria da Conceição Tavares da, "A Sublocação em Lisboa": *GTH Boletim*, 18, 1970.
- SIZA, Álvaro, *Imaginar a Evidência*, Lisboa, Edições 70, 2000.
- SIZA VIEIRA, Álvaro, "O 25 de Abril e a Transformação da Cidade": *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 1986.
- SKINNER, Reinhard J.; RODELL, Michael J. [edited by], *People, Poverty and Shelter*, Londres, Methuen, 1983.
- SOARES, Luís Bruno, "Breve referência a estudos realizados e medidas adoptadas", *Sociedade e Território*, 1, 1984.
- SOARES, Luís Bruno, "Estructura Urbana de Lisboa": *CAU Construcción Arquitectura Urbanismo*, 30, 1975.
- SOARES, Luís Bruno, "Urbanização clandestina e política urbana": *Sociedade e Território*, 1, 1984.
- STIEFEL, Matthias; WOLFE, Marshall, *A Voice for the Excluded Popular Participation in Development Utopia or Necessity?*, Londres, Zed Books, 1994.
- TAFURI, Manfredo; DAL CO, Francesco, *Architettura Contemporanea/II*, Milão, Electa, 1979.
- TAFURI, Manfredo, "Per una critica dell'ideologia architettonica": *Contropiano*, 1, 1969; mais tarde reelaborado em TAFURI, Manfredo, *Progetto e Utopia*, Bari, Laterza & Figli, 1973; tradução portuguesa, *Projecto e Utopia*, Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- TAFURI, Manfredo, *Teorie e storia dell'architettura*, Bari, Laterza, 1968; tradução portuguesa, *Teorias e História da Arquitectura*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- TAVARES, Domingos, *Da Rua Formosa à Firmeza*, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., 1985.
- TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As Ilhas do Porto*, Lisboa, FCG –JNICT, 1996.
- TEIXIDOR, Carles; SEMPERE, Joaquim, "La Operación SAAL": *CAU Construcción Arquitectura Urbanismo*, 30, 1975.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro, "O Problema dos Espaços Verdes Urbanos": 3º. Congresso da Oposição Democrática. Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973. Teses. Segurança Social e Saúde. Urbanismo e Habitação, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro. Conclusões*, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- TESTA, Peter, *Álvaro Siza*, Basileia, Birkhäuser, 1996.
- TERNER, Donald; HERZ, Robert, "Squatter-inspired": *A.D. Architectural Design*, 38, 1968.
- TOPALOV, Christian, "La politique du logement dans le processus révolutionnaire portugais (25 avril 1974-11 mars 1975)": *Espaces et Sociétés*, 17-18, 1976.
- TOSTÕES, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, Porto, FAUP Publicações, 1997.
- TURNER, John F. C., "Housing as a Verb": Turner, John F. C. Fichter, Robert [edited by], *Freedom to Build*, Londres, Nova Iorque, The Macmillan Company, 1972.
- TURNER, John F. C., *Housing by People*, Londres, Marion Boyars, 1976.
- TURNER, John, "Squatter Settlement: an Architecture that Works": *A.D. Architectural Design*, 38, 1968.
- TURNER, John F. C., "The Reeducation of a Professional": Turner, John F. C. Fichter, Robert [edited by], *Freedom to Build*, Londres, Nova Iorque, The Macmillan Company, 1972.
- TZONIS, Alexander, *Vers un environnement non-oppressif*, Liège, Pierre Mardaga, 1976.
- Um Grupo de Trabalho de Estudantes de Arquitectura do Porto, "Contribuição para o Equacionamento da Problemática da Urbanização em Portugal [...]": 3º. Congresso da Oposição Democrática. Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973. Teses. Segurança Social e Saúde. Urbanismo e Habitação, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- VALLA, Margarida La Feria; TEIXEIRA, Manuel A. Correia, *The Process SAAL (The Origins and its Practice in Oporto)*, Graduate School A. A. School of Architecture, edição policopiada, 1978.
- VAN EICK, Aldo, "L'intérieur du temps": *Le Sens de la Ville*, Paris, Seuil, 1972.
- VATTIMO, Gianni, "The End of Modernity, the End of the Project?": Leach, Neil, [edited by], *Rethinking Architecture a Reader in Cultural Theory*, Londres, Routledge, 1997.
- VEEN, René van, "De illegale bouw in Lissabon": *Wonen Tabk*, 22-23, 1983.
- VENTURA, Zuenir, *Cidade Partida*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- VENTURI, Robert, *Complexity and Contradiction in Architecture*, Nova Iorque, Museum of Modern Art, 1966, edição utilizada: *Complejidad y contradicción en la arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili, 1978.
- VICENTE, Manuel, "1948/1961 Espoirs Déçus et Remours Culturels": *L'Architecture d'Aujourd'hui*, 185, 1976.
- VIOLEAU, Jean-Louis, "L'Internationale situationiste et la ville": *Urbanisme*, 300, 1998.
- VIOLEAU, Jean-Louis, "L'urbain dans la presse contestataire": *Urbanisme*, 300, 1998.
- VITALE, Daniele, "Potugal, Events and Echoes": *Domus*, 655, 1984.
- VIRILIO, Paul, *Défense Populaire et Lutttes Écologiques*, Paris, Galilée, 1978.
- VIRILIO, Paul, *L'insécurité du territoire*, Paris, Galilée, 1993.

WARD, Barbara, *La Morada del Hombre*, México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

WARD, Colin, "A cidade anárquica": *A Ideia*, 24-25, 1982.

WEBER, Max, *La Ville*, Paris, Aubier Montaigne, 1986.

WÖLL, Wilfried, *Die Slums von Lissabon*, Saarbrücken, Verlag Breitenbach, 1978.

Wonen Tabk, 22-23, 1983.

ZAERA, Alejandro, "Salvando las turbulencias: entrevista con Álvaro Siza": *El Croquis*, 68/69, 1994.

Publicações Periódicas:

Gerais

Avante

A Capital

Combate

O Comércio do Porto

O Diário

O Dia

Diário de Lisboa

Diário Municipal

Diário de Notícias

Diário Popular

Esquerda Socialista

Expresso

Flama

Folha Comunista

Gazeta da Semana

Jornal do Comércio

Jornal de Notícias

Jornal Novo

O Jornal

A Luta

Liberdade

O Primeiro de Janeiro

Poder Popular

Página Um

Rádio Clube Português [comunicados]

República

Revolução

O Século

Sempre Fixe

O Século Ilustrado

A Verdade

25 de Abril do Povo

Vida Mundial

Voz do Povo

Movimento de Moradores

A Casa (Carnaxide)

A Habitação (A.I.L.)

A Luta (Gervide)

A Nossa Força A Nossa Luta (Conchada, Fonte do Bispo, Relvinha)

A Nossa Luta (Carvalhido)

- A Nossa Luta* (Linda-a-Pastora)
A Razão da Nossa Luta (Just. Teixeira, Monte da Estação, Godim)
A Realidade (Pego Negro)
A Reconstrução (Arrábida)
A Vontade do Povo (Beato)
A Voz da Brandoa (Brandoa)
A Voz da Lapa (Lapa)
A Voz de Francos (Francos)
A Voz de Miragaia (Miragaia)
A Voz do Bairro (Bairro Angola)
A Voz do Bairro (Outeiro)
A Voz do Casal Ventoso (Casal Ventoso)
A Voz do Leal (Leal)
A Voz do Seixo (Seixo)
A Voz dos Moradores de Campo (Campo, Valongo)
A Zona (S. Vitor)
APN Boletim (Falagueira)
Arada em Luta (Arada)
Arranque (Antas)
Associações de Moradores SAAL/Algarve Boletim Informativo (Algarve)
Associação de Moradores de Serralves Boletim Informativo (Serralves)
Bairro da Independência (Caminho do Mocho)
Bairro em Luta (Prior Velho)
Boletim (Massarelos)
Boletim (Bacalhau, Monte Coxo)
Boletim (Comissões de Moradores de Évora)
Boletim da Comissão de Moradores do Campo 24 de Agosto (Campo 24 de Agosto)
Boletim Informativo (Campinas)
Boletim Informativo (Candal, Marco)
Boletim Informativo (Santana, Santeiro e Ponte da Pedra)
Casas p'ro Povo (Embrechados)
Comissão de Moradores da Lomba Boletim Informativo (Lomba)
Comissão de Moradores de Justino Teixeira (Justino Teixeira)
Ecos do Catujal (Catujal)
Exposição e Caderno Reivindicativo (Pe. Ant^o. Vieira, Presa Velha, Formiga)
Folha de S. Pedro (Mata, S. Pedro)
Folha Informativa (Bairro da Caixa Têxtil)
Grito e Luta (Grito do Povo)
Informação (Bairro das Pedras, Mafamude)
Ilhéu Visto a Olho Nu (Acácio)
Jornal da Bela Vista (Bela Vista, S. Pedro da Cova)
Jornal da Cooperativa Novo Horizonte (Curraleira)
Jornal da Inter (Inter-Associações do Arredores de Lisboa)
Jornal do Barrêdo Ribeira (Barredo, Ribeira)
Jornal do Pelame (Pelame)
Jornal Popular de Jancido (Jancido, Foz do Sousa, Gondomar)
Jornal Popular de Lavra (Lavra)
Jornal Vitória (Vitória)
Luta Operária (Penha de França)
Luta pela Casa (Quinta da Gandarela, S^a. da Rocha, Vimeca, Vinha dos Coronéis)
Luta pela Tua Casa (Igreja Velha, S. Mamede de Infesta)
Lutar é Vencer (Chaves de Oliveira)
Lutar pela Habitação (Fontainhas)

Miragaia em Luta (Miragaia)
Moradores em Luta (Contumil)
O Alerta (Bouça)
O Bairro (Montijo, Barronhos, Salregos e S. Marçal)
O Cooperativista (Quinta do Bacalhau)
O Diálogo (S. Pedro da Cova)
O Estado de Sítio (Folha Informativa dos Órgãos de Vontade Popular)
O Musgas (Musgueira Norte)
O Querer do Povo (S. Pedro, Espinho)
O Vilar em Luta (Vilar)
Os 4 Unidos (Marianas)
Os Sempre Unidos (Linda-a-Velha)
Povo de Arroios (Arroios)
Povo em Marcha (Ruas Pe. António Vieira e Mirafior)
SAAL Folha Informativa (Executivo do Conselho Nacional do SAAL)
Uma Casa para Ti (Sé)
União do Povo (Bela Vista, D. João IV)
Unidade na Acção (Lages e Banhos Secos)
Vitória em Luta (Vitória)
Viva a Luta dos Bairros (Apoio à luta dos bairros de barracas e bairros pobres)
Vontade de Querer Vontade de Vencer Boletim Informativo (S^a. da Hora)
Vontade Popular (Sé)
Voz das Barracas do Bairro da Liberdade (Setúbal)
Voz do Torrão (Torrão)

A N E X O I

Proyectos

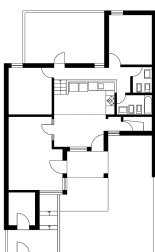
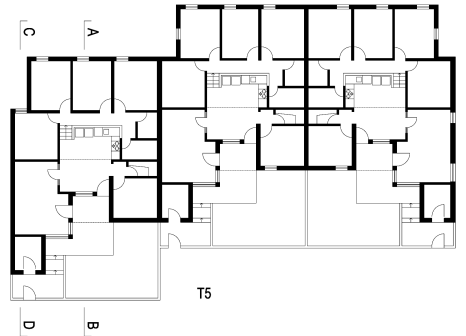
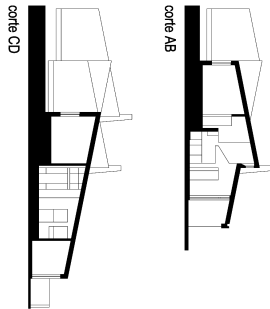
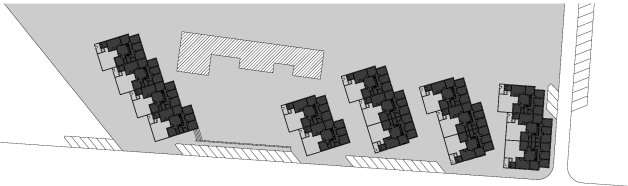
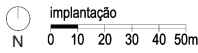


ALJEZUR

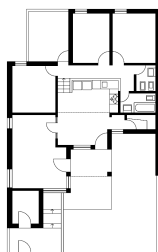
Nome do bairro: ALJEZUR
 Concelho: ALJEZUR
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
 Brigada Técnica: Eng.º. Pedro Vieira, Eng.º. José Manuel Costa, Arq.º. Leonel Fadigas, Arq.º. Luís Abreu, Arq.º. José Rijo

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprísse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

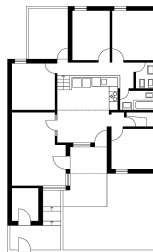
Nome da associação de moradores: O POVO VENCERÁ
 Início da Operação: Maio 1976
 Constituição da associação de moradores: 75/12/11
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/05/025
 20 Fogos
 Início da obra: Depois de Maio de 1976



T2



T3



T4

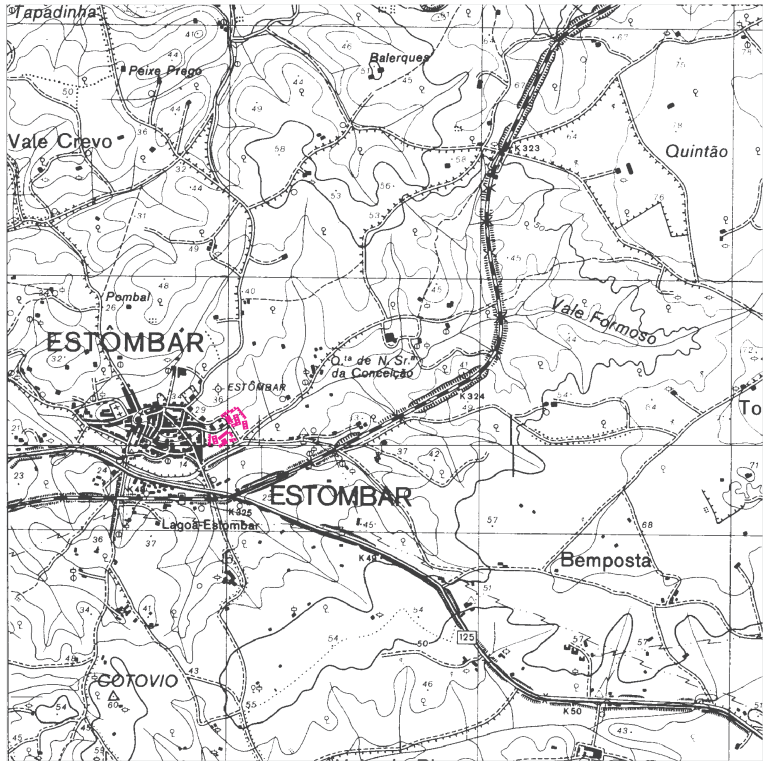
fogos tipo T2, T3, T4 e T5: plantas e cortes
 0 1 5 10m

ESTÔMBAR

Nome do bairro: ESTÔMBAR
 Concelho: LAGOA
 Distrito: FARGO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
 Brigada Técnica: Eng.º Pedro Vieira, Eng.º José Manuel Costa, Arq.º Leonel Fadigas, Arq.º Luís Abreu, Arq.º José Rijo

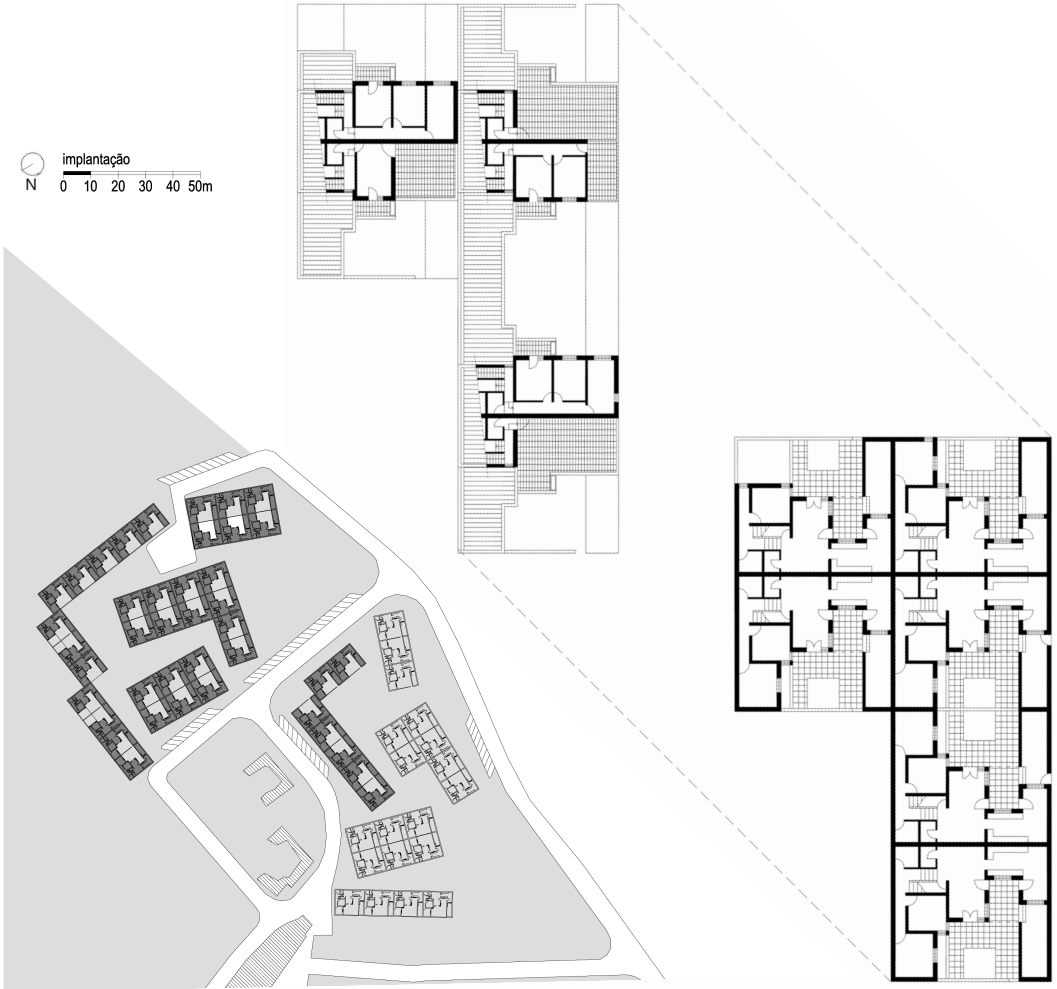
Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

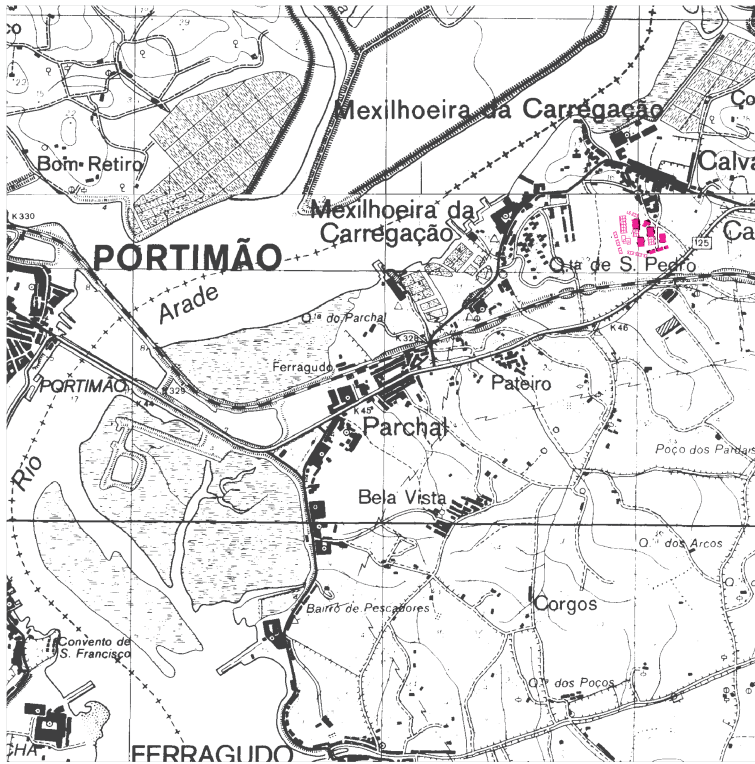
Nome da associação de moradores: BOA ESPERANÇA
 Início da Operação: Março 1976
 Constituição da associação de moradores: 76/02/11
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/03//12
 60 Fogos
 Início da obra: Julho 1976



plantas de conjunto: pisos 1 e 2
 0 1 5 10m

implantação
 N 0 10 20 30 40 50m



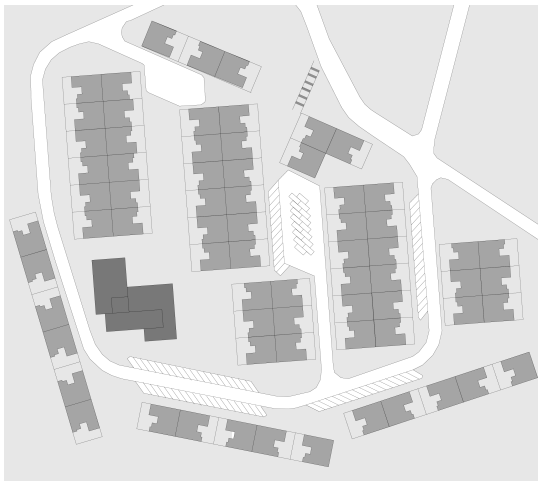


MEXILHOEIRA DA CARREGAÇÃO

Nome do bairro: MEXILHOEIRA DA CARREGAÇÃO
 Concelho: LAGOA
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
 Brigada Técnica: Eng.º Pedro Vieira, Eng.º José Manuel Costa, Arq.º Leonel Fadigas, Arq.º Luís Abreu, Arq.º José Rijo

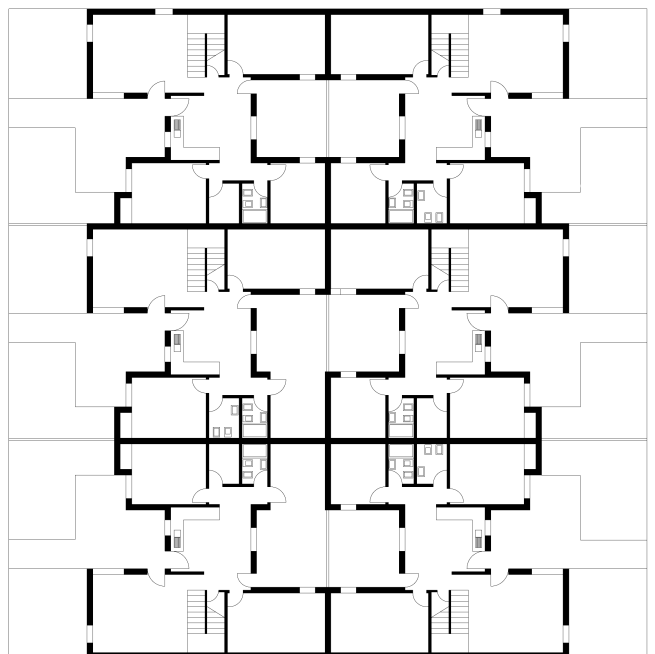
Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprísse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

Nome da associação de moradores: BOA VONTADE
 Início da Operação: Janeiro 1976
 Constituição da associação de moradores: 75/07/05
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/01/21
 70 Fogos
 Início da obra: Maio 1976



implantação
 N 0 10 20 30 40 50m

plantas de conjunto: piso 2
 0 1 5 10m

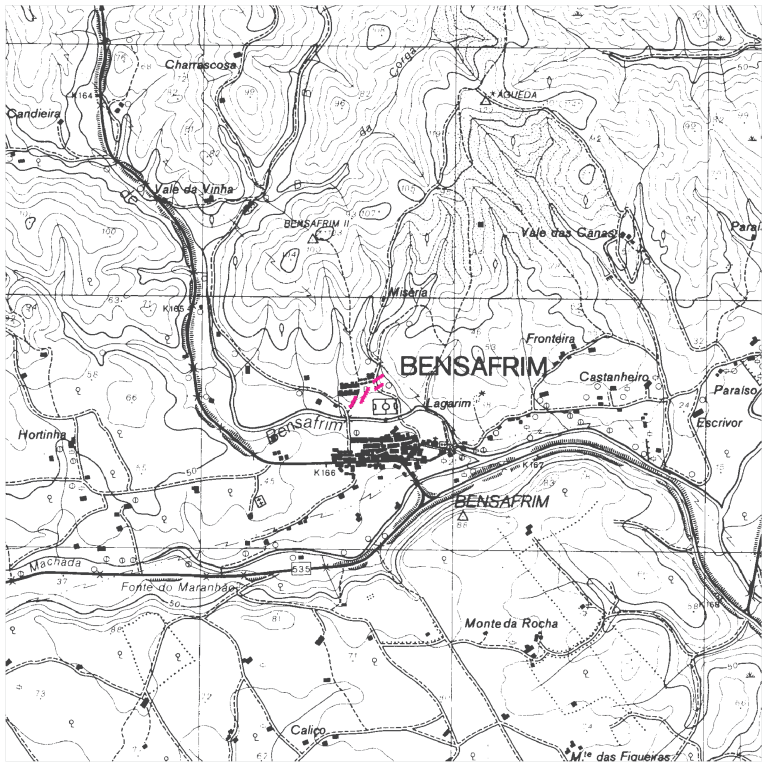


BENSAFRIM

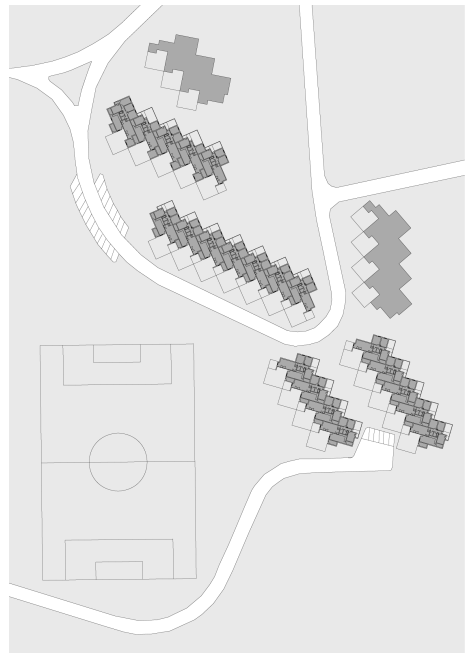
Nome do bairro: BENSFRIM
 Concelho: LAGOS
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
 Brigada Técnica: Eng.º Pedro Vieira, Eng.º José Manuel Costa, Arq.º Leonel Fadigas, Arq.º Luís Abreu, Arq.º José Rijo

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

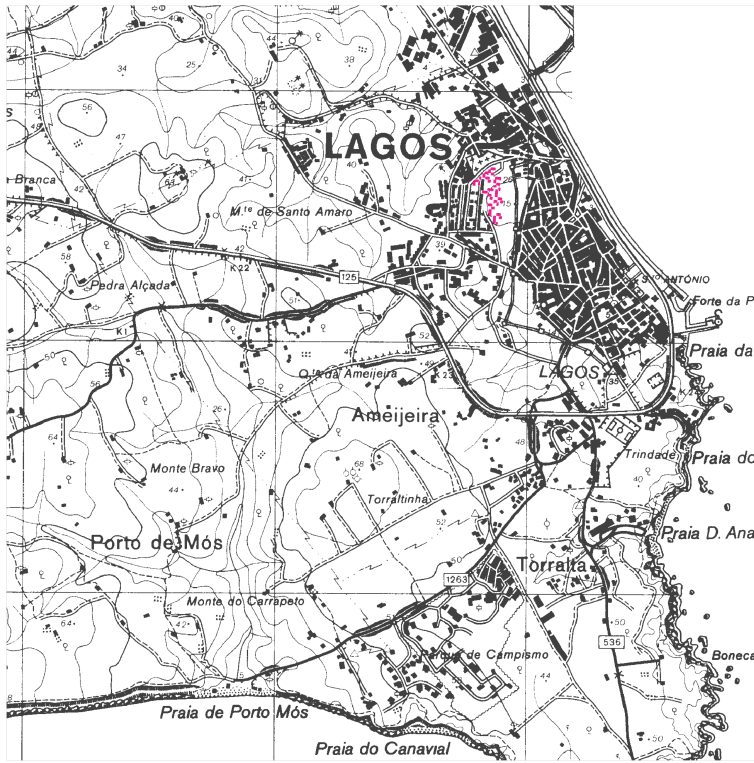
Nome da associação de moradores: ZONA VERDE
 Início da Operação: Agosto 1976
 Constituição da associação de moradores: 76/05/21
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/09/03
 21 Fogos
 Início da obra: Setembro 1976



planta de conjunto
 0 1 5 10m



implantação
 N 0 10 20 30 40 50m



CERCA DO CEMITÉRIO

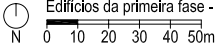
Nome do bairro: CERCA DO CEMITÉRIO
 Concelho: LAGOS
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
 Brigada Técnica: Eng.º. Pedro Vieira, Eng.º. José Manuel Costa, Arq.º. Leonel Fadigas, Arq.º. Luís Abreu, Arq.º. José Rijo

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

Nome da associação de moradores: 28 de SETEMBRO
 Início da Operação: Maio 1975
 Constituição da associação de moradores: 75/02/07
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/05/15
 103 Fogos
 Início da obra: Abril 1975



implantação
 Edifícios da ampliação - conjuntos I, J, L, M
 Edifícios da primeira fase - conjuntos A, B, C, D, E, F, G, H

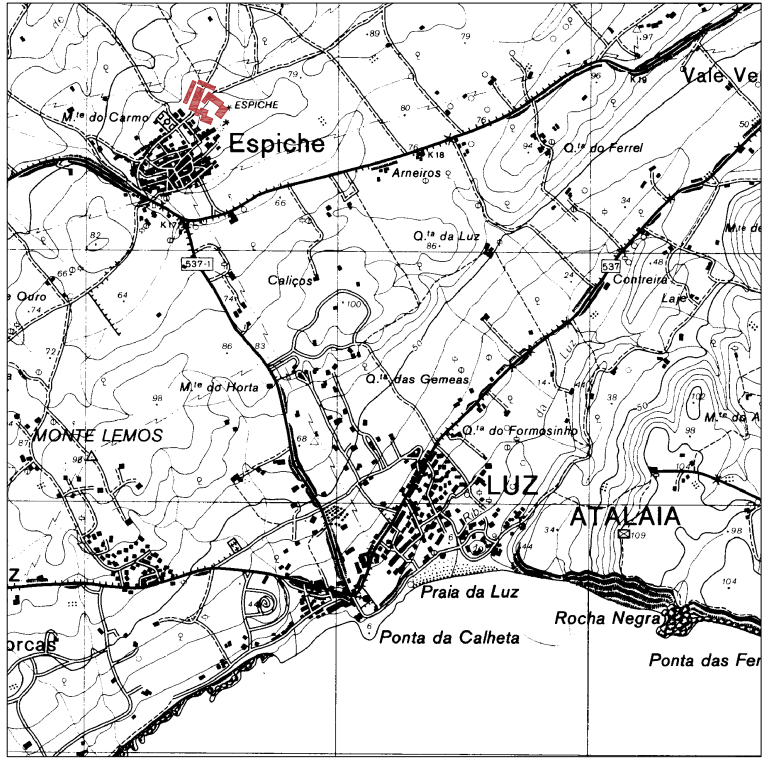


ESPICHE

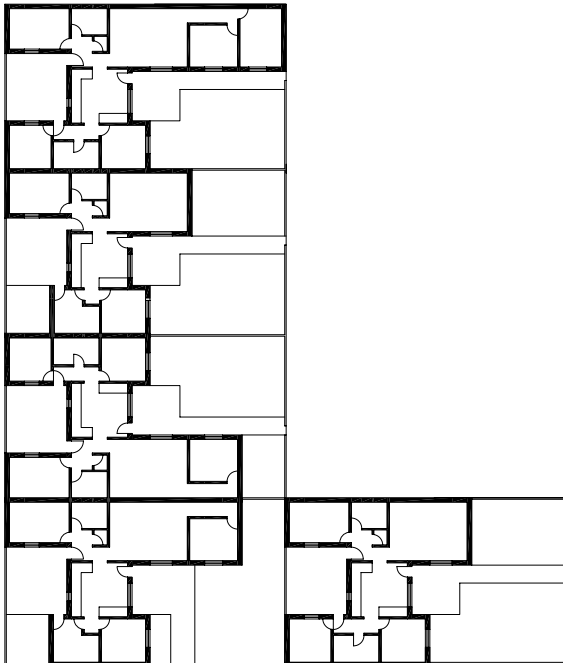
Nome do bairro: ESPICHE
Concelho: LAGOS
Distrito: FARO
Serviço: SAAL/ALGARVE
Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
Brigada Técnica: Eng.º Pedro Vieira, Eng.º José Manuel Costa, Arq.º Leonel Fadigas, Arq.º Luís Abreu, Arq.º José Rijo

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

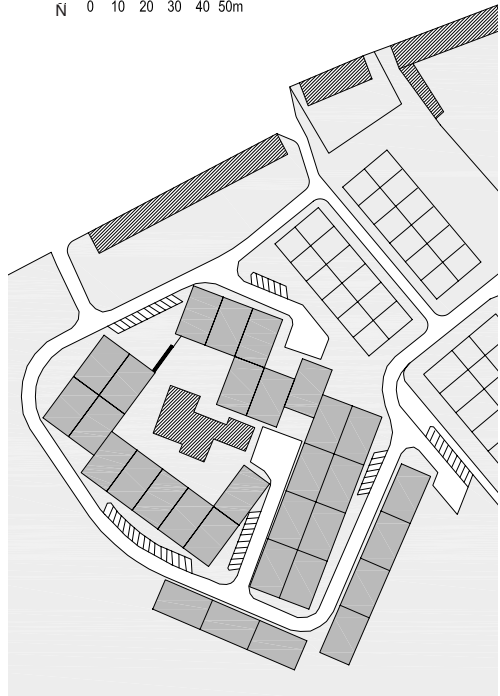
Nome da associação de moradores: LIBERDADE
Início da Operação: Fevereiro 1976
Constituição da associação de moradores: 75/11/06
Publicação dos estatutos no D.R.: 76/02/19
31 Fogos
Início da obra: Fevereiro 1976

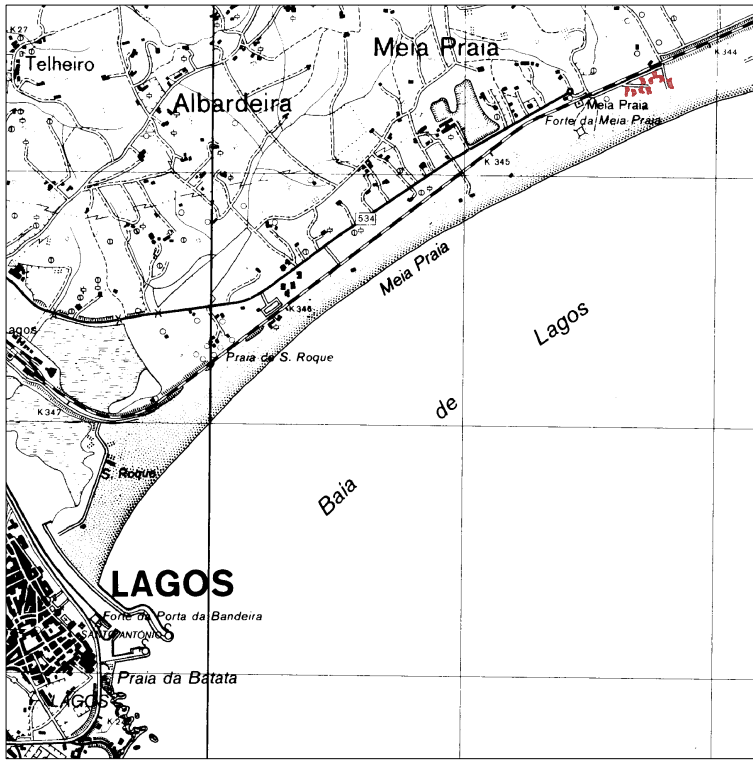


planta de conjunto
0 1 5 10m



implantação
0 10 20 30 40 50m



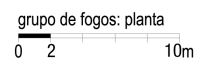
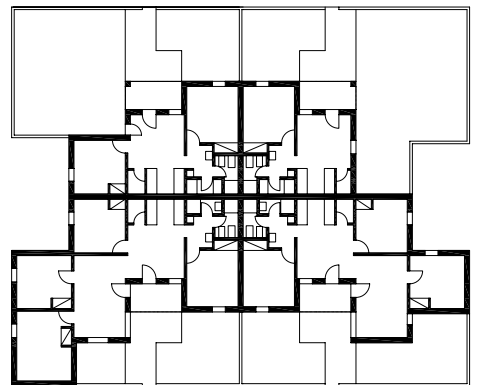
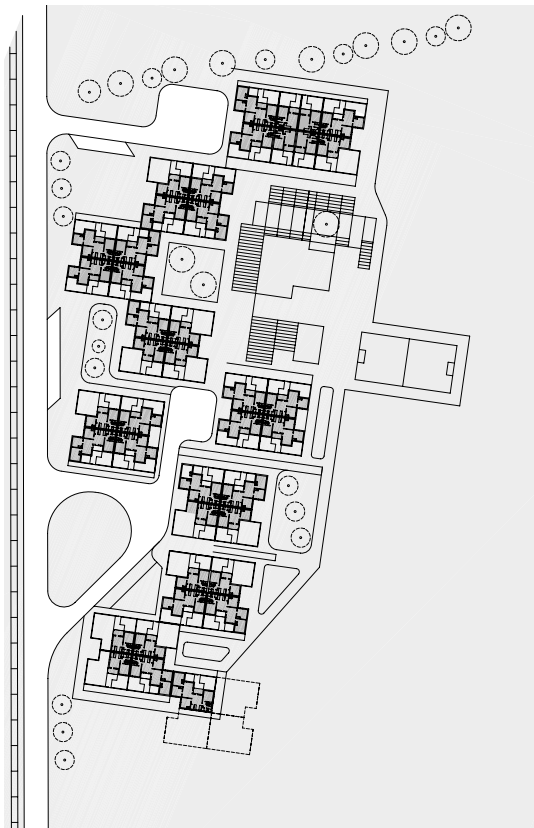
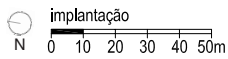


MEIA PRAIA APEADEIRO

Nome do bairro: MEIA PRAIA-APEADEIRO
 Concelho: LAGOS
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
 Brigada Técnica: Eng.º. Pedro Vieira, Eng.º.
 José Manuel Costa, Arq.º. Leonel Fadigas,
 Arq.º. Luís Abreu, Arq.º. José Rijo

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprísse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

Nome da associação de moradores: 25 DE ABRIL
 Início da Operação: Fevereiro 1975
 Constituição da associação de moradores: 75/02/07
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/02/17
 36 Fogos
 Início da Obra: Janeiro 1975

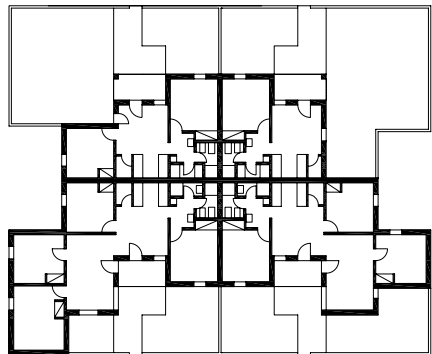


MEIA PRAIA DUNA

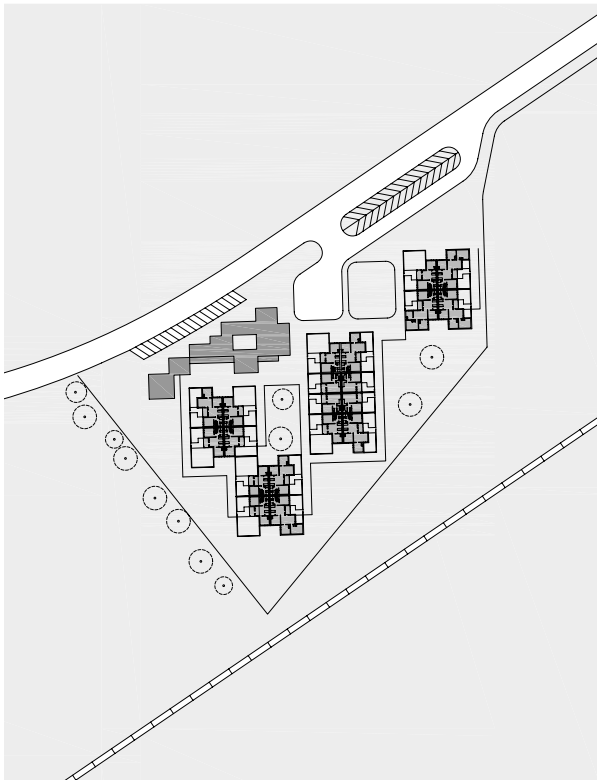
Nome do bairro: MEIA PRAIA - DUNA
 Concelho: LAGOS
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
 Brigada Técnica: Eng.º Pedro Vieira, Eng.º José Manuel Costa, Arq.º. Leonel Fadigas, Arq.º. Luís Abreu, Arq.º. José Rijo

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

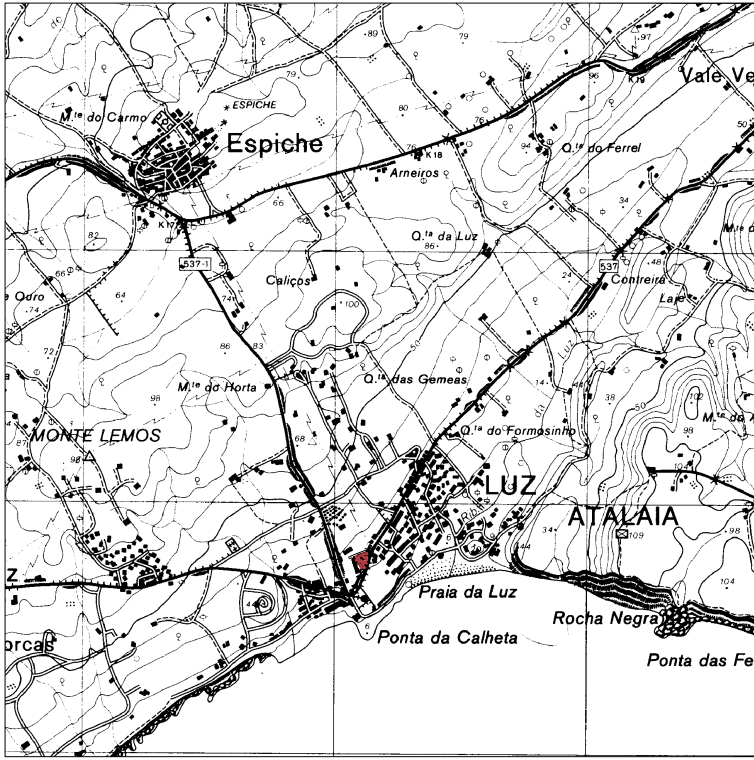
Nome da associação de moradores: 1º DE MAIO
 Início da Operação: Maio 1975
 Constituição da associação de moradores: 75/02/07
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/05/14
 18 Fogos
 Início da obra: Março 1975



grupo de fogos: planta
 0 1 5 10m



implantação
 N 0 10 20 30 40 50m

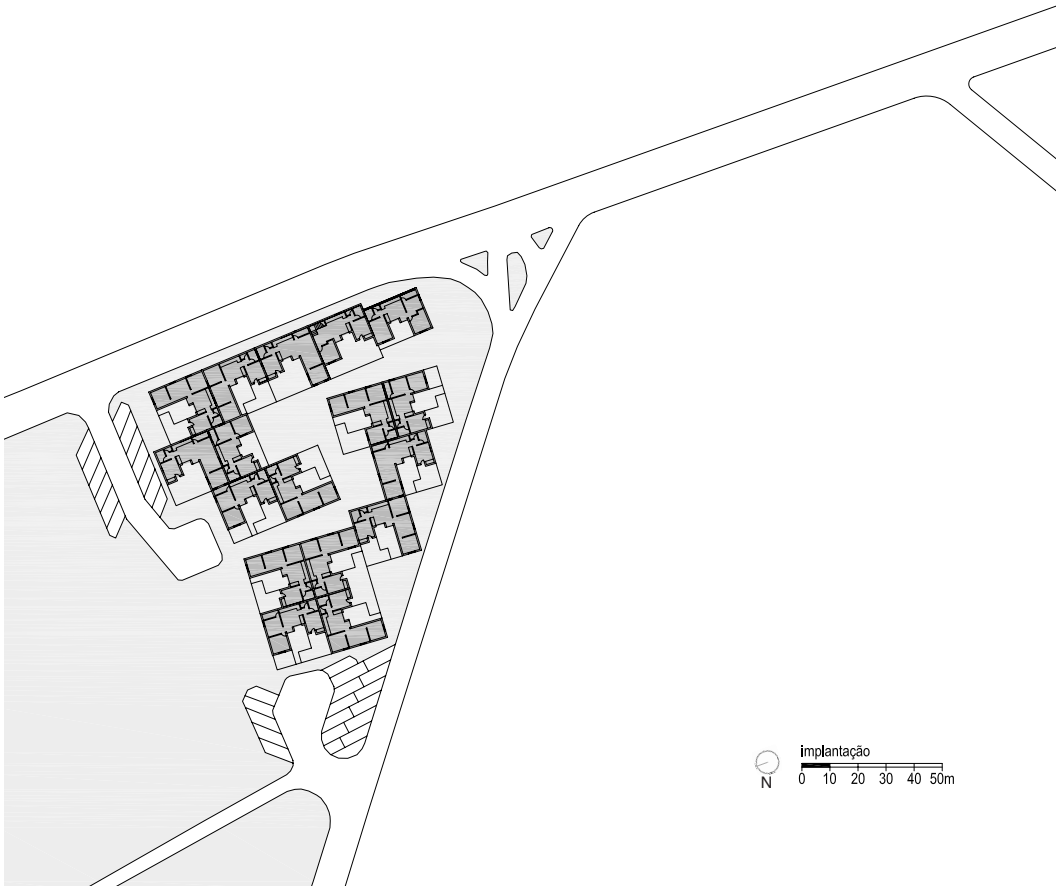


PRAIA DA LUZ

Nome do bairro: PRAIA DA LUZ
 Concelho: LAGOS
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
 Brigada Técnica: Eng.º Pedro Vieira, Eng.º José Manuel Costa, Arq.º Leonel Fadigas, Arq.º Luís Abreu, Arq.º José Rijo

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprísse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

Nome da associação de moradores: 11 DE MARÇO
 Início da Operação: Janeiro 1976
 Constituição da associação de moradores: 75/04/09
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/01/21
 17 Fogos
 Início da obra: Abril 1975



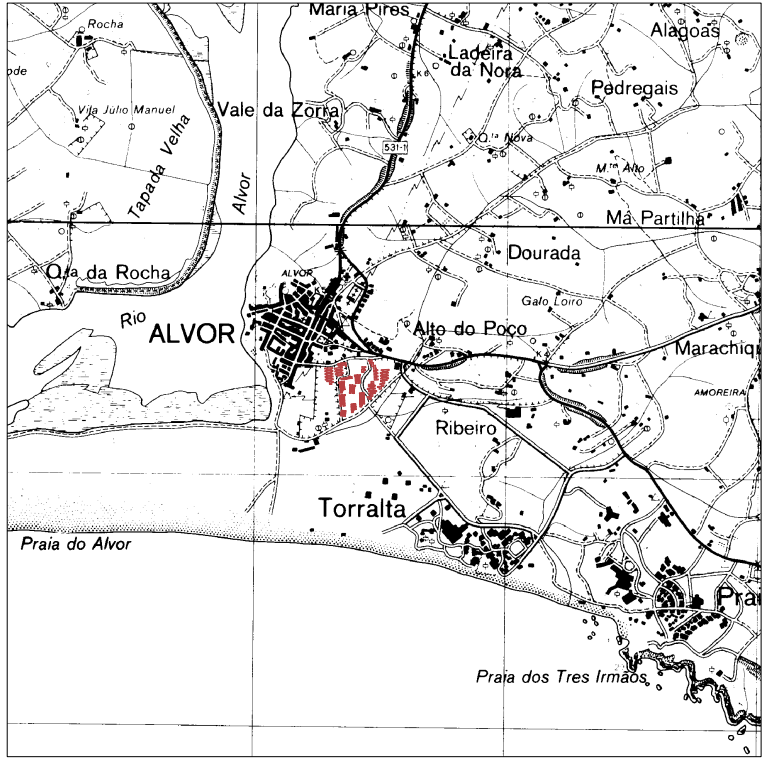
implantação
 0 10 20 30 40 50m

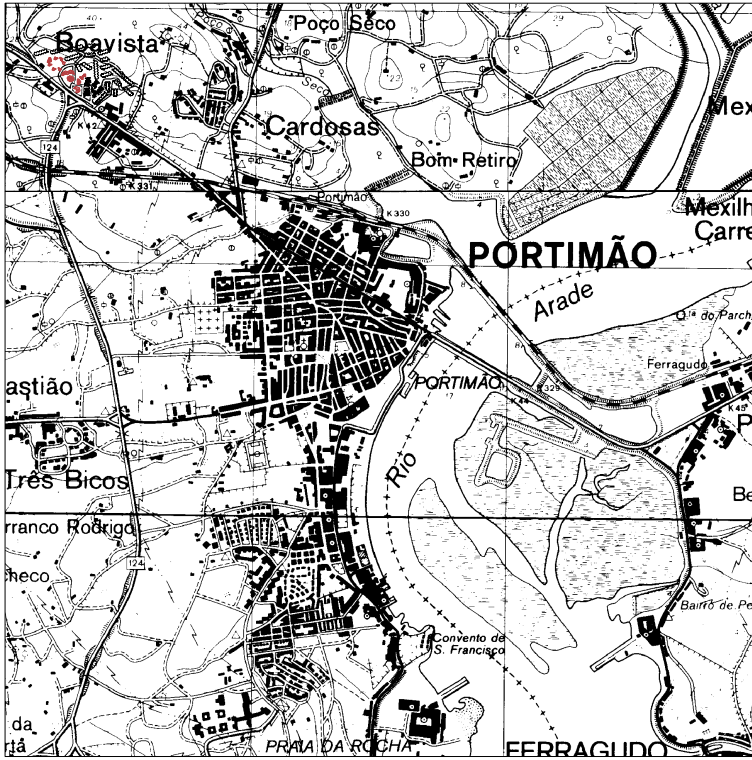
ALVOR

Nome do bairro: ALVOR
Concelho: PORTIMÃO
Distrito: FARO
Serviço: SAAL/ALGARVE
Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
Brigada Técnica: Eng.º Pedro Vieira, Eng.º José Manuel Costa, Arq.º Leonel Fadigas, Arq.º Luís Abreu, Arq.º José Rijo

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

Nome da associação de moradores: BAIRRO POPULAR
Início da Operação: Outubro 1975
Constituição da associação de moradores: 75/08/05
Publicação dos estatutos no D.R.: 75/10/23
48 Fogos
Início da obra: Dezembro 1975



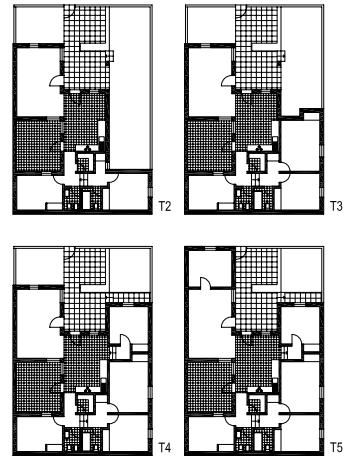


CHÃO DAS DONAS

Nome do bairro: CHÃO DAS DONAS
 Concelho: PORTIMÃO
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
 Brigada Técnica: Eng.º Pedro Vieira, Eng.º José Manuel Costa, Arq.º Leonel Fadigas, Arq.º Luís Abreu, Arq.º José Rijo

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

Nome da associação de moradores: UM DE JUNHO
 Início da Operação: Janeiro de 1976
 Constituição da associação de moradores: 75/07/29
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/01/16
 24 Fogos
 Início da obra: Novembro 1975



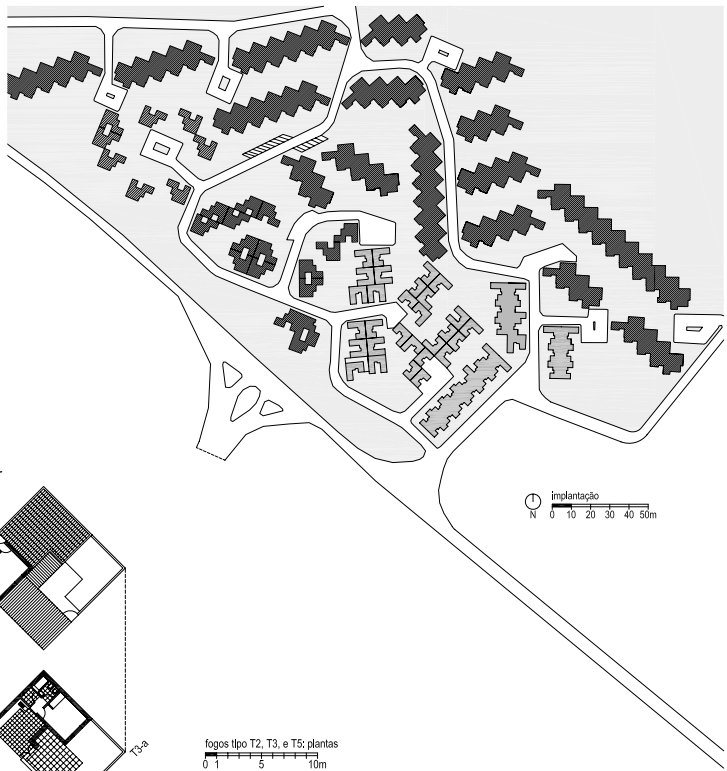
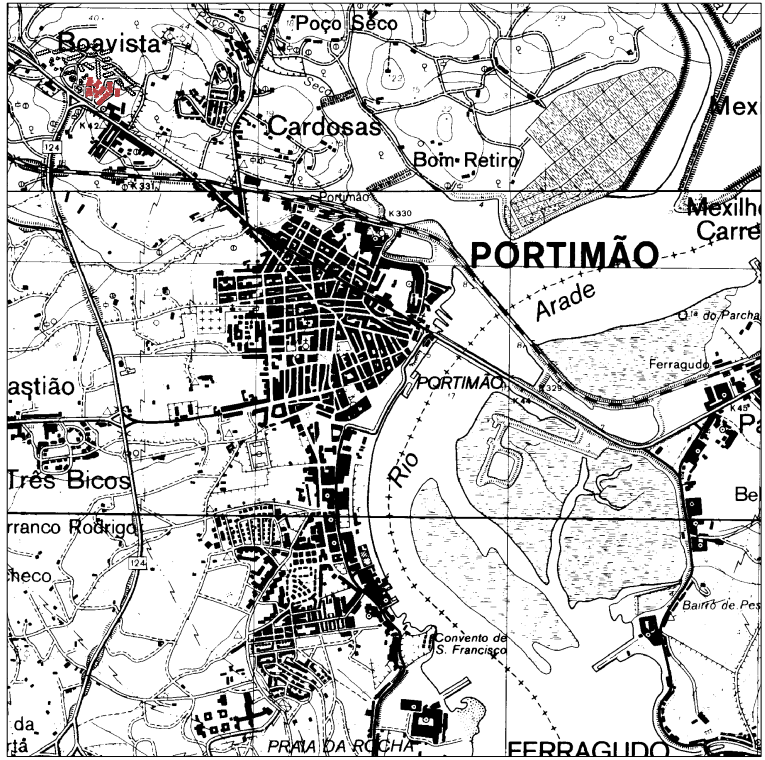
fogos tipo T2, T3, T4 e T5: plantas
 0 1 5 10m

COCA MARAVILHAS

Nome do bairro: COCA MARAVILHAS
 Concelho: PORTIMÃO
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
 Brigada Técnica: Eng.º Pedro Vieira, Eng.º José Manuel Costa, Arq.º Leonel Fadigas, Arq.º Luís Abreu, Arq.º José Rijo

Foi feita no Algarve a proposta de substituição de uma equipa volante que suprísse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

Nome da associação de moradores: BOA HORA
 Início da Operação: Julho de 1975
 Constituição da associação de moradores: 75/03/13
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/07/26
 54 Fogos
 Início da obra: Abril de 1975

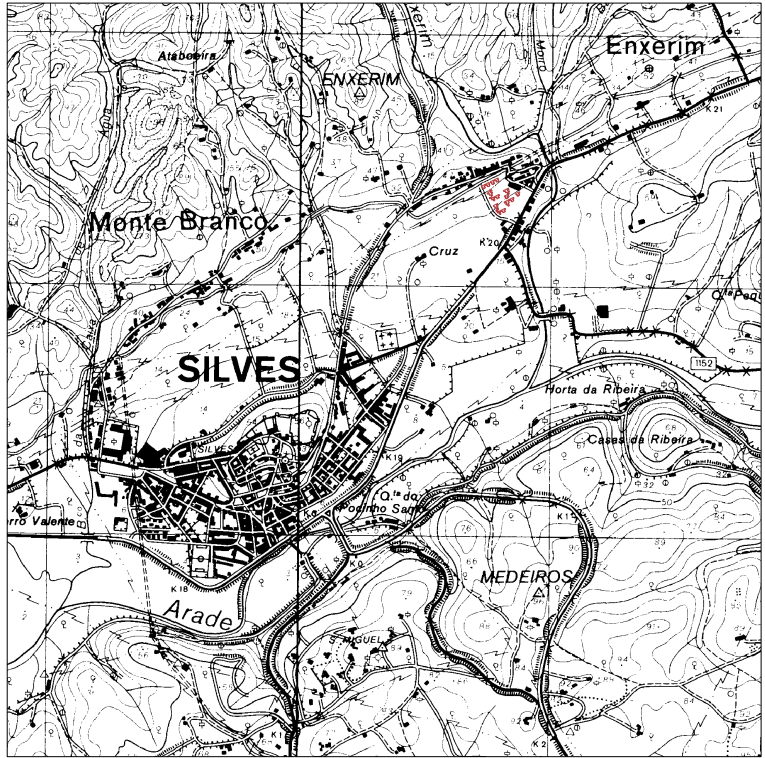


ENXERIM

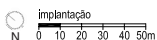
Nome do bairro: ENXERIM
Concelho: SILVES
Distrito: FARO
Serviço: SAAL/ALGARVE
Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
Brigada Técnica: Eng.º Pedro Vieira, Eng.º José Manuel Costa, Arq.º Leonel Fadigas, Arq.º Luís Abreu, Arq.º José Rijo

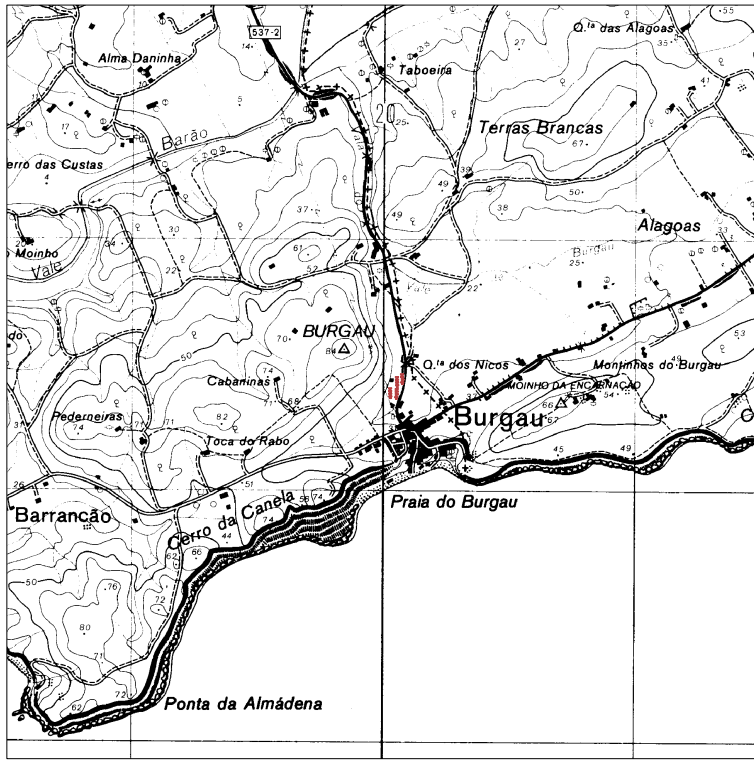
Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

Nome da associação de moradores: BAIRRO VERMELHO
Início da Operação: Dezembro 1975
Constituição da associação de moradores: 75/11/03
Publicação dos estatutos no D.R.: 75/12/30
34 Fogos
Início da obra: Maio 1976



grupo de fogos; planta do rés-do-chão
0 1 5 10m



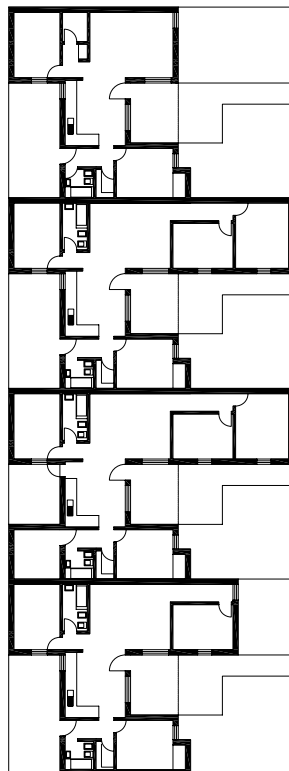
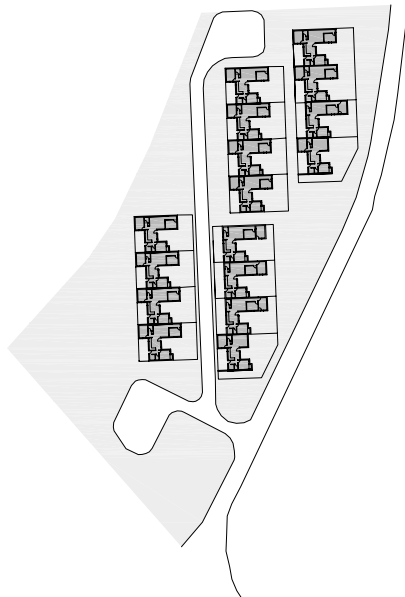


BURGAU

Nome do bairro: BURGUAU
 Concelho: VILA DO BISPO
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOSÉ VELOSO
 Brigada Técnica: Eng.º Pedro Vieira, Eng.º José Manuel Costa, Arq.º. Leonel Fadigas, Arq.º. Luís Abreu, Arq.º. José Rijo

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística).

Nome da associação de moradores: UNIDADE
 Início da Operação: Janeiro 1976
 Constituição da associação de moradores: 75/06/30
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/01/21
 16 Fogos
 Início da Obra: Outubro de 1975



grupo de fogos: planta
 0 1 5 10m

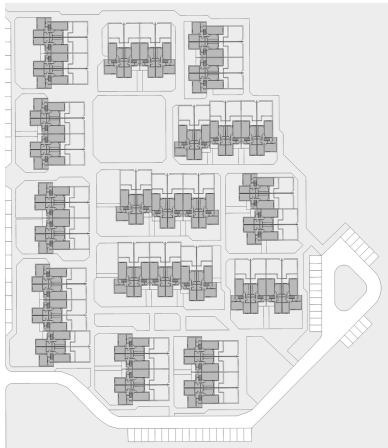
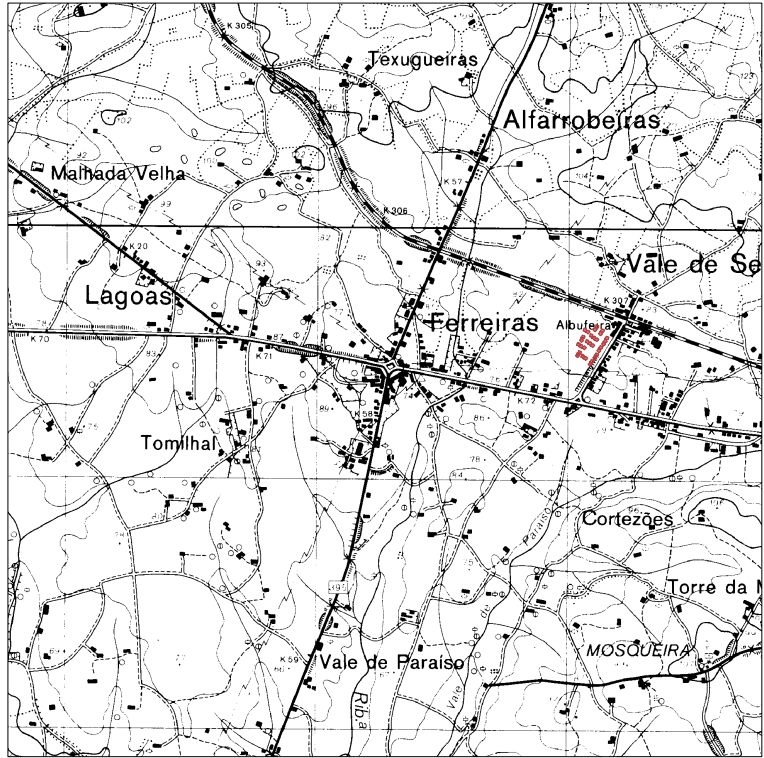
implantação
 N 0 10 20 30 40 50m

FERREIRAS

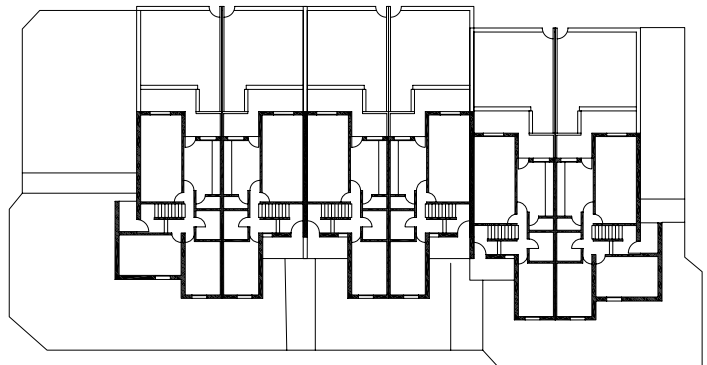
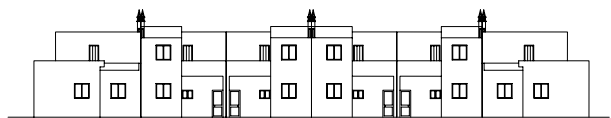
Nome do bairro: FERREIRAS
 Concelho: ALBUFEIRA
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: MANUEL DIAS

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas do Centro trabalharam ainda: Afonso Pais, Maria da Conceição Ávila, Henrique Mendonça, Joaquim Loureiro, José Sequeira, Maria Benilde Barreiro, F. Dias Soares e Glória Santana.

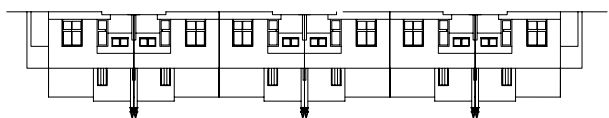
Nome da associação de moradores: 17 de JUNHO
 Início da Operação: Depois de Novembro de 1976
 Constituição da associação de moradores: 76/08/05
 50 Fogos

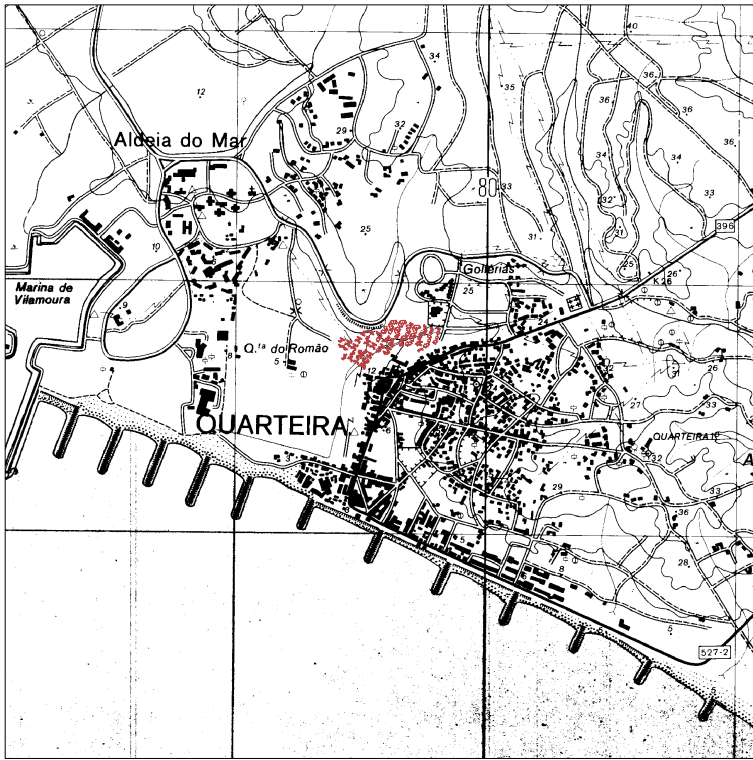


○ implantação
 N 0 10 20 30 40 50m



grupo de fogos: planta e alçados
 0 1 5 10m



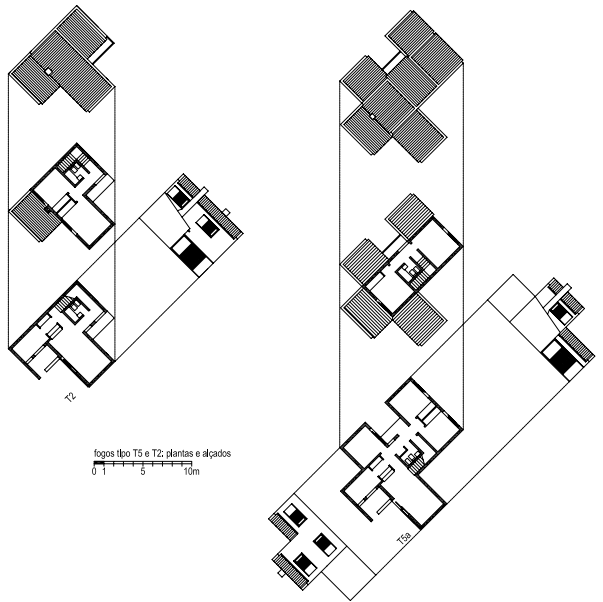


QUARTEIRA

Nome do bairro: QUARTEIRA
 Concelho: LOULÉ
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: MANUEL DIAS
 Brigada Técnica: Eng.º José Manuel Brito,
 Arq.º Leonel Fadigas

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprísse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas do Centro trabalharam ainda: Afonso Pais, Maria da Conceição Ávila, Henrique Mendonça, Joaquim Loureiro, José Sequeira, Maria Benilde Barreiro, F. Dias Soares e Glória Santana.

Nome da associação de moradores: QUARTEIRA
 Início da Operação: Dezembro 1976
 Constituição da associação de moradores: 75/10/31
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/12/22
 150 Fogos
 Início da obra: Depois de Maio de 1976

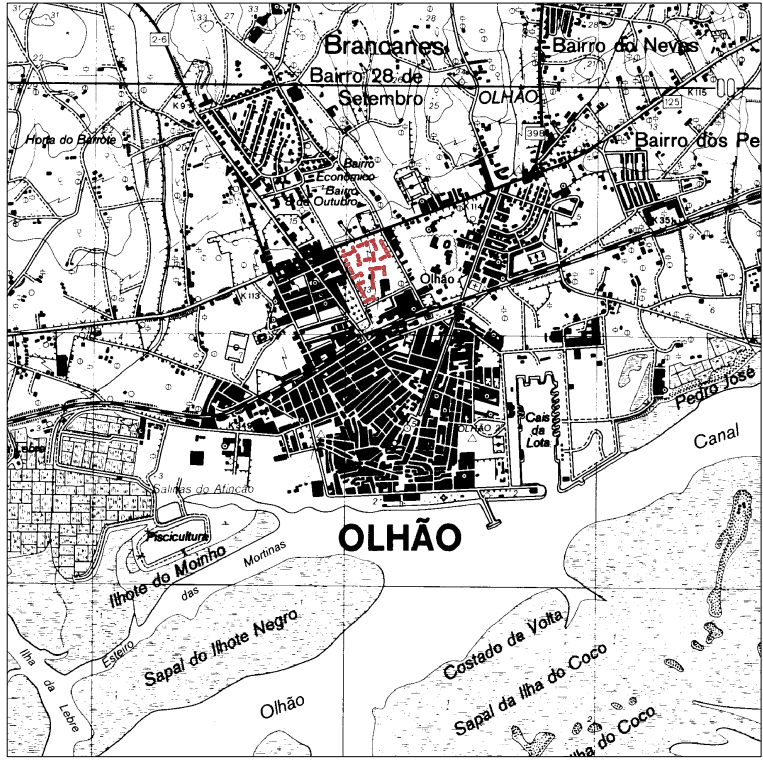


CEMITÉRIO

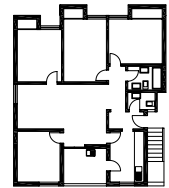
Nome do bairro: CEMITÉRIO
 Concelho: OLHÃO
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: MANUEL DIAS
 Brigada Técnica: Eng.º José Manuel Brito, Arq.º Leonel Fadigas

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas do Centro trabalharam ainda: Afonso Pais, Maria da Conceição Ávila, Henrique Mendonça, Joaquim Loureiro, José Sequeira, Maria Benilde Barreiro, F. Dias Soares e Glória Santana.

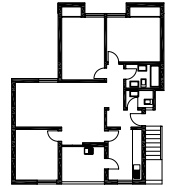
Nome da associação de moradores: 18 DE MAIO
 Início da Operação: Agosto 1976
 Constituição da associação de moradores: 76/07/16
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/09/03
 50 Fogos



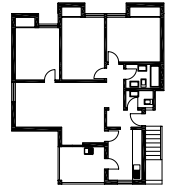
fogos tipo T1, T3 e T4: plantas
 0 1 5 10m



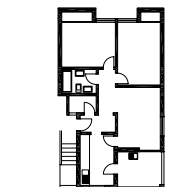
T4



T3-a



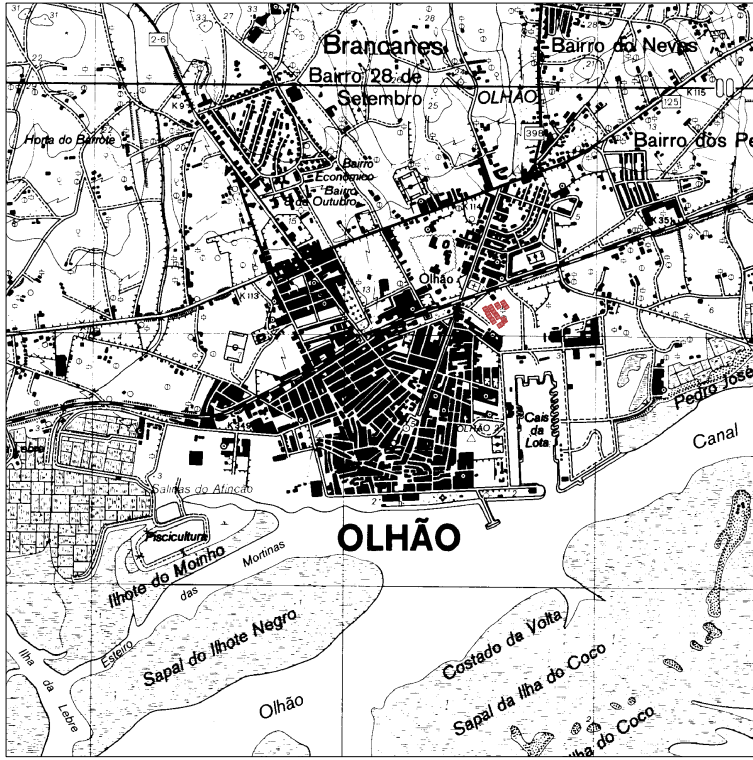
T3



T2



implantação
 0 10 20 30 40 50m

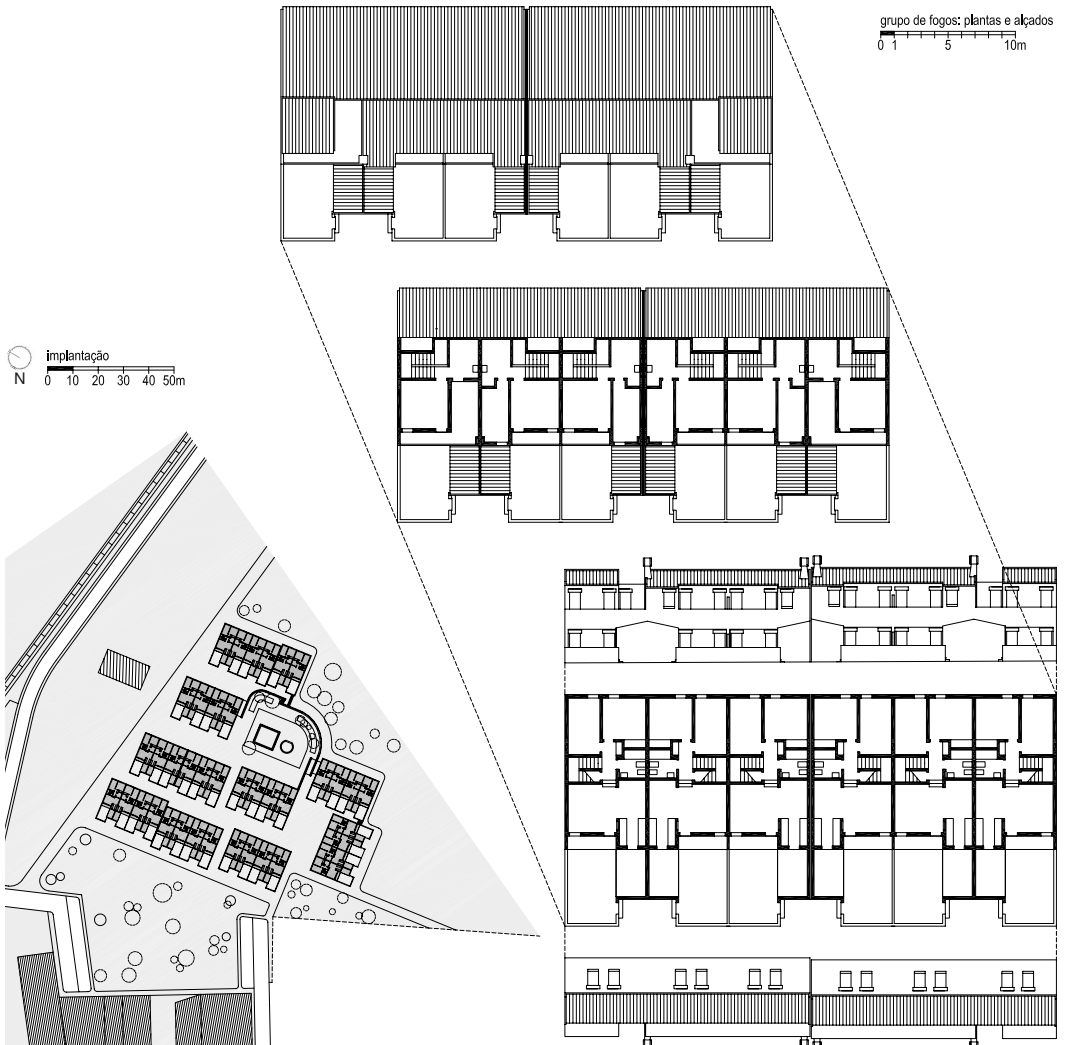


MARIM

Nome do bairro: MARIM
 Concelho: OLHÃO
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: ARQ.º JOSÉ MARIA LOPES DA COSTA
 Brigada Técnica: Eng.º José Manuel Brito,
 Arq.º. Leonel Fadigas

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprísse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas do Centro trabalharam ainda: Afonso Pais, Maria da Conceição Ávila, Henrique Mendonça, Joaquim Loureiro, José Sequeira, Maria Benilde Barreiro, F. Dias Soares e Glória Santana.

Nome da associação de moradores: 11 DE MARÇO
 Início da Operação: Novembro 1975
 Constituição da associação de moradores: 75/07/05
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/11/03
 40 Fogos
 Início da obra: Novembro 1975

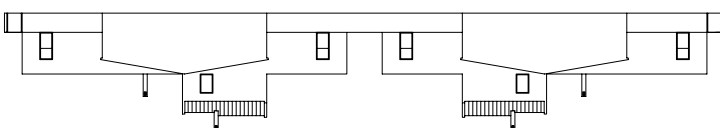
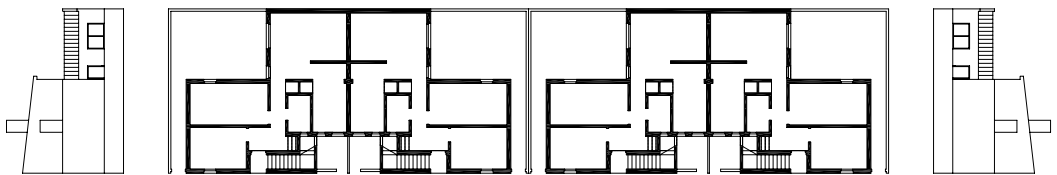
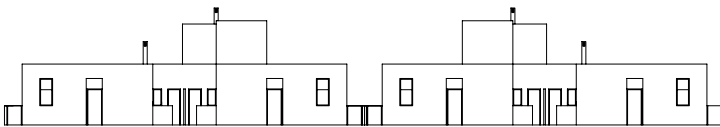
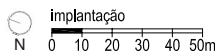
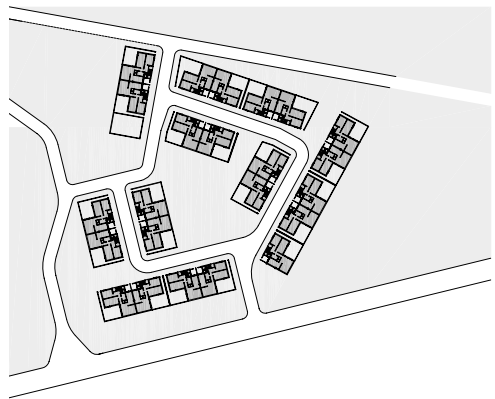
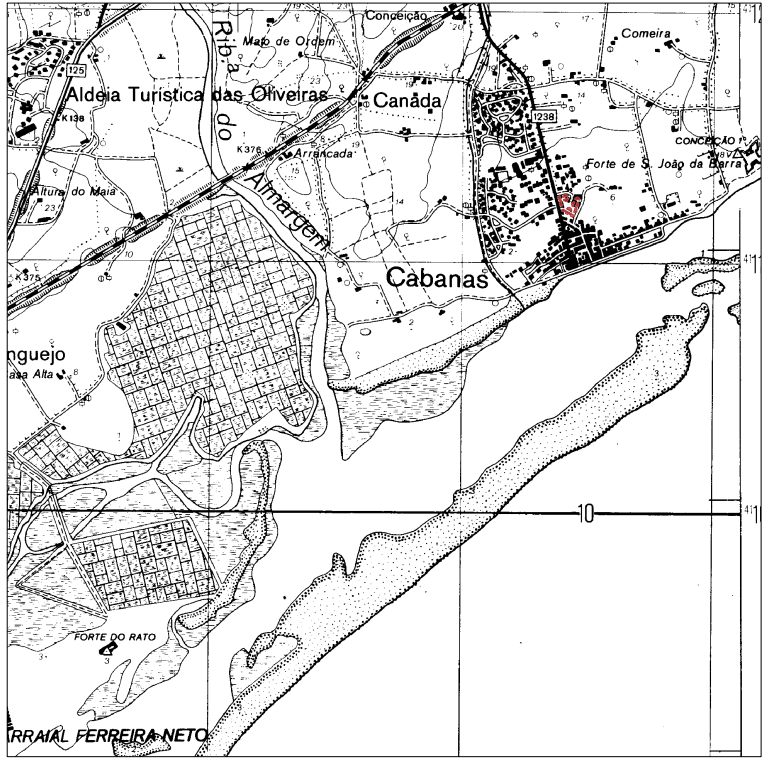


CABANAS

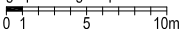
Nome do bairro: CABANAS
 Concelho: TAVIRA
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOÃO MOITINHO
 Brigada Técnica: Eng.º João Brito, Eng.º José António Menezes, Eng.º António Chaves Ramos, Eng.º Mateus Cruz Azevedo, Arq.º Leonel Fadigas e José Carlos Carvalho (est. arq.)

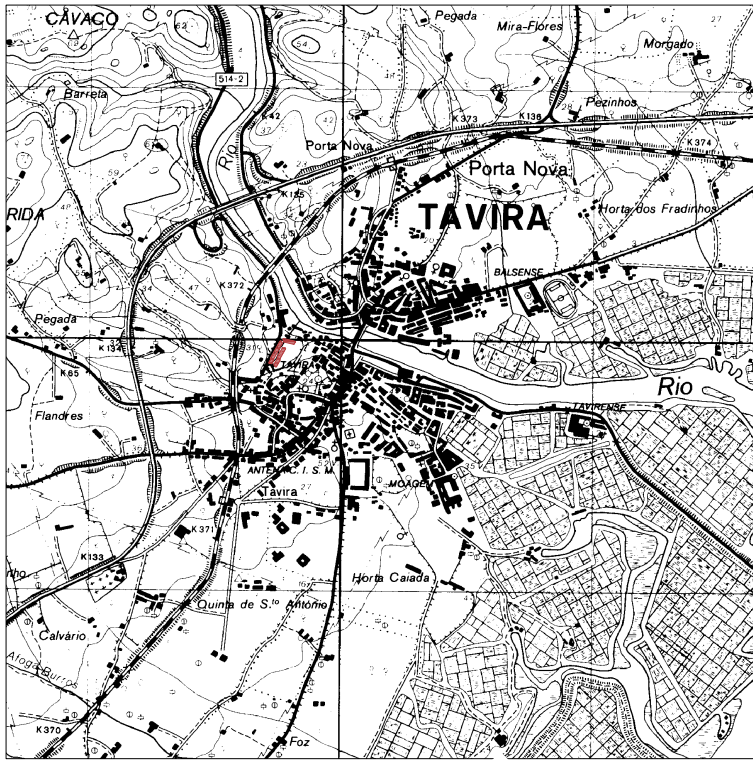
Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas do Sotavento trabalharam ainda: Artur Sequeira, Ho Kai Hi, Álvaro Soares da Torre, Rita Vilela Bastos, Ana Ferrão Lopes, José António Gravata Rodrigues, António Luís Saraiva

Nome da associação de moradores: AMIGOS UNIDOS DE CABANAS
 Início da Operação: Novembro 1975
 Constituição da associação de moradores: 75/10/14
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/11/17
 24 Fogos
 Início da obra: 76/02/05



grupo de fogos tipo T2 e T3: plantas do rés-do-chão e alçados



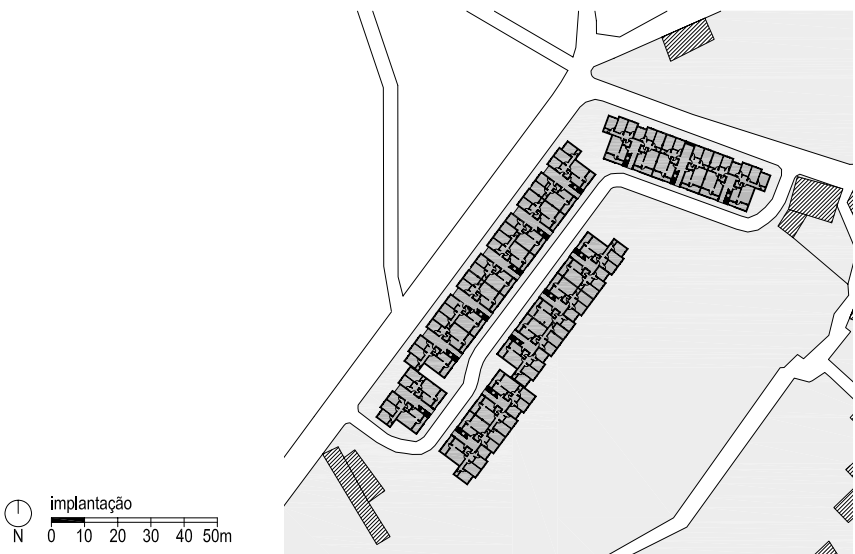
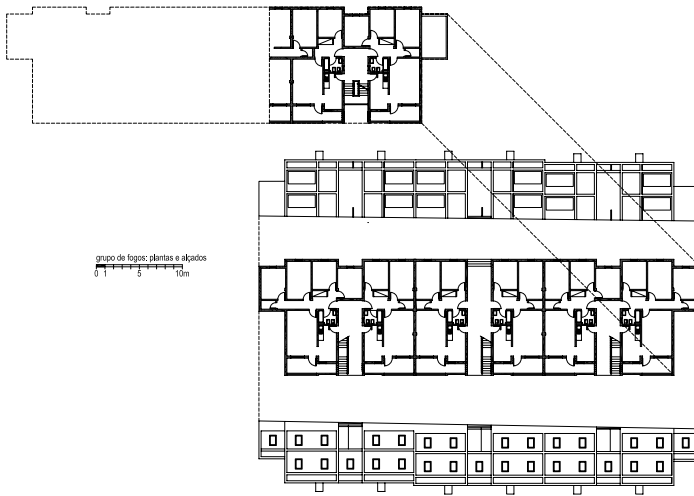


TAVIRA

Nome do bairro: TAVIRA
 Concelho: TAVIRA
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOÃO MOITINHO
 Brigada Técnica: Eng.º João Brito, Eng.º José António Menezes, Eng.º António Chaves Ramos, Eng.º Mateus Cruz Azevedo, Arq.º Leonel Fadigas e José Carlos Carvalho (est. arq.)

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprísse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas do Sotavento trabalharam ainda: Artur Sequeira, Ho Kai Hi, Álvaro Soares da Torre, Rita Vilela Bastos, Ana Ferrão Lopes, José António Gravata Rodrigues, António Luís Saraiva

Nome da associação de moradores: 1º DE MAIO
 Início da Operação: Setembro 1975
 Constituição da associação de moradores: 75/06/13
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/09/03
 53 Fogos
 Início da obra: 76/03/19

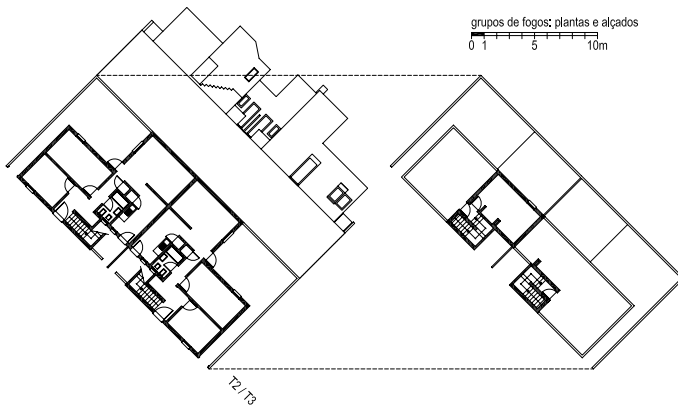
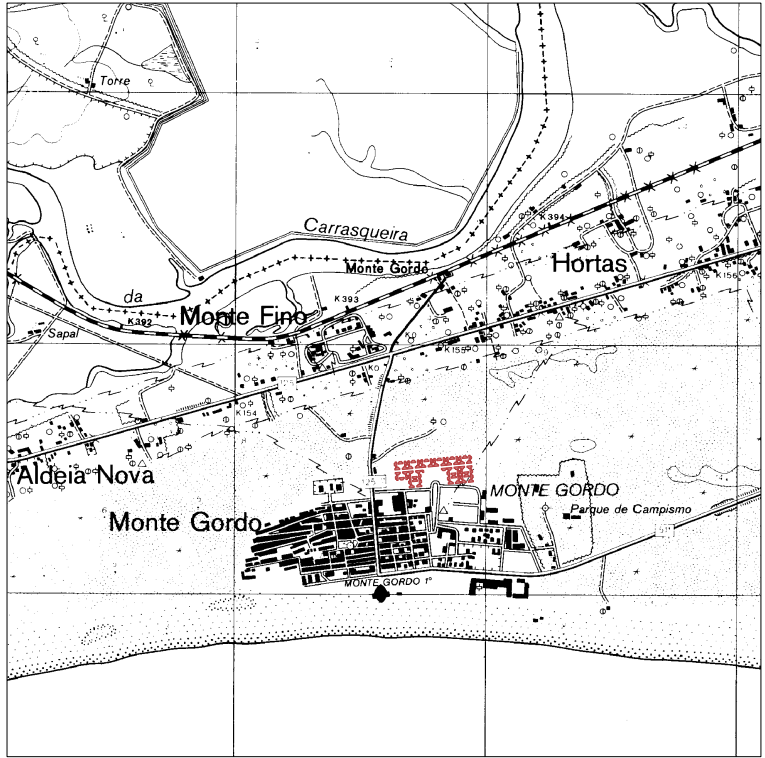


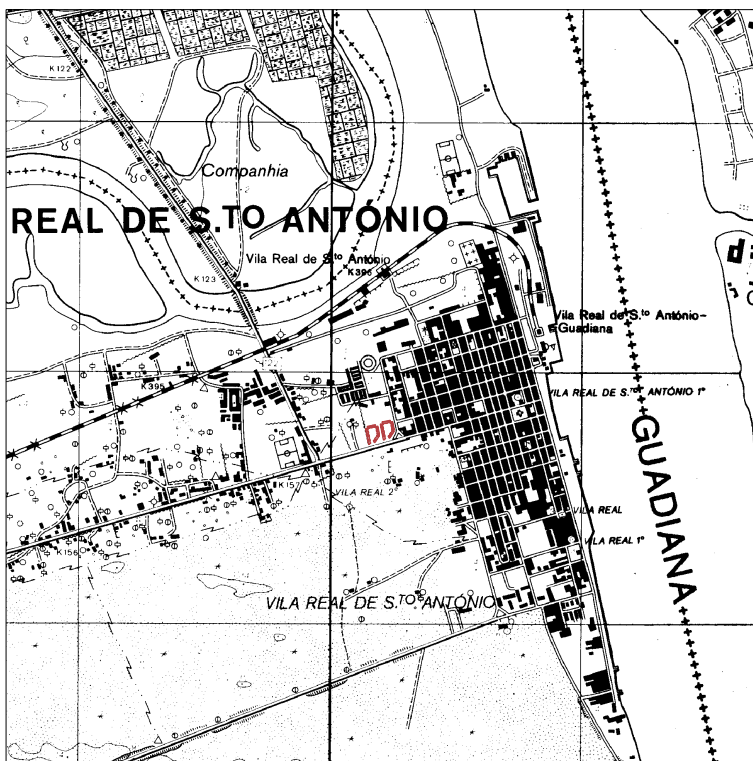
MONTE GORDO

Nome do bairro: MONTE GORDO
 Concelho: VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOÃO MOITINHO
 Brigada Técnica: Eng.º João Brito, Eng.º José António Menezes, Eng.º António Chaves Ramos, Eng.º Mateus Cruz Azevedo, Arq.º Leonel Fadigas e José Carlos Carvalho (est. arq.)

Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas do Sotavento trabalharam ainda: Artur Sequeira, Ho Kai Hi, Álvaro Soares da Torre, Rita Vilela Bastos, Ana Ferrão Lopes, José António Gravata Rodrigues, António Luís Saraiva

Nome da associação de moradores: POVO UNIDO DE MONTE GORDO
 Início da Operação: Setembro 1975
 Constituição da associação de moradores: 75/05/28
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/09/03
 133 Fogos
 Início da obra: 76/11/02



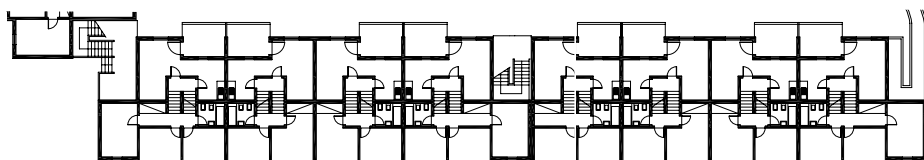
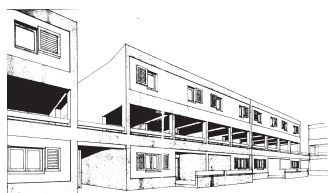


VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Nome do bairro: VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
 Concelho: VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
 Distrito: FARO
 Serviço: SAAL/ALGARVE
 Projecto: Arq.º JOÃO MOITINHO
 Brigada Técnica: Eng.º João Brito, Eng.º José António Menezes, Eng.º António Chaves Ramos, Eng.º Mateus Cruz Azevedo, Arq.º Leonel Fadigas e José Carlos Carvalho (est. arq.)

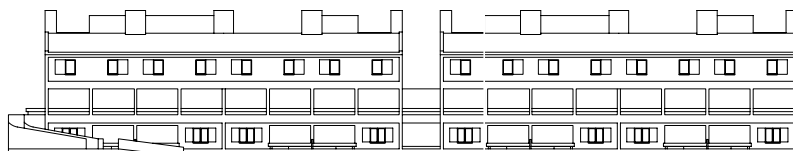
Foi feita no Algarve a proposta de substituição de uma equipa volante que suprime as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas do Sotavento trabalharam ainda: Artur Sequeira, Ho Kai Hi, Álvaro Soares da Torre, Rita Vilela Bastos, Ana Ferrão Lopes, José António Gravata Rodrigues, António Luís Saraiva

Nome da associação de moradores: 28 DE JUNHO
 Início da Operação: Março 1976
 Constituição da associação de moradores: 76/03/04
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/03/17
 80 Fogos
 Início da obra: Abril 1976



grupo de fogos; plantas e alçado

0 1 5 10m



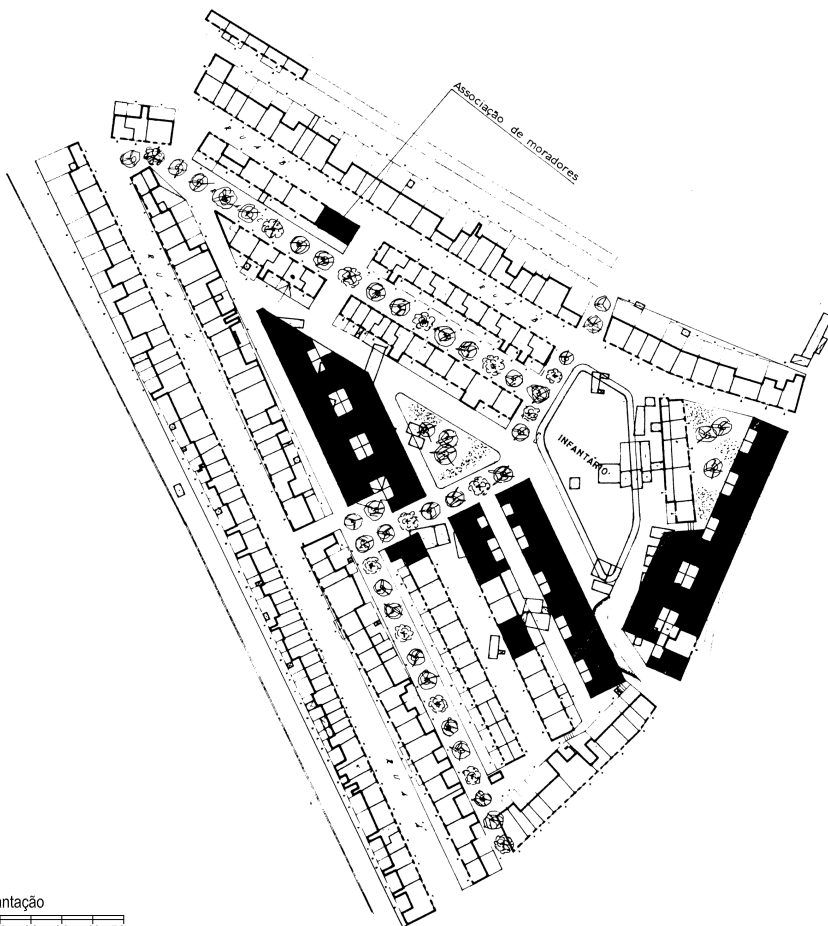
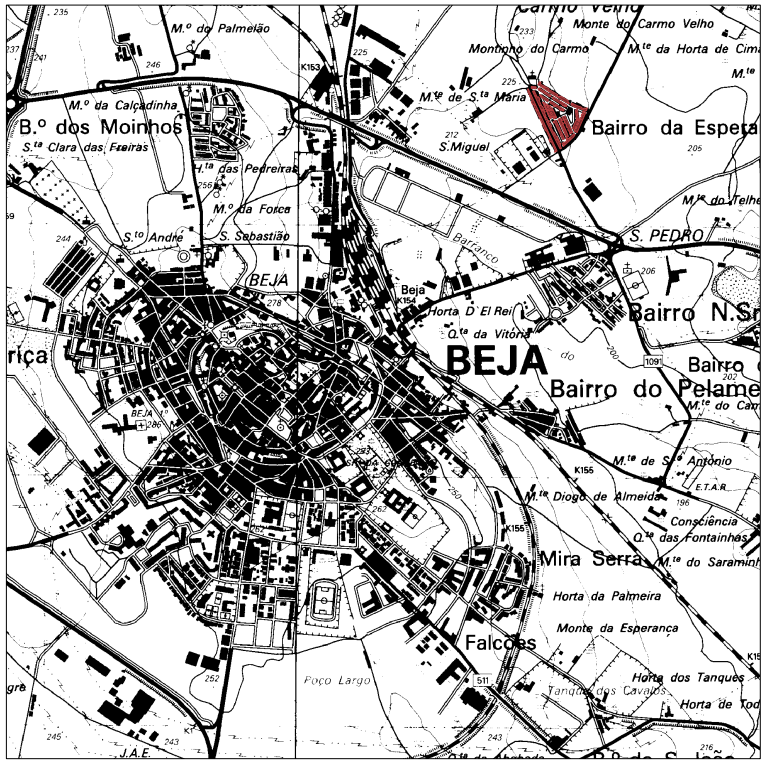
implantação

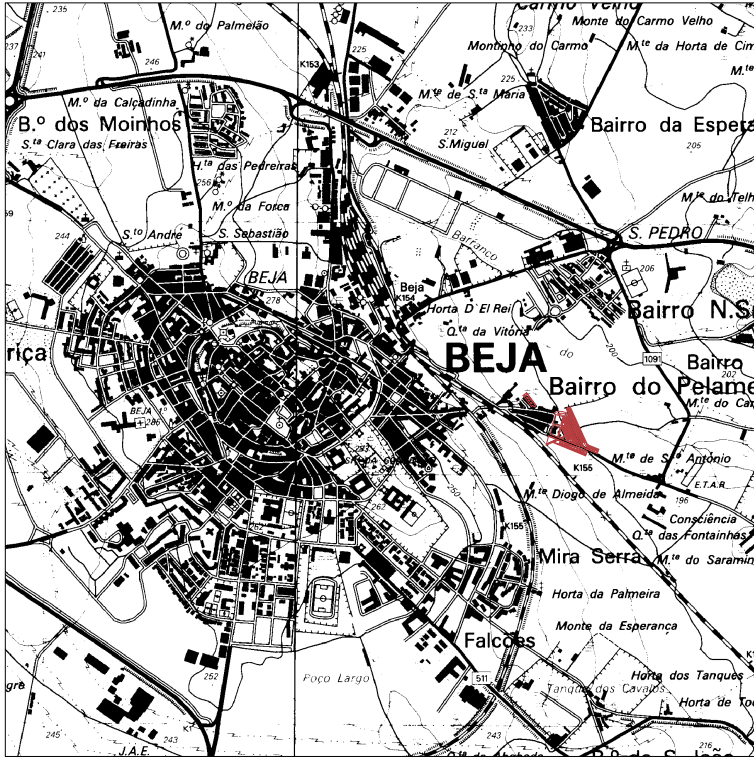
0 10 20 30 40 50m

BAIRRO ESPERANÇA

Nome do bairro: BAIRRO ESPERANÇA (Carmo Velho)
 Concelho: BEJA
 Distrito: BEJA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq. ANA SALTA
 Brigada Técnica: Arq. Manuela Madruga, Arq. João Silva e Sousa, Eng. Mateus Azevedo, Eng. João Marques Prouença, Elisabeth Webermann, Catarina Calvário, Manuel Pegado, Manuel Teixeira, Arménio Camacho, Aleixo, João V. Alcantara, Luís Jorge, José A. Silva, Manuel Gregório e Francisco Corujo.

Nome da associação de moradores: BAIRRO ESPERANÇA
 Início da Operação: Agosto de 1974
 Constituição da associação de moradores: 74/12/13
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/01/03
 43 Fogos e 51 Fogos a reconstruir.
 Início da obra: Maio de 1975

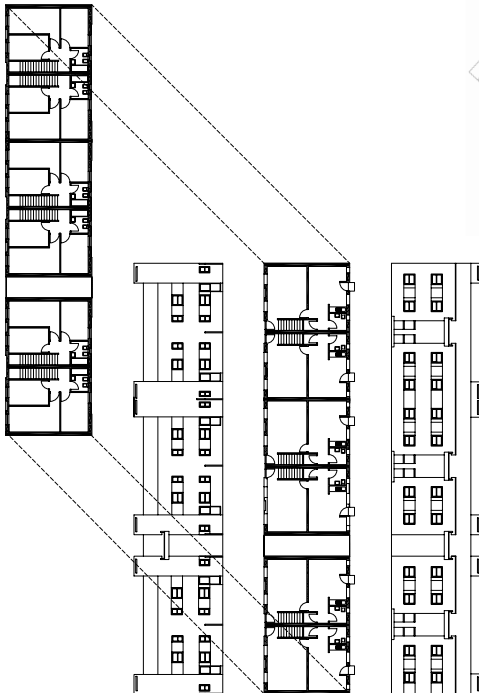
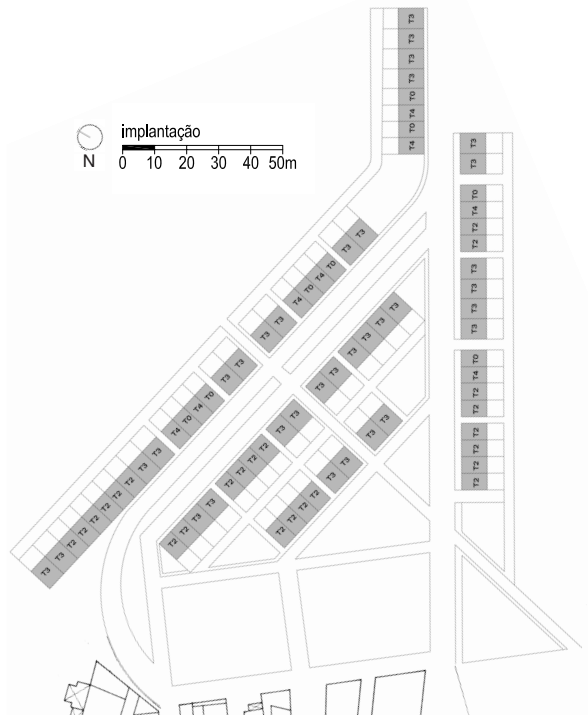




PELAME

Nome do bairro: PELAME
 Concelho: BEJA
 Distrito: BEJA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º ANA SALTA
 Brigada Técnica: Arq.º Manuela Madrugada, Eng.º João Marques Prouença, Catarina Calvário, Manuel Pegado, Manuel Teixeira, Arménio Camacho, Aleixo, João V. Alcântara, Luís Jorge, José A. Silva, Manuel Gregório e Francisco Corujo.

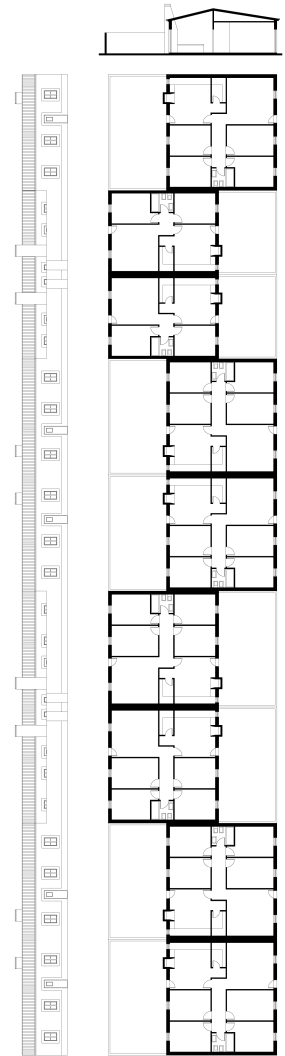
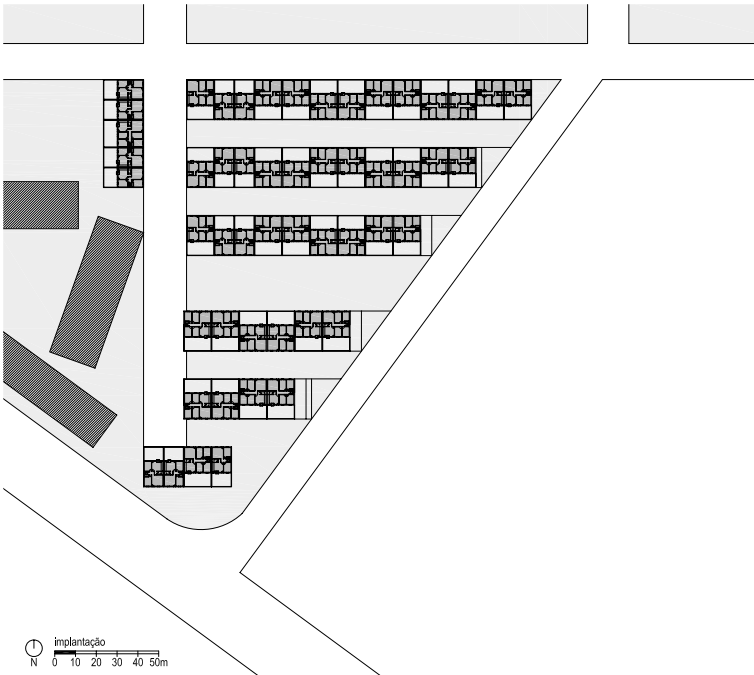
Nome da associação de moradores: BAIRRO PELAME
 Início da Operação: Agosto de 1974
 Constituição da associação de moradores: 74/12/13
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/01/03
 42 Fogos e 32 Fogos a reconstruir.
 Início da obra: Maio de 1975



CASTELO

Nome do bairro: CASTELO
Concelho: FERREIRA DO ALENTEJO
Distrito: BEJA
Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
Projecto: Arq^o. JORGE GARCIA
Brigada Técnica: Arq^o. Manuela Madruga, Fernando Brissos, José A. Silva, Manuel Gregório e Francisco Corujo.

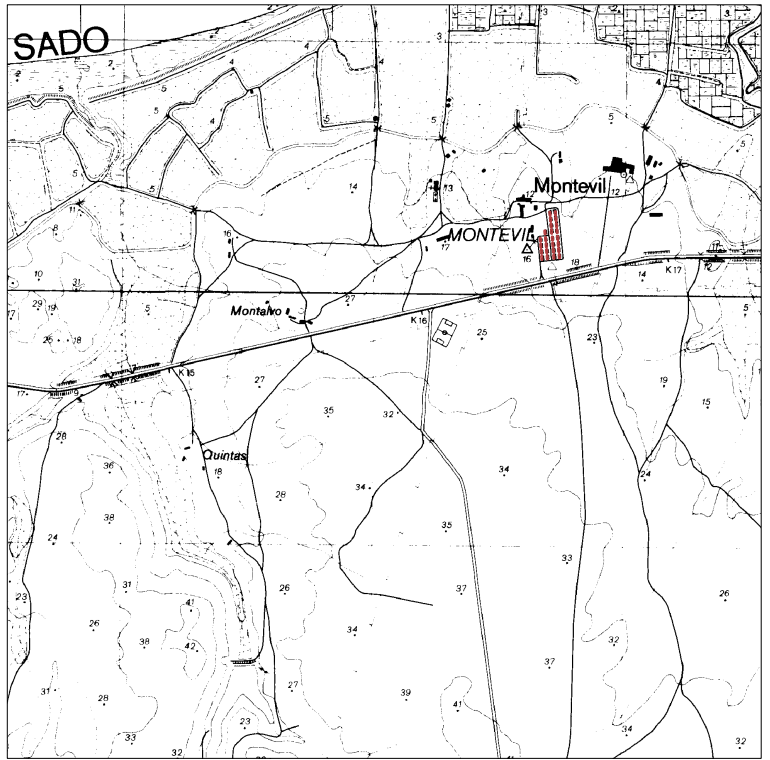
Nome da associação de moradores: BAIRRO CASTELO
Início da Operação: Setembro de 1975
Publicação dos estatutos no D.R.: 76/04/22
40 Fogos
Início da obra: Janeiro de 1976



MONTEVIL

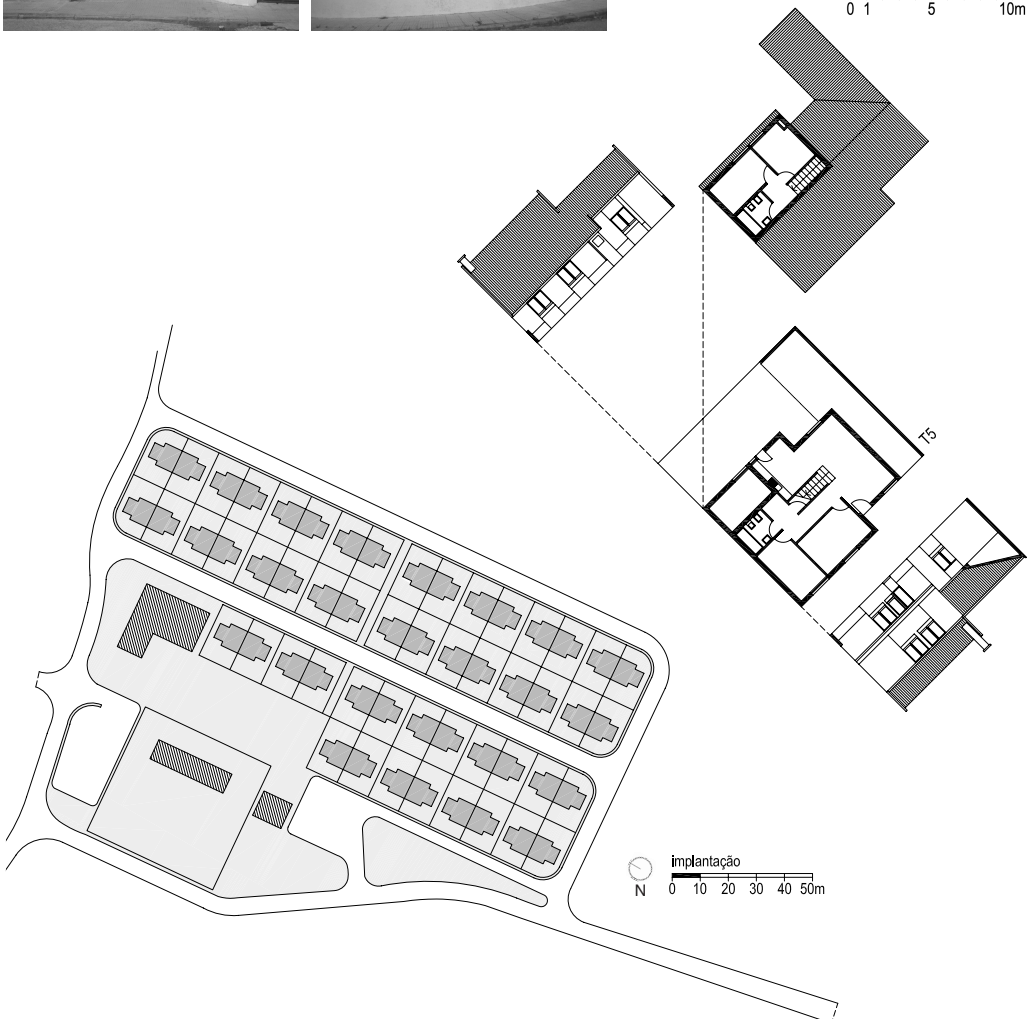
Nome do bairro: MONTEVIL
Concelho: ALCÁCER DO SAL
Distrito: SETÚBAL
Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
Projecto: Arq.º CARLOS MANUEL PEREIRA LOPES e Arq.º ANTÓNIO MARTINS
Brigada Técnica: Eng.º António Manuel Gama Rocha, Vítor M. Lima, Hélder Lima e Jorge Simões.

Nome da associação de moradores: BAIRRO DE MONTEVIL (25 DE ABRIL DE MONTEVIL)
Início da Operação: Dezembro de 1974
Constituição da associação de moradores: 75/12/10
Publicação dos estatutos no D.R.: 76/01/22
50 Fogos
Início da obra: Junho de 1975



fogos tipo T5: plantas e alçados

0 1 5 10m



QUINTINHA DA LIBERDADE

Nome do bairro: QUINTINHA DA LIBERDADE

Concelho: ALCÁCER DO SAL

Distrito: SETÚBAL

Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º CARLOS MANUEL PEREIRA LOPES e Arq.º ANTÓNIO MARTINS
 Brigada Técnica: Eng.º António Manuel Gama Rocha, Vítor M. Lima, Helder Lima, Jorge Simões e António V. F. Lima.

Nome da associação de moradores: BAIRRO DA QUINTINHA DA LIBERDADE

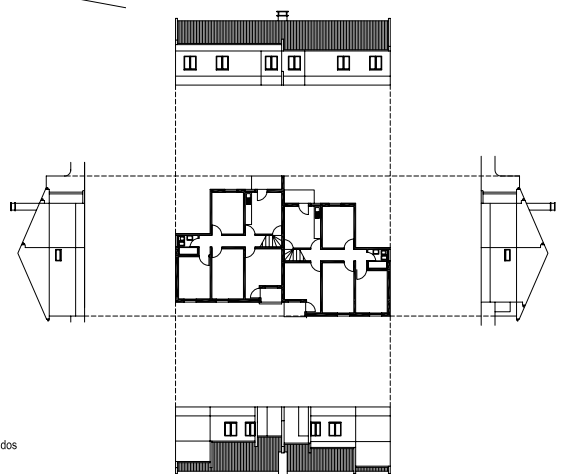
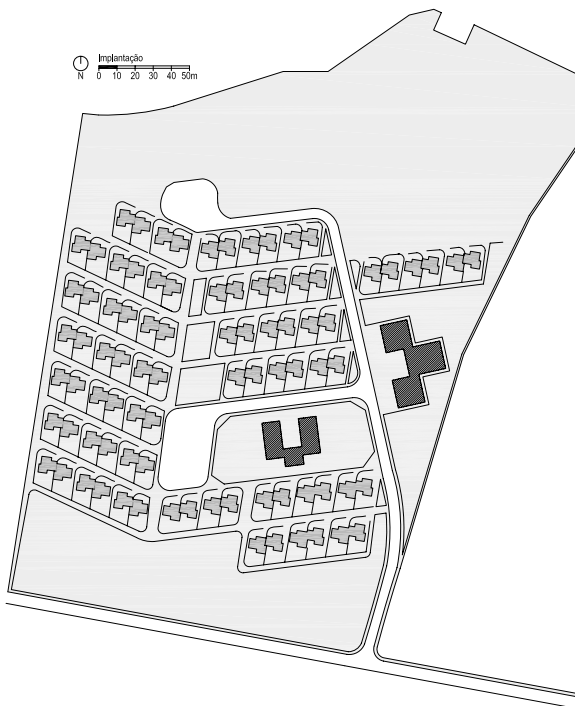
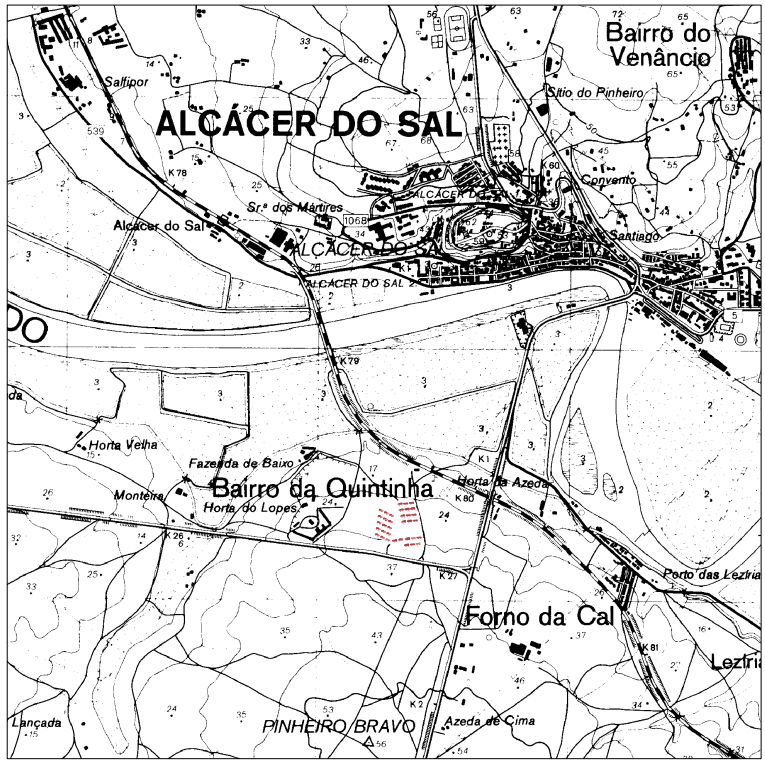
Início da Operação: Dezembro de 1974

Publicação dos estatutos

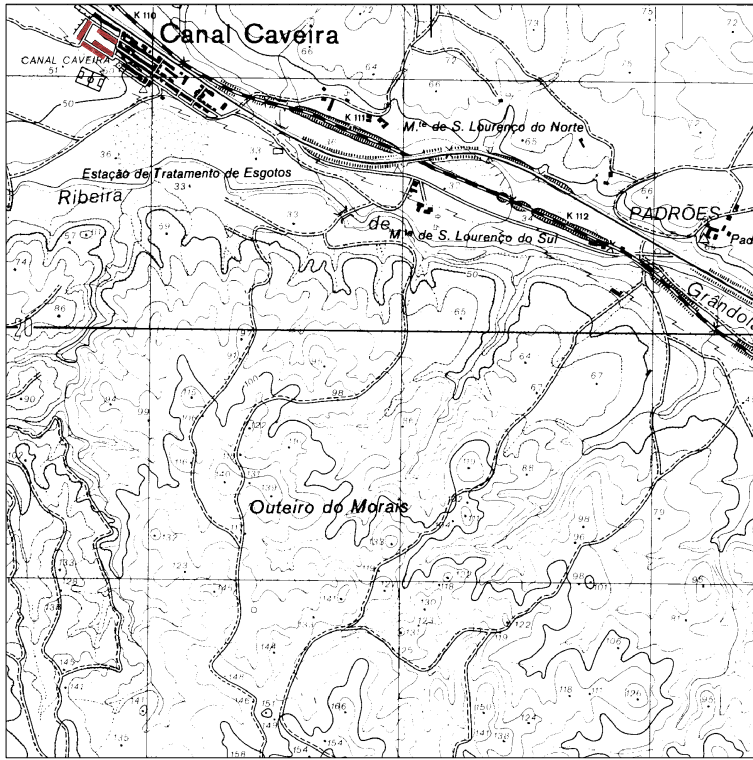
no D.R.: 76/04/13

60 Fogos

Início da obra: Outubro de 1975



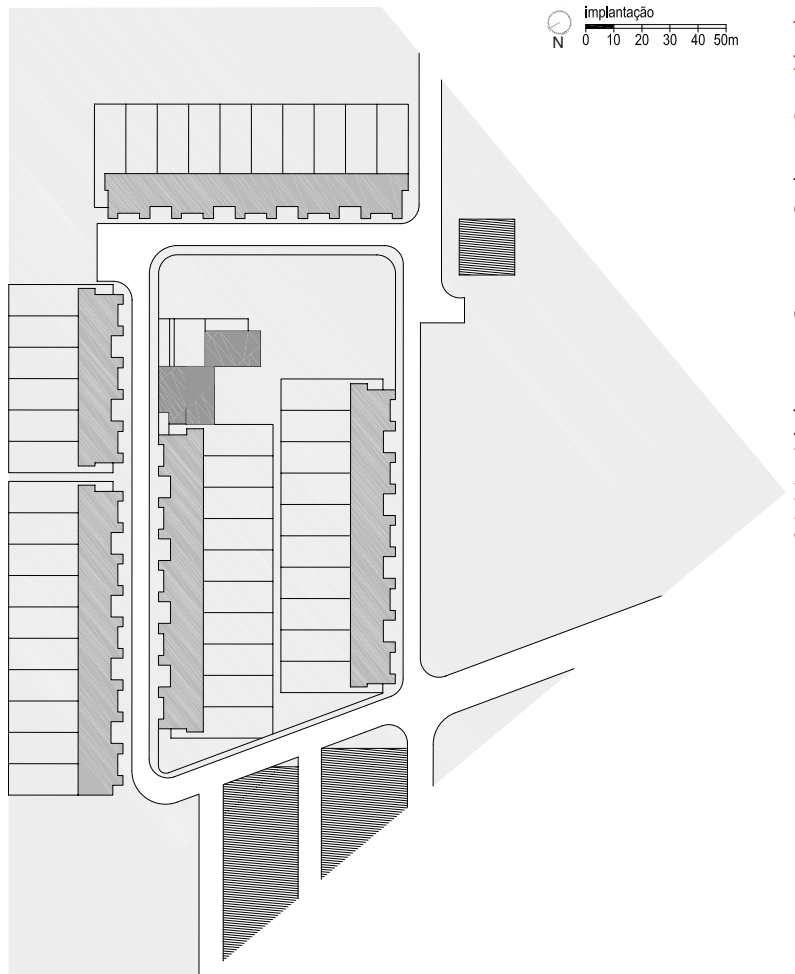
grupo de fogos: planta de rés-do-chão e alçados
 0 1 5 10m

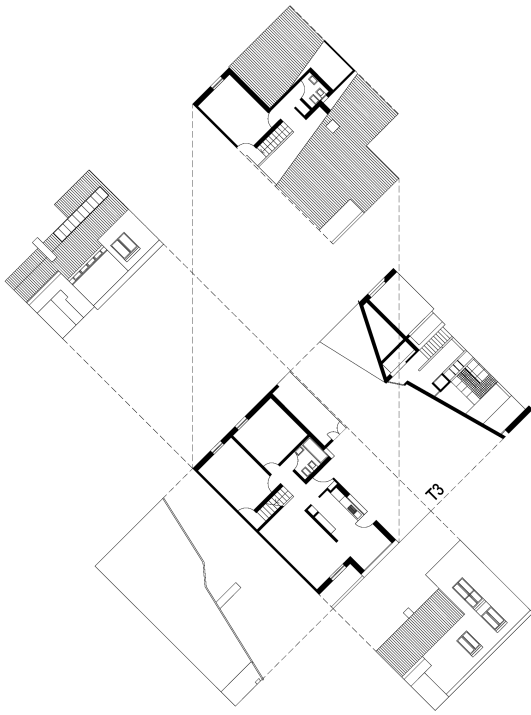


CANAL CAVEIRA

Nome do bairro: CANAL CAVEIRA
 Concelho: GRÂNDOLA
 Distrito: SETÚBAL
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.ª MANUEL TAINHA
 Brigada Técnica: Arq. C. Gil Moreira,
 Heloisa Pessoa, Aníbal Vargas

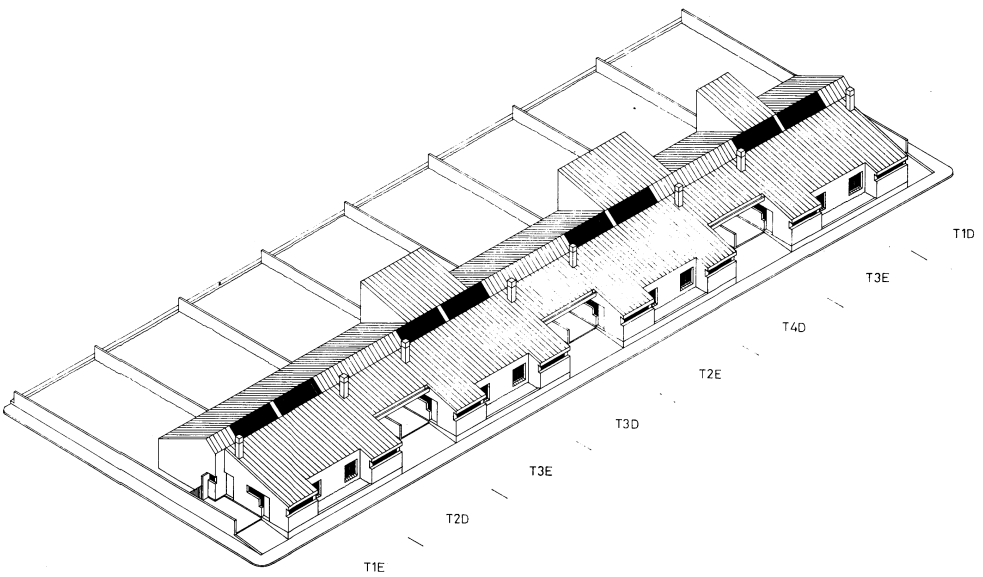
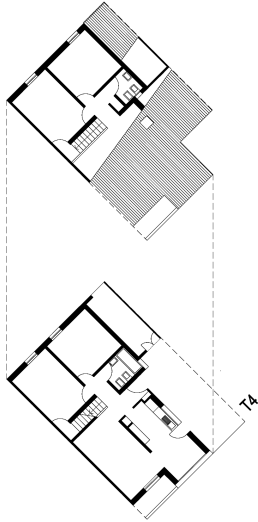
Nome da associação de moradores: UNI-
 DOS VENCEREMOS
 Início da Operação: Junho de 1976
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 76/07/15
 46 Fogos
 Início da obra: Depois de Janeiro de 1978

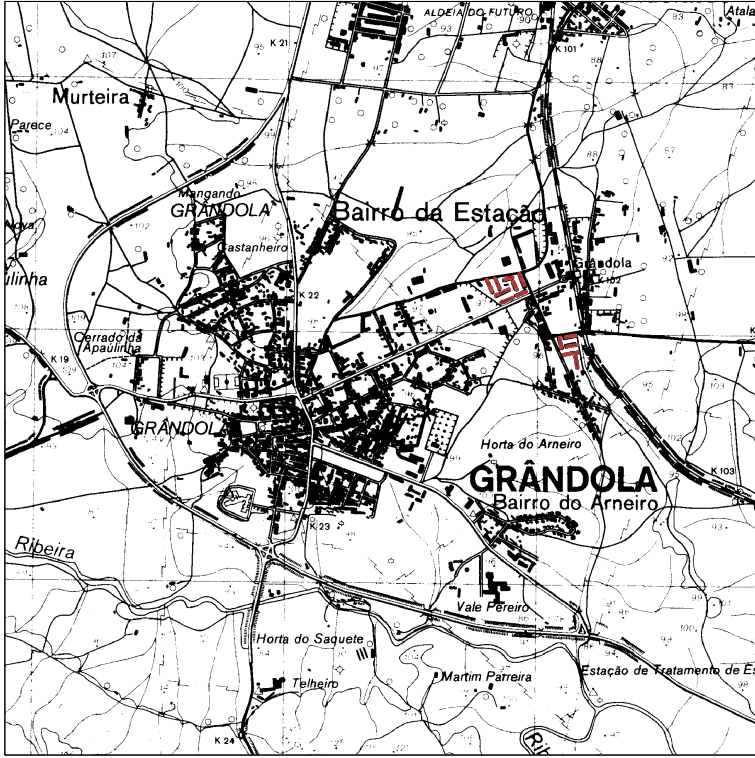




fogos tipo T3 e T4 : plantas, alçados e corte

0 1 5 10m

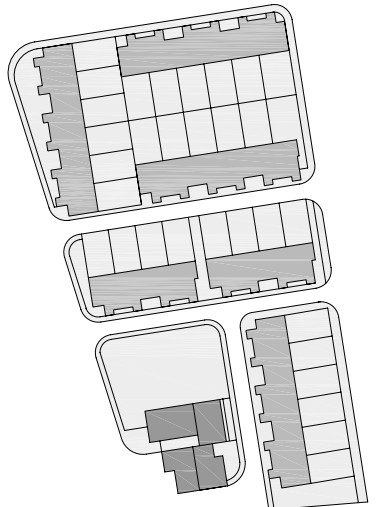
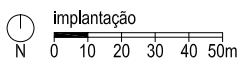
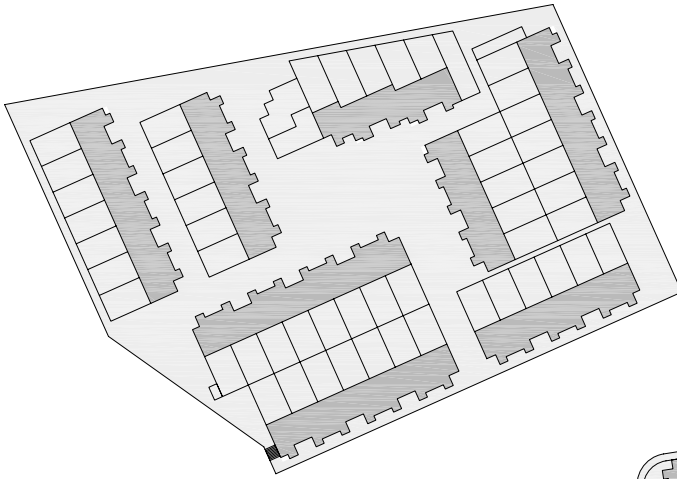


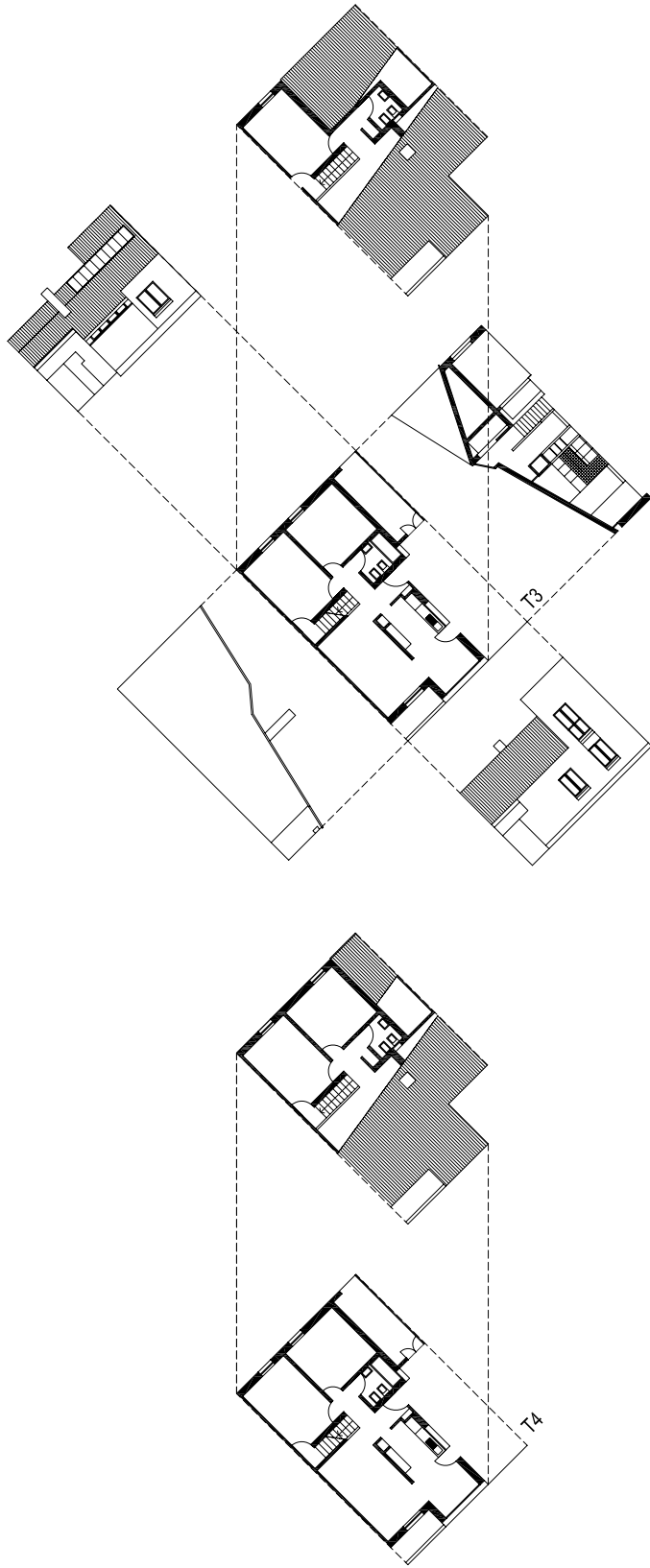


VALE PEREIRO

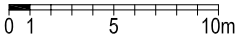
Nome do bairro: VALE PEREIRO
 Concelho: GRÂNDOLA
 Distrito: SETÚBAL
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º. MANUEL TAINHA
 Brigada Técnica: Arq. C. Gil Moreira,
 Heloisa Pessoa, Aníbal Vargas

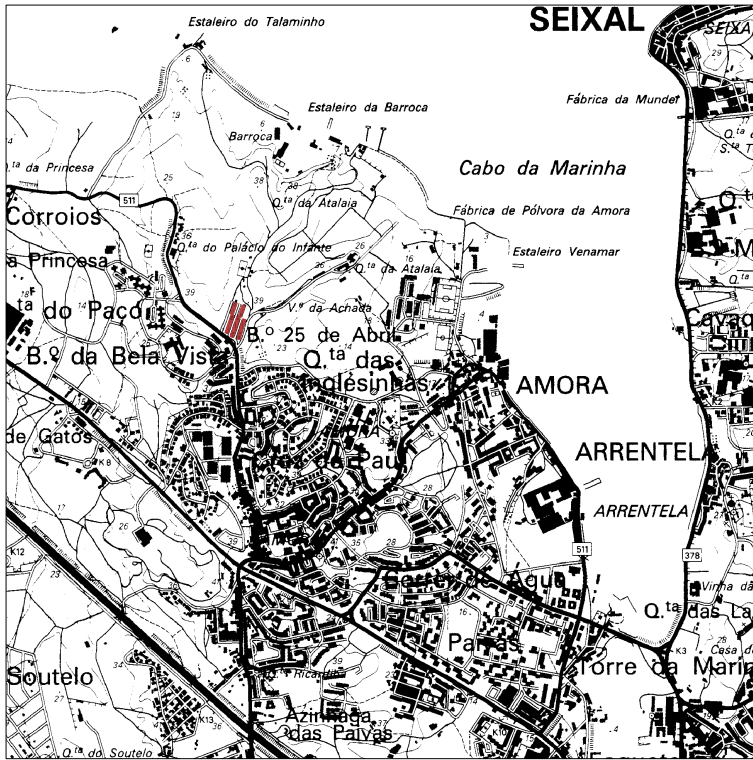
Nome da associação de moradores: PAZ
 E PROGRESSO
 Início da Operação: 14 de Junho de 1976
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 76/07/15
 86 Fogos
 Início da obra: Depois de Outubro de
 1976





fogos tipo T3 e T4 : plantas, alçados e corte

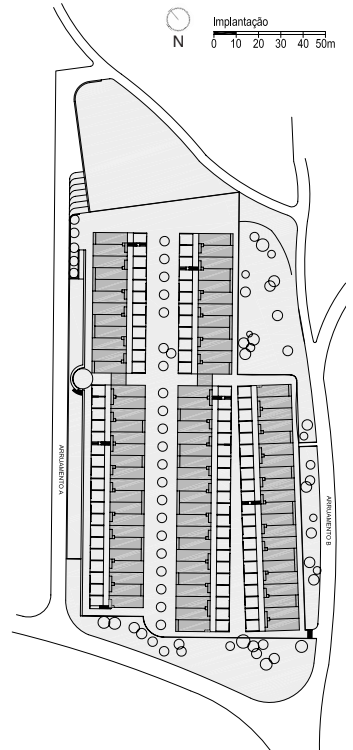
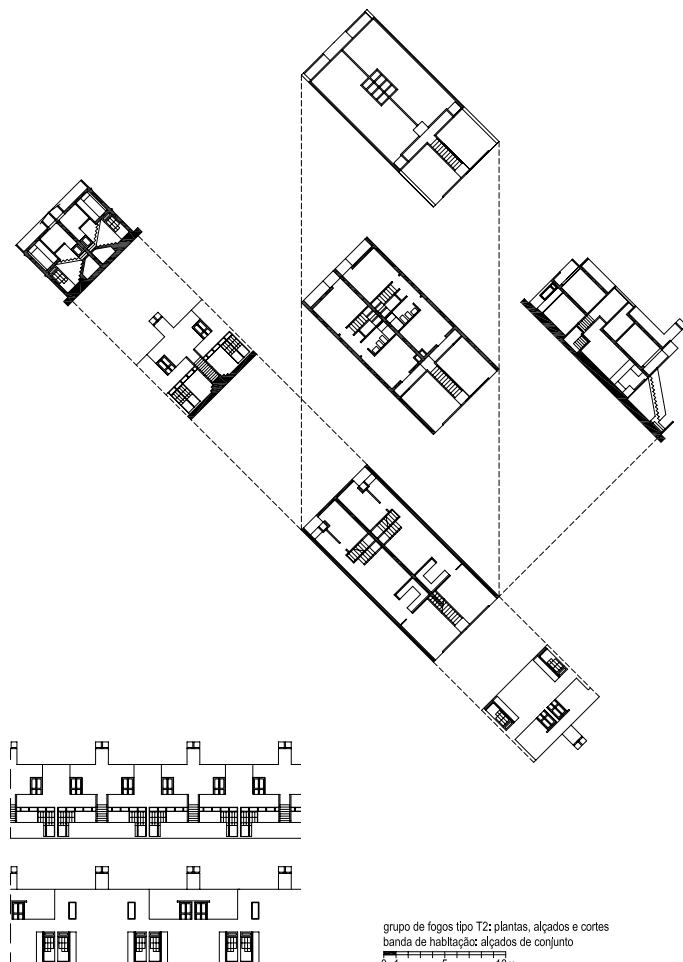




BATATEIRO

Nome do bairro: BATATEIRO
 Concelho: SEIXAL
 Distrito: SETÚBAL
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º FERNANDO BAGULHO
 Brigada Técnica: Arq.º Cristina Salvador,
 Arq.º Júlio Saint-Maurice, Eng.º Álvaro Tei-
 xeira Reis e Ana Reboxo.

Nome da associação de moradores: COO-
 PERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÔMI-
 CA 25 DE ABRIL DE 1974
 Início da Operação: Novembro de 1974
 Constituição da associação de morado-
 res: 76/01/12
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 76/03/03
 85 Fogos
 Início da obra: Dezembro de 1976

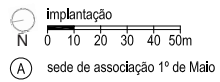
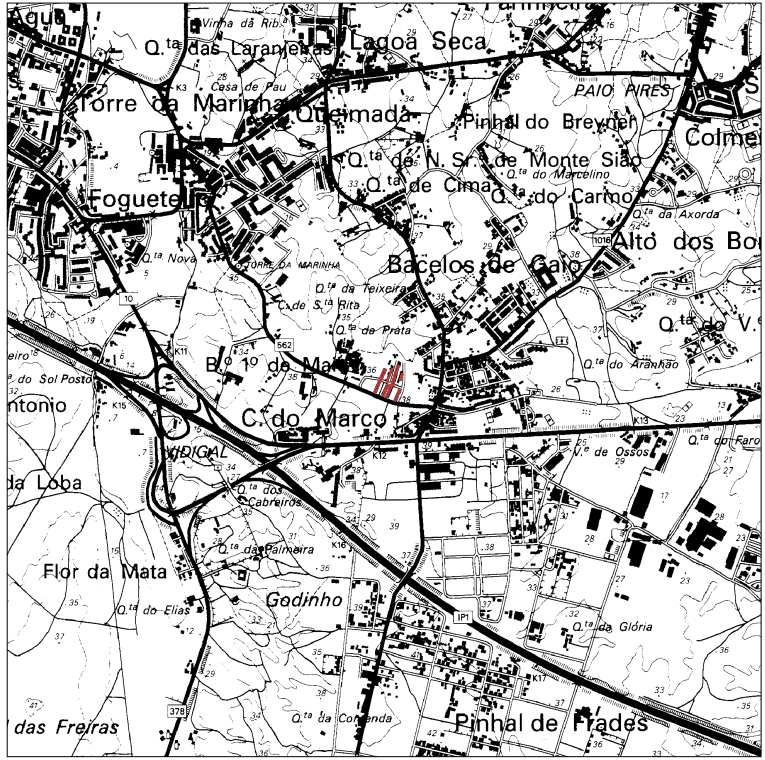


grupo de fogos tipo T2: plantas, alçados e cortes
 banda de habitação: alçados de conjunto
 0 1 5 10m

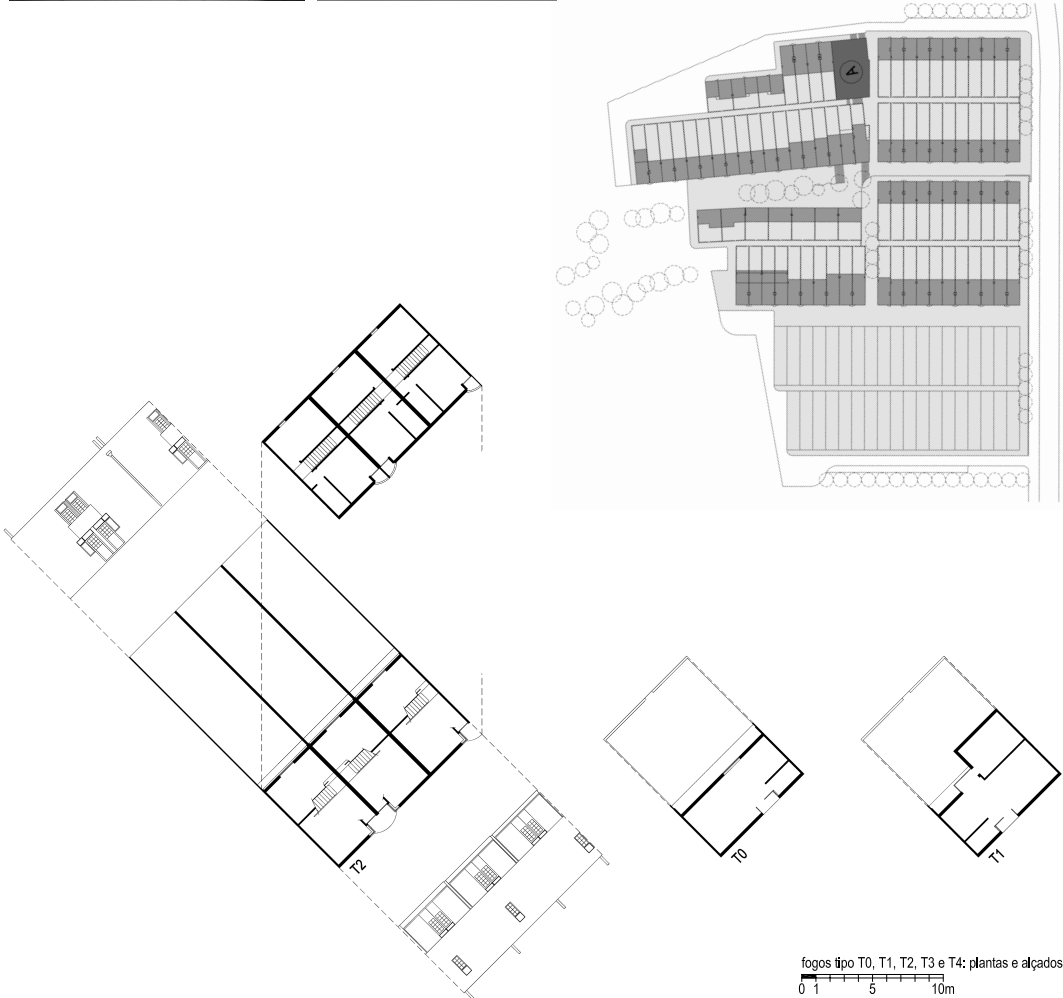
PINHAL DAS AREIAS

Nome do bairro: PINHAL DAS AREIAS
 Concelho: SEIXAL
 Distrito: SETÚBAL
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º JULIO SAINT- MAURICE
 Brigada Técnica: Arq.ª Cristina Salvador,
 Arq.º. Fernando Bagulho, Eng.º. Álvaro
 Teixeira Reis e Ana Reboxo.

Nome da associação de moradores: 1º
 DE MAIO
 Início da Operação: Novembro de 1974
 Constituição da associação de moradores:
 75/05/28
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 75/09/19
 88 Fogos e 37 a reconstruir.
 Início da obra: Dezembro de 1976



SAAL Lisboa e Centro-Sul • Setúbal



fogos tipo T0, T1, T2, T3 e T4: plantas e alçados
 0 1 5 10m

DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES SAAL NA ÁREA DE SETÚBAL

1. BAIRRO DA LIBERDADE
2. CASAL DAS FIGUEIRAS
3. FORTE VELHO
4. PINHEIRINHOS
5. TERROA DE BAIXO



CASAL DAS FIGUEIRAS

Nome do bairro: CASAL DAS FIGUEIRAS
 Concelho: SETÚBAL
 Distrito: SETÚBAL
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º GONÇALO DE SOUSA BYRNE
 Brigada técnica: Berta Sá Caetano e Ana Ferreira Rebocho.

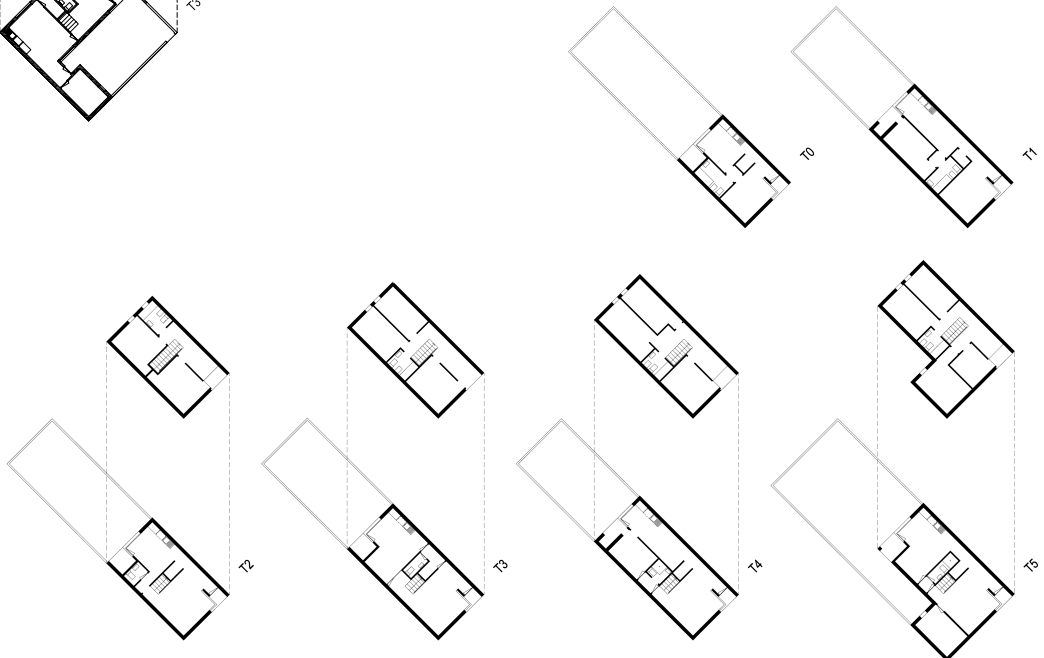
Nome da associação de moradores: CASAL DAS FIGUEIRAS
 Início da Operação: Julho de 1975
 Constituição da associação de moradores: 75/10/30
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/12/16 (26?)
 420 Fogos
 Início da obra: depois de Outubro de 1976

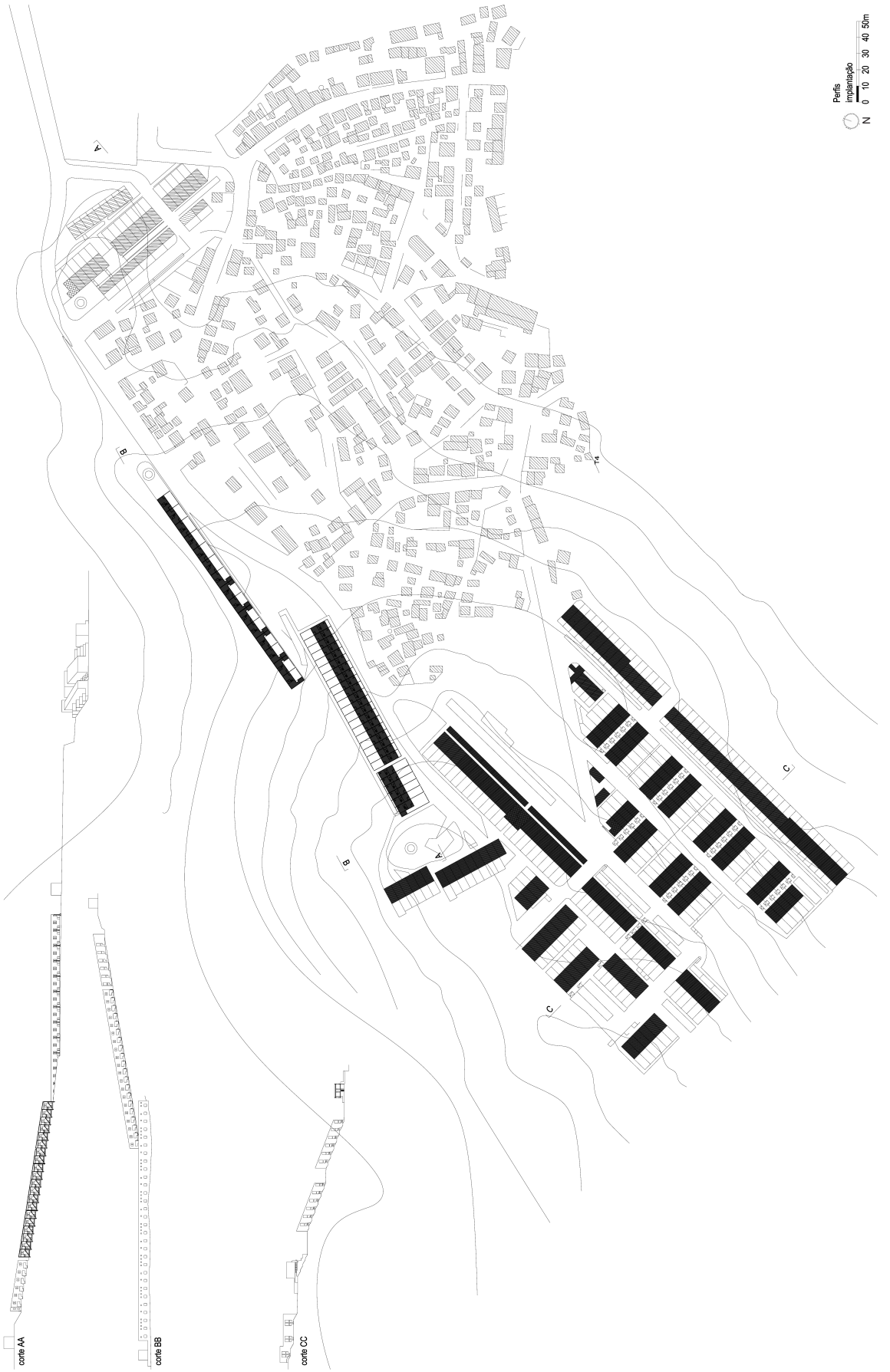


SAAL Lisboa e Centro-Sul • Setúbal



fogos tipo T0, T1, T2, T3, T4, T5 e T3+1: plantas
 0 1 5 10m

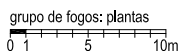
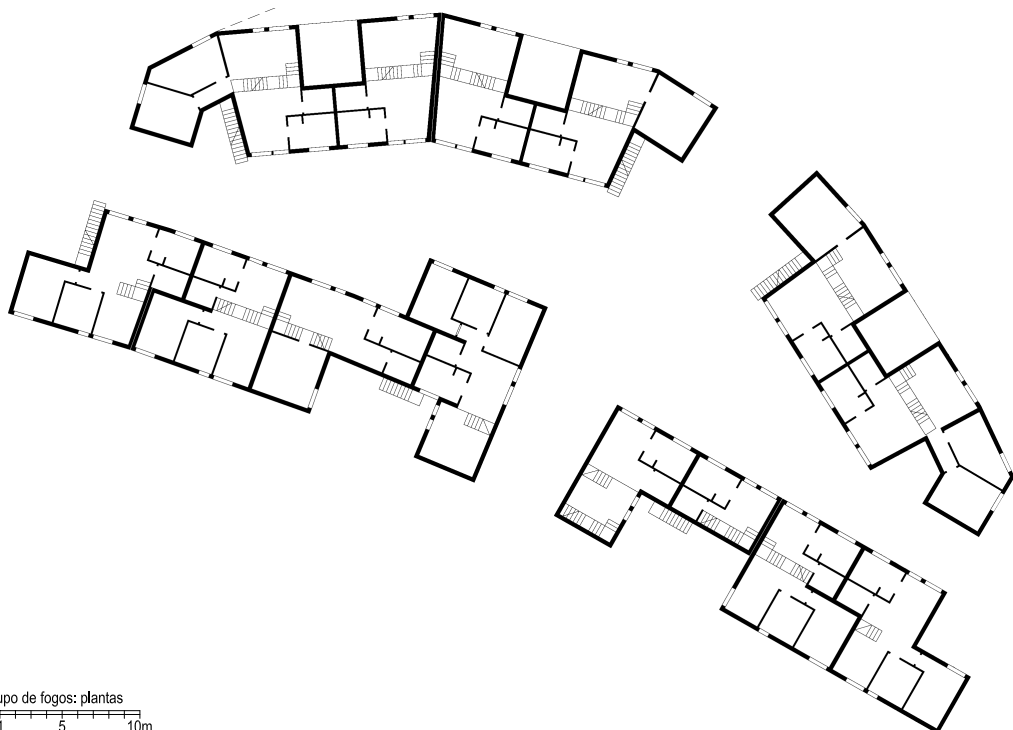
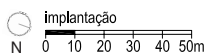
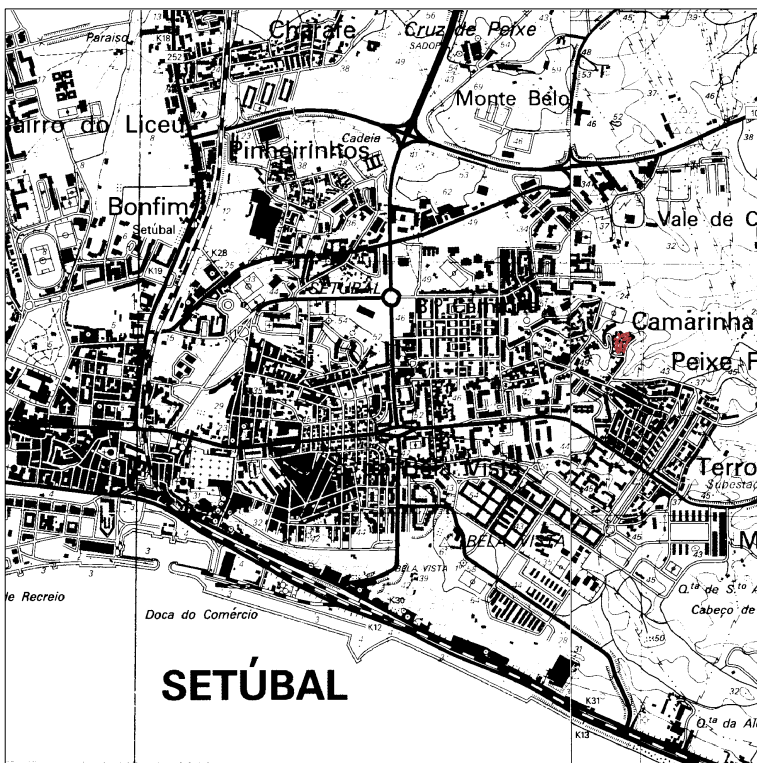




BAIRRO DA LIBERDADE

Nome do bairro: BAIRRO DA LIBERDADE (antiga Cova do Canastro)
 Concelho: SETÚBAL
 Distrito: SETÚBAL
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º LUÍS CASAL RIBEIRO
 Brigada Técnica: João L. Raposo Ramos e Josefina Mena

Nome da associação de moradores: BAIRRO DA LIBERDADE
 Início da Operação: Outubro de 1974
 Constituição da associação de moradores: 75/02/01
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/02/28
 80 Fogos e 20 Fogos a recuperar.
 Início da obra: Junho de 1975

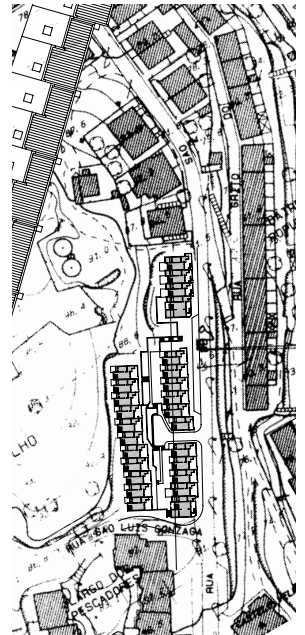
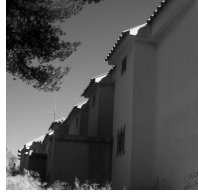
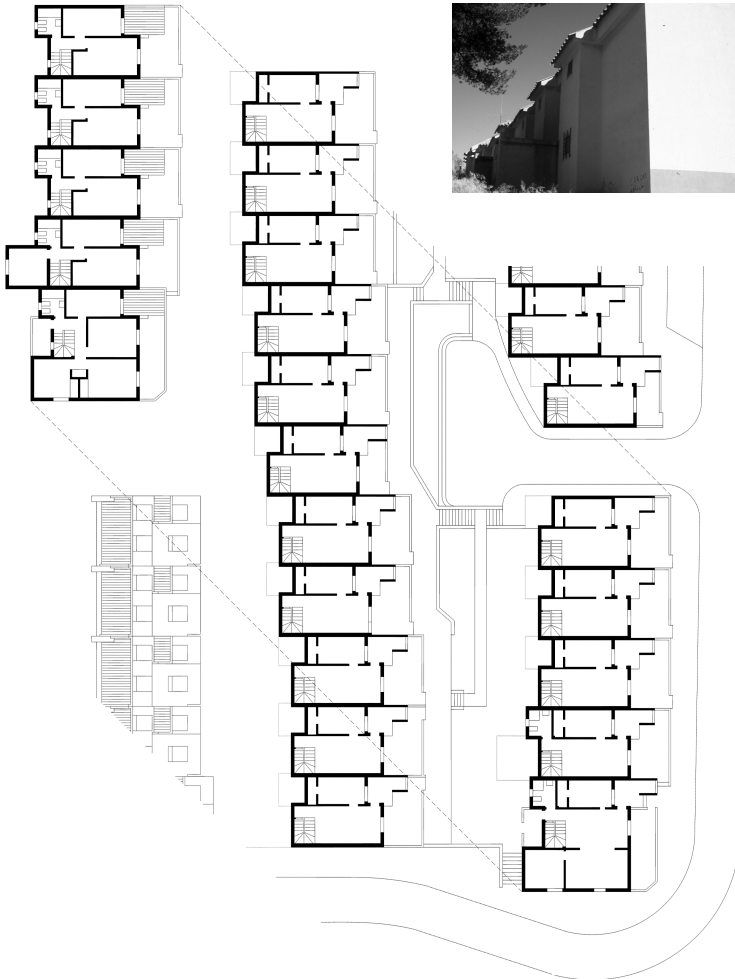




FORTE VELHO

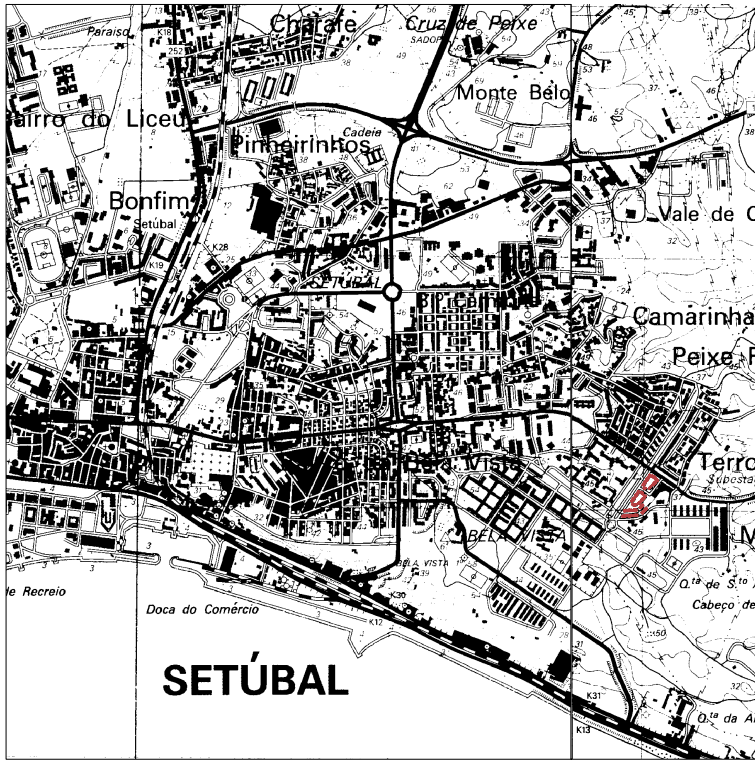
Nome do bairro: FORTE VELHO
 Concelho: SETÚBAL
 Distrito: SETÚBAL
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq. CONCEIÇÃO REDOL
 Brigada Técnica: Filomena Maria Noronha e Fernando Raimundo.

Nome da associação de moradores: GRITO DO POVO
 Início da Operação: Novembro de 1974
 Constituição da associação de moradores: 75/01/25
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/03/01
 71 Fogos
 Início da obra: Abril de 1975



grupo de fogos: plantas e alçados
 0 1 5 10m

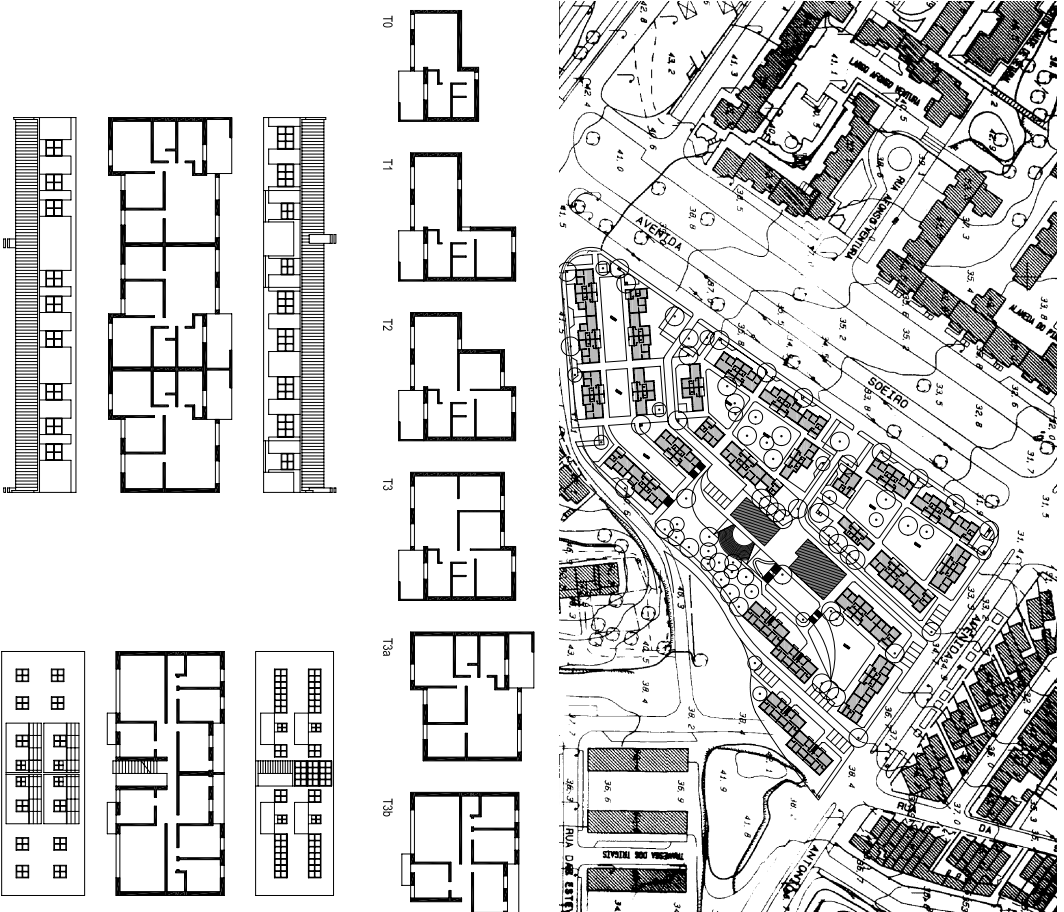
implantação
 N 0 10 20 30 40 50m



TERROA DE BAIXO

Nome do bairro: TERROA DE BAIXO
 Concelho: SETÚBAL
 Distrito: SETÚBAL
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º RUI F. PIMENTEL
 Brigada Técnica: Arq.º Luísa Menezes.

Nome da associação de moradores: TERROA DE BAIXO
 Início da Operação: Julho de 1975
 Constituição da associação de moradores: 75/09/25
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/11/19
 Início da obra: Abril de 1976



DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES SAAL NA ÁREA DE LISBOA

- | | | | |
|-----------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------|
| 1. ALTO DOS MOINHOS | 7. Q. BELA FLOR | 13. CATUJAL | 19. ALFORNELOS |
| 2. LIBERDADE | 8. Q. FONSECAS - Q. CALÇADA | 14. FETAIS | 20. ALTO DO MOINHO |
| 3. CASAL VENTOSO | 9. Q. ALTO | 15. MANJOEIRA | 21. CARNAXIDE |
| 4. CURRALEIRA - EMBRECHADOS | 10. Q. BACALHAU - MONTE CÔXO | 16. QUINTA DAS PENICHEIRAS | 22. FALAGUEIRA |
| 5. Q. D. LEONOR | 11. Q. GRANDE | 17. SANTO ANTÓNIO - CAMARATE | 23. LINDA-A-VELHA |
| 6. P. VILA FERNANDES | 12. CASAL DO COCHICHO | 18. TORRE - CAMARATE | 24. PORTELA - OUTORELA |
| | | | 25. ESTRADA MILITAR |





ALTO DOS MOINHOS

Nome do bairro: ALTO DOS MOINHOS
 Concelho: LISBOA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º JUSTINO DE MORAIS
 Brigada Técnica: Manuel Lacerda, Francisco Branco, Arq.º Bruno Soares e Arq.º Luís Nagy

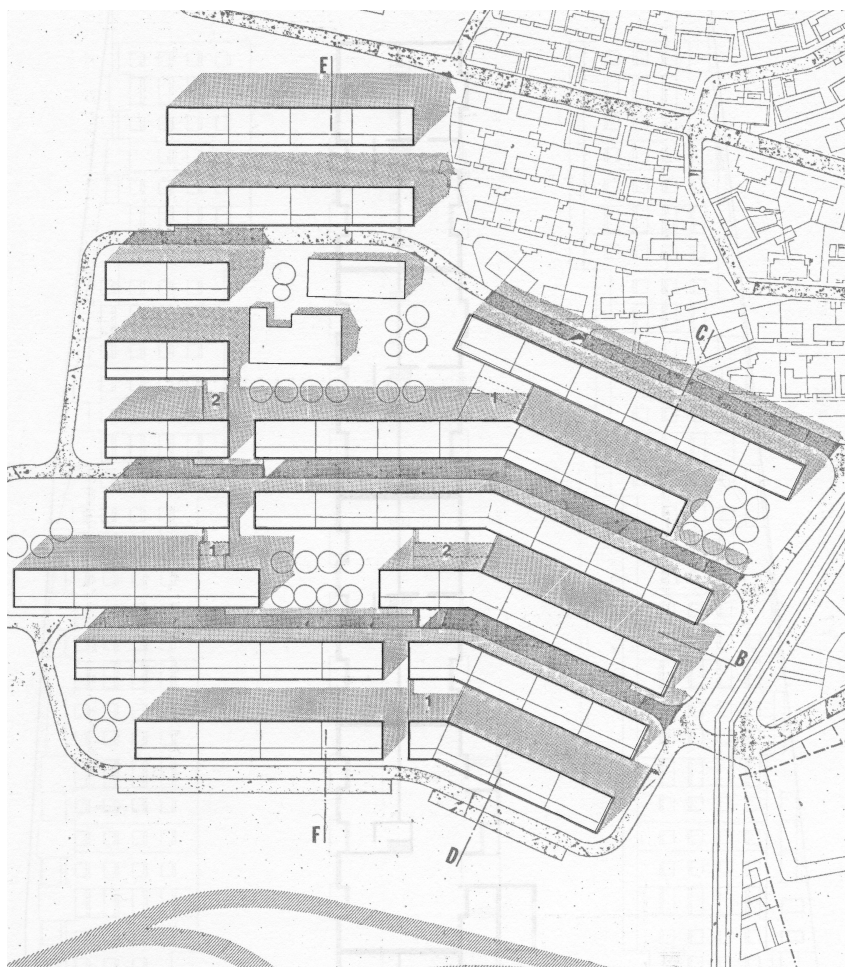
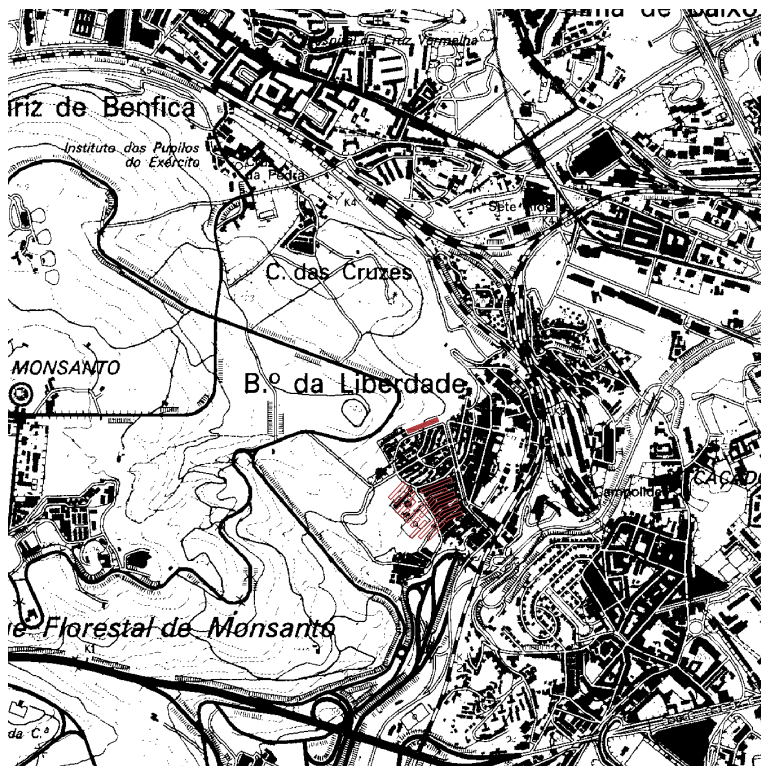
Nome da Associação de Moradores: ALTO DOS MOINHOS
 Início da Operação: Setembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 76/02/27
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/04/07
 Não foi construído

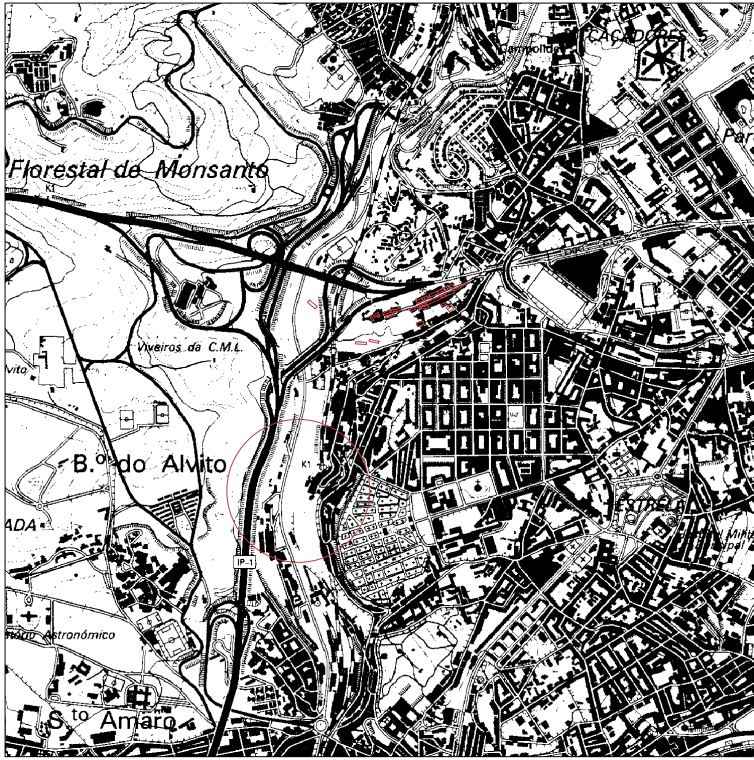


BAIRRO DA LIBERDADE

Nome do bairro: BAIRRO DA LIBERDADE
Concelho: LISBOA
Distrito: LISBOA
Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
Projecto: Arq.º JOSÉ MANUEL JARDIM NORBERTO e Arq.º JOSÉ LUÍS AFONSO LEITÃO ZÚQUETE
Brigada Técnica: Arq.ª Maria Natália Pereira Gomes Vicente, Arq.º Henrique Mário Cília de Mira Godinho, Eng.º José António Crespo, Eng.º Carlos Santana, Eng.º Sérgio Gama, João Carlos Gromicho Bila e Nasi Pereira, Isabel Nogueira, Joaquim Carvalho, Maria de Fátima Brandão da Silva, Joaquim Russinho, Carlos Resende Cardoso, Fidélio Santana e Fernando Neves.

Nome da Associação de Moradores: COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONOMICA BAIRRO DA LIBERDADE
Início da Operação: Outubro de 1974
Constituição da Associação de Moradores: 75/10/20
Publicação dos estatutos no D.R.: 75/11/07
966 Fogos
Início de obra: Outubro de 1976





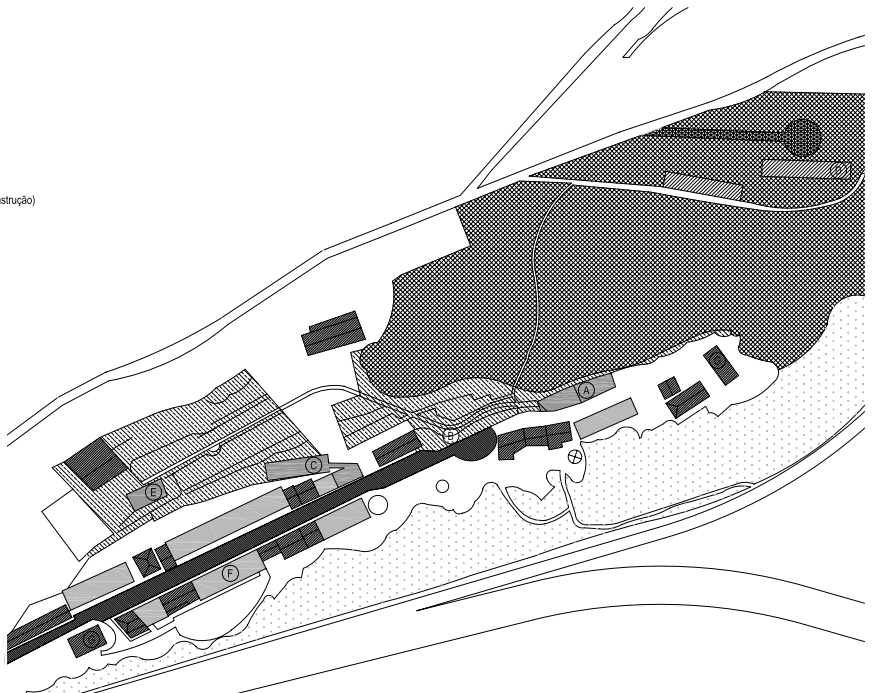
CASAL VENTOSO

Nome do bairro: CASAL VENTOSO
 Concelho: LISBOA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º JOSÉ DANIEL SANTA-RITA FERNANDES e Arq.º MARIA ROSÁRIO F. RIBEIRO MATOS VENADE
 Brigada Técnica: Arq.º Fernando José Cortês Pinto Seixas, José Daniel Catela Teixeira, Sérgio Gama, Maria Isabel Gomes Santa-Rita Fernandes, Ana Maria Gonçalves, Maria de Jesus Sande e Castro Wemans, Maria Teresa Leiria, Carlos Fonseca e Quirino Pereira.

Nome da Associação de Moradores: COMISSÕES DE MORADORES DO CASAL VENTOSO
 Início da Operação: Outubro de 1974
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/11/14
 1390 Fogos e 500 Fogos a reconstruir
 Não foi construído



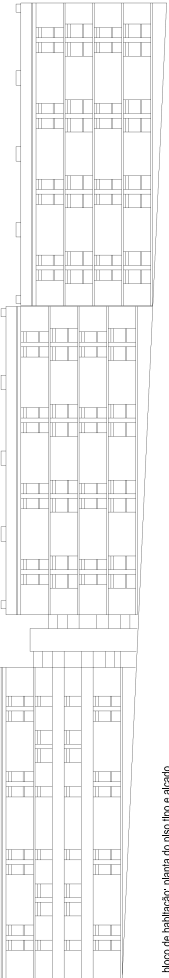
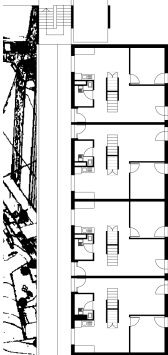
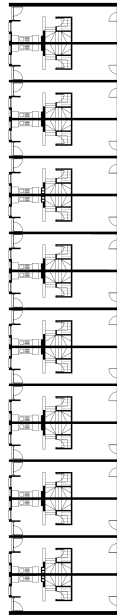
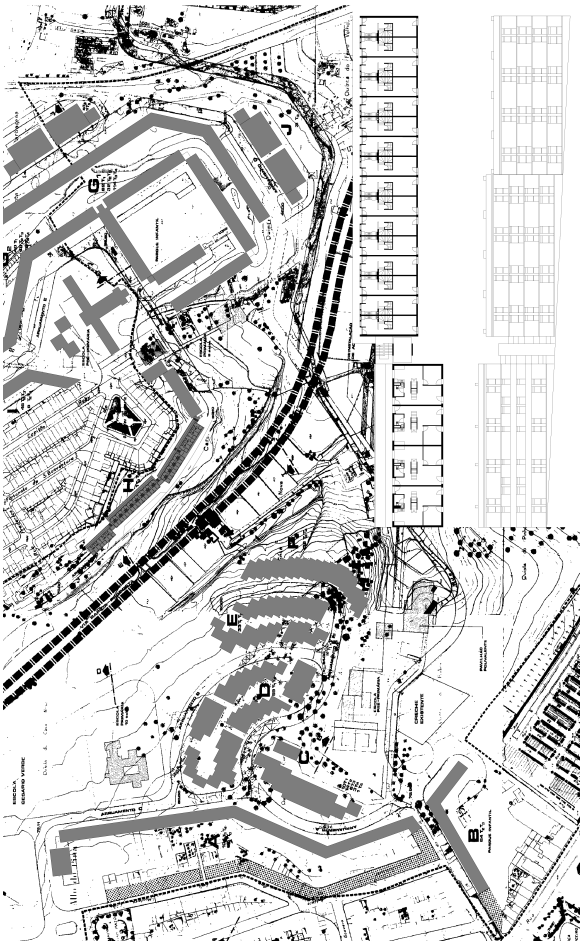
- Edifícios a recuperar (habitação)
 - Edifícios a construir (habitação)
 - Penetração
 - Impasses e estacionamento (81 lugares)
 - Equipamento
 - A. Clube recreativo
 - B. Parque Infantil
 - C. Creche
 - D. Instalações artesanais
 - E. Escola pré-primária
 - F. Falxa comercial
 - G. Reservas
 - ⋯ Falxa de protecção (plantada)
 - Parque (zona não apta para construção)
- Implantação
- 0 10 20 30 40 50m



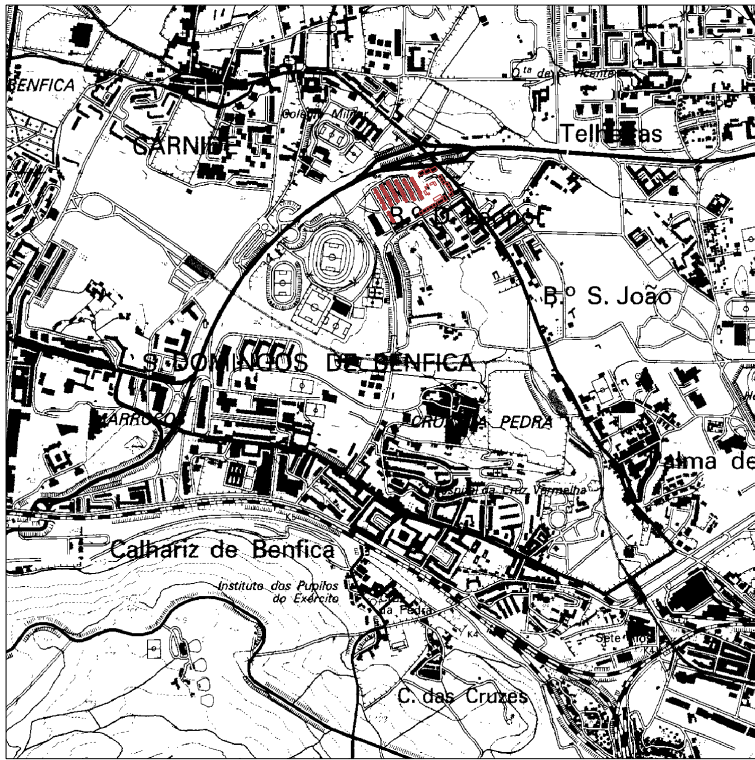
CURRALEIRA EMBRECHADOS

Nome do bairro: CURRALEIRA - EMBRECHADOS
 Concelho: LISBOA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º JOSÉ ANTÓNIO PARADELA e Arq.º LUIS GRAVATA FILIPE
 Brigada Técnica: Arq.º Alvaro Eduardo Ebling de Campos Costa, Paulo Menezes Braula Reis, Maria de Deus Damião, Eng.º António José Tomás de Almada Guerra, Francisco Mendonça, Maria Cecília Cruz Vaz, Matilde Henriques, Vítor Correia, Carlos Alberto Vale e João Dionísio.

Nome das Associações de Moradores: CHE BAIRRO HORIZONTE E CHE LISBOA NOVA
 Início da Operação: Novembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 75/10/06 e 75/09/23
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/11/14 e 75/10/03
 768 Fogos + 170 Fogos
 Início de Obra: Setembro de 1976 e Dezembro de 1976



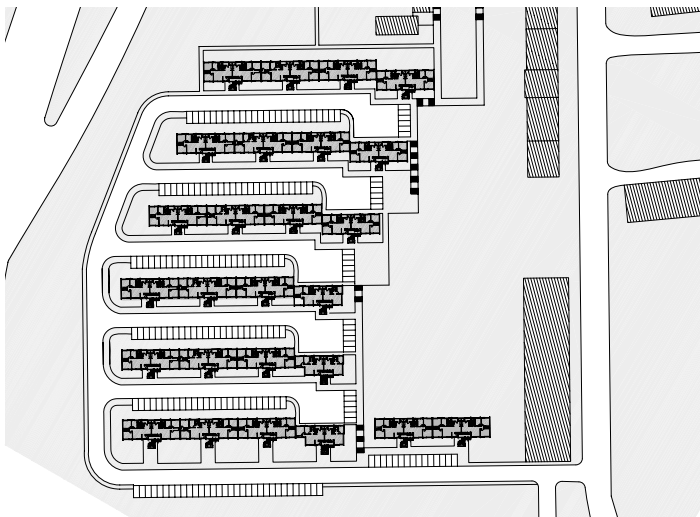
Nico de habitação: planta de piso tipo e alçado
 0 1 5 10m



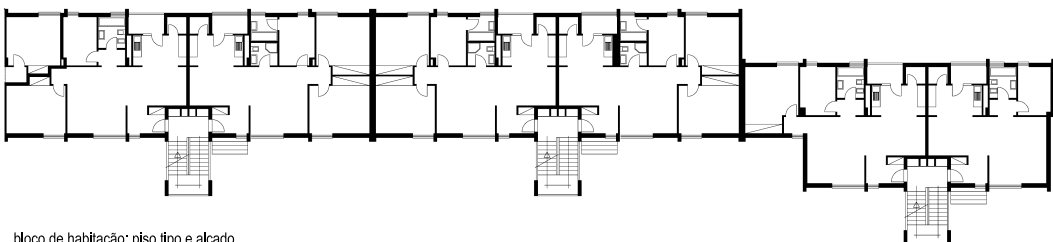
D. LEONOR

Nome do bairro: D. LEONOR
 Concelho: LISBOA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º MANUEL GUILHERME
 PARDAL MONTEIRO MAGALHÃES
 Brigada Técnica: Arq.º Jorge Fernandes
 Soares de Oliveira, João Ruy Martins
 Ribeiro de Carvalho, Clemente Freire
 Raposo

Nome da Associação de Moradores:
 COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓ-
 MICA BAIRRO D. LEONOR
 Início da Operação: Janeiro de 1975
 Constituição da Associação de Moradores:
 75/08/22
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 75/10/01
 160 Fogos
 Início de Obra: Dezembro de 1976



implantação
 N 0 10 20 30 40 50m

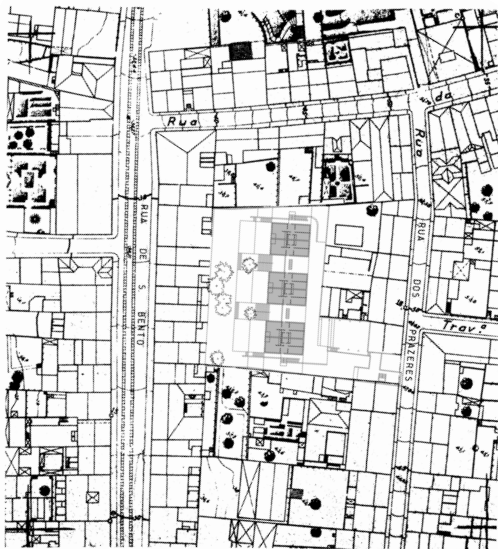
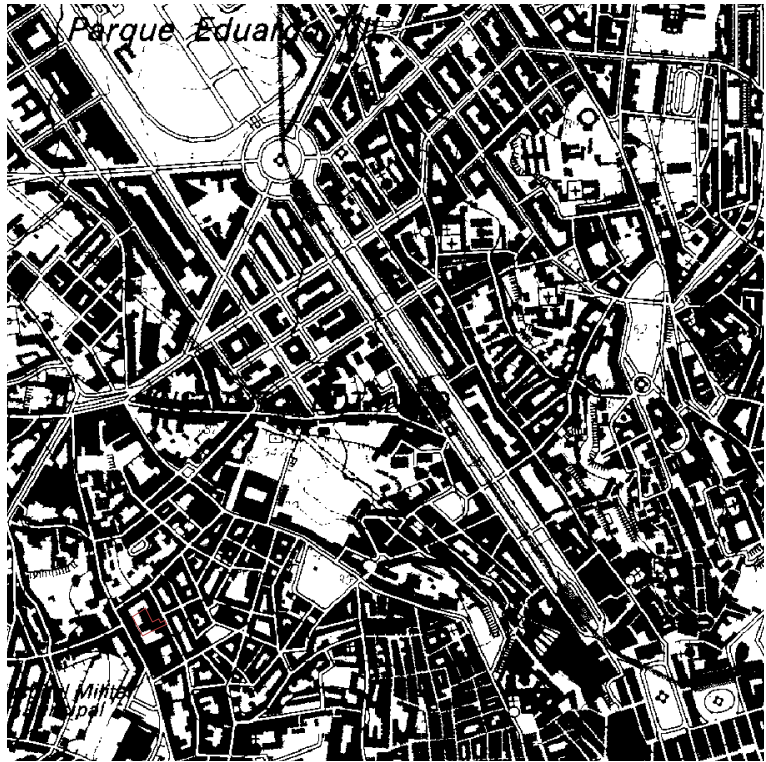


bloco de habitação: piso tipo e alçado
 0 1 5 10m

PÁTIO VILA FERNANDES

Nome do bairro: PÁTIO VILA FERNANDES
 Concelho: LISBOA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º MANUEL TAINHA
 Brigada Técnica: Heloísa Pessoa

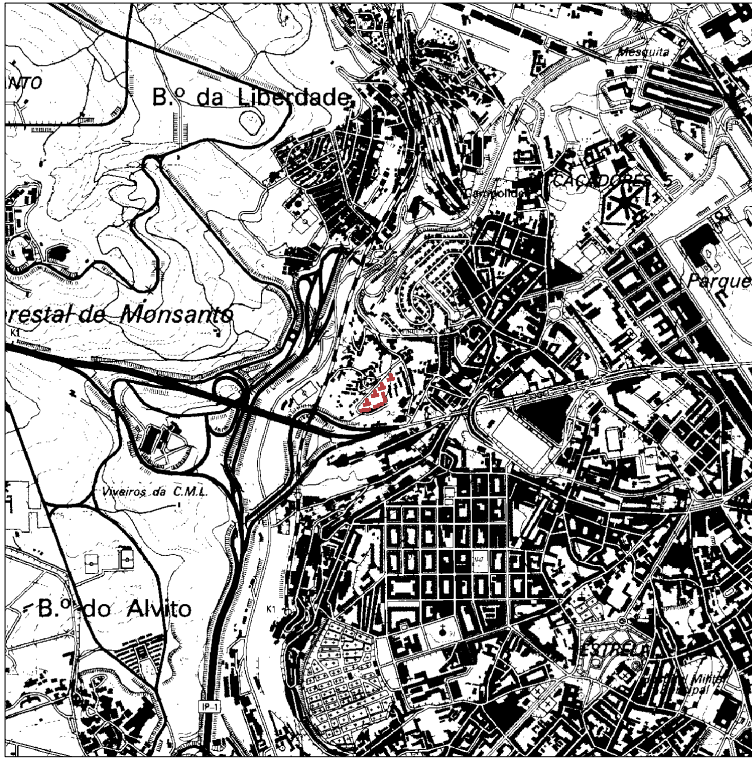
Nome da Associação de Moradores: COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA VILA FERNANDES
 Início da Operação: Novembro 1975
 Constituição da Associação de Moradores: 76/03/17
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/04/07
 67 Fogos
 Não foi construído



implantação
 N 0 10 20 30 40 50m



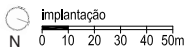
grupo de fogos: planta rés-do-chão
 0 1 5 10m



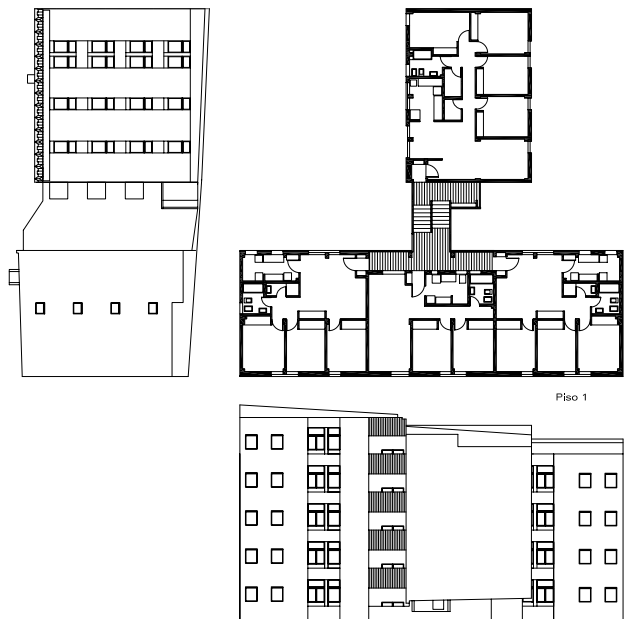
QUINTA DA BELA FLOR

Nome do bairro: QUINTA DA BELA FLOR (Cascais, Baltasar)
 Concelho: LISBOA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º ARTUR ROSA
 Brigada Técnica: Arq.º Manuel Coutinho Raposo, Arq.º Nuno Blanco Bártolo, Arq.º José Miguel Fonseca, José Luís Teles Rebolo, Maria Isabel Rodrigues Lobo, Etelvina José, Maria Fernanda Carvalho, Luís Pereira, Hélio Oliveira e Nuno Martins.

Nome da Associação de Moradores: COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA BELA FLOR
 Início da Operação: Setembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 76/02/13
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/03/16
 288 Fogos
 Início de obra: Dezembro de 1976



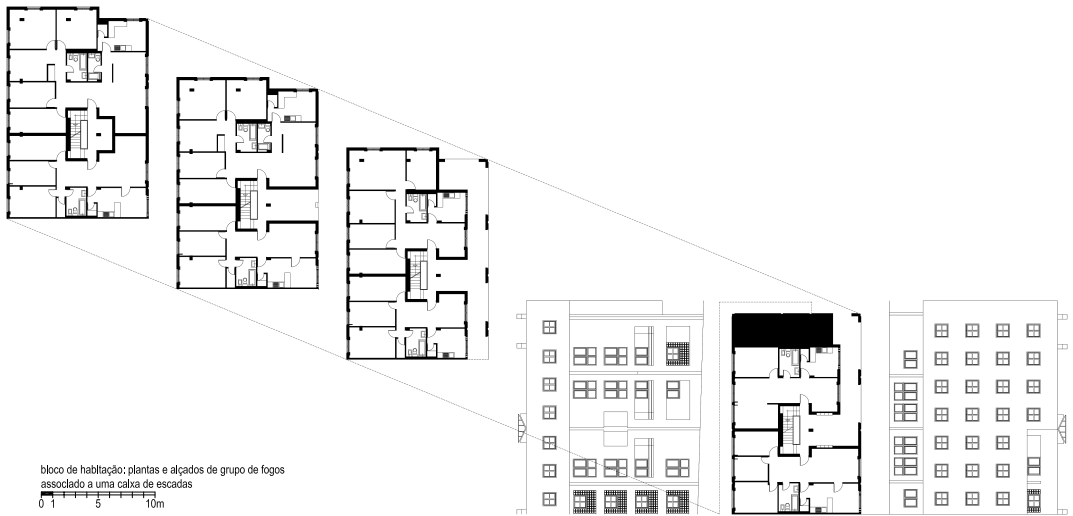
bloco de habitação: plantas e alçados
 0 1 5 10m



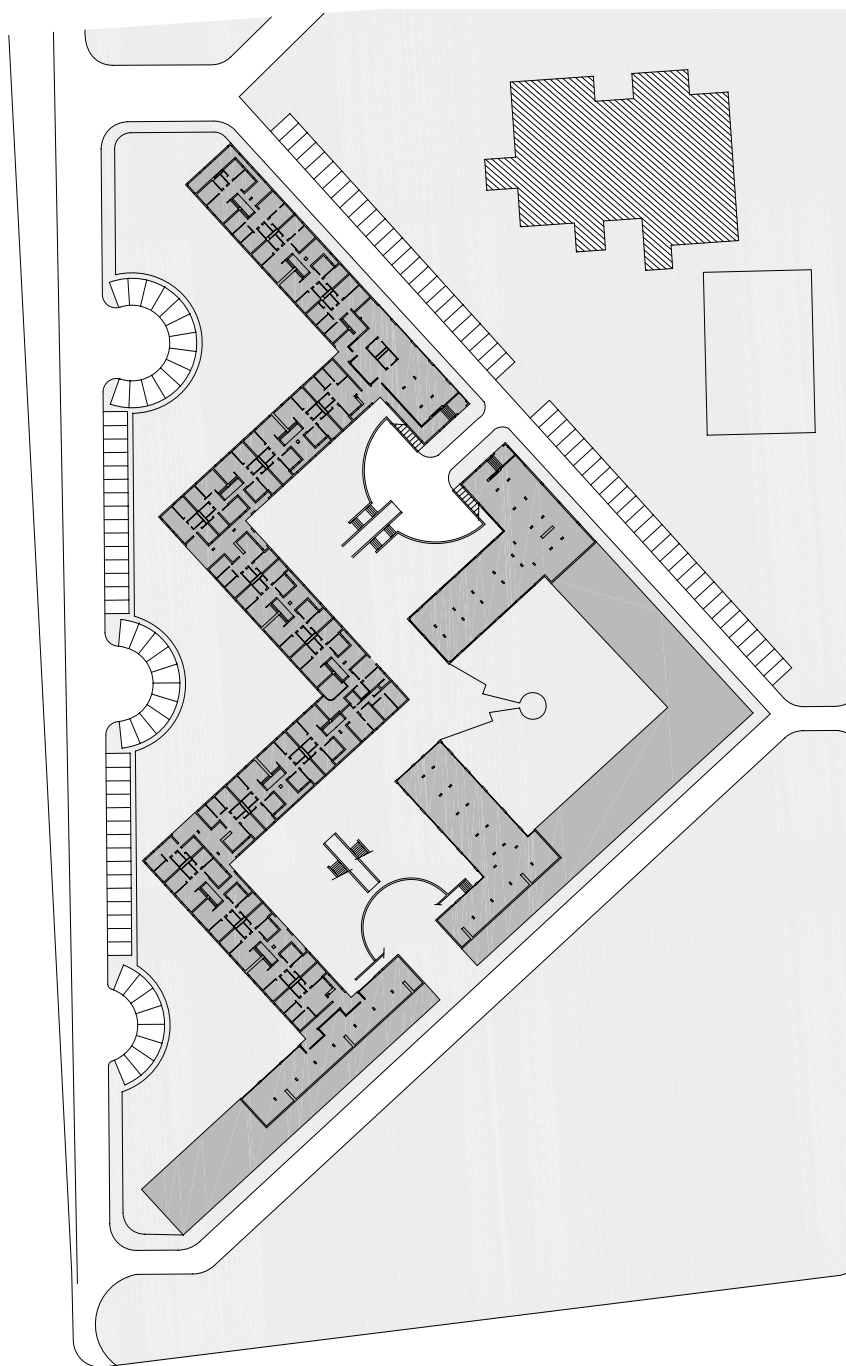
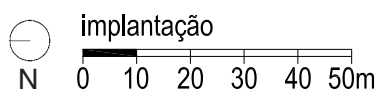
QUITA DAS FONSECAS QUINTA DA CALÇADA

Nome do bairro: QUINTA DAS FONSECAS
 - QUINTA DA CALÇADA
 Concelho: LISBOA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º RAÚL HESTNES FERREIRA
 Brigada Técnica: Arq.º Vicente Bravo Ferreira, Arq.º Eugénio Castro Caldas, Arq.º Jorge Gouveia, Eng.º José Ferreira Crespo, Eng.º Fernando Silva Pereira, Eng.º Afonso Pissarra, Eng.º José de Pina Cabral Trindade, Eng.º Afonso Conde Branco, Eng.º Quirino Marques da Silva, Arq.º Hugo Hugon, Arq.º Salustiano Santos, Arq.º Maria dos Anjos Alves, Arq.º Jorge Farello Pinto, Jesus Noivo, J. L. Carrilho da Graça, Sebastião Formosinho Sanches, Adelaide Cordovil, Maria Augusta Henriques, Maria do Rosário Leal, Carlos Abreu Vasconcelos, Manuel Mourim, Aurélio Bravo, Manuel Samora, Jaime Pereira, Mário Martins, António Assis Freitas e Aminadade Pio.

Nome das Associações de Moradores:
 C.H.E. 25 DE ABRIL E C.H.E. UNIDADE DO POVO
 Início da Operação: Outubro de 1974
 Constituição das Associações de Moradores: 75/07/14 e 75/06/24
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/09/30 e 75/10/18
 314 Fogos+301 Fogos
 Início de obra: Setembro de 1976



bloco de habitação: plantas e alçados de grupo de fogos associado a uma caixa de escadas

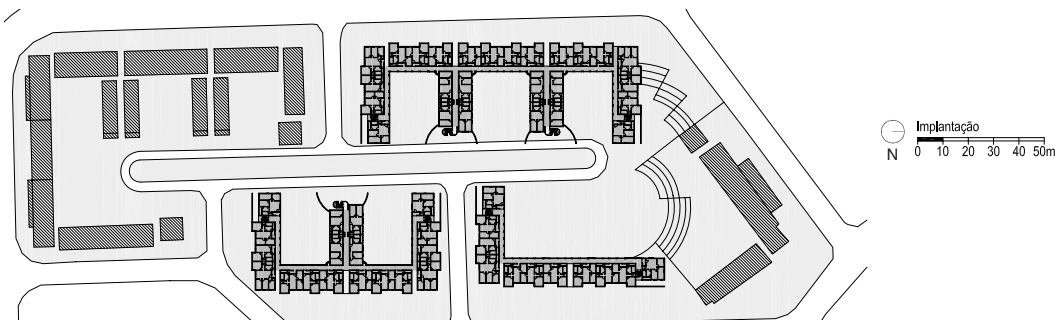




QUINTA DO BACALHAU MONTE CÔXO

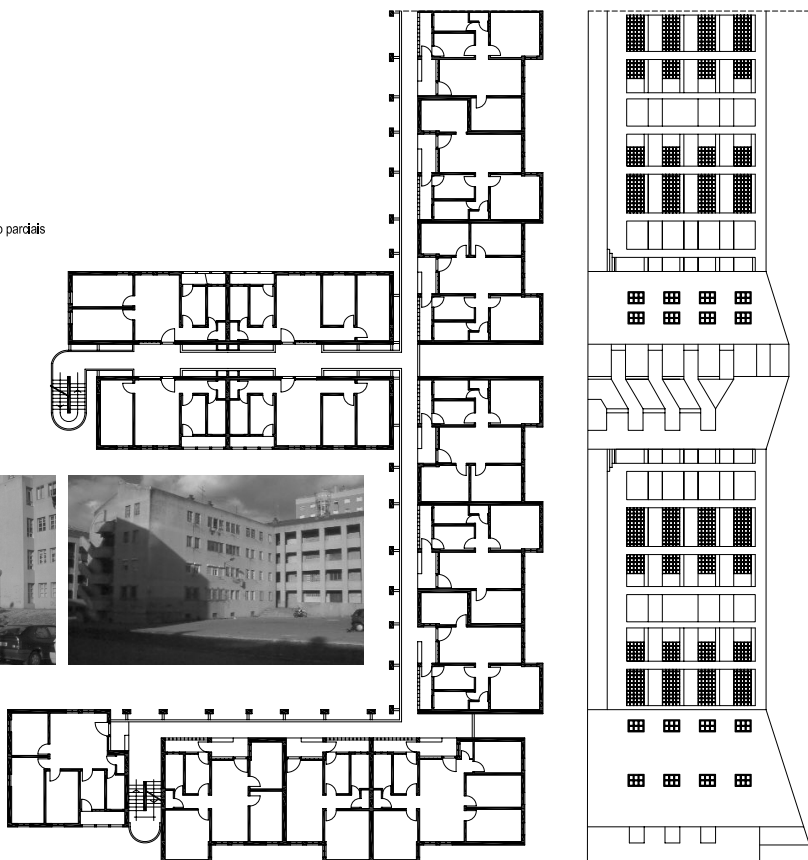
Nome do bairro: QUINTA DO BACALHAU - MONTE CÔXO (Alberto Pimentel)
 Concelho: LISBOA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º MANUEL VICENTE
 Brigada Técnica: Eng.º António Albano Leitão, Agostinho Xavier de Andrade, Nuno Matos Silva, José Manuel Dinis Cabral Caldeira, Rita Cabral (citados pelo arq.º Manuel Vicente), Afonso José Baptista, Cristina Catela Martins Pereira, Gentil Noras, Manuel Augusto Lopes de Sousa, Eduardo Serrano de Sousa e António Leitão, e ainda, citados pelo arq. M. Vicente, José Manuel Dinis Cabral Caldeira e Rita Cabral

Nome da Associação de Moradores: COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA PORTUGAL NOVO
 Início da Operação: Setembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 74/09/06
 Publicação dos estatutos no D.R.: 74/10/02
 384 Fogos
 Início de obra: Janeiro de 1977



bloco de habitação: plantas do piso 1 e alçado parciais

0 1 5 10m

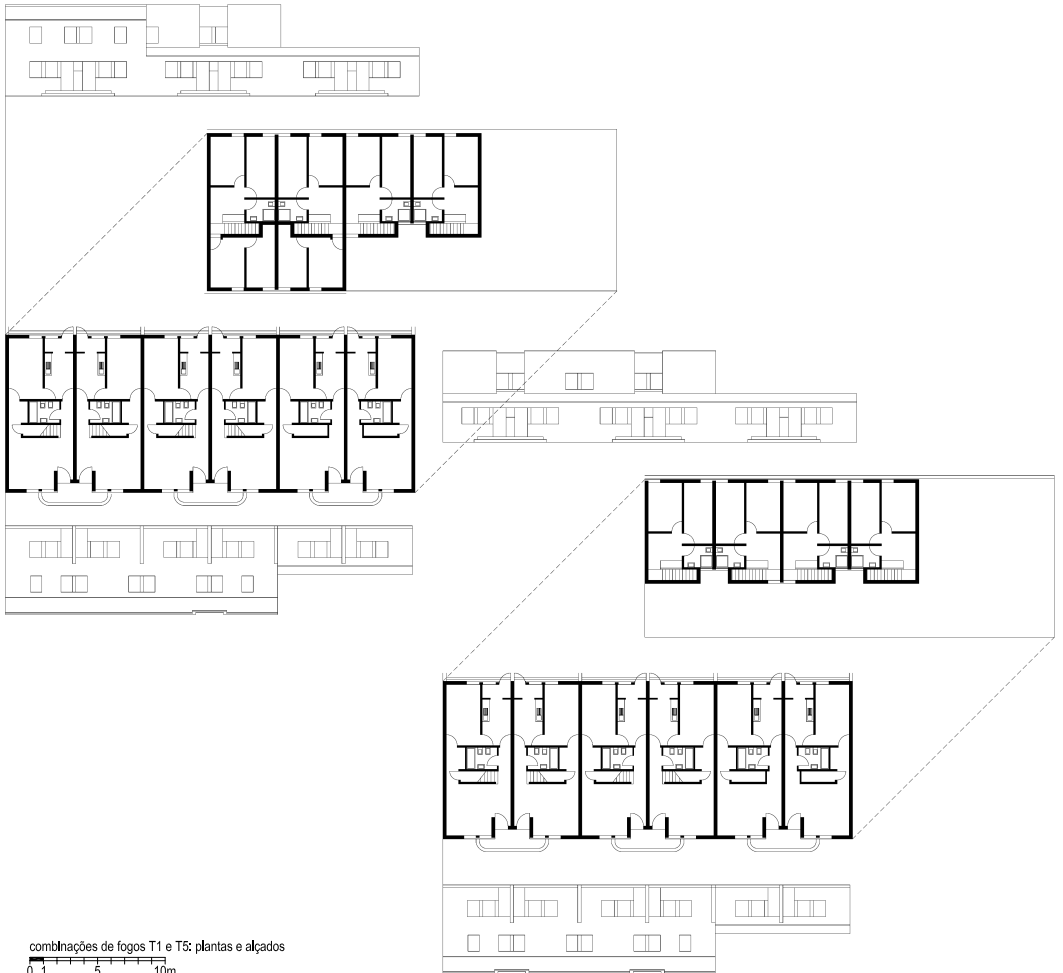




CASAL DO COCHICHO

Nome do bairro: CASAL DO COCHICHO
 Concelho: LOURES
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º EDUARDO TRIGO DE SOUSA
 Brigada Técnica: Arq.º Luís Faro Viana e Maria de Jesus Lopes Pereira

Nome da Associação de Moradores: COMISSÃO DE MORADORES DO CASAL DO COCHICHO
 Início da Operação: Outubro de 1975
 60 Fogos.
 Não foi construído

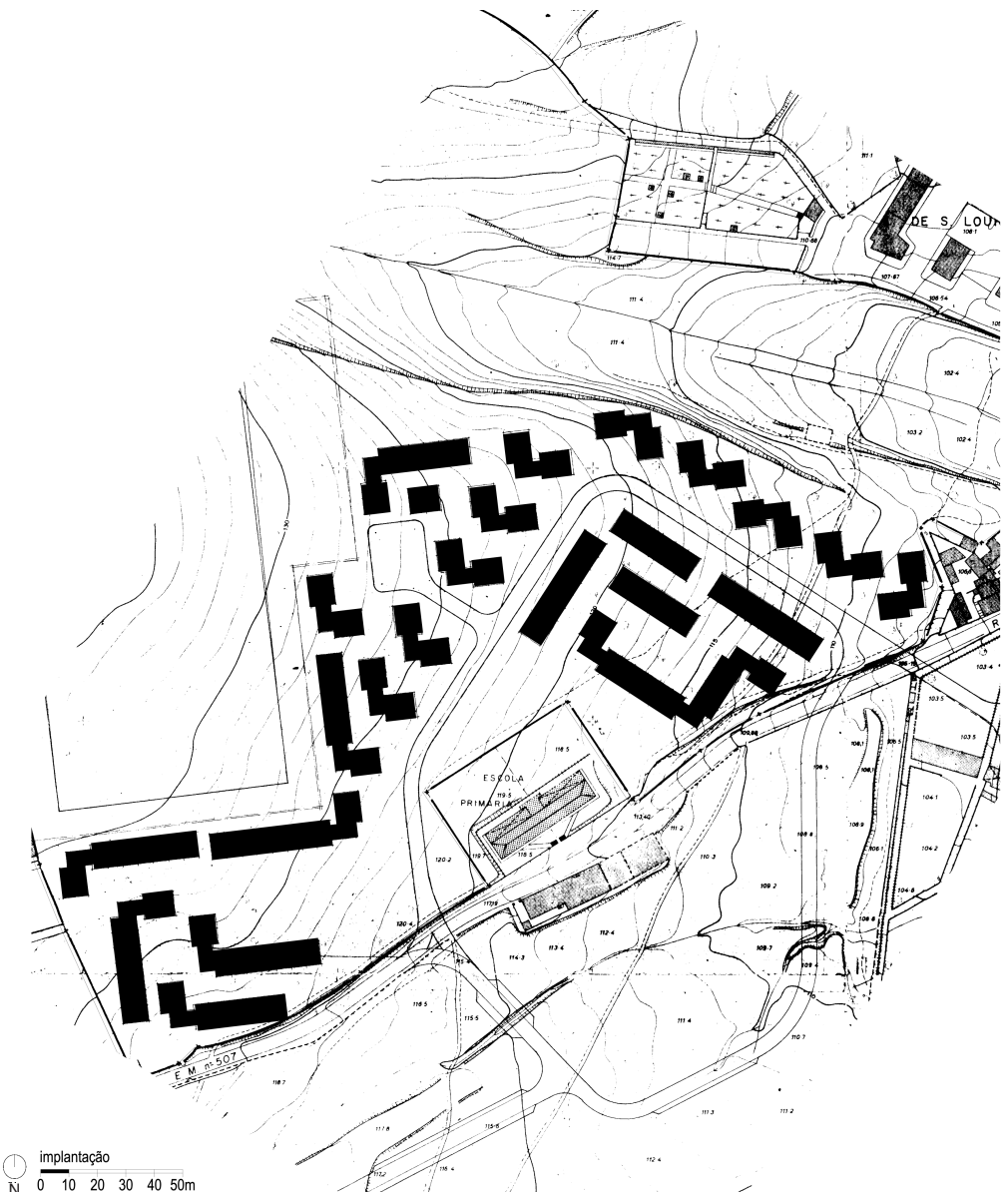




FETAIS

Nome do bairro: FETAIS
 Concelho: LOURES
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º VÍTOR MANUEL AFONSO
 ALBERTO E Arq.º JOSÉ MANUEL REIS
 DA COSTA
 Brigada Técnica: Manuel Silva Nunes,
 Eng.º Bernardo Vasconcelos e Sousa,
 Rita Vinhas e Carlos Malheiros da Costa

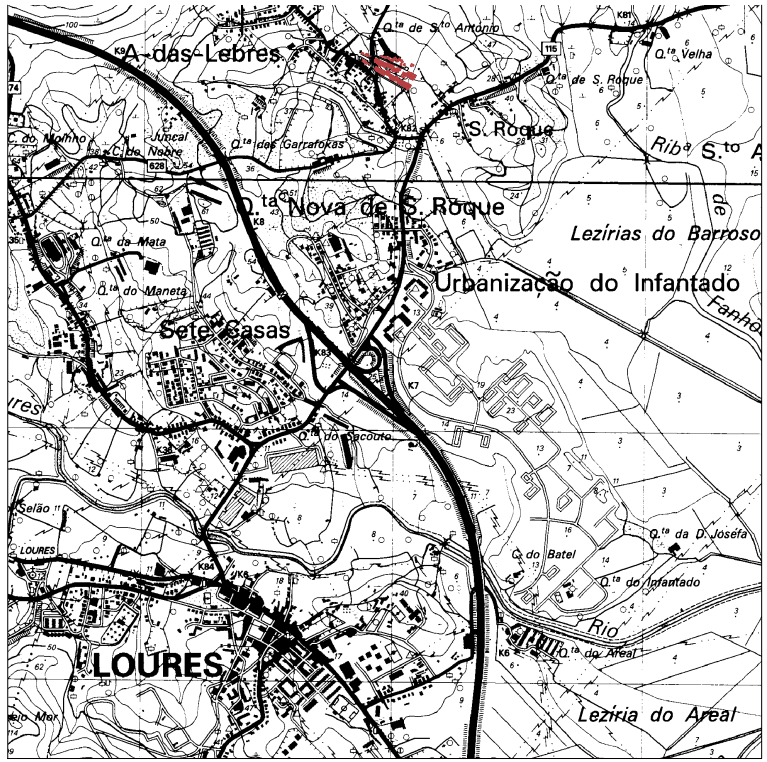
Nome da Associação de Moradores:
 DEMOCRÁTICA 1º DE MAIO
 Início da Operação: Janeiro de 1975
 Constituição da Associação de Moradores:
 75/07/09
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 75/09/09
 170 Fogos
 Não foi construído



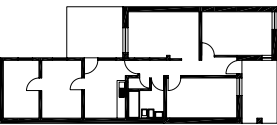
MANJOEIRA

Nome do bairro: MANJOEIRA
 Concelho: LOURES
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º FRANCISCO PIRES KEIL DO AMARAL (PITUM)
 Brigada Técnica: Isabel Raposo, José Manuel Fernandes, José Luís Azeitona, Júlio Lobato e Maria Warden Góis.

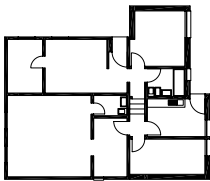
Nome da Associação de Moradores: A FORÇA DA RAZÃO
 Início da Operação: Janeiro de 1976
 Constituição da Associação de Moradores: 76/02/02
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/02/75
 48 Fogos e 14 Fogos a reconstruir
 Início de obra: Novembro 1976



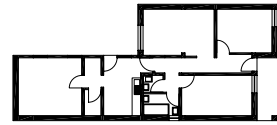
fogos tipo T1, T2, T3 e T4: plantas e alçados



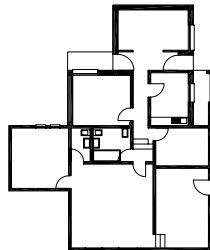
T4



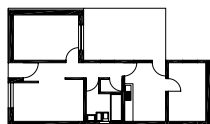
T3



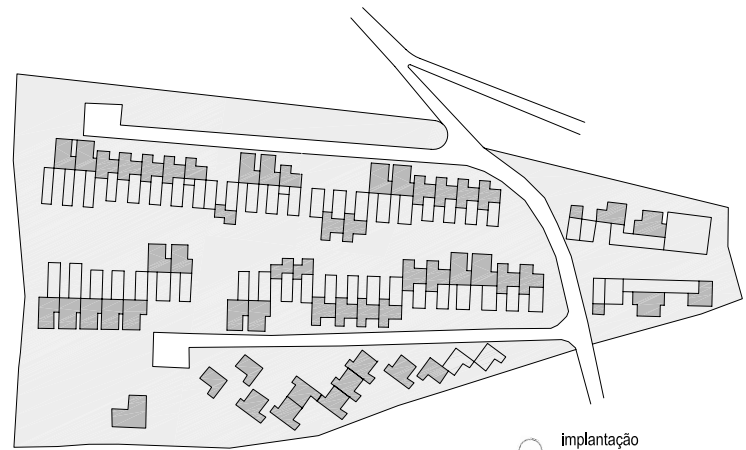
T3



T2



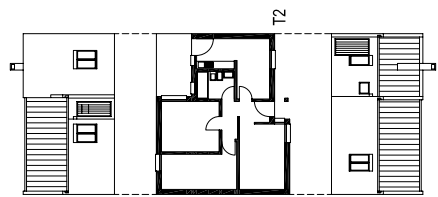
T2



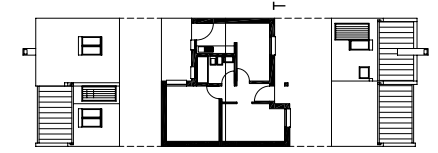
implantação



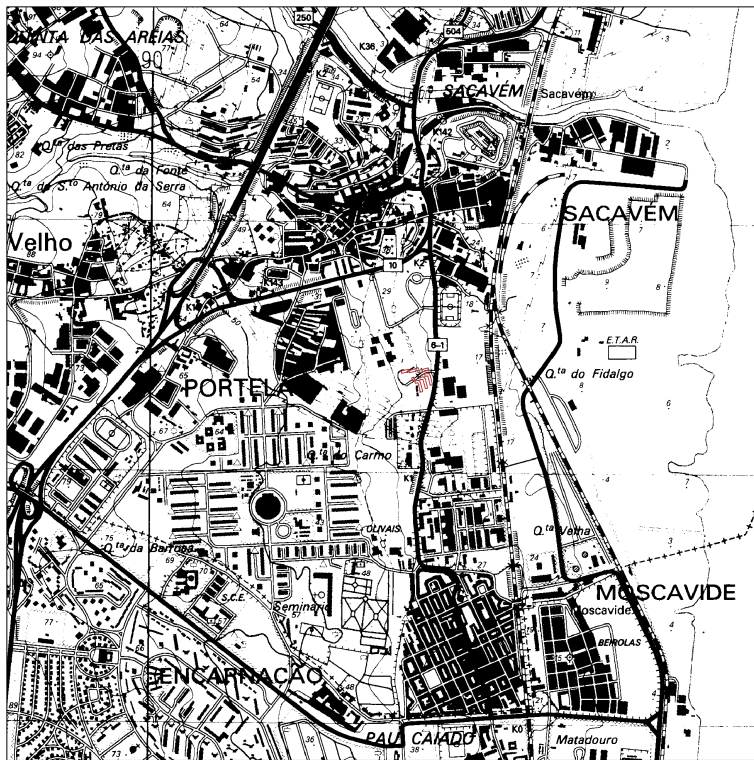
0 10 20 30 40 50m



T2



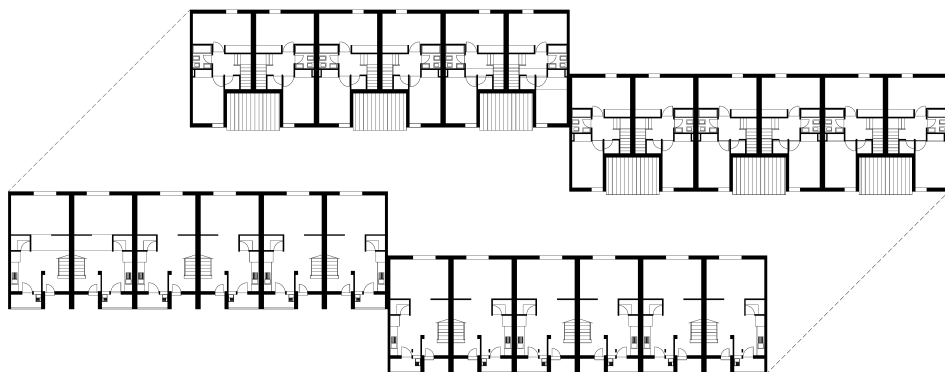
T1



QUINTA DAS PENICHEIRAS

Nome do bairro: QUINTA DAS PENICHEIRAS
 Concelho: LOURES
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq. FRANCISCO PIRES KEIL DO AMARAL (PITUM)

Nome da Associação de Moradores: A LUTADORA PENICHEIRENSE
 Início da Operação: Agosto de 1976
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/10/18
 Não foi construído

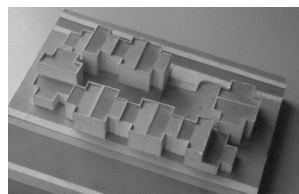
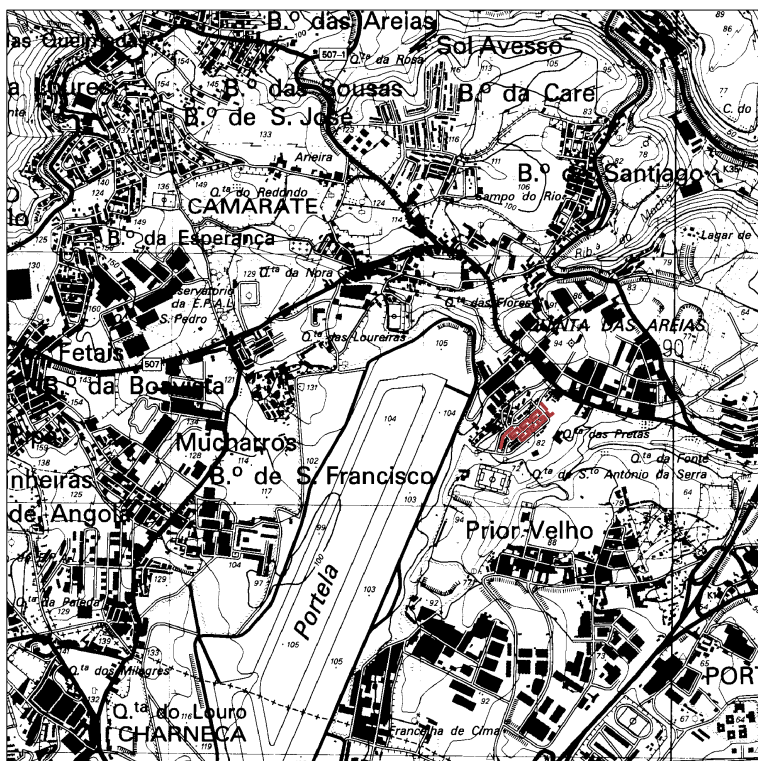


bloco tipo: plantas e alçados
 0 1 5 10m

SANTO ANTÓNIO - CAMARATE

Nome do bairro: SANTO ANTÓNIO-CAMARATE
 Concelho: LOURES
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º VITOR MANUEL AFONSO ALBERTO e Arq.º REIS DA COSTA
 Brigada Técnica: Manuel José da Silva Nunes, Paula Castro Silva, Eng.º, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Rita Bustorff Vinhas e Carlos Malheiros da Costa.

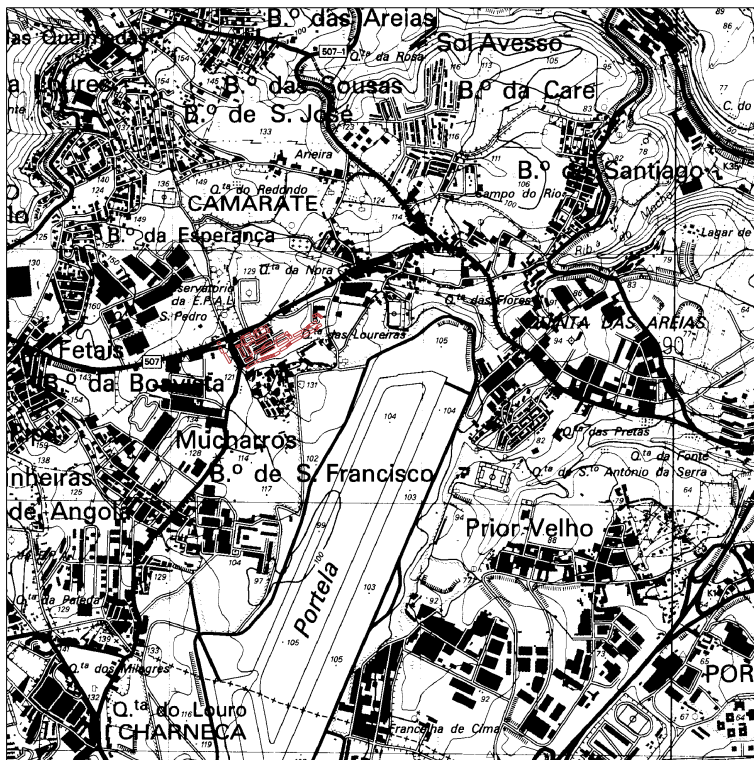
Nome da Associação de Moradores: FORÇA DO POVO
 Início da Operação: Novembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 75/02/14
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/06/19
 180 Fogos
 Início de obra: Setembro de 1975



fogos tipo T1: plantas e alçados
 grupo de fogos: plantas
 0 1 5 10m



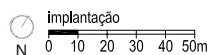
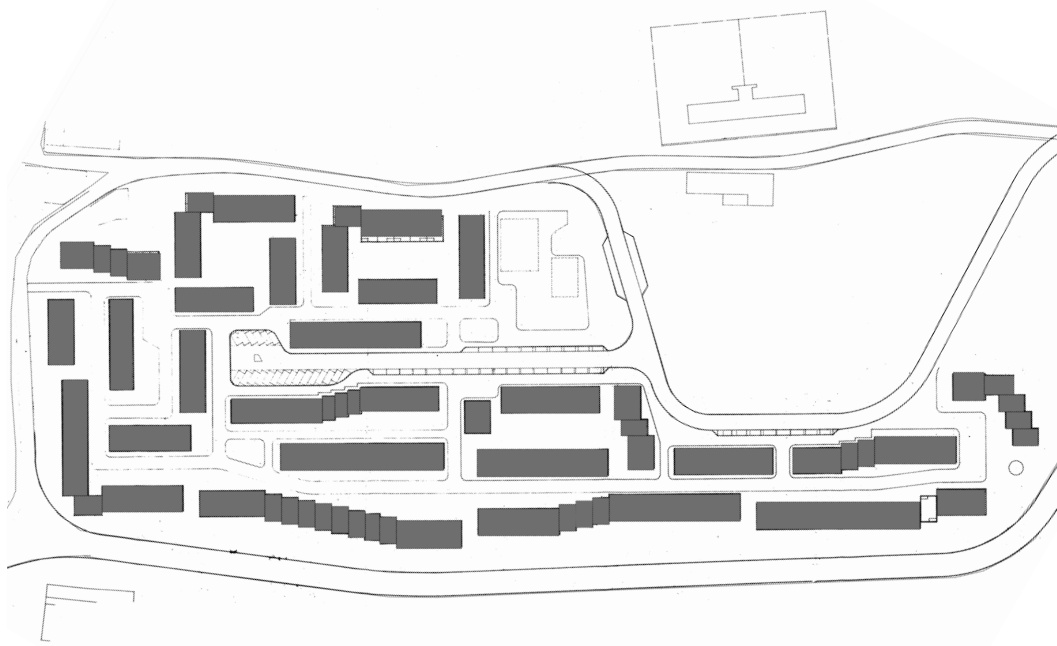
implantação
 N 0 10 20 30 40 50m



TORRE - CAMARATE

Nome do bairro: TORRE - CAMARATE
 Concelho: LOURES
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º VITOR MANUELAFONSO ALBERTO
 Brigada Técnica: Manuel José da Silva Nunes, Paula Castro Silva, Eng.º. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Rita Bustorff Vinhas e Carlos Malheiros da Costa.

Nome da Associação de Moradores: DEMOCRÁTICA 25 DE ABRIL
 Início da Operação: Novembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 75/03/08
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/06/19
 204 Fogos
 Não foi construído

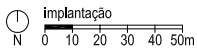


fogos tipo T1 e T4: plantas e alçados
 0 1 5 10m

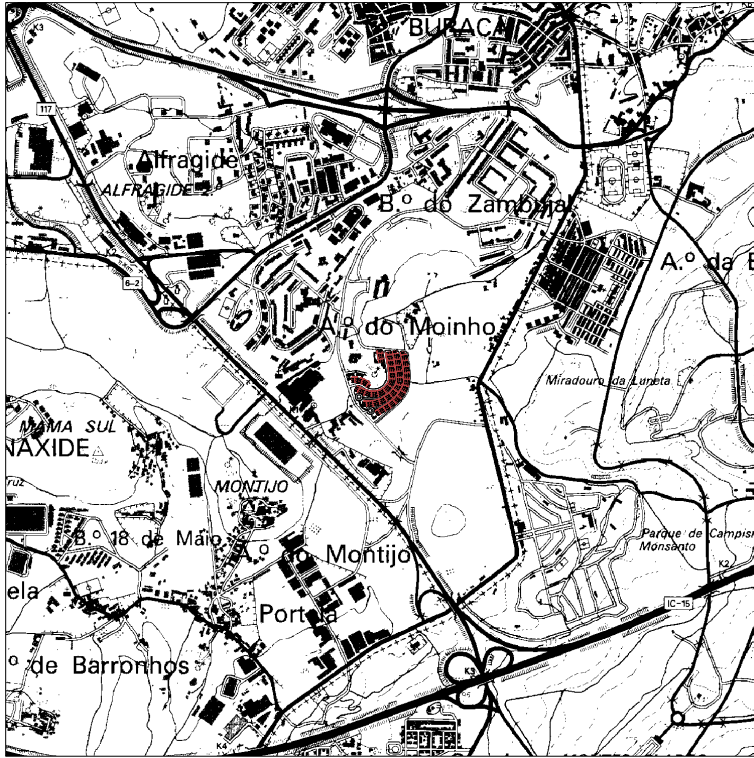
ALFORNELOS

Nome do bairro: ALFORNELOS
 Concelho: OEIRAS
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º JOSÉ MANUEL DA CRUZ HENRIQUES e Arq.º EDUARDO OSÓRIO GOLÇALVES
 Brigada Técnica: Isabel Raposo, Nuno Lecoq, José Alberto Ribeiro, Helena Henzler e António Goulão

Nome da Associação de Moradores: 11 DE MARÇO DE ALFORNELOS
 Início da Operação: Novembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 75/04/12
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/06/23
 76 Fogos
 Início de obra: Abril de 1975



fogos tipo T1, T2, T3 e T4: plantas e alçados
 0 1 5 10m

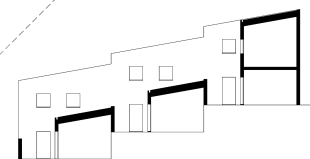
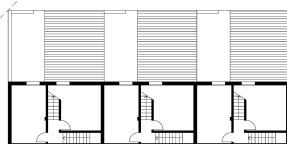
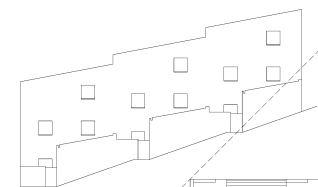
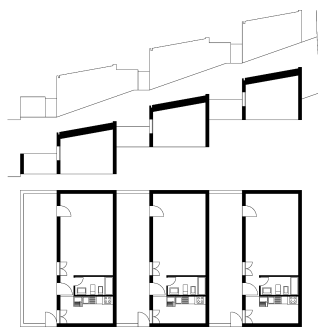


ALTO DO MOINHO

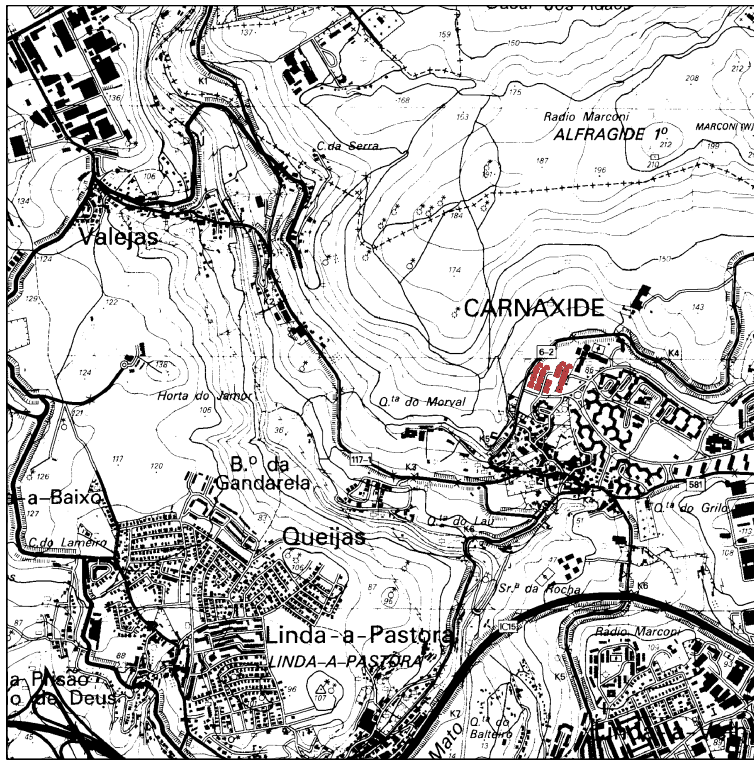
Nome do bairro: ALTO DO MOINHO
 Concelho: OEIRAS
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º FRANCISCO SILVA DIAS
 Brigada Técnica:
 Inicialmente parte integrante do Plano Integrado do Zambujal este projecto desenvolveu-se no início dos anos setenta, vindo depois a ser edificado no âmbito do processo SAAL, em 1976,

Nome da associação de moradores: ALTO DO MOINHO
 Constituição da Associação de Moradores: Publicação dos estatutos no D.R.: 240 Fogos





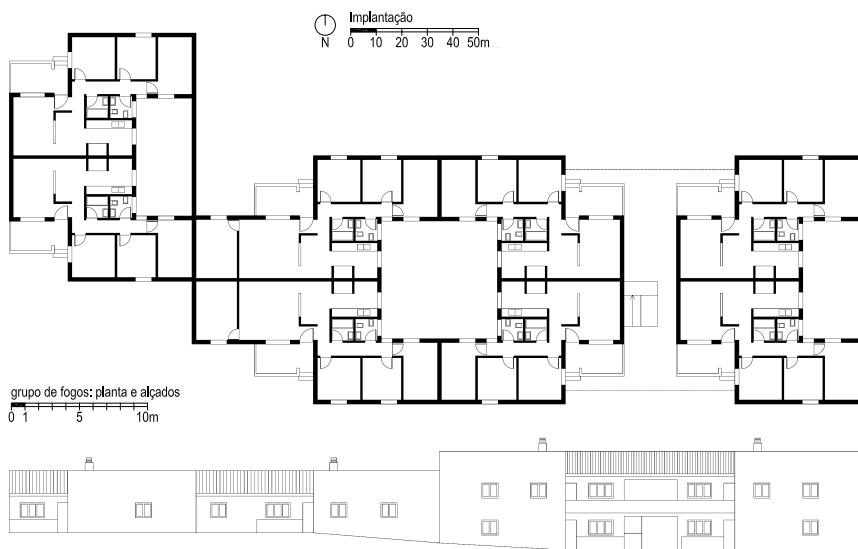
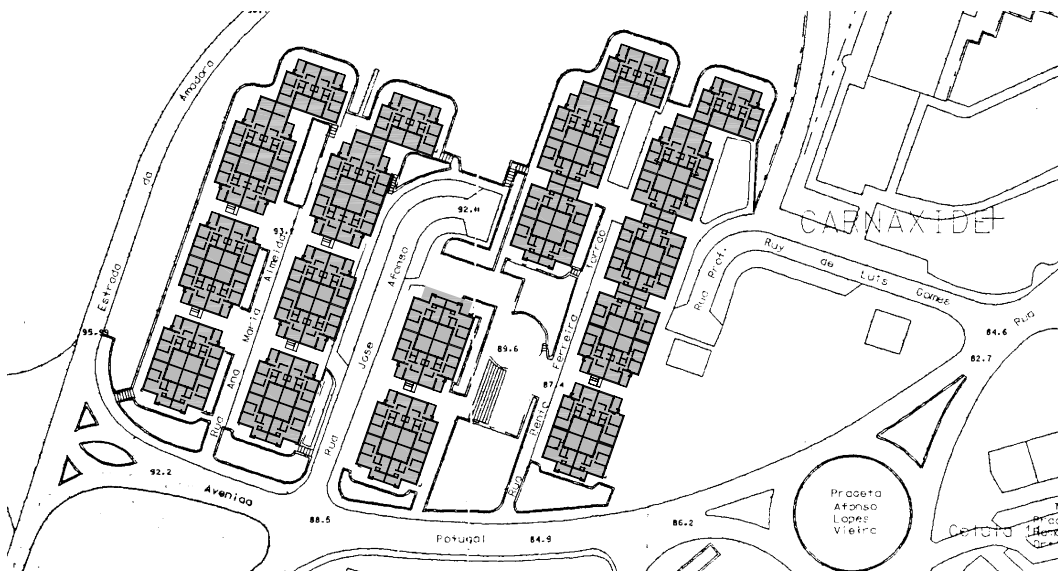
grupos de fogos: plantas, cortes e alçados
0 1 5 10m



CARNAXIDE

Nome do bairro: CARNAXIDE
 Concelho: OEIRAS
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º MANUEL MADRUGA
 Brigada Técnica: Dante Pinto Macedo e Fernando Machado Menezes.

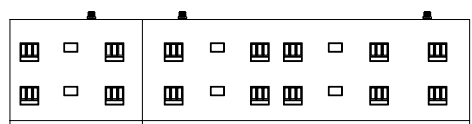
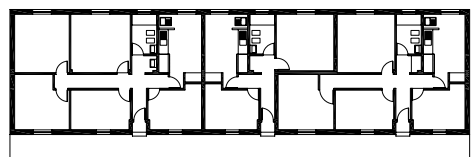
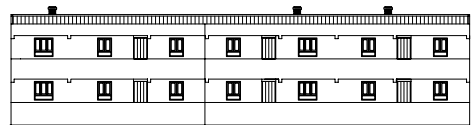
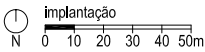
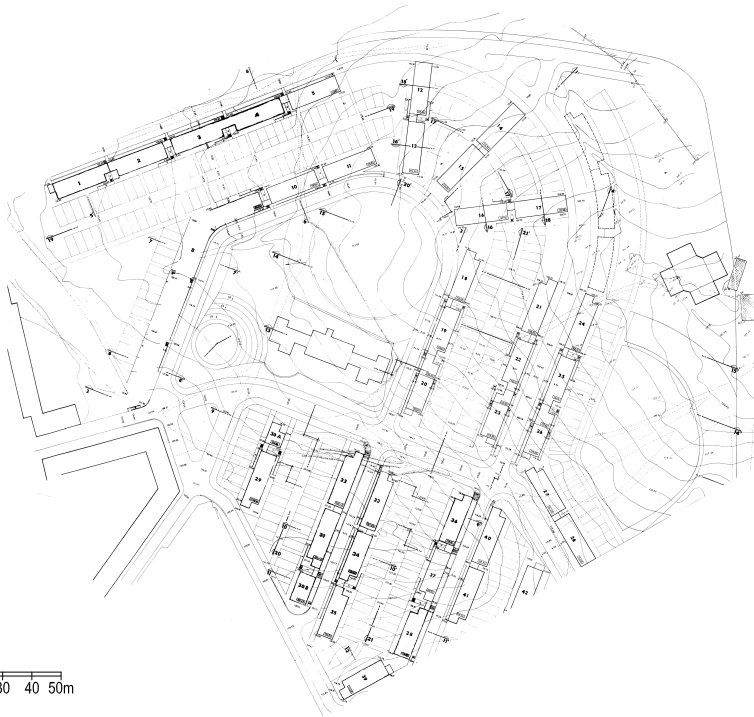
Nome da associação de moradores: A LUTA PELA CASA
 Início da Operação: Julho de 1975
 Constituição da associação de moradores: Publicação dos estatutos no D.R.: 76/02/06
 100 Fogos
 Início de obra: depois de Abril de 1977



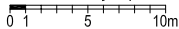
FALAGUEIRA

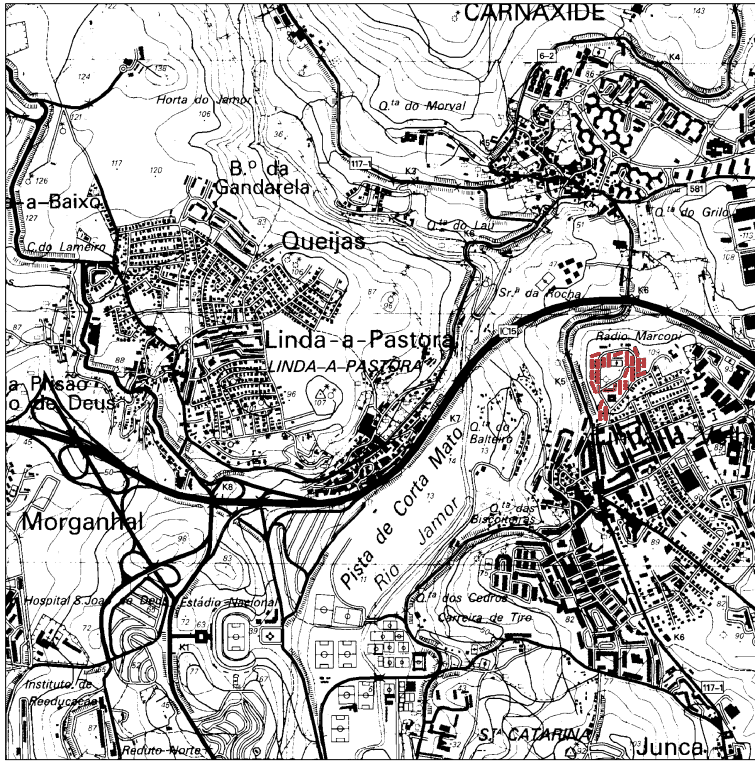
Nome do bairro: FALAGUEIRA
 Concelho: OEIRAS
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º JOSÉ MANUEL DA CRUZ
 HENRIQUES e Arq.º EDUARDO OSÓRIO
 GONÇALVES
 Brigada Técnica: Isabel Raposo, José
 Alberto Ribeiro, Teresa Sá, Alberto Lopes
 e Luís Costa.

Nome da associação de moradores: POR-
 TUGAL NOVO
 Início da Operação: Julho de 1975
 Constituição da associação de moradores:
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 76/01/12
 279 Fogos
 Não foi construído



bloco de habitação: planta do piso tipo e alçados

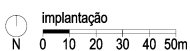
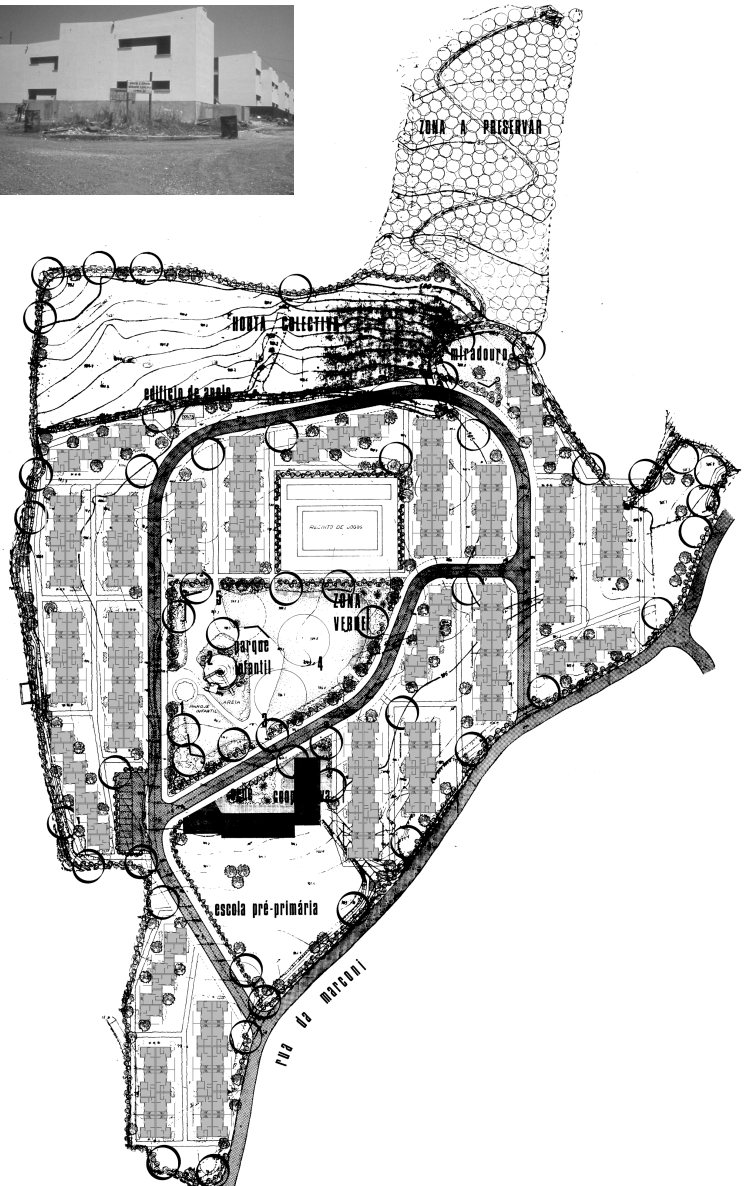


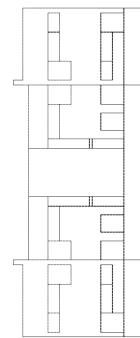
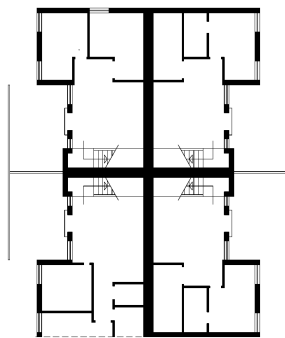
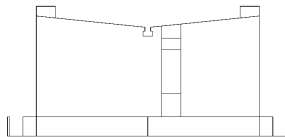
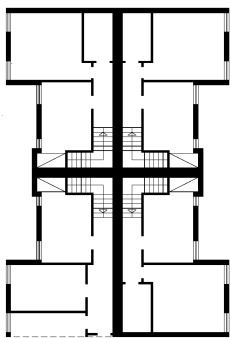


LINDA-A-VELHA

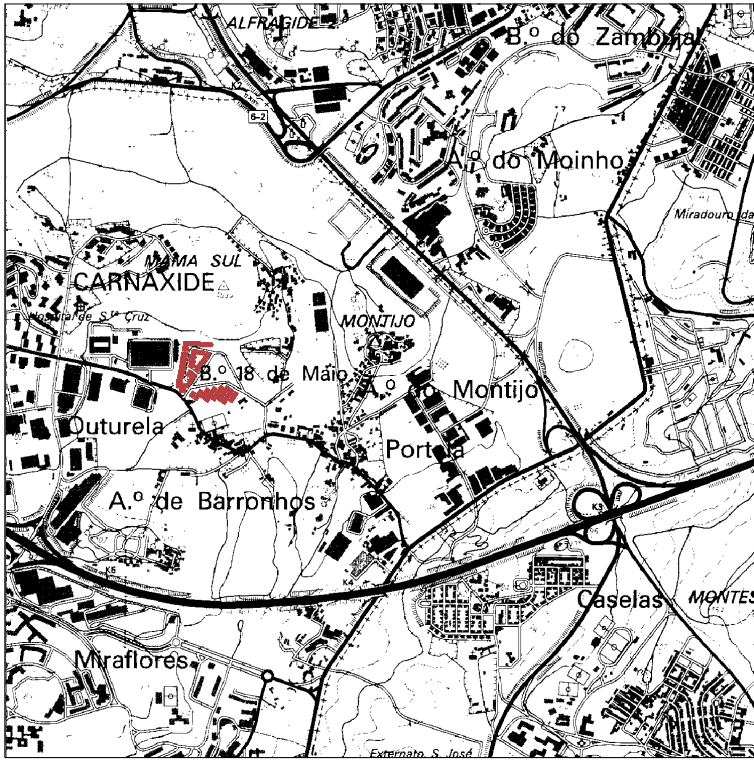
Nome do bairro: LINDA-A-VELHA
 Concelho: OEIRAS
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º JOSÉ SILVA CARVALHO
 Brigada Técnica: Nuno Serpa de Vasconcelos, Maria Isabel Cabral Cordovil, João Reis Gomes, João M. Jacinto e Manuel Silva.

Nome da associação de moradores: 25 DE ABRIL
 Início da Operação: Dezembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 75/06/13
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/07/14
 192 Fogos
 Início de obra: Novembro de 1976





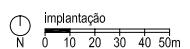
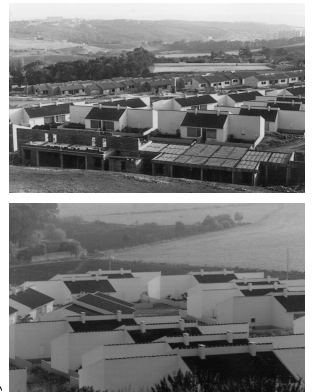
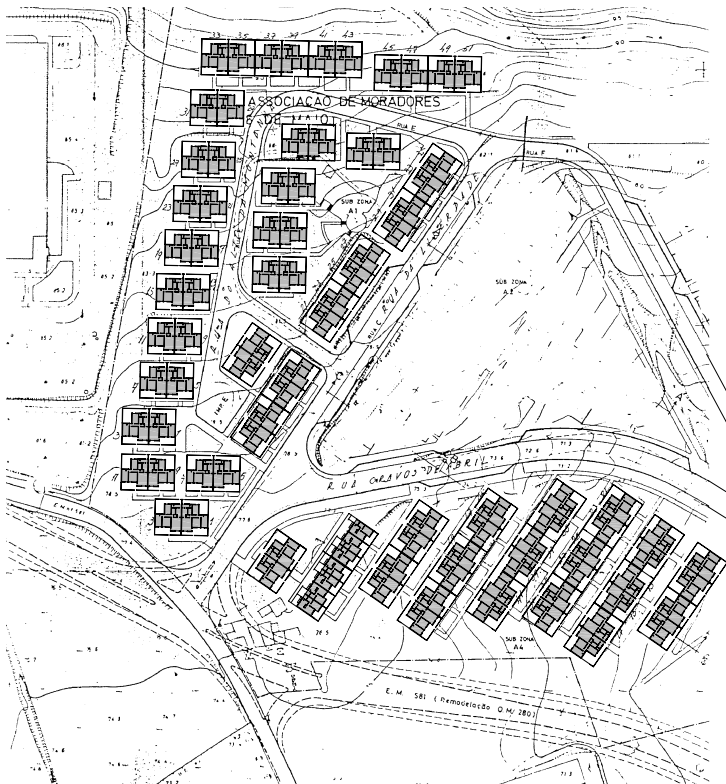
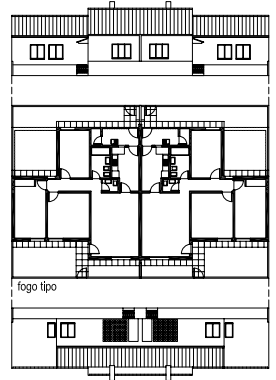
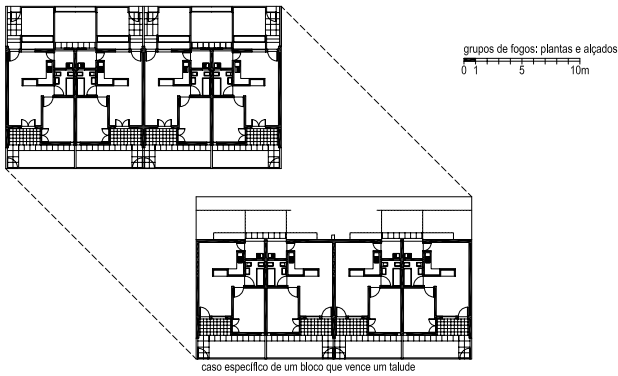
grupos de fogos: plantas e alçados
0 1 5 10m



PORTELA-OUTORELA

Nome do bairro: PORTELA-OUTORELA
 Concelho: OEIRAS
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º ANTÓNIO DE CARVALHO
 Brigada Técnica: Arq.º José Cid, Eng.º Albano Pereira, José Costa Pereira, Pedro Esteves, Regina Resende, Teresa Gafeira e José Pinto Barbosa.

Nome da associação de moradores: 18 DE MAIO
 Início da Operação: Dezembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 75/06/26
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/07/25
 450 Fogos
 Início de obra: Julho de 1976



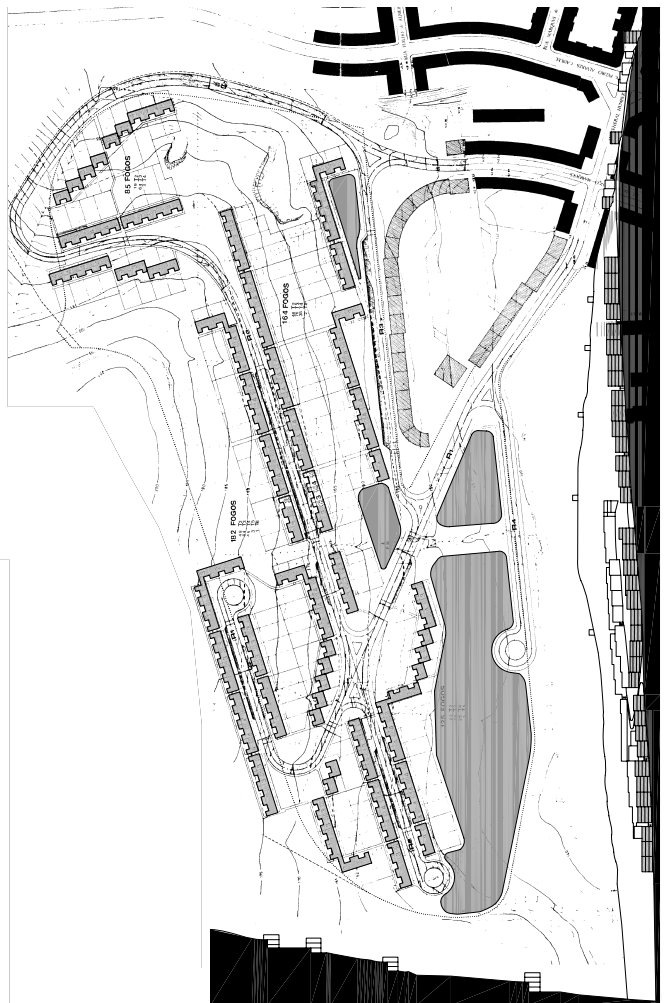
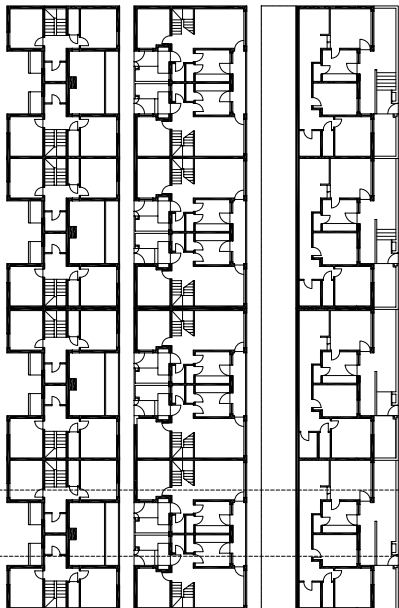
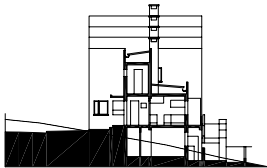
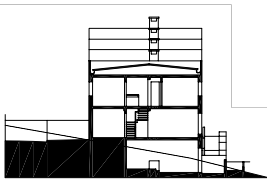
ESTRADA MILITAR

Nome do bairro: ESTRADA MILITAR
 Concelho: SINTRA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º DUARTE NUNO SIMÕES
 Brigada Técnica: Arq.º Maria do Rosário Athayde Cordeiro, Carlos Eduardo Oliveira, Júlio Fonseca Correia, Fernando Manuel Gonçalves e Maria de Lurdes Oliveira Sendas

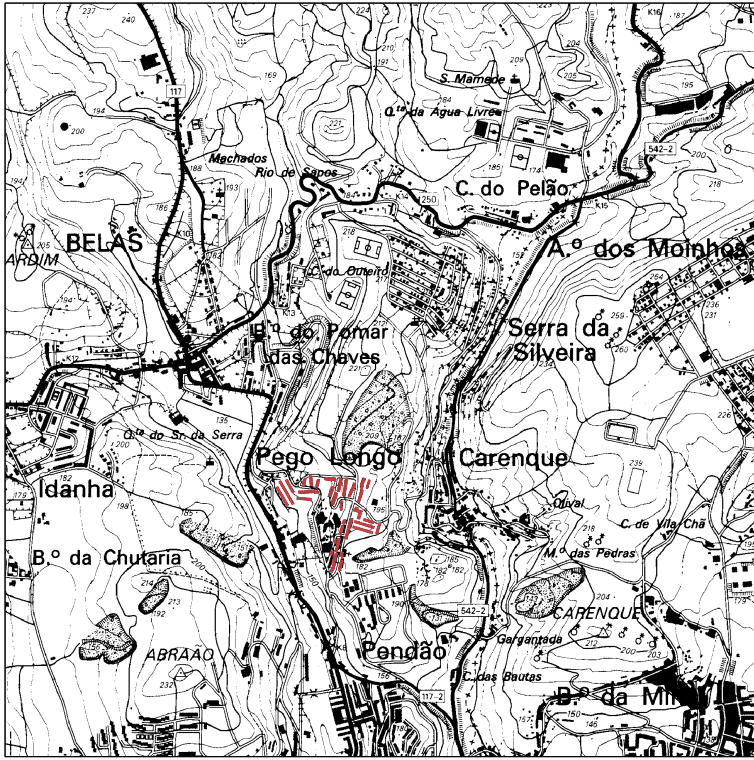
Nome da Associação de Moradores: PODER POPULAR
 Início da Operação: Outubro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 75/07/18
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/08/07
 511 Fogos.
 Não foi construído



perfis gerais
 implantação
 N 0 10 20 30 40 50m



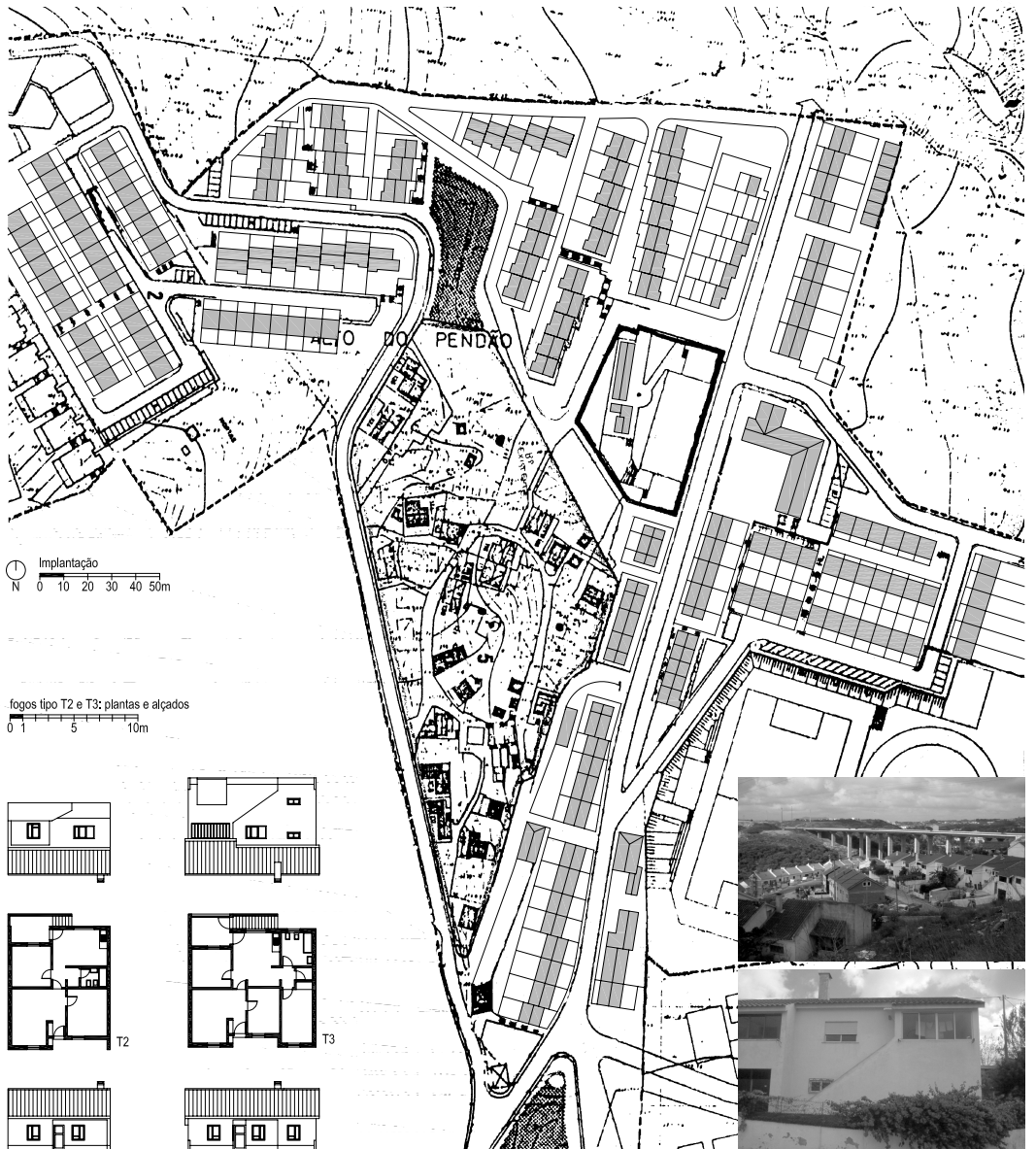
Esboço de habitação: plantas e cortes
 N 0 10 20 30 40 50m



PEGO LONGO

Nome do bairro: PEGO LONGO
 Concelho: SINTRA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º BARTOLOMEU COSTA CABRAL

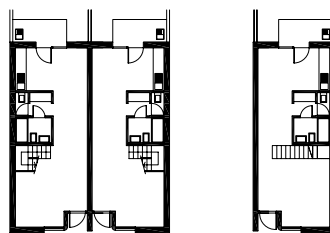
Início da Operação: Agosto de 1975
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 75/08/07
 Início da Obra: Agosto de 1977
 47 Fogos e 60 Fogos a recuperar



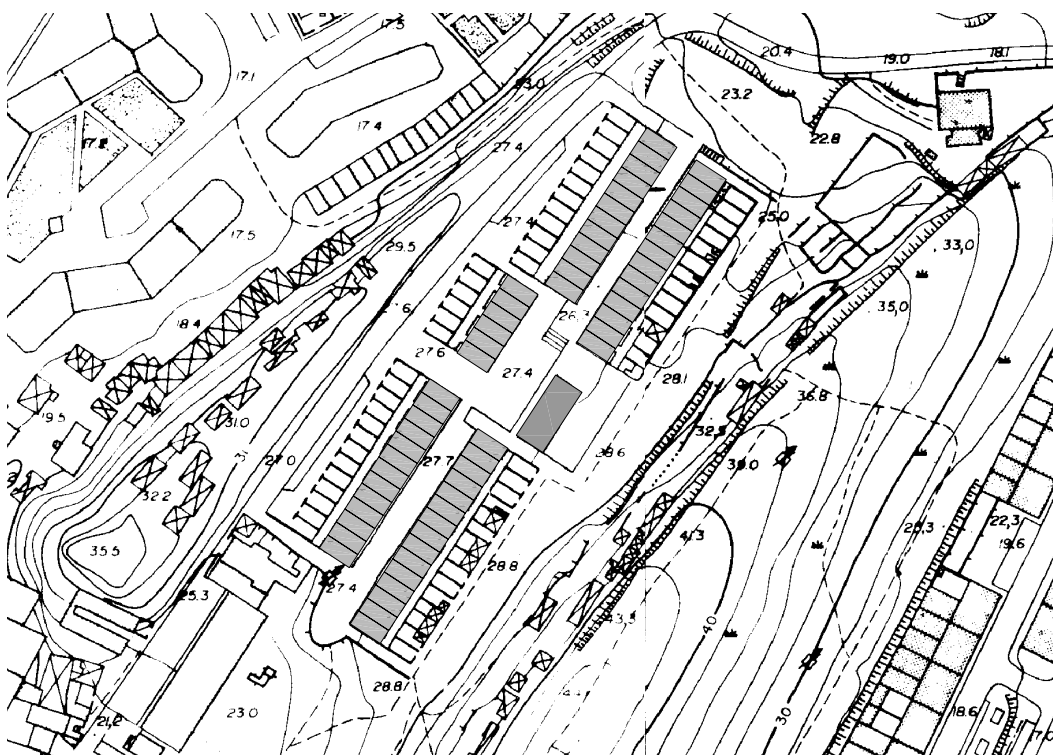
ALVERCA

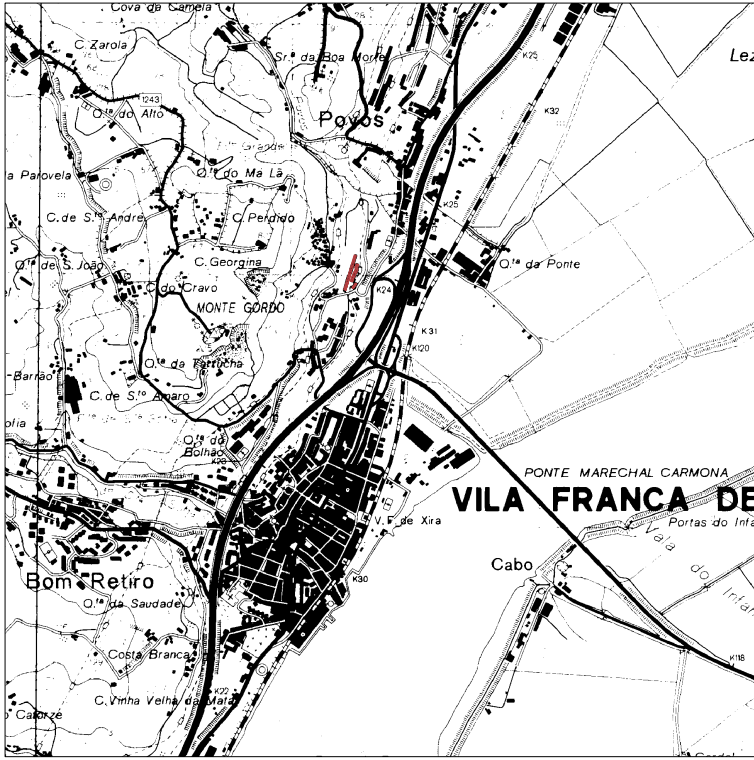
Nome do bairro: ALVERCA
 Concelho: VILA FRANCA DE XIRA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º ANTON FRANZ SCHNEIDER
 Brigada Técnica: João Manuel Pereira Brito, Jaime Mascarenhas e Vítor Freitas.

Nome da associação de moradores: ALVERQUENSE
 Início da Operação: Julho de 1975
 Constituição da Associação de Moradores: 75/07/30
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/10/07
 60 Fogos.
 Início da Obra: depois de Outubro de 1976



fogos tipo T1, T2 e T5: plantas de rés-do-chão
 0 1 5 10m

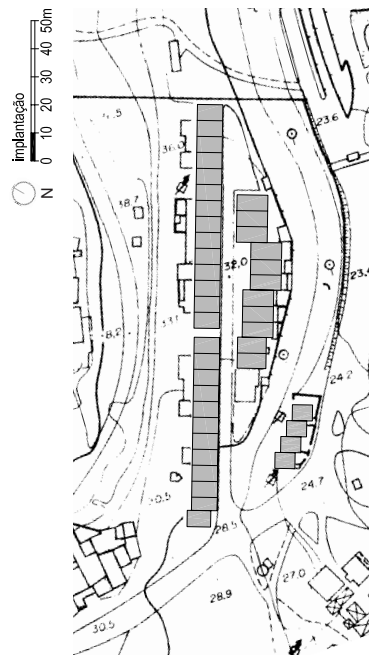
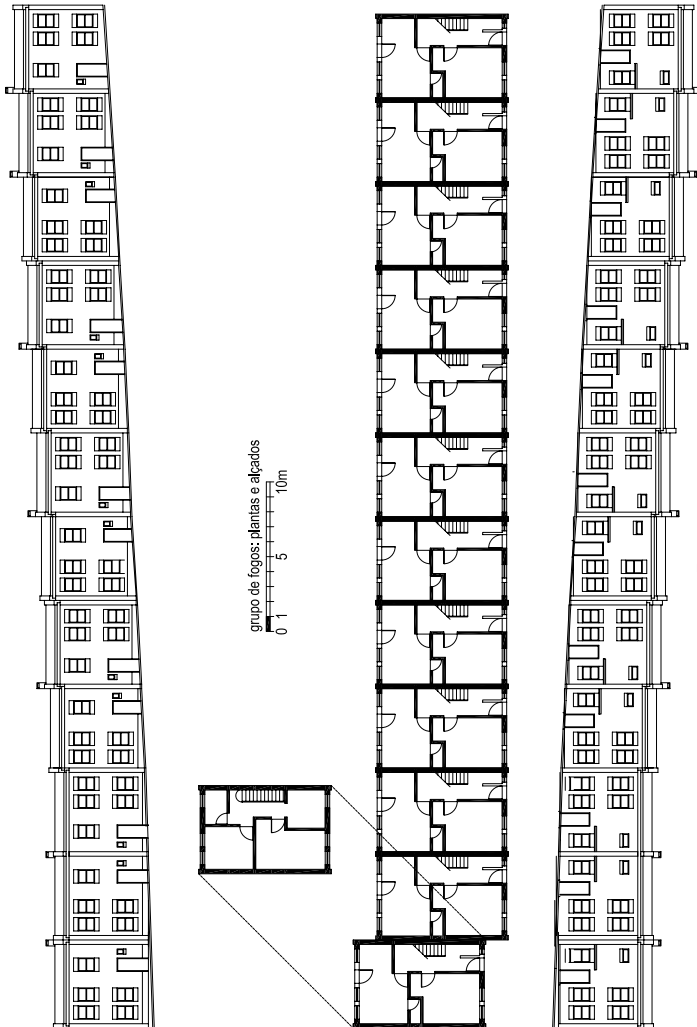




PEDRA FURADA

Nome do bairro: PEDRA FURADA
 Concelho: VILA FRANCA DE XIRA
 Distrito: LISBOA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.^o MARGARIDA MARIA NOGUEIRA FERRÃO VIEIRA NIEDER-CORN
 Brigada Técnica: Luís Leitão, Pedro Pessoa e Alcides Teixeira Pinto.

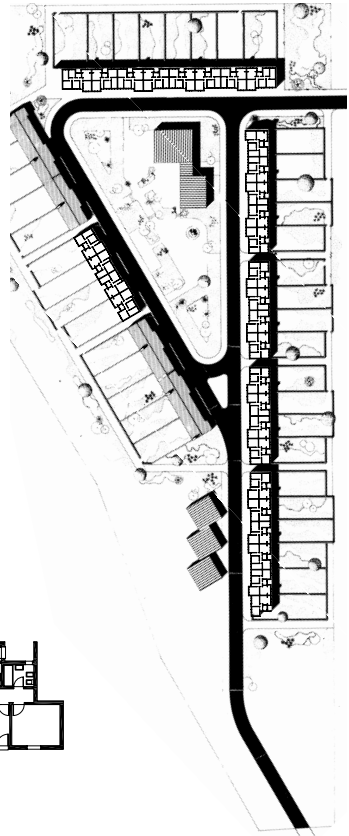
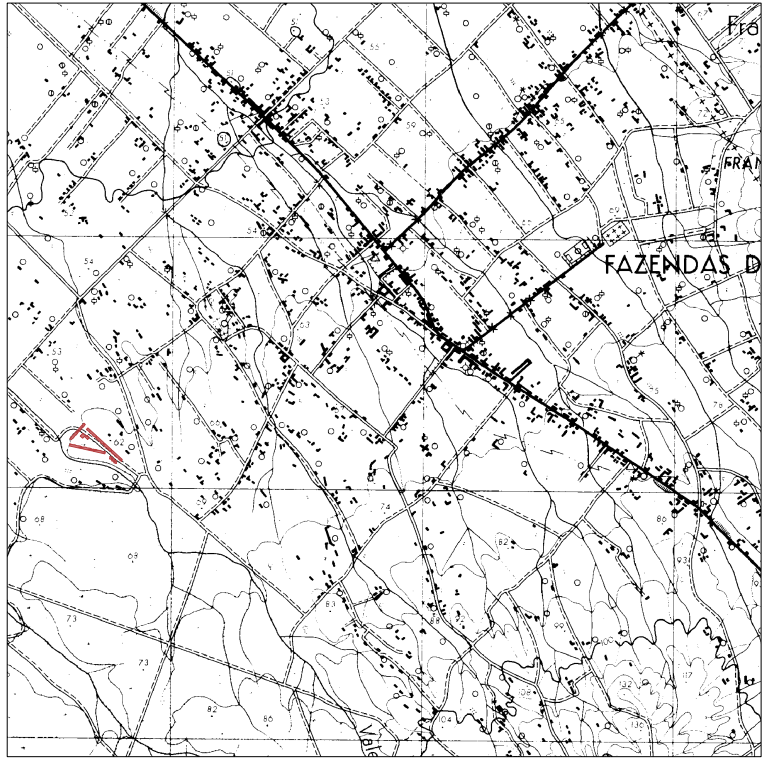
Nome da associação de moradores: BAIRRO DA PEDRA FURADA
 Início da Operação: Novembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 75/07/02
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/06/26
 163 Fogos
 Início da obra: Janeiro de 1976



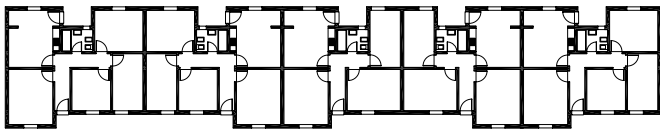
FAZENDAS DE ALMEIRIM

Nome do bairro: FAZENDAS DE ALMEIRIM
 Concelho: ALMEIRIM
 Distrito: SANTARÉM
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º MANUEL AUGUSTO LOPES LAMEIRA, Arq.º CARLOS ALMEIDA RIBEIRO, Arq.º ARTUR A. SAMPAIO COSTA

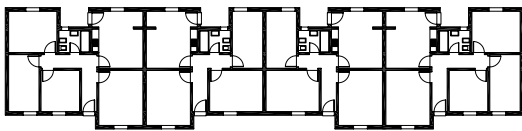
Nome da associação de moradores: OPE-
 RÁRIOS E CAMPONESES
 Início da Operação: Abril de 1976
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 76/07/09
 Início de Obra: depois de Outubro de
 1976



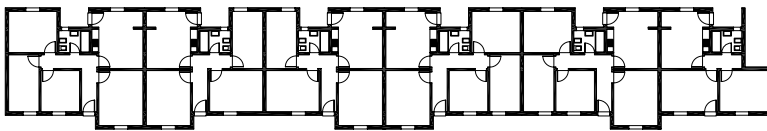
SAAL Lisboa e Centro-Sul • Santarém



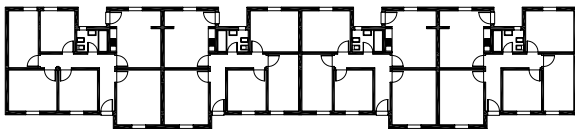
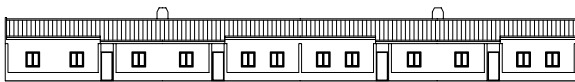
bloco 1



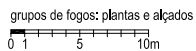
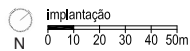
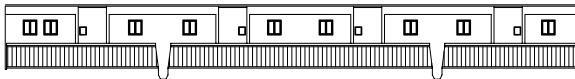
bloco 2, 3 e 6



bloco 4



bloco 8



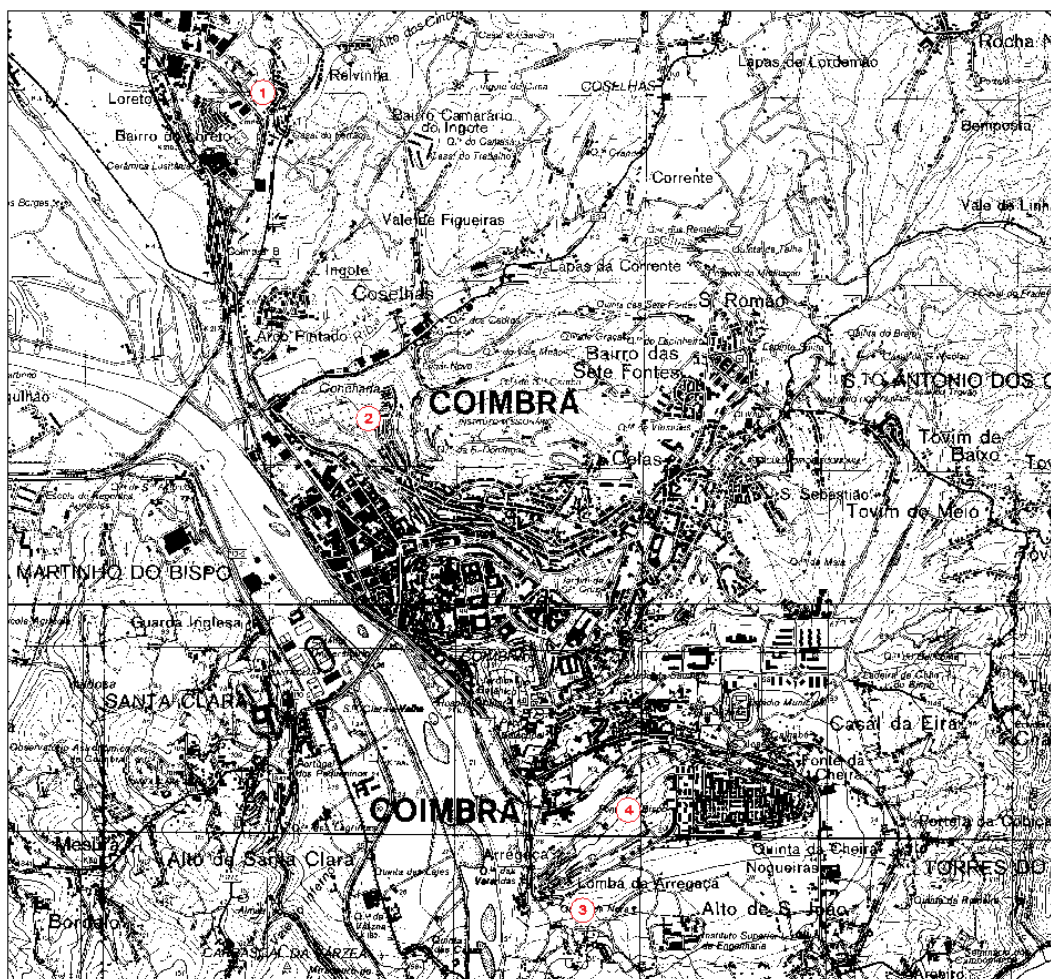
DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES SAAL NA ÁREA DE COIMBRA

1. RELVINHA

2. CONCHADA

3. QUINTA DA NORA

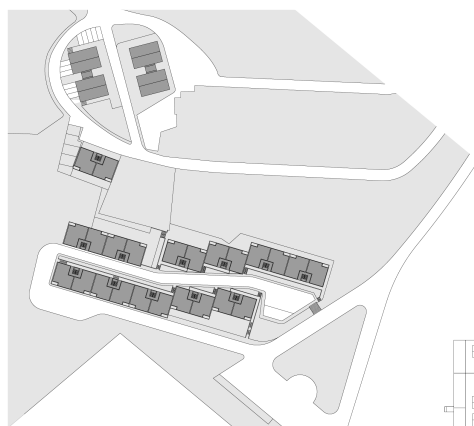
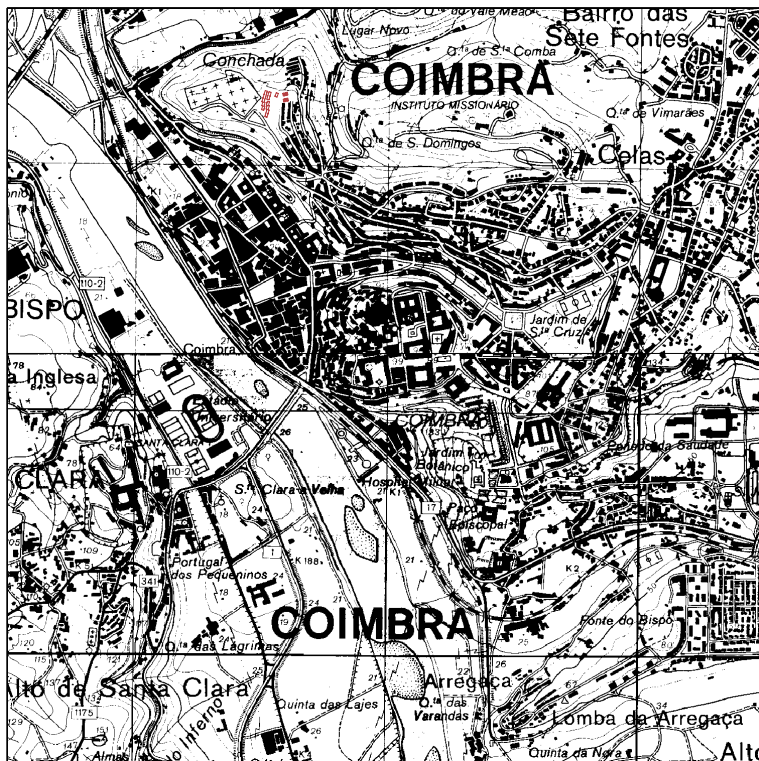
4. FONTE DO BISPO



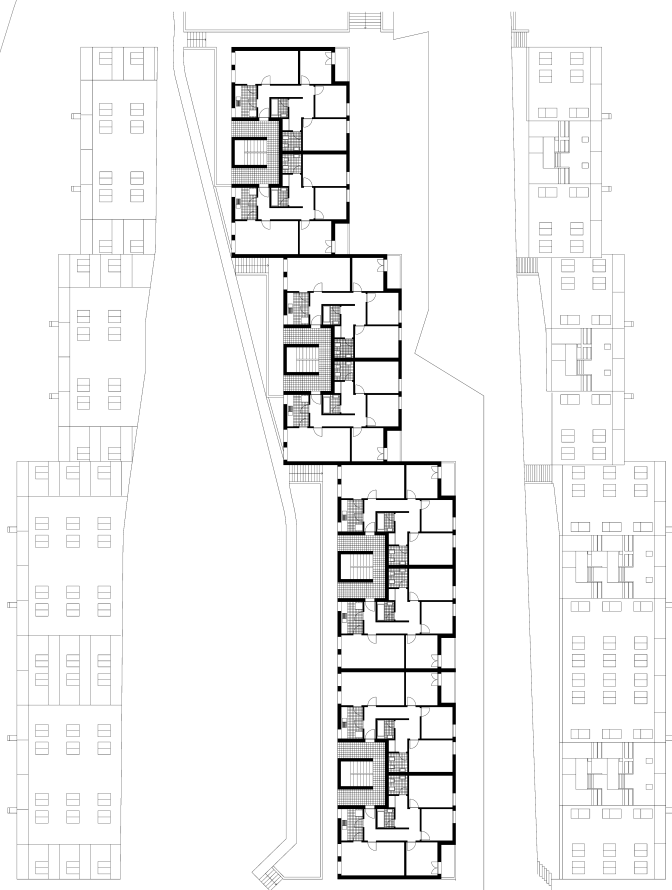
CONCHADA

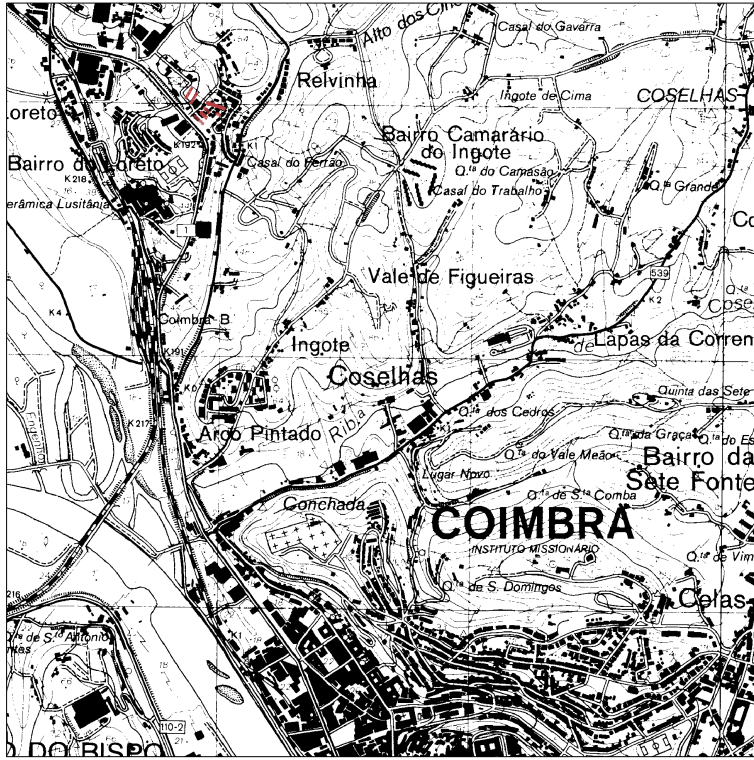
Nome do bairro: CONCHADA
Concelho: COIMBRA
Distrito: COIMBRA
Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
Projecto: Arq.º FRANCESCO MARCONI
Brigada Técnica: Eng.º Daniel Martins dos Santos, Joaquim dos Reis Mendes Pimentel, Vitor Manuel Albuquerque Nabais, José de Matos Santos e Carlos Fernando da Silva Tavares.

Nome da associação de moradores: BOA ESPERANÇA
Início da Operação: Março de 1975
Publicação dos estatutos no D.R.: 75/05/14
88 Fogos
Não foi construído



grupo de fogos: plantas e alçados
0 1 5 10m

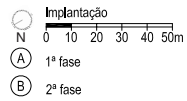




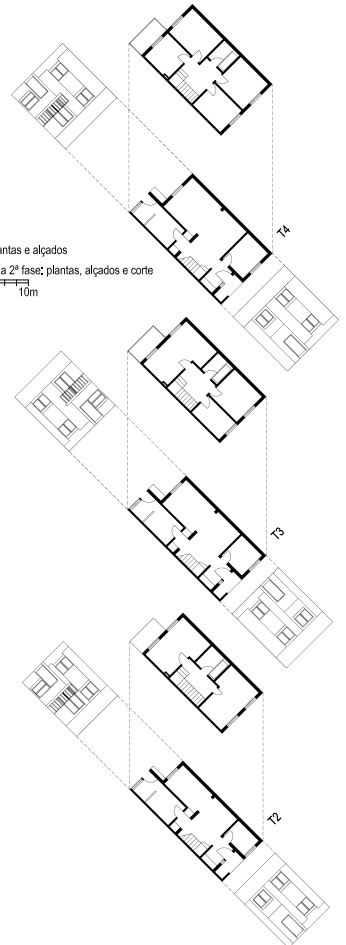
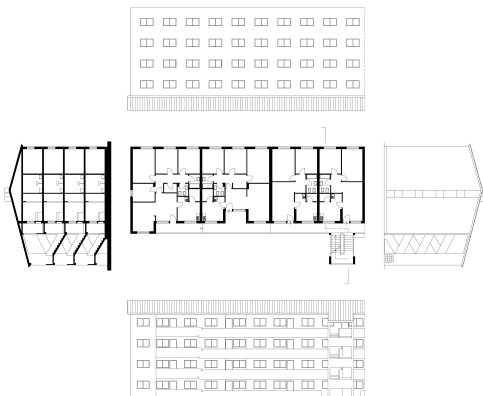
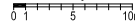
RELVINHA

Nome do bairro: RELVINHA
 Concelho: COIMBRA
 Distrito: COIMBRA
 Serviço: SAAL/LISBOA e CENTRO SUL
 Projecto: Arq.º CARLOS ALMEIDA (1ª fase, habitação unifamiliar) e Arq.º ROGÉRIO ALVAREZ (2ª fase, habitação colectiva)
 Brigada Técnica: Eng.º Daniel Martins dos Santos, Joaquim dos Reis Mendes Pimentel, Vitor Manuel Albuquerque Nabais, José de Matos Santos e Carlos Fernando da Silva Tavares.
 Uma primeira versão do projecto foi de autoria do Arq.º Francesco Marconi.

Nome da associação de moradores: BAIRRO DA RELVINHA
 Início da Operação: Janeiro de 1975
 Constituição da associação de moradores: 75/02/28
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/03/28
 70 Fogos
 Início de Obra: Junho de 1975



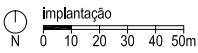
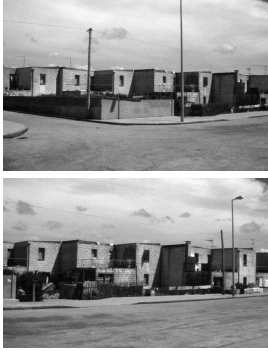
fogos da 1ª fase: plantas e alçados
 bloco de habitação da 2ª fase: plantas, alçados e corte



CORTEGAÇA

Nome do bairro: CORTEGAÇA
 Concelho: OVAR
 Distrito: AVEIRO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º ANTONIO MOURA
 Brigada Técnica: Eng.º Vitor Abrantes

Nome da Associação de Moradores:
 PRAIA DE CORTEGAÇA
 Início da Operação: Dezembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores:
 76/01/17
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 76/03/10
 27 Fogos
 Início da Obra: Março de 1976



grupos de fogos, plantas e alçados
 0 1 5 10m

S. PEDRO DA COVA

Nome da operação: S. PEDRO DA COVA (Bela Vista; Vale do Souto e Aldeia; Vila Verde; Bairro Norte; Passal; Mó; Cimo da Serra; Silveirinhos; Ervedosa; Alto Ramalho)

Concelho: GONDOMAR

Distrito: PORTO

Serviço: SAAL/NORTE

Projecto: Arq.º MANUEL CORREIA FERNANDES,

Brigada Técnica: Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Virgínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Ceveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.

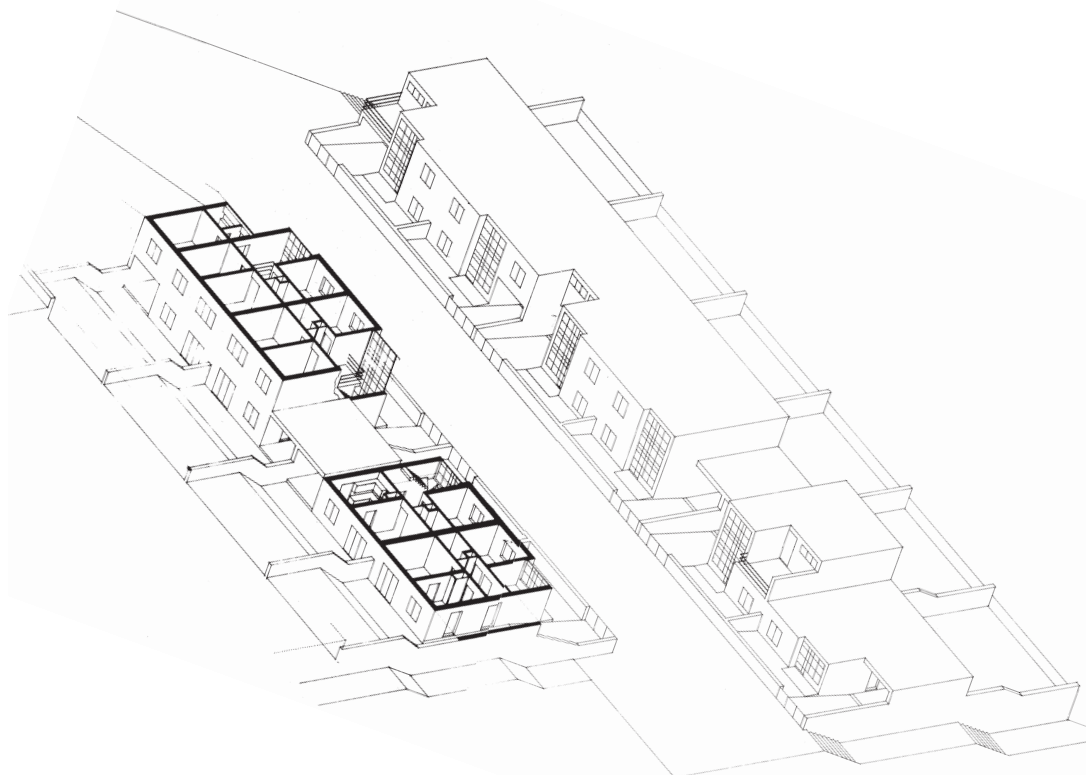
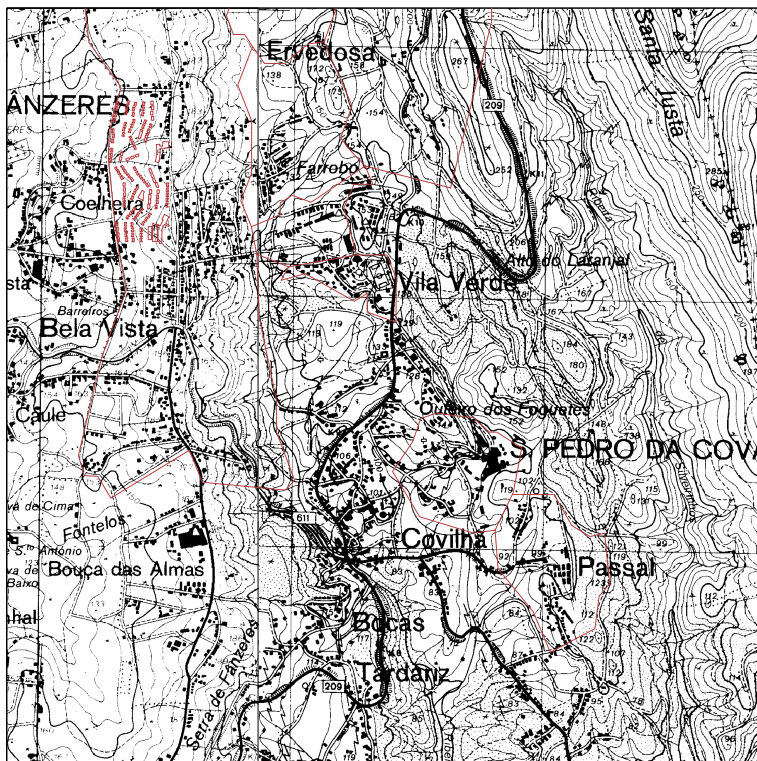
Nome da Associação de Moradores: DE BELA VISTA; DE ALDEIA E VALE DO SOUTO; COMISSÃO DE MORADORES DE VILA VERDE; COMISSÃO DE MORADORES DO PASSAL

Início da Operação: Novembro de 1974 (Bela Vista)

Constituição da Associação de Moradores: 75/12/03 (Bela Vista)

Publicação dos estatutos no D.R.: 76/03/10 (Bela Vista)

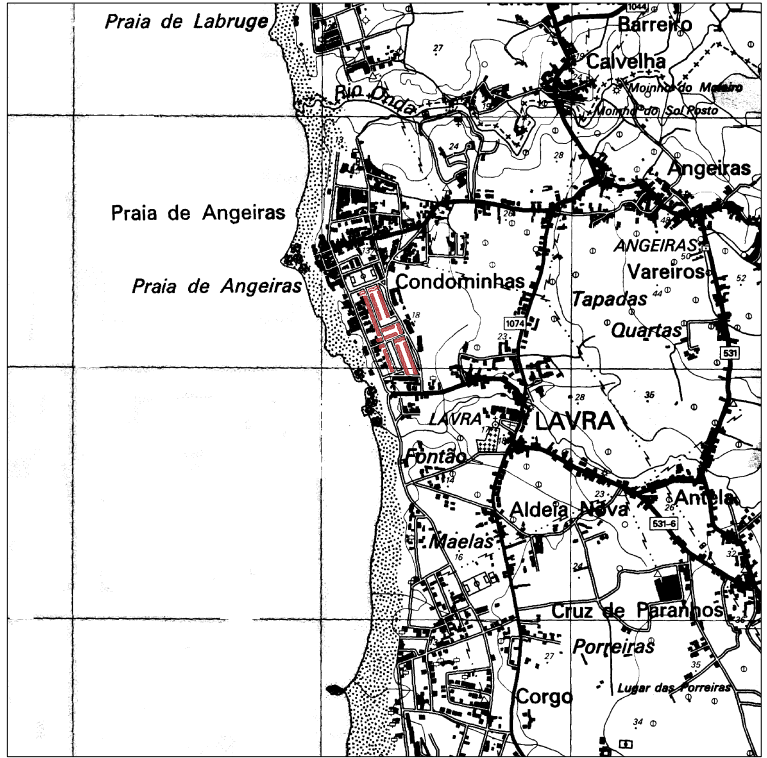
Não foi construído



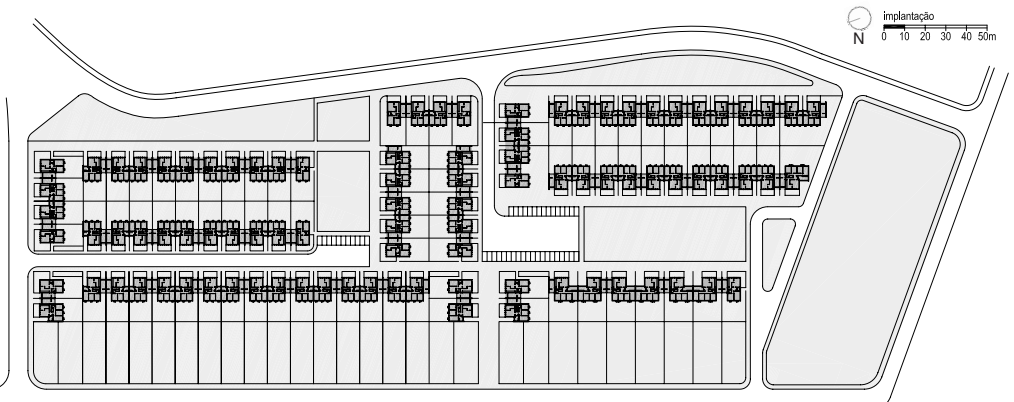
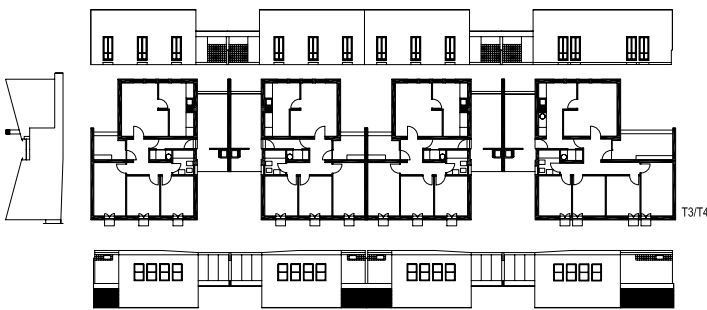
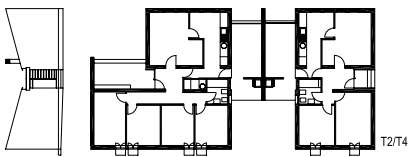
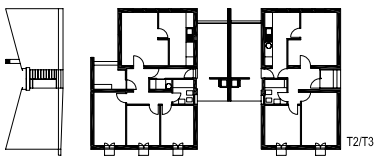
ANGEIRAS

Nome do bairro: ANGEIRAS
 Concelho: MATOSINHOS
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º ADALBERTO GONÇALVES DIAS E Arq.º ANTÓNIO ROCHA GONÇALVES DIAS
 Brigada Técnica: Maria A. Pereira, António Vieira, José Prata e Pedro Branco

Nome da Associação de Moradores: PRAIA DE ANGEIRAS
 Início da Operação: Fevereiro de 1976
 Constituição da Associação de Moradores: 76/07/19
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/09/27
 Cerca de 300 Fogos



grupos de fogos: plantas e alçados
 0 1 5 10m



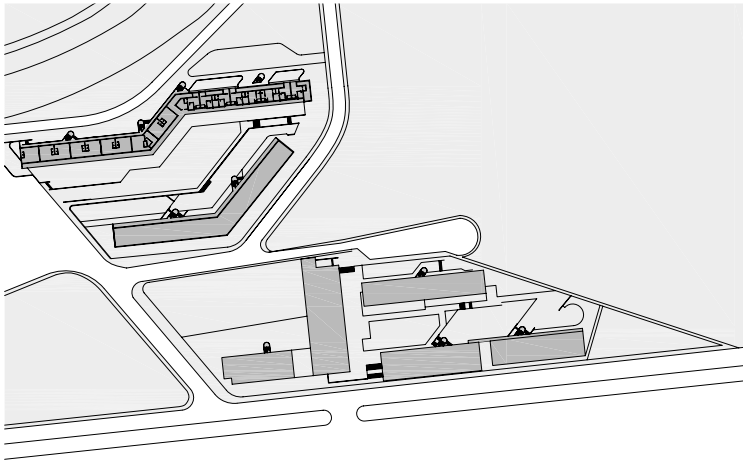
CARCAVELOS

Nome do bairro: CARCAVELOS
 Concelho: MATOSINHOS
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º JOAQUIM MANUEL
 BENTO LOUSAN
 Brigada Técnica: Alberto Mendonça e
 Ferreira Cardoso

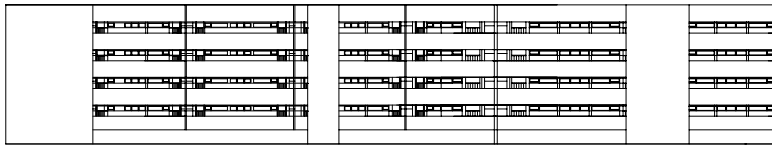
Nome da Associação de Moradores:
 CARCAVELOS
 Início da Operação: Junho de 1975
 Constituição da Associação de Moradores:
 76/04/13
 Cerca de 240 Fogos



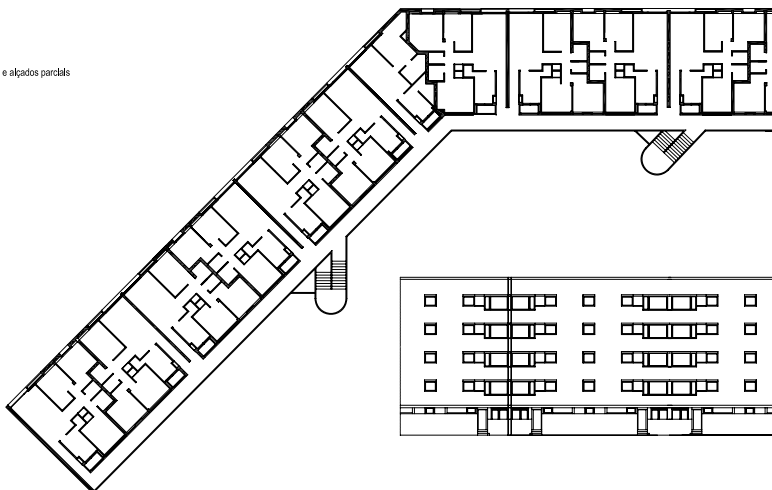
implantação
 0 10 20 30 40 50m



SAAL Norte • Porto



bloco de habitação: planta de piso tipo e alçados parciais
 0 5 10m

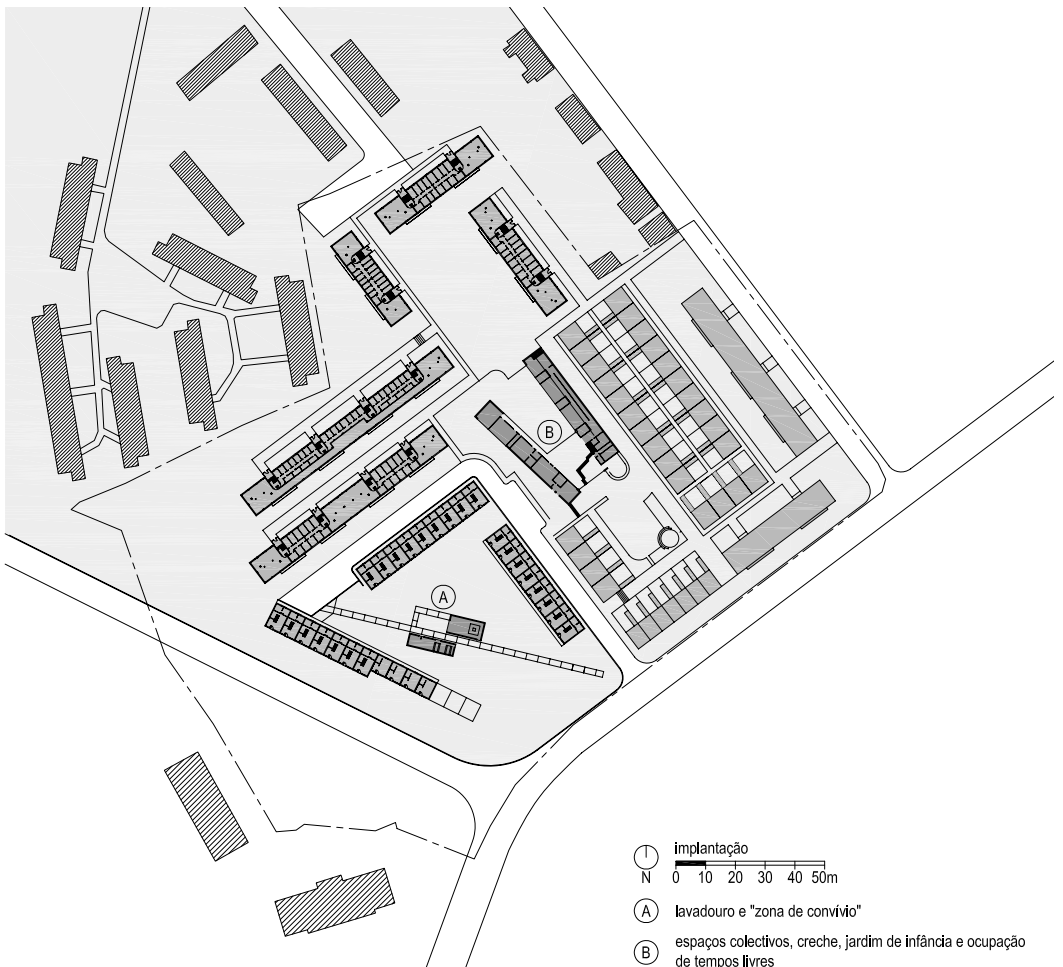


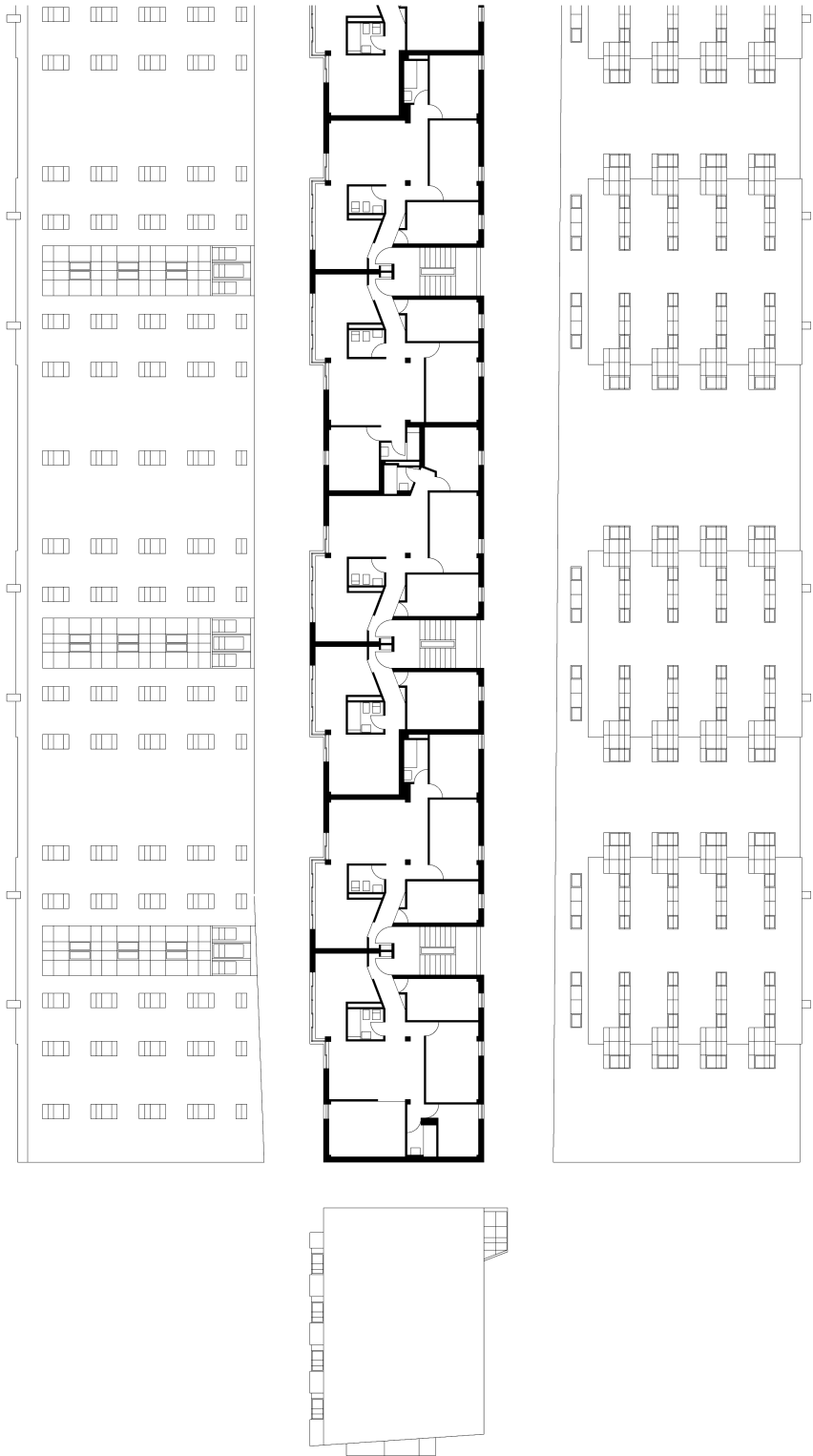


CRUZ DE PAU

Nome do bairro: CRUZ DE PAU
 Concelho: MATOSINHOS
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.ª MARIA FERNANDA SEIXAS
 Brigada Técnica: Manuel Miranda, António Martins, Luís Vasquez, Manuel Costa, Cidália Queirós e Rui Oliveira

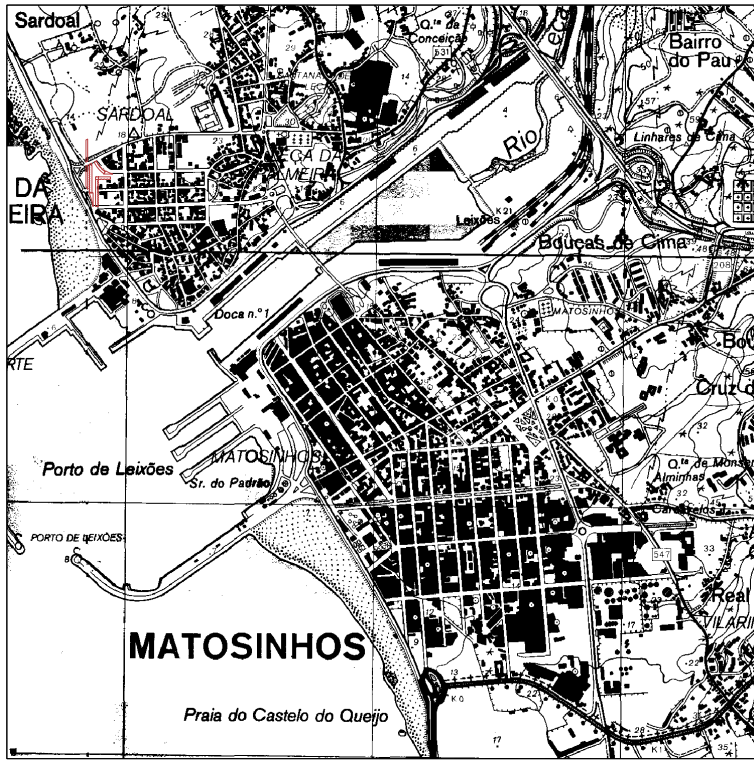
Nome da Associação de Moradores: Cruz de Pau
 Início da Operação: Novembro 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 76/03/19
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/05/06
 300 Fogos a Construir e 50 Fogos a recuperar
 Início da obra: Maio de 1976





bloco de habitação: planta de piso tipo e alçados parciais

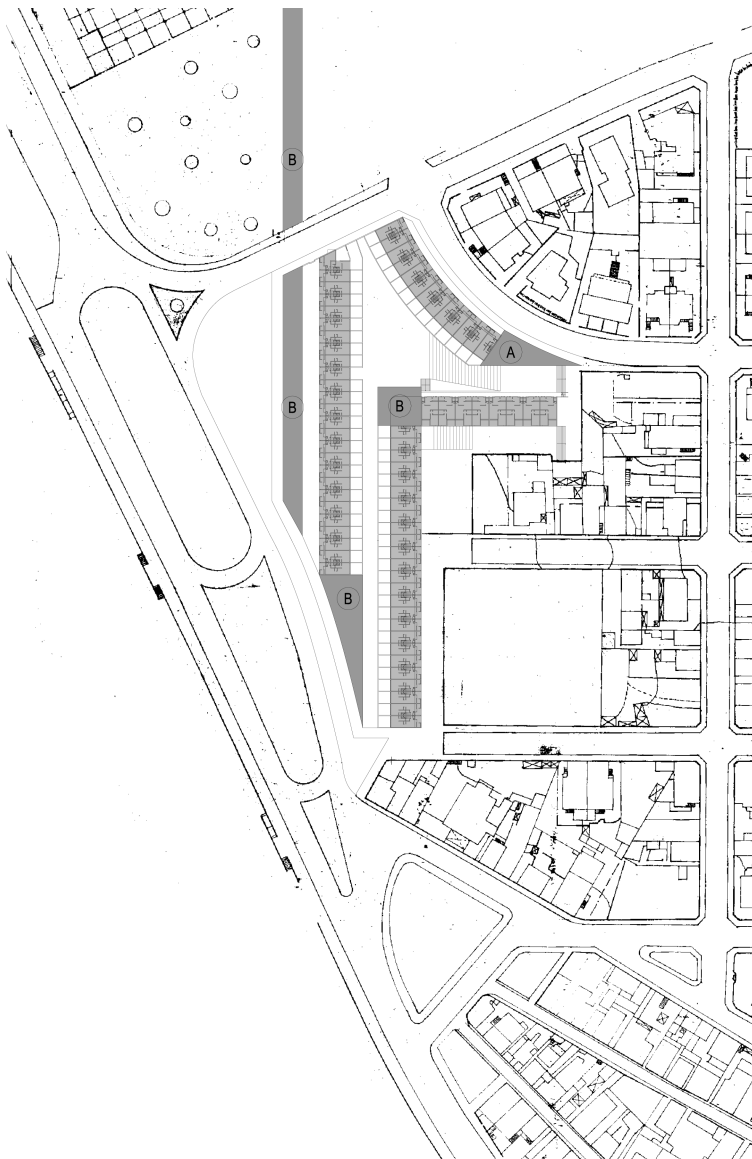
0 1 5 10m



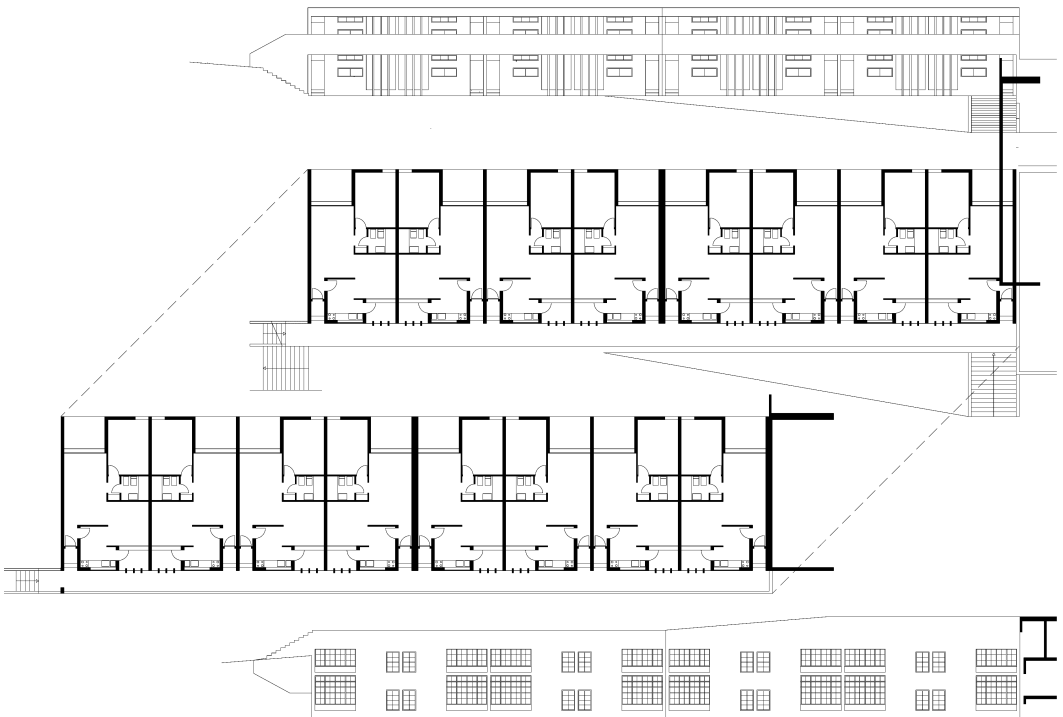
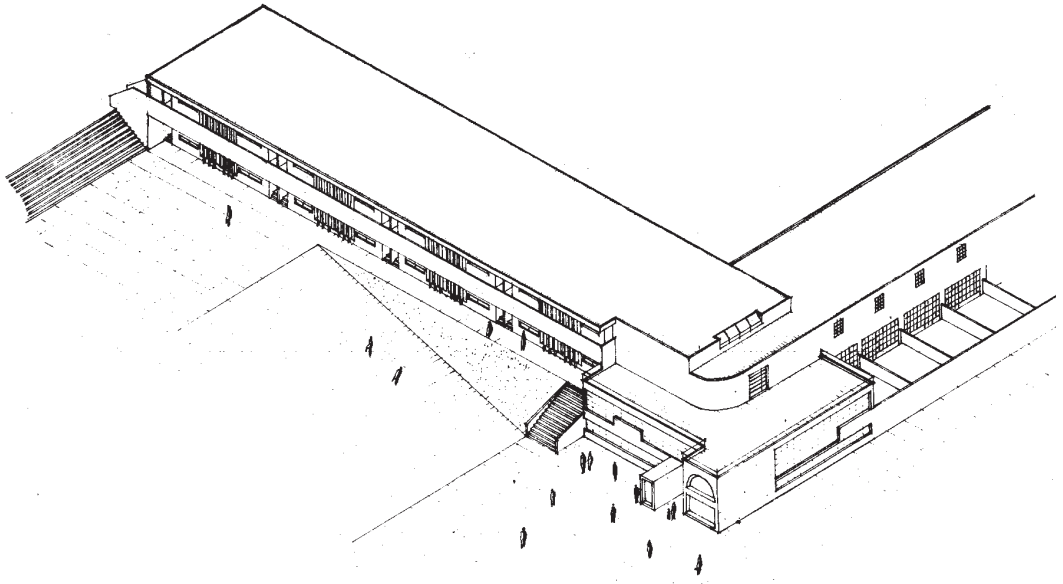
ILHAS DE LEÇA

Nome do bairro: ILHAS DE LEÇA
 Concelho: MATOSINHOS
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º ANTÓNIO ROCHA GONÇALVES DIAS
 Brigada Técnica: Manuel C. Teles, Eduardo C. Queirós, Manuel C. Queirós, António J. Lopes, António R. Leite e Maria H. Rodrigues

Nome da Associação de Moradores: LEÇA DA PALMEIRA
 Início da Operação: Julho de 1975
 Constituição da Associação de Moradores: 76/07/24
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/110/14
 Cerca de 76 Fogos a Construir e 10 a Recuperar
 Não foi construído



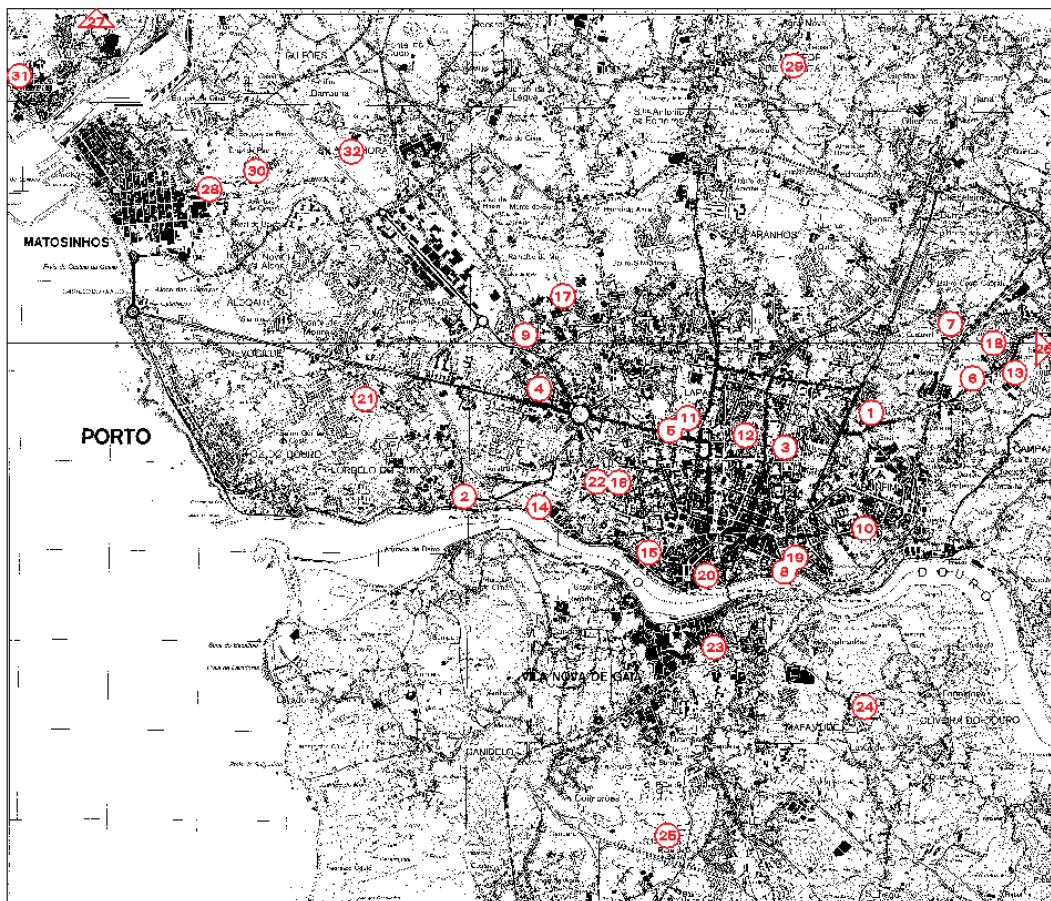
- implantação
- N 0 10 20 30 40 50m
- A cooperativa de consumo
- B equipamento



bloco de habitação: plantas e alçados

DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES SAAL NA ÁREA DO PORTO

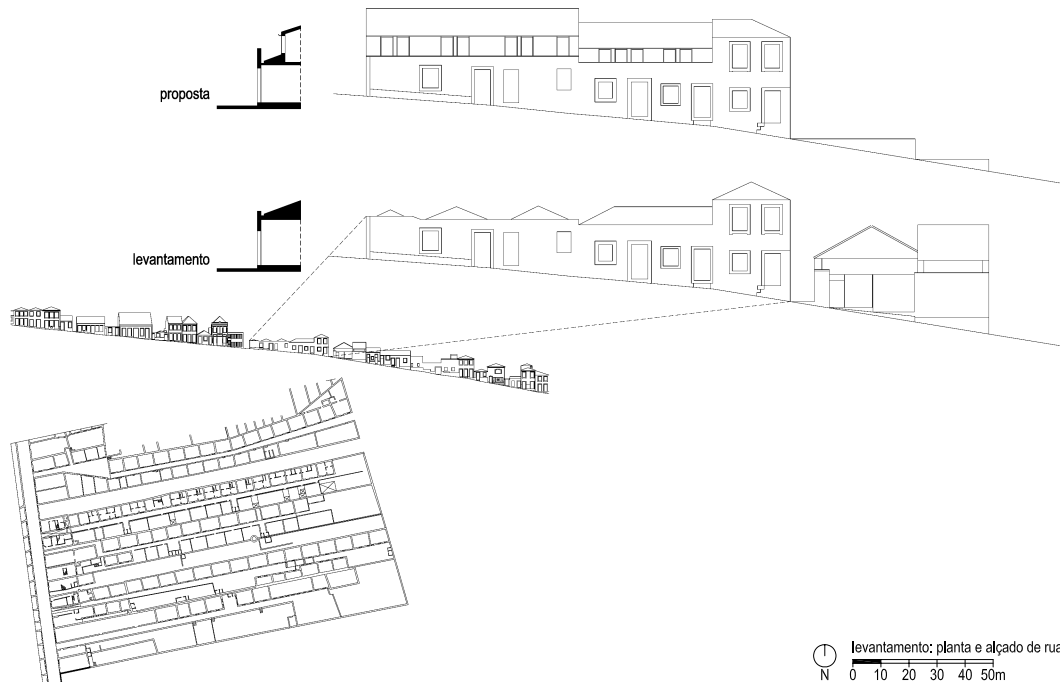
- | | | | |
|----------------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| 1. ANTAS | 9. FRANCOS | 17. PRELADA | 25. SANTO OVIDIO |
| 2. ARRÁBIDA | 10. HEROÍSMO | 18. S. ROQUE | 26. S. PEDRO DA COVA |
| 3. BELA VISTA - D. JOÃO IV | 11. LAPA | 18. S. VITOR | 27. ANGEIRAS |
| 4. BOAVISTA | 12. LEAL | 20. SÉ | 28. CARCAVELOS |
| 5. BOUÇA | 13. MACEDA - ACÁCIO | 21. SERRALVES | 29. S. MAMEDE |
| 6. CHAVES DE OLIVEIRA | 14. MASSARELOS | 22. VILAR | 30. CRUZ DE PAU |
| 7. CONTUMIL | 15. MIRAGAIA | 23. CÂNDIDO REIS | 31. ILHAS DE LEÇA |
| 8. FONTAÍNHAS | 16. PARCERIA ANTUNES | 24. GERVIDE | 32. SENHORA DA HORA |

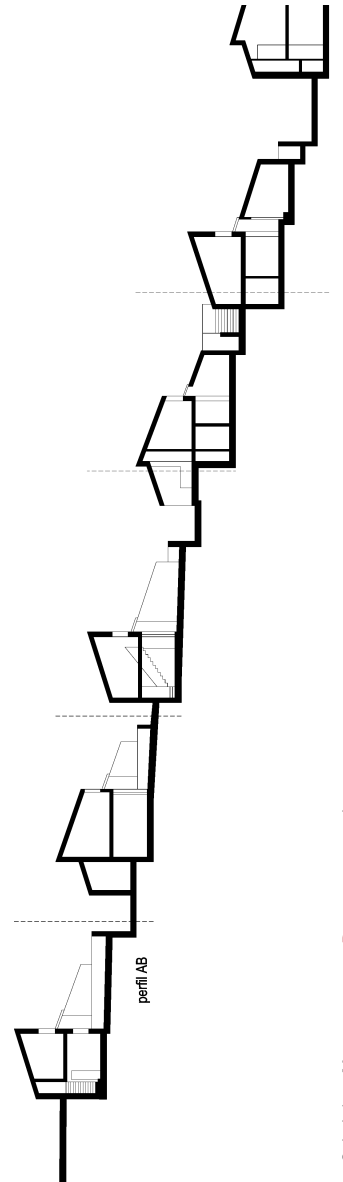
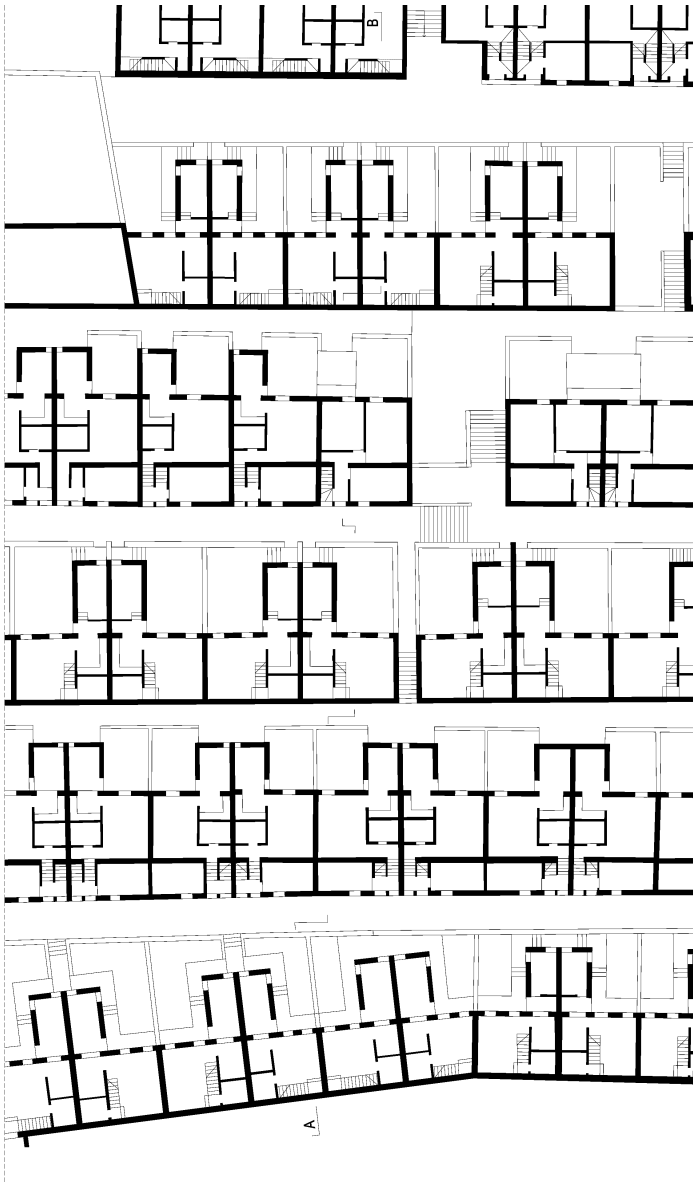


ANTAS

Nome do bairro: ANTAS
Concelho: PORTO
Distrito: PORTO
Serviço: SAAL/NORTE
Projecto: Arq.º PEDRO RAMALHO
Brigada Técnica: Francisco M. Lima, Pedro B. Araújo, Lídia Costa, Augusto Costa, Vítor Bastos, Teresa Fonseca e José Lencastra, Aires Pereira.

Nome da Associação de Moradores: ANTAS
Início da Operação: Outubro de 1974
Constituição da Associação de Moradores: 75/05/28
Publicação dos estatutos no D.R.: 75/09/01
32 Fogos na 1ª Fase e 50 Fogos na 2ª Fase
Início da Obra: Outubro de 1975



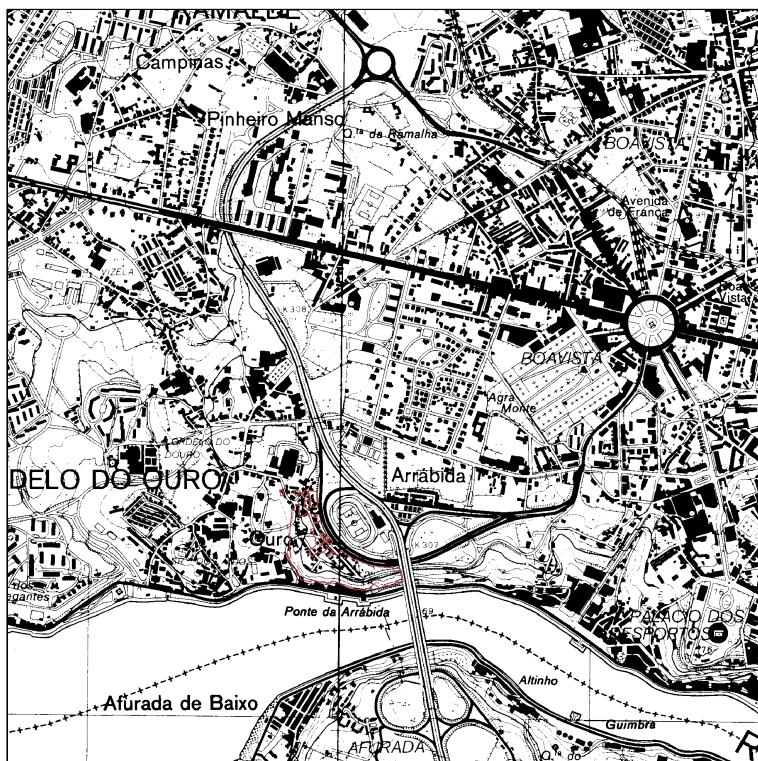


proposta: alçado de rua, planta de piso tipo e perfil
 0 1 5 10m

ARRÁBIDA

Nome do bairro: ARRÁBIDA
Concelho: PORTO
Distrito: PORTO
Serviço: SAAL/NORTE
Projecto: Arqº. JOSÉ LUÍS CARVALHO GOMES, Arqº. CAMILO CORTESÃO, Arqº. JOSÉ MANUEL SOARES
Brigada Técnica: Miguel P. Vieira, José G. Corte Real e Romero Cunha.

Nome da associação de moradores: GRUPO DRAMÁTICO E DE MORADORES MOCIDADE DA ARRÁBIDA
Início da Operação: Abril de 1975
Constituição da Associação de Moradores: 76/05/08
Publicação dos estatutos no D.R.: 76/09/07
150 Fogos e 133 Fogos a recuperar.
Não foi construído



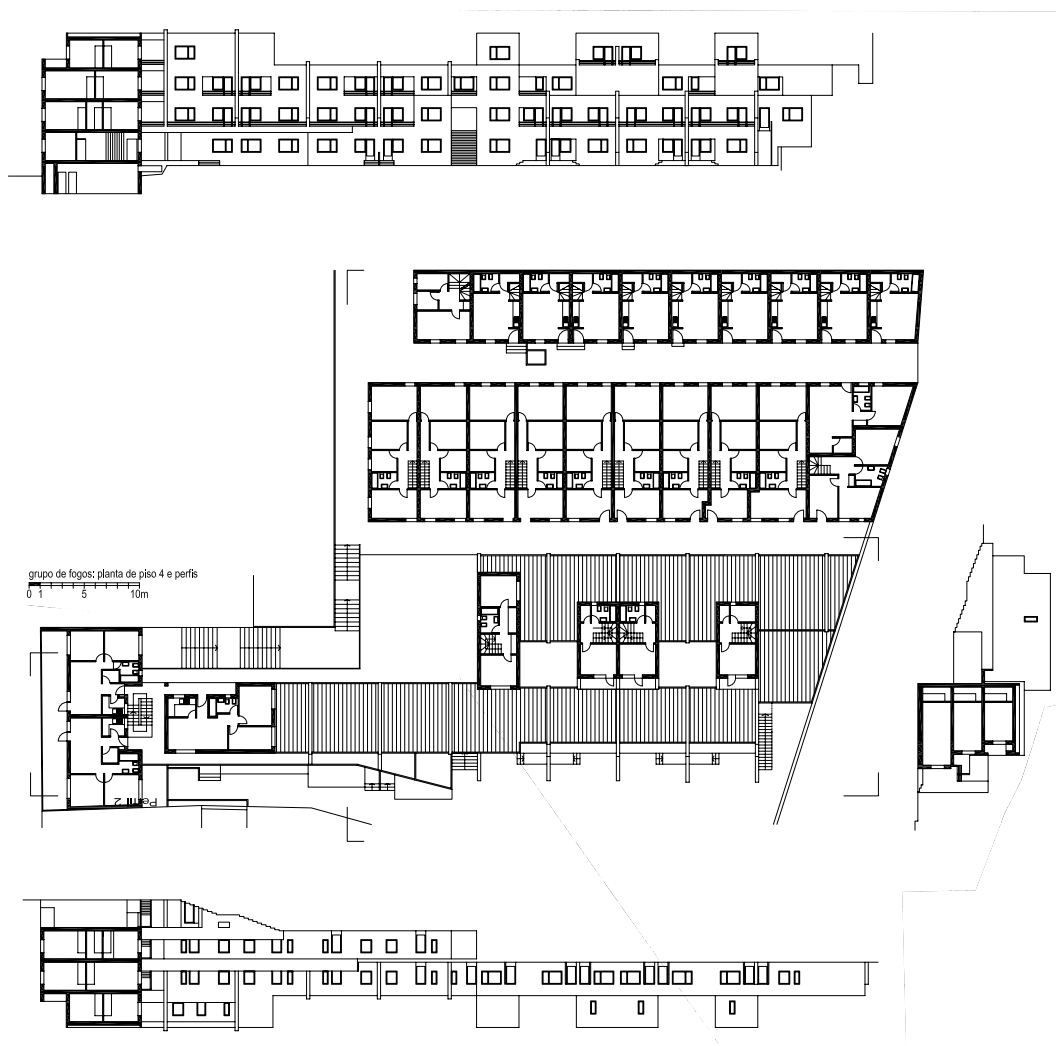
- zona de expansão
 - casas dentro da operação
 - equipamento colectivo
 - limite da zona verde
 - implantação
- N 0 10 20 30 40 50m

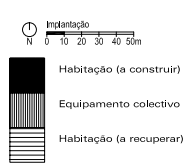
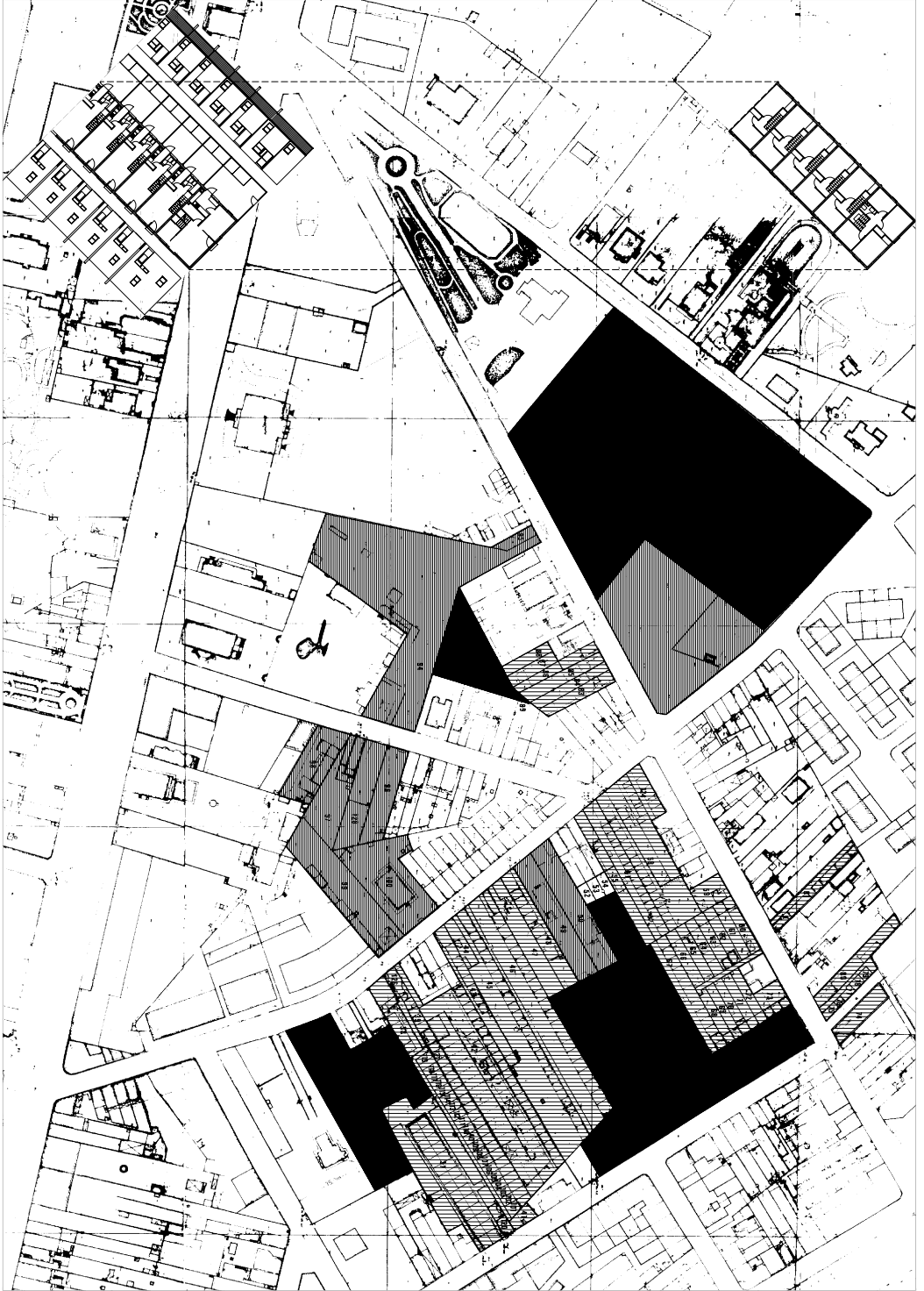


BELA VISTA D. JOÃO IV

Nome do bairro: BELA VISTA - D. JOÃO IV
 Concelho: PORTO
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAU/NORTE
 Projecto: Arqº. MÁRIO TRINDADE
 Brigada Técnica:

Nome da Associação de Moradores: BELA VISTA- D. JOÃO IV
 Início da Operação: Dezembro de 1974
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/09/01
 153 Fogos
 Não foi construído



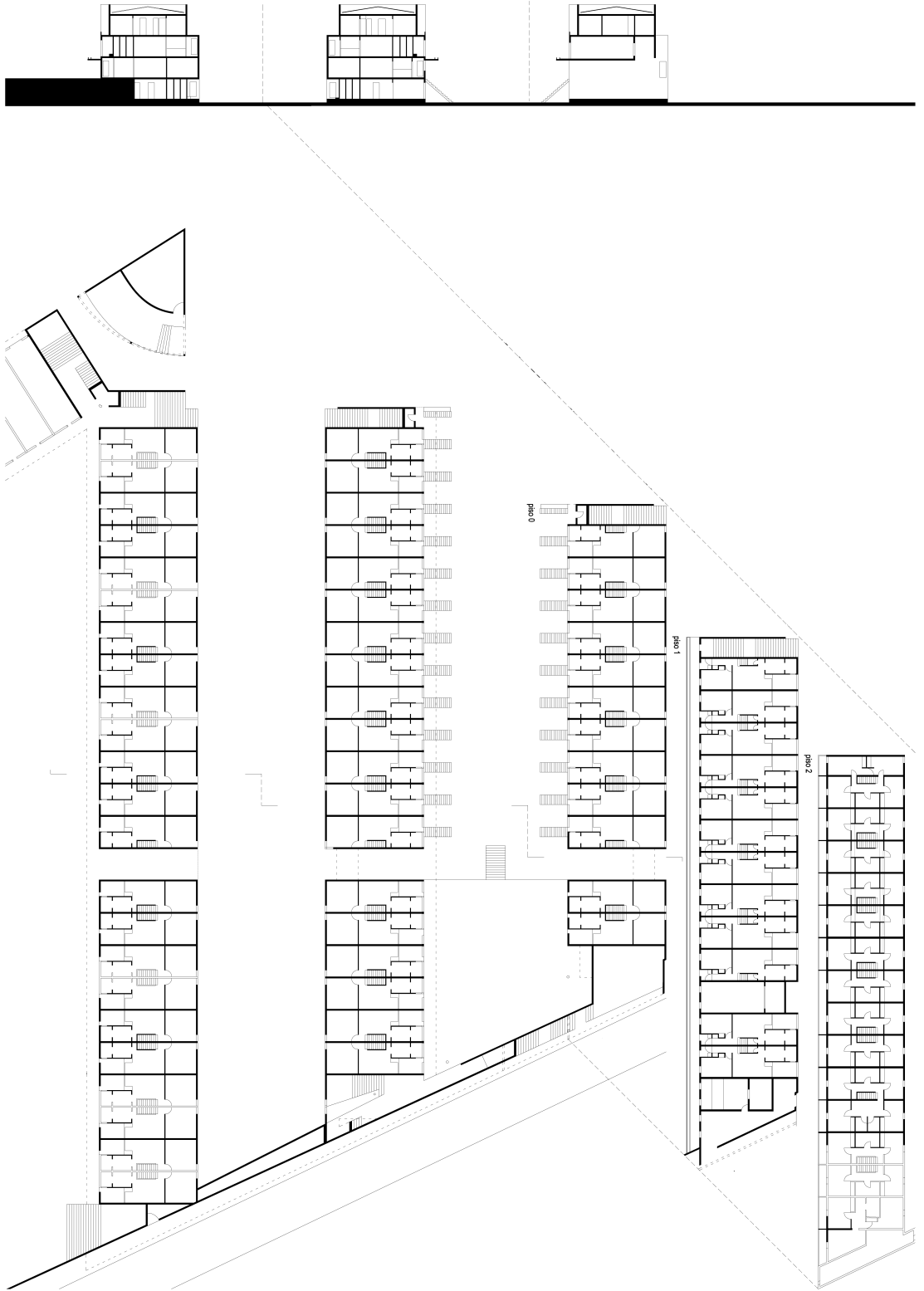


BOUÇA

Nome do bairro: BOUÇA
Concelho: PORTO
Distrito: PORTO
Serviço: SAAL/NORTE
Projecto: Arq.º ÁLVARO SIZA
Brigada Técnica: Arq.º Anni Gunther Nonell, Maria José Castro, Sérgio Game-
las e Jorge M. O. Moreira

Nome da associação de moradores:
BOUÇA
Início da Operação: Abril de 1975
Constituição da associação de morado-
res: 75/07/04
Publicação dos estatutos no D.R.: 75/09/
/20
57 Fogos, mais 140 Fogos novos e 60
Fogos a recuperar na zona do Monte
Cativo.
O projecto iniciou-se como FFH. Poste-
riormente foi reconvertido em operação
SAAL.
Início de Obra: Fevereiro de 1977



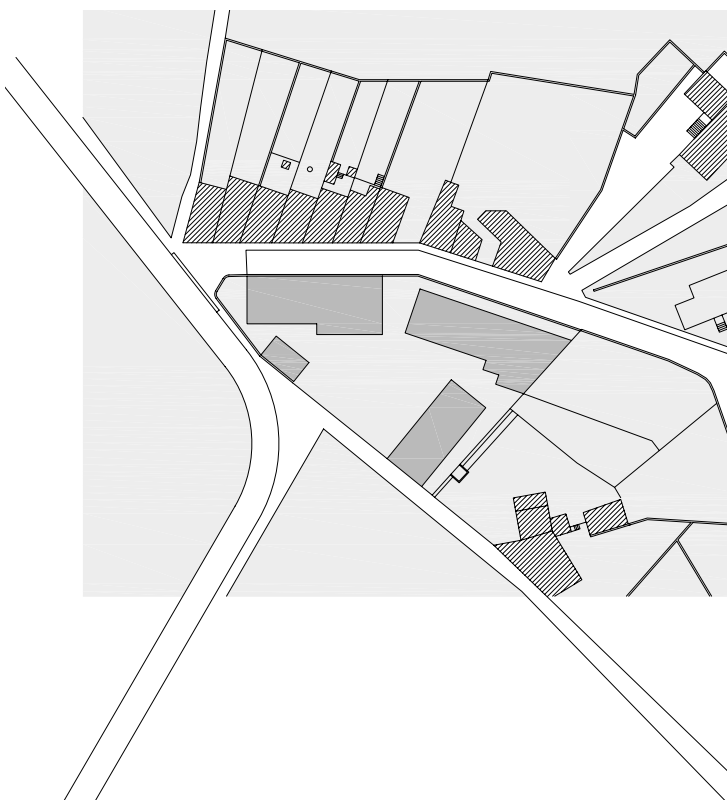
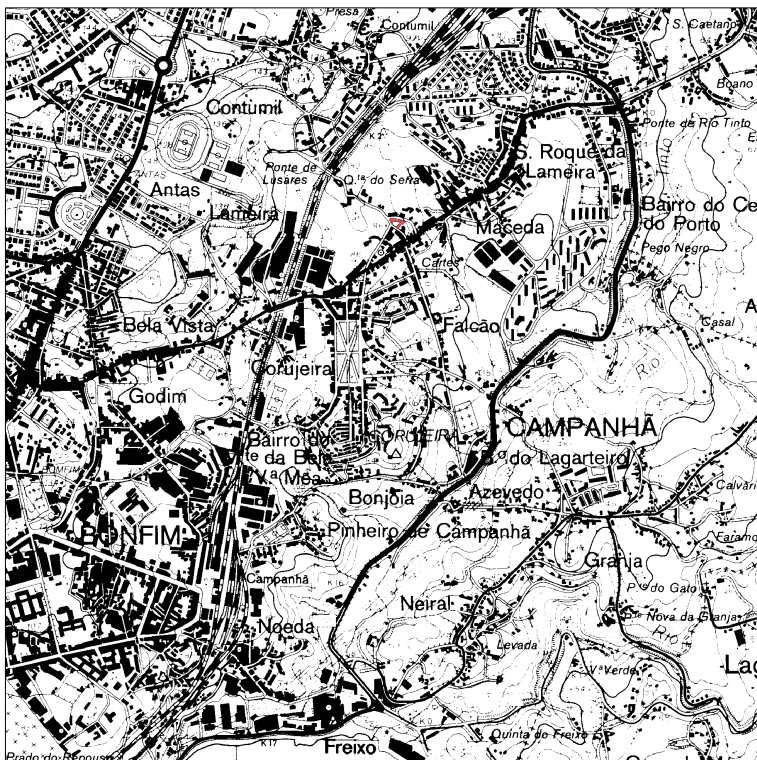


grupo de blocos de habitação: planta e corte transversal
 0 1 5 10m

CHAVES DE OLIVEIRA

Nome do bairro: CHAVES DE OLIVEIRA
 Concelho: PORTO
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º MANUEL LESSA
 Brigada Técnica: António M. T. Valente,
 Maria E. C. Fernandes, Maria João Palla
 Mello Freitas e Joaquim Figueiras.

Nome da Associação de Moradores: CHAVES DE OLIVEIRA
 Início da Operação: Novembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 75/07/03
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/09/20
 15 Fogos na 1ª fase, 9 Fogos e 4 Fogos a recuperar na 2ª fase
 Início de Obra: Maio de 1976

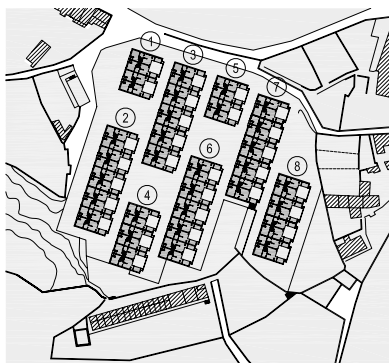




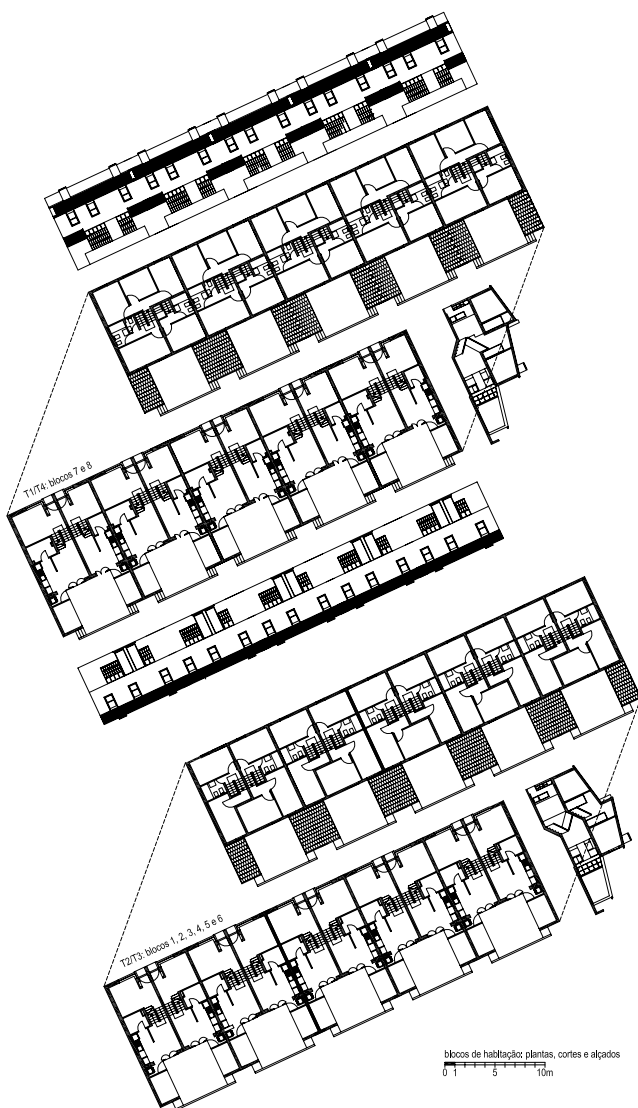
CONTUMIL

Nome do bairro: CONTUMIL
 Concelho: PORTO
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º CÉLIO COSTA
 Brigada Técnica: António Elói Gomes Castro, Carlos Figueiredo, Emília M. Ferreira, Fernando M. Costa, João M. Ferreira, José A. R. Dias e Mário L. F. Abreu

Nome da Associação de Moradores: CONTUMIL
 Início da Operação: Abril de 1975
 Constituição da Associação de Moradores: 76/05/25
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/07/12
 311 Fogos e 20 Fogos a recuperar
 Início de Obra: depois de Fevereiro de 1977



implantação
 N 0 10 20 30 40 50m

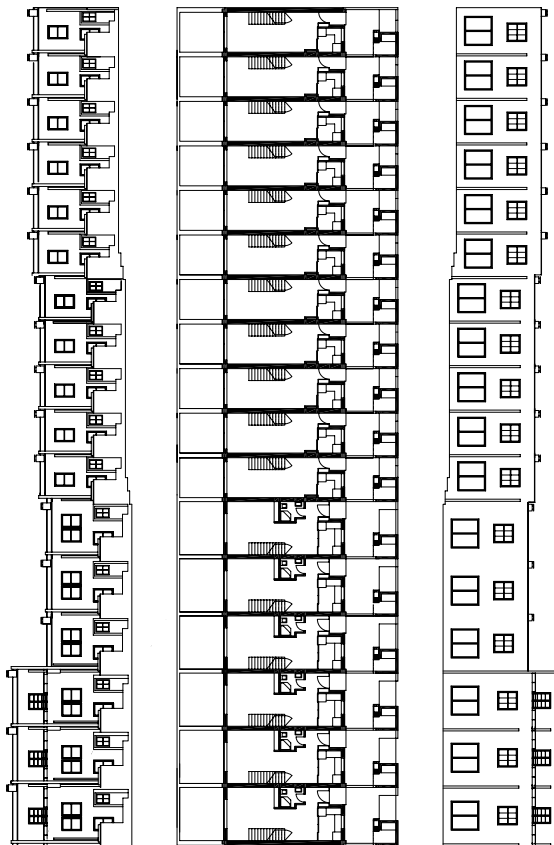


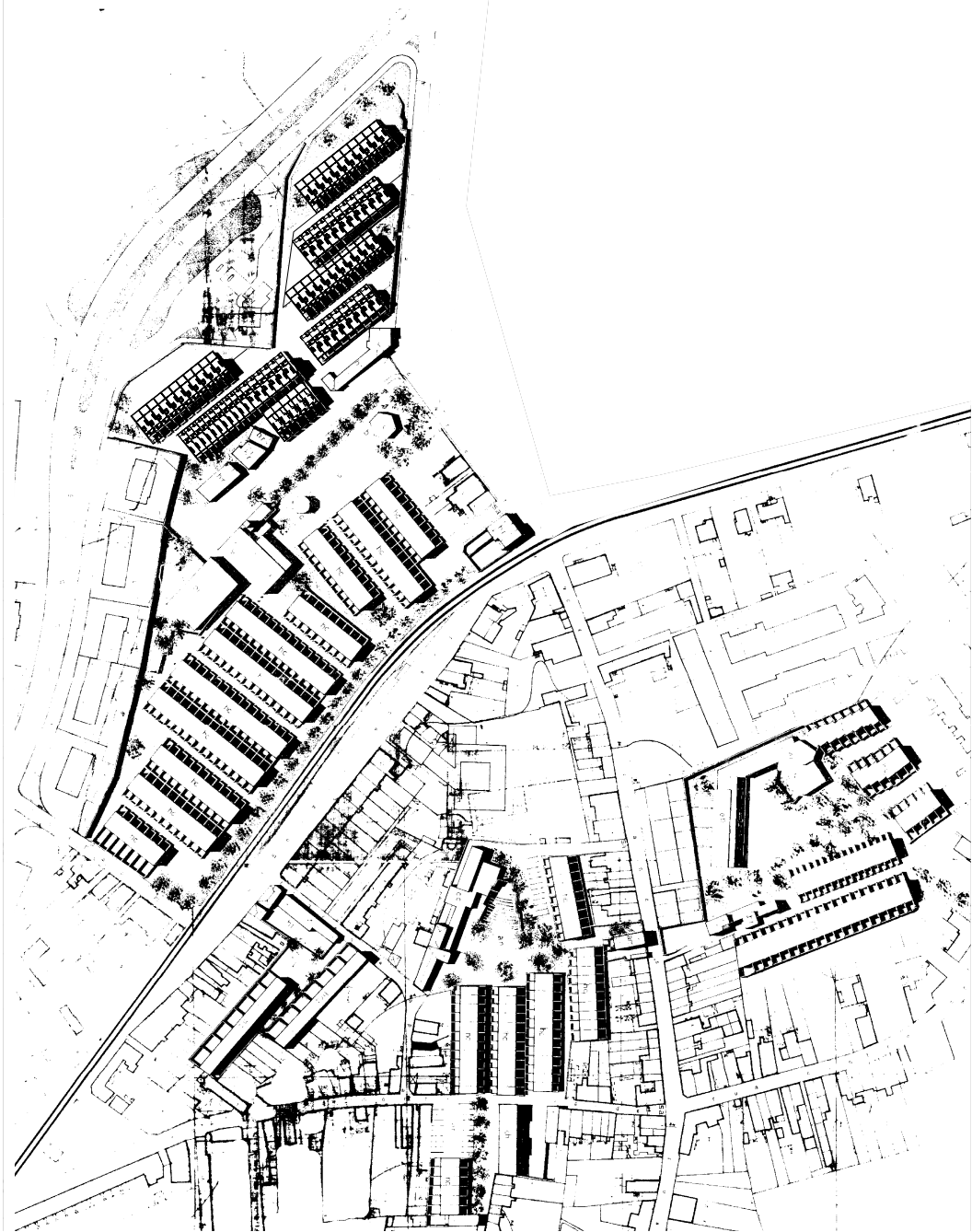
bloco de habitação: plantas, cortes e alçados
 0 1 5 10m

FRANCOS

Nome do bairro: FRANCOS
 Concelho: PORTO
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º ROLANDO TORGO
 Brigada Técnica: Maria Cecília Cavaca,
 Maria N. Guimarães, Manuel Magalhães
 e Santos Leite.

Nome da Associação de Moradores:
 FRANCOS
 Início da Operação: Fevereiro de 1975
 Constituição da Associação de Moradores:
 75/03/31
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 75/09/18
 44 Fogos na 1ª fase e 200 Fogos na 2ª
 fase.
 Início de Obra: Janeiro de 1976.





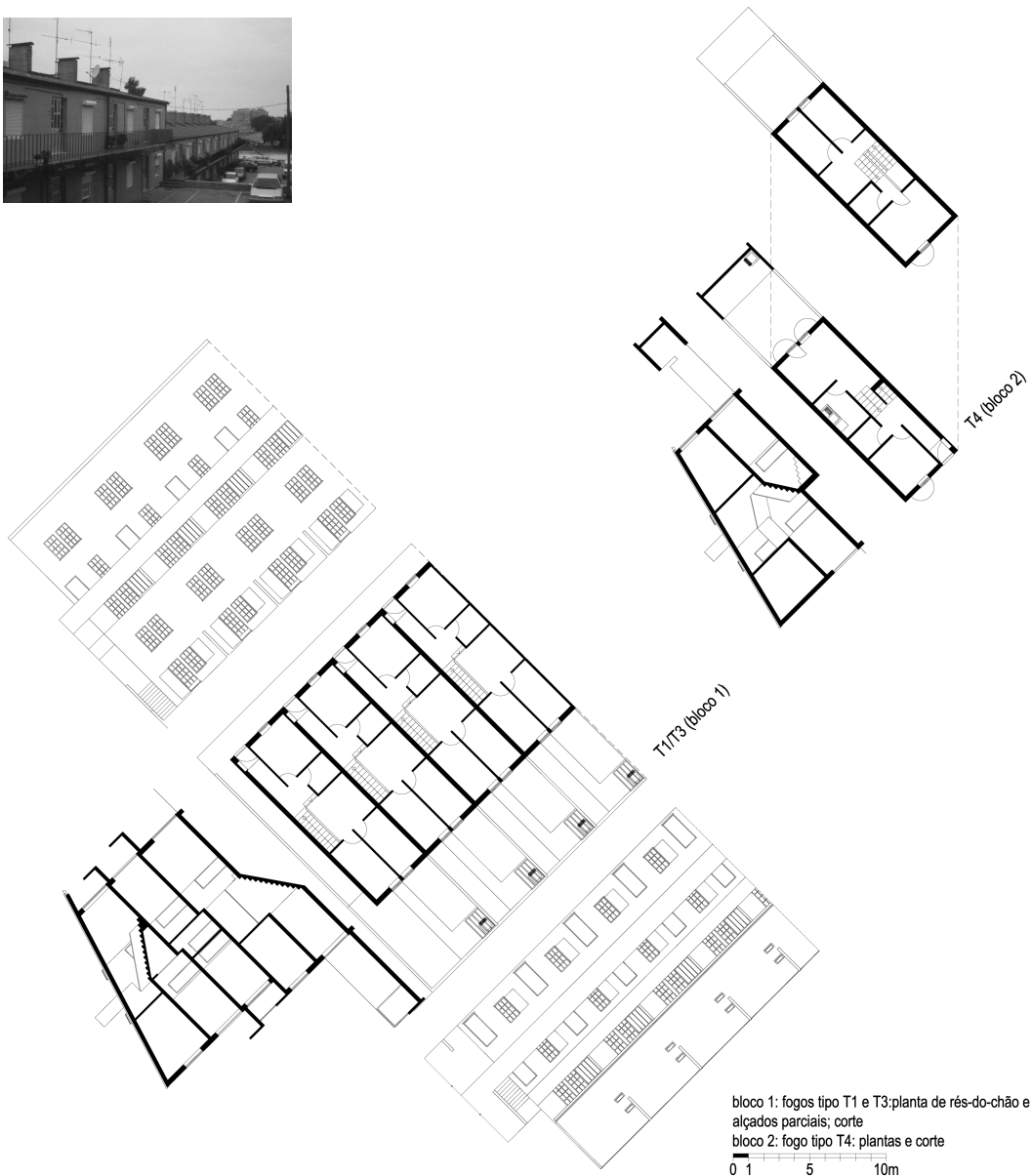
LAPA

Nome do bairro: LAPA
Concelho: PORTO
Distrito: PORTO
Serviço: SAAL/NORTE
Projecto: Arq.º ALFREDO MATOS FERREIRA E Arq.º BEATRIZ MADUREIRA
Brigada Técnica: Arq.º Jorge Barros, A. Ramos, A. Silva Costa, Soares Malta, Joaquim Jordão, Francisco Barata, M. Magalhães, José Bernardo Távora e José Diogo.

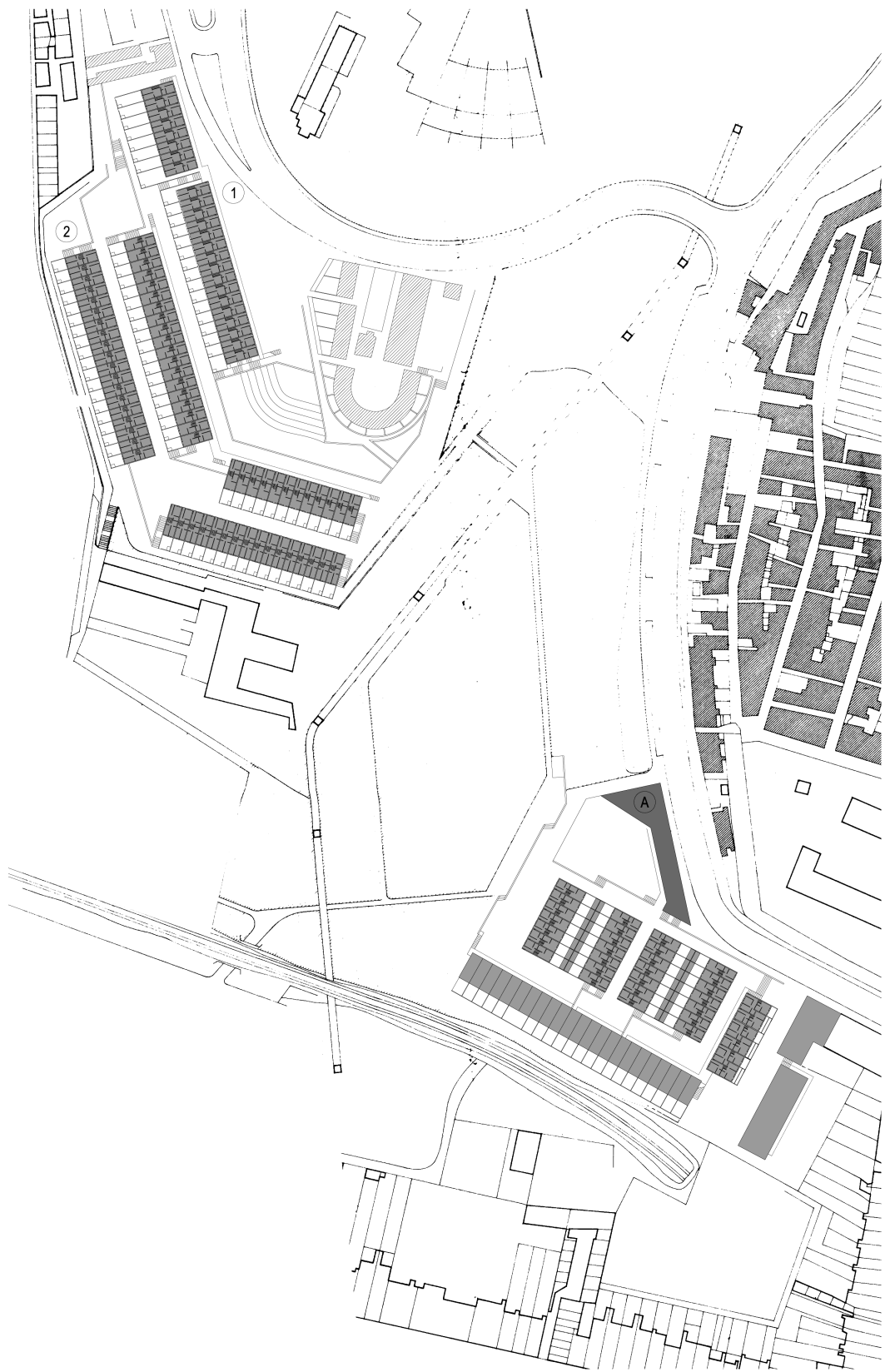
Nome da Associação de Moradores: ZONA DA LAPA
Início da Operação: Novembro de 1974
Constituição da Associação de Moradores: 75/05/07
Publicação dos estatutos no D.R.: 75/09/01
68 Fogos na 1ª fase e 170 na 2ª fase
Início de Obra: Abril de 1976



SAAL Norte • Porto



bloco 1: fogos tipo T1 e T3: planta de rés-do-chão e alçados parciais; corte
bloco 2: fogo tipo T4: plantas e corte

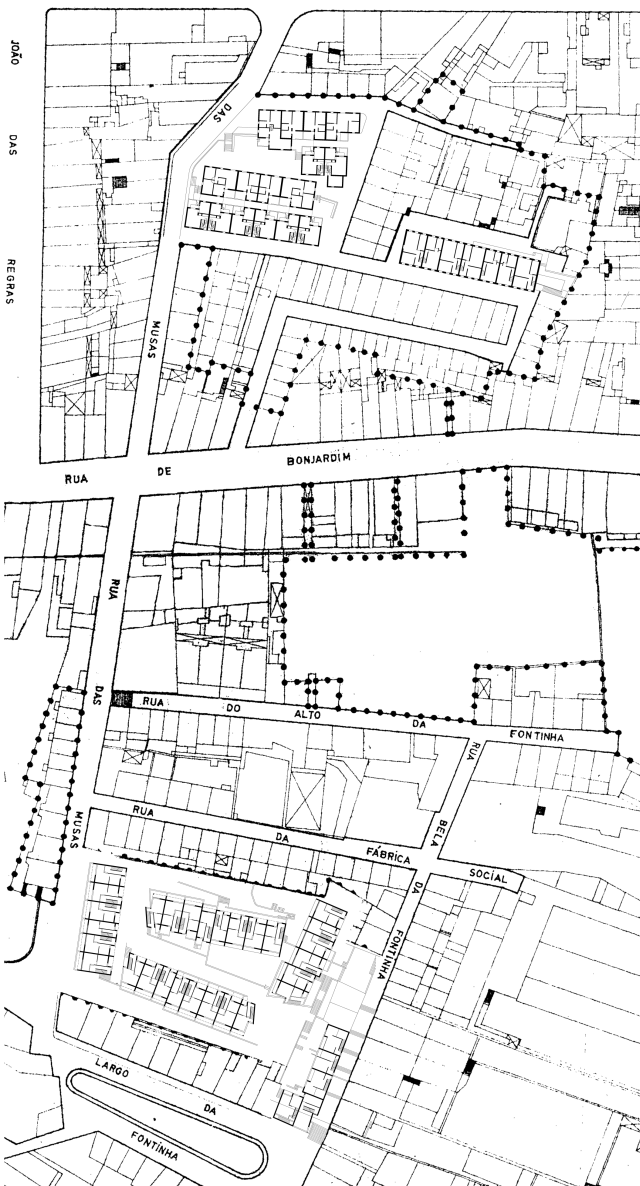


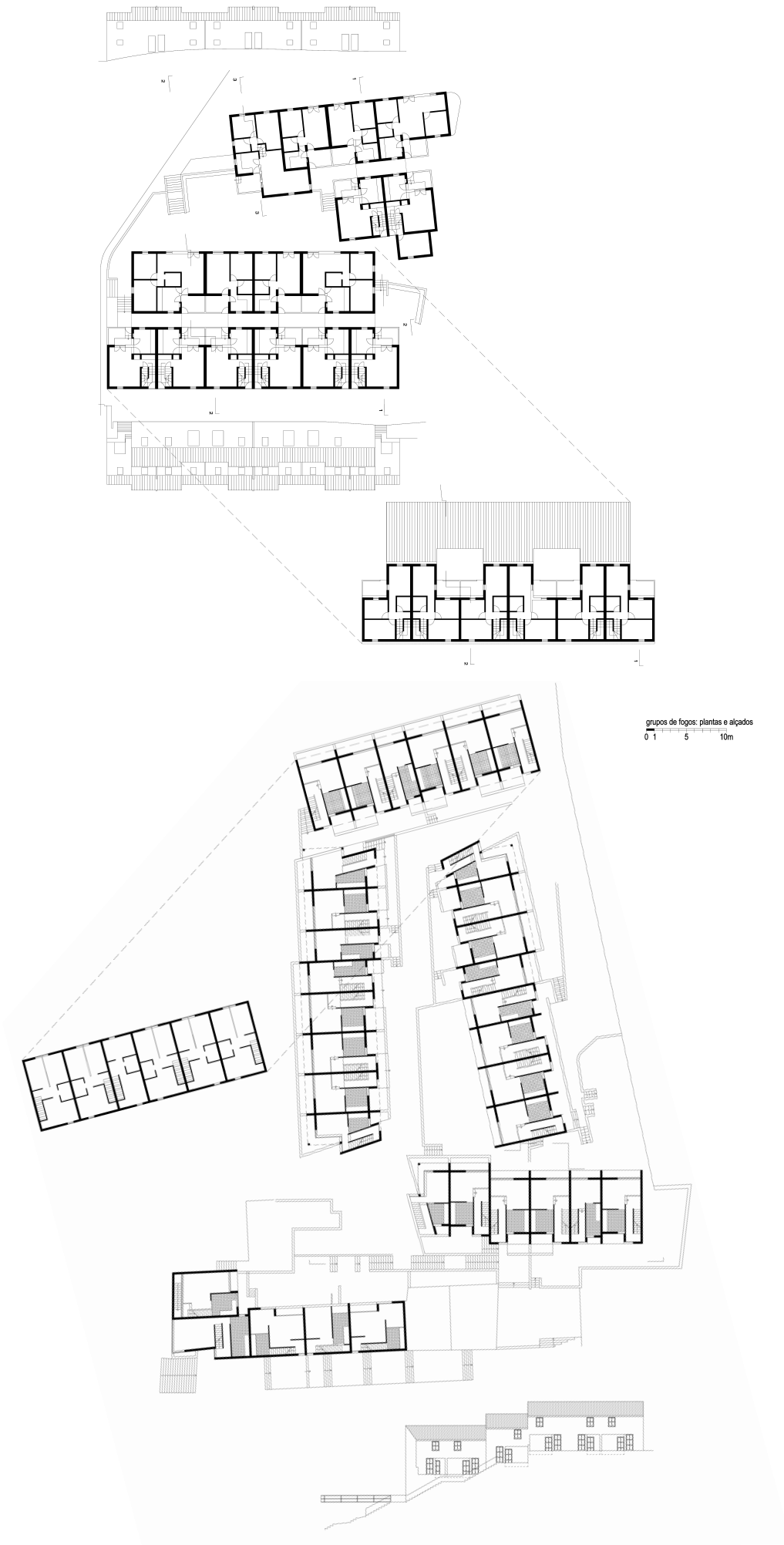
⊙ implantação
N 0 10 20 30 40 50m
Ⓐ centro social e jardim de infância

LEAL

Nome do bairro: LEAL
Concelho: PORTO
Distrito: PORTO
Serviço: SAAL/NORTE
Projecto: Arqº. SERGIO FERNANDEZ
Brigada Técnica: Vítor Sinde, António Corte Real, Emídio Fonseca, José Manuel Soares e Carlos Delfim.

Nome da Associação de Moradores: BAIRRO DO LEAL
Início da Operação: Outubro de 1974
Publicação dos estatutos no D.R.: 75/09/26
16 Fogos na 1ª fase e 33 Fogos na 2ª fase
Início de Obra: Abril de 1976

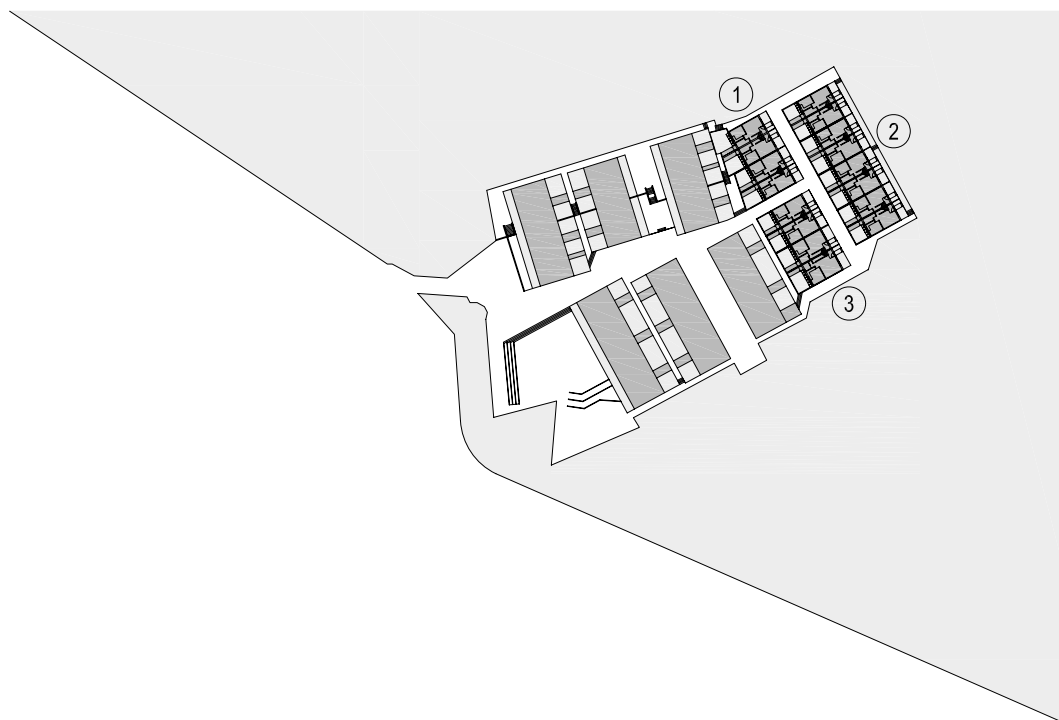
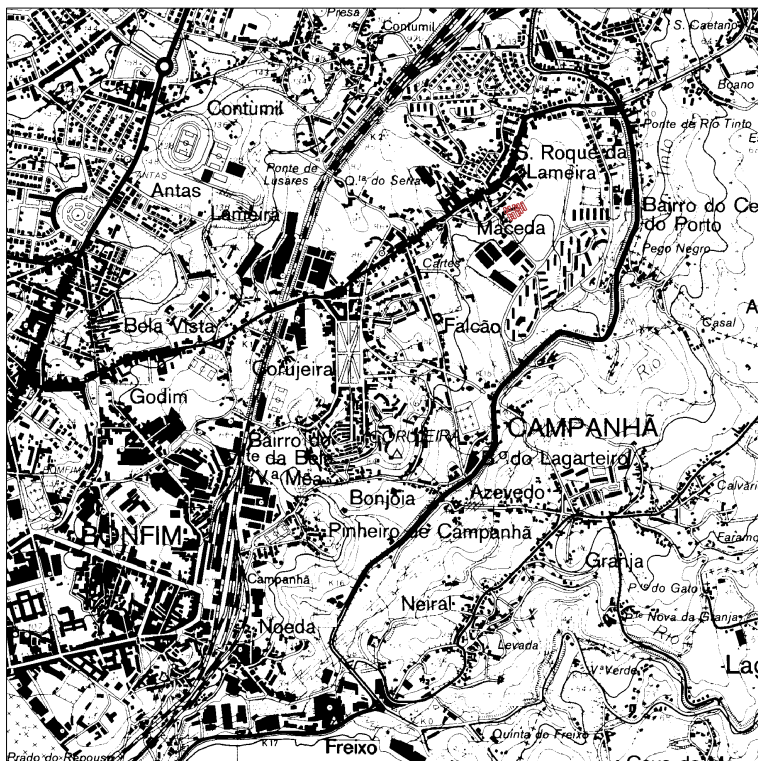


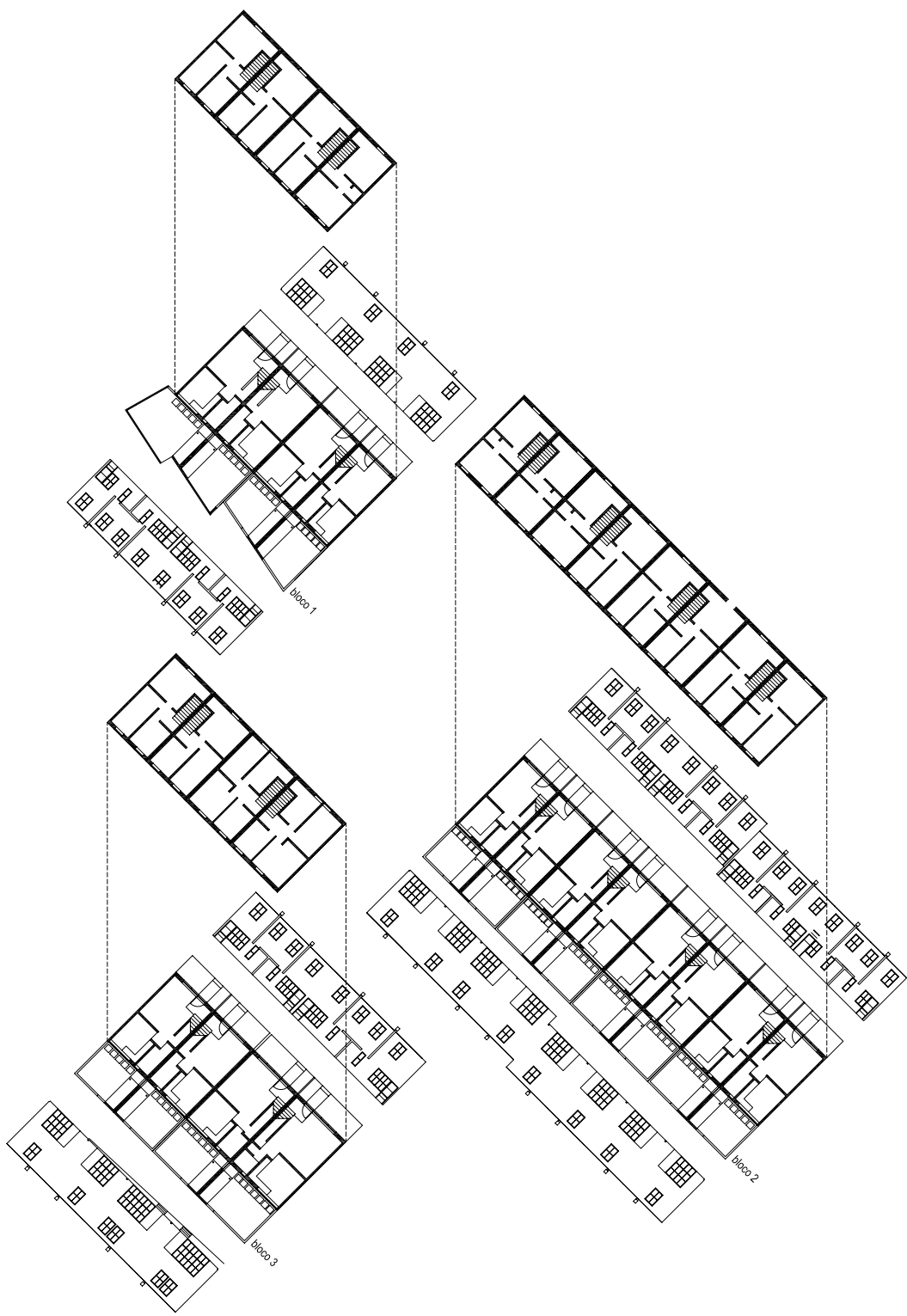


MACEDA ACÁCIO

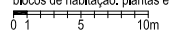
Nome do bairro: MACEDA - ACÁCIO
 Concelho: PORTO
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º ALCINO SOUTINHO
 Brigada Técnica: Manuel Mendes, Marta
 Oliveira e Pedro Cabral, Santos Leite.

Nome da Associação de Moradores:
 BAIRRO DA MACEDA
 Início da Operação: Outubro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores:
 75/05/22
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 75/09/722
 33 Fogos na 1ª Fase e 14 Fogos na 2ª
 Fase
 Início da Obra: Novembro de 1975





bloco de habitação: plantas e alçados

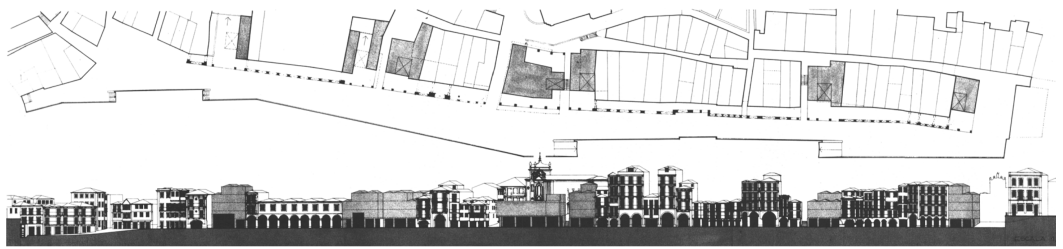




MIRAGAIA

Nome do bairro: MIRAGAIA
 Concelho: PORTO
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º FERNANDO TÁVORA,
 Arq.º BERNARDO FERRÃO E Arq.º JORGE
 BARROS
 Brigada Técnica: Arq.º Bernardo Ferrão,
 Arq.º Jorge Barros, Joaquim Jordão, Gil
 Carneiro, Manuel Campos, Pedro Pare-
 des e Antónia Nolo.

Nome da Associação de Moradores:
 MIRAGAIA
 Início da Operação: Junho de 1975
 Constituição da Associação de Morado-
 res: 76/03/30
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 76/07/15
 900 Fogos

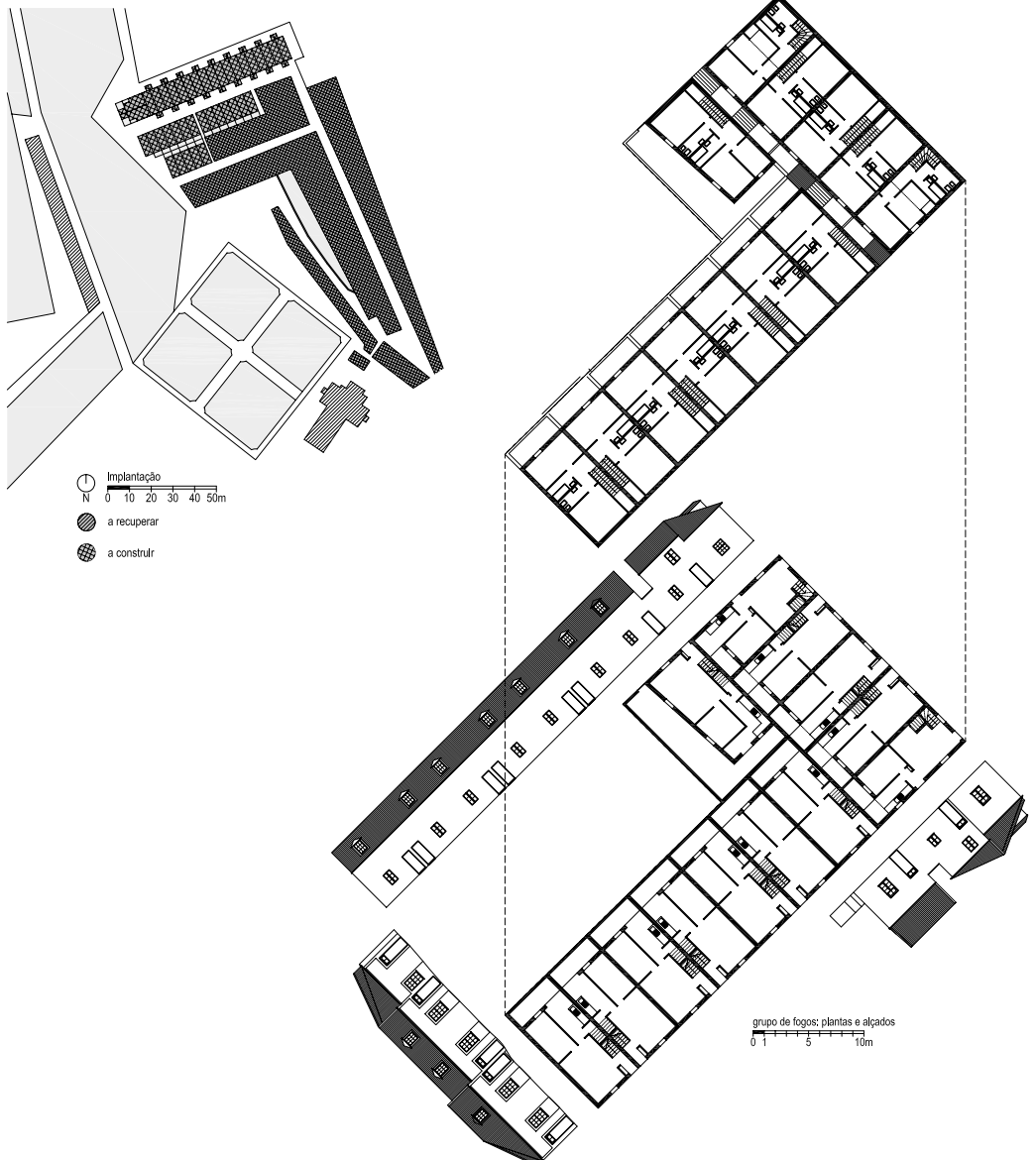




PARCERIA ANTUNES

Nome do bairro: PARCERIA - ANTUNES
 Concelho: PORTO
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAU/NORTE
 Projecto: Arq.º CARLOS A. SANTOS FERREIRA
 Brigada Técnica: Arq.º Henrique Vanez, Fernando Lucena, Jorge Nunes

Nome da Associação de Moradores: BAIRRO PARCERIA-ANTUNES
 Início da Operação: Janeiro de 1975
 Constituição da Associação de Moradores: 76/01/24
 Publicação dos estatutos no D.R.: 76/06/21
 Cerca de 227 Fogos
 Não foi construído



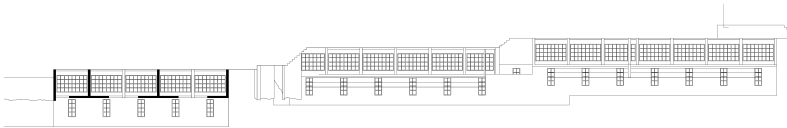
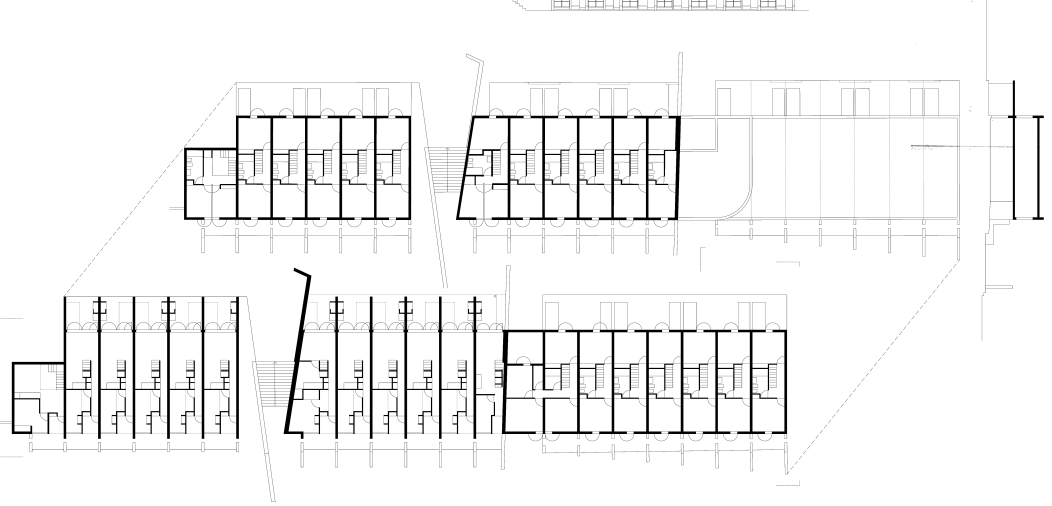
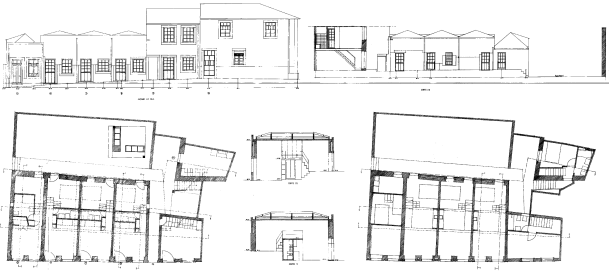


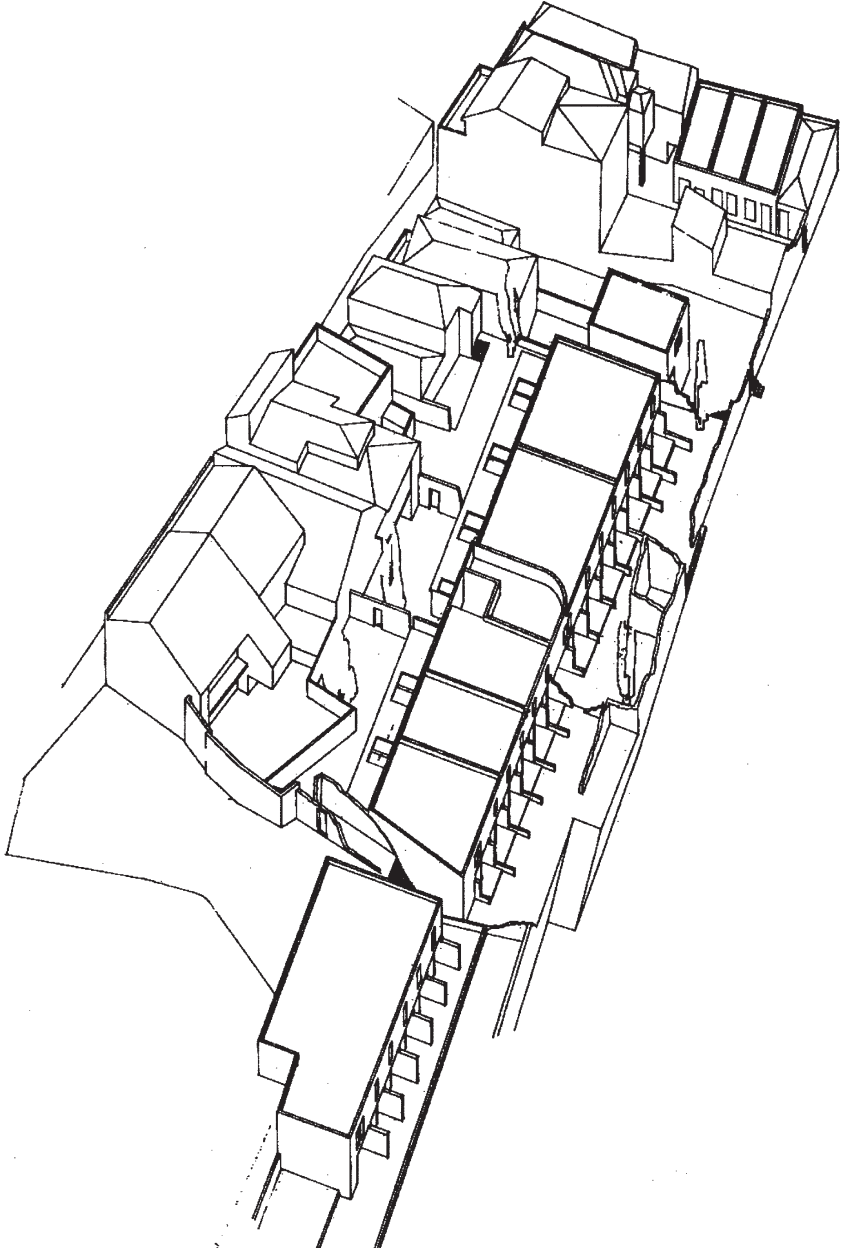
S. VITOR

Nome do bairro: S. VITOR
 Concelho: PORTO
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º ÁLVARO SIZA
 Brigada Técnica: Arq.º Domingos Tavares,
 Arq.º Francisco Guedes, Adalberto Dias,
 E. Souto Moura, Graça Nieto, Manuela
 Sambade, Paula Cabral e Manuel Borges.

Nome da Associação de Moradores: S. VITOR
 Início da Operação: Novembro de 1974
 Constituição da Associação de Moradores: 75/05/14
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/09/01
 32 Fogos na 1ª fase e 20 Fogos na 2ª fase
 Início de Obra: Outubro de 1975



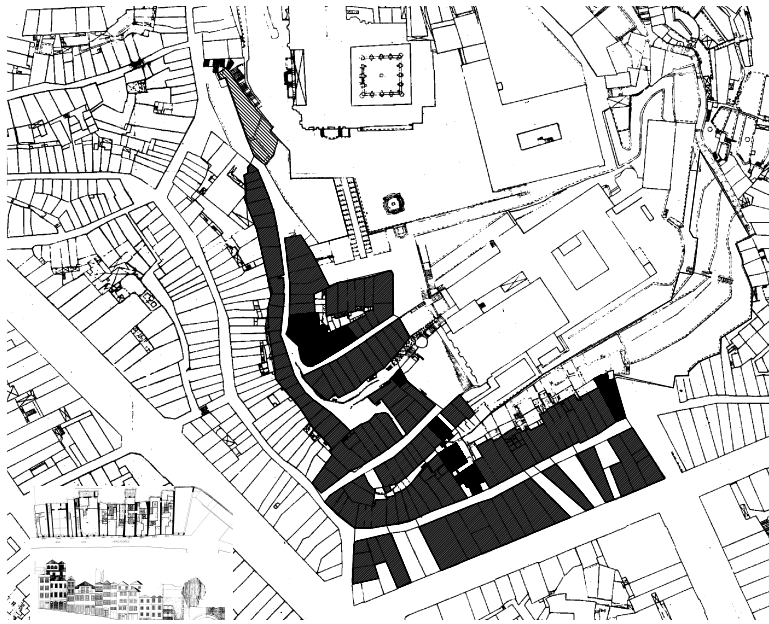




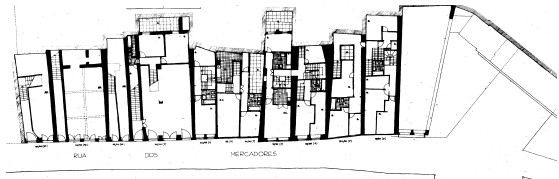
SÉ

Nome do bairro: SÉ
 Concelho: PORTO
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º CARLOS GUIMARÃES,
 Arq.º JOSÉ MANUEL GIGANTE, Arq.º
 CARLOS PRATA E Arq.º HENRIQUE DE
 CARVALHO
 Brigada Técnica: Manuela Antunes, Jofre
 S. Bispo, António Trindade, Mª Estrela
 Vieira, António Ribeiro, João Sousa, Car-
 los Ribeiro, António Silva Costa e Miguel
 Henriques.

Nome da Associação de Moradores:
 ZONA DA SÉ
 Início da Operação: Outubro de 1974
 Constituição da Associação de Morado-
 res: 76/02/25
 Publicação dos estatutos
 no D.R.: 76/08/31
 Só se construiu equipamento



- ruínas de interesse arqueológico (a conservar)
 - edifícios existentes a recuperar
 - novos edifícios a construir
 - equipamentos colectivos (banheários, lavadouros, sala polivalente e salas de apoio)
 - limite dos espaços verdes
 - implantação
- N 0 10 20 30 40 50m



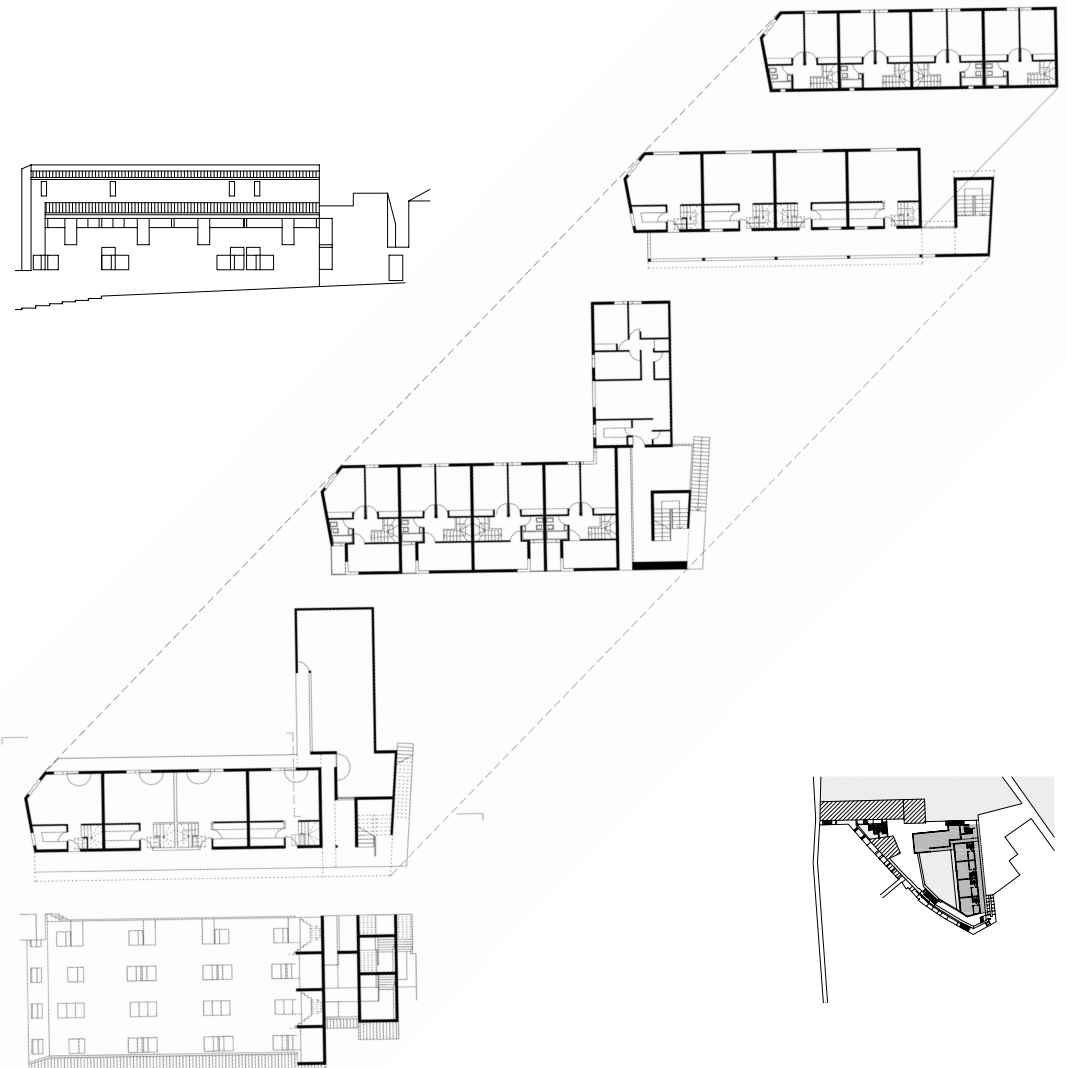
bloco do parque das câmaras; corte
 0 1 5 10m



CÂNDIDO REIS

Nome do bairro: CÂNDIDO REIS
 Concelho: VILA NOVA DE GAIA
 Distrito: PORTO
 Serviço: SAAL/NORTE
 Projecto: Arq.º JOSÉ PULIDO VALENTE
 Brigada Técnica: José Bandeira e Didimo Alves Vieira.

Nome da Associação de Moradores:
 SANTA MARINHA
 Início da Operação: Julho de 1975
 Constituição da Associação de Moradores: 75/07/23
 Publicação dos estatutos no D.R.: 75/09/02
 9 Fogos
 Não foi construído



A N E X O I I

Fichas de outras operações

Distrito	Concelho	Serviço	Nome do Bairro	Nome da Ass. Mors.	Início da Operação	Constit. Ass. Mors.	Publ. Estatutos D.R.	Terreno	Posse	Projecto	Início da obra	Conclusão da obra
Faro	SILVES	SAAL/ALGARVE	Silves	Progresso	76/03/00	75/11/07	76/03/05	Expropriação. 12.296 m2	76/06/15	Arqº. José Veloso , Engº. Pedro Vieira, Engº. José Manuel Costa, Arqº. Leonel Fadigas, Arqº. Luís Abreu, José Rijo.	76/09/00	
Obs. Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas de Barlavento trabalharam ainda: David Oliveira, Artur Sequeira, José Gonçalves, João Costa, Carlos Grade, Carlos Torpes, Luís Gama e António Oliveira (equipa técnica); Zélia Correia, Dulce Costa, Luís Rosado, Luísa Veloso e Leonarda Guerreiro (equipa logística). O projecto envolvia cerca de 55 fogos.												
Faro	LOULÉ	SAAL/ALGARVE	Alte	1º. de Maio	76/08/00	76/07/12	76/09/03			Arqº. Luis Moreira (?)	Depois de Março de 1976	
Obs. Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas do Centro trabalharam ainda: Afonso Pais, Maria da Conceição Ávila, Henrique Mendonça, Joaquim Loureiro, José Sequeira, Maria Benilde Barreiro, F. Dias Soares e Glória Santana. O projecto envolvia cerca de 32 fogos.												
Faro	LOULÉ	SAAL/ALGARVE	Loulé	26 de Junho	Depois de Nov. 1976	76/10/09				Arqº. Luis Moreira (?)		
Obs. Foi feita no Algarve a proposta de constituição de uma equipa volante que suprisse as carências pontuais das outras equipas. É, por isso, difícil, distribuir a acção das equipas por bairros. Nas equipas do Centro trabalharam ainda: Afonso Pais, Maria da Conceição Ávila, Henrique Mendonça, Joaquim Loureiro, José Sequeira, Maria Benilde Barreiro, F. Dias Soares e Glória Santana. O projecto envolvia cerca de 126 fogos.												
Évora	ÉVORA	LISBOA E CENTRO SUL	Gancho	S. Sebastião (que juntava os moradores do Bº. Sanches de Miranda)	75/04/00	76/02/26	76/04/09	Expropriação 15.700 m2		Arqº. José Carlos Calado		
Obs. Nesta equipa trabalharam ainda os estudantes de Arquitectura Sérgio Pinião e Miguel Pereira da Conceição, e Isabel Amado. Projecto para a construção de 88 fogos. Não se construiu.												
Setúbal	ALCÁCER DO SAL	LISBOA E CENTRO SUL	Brejos da Carregueira	Brejos da Carregueira	1976			Cedência				
Obs. Projecto para a construção de 40 fogos. Não se construiu.												
Setúbal	PALMELA	LISBOA E CENTRO SUL	Zambujal		76/03/00							
Setúbal	SETÚBAL	LISBOA E CENTRO SUL	Bairro Dias	Unidos Venceremos	75/08/00		76/09/01	Expropriação	75/12/00	Arqº. Sérgio Coelho (empresa CIPRO)		
Obs. Numa fase posterior a Arqº. Luísa Menezes acompanhou a operação. Projecto para a construção de 119 fogos. Não se construiu.												
Setúbal	SETÚBAL	LISBOA E CENTRO SUL	Monarquina	da Paz	75/08/00	76/02/27	76/09/10	Expropriação	75/12/00	Arqº. Sérgio Coelho (empresa CIPRO)		
Obs. Numa fase posterior a Arqº. Luísa Menezes acompanhou a operação. Projecto para a construção de 112 fogos. Não se construiu.												
Lisboa	CASCAIS	LISBOA E CENTRO SUL	Fim do Mundo	Bairro da Liberdade	75/07/00	75/10/17	76/01/06	Expropriação 106.000 m2	76/07/07	Arqº. Francisco Sequeira, Arqº. José Manuel Vasconcelos Sousa		
Obs. Projecto para a construção de 260 fogos. Nesta equipa trabalharam ainda Maria Teresa Macedo e Fernando da Conceição.												
Lisboa	CASCAIS	LISBOA E CENTRO SUL	Marianas	1º. de Maio - Bairro das Marianas		76/04/00		76/09/10		Arqº. António de Carvalho , Engº. Albano Pereira		
Obs. Fica situado na Parede. Projecto para a construção de 80 fogos. Chegou a Estudo Prévio. Não se construiu. Nesta equipa trabalhou ainda José C. Pereira.												

Distrito	Concelho	Serviço	Nome do Bairro	Nome da Ass. Mors.	Início da Operação	Constt. Ass. Mors.	Publ. Estatutos D.R.	Terreno	Posse	Projecto	Início da obra	Conclusão da obra
Lisboa	CASCAIS	LISBOA E CENTRO SUL	Matarraque	25 de Junho	75/10/00	76/07/16	76/07/16	Expropriação 75 000 m2	DUP 76/07/00	António Álvaro Borges Abel (estudante de Arquitectura)		
Obs. Foi entregue o projecto na C. Mun. de Cascais e recusado liminarmente, no início de 1977. Não se construiu (conversa telefónica com o Arqº. António Abel, a 17-7-98). Projecto para a construção de 120 fogos. Nesta equipa trabalharam ainda Pedro Virgílio Gonçalves Fragoeiro e Duarte Gonçalo Rei-Villar.												
Lisboa	LISBOA	LISBOA E CENTRO SUL	Bairro 14 de Junho	Comissão de Moradores do Bairro 14 de Junho	75/09/00	76/03/09	76/03/09	Cedência		Arqº. Rodrigo Ollero das Neves, com Maria Olimpia Diogo dos Santos		
Obs. Junto a Moscavide, próximo dos terrenos da Expo 98. Não se construiu.												
Lisboa	LISBOA	LISBOA E CENTRO SUL	Palma de Baixo	Coop. de Habitação Econ. Popular de Palma	76/07/00					Arqº. Vítor Manuel de Almeida Figueiredo (?)		
Obs. Não foi construído. Foram para a Quinta das FONSECAS.(?) Foi feito no atelier do Raul Hestnes Ferreira (?)												
Lisboa	LISBOA	LISBOA E CENTRO SUL	Pedrouços e Bom Sucesso	Pedrocesso	76/07/00	76/08/14	76/08/14	Ced. e exprop. 37 000 m2		Arqº. Luís Gravata Filipe (?)		
Obs. Processo muito tardio. Não se construiu.												
Lisboa	LISBOA	LISBOA E CENTRO SUL	Quinta da Calçada	Coop. de Habitação Econ. Unidade do Povo	74/11/00	75/06/24	75/10/18	Ver Quinta das FONSECAS	DUP 75/06/21	Arqº. Raul Hestnes Ferreira, Arqº. Vicente Bravo Ferreira, Arqº. Eugénio Castro Caldas, Arqº. Jorge Gouveia, Engº. José Ferreira Crespo, Engº. Fernando Silva Pereira, Engº. Afonso Pissarra, Engº. José de Pina Cabral Trindade, Engº. Afonso Conde Branco e Engº. Quirino Marques da Silva.	76/09/00 (edifícios)	Antes de Out. de 1976
Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Arqº. Hugo Hugon, Arqº. Salustiano Santos, Arqº. Mº dos Anjos Alves, Arqº. Jorge Farello Pinto, Jesus Noivo, J. L. Carrilho da Graça, Sebastião Formosinho Sanches, Adelaide Cordovil, Mº Augusta Henriques, Mº. do Rosário Leal, Carlos Abreu Vasconcelos, Manuel Amorim, Aurélio Bravo, Manuel Samora, Jaime Pereira, Mário Martins, António Assis Freitas, Amadeu Pio (apoio local). Projecto para a construção de 301 fogos. Construído pela empresa Habitat.												
Lisboa	LISBOA	LISBOA E CENTRO SUL	S. Cornélio	Coop. de Habitação Econ. S. Cornélio (Revolucionária dos Olivais)	75/01/00	76/11/12	76/11/12	Expropriação 3 300 m2	DUP 75/06/00	Arqº. Rodrigo Ollero das Neves, Maria Olimpia Diogo dos Santos		
Obs. Projecto para a construção de 90 fogos. Não se construiu. Ficava nos Olivais, a nascente. Não chegou a haver terreno disponível. Arqº. Pedro Graça, não fazia propriamente parte da equipa. Graça Miragaia, e Otrelo, desenhador. Nesta equipa trabalhou ainda Mº. da Graça Archer.												
Lisboa	LISBOA	LISBOA E CENTRO SUL	Sete Moínhos	Comissões de Morad. dos Sete Moínhos	74/10/00	75/11/03	75/11/03	Expropriação		Arqº. José Daniel Santa Rita Fernandes, Arqº. Maria Rosário F. Ribeiro Matos Venade, Arqº. Fernando José Cortês Pinto Seixas(?)		
Obs. Projecto para a construção de 100 fogos e reconstrução de 80 fogos. Não se construiu.												
Lisboa	LISBOA	LISBOA E CENTRO SUL	Tarujo (Casal do Sola)	Coop. de Habitação Econ. Unidos Venc.	74/10/00					Arqº. Vítor Manuel de Sousa Figueiredo, Arqº. pais, Manuel Sousa da Câmara, Maria Isabel Pinto Galvão Lucas, Marco Paulo Fialho F. Chaves, HenriqueSilva da Motta e Maria Sábina da Trindade.		
Obs. Não se construiu. Terreno dentro do plano de expansão da Avenida da Liberdade.												

Distrito	Concelho	Serviço	Nome do Bairro	Nome da Ass. Mors.	Início da Operação	Consist. Ass. Mors.	Publ. Estatutos D.R.	Terreno	Posse	Projecto	Início da obra	Conclusão da obra
Lisboa	LOURES	LISBOA E CENTRO SUL	Azinhagas	Vitória	75/03/00	75/06/11	75/07/28	Cedência 23 000 m2		Arqº. José Manuel Pinheiro Rocha, Arqª. Maria Margarida Ramos Rocha	Depois de Fev. 1976	Antes de Dez. de 1977
			Obs. Projecto para a construção de 133 fogos. Fica situado em Moscavide.									
Lisboa	LOURES	LISBOA E CENTRO SUL	Bairro Angola	Os Progressistas	75/08/00	76/01/21	76/02/27	Expropriação 142 000 m2	76/07/16	Arqº. Pedro Nascimento Mestre		
			Obs. Nesta equipa trabalharam também Luís Filipe Afonso, Ernesto Barbosa, José Manuel Figueiredo e Fernando Gomes. Fica situado em Camarate (Qta. do Algueirinho?). Projecto para a construção de 180 fogos. Não se construiu.									
Lisboa	LOURES	LISBOA E CENTRO SUL	Casal dos Marcos	Casal dos Marcos	75/01/00	75/05/26	75/07/29	Cedência 7 300 m2		Arqº. António Manuel S. Clemente da Silva, José Manuel Gouveia		
			Obs. Nesta equipa trabalhou ainda José Silva. O projecto de Casal dos Marcos (2 bairros) foi entregue na Câmara Municipal de Loures. Fica situado em Moscavide. Projecto para a construção de 81 fogos. Não se construiu.									
Lisboa	LOURES	LISBOA E CENTRO SUL	Prior Velho	Popular Quinta da Serra	76/03/00		76/04/30	Expropriação				
Lisboa	LOURES	LISBOA E CENTRO SUL	Silvado	Comissão de Moradores do Bº. do Silvado	75/10/00		76/10/13	Expropriação 44 000 m2		Arqº. Eduardo Trigo de Sousa, Arqª. Luís Faro Viana		
			Obs. Nesta equipa trabalhou também Maria de Jesus Lopes Pereira. Fica situado no Alto dos Pombais, Odiveiras. Não se construiu.									
Lisboa	OEIRAS	LISBOA E CENTRO SUL	Algés de Cima (Pedreira dos Hungaros)	Bento Gonçalves (?)			76/02/04					
			Obs. Não se construiu.									
Lisboa	OEIRAS	LISBOA E CENTRO SUL	Caminho do Mochto	Bairro da Independência	75/09/00		76/02/04	Expropriação 87 200 m2				
			Obs. Projecto para a construção de 111 fogos. Teve projecto. Não se construiu.									
Lisboa	OEIRAS	LISBOA E CENTRO SUL	Estrada Militar Alto da Damaia	Bairro Novo Alto da Damaia	75/08/00		76/04/08	Exprop. e ced. 91 000 m2				
			Obs. Actualmente concelho da Amadora. Teve projecto. Os moradores, como os do Bairro das Santas Martas, foram realojados no Plano Integrado do Zambujal. Não se construiu.									
Lisboa	OEIRAS	LISBOA E CENTRO SUL	Laveiras - Caxias	A Familiar	75/08/08		75/11/18	Expropriação 73 600 m2		Arqª. Helena Krieger		
			Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Miguel Aragão, Joaquim Gonçalves, João Mendes, Mª. Fernanda Farinha. Teve terreno e teve projecto muito tardio, finais de 1976. Projecto para a construção de 200 fogos. Não se construiu. No terreno desta operação veio a construir-se habitação social de promoção camarária com projecto de autoria do Arqª. Nuno Teotónio Pereira.									
Lisboa	OEIRAS	LISBOA E CENTRO SUL	Linda-a-Pastora	Novo Rumo	74/11/00	75/08/23	75/09/20	Expropriação 55 900 m2	75/11/05			
			Obs. Entre Dezembro de 1974 e finais de 1976 teve 4 equipas de projecto, sendo a última composta por Miguel Serras Pereira, Teresa Sá e João Mendes. João Luís Carrilho da Graça, Vítor Sá Machado e Luís Mateus foram alguns dos componentes das restantes equipas. Não chegou a haver projecto.(?)									

Distrito	Concelho	Serviço	Nome do Bairro	Nome da Ass. Mors.	Início da Operação	Constt. Ass. Mors.	Publ. Estatutos D.R.	Terreno	Posse	Projecto	Início da obra	Conclusão da obra
Lisboa	VILA FRANCA DE XIRA	LISBOA E CENTRO SUL	Alhandra	Moradores e Pescadores de Alhandra	75/07/00	75/07/30	75/10/08	Expropriação 10 000 m2	76/06/15	Arqº. Anton Franz Schneider		
								Obs. Nesta equipa trabalharam ainda João Manuel Pereira Brito, Jaime Mascarenhas e Vítor Freitas. Não se construiu. Chegou a existir projecto de licenciamento. Projecto para a construção de 38 fogos.				
Lisboa	VILA FRANCA DE XIRA	LISBOA E CENTRO SUL	Avieiros	Pescadores Avieiros de Vila Franca de Xira	75/01/00	75/03/20	75/06/20 (267)	Expropriação 8 500 m2		Arqº. Margarida Maria Nogueira Ferrão Vieira Niedercorn		
								Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Luís Leitão, Pedro Pessoa, Jorge Vieira e Alcides Teixeira Pinto. Projecto para a construção de 80 fogos. Não foi construído.				
Santarém	ALMEIRIM	LISBOA E CENTRO SUL	Paço dos Negros	Unidos	76/03/00			Expropriação		Arqº. Manuel Augusto Lopes Lameira, Arqº. Carlos Almeida Ribeiro, Arqº. Artur A. Sampaio Costa e Arqº. Elias Cachado Rodrigues		Depois de Março de 1976
								Obs. Não se construiu.				
Santarém	CORUCHE	LISBOA E CENTRO SUL	Couço	Habitacional Freguesia do Couço	76/08/00							
								Obs. Transformou-se em CHE(?). Não se construiu como SAAL. (Engº. Hélder Tiago)				
Santarém	SANTARÉM	LISBOA E CENTRO SUL	Vale de Figueira	Progresso	76/06/00		76/11/08	Cedência 65 000 m2		Arqº. Manuel Augusto Lopes Lameira, Arqº. Carlos Almeida Ribeiro, Arqº. Artur A. Sampaio Costa		
								Obs. Transformou-se em CHE(?). Projecto para a construção de 70 fogos. Não se construiu.				
Cast. Branco	COVILHÁ	LISBOA E CENTRO SUL	Unhais da Serra	União-Seira	76/07/00							
Coimbra	COIMBRA	LISBOA E CENTRO SUL	Fonte do Bispo	Fonte do Bispo	75/08/00	75/07/19	75/11/04			Arqº. Francesco Marconi		
								Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Joaquim dos Reis Mendes-Pimentel, Vítor Manuel Albuquerque Nabais e José de Matos Santos e Carlos Fernando da Silva Tavares. Estabilidade: Engº. Daniel Martins dos Santos. Projecto para a construção de 54 fogos. Não se construiu.				
Coimbra	COIMBRA	LISBOA E CENTRO SUL	Quinta da Nora	Quinta da Nora	75/08/00		76/07/16			Arqº. Francesco Marconi		
								Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Vítor Manuel Albuquerque Nabais e José de Matos Santos. Estabilidade: Engº. Daniel Martins dos Santos. Projecto para a construção de 48 fogos. Não se construiu.				
Aveiro	ESPINHO	SAAL/NORTE	Marinha - Silvalde	da Marinha	75/01/00		76/04/17	Expropriação 45 000 m2		Arqº. Fernando Maia Pinto		
								Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Rui Lacerda, Maria do Carmo, José Gonçalves, Joaquim Moita, José O. Silva, Rui Costa, Luísa Silva e Anunciação Almeida.				
Aveiro	ESPINHO	SAAL/NORTE	S. Pedro - Silvalde	de S. Pedro	75/10/00	76/05/10	76/09/22	Expropriação 21 500 m2		Arqº. Fernando Maia Pinto		
								Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Rui Lacerda, Maria do Carmo, José Gonçalves, Joaquim Moita, José O. Silva, Rui Costa, Luísa Silva e Anunciação Almeida. Era um bairro piscatório.				
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - Bairro Norte							Arqº. Manuel Correia Fernandes		

Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Vergínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Cerveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.

Distrito	Concelho	Serviço	Nome do Bairro	Nome da Ass. Mors.	Início da Operação	Constit. Ass. Mors.	Publ. Estatutos D.R.	Terreno	Posse	Projecto	Início da obra	Conclusão da obra
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - - Bela Vista	da Bela Vista	74/11/00	75/12/03	76/03/10	Expropriação	DUP 76/06/04	Arqº. Manuel Correia Fernandes, Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Vergínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Cerveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.		
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - Cabine	Comissão de Morad. da Cabine	75/08/00			Expropriação	DUP 76/09/09	Arqº. Manuel Correia Fernandes, Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Vergínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Cerveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.		
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - - Casa da Malta	Comissão de Moradores Casada Malta	75/10/00			Expropriação		Arqº. Manuel Correia Fernandes, Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Vergínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Cerveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.		
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - - Cimo da Serra							Arqº. Manuel Correia Fernandes, Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Vergínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Cerveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.		
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - - Ervedosa							Arqº. Manuel Correia Fernandes, Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Vergínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Cerveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.		
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - - Farrobo	Comissão de Moradores do Farrobo	75/08/00			Expropriação	DUP 76/09/11	Arqº. Manuel Correia Fernandes, Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Vergínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Cerveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.		
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - M6							Arqº. Manuel Correia Fernandes, Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Vergínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Cerveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.		
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - Passal	Comissão de Moradores do Passal	75/01/00			Expropriação	DUP 76/09/11	Arqº. Manuel Correia Fernandes, Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Vergínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Cerveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.		

Obs. Nesta equipa trabalhou ainda Maria Isabel Teixeira

Distrito	Concelho	Serviço	Nome do Bairro	Nome da Ass. Mors.	Início da Operação	Constt. Ass. Mors.	Publ. Estatutos D.R.	Terreno	Posse	Projecto	Início da obra	Conclusão da obra
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - - Silveirinhos							Arqº. Manuel Correia Fernandes. Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Vergínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Cerveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.		
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - Vale Souto e Aldeia	de Aldeia e Vale do Souto	75/08/00	76/06/15	76/08/04	Expropriação	DUP 76/06/03 101 000 m2			
Porto	GONDOMAR	SAAL/NORTE	S. Pedro da Cova - Vila Verde	Comissão de Moradores de Vila Verde	75/10/00			Expropriação		Arqº. Manuel Correia Fernandes. Alexandra Gesta, Francisco Morais, José Quintão, Luísa Brandão, Vergínio Moutinho, Luís Miranda, Rui Pinto, Luísa Cerveira Pinto, Isabel Teixeira e Albertina Lourenço.		
Porto	MARCO DE CANAVEZES	SAAL/NORTE	Torrão	Comissão de Moradores do Torrão	75/06/00							
Porto	MATOSINHOS	SAAL/NORTE	Centro - S. Mamede	Comissão de Moradores do Centro	75/06/00					Arqº. Eduardo Flores. Arqº. Fernando Laranjeira		
Porto	MATOSINHOS	SAAL/NORTE	Cruz de Pau - A	dos Ciganos da Cruz de Pau	74/11/00		76/05/06	Expropriação	29 015 m2	Arqº. Maria Fernanda Seixas		
								Problemas étnicos de relacionamento entre os diversos grupos de moradores. Não se construiu.				
Porto	MATOSINHOS	SAAL/NORTE	Cruz de Pau - B	da Cruz de Pau	74/11/00	76/03/19	76/05/06	Ver Cruz de Pau A	75/06/21	Arqº. Maria Fernanda Seixas	76/05/00	
								Problemas étnicos de relacionamento entre os diversos grupos de moradores. No total, as operações A, B e C envolveram cerca de 300 fogos a construir e 50 a recuperar. Construída pelas empresas: Construções Espaço e Oupa-oupa.				
Porto	MATOSINHOS	SAAL/NORTE	Cruz de Pau - C	Operária dos Moradores da Cruz de Pau	74/11/00					Arqº. Maria Fernanda Seixas	76/05/00	
								Problemas étnicos de relacionamento entre os diversos grupos de moradores. Construída pelas empresas: Construções Espaço e Oupa-oupa.				
Porto	MATOSINHOS	SAAL/NORTE	Igreja Velha - S. Mamede	Comissão de Moradores da Igreja Velha	75/06/00			Expropriação	26 800 m2	Arqº. Eduardo Flores. Arqº. Fernando Laranjeira		
								Nesta equipa trabalharam Gaspar Martins Pereira (coordenador), Esther Mulzchnik, Carlos Alberto e Manuela Cruz.				
Porto	MATOSINHOS	SAAL/NORTE	S. Roque - Alto Mearim	de S. Roque, Conde, Alto Mearim	75/07/00	76/03/03	76/09/29			Arqº. Fernando Couto, Arqº. Orlando Sequeira, Arqº. Eduardo Anastácio, Arqº. Mário Amaral.		
								Nesta equipa trabalharam ainda Manuel Miranda, António Martins, Luís Vasquez, Manuel Costa, Cidália Queirós e Rui Oliveira.				
								Obs. Envolveria cerca de 40 fogos a construir e 2 a recuperar.				

Distrito	Concelho	Serviço	Nome do Bairro	Nome da Ass. Mors.	Início da Operação	Constit. Ass. Mors.	Publ. Estatutos D.R.	Terreno	Posse	Projecto	Início da obra	Conclusão da obra
Porto	MATOSINHOS	SAAL/NORTE	Seixo	Popular de Moradores do Seixo	75/07/00	76/04/21	76/07/12	Expropriação 115 000 m2		Arqº. Carlos Alberto P. Barreira		
				Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Moura Pinheiro, António Jorge Gonçalves e Isabel Alves Costa. Envolve cerca de 331 fogos.								
Porto	MATOSINHOS	SAAL/NORTE	Senhora da Hora	Operária 26 de Janeiro - Senhora da Hora	75/06/00	76/04/22	76/07/12	Expropriação 183 850 m2		Arqº. Manuel Nicolau Brandão		
				Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Rui Luís Graça, José da Silva Barros, Isabel M. T. Teixeira e José A. R. Carvalho. Envolve cerca de 100 fogos a construir e 6 a recuperar, na primeira fase, e cerca de 50 fogos a construir e 20 a recuperar, na segunda fase.								
Porto	MATOSINHOS	SAAL/NORTE	Telheiro - S. Mamede	Comissão de Moradores do Telheiro	75/06/00					Arqº. Eduardo Flores, Arqº. Fernando Laranjeira		
				Obs. Nesta equipa trabalharam Gaspar Martins Pereira (coordenador), Esther Mulczynik, Carlos Alberto e Manuela Cruz.								
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Campo 24 de Agosto	do Campo 24 de Agosto e Eirinhas	75/08/00	76/09/15		Ced. e exprop. 5 525 m2		Arqº. Agostinho Ricca Gonçalves		
				Obs. Nesta equipa trabalharam também Nelson Guerra, João Lopes, Helena Lemos e Rui Manuel Monteiro. Envolve cerca de 520 fogos e pretendia ocupar terrenos que a Câmara já destinara a "outros fins". Não se construiu.								
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Carvalho	Revolucionária de Morad. do Carvalho	76/03/00	76/03/25	76/06/09	Expropriação		Arqº. João Taveira P. G. Seródio		
				Obs. Nesta equipa trabalharam ainda José Carlos M. Carneiro, Ana Maria Almeida e Alfredo Resende. Envolve cerca de 300 fogos e pretendia ocupar terrenos destinados pela Câmara à realização do prolongamento das ruas da Constituição e de Egas Moniz.								
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Cedofeita - Carvalho	Comissão de Moradores de Cedofeita	76/03/00			Expropriação		Arqº. Anni Gunther Monell		
				Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Maria J.A. Castro, Sérgio M. Gamelas e Jorge M. O. Moreira. A Brigada só foi contratada para entregar o processo de D.U.O.								
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Combatentes	Comissão de Moradores dos Combatentes	76/02/00			Expropriação		Arqº. Pedro Ramalho		
				Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Pedro B. Araújo e José A. Lencastre. Envolve cerca de 50 fogos.								
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Fontainhas	da Zona das Fontainhas	75/08/00	76/05/04	76/06/15	Cedência		Arqº. Manuel Mendes		
				Obs. Nesta equipa trabalharam ainda José A. M. Pereira, José Júlio G. Silva, Serafim S. Neves. Envolve cerca de 342 fogos. Não se construiu.								
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Heroísmo	Comissão de Moradores da Rua do Heroísmo	75/05/00			Expropriação 10 030 m2		Arqº. Cristiano Moreira, Arqº. J. Coutinho e Arqº. Sousa Monteiro.		
				Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Maria Beatriz Almeida, Mário Ramos e José Lencastre. Não se construiu. Envolve cerca de 25 fogos novos e 85 a recuperar. Falam no controlo da cidade.								
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Justino Teixeira	de Justino Teixeira	76/07/16	76/09/22				Arqº. Alcino Soutinho		
				Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Ricardo Figueiredo e Guilherme Castro. Zona Justino Teixeira, Monte da Estação, Godim e D. Lopo de Almeida, propõem Comuna de Produção de Construção Civil. A Brigada só foi contratada para entregar o processo de D.U.O.								
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Lomba	da Zona da Lomba	75/09/00					Arqº. Cristiano Moreira		
				Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Maria Beatriz Almeida, Maria L. S. Pinto, Rui Santos e Mário Ramos. Envolve cerca de 400 fogos.								
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Pêgo Negro	de Pêgo Negro	75/12/00	76/06/05	76/08/07	Exprop. e ced. 32 692 m2		Arqº. Marta Oliveira e Arqº. Pedro Cabral		
				Obs. Envolve cerca de 113 fogos a construir e 54 a recuperar. Não se construiu. Pretendiam "uma deslocação da via que limita a norte o grande Cemitério Oriental previsto no Plano Director". Não se chegou a construir enquanto SAAL, mas a Comissão de Mors. manteve-se activa.								
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Póvoa	da Póvoa	75/01/00	75/06/06	75/09/22	Expropriação 27 000 m2		Arqº. José Alberto Miranda		
				Obs. Nesta equipa trabalharam ainda Pedro M. C. Cavaco, Luís Casal. Envolve cerca de 120 fogos a construir e 110 a recuperar.								

Distrito	Concelho	Serviço	Nome do Bairro	Nome da Ass. Mors.	Início da Operação	Constt. Ass. Mors.	Publ. Estatutos D.R.	Terreno	Posse	Projecto	Início da obra	Conclusão da obra
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Presas Velha - Formiga - China Cabral e Graça Guimarães	da Presa Velha - Formiga - China Cabral e Graça Guimarães. Envolve cerca de 160 fogos.	75/07/00			Expropriação		Arqº. Francisco José F. Guedes de Carvalho , Arqº. Helena Albuquerque		
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	S. Pedro - Azevedo	Comissão de Moradores de S. Pedro e Azevedo Campanhã								
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	S. Roque	da Zona da Arada	75/04/00	76/01/13	76/04/01	Expropriação 37 233 m2		Arqº. Manuel da Silva Lessa		
				da Zona da Arada	75/04/00	76/01/13	76/04/01	Expropriação 37 233 m2				
				de Serralves	75/07/00	76/04/08	76/06/16	Ced. e exprop.		Arqº. Alcino Soutinho		
				de Castro, Afonso Pinto Jesus, E., ainda, com Pedro Mendo e Maria Manuel Oliveira. Envolve cerca de 300 fogos. Não se construiu.	75/07/00	76/04/08	76/06/16	Ced. e exprop.				
Porto	PORTO	SAAL/NORTE	Tirares	da Zona de Tirares	75/12/00	76/05/22	76/07/12	Cedência 6 829 m2		Arqº. Marta Oliveira e Arqº. Pedro Cabral		
				da Zona de Tirares	75/12/00	76/05/22	76/07/12	Cedência 6 829 m2				
				do Bairro do Vilar	75/01/00	75/06/18	75/09/20	Expropriação 22 208 m2	DUP 76/05/29	Arqº. José Oliveira, Arqº. Mário Moura e Arqº. Pedro Cabral		
				do Bairro do Vilar	75/01/00	75/06/18	75/09/20	Expropriação 22 208 m2	DUP 76/05/29			
				Foram construídos fogos num período pós-SAAL. Envolve cerca de 82 fogos a construir e 54 a recuperar. A operação colidia com o sistema viário proposto pela Câmara para a zona - ligação à ponte da Arrábida.	75/01/00	75/06/18	75/09/20	Expropriação 22 208 m2	DUP 76/05/29			
Porto	VILA NOVA DE GAIA	SAAL/NORTE	Gervide	Comissão de Moradores de Gervide	75/11/00							
				Comissão de Moradores de Gervide	75/11/00							
Porto	VILA NOVA DE GAIA	SAAL/NORTE	Santo Ovídio	de Santo Ovídio	75/11/00					Arqº. José Pulido Valente		
				de Santo Ovídio	75/11/00							

ISBN 978-972-8704-76-6



9 789728 704766 >

• U



C •

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

